

Turismo & História

Perspectivas sobre o Patrimônio da Humanidade
no Espaço Ibero-Americano

ORGANIZADORES

Cláudia Helena Henriques

Pedro de Alcântara Bittencourt César

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Maria Cristina Moreira



Turismo e História – Perspectivas sobre o Patrimônio da Humanidade no Espaço Ibero-Americano

Organizadores

Cláudia Helena Henriques

Doutora em Economia – especialidade de Planeamento e Política Económica (Universidade do Algarve), Mestre e Licenciada em Economia (Universidade Técnica de Lisboa). Docente na Universidade do Algarve (ESGHT/UALG) e investigadora integrada no CinTurs – Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being. Principais áreas de investigação: Economia do turismo, Economia da Cultura, Planeamento e Gestão Turísticos. Possui vários estudos em publicações internacionais e nacionais, bem como projetos de investigação concluídos e em curso.

Pedro de Alcântara Bittencourt César

Arquiteto e urbanista com mestrado em Turismo e Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo e Hospitalidade e da Área de Conhecimento em Artes e Arquitetura na Universidade de Caxias do Sul. Docente Adjunto III com Bolsa Produtividade CNPq e coordenador do Grupo de Estudos Urbanos CNPq-UCS e Líder do Núcleo em Pesquisa em Cultura, Artes e Patrimônio (UCS).

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Doutora em História pela Universidade de Gênova e Pós-doutora em História Econômica pela Universidade de Padova (2002) e em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Professora Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo e Hospitalidade e do Programa de Pós-Graduação em História. Membro da Associazione Italiana per il patrimonio archeologico industriale (AIPAI) e correspondente dell'Accademia Olimpica di Vicenza na classe di Diritto, Economia e Amministrazione.

Maria Cristina Moreira

Doutora em Economia, docente no Departamento de Economia da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e investigadora integrada do CICS Nova – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Pólo UMinho. Principais áreas de investigação: História Económica, Economia do Turismo e Economia Social. Na área da Economia do Turismo tem vários estudos em publicações internacionais e nacionais, bem como projetos de investigação concluídos e em curso.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

José Quadros dos Santos

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor:

Odacir Deonísio Gracioli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica:

Nilda Stecanela

Diretor Administrativo-Financeiro:

Candido Luis Teles da Roza

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenadora da Educs:

Simone Côrte Real Barbieri

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS) – presidente

Cleide Calgaro (UCS)

Gelson Leonardo Rech (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Juliano Rodrigues Gimenez (UCS)

Nilda Stecanela (UCS)

Simone Côrte Real Barbieri (UCS)

Terciane Ângela Luchese (UCS)

Vania Elisabete Schneider (UCS)

Coedição:

Universidade do Algarve

Universidade do Minho

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) - UALG

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

© dos organizadores

Capa: Imagem estilizada de um Esquema de caminhos de um portulano (mapas manuscritos em pergaminho que assentavam em retas direcionais (linhas de rumo) a partir de uma rosa-dos-ventos principal, que se entrecruzavam com outras linhas que partiam de rosas acessórias, dispostas ao redor da primeira)

Revisão: Izabete Polidoro Lima

Formatação e paginação: Marlene Fernandes e Diva T. G. Duque

Capa: Laura Henriques

Os capítulos incluídos neste livro foram submetidos a uma revisão por pares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

T938 Turismo & história [recurso eletrônico]: perspectivas sobre o patrimônio da humanidade no espaço ibero-americano / org. Cláudia Helena Henriques ... [et al.]. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2020.

Dados eletrônicos (1 arquivo)

ISBN 978-65-5108-012-8

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Turismo. 2. História. 3. Patrimônio cultural. I. Henriques, Cláudia Helena.

CDU 2. ed.: 338.48

Índice para o catálogo sistemático:

1. Turismo	338.48
2. História	94
3. Patrimônio cultural	719

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Nota dos editores:

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação. A responsabilidade é dos autores.

Sumário

Prefácio.....	7
Professor Doutor João Albino Silva	

PATRIMÓNIO CULTURAL – CIDADES, CENTROS HISTÓRICOS E MONUMENTOS

Cidades e centros históricos

1 Centro histórico do Porto – novas formas de hospedagem: o caso da AIRBNB	10
Manuela Bandeira de Melo Vidal, Maria Cristina Moreira, José Manuel Lopes Cordeiro	
2 Centro Histórico do Porto Património Mundial da UNESCO: a importância da manutenção identitária e o seu controlo pela Administração Pública.....	22
Carlos Rodrigues, Ana Campina	
3 O liberalismo entre dois lados do Atlântico 1820-1834	49
Sérgio Veludo Coelho, Carla Sofia Queirós	
4 Coimbra é uma paisagem pintada: o escritor como “artista oculista” do património	75
Maria Mota Almeida	
5 O turismo na cidade de Coimbra após a inscrição do Bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia na lista do Património Mundial UNESCO	107
Claudete Oliveira Moreira, Norberto Santos, Luís Silveira	
6 Brasília, cidade <i>design</i>: promovendo o turismo criativo	134
Juliana Viégas P.V. dos Santos, Erika O. Lima, Ericka M. Matos	
7 Patrimônio cultural e desenvolvimento turístico: a evolução do turismo em Diamantina/MG/Brasil, após o título de Patrimônio Cultural da Humanidade	147
Evandro Moreira, Elcione Luciana Silva	
8 Turismo e patrimônio cultural: interpretação do patrimônio na cidade de Diamantina/Minas Gerais, Patrimônio da Humanidade	173
Luciana Aparecida Felicidade, Elcione Luciana Silva	
9 Ouro Preto – patrimônio e turismo	199
Benedito Tadeu de Oliveira	
10 Patrimônio e turismo no caminho do ouro em Paraty (Rio de Janeiro, Brasil)	213
Fábia Trentin, Erly Maria de Carvalho e Silva, André Marcos da Cruz, Valeria Lima Guimarães	

11	Planejamento e gestão do turismo em Patrimônio Cultural da Humanidade: uma análise sobre São Cristóvão/SE, Brasil.....	237
	Cristiane Alcântara de Jesus Santos, Antonio Carlos Campos, Larissa Prado Rodrigues	
12	O significado para a cidade do reconhecimento da tradição doceira e do conjunto histórico de Pelotas/RS como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	261
	Dalila Rosa Hallal, Dalila Müller	
13	Ruína e Patrimônio Mundial no Brasil: identificação, gestão e conservação de bens culturais em estado de arruinamento, a partir de estudos de casos	283
	Angela Rosch Rodrigues	
14	Gestión territorial y turismo en las Ciudades Patrimonio Mundial: el caso del Centro Histórico de Morelia (México).....	307
	Carlos Alberto Hiriart Pardo	
15	Uma abordagem metodológica para a análise comparativa de comentários de viagens online de duas cidades patrimônio mundial da UNESCO – Coimbra (Portugal) e Salamanca (Espanha).....	335
	Filipa Perdigão Ribeiro, Nuno António, Marisol B. Correia	
16	La protección fiscal del patrimonio histórico en España y Portugal	363
	Maria del Carmen Pastor, M ^a de Lurdes Varela	
17	Turismo e património mundial Rio de Janeiro-Lisboa: regularidades urbanas num império comercial.....	387
	Virgílio M. Machado, Cláudia Helena Henriques	
18	O património cultural: qual o seu significado e importância para os jovens do século XX	414
	Mara Vanessa Barros, António Joaquim Azevedo	
19	Las declaratorias de sitios patrimoniales y su impacto en el turismo: el caso de América Latina y Caribe	434
	Viviane S. Leonardi, Silvina Renee Elias	

Monumentos

20	Cister em Alcobaça: marca territorial	457
	Alberto Guerreiro, António Maduro, Eduardo Gonçalves	
21	O recurso e o uso turístico do património cultural mundial: o caso do Convento de Cristo de Tomar	469
	Eunice R. Lopes, Amélia Casanova	

- 22 Foz Côa megalítica nos processos de turistificação..... 488**
José Manuel Figueiredo Santos, Isabel Cristina Tavares Gonçalves Teotónio
- 23 Machu Picchu: Patrimonio de la Humanidad, Turismo e Inclusión Social 514**
Jessica Ruth Figueroa Pinedo

PAISAGENS E PATRIMÓNIO NATURAL-CULTURAL

- 24 Itinerários literário-culturais pela paisagem do Alto Douro Vinhateiro 532**
Isilda Leitão
- 25 A construção da paisagem carioca e o turismo: dos relatos dos viajantes do oitocentos aos títulos de patrimônio mundial (em 2012) e de Capital Mundial da Arquitetura (em 2019) 562**
Isabella Vicente Perrotta, Valeria Lima Guimaraes
- 26 Amazónia como património cultural: viagens pelo Paraíso 578**
Claudia Helena Henriques

PATRIMÓNIO INTANGÍVEL

- 27 A importância da animação sociocultural como meio de preservação e promoção do patrimônio cultural 604**
Marcelino de Sousa Lopes, Patricia Cordeiro
- 28 Gestão do Património Mundial e Turismo – oportunidades e desafios dos modelos de governança do Património Cultural Imaterial: o estudo de caso da Dieta Mediterrânica no destino Algarve 616**
Alexandra Rodrigues Gonçalves
- 29 La fiesta de los patios de Córdoba: un recurso turístico de promoción de la ciudad 640**
Maria Genoveva Millán Vázquez de la Torre, Maria Genoveva Dancausa Millán

Prefácio

Turismo e História. Territórios Turísticos e Património(s) da Humanidade

Desafios da contemporaneidade turística

O turismo é frequentemente visto como um fenómeno global e, para muitos, como uma quase incompreensível infraestrutura de carácter massivo. A sua importância e influência estão presentes nas nossas sociedades, na política, na cultura e, principalmente, na economia.

De facto, existe uma complexa rede mundial dedicada a satisfazer as necessidades turísticas quer dos que viajam sozinhos, ou em grupo ou mesmo das grandes massas. Esta rede atravessa continentes, países e regiões.

Esta contemporaneidade turística remete-nos ainda para uma significativa articulação entre espaços recetores e emissores, que está presente através de uma crescente mobilidade e inovação nos sistemas de transporte e de redes de comunicação. São aliás, estes sistemas e redes, a que poderemos designar como os elementos visíveis da globalização, que justificam uma parte significativa da dinâmica turística dos nossos dias.

Se a escala destes movimentos turísticos, associada à diversidade e à especialização, são as características mais marcantes da contemporaneidade turística é, porém, nos destinos e comunidades recetoras que nos confrontamos com os elementos chave da sua sustentabilidade.

Nestes territórios, se o turismo se consubstancia através daqueles que o praticam, os turistas, é também nestes espaços que uma harmonização dos objetivos da chamada indústria turística e das comunidades residentes é essencial, não só para a identidade, imagem e sustentabilidade dos destinos turísticos, como para o próprio reconhecimento dos seus recursos patrimoniais e identitários, razão primeira da deslocação e visita a esses locais.

A partir dos anos sessenta do século passado, e em resultado do seu crescimento exponencial, surgiram numerosas e divergentes perspetivas sobre o significado e impacto do turismo nas nossas sociedades: desde a aprovação total do seu potencial para a valorização pessoal combinada com atividades recreativas, até à rejeição crítica baseada na convicção de que o turismo causa prejuízos decorrentes do sistemático uso de recursos naturais e culturais.

Outras vozes têm vindo, por exemplo, a referir-se a “tensões não resolvidas” associadas ao turismo contemporâneo, sublinhando contextos urbanos onde é visível a

difícil compatibilização de heranças patrimoniais e comunitárias coerentes e sustentáveis com a presença de um número crescente de visitantes.

Como corolário desta problemática relação entre o global e o local, necessário será revisitar conceitos e práticas associadas ao diálogo, ao cosmopolitismo e à atenta participação de anfitrião e hóspede numa prática turística humanizada (SMITH; VALENE, 1989), e que nos permita ultrapassar a fundada dúvida sobre se o turismo pode servir como motor para a compreensão mútua e do respeito entre povos e culturas, como é defendido pela OMT.

É necessário igualmente reinventar o conceito de “comunidade atenta” (MOSCARDO, 1996), onde a preocupação e o orgulho de pertença se possa traduzir em participação ativa nas decisões sobre o seu futuro. Ou a figura do “visitante atento”, em que o turismo é um momento de aprendizagem, autodescoberta e de capacidade de explorar novas perspectivas, novos significados e de defesa de uma humanidade partilhada.

Citando a escritora Lídia Jorge (PASSAMOS PELA TERRA, Faro, 2015): “O reforço na identidade cultural de uma sociedade é a melhor garantia de que quem, vindo de fora, a procura, não apenas se desloca no espaço, mas viaja”.

A tradução de muitas destas perplexidades e dinâmicas turísticas na investigação e no conhecimento científico, tem sublinhado o carácter multidisciplinar dos estudos turísticos, quer através de abordagens que pretendem estudar o turismo enquanto experiência humana ou como comportamento social, quer como fenómeno geográfico, ou ainda com recurso ou atividade económica com características industriais. O aprofundamento destes estudos não dispensará, porém, o reforço do diálogo entre os investigadores e, entre estes, e as comunidades turísticas.

História e Turismo. Diálogos Identitários e Património(s) da Humanidade

A História como “ciência dos homens no tempo” (Marc Bloch, 1965) e como estudo das sociedades humanas, ou, ainda, como “memória do género humano, o que lhe dá consciência de si mesmo, isto é da sua identidade no tempo...” (LEFEBVRE, 1971), permite sublinhar a forte relação entre o fortalecimento de uma identidade comunitária e a importância a atribuir à sua História.

A importância da História no contexto da contemporaneidade turística tem estado presente, com maior evidência, na concetualização do chamado turismo cultural, possibilitando problematizar várias dimensões associadas, entre outras, a dinâmicas da globalização no património cultural tangível e intangível, às questões da identidade e autenticidade, à diáspora e migrações, à relevância das marcas locais na construção da imagem e na divulgação dos destinos, à diversidade cultural (grupos étnicos e religiosos e nichos de turismo associados), e à mudança cultural resultante da globalização do turismo.

A investigação realizada sobre as identidades locais e autenticidade tem sublinhado, por exemplo, problemáticas relativas à marginalização da cultura local em resultado de processos de globalização do turismo, a estratégias de conservação das tradições indígenas, aos processos de *disneyficação* e *comodificação*, à interculturalidade e ao diálogo cultural no turismo, o pós-colonialismo e as questões relacionadas com a emergência e afirmação das identidades locais e a consequente resistência à mudança.

Em reforço destas problemáticas de recorte cultural e identitário, importa sublinhar a importância da identificação de património tangível e intangível como Património da Humanidade, significando um notável esforço de conservação de locais e de práticas comunitárias consideradas importantes para os interesses coletivos e de preservação da humanidade.

A salvaguarda deste Património da Humanidade não tem sido isenta de problemas. Anota-se, por exemplo, uma avaliação da UNESCO sobre as ameaças aos locais do Património Mundial Natural onde se constatou que 63% dos locais foram danificados pelo aumento da pressão humana, incluindo construção de estradas e de infraestruturas agrícolas. Ou o impacto negativo do turismo massivo em locais incapazes de gerir o crescimento deste número de visitantes. Ou ainda a referência a dificuldades dos países mais pobres em conseguirem preparar candidaturas, dada a morosidade do processo e o dispêndio financeiro que lhe está associado.

Os textos que fazem parte deste volume são um contributo valioso para a compreensão destes e outros problemas e desafios que são colocados aos locais que fazem parte da lista de Património da Humanidade em países como Brasil, Espanha, México, Perú e Portugal. São o resultado feliz e consequente da III Conferência Internacional de Turismo e História, que se realizou em simultâneo nas Universidades do Algarve (Portugal) e Caxias do Sul (Brasil), nos dias 28 e 29 de março de 2019, e incorporam as intervenções produzidas por investigadores daqueles países sob o lema “Património da Humanidade no Espaço Ibero-Americano”.

Com um enfoque maioritário na análise de centros históricos em várias cidades deste Espaço e num escrutínio igualmente detalhado sobre edificações e locais pertencentes à lista do Património Mundial da UNESCO, incluindo o estudo de casos paradigmáticos de património cultural imaterial, as mais de duas dezenas de comunicações aqui apresentadas são um convite não só a uma leitura atenta, mas à continuação de um diálogo entre investigadores, e entre estes e as comunidades residentes destes territórios.

João Albino Silva
Professor Catedrático
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

PATRIMÓNIO CULTURAL – CIDADES, CENTROS HISTÓRICOS E MONUMENTOS

Cidades e centros históricos

1

Centro Histórico do Porto – novas formas de hospedagem: o caso da AIRBNB

Manuela Bandeira de Mélo Vidal^{*}
Maria Cristina Moreira^{**}
José Manuel Lopes Cordeiro^{***}

Resumo: A plataforma Airbnb, presente em escala global, revela-se como uma solução alternativa à hospedagem turística e laboral convencional. Em Portugal, o negócio estabeleceu-se nas principais regiões turísticas do país, gerando impactos económicos, turísticos e culturais. O objetivo geral desta pesquisa é analisar os problemas e desafios da Airbnb no Centro Histórico do Porto.

Palavras-chave: Centro Histórico do Porto. Hospedagem. Airbnb. Turismo.

Abstract: The Airbnb platform, present on a global scale, reveals itself as an alternative solution to the conventional tourist and Labor hosting. In Portugal, the business has established in the main tourist regions of the country, generating economic, touristic and cultural impacts. The general objective of this research is to analyze the problems and challenges of Airbnb in the Porto Historical Center.

Keywords: Porto Historical Center. Hosting. Airbnb. Tourism.

^{*} Escola de Economia e Gestão, Mestranda em Economia Industrial e da Empresa, Pólo UMinho, Universidade do Minho, Braga, Portugal. *E-mail:* manuvidal@gmail.com

^{**} Escola de Economia e Gestão, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Pólo UMinho, Universidade do Minho, Braga, Portugal. *E-mail:* mcristina@eeg.uminho.pt

^{***} Instituto de Ciências Sociais, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Pólo UMinho, Universidade do Minho, Braga, Portugal. *E-mail:* jmlopes.cordeiro@gmail.com

1 Introdução

A economia global sofreu inevitáveis interferências com o surgimento das plataformas *peer-to-peer*, comumente conhecidas como plataformas de economia compartilhada, as quais permitem que pessoas compartilhem bens subutilizados mediante uma determinada remuneração (ZERVAS; PROSERPIO; BYERS, 2017).

A plataforma Airbnb, oficialmente lançada em 2008, foi escolhida como objeto de estudo por ser uma das plataformas pioneiras da economia compartilhada (ZERVAS; PROSERPIO; BYERS, 2017), onde as pessoas podem sublocar os seus espaços residenciais a outros indivíduos. Rapidamente a ideia de uma pessoa que tenha um espaço em sua residência, o qual ocupa ou não, e que está disponível para o compartilhar com outras pessoas, de uma maneira rentável, espalhou-se pelo globo.

Como estudo de caso para este trabalho, escolheu-se o Centro Histórico do Porto, devido a sua representatividade histórica e turística a nível mundial. A área da cidade abrangida pela classificação de Património Mundial da Humanidade possui 69 alojamentos disponíveis na plataforma Airbnb (*Airbnb, Porto Central, Porto – Casas*, 2019).

Uma das grandes motivações dos consumidores da plataforma é a maior proximidade do serviço com o próprio conforto caseiro (MAYASARI; HARYANTO, 2018). Sentir-se em casa é fundamental para os hóspedes destes alojamentos. E, através de um sistema de avaliação online das acomodações, é possível identificar o grau de satisfação dos visitantes em relação a diversos aspectos, auxiliando assim à tomada de decisão mais adequada para a hospedagem.

A metodologia utilizada para este estudo contempla a análise qualitativa da satisfação dos utentes deste serviço alternativo de acomodação, a partir de critérios de análise definidos pela plataforma para com os apartamentos inteiros disponíveis na região, o tipo de acomodação oferecida mais comum.

Como foi referido, o objetivo do trabalho é identificar os problemas e desafios da plataforma no Centro Histórico do Porto, em termos de satisfação dos utentes, através do exame dos comentários dos hóspedes realizados no sistema de avaliação online proposto pela Airbnb. Não foi realizado qualquer estudo comparativo com as alternativas tradicionais de hospedagem, como a rede hoteleira.

2 A plataforma

Constituindo uma das primeiras plataformas da economia compartilhada, a Airbnb destina-se essencialmente ao setor de hospedagem turística. É importante perceber que, para que uma experiência turística aconteça, é necessário que haja o

encontro entre a produção turística e o consumo turístico, ou seja, o momento em que há o consumo de recursos do valor turístico criado (ANDERSON, 2007). O consumidor dos recursos, assumindo-se aqui como turista, é definido pela Organização Mundial do Turismo como “aquele que viaja para lugares diferentes daquele que é sua residência habitual, fora do seu ambiente quotidiano, por um período de pelo menos uma noite mas não mais que um ano e cujo propósito usual é diferente do exercício de qualquer atividade remunerada no lugar para onde ele vai” (FERRI, 2014). Para se configurar como turista, a estadia de pelo menos 24 horas (ou uma diária) num local pressupõe o consumo de alojamento local, ou seja, o consumo de hospedagem. Como um recurso alternativo à hospedagem convencional, surge a plataforma Airbnb.

A Airbnb nasceu em 2007 a partir da ideia de dois colegas de apartamento, Joe Gebbia e Brian Chesky, em alugar três colchões de ar num espaço do seu apartamento, com serviço de pequeno-almoço, para participantes de uma conferência de design que aconteceria na sua cidade, São Francisco. A capacidade hoteleira estava aquém do esperado, e assim, com o rendimento extra que ganhariam, seria possível arcar com os custos do aluguer do apartamento onde moravam. Lançaram um website simples, e logo três pessoas apareceram dispostas a pagar 80 dólares cada pela temporada; os dois colegas perceberam então que poderia ser o início de um grande negócio. Gebbia e Chesky convidaram Nathan Blecharczyk para reformular o website e, em 2008 lançaram oficialmente o *airbedandbreakfast.com*. Para o indispensável crescimento, contaram com o apoio de Paul Graham, famoso investidor anjo em startups e, em 2009, após refinarem o produto, o AirBed & Breakfast passou a chamar-se Airbnb. Entre 2010 e 2011, o produto recebeu milhões de dólares em novas séries de investimentos e, em 2014 a empresa já valia 10 bilhões de dólares (JOHNSON; WHITTINGTON; SCHOLLES; ANGWIN; REGNÉR, 2017).

O modelo de negócio da plataforma consiste na listagem e oferta de acomodações extras por parte dos anfitriões, os quais estabelecem os seus próprios preços de diárias para determinados períodos. No início do negócio, os fundadores chegaram a estipular um valor limite para a diária de cada alojamento listado. Com o crescimento da plataforma, percebeu-se que não havia sentido determinar preços, tanto mais que as expectativas dos hóspedes podem variar, não necessariamente encaixando-se na redução de custos, e por isso esta condição foi logo removida (BOTSMAN; ROGERS, 2010).

Os anfitriões pagam à plataforma uma taxa de 3% sobre o valor de cada transação para custear os processos de pagamento, e os hóspedes pagam uma taxa que varia de 9 a 12% sobre o valor da reserva. Identifica-se ainda que a plataforma adota um sistema de reputação online, onde é possível que os hóspedes avaliem

critérios em relação à sua estadia, como limpeza e localização, e os anfitriões avaliem os hóspedes (em relação ao seu comportamento). Este sistema permite, principalmente, a criação de confiança, sendo os utentes incentivados a utilizá-lo (ZERVAS; PROSERPIO; BYERS, 2017).

Atualmente, a Airbnb está presente em mais de 191 países e 81.000 cidades em todo o globo, e comemorou em 2019 o marco de 500 milhões de chegadas de hóspedes nas propriedades espalhadas pelo mundo. Estima-se que o rendimento extra gerado pela plataforma para os anfitriões, a nível global, desde a sua fundação, seja de 65 bilhões de dólares (Airbnb, comemora o marco de 500 milhões de chegadas de hóspedes, 2019). Em termos de capitalização de mercado, a Airbnb já ultrapassa a maioria das redes hoteleiras do mundo, como por exemplo a Accor (BRENDAN; MURPHY; ALTIN, 2018).

3 Influência da plataforma na urbanização

Não obstante o sucesso e a popularidade que a Airbnb tem registado, surgiram inúmeras críticas relativamente a este modelo de negócio e às suas consequências para as cidades. As críticas apontadas têm fundamentalmente a ver com as consequências provocadas pela explosão da procura de habitações a fim de as inserir na plataforma da Airbnb, o que tem provocado um aumento generalizado das rendas, levando os habitantes de determinados bairros a abandoná-los por não poderem pagar os novos valores que aquelas atingem, o que significa a perda da identidade destes bairros com a consequente diminuição da qualidade de vida, assim como uma degradação das relações de vizinhança (BROSSAT, 2018).

Estas realidades têm ocorrido também em Portugal, como já tem vindo a ser noticiado para cidades como Lisboa e Porto. Para estes críticos, o tipo de economia que se encontra subjacente à prática do Airbnb constitui uma economia predadora, de privação ou falhas das regulamentações e de “uma certa atonia dos poderes públicos para atacar o equilíbrio e os modelos sociais dos territórios nos quais está implantada, adornada com uma comunicação cuidadosa que destaca a inovação, a ruptura e a tecnologia” (BROSSAT, 2018).

A erupção da plataforma em nível global, de fato, produz efeito nos destinos em que se encontra implantada, principalmente nos núcleos urbanos, em relação à urbanização, mais precisamente à ampliação espacial dedicada à plataforma. As desvantagens são percebidas pelos concorrentes diretos da Airbnb, especialmente em locais onde há maior representatividade da plataforma. Nesta direção, a urbanização é um tema que merece destaque porque levanta questões que derivam da ausência de regulamentação, e por isso favorece o crescimento acelerado do número de

acomodações listadas associadas à plataforma, afetando diretamente o mercado imobiliário.

Neste sentido, quando a presença de alojamentos ligados à plataforma colide com uma oferta concorrencial de acomodações de aluguer de longo prazo, Horn e Merante (2017) confirmam que a partilha doméstica em comum fomenta o desequilíbrio entre a oferta dessas localidades para aluguer de longo prazo, cada vez menor, e o aumento da procura por estas unidades de partilha doméstica, influenciando o aumento dos seus preços.

A Airbnb possui uma visão ambiciosa de como as cidades se devem estruturar no futuro, que consiste na ideia de haver cidades projetadas para a partilha em comum, originando os laços de uma comunidade, em vez de separação e isolamento (GEBBIA, 2016).

Porém, na prática, a sociedade pode não estar desenhada para mudanças radicais em pouco tempo. Na ilha de Minorca, em Espanha, a presença da Airbnb desencadeou um processo de gentrificação no curto prazo, forçando os residentes estabelecidos numa região turística favorecida a deslocarem-se para áreas menos turísticas e interessantes (KLJUČNIKOV; KRAJČÍK; VINCÚROVÁ, 2018).

A deslocação para fora dos centros urbanos dá-se também pela oportunidade em alugar os seus espaços para um rendimento extra: a classe média desloca-se para as freguesias mais periféricas para disponibilizarem os seus imóveis em grandes centros turísticos para locação pela Airbnb (FAGET, 2019).

Outro impacto referente à urbanização, desta vez em Sydney, Austrália, e relacionado com o mercado imobiliário, é que a possibilidade de listar propriedades na plataforma pode perturbar as comunidades residenciais com a transformação de apartamentos ou casas inteiras em alojamentos locais, reduzindo assim as propriedades disponíveis para aluguel permanente, aumentando a pressão sobre os preços no mercado de habitação. Sugere-se, assim, a implementação de um controle eficaz de zoneamento e desenvolvimento residencial (GURRAN; PHIBBS, 2017).

4 Motivações para o uso da AIRBNB

A crise financeira portuguesa deste século contribuiu para a evolução da plataforma quando proprietários de recursos, como espaços habitáveis subutilizados, necessitavam de adicionar retornos financeiros aos seus rendimentos, e os consumidores necessitavam de alojamentos mais acessíveis às suas disponibilidades financeiras. A Airbnb surge, assim, como uma interessante alternativa para os consumidores de economia compartilhada, especialmente para aqueles que são sensíveis aos preços. A facilidade da gestão das transações fornecedor-consumidor

contribuiu para a explosão positiva da plataforma. (ROMA; PANIELLO; LO NIGRO, 2019).

Porém, antes de identificar as motivações que levam uma pessoa a compartilhar o que tem ou utilizar o que é de uma outra, como no caso da Airbnb, é preciso levar em consideração o alto grau de confiança que é requerido neste tipo de relação, não só para o consumidor, como também para o fornecedor. A tecnologia, nas suas variadas formas, reinventou e segue reinventando a confiabilidade das partilhas entre indivíduos (BOTSMAN; ROGERS, 2010). A partir desta conexão de confiança, é possível traçar os motivos pelos quais o compartilhamento passa a ser uma opção.

Guttentag *et al.* (2017) reconhecem que o preço ou outros benefícios económicos aparece como um fator motivacional para os consumidores de serviços de alojamento local em todos os estudos científicos que os autores consultaram, algumas vezes como principal motivação, outra vezes não sendo tão relevante para a escolha.

Fatores como amabilidades e a disponibilidade de um espaço doméstico, autenticidade, interação com os locais e demais benefícios sociais, sustentabilidade e localização, são as outras principais motivações traduzidas na literatura científica que se revelam importantes para a preferência pelo consumo colaborativo para alojamento local (GUTTENTAG; SMITH; POTWARKA; HAVITZ, 2017).

De fato, sobre o ambiente doméstico, a oferta de benefícios que se conectam com valores pessoais dos consumidores, quando estes prezam, por exemplo, semelhanças com o conforto caseiro numa experiência de hospedagem, é um atrativo motivacional para a escolha da plataforma por parte dos hóspedes (MAYASARI; HARYANTO, 2018).

Já para os anfitriões de propriedades listadas na Airbnb, por exemplo, as principais motivações em alugar um espaço disponível é a oportunidade de conhecer novas pessoas e ganhar dinheiro extra (BOTSMAN; ROGERS, 2010).

Em Portugal, o décimo mercado do mundo mais relevante para a Airbnb, há mais imóveis disponíveis pela plataforma que na Alemanha ou na China. O modelo é visto como sobrevivência económica, uma vez que o país regista um aumento do custo de vida e grande parte dos cidadãos portugueses ganham o salário base de 600 euros (FAGET, 2019).

5 Centro Histórico do Porto

Aliada à importância de Portugal para a plataforma, a escolha pelo Centro Histórico do Porto como objeto de estudo de caso dá-se pela sua importância representativa perante o turismo português e mundial. Em 1996, o Centro Histórico do Porto foi classificado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e

a Cultura, a UNESCO, como Património Mundial da Humanidade, uma vez que “este bem possui um notável valor universal pelo seu tecido urbano e pelos seus inúmeros edifícios históricos que testemunham o desenvolvimento ao longo do último milénio de uma cidade europeia virada para o Ocidente pelas suas ligações comerciais e culturais” (PORTO, 2019).

Os números da Airbnb na área urbana do Porto são significativos. Em maio de 2018, foram gerados mais de 80 milhões de euros de rendimentos aos proprietários dos 15 mil alojamentos registrados na plataforma. A maioria das acomodações concentra-se no centro da cidade, cuja capacidade de alojamento ultrapassa o número de residentes permanentes (FERNANDES; CHAMUSCA; MENDES; CARVALHO, 2018).

A classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial da Humanidade permite uma maior monitorização do terreno em função do combate a irregularidades, assegurando a autenticidade arquitetónica e principalmente histórica das edificações (UNESCO, 2019). É uma prática que pode auxiliar na fiscalização dos alojamentos locais na área urbana do Porto, para que o impacto na urbanização no Centro Histórico seja o mais reduzido possível.

Na zona do Centro Histórico, em março de 2019 havia 69 alojamentos disponibilizados por anfitriões, classificados em sete tipos de acomodação: (a) loft inteiro, que corresponde a um estúdio; (b) apartamento inteiro; (c) quarto privado, localizado dentro de apartamento; (d) casa inteira; (e) apartamento inteiro com serviços incluídos, o mesmo conceito de apartamento inteiro porém com a taxa de serviço incluída; (f) quarto de hotel, precisamente quarto de aparthotel e (g) condomínio inteiro, referente a um condomínio com apartamentos. São, portanto, 254 camas disponíveis a hóspedes na área urbana do Porto em todos os tipos de acomodação supracitados, sendo a capacidade instalada de alojamento, ou seja, a quantidade de camas disponibilizadas a hóspedes multiplicada pelos 365 dias do ano, de 92.710 leitos disponíveis (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

6 Metodologia aplicada para o estudo de caso

Analisou-se, para este trabalho, o grau de satisfação dos hóspedes em relação à acomodação nos apartamentos inteiros e/ou apartamentos inteiros com serviços incluídos oferecidos pelos anfitriões cadastrados na plataforma Airbnb, na região do Centro Histórico do Porto. A análise deu-se a partir da observação dos comentários realizados pelos hóspedes após o período de estadia na própria plataforma, através do sistema de reputação online adotado pela Airbnb, até o mês de março de 2019.

O intuito é identificar a satisfação dos consumidores com esta nova forma de hospedagem, uma vez que os números da Airbnb sugerem um crescimento

exponencial em nível global e local, e pode-se construir, a partir dos resultados, uma ideia de tendência para a expansão, ou não, da plataforma no Centro Histórico do Porto.

O tipo de acomodação escolhida para análise é a mais comum entre as disponibilizadas pelos anfitriões nesta área, correspondendo a aproximadamente 80% dos alojamentos disponíveis. Em relação à capacidade de alojamento dos apartamentos, correspondem a 76.285 leitos disponíveis. São 54 alojamentos do tipo apartamento no centro do Porto (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

A avaliação dos hóspedes é solicitada via e-mail após a utilização do serviço da plataforma, e é realizada de forma totalmente online. Para cada critério, o hóspede pode realizar a avaliação classificando-o com até cinco estrelas. Os critérios de análise são: (a) experiência geral, a fim de retratar a experiência geral do hóspede; (b) limpeza do local; (c) precisão das informações, em relação ao espaço; (d) valor, a fim de avaliar a sua relação com a qualidade oferecida; (e) comunicação entre o hóspede e o anfitrião; (f) *check-in* – a sua praticidade e (g) localização (AIRBNB; *Como funciona a avaliação com estrelas?*, 2019).

Na análise para os 54 apartamentos disponíveis, dez unidades ainda não estão classificadas no *website* da Airbnb, uma vez que não têm comentários/avaliações suficientes de hóspedes (no mínimo três) para configurar uma classificação com estrelas. Para o estudo, subtraiu-se, portanto, estes dez apartamentos da avaliação, contando com a avaliação final de 44 alojamentos.

7 Os efeitos da nova alternativa de hospedagem: a AIRBNB

Considerando-se que, numa escala de zero a cinco estrelas para os 44 apartamentos avaliados, e adotando o pressuposto que meia estrela corresponde a 0,5, a média simples de satisfação da experiência geral dos hóspedes é 4,7. Ou seja, há um índice de satisfação de 94% em relação à experiência geral do utente (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

O critério de localização lidera a classificação de satisfação dos utentes com cinco estrelas, seguido pelos critérios de precisão, comunicação e *check-in*, empatados com uma média de 4,8 estrelas. A limpeza é um critério que tem como média de satisfação 4,7 estrelas e o valor é o critério de análise que aparece por último na classificação, com a média de 4,6 estrelas (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

O índice elevado de satisfação geral é esperado pela própria Airbnb. Segundo Joe Gebbia, um dos fundadores da plataforma, a ideia do negócio de receber pessoas em sua própria casa é bem-sucedida porque os hóspedes tratarão a casa do anfitrião como sua (GEBBIA, 2016). Sentir-se em casa é uma proposta de valor que a Airbnb oferece

para os hóspedes, o que se pode confirmar através dos comentários deixados pelos utentes no ato da classificação.

Ao analisar estes comentários na plataforma, pode-se atestar o grau de satisfação dos hóspedes referente às hospedagens realizadas nos apartamentos inteiros e apartamentos com serviços incluídos inteiros disponíveis no Centro Histórico do Porto. Em relação à experiência geral, o hóspede Luís regista, referente ao apartamento em que esteve acomodado, o seguinte comentário: “o apartamento tem uma localização óptima mesmo ao lado da Avenida dos Aliados. Apartamento bem decorado e muito confortável. Excelente para dois casais com filhos [...] Fomos recebidos com um simpático pack de boas-vindas: vinho, bombons e fruta”. A utente Marina confirma a satisfação comentando sobre a sua estadia: “fomos muito bem recebidos e realmente superou as nossas expectativas [...] Viajámos com um bebé e o Mário prontificou-se a colocar um berço no quarto. O apartamento é muito central e ao mesmo tempo muito sossegado – adorámos!” (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

Uma das utentes, a Letícia, regista o seu comentário sobre o apartamento: “[...] é um apartamento bem equipado, o que privilegia quem gosta de fazer uma refeição em casa”. Beatriz, outra hóspede que apontou a sua experiência na Airbnb, comenta: “apartamento super giro e confortável, central, perto de transportes, mercado e várias atracções da cidade. O Fernando esteve sempre disponível durante toda a estadia, sempre simpático e com respostas rápidas. A reservar novamente na próxima visita ao Porto. Recomendo!” O utente Miguel identificou o que exatamente o deixou satisfeito: “com Netflix e oferta de cápsulas de café e chá. Recomendo sem dúvida” (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

Quanto ao critério localização, classificado com a pontuação máxima pelos utentes que registaram avaliações na plataforma referente às suas experiências, a Letícia comenta: “o apartamento do Nuno é muito bem localizado, o que facilita a vida de quem pretende deslocar-se a pé ou de transporte colectivo pela cidade do Porto”, a utente Solange confirma: “excelente localização” e o hóspede Fernando regista: “localização e condições excelentes!! A recomendar e a repetir, sem dúvida!!!” “A localização é excelente, perto de lojas, comércio e com uma padaria ao lado. Fiquei pouco tempo mas com certeza voltaria”, relata em sua avaliação a utente Luiza (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

Sobre critérios como, comunicação e check-in, a Tânia aponta: “a comunicação e o check-in foram óptimos”. O hóspede João regista: “a recepção no alojamento correu muito bem e foi bastante flexível, face ao atraso que tivemos na viagem”. Barbara afirma: “nossa experiência foi ótima. Comunicação com o Miguel e o João foi ótima”. A

Nathalia elogia o seu anfitrião: “O Mário é muito atencioso e pontual”. O hóspede Jaime regista um ponto positivo na sua experiência: “o Tomás foi um excelente anfitrião” (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

O serviço de hospedagem também está sujeito a críticas negativas, mesmo que de uma forma minoritária, como é o caso de alguns hóspedes cujos comentários também foram extraídos das experiências nos alojamentos do Centro Histórico do Porto.

A Carmen pondera em seu depoimento sobre sua experiência: “a nível de limpeza, deixou bastante a desejar. Apartamento sujo de um modo geral”. A hóspede Lia informa na sua avaliação: “infelizmente o apartamento não é limpo como deveria e as fotos inspiram um cuidado que não é real. O apartamento tem um vão central descuidado e sujo”. A Edith comenta sobre a sua hospedagem: “muito barulhento, tanto pela obra no prédio ao lado quanto pelos vizinhos dos outros apartamentos. Comento que é impossível descansar durante o dia”. O hóspede João detalha um pouco mais a sua insatisfação: “ambas as casas de banho estavam sujas, na zona da cozinha a limpeza também tinha muitas falhas, o frigorífico estava sujo e máquina de lavar loiça além igualmente suja, tinha restos de comida. Nos quartos o panorama não foi muito melhor!” (AIRBNB; PORTO CENTRAL; PORTO – CASAS, 2019).

8 Conclusão

Conforme exposto, o objetivo deste trabalho foi medir a satisfação dos hóspedes em relação à plataforma Airbnb, alternativa à hospedagem tradicional, sem fazer qualquer comparação paralela. Pode-se concluir com este trabalho que, ao analisar a média global de satisfação dos utentes da plataforma em relação à hospedagem no Centro Histórico do Porto, 94% de aprovação é um índice consideravelmente elevado para medir a satisfação de um serviço.

Embora a percepção negativa da experiência seja facilmente identificada, percebe-se que esta alta aprovação se dá especialmente pela proposta agregada de sentir-se em casa ao hospedar-se num local, seja para trabalho ou lazer, uma vez que a maioria dos comentários dos utentes remetem a este tipo de sentimento.

Detalhes como a possibilidade de cozinhar refeições, lavar roupas, assistir filmes e séries em plataforma *streaming*, possuir um berço na acomodação sem custos adicionais, tornam a aceitação bem-sucedida na área urbana do Porto. Pode-se afirmar que, tendo este nível de aceitação por parte dos usuários, a Airbnb é e continuará sendo tendência no Centro Histórico do Porto.

O que é preciso considerar neste estudo é a limitação de apenas se terem analisado os comentários registados na plataforma. É uma forma eficaz de chegar a um

resultado de tendência, porém, para próximas pesquisas, acredita-se que será proveitoso a aplicação de questionários, elaborados com o intuito de investigação científica, para os utentes da plataforma na localidade a estudar. Será possível perceber, com maior exatidão, a motivação e real satisfação dos utentes da Airbnb.

Uma linha de pesquisa interessante seria, por exemplo, analisar o impacto da plataforma na vida dos moradores do Centro Histórico do Porto. A urbanização é real, e confirmar este impacto que tem sido referido na literatura científica pode contribuir para o estudo ou a efetivação de medidas redutoras dos efeitos, se necessário. Outra linha que seria relevante é a análise dos efeitos da Airbnb na preservação do património histórico. Se há uma perda da identidade e história no Centro Histórico do Porto, até que ponto esta alternativa de hospedagem é viável para a cidade?

Referências

AIRBNB. **Airbnb comemora o marco de 500 milhões de chegadas de hóspedes.** Abr. 2019. Disponível em: Airbnb.com: <https://press.airbnb.com/br/airbnb-comemora-o-marco-de-500-milhoes-de-chegadas-de-hospedes/>

AIRBNB. **Como funciona a avaliação com estrelas?** Mar. 2019. Disponível em: Airbnb.com: <https://www.airbnb.pt/help/article/1257/how-do-star-ratings-work>.

AIRBNB. **Porto Central, Porto – Casas.** Mar. 2019. Disponível em: Airbnb.com: https://www.airbnb.pt/s/Porto-Central--Porto-Portugal/homes?refinement_paths%5B%5D=%2Fhomes&query=Porto%20Central%2C%20Porto%2C%20Portugal&place_id=ChIJtFKDu-RkJAOReHj0ft_GUjE&allow_override%5B%5D=&s_tag=diLFAe67.

ANDERSON, T. D. The Tourist in the Experience Economy. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, p. 46-58, abr. 2017.

BOTSMAN, R.; ROGERS, R. **What's mine is yours: the rise of collaborative consumption.** Nova Iorque: Harper Business, 2010.

BRENDAN, R.; MURPHY, J.; ALTIN, L. Premium offerings in the sharing economy: Authentic immersions. **Journal of Revenue and Pricing Management**, v. 17, n. 4, p. 244-255, ago. 2018.

BROSSAT, I. **Airbnb, la ville ubérisée.** Paris: La ville brûle, 2018.

FAGET, J. **A “uberização” do trabalho em Portugal.** Jul. 2018. Disponível em: Deutsche Welle: <https://www.dw.com/pt-br/a-uberiza%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-em-portugal/a-49761133>.

FERNANDES, J. A.; CHAMUSCA, P.; MENDES, T.; CARVALHO, L. **O Porto e a Airbnb.** Porto: Book Cover Editora, 2018.

FERRI, M. A. A Business Model for Accessible Tourism. **L. Aiello, Management of Cultural Products: E-Relationships Marketing and Accessibility Perspectives.** Roma: IGI Global, 2014. p. 287-302.

GEBBIA, J. **Como o Airbnb projeta para a confiança.** Fev. 2016. Disponível em: TED Talks: https://www.ted.com/talks/joe_gebbia_how_airbnb_designs_for_trust?language=pt#t-191797.

GURRAN, N.; PHIBBS, P. When Tourists Move In: How Should Urban Planners Respond to Airbnb? **Journal of the American Planning Association**, v. 83, n. 1, p. 80-92, jan. 2017.

- GUTTENTAG, D.; SMITH, S.; POTWARKA, L.; HAVITZ, M. Why Tourists Choose Airbnb: A Motivation-Based Segmentation Study. **Journal of Travel Research**, v. 57, n. 3, p. 342-359, abr. 2017.
- HORN, K.; MERANTE, M. Is home sharing driving up rents? Evidence from Airbnb in Boston. **Journal of Housing Economics**, v. 38, p. 14-24, dez. 2017.
- JOHNSON, G.; WHITTINGTON, R.; SCHOLLES, K.; ANGWIN, D.; REGNÉR, P. **Exploring Strategy Text and Cases**. Harlow: Pearson Education, 2017.
- KLUČNIKOV, A.; KRAJČÍK, V.; VINCÚROVÁ, Z. International sharing economy: The case of airbnb in the Czech Republic. **Economics and Sociology**, v. 11, n. 2, p. 126-137, maio 2018.
- MAYASARI, I.; HARYANTO, H. Motivational factors of collaborative consumption in the era of sharing economy. **Gadjah Mada International Journal of Business**, v. 20, n. 3, p. 331-353, set. 2018.
- PORTO, C. M. **Património Mundial**. Mar. 2019. Disponível em: Câmara Municipal do Porto: <http://www.cm-porto.pt/cultura/patrimonio-cultural/patrimonio-da-humanidade>.
- ROMA, P.; PANNIELLO, U.; LO NIGRO, G. Sharing economy and incumbents' pricing strategy: The impact of Airbnb on the hospitality industry. **International Journal of Production Economics**, 214, p. 17-29, mar. 2019.
- UNESCO, C. N. **Centro Histórico do Porto**. Set. 2019. Disponível em: UNESCO Portugal: <https://www.UNESCOportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto>.
- ZERVAS, G.; PROSERPIO, D.; BYERS, J. W. The Rise of the Sharing Economy: Estimating the Impact of Airbnb on the Hotel Industry. **Journal of Marketing Research**, p. 687-705, out. 2017.

Centro Histórico do Porto Património Mundial da UNESCO: a importância da manutenção identitária e o seu controlo pela administração pública

Carlos Rodrigues*
Ana Campina**

Resumo: A identidade e diferenciação de um povo traduz-se na forma peculiar com que cada comunidade vive e a transmite geracionalmente. O Centro Histórico do Porto foi incluído pela UNESCO, em 1996, na lista indicativa do Património Mundial, facto que por si só é demonstrativo da peculiaridade de um pedaço de uma cidade diferenciadora da restante urbe, à qual pertence, e é digna de nota a nível mundial pela traça originária e secular distinta do resto do país e do mundo. A importância desta identidade é tão intrínseca à população portuense que, apesar do grande fluxo turístico, tem sido até agora capaz de a manter. As entidades públicas têm permitido a recuperação urbanística sem a ferir. Este estudo apresenta a evolução do turismo e da recuperação urbanística e o seu controlo pelas entidades públicas de modo que a urbe não seja minimamente beliscada, facto que, entre outros aspetos, é visível pela quase ausência de infrações urbanísticas apesar da constante e ampla recuperação do edificado, mas os crescentes fluxos turísticos começam a colocar em causa a história viva que só pode ser mantida com uma população residente.

Palavras-chave: Centro histórico. Património. Turismo. Urbanismo. Infração.

Abstract: The identity and differentiation of a people are translated into the peculiar way in which each community lives and transmits it generationally. The Porto Historic Center was recognized by UNESCO, in 1996, in the indicative list of World Heritage, which in itself demonstrates the peculiarity of a *piece* of a city that differentiates it from the rest of the town, to which it belongs and is noteworthy at the world by the original and secular characteristic distinct from the rest of the country and the world. The importance of this identity is so intrinsic to the population of Porto that, despite the great tourist flow, has been able to maintain it until now. The public entities have allowed the urban recovery without hurting. This study presents the evolution of tourism and urban regeneration and its control by public entities so that the city is not minimally nipped, a fact that, among other aspects, is visible due to the almost absence of urbanistic infractions despite the constant and wide recovery of the city. but rising tourism flows are beginning to call into question the living history that can only be maintained with a resident population.

Keywords: Historical Center. Heritage. Tourism. Urban Planning. Infraction.

1 Introdução

A identidade do Centro Histórico do Porto – CHP tem-se mantido apesar das modificações que lhe são introduzidas, sobretudo pelas dinâmicas influenciadoras dos

* Doutor em Direito Tributário Europeu; Jurisconsulto; Docente do Departamento de Direito Universidade Portucalense; Investigador do Instituto Jurídico Portucalense – IJP. *E-mail:* crodrigues@upt.pt

** Doutora em Direitos Humanos; Politóloga; Leitora da Cátedra da UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Docente do Departamento de Direito Universidade Portucalense; Investigadora do Instituto Jurídico Portucalense – IJP. *E-mail:* acampina@upt.pt

fluxos de turistas existentes neste espaço do Património Mundial da Humanidade reconhecido pela UNESCO, e que muitas vezes provocam um “apetite devorador” de empresários que, numa visão de muito curto prazo e redutora ao lucro imediato e “fácil”, estavam dispostos a introduzir modificações ao meio urbanístico, caracterizador intrínseco à vivência milenar da população da urbe.

É que a identidade da presença humana na urbe pressupõe uma existência milenar da sua vivência. Significa isto que se ela deixar de existir essa presença humana, de imediato é posta em causa a cultura intrínseca de determinado povo, na sua polis, e que se traduz na interação com o seu meio urbano, que produz, assim, a inerente distinção com o resto da urbe e a diferencia dos restantes meios – Patrimónios – nacionais e internacionais.

Qualquer um de nós sabe perfeitamente que o direito à preservação dos Centros Históricos está plasmado no Contrato Social, isto é, na Constituição da República Portuguesa. Todos nós sabemos que a Constituição da República Portuguesa também impõe que todo o ser humano tenha direito a uma habitação digna para.

Decorre daqui que o direito à habitação de todos aqueles que ali residem no CHPPM, e que ali devem continuar a residir, tem que obrigatoriamente se interligar com a manutenção daquele Centro Histórico vivo e diferenciado do resto da cidade, e por isso caracterizador daquele pedaço da polis, realidade que não pode ser posta em causa pelos fluxos turísticos e com as conseqüentes modificações e afetações do edificado para esse turismo, sob pena de se desvirtuar o CHPPM, enquanto pedaço da história da urbe.

Para que essa identidade se mantenha é necessário que as entidades públicas que estão afetas ao controlo do edificado no CHPPM, façam o seu trabalho de controlo de modo que os edifícios e restantes elementos caracterizadores, logo identificadores daquele pedaço da urbe – Porto –, e por conseguinte identificadores da vivência milenar das gentes que ali deixaram o seu testemunho vivo, possam ser mantidos, logo preservados, para memória das gerações vindouras.

O objeto deste estudo prende-se exatamente com o controlo que as principais entidades que têm a seu cargo a manutenção do edificado característico, logo caracterizador, do CHPPM, fazem quando permitem que sejam feitas obras de manutenção dos edifícios.

Com vista a conhecer-se esse controlo vamos analisar a atuação da “Direção Geral do Património Cultural”, da “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.” e da “Câmara Municipal do Porto” na manutenção do edificado, ou seja, conhecer a sua atuação ao longo dos últimos anos e as decisões que tomaram para que o edificado mantenha a sua traça original e caracterizadora do CHPPM.

Tenha-se em atenção que este controlo passa por duas etapas completamente distintas, a saber. Primeiro pelo controlo prévio e de acompanhamento ao edificado e às obras de manutenção que se queiram fazer. Segundo, se houver violações legais quando se façam alterações ao edificado, então os prevaricadores, os infratores, são sancionados através de aplicações de coimas pela Câmara Municipal do Porto.

Chamamos a atenção de que este estudo, concebido por pessoas da área jurídico/política, se centra apenas neste controlo efetivo, e, para chegarmos à análise desse controlo efetivo, faremos uma descrição da história recente do CHP até chegar ao momento atual de ser considerado Património Mundial, seguindo-se, então, a descrição e análise de como é que a “Direção Geral do Património Cultural” atua para controlar o edificado, de que modo é que a “Sociedade de Reabilitação Urbana” desenvolveu o seu trabalho para que o edificado mantivesse a sua traça original e não fosse alterada aquando da realização de obras de manutenção e, finalmente, como é que “Câmara Municipal do Porto” tem sancionado os infratores, quer em termos de quantidade de infratores, quer quanto aos valores das coimas que têm sido aplicadas, quando são detetadas infrações pelos serviços de fiscalização dos serviços municipais.

É este o objeto deste estudo, em que metodologicamente analisaremos as tomadas de decisão da Sociedade de Reabilitação Urbana, apoiadas pela colaboração com Direção Geral do Património Cultural, assim como da Câmara Municipal do Porto relativamente às infrações urbanísticas que possam ter existido, e que culminará nas conclusões a que chegarmos.

2 Metodologia

No que concerne à investigação e produção científica do presente trabalho, aplicou-se no plano de base a metodologia qualitativa, com recurso a fontes jurídico-legais, bibliografia, recursos institucionais, e por conseguinte, uma análise documental e procedimental. Esta conjuntura remeteu-nos um estudo interpretativo metodológico quantitativo, caracterizando-se assim, por uma investigação e produção mista. Neste plano, importa salientar que os resultados aqui apresentados apoiam-se numa base jurídico-legal, nacional e regional, com recurso à análise da ação institucional, numa frutífera parceria, que permitiu acesso a dados e factos originais, tal como a verificação da veracidade dos factos. Por fim, procedeu-se a uma ampla análise e estrutura sociológica, histórica e atual, que visou e capacitou os autores de recursos transversais permitindo a apresentação deste trabalho.

3 A identidade do povo/nação vertida na Constituição

A identidade fulcral de um Povo/Nação, organizado em Estado, é traduzida no contrato social em que se estrutura politicamente e que impõe aos órgãos públicos que não de reger as obrigações que têm que respeitar para o exercício público das funções que os poderes democráticos lhe impõem que cumpram e que traduzem a identidade desse mesmo Povo como substrato humano intrínseco à constituição e existência do Estado/Nação, no caso de Portugal.

A Constituição da República Portuguesa – CRP – no artigo 9.º impõe ao Estado um conjunto de tarefas fundamentais e que se consubstanciam, no que para aqui interessa, em *promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo* e que se traduz obrigatoriamente na *efetivação dos direitos culturais*, obrigando-o para tanto a *proteger e valorizar o património cultural do povo português* e, para isso, entre outros aspetos, está também obrigado a *assegurar um correto ordenamento do território*.

Esta identidade cultural de um Povo que a marca do tempo impregna na natureza, designadamente na urbana como Polis identitária da vivência em comunidade do Povo, acarreta para cada geração a obrigação imposta no contrato social que proteja e valorize o seu património cultural pela simples razão que é essa a marca perene de identidade impressa *ad eternum* na singeleza de cada lugar como história vida da permanente passagem identitária do Povo como marca distintiva dos outros Povos.

Esta marca identitária e civilizacional é vertida na dignidade da pessoa humana, enquanto elemento único e fulcral de que se compõem um Povo, a que a organização política que foi instituída no contrato social tome as medidas necessárias para que todas as pessoas tenham, como direito inalienável, *para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar*, como dita o artigo 65.º da CRP.

Esta imposição do contrato social aos seus órgãos políticos, através do artigo 66.º, é plasmado que ao Estado incumbe, *por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos*, que *ordene e promova o ordenamento do território, que classifique e proteja paisagens e sítios, de modo a garantir a preservação de valores culturais de interesse histórico*, facto que só é possível *com a colaboração com as autarquias locais, para que seja efetivamente concretizada a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente a proteção das zonas históricas*.

Não nos restam dúvidas que o nosso contrato social demonstra com clarividência a marca do Povo de oito séculos de história e que se traduz na imposição às gerações de cada momento em preservarem a sua identidade para a transmitirem às gerações

futuras como marca perene dos *valores culturais de interesse histórico*, realidade esta que tem que ser conjugada com o direito de cada ser humano a uma *habitação digna*.

Não podemos olvidar que estas realidades são incumbência prioritária dos organismos públicos, quer do Estado enquanto poder central, quer das autarquias locais, ambos em estreita colaboração com os cidadãos, porque é deles que parte o interesse geral enquanto Povo e é para eles que se destinam como titulares individuais e concretos.

Façamos, então, uma breve análise ao contrato social como matriz fulcral da organização do Povo/Nação, quanto à proteção das zonas históricas como elemento fulcral identitário conjugado com a necessidade imperiosa do direito de cada ser humano a uma habitação digna.

3.1 A proteção das zonas históricas como elemento fulcral identitário

A proteção das zonas históricas como imposição do contrato social e constante da alínea e) do n. 2 do art. 66, da CRP tem que ser compreendido e interpretado através da conjugação com a efetivação do direito à proteção e valorização do património cultural do povo português, como uma tarefa fundamental do Estado, aliás constante da alínea e) do artigo 9.º da CRP.

Sobre a identidade cultural do Povo que emana do contrato social, afirma Gomes Canotilho e Vital Moreira (2007, p. 849¹) que esta imposição resulta indubitavelmente da aplicação do princípio da solidariedade entre gerações que se consuma numa ideia de justiça intergeracional e que se traduz, evidentemente, na manutenção de uma herança cultural e natural, em que se impõe a cada geração a obrigação da manutenção para a geração que a procede da identidade que recebeu daquela que a precedeu.

Como chama a atenção Gomes Canotilho e Vital Moreira (2007, p. 850), para que haja essa identidade geracional com as zonas históricas, aqui se incluindo evidentemente os chamados centros históricos, é necessário que haja uma estreita conexão desses espaços com as construções e a vida das pessoas, o apelidado ambiente urbano, que são uma demonstração viva do testemunho civilizacional passado, isto é, autênticos documentos da vida na urbe que historicamente refletem a passagem da civilização em espaço de vivência e da qualidade de vida nesse mesmo espaço físico/temporal.

¹ GOMES CANOTILHO; VITAL MOREIRA, CRP – Constituição da República Portuguesa – Anotada, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

É este espaço de vivência na urbe que está por natureza das coisas interligado com o direito que cada ser humano tem a uma habitação digna e que é refletida no contrato social que em seguida faremos uma brevíssima abordagem.

3.2 O Direito a uma habitação digna

O direito à habitação que todo o ser humano tem é reconhecido no n. 1 do art. 65 da CRP, em que analisado sob a sua vertente positiva consiste no direito que cada pessoa tem em obtê-la, quer por via de propriedade, quer pelo arrendamento, factos que impõem ao Estado, enquanto organização politicamente estabilizada, que tome todas as medidas para que seja alcançável por todos como um verdadeiro direito social.

Este direito social de habitação acarreta consigo a obrigação das entidades públicas, máxime o Estado e as autarquias locais, de planearem as mesmas com as infraestruturas necessárias às exigências dos atuais padrões de vida, nomeadamente água, saneamento, eletricidade, vias de acesso com os atuais padrões, transportes e outros equipamentos sociais, o que só pode ser conseguido através de políticas públicas direcionadas para a gestão do património e do meio ambiente, facto que é plenamente realçado por Gomes Canotilho e Vital Moreira (2007, p. 833-840).

Quando este espaço habitacional se insere em centros históricos, é imperioso que se faça a conjugação do direito a uma habitação digna com a manutenção identitária geracional e vertida na pegada humana deixada ao longo da multivivência geracional, facto que abordaremos neste trabalho sobre o *iter* traçado na recuperação urbana e a manutenção identitária historicamente decalcada naquela parte da urbe Portuense, o Centro Histórico do Porto – Património Mundial.

4 Do contexto instrumental internacional

O Estado, que são as pessoas e a sua organização política, financeira, económica, social e cultural, deve estar apoiado na permanente construção de uma Nação devidamente estruturada e consolidada. Tal só é possível se a sua permanente construção ocorra sob valores de preservação do passado, em todas as dimensões, na criação de condições para que o presente seja vivido ajustado às necessidades reais – Estado/Sociedade – e ainda numa preparação e delineação do futuro, visando uma inerente evolução e crescimento da Nação, mas, onde a memória do passado seja permanentemente preservada, considerada uma das maiores riquezas de qualquer Estado, de qualquer sociedade, para a qual as Políticas Públicas só devem concorrer. Porém, conscientes da realidade que caracteriza o Património Mundial na atualidade, nas suas potencialidades e fragilidades, e em particular ações do Estados, das

Organizações Internacionais, em particular da UNESCO, e de todos os intervenientes e responsáveis. É urgente a promoção de uma educação para a proteção do Património, uma consciencialização política dos responsáveis e dos cidadãos, e ainda, da responsabilização de todos quantos permitem ou atuam em prol de uma destruição, esquecimento e/ou perdas irreparáveis. No que concerne ao papel da UNESCO, não somente no reconhecimento de Património Mundial, mas na promoção e proteção destes espaços, certo é que existe uma necessidade premente de ação contínua de diagnóstico, reparação e proteção efetiva.

Assim, só numa ação efetiva, permanente e concertada, cumprindo as leis, normas e recomendações, nacionais e internacionais, enquanto Humanidade, poderemos promover, proteger e atuar em prol da construção de um Estado/Nação, pelas e para as pessoas, conscientes e ativas de que o Património é uma das suas maiores riquezas.

Porquanto que importa expor, sucintamente, alguns dos documentos internacionais que concetualizam, regulamentam e definem o Património. E vejamos, no que concerne à **Carta de Veneza (1964)** esta afirma que “...A humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores e a considerar os monumentos antigos como uma herança comum, assumindo coletivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e autenticidade.” E a mesma Carta afirma ainda que a noção de monumento histórico englobando não só a obra arquitetónica singular, mas igualmente a cidade, o sítio urbano ou rural, representativo da civilização singular ou acontecimento histórico, considerando igualmente as obras mais modestas, equivalentes ao património mais nobre, em termos de valor cultural a manter e a transmitir às gerações futuras.

Remontemos a 1972, aquando da realização da 17ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, adota a **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972)**. Esta define o valor de autenticidade através de 5 critérios: Design; Materiais; Artefactos; Sítio; Localização e Função/Uso. Facto que há uma evidente divergência, no que respeita ao significado dos valores de Autenticidade do Património Cultural, numa perspetiva global mundial, ou comunitária, local, naturalmente decorrentes da sua singularidade, face aos restantes povos ou nações. Ainda nesta Convenção, definem-se monumentos como obras arquitetónicas ou arte monumentais, estruturas arqueológicas, incluindo-se, obviamente as grutas e inscrições ou pinturas rupestres, e que na sua avaliação global possuam Valor Universal Excecional do ponto de vista da arte, da história ou da ciência. Mais acrescenta que:

Considerando que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elemento do património mundial da humanidade no seu todo;

Considerando que, perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à coletividade internacional, no seu todo, participar na proteção do património cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência coletiva que sem se substituir à ação do Estado interessado a complete de forma eficaz;

Considerando que se torna indispensável a adoção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos.

E é evidente que seja o número de visitantes quando não controlado, desgasta e danifica o Património, a Convenção não só reconhece os perigos, tal como responsabiliza política e socialmente os atores neste que é o Património mundial de e para toda a Humanidade. Decorre que a evolução histórica e a legislação que abrange a sua preservação assenta, na sua essência, nas orientações desta Convenção.

Já a ***Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS (1987)***,² fazendo referência aos documentos internacionais acima analisados, visando “Todas as cidades do Mundo”, tão simplesmente por considerar que são “o resultado de um processo de desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado, são a expressão material da diversidade das sociedades ao longo da sua História”. E além da inquestionável relevância desta Carta, no plano da presente investigação, importa salientar que a salvaguarda dos espaços urbanos é reconhecida “como prioridade, adentro de uma política coerente de desenvolvimento económico e social [...] em todos os níveis do planeamento territorial e do urbanismo” (ICOMOS, 1987, n. 1). Vejamos, o reforço da necessidade de ação política na gestão do território, com obrigação do Estado, promovendo uma cidadania ativa e interventiva quando refere “A participação e o envolvimento dos habitantes das cidades [...]” (ICOMOS, 1987, n. 5). Tal significa que esta é uma plena e efetiva ação em prol da construção de uma sociedade mundial que respeite e atue para a responsabilização e ação de um Estado/Nação onde todos estejamos envolvidos sob a proteção legal (nacional e internacional).

Quanto ao ***Memorando de Viena – ICOMOS/UNESCO (2005)*** assenta na importância e necessidade de dar resposta necessária à rápida, ou mesmo gradual, mudança das cidades, das paisagens e dos itinerários do património cultural. Tais mudanças resultam das mutações dos modos de vida, no desenvolvimento, no turismo e ainda, às eventuais calamidades naturais ou, mesmo, provocadas pelo ser humano.

² ICOMOS, Washington D.C, Estados Unidos da América, 7 a 15 de outubro de 1987.

Este Memorando mais evidencia a necessidade de reconhecer, proteger e manter adequadamente a presença significativa das edificações, dos sítios e das áreas dos bens culturais nos seus ambientes, de forma a diminuir a ameaça que representam estes processos de transformação contra o Património Cultural em toda a riqueza da sua autenticidade. Assim, a paisagem urbana histórica, revela-se como um elemento crucial, sob a perspectiva da sua gradual evolução ao longo da história, pelos processos de urbanização, monumentos e ainda através da integridade e autenticidade verificada no conjunto habitacional nobre e humilde que dá forma ao núcleo urbano com valor património, incluindo-se naturalmente as evidências físicas, funcionais, visuais, materiais e associativas que enaltecem as tipologias e morfologias históricas.

Quanto aos habitantes destes meios urbanos históricos, possuem tradições e “emoções” de valores singulares que os caracterizam. A coesão social e o reforço da identidade cultural e humana estiveram na vanguarda do Memorando, enfatizando a proximidade relacional entre o ser humano e o espaço onde se insere, da sua emotividade de pertença ao local, ao bairro.

À semelhança do Memorando de Viena, a ***Declaração de Xi’Na – China (2006)*** relativa à reabilitação urbana e autenticidade do património, a qual define o carácter particular de um monumento, sítio ou área do património cultural carácter particular de um monumento, definido pela sua envolvente ou ambiente circundante e cuja totalidade da área faz parte integrante do bem património cultural. Um monumento ou sítio histórico património cultural define-se como o meio característico com singular significado, protagoniza efetivamente uma interação com o ambiente natural circundante. Esta Declaração reafirma a legitimidade de usos dos monumentos, o qual necessita de proteção e promoção pelos atores políticos, cidadãos numa estreita parceria.

Por fim, a ***Carta de Interpretação e Apresentação do Património Cultural (ICOMOS) (2008)*** trata do elevado número de bens património cultural com valor tangível e intangível para preservar, e tendo em conta as dificuldades económicas e financeiras, problema presente e transversal a todas as Nações, então há que fazer escolhas ponderadas relativamente ao que preservar, como se preservar e o modo de apresentação ao público do bem património em causa. O objetivo deste documento internacional foi a definição de princípios para a interpretação e apresentação como elementos dinâmicos, tal como elementos intrínsecos e o conhecimento do bem património cultural a transmitir ao público visitante.

Em suma, os documentos internacionais são tão abrangentes quão perentórios e incisivos, norteando os Estados e os Seres Humanos. Estes visando uma efetiva adaptação às necessidades de promoção e proteção do Património da Humanidade, e

da preservação da memória, como elementos basilares da vida humana, para que os Estados assumam a sua responsabilidade, não optativa, e se promova uma incondicional educação permanente das sociedades para a pertença e, simultânea, responsabilidade e responsabilização, de *todos* em prol da sua preservação.

5 O Centro Histórico do Porto – Património Mundial

É sobejamente conhecido o facto de o Centro Histórico do Porto ter sido incluído na Lista de Património Mundial da UNESCO em 5 de dezembro de 1996,³ na cidade de Mérida, no México, facto que foi registado no Decreto n. 67/97, de 31 de Dezembro, do Ministério da Cultura,⁴ como Imóvel de interesse público e registado no ANEXO II daquele diploma legal.

O Centro Histórico do Porto – Património Mundial⁵ – CHPPM – passou a designar-se “Monumento Nacional”, através da modificação operada pelo n. 3 do art. 15 da Lei n. 107/2001, de 8 de setembro.⁶

Para se manter esta estrutura urbana em perfeito estado de conservação, é necessário que sejam criadas estruturas de acompanhamento que permitam que a sua traça identitária não sofra a mínima beliscadura e a urbe continue a perpetuar a história viva e vivida para as gerações futuras.

Face a esta realidade passamos agora em revista as ideias cruzadas e originadas por outras realidades mundiais que tiveram também necessidade de manter viva a sua história, fazendo-o, evidentemente, com a necessária ligação à zona histórica do Porto.

6 A evolução das estruturas de reabilitação urbana

6.1 Antecedentes

a) Europeus

Na reabilitação dos centros históricos interligam-se, evidentemente, sempre dois fatores indissociáveis, ou seja, a normatização, facto que releva da necessidade de

³ Veja-se a página da Internet da UNESCO – <http://whc.UNESCO.org/en/list/755> – consultado em 2019-06-26. Aqui encontram-se explicitados os fundamentos da UNESCO para integrar o Centro Histórico do Porto na lista do Património Mundial, tendo subjacente o facto de ser considerado por aquela organização internacional como um local “...to be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history...”

⁴ Veja-se o Diário da República — I Série-B n. 301 de 31-12-1997 – p. 6892 e seguintes, in <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>.

⁵ A UNESCO na sua página da internet – <http://whc.UNESCO.org/en/list/755/> – acesso em 26 jun.2019 – faz um resumo que densifica na perfeição a milenar idade do Porto e a sua vertente marítima e característica que estiveram na base da sua consideração como “Património Mundial”.

⁶ Veja-se o Diário da República n. 209/2001, Série I-A de 2001-09-08, p. 5808 a 5829, in <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>.

plasmar em lei o que é ou não permitido fazer-se, e a sua operacionalização prática através da concretização em cada caso das normas legais.

Portugal nesta matéria não segue uma linha inovadora e originariamente criada por si, sendo antes fruto da absorção das experiências internacionais que nesta matéria foram acontecendo, e aqui trazemos apenas e só três exemplos extraídos de Inglaterra, França e Itália.

Fruto da evolução do pensamento humano nos anos sessenta sobre a sociedade de então, nascem novas abordagens à cidade por Kevin Lynch, Françoise Choay, Gordon Cullen, Jane Jacobs ou Christopher Alexander, entre outros, pondo de lado uma visão assente no mito do internacionalismo e do funcionalismo subjacente ao pensamento da arquitetura de então.

Passa a olhar-se para a cidade como um organismo global em que forçosamente se integram e se interligam o decurso do tempo, das instituições e do meio ambiente, perpetrado e interpenetrado pelo homem, que por tal lhe dava uma sedimentação memorial que se traduzia indubitavelmente na evidência da memória coletiva e que teve a sua abordagem inicial na publicação de NORBERG-SCHULZ, Christian com o tema de “A paisagem e a obra do homem” (NORBERG-SCHULZ, *Arquitectura*, n. 102, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1968 Março/Abril).

Nesta análise interpretativa da comunidade urbana participam novos atores, historiadores, sociólogos e geógrafos, entre outros, facto demonstrativo do interesse que estas matérias têm na comunidade internacional quando se debatem os problemas da urbe.

A realidade discursiva leva a que diferentes governos chamem a si planos de renovação dos seus meios urbanos, aliás no seguimento de leis existentes desde o início do século XX e que foram em muito influenciadas pelas destruições maciças dos tecidos urbanos provocados pelas duas guerras mundiais. Para evidenciar esta realidade apresentamos apenas criações legislativas de dois países europeus.

Em Inglaterra surge em 1953, fruto da Lei Inglesa do Património – Historic Buildings and Ancient Monuments Act –, a Conservation Area que define como area of special architectural or historic interest the character of appearance of which it is desirable to preserve or enhance (Planning (listed buildings and conservation areas) Act 1990, Her Majesty’s Stationery Office).

Em França nasce em 1962 a apelidada Loi Malraux com o fim específico de proteção do património nacional e que origina a criação na legislação dos Secteurs Sauvegardés e que mais não faz do que a limitação de setores que présentent un caractère historique, esthétique ou de nature à justifier la conservation, la restauration et la mise en valeur de tout ou partie d’un ensemble d’immeubles.” (FRANCK,

“L’envers du décor ou comment faire d’une vieille pierre deux coups”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n. 180, Paris, Groupe Expansion, 1975 Julho-Agosto).

Também no campo da atuação concreta em centros históricos evidenciamos três exemplos de países da Europa que nesta matéria levaram a cabo operações de reabilitação urbana.

Em Inglaterra as intervenções urbanas surgem em forma de estudo-piloto, fruto da integração das áreas protegidas na política de planeamento urbano e territorial em consequência do Civic Amenities Act de 1967 que disciplina, pela primeira vez, a conjugação do planeamento urbano com a proteção do seu património. Coeva com a preparação legislativa o governo apoia a realização de estudos piloto em York, Chester, Bath e Chichester, ao mesmo tempo que se implementa o Preservation Policy Group com o objectivo de definir a política nacional de reabilitação. Em 1974-1975 o Conselho da Europa reconhece o labor inglês ao escolher as cidades de Chester e Bath, no âmbito do Ano Europeu do Património Arquitectónicos, como “Projetos Piloto Britânicos”.

França caminha neste sentido ao criar os secteurs sauvegardés através do Ministère des Affaires Culturelles e sob a alçada da então criada Lei n. 62.903, de 4 de agosto de 1962, desenvolvida ao longo da década de 70 e inserindo-se nos anos 80 nos Plans de Sauvegarde do Code de l’Urbanisme França. Exemplos de salvaguarda do património Francês de então são as cidades de Carcassone e de Bourges.

Houve críticas sobre a sua implementação prática, porquanto se entendia que a reabilitação era eminentemente turístico-comercial (FRANCK, “L’envers du décor ou comment faire d’une vieille pierre deux coups”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n. 180, Paris, Groupe Expansion, 1975 Julho-Agosto), dando origem à chamada teoria da “animation urbaine”.

Itália prossegue caminho similar sobretudo com o Plano de Bolonha integrando-se assim na filosofia da “conservação integrada” institucionalizada em textos do “Ano Europeu do Património Arquitectónico” e que terminou com a publicação da CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO – Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de Setembro de 1975, que assumia que os centros históricos eram um quarto património monumental e constituíam uma reserva cultural de valor incalculável (BENEVOLO, “O Último Capítulo da Arquitectura Moderna”, Lisboa, Edições 70, 1985). Fazem-se recuperações em centros históricos de diversas regiões como, por exemplo, Lombardia, Emília Romana e Veneto. É especialmente estudada e analisada a recuperação de Bolonha, iniciado em 1963, que incorpora claramente ideais de coesão social, sustentabilidade e regeneração urbana, amplamente divulgado na Europa e conhecida em Portugal através da publicação de Cervellati e Scannavini (CERVELLATI;

SCANNAVINI, “Bologna, politica y metodologia del restauro”, Bolonha, Ed. Il Mulino, 1973).

b) Nacionais

A Direção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas durante os anos 50 e 60 do séc. XX organizou múltiplos colóquios e congressos que foram prosseguidos depois de 1968 pelo Serviço de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana que ao tempo integrava arquitetos que estagiaram nas cidades europeias em que esta temática se discutia e aplicava amplamente. Este conhecimento e formação técnica foram fundamentais para o estudo e aplicação da preservação e reabilitação urbana em Portugal.

Em 17 de Dezembro é publicado o Decreto-Lei n. 560/71 que introduz em Portugal a figura de “Plano de Pormenor” (Decreto-Lei n. 560/71 de 17 de Dezembro, Diário do Governo n. 295, 1ª Série). O Decreto-Lei n. 8/73, de 8 de Janeiro (Diário do Governo n. 6/1973, Série I de 1973-01-0) dá à estampa o “Plano de Urbanização de Pormenor” e cuja elaboração e execução é da responsabilidade do Fundo de Fomento Nacional ou das Câmaras Municipais, o que permitia que se dispusesse de um novo instrumento para facilitar a renovação urbana com excessiva ocupação, insalubres, inestéticas ou com más condições de solidez ou de segurança.

Na cidade do Porto já tinha sido elaborado de um Plano Diretor Municipal pelo urbanista francês Robert Auzelle (finais de 1962) que previa uma “renovação urbana” com a demolição de alguns quarteirões, a manutenção das fachadas de interesse turístico, contudo defendia-se que os seus habitantes fossem desalojados para as periferias ou bairros sociais, isto é, uma renovação para a valorização fundiária, a potenciação turística e a terceirização da urbe.

O arquiteto Fernando Távora reconhece no seu “Relatório de 1969”, aquando da orientação do Grupo de Trabalho criado na Direção dos Serviços de Habitação da Câmara Municipal do Porto que aquele modelo não podia ser aplicado e propõe a salvaguarda da Ribeira em face do seu valor histórico da Ribeira, tendo subjacente um estudo piloto realizado no Barredo, isto é faz realçar o espaço físico impregnado pelo significado que lhe dá a comunidade local com a sua vivência sociocultural.

6.2 Origem e evolução das entidades responsáveis pela gestão do CHPPM

Fruto desta evolução em 7 de outubro de 1974 foi criado o Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB) através do Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente (Diário da República n. 233, II Série, 7 de Outubro de 1974) (A.a.V.v. – Porto

património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000) e suportado no Decreto-Lei n. 315/74 de 9 de Julho (Diário da República n. 158, I Série) que permitia no seu artigo 1.º Artigo que os ... Ministros... nomea(ssem) comissários do Governo encarregados da missão de preparar relatórios ou estudos sobre situações de facto e elaborar propostas ou estudos de carácter legislativo e de coordenar ações de diferentes departamentos do Estado e, no caso especial do Ministério da Administração Interna, da administração local.

A criação deste comissariado tem subjacente a visita que em junho de 1974 o Secretario de Estado da Habitação e Urbanismo, arquiteto Nuno Portas, faz ao Barredo em que convidou o arquiteto Jorge Gigante para seu primeiro Comissário.

A independência do Comissário em relação ao poder local permite-lhe estar distante de todos os interesses e vícios que pudessem estar subjacentes a uma intervenção desta envergadura e suportar-se nos estudos já realizado pelo Grupo de Trabalho do arquiteto Fernando Távora, aportando a si toda a influência que os estudiosos e bolseiros foram buscar às práticas e teorias desenvolvidas pela Europa a que acima aludimos, o que permite a este comissariado iniciar imediatamente os seus trabalhos, fazendo-o inicialmente com projetos dos gabinetes de arquitetos como Álvaro Siza, Francisco Guedes, Rolando Torgo ou Bernardo Ferrão, uma vez que a curto prazo cria o seu departamento de arquitetura (ESTEVES, A Preservação dos Centros Históricos – Porto/Quito”, Porto, FAUP, 1989 – (policopiado – Seminário de Pré-Profissionalização – Tema IV)).

Jorge Gigante termina as suas funções em 31 de julho de 1979 e é substituído por assessor nomeado pela Câmara Municipal do Porto que por sua vez em 1983 substitui esta figura por um coordenador.

Organizacionalmente o CRUARB integra no início 30 funcionários, entre os quais, arquitetos, engenheiros, desenhados, historiadores e também pessoas ligadas ao serviço social em face da vertente social que a recuperação implicava, sendo assistidos com consultadoria, entre outros, dos arquitetos Fernando Távora e Viana Lima.

Pouco meses depois da sua criação, em agosto de 1975, tinham sido realojadas no Aleixo 192 famílias para que fosse possível iniciarem-se as demolições e reconstruções necessárias à recuperação, o que permitiu que 80 parcelas da Ribeira-Barredo ficassem libertas para esse desiderato, conseguindo-se por esta via habitações condignas (A.A.V.V. – Porto património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000).

Entre 1976 e 1981 foram recuperadas anualmente dezenas de habitações na Ribeira e Barredo, tendo conseguido até 1985 a recuperação dos quarteirões mais degradados.

O despacho conjunto do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção permite com base no Decreto-Regulamentar, n. 54/85, de 12 de Agosto, a pedido da Câmara Municipal do Porto, que a zona de influência do CRUARB seja alargada para 90 hectares, com a inclusão de 8 áreas degradadas nas freguesias de Miragaia, S. Nicolau, Vitória e Sé, isto é fica definido o Centro Histórico do Porto, que teve origem nas ordens de serviço números 315/83 e 329/83 daquela edilidade.

Paulo Valada, Presidente da Câmara Municipal do Porto, propõe em 18 de novembro de 1985 a preservação do Centro Histórico do Porto, áreas que já estavam definidas, e que passa a constituir um projeto municipal, o que se concretiza em maio de 1988 com a Projeto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto (CRUARB/CH), com orçamento próprio financiado pelo Município e com participações, subsídios e empréstimos quer do Estado, quer de outras entidades e cuja atividade teve uma importância fulcral na candidatura do Centro Histórico do Porto à classificação de Património Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Decreto-Regulamentar, n. 14/94, de 17 de junho, do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, a pedido da Câmara Municipal do Porto, classifica toda a área do Centro Histórico do Porto como uma Área Crítica de Recuperação e Renovação Urbanística (ACRRU), que integra 90 hectares, por forma a fazer coincidir a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística com a zona de intervenção do Comissariado para a Reconversão Urbana da Área Ribeiro-Barredo. (Diário da República n. 138/1994, Série I-B, de 1994-06-17).

Em 1991 foi apresentada à UNESCO a candidatura do Centro Histórico do Porto à classificação como Património Cultural da Humanidade e que em 5 de dezembro de 1996, na cidade de Mérida, México, é deliberada a inscrição na Lista da UNESCO do Centro Histórico do Porto a Património Mundial (CHPPM) e que teve como consequência, através do Decreto n. 67/97, de 31 de Dezembro, que o Centro Histórico do Porto fosse classificado como Conjunto de Interesse Público (Diário da República n. 301/1997, Série I-B de 1997-12-31), passando toda a área a Monumento Nacional com a Lei Bases do Património, Lei n. 107/2001, De 8 De Setembro (Diário da República — I Série-A, n. 209 — 8 de Setembro de 2001).

Em 17 de maio de 2003, após reconfiguração e implementação da nova estrutura da Câmara Municipal do Porto pelo então Presidente Rui Rio (Aprovada por deliberação da Câmara de 1993-11-16 e da Assembleia Municipal de 1994-07-25 e publicada no Diário da República, II Série 258 de 1994-11-08), é extinto este Comissariado e em sua substituição nasce em 27 de Novembro de 2004, a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana.

A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A., foi constituída nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei n. 104/2004, de 7 de maio, com capitais exclusivamente públicos, e os seus acionistas são o Estado, representado pelo IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, e a Câmara Municipal do Porto e, de acordo com o artigo 5.º, o seu objeto social é obrigatoriamente promover a reabilitação urbana das respetivas zonas de intervenção (Decreto-Lei n. 104/2004 de 7 de Maio, Diário da República n. 107 – I Série A), continuando assim a recuperação do Centro Histórico do Porto (Delgado, A. P. (coord.), Loza, R.R. (coord.), Guimarães, M. (coord.), (2010). Plano de gestão: centro histórico do Porto. Porto: Câmara Municipal).

7 A identidade do Porto vertida no CHPPM como elemento turístico a nível mundial

É do conhecimento geral, pelo menos empiricamente, que o turismo em Portugal, como destino quer de turistas estrangeiros, quer de nacionais que fazem turismo “cá dentro”, tem crescido nos últimos anos. Este facto evidencia-se quando estamos em qualquer local, muitas vezes por mais recôndito que seja, e os residentes nos dizem, e vimos, que há turistas.

Em face desta realidade vamos fazer só uma pequena incursão quer nos dados a nível nacional, quer sobretudo na área do país em que se insere o Porto e, por inerência, o CHPPM que fruto da sua traça característica e da sua localização privilegiada entre o rio e o mar, o Porto, passou a ser centro mundial de turismo. A realidade do turismo é incontornável e é vivida diariamente e vertida em dados estatísticos que passamos a expor de forma breve.

7.1 O Turismo nacional – breves dados⁷

Os dados do Banco de Portugal referem que no ano de 2017 houve um aumento de 23,0% da receita gerada pelo turismo, comparativamente com o ano de 2016, facto que superou o aumento que já tinha havido de 12,7% no ano de 2016 quando comparado com o ano de 2015.

Atente-se que a receita gerada pelo fluxo turístico ascendeu a 15,2 mil milhões de euros. Neste valor estão incluídos só de turismo oriundo da Europa 12,3 mil milhões de euros.

Neste ano de 2017 as dormidas totalizaram 65,8 milhões, o que representou um acréscimo de 12,9% em comparação como ano de 2016 e que já tinha crescido 11,6% quando comparado com o ano anterior.

⁷ Os dados que passamos a expor foram extraídos de “Estatísticas do Turismo 2017” – Edição 2018 – publicado pelo Instituto Nacional de Estatística – IP – Lisboa-Portugal – ISBN-978-989-25-0447-6 e consultável em www.ine.pt.

Para este fator a nível nacional contribuiu a atividade de hospedagem se cifrar em 5.840 estabelecimento de alojamento turístico com uma oferta de 175,1 mil quartos que disponibilizavam 402,8 mil camas.

Esta realidade só foi possível pelo simples facto de se ter registado o total de 24,1 milhões de hóspedes no ano de 2017.

Aspeto que também aqui merece destaque é o facto de os navios de cruzeiro e de passageiros que entraram em Portugal ter sido no ano de 2017 de 882 navios, o que representou uma subida de 7,4% em relação ao ano de 2016, com um número total de passageiros em 2017 de 1.296.370.

7.2 O turismo no Norte – breves dados

O Norte registava no ano de 2017 o total de 1.313 alojamentos turísticos e que representavam um total de 62.855 camas.

Quando olhamos para as estatísticas verificamos que no ano de 2017 o Norte teve um afluxo de 4,89 milhões de hóspedes, o que representou 9 milhões de dormidas, dividindo-se em 2,43 milhões de hóspedes portugueses e de 2,45 milhões de estrangeiros e, dentro destes 1,66 milhões eram da União Europeia, o que representaram 3,81 milhões de dormidas de residentes em Portugal e de 5,19 milhões de dormidas de estrangeiros, sendo que 3,56 milhões de dormidas foram consumadas por residentes da União Europeia.

Se agora nos fixarmos na Área Metropolitana do Porto, no ano de 2017 houve um total de 5,8 milhões de dormidas, sendo que destas 5,5 milhões foram feitas em estabelecimentos hoteleiros situados em áreas costeiras e 0,36 milhões em estabelecimentos que se localizavam em áreas não costeiras.

Estas dormidas geraram um total de proveitos de 322 milhões de euros, sendo que 308,1 milhões de euros foram obtidos por estabelecimentos hoteleiros situados em áreas costeiras, enquanto os que se situavam em áreas não costeiras tiveram uma receita de 13,9 milhões de euros.

Se atentarmos às estruturas de entrada de turistas no Porto, quer através do aeroporto Sá Carneiro, quer pelo porto marítimo de Leixões, obtemos os seguintes resultados estatísticos (tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Tráfego de passageiros no aeroporto Sá Carneiro

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Nº passageiros	6.932.614	8.088.907	9.378.206	10.790.271	11.941.218

Fonte: Aeroporto Sá Carneiro (2019). <https://aeroporto.news/estatisticas-2019/>

Tabela 2 – Movimento anual de passageiros no terminal de cruzeiros do porto de Leixões

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de navios	78	85	84	100	101
Nº passageiros	64.440	79.065	71.799	95.562	117.096

Fonte: Administração dos Portos do Douro Leixões e Viana do Castelo, S.A. (2019).
<https://www.apdl.pt/estatisticas/passageiros2>.

Os dados expostos mostram que turístico nacional tem tido um incremento sustentado ao longo dos últimos anos e, logicamente, o Norte de Portugal, e em particular a área metropolitana do Porto, e por excelência do CHPPM, têm visto aumentado esse incremento do turismo como atividade económica, facto que, como em seguida analisaremos, implica com a dinâmica do edificado para lhe dar o necessário apoio.

8 A influência do turismo na criação de infraestruturas turísticas na malha urbana do CHPPM

A procura constante e em escala progressiva do turismo, quer internacional, quer interno, levou a uma adaptação da cidade do Porto para lhe dar a necessária resposta aos mais variados meios, facto que também se repercutiu no CHPPM.

Essas estruturas necessárias à afluência turística na Polis, e particularmente ao CHPPM, impôs uma multiplicidade de empreendimentos assim como de empresários que desenvolvessem as suas atividades ligadas e inerentes à receção e estadia desse afluxo turístico.

Essa afluência ditou a criação e existência, só no CHPPM, de determinadas realidades que passamos agora a citar:⁸

- No ano de 2018 existiam 148 restaurantes e bares;
- O Alojamento local teve a seguinte evolução: ano de 2015 – 94; 2016 – 182; 2017 – 267 e 2018 – 262;
- Quanto a Unidades Hoteleiras e de Apartamentos Turísticos existiam, no ano de 2018, 12 unidades.

Esta procura constante do turismo, e a criação das necessárias infraestruturas para lhe fazerem face, teve consequências a nível da propriedade urbana no CHPPM, quer na aquisição do edificado e refletido a nível das transações que sobre ele foram feitas, quer, por causa destes factos, também a nível da diminuição da população residente.

⁸ Dados que nos foram facultados pela “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.” em Março 2019.

É lógico que sendo utilizado tanto edificado na criação de infraestruturas para apoio, receção e acolhimento de tão grande e crescente número de turistas, lógico é que para tanto tenham sido utilizados os espaços urbanos destinados a habitação populacional para criar aquelas infraestruturas ligadas às atividades empresariais turísticas.

Para que haja uma perceção exata da diminuição da população residente ao longo dos anos, logo uma diminuição do núcleo populacional que criou, manteve e deu vida ao CHPPM, vamos analisar agora os dados de anos recentes sobre a evolução negativa da população no CHPPM.

9 A diminuição populacional no CHPPM

Para se conhecer exatamente a dinâmica da manutenção, ou não, da população residente, deitamos mão de um instrumento oficial, qual seja, os dados do recenseamento eleitoral desde o ano de 2001 até 2019.

Vamos, contudo, ter que fazer uma divisão nesta análise, ou seja, entre 2003 e 2012 analisamos os dados da freguesia da Sé, por ser aquela que tem a quase exclusividade da área do CHPPM. Os dados que constatamos são os seguintes:

Tabela 3 – Recenseamento eleitoral 2003 a 2012

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Eleitores	5 240	5 023	4 766	4 602	4 464	4 591	4 249	4 063	3 817	3 637
Diferenças	0	- 217	- 257	- 164	- 138	+ 127	- 342	- 186	- 246	- 180

Fonte: Administração Eleitoral - Recenseamento eleitoral.

<https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/RecenseamentoEleitoral/ResultadosRecenseamento/Paginas/default.aspx>.

Atente-se que em apenas 10 anos a freguesia da Sé perdeu 1603 eleitores, o equivalente a 30,59% da população.

Após a integração da freguesia da Sé na “União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória”,⁹ constatamos a contínua diminuição da população, o que demonstramos em seguida.

⁹ Veja-se *Diário da República*, 2.ª série, n. 43, - 3 de março de 2014, p. 6174.

Tabela 4 – Recenseamento eleitoral 2013 a 2019

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Eleitores	40 022	39 132	38 456	37 868	37 096	36 225	35 961
Diferenças	0	- 890	- 676	- 588	- 772	- 871	- 264

Fonte: Administração Eleitoral - Recenseamento eleitoral.

<https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/RecenseamentoEleitoral/ResultadosRecenseamento/Paginas/default.aspx>.

Esta União das freguesias perdeu em 7 anos 4.061 eleitores, o equivalente a 10,2% da população.¹⁰

É para nós patente que o CHPPM tem estado em constante perda da sua população residente, ou seja, o fator intrínseco a existência da urbe, a sua população residente, está em diminuição pela afetação do edificado a atividades turísticas, com a consequente perda de identidade.

10 A gestão do edificado no CHPPM

A gestão do edificado na urbe, neste caso em análise do CHPPM, é feita pelas entidades que analisaremos no item seguinte. Contudo para que o possam fazer têm que ter o conhecimento real de todas as estruturas edificadas para que possam, por esta via, dar uma resposta exata e precisa sobre a necessária manutenção.

O primeiro aspeto que é fulcral, então, analisar relaciona-se com a evolução do estado de conservação dos edifícios no Centro Histórico, o que nos irá permitir conhecer como é que a urbe, evidentemente na pessoa dos proprietários desses edifícios, sejam eles particulares, sejam entidades públicas, tem respondido à manutenção da boa conservação dos edifícios.

Se fizermos uma análise ao estado de conservação do edificado no período compreendido entre 2008 e 2018, encontramos a seguinte evolução, em percentagem do total dos prédios que constituem o CHPPM, que nos possibilita compreendermos se tem havido, ou não, uma melhoria no seu estado de conservação.

Atentem-se nos seguintes dados:

¹⁰ Todos os dados foram retirados do recenseamento eleitoral constante do site <https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/RecenseamentoEleitoral/ResultadosRecenseamento/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 26 jun. 2019.

Tabela 5 – Estado de conservação do edificado/ CHPPM

Ano	2008	2012	2014	2016	2018
Bom	25%	30%	32%	39%	45%
Médio	36%	39%	39%	35%	32%
Mau	32%	23%	18%	13%	11%
Péssimo	4%	3%	4%	7%	7%
Obra	3%	5%	7%	5%	6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pela “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.”

Os números que acabamos de inserir permitem-nos concluir que o estado de conservação dos edifícios esteve em ampla recuperação nestes últimos 10 anos, facto que é significativo quando 45% deles está em bom estado e quando houve uma diminuição de 21% relativamente àqueles que estavam em “Mau” estado de conservação.

Evidentemente que este facto se deve à constante reabilitação de que é alvo o edificado no CHPPM, realidade que se demonstra pelas reabilitações feitas nos anos de 2015 a 2017 e que expomos em seguida.

Tabela 6 – Reabilitação urbana/CHPPM

Ano	2015	2016	2017
Número de edifícios	11	87	84
Área reabilitada em m²	93 435,22	49 640,14	53 902,82

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pela “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.”

A vivência de qualquer sítio é dada pela concreta realidade ocupacional que é feita pelas pessoas que ali residem e ou trabalham e, no caso em concreto do CHPPM, a vivência daquele lugar da urbe traduz na concreta vida humana que nela se insere nos diferentes tipos em que se queira analisar a sua presença.

Para se compreender a mutação, ou não, da vivência humana no Centro Histórico, é imprescindível apercebermo-nos do destino que é dado aos edifícios para, por esta via, se compreender se há ou não modificações dos seus fins que possam, eventualmente, desvirtuar o concreto local e influenciar a dinâmica a que tinha sido vocacionada aquando da sua integração como património mundial, o que faremos em seguida através dos fins para que destinam em concreto os prédios nos anos de 2014 a 2017.

Com base nos diferentes tipos de uso para que foram emitidos os “Alvarás de obras” pela “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.”, percebe-se por esta via quais as percentagens daqueles títulos que permitem a realização de obras e para que fins afinal se pretende votar a utilização de cada um dos concretos edifícios, facto que é demonstrado em seguida.

Tabela 7 – Reabilitação urbana CHPPM - Alvarás de obras

Ano	2014	2015	2016	2017
Equipamento	0,00%	1,79%	0,00%	1,68%
Alojamento local e comércio	4,48%	3,57%	4,60%	3,36%
Hotel	2,99%	7,14%	4,60%	4,20%
Alojamento local	8,96%	7,14%	6,90%	8,40%
Comércio e serviços	22,39%	15,18%	11,49%	13,45%
Outros	7,46%	8,93%	9,20%	14,29%
Habitação	25,37%	12,50%	17,24%	20,17%
Habitação, comércio e/ou serviços	28,36%	43,75%	45,98%	34,45%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pela “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.”

Atente-se que nestes quatro anos os edifícios dedicados ao “Habitação, Comércio e/ou Serviços” estiveram entre os 28,36% e os 45,98%, ou seja, a pressão turística acentuou-se de tal modo que foram destinados a este fim misto 38,135% dos edifícios sujeitos a obras. Atente-se que só para “Habitação” o número de “Alvarás de obra” queda-se por valores que andam entre 12,50% e 25,37%, ou seja, uma percentagem perto daquela do edificado que se destina a “Comércio e Serviços”.

Quanto a nós estamos perante fatores potenciadores da deslocação dos habitantes do Centro Histórico para fora dele e, por esta via, da descaraterização do ambiente natural que ali se fez e que construiu a história que se quer preservar.

Aspeto que vale a pena realçar para se compreender a dinâmica introduzida pela classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial pela UNESCO, prende-se com a maior ou menor apetência que os edifícios ali situados têm no mercado de transações imobiliárias, ou seja, quanto maior for a apetência dos investidores na sua aquisição, maior será, com certeza, o número de transações que se fizeram, facto que iremos evidenciar em seguida no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2017 e quarto trimestre de 2018.

Tabela 8 – Número e valor das transações (euros)

Número de transações	Valor total das transações em euro
– 1.º Trimestre de 2017 – 33	18.124.500,00€
– 2.º, 3.º e 4.º Trimestres de 2017 – 0	0,00€
– 1.º e 2.º Trimestres de 2018 – 191	64.330.004,96€
– 3.º Trimestre de 2018 – 119	28.547.988,06€
– 4.º Trimestre de 2018 – 179	46.788.100,00€
– TOTAL – 2017 e 2018 – 522	157.790.593,02€

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pela “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.”

11 Entidades responsáveis pela gestão do edificado no CHPPM e o seu controlo

Demonstramos que nos últimos 10 anos 45% dos edifícios passaram a ser considerados em “Bom” estado de conservação, comparativamente com os 25% iniciais, e que tinha havido uma diminuição de 21% relativamente àqueles que estavam em “Mau” estado de conservação.

Evidentemente que esta realidade só é possível através de obras que levam à sua recuperação, obras que, evidentemente, têm que ser controladas pelas entidades públicas.

Essa gestão competia à “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.” e, para melhor compreendermos a atividade, nada melhor que demonstrar a quantidade de “Alvarás de Obras” e de “Alvarás de Utilização” que foram emitidos por esta entidade, como entidade pública de controlo urbanístico no CHPPM.

Tabela 9 – Alvarás de Obras e Alvarás de Utilização

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Alvarás de obras	5	10	11	21	18	41	71	112	87	119	100
Alvarás de utilização	2	2	2	7	13	11	23	42	53	60	54

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pela “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.”

Como é compreensível, tendo sido o Centro Histórico do Porto considerado “Monumento Nacional” pelo facto de ter sido integrado pela UNESCO no “Património Mundial”, forçoso era que qualquer modificação ou conservação do edificado tinha que ser objeto de análise e apreciação prévia por parte da “Direção Geral do Património Cultural”.

Como se compreende, competindo à “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.” a apreciação de quaisquer obras e consequentemente a sua autorização através da emissão dos “Alvarás de Obras”, aqueles dois organismos criaram uma “Comissão Especial de Apreciação” constituída por técnicos de ambos que apreciavam as duas vertentes, ou seja, se as obras pretendidas se enquadravam, ou não, na traça intrínseca do edificado e para tanto se a “Direção Geral do Património Cultural” dava a sua concordância às obras pretendidas.

Os números que se seguem refletem o número de reuniões que aquela “Comissão Especial de Apreciação”(CEA) realizou para apreciação da manutenção de identidade histórica do edificado no CHPPM:

Tabela 10 – Número de Atas da CEA

Ano	2013	2014	2015	2016
N. de ATAS da CEA	123	171	200	331

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pela “Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.”

É fundamental retirar destes dados a conclusão de que o edificado do CHPPM está em constante melhoria, contudo essa realidade é acompanhada pela “Direção Geral do Património Cultural” que exerce o necessário controlo sobre a manutenção da traça histórica que lhe dá a sua identidade quer a nível nacional, quer internacional.

Aspeto relevante na manutenção da traça do edificado prende-se com o seu controlo pela Câmara Municipal do Porto através da verificação de potenciais infrações urbanísticas.

Esse controlo é uma constante e traduz-se, aquando da sua violação, na instauração de processos de contraordenação por violação das normas urbanísticas. Se atentarmos nos dados que referimos em seguida, e tendo em atenção o volume de “Alvarás de Obras” que foram emitidos, deduziremos que o número de infrações potencialmente cometidas e que se traduziram em processos de contraordenação que correram termos por aquela autarquia local, somos levados a concluir que houve um número relativamente insignificante de infrações cometidas, e aquelas que o foram efetivamente foram sujeitas a coimas que variaram entre 302,50€ e 6.052,50€.

Tabela 11 – Infrações

Ano	N. processos	Pessoa singular	Sociedade	Outros	Coima mínima e máxima	Decisão condenatória	Coima variável entre	Arquivado
					500€	302,50€		
2016	13	2	11	0	a	10	A	3
					450.000€		1.952,50€	
					550€		552,20€	
2017	12	4	8	1	A	7	A	4
					450.000€		6.052,50€	
					500€		552,20€	
2018	6	2	4	0	A	5	A	1
					450.000V		2.052,50€	
TOTAL	31	8	23	1	-----	22	-----	8

Fonte: Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações da Câmara Municipal do Porto em 27 de junho de 2019.

Atente-se que em três anos – 2016, 2017 e 2018 houve apenas 22 decisões condenatórias e mesmo assim em número sempre decrescente, ou seja, de 10 decisões condenatória em 2016 termina-se em 2018 com 5 condenações, o que significa um excelente controlo por parte das autoridades e que não permitem que sejam praticadas infrações.

Neste item demonstramos, sem margem para dúvida, que as três entidades que por excelência fazem o controlo do edificado no CHPPM, têm-no feito de tal forma bem, que a última dessas entidades, a Câmara Municipal do Porto quase não teve necessidade de aplicar coimas, isto é, de sancionar as pessoas por fazerem “obras ilegais”, ou seja, que pusessem em causa a traça caracterizadora daquela malha urbana do CHPPM.

12 Conclusão

A localização e a modelação da urbe pela população durante basto tempo é que criaram um local na polis que a diferenciou e a tornou peculiar do resto do território nacional e deu um cunho pessoal ao CHP para que fosse reconhecido como Património da Humanidade.

Esta diferenciação que nós, Povo Português, queremos manter na sua essência é reconhecida como elemento da nossa cultura histórica, facto que impõe a todos nós a sua manutenção para as gerações vindouras.

A urbe, enquanto tal, só existe com os seus habitantes, e o direito a essa habitação digna é direito também reconhecido no nosso Contrato Social, a CRP, o que impõe o dever às nossas estruturas públicas de o consumarem.

Os fluxos turísticos, em crescendo, estão lentamente a colocar em causa o direito a habitação no CHPPM ao ser afetado cada vez mais o edificado à utilização em crescendo para atividades turísticas, diminuído assim a sua população residente.

Com esta diminuição de residentes, que são o corpo e a alma da urbe, a polis corre o risco de ser transformada em local de turistas para turistas se encontrarem entre si, e a essência do CHPPM vai-se pouco a pouco esgotando e deixando de ter a sua representatividade no panorama interno e internacional, deixando de se fazer e ser a história viva de um local.

É esta realidade que as entidades públicas terão que enfrentar para que o CHPPM seja um local com história, em que se vive a história e se mantém essa história para as gerações futuras, sob pena até de se esgotar o fluxo turístico por falta de história para ser sentida.

Referências

ADMINISTRAÇÃO ELEIROPAL. **Recenseamento eleitoral**. Disponível em: <https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/RecenseamentoEleitoral/ResultadosRecenseamento/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 26 jun. 2019.

AEROPORTO SÁ Carneiro/Porto. **Site Aeroporto**. Disponível em: <https://aeroporto.news/estatisticas-2019/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

- APDL. Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. Site APDL. Disponível em: <https://www.apdl.pt/estatisticas/passageiros2>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- BRANCO, J. Uma nova metodologia para a reabilitação urbana – uma nova oportunidade para o centro histórico e a baixa do Porto. **Cidades Comunidades e Territórios**, Porto, FEUP, n.12/13, 2006.
- BESSA, M. E. **O papel do património na era da globalização**: análise ao caso da cidade do Porto. Porto: FLUP, 2012.
- BREDA-VAZQUEZ, T. **Crescimento urbano e suburbanização no Grande Porto**: uma perspectiva relacional. Porto: FEUP Publicações, 1992.
- CARTA DE Veneza. **Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios**. 1964. Disponível em: <https://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/CartadeVeneza1964.pdf>.
- CMP [Câmara Municipal do Porto]. **Execuções fiscais e Contraordenações**, Câmara Municipal do Porto. Acesso em: 27 jun. 2019.
- CUNHA, S. ...**para uma reabilitação consciente! Das actuais práticas de regeneração urbana ao princípio da intervenção mínima no centro histórico do Porto**. Porto: FAUP Publicações, 2014.
- DIÁRIO DA República — I Série-B N. 301 de 31-12-1997, p. 6892 ss. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- DIÁRIO DA República n. 209/2001, Série I-A de 2001-09-08, págs. 5808 a 5829. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>.
- DIÁRIO DA República, 2.ª série, n. 43, 3 de mar. de 2014, p. 6174.
- ICOMOS. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas** (1987), ICOMOS. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDASCIDADESHISTORICAS.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- INE. **Estatísticas do Turismo 2017** – Edição 2018 – publicado pelo Instituto Nacional de Estatística – IP – Lisboa-Portugal – ISBN-978-989-25-0447-6. Disponível em: <http://www.ine.pt>.
- DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE. **Site**. Disponível em: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/apresentacao/#sthash.bStzcjMc.dpuf>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- FERNANDES, J. R. **Centro histórico, urbanismo e os processos de regeneração em Porto e Vila Nova de Gaia**. Porto, XII Colóquio Ibérico de Geografia, 2010.
- GONÇALVES, R. T. P. **A Reabilitação face à sustentabilidade – Casa Burguesa do Porto**. Porto, Universidade Lusófona, 2012.
- GOMES CANOTILHO, J. J., Vital Moreira. **CRP – Constituição da República Portuguesa – Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. v. 1.
- MATOS, F. L. Reabilitação Urbana da Baixa Portuense. **Revista da Faculdade de Letras**, 2ª Serie, v. I, 2007.
- MOCHO, C. **Centro Histórico do Porto: CRUARB**. Porto: UFP, 2005.
- OBSERVATÓRIO DA REABILITAÇÃO DA BAIXA DO PORTO. Site. Disponível em: http://www.confidencialimobiliario.com/sites/default/files/Newsletter/2014/nov/27nov/20141127_Observatorio_Bx_Porto.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.
- PEREIRA, C. **Estratégias de Regeneração Urbana**: o posicionamento do novo modelo de acção da Baixa do Porto. Porto: FEUP, 2008.
- PORTO VIVO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SRU. Site. Disponível em: <http://www.portovivosru.pt/pt/porto-vivo-sru/apresentacao>. Acesso em: 27 jun. 2019.

PORTO VIVO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SRU. Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A. Informação em Março 2019.

PORTO VIVO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SRU. Disponível em:
<http://www.portovivosru.pt/pt/centro-historico/monitorizacao-plano-de-gestao>.

PORTO VIVO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SRU. **Revitalização Urbana e Social da Baixa Portuense**. Porto: Master Plan – Síntese Executiva, 2005.

PORTO VIVO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SRU. Relatórios de Monitorização 2010. Disponível em: <http://www.portovivosru.pt/pt/centro-historico/monitorizacao-plano-de-gestao>. Acesso em: 2 jun. 2019.

PORTO VIVO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SRU. Relatórios de Monitorização 2011. Disponível em: <http://www.portovivosru.pt/pt/centro-historico/monitorizacao-plano-de-gestao>. Acesso em: 2 jun. 2019.

PORTO VIVO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SRU. Relatórios de Monitorização 2012. Disponível em: <http://www.portovivosru.pt/pt/centro-historico/monitorizacao-plano-de-gestao>. Acesso em: 2 jun. 2019.

PORTO VIVO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SRU. Relatórios de Monitorização 2014 – cedido pela PORTO VIVO, SRU, em 21 maio 2019.

QUEIRÓS, J. Precariedade Habitacional, vida quotidiana e relação com o estado no Centro Histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia. **Análise Social**, n. 106, 2013.

RAMOS, C. **Turismo Urbano: Paisagem Cultural no Porto**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010.

ROCHA, H. **A reabilitação no centro histórico do Porto**: estudo de caso. Porto, FEUP, 2011.

UNESCO. CONVENÇÃO PARA a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) UNESCO. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

UNESCO. Relatório Periódico – Segundo Ciclo, 2014. Disponível em:
<http://whc.unesco.org/en/list/755/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

UNESCO. Site da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/755>. Acesso em: 27 jun. 2019.

UNESCO. **Memorando de Viena**. 2005. Disponível em:
https://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_UNESCO_2011.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

O liberalismo entre dois lados do Atlântico 1820-1834

Sérgio Veludo Coelho*
Carla Sofia Queirós**

Resumo: O Liberalismo, entre convulsões políticas e sociais, consubstancia-se no pensamento e mentalidade do Romantismo que no período pós-Napoleónico havia tomado a Europa, colocando, de um lado, um sentido épico da Lei e do Direito como governo das nações e, do outro, regimes autocráticos que haviam sobrevivido aos efeitos da Revolução Francesa e das Guerras Napoleónicas. Para Portugal e para o Brasil as figuras que sobressaem pelo seu simbolismo e pela sua vida atribulada e polémica são a de D. Pedro de Bragança, primeiro Imperador do Brasil Independente e quarto Rei de seu nome, por breve tempo, no trono de Portugal e a de Dona Maria II, uma Rainha de Portugal nascida no Brasil. Como símbolos do Liberalismo enquanto precursores da Monarquia Constitucional Portuguesa, este ideário tem a sua ponte entre os dois lados do Atlântico. Em 2020 será o arranque das Comemorações do Bicenténario da Revolução de 24 de agosto de 1820 na Cidade do Porto, momento que há 200 anos marcou o início do atribulado caminho da Monarquia Constitucional em Portugal e o processo da independência do Brasil, única Monarquia da América Latina. Do Rio de Janeiro a Lisboa e especialmente no Porto, os sinais materializados no Património Cultural visível na monumentalidade material e imaterial tomaram forma no Projeto Porto Liberal, que nos propomos apresentar, e o seu roteiro, um *work in progress* envolvendo vários parceiros e intervenientes.

Palavras-chave: Liberalismo. Brasil. Portugal. Cerco. Património.

Abstract: Liberalism, between political and social upheavals, is embodied in the thinking and mentality of Romanticism that in the post-Napoleonic period had seized Europe, placing on the one hand an epic sense of law and the Right as the government of nations and on the other hand, autocratic regimes that had survived the effects of the French Revolution and the Napoleonic Wars. For Portugal and Brazil the figures that stands out for its symbolism and for its troubled and controversial life are that of D. Pedro de Bragança, the first Emperor of Independent Brazil and the fourth King of his name, for a short time, on the throne of Portugal and that of D. Maria II, Queen of Portugal yet born in Brazil. As symbols of Liberalism as precursors of the Constitutional Monarchy in Portugal, this ideal become the bridge between the two sides of the Atlantic. In 2020 will be the beginning of the Bicentennial Commemorations of the Revolution of August 24, 1820 in Porto, a moment that 200 years ago marked the beginning of the troubled path of the Constitutional Monarchy in Portugal and the process of independence of Brazil, the only Monarchy of America. Latina. From Rio de Janeiro to Lisbon and especially in Porto, the signs materialized in the Cultural Heritage visible in the material and immaterial monumentality took shape in the Porto Liberal Project, which we propose to present, and its script, a work in progress involving various partners and stakeholders.

Keywords: Liberalism. Brazil. Portugal. Siege. Heritage.

* Professor adjunto, Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. *Email:* sergiocoelho@ese.ipp.pt

** Professora adjunta convidada, Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. *Email:* carlaqueiros@ese.ipp.pt

1 Introdução

Nas narrativas ou memórias escritas e em outras fontes coevas sobre o Cerco do Porto e a Guerra Civil de 1828-1834, destacam-se as linhas defensivas da Cidade do Porto e o próprio desenho urbano da época. Nos arquivos e bibliotecas nacionais, a documentação surgida neste contexto de conflito armado é predominantemente liberal, já que a produção documental do governo de D. Miguel terá acompanhado o exército em retirada para sul, após a derrota de Bourmont, frente às Linhas do Porto, em 25 de julho de 1833. São abundantes as descrições das fortificações tanto liberais como miguelistas. Dentro do quadro da vitória liberal, foi uma tendência natural, até ao fim do século XIX, dar mais destaque aos sucessos de D. Pedro e todo o seu entorno político e militar culminando no reinado de D. Maria II, sendo amplamente descritos, o estado e a evolução quotidiana das linhas defensivas do Cerco do Porto. Um dos melhores exemplos é a *Chronica Constitucional do Porto*¹ publicada entre 1832-1833 e que, na abertura de cada número, dava conta do quotidiano de D. Pedro, que visitava diariamente as linhas, acompanhando de perto as obras de fortificação, ordenando constantes aperfeiçoamentos na preparação do Porto para um duro e prolongado cerco. Foi esta Memória que deu origem a um projeto da Cidade do Porto, uma parceria protocolada entre a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, a Santa Casa da Misericórdia do Porto, a Direção de História e Cultura Militar (representada pelo Museu Militar do Porto), a Direção Geral de Património Cultural (representada pelo Museu Nacional de Soares dos Reis), a Direção Regional de Cultura do Norte e a Câmara Municipal do Porto. Este projeto Porto Liberal tem como objetivo evocar em 2020 o Bicentenário do Movimento de 24 de agosto de 1820, mas o seu contexto, fundamental para a implantação do Liberalismo em Portugal, acaba por abarcar o período que decorre até ao Cerco do Porto de 1832-1833 e também o pouco anterior movimento da Belfastada, em 1828, que culminará nas execuções dos doze Mártires da Liberdade. Este trabalho tem como objetivos integrar os estudos científicos e aplicados que farão o seu arranque com o início oficial das Comemorações do Bicentenário do 24 de agosto de 1820, refletidos no Projeto Porto Liberal, já referido acima, e que lançará várias iniciativas no ano de 2020, entre vários congressos e encontros, lançamento de novas rotas e percursos assim como o apoio a estudos pós-graduados. De modo a melhor se perceberem os âmbitos deste texto, foi necessário dar uma contextualização histórica do Liberalismo Portuense, sobretudo, nos seus momentos mais destacados como o Cerco do Porto que decorreu entre 8 de julho de 1832 e 25 de agosto de 1833. Entendemos que só assim será possível compreender a

¹ Disponível em Google Books em busca *Chronica Constitucional do Porto*, v. 1 e v. 2.

razão de ser da criação de rotas temáticas dentro deste tema e trazer ao público especializado e ao público em geral um dos períodos mais controversos, contudo, mais ricos da História.

2 Contexto histórico do Liberalismo Português 1820-1834

Este artigo trata do período decorrente do movimento de 24 de agosto de 1820 e que no decênio seguinte culminará na Guerra Civil Portuguesa de 1828-1834, comumente conhecida em fontes anglo-saxônicas como as Guerras Miguelistas ou a Guerra dos Dois Irmãos, e foi um momento importante nos movimentos liberais europeus, antes do Carlista. Guerras na Espanha e relacionadas ao período revolucionário de 1830 na França e às revoluções de 1848 em toda a Europa, incluindo a segunda Guerra Civil Portuguesa de 1846-1847.

Os processos que desencadeariam a guerra civil em Portugal de 1828-1834 têm as suas raízes no movimento liberal de 24 de agosto de 1820, onde, juntamente com o descontentamento dos militares portugueses substituídos pelos britânicos nas fileiras do exército português, e a subordinação de Portugal à Inglaterra, quase como protetorado, também é buscada a ideia de uma Constituição escrita dos direitos e deveres do cidadão e do Estado. Esta ação foi inspirada na proclamação da Constituição espanhola de Cádiz em 1813. A Constituição em Portugal é finalmente redigida e imposta em 1820-1822.

Este foi o embrião do conflito entre aqueles que queriam fazer Portugal alcançar a modernidade de uma Grã-Bretanha, França ou Bélgica recém-formada, e aqueles que queriam que Portugal permanecesse um reino absoluto e tradicionalista dirigido apenas pelo rei. Após a morte de D. João VI, emergem os principais contendores deste conflito: D. Pedro, duque de Bragança, príncipe real e imperador do Brasil desde 1822, e seu irmão mais novo, D. Miguel, que após a Vilafrancada e a sublevação de abril de 1823, fora exilado por seu pai, D. João VI, para a Áustria, de onde retornaria apenas em 1828 para tomar o poder pela força, contando com um crescente apoio dos conservadores. A questão da sucessão tornou-se pertinente, já que D. Pedro, embora o príncipe Real e legítimo sucessor do trono, também fosse imperador do Brasil, dificilmente reinaria em Lisboa. Esta contestação foi levantada sobretudo por seu irmão mais novo, D. Miguel, com aspirações ao trono, que foi manobrado por sua mãe, a rainha D. Carlota Joaquina, uma princesa espanhola caracterizada como irascível e devotamente absolutista.

A primeira tentativa de resolver o problema vem do próprio D. Pedro, que, em 26 de abril de 1826, impõe a regência temporária da infanta D. Isabel Maria, sua irmã, e no dia 29 do mesmo mês concede a Carta Constitucional (mais conciliatória e menos

radical que a Constituição de 1822). Em 22 de maio do mesmo ano, D. Pedro abdicou da Coroa de Portugal em favor de sua filha mais velha, D. Maria da Glória, então com sete anos, que se casaria com o Infante D. Miguel, seu tio, depois de jurar cumprir a Carta Constitucional. Somente após o casamento D. Miguel assumiria a regência do Reino. Essa era uma solução moderadora que deveria agradar a todos, preenchendo a lacuna crescente entre liberais e absolutistas. Não vingou como solução e toda a tempestade política interna, fortemente abalada pela perda do próprio Brasil, ele próprio pronto para se tornar numa potência geopolítica na América do Sul, levou inexoravelmente à guerra civil. Tendo o contexto do movimento de 1820 derivado para o seu desfecho esperado, a Guerra Civil, será nesta que focalizaremos o desenvolvimento deste artigo, mais concretamente no Cerco do Porto, decorrido entre 1832 e 1833, substanciado atualmente numa iniciativa de grande relevância, que é o Projeto Porto Liberal.

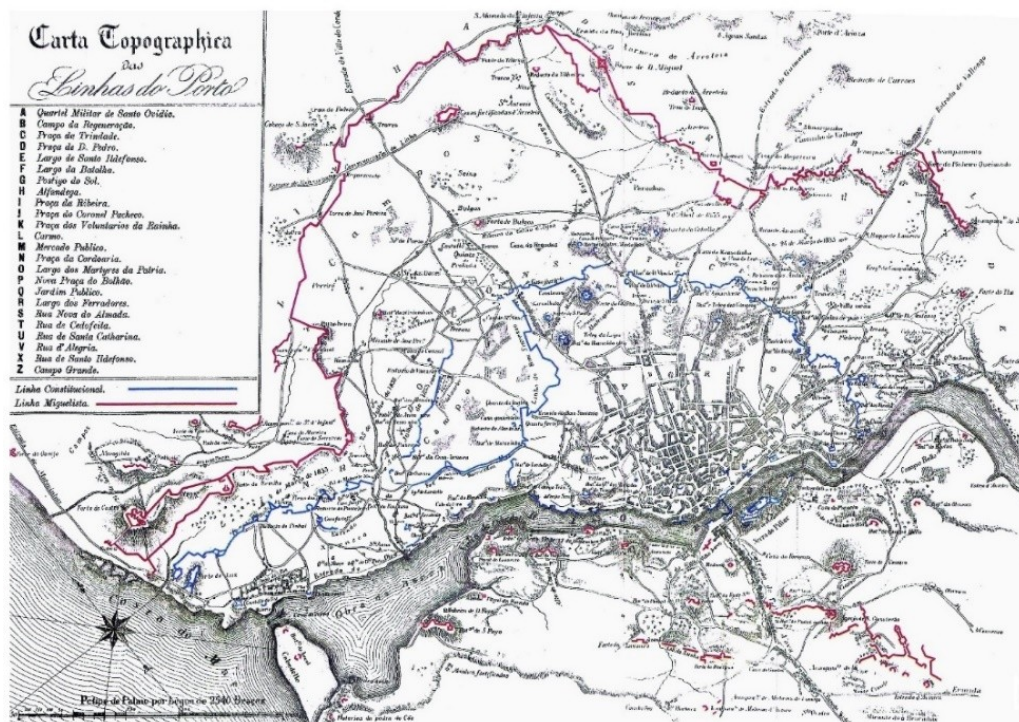
2.1 As Linhas do Cerco, bases para uma Rota do Liberalismo Portuense

Em 1840, António José Nunes de Meireles, numa publicação *O Cerco do Porto em 1832 para 1833*,² a partir da página 65, dá-nos uma visão das duas linhas de combate – a de D. Miguel e de D. Pedro. Este autor refere que as linhas defensivas levantadas por D. Pedro, em circunferência, mediam mais de 2 léguas, o que equivale a cerca de 12 quilómetros. O início da linha dava-se no cais e sítio do Bicalho, na zona da Arrábida. Seguia a linha até à Quinta da China, em Campanhã, sendo estes setores cobertos por artilharia nos altos da cidade, em locais para estabelecer campos de tiro contra as fortificações miguelistas na margem sul do Douro, às baterias altas de Vila Nova de Gaia, que ameaçavam, não só a Cidade do Porto, mas também as posições fortificadas do Convento da Serra do Pilar, na posse do 3º Batalhão Móvel de Vila Nova, sob o comando do Brigadeiro Torres.³

² MEIRELES, A.J.N. *O Cerco do Porto em 1832 para 1833*. Porto: s/e, 1840. p. 65.

³ MEIRELES, A.J.N. *O Cerco do Porto em 1832 para 1833*. Porto: s/e, 1840. p. 65.

Figura 1 – Planta da cidade do Porto do Coronel Moreira (1833)



Fonte: Soriano, S.J.L. (1889). *História do Cerco do Porto*. Porto: Ed. A. Leite Guimarães.

No setor liberal, a primeira bateria era, ou em terminologia própria, estava posicionada, na Boa Viagem (Bicalho), a segunda na Torre da Marca, a terceira na Bandeirinha, a quarta nas Virtudes, a quinta na Vitória, a sexta no Paço Episcopal, a sétima em Santa Clara, a oitava nas Fontainhas, a nona no Seminário e a décima na Quinta da China. Daqui subia a linha para o norte, dirigindo o fogo para o Vale de Campanhã, Valongo, Valbom e Rio Tinto, onde estavam estacionadas várias brigadas de infantaria miguelistas, que frequentemente realizavam ataques em força como o de 29 de setembro de 1832. Naquele setor estavam outras baterias que, segundo Nunes Meireles, começavam no mirante de Barros Lima (Bateria do Bom Retiro), bateria esta que batia o vale de Campanhã, secundada pela bateria da Lomba. Subia a linha para o Senhor do Bonfim, onde estava a bateria com este nome, junto à antiga capela, sendo coberta pelas posições das Guellas de Pao. Estendia-se a linha para a Póvoa de Cima, que batia com artilharia o vale das Antas, alongando-se para o Largo da Aguardente (atual Praça do Marquês de Pombal), onde estava uma bateria, das primeiras a ser erguida nas linhas Liberais. Dominando o terreno, estava a poderosa bateria do Monte dos Congregados, que além de ser o Estado Maior do Exército Liberal, desde 8 de setembro de 1832, era uma das posições fortificadas do sistema defensivo do Porto com mais importância, dado dominar todo o vale das Antas até à Cruz das Regateiras (hoje a zona do Hospital Conde de Ferreira), e controlando a estrada de Guimarães. Da

Aguardente ligava-se ao Lindo Vale e até ao Monte Pedral, tendo à retaguarda a bateria de S. Brás, e outra bateria no Sério (baterias de D. Pedro e de D. Maria II e que hoje se refere à zona do Vale Formoso), que defendiam a estrada de Braga. Já no Monte Pedral, a bateria da Glória batia a área compreendida entre Paranhos, estrada de Braga, o Vale de Regadas e também o reduto das Medalhas, hoje de quase impossível localização. Este complexo fortificado defendia o terreno entre os limites da cidade e o vale de S. Mamede até à estrada de Vila do Conde, tendo na sua frente posições miguelistas importantes, como as de Arroiteia, Tilheira ou o Forte de D. Miguel. Até 9 de abril de 1833, o reduto das Medalhas teve também de enfrentar o poderoso reduto do Covelo, que depois de meses na posse de guarnição miguelista, nesse dia foi tomado pelo contingente liberal, comandado pelo Duque da Terceira. Do Monte Pedral continuava a linha até ao Monte Cativo, onde, segundo Nunes Meireles, haveria uma bateria. Porém, na *Carta Topographica das Linhas do Porto* inserida na *Colecção de Plantas e Perfiz das Forteficações referidas á Carta Geral das Linhas dos Exercitos Libertador e Rebelde no Sitio do Porto – Levantadas e publicadas, por Ordem de S. M. I. pelo Coronel Engenheiro Moreira*.⁴ Este autor ainda enumera outra bateria na Falperra, que defendia o vale do Carvalhido e que seria, provavelmente, o forte ou a bateria de S. Paulo, continuando a linha para a bateria do Bom Sucesso, que controlava os vales do Carvalhido, Ramalde e Lordelo, sobre a estrada de Matosinhos. Fechava-se o perímetro desta primeira fase da linha defensiva do Porto, que tinha começado na bateria do Bicalho.⁵ Ao longo de todo este perímetro da linha, foram cortadas as ruas e caminhos transitáveis para o coração da cidade, sendo os acessos minados em pontos onde pudessem penetrar colunas de infantaria ou cavalaria. Em janeiro de 1833, depois da chegada de Saldanha ao Porto, D. Pedro encarregou-o de realizar a extensão da linha defensiva até ao mar, para evitar o estrangulamento da cidade. Fez-se também a dilatação do exterior das linhas desde o Monte Pedral ao Carvalhido, Prelada, Mirante, Ramalde, Lordelo, Monte do Pasteleiro, diretamente até à Senhora da Luz, sobre o litoral.⁶

Os liberais forçaram os miguelistas a deixar as posições da Luz, Pasteleira e Mirante, guarnecidas por tropas inglesas, o famoso Batalhão de Marinha sob o comando do Major Charles Shaw, do exército liberal. O exército miguelista teve que se reposicionar nas extensas fortificações dos fortes do Castro, Ervilha e Serralves. Os miguelistas tinham iniciado as suas obras de assédio, distanciados, em média, seis quilómetros. Contavam com dezoito baterias ao sul do Douro, destacando-se a famosa

⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto – Cota D-ALB/GRA-21.

⁵ MEIRELES, A.J.N. (1840). *O Cerco do Porto em 1832 para 1833*. Porto: s/e, 1840. p. 65-68.

⁶ A.A.V.V. *História do Cerco do Porto: a guerra civil em Portugal, o Sitio do Porto até à morte de D. Pedro IV*. (1870). Porto: Typ. Empreza Popular.

peça de fabrico francês *Paixhans*, ou *Mata-Malhados*, que teria sido instalada na Bateria do Trovão.⁷ Flagelavam a margem norte do Douro e o Convento da Serra do Pilar, este que era o guardião do Porto a sul do Douro obrigando à concentração de tropas miguelistas e cobrindo as sortidas liberais que se faziam do Porto para Vila Nova de Gaia.

Citamos Nunes Meireles:

Uma bateria miguelina foi levantada no Areal do Cabedello ao Sul da desembocadura do Rio Douro junto à Barra, impedindo assim a entrada do mais pequeno barco – 2ª na Pedra do Cão – 3ª em S. Payo – 4ª no Monte da Furada – 5ª no Verdinho – 6ª Castello de Gaya – 7ª no Pinhal de D. Leonor – 8ª na Barroza – 9ª na Lavoura – 10ª na Fonte Santa – 11ª na Quinta do Fartura – 12ª no Pinhal Miudo – 13ª Bateria Nova – 14ª no Crasto – 15ª em Campo Bello – 16ª em Oliveira – 17ª na Quinta do Baetas – 18ª na Pedra Salgada.⁸

É pertinente incluir esta extensa referência de Nuno Meireles, pois além de descrever os pontos fortes das linhas, tanto de D. Pedro como de D. Miguel, descreve as áreas cobertas pelas baterias, fortes e redutos. Do lado de D. Miguel levantaram-se linhas de cerco a norte do rio Douro, que assumindo uma forma parecida com uma ferradura, fecharam o Porto nos seus extremos, a oeste, norte e leste.

Mas continuamos a citar o autor acerca das linhas miguelistas, agora a norte do Douro:

[...] e atravessando o Rio Douro para o Norte, levantaram outra soberba bateria no Monte de Valbom, e seguiram a linha do Pico de Tim onde formaram o Forte deste nome, e d'alli ao Monte Sobral formando neste um grande e forte reduto com acampamento até ao Pinheiro queimado onde construíram outra grande bateria – continuando a linha ao Forte Real, no alto de Contemil – segui ao Forte de Lamas, tendo na sua frente o monte das Antas a meia milha entre as duas linhas onde levantaram uma fortíssima bateria (com o qual muito encomodavam aos liberais mesmo nas suas

⁷ LIMA, H.C.F. (1933). *Uma “berta” no cerco do Porto em 1832-1833*. Lisboa: Henry Gris & Cª. De notar que esta peça, designada como *canhão-obus*, tinha sido concebida como peça de uso naval para as novas embarcações de alto mar da Armada Francesa e sendo uma boca-de-fogo de razoáveis dimensões, o seu tamanho tendeu a ser sobrevalorizado. Pensamos que o modelo enviado para o Porto teria um calibre de 220 m/m e em escavações recentes no cemitério da Ordem do Carmo, sob a responsabilidade do arqueólogo Jorge Arguello foram encontrados fragmentos de artilharia, partidos, mas não percutidos, cuja reconstituição aponta para uma granada desse calibre. Colocamos a hipótese de peça Paixhans ter tentado atingir o enfiamento da Rua de Cedofeita onde já se se encontraria alojado D. Pedro, no nº 365 e após se ter mudado da sua residência ou paço, situado no Palacete dos Moraes e Castro, conhecido como dos Carrancas e hoje o Museu Nacional de Soares dos Reis. Este modelo de boca de fogo vai ser importado pela Marinha de Guerra dos Estados Unidos e irá ainda ser usada na sua Guerra Civil de 1863-1865.

⁸ MEIRELES, A.J.N. *O Cerco do Porto em 1832 para 1833*. Porto: s/e, 1840. p. 65-68.

baterias desde Barros Lima em circunferência até à Água-ardente), do Forte de Lamas seguiu a linha ao Este até Paranhos aonde construíram o Forte de D. Miguel (obra habilmente construída) tendo este na frente a distância de tiro de fuzil das linhas dos liberais o Forte do Covello, d'onde faziam sobre os mesmos, e sobre as suas baterias do Lindo Valle um terrível fogo – seguiu a linha por S. Mamede à Tilheira onde outro Forte foi levantado, e continuou por Ramalde até ao Forte de Serralves tendo na sua frente as fortificações da Arroteia, Bulgos, Prelada, Cruzinhas – d'alli seguiu ao Forte da Ervilha, até ao grande e disputado Forte do Castro, a fechar no do Queijo, sobre o mar distante uma milha de S. João da Foz; – além das fortificações mencionadas tinham na retaguarda vários Fortes em apoio de suas linhas.⁹

As entradas do Porto, pelo lado oeste, estavam defendidas pelas baterias de Massarelos (Bicalho e Arrábida), já quase concluídas. Igualmente em fase de acabamento estavam as baterias da Lomba, da Quinta da China, que cobriam o lado leste da cidade. Em construção estavam as baterias da Torre da Marca, Virtudes, Vitória, Postigo do Sol, Fontainhas, Prado do Bispo e Seminário, batendo o lado sul do rio Douro, para dar a necessária cobertura ao reduto do Convento da Serra do Pilar. No norte da cidade, estavam já estabelecidas as baterias do Sério, hoje a zona do Vale Formoso (D. Pedro e D. Maria II), Monte dos Congregados, Aguardente (atual Praça do Marquês de Pombal), Monte Pedral, Senhora da Guia, Bom Sucesso e Cemitério dos Ingleses (na Rua da Boa Hora). Entretanto, o reduto da Serra do Pilar vai-se fortificando conforme é alvo de ataques contínuos do exército de D. Miguel, estando constantemente exposto a forte bombardeio. O primeiro ataque em força contra a Serra deu-se a 8 de setembro de 1832, quando esta estava ainda a iniciar as suas obras de fortificação. Parte das tropas liberais foram reforçar o reduto da Serra do Pilar, juntando-se à guarnição provisória, na altura comandada pelo Major Bravo, com os seus voluntários de Vila Nova de Gaia, mas que o tempo lhes daria a designação de Polacos da Serra.¹⁰ No lado miguelista, pareciam ser mais pragmáticos quanto à mobilização de homens para as suas fortificações. O Coronel de Milícias Cachapuz é bastante claro em carta para o governo de D. Miguel, datada de 28 de agosto de 1832:

No domingo forão apanhados destas redondezas os homens para fazerem as trincheiras aonde se pretende colocar a nossa artilharia para bater o Porto e por isso não se sabe quando será a entrada no mesmo, e se se demorar com certeza, não há mantimentos, nem para os cavalos, nem para as gentes, fica tudo assolado[...]¹¹

⁹ MEIRELES, A.J.N. (1840). *O Cerco do Porto em 1832 para 1833*. Porto: s/e, 1840. p. 65-68.

¹⁰ Esta designação, não referindo a presença efetiva de soldados de nacionalidade Polaca, sustentava-se no exemplo da valentia dos insurretos Polacos contra o domínio Russo em 1830.

¹¹ COELHO, S.V. *Baterias, Fortes e Redutos do Cerco do Porto, 1832-1833* (Seminário de Licenciatura: policopiado). Porto: Universidade Portucalense, 1994

As extensas linhas de cercos miguelistas tinham a seu favor tinham o tempo, a abundância de materiais e equipamentos, os milhares de homens, soldados e paisanos, que levantaram rapidamente baterias, fortes e redutos, de onde partiram as colunas de ataque e os bombardeamentos constantes à cidade. Os miguelistas aproveitaram-se de ótimas posições estratégicas, como o Castelo de Gaia, que não puderam ser guarnecidas pelos liberais devido à míngua de tropas:

Entretanto as fortificações miguelistas – às quais nada faltava – iam-se levantando imponentes e bem defendidas, pois a artilharia não lhes escasseava. Alguns dos pontos fortificados ameaçavam mais gravemente as posições liberais sobressaindo, nesse número, as obras de monte Covêlo e Paranhos.

Perante a situação, D. Pedro e o seu Estado-Maior fazem acelerar o levantamento das linhas defensivas do Porto, sabendo da concentração sucessiva de tropas miguelistas, sob o comando de vários generais. A partir de 1833, intensificam-se os combates na linha a Oeste do Douro, em que os liberais tentaram manter a comunicação entre a cidade do Porto e o mar, de onde lhe chegavam os abastecimentos e reforços de tropas, sobretudo estrangeiras. Assim, verifica-se que a Norte da Foz do Douro as linhas de cerco miguelistas se apoiam nos grandes fortes de Serralves, Castro e Ervilha, que batendo com fogo de artilharia a barra do Douro e as posições liberais que se estendem ao longo da estrada do Ouro, cruzam o tiro com as suas congéneres situadas na margem Sul como as grandes baterias do Candal, Verdinho, Sampayo e Cabedelo. O cerco é finalmente levantado após o último combate no Porto em 18 de agosto de 1833. A 17 de agosto, os miguelistas a norte do Porto abandonaram as posições do Castro, Ervilha e Serralves e concentraram-se em Contumil de face para as Antas. As colunas liberais obrigaram o inimigo a largar as suas fortificações (só deixando guarnecido o Forte de D. Miguel) e a concentrar-se na serra de Valongo. Finalmente, mais tarde, os miguelistas distanciam-se do Porto cerca de 25 km, tentando bloquear as estradas ao sul e ao norte do Douro, mas sem sucesso, pois foram desalojados por repetidas sortidas liberais a Azurara, Melres, Lomba, Baltar, Vila do Conde e Pedrouços.

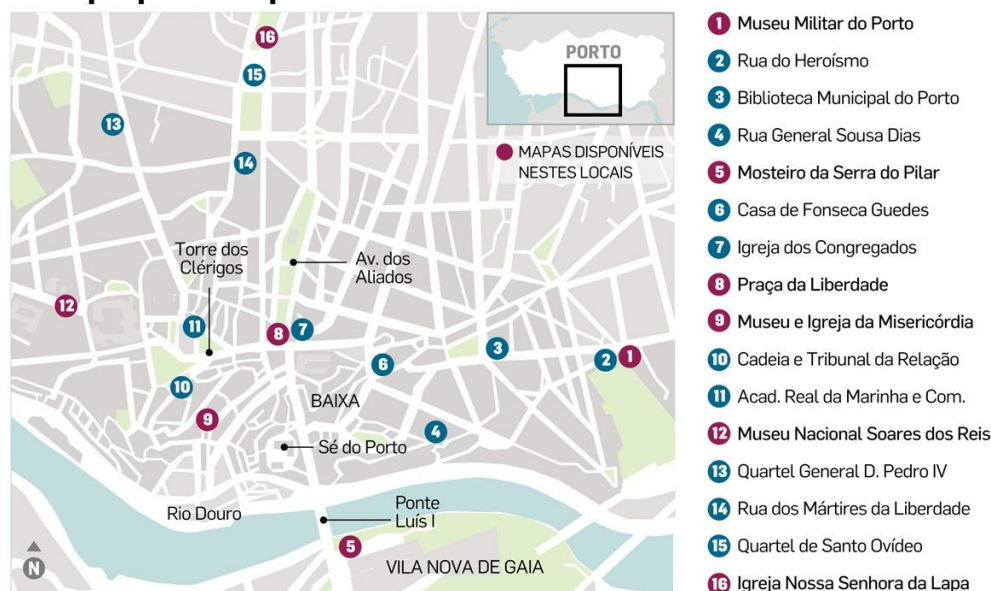
3 A Rota Porto Liberal

A cidade do Porto, desde a Revolução de 1820 até à vitória das forças liberais em 1834, foi palco de inúmeros episódios sangrentos e marcantes da história nacional, que acabaram por se refletir na mentalidade das suas gentes, na toponímia e no património material e imaterial.

Foi nesse sentido que, em 2017, foi lançada a parceria e projeto Porto Liberal, com a constituição já descrita na introdução deste trabalho e cujo primeiro produto foi o lançamento de uma Rota, gerida online, para uso gratuito e apta a levar a todos, sejam turistas, viajantes ou qualquer outro interessado, as Memórias da Cidade do Porto entre 1820 e 1834 (<https://rotaportoliberal.pt/>). De notar que a Rota Porto Liberal tem os seus pontos de interesse assinalados tanto em cartografia convencional descarregável a partir do seu site, como também foram colocadas placas de pequena dimensão com o logotipo *Porto Liberal Uma Rota directa ao Coração* com marcações QR coder.

Figura 2 – Rota Porto Liberal

Uma proposta de percurso



Fonte:

https://www.google.pt/search?q=rota+porto+liberal&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiEq5TW_b3iAhUqRxUIHQvoDGMQ_AUIECgD&biw=1600&bih=757#imgrc=GkzW9Dinc7-EQM

Tendo por objetivo traçar alguns dos caminhos trilhados pelas forças liberais, por entre ruas, vielas e vales, entre o rio e o mar, a Rota apresenta-nos um circuito que pode ser percorrido ao sabor de quem quer descobrir o Porto das primeiras décadas do século XIX e que, brevemente, será aumentado com novos trajetos.

Tendo em conta a já existente Rota Porto Liberal, foi-nos desafiante e no âmbito da iniciativa da III Conferência Internacional de Turismo & História, apresentar este Projeto, mas ir um pouco mais além e estudar possíveis alternativas ou aferições aos percursos já em curso. Para além dos edifícios mencionados na Rota, optámos por incluir outros, ressaltando a importância que tiveram ao longo deste período histórico.

Num primeiro percurso e tendo por base uma coordenada geográfica Norte/Sul que achamos mais lógica, do ponto de vista do itinerário, da orientação e da leitura para quem se proponha fazê-lo, partimos do coração do Porto, neste caso do local onde se encontra o coração de D. Pedro IV, alma do Cerco, e rumamos em direção ao rio Douro.

Neste itinerário apontámos seis edifícios que devido à sua estrutura e às suas funções, nos permitem aferir da pertinência que, à época, o Estado Maior do Exército Libertador atribuiu à reutilização destes espaços religiosos e não de outros, não só como áreas de apoio logístico e aboletamento de tropas, como é o caso da Igreja de Santo António dos Congregados, de São Francisco ou de São Lourenço, mas também como recintos de socorro nas linhas mais expostas como o Convento da Madre de Deus de Monchique, nas encostas de Miragaia e vulnerável ao fogo de artilharia vindo das baterias miguelistas colocados a sul do Douro, nas cristas altas de Vila Nova de Gaia e mesmo um recinto fortificado, guarnecido e artilhado como foi o Mosteiro da Serra do Pilar. Reiteramos o valor simbólico e operacional do complexo religioso da Lapa, tanto pela ligação a D. Pedro como pelo papel desempenhado na vigilância e controle das linhas.

Num segundo percurso, optámos, unicamente, por três edifícios dada a sua importância estratégica como espaço residencial (atual Museu Nacional Soares dos Reis), de ensino (atual Reitoria da Universidade do Porto) e cárcere (atual Centro Português de Fotografia).

3.1 Da Lapa à Serra do Pilar: do rito à guerra

As cidades do século XIX, após a vitória do Liberalismo, foram-se transformando e adaptando aos novos condicionalismos da sociedade contemporânea, ganhando novos traçados, novas leituras e novas dinâmicas, fundamentais ao funcionamento de variadas instituições seculares que emergiam e marcariam para sempre as novas cidades e a sua malha urbana.

A cidade sacra tão característica de outros tempos foi cedendo lugar à dessacralização, onde as inovações estruturais e materiais iam surgindo a uma velocidade estonteante e criando novas necessidades e hábitos.

O tempo de outrora, da Fé, em que fora construído este imenso legado patrimonial, sob o seu pressuposto, exaltando a crença daqueles que o construíram e de tantos outros que o vivenciaram e possuíram, espelhando a vida da própria comunidade onde estava inserido e refletindo-se nela, cede agora lugar, ao longo do século XIX, ao tempo da destruição, da adaptação, da construção e da reorganização, para mais tarde dar lugar à

reconstrução, memorização e reabilitação, numa escala de valores muito díspar daquela que precedeu a sua construção.¹²

Figura 3 – Gravura da cidade do Porto de Teodoro de Sousa Maldonado (des.) e Manuel da Silva Godinho (grav.) (1789)



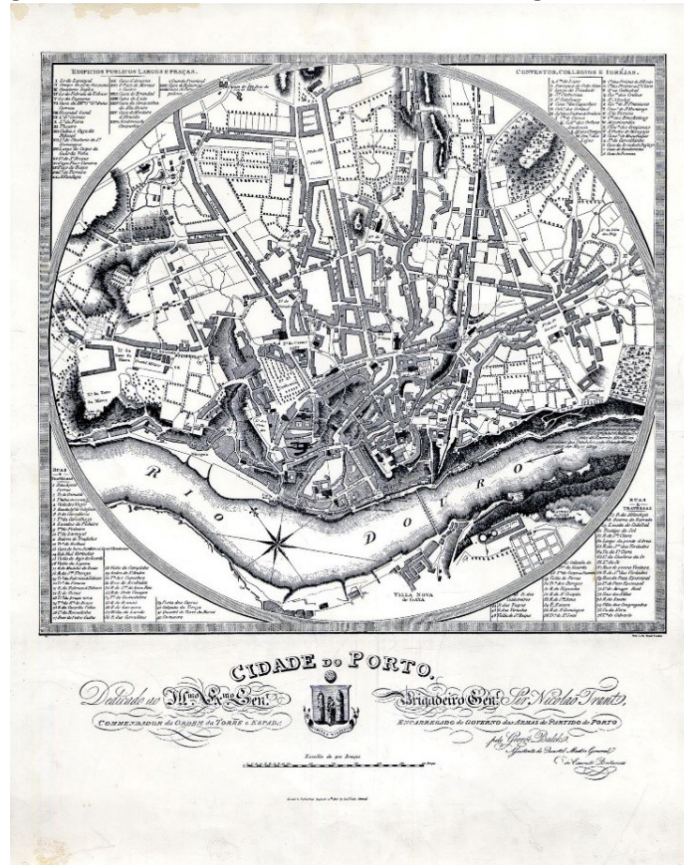
Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto (D-PIN/b-30(3); D-ALB/GRA-1 – estampa 3).

O progressivo abandono e conseqüente colapso dos espaços religiosos que para além da sua função cultural, cumpriam ainda uma função simbólica, social, artística, estética e de ordenamento territorial, e a sua reutilização e reinterpretação, originaram não só um novo traçado urbano, mas também uma cidade nova e um novo património que deverão ser entendidos à luz destes ideais do liberalismo.

Antevendo o golpe final que surgiria em 1834, com a extinção das ordens religiosas, o Cerco do Porto foi determinante para este novo panorama. Servindo de pontos de apoio às linhas do Exército Liberal, alguns destes edifícios religiosos da cidade do Porto foram transformados ou convertidos em aquartelamentos ou utilizados para fins de assistência.

¹² QUEIRÓS, C.S.F. Lamego: do génio do lugar ao génio dos homens. Uma visão paradoxal entre a modernização urbanista e a destruição patrimonial. In: ROSAS, Lúcia, SOUSA, Ana Cristina e BARREIRA, Hugo (coord.), "Genius Loci: Lugares e Significados. Places and Meanings", v. 3. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", 2018. p. 30.

Figura 4 – Planta da cidade do Porto de George Balck (1813)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto (D-CDT/B2-1).

Igreja de Nossa Senhora da Lapa

Antes de ser edificada, a Igreja de Nossa Senhora da Lapa teve como antecedentes uma pequena capela mandada edificar pelo padre missionário paulista Ângelo de Sequeira que, a partir de meados do século XVIII, se estabeleceu em Portugal, lançando mão da sua fé e culto a Nossa Senhora da Lapa. Porém, em pouco tempo e devido à grande afluência de devotos, a capela tornou-se bastante pequena, fazendo nascer a necessidade de se construir um edifício maior. Assim, em 1756, a Irmandade de Nossa Senhora da Lapa encomenda um primeiro risco para um novo templo ao arquiteto Gonçalo Ribeiro¹³ que fora abandonado pelo próprio artista e um segundo projeto ao pintor e arquiteto João Glama Ströberle que também seria preterido e, três anos mais tarde, um novo risco, desta feita ao pintor e arquiteto José de Figueiredo Seixas. Por falta de esmolas e recursos, as obras decorreram devagar e, em 1799, quando foi inaugurada, somente parte da igreja estava erguida. Com o avizinhar de tempos muito difíceis até 1834, o templo só ficou concluído no século XIX.

¹³ SILVA, F.R. A Igreja da Lapa. Arte, Culto e História. *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXI, n. 9, p. 264, 2002.

Na fachada, José de Figueiredo Seixas opta pela utilização de uma linguagem rococó visível, sobretudo, no registo inferior e nas duas janelas do registo superior e, ao mesmo tempo, dá provas da nova estética neoclassicizante, mais austera, onde imperam as superfícies lisas e o recurso a elementos estruturais clássicos como é o caso do gigante frontão triangular que coroa o corpo central da fachada. Quanto às torres, somente erguidas na segunda metade do século XIX, muito provavelmente sobre o risco de José de Figueiredo Seixas, mas que, entretanto, se perdera, foi encomendado um novo risco ao arquiteto José Luís Nogueira Júnior.

Interiormente, a igreja de nave única exhibe um gigante retábulo-mor de cariz neoclássico, tal como os retábulos laterais. No entanto, os remates de todas as janelas ainda exibem uma linguagem *rocaille*.

A Igreja de Nossa Senhora da Lapa, para além de ter sido o local onde D. Pedro assistia, regularmente, aos ofícios religiosos organizados pela Irmandade e descritos na *Chronica Constitucional do Porto*, ao longo dos dois longos volumes que a constituem, a torre sineira direita, que não teria sinos, seria um local de vigia que conjuntamente com um telégrafo ótico colocado na zona do Cemitério da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa transmitia e recebia mensagens cifradas sobre as movimentações do inimigo, fazendo o controlo dos setores das linhas liberais desde o Vale de Campanhã até ao Monte Pedral. Defronte do edifício religioso estava o Quartel de Santo Ovídio, sede do Regimento de Infantaria 18, que tomara o partido liberal e que se encontrava guarnecido por um batalhão de voluntários fixos, possivelmente, o de Santo Ovídio ou o de Santa Catarina, recrutados nestas zonas urbanas da cidade.

Escapando à sua reutilização para outros fins que não fossem os cultuais, nesta Igreja de Nossa Senhora da Lapa, um dos símbolos do Liberalismo Portuense por ser a fiel depositária do coração de D. Pedro de Alcântara, Imperador do Brasil, efémero Rei de Portugal e Duque de Bragança, qualidade na qual desembarcou em Arnosa de Pampelido a 8 de julho de 1832, reside um outro ponto de interesse em termos do seu papel no Cerco do Porto, que se prende com a sua implantação no terreno, numa cota superior ao seu imponente vizinho, o Quartel de Santo Ovídio, proporcionando a que fossem postados vigias nas suas torres sineiras que teriam um amplo campo de visão das linhas e setores de operações militares entre a atual Praça do Marquês (na época a Bateria da Aguardente) até ao Monte Pedral (que conserva a antiga toponímia) e que abrangia toda uma série de pontos fortificados e artilhados que compreendiam as baterias e fortes do Covelo, Reduto das Medalhas, as baterias de Dona Maria e Dom Pedro, no Sério, hoje Vale Formoso, a bateria de S. Brás e que depois do Monte Pedral infletiam para a Ramada Alta.

Igreja de Santo António dos Congregados

Após a chegada ao Porto dos oratorianos em 1680, data da fundação da Congregação nesta cidade e afastada a hipótese de se estabelecerem no Colégio dos Órfãos, a opção recaiu sobre o local onde estava edificada a Capela de Santo António da Porta de Carros que lhes foi doada, por intercessão do príncipe regente D. Pedro.¹⁴ Entre 1680 e 1682, registou-se a primeira fase de obras e, entre 1683 e 1703, a segunda campanha de obras, de igual forma patrocinada pelo então D. Pedro II, sendo nesta fase intervencionada a antiga capela.¹⁵ Porém, com o crescimento da comunidade, os oratorianos sentiram necessidade de edificar uma igreja de maiores dimensões, o que acaba por acontecer a partir de 1684, acabando por aproveitar parte da capela para capela-mor da nova. Entre os nomes sonantes do panorama artístico portuense da segunda metade do século XVII, destaca-se o do arquiteto padre Pantaleão da Rocha de Magalhães, autor do risco. Em 1703, as obras estavam concluídas.

Situada extramuros, na frente da Porta dos Carros, uma das mais importantes entradas na cidade do Porto, a Igreja da Congregação do Oratório ou como é conhecida Igreja de Santo António dos Congregados, Oratorianos da Ordem de São Filipe de Néri, exhibe uma fachada de feição maneirista ainda que já introduza elementos decorativos anunciadores da estética barroca. Interiormente é de nave única e possui sete retábulos, o retábulo-mor e quatro laterais na nave, de estética neoclássica, e dois colaterais barrocos joaninos. Salientam-se ainda os dois púlpitos barrocos.

Foi convertida em paiol de munições de infantaria e artilharia durante o Cerco do Porto dada a sua localização que a resguardava dos fogos de bombardeamento do exército miguelista e permitia abastecer as baterias e fortes liberais nos setores que iam das Fontainhas à Vitória.

Convento da Madre de Deus de Monchique

Este convento feminino de religiosas franciscanas da Ordem dos Frades Menores, pertencente à Província de Portugal da Observância e submetidas à Regra de Santa Clara foi fundado em 1535, precisamente, no mesmo lugar onde teria existido uma sinagoga, num sítio de relevo acidentado chamado Miragaia, fora dos muros da cidade. A topografia da área teria obrigado a uma implantação e organização irregular do convento que teria adaptado os seus diversos espaços a esta circunstância. De

¹⁴ FERREIRA-ALVES, J.J.B. (1993). Elementos para a história da construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703). *História*, II série, vol. 10, p. 383-384, 1993.

¹⁵ FERREIRA-ALVES, J.J.B. (1993). Elementos para a história da construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703). *História*, II série, vol. 10, p. 387-391, 1993.

grande aparato e riqueza, a partir da segunda metade do século XVIII enfrenta grandes dificuldades financeiras, tal como prova o contrato para construção do Armazém do Mosteiro no Cais Novo de 1761, com o objetivo de o alugar para aumentar os seus rendimentos. Porém, em 1767 só parte do edifício se encontrava concluída, tendo as religiosas que fazer um contrato com a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro para terminarem o armazém, o que aconteceu, acabando também a Companhia por ficar locatária do mesmo.¹⁶ Desde 1958, este armazém que ainda exhibe as armas do convento no corpo central, serve outras funções, sendo sede do Batalhão n.º 3 da Guarda Nacional Republicana, Brigada Fiscal do Porto.

Durante o Cerco do Porto, este espaço conventual foi ocupado e convertido, temporariamente, em hospital militar de sangue, entenda-se de campanha, pelas tropas liberais, sendo que se refere que as próprias freiras davam assistência aos feridos de ambos os lados, tanto no plano médico como espiritual. Não é de estranhar esta função num espaço que já de si era de assistência, tinha muitas religiosas e estava preparado para albergar este tipo de contingentes, uma vez que dispunha de dormitórios, refeitórios, hospedarias, armazéns e água.

Em 1834, as religiosas abandonaram o convento sendo alojadas em outras instituições da cidade. A partir daqui, a ruína apoderou-se do magnífico complexo conventual, onde estiveram envolvidos homens como Diogo de Castilho (certamente, o autor do risco da igreja do século XVI e mestre de pedraria), João de Ruão (muito provavelmente, o autor do primitivo retábulo de pedra que teria existido) e, entre 1699-1700, o arquiteto João Pereira dos Santos, responsável pelo risco da segunda igreja.

Os relatos do século XIX elaborados por inúmeras personalidades dão-nos conta de um espaço riquíssimo, sobretudo, a igreja que à semelhança de São Francisco e de Santa Clara do Porto teria sido forrada a ouro.¹⁷ Certamente, e tal como aconteceu com muitos outros espaços conventuais, perdeu-se uma das grandes riquezas patrimoniais da cidade do Porto.

Igreja do Convento de São Francisco

Após um início marcado pela falta de apoio financeiro, data da sua fundação, no século XIII, o edifício que hoje subsiste é de finais do século XIV. Após sucessivas campanhas artísticas, aquela que atrai hoje tantos curiosos e estudiosos foi a levada a cabo nos séculos XVII e XVIII e que introduziu a estética barroca no interior, formando

¹⁶ FERREIRA-ALVES, J.J.B. *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, v. 1.p. 113, 1998.

¹⁷ FERREIRA-ALVES, J.J.B. *Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique. Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. 1, p. 145, 2002.

uma caixa de ouro pela forma como os tetos, paredes, pilares e retábulos se unem, formando uma cenografia magnífica.

Embora a Igreja de São Francisco constitua uma das joias do barroco português e portuense foi no espaço conventual onde esteve aboletado o Batalhão de Caçadores 5 do Exército Liberal, o favorito de D. Pedro de Alcântara, duque de Bragança, durante o Cerco do Porto.

Sabemos que estes espaços religiosos constituídos por diversas dependências que se desenvolvem à volta de um claustro eram propícios ao estabelecimento de quartelamentos, já que dispunham na sua forma original de portaria, refeitório, hospedaria, dormitórios, enfermaria, adega, dispensa, cozinha, para além de outros vitais ao seu quotidiano. A partir de 1832, altura em que o Exército Libertador entra no Porto, o convento de São Francisco encontrava-se praticamente abandonado. Na noite de 24 de julho, um episódio marcante da permanência das tropas liberais no convento, é o incêndio que deflagra na área conventual, reduzindo a cinzas este espaço e só sobrando a portaria e a igreja. Segundo alguns autores da época, este incêndio que quase dizimou as tropas fiéis a D. Pedro teria sido provocado pelos frades franciscanos, claramente miguelistas, e por pouco não resultou num banho de sangue em retaliação contra os religiosos.

Logo em 1834, as ruínas do convento foram aproveitadas para albergarem o Tribunal de Comércio e concedidas por carta real de D. Maria II, em 1841, ao Corpo do Comércio da Praça do Porto para se estabelecer a Bolsa Comercial, cujo lançamento da primeira pedra teve lugar em 1842.¹⁸

Igreja do Colégio de São Lourenço

Apesar da Companhia de Jesus se ter estabelecido mais cedo na cidade do Porto, o Colégio de São Lourenço só foi fundado em 1573. Erguido num espaço bem próximo da Sé, na zona privilegiada do burgo, a mais antiga e densamente povoada, no interior da primitiva muralha romana (conhecida desde sempre como sueva) explica o bom relacionamento que havia entre os bispos e os padres da Companhia.¹⁹

No início do século XVIII, a fachada da igreja estava a ser concluída. Monumentalidade, simetria e equilíbrio são características bem evidentes e marcas indissociáveis dos edifícios da Companhia de Jesus. Profundamente influenciada pela casa mãe da Companhia de Jesus, em Roma, a Chiesa del Gesù, a fachada de cariz

¹⁸ FERREIRA-ALVES, J.J.B. e FERREIRA-ALVES, N.M. (2015). O Convento de São Francisco: aspetos da sua estrutura (1772-1796). In Ferreira-Alves, J.J.B. e Ferreira-Alves, N.M. (coord.). *O Convento e a Venerável Ordem de São Francisco do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 2015. p. 46.

¹⁹ MARTINS, F.S. *Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Arte. Culto. Vida Quotidiana*. Porto: Edição do Autor, 2014. p. 23-28.

maneirista, divide-se em dois registos, unidos por volutas. De salientar as pilastras salientes e o jogo de frontões curvos e interrompidos, fazendo um jogo de luz/sombra, que anunciam a chegada da nova estética barroca à cidade do Porto. No interior, a igreja surpreende-nos com a sua imensa nave única, com seis capelas intercomunicantes, três de cada lado, coberta com abóbada de caixotões, com um largo transepto, pouco saliente, com uma capela-mor alta também abobadada em caixotões com cartelas, mas pouco profunda. De salientar o belíssimo retábulo barroco do braço do transepto, do lado do Evangelho e os restantes oito retábulos neoclássicos do seu interior que, certamente, terão substituído os anteriores de estética barroca.

Tal como acontece com outras igrejas da Ordem, também a de São Lourenço obedece a um código construtivo apertado, cujas diretrizes emanaram do Concílio de Trento e marcaram a Contrarreforma, código esse que se rege por princípios de organização do espaço, não havendo pontos mortos na igreja, de modo a servir os interesses da Companhia como é o caso da pregação e da administração dos sacramentos.

A partir de 1774, por carta régia, D. José doa à Universidade de Coimbra, de forma irrevogável, todos os bens pertencentes aos Jesuítas e “Pouco tempo depois, querendo os Religiosos Agostinhos Descalços possuir uma casa no Porto entraram em negociações com a Universidade de Coimbra e adquiriram, em 1780, as instalações do antigo Colégio de S. Lourenço, onde permaneceram até 1832”.²⁰

Entre 1832 e 1833, as suas instalações foram destinadas e ocupadas pela Companhia de Académicos (não Batalhão como erradamente se refere em alguma historiografia) que estava agregada ao Regimento de Voluntários da Rainha, do exército liberal e onde se destaca a permanência durante cerca de seis meses de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, praças dessa Companhia.

Ainda antes da lei de 1834 que extingue as ordens religiosas, o Bispo do Porto pediu ao rei D. Pedro IV que lhe cedesse o antigo Colégio de São Lourenço para aí instalar o Seminário Diocesano, o que acabou por acontecer e se mantém até hoje.

Mosteiro de Santo Agostinho da Serra do Pilar

Após a reforma da Ordem dos Agostinhos, por ordem de D. João III, os frades do Mosteiro de São Salvador de Grijó foram transferidos para a Serra do Pilar, dando-se início, a partir de 1537, à fundação de um novo mosteiro, em Vila Nova de Gaia.

O risco, da autoria de Diogo de Castilho e João de Ruão, exhibe uma igreja de planta centrada, circular, com uma capela-mor retangular e um claustro também ele

²⁰ MARTINS, F.S. *Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Arte. Culto. Vida Quotidiana*. Porto: Edição do Autor, 2014. p. 74.

circular. Devido à configuração da igreja e claustro, este conjunto é singular no panorama arquitetónico nacional e internacional desta época, marcando bem as tendências clássicas que vigoravam em termos estéticos. No interior da igreja destaca-se a qualidade dos retábulos barrocos e dos púlpitos.

Devido à posição privilegiada que ocupa no topo da serra, sobre o rio Douro, alcançando a este e a oeste o rio até à foz, a norte a cidade do Porto e a sul Vila Nova de Gaia, sempre atento às movimentações de gentes e embarcações, este mosteiro foi determinante na estratégia de defesa do território.

Por esta razão, já em 1809, aquando da segunda invasão francesa, as tropas inglesas, comandadas pelo general Wellington, ocuparam as dependências do mosteiro, em resposta do exército português face às tropas invasoras e que ocupavam a cidade do Porto.

Durante o Cerco do Porto, este mosteiro foi palco de uma nova ocupação e fortificação pelas tropas liberais do 3º Batalhão Móvel e Voluntários de Vila Nova de Gaia, sob o comando do Brigadeiro Torres (Barão do Pico do Celeiro), constituindo um perímetro fortificado. Cercado por uma Divisão e uma Coluna Móvel do exército miguelista, os cerca de 700 homens que se barricaram no recinto da cerca do Mosteiro e fortificaram os edifícios do complexo, resistiram cerca de um ano às sucessivas investidas das tropas miguelistas, que acantonadas em Vila Nova de Gaia, cercavam e bombardeavam o local, com especial repercussão para as ofensivas de setembro e outubro de 1832 e de fevereiro e março de 1833. A forte carga simbólica do Mosteiro da Serra do Pilar que a historiografia das Guerras Liberais caracterizou como um dos locais mais importantes da resistência portuense, levou a que pouco tempo após o termo da Guerra Civil, a Rainha D. Maria II elevasse este espaço a Praça de Guerra de 1ª Classe e, a partir daí, tornou-se em aquartelamento permanente da guarnição de artilharia da Cidade do Porto.

3.2 Entre o paço e o cárcere

Palácio dos Moraes e Castro/Palácio dos Carrancas

Profundamente influenciado pela nova estética neopalladiana do Hospital de Santo António, que reflete a crescente importância da colónia burguesa inglesa que se estabeleceu na cidade do Porto e que impôs o seu estilo, refletindo-se aos poucos no quotidiano dos portuenses da segunda metade do século XVIII, sobretudo, a partir da residência do cônsul inglês John Whitehead (1756-1802), grande impulsionador deste novo gosto e arquiteto amador, o Palácio dos Carrancas que recebeu esta alcunha dos seus primitivos proprietários, os Moraes e Castro, foi mandado construir em 1795, por esta família que enriqueceu à custa do exclusivo que mantinha no norte do país do fabrico de galões de ouro e prata.

O projeto é atribuído a Joaquim da Costa Lima Sampaio, responsável por executar, em 1793, cópias das plantas desenhadas por John Carr para o Hospital de Santo António.

O Palácio dos Moraes e Castro, ou dos Carrancas, cumprindo a dupla funcionalidade para a qual foi erguido, residência familiar e fábrica de galões é, segundo Jaime Ferreira-Alves:

a mais importante residência construída no tempo dos Almadás, se excluirmos o Paço Episcopal, e cuja traça, ainda que atribuída a Joaquim da Costa Lima Sampaio, terá sido, a nosso ver, idealizada segundo o conselho abalizado de John Whitehead.²¹

Apesar de todas as alterações que sofreu ao longo da sua existência, fruto das sucessivas ocupações, o Palácio dos Carrancas, atual Museu Nacional Soares dos Reis, ficou ligado a alguns dos mais importantes momentos políticos e militares da história da cidade do Porto na primeira metade do século XIX. Durante a segunda invasão francesa, na Guerra Peninsular, serviu de quartel-general a Sault, que em 12 de maio de 1809 se viu obrigado a abandoná-lo, rapidamente, ao tomar conhecimento da aproximação do exército anglo-português comandado por Sir Arthur Wellesley para retomar a cidade do Porto. O futuro duque de Wellington assim como o Marechal William Beresford, no comando do Exército Português, lá se instalaram logo após terem expulsado as tropas francesas da cidade. Quase vinte anos mais tarde, durante as Guerras Liberais (1832-34) e durante o Cerco do Porto, este edifício serviu durante quatro meses de residência e quartel-general de D. Pedro, Duque de Bragança e pai da Rainha D. Maria II. Foi durante esta altura que este edifício serviu para recolha e proteção de obras de arte, algumas confiscadas aos partidários da facção miguelista e outras, mais tarde, à Igreja após extinção das ordens religiosas. Durante o Cerco D. Pedro foi, no entanto, obrigado a transferir-se para um outro palacete na Rua de Cedofeita, o nº 395, situado num local fora do alcance da artilharia miguelista, sobretudo, das baterias que das cristas de Vila Nova de Gaia, junto à Serra do Pilar, começaram a ajustar o tiro em direção ao Palácio dos Carrancas. O risco terá aumentado com a chegada à bateria miguelista do Trovão, no Candal, em Gaia, da peça de artilharia pesada Paixhans, de grande calibre e alcance e que se bem guarnecida podia bater com o seu fogo todas as linhas liberais desde as Virtudes até à Torre da Marca.

²¹ FERREIRA-ALVES, J.J.B. *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Vol. 1. Porto: Câmara Municipal do Porto, p. 164, 1988.

Cadeia e Tribunal da Relação

O projeto da Cadeia e Tribunal da Relação da autoria do arquiteto e engenheiro militar Eugénio dos Santos Carvalho, responsável pela reconstrução da Lisboa pombalina, foi apresentado durante o governo de João de Almada e Melo, cumprindo uma ordem de D. José I. Iniciadas as obras em 1767 prolongaram-se até 1796. Erguido num terreno em forma triangular, Eugénio dos Santos concebeu um edifício poligonal com quatro fachadas, duas delas nobres: a principal voltada a nascente para a Rua de São Bento da Vitória e uma outra voltada para nordeste para a antiga Praça e Porta do Olival, onde se encontra a solução mais original, isto é, a integração de um chafariz ao nível do piso térreo, no aparelho rusticado, por cima do qual cinco mísulas sustentam uma varanda e, por cima da cornija, ao centro, as armas reais.²² A monumentalidade e severidade do edifício da Cadeia e Tribunal da Relação inscrevem-se dentro do espírito e estética emergente: o neoclássico.

Para além da sua importância artística, este edifício guarda nas suas memórias a estreita relação que manteve com o processo da implantação do Liberalismo em Portugal, sobretudo, por ter funcionado como prisão política, para além das suas funções prisionais no âmbito do delito comum. Uma das memórias mais dolorosas deste período, que atravessa o pronunciamento do 24 de Agosto de 1820 e vai até ao final da Guerra Civil em 1834, foi o processo dos Mártires da Liberdade: na sequência do falhanço do golpe constitucional de 1828, conhecido como a Belfastada, 12 Liberais foram presos pelo governo miguelista e enviados para a Cadeia da Relação e submetidos a julgamento na chamada Alçada Nova, criada para este processo. Condenados à morte foram enforcados na Praça Nova e as suas cabeças espetadas em postes entre o Porto e Aveiro.

Já durante o Cerco do Porto, a Cadeia da Relação, para além dos presos de delito comum, albergou também presos de crime militar e político, desta feita, miguelistas ou opositores ao regime Liberal. Ainda no rescaldo da Guerra Civil esteve aqui preso o guerrilheiro miguelista Remexido, antes da sua execução, no Algarve, em 1838, pelo crime de banditismo e sedição.

Academia Real da Marinha e Comércio

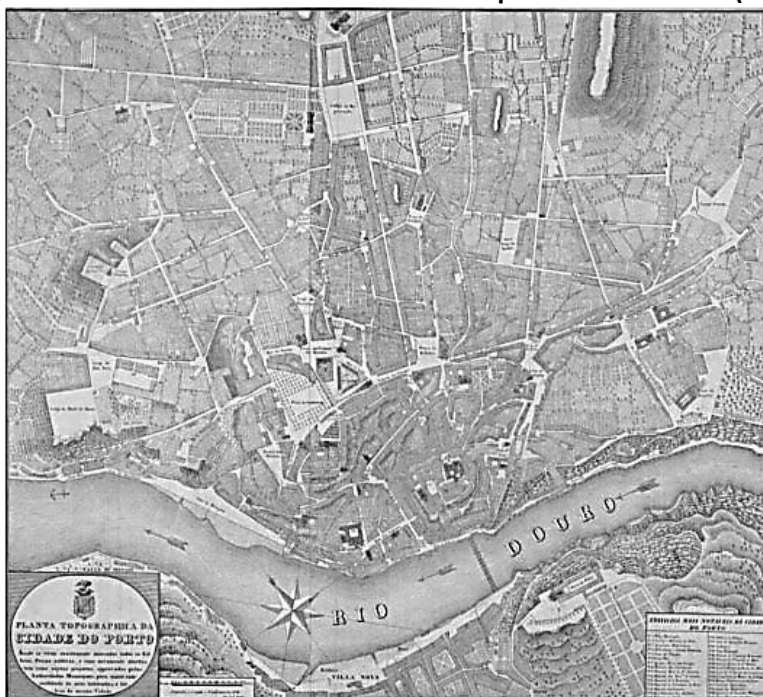
À semelhança do Palácio dos Moraes e Castro, também o edifício da Academia Real da Marinha e Comércio foi profundamente influenciado pelos planos de John Carr, sobretudo, pelo Hospital de Santo António, de traça neopalladiana, cujo projeto datado de 1807 é da responsabilidade do engenheiro e arquiteto Carlos Amarante.

²² Sobre a história deste edifício vide FERREIRA-ALVES, J.J.B. *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Vol. 1. Porto: Câmara Municipal do Porto, p. 218-223, 1988.

Durante o Cerco do Porto, o edifício foi ocupado pelo Exército Liberal, servindo como hospital de campanha que recebia os feridos que vinham das obras defensivas liberais das linhas das Virtudes, Vitória, Fontaínhas ou Seminário e possivelmente das linhas entre a Aguardente e Monte Pedral caso a Irmandade da Lapa não tivesse capacidade para acolher os feridos em combate. De notar que a atual Praça Gomes Teixeira que faz frente à fachada principal do edifício, também conhecida como Praça dos Leões, tivera a designação de Praça dos Voluntários da Rainha, pois aí formavam e manobravam os homens desta famosa unidade do Exército de D. Pedro, aquartelados no Carmo. Dada a ocupação para fins militares durante o Cerco, verificou-se o encerramento das aulas entre 1832 e 1834, tendo estas funcionado no Palacete dos Viscondes de Balsemão situado nas proximidades.

Finalizado o Cerco do Porto em 1833 e extintas as ordens religiosas em 1834, Joaquim da Costa Lima Júnior, arquiteto da cidade, sobrinho e afilhado do falecido arquiteto da cidade Joaquim da Costa Lima Sampaio, em 1839, é incumbido de desenhar a planta topográfica da cidade do Porto “onde se vêem exactamente marcados todos os edifícios, praças públicas e ruas novamente abertas, bem como alguns projectos aprovados pelas autoridades municipais, para maior comodidade de seus habitantes e beleza da mesma cidade”.

Figura 5 – Planta da cidade do Porto de Joaquim da Costa Lima (1839)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto (F-P/CMP/11/65).

O protótipo da cidade criada a partir de meados do século XIX é quase sempre incompatível com o velho traçado urbanístico, tendo como consequências, quase sempre a destruição do antigo, a favor do moderno.²³

3.3 A Rota Porto Liberal no percurso do Centro Histórico do Porto, Património da Humanidade

Desenvolvido a partir do casco antigo do núcleo urbano situado no morro da Sé, cuja ocupação humana remonta já ao 1º milénio a.C., o Centro Histórico do Porto, desde cedo, reuniu os mais diversos interesses que fizeram com que a cidade crescesse.

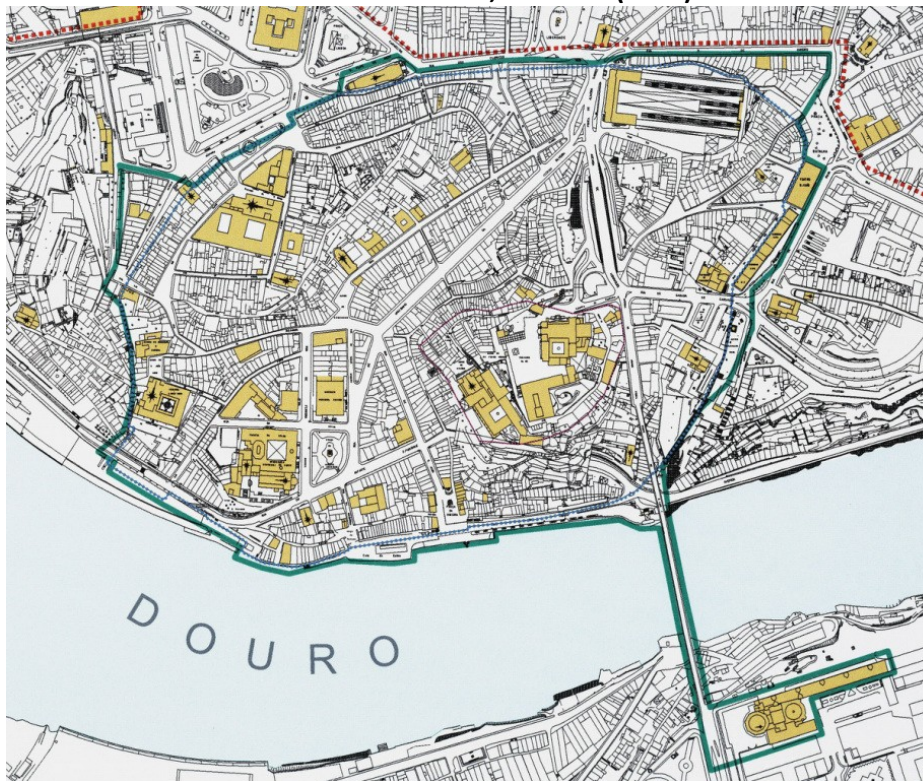
A malha urbana desenvolveu-se numa articulação harmoniosa com a paisagem e a sua envolvente, o rio Douro e a cidade de Vila Nova de Gaia, do outro lado do rio, o que lhe conferiu uma certa unidade e uma paisagem de valor incalculável.

O Centro Histórico do Porto, a Ponte D. Luís I e o Mosteiro da Serra do Pilar, objeto da classificação da UNESCO como Património Mundial em 1996, constituem um testemunho vivo da exemplaridade, integridade e autenticidade do seu património cultural, onde se integram inúmeros edifícios de épocas distintas que nos provam o desenvolvimento contínuo desta cidade voltada ao rio e ao mar.

Se olharmos para a Fig. 6 percebemos que de um modo geral a área de classificação da UNESCO envolve toda a muralha Fernandina. Se compararmos esta planta com a avançada para a Rota Porto Liberal percebemos que somente a Igreja do Colégio de São Lourenço, a Igreja do Convento de São Francisco, o Mosteiro de Santo Agostinho da Serra do Pilar e a Cadeia e o Tribunal da Relação se encontram dentro dos limites da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial. Os restantes locais de interesse avançados na Rota Porto Liberal circunscrevem-se ora na área de Proteção do Centro Histórico do Porto Património Mundial como são os casos do Convento da Madre de Deus de Monchique e da Academia Real da Marinha e Comércio, ora fora destes limites, embora próximos, atestando, no entanto, a importância da ocupação humana em épocas distintas e para fins diversos nestas áreas.

²³ QUEIRÓS, C.S.F. (2016). Da construção à desconstrução dos espaços conventuais do perímetro citadino lamecense. In: *Atas do Colóquio Internacional Da cidade sacra à cidade laica. Dinâmicas urbanas e novas memórias*. [Auditório do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 4 a 6 de novembro de 2015]. Lisboa: Instituto de História da Arte, Série W, n. 5, 73.

Figura 6 – Planta do Centro Histórico do Porto e da área classificada pela UNESCO como Património Mundial, em 1996 (2003)



Fonte: <https://ssru.files.wordpress.com/2009/09/chporto2003.jpg>

Legenda: a vermelho-escuro, a muralha primitiva; a verde, a área classificada como Património Mundial; a vermelho, a área de proteção (vista parcial); a azul, a muralha fernandina

4 Conclusão

Toda esta referência, escorada entre as fontes e narrativas do Cerco Porto, vasta e que agora e em outras investigações se afigura mais rica, por exemplo com as memórias inglesas, francesas e mesmo italianas, cruzada simultaneamente com a cartografia da época e com a atual, através de aplicações como o *Google Maps*, *Google Earth* ou a *Mymaps* permite criar uma série de propostas de roteiros relativos às memórias do Liberalismo e do Cerco do Porto *per si*, ou servindo de ponto de partida para roteirizações mais alargadas que se estendem ao território nacional, se alargarmos a temática para o contexto da Guerra Civil na sua totalidade.

Um estudo mais aprofundado sobre estes espaços transformados ou convertidos, que não serão certamente os únicos, levará a um melhor entendimento de como, por exemplo, as estruturas de edifícios religiosos se adaptaram satisfatoriamente para uso militar, articulando uma estética de estilos construtivos

com novas funções, fruto das necessidades do momento, que ao tempo era o Cerco do Porto, e do interesse que esta abordagem poderá ter no contexto de públicos interessados nestes detalhes que cruzam a História da Arte e a História Militar.

E se na maioria dos casos essa adaptação foi efémera, entre julho de 1832 a agosto de 1833, um edifício houve que permaneceu com a sua nova função: o Mosteiro de Santo Agostinho da Serra do Pilar.

Cruzando a cartografia referida com a atual malha urbana da cidade do Porto e levantando os elementos de caracterização dos pontos das linhas fortificadas, temos a possibilidade de criar várias hipóteses de roteirização como a que apresentamos neste artigo, ou a já lançada pelo Projeto Porto Liberal, esta testada e implementada e prestes a ser alargada, uma eficaz ferramenta que serve como ponto de partida para outras propostas de rotas e percursos de um período tão rico. Não haverá dúvidas quanto à pertinência da implementação destas Rotas dentro do contexto do Liberalismo e do culminar na Guerra Civil de 1828-1834, e a nível nacional, pois não se resume à realidade portuense, já que o conflito se deu em todo o território, com as frentes de batalha em Lisboa e Ribatejo, nas fragas onde as guerrilhas dos dois lados se confrontaram (assunto ainda muito pouco estudado) ou nas próprias memórias do Algarve, com o desembarque do Duque da Terceira com 2500 homens em Cacela Velha e a subida vertiginosa das tropas Liberais pelo Alentejo até à sua entrada em Lisboa em 24 de julho de 1833. Todo este potencial de roteirização turística e cultural está à espera de ser sistematizado com toda a massa crítica especializada que lhe pode assistir e ajudar os operadores a criar esses percursos, tanto mais que pode ser implementada a capacidade de atrair estrangeiros como ingleses, franceses, italianos, belgas, alemães ou polacos, já que homens destas nacionalidades integraram sobretudo as tropas Liberais de D. Pedro de Bragança e da sua filha, a Rainha Dona Maria II.

Referências

AA: VV. **História do Cerco do Porto: a guerra civil em Portugal, o Sitio do Porto até à morte de D. Pedro IV**. Porto: Typ. Empresa Popular, 1870.

COELHO, S. V. **Baterias, Fortes e Redutos do Cerco do Porto, 1832-1833** (Seminário de Licenciatura: policopiado). Universidade Portucalense, Porto, Portugal, 1994.

FERREIRA-ALVES, J..J.B. **O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas**. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988. v. 1.

FERREIRA-ALVES, J..J.B. Elementos para a história da construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703). **História**, n. 10 (II série), p. 379-406, 1993.

FERREIRA-ALVES, J..J.B. Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique. **Ciências e Técnicas do Património**, 1 (I série), p. 129-147, 2002.

FERREIRA-ALVES, J.J.B.; FERREIRA-ALVES, N.M. O Convento de São Francisco: aspetos da sua estrutura (1772-1796). *In*: FERREIRA-ALVES, J.J.B.; FERREIRA-ALVES, N. M. (coord.) **O Convento e a Venerável Ordem de São Francisco do Porto**. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 35-46.

LIMA, H.C.F. **Uma “berta” no cerco do Porto em 1832-1833**. Lisboa: Henry Gris & C^a, 1993.

MARTINS, F.S. **Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Arte. Culto. Vida Quotidiana**. Porto: Edição do Autor, 2014.

MEIRELES, A.J.N. **O Cerco do Porto em 1832 para 1833**. Porto: s/e, 1840.

QUEIRÓS, C.S.F. Da construção à desconstrução dos espaços conventuais do perímetro citadino lamecense. *In*: **Atas do Colóquio Internacional Da cidade sacra à cidade laica. Dinâmicas urbanas e novas memórias**. [Auditório do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 4 a 6 de novembro de 2015]. Lisboa: Instituto de História da Arte, Série W, n. 5, p. 72-88, 2016.

QUEIRÓS, C.S.F. Lamego: do génio do lugar ao génio dos homens. Uma visão paradoxal entre a modernização urbanista e a destruição patrimonial”. *In*: ROSAS, L.; SOUSA, A. C.; BARREIRA, Hugo (coord.). **Genius Loci: lugares e significados. Places and Meanings**. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2018, p. 29-42. v. 3.

SILVA, F.R. A Igreja da Lapa. Arte, Culto e História. **O Tripeiro**, n. 9 (7^a série, ano XXI), p. 264-268, 2002.

SORIANO, S.J.L. (1889-1890). **História do Cerco do Porto**. Tomos I e II. Porto: Ed. A. Leite Guimarães.

“Coimbra é uma paisagem pintada”: o escritor como ‘artista oculista’ do património

Maria Mota Almeida*

Resumo: Este artigo pretende estabelecer intersecções entre turismo sustentável e património cultural através da literatura, contribuindo para diversificar “olhares” sobre uma zona “nobre” da cidade de Coimbra. A Universidade – Alta e Sofia, classificadas como Património Mundial pela UNESCO em 2013, bem como o Museu Nacional Machado de Castro que, em 2019, foi integrado nesta classificação, polos culturais e turísticos por excelência, constituem o pano de fundo onde se desenrola a maior parte da ação da *Porta de Minerva* (1947), único romance de Branquinho da Fonseca. A obra permite-nos apreender o património construído, a paisagem e compreender as (con)vivências e tradições da “Cidade dos Estudantes” nos anos 30/40 do séc. XX. Numa primeira fase abordaremos a importância que os escritores e a respetiva obra detêm para a (re)descoberta e (re)leitura das cidades. O levantamento dos patrimónios e dos locais que compõem a obra vão permitir, mediante a metodologia de análise de conteúdo, uma leitura do espaço urbano. Proporemos um itinerário que sirva de motivação para uma visita em que se pretende conhecer o escritor, resgatar a memória e contribuir para um turismo diferenciado apostado na personalização.

Palavras-chave: Turismo literário. Turismo cultural. Identidade cultural. Branquinho da Fonseca. Coimbra.

Abstract: *Porta de Minerva*: Visiting Coimbra in the footsteps of the writer Branquinho da Fonseca. This article intends to establish intersections between sustainable tourism and cultural heritage through literature, thus contributing to diverse “outlooks” over a “noble” area of the city of Coimbra. The University – Alta and Sofia classified as World Heritage by the UNESCO in 2013, as well as the National Museum of Machado de Castro which, in 2019, was integrated in this classification, cultural and touristic center par excellence, constitute the backdrop where most of the action of *Porta da Minerva* (1947) takes place, Branquinho da Fonseca’s only novel. The book allows us to grasp the constructed heritage, the landscape and understand the coexistences/experiences and traditions of the “City of the Students” in the 1930’s and 1940’s. In a first phase we will address the importance that writers and their respective work have for the city’s (re)discovery and (re)reading. The survey conducted on heritage and locations that compose the literary work will allow, through the content analysis methodology, the reading of urban space. We propose an itinerary that will serve as a motivation for a visit where one will understand and appreciate the writer, refresh the memory and contribute to a tourism differentiated by its focus on customization.

Keywords: Literary tourism. Cultural tourism. Cultural identity. Branquinho da Fonseca. Coimbra.

* Professora Adjunta Convidada, Área Científica de Ciências Sociais e Humanas - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Coordenadora Científica do MUVITUR - Museu Virtual do Turismo.
E-mail: maria.almeida@eshte.pt

1 Introdução

O difícil não é ser herdeiro, mas saber acolher e recolher a verdadeira herança, não para fazer dela um leito cómodo ou sono dogmático, mas para promover o espírito de investigação (BEAUFRET, 1971, p. 113-114).

No título escolhido para este artigo: “Coimbra é uma paisagem pintada”: o escritor como ‘artista oculista’ do património”, servimo-nos do conceito de artista oculista usado por Alain Roger que adotou o conceito proustiano de “l’artiste oculiste”, explanado no romance *À la recherche du temps perdu, La Côté de Guermantes*. Nesta obra o autor explora a analogia entre o trabalho dos oculistas e o dos artistas: o pintor ou o escritor original, à imagem do oculista, levam o seu tempo a tornarem claros, aos nossos olhos, objetos que antes não os víamos como tal. A metáfora óptica de Marcel Proust remete-nos para a forja artística do nosso olhar estético, mediado pela arte, que é capaz de ver/criar a paisagem onde antes era apenas terra. Ora, a literatura, que opera a mediação entre nós e o território, ajuda-nos a ver melhor e com vários matizes a paisagem natural ou construída, rural ou urbana.

Neste caso abraçaremos o espaço urbano de Coimbra, mais precisamente a zona classificada pela UNESCO, em 2013, a *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* bem como o Museu Nacional Machado de Castro que, em 2019, foi integrado nesta classificação. Este património, de singular relevância que constitui o coração cultural e turístico, por excelência, da cidade, é o pano de fundo onde se desenrola a maior parte da ação do romance *Porta de Minerva* que nos acompanhará nesta itinerância.

O autor desta obra estudou Direito em Coimbra onde vivia com os pais. A vida académica inspirou grande parte da ação do romance permitindo-nos, mediante as suas descrições, passear pela cidade e criar um itinerário que conduza a uma outra forma de descobrir estes espaços, contribuindo para a valorização e desocultação de patrimónios que se tornam mais facilmente visíveis pela mediação do texto literário. Partamos, pois, à descoberta desta ‘outra’ cidade que ainda hoje mantém muitos dos traços descritos, não só a nível do património construído como das tradições. Além disso, o itinerário literário constitui-se, igualmente, como uma homenagem ao escritor quer pela divulgação da sua obra, quer pela forma como o leitor – viajante (SIMÕES, 2002), aquele que lê e imagina o espaço retratado na literatura, e o viajante – leitor (SIMÕES, 2002), aquele que, motivado pela leitura, vai sair do conforto da sua casa para visitar/conhecer o espaço, se vai apropriar das relações emocionais e espaciais que o escritor estabeleceu com o local e lhe permitiram elaborar uma descrição muito próxima do real. Acresce-se que o facto de parte da obra de Branquinho da Fonseca estar traduzida em várias línguas permite ampliar o alcance desta oferta atraindo, igualmente, viajantes estrangeiros.

Partimos, pois, da leitura do romance *Porta de Minerva*, publicado pela primeira vez em 1947 pela Ática, com 2ª edição em 1961 e 3ª edição em 1968 ambas pela Portugália e a edição actual, 2010, pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, para propor um itinerário urbano que abarca a Cidade de Coimbra com especial incidência na zona classificada pela UNESCO. Branquinho da Fonseca imortalizou uma Coimbra dos anos 30 contribuindo, a seu modo, para a construção identitária da cidade. Conjugou a realidade com a ficção: resgatou episódios, memórias, tradições, espaços e vivências de um tempo que já passou. Valorizou alguns acontecimentos, secundarizou outros e silenciou muitos.

A cidade continuou o seu percurso, lado a lado com a vida estudantil. Ao descobrir a Coimbra vivenciada e testemunhada pelo seu avô, Luís Branquinho da Fonseca Soares de Oliveira, acompanha uma memória subtraindo-a do inevitável imobilismo e esquecimento. Os passos que nos despertam para os espaços irão ser reinterpretados, afetivamente, por um leitor do séc. XXI que, por uma feliz coincidência, é Director de Fotografia de Cinema, tendo já feito filmes a partir de duas obras do avô: *Barão* e *Rio Turvo* dirigidas por Edgar Pêra.

Tradição feita modernidade acompanha a modernidade feita tradição: a Real República dos Kágados ainda hoje existe, o Cortejo Académico também e muito do ambiente boémio perdura. As ruas lá estão e alguns edifícios, igualmente. Contudo, a cidade sofreu grandes transformações: a Alta já não é a do tempo de Bernardo Cabral.

Neste início de século, dominado pela tecnologia e no sentido de conseguir uma maior autonomia por parte do visitante, visto que “existe uma tendência para uma redução do peso das viagens organizadas por oposição ao crescimento do *DIY – do it yourself*” (PENT, 2007, p. 40), sugere-se a utilização da Realidade Aumentada (RA) “termo utilizado para descrever uma combinação de tecnologias que têm por objetivo integrar informação digital (ou virtual) no ambiente envolvente e em tempo real” (MOUTINHO, 2015, p. 39). A RA proporciona vários níveis de aprofundamento na apropriação e compreensão patrimonial, na medida em “que possibilita diferentes leituras de um mesmo elemento/objeto e, desta forma, amplia o conjunto de interações possíveis” (MOUTINHO, 2015, p. 3).

O artigo vai ser estruturado da seguinte forma: iniciaremos com uma breve caracterização da zona classificada pela UNESCO. Em seguida problematiza-se a questão das vantagens e desvantagens do turismo para as cidades e a necessidade da diversificação de produtos não massificados que contribuam para um turismo mais sustentável, nomeadamente o turismo literário. Na terceira parte faremos a revisão da literatura relativamente este “nicho” de turismo. A última parte corresponde à aplicação prática do nosso trabalho. Após a sucinta biografia de Branquinho da

Fonseca e um resumo da obra, *A Porta de Minerva*, apresentaremos o itinerário literário que tem início na Estação Nova e termina na Universidade.

2 A Universidade de Coimbra-Alta e Sofia, Museu Machado de Castro: classificação da UNESCO

O valor universal excepcional da *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* foi, em 2013, reconhecido pela UNESCO ao classificá-la como Património Mundial o mesmo acontecendo, em 2019, ao Museu Nacional Machado de Castro.

A Universidade fundada em 1290 por D. Dinis, circulou entre Lisboa e Coimbra, sendo definitivamente estabelecida nesta cidade, em 1537, por iniciativa de D. João III. Importantíssimo centro de referência cultural, enquanto produtora e transmissora de conhecimentos, em áreas tão variadas quanto o direito, as artes, as letras e as ciências. A Universidade de Coimbra:

[...] é constituída por um complexo de edifícios ligados à produção e transmissão do conhecimento, que cresceu e evoluiu ao longo de mais de sete séculos, formando sem qualquer dúvida uma área urbana nobre e bem delimitada na cidade de Coimbra. A par da existência física de património construído, em muitos casos notável e verdadeiramente excepcional, e com a sua história, que faz dela uma das mais antigas Universidades europeias, a Universidade possui um conjunto de tradições e de cultura da própria instituição que lhe conferem uma identidade particular com forte simbolismo a nível nacional e internacional. A sua história confunde-se com a da Universidade Portuguesa (SERRA; TORRES, 2005, p. 2).

A Rua da Sofia, ou da *Ciência e Sabedoria*, se nos reportarmos à palavra grega, com início na Praça 8 de Maio e fim na Rua da Figueira da Foz, foi aberta em 1535, para albergar os colégios da Universidade, ficando os edifícios principais no Paço Real. Seguindo o “modelo da Rue de Sorbonne” (LOBO, 2006, p. 26), em Paris, na Rua da Sofia foram erguidos sete colégios, com as suas igrejas: os colégios do Carmo, da Graça, de São Pedro, de São Tomás, de São Bernardo e de São Boaventura, e ainda o Colégio das Artes. Com exceção do uso dado a este último espaço, mas que em breve transitou para a Inquisição, “a Rua da Sofia acabou relegada para um desempenho urbano distante do conceito e programa de *campus* Universitário que a determinara” (ROSSA, 2006, p. 18). Em contrapartida a Alta, mais despovoada, permitiu a instalação e expansão universitária almejada, acentuando a diferença entre as duas cidades: os que aí passaram a residir, muito mais ligados ao meio académico e os que habitariam, sobretudo, na “Baixa”, mais ligados a atividades comerciais. Durante o Estado Novo, entre os anos 40 e 70, a “cidade universitária” amplia-se após uma campanha de

intensas demolições que visavam, na palavra de um antigo aluno e professor “libertá-la de incrustados, malfazejos e indignos das construções fundamentais, e completá-la com instalações apropriadas às exigências dos novos estudos [...] e que só por si dará a Coimbra um lugar excepcional entre todas as universidades do mundo”(SALAZAR, 1945, p. XIX). A este conjunto, que apresenta uma pluralidade de intervenções ao longo do tempo, numa adequação às crescentes e exigentes funcionalidades é acrescentado, em 2019, após trabalhos de restauro e remodelação, o Museu Nacional Machado de Castro, igualmente com a chancela de Património Mundial da Humanidade. Monumento Nacional desde 1910, situa-se no antigo Paço Episcopal de Coimbra e no local do fórum romano. Encontram-se, neste espaço, obras que se enquadram na categoria de Tesouro Nacional, maioritariamente provenientes de Sé Velha, Sé Nova e Mosteiro de Santa Cruz. A classificação Património Mundial, atribuída pela UNESCO, se por um lado é importante para ajudar a preservar e divulgar este património único, por outro, tem um grande impacto no desenvolvimento dos destinos turísticos (OKECH, 2010), visto que a ‘marca’ cultura, base desta distinção, funciona como uma motivação acrescida para visitar estes locais (PORIA *et al.*, 2013). O “património e as atrações culturais, em muitos países desenvolvidos, estão a tornar-se uma importante força motriz para o crescimento do mercado de turismo e [...]a abundância e diversidade de recursos culturais são bens essenciais para um país desenvolver a sua indústria de turismo” (PATUELLI *et al.*, 2013, p. 375). Porém, ao associar um local ou destino turístico à experiência turística, assente na qualidade e valor da oferta, muitas vezes a principal motivação da visita, enormes desafios se colocam num binómio de equilíbrio difícil, como analisaremos a seguir.

3 A turistificação: autofagia ou salvação da pólis?

“O turismo assenta num paradoxo: alimenta-se daquilo que destrói” (BISMARCK, 2016).

“Não basta conhecer o património. É preciso vivê-lo e preservá-lo” (MARTINS, 2018).

A ONU proclamou 2017 como o “Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento” como reconhecimento da importância do turismo a nível mundial. O ICOMOS definiu como tema para o Dia Mundial dos Monumentos e Sítios, que se celebrou a 18 de abril de 2017, “Património Cultural e Turismo Sustentável”. Em 2018 celebrou-se, pela primeira vez e por iniciativa da União Europeia, o “Ano Europeu do Património Cultural”, sob o lema “Património: onde o passado encontra o futuro”. Pretendeu-se sensibilizar os Estados-Membros para a necessidade de proteção, salvaguarda, reutilização, valorização e promoção do património cultural da Europa. Os

desafios colocados remetem a responsabilidade pela sua cabal execução ao empenhamento de todos. Na verdade, o património não nos pertence. A sua importância, quer como testemunho da ação humana, quer pela(s) memória(s), saberes e valores que conserva e difunde, bem como o contributo que lega para o desenvolvimento mais harmonioso e sustentável do território, responsabiliza-nos quotidianamente pela necessidade da sua preservação para as gerações seguintes. A sustentabilidade do turismo é uma preocupação crescente visto que o mesmo representa cerca de 10% da atividade económica mundial. Se bem que economicamente fundamental, pode ser patrimonialmente destrutivo se não houver um equilíbrio entre, por um lado, a oferta e a procura e, por outro, a comunidade residente e a comunidade visitante.

A cidade tornou-se um destino turístico por excelência, sobretudo a partir da década de 70, tendo esta temática sido estudada por variados autores (veja-se a síntese em Henriques, 2013¹, p. 26 e sgs). Associado a este fenómeno da explosão do turismo urbano, assistimos ao aumento exponencial do turismo cultural, considerado, neste início de séc. XXI, como um meio de regeneração da própria *urbe* o que estimula a diversificação das práticas culturais. Não obstante esta dinâmica cultural urbana, a turistificação da cidade tem conduzido a discursos inflamados sobre os benefícios e prejuízos que a mesmo acarreta para os locais e para os seus habitantes.

Considera-se que a erosão que os turistas provocam assume, entre outros, os seguintes vetores: por um lado o desgaste dos edifícios pela quantidade de turistas que calcorreiam o seu interior a “contra relógio” para completarem, com milhares de fotos, a “caderneta de vivências / experiências / consumos” e por outro a forma como as cidades prestam “subserviência” a esta importantíssima fonte de lucro. Ambos vão ter impactos negativos na vida dos residentes. A *urbe* “transformou-se num espectáculo permanente, num recinto de entretenimento para uma pequena burguesia planetária que vê em qualquer vivência, por mais ínfima que seja, a oportunidade última de redimir a aridez e a tristeza da sua vida quotidiana” (Bismarck, 2016); gentrificam-se os espaços; globalizam-se as lojas e, as que ousam manter a tradição, servem mais para cenários de *selfies* do que para vender os produtos que expõem; massificam-se os *souvenirs*, quase todos *made in China*, vendendo-se como “produtos aliciantes e muito especiais”; pululam os produtos belissimamente embalados com o rótulo *gourmet*.

¹ Note-se, a este propósito, o contributo da obra de HENRIQUES (2003) para o enquadramento teórico-conceptual sobre o turismo urbano e, mais especialmente, sobre o turismo cultural nos centros históricos das cidades.

As cidades, especialmente, as que foram classificadas pela UNESCO como Património Mundial, tornaram-se uma *marca* e, como tal, (pre)dispostas a ser consumidas, “trituras” pela máquina cuidadosamente engendrada para aliciar turistas. Correm o risco de autofagia pela descaracterização a que placidamente assistem. “A hospitalidade já não é um atributo, mas um produto” (BISMARCK, 2016). A ideia do “sempre em festa” afasta os habitantes fazendo com que percorram uma cidade onde já não se reconhecem. A Memória e a História estão adulteradas e/ou enevoadas pelos constantes eventos e animação, “100% grátis, a não perder” “aproveite as inúmeras ofertas”, que criam a obrigatoriedade de preencher o lazer.

De forma não totalmente paradoxal, podemos, igualmente, afirmar que o turismo se alimenta daquilo que ajuda a (re)construir e que “o que realmente está a suceder nas áreas centrais de Lisboa e Porto é o preenchimento de um vazio criado por décadas de abandono” (BOAVIDA-PORTUGAL, 2016). A identidade de uma cidade, elemento instável em si e permanentemente dinâmico vai-se alterando, transformando, construindo ao longo do tempo, por vezes até com demolições, visto que a “resiliência das cidades históricas apoia-se na continuidade dos seus valores identitários, mas depende da capacidade de integrar a mudança e de assimilar novas narrativas. A sua história está sempre a ser escrita em novos capítulos, querer fixá-las num momento romantizado do passado é não compreender a sua essencial natureza” (BOAVIDA-PORTUGAL, 2016). A continuidade das cidades assenta na mudança, condição essencial à sua sobrevivência pois “o lugar que não pode mudar condena o território à sua destruição” (LYNCH, 2007). Questão que podemos considerar contraditória ao associar a continuidade à mudança, mas que faz parte intrínseca do processo de transformação. Transformação essa impulsionada pelo turismo, que levou à recuperação e revitalização de muitos bairros históricos, e ao “alargamento do valor de património a novos elementos e áreas da cidade” (HENRIQUES, 2003, p. 32). O futuro, nalguns casos já presente, passará necessariamente pela sólida construção de um equilíbrio entre a comunidade de acolhimento, a preservação dos recursos naturais, patrimoniais e os visitantes. Trata-se do desenvolvimento do turismo mais sustentável, com a redução progressiva da massificação onde o turismo de nicho deverá desempenhar um papel crucial. O “nicho” do presente trabalho, em que se alia a viagem à literatura, proporcionando experiências turístico-literárias, enquadra-se no turismo cultural, no turismo literário.

4 O turismo literário

Não é só ler até adormecer na poltrona. É preciso ver, com olhos de ver, os lugares literários (CORREIA, 1968, p. 60-61).

Literary Tourism is a complex cultural phenomenon which presents in a variety of forms, showing its lively connections with past and contemporary culture (GENTILE; BROWN, 2015, p. 25).

Espaço de construção do pensamento, preservação da memória e da vida, laboratório de arte e de futuros, a literatura configura-se num exercício de conjunto de obras promotoras da História, da cultura e do património cultural de uma comunidade, produzidas em territórios, em espaços e em tempos específicos, descritivos de épocas e períodos históricos, retratando acontecimentos e sendo por isso um elemento por excelência para caracterizar e impulsionar as sociedades na descoberta da sua identidade. A consciencialização do valor intrínseco desta herança fez com que, nos últimos anos, se multiplicassem os estudos que refletem acerca das possibilidades que a literatura apresenta na diversificação de recursos, promoção, valorização e dinamização de um local. Saliente-se o trabalho de Almeida (2016a, 2016b, 2018a, 2018b, 2019), Almeida e Branquinho (2013, 2018), Almeida e Oliveira (2017), Baleiro, Quinteiro e Santos (2016), Leitão (2016), Quinteiro e Baleiro (2014, 2017), Quinteiro e Henriques (2011), Butler (2000), Hendrix (2014), Herbert (2001), Jenkins, I. e Lund, K.A. (2019), Robinson e Andersen (2002). Iniciativa muito interessante, de carácter multidisciplinar, abrangendo o território nacional é o projecto de Atlas das Paisagens Literárias (litescape.pt), iniciado sob coordenação de Ana Isabel Queiroz e continuado por Daniel Alves e Natália Constâncio que pretende, através de um levantamento exaustivo a nível nacional, a valorização das obras literárias e das paisagens nelas representadas.

Assistimos, igualmente, não só a um crescente interesse pela teorização acerca da importância da literatura para uma melhor compreensão territorial, pela criação de itinerários como pela sua concretização. Veja-se, a título de exemplo, o trabalho absolutamente excepcional *No Trilho Literário Tomaz da Fonseca – passeio literário* que a Câmara Municipal de Mortágua, sob coordenação de Teresa Branquinho, organiza anualmente, desde 2016, em articulação com associações locais, promovendo os territórios, paisagens, personagens, quotidianos e gastronomia descritos nas obras daquele escritor.

Com efeito, múltiplas iniciativas, desenvolvidas por entidades diversas, têm ajudado a divulgar escritores, paisagens, sons, cheiros e sabores a partir das obras literárias. Muita dessa disseminação parte por um lado da noção de responsabilidade

partilhada, no sentido da proteção, conservação e salvaguarda dos territórios e das suas paisagens rurais e/ou urbanas e, por outro, de que esse património, chave da identidade local, deve ser estudado na perspetiva sociocultural, pela elaboração e divulgação dos itinerários culturais, numa concertada ação de integração da comunidade local.

Editam-se guias que permitem uma grande autonomia na descoberta dos territórios literários, como, por exemplo, o *e-book Os Caminhos do Conspirador* (ALMEIDA; BRANQUINHO, 2018) baseado no conto “O Conspirador”, de Branquinho da Fonseca, editado pela Câmara Municipal de Marvão, que permite fazer um percurso urbano, na vila de Marvão, e o antigo caminho dos contrabandistas entre Marvão e Valência de Alcântara; *Construção de um passeio literário: Cândido Guerreiro e a aldeia de Alte* (BALEIRO; QUINTEIRO, 2017) a coleção *Viajar com...* da responsabilidade da Direção Regional Cultura do Norte em colaboração com a editora *Opera Omnia*.

Trabalho profícuo se bem que ainda isolado e muitas vezes “asfxiado” pela burocracia de áreas de atuação que empobrecem o resultado final, logo, o escritor e os territórios. Atente-se no interessantíssimo volume do *Viajar com... José Régio*. Como foi elaborado pela Direção Regional da Cultura do Norte, o desditoso Régio não “viaja” a Portalegre, sua terra de adoção e onde viveu cerca de 30 anos!

Bons ventos começam a soprar. Verifica-se que este isolamento tem tendência a inverter-se, de uma forma consistente e pragmática, numa articulação entre entusiastas de várias áreas de saber e diferentes regiões que se complementam para extrair da literatura a riqueza patrimonial e territorial que ela tem para oferecer.

Existem algumas experiências recentíssimas no domínio das Rotas Literárias quer a um nível geográfico mais restrito, como, por exemplo, O Ciclo da *presença* no Alto Alentejo² em que o trabalho em rede e as comunidades de prática (WENGER, 2010) se configuram como a grande possibilidade de sucesso, quer a um nível geográfico mais lato, como, por exemplo, “A Rota Literária do Algarve” (QUINTEIRO; BALEIRO, 2018), cujo projeto consiste na produção de 16 itinerários literários, em quatro idiomas.

A relação entre a literatura, que plasma aspetos da vivência da cidade, e a criação de experiências turísticas é uma área que deve ser promovida porquanto,

² Coordenado por Maria Mota Almeida, João Filipe Bugalho e Fernando Completo, é um movimento que, tendo como modelo inspirador a iniciativa e capacidade inovadora que representou o movimento “presencista” e sob o pretexto de três dos seus membros – José Régio, Branquinho da Fonseca e Francisco Bugalho – terem vivido e convivido na região, pretende criar, promover, impulsionar – relembrando o que foi a *presença*, os seus objetivos e conteúdos – um movimento inovador contemporâneo que, no Alto Alentejo, em particular na área do Parque Natural da Serra de São Mamede, dê origem às mais variadas ações em diferentes áreas as quais promovam elevação cultural nos campos da Literatura, das Artes e da Música, relacionando-as com a conservação da natureza e com desenvolvimento sustentável desta região interior fronteira.

entre outros aspetos, nos permite uma interpretação plural da urbe destinada a um público que gosta de “ver devagar”, ao deambular pelas ruas.

Com efeito, ao andar nas ruas apreende-se a cidade, ao descrever as ruas (re)constrói-se a cidade, perpetuando, na sua representação, o potencial da mesma enquanto espaço de sociabilidade, de vivências e de afetos. Potencial este subordinado às dinâmicas culturais e sociais que lhe estão inerentes, numa determinada época, filtradas pelo olhar do escritor que é também um *flâneur*, um observador, um leitor minucioso da cidade através do registo polifónico da vivência da(s) rua(s). Muitas vezes, as descrições textuais são tão pormenorizadas que transportam os leitores para a componente visual – imaginar através das palavras –, contribuindo para a formação de uma representação mental mais individualizada que facilita a assimilação dos espaços e respetiva comparação com a atualidade. Ora, é precisamente este património que deve ser valorizado, promovido e usufruído, visto que “conservar, em matéria de desenvolvimento, não é matar o património, esterilizando-o, [...]. É ajudar a tornar vivo o património no seio da própria comunidade a que pertence.” (VARINE, 2012, p. 120). Trata-se de contrariar os mecanismos de esquecimento patrimonial reabilitando os elos da identidade. Ao resgatar os traços patrimoniais inscritos nos territórios, contribui-se, em simultâneo, para melhorar a experiência turística, fazendo com que o leitor – viajante passe da fase de visitante em que apenas “vai ver” para uma maior proximidade com a cultura local, com os habitantes – visto não haver território cultural sem pessoas – tornando-se “parte integrante de”.

É, precisamente, a leitura e descrição da paisagem urbana de Coimbra, feita através das ruas, espelhada num romance de Branquinho da Fonseca, que pretendemos abordar neste artigo. O romance *Porta de Minerva* (1947) permite-nos, ao explorar as ruas das ditas cidades, compreender as suas vivências, as relações sociais que aí se estabelecem e os quotidianos em determinados momentos históricos.

Utilizámos, neste trabalho, o itinerário que se transforma numa ferramenta essencial na construção do paradigma imagético que se pretende veicular, ancorado, mas não aprisionado, no passado. Esta dimensão do “passado” é essencial, pois consolida a criação de um lugar vivido (AUGÉ, 1995) por contraponto ao efémero e mutável característico da sociedade contemporânea. Representação de um local, de uma realidade captada e fixada no tempo, mas não uniformizada artificialmente, afastando-se do pitoresco, do estereótipo, da encenação, do *cliché turístico* (YÁZIGI, 2000), muitas vezes plasmado nos livros de viagens, visto que a obra não foi arquitetada para esse fim. Sendo o turismo um fenómeno caleidoscópico marcado pela pluralidade, subjetividade e desdiferenciação (URIELY, 2005) a literatura, ao

incentivar à viagem, faculta uma imensa pluralidade de experiências turísticas. A diversidade da oferta está inscrita nas preocupações de todos os que trabalham no Turismo, bem expressa no PENT (2007), onde se defende ser “fundamental actuar ao nível do enriquecimento da oferta, desenvolvendo e inovando conteúdos tradicionais portugueses que constituam factores de diferenciação turística. Assim pretende-se partilhar com o leitor – viajante momentos da História e Cultura Portuguesas, literatura, música ou outros, em função do contexto” (2007, p. 9), correspondendo às exigências do “novo híbrido” (SANTOS, 2007, p. 291) que procura novas experiências. Experiências estas que se assumem como um fenómeno pluridimensional numa sociedade pós-moderna caracterizada pela volubilidade, pelas mudanças rápidas e imprevisíveis, transportando uma grande dose de incerteza e que, por isso mesmo, acentua a necessidade da busca da identidade (MAFFESOLI, 2001), do contacto genuíno com o local. Além disso, este “novo turista”, produto de uma sociedade em rápida transformação, sedento de novas experiências, prima pela busca de liberdade, autonomia, diversidade e diferenciação, permitindo-lhe aprofundar a qualidade e o domínio vivencial das ofertas e práticas turísticas. Variando estas, evidentemente, de acordo com os protagonistas, sua (in)formação, expectativas e realizações.

4.1 Estudo de caso

4.1.1 Metodologia

A estratégia metodológica utilizada baseou-se no “estudo de caso” e na análise de conteúdo. O “estudo de caso é o estudo da particularidade e complexidade de um único caso, conseguindo compreender a sua actividade no âmbito de circunstâncias importantes” (STAKE, 2009, p. 11) que deve ser usado quando se pretende compreender contextos com algum grau de complexidade, onde estejam envolvidos diversos factores e atores. É também um “estudo de caso”, quer devido à impossibilidade de exercermos controlo directo sobre os acontecimentos, visto que o conteúdo do conto é inalterável, quer porque existe uma intenção de intervenção, o que nos possibilitou o cruzamento do trabalho de campo com a apresentação de um itinerário.

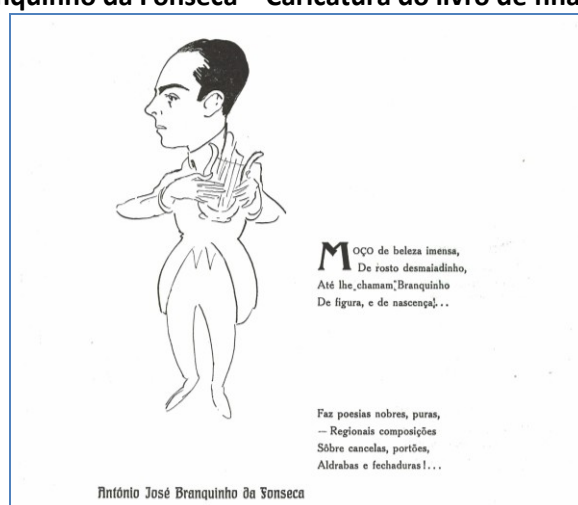
A metodologia utilizada, no trabalho de campo, incluiu várias etapas que passamos a descrever:

- Leitura do romance *Porta de Minerva*;
- levantamento exaustivo de todos os elementos que, no romance, permitissem caracterizar a Coimbra estudantil, posteriormente catalogados temática e espacialmente;
- inventariação, criando conexões, de outros recursos patrimoniais da *urbe* que tenham uma aptidão turística e contribuam para o enriquecimento da experiência turística;

- levantamento de todas as fontes, primárias e secundárias, existentes no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, onde se encontra o espólio do escritor, bem como de documentação que ainda está na posse dos herdeiros de Branquinho da Fonseca;
- leituras sobre a dimensão teórico-prática dos itinerários literários e a sua mais-valia em termos turísticos;
- elaboração do itinerário literário.

4.2 O autor: “moço de beleza imensa”: apontamentos biográficos

Figura 1 – Branquinho da Fonseca – Caricatura do livro de final de curso, 1927



Fonte: Livro “Queima das Fitas: IV Ano Jurídico: 27 de Maio de 1927”, PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/ABF/A/002/002 CX 003

Sim, sonhar alto não faz mal. E nada chega à realidade sem antes ter sido sonho. Assim se começa. E lançar um grito, um protesto, uma sugestão, uma idéia, já é fazer alguma coisa (José Régio. Carta manuscrita para Branquinho da Fonseca, 24.8.1929) (Coleção Herdeiros de B.F.).

Nascido há 112 anos (1905) nas Laceiras (Mortágua), filho do polémico escritor Tomás da Fonseca, António José, licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra.

O Homem de muitos sonhos, como astutamente salientou o seu amigo Régio, possibilitou a realização de muitos deles, mediante uma polifonia de inquietações que impulsionaram uma plêiade de concretizações em domínios extraordinariamente diversificados. Diversidade que advém da sua “inesgotável curiosidade” (MARGARIDO, 2006, p. 46)

Dedicou-se a sonhar e a promover o sonho, mediante um labor constante. Um homem de ação que deixou herança...

Em 1924, em Coimbra, lança a revista *Tríptico*, mas é em 1927 que funda, em conjunto com José Régio e João Gaspar Simões, a revista que se “converteria num dos mais influentes e duradouros órgãos literários de Portugal” (NEVES, 2011, p. 137): a *presença*. Nela usou várias vezes o pseudónimo, por vezes, até por sugestão de Régio: “Porque não pedes ao António Madeira colaboração para este número [da *presença*]? Não impede que tu colabores. Tanto mais que te queixas de não ‘haver quasi nada...’” (José Régio. Carta manuscrita para Branquinho da Fonseca 28-12-1928 (Coleção Herdeiros de B.F. Por vezes também assina como “António d’Outra Pessoa”).

Nas novelas, nos contos, no romance e na poesia, onde também utilizou, por vezes, o nome de António Madeira, escreveu com uma visão cheia de simbolismo e realismo, hábil em misturar o fantástico e o palpável, destacando-se pela intensidade psicológica das suas personagens e pelas descrições, quase cinematográficas, que habilmente tece dos locais narrados, das suas gentes, costumes e tradições, misturando o descritivo com uma boa dose de ironia sem, todavia, nunca perder a elegância.

No ano da sua formatura, em 1930, abandona a *presença* (n. 26 Abril – Maio) e funda a revista *Sinal*, de que só sai um número, juntamente com o também “dissidente” Miguel Torga. Começa a trabalhar, em Coimbra, como ajudante de Conservador de Registo Civil. Pouco tempo depois foi colocado como Conservador do Registo Civil em Marvão e depois na Nazaré – nesta localidade acumula o Registo Civil com o Predial, fixando residência em Cascais no final da década de 30. Na Nazaré, em 1939, concretiza mais um sonho: criar a Biblioteca. É o sócio nº 1.

Enquanto Conservador do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Cascais – inicia, em 1953, a experiência das bibliotecas móveis. Infatigável divulgador dos livros e da leitura, desenvolveu, a partir de 1958, por convite de Azeredo Perdigão, o Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo sido o seu primeiro diretor, cargo que conservou até à sua morte.

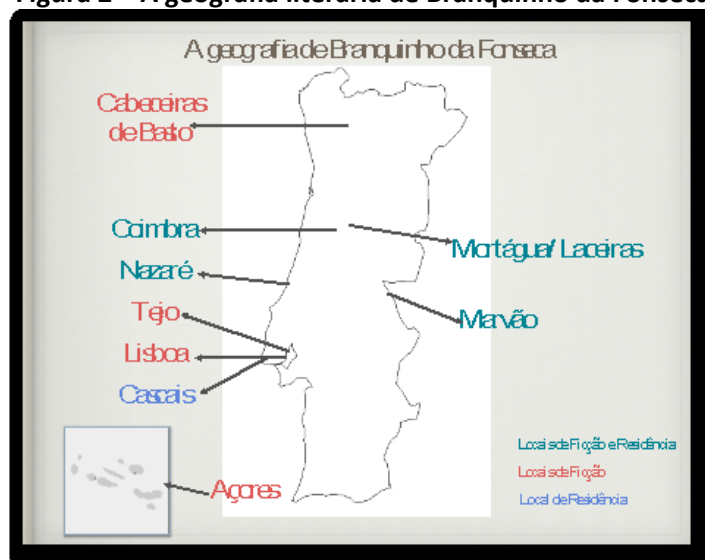
“Intelectual em Acção” como lhe chamou Orlando Vitorino (1984, p. 14).

Além da escrita e das “suas” Bibliotecas Itinerantes, Branquinho da Fonseca explorou campos tão diversos como a tradução, a organização de antologias, a marcenaria, o desenho, a gravação em linóleo e madeira, o grafismo, do qual destacamos o logótipo da revista *presença*, e a fotografia, onde ensaiou o mistério, o horror e o fantástico. Legou-nos um vasto conjunto de fotografias, apresentando-nos trechos dos locais onde habitou e que permitem, em certos casos, ilustrar as suas narrativas.

A geografia literária de Branquinho da Fonseca cruza-se, em parte, com a sua geografia biográfica. Coimbra, Nazaré e Marvão servem como fonte de inspiração para

algumas das suas obras literárias, permitindo que a escrita acompanhe o espaço e o espaço influencie a escrita. Outras localidades, onde não habitou, são igualmente retratadas nas suas obras, como é o caso de Cabeceiras de Basto, Lisboa e Vale do Tejo e as ilhas açorianas, conforme se pode observar no mapa infra.

Figura 2 – A geografia literária de Branquinho da Fonseca



Fonte: Elaborado por Maria Mota Almeida e Luís Branquinho da Fonseca Soares de Oliveira (2015).

4.3 A cidade de Coimbra (re)visitada por branquinho da Fonseca

Buscando no passado as marcas que lhe define a singularidade, as biografias das cidades isolam vestígios, preservam episódios, seleccionam vozes, memórias, espaços, edificações, enquanto outros passam para um segundo plano ou permanecem esquecidos (BEBIANO, 2007, p. 123).

Coimbra inspirou o romance onde são retratados personagens, locais e episódios que o escritor e presencista vivenciou e experienciou durante a vida de estudante. Tal como para outros escritores, Trindade Coelho, Vergílio Ferreira, Fernando Namora, Tomás de Figueiredo, José Régio, Miguel Torga, impôs-se a cidade académica com todo o peso institucional e simbólico de uma Universidade com um passado fortemente consolidado e de uma faculdade, a de Direito, marcante para muitas gerações. A cidade que acolhe o personagem principal não terá, nos anos 30, mais de 40.000 moradores e o universo estudantil não ultrapassaria 15% da população total, apesar da dinâmica que imprimiu à mesma, bem como à predominância no romance em causa. A dimensão espacial da cidade manteve-se, tal como descrita no romance, bastante circunscrita até aos anos 40-50, época em que se destruiu parte significativa da velha Alta para dar lugar a um grande complexo universitário. Com efeito, no romance, as

ruas da Baixa, da Alta, o Largo da Portagem, o Pátio da Universidade, o Museu Machado de Castro, os Arcos do Jardim, o Jardim Botânico e o Penedo da Saudade são o espaço de deambulação. Ocasionalmente, vai-se a Santa Clara e ao Choupal. As incursões mais longínquas são a Penacova e ao Bussaco.

Faremos, seguidamente, uma sùmula do romance, no sentido de permitir quer uma maior familiarização do viajante com a obra, quer de promover uma motivação acrescida, despertando o interesse pela leitura integral. Saliente-se que “[...] a dimensão auto-biográfica é patente: espaço, tempo histórico e personagens constituem um mundo que se deixa ler à luz de coordenadas históricas e histórico-literárias precisas e bem determinadas” (FERREIRA, 2004, p. 25).

4.4 O romance: *A porta de Minerva* (1947)³

Todo o livro está construído simbolicamente, com a descrição fiel, ora dramática, ora cómica, do ritual de iniciação do adulto, que a Universidade representa ou julgou um dia poder representar. O facto é particularmente saliente na Universidade de Coimbra... Nas ruas e tabernas de Coimbra há uma educação de adolescentes que se processa... É no entanto, a amizade, a única conquista positiva... (QUADROS, 1964, p. 41-42).

Único romance escrito pelo autor, retrata criticamente o mundo estudantil de Coimbra, tendo, como mencionámos, um pendor autobiográfico encarnado na personagem de Bernardo Cabral, estudante de Direito em Coimbra. O estudante chega de comboio à cidade, onde o pai tinha estudado, vindo da sua aldeia que “não vem no mapa. É uma aldeiazita, ao pé de uma serra, entre pinhais, onde se julga que o mundo é pouco mais do que se avista do cimo dos montes” (p. 402) e que facilmente identificamos com a sua terra natal. Este personagem, protegido pelo quartanista Inácio Gaio, seu conterrâneo, congrega a imagem, não tipificada, do estudante de Coimbra visto que nunca se integra totalmente no espírito das várias tradições que enquadram o quotidiano dos estudantes. Este distanciamento crítico não é generalizável aos outros estudantes retratados. Com efeito, o romance perpetua, na generalidade, o modelo dominante nas representações da vida estudantil, desta população flutuante que transforma os verdadeiros habitantes em figuras secundárias. Bernardo começa com a praxe, que lhe foi imposta à chegada e o aprisionou, e termina com a praxe libertadora correspondente à conclusão do curso em que “sentia que era, enfim, um homem livre” (p. 447).

³ Começou por ter outros títulos: “As Sete Colunas” ou “A Porta Férrea”. O autor hesitou em assinar como Branquinho da Fonseca ou como António Madeira, seu pseudónimo, vencendo o primeiro.

O dia a dia estudantil é marcado pela boémia, pelo álcool, pela peregrinação à volta das tascas, pelo divertimento entre pares, essencialmente masculino, entrecortado pelo deslumbre com o encanto feminino quebrando, com esta multiplicidade de distrações, a monotonia das aulas, a burocracia escolar, o estudo e as sebatas. Paralelamente descreve-se uma boémia mais politizada, mais interventiva, mais amiga das tertúlias nos cafés da Baixa, mais construtiva, mais literata, onde um grupo cria uma revista de cultura, a *Agora*, que poderemos assemelhar, na idealização e na concretização, à *presença, folha de arte e crítica*. O grupo constituído por Bernardo Cabral – Branquinho da Fonseca –, Júlio – José Régio – e por Barroso – Edmundo de Bettencourt, responsável pelo nome da revista quer na ficção, quer na realidade – corresponde, em parte, ao grupo que originou a revista, faltando apenas a referência a João Gaspar Simões.

Bernardo Cabral vai inicialmente habitar na, segundo ele, lúgubre “Real República dos Kágados” onde “a porta da rua estava sempre aberta e dava para uma escada estreita, íngreme e negra como um cano”. A escada é um dos sinais visíveis da decadência de um espaço que se assemelha à interioridade de muitos que o habitam e que o fazem afastar-se. Com efeito, a vida comunitária na decrépita República para onde foi, a conselho do pai, não o seduz e no ano seguinte vai alugar um quarto na Rua da Ilha, numa casa com “largo portão de altas cantarias de pedra branca com brasão esculpido na padieira coríntia” (p. 115). Nesta casa-refúgio, cujo quarto tem “uma grande janela sobre a paisagem do rio” (p. 287) Bernardo retoma o seu legítimo estatuto social do qual estava separado, apenas, por uma simples viagem de comboio. Quando vai a Mortágua, em férias, pacifica-se com esse reencontro. Os passeios pela “floresta silenciosa e serena” (p. 427) fazem-no regressar ao seu ambiente, ao envolvente que ele valoriza, visto que “aí, o sentido das coisas despe-se das roupas transitórias e o homem sente o contacto com a eternidade esquecida. Tudo se simplifica e nessa simplificação ganha verdade e força” (p. 427).

O universo académico interessa-o pouco, tal como confia ao pai: “a verdade é que tudo aquilo, visto de perto, com um pouco de espírito crítico, é de uma chateza e estupidez completas” (p. 233), assim como à própria estátua de Minerva que “olhava para longe, hierática, indiferente e serena na sua perfeita sabedoria” (p. 238). O Direito ainda o interessa menos: “no Direito só via uma coisa estéril e bafienta, negativa e imobilizadora do homem” (p. 258). Não era só ele que não se interessava pelo curso, sendo que “nem mesmo os *ursos* iam com o interesse de quem vai aprender alguma coisa” (p. 317).

Nesta transposição da realidade para a prosa, Branquinho da Fonseca convida-nos a penetrar nos hábitos quotidianos, defeitos, qualidades ou, simplesmente, modos

de estar e atuar da comunidade estudantil inspirada pelo 'Basófilas' na primeira metade do séc. XX.

Como já referido anteriormente, os levantamentos dos referentes do texto permitem-nos percorrer, um espaço que abarca, quase na totalidade, o ângulo da cidade, classificada como Património Mundial: Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, Museu Machado de Castro, zona cultural e turística por excelência.

4.5 Itinerário literário

“Coimbra é uma paisagem pintada” (p. 348).

Vamos, pois, à procura das “pinturas” que ainda hoje preenchem essa paisagem.

O itinerário literário proposto⁴ insere-se nos chamados itinerários históricos “delineados para tornar testemunhos históricos em pontos de interesse turístico” (MOTA, 2013, p. 87), promovendo a cultura local. Trata-se de um itinerário pedestre, de acessibilidade média, em percurso linear, visto que o ponto de partida é diferente do de chegada. O itinerário será de acesso gratuito, disponibilizado através da internet e de desdobráveis, tendo sido criado para permitir uma visita de forma autónoma. Apesar de ser de curta duração, pois pode ser realizado num dia, o objetivo é que ao despertar a curiosidade, pelos novos significados que a obra literária trouxe a este espaço nobre da cidade, o peregrino literário (HERBERT, 2001) frua e usufrua, repita o percurso, prolongue a estada.

Percurso – as indicações que se seguem são meramente informativas podendo variar de acordo com as opções seguidas:

Distância: 1947 m

Duração: uma hora de caminhada mais as necessárias à observação e/ou visita de locais.

Desnível acumulado: 184 m e (–) 85m

Dificuldade: Fácil

Pontos de passagem

1 – Estação Nova – Início do Percurso

2 – Rua da Sofia

3 – Baixa (Café Central – Rua Ferreira Borges n. 11)

4 – Baixinha

5 – Real República dos Kágados – R. Joaquim António de Aguiar 98

⁴ O presente Itinerário integra a *Rota Literária Branquinho da Fonseca* elaborada por Maria Mota Almeida com colaboração de Luís Branquinho da Fonseca Soares de Oliveira, neto do escritor. Neste momento integra o Itinerário Literário na Nazaré, Mortágua, Coimbra, Lisboa e Marvão.

- 6 – Sé Velha
- 7 – Museu Nacional Machado de Castro
- 8 – Universidade (Porta de Minerva) – Fim do percurso

Figura 3 – Itinerário proposto



Fonte: Elaborado por João Reis (2020).

Local 1 – ESTAÇÃO NOVA

Figura 4 – A chegada no comboio – Estação Nova



Fonte: Arquivo particular (2019).

Uma das hipóteses, mais próximas do texto, é chegar de comboio, tal como Bernardo e começar o percurso a partir da Estação, não da Velha que é muito longe, mas da Nova. O nosso caloiro apanha o elétrico, ‘escoltado’ pelo quartanista, seu conterrâneo, Inácio Gaio, para a Real República dos Kágados.

Na viagem de reconhecimento pela cidade, destaca a Universidade, pois “é ali que entrarás com esse intelecto apagado e sairás com algumas luzes...” (p. 204) e, sobretudo, a célebre Porta Férrea, “símbolo da dureza da luta que a vida exige, da humilhação, do triunfo, da necessidade de hierarquia, da coragem; [...] é a porta estreita, e poucos passam por ela ... ou é a porta larga do falhanço...” (p. 204-205).

Uma alternativa igualmente enriquecedora para chegar à Real República, acompanhando o perímetro classificado pela UNESCO, é caminhar pela Rua da Sofia. É essa que propomos: seguir pela Av. Fernão de Magalhães até ao Largo das Olarias e daí pela rua da Louça ou da Moeda até à praça 8 de Maio e depois Rua da Sofia. Estamos a chegar ao coração da Baixa.

Local 2 – RUA DA SOFIA

Figura 5 – Praça 8 de Maio



Figura 5a – Rua da Sofia



Fonte: Arquivo particular (2019).

Local 3 – BAIXA – Café Central – Rua Ferreira Borges n. 11

Figura 6 – Rua Ferreira Borges



Fonte: Arquivo particular (2019).

Figura 6a – Antigo Café Central



Fonte: Arquivo particular (2019).

Vamos descer “até à Baixa, a rua elegante do burgo [...] Ali havia já um ar de cidade, um ruído difuso de multidão, de eléctricos e automóveis que circulavam tocando as buzinas. Às portas dos cafés, grupos de estudantes parados a conversar” (p. 211).

Nesta zona efervescente da cidade, “numa dessa tarde, à volta da mesa do pequeno café [o Central, na Rua Ferreira Borges, n. 11, foi transformado numa loja] Bernardo propôs a fundação de uma revista” (p. 371). O que inicialmente parecia uma utopia, pela escassez de meios, acaba por se concretizar: Júlio, Barroso e Bernardo Cabral fundam a *Agora*. Pretendia-se uma “folha donde se dissesse à sonolência nacional, aos bonzos das letras e das artes, tudo o que se pensava deles e de todos, donde se fizesse ouvir a voz de guerra às múmias e o grito de triunfo dos novos caminhos” (p. 371).

O triunvirato corresponde, em parte, ao grupo que idealizou e concretizou a *presença*, como por nós salientado.

Local 4 – BAIXINHA – Igreja de S. Bartolomeu

Figura 7 – Baixinha



Fonte: Arquivo particular (2019).

Figura 7a – Baixinha (ao fundo a Igreja)



Fonte: Arquivo particular (2019).

Se continuarmos iremos ter à “Baixinha” e deparar-nos-emos com uma realidade contrastante: “Vaguearam pelo labirinto das velhas e feias vielas da parte baixa da cidade, negras e apertadas como canoas.”

Estando na “Baixinha”, ao acompanharmos o percurso dos personagens do livro, verificamos que se trata de uma zona de passagem. O “acaso dos passos os levou [os dois amigos] outra vez à margem desafrentada do rio. Ali o céu era grande e o ar puro. Continuaram caminhando sem destino ao longo do cais. Sentaram-se num banco” (p. 313). Aproveitemos para usufruir da margem ribeirinha completamente diferente da dos anos 30.

No jardim, à beira rio, encontramos Mr. Ardison, inglês, pai de Elizabeth, amiga de Bernardo: “um homem todo vestido de branco, de cachimbo e bengala, que atravessava o jardim, a largas passadas” (p. 254). “Mr. Ardison encaminhou-se para a rua central da cidade, onde o movimento era maior” seguia-o uma comitiva de estudantes que sopeteava da sua aparência, visto que “Não era uso andar-se vestido de branco. Ninguém andava” (p. 254).

O Inglês continuava o percurso, tal como a nossa proposta:

Na mais desconcertante indiferença [...] voltou para o Arco de Almedina [...] subiu a Rua do Quebra Costas e parou diante da Sé-Velha. Todos pararam. O inglês admirou mais uma vez o velho templo [...] olhou longamente as esculturas que ornamentavam a porta lateral, tirou do bolso o guia de capa azul, leu e tornou a admirar como se estivesse ali sozinho. Mr. Ardison acabou a contemplação do monumento e seguiu pela ladeira acima (p. 255-256).

Passamos novamente pela Baixa e continuamos pela Ferreira Borges até ao Arco de Almedina, subimos ao Quebra Costas e, deixando por momento Mr. Ardison, paramos na Rua Joaquim António de Aguiar, n. 98 para visitar a Real República dos Kágados.

Local 5 – REAL REPÚBLICA DOS KÁGADOS

Figura 8 – Real República dos Kágados na atualidade



Fonte: Arquivo particular (2019).

A Real República: “Famosa entre as famosas! Sábia entre as sábias! Temida entre as temidas!” (p. 205) surge em 1933, é a mais antiga de Coimbra e ainda hoje existe. “O quarto, de uma simplicidade conventual” (p. 207) vai ser, durante o primeiro ano de Bernardo, o seu porto de abrigo, tendo-se-lhe tornado “familiar e simpático” (p. 207).

Na Queima das Fitas:

A frontaria da casa estava com a decoração habitual das repúblicas naquele dia festivo. Em todas as janelas tinham pendurado os mais variados objectos de uso e até peças de mobiliário: lavatórios de ferro, baldes, bacios de esmalte, um velho chapéu-de-chuva, cadeiras, tapetes, malas, sapatos, uma saia branca da criada ao lado de umas velhas calças, e, ao meio da frontaria do prédio, a bandeira da república hasteada numa vassoura. A bandeira era uma velha capa esfarrapada [...] (p. 263).

Daqui seguimos para a Sé-Velha, lugar central, ponto de encontro e de despedida, onde continuaremos a acompanhar Mr. Ardison.

Local 6 – SÉ-VELHA

Figura 9 – Sé Velha



Fonte: Arquivo particular (2019).

Figura 10 – Sé Velha



Fonte: Arquivo particular (2019).

Meteu para uma das travessas e embrenhou-se no labirinto das ruelas. Quando chegou ao Largo da Sé-Velha ouviu vozes. Vinha um grupo de estudantes a subir as escadas do Quebra-Costas, que ergueu um clamor: eram os companheiros de há pouco. Debaixo do pórtico da Sé-Velha estavam outros estudantes sentados nos degraus da entrada do templo (p. 331).

Se fizermos o percurso durante a Queima das Fitas ainda hoje podemos admirar um cenário não muito diferente do descrito por Branquinho da Fonseca:

O cortejo foi-se desdobrando e estendendo pelas velhas ruas, a caminho da parte baixa da cidade. Eram carripanas de todos os géneros e feitios, desde carroças, camionetas e automóveis, aos carros puxados a bois, todos cobertos de flores de papel, de ramos de árvores, de folhas de palmeira, numa apoteose pagã (p. 266).

Partindo da Sé, subimos para o Museu Nacional Machado de Castro enquanto se admira a paisagem:

Local 7 – MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO

Figura 11 – Vista sobre o Mondego



Fonte: Arquivo particular (2019).

Começamos pela paisagem:

Naquelas ruas estreitas que descem íngremes e sombrias, o sol só espreita por momento por entre as casas altas, e passa adiante. Coimbra é uma cidade que tem apenas sol nos telhados, nas janelas que olham para o rio e nos campos dos arredores. As ruas são frias e húmidas, apertadas entre velhas casas, ruas tortuosas, em ziguezague, com escadinhas e arcos medievais (p. 211).

Era da janela do quarto que se avistava uma paisagem soberba: “os telhados da cidade a descerem para o rio, na outra margem as colinas verdes e mais ao longe o Choupal como uma floresta virgem” (p. 207), ainda hoje parcialmente visível. Ou mais à frente “Olhou através da vidraça o arvoredo denso do Choupal, adiante, na curva do rio, aquela curva cheia de doçura e sonho... O sol da manhã dava aos verdes da paisagem um tom fresco e alegre” (p. 322).

Figura 12 – Museu Nacional Machado de Castro



Fonte: Arquivo particular (2019).

Continuemos a acompanhar o inglês:

Mr. Ardison dirigia-se ao Museu. Entrou. [...] O Gil subiu acima de um velho banco de pedra e falou à multidão [que tinha acompanhado o inglês até ali]: – Ninguém saia do seu lugar! Esperamos até que ele volte. Vou saber a que horas isto fecha” (p. 256). A fila pacientemente esperou até que, quando estavam a desesperar, “Mr. Ardison saiu do Museu e imediatamente o Gil se colou a ele e a bicha deslizou e o seguiu passo a passo. Subiram a pequena travessa que vai dar ao Largo da Sé Nova (p. 257).

Mr. Ardison desceu à Praça da República, seguindo pela Avenida “sempre alheio e impassível” (p. 257), regressou às ruas da Baixa e ao chegar ao Largo da Portagem entrou no Hotel e da soleira da porta agradeceu ao cortejo que correspondeu com “Uma viva à Inglaterra” (p. 258).

Nós não acompanharemos o cortejo até ao rio porque acabámos de vir de lá. Na Sé-Nova subimos para a Universidade. Entramos pela Porta de Minerva, espaço frequentado assiduamente pelo nosso protagonista.

Local 8 – UNIVERSIDADE – Porta de Minerva

Figura 13 – Universidade



Fonte: Arquivo particular (2019).

Figura 14 – Universidade de Coimbra



Figura 15 – Porta Férrea



Fonte: Arquivo particular (2019).

Figura 16 – Minerva e Porta de Minerva



Fonte: Arquivo particular (2019).

Minerva “olhava para longe, hierática, indiferente e serena na sua perfeita sabedoria” (p. 238).

“A Porta Férrea, ao fundo da rua, com sua moldura de pedra escura dos séculos, coroada por El-Rei D. Dinis em seu nicho, tinha um ar solene e impassível, engolindo as capas pretas que caminhavam para ela” (p. 444).

Relativamente ao funcionamento desta instituição Bernardo exercita amplamente o espírito crítico que, por vezes, se revela cáustico, por vezes humorado, mas sempre inconformado. Só considera que atinge a liberdade quando se liberta dos grilhões universitários que o aprisionam e o fizeram conhecer melhor o pior da espécie humana: “Olha para a cara destes pobres-diabo, os dignos representantes da Magna

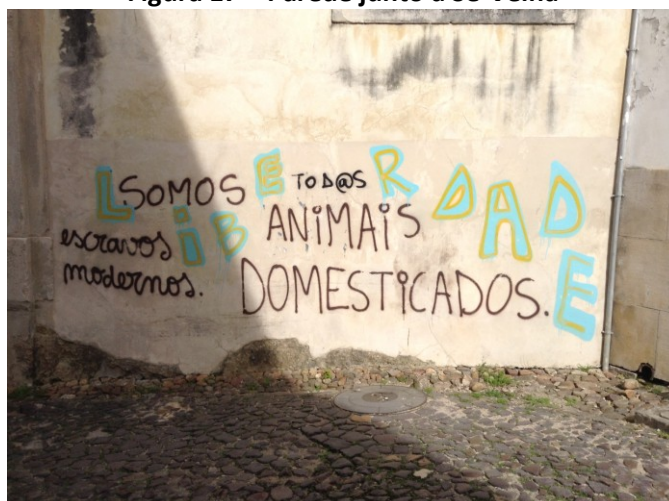
Besta. Julgam que a vida é só isto e que a sebenta é a Bíblia da Humanidade... Lá na terra tocam-lhes a música à chegada e a Pátria tem mais um grande homem!..." (p. 445).

5 Fim do curso e o regresso à liberdade

Apesar de Bernardo Cabral defender que "O verdadeiro interesse não é chegar ao fim seja do que for, mas caminhar para lá" (p. 439) concluiu, apesar do atraso, o curso de Direito. Nesse dia sentiu a liberdade. "Atravessou o jardim da Universidade; pela nobre Porta de Minerva, com seu arco coroado pela deusa antiga, desceu à rua estreita. E como num regresso simbólico à pureza primitiva, nu, debaixo da velha capa sacudida pelo vento, sentia que era, enfim, um homem livre" (p. 447).

A atitude crítica durante a frequência do curso esteve sempre presente como já mencionámos, mas não será demais repetir: "nem mesmo os *ursos* iam com o interesse de quem vai aprender alguma coisa. Fingiam, sentados nas carteiras, habituando-se a usar uma máscara de conveniência. Talvez fosse essa a utilidade que dali traziam para a vida: aprender a afivelar a máscara" (p. 317). Não será esta mensagem ainda muito atual? Não seremos uns animais domesticados, uns escravos modernos, como podemos ler numa parede junto à Sé?

Figura 17 – Parede junto à Sé-Velha



Fonte: Maria Mota Almeida (2018).

Não estarão as cidades a tornar-se, voluntariamente, escravas do imparável fluxo turístico? Esquecer-se-ão das consequências para os seus habitantes? Estes sim, constituem o verdadeiro filão que ajuda a preservar a memória, a história e o património, logo a perpetuar o lugar turístico. É urgente protegê-los. Não devemos

esquecer que há que se contrariar o paradoxo em que assenta o turismo: ele alimenta-se daquilo que destrói mas que também ajuda a construir.

6 Conclusão

O verdadeiro interesse não é chegar ao fim seja do que for, mas caminhar para lá (p. 439).

A ligação entre a literatura e o turismo transporta-nos para mais uma das infinitas possibilidades de promover o turismo cultural, permitindo-nos criar uma pluralidade de ofertas turísticas diferenciadas e, porque não, sofisticadas. A recuperação e a (re)construção de um passado, logo de uma memória materializada num espaço e num tempo, imortalizada no texto literário, fazem deste um meio privilegiado para a (re)construção de espaços acompanhando as lógicas e ritmos dos novos cenários turísticos.

A literatura, o território e o turismo podem estabelecer uma relação privilegiada na medida em que as vivências e experiências do autor possibilitam um (re)encontro com um local por si perpetuado, possibilitando percorrer os mesmos espaços do protagonista. No presente caso, a obra selecionada transporta-nos para diferentes cenários e experiências urbanas e sempre para um regresso às origens estudantis do autor, que podemos identificar no papel do protagonista.

Por outro lado, este texto literário, bem como o território onde se alicerça, na sua complexidade de fatores históricos, culturais e sociais, constituem a base material de qualquer manifestação patrimonial cultural e são o ponto de partida que possibilita estruturar um itinerário diversificado. O recurso aos novos sistemas de informação e comunicação são imperativos pela facilidade de disseminação do itinerário, como pela utilização mais autónoma, individual e modulável que se adequa melhor ao perfil de um turista cada vez mais tecnológico.

O futuro dos trabalhos, como o que agora se apresenta, implica, em nossa opinião, uma articulação entre parceiros locais, onde se incluem os agentes de animação, que trabalhem neste nicho de experiência turística. A dimensão participativa da comunidade enquanto promotora de experiências turísticas, visto ela própria partilhar no seu quotidiano muitas das práticas que alimentam esta portentosa indústria, deve ser fortemente estimulada para que esta não se sinta excluída de um projecto que deve considerar seu, reafirmando deste modo a sustentabilidade e a manutenção do estatuto identitário da própria *urbe*, enquadrada num processo que se deseja permanentemente evolutivo.

Referências

- ALMEIDA, M.M. Viagens na minha serra: Percorrer a região do Caramulo na companhia de Branquinho da Fonseca. *In*: BALEIRO, R.; QUINTEIRO, S.; SANTOS, I. (ed.). **Viagens, relatos e itinerários**. Faro: Universidade do Algarve, 2016a, p. 61-78.
- ALMEIDA, M.M. **Os primeiros cinquenta anos do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães**: Pioneirismo mediado pela ação cultural e educativa. Lisboa /Paris: Nota de Rodapé Edições, 2016b.
- ALMEIDA, M.M. António José Branquinho da Fonseca: A ação de um intelectual. **Estudos Regionais**, n. 24/25 (II série), p. 91-114, 2018a.
- ALMEIDA, M.M. Viajar com Branquinho da Fonseca: A obra literária e fotográfica como recurso patrimonial para a valorização de um local. *In*: GRAÇA, F.; VALE, J.; CASTAÑO, I. (coord.). **Patrimonialização e sustentabilidade do património**: Reflexão e prospetiva. Lisboa: IHC – NOVA FCSH, 2018b, p. 316-344.
- ALMEIDA, M.M. Fonseca, António José Branquinho da. **Dicionário, quem é Quem na Museologia Portuguesa**. Emília Ferreira, Joana d’Oliva Monteiro, Raquel Henriques da Silva (coord.), Edição Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA-e, 2019.
- ALMEIDA, M. M.; BRANQUINHO, L. (coord.) **Os caminhos d’O Conspirador**. Marvão: Câmara Municipal de Marvão, 2018.
- ALMEIDA, M.M.; OLIVEIRA, L. B. Um passeio nocturno, em Lisboa, na companhia de D. Ramón... *In*: LOUSADA, M. A.; AMBRÓSIO, V. (ed.). **Literatura, viagens e turismo cultural no Brasil, em França e em Portugal**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2017. p. 213-230 ISBN: 978-972-636-247-0. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/27298> CEG-IGOT-ULisboa.
- AUGÉ, M. **Non-Places. Introduction to an Anthropology of Supermodernity**. London/New York: Verso, 1995.
- BALEIRO, R.; QUINTEIRO, S.; SANTOS, I. (ed.). **Literatura e turismo: Viagens, relatos e itinerários**. Faro: Universidade do Algarve, 2016.
- BALEIRO, R.; QUINTEIRO, S. **Construção de um passeio literário**: Cândido Guerreiro e a aldeia de Alte. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2017.
- BALEIRO, R.; QUINTEIRO, S. **Key concepts in literature and tourism studies**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, 2018. ISBN: 978-989-96677-6-1.
- BEAUFRET, J. **Introduction aux philosophies de l'existence**. De Kierkegaard a Heidegger. Paris: Danoel/Gonthier, 1971.
- BEBIANO, R. **Coimbra**: a luta estudantil e o património identitário da cidade in um século de lutas académicas. Coord. de Amadeu Carvalho Homem. Coimbra, Editorial Moura Pinto, 2007. p. 123-150.
- BISMARCK, P. L. Treze (tristes) teses sobre o Turismo. **Revista Punkto**, n. 18-1, 2016. Disponível em: <http://www.revistapunkto.com/2009/12/punkto-punkto-e-uma-revista-irregular.html>. Acesso em: abr. 2017.
- BOAVIDA-PORTUGAL, L. O turismo nas áreas históricas de Lisboa e Porto. Ameaça ou oportunidade? **O Observador**, 28-5-2016. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/o-turismo-nas-areas-historicas-de-lisboa-e-porto-ameaca-ou-oportunidade/>. Acesso em: nov. 2018.
- BUSBY, G.; HAMBLY, Z. Literary Tourism and the Daphne du Maurier Festival. *In*: PAYTON, P. (ed.). **Cornish Studies Eight**. University of Exeter Presse, Exeter, 2000. p. 197-212.

- BUTLER, R. Literary Tourism. *In*: JAFARI, J. (ed.). **Encyclopedie of Tourism**. London / Nova York: Routledge, 2000, p. 360.
- CATÁLOGO DO 1º SALÃO DOS INDEPENDENTES, Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes, 1930.
- CORREIA, J. de A. **Horas mortas**. Peso da Régua, Imprensa do Douro, 1968.
- FERREIRA, A. **Arte Maior**: os contos de Branquinho da Fonseca. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.
- FIGUEIRA, L. M. **Manual para elaboração de roteiros de turismo cultural**. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013.
- FONSECA, B. Entrevista concedida a Manuel Poppe. Gravação áudio – arquivo particular. Agosto, 1971.
- FONSECA, A. J. B. da. (2010[1947]c), Porta de Minerva. *In*: FERREIRA, A. (ed.). **Obras Completas II**. p. 195-447, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010.
- GENTILE, R.; BROWN, L. A life as a work of art: literary tourists' motivations and experiences at il vittoriale degli italiani. **European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation**, v. 6, n. 2, p. 25-47, 2015.
- HENDRIX, H. Literature and tourism: Explorations, reflections, and challenges. *In*: BALEIRO, R.; QUINTEIRO, S. (ed.). **Lit&Tour**: ensaios sobre literatura e turismo. V. N. de Famalicão: Húmus, 2014. p. 10-29.
- HENRIQUES, C. **Turismo Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável**. Lisboa: Sílabo, 2003.
- HENRIQUES, J. M.; PACHECO, C. **Branquinho da Fonseca – Um Escritor na Biblioteca**. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 2012.
- HERBERT, D. Literary Places, Tourism and the Heritage Experience. *In*: TRIBE, J. (Ed.). **Annals of Tourism Research**, v. 28, n. 2, p. 312-333, 2001.
- JAFARI, J. Literary Tourism. **Encyclopedia of Tourism**, Routledge: London/New York, 2000.
- JENKINS, I.; LUND, K.A. (ed.). **Literary Tourism – Theories, Practice and Case Studies**. London: Cabi, 2019.
- KNAFOU, R. L'invention du Tourisme. *In*: A. Baillye e D. Pumain (Dir). **Encyclopédie de la Géographie**. Paris: Economica, 1992.
- LEITÃO, I. Reflections on Writer House Museums and Foundations and Literay Tourism in Some European Countries and in Portugal 2016, **New Challenges Strategies and Trends in Tourism and Management: Proceedings of the TMS Algarve 2016 Conference**. Santos, J., Renda, A., Lanquar, R. & Dimitrov, P. (ed.). Algarve: Universidade do Algarve, vl. 1. p. 221-240, 2016. (TMS Conference Series).
- LIPOVETSKY, G. [1983]. **A era do vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Ed. 70, 2013.
- LOBO, R. Rua da Sofia. Um *campus* universitário em linha. **Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos**, Lisboa: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n. 25, p. 24-31, set. 2006.
- LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- MADER-HERRMANN, J. **Branquinho da Fonseca**: profils et perspectives. 1993. Tese (Doutorado) – Policopiada, Université de Toulouse-Le Mirail, 1993.
- MAFFESOLI, M. **Sobre o Nomadismo. Vagabundagens pós-modernas**. São Paulo: Editora Record, 2001.
- MACHADO, A. **O território literário de “A Casa Grande de Romarigães”**. Uma aposta de dinamização turística no Alto Minho. 2013. Disponível em:

- http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/4753/1/2013.01.001_.pdf. Acesso em: jun. 2015.
Realidade Aumentada aplicada à museologia.
- MARGARIDO, A. O cinema e a criação plástica na vida e na obra de José Régio. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Estudos e Ensaios**, Lisboa, ULHT, n. 10, p. 43-55, 2006.
- MARTINS, G.O. **Ao Encontro da História – O Culto do Património Cultural**. Lisboa: Gradiva, 2018.
- MATOS, J. **Pelos espaços da pós-modernidade**: a literatura de viagens inglesa da segunda grande guerra à década de noventa. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- MOUTINHO, A. **Realidade Aumentada aplicada à museologia**. Tese (Doutorado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa, 2015.
- NEVES, M.S. A revista *presença* e a consumação de um projecto de cosmopolitismo estético-literário. **Limite**, n. 5, p. 133-152, 2011.
- OKECH, R. Socio-cultural Impacts of Tourism on World Heritage Sites: Communities’ Perspective of Lamu (Kenya) and Zanzibar Islands. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 15, n. 3, p. 339-351, 2010.
- PATUELLI, R., MUSSONI, M. & CANDELA, G. The effects of World Heritage Sites on domestic tourism: a spatial interaction model for Italy, **Journal of Geographical Systems**, 15, 369-402, 2013.
- PENT. **Plano Estratégico Nacional do Turismo**. Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal. Lisboa: Turismo de Portugal, 2007.
- PORIA, Y., REICHEL, A.; COHEN, R. Tourists perceptions of World Heritage Site and its designation. **Tourism Management**, n. 35, p. 272-274, 2013.
- PINTO, P. **Coimbra**. Coimbra: Everest Editora, 2001.
- QUADROS, A. “Virtualidade e Frustração/ “A Porta de Minerva”, de Branquinho da Fonseca”. *In*: QUADROS, A. **Crítica e verdade**. Introdução à Actual Literatura Portuguesa. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964. p. 38-44.
- QUINTEIRO, S.; BALEIRO, R. (ed.). **Lit & Tour – Ensaios sobre Literatura e Turismo**. V.N. Famalicão: Edições Húmus, 2014.
- QUINTEIRO, S.; BALEIRO, R. **Estudos em literatura e turismo**: conceitos fundamentais. Lisboa: Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.
- QUINTEIRO, S.; HENRIQUES, C. O turismo literário. Olhão sob a perspectiva de João Lúcio, Book of proceedings vol. I – **International Conference on Tourism & Management Studies**, Algarve 1, p. 600-611, 2011.
- RÉGIO, J. Carta manuscrita para Branquinho da Fonseca 28-12, 1928. (Coleção Herdeiros de B.F.).
- RÉGIO, J. Carta manuscrita para Branquinho da Fonseca 24-8, 1929. (Coleção Herdeiros de B.F.).
- RÉGIO, J. Carta manuscrita para Branquinho da Fonseca 6-11, 1935. (Coleção Herdeiros de B.F.).
- RÉGIO, J. Carta manuscrita para Branquinho da Fonseca 18-11, 1935. (Coleção Herdeiros de B.F.).
- ROBINSON, M.; ANDERSEN, H.-C. **Literature and tourism**: essays in the reading and writing of tourism. Londres: Thomson, 2003.
- ROCHA, C. A novelística de Branquinho da Fonseca: uma questão de iluminação. *In*: VARELA, J. (dir.). **Revista Colóquio/Letras**, Ensaio, n. 159/160, p. 175-192, jan. 2002.
- ROGER, Alain. **Court traité du paysage**. Paris: Gallimard, 1997. (Coleção Bibliothèque des Sciences Humaines).

- ROSSA, W. A Sofia. Primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa. **Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos**, Lisboa: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n. 25, p. 19-22, set. 2006.
- SALAZAR, O. Duas palavras de prefácio. **Discurso e Notas Políticas II (1935-37)**. 2. ed. Coimbra Editora 1945. p. XIX-XXI.
- SANTOS, F. **Turismo mosaico de sonhos**: incursões sociológicas pela cultura turística. Lisboa: Colibri, 2007.
- SARDO, A.N. Turismo literário: a importância do património e dos sítios literários para o desenvolvimento turístico regional. In: SIMÕES, J.; FERREIRA, C. (Ed.). **Turismos de nicho**: motivações, produtos, territórios. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999, p.339-352.
- SERRA, C.; TORRES, C. **Os Caminhos da Candidatura a Património da Humanidade**. Coimbra, Universidade de Coimbra, Gabinete de Candidatura, 2005.
- SIMÕES, M.L.N. De Leitor a Turista na Ilhéus de Jorge Amado. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Belo Horizonte: ABRALIC, v. 6, p.177-183, 2002. Disponível em: www.uesc.br/icer. Acesso em: jun. 2015.
- STAKE, R. **A arte da investigação com estudos de caso**. 2. ed. Lisboa:, F.C. Gulbenkian, 1995/2009.
- URIELY, N. The Tourist Experience. Conceptual Developments. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 1, p. 199-216, 2005.
- VARINE, H. **As raízes do futuro**: o património ao serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- VITORINO, O. Intelectual em Acção. **Boletim Cultural – Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas**, F.C. Gulbenkian, VI Série, n. 1, jan. 1984.
- WENGER, E. Communities of Practice and Social Learning Systems: the Career of a Concept. In: BLACKMORE C. (ed.). **Social Learning Systems and Communities of Practice**. London: Springer, 2010.
- YÁZIGI, E. Subsídios sobre o papel da fantasia no planeamento do turismo. In: G. LAGE; P. MILONE (org.). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

O turismo na cidade de Coimbra após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* na lista do Património Mundial UNESCO

Claudete Oliveira Moreira^{*}

Norberto Santos^{**}

Luís Silveira^{***}

Resumo: O património cultural com Valor Universal Excepcional (VUE) afigura-se como um atributo relevante no contexto das vantagens comparativas e competitivas de um destino turístico. A inscrição de um Bem na lista representativa do Património Mundial UNESCO promove a atração de visitantes e de turistas, criando desafios de gestão nos destinos turísticos. O VUE do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* foi reconhecido pela UNESCO em 2013. Desde então a procura turística tem vindo a aumentar de um modo expressivo, com reflexos no turismo da cidade de Coimbra, uma cidade de média dimensão localizada no Centro de Portugal. Os dados apontam para um crescimento de cerca de 104% do número de visitantes no circuito turístico da Universidade, entre 2013 e 2017, resultando numa taxa de variação média anual de 19,5%. São analisados vários indicadores como a variação interanual das dormidas, a sazonalidade da procura turística, a estada média, o rendimento por quarto disponível (RevPAR) e o nível de internacionalização do destino. Os resultados apontam para a necessidade de gerir adequadamente o destino turístico, para uma reorganização e diversificação da oferta do turismo cultural urbano na cidade e na região de Coimbra.

Palavras-chave: Sítio Património Mundial. Património Cultural. Procura Turística. Turismo Urbano. Gestão de Destinos Turísticos. Centro Histórico de Coimbra.

Abstract: Cultural heritage with Outstanding Universal Value (OUV) is a relevant attribute in the context of the comparative and competitive advantages of a tourist destination. The inscription of an asset on the representative UNESCO World Heritage list promotes the attraction of visitors and tourists, creating management challenges in tourist destinations. The OUV of the asset *University of Coimbra – Alta and Sofia* was recognized by UNESCO in 2013. Since then, the demand for tourism has increased significantly, with effects on tourism in the city of Coimbra (medium sized city, located in the *Centro* of Portugal). The data show a growth of about 104% in the number of visitors to the tourist circuit of the University, between 2013 and 2017, resulting in an average annual variation rate of 19.5%. Several indicators are analysed, such as the interannual variation of nights spent, the seasonality of tourist demand, the average stay, the revenue per available room (RevPAR), the level of internationalisation of the destination. The results point to the need to adequately manage the tourist destination, for a reorganization and diversification of the supply of urban cultural tourism in the city and region of Coimbra.

Keywords: World Heritage Site (WHS). Cultural heritage. Tourist demand. Urban tourism. Management of tourist destinations. Coimbra Historic Centre.

^{*} Doutora em Turismo, Lazer e Cultura. Professora Auxiliar no Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). *E-mail:* claudete@fl.uc.pt

^{**} Doutor em Geografia. Professor Catedrático no Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). *E-mail:* norgeo@ci.uc.pt

^{***} Doutor em Turismo, Lazer e Cultura. Professor Auxiliar no Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). *E-mail:* luis.silveira@uc.pt

1 Introdução

A inscrição de um Bem na lista representativa do Património Mundial UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) tem como propósito, à luz do que está consagrado na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972, a identificação, a proteção, a conservação e a valorização do património tangível que possui um Valor Universal Excecional (VUE). A integração é responsável pela exposição mundial aos principais grupos de interesse (*stakeholders*) de marketing e divulgação turísticos, constituindo-se como forças internas e oportunidades para o desenvolvimento. É, assim, facilitada a dinamização da economia local e regional, a melhoria da qualidade de vida geral da população e o incremento da integração multicultural dos lugares. Estas alterações são materializadas através de atividades de conservação e restauro do património, de investigação orientada, de formação e qualificação de recursos humanos, de ordenamento do território, de promoção integrada de recursos e de marketing turístico, permitindo um *rebranding* capaz de melhorar o posicionamento dos lugares. Efetivamente, “hoje, o lugar e a sua singularidade estão cada vez mais presentes na procura turística” (CRAVIDÃO; SANTOS, 2013, p. 10). A procura turística que é induzida pela inscrição de um Bem leva a que o turismo se afigure, neste contexto, como uma atividade nada despicienda, principalmente se se considerar a multiplicidade de atividades, diretas e indiretas, que o turismo pressupõe: alojamento, restauração, transportes, animação turística, interpretação, reabilitação urbana, qualificação imobiliária, diversificação de serviços, entre outras.

O turismo cultural urbano tem vindo a intensificar-se significativamente ao longo do século XXI, sendo a visita ao Património Mundial UNESCO um importante *leitmotiv* do turista cultural urbano, conjugando procuras específicas com elevadas densidades de oferta, dando especial sentido à multiatração (HUNT; CROMPTON, 2008; CALDEIRA, 2014) nos destinos turísticos. O reconhecimento do VUE de um Bem patrimonial tem reflexos no turismo (HALL; PIGGIN, 2003; UNESCO WHC, 2008; SU; LIN, 2014; SANTA-CRUZA; LÓPEZ-GUZMÁN, 2017; ADIE, HALL; PRAYAG, 2018; TAN; TAN; KOK; CHOON, 2018; CANALE; SIMONE; MAIO; PARENTI, 2019) aumentando a atratividade do destino. Ainda que nem sempre assim seja (SHACKLEY, 2006; GAO; SU, 2019). Gao e Su (2019, p. 1) concluem que na China a inscrição na lista representativa do “Património Mundial UNESCO tem um papel mais importante na proteção dos Bens do que no desenvolvimento do turismo local a partir deles”.

Os Sítios Património Mundial representam, no contexto do património existente no mundo, na expressão de Garrod (2008), as jóias da coroa (*the crown jewels*). A

expressão Sítio Património Mundial designa algo especial que deve ser visitado, funcionando como um íman para os visitantes (SHACKLEY, 2000), ou a concomitância dos fatores de repulsão e de atração (*push and pull factors*) (BURNS, 1999).

Possuir o reconhecimento da UNESCO como Sítio Património Mundial significa representar uma marca de prestígio (HALL; PIGGIN, 2003; RYAN, 2009; ADIE, 2017; ADIE; HALL; PRAYAG, 2018). Ainda que de acordo com Adie, Hall e Prayag (2018, p. 400) “apesar do termo *brand* ser frequentemente aplicado ao Património Mundial, deve notar-se, ainda assim, que não há consenso sobre se o Património Mundial é, ou não, uma marca reconhecida”, acrescentado que “a investigação atual sobre Sítios Património Mundial fornece poucos dados sobre o impacto real da marca Património Mundial em termos de visitas ou sobre o reconhecimento pelo turista da própria marca”. A assinatura da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural e a indicação de Bens para a lista representativa do Património Mundial são, de acordo com Adie (2017), similares a um processo de negociação de um contrato de representação de uma marca (*franchising*). Ainda assim, esta é uma marca que em segundos, após o anúncio da inscrição, confere a um Bem e um destino uma visibilidade mundial sem precedentes. Como notam Yang, Lin e Han (2010) os Sítios Património Mundial são, frequentemente, utilizados em campanhas de marketing para promover o turismo num determinado país, conferindo visibilidade global aos destinos.

O turismo é uma atividade permanente nos Sítios Património Mundial (GRAVARI-BARBAS; BOURDEAU; ROBINSON, 2016), necessitando de atenção continuada por parte dos responsáveis pela gestão. Deter o estatuto de Património Mundial significa para muitas cidades um aumento da procura turística, designadamente internacional. Uma sobrevisitação do património do Bem ou um crescimento muito rápido e insustentável do turismo podem comprometer a qualidade da experiência turística. Tal pode também influenciar a perceção e as representações que a comunidade local tem da inscrição do Bem e do turismo, e afetar as suas atitudes e os seus comportamentos. Como notam Cravidão, Nossa, Santos, Vidal Casellas, Crous-Costa, Aulet Serrallonga e Dallari (2018, p. 24) “o turismo constitui para os Sítios Património Mundial UNESCO, simultaneamente, uma oportunidade e uma ameaça”, o que coloca desafios à gestão do Bem e do destino turístico.

Os desafios que se colocam à gestão dos Bens e dos destinos são consideráveis. Se no domínio do património as organizações são geralmente complexas, quando se trata de Sítios Património Mundial a complexidade é acrescida, devido à sobreposição de poderes jurisdicionais, à multidimensionalidade do conhecimento envolvido, à diversidade de competências exigidas, como sublinham Lusiani, Ferri e Zan (2018). O

efetivo envolvimento dos *stakeholders* é imprescindível para a boa gestão do Património Mundial UNESCO, como notam Pederson (2002) e UNESCO WHC (2013).

A cooperação e a colaboração entre os *stakeholders* é essencial no contexto da criação de vantagens competitivas para destinos que são Sítios Património Mundial e que precisam de pôr em valor as suas vantagens comparativas. A cultura e a história constituem-se como importantes vantagens comparativas, sendo um atributo relevante para a competitividade de um destino turístico (RITCHIE; CROUCH, 1999; CROUCH, 2011). A gestão do Património Mundial pela UNESCO constitui-se, no contexto dos recursos naturais e culturais, como um indicador relevante para a determinação do *Travel & Tourism Competitiveness Index* (WEF, 2018). Portugal apresentava-se, em 2017, como o 14.º destino mais competitivo a nível mundial. O destino Portugal possui, desde julho de 2019, 17 Bens, naturais e culturais, reconhecidos como Património Mundial pela UNESCO. Um destes Bens culturais é a *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*, uma das cinco Universidades que são património Mundial UNESCO.

A cidade de Coimbra detentora de património monumental, que se adensa no seu Centro Histórico (área do Bem e de proteção do Bem reconhecido com Património Mundial UNESCO), tem no turismo uma importante atividade económica (FORTUNA; GOMES; FERREIRA; ABREU; PEIXOTO, 2012; SANTOS, 2012; FORTUNA; GOMES, 2013; MOREIRA, 2013; SANTOS; MOREIRA, 2018; CAMPOS, 2019) e no turismo cultural uma oferta significativa. Ainda assim, no caso da cidade de Coimbra persiste algo que havia sido já constatado por Ferreira e Silveira (2013, p. 391) “poucas são as iniciativas de planeamento da Universidade e de outras instituições públicas com responsabilidades na gestão do Património Cultural de Coimbra”. Este capítulo tem como objetivo analisar alguns reflexos no turismo após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO, enunciando alguns dos desafios que se colocam em termos de gestão.

O capítulo estrutura-se em seis secções. Esta primeira secção serve de introdução, parte das questões teóricas que se relacionam com o Património Mundial, o turismo, o *branding* e a competitividade dos destinos turísticos, apresentando alguns contributos teóricos e empíricos relevantes no âmbito da gestão dos Sítios Património Mundial. A segunda secção valoriza o reconhecimento da instituição *Universidade* como detentora de um VUE. O objetivo é apresentar o conjunto de Universidades que são Sítios Património Mundial UNESCO e posicionar o Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* neste grupo restrito de Bens. A apresentação deste Bem surge na terceira secção, detalhando-se os conjuntos que o compõem, assim como os critérios que foram considerados para a sua inscrição. O fim último é evidenciar de que modo a

inscrição se refletiu na atratividade da cidade e na oferta turística. Uma quarta secção apresenta, com base na análise de alguns indicadores relacionados com o turismo, os impactos da inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* na lista representativa da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Na secção cinco, que precede as considerações finais, apresentam-se alguns dos desafios que se colocam à gestão do destino Coimbra.

2 A Universidade como Património Mundial UNESCO

A *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* faz parte de um conjunto restrito de cinco Universidades que a nível mundial estão declaradas como Património Mundial pelo Comité do Património da UNESCO. A quinta vez que este organismo internacional reconheceu o VUE de um conjunto Universitário foi em 2013, passando a *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*, precisamente, a fazer parte desse Património Mundial.

A primeira Universidade a ser declarada pelo Comité do Património da UNESCO foi em 1987 a Universidade da Virgínia, em Charlottesville, e a sua envolvente de Monticello, legado arquitetónico e intelectual de Thomas Jefferson, o seu fundador, arquiteto e planeador. Como nota Wilson (2013, p. 33) “a Universidade que Jefferson desenhou e ajudou a construir foi um empreendimento neoclássico racionalista tanto na forma como no espírito”. O Bem traduz um movimento do século XVIII, o neoclassicismo, que usa em edifícios contemporâneos formas e detalhes clássicos numa reinterpretação da Antiguidade.

Em 1998 foi distinguida a Universidade de Alcalá de Henares, fundada em 1499, e o seu Centro Histórico. A cidade de Alcalá de Henares foi a primeira cidade universitária urbanisticamente planeada, desenhada e construída como sede de uma Universidade na Idade Moderna. Constitui-se como um todo unitário dotado de ordem. Consubstancia, em termos de conceito, a cidade ideal, a *Civitas Dei*, a Cidade de Deus, com colégios e conventos de várias ordens religiosas, que fazem dela uma Nova Roma (RIVERA BLANCO, 2013). O seu desenho torna-se modelo para outros centros de ensino na Europa, na América e nas Filipinas. Esta *Cidade da Cultura, das Artes e das Letras*, que se constituiu como um importante centro de saber e de desenvolvimento intelectual, teve uma influência muito significativa na difusão da língua espanhola, designadamente através de Miguel de Cervantes Saavedra e da sua obra Dom Quixote.

No ano de 2000 a distinção de Património Mundial UNESCO foi atribuída à Cidade Universitária de Caracas (campus principal da Universidade Central da Venezuela), uma cidade universitária moderna, que representa os ideais urbanos, arquitectónicos e artísticos do início do século XX, combinando urbanismo, arquitetura

e arte plástica (BACCI ISAZA, 2013), num espaço de clima tropical e de tradição colonial, cujo planeamento e construção muito deve ao arquiteto venezuelano Carlos Raúl Villanueva, bem como a um conjunto de artistas da vanguarda que participaram na *Síntesis de las Artes Mayores* (1950-1957), uma coleção composta por 107 obras de arte. Os espaços verdes estendem-se por 92,46 hectares, sendo que destes 70 hectares são ocupados pelo Jardim Botânico, que é sede do Herbário Nacional.

Em 2007 foi declarado Património Mundial UNESCO o Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autónoma do México. Neste projeto de conjunto que constitui o campus, no qual se iniciam atividades de ensino e investigação em março de 1954, consubstanciam-se as principais tendências do pensamento arquitectónico do século XX, o regionalismo historicista e a integração plástica mexicanos com a arquitetura moderna, formando um conjunto urbanístico e arquitectónico de grande singularidade e beleza. Procuram-se congregar no mesmo espaço, na Cidade Universitária, escolas dispersas, criando uma unidade e facilitando-se a comunicação (LAGUNES SOLANAS, 2013).

Desta forma, as Universidades começam a ver o seu VUE reconhecido e a integrar a lista do Património Mundial UNESCO. Claro que só na década de 80 do século XX (Quadro 1), nove anos após a inscrição dos primeiros Bens, em 1978, as Universidades são integradas na lista representativa. De então para cá o conceito de Património Mundial evoluiu, alargou-se (GRAVARI-BARBAS; COMINELLI; CONDEVAUX; JACQUOT; CONTI, 2018). É no século XXI que mais Universidades são inscritas na lista. Cada Bem, *per se*, apresenta elementos que lhe conferem uma forte autenticidade, integridade, coerência, identidade e singularidade, que reforçam a sua notoriedade. O conjunto restrito das cinco Universidades que são Património Mundial UNESCO (Quadro 1) apresenta-se, todavia, diverso em si em termos geográficos, históricos e arquitectónicos. Os Bens localizados no novo mundo têm áreas muito mais apreciáveis. Os Bens Europeus, por sua vez, são territorialmente mais contidos. A *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* é de todos o que ocupa menor extensão 36,2 hectares, estando envolvido pelo casario antigo e ocupando uma parte significativa do Centro Histórico da cidade.

Quadro 1 – Universidades declaradas Sítio Património Mundial UNESCO, até 2019

Ano de Inscrição	Continentes	País	Bem	Património Mundial Área (ha)
1987	América	Estados Unidos da América	Monticello e Universidade da Virgínia em Charlottesville	795,96
1998	Europa	Espanha	Universidade e Centro Histórico de Alcalá de Henares	78,38
2000	América	Venezuela	Cidade Universitária de Caracas	164,203
2007	América	México	Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM)	176,5
2013	Europa	Portugal	Universidade de Coimbra – Alta e Sofia	36,2

Fonte: World Heritage Centre, UNESCO (2019).

3 Contextualização do Bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia

A *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* integra a Rede do Património Mundial de Portugal, criada em 2014, a 18 de julho, precisamente na Universidade de Coimbra. A Comissão Nacional da UNESCO e os gestores dos então quinze Monumentos e Sítios declarados Património Mundial de Portugal assinaram um acordo de cooperação. Para além disto, integra também a Rede Património da Humanidade Centro de Portugal, da qual fazem também parte o *Mosteiro da Batalha*, o *Convento de Cristo em Tomar* e o *Mosteiro da Alcobaça*, uma rede criada em 2017.

Os 35,5 hectares do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* inscrito em 2013 como Património Mundial UNESCO foram ampliados, com a aprovação da inclusão, a 7 de julho de 2019, do Museu Nacional de Machado de Castro. A integração do Museu Nacional de Machado de Castro no Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* reforça o VUE do Bem. Joaquim Machado de Castro, escultor régio conimbricense, nomeado escultor da Casa Real em 1782, dá nome ao Museu Nacional, que abre ao público em 1913, num conjunto edificado que é monumento nacional desde 1910. Este património monumental foi sede administrativa, política e religiosa durante a época romana. Depois disso foi templo cristão e paço episcopal, desde o século XII (Direção-Geral do Património Cultural, DGPC). O museu possui coleções com origem nos colégios universitários, nos mosteiros, nos conventos e nas igrejas da região na qual se configura a diocese de Coimbra. Muito centrado na arte sacra o Museu possui exposições de escultura, pintura, cerâmica, têxteis e ourivesaria. O acervo do museu é muito representativo das correntes artísticas da Europa do século XII ao século XVIII. A sua não integração no Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*, em 2013, ficou a dever-se ao facto de ter sido objeto de uma profunda intervenção de requalificação e de ampliação da autoria do arquiteto Gonçalo Byrne, de 2004 a dezembro de 2012 (tendo em 2009 aberto ao público apenas o Criptopórtico Romano de *Aeminium*). O

Museu Nacional de Machado de Castro assenta no criptopórtico romano datado do século I, dois pisos de galerias abobadadas subterrâneas, naquele que foi o centro cívico da Coimbra romana: o *Forum de Aeminium* (CARVALHO, 1998; ALARCÃO, 2008; ALARCÃO; ANDRÉ; BARRELAS; CARVALHO; SANTOS; SILVA, 2009; ALARCÃO; CARVALHO; SILVA, 2017), onde se instala no final do século XI o paço episcopal da cidade de Coimbra, como foi referido. Nele destaca-se a Capela do Tesoureiro ali implantada. Trata-se de uma atração turística que se apresenta ao visitante com uma acessibilidade plena e que combina, arqueologia, história, religião, museologia, arte e arquitetura contemporânea.

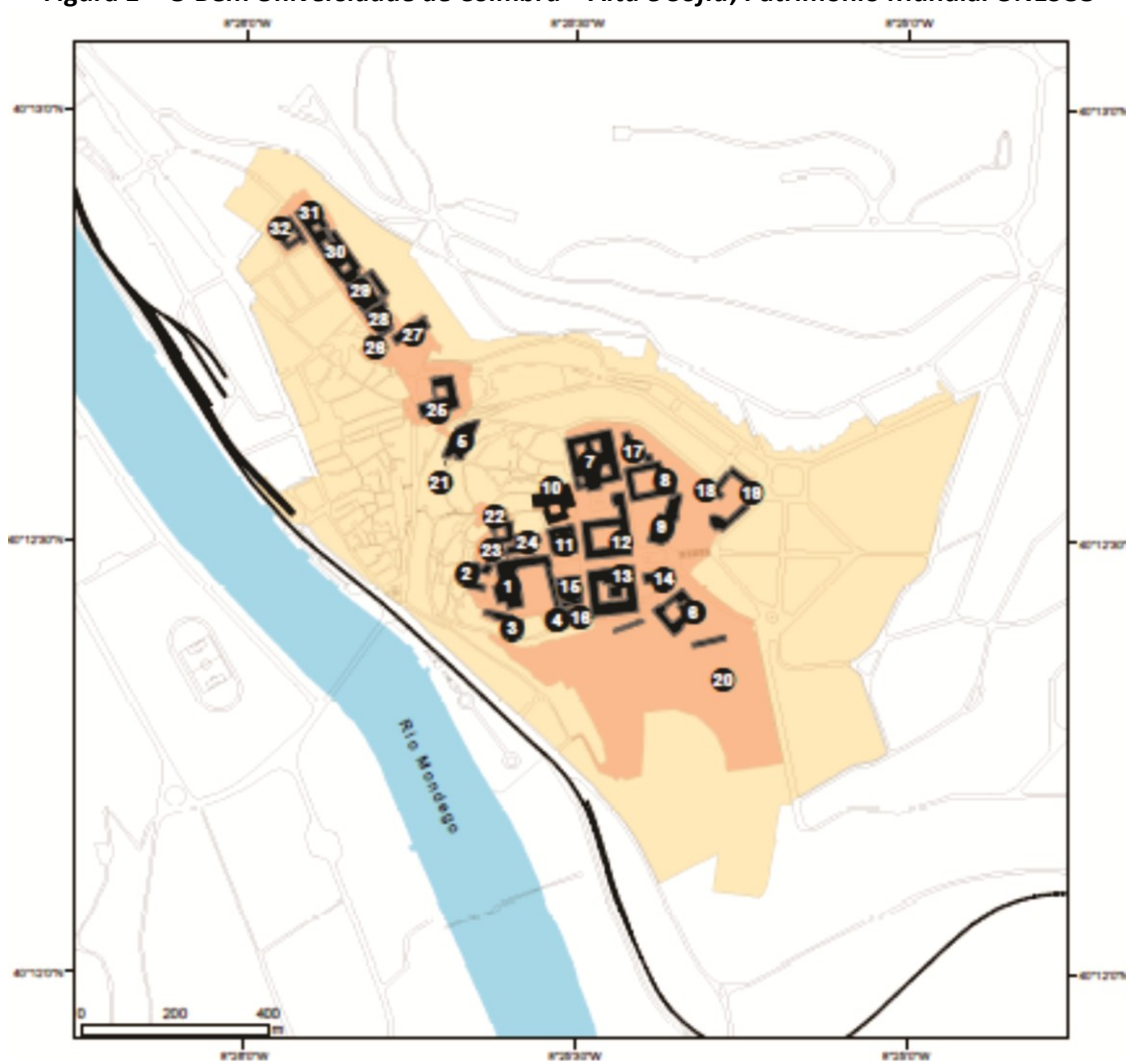
Hoje, o Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* ocupa 36,2 hectares, sendo composto por 32 edifícios classificados, que representam diferentes épocas, bem como diferentes concepções arquitectónicas, estéticas e funcionais (Figura 1). O Bem inscrito estrutura-se em três conjuntos urbanos, estreitamente ligados à Universidade e à sua (re)estruturação, diversos, mas com apreciável unidade no seu conjunto, formam um todo coerente e profundamente imbricado:

- (i) A Universidade de Coimbra (1), com origem na Idade Média, implanta-se num espaço com ocupação moçárabe, que foi residência dos reis da primeira dinastia de Portugal, tendo ali nascido todos eles, à exceção de D. Pedro I. O Paço Real de Coimbra converteu-se em Paço das Escolas em 1597, quando a coroa aliena em termos formais o edifício, isto é, alguns anos após a instalação definitiva da Universidade Portuguesa em Coimbra, que aconteceu em 1537, após a itinerância na época medieval entre Lisboa e Coimbra. Trata-se de uma das mais antigas Universidades da Europa, consagrada em 1290 pelo rei D. Dinis: o *Studium Generale*, expressão latina que de acordo com Antunes (2003, p. 43) “designa o carácter universal das ciências e a abertura a clérigos e a leigos”. A Universidade foi dotada de uma livraria que se começou a edificar em 1717 e que se concluiu em 1728, a Casa da Livraria da Universidade, com o retrato do monarca fundador D. João V. Esta é conhecida como a Biblioteca Joanina, uma biblioteca magnificente, que resulta numa criação artística singular da arte barroca que se apresenta como “(...) uma das mais impressionantes bibliotecas jamais edificadas” (PIMENTEL, 2003, p. 50);
- (ii) A Alta, a colina, de morfologia urbana irregular, com arruamentos que ora seguem de perto as curvas de nível, ora as desafiam e se desenham em contra declive, ruas que se conformam a uma topografia irregular de acentuado declive, onde se implanta, com volumetrias cambiantes, um

casario denso, pontuado por monumentos, cintado por uma muralha medieval que se percebe no espartilho do casario. A Alta é o Centro Histórico no qual se integra no cimo da colina aplanado a Universidade e onde se destacam os colégios (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9), intervenções da Reforma Pombalina efetuada em 1772 (veja-se TRINDADE, 1998) (17) (20) (23) e intervenções no Colégio de Jesus (7), que foi significativamente remodelado em 1773, aí se instalando o Hospital escolar, o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico, o Museu de História Natural e o Gabinete de Física Experimental, e do Estado Novo (11) (12) (13) (14) (15) (16) (décadas de 40 e 50 do século XX), uma arquitetura totalitária, de geometria e de volumetria perfeitas. A Alta onde se localiza o criptopórtico romano, integrado no Museu Nacional de Machado de Castro (10). A Alta das Sés da cidade: a Sé Velha (22) e a Sé Nova (7), no Colégio de Jesus;

- (iii) A Rua da Sofia, uma artéria nova, renascentista, que surge em 1535, com um traçado linear, com 440 metros de comprimento e 13,2 metros de largura, aproximadamente, provavelmente uma das maiores ruas à época na Europa, onde se implantaram alinhados e uniformizados em termos de volumetria e unidade de concepção, colégios universitários quinhentistas e seiscentistas, regulares e seculares, ligados a ordens religiosas, com igrejas e claustros (26) (27) (28) (29) (30) (31) e (32). Esta rua segue muito de perto o modelo urbano medieval da *Rue de Sorbonne*, rua interior do colégio de Paris, duplicando-se em Coimbra o comprimento e a largura desta (LOBO, 2006), constituindo-se como uma percursora do campus universitário (*campus 0*). Contígua ao Mosteiro de Santa Cruz (25), datado do século XII, o centro cultural mais ativo nos primórdios da nacionalidade portuguesa. A rua da Sofia estrutura-se a partir deste para norte, onde se localizaria na extremidade uma porta (LOBO, 2006): a porta de Santa Margarida, que lhe conferia um estatuto de uma rua semi particular onde viviam professores, colaboradores e alunos.

Figura 1 – O Bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Património Mundial UNESCO



- | | | | | | |
|----------------------------|----|--------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|--|
| Universidade - Alta | 1 | Paço das Escolas | 17 | Laboratório Chimico | Edifícios
Área Património Mundial
Área de Proteção |
| | 2 | Colégio de Santa Rita | 18 | Casa das Caldeiras | |
| | 3 | Colégio de Santo António da Pedreira | 19 | Associação Académica de Coimbra | |
| | 4 | Colégio da Santíssima Trindade | 20 | Jardim Botânico | |
| | 5 | Colégio de Santo Agostinho | 21 | Palácio Sub-Ripis | |
| | 6 | Colégio de São Bento | 22 | Sé Velha | |
| | 7 | Colégio de Jesus | 23 | Imprensa da Universidade | |
| | 8 | Real Colégio das Artes | 24 | Casa dos Melos | |
| | 9 | Colégio de São Jerónimo | 25 | Mosteiro de Santa Cruz | |
| | 10 | Museu Nacional de Machado de Castro | Baixa
Rua da Sofia | 26 | Colégio de São Boaventura |
| | 11 | Faculdade de Letras | | 27 | Antigo Colégio das Artes - Inquisição |
| | 12 | Faculdade de Medicina | | 28 | Colégio do Espírito Santo |
| | 13 | Departamento de Física e Química | | 29 | Colégio do Carmo |
| | 14 | Departamento de Matemática | | 30 | Colégio de Nossa Senhora da Graça |
| | 15 | Biblioteca Geral | | 31 | Colégio de São Pedro dos Terceiros |
| | 16 | Arquivo da Universidade | | 32 | Colégio de São Tomás de Aquino |

Fonte: Elaboração própria.

Em 2013 o Comité do Património Mundial UNESCO reconheceu, com base em três dos seis critérios culturais existentes, que se justificava a classificação da *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial.

Critério ii: *ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens;* A *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* constituiu-se como Universidade de referência para o mundo lusófono, tendo influenciado outras instituições educativas através da produção e difusão do conhecimento científico, nas artes, nas ciências, no direito, na arquitetura, no planeamento urbano e na paisagem.

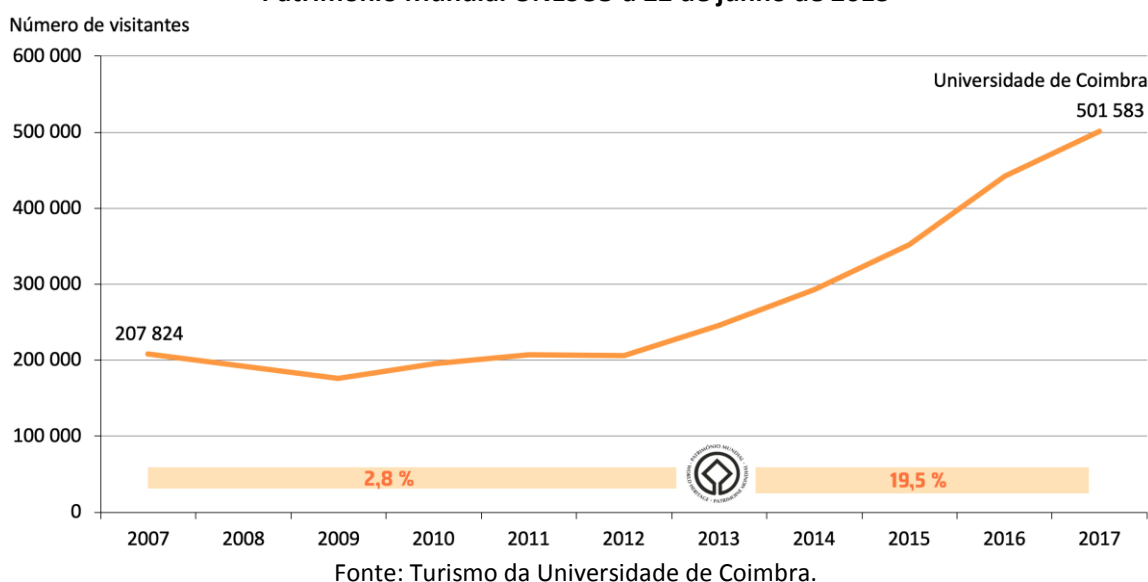
Critério iv: *representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;* O Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* apresenta-se como um conjunto arquitetónico harmonioso e notável. Em termos urbanísticos há uma relação muito estreita entre a Universidade de Coimbra e a cidade em que se integra. A arquitetura e o urbanismo da cidade refletem as funções institucionais da Universidade. Este modelo foi reinterpretado em diversas universidades que posteriormente surgiram no mundo português.

Critério vi: *estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros);* A *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* teve uma importância fundamental na constituição e unidade da língua portuguesa, expandiu a vertente erudita da língua, transformando-a numa norma padrão. Consagrou-se como oficina literária e como centro produtor e difusor de ideias, crenças e valores culturais. A instituição formou importantes vultos do humanismo português, escritores e divulgadores da língua e da cultura portuguesas. Foi decisiva na formação das elites dos territórios que constituíam o império português, pois foi durante séculos a instituição universitária de referência de todo o mundo português, acentuando assim o seu cunho universalista. A reciprocidade do intercâmbio cultural traduziu-se quer na fixação de intelectuais e académicos formados em Coimbra nos quatro cantos do mundo lusófono, quer no interesse das elites locais pela frequência desta instituição universitária.

Em função do valor patrimonial, material e imaterial, a Universidade constituiu-se como a principal atração turística da cidade de Coimbra, sendo uma das atrações turísticas mais importantes do Centro de Portugal e um dos conjuntos monumentais

mais visitados do país. Como referido acima, a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* na lista representativa do Património Mundial teve um impacto muito expressivo no número de visitantes na Universidade (Figura 2). A evolução, que até ao ano de 2013 se apresentava regular, não evidenciando um crescimento muito expressivo, passou a ser muito significativa. A taxa de crescimento médio ao ano do número de visitantes do Bem entre 2007 e 2013 foi de 2,8%, sendo que de 2013 a 2017 o crescimento médio ao ano foi de 19,5%. Neste período o número de turistas aumentou 104%. O turismo na cidade cresceu, como se demonstrará de seguida, embora persista alguma dificuldade em atrair o visitante do Bem a outras atrações turísticas existentes na cidade e na região.

Figura 2 – Número de visitantes do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*, declarado Património Mundial UNESCO a 22 de junho de 2013

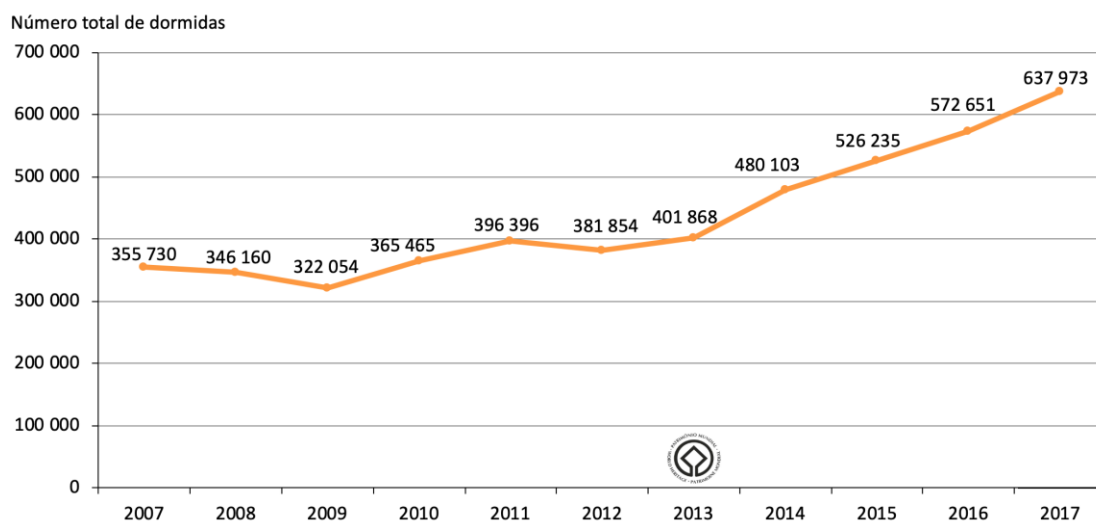


4 Resultados no turismo de Coimbra da inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* na lista representativa do Património Mundial UNESCO

A declaração da *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO teve impactos no destino turístico. Houve um aumento do número de dormidas, que ultrapassaram o meio milhão (Figura 3). Contudo o crescimento do número de dormidas não foi acompanhado de um aumento da estada média. O destino Coimbra continua a evidenciar uma debilidade estrutural de estada média baixa (1,5 noites). Nos dois anos subsequentes à inscrição do Bem a permanência aumentou de um modo muito pouco expressivo, para logo de seguida retomar a tendência precedente (Figura 5).

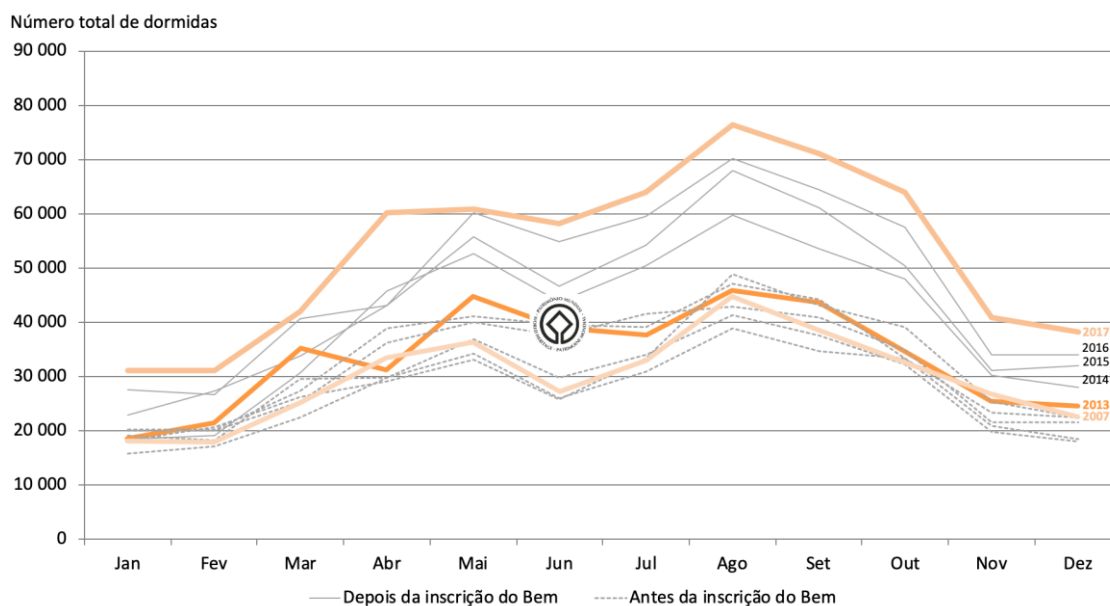
Por se tratar de um destino orientado para o turismo cultural urbano, em Coimbra a sazonalidade da procura turística não é demasiado expressiva. A inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO não fez variar este indicador de um modo muito significativo, isto é, esta não se esbateu nem se acentuou. Em 2007 os meses de julho, agosto e setembro concentraram 32,7% das dormidas, sendo que em 2017 estes mesmos meses concentravam 33,1% das dormidas. Notório é o aumento das dormidas nos estabelecimentos de alojamento no destino Coimbra ao longo de todos os meses do ano, sendo o aumento mais expressivo, entre 2007 e 2017, nos meses de setembro, agosto, outubro, junho e julho (Figura 4). Em cada um destes meses o destino Coimbra registou, em 2017, mais de 30000 dormidas, comparativamente com o ano de referência 2007. Não sendo as diferenças muito expressivas na variação mensal das dormidas, entre 2007 e 2013, no ano da inscrição do Bem passa a haver um aumento mensal gradual, particularmente a partir de maio, em todos os anos que se sucederam à sua inscrição. A afluência de turistas à cidade adensa a movimentação de transeuntes no Centro Histórico, induzindo, ainda que de um modo ténue, a procura de outras atrações turísticas no espaço urbano e o surgimento de serviços voltados para os turistas: de empresas de animação turística que oferecem visitas guiadas temáticas na cidade e na região envolvente próxima, enriquecendo e diversificando a experiência turística; de serviços de transporte de turistas mais personalizados; de lojas de venda de *souvenirs*, que enquadram as artérias que são utilizadas preferencialmente pelos turistas que viajam em grupos organizados e que seguem o percurso estabelecido pelos guias intérpretes; de estabelecimentos de restauração e bebidas cuja oferta, ainda que pontualmente, tem vindo a aumentar, a segmentar-se e a qualificar-se; surgem novos estabelecimentos de alojamento, hotéis e estabelecimentos de alojamento local, que apresentam maiores concentrações no Centro Histórico.

Figura 3 – Número de dormidas no destino Coimbra de 2007 a 2017, antes e após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO, em 2013



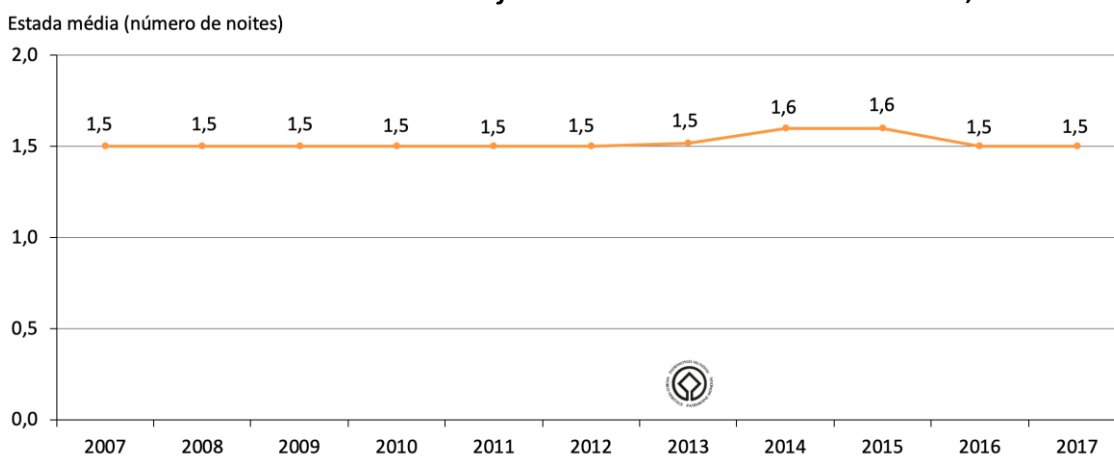
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Figura 4 – Variação mensal do número de dormidas no destino Coimbra de 2007 a 2017, antes e após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO, que aconteceu a 22 de junho de 2013



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Figura 5 – Estada média no destino Coimbra de 2007 a 2017, antes e após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO, em 2013



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

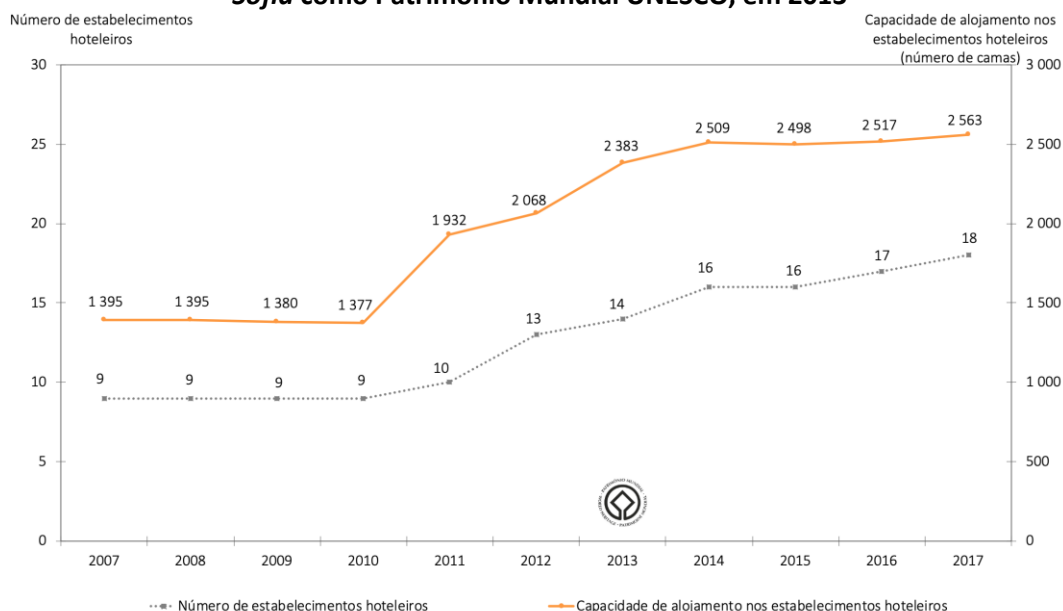
A inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO refletiu-se de um modo expressivo no alojamento turístico disponível no destino Coimbra. O alojamento local seguiu de perto a tendência que se regista nas grandes e nas médias cidades de Portugal. Proliferou pela cidade, densificando-se no seu Centro Histórico, na área do Bem e na área de proteção do Bem. Alguns investimentos foram importantes pois reabilitaram e requalificaram património construído que estava devoluto. Contudo, concomitantemente, assistiu-se a uma refuncionalização dos edifícios do Centro Histórico, registando-se uma perda muito expressiva, preocupante até, de duas funções que são essenciais para a vitalidade deste centro: a função residencial e a função comercial.

No destino Coimbra a oferta de empreendimentos turísticos era em 2013 escassa em número de estabelecimentos hoteleiros, não havendo nenhuma unidade classificada com 5 estrelas, sendo pequeno o número de hotéis de 4 estrelas. A classificação da *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO teve, e continua a ter, reflexos muito expressivos nesta componente do sistema turístico: o alojamento.

O aumento da procura turística no destino Coimbra acompanha a tendência de crescimento da atividade turística em Portugal (MOREIRA, 2018) e no Centro de Portugal, ganhando expressividade após a retoma económica do país e a partir da inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO. Em Coimbra houve um aumento do número de dormidas e um consequente crescimento da oferta de alojamento turístico, que aumenta em número e em qualidade e que se diversifica e dispersa pela cidade. Se se considerarem os

estabelecimentos hoteleiros é expressivo o aumento da capacidade de alojamento após a inscrição do *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* (Figura 6).

Figura 6 – Número de estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento no destino Coimbra de 2007 a 2017, antes e após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO, em 2013



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

O alojamento turístico de 4 estrelas surge no destino Coimbra apenas na década de 90 do século XX com hotéis integrados em cadeias: o Tivoli Coimbra City Center Hotel (1991) e o Hotel Apartamento Tryp Coimbra (1994). O maior investimento neste âmbito com 458 camas surge em 2010, o Hotel Vila Galé Coimbra, sendo notório o seu impacto na capacidade de alojamento hoteleiro (Figura 6). Após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO assiste-se à reabilitação e à (re)qualificação de alguns investimentos hoteleiros, alguns de empresários locais e regionais, como o Hotel Mondego desativado há várias décadas, numa localização muito central, junto à estação ferroviária de Coimbra, no centro da cidade. Estabelecimentos hoteleiros que datavam da década de 60 do século XX, como é o caso do Hotel Oslo (1966) ou da década de 90, de que é exemplo o Hotel Dona Inês (1992), foram objeto de renovação e de requalificação. Surgem novos investimentos dotados de grande centralidade, como o Hotel Ibn Arrik, uma unidade com 46 camas, junto à Universidade ou, ainda mais próximo desta, contíguo ao Bem, em plena área de proteção, o Sapia Boutique Hotel, com 44 camas, ambos unidades de 4 estrelas que abrem ao público em 2017, sendo importantes investimentos de reabilitação e de requalificação que surgem no tecido urbano consolidado. Com estas duas unidades de

alojamento aumenta o número de estabelecimentos, reforça-se a capacidade de alojamento, contudo o aumento do número de camas não é muito expressivo (Figura 6), atendendo à dimensão destes empreendimentos turísticos. Nesse mesmo ano, em 2017, o Hotel Quinta das Lágrimas, membro da rede *Small Luxury Hotels of the World*, atração turística só por si por estar profundamente ligado à lenda de amor de Pedro e Inês, localizado na margem esquerda do rio Mondego, altera a sua categoria passando de 4 para 5 estrelas, a única oferta desta tipologia no destino.

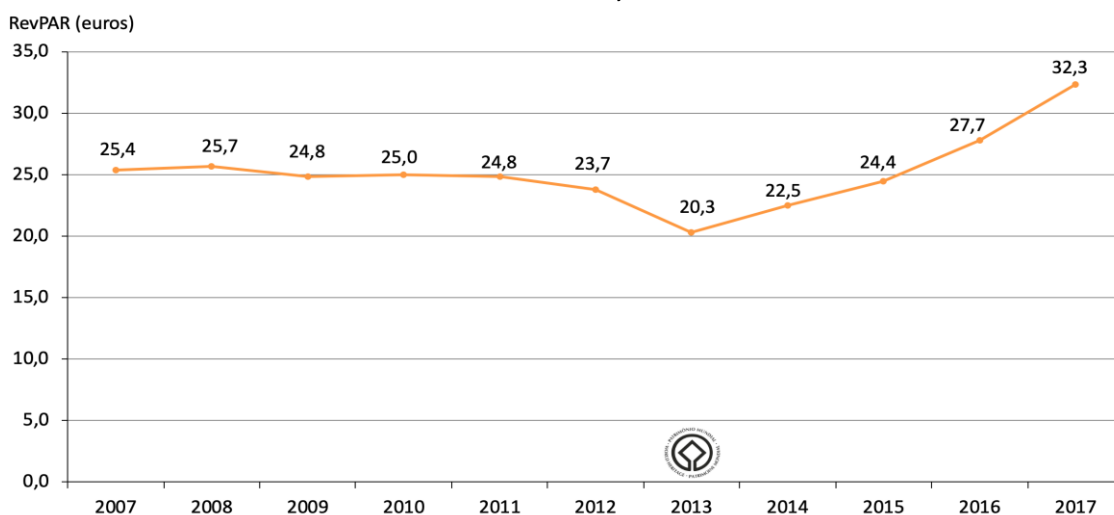
O surgimento do Convento São Francisco um equipamento municipal, multifuncional, um centro cultural que se afirma como centro de congressos, despoletou importantes investimentos em termos de alojamento turístico na margem esquerda do rio Mondego, onde se localizam outras importantes atrações turísticas: o Portugal dos Pequenitos; o Mosteiro de Santa Clara a Velha, com uma exposição permanente do espólio que resultou das escavações empreendidas entre 1995 e 2000; e o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, um dos imóveis integrado no Programa REVIVE (Reabilitação, Património e Turismo), um programa promovido pelo XXI Governo Constitucional português de valorização do património público para fins turísticos¹. Novos investimentos no âmbito do alojamento turístico, que se diferenciam por constituírem uma oferta inovadora, começam a surgir no destino Coimbra. Exemplo disso mesmo é o Zero Box Lodge, na Avenida Emídio Navarro, no centro da cidade, com 44 quartos estilo *box*, inspirada nos *hotéis cápsula* japoneses, no caso com um pouco mais de espaço, adaptado ao estilo de vida ocidental.

O crescimento da procura turística, o aumento da taxa de ocupação por cama, a qualificação da oferta, o aumento da concorrência, têm-se traduzido num aumento dos lucros obtidos pelos prestadores de serviços de alojamento turístico no destino Coimbra, sendo tal facto bem visível na curva francamente ascendente do rendimento por quarto disponível (RevPAR). O RevPAR aumentou de um modo muito expressivo após 2013 (Figura 7). Entre 2007 e 2017 este rendimento era invariavelmente baixo. O aumento do rendimento por quarto disponível entre 2013 e 2017 foi mais evidente na primavera e no verão (Figura 8). No mês de agosto o rendimento por quarto disponível aumentou 18,84 euros, tendo este mês sido secundado pelos meses de setembro (17,89 euros), outubro (17,55 euros) e de abril (16,72 euros). A sazonalidade inerente ao sistema turístico, o aumento da procura, a escassez da oferta e as maiores taxas de

¹ Programa orientado para a reabilitação e valorização de um conjunto de 33 imóveis públicos de elevado valor patrimonial que não estão a ser fruídos pelas comunidades locais, nem pelos visitantes e turistas. O objetivo é através de investimentos privados afetar este património a atividades económicas lucrativas ligadas ao turismo (hotelaria, restauração, atividades culturais, comércio ou outras formas de animação).

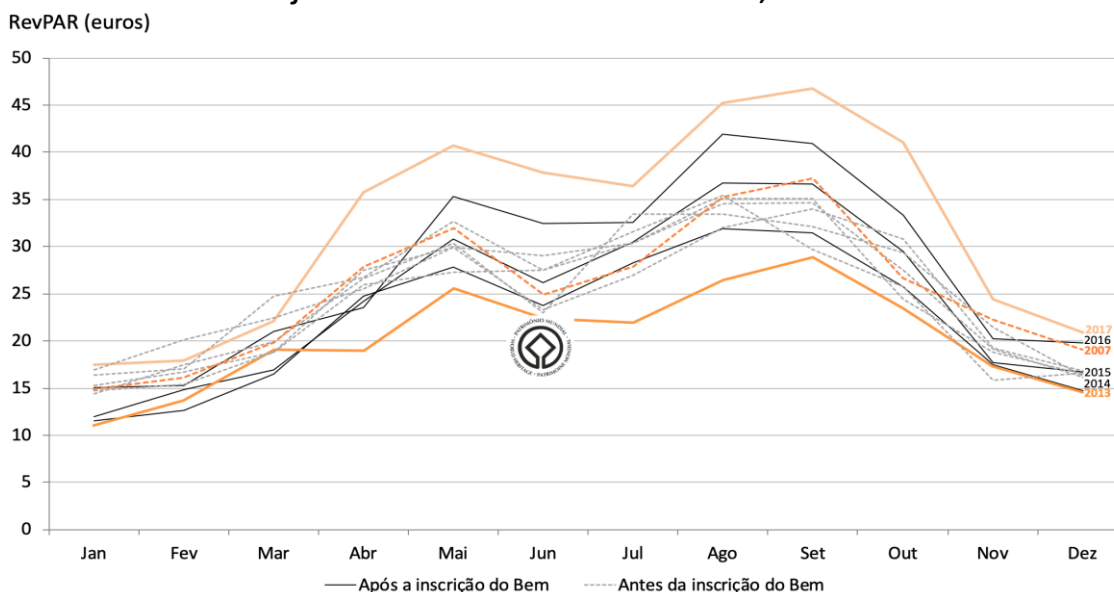
ocupação contribuem para explicar este facto. Pode afirmar-se que o alojamento turístico foi a atividade económica ligada ao turismo que maior sensibilidade evidenciou face à classificação do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO.

Figura 7 – Rendimento por quarto disponível (RevPAR) no destino Coimbra de 2007 a 2017, antes e após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO, em 2013



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

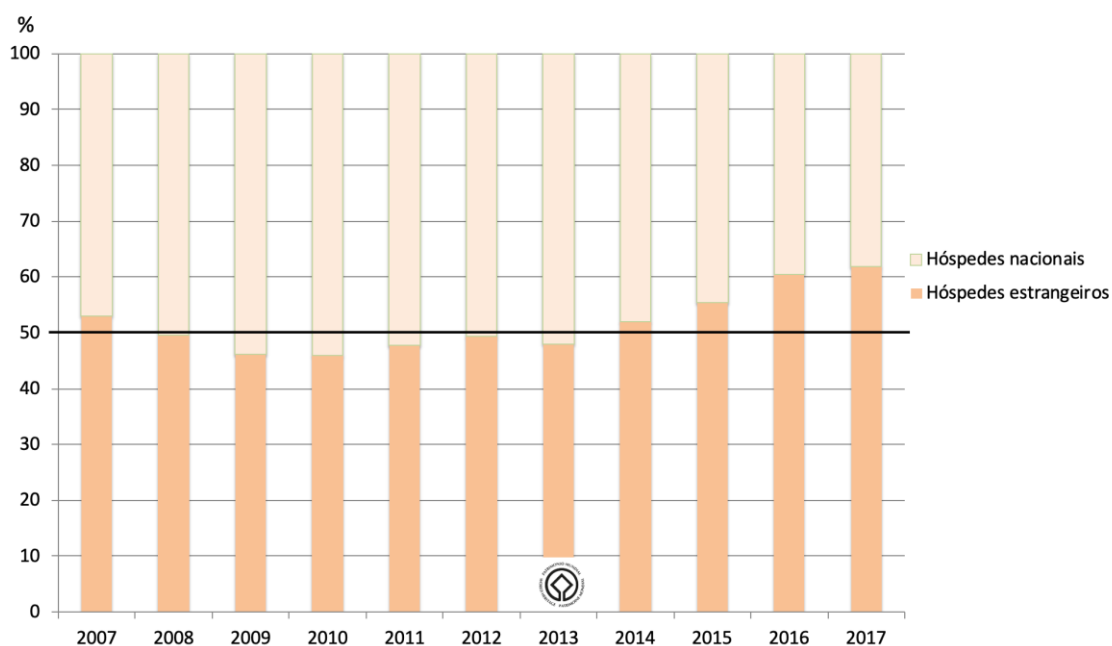
Figura 8 – Variação mensal do rendimento por quarto disponível (RevPAR) no destino Coimbra de 2007 a 2017, antes e após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO, em 2013



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

A inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO contribuiu, como seria expectável, para a internacionalização do destino Coimbra, traduzível numa maior presença de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico (Figura 9).

Figura 9 – Nível de internacionalização do destino Coimbra de 2007 a 2017, antes e após a inscrição do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património Mundial UNESCO, em 2013



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

5 Desafios à gestão do destino Coimbra

A gestão de um destino turístico que detém um Bem inscrito na lista representativa do Património Mundial UNESCO envolve um conjunto de ações e de intervenções complexas. Para além das questões da conservação e da salvaguarda do Bem, em si mesmo, e da especial atenção a dar à área de proteção definida, importa gerir o espaço geográfico que lhe serve de enquadramento, neste caso a cidade de Coimbra, onde o Bem se integra. Espaço de ação e de relação de múltiplos *stakeholders*, nem sempre esta diversidade é facilitadora da melhor gestão. A compatibilização de interesses, motivações, necessidades, desejos, estratégias, métodos de trabalho, áreas de intervenção diversos, pode implicar uma governança com elementos dissonantes. Especialmente relevante é a gestão do Bem como atração

turística e do território local que o integra. Também aquele território que regionalmente se encontra na sua área de influência, com intervenções a uma outra escala, necessita de atenção de gestão continuada e coordenada. De igual modo importa não esquecer as ações que envolvem âmbitos nacionais e internacionais, crescentemente importantes na definição do posicionamento do Bem e do território através da imagem e da marca que lhes surgem associadas.

Ora quando o Bem que é Património Mundial UNESCO tem como funções permanentes a investigação, o ensino e a administração, como é o caso de uma Universidade, colocam-se desafios importantes à gestão. Para além destes usos soma-se a sua importância como atração turística, facto que motiva uma procura turística quase sempre crescente. Bacci Isaza (2013, p. 146) faz notar que “a gestão de uma cidade universitária como património tem singularidades que a distinguem de outras tipologias [de Bens] (...) muitas vezes a prioridade deve ser cumprir com a sua função principal que é ser uma casa de estudos”. Ora um dos grandes desafios é acolher e acomodar a procura turística, bem como compatibilizar os diferentes usos dos espaços, planeados, configurados e geridos para cumprir funções de investigação, ensino e administração. Outro dos desafios que se coloca é arranjar recursos financeiros para conservar o património, nomeadamente o construído, que possui um reconhecido VUE. As Universidade são, efetivamente, dotadas de especificidades muito próprias enquanto Bens Património Mundial UNESCO que importa salvaguardar. Tratam-se geralmente de Bens com um vasto património cultural, material e imaterial, único, singular que muito contribui para a sua identidade e para a sua notoriedade, não raras vezes multissecular. Face ao exposto infere-se que são vários os desafios que se colocam à gestão de um destino turístico que detém um Bem inscrito na lista representativa do Património Mundial UNESCO, conclui-se que muito releva que sejam consideradas várias escalas de gestão.

Os primeiros desafios são à escala do Bem. As construções da área do Bem e da área de proteção do Bem devem ser preservadas íntegras, importando avaliar as vulnerabilidades e os riscos (evitando que o património se degrade ou seja vandalizado). No âmbito do planeamento e da gestão do destino releva assegurar a sustentabilidade do Bem. O património do Bem e da sua área de proteção deve ser fruído pela comunidade local, pelos visitantes e turistas, pelo que é fundamental abrir o património, torná-lo visitável e padronizar horários de abertura e de encerramento, de acordo com as melhores práticas. O Bem deve ser adequadamente interpretado. Vidal Casellas, Crous-Costa, Aulet Serrallonga, Cravidão, Nossa e Santos (2018, p. 47) realçam que a “interpretação desempenha um papel importante na conservação. De facto, uma interpretação adequada de um sítio património ajuda a promover a

conscientização das pessoas, aumentando o compromisso e o envolvimento com o sítio”. Para além disto, devem ser criadas condições para acolher os turistas, como recomendam os manuais de gestão dos Sítios Património Mundial (UNESCO WHC, 2013). A comunidade local deve ser envolvida no planeamento e gestão do Bem. De acordo com Lusiani, Ferri e Zan (2018) algo que mudou significativamente na UNESCO desde a década de 70 do século XX foi o reconhecimento da importância da participação da comunidade local na inscrição e na gestão do Bem.

Assim, planear, implementar e monitorizar os itinerários turísticos é condição imprescindível para ter êxito. Implantar sinalética que identifique a área do Bem e a área de proteção do Bem mostra-se como uma das medidas de ação mais importantes. A sinalética turística cumpre várias funções, para além de ser um marcador de território, direciona fluxos, motiva procuras, informa, orienta. A par da sinalética deve ser oferecido um serviço complementar com conteúdos em plataformas digitais, com aplicações para dispositivos móveis (Apps), especialmente para todos aqueles que veem nessa funcionalidade um dos elementos de atratividade mais importante (gerações Y e Z).

À escala da cidade e da região importa estruturar, adequadamente, a oferta turística, diversificar, planear, implementar e monitorizar os circuitos turísticos, valorizando os atributos identitários e singulares do destino. Diversificar e qualificar a experiência turística, valorizando os produtos que se constituem como as suas vantagens comparativas. É fundamental dispersar territorialmente os visitantes e turistas que afluem ao Bem, pela cidade e pela região, considerando outras atrações turísticas, outros agentes e grupos de interesse. Neste contexto a cooperação, a colaboração, o estreitar de parcerias e o estabelecimento de redes são estratégicos, valorizando a coopetição. Criar vantagens competitivas é dos maiores desafios que se colocam aos *stakeholders*. No caso do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* o espaço urbano deve ser objeto de intervenções que o regenerem, que melhorem a qualidade e a salubridade. No Centro Histórico impõe-se uma intervenção em termos de planeamento urbano e de urbanismo comercial, em articulação com a oferta comercial e de serviços na área do Bem e de proteção do Bem.

A promoção do destino deve induzir um aumento da permanência, esbater a sazonalidade, aumentando a procura turística na época baixa e aumentar a internacionalização do destino. A oferta, a procura e a intermediação devem ser monitorizadas. Se não se conhecerem estes três subsistemas do sistema turístico não se consegue planear nem gerir estrategicamente o destino. A oferta deve qualificar-se e inovar, permanentemente, e não desconsiderar a sustentabilidade.

É essencial elaborar uma agenda de Investigação e Inovação (I&I) que partindo do Bem se oriente para o turismo na cidade e na região. Este é o maior desafio que se coloca ao destino Coimbra, agora que possui um Bem que está inscrito como Património Mundial UNESCO: a *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*.

A estratégia a pensar deve ser vista à luz de uma *quadriple hélix*, no alinhamento estratégico das propostas de *triple hélix* de Etzkowitz (2002) e coadjuvada pelo necessariamente omnipresente valor da sustentabilidade. Neste sentido, “o setor público, o setor privado, a academia e a comunidade devem partilhar a responsabilidade e os benefícios do turismo, na observância dos princípios da política de desenvolvimento turístico” (Ribeiro, 2017, p. 584).

6 Considerações finais

É escasso o número de Universidades que estão inscritas como Património Mundial UNESCO. O Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* foi o mais recente a ser integrado neste grupo, sendo também o mais restrito em área. A compreensão do modo como as diferentes Universidades Património Mundial UNESCO e as cidades em que se integram têm acomodado a função turística, após a inscrição dos respetivos Bens, precisa de ser vista como uma área de atuação prioritária. Análises de *benchmarking* e de *benchlearning* (neste contexto) podem ser particularmente úteis, principalmente se se considerar que se está perante Bens que acomodam várias funções (investigação, ensino, administração), às quais se junta a função turística, que cresce de um modo expressivo quando o património vê reconhecido o seu VUE e passa a ser Património Mundial UNESCO.

No caso do Bem *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* a sua inscrição como Património Mundial UNESCO significou um aumento muito expressivo do número de visitantes, que cresceu entre 2013 (ano de inscrição do Bem) e 2017, em média ao ano 19,5%. Os dados evidenciam que tal significou para o destino Coimbra um acréscimo do número de dormidas, um investimento muito expressivo na capacidade de alojamento que aumentou em número, em qualidade e que se diversificou, tendo havido um conseqüente incremento do rendimento por quarto disponível e uma maior internacionalização do destino. O indicador que persiste baixo é a estada média no destino, que se cifra em 1,5 noites. Tal quer significar que o destino tem dificuldade em reter e reorientar a procura turística que aflui ao Bem. Trata-se de uma atuação que precisa de começar junto dos *stakeholders* no ponto de origem dos fluxos turísticos que chegam a Coimbra, sem descurar os mercados emergentes. Ora este é um dos desafios que se coloca em termos de planeamento e de gestão do destino turístico, como se demonstra.

Os resultados da análise que aqui se apresenta apesar de dizerem respeito a um Bem e a um destino turístico específico contribuem para aumentar o conhecimento de como a inscrição de um Bem tem reflexos no fluxo de turistas e na atividade turística dos destinos que veem reconhecido o VUE do seu património. Para além disto, contribui para informar os responsáveis pela gestão dos Bens e dos destinos que são Património Mundial UNESCO para a importância de planearem, gerirem e monitorizarem a atividade turística no Bem e no destino. Os resultados evidenciam que é essencial implementar práticas de gestão sustentáveis no que se refere ao Bem e ao destino turístico. Postula-se que se for adequadamente planeado, gerido e monitorizado o turismo nestes destinos pode ter efeitos multiplicadores sustentáveis muito expressivos às escalas local e regional.

Agradecimentos

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-006891 (Ref.^a FCT: UID/GEO/04084/2013).

Referências

- ADIE, B. A. Franchising our heritage: the UNESCO World Heritage brand. **Tourism Management Perspectives**, v. 24, p. 48-53, 2017.
- ADIE, B. A.; HALL, C. M.; PRAYAG, G. World Heritage as a placebo brand: a comparative analysis of three sites and marketing implications. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 3, p. 399-415, 2018.
- ALARCÃO, J. **Coimbra. A montagem do cenário urbano**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- ALARCÃO, J.; ANDRÉ, P.; BARRELAS, P.; CARVALHO, P.; SANTOS, F.; SILVA, R. C. **O Forum de Aeminium: a busca do desenho original/The Forum of Aeminium: the search for the original design**. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Museu Nacional de Machado de Castro, Edifer, 2009.
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.; SILVA, R. C. The forums of *Conimbriga* and *Aeminium*: Comparison and summary of the state of the art. **Ephyrus**, LXXX, p. 131-146, 2017.
- ANTUNES, J. A Universidade de Coimbra entre as mais antigas da Europa. *In*: MONTEIRO, João Gouveia (coord.), **Universidade de Coimbra**. Coimbra: Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra, 2003. p. 41-44.
- BACCI ISAZA, M. E. El patrimonio y la arquitectura de la Ciudad Universitaria de Caracas, Campus Principal de la Universidad Central de Venezuela. *In*: RIVERA BLANCO, Javier (coord.), **Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario. Simposio**

internacional: Universidades declaradas Património Mundial por la UNESCO. Madrid: Universidad de Alcalá, 2013. p. 123-151.

BURNS, P. **An introduction to tourism and anthropology.** London: Routledge, 1999.

CALDEIRA, A. **A experiência de visita dirigida a múltiplas atrações:** análise do comportamento espacial do turista e da sua satisfação. 2014. Tese (Doutoramento em Turismo) – Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, 2014.

CAMPOS, J. C. **Candidatura a Património Mundial como operador de desenvolvimento urbano:** o caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia. 2019. Tese (Doutoramento em Arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2019.

CANALE, R. R.; SIMONE, E. D.; MAIO, A. D.; PARENTI, B. UNESCO World Heritage Sites and tourism attractiveness: the case of Italian provinces. **Land Use Policy Journal**, v. 85, p. 114-120, 2019.

CARVALHO, P. C. **O Forum de Aeminium.** Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, 1998.

CRAVIDÃO, F.; SANTOS, N. Nota Introdutória. *In:* CRAVIDÃO, Fernanda; SANTOS, Norberto (coord.), **Turismo e cultura:** destinos e competitividade. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 9-19.

CRAVIDÃO, F.; NOSSA, P.; SANTOS, N.; VIDAL CASELLAS, M. D.; CROUS-COSTA, N.; AULET SERRALLONGA, S.; DALLARI, F. Tourism at World Heritage Sites: opportunities and challenges. *In:* DE ASCANIIS, Silvia; GRAVARI-BARBAS, Maria; CANTONI, Lorenzo (ed.), **Tourism management at UNESCO World Heritage Sites.** Lugano: Università della Svizzera italiana, 2018. p. 23–29. Disponível em https://www.fun-mooc.fr/asset-v1:Paris1+16008+session01+type@asset+block@MOOC_TMatUWHS_manual.pdf.

CROUCH, G. I. Destination competitiveness: an analysis of determinant attributes. **Journal of Travel Research**, v. 50, n.1, p. 27-45, 2011.

ETZKOWITZ, H. **The triple helix of University-Industry-Government implications for policy and evaluation. Working paper.** Stockholm: Institutet för studier av utbildning och forskning, 2002. Disponível em: http://www.sister.nu/pdf/wp_11.pdf.

FERREIRA, V.; SILVEIRA, L. The University of Coimbra: attraction, cultural asset or touristic product? *In:* FERNANDES, José Alberto Rio; CUNHA, Lúcio; CHAMUSCA, Pedro (org.), **1st International Meeting Geography & Politics, Policies and Planning.** Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 381-393.

FORTUNA, C.; GOMES, C.; FERREIRA, C.; ABREU, P.; PEIXOTO, P. **A cidade e turismo. Dinâmicas e desafios do turismo urbano em Coimbra.** Coimbra: Almedina, 2012.

FORTUNA, C.; GOMES, C. Turismo, cidade e Universidade: o caso de Coimbra. *In:* CRAVIDÃO, Fernanda; SANTOS, Norberto (coord.), **Turismo e cultura:** destinos e competitividade. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 273-296.

GAO, Y.; SU, W. Is the World Heritage just a title for tourism? **Annals of Tourism Research**, v. 78, 102748, 2019.

GARROD, B. Managing visitor impacts. *In:* FYALL, Alan; GARROD, Brain; LEASKY, Anna; WANHILL, Stephen (Eds.), **Managing visitor attractions: new directions.** Oxford: Elsevier, 2008. p. 165-180.

GRAVARI-BARBAS, M.; BOURDEAU, L.; ROBINSON, M. World Heritage and tourism from opposition to co-production. *In*: BOURDEAU, Laurent; GRAVARI-BARBAS, Maria; ROBINSON, Mike (eds.), **World Heritage, tourism and identity: inscription and co-production**. Oxon: Routledge, 2016. p. 1-24.

GRAVARI-BARBAS, M.; COMINELLI, F.; CONDEVAUX, A.; JACQUOT, S.; CONTI, A. Concepts, doctrines and lists UNESCO and the convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. *In*: DE ASCANIIS, Silvia; GRAVARI-BARBAS, Maria; CANTONI, Lorenzo (ed.), **Tourism management at UNESCO World Heritage Sites** Lugano: Università della Svizzera italiana, 2018. p. 7–15. Disponível em https://www.fun-mooc.fr/asset-v1:Paris1+16008+session01+type@asset+block@MOOC_TMatUWHS_manual.pdf.

HALL, M.; PIGGIN, R. World Heritage Sites: managing the brand. *In*: FYALL, Alan; GARROD, Brain; LEASK, Anna (eds.), **Managing visitor attractions: new directions**. Sydney: Elsevier, 2003. p. 203-219.

HUNT, M.; CROMPTON, J. Investigating attraction compatibility in an East Texas city. **International Journal of Tourism Research**, v. 10, p. 237-246, 2008.

LAGUNES SOLANAS, D. La historia y el patrimonio y del campus central de Ciudad Universitaria de la Universidad Nacional Autónoma de México. *In*: RIVERA BLANCO, Javier (coord.). **Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario. Simposio internacional: Universidades declaradas Patrimonio Mundial por la UNESCO**. Madrid: Universidad de Alcalá, 2013. p. 157-181.

LOBO, R. **Santa Cruz e a Rua da Sofia: arquitetura e urbanismo no século XVI**. Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006.

LUSIANI, M.; FERRI, P.; ZAN, L. Making sense of site management. *In*: MAKUVAZA, Simon (ed.), **Aspects of management planning for cultural World Heritage Sites: principles, approaches and practices**. Cham: Springer, 2018. p. 227-239.

MOREIRA, C. O. **Turismo, território e desenvolvimento: competitividade e gestão estratégica de destinos**. 2013. Tese (Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura) – Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/24446>.

MOREIRA, C. O. Portugal as a tourism destination: paths and trends. **Méditerranée**, 130, 2018. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/88812>.

PEDERSEN, A. **Managing tourism at World Heritage Sites: a practical manual for World Heritage Site managers**. Paris: UNESCO WHC World Heritage Centre, 2002. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/series/1/>.

PIMENTEL, A. F. O Paço das Escolas e a Universidade: marcos do Património da Humanidade. *In*: MONTEIRO, João Gouveia (coord.), **Universidade de Coimbra**. Coimbra: Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra, 2003. p. 49-51.

RIBEIRO, S. **Gestão de destinos turísticos: novas políticas de desenvolvimento turístico e modelos de governança de DMO (Destination Management Organization)**. Uma proposta para o destino Porto. 2017. Tese (Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura) – Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017.

RITCHIE, J. R. B.; CROUCH, G. I. Tourism, competitiveness, and societal prosperity. **Journal of Business Research**, v. 44, p. 137-152, 1999.

RIVERA BLANCO, J. La Universidad de Alcalá, Patrimonio de la Humanidad. *In*: RIVERA BLANCO, Javier (coord.), **Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario. Simposio internacional: Universidades declaradas Patrimonio Mundial por la UNESCO**. Madrid: Universidad de Alcalá, 2013. p. 65-91.

RYAN, J. S. **The World Heritage List: the making and management of a brand**. Londres: Palgrave Macmillan Journals, 2009.

SANTA-CRUZ, F. G.; LÓPEZ-GUZMÁN, T. Culture, tourism and World Heritage Sites. **Tourism Management Perspectives**, v. 24, p. 111-116, 2017.

SANTOS, N. Cidade, património e espaço de vida. *In*: PASSOS, Messias Modesto dos; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui (coord.), **As novas geografias dos países de língua portuguesa. Paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 435-467.

SANTOS, N.; MOREIRA, C. O. Evening/night-time leisure in Coimbra. *In*: VALENÇA, Márcio; CRAVIDÃO, Fernanda; FERNANDES, José Alberto Rio (eds.), **Urban developments in Brazil and Portugal, studies of Portuguese-speaking countries**. Nova Iorque: Nova Science Publishers, 2014. p. 317-338.

SANTOS, N.; MOREIRA, C. O. O centro histórico de Coimbra: novas dinâmicas. *In*: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação; FERNANDES, José Alberto Rio (org.), **Brasil e Portugal vistos desde as cidades. As cidades vistas desde o seu centro**. São Paulo: Cultura Acadêmica, UNESP, 2018. p. 317-343. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/brasil-e-portugal-vistos-desde-as-cidades/>.

SHACKLEY, M. **Visitor management: case studies from World Heritage Sites**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2000.

SHACKLEY, M. Visitor management at World Heritage Sites. *In*: LEASK, Anna; FYALL, Alan (eds.), **Managing World Heritage Sites**. Oxford: Elsevier, 2006. p. 83-93.

SU, Y. W.; LIN, H. L. Analysis of international tourist arrivals worldwide: the role of World Heritage Sites. **Tourism Management**, v. 40, p. 46-58, 2014.

TAN, S.-K.; TAN, S.-H.; KOK, Y.-S.; CHOON, S.-W. Sense of place and sustainability of intangible cultural heritage: The case of George Town and Melaka. **Tourism Management**, v. 67, p. 376-387, 2018.

TRINDADE, L. Reforma Pombalina. **Monumentos**, v. 8, p. 52-57, 1998.

UNESCO WHC (WORLD HERITAGE CENTRE). **World Heritage information kit**. Paris: UNESCO World Heritage Centre, 2008. Disponível em: <http://whc.unesco.org/document/102072>.

UNESCO WHC (WORLD HERITAGE CENTRE). **Managing cultural World Heritage**. Paris: UNESCO World Heritage Centre, 2013.

VIDAL CASELLAS, M. D. V.; CROUS-COSTA, N.; AULET SERRALLONGA, S.; CRAVIDÃO, F.; NOSSA, P.; SANTOS, N. Site Conservation/Enhancement and Tourist Management. *In*: DE ASCANIIS, Silvia; GRAVARI-BARBAS, Maria; CANTONI, Lorenzo (Eds.), **Tourism management at UNESCO World Heritage Sites**. Lugano: Università della Svizzera italiana, 2018. p. 39-49. Disponível em: https://www.fun-mooc.fr/asset-v1:Paris1+16008+session01+type@asset+block@MOOC_TMatUWHS_manual.pdf.

WILSON, R. G. Thomas Jefferson and the design of the University of Virginia. *In*: RIVERA BLANCO, Javier (coord.), **Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario. Simposio internacional: Universidades declaradas Patrimonio Mundial por la UNESCO**. Madrid: Universidad de Alcalá, 2013. p. 27-46.

WEF (WORLD ECONOMIC FORUM). **The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017**. Geneva: World Economic Forum, 2018. Disponível em:
http://www3.weforum.org/docs/WEF_TTCR_2017_web_0401.pdf.

YANG, C.-H.; LIN, H.-L.; HAN, C.-C. Analysis of international tourist arrivals in China: the role of World Heritage Sites. **Tourism Management**, v. 31, p. 827-837, 2010.

Brasília, cidade *design*: promovendo o turismo criativo

Juliana Viégas P.V. dos Santos^{*}

Erika O. Lima^{**}

Ericka M. Matos^{***}

Resumo: Após trinta anos do reconhecimento da cidade de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), também a reconhece com o título de Cidade Criativa no ano de 2017. Ambos os títulos conferem à Brasília o reconhecimento de sua riqueza artística ligada às obras urbanas e arquitetônicas dos artistas Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Athos Bulcão. Neste sentido, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de candidatura de Brasília, na rede de cidades criativas. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa com aplicação de entrevista à representante governamental da Subsecretaria de Turismo da cidade de Brasília, como também a pesquisa bibliográfica e documental. Entre os resultados identificados, destaca-se a realização de eventos periódicos sobre turismo criativo, o aporte de recursos em pesquisas sobre o perfil do turista; investimento em projetos e empreendimentos criativos; revitalização de equipamentos turísticos, entre outros projetos.

Palavras-chaves: Brasília. Cidade criativa. Turismo criativo. *Design*.

Abstract: After thirty years of recognition of the city of Brasília as a Cultural Heritage of Humanity, UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) also recognizes it with the title of Creative City in the year 2017. Both titles grant to Brasília the recognition of its artistic richness linked to the urban and architectural works of the artists Oscar Niemeyer, Lúcio Costa and Athos Bulcão. In this sense, the present research had as objective, to analyze the application process of Brasília in the network of creative cities. For that, the qualitative research was applied with interview application to the governmental representative of The Tourism's Sub-secretary of Brasília city, as well as bibliographical and documentary research. Among the identified results, we highlight the periodic events on creative tourism, the contribution of resources in research on the profile of the tourist; investment in creative projects and ventures revitalization of tourism equipment; among other projects.

Keywords: Brasília. Creative city. Creative tourism. Design.

1 Introdução

Em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO criou a Rede de Cidades Criativas com o propósito de promover a cooperação internacional entre as cidades que utilizam a criatividade como fomento para o desenvolvimento urbano sustentável. A Rede é formada por 180 membros de 72 países e abrange sete categorias: artes e mídia, artesanato e arte popular, cinema,

^{*} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Brasília, CEP 71070-640, Brasil. *E-mail:* juliana.santos@ifb.edu.br

^{**} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Brasília, CEP 71070-640, Brasil. *E-mail:* erika.lima@ifb.edu.br

^{***} Universidade de Aveiro, Aveiro, 3810-193, Portugal. *E-mail:* erickammatos@ua.pt

design, gastronomia, literatura e música. Vale ressaltar que as Cidades Criativas são parceiras importantes da UNESCO na implementação local da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2016; UNESCO, 2018).

Os trabalhos relativos ao tema “cidades criativas” vem crescendo na literatura internacional desde que Landry e Bianchini (1995) publicaram a obra *The Creative City*. O conceito surgiu da necessidade de se pensar numa nova forma de requalificar o espaço urbano, em consequência do aumento populacional nas cidades, das transformações econômicas, socioculturais, políticas e ambientais, e dos avanços das comunicações e das mídias digitais (ASHTON *et al.*, 2014). A expressão “cidades criativas” caracteriza um novo conceito de cidade mais tolerante, dinâmica e interligada, interativa e atraente que busca valorizar a história e a cultura da população e está aberta à inovação (REIS; KAGEYAMA, 2011).

A ideia é aproveitar a cultura, a criatividade, os saberes e fazeres do local para gerar competitividade econômica (LANDRY; BIANCHINI, 1995). Nesse sentido, Florida (2012) observa que a criatividade como um recurso essencial nas relações sociais e econômicas é capaz de impulsionar a mudança cultural da cidade. O autor acredita que a mudança cultural está ligada à presença de grupos de profissionais de áreas multidisciplinares, denominados de “classe criativa”, que tem o objetivo de inovar o espaço onde estão inseridos.

Em consonância com Florida (2012), Furtado e Alves (2012) ressaltam que as cidades criativas são percebidas pela convergência entre políticas públicas, econômicas e sociais, capaz de fomentar ambientes criativos que promovam interconexões entre espaços e pessoas e que resgatem a vitalidade e a identidade perdidas nas cidades industriais. Reis (2008) também segue a mesma linha de pensamento, quando considera que a cidade criativa está ligada à economia.

Para a autora, a cidade criativa é diferenciada por estar num processo de inovação, possuir conexões e ter a cultura como elemento essencial na promoção da criatividade e do ambiente urbano e socioeconômico diferenciado. Landry (2013) considera que a peculiaridade e a capacidade criativa de um local são concebidas por sua história, cultura, configuração física e por suas condições operacionais globais, além de conter soluções para os problemas sociais e para a gestão.

O Relatório de Economia Criativa das Nações Unidas aponta que as cidades criativas, além de possuir concentração de emprego criativo, também são canais atrativos para fomentar o investimento estrangeiro devido às facilidades culturais bem-estabelecidas (UNITED NATIONS, 2010).

Assim, com o propósito de compreender as cidades criativas, seus valores, suas crenças, suas peculiaridades e modos de fazer e de viver, no ano de 2004 foi criada

pela UNESCO, a Rede de Cidades Criativas que tem como objetivo central tornar a criatividade um impulsionador essencial para o desenvolvimento urbano sustentável (UNESCO, 2016).

Nesse sentido, a rede busca promover a cooperação entre as cidades que reconhecem a criatividade e a cultura como agente estratégico de desenvolvimento, tanto em nível local quanto global (UNITED NATIONS, 2010), e funciona como um sistema de conexão entre as cidades as quais compartilham experiências, desenvolvem projetos, estabelecem parcerias e estratégias inovadoras além de serem vistas como um campo fecundo para implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

O paradigma do Desenvolvimento Sustentável demanda das cidades uma nova postura focada na criatividade e na inovação como fatores determinantes para lidar com forças locais e globais, melhorar seu desempenho, aumentar sua capacidade competitiva, incluindo neste sentido o conhecimento e a cultura como recursos-chave (BAYCAN *et al.*, 2011).

Embora o Brasil seja, culturalmente, um país de grande potencial criativo nas diversas áreas do desenvolvimento, o conceito de Cidade Criativa ainda é incipiente, se considerarmos a pequena representatividade brasileira na Rede de Cidades Criativas, com a participação, até dezembro de 2019, de dez cidades.

O Brasil está representado em quatro categorias: artesanato e arte popular, pela cidade de João Pessoa; em cinema, pela cidade de Santos; em *design*, pelas cidades de Brasília e Curitiba; em gastronomia, pela cidade de Paraty, e em música, pela cidade de Salvador (UNESCO, 2016; UNESCO, 2018). Foram contempladas com o título, em 2019, a cidade de Belo Horizonte, em gastronomia e Fortaleza, em *design*.

O título de Cidade Criativa favorece e aumenta a relação entre a indústria criativa e o governo, o que contribui para estimular o potencial criativo das organizações e das pessoas, contribuindo para o aumento de um fluxo rico e diversificado de ideias na população que resulta na inovação de atividades artísticas e culturais na cidade, e fortalecendo como destino turístico.

O vínculo Arte, *Design* e Arquitetura ocorre em projetos presentes em diversas cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. No entanto, sob qualquer ângulo que se veja, Brasília, particularmente, corresponde ao momento em que esse vínculo atinge seu ponto mais alto. Isto porque a cidade de Brasília teve, desde o seu planejamento até a sua construção, a colaboração de vários arquitetos, artistas plástico, paisagistas e engenheiros que foram responsáveis por criar na paisagem os valores estéticos do modernismo e da modernização. Mesmo antes de ser inaugurada,

a capital federal já era citada pelos meios de comunicação como uma cidade que seria a síntese das artes.

O reconhecimento de Brasília como Cidade Criativa demonstra que a capital federal é muito mais que um espaço de poder administrativo e político, ressaltando seu diferencial como cenário que agrega a história, o *design* e a arte nos espaços públicos, ou seja, em lugares acessíveis a todos os cidadãos, uma arte que pode ser vista nas ruas, sem que as pessoas precisem ir a galerias ou museus.

Arte pública nas últimas décadas deixou de significar apenas arte em lugares públicos, como explica Veloso:

As novas concepções passaram a enfatizar a relação arte/comunidade ao invés de arte/objeto, que resultou em práticas como “site-específico”, “arte socialmente responsável”, “arte instalação”, sendo tais práticas articuladas pelas referências de tempo e espaço. Trata-se, portanto de uma arte entranhada na historicidade do lugar, chamando para seu reconhecimento ou transformação. (2007, p. 6).

A presente pesquisa busca analisar o processo de candidatura de Brasília na rede de cidades criativas. As pesquisadoras buscaram investigar o processo de candidatura, como também a relação entre a conquista do título de cidade *design* e o surgimento ou fortalecimento de empreendimentos turísticos criativos.

2 Turismo criativo

O turismo criativo se traduz como uma tendência do mercado de viagens em âmbito mundial, como uma forma de diversificar os segmentos presentes na economia do turismo. Ademais, o setor começa a perceber a transformação no perfil do consumidor de viagens, caracterizado por um viajante informado e conhecedor do destino e das possíveis experiências que irá realizar. Dessa forma, percebe-se a criatividade e a inovação como ferramentas do desenvolvimento e amadurecimento da atividade turística, como discutem os autores a seguir:

A complexidade do processo de desenvolvimento dos destinos turísticos tem na inovação o principal elo entre os diferentes atores sociais responsáveis pela criação de produtos e serviços, experiência turística, desempenho regional, competitividade e aumento da economia (BRANDÃO; COSTA, 2014).

A inovação deve ser pensada não somente pelo lado da oferta como também pela procura. Observa-se que a inovação em turismo tem exigido um mercado competitivo preocupado em proporcionar experiências e serviços a um perfil de turista cada dia mais informado (HALKIER; KOZAK; SVENSSON, 2014).

Neste sentido a inovação e a criatividade estão sendo cada vez mais aplicadas na esfera do turismo. Para ratificar esta ideia, o Escritório Nacional de Turismo da Grã-Bretanha (VISITBRITAIN, 2007) identificou o turismo criativo como uma das principais áreas de crescimento, assim como a Comissão Europeia de Turismo ao publicar o relatório “City Tourism and Culture” (EUROPEAN TRAVEL COMISSION, 2005) que também sublinhou o potencial de desenvolvimento de cidades criativas como atrações turísticas.

O perfil do viajante contemporâneo contribui para esta nova tendência, pois exige cada vez mais que os destinos sejam surpreendentes e que possibilitem vivências como descritas nos conceitos de turismo criativo.

Richards e Raymond (2000) forneceram a primeira análise do turismo criativo e produziram a seguinte definição: “Turismo que oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver seu potencial criativo por meio da participação ativa no turismo. Cursos e experiências de aprendizagem que são características do destino de férias onde são realizadas”. Esse conceito também foi adotado pela Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

Raymond (2007) também colaborou com um conceito revisado de turismo criativo: uma forma de turismo mais sustentável que proporciona uma sensação autêntica de cultura local através de oficinas informais e práticas e experiências criativas.

Richards e Raymond (2000) enfatizaram, particularmente, o fato de que o turismo criativo implica que não apenas os turistas precisam ser envolvidos criativamente, mas o próprio destino precisa se tornar mais criativo ao projetar experiências características.

Para Richards e Raymond (2000), o turismo criativo está diretamente relacionado à autenticidade e às experiências práticas que a atividade pode proporcionar ao viajante, resultando em um turismo mais sustentável, visto que abarca toda a cadeia turística que precisa estar envolvida na projeção e criação de produtos turísticos autênticos.

As definições contemporâneas defendem que a criatividade como inteligência seja a capacidade de solucionar problemas através da criação de novos produtos e serviços num determinado ambiente. Isto é, a criatividade está ligada à construção de novos conhecimentos, numa nova forma de conhecer e pensar que sobrepõe-se à reprodução do sabido, e em que a mente humana e sua dimensão inventiva são ilimitadas (FILIPE, 2009).

Outros autores destacam o sentido da criatividade para além do turismo, assim como afirmava Albert Einstein: “Nas ciências, nas artes e nos negócios, a imaginação

das pessoas criativas e ousadas é mais importante que o conhecimento” (EINSTEIN, 1879-1955).

Em continuação, em relação às mudanças nos papéis do consumidor, os autores Richard e Wilson (2007) afirmam que parece ter havido uma mudança nas relações de poder no sistema de produção de turismo, com o papel do consumidor mudando de um mero receptor de produtos prontos para o mercado para o de coprodutor de experiências de turismo. Sendo assim, o pensamento de quem produz e presta serviço neste setor necessitou ser reorganizado, buscando sempre surpreender positivamente o visitante.

A inovação nos destinos turísticos exige novas estruturas administrativas e organizacionais alinhadas a uma nova forma de planejamento. Os interesses coletivos e a qualidade de vida das comunidades devem ser priorizados. A sociedade como um todo, moradores e empresas locais precisam ser envolvidas para participarem efetivamente do processo de construção coletiva do futuro que desejam para a região e, a partir dela, se beneficiarem do desenvolvimento do turismo.

Vale ressaltar que estes pensamentos estão diretamente alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), propostos pela ONU, que devem ser considerados e implementados pelas cidades com o título de cidades criativas.

2.1 Plano de turismo criativo de Brasília 2016-2019

Segundo o Plano de Turismo Criativo de Brasília (BRASIL, 2016), alguns países, tais como: Portugal, Alemanha, Austrália, Inglaterra, Estados Unidos, Tailândia e Holanda, possuem cidades-referência no turismo criativo. No que se refere ao Brasil, a primeira cidade a organizar um plano de turismo, voltado para esse segmento, foi a de Porto Alegre, em 2013. A cidade de Brasília já havia se candidatado à rede de cidades criativas, na categoria música, porém sem sucesso. Em 2015, após a realização de pesquisas, pensou-se em mudar o foco e investir na categoria *design*, por tudo o que Brasília significa no âmbito da arquitetura.

A formulação do Plano de Turismo Criativo para Brasília foi realizada pela Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e a Escola de Criatividade, ocorrendo de forma compartilhada e dividido em nove etapas. Dentre elas, foram realizadas reuniões, contratação de empresa, oficinas, realização de evento, visitas técnicas e, por fim, a apresentação do plano ao Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal e divulgação à comunidade.

O Plano apresenta como objetivos específicos: (1) despertar o interesse dos gestores, setores e segmentos da cadeia produtiva do turismo para a importância do

turismo criativo, como forma de diversificar a oferta dos produtos e serviços de Brasília; (2) fomentar oportunidades de negócios criativos junto aos empreendedores da cadeia produtiva do turismo; (3) produzir dados, disseminar informações e mobilizar os empreendedores para a formalização de setores “criativos”, de modo que se constituam redes de produtos e serviços da cadeia produtiva cooperada e dinâmica; e (4) criar condições técnicas e de promoção de roteiros autoguiados qualificados, facilitando o acesso dos portadores de necessidades especiais.

O Plano tem ainda como missão promover Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade, como destino turístico reconhecido pela excelência na qualidade de vida e pelos diferenciais associados à sua arquitetura moderna, diversidade cultural, criatividade, mobilidade e acessibilidade.

Para tanto, o plano foi dividido por eixos de atuação, sendo eles: gestão; promoção, *marketing* e comunicação; infraestrutura turística e produtos e serviços turísticos. Sendo que cada eixo possui seu objetivo específico, a relação das grandes ações para o período de 2016 a 2019, proposituras, os possíveis parceiros e o prazo para realização.

Por fim, foram idealizadas propostas de intervenções criativas na cidade de Brasília, que podem ser executadas por empreendedores com apoio público. Essas propostas são baseadas em espaços e ideias que se identificam com a cidade.

É necessário apontar que o plano também estabelece uma metodologia de avaliação e monitoramento das ações propostas, que deve ser realizada por um Grupo de Trabalho “Brasília Criativa” composta por técnicos, representantes da sociedade civil, do setor público, de universidades e de empresas.

3 Metodologia

O método utilizado na pesquisa foi qualitativo e que, para Bauer *et al.* (2007), é a interpretação das realidades sociais, nesse trabalho a realidade abordada foi a cidade de Brasília.

O estudo foi dividido em duas etapas, a primeira bibliográfica e documental, com conceitos e dados que sustentam e fundamentam a pesquisa, e a segunda, empírica, com realização de entrevista com a representante governamental da Subsecretaria de Turismo da cidade de Brasília que atuou no órgão de janeiro de 2015 a dezembro de 2018. Ressalta-se que com a mudança de governo, em janeiro de 2019, a maioria dos ocupantes de cargos desta subsecretaria foram alterados.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um

espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A partir dessa abordagem, foram utilizados procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da revisão de literatura, contemplando autores que investigam a temática de turismo criativo e redes de cidade criativas. Na pesquisa documental foi utilizado o Plano de Turismo Criativo do Distrito Federal como fonte de dados.

A coleta dos dados foi realizada através de entrevista, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), o objetivo principal é a obtenção de informações sobre determinado assunto.

Segundo Bogdan e Biklen (2010) “uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”.

Anderson e Kanuka (2003) colaboram quando consideram a entrevista como um método único no recolhimento de dados, por meio do qual o investigador reúne dados, através da comunicação entre indivíduos.

Utilizou-se um roteiro estruturado, contendo oito perguntas abertas, aplicado de forma presencial, por uma das autoras da pesquisa, à subsecretária de produtos e políticas de turismo da Secretaria Adjunta de Turismo do Distrito Federal. A entrevista foi efetuada utilizando um aplicativo de gravação de áudio (voz), e buscou levantar informações sobre o objeto de estudo, e responder ao objetivo da pesquisa, a fim de compreender Brasília como cidade *design*.

A entrevista foi estruturada com as seguintes perguntas: (1) Qual a participação da entrevistada no processo de Brasília como cidade criativa? (2) Após a inserção da cidade na rede de cidades criativas, haverá mudança no perfil do turista que visita a cidade? (3) Estima-se que surgirão novas atividades, empreendimentos e ambientes favoráveis ao turismo criativo na cidade, a Setur possui alguma iniciativa no sentido de monitorar o que for surgindo para relacionar a rede de cidades criativas? (4) A Setur planeja dar algum suporte aos novos empreendimentos relacionados ao turismo criativo de Brasília? (5) Atualmente, a infraestrutura turística de Brasília atende à demanda turística da cidade? (6) Como está sendo o planejamento de *marketing* para Brasília como cidade criativa?

4 Discussão e análise dos resultados

O roteiro de perguntas previamente organizado foi aplicado, pessoalmente, por uma das autoras da pesquisa, em novembro de 2017, à Caetana Franarin, turismóloga

e então subsecretária de Produtos e políticas de Turismo, da Secretaria Adjunta de Turismo do Distrito Federal. A transcrição da entrevista foi realizada separadamente, conforme a realização das perguntas e com o foco no objeto pesquisado.

Inicialmente, a subsecretária explica como funciona o processo de submissão das cidades na rede de cidades criativas, e complementa dizendo que foi realizado um amplo estudo para definição da categoria adequada à candidatura de Brasília, sendo definida a categoria de *design* e arquitetura, para a candidatura da cidade.

A entrevistada também ressalta que, após duas candidaturas não sucedidas, a cidade fica por um período impedida de se submeter, ela acredita que somente fazer parte da rede não mudará o perfil do turista, porém, com a implantação dos projetos propostos no dossiê de candidatura, a tendência é essa. Para tanto, será realizada, anualmente, uma pesquisa de perfil do turista, verificando o alinhamento do visitante com o título da cidade criativa.

Primeiramente, perguntou-se à entrevistada se acreditava que, após a inserção de Brasília na rede de cidades criativas, haverá uma mudança no perfil do turista que visita à cidade.

Na resposta observa-se o empenho da atual gestão em conseguir incluir Brasília no rol de cidades criativas, como também a importância de se manter um estudo do perfil do turista, que não mudará somente com a conquista do título, mas com a implementação dos projetos do plano.

Ao ser questionada sobre a estimativa de surgimento na cidade de novos empreendimentos, atividades em ambientes favoráveis ao turismo criativo e se a secretaria possui alguma organização, no sentido de monitorar e avaliar essas novas iniciativas, respondeu que o plano foi lançado no final de 2016, e uma empresa foi contratada para realizar esse monitoramento dos novos empreendimentos. Ressaltou a dificuldade em convencer os governantes de investirem em pesquisa, com objetivo de estudar o turismo na cidade. O resultado da pesquisa geralmente tem maior significado para as empresas e para quem trabalha com política públicas.

A entrevistada demonstra uma preocupação com a política de investimentos públicos, afirmando que [...] *é de conhecimento geral que atividades econômicas precisam ser alicerçadas por pesquisas com o objetivo de dar um norte para os gestores e empresários atuantes no trade.*

Quando questionada sobre o suporte que estão planejando oferecer aos novos empreendimentos criativos, a entrevistada coloca que:

Foi criado o projeto Território criativo, instalado na Biblioteca Nacional de Brasília, com 4 vertentes de atuação na área da criatividade, sendo que entre elas estão design de produtos e design de destinos. E também foi lançado edital em parceria com a secretaria de cultura para que as empresas

criem roteiros, rotas turísticas autênticas, trabalhando com turismo de experiência, consolidando produtos por meio de um olhar diferenciado em relação à cidade, apresentando alternativas para o turista conhecer o design, a arquitetura e o urbanismo da cidade.

Percebe-se, inicialmente, que existe um movimento para fomentar novos empreendimentos, voltados para o turismo criativo. Ao ser indagada sobre como estão sendo planejados os investimentos e as intervenções criativas propostas no plano e os prazos do governo para início, a subsecretária explicou que o “Legoland”, “Museu a céu aberto” e demais propostas do plano foram sugeridas para a iniciativa privada. O governo forneceu *inputs* de projetos que podem ser apoiados pelo governo, porém com aporte financeiro da iniciativa privada. O que está pactuado pelo governo são os eixos de gestão; promoção, *marketing* e comunicação; infraestrutura turística; produtos e serviços turísticos. O museu a céu aberto já possui interesse privado e talvez possa ser realizado até o fim desta gestão, os demais dependem de interesse privado.

Esta explicação esclarece a divisão de atribuições, constantes no plano, sendo importante ressaltar que, no setor de turismo, a parceria público-privada deve ser sempre incentivada, para que todos saiam ganhando.

Em relação à infraestrutura turística, perguntou-se quais são as principais iniciativas necessárias para desenvolver Brasília como cidade criativa. A entrevistada explica que alguns equipamentos turísticos da cidade, como museus, teatros, entre outros, não estão a cargo da Subsecretaria do Turismo, mas da Secretaria de Cultura; dessa forma, alguns editais estão sendo lançados para reforma de alguns equipamentos como o teatro nacional de Brasília, espaço cultural Renato Russo, museu nacional, museu do catetinho, sendo que, nos dois últimos, serão implementados o *design* de serviços, ou seja, estruturar o equipamento de uma forma lógica, estabelecendo um fluxo para que o turista conheça e possa desfrutar de todo o potencial dos equipamentos.

A questão anterior indica uma das vulnerabilidades do setor de turismo de Brasília; a gestão dos principais equipamentos turísticos da cidade deveria ser feita pelo órgão responsável pelo turismo, o que atualmente não ocorre, e remete à necessidade de reflexão sobre o assunto.

Foi questionado como está sendo o planejamento de *marketing* de Brasília, como cidade criativa, segue resposta na íntegra:

O projeto Marca Brasília foi elaborado pela Câmara de Turismo e Hospitalidade de Brasília, existe um projeto de aplicação da marca em Brasília e no Exterior, porém inicialmente em Brasília, conforme destaca a entrevistada muitos residentes não conhecem os pontos turísticos da

cidade, os seus monumentos tombados com obras artísticas conhecidas internacionalmente. A entrevistada relaciona o desinteresse dos cidadãos com a desigualdade social existente na cidade. Com intuito de minimizar essa realidade, incluir e gerar o sentimento de pertencimento da população em relação à cidade foram criados os projetos “Design for all” e “Turismo cívico”; tais projetos visam estimular o interesse pelos atrativos turísticos da cidade, onde todos possam usufruir do espaço de design, que é a área tombada. Outra ação realizada ocorreu em dezembro de 2017, na torre de TV, onde foi realizado um coquetel em comemoração à entrada de Brasília na rede de cidades criativas, uma forma de divulgar e apresentar o plano à sociedade.

Outra questão ressaltada em vários momentos da entrevista foi a importância da parceria entre o governo e a iniciativa privada, *assim que trabalham os grandes destinos no mundo*, diz a entrevistada. Em especial no que se refere à implementação de projetos e ações de *marketing*.

Por último, perguntou-se a previsão de futuros investimentos públicos para o setor de turismo, e a entrevistada relatou que *existe um cronograma de investimentos, onde para 2018 já está garantido o montante de um milhão de reais que foram pactuados com a UNESCO*.

5 Considerações finais

Destinos e organizações turísticas em função da concorrência, ou de um perfil específico de consumidor, estão em busca de um diferencial. Dessa forma, observa-se como tendência a criação de produtos e ou atividades que promovam uma experiência particular para quem o vivencia, em sua maioria são experiências participativas, que estimulam a interação entre turistas e residentes, transformando a atividade turística em algo memorável.

Com base nas definições apresentadas, o turismo criativo pode ser adequado e aplicado a todo tipo de segmento, propondo atividades turísticas diferenciadas, buscando um novo olhar sobre os destinos turísticos, identificando potenciais, tanto no que se refere à infraestrutura, patrimônio, artes, natureza, cultura, gastronomia, entre outras riquezas, muitas vezes escondidas ou somente conhecidas por quem habita determinado local. Verifica-se uma crescente variedade de produtos turísticos disponíveis no mercado, porém, a quantidade não significa necessariamente que o turista esteja disposto a consumir o que é apresentado. Logo, percebe-se que o foco precisa ser reorientado e, muitas vezes, o direcionamento criativo dos produtos traduz uma inteligente escolha para as cidades turísticas.

O termo “criativo” se mostra no meio acadêmico e político como uma forma atraente de ser desenvolvida a atividade turística, porém é preciso estar atento à

“utilização” do termo, em especial pelos gestores políticos. A expressão “turismo criativo” não deve ser usada como etiqueta de promoção do destino. Tais políticas aumentam os perigos de uma abordagem de imagem e liderança (Evans, 2003), que pode exacerbar problemas de “reprodução em série” (RICHARDS; WILSON, 2007).

A pesquisa demonstrou, através da revisão documental a respeito da rede de cidades criativas da UNESCO, como também da entrevista realizada, com a subsecretária de Produtos e Políticas de Turismo, que o título de cidade criativa é uma conquista para o setor de turismo da cidade. Brasília, por ser capital do Brasil, é marcada em especial pela mídia, como cidade política, ou seja, um local de trabalho para os políticos de todos os estados do Brasil. Logo implantar a ideia de que a cidade é muito mais do que centenas de gabinetes de deputados e senadores e do presidente da República, com suas respectivas equipes de trabalho, é uma missão desafiadora. Brasília possui muitos atrativos turísticos, é reconhecidamente uma cidade tombada pelo seu patrimônio histórico-cultural; possui sua identidade, sua gastronomia, seus recursos culturais e naturais, com verdadeiras obras de arte distribuídas pela cidade. Sendo assim, o turismo criativo se apresenta para Brasília, para além de um segmento, mas como uma política de governo que agrega pontos fortes da cidade, à espera de uma maior observação.

Referências

- ANDERSON, T.; KANUKA, H. **e-Research: methods, strategies, and issues**. Boston MA: Allyn & Bacon, 2003.
- ASHTON, M. S. G.; TOMAZZONI, E.L.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo em cidades criativas e validação de novos destinos turísticos competitivos. *XI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa Pós-Graduação em Turismo*. 2014. [PDF]. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/100.pdf>.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 17-35.
- BAYCAN, T. *et al.* Creative and sustainable cities: a new perspective. In: GIRARD L. F. *et al.* (ed.). **Sustainable city and creativity: promoting creative urban initiatives**. Surrey, England: Ashgate, 2011. p. 3-12.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2010.
- BRANDÃO, F.; COSTA, C. Inovação em turismo: uma abordagem sistêmica e territorial. In: COSTA, C.; BRANDÃO, F.; COSTA, R.; BRENDA, Z. (ed.). **Produtos e competitividade do turismo na lusofonia**. Lisboa, Portugal: Escolar Editora, 2014. p. 69-90.
- BRASIL. **Plano de turismo criativo de Brasília**. Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do DF, Secretaria Adjunta de Turismo. Brasília, Brasil: SEBRAE/DF, Escola de Criatividade. 2016. 121p. Disponível em: <http://www.turismo.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Plano-de-Turismo-Criativo.pdf>.

- EUROPEAN TRAVEL Commission; World Tourism Organization. City tourism & Culture: the european experience, 2005. Disponível em: <http://81.47.175.201/stodomingo/attachments/article/122/CityTourismCulture.pdf>.
- EVANS, G. Hard-branding the cultural city – from Prado to Prada. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, n. 2, p. 417-440, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2427.00455>
- FILIFE, C. S. M. **Andanças do turismo criativo**, 2009. (Master's thesis, Universidade de Aveiro). Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/1727>.
- FLORIDA, R. **The rise of the creative class**. New York, EUA: Basic Books, 2012.
- FURTADO, G.; ALVES, S. Cidades criativas em Portugal e o papel da arquitetura: Mais uma estratégia a concertar. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 99, p. 125-140, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5137>.
- HALKIER, H.; KOZAK, M.; SVENSSON, B. Innovation and tourism destination development. **European Planning Studies**, v. 22, n. 8, p. 1547-1550, 2014. DOI: 10.1080/09654313.2013.784571.
- LANDRY, C. **Origens e futuros da cidade criativa**. São Paulo: Editora SESI-SP, 2013.
- LANDRY, C.; BIANCHINI, F. **The creative city**. London, England: Demos, 1995.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- RAYMOND, C. Creative tourism New Zealand: the practical challenges of developing creative tourism. In: RICHARDS, G.; WILSON, J. (ed.). **Tourism, creativity and development**. London, England: Routledge, 2007. p. 145-157.
- REIS, A. C. F. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo, Brazil: Itaú Cultural, 2008.
- REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.
- RICHARDS, G.; RAYMOND, C. Creative tourism. **ATLAS News**, n. 23, p. 16-20, 2000.
- RICHARDS, G.; WILSON, J. **Tourism development trajectories**. London, England: Routledge, 2007.
- UNITED NATIONS. **Creative Economy Report: a feasible development option**. 2010. [PDF]. Disponível em: http://unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf.
- UNITED NATIONS Educational, Scientific and Cultural Organization. **Creative cities network**. 2016. [PDF]. Disponível em: <https://fr.UNESCO.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/creative%20cities%20for%20web.pdf>.
- UNITED NATIONS Educational, Scientific and Cultural Organization. Creative Cities Network: creativity for sustainable urban development, 2018. Disponível em: https://en.UNESCO.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/UNESCO_uccn_en_2018.pdf.
- VISITBRITAIN. **Visitor attraction trends England 2006**. 2007. [PDF]. Disponível em: https://www.visitbritain.org/sites/default/files/vb-corporate/Documents-Library/documents/England-documents/annual_visits_to_visitor_attractions_survey_2006_-_final_report_tcm30-19642.pdf.
- VELOSO, M. Arte pública e cidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31., 2007, Caxambu MG. **Anais [...]** Caxambu, MG, 2007.

Patrimônio cultural e desenvolvimento turístico: a evolução do turismo em Diamantina/MG/Brasil, após o título de Patrimônio Cultural da Humanidade

Evandro Moreira*
Elcione Luciana da Silva**

Resumo: Diamantina está situada em Minas Gerais/Brasil e teve fundação intrinsecamente ligada à exploração de pedras preciosas, especialmente o diamante. Após a decadência de pedras preciosas no século XIX, a cidade se isolou em relação aos principais centros urbanos e, conseqüentemente, conseguiu preservar grande parte do seu casario colonial e de suas manifestações culturais. Em 1938, o conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, ano de 1999, Diamantina recebe da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) o reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade. Diamantina passa a fazer parte de uma seleta lista de bens de importância para todos os povos. Desta forma ampliou a visibilidade da cidade, atraindo cada vez mais pessoas para a região, permitindo assim o desenvolvimento do turismo cultural. A proposta desta pesquisa é estudar a relação entre patrimônio e turismo, buscando avaliar o desenvolvimento turístico após a obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, evidenciando algumas ações da gestão pública e de melhorias dos equipamentos turísticos. Na metodologia proposta, foram utilizados documentos de instituições públicas, pesquisas bibliográficas relacionadas ao turismo, patrimônio e desenvolvimento, além de análises de dados adquiridos nas instituições ligadas ao turismo e finanças na cidade.

Palavras-chave: Turismo cultural. Diamantina/MG, Brasil. Patrimônio Mundial. Desenvolvimento. Equipamentos turísticos.

Abstract: Diamantina is located in Minas Gerais / Brazil and the formation of the city is intrinsically linked to the exploration of precious stones, especially the diamond. After the decay of precious stones in the nineteenth century, the city isolated itself in relation to the main urban centers and consequently managed to preserve much of its colonial houses and its cultural manifestations. In 1938, the architectural ensemble of the Historic Center of the city was registered by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and in the year 1999, Diamantina receives from the United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) the recognition as Humanity's cultural heritage. From which it became part of a select list of important goods for all people. In this way it increased the visibility of the city, attracting more and more people to the region, thus allowing the development of cultural tourism. Therefore, the purpose of this research is to study the relationship between patrimony and tourism, having as a case study the city of Diamantina, seeking to evaluate tourism development after obtaining the title of Humanity's cultural heritage, evidencing improvements in of tourist equipment, actions and activities aimed at the public sector. In the methodology proposed, documents of institutions, bibliographical researches related to tourism, heritage and development were used, as well as analysis of data acquired in institutions linked to tourism in the city.

Keywords: Cultural Tourism. Diamantina/MG, Brazil. World Heritage. Development. Tourist equipment.

* Bacharel em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Realizou estágio na Coordenadoria de Patrimônio da cidade de Diamantina, Minas Gerais/ Brasil. Diamantina/Minas Gerais. *E-mail:* evandrolinz@hotmail.com

** Doutoranda em "Patrimônios alimentares: culturas e identidades", pela Universidade de Coimbra/PT. Mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG) e Bacharela em Turismo pela UFVJM. Trabalhou como coordenadora de Turismo da Secretaria de Turismo de Serro e na Coordenadoria de Patrimônio da Prefeitura de Diamantina. *E-mail:* elcioneluciana@yahoo.com.br

1 Introdução

Diamantina está situada no Alto do Jequitinhonha, na região nordeste do Estado de Minas Gerais, distante aproximadamente 300 km da capital Belo Horizonte. O surgimento da cidade está intrinsecamente ligado à exploração de pedras preciosas.

Após a decadência econômica da mineração no final do século XIX e a baixa no setor de comércio e serviços, a cidade se isolou em relação aos principais centros urbanos.

Apesar deste fato impactar o desenvolvimento local, permitiu com que a cidade preservasse grande parte do seu casario colonial e de suas manifestações culturais, fazendo dela uma cidade singular e um destino atraente. Com a decadência mineral, Diamantina busca novas alternativas econômicas e encontra no turismo possibilidades para o desenvolvimento local. Em 1997, Diamantina começa a campanha para a candidatura ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade, visando como um dos objetivos a exploração da atividade turística.

Apesar da importância do patrimônio para o turismo na cidade, os estudos sobre a influência do patrimônio para o desenvolvimento e a economia local, por meio do turismo, são escassos. O objetivo desta pesquisa foi estudar a relação entre patrimônio e turismo, buscando avaliar o desenvolvimento turístico na cidade de Diamantina, após a obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, evidenciando melhorias dos equipamentos turísticos e da gestão pública, bem como as oportunidades e os desafios advindos da relação turismo e patrimônio.

Para alcançar o objetivo procedemos a uma revisão bibliográfica que foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, *Patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local*, tratamos da relação do turismo e do patrimônio cultural, evidenciando a importância das discussões que envolvem o uso e a preservação do patrimônio pela atividade turística e como esta relação foi construída ao longo do tempo pelas recomendações internacionais. No segundo capítulo, *Diamantina: patrimônio da humanidade e desenvolvimento local pelo turismo*, dedicamos ao estudo do desenvolvimento econômico da cidade desde suas fases áureas até a decadência mineral e depois o turismo como mais uma atividade econômica e de valorização do patrimônio. Por fim, no capítulo *Patrimônio e desenvolvimento do turismo: gestão pública e resultado da análise da pesquisa dos atuais equipamentos turísticos em Diamantina*, apresentamos dados que demonstraram um crescimento significativo dos serviços ligados ao turismo, após a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade e que exemplifica, como sítios preservados podem exercer influência na motivação para o turismo e contribuir com o desenvolvimento local, por meio desta atividade. Será apresentada ainda análise SWOT, cujos resultados contribuíram para

identificarmos as oportunidades advindas com o título de patrimônio mundial e quais ameaças e desafios podem surgir, durante o percurso “matrimonial” entre o turismo e patrimônio.

Foram utilizadas referências bibliográficas ligadas a temas: turismo, patrimônio, preservação, equipamentos turísticos e desenvolvimento local. As referências utilizadas para este trabalho foram: trabalhos acadêmicos, publicações em *sites* oficiais ligados ao turismo e ao patrimônio como: Ministério do Turismo (MTUR); Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Prefeitura Municipal de Diamantina, Fundação Getúlio Vargas (FGV); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Instituto da Estrada Real,¹ Agência de Desenvolvimento Regional de Turismo do Circuito Turístico dos Diamantes, dentre outros.

Além de pesquisa em documentação associada ao turismo e patrimônio na cidade, para chegarmos a este número de empreendimentos surgidos depois da obtenção do título, realizamos levantamentos de dados juntos as instituições ligadas ao turismo e que contribuíram para compreendermos como ocorreu a evolução dos equipamentos turísticos em Diamantina, conforme objetivo da pesquisa. Estes dados foram adquiridos nas seguintes instituições: dados do turismo do município contidos no Inventário da Oferta Turística (INVTUR); levantamento de dados do setor de Cadastro e Fiscalização da Prefeitura de Diamantina, sobre a implantação de empreendimentos ligados diretamente ou indiretamente ao turismo; dados da Associação Diamantinense das Empresas Ligadas ao Turismo (Adeltur) e outros.

2 O patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local

O turismo é um dos principais setores econômicos do mundo e se apresenta como uma das mais importantes fontes de renda, emprego, exportações e impostos (FARID, 2015). A atividade tem evoluído substancialmente ao longo do tempo, notadamente a partir do século XX. O turismo foi considerado importante elemento para a saída da crise de 2012, devido ao seu impacto na economia, no PIB mundial, nas taxas de emprego, nas exportações e movimentações de turistas. A atividade turística é geradora de trabalho e renda e tem uma estimativa para que, em 2020, ultrapasse os 1,4 bilhões de turistas em nível mundial, o que irá impactar de forma direta e indireta os setores ligados ao turismo (OMT, 2013).

O turismo é uma atividade de grande impacto na sociedade nos diversos aspectos: sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Cresce a cada dia

¹ Instituto da Estrada Real – Não possui mais sede no município de Diamantina desde 2013.

expandindo os serviços turísticos e impacta em todas as áreas, promovendo e contribuindo para a oferta de serviços turísticos, preservação de atrativos culturais, geração de trabalho e renda, etc. De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001), o desenvolvimento do turismo pode ser planejado, a fim de se utilizar dos recursos existentes para gerar benefícios e qualidade de vida aos moradores, bem como de preservar os recursos, e valorizar a cultura local já existente.

Em nível internacional, instituições como as Nações Unidas já recomendavam maior atenção ao setor do turismo como forma de se reforçar a política de crescimento econômico nos países em desenvolvimento, considerando que esta atividade estimula investimentos e pode promover uma melhoria na qualidade de vida das populações. A “aquisição de moeda estrangeira, é uma fonte de criação de emprego, estimula a mobilidade social e a requalificação de profissionais para as necessidades de serviços derivados do turismo” (1967, p. 80 *apud* NETTO; SCÓTOLO, 2015, p. 3).

A relação entre turismo e patrimônio não é recente. Segundo Camargo (2002), o conceito de patrimônio nasce na Revolução Francesa, por razões práticas e ajustado à ideologia do Estado Nacional, que teve como intuito evitar destruições dos bens existentes. Os bens patrimoniais construídos e os objetos existentes para uma finalidade específica foram recriados, dando-lhes destinações de usos focadas no turismo que, assim, surge intrinsecamente ligado ao patrimônio (CAMARGO, 2002, p. 2).

Apesar de a Revolução Francesa, ocorrida no século XVIII, ter contribuído para uma reflexão maior em relação à preservação dos bens coletivos, foi somente no século XX que foram iniciadas ações efetivas e políticas de preservação em prol de benefícios para a cultura e conservação dos objetos de interesse histórico e artístico.

No Brasil, muitas destas políticas foram orientadas de acordo com as recomendações internacionais, como as Normas de Quito e a Carta de Turismo Cultural.

Dentre as cartas citadas, as normas de Quito² tratam da conservação e utilização com finalidades turísticas de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico e uso para promoção do turismo para apoiar a consciência da importância do patrimônio.

Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam não se comprometem ao vincularmos ao uso turístico e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a crescente fluência de visitantes que contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais (IPHAN, 1967, p. 6).

² “Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico” (IPHAN, 1967, p. 1).

Já a Carta de Turismo Cultural (1976) salienta a necessidade de se promoverem os meios para salvaguarda do patrimônio e garantir a conservação, o realce e a apreciação dos monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do patrimônio da humanidade. Esta mesma carta faz importantes relações entre patrimônio e turismo, ao ressaltar que o turismo exerce uma importante influência no campo dos monumentos e sítios (IPHAN, 1967).

Em 1976, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) já indicava que a proteção do Patrimônio Cultural era a verdadeira base do turismo internacional e que influenciava de uma forma extraordinariamente forte as atividades turísticas, não podendo, devido aos grandes índices adquiridos, desvincular desenvolvimento do turismo cultural (IPHAN, 1976).

Ainda sobre os benefícios advindos desta relação, Van der Aa (2005) reforça que os países podem se beneficiar dos títulos de Patrimônio Mundial, ao sinalizar a qualidade de seus atributos culturais e naturais, atraindo ainda mais recursos para a proteção do patrimônio ou a comercialização de seus patrimônios mundiais como destinos turísticos.

Ainda de acordo com Richards (2001) ao qualificar o turismo como cultural, confere-lhe atributos da cultura, negando a ameaça de destruição e legitimando o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo que a atividade turística valoriza o patrimônio, esta contribui para atrair pessoas para os sítios preservados, incentivando investimentos como a criação de serviços e melhorias nos equipamentos turísticos.

Além disso, o turismo induz os processos de revalorização de recursos locais, beneficiando tanto turistas como moradores, ao criar numa localidade, produtos e serviços para que os turistas usufruam e deixem no destino alguma renda, exigindo, com isso, mais mão de obra, mais fornecedores, num evento multiplicador que contribui para o desenvolvimento econômico local.

Segundo Richards e Munsters (2010), a atratividade de uma cidade preservada não depende somente da oferta cultural que possui, mas de outros equipamentos como facilidades e serviços turísticos (informações turísticas, agências de viagens, operadores turísticos); infraestrutura de alojamento e de restaurantes; lojas de *souvenirs*; bancos; infraestrutura de transporte (MUNSTERS, 2005). Outra autora que corrobora a análise, Shishmanova (2016), destaca a necessidade de dar prioridade ao “tecido” da cidade que, para a autora, se trata de “emaranhado” de diferentes atividades e funções, de diferentes usos de uma cidade, já que todo o tipo de turismo envolve o consumo de experiências, produtos e recursos.

Sendo assim, o acesso de turistas a recursos naturais e culturais precisa ser facilitado por meio do desenvolvimento de produtos turísticos, e infraestruturas como transporte, fornecedores de viagens e programas de interpretação (BROOKS, 2011).

O conjunto arquitetônico de Diamantina, cidade Patrimônio da Humanidade, se apresenta como a principal motivação para visitação turística, conforme pesquisas realizadas por Felicidade e Silva (2017). Entretanto, é importante compreender o valor do patrimônio para a cidade e como este se reflete na motivação turística e na criação de novos empreendimentos e serviços turísticos.

O conjunto arquitetônico da cidade de Diamantina foi tombado como Patrimônio Histórico do Brasil em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passando a ter um desafio constante de transformar a herança do diamante em um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social, tendo o turismo como sua base. Este instrumento proposto (tombamento) pelo IPHAN norteou as ações de proteção do patrimônio de Diamantina, principalmente, como uma contribuição para o sucesso na obtenção do título de patrimônio mundial.

Em geral, percebemos que as discussões referentes ao patrimônio e turismo vêm ganhando destaque no cenário atual em muitos lugares, como o caso de Diamantina. Os sítios protegidos têm utilizado o seu poder cultural e simbólico, a fim de desenvolver a atividade turística e desta forma promover a ligação entre os povos e as culturas, bem como se beneficiar dos impactos econômicos do turismo.

O patrimônio tem papel fundamental na continuidade histórica dos povos, através de sua identidade cultural, pois ele estabelece parâmetros de conexão com outras identidades. O turismo, por sua vez, deve ser visto não simplesmente como uma possibilidade de exploração do patrimônio cultural, mas como um elemento de valorização da cultura, por meio da conexão entre o patrimônio e a humanidade.

Segundo o Ministério do Turismo (2008), a diversidade cultural brasileira faz com que este segmento se destaque como uma das principais características do patrimônio do País. Sua riqueza tem sido explorada pelo turismo, oportunizando o constante surgimento de novos produtos turísticos. Em contrapartida, ao promover, induzir, “explorar”, valorizar e divulgar a cultura, o turismo cultural contribui para sua preservação.

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2008, p. 16).

Afirma Silva (2014) que o turismo cultural tem a capacidade de gerar não apenas renda para um determinado local, mas, sobretudo, fomentar o conhecimento e

promover o desenvolvimento regional. A primeira ação se dá por meio da interpretação do patrimônio e das trocas de experiência entre a comunidade local e o visitante. A segunda, através das transformações dos espaços urbanos e regionais. Desta forma, o turismo cultural cria oportunidades de investimento na infraestrutura turística, contribuindo para o desenvolvimento local.

Diversas pesquisas buscam estudar quais os benefícios positivos advindos da relação entre o patrimônio e o turismo. Entretanto, é importante sabermos como estes benefícios se refletem em oportunidades para os sítios protegidos, no que se refere aos impactos econômicos, geração de renda, expansão de empreendimentos e serviços turísticos e na criação de novos postos de trabalho.

No caso de Diamantina, apesar de percebermos que o turismo trouxe melhorias para a cidade e o patrimônio trouxe este turismo, não existiam pesquisas que mensurassem qual era a real contribuição do turismo para o crescimento dos equipamentos turísticos. Portanto, propomos um estudo que considerasse a trajetória econômica da cidade que desde a sua fundação se voltava para a mineração e que com a decadência mineral, precisou se organizar e aproveitar o seu patrimônio de forma mais sustentável. Evidenciaremos ainda como a outorga do título de Patrimônio Cultural da Humanidade pode contribuir para que o turismo possa se tornar uma das alternativas para o desenvolvimento local.

3 Diamantina: patrimônio da humanidade e desenvolvimento local pelo turismo

A formação do arraial do Tijuco (Diamantina) teve origem nas expedições de bandeirantes e exploração de pedras preciosas por volta de 1713. Esta região adquiriu fama no Exterior devido à grande quantidade e qualidade de diamantes, atraindo diversos estrangeiros e aventureiros que buscavam enriquecimento rápido.

Segundo Martins (2000), no início do século XVIII, as pedras eram utilizadas pela população para marcar jogos, pois ainda não reconhecia o seu alto valor. Relata ainda que o governador D. Lourenço de Almeida se aproveitou do desconhecimento dos mineradores para acumular grande tesouro em diamantes. Com o decorrer do tempo, a notícia se espalhou pela Colônia sobre a importância do achado dessas pedras e chegou às grandes metrópoles.

Em 1730, a Coroa promulgou o primeiro regimento para os diamantes, que declarava estas gemas como propriedade real. Permitiu-se a qualquer pessoa a pesquisa de diamantes, estabelecendo-se o regime de capitação: sobre cada escravo empregado neste trabalho, pagava-se um imposto de cinco mil réis. Além disso, a exportação de diamantes para a Europa somente poderia ser feita em navios portugueses, e cada pedra pagaria frete correspondente a 1% de seu valor. [...] Entre 1734 e 1739, o Governo

português suspendeu a exploração das lavras diamantíferas (MARTINS, 2000, p. 282).

De acordo com Martins (2000), em meados de 1739 foi retomada a mineração de diamantes, sob o regime dos contratadores. Os contratadores decidiam como iria ser o processo de exploração das pedras. O autor diz ainda que os garimpeiros arrematavam o direito de minerar os diamantes e os contratadores, em contrapartida, cobravam certos impostos, ficando vedada a qualquer pessoa, que não possuísse o direito, a possibilidade de manter lavras ou garimpos nas terras do Distrito Diamantino. “O acesso à região era franco, porém, em 1745, a Coroa portuguesa baixou proibição de livre entrada na região do Tijuco, visando a combater o contrabando das pedras preciosas” (MARTINS, 2000, p. 282).

De acordo com Gonçalves (2010), no plano econômico no século XVIII, além dos diamantes, as demandas por outros serviços, como a produção de alimentos vindo das lavouras, era fundamental para atender às necessidades das famílias que iam chegando para habitar a região. Ressalta ainda que, nesse mesmo período, no Distrito Diamantino, as terras e córregos vizinhos produziram ouro em abundância. Surgem as atividades agrícolas para abastecer um intenso comércio, que girava no seu entorno. Já no século XIX, a atividade mineradora entrou em processo de contínua decadência, fazendo com que, em 1841, ocorresse extinção das lavras mineradoras.

Para Godinho (2016) e Gonçalves (2010), tentativas foram feitas para dinamizar a economia da região, surgindo um processo de industrialização local no final do século XIX, para tentar minimizar o efeito do esgotamento das pedras preciosas e atender ao grande número de pessoas que estavam chegando para habitar a região. Isto fez com que Diamantina vivesse um período de grande aumento do número de fábricas, o que de fato foi essencial para a economia local.

Segundo Gonçalves (2010), a cidade chegou a ser um importante centro têxtil do Estado, com as seguintes fábricas instaladas na região: Fábrica de Tecidos Biribiri (1876). Em Diamantina também houve incentivo para a criação de pequenas indústrias como a de lapidação de diamantes e de produção de vinho, dentre outras. Isto de fato reduziu o número de desempregados, possibilitando trabalho para muitas pessoas (GONÇALVES, 2010, p. 54).

Para Martins (2000), a crise do diamante impulsionou a cidade a se despertar para outros setores econômicos como forma de gerar renda e emprego. Segundo este autor, em Diamantina começaram a crescer outros setores de serviços como órgãos da administração pública e religiosos. A cidade tornou-se sede de Arquidiocese, criada em 1854, ampliando a influência de Diamantina sobre o norte mineiro. Foi importante ainda, para o desenvolvimento da cidade, a implantação das sedes do 3º Batalhão de

Polícia Militar, da Sub-Administração dos Correios, da Repartição Geral dos Telégrafos instaladas em 1905, e ainda das Coletorias Federal e Estadual, aumentando a oferta de serviços públicos.

De acordo com Gonçalves (2010), com o desenvolvimento da indústria, já se percebia que a cidade estava passando por um processo de grandes transformações, o que de fato iria transformá-la em um grande polo de funções administrativas e econômicas da microrregião do Alto Jequitinhonha. Alguns serviços públicos contribuíram para a evolução do município, tornando-se um polo indutor. Diamantina vai progressivamente se tornando uma referência no estado, em razão de sua expansão socioeconômica. Destacamos a chegada da ferrovia, de fábricas; as melhorias urbanas, a presença de órgãos públicos, escolas e hospitais. Além disso, a força de sua elite política, a riqueza do comércio da cidade eram sinais de que os moradores de Diamantina, na passagem do século XIX para o XX, consideravam auspiciosos. (MARTINS, 2000, p. 293).

Décadas mais tarde, conforme relatam Conceição e Fernandes (2007), com a baixa no setor comercial devido à escassez da mineração, Diamantina passa a vislumbrar o turismo como possibilidade de desenvolvimento econômico.

O turismo passa a ser uma alternativa, segundo a Associação Comercial de Diamantina (2016), quando o diamantinense, Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi eleito governador do Estado de Minas Gerais, no ano de 1950, e passa a ocupar cargos importantes na política nacional. Visando ao apoio do governador, os diamantinenses vislumbraram novas oportunidades e propõem a criação de um hotel de grande porte na cidade. Este assunto foi discutido em uma reunião da Associação Comercial de Diamantina, realizada em 21 de março de 1951.³

[...] Franca a palavra o Sr. Presidente declarou que em palestra com o Governador Juscelino Kubitschek que é de sua aspiração a construção de um hotel turístico nesta cidade, e que esta aspiração sempre foi debatida no seio de nossa Associação e que agora podemos contar certos com este que será uma verdade na boa vontade que demonstrou Juscelino. (ACID, 2016, p. 34).

Portanto, o turismo começa a se tornar uma possibilidade real para a cidade de Diamantina, que passava a vislumbrar a concretização do desejo de possuir um hotel capaz de abrir novos horizontes para esta atividade.

Antes do título de Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1999, Diamantina já possuía seu conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

³ Trecho da Ata da Reunião Ordinária da Diretoria da Associação Comercial de Diamantina, 1951.

Nacional (IPHAN) desde 1938. Segundo o IPHAN (2016), seu núcleo histórico encontrava-se bastante íntegro, sendo possível reconhecer os elementos arquitetônicos e estéticos de povoamento do século XVIII (Figura 1).

Figura 1 – Diamantina vista do Cruzeiro da Serra



Fonte: Monique Renne (2018).

Ainda segundo a Instituição, seu valioso acervo de construções do período colonial destaca as características singulares e representativas de um núcleo colonial português, em que, mesmo sendo construído em um território de diamantes, dentro do complexo geográfico da Serra do Espinhaço, não alterou a disposição do colonizador em reproduzir seus hábitos culturais de origem. Sendo uma das justificativas para que seu conjunto arquitetônico fosse tombado como Patrimônio do Brasil.

Diamantina possui uma diversidade de atributos culturais e naturais que motivam a visitação turística. Conforme pesquisas de demanda turística realizadas por Felicidade e Silva (2017) em monumentos históricos da cidade (contou com 154 respondentes), nota-se que a maioria dos turistas que visita a cidade busca sua cultura e arquitetura. Ainda segundo estas autoras, a cidade recebe majoritariamente turistas do próprio Estado de Minas Gerais, sendo que Belo Horizonte era o maior emissor, totalizando 23% dos entrevistados. E destacam outras cidades mineiras que obtiveram um percentual de 20% dos respondentes, seguido por Rio de Janeiro com 14% dos entrevistados.

A cidade possui uma forte ligação com a cultura africana, indígena e europeia que influenciou profundamente sua arquitetura. Dentre alguns, os monumentos religiosos construídos a partir do século XIX, estão: a Igreja de São Francisco de Assis (Figura 2); Igreja de Nossa Senhora das Mercês; Igreja de Nossa Senhora do Amparo; Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, uma das mais harmoniosas construções do conjunto de igrejas setecentistas de Diamantina; Igreja de Nossa Senhora do Carmo, uma das mais significativas da região; Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída entre 1771 e 1772 e com pinturas de José Soares de Araújo, um dos mais importantes pintores do período (Figura 5); a Igreja de Nossa Senhora da Luz, construção iniciada nos fins do século XVIII e que possui uma interessante história ligada ao cumprimento de uma promessa feita por uma portuguesa, Teresa de Jesus Perpétua Corte Real, por ter-se salvado do terremoto de Lisboa, em 1755 (Figura 3).

Figura 2 – Igreja São Francisco de Assis



Fonte: Viva Diamantina.

Figura 3 – Igreja Nossa Senhora da Luz



Fonte: Viva Diamantina.

Já a Igreja mais central, a Catedral de Santo Antônio, foi construída mais recentemente (1930 e 1940) e compõe parte do acervo paisagístico da cidade, tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Figura 4).

Figura 4 – Catedral Santo Antônio



Fonte: Portal Minas Gerais.

Além do rico patrimônio, a cidade é marcada pela musicalidade e que também foi um elemento forte que compôs a paisagem cultural diamantinense na sua candidatura. Segundo Guimarães (2006), nos dois anos seguintes, ao longo desta campanha que lutava pela inscrição de seus acervos arquitetônicos e culturais na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, o turismo cultural encontrou, na tradicional musicalidade diamantinense, uma de suas expressões mais criativas, citando o projeto Diamantina Musical, que se realiza com sucesso desde 2000, e constam “a Vesperata, o Circuito dos Corais, o Encontro Musical Lobo de Mesquita e o Encontro de Serestas” (GUIMARÃES, 2006, p. 50).

Personagens ilustres compõem parte da história e justifica o seu acervo cultural. Nomes de grande visibilidade como o da escrava forra Chica da Silva, que foi uma importante mulher negra da metade do séc. XVIII, que se casou com João Fernandes de Oliveira, um importante comendador de diamantes da época. (FELICIDADE; SILVA, 2017).

O processo de candidatura ao título, em nível mundial, ressaltou o interesse dos atores sociais locais em empreender um novo direcionamento econômico, voltado à atividade turística. Diante de um comércio enfraquecido, a cidade voltava novamente para suas raízes históricas e culturais, que poderia rendê-la novas perspectivas de desenvolvimento. As poucas alternativas de emprego também fizeram com que o turismo e seus benefícios econômicos surgissem como a alternativa mais apropriada para os empresários locais (GODINHO, 2016, p. 117).

A administração pública, juntamente com outros atores envolvidos com as ações de valorização do patrimônio na cidade, a partir do ano de 1997, passa a mobilizar os moradores da cidade e deflagra uma campanha para que a cidade recebesse o reconhecimento internacional. O processo durou cerca de dois anos e, com sucesso, Diamantina recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1999.

Os critérios de avaliação, relativos ao valor universal excepcional que justificou a escolha da cidade para compor a Lista de Conjuntos Declarados Patrimônio Mundial, estão baseados no critério II e IV de seleção de sítios pela UNESCO. Segundo o IPHAN (2015):

Critério (II): Diamantina mostra como os exploradores de território brasileiro, garimpeiros e representantes da Coroa foram capazes de adaptar o modelo europeu para o contexto da América do século XVIII, assim criando uma cultura que foi fiel as suas raízes e ainda completamente original.

Critério (IV): O conjunto Arquitetônico e urbanístico de Diamantina, perfeitamente integrado à paisagem selvagem, é um belo exemplo de espírito de aventura combinando com a busca pelo refinamento tão típico da natureza humana (IPHAN, 2015).

A partir daí, o turismo surge como elemento importante para a valorização do seu patrimônio, bem como possibilidade de desenvolvimento econômico local e muitas oportunidades advindas da relação turismo-patrimônio surgiram.

Diamantina passa a ser uma importante polaridade para a destinação de recursos turísticos e para a instalação de instituições relacionadas à atividade. Entretanto, o recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade fez com que seus moradores e autoridades locais percebessem a importância de se investir no desenvolvimento da infraestrutura, dos equipamentos e serviços voltados para o setor turístico, que até então eram precários naquele período em que a cidade havia sido tombada.

Conforme Guimarães (2006), desde 1997, Diamantina foi considerada pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), referência de turismo cultural para o País. Segundo a autora, o município ainda não tinha dados relevantes para apontar qual seria a real contribuição, mas era visível o peso da campanha e a outorga do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, com foco no crescimento socioeconômico para o destino.

Depois do título, foram feitos diversos investimentos ligados ao turismo no destino, bem como em cidades do seu entorno como forma de políticas de integração do turismo regional. A cidade se torna principal destino turístico do Circuito dos

Diamantes,⁴ que é constituído por outros treze municípios e torna-se sede da Associação Circuito Turístico dos Diamantes.

Em 2007, Diamantina foi escolhida pelo Ministério do Turismo para compor a lista dos 65 destinos indutores⁵ do turismo no Brasil. Segundo a Mtur (2008), esta posição foi adquirida principalmente pelo seu poder de atração, por ser patrimônio cultural da humanidade e pela infraestrutura presente. Este programa visa a contemplar as cidades com maior capacidade em gerar um fluxo internacional, como também evidencia esses destinos no cenário turístico nacional.

Nesta pesquisa, pudemos perceber a evolução e expansão que a infraestrutura turística e serviços em Diamantina obteve, se comparada com o período anterior ao título de patrimônio da humanidade. Tais investimentos foram feitos em estabelecimentos como: hotéis, restaurantes, agências de viagens, ambientes para lazer, farmácias, dentre outros que estão associados à atividade, seja de forma direta ou indireta. Após o título, Diamantina passou a ser sede da Agência de Desenvolvimento Regional de Turismo Circuito dos Diamantes, Instituto da Estrada Real, que posteriormente deixou de ter esta sede, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), etc. O que facilita a parceria destas instituições para desenvolver o turismo no município de forma integrada.

Segundo Bernardes *et al.* (2005), ocorreram vários investimentos relacionados ao acervo histórico. Estes, aliados a uma ampla divulgação na mídia pela UNESCO, Embratur, Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur), fizeram com que o fluxo de turistas aumentasse sensivelmente:

[...] Fora destes períodos a capacidade ociosa da rede hoteleira (incluindo pensões e pousadas) era muito alta. A partir de 2000, com os novos investimentos e o aumento do fluxo de turistas ao longo do ano, pode ter ocorrido na cidade um efeito multiplicador, gerando mais empregos e renda para a população local, visto que o turismo possui uma cadeia produtiva das mais extensas do setor econômico (BERNARDES *et al.*, 2005, p. 3-4).

O turismo por ser uma atividade socioeconômica tem contribuído bastante com o crescimento do emprego, seja de forma direta ou indireta. As empresas ligadas ao

⁴ O Circuito Turístico dos Diamantes tem como objetivo ordenar o turismo de acordo com a política de regionalização e descentralização adotada pelo governo do estado.

Fazem parte as cidades de Alvorada de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felício dos Santos, Gouveia, Monjolos, Presidente Kubitschek, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves e Serro.

⁵ “65 Destinos Indutores do desenvolvimento Turístico Regional – O projeto visa a monitorar e identificar a evolução dos setores de turismo, através de indicadores de competitividade, objetivando o desenvolvimento econômico do país” (BARBOSA, 2008, p. 17-18).

turismo, como o setor comercial e de serviços são importantes para a economia do município. É notável que Diamantina tenha se favorecido com o turismo e que a atividade vem gerando emprego e renda.

Para que o turismo possa se consolidar como uma alternativa econômica de um município, são necessários mais investimentos nos setores que estão ligados à atividade, como também qualificação dos profissionais que atuam diretamente na área. Diamantina, dentro desse contexto, encontrou alternativas em aproveitar o patrimônio histórico, cultural e artístico direcionado, captando investimentos para o setor de turismo. Diante deste cenário é perceptível a existência de investimentos que melhoraram a oferta e qualidade dos equipamentos turísticos e que trouxeram melhores condições para receber o turista.

A seguir, apresentaremos algumas ações desenvolvidas pela gestão pública, que foram importantes para a preservação do patrimônio. Evidenciaremos ainda quais melhorias ocorreram nos equipamentos turísticos depois da obtenção do título e, por meio de análise SWOT, evidenciaremos quais oportunidades e desafios têm se apresentado para Diamantina. Serão apresentados ainda dados levantados nas instituições ligadas direta ou indiretamente ao turismo, bem como em setores que geraram informações sobre a quantidade de empreendimentos turísticos criados antes e após o título de Patrimônio da Humanidade.

4 Patrimônio e desenvolvimento do turismo: gestão pública e resultado da análise da pesquisa dos equipamentos turísticos em Diamantina

O Patrimônio Mundial, mais do que compor um acervo notável, deve fazer com que seus bens, reconhecidos em nível mundial, possam contribuir para difundir conhecimentos, práticas de manutenção e preservação, de modo que os governos e as comunidades construam políticas públicas voltadas a todo o acervo, seja de interesse natural ou cultural (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 6).

Segundo as autoras, as cidades Patrimônio Mundial podem se beneficiar de várias formas. O reconhecimento e a valorização do patrimônio trazem benefícios sociais, educacionais e políticos; a qualidade dos ambientes urbanos e o valor dos imóveis preservados podem ser maiores nas áreas declaradas patrimônio, pois esses passam a atrair mais investimentos em conservação. Ainda segundo as autoras, no cenário atual as cidades competem globalmente por visibilidade e investimentos às áreas históricas, conferindo uma identidade mais forte e o título mundial aumenta sua projeção internacional.

Dentre os investimentos que ocorreram em Diamantina, acompanhados pela gestão pública municipal, cabe destacar a linha de financiamento do Programa

Monumenta,⁶ idealizado pelo Ministério da Cultura, em 1999 e com término em 2009. O Programa atuava na recuperação de monumentos privados e sítios históricos brasileiros. De acordo Rayel (2011), com atuação em 26 municípios, o Programa recebeu recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para revitalizar edificações históricas e investir na capacitação de agentes culturais para promoção da memória social nacional.

Em Diamantina, monumentos como Mercado Velho, Igreja de São Francisco, Cine Teatro, Sobrado do Intendente, Praça Barão de Guaicuí e Praça Monsenhor Neves foram as obras realizadas com recursos da Prefeitura Municipal e do BID, através do Programa Monumenta, além de obras em imóveis privados (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2015).

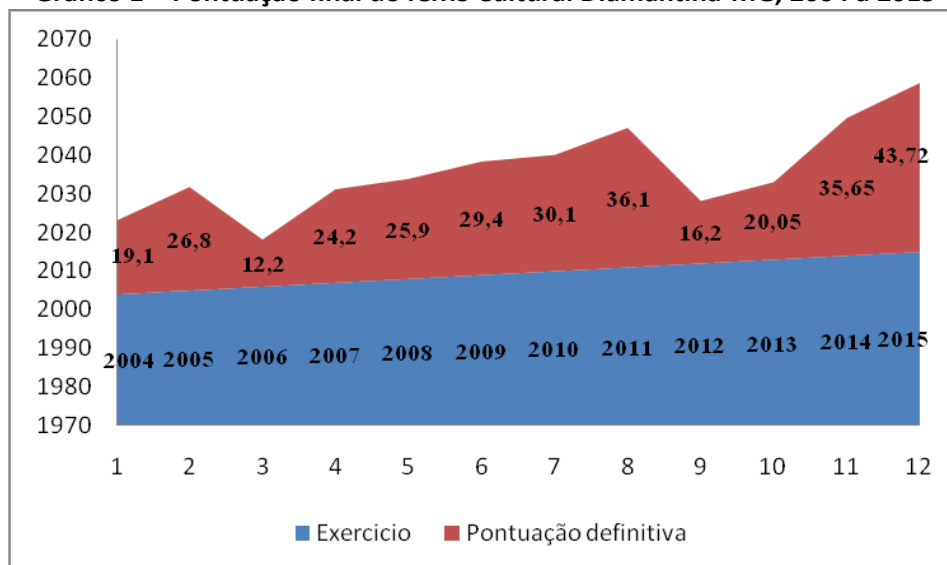
Outro investimento importante, segundo a Prefeitura Municipal de Diamantina (2015), foi o PAC Cidades Históricas, objetivando a revitalização de espaços públicos e a restauração de monumentos históricos que influenciam no turismo de forma direta.

Em se tratando de investimentos, a prefeitura desenvolve atividades voltadas ao patrimônio e que geram recursos ao município através do ICMS Cultural. Estes recursos são utilizados para a preservação e salvaguarda dos bens patrimoniais materiais e imateriais, através de tombamentos municipais, inventários e registros. Todas as ações desenvolvidas geram uma pontuação concedida pelo IEPHA que, de acordo com o ICMS do Estado e o número de cidades contempladas, beneficiará o município com recursos a serem destinados a novas ações.

No Gráfico 1, temos uma demonstração da política municipal de preservação do patrimônio, com o aumento da pontuação e, conseqüentemente, aumento do repasse para os investimentos na preservação. Com a criação do fundo, o recurso advindo do ICMS Cultural, repassado aos municípios por força da Lei Robin Hood, é destinado à conta específica do Fundo Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio de Diamantina. O valor arrecadado está diretamente ligado à existência e eficiente política municipal de preservação do patrimônio e reforçam que a cidade de Diamantina tem se preocupado com as ações de preservação que possam ao mesmo tempo preservar seus bens materiais e imateriais e fomentar o turismo.

⁶ O Programa Monumenta foi concebido, no final da década de 1990, com o objetivo de dinamizar o processo de preservação do patrimônio histórico dos núcleos urbanos sob proteção federal, por meio de uma atuação que integrasse desde a restauração de monumentos até a capacitação de mão de obra. Busca gerar condições de desenvolvimento local e garantir a manutenção e a continuidade das ações pelos próprios atores municipais (DIOGO, 2009, p. 18).

Gráfico 1 – Pontuação final do ICMS Cultural Diamantina-MG, 2004 a 2015



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do IEPHA (2016).

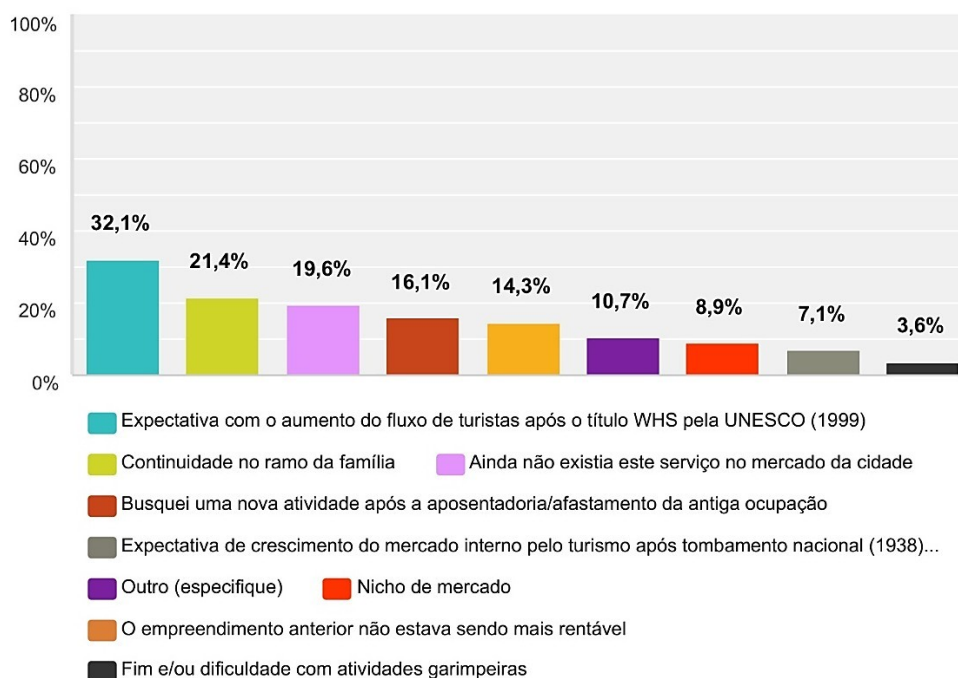
Todos os investimentos e ações são fundamentais à preservação do patrimônio, porém cabe destacar que tudo isto também gera um significativo valor agregado ao patrimônio, o que aumenta o custo de aluguéis para empreendimentos, tornando-os onerosos ao investidor e por vezes dificultando a sua continuidade.

O turismo é um dos grandes responsáveis diretos pelo crescimento de empreendimentos voltados para as atividades turísticas e se reflete indiretamente no crescimento do destino turístico de forma geral. Segundo Coriolano (2013), os serviços prestados são atividades funcionais que servem para dar suporte ao trabalho humano como: hotéis, restaurantes, agências de viagens, espaços para eventos, lojas de *souvenirs*, postos de gasolina, dentre outros que estão associados à atividade, seja de forma direta ou indireta.

É importante evidenciarmos que, muitas vezes, o próprio reconhecimento dos sítios, como Patrimônios Mundiais, pode ser um dos elementos motivadores para investimentos no destino e, desta forma, podem contribuir para a decisão ou não de abrir um empreendimento turístico nas cidades.

Segundo pesquisa realizada por Godinho (2016) sobre a motivação dos empresários ligados ao turismo para abertura de empreendimentos, grande parcela dos investimentos se deu em razão da obtenção dos títulos nacional e da humanidade pela cidade de Diamantina. Conforme Gráfico 2, 31% dos entrevistados alegaram que abriram a empresa devido às oportunidades de ganho financeiro com o aumento do fluxo turístico, após a obtenção do título.

Gráfico 2 – Motivação para a abertura do empreendimento



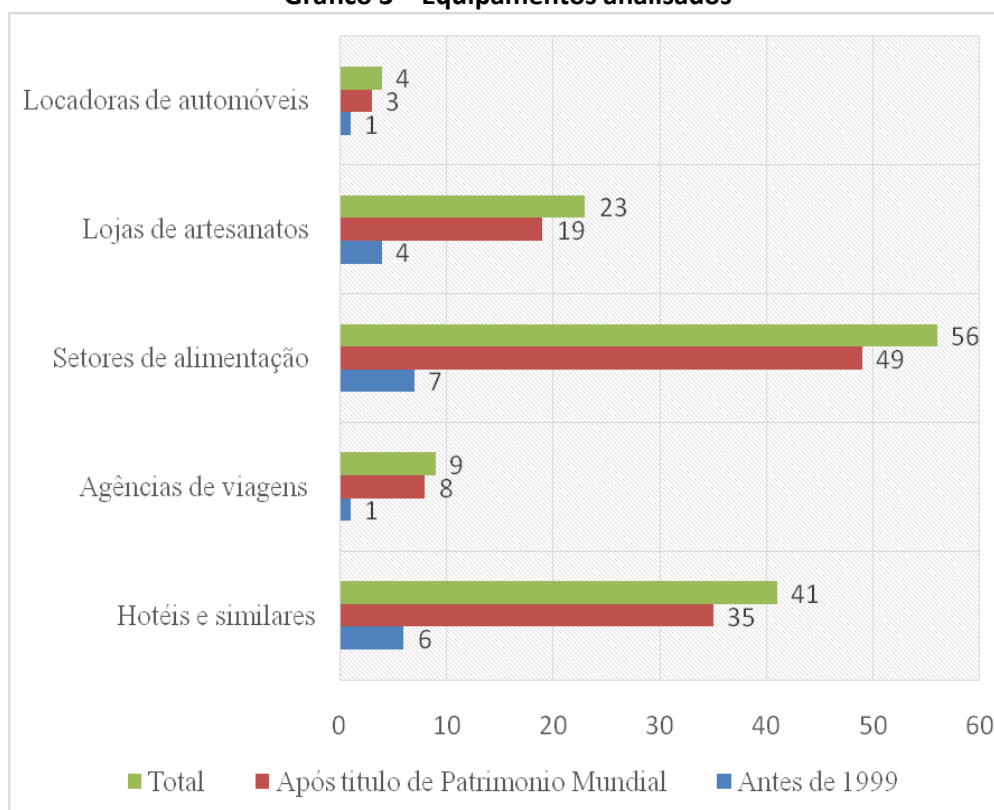
Fonte: Godinho (2016, p. 116).

Com o intuito de identificar as melhorias dos equipamentos turísticos direta ou indiretamente ligadas ao turismo em Diamantina, realizamos pesquisa em fontes primárias em dados do turismo do município, contidos no Inventário da Oferta Turística (INVTUR); dados do setor de Cadastro e Fiscalização da Prefeitura de Diamantina sobre a implantação de empreendimentos ligados ao turismo; dados da Associação Diamantinense das Empresas Ligadas ao Turismo (Adeltur) e outros. Estes dados tiveram uma abordagem quantitativa e contribuíram para as análises realizadas pelos autores. Os dados foram compilados através de gráficos, que demonstraram a situação atual dos diversos equipamentos ligados à atividade turística.

De acordo com inventário realizado, atualmente, Diamantina possui 41 opções de meios de hospedagem, uma casa de câmbio, nove agências de viagens (receptivo), nove postos de combustíveis, 56 meios de alimentação (cafés e restaurantes), quatro locadoras de automóveis, 23 lojas de *souvenirs*, 13 espaços para eventos.

Após este diagnóstico, realizamos uma comparação entre a quantidade de equipamentos e serviços turísticos existentes antes e após o título de patrimônio da humanidade, demonstrando um aumento considerável em serviços ligados ao turismo e básicos para a permanência do turista no destino (Conforme Gráfico 3).

Gráfico 3 – Equipamentos analisados



Fonte: Elaboração própria baseada nos documentos da Prefeitura Municipal de Diamantina (2016).

Um dos setores ligados ao turismo, que mais mereceu nossa atenção foi a hospedagem já que desempenha uma função importante no turismo e se apresenta como um serviço básico para garantir a permanência do turista. Por meio de pesquisa em diferentes fontes documentais (INVTUR, Prefeitura de Diamantina, ADELTUR), pudemos verificar um aumento dos meios de hospedagem. Antes da obtenção do título, a cidade possuía seis empresas ligadas ao turismo. Quando realizada a pesquisa, o destino já possuía 35 empreendimentos hoteleiros, portanto houve um aumento percentual de 583% no número de hotéis/pousadas na cidade de Diamantina, após o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

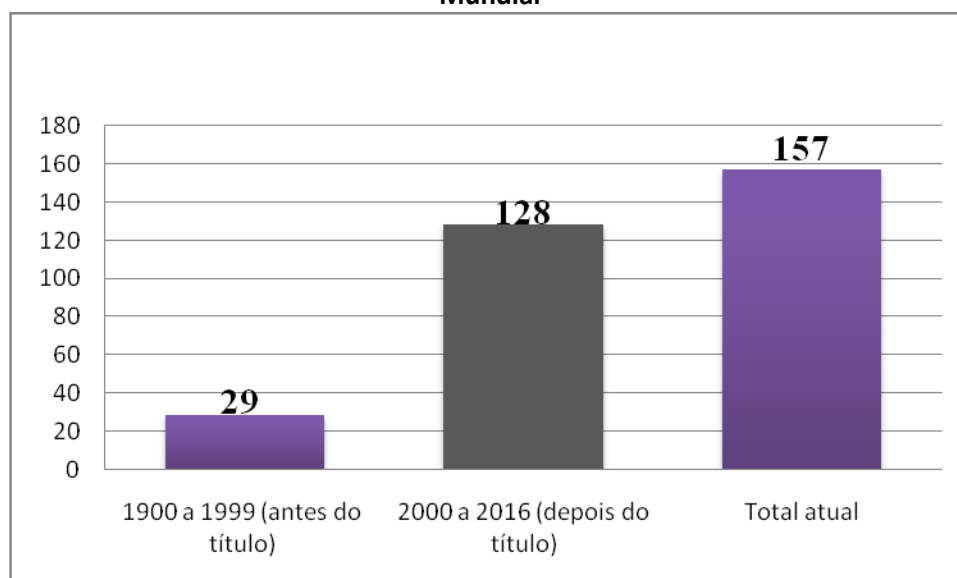
Outro segmento importante no turismo é o de alimentação fora do lar. No gráfico abaixo, podemos perceber um grande aumento. Se antes do título de patrimônio da Humanidade havia somente sete estabelecimentos, no período da pesquisa existiam 49. Portanto, este setor foi um dos que mais cresceu no município, juntamente com a hospedagem e agências de viagens. Aumento de 700% em relação ao período antes da concessão do título como Patrimônio da Humanidade.

Outros dados relevantes são referentes a outros serviços turísticos, como agências de Viagens e Receptivos, que cresceram cerca de 800% após o título. Este

dado reforça a existência de serviços que promovem os atrativos turísticos da cidade e comercializam os produtos e roteiros, tendo, obviamente, seu conjunto arquitetônico como destaque nesta promoção turística (Gráfico 3).

Outros números importantes foram em relação às Casas de Câmbio, que aumentaram 100%; aumento de 50% na quantidade de postos de combustível; as locadoras de veículos aumentaram 300%. As lojas de *souvenirs* e Similares, que também estão diretamente associados ao turismo, tiveram um crescimento de 475% e, por fim, espaços para a realização de eventos que tiveram um aumento de 333% nas últimas décadas. Desta forma, se fizermos uma análise global da quantidade de equipamentos turísticos pós-título de Patrimônio da Humanidade, perceberemos um aumento de 441% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Comparativo dos equipamentos turísticos antes e depois do título de Patrimônio Mundial



Fonte: Elaboração própria com base nos documentos da Prefeitura Municipal de Diamantina (2016).

Entretanto, é importante lembrar que outros investimentos ocorreram em Diamantina e que também contribuíram para o aumento de novos serviços e que servem de suporte ao turista, como restaurantes, postos de combustíveis, etc., e que foi possibilitada, com a criação e posterior expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a estadualização da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), dentre outras.

Por meio dos dados adquiridos foi possível observar um importante crescimento no número dos equipamentos turísticos diretamente ligados à atividade turística. Grande parte desses empreendimentos foram criados após a obtenção do título de

Patrimônio Mundial. Sabe-se que determinados investimentos impulsionam o desenvolvimento turístico e faz com que a atividade crie postos de trabalho e promova melhoria de vida da população. Para Diamantina estes investimentos foram fundamentais e possibilitaram conquistar maior destaque no cenário turístico nacional, demonstrando a importância de maiores estudos referentes à contribuição do patrimônio para o desenvolvimento local, por meio da atividade turística em sítios declarados Patrimônios Mundiais.

Com o intuito de detectar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças relacionadas ao título de Patrimônio da Humanidade e o desenvolvimento do turismo, procedemos a uma análise (SWOT) (Tabela 1).

Por meio da análise SWOT, podemos apontar desafios que se apresentam para a cidade de Diamantina, como necessidade de qualificação no atendimento ao turista, de acessibilidade de informações nos monumentos históricos, programas de educação patrimonial e melhor investimento em infraestrutura rodoviária, investimento em mão de obra qualificada, etc. Entretanto, as oportunidades se concentram na possibilidade de investimentos em nível federal, estadual para o desenvolvimento do turismo e preservação do patrimônio cultural, a existência de uma força institucional em diversas esferas, para lidar com os desafios, bem como oportunidades de projeção por meio das mídias sociais e televisivas e credibilidade que possibilitam e motivam a visitação turística e impulsionam o desenvolvimento econômico local.

Por meio deste estudo, podemos sugerir que após o título de patrimônio mundial, o turismo pôde contribuir para a valorização do patrimônio, ao mesmo tempo em que contribuiu para o desenvolvimento econômico local, por meio de investimentos, geração de renda e empregos em Diamantina. Importa destacar ainda que esta pesquisa, ao comparar a quantidade de equipamentos turísticos antes e após o título de Patrimônio da Humanidade, demonstra que os sítios preservados em nível mundial contam com um cenário de oportunidades para o desenvolvimento sociocultural e econômico por meio da atividade turística.

Tabela 1 – Análise SWOT associada ao Título de Patrimônio da Humanidade (1999) e o turismo

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
Presença de grupos culturais ligados à música, teatro, dança, artesanato, etc.	Tráfego intenso no centro histórico e dificuldade de mobilidade	Perda da identidade cultural	Atividades de conservação e monitoramento executadas por instituições locais
Infraestrutura (hotelaria, restaurantes, agências de viagens, aluguel de automóvel, centro de atendimento ao turista, loja de <i>souvenirs</i>)	Precária infraestrutura de transporte rodoviário e aéreo	Processos de aculturação	Um dos 65 destinos indutores de turismo no Brasil
Presença Univ Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (com cursos de turismo, história, etc.)	Baixa empregabilidade de mão de obra qualificada e trabalho informal	Sazonalidade turística	Criação de novos produtos e imagem turística (Cidade da Música, Patrimônio da Humanidade, etc.)
Presença de instituições públicas estaduais e federais ligadas a turismo, patrimônio, e ensino	Conflitos de interesses entre instituições públicas, privadas e sociedade civil	Pouca demanda de turistas estrangeiros	Maior competitividade em relação a outras cidades
Existência de importantes monumentos históricos e religiosos do período colonial	Falta de ferramentas de interpretação patrimonial e sinalização bilingue	Banalização da cultura pela atividade turística	Atração de eventos, congressos e convenções temáticas (médica, social, artística, acadêmica)
Monumentos abertos à visitação turística	Falta de envolvimento da comunidade turística na qualificação de seus produtos	Comércio informal	Presença na mídia e rede sociais (televisão, rádios, facebook, instagram, twitter)
Turismo cultural como motivacional para visitas	Falta de segurança em alguns atrativos naturais	Recursos insuficientes para investimento na oferta turística	Valorização da Seresta e manifestações culturais
Agenda cultural importante de eventos que contemplam festividades locais, estaduais e nacionais	Necessidade de um plano de interpretação patrimonial mais atraente para os monumentos e melhor acessibilidade	Crescimento urbano desordenado	Elevação da taxa de emprego
Investimentos públicos e privados em eventos culturais no município	Perda da identidade cultural e de manifestações culturais, substituída por tradições “inventadas” para o turista	Fragilidade de políticas de proteção ao patrimônio cultural no cenário brasileiro	Aumento de credibilidade ao destino
Existência de um sistema municipal de cultura e turismo	Falta de prioridades em relação ao fortalecimento e à valorização do patrimônio imaterial	Dificuldades de diversificação de produtos culturais associada à cidade	Fomento da economia
Sede da Associação dos Circuitos Turísticos dos Diamantes	Isolamento dos grandes centros urbanos	Destinos turísticos próximos com diversidade de atributos culturais e naturais, com maior poder de atração	Diversificação de atrativos para o turista
Destino indutor de turismo regional (MTUR)	Reduzido período de permanência do turista na cidade		Empregos para mão de obra qualificada
Existência de página promocional da região turística e dos roteiros turísticos regionais na internet	Ausência de caixas eletrônicos de autoatendimento disponíveis para saques com cartões de crédito internacionais no destino		

Fonte: Elaboração própria.

5 Considerações finais

O turismo é uma atividade dinâmica e capaz de impactar sensivelmente o lugar turístico em todos os seus aspectos (sociais, culturais, econômicos, ambientais, etc.), possibilitando que, através deste, os recursos turísticos antes não explorados possam ser aproveitados pelo turismo.

O aumento da atividade turística no destino cria a necessidade de se ampliarem os setores direta e indiretamente à atividade, exigindo a modernização e ampliação dos meios de hospedagem, restaurantes e similares, meios de transporte, acesso aos bens, postos de informação, hospitais, bancos e outros. Todos estes fatores influenciam diretamente no aumento de postos de trabalho e na movimentação do comércio, acrescentando ainda a circulação de dinheiro e, conseqüentemente, a renda da comunidade em geral.

A cidade de Diamantina viveu, em tempos idos, fases de economia pujante baseada na extração de ouro e diamantes, na indústria e no comércio. Entretanto, após a sua decadência, foi necessário encontrar novas alternativas econômicas, sendo que o turismo alinhado ao seu patrimônio preservado surge como possibilidade para o desenvolvimento.

Com o recebimento do título de Patrimônio da Humanidade, Diamantina passa a fazer parte de uma seleta lista de cidades que preservaram sítios históricos de relevância cultural para toda a humanidade. O turismo cultural passa a ser, portanto, uma possibilidade de desenvolvimento local e, neste momento, os atores locais se mostraram mais engajados e apoiaram não somente a candidatura ao título como também se envolveram nas ações de melhorias dos equipamentos turísticos e outros serviços.

Através de dados coletados nesta pesquisa, pudemos perceber uma significativa preocupação do Poder Público em atuar em prol do desenvolvimento local, aliada a uma política municipal de preservação do patrimônio, já que a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina há muito vem trabalhando no sentido de promover, juntamente com instituições parceiras, empresariado e comunidade em geral, ações fomentadoras da atividade turística. Vimos ainda que muitos benefícios e desafios se apresentam para a cidade, no que se refere à preservação do patrimônio e ao desenvolvimento do turismo. O título traz grande visibilidade e possibilidades de investimentos, mas também traz grande responsabilidade no sentido da gestão pública e parceiros idealizarem e executar uma política pública adequada e voltada para a preservação do patrimônio e o desenvolvimento do turismo.

Em termos de melhorias de equipamentos e serviços turísticos, apesar de poucos estudos acadêmicos que buscam esclarecer melhor a relação entre o desenvolvimento

do turismo e o patrimônio, podemos perceber, por meio dos dados, um crescimento real e significativo do número de equipamentos turísticos e isto nos leva a concluir que a atividade turística cresceu muito a partir do título e vem se mantendo até então. Portanto, reforçamos a importância do título como Patrimônio Mundial para esta ocorrência.

Em pesquisa realizada pelos autores, o número de hotéis e similares cresceu 583%; Casa de Câmbio 100%; Agências de Viagens e Receptivos 800%; Postos de Combustível 50%; Bares, Restaurantes e Lanchonetes 700%; Locadoras de Veículos 300%; Lojas de *Souvenirs* e similares 475%; Espaços para Eventos 333%. Desta forma, se fizermos um resumo global, os equipamentos turísticos analisados cresceram, a partir da obtenção do título, 441%.

Por meio dos dados adquiridos, é possível justificar que, com o aumento dos equipamentos e serviços turísticos, houve maior possibilidade de oferta de emprego em razão da abertura de novos postos de trabalho que, obviamente, surgiram com o aumento dos empreendimentos, sendo que o título de Patrimônio Cultural da Humanidade foi fator decisivo para que o turismo cultural se tornasse cada dia mais uma importante atividade socioeconômica para Diamantina.

Referências

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL e industrial de Diamantina (ACID). Disponível em: <http://acidcdl.com.br/home>. Acesso em: jan. 2019.

BARBOSA, L. G. M. **Índice de competitividade do turismo nacional – 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Ministério do Turismo. Brasília: DF, 2008.

BERNARDES, P.; COSTA, N. G.; MENDONÇA, M. P. de; SILVA, M. O. da. **Evolução do mercado de trabalho no turismo em Diamantina**: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local. Artigo financiado pelo Fundo de Incentivo a Pesquisa (FIP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. 2005. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A094.pdf. Acesso em: 2019.

BRASIL. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Ministério do Turismo Brasília: DF, 2008.

BRASIL. **Índice de competitividade do turismo nacional**. destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Ministério do Turismo. SEBRAE Nacional /Fundação Getúlio Vargas, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5764-diamantina-%C3%A9-premiada-pela-evolu%C3%A7%C3%A3o-empol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-relacionadas-ao-turismo,-revela-estudo.html>. Acesso em: abr. 2019.

BRASIL. **Turismo cultural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Coordenação geral de segmentação. Brasília: DF, 2008.

BROOKS, G. **Heritage as a driver for development its contribution to sustainable tourism in contemporary Society. Le patrimoine, moteur de développement**. ICOMOS. Paris, 2011. Disponível em: http://openarchive.icomos.org/1207/1/III-1-Article1_Brooks.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

CAMARGO, H. L. Patrimônio e turismo, uma longa relação: história, discurso e práticas. **Rev. eletrônica mestrado em administração; patrimônio: lazer e turismo**. Universidade Católica de Santos/SP 2002. Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigosdc19.html?cod=33>. Acesso em: mar. 2019.

CIRCUITO turístico dos diamantes. Disponível em: <http://circuitodosdiamantes.com.br/team/diamantina/>. Acesso em: mar. 2019.

CORIOLOANO, L. N. Lazer e turismo para o desenvolvimento na Escola Humana. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Universidade Estadual do Ceará, Brasil, 2013. Disponível em: <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/viewFile/52/54>. 2013.

CONCEIÇÃO, W. J.; FERNANDES, A. C. **La mezza notte**: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata, 1751-1895-1997. 2. ed. Diamantina: UFMG, 2007.

GREGS, R.; MUSTER, W. **Cultural tourism research methods**. Edited by Greg Richards and Wil Munsters. CABI Publishing, 2010.

GREGS, R. Cultural attractions and European tourism. **CABI Publishing**, 2001.

FARID, S. Tourism in World Heritage sites and its impact on economic development: some african countries case studies el turismo en los sitios Patrimonio Mundial y su impacto en el desarrollo económico: algunos casos de estudio de países africanos. II Internacional Conference on Best Practices in World Heritage: 721 People and Communities. 2015. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/41699/1/TourismWorldHeritageSites.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FELICIDADE, L.; SILVA, E. Turismo cultural e interpretação do patrimônio na cidade de Diamantina – Minas Gerais/Brasil. **Passos Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 17, n. 4, p. 759-778, 2017.

FURTADO, J. F. **O livro de capa verde**: o regimento de Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996.

GODINHO, T. K. **Cidade patrimônio da humanidade e desenvolvimento turístico**: percepção sobre a realidade de Diamantina – MG. Orientadora Karina Toledo Solha. São Paulo, 2016.

GOMES, E. M. **Patrimônio cultural e turismo**: estudo de caso sobre a relação entre o órgão arp schinitger e a população local de Mariana, MG. (2007). Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador -Bahia – Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MarianaEliasGomes.pdf>. Acesso em: fev. 2019.

GONÇALVES, C. de S. **Experimentação em Diamantina**: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967. São Paulo, 2010.

GUIMARÃES, E. P. **Estudo dos impactos causados pelo turismo de eventos culturais em localidades turísticas**: o caso da Vesperata em Diamantina – MG. 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário – UNA. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp155746.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

JORNAL HOJE em dia. Patrimônio da Humanidade Diamantina – MG. Brasil, 2000.

INSTITUTO DE Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acesso em: fev. 2019.

INSTITUTO DE Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN). **Normas de Quito 1967**. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

MACHADO, J.; BRAGA, S. **Comunicações e cidades patrimônio mundial do Brasil**. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.

MARTINS, A. B.; VIEIRA, G. F. Turismo e patrimônio cultural: possíveis elos entre, identidade, memória e preservação. **Rev. Estação Científica**, Juiz de Fora: MG, 2005. Disponível em: <http://portal.estacio.br/media/3344173/5-turismo-patrimonio-cultural-possiveis-elos-entre-identidade-memoria-preservacao.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

MARTINS, M. L. A presença da fábrica no grande empório do Norte: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. CEDEPLAR, 9., 2000, Diamantina. **Anais [...]**, 2000. v 2.

MUNSTER, W. **Culture and tourism**: from antagonism to synergism. ATLAS Reflections 2005: Tourism, Creativity and Development, p. 41-50, 2005. Disponível em: <http://imcjournal.com/index.php/en/volume-viii-2008/contents-vol-viii/733-culture-and-tourism-from-antagonism-to-synergism>. Acesso em: 14 jan. 2020.

NETTO, A. Panosso; SCÓTOLO, D. Contribuição do turismo para o desenvolvimento local. **Rev. de Cultura e Turismo**, 2015. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao1/2.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

OMT. Organização Mundial Do Turismo. **Introdução ao turismo**. Direção e redação de Amparo Sancho. Trad. de Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

OMT. Organização mundial do turismo. **Informações Estatísticas**. Confederação do Turismo Português. 2013.

PREFEITURA DE Diamantina. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/o-municipio/historia-de-diamantina/>. Acesso em: nov. 2018.

SHISHMANOVA, M. V. Cultural heritage, cultural tourism and creative economy basis for social and economic development. **Conference: The International Project Alector Conference**. Caring and Sharing. The Heritage Environment as an Agent for Change: Istanbul, Turkey, 2016. v. 1.

SILVA, R. R. de S. Turismo cultural: via de valorização do patrimônio. *In*: CONGRESO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGACIÓN TURÍSTICA NEUQUÉN, 6., Neuquén, Argentina, 25, 26 y 27 de septiembre 2014. **Anais [...]** Neuquén, Argentina: Facultad de Turismo – Universidad Nacional del Comahue Neuquén, Argentina, 2014. Disponível em: <http://170.210.83.98:8080/jspui/bitstream/123456789/428/1/3%20Ribeiro%20de%20Souza.pdf>. 2014.

VANDER, A. B. J.M. **Preserving the Heritage of Humanity?** Obtaining World Heritage Status and the Impacts of Listing. PhD Diss., Netherlands Organization for Scientific Research, Amsterdam, 2005.

Experiência turística em cidades Patrimônio da Humanidade: a interpretação patrimonial e estudo de satisfação do turista cultural em Diamantina/Minas Gerais

Luciana Aparecida Felicidade*
Elcione Luciana da Silva**

Resumo: O turismo cultural além de contribuir para a economia local, valoriza a memória, a história das comunidades, trazendo maior consciência humana por meio da interpretação patrimonial. Entretanto, é importante que existam ações voltadas para a interpretação do patrimônio que possibilitem com que o visitante tenha melhor experiência nos destinos. A cidade de Diamantina, Minas Gerais/Brasil, obteve o reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1999 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). Com o recebimento do título, a cidade passou a atrair mais visitantes, exigindo políticas culturais que contemplassem a valorização do acervo cultural e melhor acessibilidade aos monumentos. O objetivo desta pesquisa foi abordar a importância da mediação da comunicação interpretativa em sítios preservados, tendo como estudo a cidade de Diamantina. Nesta pesquisa identificamos quais eram as ações existentes que facilitavam a proximidade do turista com a cultura local, através dos espaços de memória e ferramentas de interpretação patrimonial. Apresentaremos ainda resultados de pesquisa de demanda turística realizada nos principais monumentos históricos da cidade e que apontam o grau de satisfação do turista, quanto à mediação interpretativa existente nos monumentos visitados.

Palavras-chave: Turismo cultural. Interpretação do patrimônio. Diamantina/MG. Patrimônio da humanidade.

Abstract: Cultural tourism, besides contributing to the local economy, values the memory, the history of the communities, bringing a greater human consciousness through the interpretation of heritage. However, it is important that there be actions aimed at interpreting the heritage that allows the visitor to have a better experience in the destinations. The city of Diamantina, Minas Gerais / Brazil, was recognized as a World Heritage Site in 1999 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). With the receipt of the title the city began to attract more visitors, demanding cultural policies that contemplated the valorization of the cultural collection and better accessibility to the monuments. The objective of this research will be to address the importance of mediation of interpretative communication in preserved sites. In this research we will verify how this relationship occurs in the city of Diamantina and what are the existing actions that facilitate the proximity of the tourist with the local culture, through the spaces of memory and tools of heritage interpretation. In order to reach this objective, it used bibliographical references referring to the research theme, as well as carried out research of tourist demand to identify the degree of tourist satisfaction in the monuments visited.

Keywords: Cultural tourism. Interpretation of heritage. Diamantina/MG. Heritage of humanity.

* Bacharela em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Realizou estágio na Coordenadoria de Patrimônio da cidade de Diamantina, Minas Gerais/ Brasil. Diamantina/Minas Gerais. *E-mail:* luciana-1515@hotmail.com

** Doutoranda em Patrimônios alimentares: culturas e identidades pela Universidade de Coimbra/PT. Mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG) e Bacharela em Turismo pela UFVJM. Trabalhou como coordenadora de Turismo da Secretaria de Turismo de Serro e na Coordenadoria de Patrimônio da Prefeitura de Diamantina. *E-mail:* elcioneluciana@yahoo.com.br

1 Introdução

A interpretação patrimonial aliada ao turismo pode ser uma combinação promissora, tanto cultural quanto economicamente. O patrimônio associado à visitação turística se apresenta como um revelador de significados e de memórias que foram acumuladas com o passar do tempo. Através das técnicas adequadas, a interpretação patrimonial pode auxiliar na qualidade do turismo cultural, agregando valor ao patrimônio e impulsionando sua preservação.

Quanto às prioridades de planejamento e desenvolvimento do turismo, em determinada região, Albano e Murta (2002) chamam a atenção pelo fato de que as primeiras ações são direcionadas para investimentos nos serviços de transporte, hospedagem, alimentação, compras e lazer dos visitantes e poucas delas consideram a qualidade da informação sobre o lugar e seus aspectos culturais.

No entanto, o desenvolvimento de ações para a adequada interpretação patrimonial pode significar importantes benefícios, inclusive na economia local, ao agregar valor ao produto turístico. A valorização do meio ambiente urbano e natural, da história, dos saberes e fazeres culturais contribui para a diversificação do produto.

Delgado e Pazos (2013) falam sobre contribuições importantes que a interpretação proporciona, pautada também na sustentabilidade.

A interpretação do patrimônio é uma ferramenta que pode contribuir tanto com o planejamento do uso e a conservação dos valores de uma área protegida, quanto com o desenvolvimento local e a experiência dos visitantes. Serve como instrumento para introduzir critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade no planejamento turístico, e se apresenta como “mediadora” entre visitantes, comunidade local e gestores (DELGADO; PAZOS, 2013, p. 319).

A proposta de estudar o patrimônio de Diamantina surgiu após observarmos que, muitos recursos patrimoniais e turísticos da cidade possuíam acervos limitados, falha na infraestrutura de atendimento, sinalização e poucas ações de comunicação que aproximassem o turista da história local. Detalhes esses que são importantes para o desenvolvimento do turismo cultural na cidade. A cidade de Diamantina é detentora de um número significativo de monumentos históricos e que fazem parte do conjunto arquitetônico reconhecido como Patrimônio da Humanidade.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral, estudar a interpretação patrimonial como forma de valorização do patrimônio pelo turismo na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, identificando ações de interpretação patrimonial, bem como os desafios e oportunidades existentes na cidade, que permitam melhor aproveitamento do patrimônio pelo turismo.

2 Metodologia

Para atingir o objetivo da pesquisa, inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com diversos autores que abordaram assuntos ligados principalmente aos temas: turismo, patrimônio e interpretação. Foram consultados trabalhos acadêmicos, periódicos e dissertações que abrangeram as relações entre o turismo cultural, a interpretação do patrimônio e as estratégias de comunicação.

Este estudo enquadra-se numa pesquisa quantitativo-descritiva que, de acordo com Dencker (1998) descreve fenômenos e estabelece relações entre variáveis, utilizando-se técnicas padronizadas para coleta de dados, como os questionários com perguntas estruturadas e que foram utilizadas para pesquisa de campo. Este estudo também se enquadra como pesquisa qualitativa, que segundo Dencker (1998) controla determinados elementos de concepções teóricas acerca do objeto de estudo, obtendo uma percepção aproximada da natureza dos fenômenos estudados.

Alguns dados foram qualitativos e possuíram uma abordagem avaliativa das autoras que utilizaram a observação sistemática para identificar deficiências e facilidades existentes nos monumentos históricos; participação em reuniões realizadas na Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina, bem como em projetos de educação patrimonial. Além disso, durante a pesquisa de campo, foi possível observar algumas possibilidades de interpretação do patrimônio nos monumentos estudados que contribuíram para as sugestões de melhorias das ferramentas de interação entre o visitante, o acervo e o monumento cultural reconhecido.

Com o intuito de identificar o nível de satisfação do turista na cidade de Diamantina, quanto à qualidade das informações prestadas sobre os monumentos históricos, foram aplicados questionários aos turistas que visitaram os monumentos entre 12/8/2016 a 28/9/2016, contando com amostra de 154 questionários respondidos. As perguntas estavam relacionadas às seguintes variáveis: Infraestrutura; Acolhida e receptividade; Qualidade no atendimento aos visitantes; Sinalização turística indicativa e interpretativa; Acesso às informações turísticas sobre o monumento; Segurança; Limpeza; Acessibilidade; Conservação dos monumentos; Horário de funcionamento do monumento; Qualidade das informações oferecidas sobre o bem cultural no monumento; Informações disponibilizadas sobre o monumento e sobre o acervo do monumento; recursos utilizados nas informações (multimídia, totem interativo, sinalização...); Satisfação e expectativas com as informações no monumento. Estas variáveis contribuíram para compreendermos como o planejamento do uso e a conservação dos valores de monumentos protegidos podem auxiliar a interpretação do patrimônio, além de permitir melhor experiência dos visitantes.

Com o intuito de permitir que o turista pudesse contribuir também para melhorias nas ferramentas de interpretação patrimonial, as autoras elaboraram uma pergunta estruturada que teve abordagem qualitativa e que expressou o grau de satisfação do turista que visitaram o monumento, suas expectativas e se estas foram atendidas.

O estudo concentrou-se na área central de Diamantina, onde se encontra a maior parte dos monumentos históricos, alvos da pesquisa: Casa de Chica da Silva; Museu do Diamante; Casa de Juscelino Kubitschek; Casa da Glória; Igreja do Carmo; Bonfim e Rosário. Todos tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Foram aplicados 25 questionários na Casa de Chica, 25 no Instituto Casa da Glória, 25 no Museu do Diamante e 25 na Casa de Juscelino Kubitschek, onde havia um fluxo maior de visitação, e 18 questionários na Igreja do Carmo, 18 na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e 18 questionários na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Os dados foram tabulados e analisados através de tabelas e gráficos e, por meio destas informações, buscou-se distinguir o perfil e a percepção dos turistas.

3 Interpretação do patrimônio e turismo

O turismo se apresenta como uma atividade econômica forte e é responsável pelo consumo do território, estando sua implementação diretamente relacionada à existência de um espaço de atração, com os devidos elementos espaciais presentes, e um sujeito disposto a desfrutar das potencialidades desse espaço (ALVES; SILVA, 2012).

Especula-se que “por necessidade, por vontade de conhecer novas terras, por prazer, o homem sempre foi impulsionado a viajar e a empreender esforços para melhorar e aperfeiçoar os deslocamentos” (MTUR, 2006, p. 13).

A relação entre turismo e o patrimônio cultural não é recente. O deslocamento de pessoas para conhecer outras culturas ocorre ainda na Antiguidade. Barreto (1999) situa o seu início na Grécia antiga VIII A.C., ou mesmo em alguma outra civilização do passado. Outros deslocamentos ocorreram tendo como motivações o conhecimento de novas terras para sua ocupação e posteriormente a exploração, bem como por motivos religiosos e pela busca do conhecimento (KEMP; SILVIA, 2008).

É importante mencionar que, segundo Kemp e Silvia (2008), a época do Renascimento (séculos XIV a XVI), foi o período em que houve uma intensa produção artística e científica na Europa, e as viagens passaram a ser uma ambição cultural, uma oportunidade para acumular conhecimentos e aprender idiomas. Segundo ainda os autores, essas viagens eram realizadas principalmente pela nobreza masculina e pelo clero, sendo que, naquele período, Florença e Roma despontaram como destinos culturais. “Os nobres que não conheciam a Itália sentiam-se inferiores, inclusive

porque se formavam clubes reservados somente àqueles que já tivessem viajado às capitais do Renascimento” (BADARÓ, 2003 *apud* KEMP; SILVIA, 2008, p. 4).

Em dezembro de 1786, o pensador e escritor Alemão J.W. Goethe escrevia, em seu diário que uma viagem contemplativa a terras estranhas acarretava fundamentais mudanças aos viajantes, capazes de os fazerem refletir sobre tudo o que viam.

Por certo, ele acreditava que fosse aprender de verdade aqui; mas não pensei que fosse ter de voltar à escola primária, que precisaria desaprender, ou verdadeiramente reaprender tanto. Disso já me encontro agora convencido, tendo-me entregado por completo a esse aprendizado [...]. Conceda-me o céu que, quando do meu retorno, também as conseqüências morais resultantes da minha vida num mundo mais amplo se façam sentir, pois juntamente com a percepção para a arte, também o meu senso moral vem passando por grande renovação (GOETHE, 1999, p. 17 *apud* COSTA, 2009, p. 23).

Costa (2009) destaca o relato descrito por Goethe, como um “renascimento de dentro para fora”, evidenciando a essência do *Grand tour*, que buscava uma aprendizagem com base na vivência e na experimentação com forte apelo cultural.

Figura 1 – Viajantes do Grand Tour



Fonte: <http://quhist.com/grandtour-viajes-edad-moderna/>

A Revolução Francesa marcou o fim da Idade Moderna. De acordo com Melo e Milheiro (2005), O *Grand Tour* foi interrompido em 1789 pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas, tendo as viagens praticamente cessado até 1814. Ainda segundo os autores, o movimento social e político que ocorreu em 1789, na França, derrubou o Antigo Regime, e abriu caminho para uma sociedade moderna e a criação de um Estado democrático. Segundo Benhamou e Thesmar (2011), foi o primeiro momento de apropriação da herança do povo, depois de um tempo de destruição e degradações e se implantavam ações de conservação.

Para Choay (2001), os revolucionários consideravam que os estrangeiros provenientes da alta sociedade inglesa, que faziam um rito de iniciação pela Europa

(*Grand Tour*), poderiam ser atraídos pelo patrimônio constituído pelos monumentos franceses e, portanto, além de valores cognitivos, os monumentos passaram a possuir valores econômicos. “O anfiteatro de Nimes e a ponte do Gard deram à França lucros que superam o custo que tiveram para os romanos”.¹ Ainda segundo Choay, a exploração dos monumentos franceses pelo turismo (antes do termo) é imaginada com base no modelo da Itália que até então era o único país da Europa a fazê-lo, ao utilizar um conjunto de trunfos excepcionais para atrair estrangeiros e dentre os trunfos, estava Roma, com suas antiguidades. Surgindo, assim, uma relação simbiótica entre patrimônio e turismo, impondo uma visão mais utilitária em termos de benefícios econômicos ao patrimônio cultural pela modernidade.

A atividade turística, além de promover impulso econômico, pode contribuir ainda para a valorização do patrimônio cultural. Ao conhecer novos lugares, outras culturas, vivenciar as experiências de um lugar, o turista pode compartilhar seus elementos e significados singulares presentes nos locais visitados.

Miranda (2010) relaciona a cultura com a transformação humana de uma forma interessante, em que destaca que a cultura é o fenômeno central do ser humano. Quando a cultura é vista como uma ferramenta de aproximação cultural, torna-se relevante para a transformação real das pessoas, abrangendo a sensibilidade, o conhecimento, a socialização, o pensamento simbólico e a relação com a natureza.

Muitos destinos turísticos possuem como principal atração o seu patrimônio histórico e sabem utilizá-lo adequadamente para uma fruição turística de qualidade, aliando as atrações culturais com a oportunidade de conhecer novos lugares e, desta forma, conseguem atrair inúmeros visitantes, permitindo ganhos culturais e econômicos.

Segundo Ruiz Parrondo (2010), as relações com o turismo são evidentes já que o turista enriquece sua experiência com um bom conhecimento do lugar que visita, e o destino, com ações de interpretação patrimonial, melhora a qualidade do seu produto.

Sobre as relações existentes entre o turismo cultural e a interpretação patrimonial, Costa (2009) evidencia a importância da comunicação interpretativa adequada para que o turismo possa ser um elemento intermediador entre o visitante e o patrimônio cultural. Para a autora, no contexto do turismo, é possível que os visitantes participem de um “processo ativo de construção de conhecimento sobre o patrimônio e sobre seu contexto histórico” por meio da apreciação, da vivência e da

¹ Grégoire, Premier Rapport, *op. cit.*, p. 182. A passagem que começa com “Esses monumentos contribuem para o esplendor de uma nação e para sua hegemonia política. É isso que os estrangeiros vêm admirar” (*apud* CHOAY, 2001).

experimentação direta de bens do patrimônio cultural, seja material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa (COSTA, 2009, p. 190).

De acordo com Freeman Tilden (1957), a interpretação patrimonial é uma arte que combina várias técnicas para explicar os temas apresentados (científico, natural, histórico, cultural, etc.), e se apresenta com uma ciência, onde a informação adequada é primordial para aguçá-los os sentidos dos visitantes.

A interpretação patrimonial prioriza conectar intelectual e emocionalmente o visitante, buscando mudanças de comportamentos e mobilização por meio do entendimento e da apreciação. Segundo Bazán (2014), a essência da interpretação é revelar aos visitantes a beleza, maravilha, inspiração e o significado de forma que as experiências adquiridas ultrapassem a simples intenção de transmissão de informações.

O conceito de interpretação tem evoluído de forma mais integrada aos diversos elementos territoriais para além do monumento e seu entorno. Cada vez mais métodos de interpretação vêm sendo criados para dar sentido a objetos patrimoniais subutilizados.

É imprescindível citar os seis princípios básicos que norteiam o esquema interpretativo de Tilden (1957).

1. sempre focalizar os sentidos dos visitantes, de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente;
2. revelar sentidos com base nas informações e não apenas informar;
3. utilizar muitas artes visuais e de animação, seja o material apresentado científico histórico ou arquitetônico;
4. não apenas instruir, mas provocar, estimulando a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada do que está sendo interpretado;
5. apresentar a história completa, em vez de parte desta; dirigir-se à pessoa inteira;
6. ser acessível a um público o mais amplo possível, levando em consideração necessidades especiais.

Tendo em vista a evolução da interpretação desde a época de Tilden (1957) em que esses princípios foram criados, Goodey e Murta (2002) corroboram a ideia do autor e ainda acrescentam os seguintes princípios interpretativos:

1. iniciar a interpretação em parceria com a comunidade, estimulando a troca de conhecimentos e recursos;
2. adotar uma abordagem abrangente, ligando os temas do passado, do presente e do futuro, realçando a dimensão socioeconômica, ao lado das dimensões histórica, ecológica e arquitetônica;

3. não tentar vender uma verdade universal, mas destacar a diversidade e a pluralidade culturais. Sua interpretação deve fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos;
4. levar sempre em consideração o atendimento ao cliente, indicando ou provendo instalações básicas, como sanitários, segurança, pontos de descanso e estacionamento, elementos essenciais a uma experiência prazerosa do lugar (GOODEY; MURTA, 2002, p. 18).

Na perspectiva de Brusadim (2012), é essencial repensar em diversas formas de apropriação do bem cultural e das suas possibilidades. De acordo com o autor, o caminho da interpretação do patrimônio e da educação patrimonial é uma forma bastante interessante, posto que busca vincular lazer ao conhecimento, em uma perspectiva mais participativa e instigante na fruição de um patrimônio.

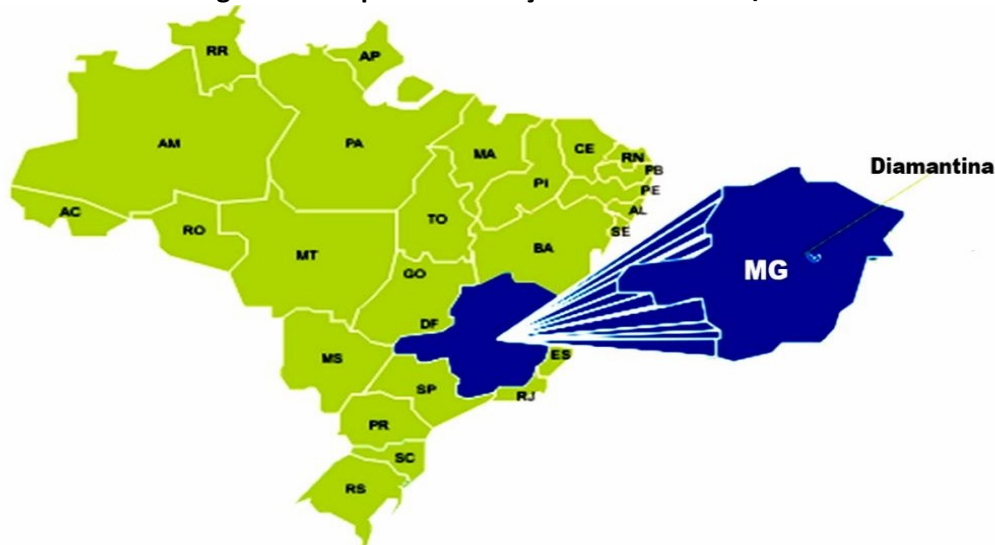
É nesse aspecto que Cardozo e Melo (2015) complementam tal pensamento, mencionando que a atividade turística, ao colocar frente a frente turistas e a herança cultural, na forma de patrimônio, propicia o intercâmbio cultural. Para estes autores, ao realizar uma ação educativa para o patrimônio, o que se faz é planejar metodologias e conteúdo para fazer com que aquele que não conhece o patrimônio, o turista, se aproprie destas formas humanas de expressão, propagando conteúdos por um viés cultural, social e político, buscando a prática educacional em um patrimônio.

No próximo tópico, discutiremos como a interpretação pode contribuir para uma melhor experiência turística. Apresentaremos ainda os resultados obtidos da pesquisa de demanda e que contribuíram para compreender melhor a importância das ferramentas de interpretação patrimonial para a valorização do patrimônio e sua preservação, tendo como estudo de caso a cidade de Diamantina em Minas Gerais/Brasil, que foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1999 pela UNESCO.

4 Diamantina: Patrimônio da humanidade e turismo cultural

A cidade de Diamantina está localizada na mesorregião no alto do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais (Figura 2). Com quase três séculos de fundação, surgiu em decorrência da descoberta de diamantes e por este motivo atraiu a atenção mundial por ser uma das três principais áreas que produziam diamantes no mundo. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1999), o fato de se destacar pela exploração do diamante e não do ouro fez com que Diamantina fosse diferenciada do restante do Brasil, tendo outro regime político e administrativo, e que influenciou sua cultura, sua arquitetura e o traçado urbano.

Figura 2 – Mapa de localização de Diamantina/MG



Fonte: UFVJM (2016).

Uma época de riqueza e prosperidade se deparou com uma crise a partir dos anos de 1860. O município passou por um processo de estagnação econômica, devido a uma acentuada queda no preço dos diamantes, em detrimento da descoberta de novas jazidas de diamantes na África do Sul. Segundo Martins (2000), advindo dessa crise na mineração, o município se viu obrigado a se adaptar às novas condições e a procurar novos meios de estabilizar a economia da cidade.

Diamantina encontrou na indústria de tecidos sua alternativa de sobrevivência econômica. Foi instalado então em Diamantina e região um complexo industrial de importância e magnitude consideráveis para aquele momento histórico, a construção de três grandes cotonifícios industriais: a Fábrica de Biribiri, a Fábrica de São Roberto e a Fábrica de Santa Bárbara, todas pertencentes à Igreja (MAGNANI, 2004, p. 30-31).

Entre as décadas de 1860 e 1920 o município se estabilizou, tornando-se um importante lugar de entreposto comercial do nordeste mineiro, onde distribuía diversos produtos para vários lugares de Minas Gerais. “A cidade assistiu, impotente, o avanço da tendência de estagnação da economia regional e de desindustrialização do “grande empório do Norte” (MARTINS, 2000, p. 302). Estes fatores podem justificar o motivo pelo qual Diamantina manteve sua arquitetura preservada.

O conjunto arquitetônico da cidade de Diamantina e as tradições preservadas despertaram interesse do serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 16 de maio de 1938, o conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Diamantina foi uma das seis cidades classificadas no Brasil como monumentos

históricos e foi inscrita no livro do tomo Belas Artes,² o que proporcionou a manutenção e conservação do conjunto tombado (IPHAN, 1999).

Segundo Alves (2011), em 1997, a comunidade se mobilizou para elevar Diamantina a Patrimônio Cultural da Humanidade. Foram realizados abaixo-assinados em todo o País, a fim de que as autoridades brasileiras submetessem a inscrição da cidade para sua inclusão na lista da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). Em 1999, a UNESCO concedeu o título à Diamantina, contribuindo para que a cidade despontasse no cenário turístico nacional.

A cidade de Diamantina foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial, de acordo com os critérios II e IV da Convenção, respectivamente:

II. Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou do desenho da paisagem...

[...]

IV. Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade... (IPHAN, 1999, p. 1).

Com o recebimento do título de patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), Diamantina foi enaltecida e colocada em um patamar considerável em nível de importância no âmbito do turismo mundial (IPHAN, 1999). A cidade passou a ser vista com novos olhares e despertou a atenção dos atores locais e atraiu o apoio das organizações públicas, que têm fomentado o desenvolvimento turístico na região.

Atualmente, o município de Diamantina é considerado o principal destino turístico do Circuito dos Diamantes³ que é constituído por outros treze municípios.

A cidade possui, em suas raízes, uma forte ligação com a cultura africana, indígena e europeia que influenciou profundamente sua arquitetura, a atuação da burocracia governamental, o clero católico e os educandários dirigidos por religiosos franceses (CONCEIÇÃO; FERNANDES, 2007).

² Onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, as belas artes imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade (IPHAN).

³ O Circuito Turístico dos Diamantes tem como objetivo ordenar o turismo de acordo com a política de regionalização e descentralização adotada pelo governo do estado.

Fazem parte as cidades de Alvorada de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felício dos Santos, Gouveia, Monjolos, Presidente Kubitschek, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves e Serro.

Percebe-se na cidade uma significativa influência do garimpo, um legado que está arraigado na sociedade. Em Diamantina é comum nos depararmos com pessoas que trabalharam no garimpo e alimentam a esperança de algum dia poder retornar para a atividade. Mas, mesmo com a proibição do garimpo, ainda existem “fisqueiros”.⁴

De acordo com Castro e Deus (2011), o estilo colonial da arquitetura é algo marcante na cidade, integrado com sofisticação ao traçado urbano sinuoso e por ruas estreitas com calçamento em pedra. O casario, definidor das ruas, não possui recuo frontal e se destaca pelo colorido vivo das esquadrias que contrasta com o branco das paredes. Nota-se aí o uso de elementos que remetem à arquitetura portuguesa influenciada pela cultura árabe, como os muxarabis e treliças nas janelas e varandas (CASTRO; DEUS, 2011).

A musicalidade também está muito presente. As bandas de música, grupos de serestas atraem moradores e visitantes. Personagens ilustres compõem parte da história e justifica o seu acervo cultural, nomes de grande visibilidade como o da escrava forra Chica da Silva, que foi uma importante mulher negra da metade do séc. XVIII que conseguiu subir ao status de importante Senhora ao se casar com o comendador de diamantes João Fernandes de Oliveira.

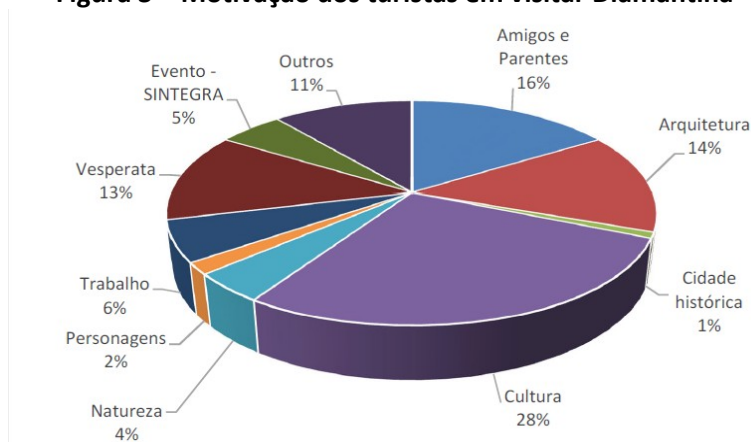
Juscelino Kubitschek de Oliveira, personagem já do século XX, também é uma das figuras ilustres na cidade, que chegou à presidência do Brasil. Os moradores têm muito orgulho de Juscelino, e é comum nos depararmos em estabelecimentos com fotos e mensagens em homenagens a ele. A casa de JK localizada na cidade de Diamantina, se transformou em um museu dedicado a toda sua trajetória de vida.

Festas religiosas fazem parte da tradição da cidade, a exemplo da Festa do Divino, Festa do Rosário, Semana Santa, nos quais turistas e moradores locais acompanham os festejos. Dentre outros atrativos turísticos, podemos citar: O Instituto Casa da Glória, Casa do Muxarabiê, Casa da Chica da Silva, Museu do Diamante, Casa do JK, Igrejas seculares (São Francisco de Assis do Bonfim, do Carmo, do Rosário, da Luz, Catedral Metropolitana, Sagrado coração de Jesus), Caminho dos Escravos, Cruzeiro da Serra, entre outros.

Podemos perceber que a cultura é o grande potencial da cidade, de acordo com o relatório de pesquisa do Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região, realizado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), no ano de 2014 (Figura 3). A principal motivação das pessoas, para visitarem Diamantina está associada à cultura, e esta denota um caráter eminente de acordo com os gráficos.

⁴ Pessoas que usam a bateia para garimpar clandestinamente em locais proibidos (ALVES, 2011).

Figura 3 – Motivação dos turistas em visitar Diamantina



Fonte: Medaglia, Silveira (2013).

Portanto, a preservação do patrimônio, o acervo por si só já é um atrativo importante para o turismo; entretanto, é necessário que as ações de interpretação patrimonial possam contribuir para uma melhor experiência do turista quando visita a cidade.

Com o intuito de compreender melhor a percepção dos visitantes, em relação aos elementos básicos para interpretação patrimonial em Diamantina, realizamos uma pesquisa com os turistas que visitavam os monumentos, identificando desta forma quais eram suas expectativas, motivações, sugestões e críticas sobre o patrimônio cultural.

4.1 Estudo da satisfação do turista nos monumentos: desenvolvimento e resultados

O título de Patrimônio Cultural da Humanidade conquistado por Diamantina possibilitou que o seu conjunto arquitetônico fosse reconhecido, criando ações de conservação, preservação dos seus monumentos. Entretanto, é evidente que um título tão significativo carrega consigo uma grande responsabilidade e, assim, surgem novos desafios advindos da relação entre patrimônio e turismo, no sentido de adequar a cidade para receber turistas e oferecer uma fruição turística com qualidade, por meio das ações e técnicas para interpretação patrimonial.

Com o intuito de compreender melhor a percepção dos turistas em relação aos elementos básicos para interpretação patrimonial em Diamantina, foi realizada uma pesquisa contendo perguntas fechadas, com a finalidade de identificar o grau de satisfação do turista em relação ao monumento visitado, suas expectativas, motivações, sugestões e críticas sobre o patrimônio cultural. A pesquisa teve início no dia 12/8/2016 e finalizou no dia 28/9/2016, obtendo uma amostra de 154 pessoas entrevistadas. Foram aplicados 100 questionários igualmente distribuídos na Casa de

Chica, Instituto Casa da Glória, Museu do Diamante e Casa de Juscelino Kubistchek, onde havia um fluxo maior de visitação, e 54 questionários distribuídos na Igrejas do Carmo, Bonfim e Rosário.

A área da pesquisa limitou-se ao centro de Diamantina e os dados foram tabulados e analisados através de tabelas e gráficos e, por meio destas informações, buscou-se distinguir o perfil e a percepção dos turistas.

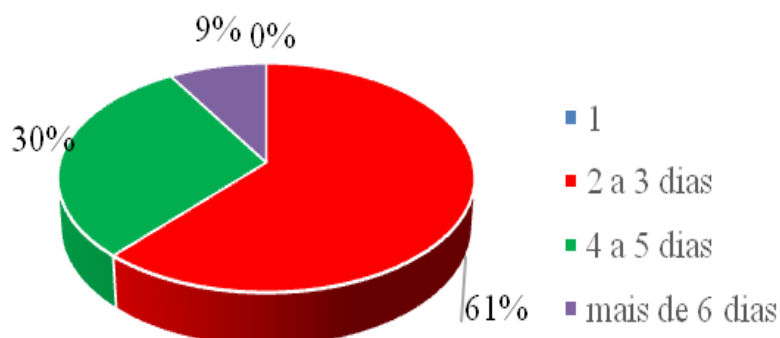
De acordo com a pesquisa, 37% dos turistas possui idade entre 41 e 50 anos, seguido de 25% que possuíam a idade entre 31 a 40 anos. Ao serem indagados sobre o nível de escolaridade, 88% dos entrevistados disseram possuir o superior completo. Portanto, percebemos que a maioria dos entrevistados possui um nível alto de instrução, sendo um público mais exigente quanto às informações disponibilizadas.

De acordo com os dados, podemos perceber que Belo Horizonte é o maior emissor de turistas para a cidade, totalizando 24% dos entrevistados. Destacando outras cidades mineiras com um percentual de 21%, seguido por Rio de Janeiro com 15% dos entrevistados.

Quando questionados sobre o que os motivou a conhecer Diamantina, cerca de 34% dos entrevistados apontaram a cultura como fator motivacional, seguido por 21% dos entrevistados que disseram vir visitar parentes e amigos, 19% apontaram a arquitetura como motivação, 10% responderam que vieram motivados pelos eventos que aconteceriam na cidade. Percebe-se que a cultura novamente aparece como um fator motivacional da maioria dos entrevistados, que juntamente com arquitetura e personagens, apresenta um dado significativo de 56% dos entrevistados. Portanto, reforça mais ainda a necessidade de investir melhor na acessibilidade ao monumento e na qualidade das informações.

Ao serem questionados sobre o tempo de permanência na cidade, 61,8% dos turistas disseram que pretendiam ficar de dois a três dias na cidade, 30%, de quatro a cinco dias. E 9% pretendiam ficar mais de seis dias. O que indica que o turista que visita a cidade permanece por pouco tempo, e isso é um dado insatisfatório, pois a cidade poderia oferecer mais atividades para permanência do turista, gerando mais renda para a cidade e mais qualidade à atividade turística (Gráfico 1).

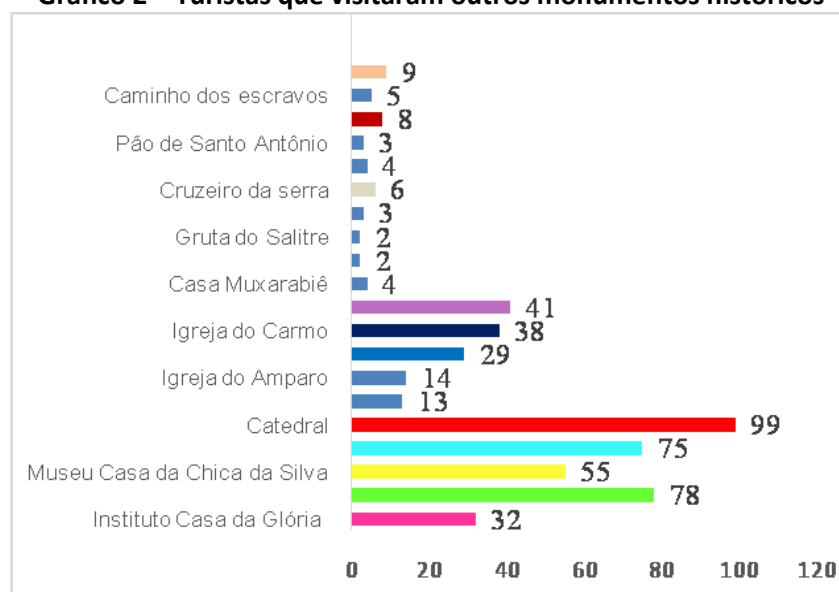
Gráfico 1 – Tempo de permanência na cidade?



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados obtidos em 2016.

Sobre outros monumentos históricos visitados, a pesquisa revelou que 99 pessoas já haviam visitado a Catedral de Diamantina, que é um monumento de destaque e bem localizado, seguido por 78 respondentes que apontaram visita ao Museu do Diamante. O mercado velho obteve 75 dos respondentes, 55 pessoas disseram que visitaram a casa de Chica da Silva; 41 pessoas visitaram a Casa JK e o Instituto Casa da Glória foi visitado por 32 turistas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Turistas que visitaram outros monumentos históricos



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados obtidos em 2016.

Um das ações essenciais e básicas em uma cidade, que possui o turismo cultural como principal motivação, é o acesso ao monumento. O acesso é importante para que o turista retorne satisfeito da visita. Entretanto, apesar de esforços entre as instituições como Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio, o empresariado

local, Conselho Municipal de Turismo, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucurí, Mitra e Irmandades para abertura de mais monumentos religiosos de forma regular, isso ainda se apresenta como um desafio em Diamantina. Além da dificuldade em horários de abertura, muitos monumentos em Diamantina não possuem o acervo que o bem cultural necessita para se trabalhar a interpretação patrimonial, que conforme autores como Tilden, tem como objetivo estimular outros sentidos, além de somente informar.

Com intuito de identificar o nível de satisfação do turismo com o monumento visitado no que diz respeito às ferramentas existentes para facilitar a interpretação patrimonial, foi aplicado questionário contendo perguntas fechadas do tipo escala Likert⁵ e, por meio das avaliações do turista, sugerimos ações que poderão ser utilizadas para melhorias da comunicação entre o monumento e o turista.

Quanto ao nível de satisfação em relação à infraestrutura na Casa da Glória (Figura 4), os turistas avaliaram as ações interpretativas como 'ótimo' e 'bom' (mais citados). A insatisfação desses visitantes volta-se à falta de sinalização indicativa no monumento. Os turistas elogiaram a visita e a acolhida no lugar. Ao iniciar a visita é possível assistir a um vídeo contendo um breve histórico sobre a Casa da Glória e a sua função atualmente, o que é importante para se inteirar do que o lugar representa e a sua história. Entretanto, alguns visitantes sugeriram a presença de um guia local para mais informações, apesar de o monumento contar com o auxílio da placa autoguiada. Alguns dos turistas gostaram do acervo e outros já sentiram falta de um acervo mais completo, pois, segundo eles, o museu tem poucas informações sobre a Casa da Glória e mais informação sobre assuntos ligados à geologia.

Figura 4 – Instituto Casa da Glória



Fonte: Galeria do IPHAN.

⁵ Metodologia que requer que os entrevistados indiquem seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas a assunto que está sendo medido.

Este monumento foi um dos mais recomendados na avaliação do turista, considerando que algumas ações de interpretação patrimonial já foram implementadas. O museu possui recursos interpretativos para os visitantes, como audiofone, onde são relatados o cotidiano das alunas internas naquela época, o que se torna uma estratégia interessante para aproximar o visitante da história. A casa utiliza princípios metodológicos de interpretação patrimonial, que de acordo com Tilden (1957), é importante para focalizar os sentidos dos visitantes, de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente.

A casa possui ainda um totem contendo informações sobre a história do monumento, o centro de Geologia Eschwege, pontos de interesse para a visita e eventos que acontecem no instituto, além de placa interpretativa autoguiada. Entretanto, sugerimos como ação a disponibilização de informações em outros idiomas e em Braille, para contemplar a diversidade do público que visita o instituto.

Em relação à casa de Juscelino Kubistchek (Figura 5), a maioria dos entrevistados apontou um nível considerável de satisfação. Turistas mais exigentes sentiram a necessidade de ter um guia para acompanhar a visita. O museu possui funcionários para recepcionar os visitantes, mas não desempenham a função de guiar a visita, portanto o visitante fica livre para explorar o museu. Dos entrevistados, apenas sete, não ficaram satisfeitos com o horário de abertura, pois gostariam que o local abrisse no domingo à tarde. E, em relação à acessibilidade houve associação com a localização do museu, que fica em uma subida bastante íngreme, e segundo os entrevistados dificulta o acesso à casa.

Figura 5 – Museu JK



Fonte: Luciana Felicidade.

Os recursos utilizados nas informações foram bem-avaliados pelos turistas; entretanto, oito dos entrevistados mencionaram a necessidade de interação com o

visitante, como áudios, documentários e mencionaram que o museu tinha poucas informações em língua estrangeira. A Casa de JK obteve boa avaliação: foi elogiada a receptividade, o acervo, a hospitalidade. Além disso, os visitantes citaram a existência de um bar e café localizado no porão do museu, como um lugar aconchegante, onde se pode tomar um café e comprar livros, CD, ouvir música.

A casa Chica da Silva (Figura 6) foi o monumento com maior número de críticas e insatisfação do turista, 19 dos entrevistados apontaram como “boa” a receptividade, somente um como “ótimo” e cinco pessoas como regular. A receptividade no museu é simples, tem uma pessoa para receber e a única informação que o turista recebe é que precisa apenas assinar um livro de registros. Dessas cinco pessoas que responderam como regular, foram as que encontraram a recepção sem alguém para recebê-las.

Figura 6 – Museu Casa da Chica da Silva



Fonte: Galeria do IPHAN.

A qualidade no atendimento também não agradou, pois a maioria dos visitantes sentiu falta de um guia para acompanhá-los durante a visita, já que a casa tem poucas informações. Em relação à sinalização turística indicativa, a maioria dos visitantes avaliou de forma insatisfatória, pela falta de sinalização na cidade e dentro do monumento. A sinalização interpretativa não foi bem-avaliada. A casa não apresenta um acervo nem recursos que proporcionem uma interatividade com o visitante. Somente seis pessoas avaliaram como “bom”, pois havia uma exposição sobre Chica da Silva de uma artista local.

Outros quesitos tiveram avaliação baixa, como as informações oferecidas sobre o bem cultural e sobre o acervo artístico, que se apresentam bastante restritos. As informações disponibilizadas sobre o monumento (impresso) é um recurso que não é disponibilizado pelo monumento. Sobre o acervo artístico, histórico e cultural do

monumento, segundo sugestões dos visitantes, deveria se ter um acervo mais completo, apesar de que a beleza da arquitetura já torna a visita agradável.

Já no Museu do Diamante (Figura 7), podemos perceber que foi bem avaliado pela maioria dos turistas. Houve uma insatisfação maior dos visitantes em relação à sinalização indicativa, já que o museu passa despercebido diante dos olhares das pessoas, pela falta de uma sinalização adequada.

Figura 7 – Museu dos Diamantes



Fonte: Galeria do IPHAN.

A sinalização turística interpretativa foi bem-avaliada pelos visitantes. O museu tem placas explicativas na maioria das peças. O acesso às informações turísticas sobre o monumento também foi bem-avaliado. A segurança e a limpeza tiveram uma excelente avaliação. A acessibilidade foi um quesito que teve críticas pela falta de rampas de acesso, apesar de ser um problema que abrange todo centro histórico. Sobre as informações oferecidas concernentes ao bem cultural, a maioria dos visitantes avaliou como “boas”, mas alguns turistas sentiram falta de mais informações sobre a atividade garimpeira na cidade, pois o nome do museu cria essa expectativa. O museu não disponibiliza informações impressas para os visitantes.

A maioria dos entrevistados avaliou como “bom” o acervo artístico, histórico e cultural do monumento, mas houve críticas em relação ao museu ter pouco acervo sobre a mineração na cidade. Os recursos utilizados nas informações para aproximar o visitante à história foi avaliado como “ótimo” por 13 entrevistados. O museu possui guias para acompanhar a visita e isso auxilia o visitante a compreender melhor a história da cidade. Mas, alguns dos turistas sugeriram maior interatividade com o visitante e utilização de recursos mais modernos.

Em relação aos monumentos religiosos, pudemos fazer uma observação geral de todas as variáveis relacionadas à infraestrutura, ao acervo e atendimento. No caso da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Figura 8), podemos perceber uma insatisfação dos visitantes.

Figura 8 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Galeria do IPHAN.

A acolhida e receptividade no monumento foi avaliada como “regulares” por 11 dos entrevistados. A igreja não possui guias para atendimento. Os atendentes da recepção se dividem para receber os visitantes e cuidar da igreja, como na limpeza, por exemplo.

A sinalização turística indicativa foi avaliada de forma insatisfatória pelos turistas; nove pessoas disseram que era regular e cinco como “ruim”. Para quem não conhece a cidade acredita que a igreja se encontra fechada à visitação pela falta de sinalização adequada. A sinalização turística interpretativa obteve avaliação da maioria como “regular” por 10 pessoas e ruim por tr s. No monumento há poucas informações sobre a igreja e o acervo artístico. A segurança, limpeza e conservação do monumento foram bem-avaliados pelos turistas. A maioria opinou como “boas”.

As informações oferecidas sobre o bem cultural não foram suficientes, de acordo com os turistas, 11 pessoas opinaram como “regular” e 3 como “ruim”. Quando questionadas sobre o acervo artístico, histórico do monumento, 11 pessoas avaliaram como “ timo”. Os recursos utilizados nas informações foram avaliados de forma insatisf ria pela maioria dos pesquisados, 11 pessoas avaliaram como regulares e três como “ruim”. No monumento não existe interatividade com o visitante nem a

presença de um guia para auxiliar a visita. Podemos perceber uma avaliação muito baixa do visitante em relação à visita.

Sobre a Igreja de Nosso Senhor do Bomfim (Figura 9), entrevistados de forma geral avaliaram como “boa” e “ótima” a infraestrutura da igreja.

Figura 9 – Igreja Senhor do Bom Fim



Fonte: Galeria do IPHAN.

Houve uma insatisfação de nove pessoas com a sinalização indicativa. A sinalização interpretativa e o acesso às informações turísticas tiveram avaliação “regular” de acordo com sete pessoas; a igreja possui apenas uma placa de acrílico na parte externa, onde conta um pouco sobre a igreja. Podemos perceber que a maioria dos visitantes avaliou positivamente a igreja. Esta possui guias capacitadas que recepcionam e auxiliam o visitante, e contam com o auxílio de bolsistas de cursos distintos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucurí (UFVJM). Através de um projeto da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Proace), os bolsistas são responsáveis por auxiliar o turista no monumento. Porém, segundo os guias que trabalham no local, nem todos os bolsistas têm interesse na função, e isso é um lado negativo do projeto. Pois, se não há interesse, o objetivo da interpretação patrimonial que é de informar e instigar a curiosidade do turista, não será desenvolvido de forma adequada. Na igreja há pouca interatividade com o visitante e poucas informações sobre o monumento expostas.

Em relação à Igreja do Rosário (Figura 10), a maioria dos entrevistados apontou um nível considerável de satisfação. Porém houve avaliações baixas com opinião de 13 pessoas, principalmente em relação à sinalização indicativa.

Figura 10 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Galeria do IPHAN.

Mais uma vez aparecem os mesmos desafios apresentados na Igreja do Carmo e Bonfim. A porta principal da igreja não fica aberta, e como a Igreja do Rosário se encontra localizada mais distante das outras, dificulta ao turista perceber que a Igreja esteja aberta à visitação. A sinalização interpretativa e o acesso às informações turísticas tiveram avaliação “regular” de acordo com 11 pessoas. Um número significativo, o que indica que há uma carência do visitante em relação às informações expostas. Pudemos perceber que a maioria dos visitantes avaliou de forma satisfatória a igreja. O monumento possui guias capacitadas que recebem e auxiliam o visitante, e os bolsistas da UFVJM, assim como na Igreja do Bonfim. Na igreja há pouca interatividade com o visitante em termos de recursos que aproxime o turista com a história do lugar, e poucas informações expostas.

Podemos perceber a necessidade de um planejamento que oriente as ações futuras contemplando o bem-estar de todos, fazendo com que determinado local esteja apto para receber turistas, propiciando-lhes experiências de qualidade. É importante que esse planejamento seja direcionado para ações dentro de um contexto histórico.

São princípios que devem ser levados em consideração, quando se pensa em implantar um plano interpretativo em um lugar. De acordo com Albano e Murta (2002), a técnica de interpretação ao comunicar por meio de mensagens sobre a história e a cultura, faz com que o lugar adquira uma outra dimensão. Através da interpretação é possível destacar o caráter diferencial das atrações, estimular o olhar do visitante, diversificar o produto turístico, influenciar no tempo de permanência,

despertar o sentimento de pertencimento da comunidade e o interesse sobre o significado do seu patrimônio cultural.

Uma cidade que é alicerçada na história da formação cultural de Minas Gerais e do Brasil, como é o caso de Diamantina, a interpretação seria uma ferramenta importante para uma melhor otimização dos recursos patrimoniais. E iria contemplar tanto os turistas que poderiam fazer uma melhor leitura da cidade, bem como os moradores locais despertando o interesse e o sentimento de pertencimento.

Podemos perceber por estes dados analisados a necessidade de ações que valorizem o monumento e promovam melhor aproveitamento do patrimônio pelo turismo. Tomando como base essas avaliações e observações realizadas, pudemos sugerir nesta pesquisa algumas possibilidades de interpretação do patrimônio para os monumentos históricos de Diamantina. Julga-se necessário salientar que não se pretende aqui propor um plano interpretativo para a cidade, mas propor algumas estratégias que seriam viáveis para valorizar e otimizar as visitas nos monumentos históricos.

5 Considerações e recomendações

Esta pesquisa buscou contribuir com estudos relacionados entre o turismo cultural e a interpretação patrimonial, evidenciando a importância de uma mediação adequada entre o patrimônio cultural e o turismo através das várias técnicas de interpretação patrimonial, tendo como base estudos metodológicos realizados por Freeman Tilden, considerado o pai da interpretação patrimonial e outras autoras como Stela Maris Murta e Celina Albano, publicados conjuntamente com Brian Goodey, que foram imprescindíveis ao desenvolvimento desta pesquisa.

A pesquisa de campo permitiu compreender o que o turista que visita Diamantina busca na cidade e quais as suas carências em relação à comunicação nos espaços de memória. Foi possível observar o grande potencial que a cidade possui, considerando que turistas se deslocam de regiões do Brasil motivados a conhecer a cultura da cidade e seu patrimônio histórico.

Os turistas que visitam Diamantina carregam uma bagagem de expectativas em relação ao que o lugar oferece e, por meio desta pesquisa, foi possível compreender quais as carências desses turistas em se tratando da comunicação mais interativa nos espaços de memória.

Para uma cidade como Diamantina, que possui um título de grande importância, podemos perceber que poucas ações foram realizadas para oferecer qualidade nas experiências turísticas e que não condizem com a importância para o contexto histórico e cultural do município para o Brasil. As informações pertinentes sobre a

história do lugar precisam ser organizadas, pesquisadas adequadamente e inseridas nos espaços de memória, para que o visitante possa compreender a importância de Diamantina no contexto histórico brasileiro e que este também tenha autonomia para fazer uma leitura da cidade.

No decorrer desta pesquisa, percebemos que apenas alguns dos monumentos históricos têm alguma ação voltada para a interpretação do patrimônio, que permita uma interação com o visitante e o aproxime de uma parte da história da cidade (como recursos tecnológicos, guias e placas interpretativas). Algumas ações do Poder Público, voltadas para a interpretação patrimonial nos monumentos históricos, foram realizadas (qualificação para recepcionar turistas e manter as igrejas abertas), entretanto, é importante estudar e implementar um modelo sustentável que permita ao próprio monumento gerir receita para investimentos deste tipo e que conte com condutores de turismo especializados.

A falta de ações interpretativas pode tornar os monumentos espaços vazios de emoção. É imprescindível que o conjunto de informações expostas no monumento vá além de apenas informar e que provoque sensações, curiosidades e forneça conhecimento de forma lúdica e interessante. Após pesquisa de satisfação do turista e observação sistemática da autora, sugerimos as seguintes ações interpretativas.

Em relação à Casa de JK, além da instalação de placas explicativas e a sinalização, sugerimos a disponibilização de informações em língua estrangeira.

Na Casa de Chica da Silva, sugerimos as seguintes ações: melhor abordagem da história da Chica da Silva e sua influência em Diamantina, além da arquitetura da casa; melhorar a receptividade do turista na Casa da Chica da Silva; recriar espaços e objetos de como seria a decoração, roupas, joias na casa de Chica da Silva; utilização de placas e painéis interpretativos contendo informações que despertem o interesse do público sobre a figura de Chica da Silva no meio social, cultural e político; apresentar ao visitante o passado, de forma lúdica, através de teatros e saraus, retratando assuntos importantes da época; investir em placas autoguiadas para que o visitante tenha mais autonomia; utilizar tecnologia para auxiliar as visitas, como vídeos retratando os filmes sobre Chica, lendas.

No Museu do Diamante, podemos apontar as seguintes sugestões para melhor aproveitamento do bem cultural: a recepção mais atrativa e convidativa, com o propósito de envolver o visitante com o lugar e convidá-lo para uma viagem no tempo; valorizar mais o acervo, considerando que Diamantina possui uma forte ligação com o garimpo; investir em técnicas de som, iluminação e imagens de forma a aguçar os sentidos do visitante e acrescentar uma experiência mais marcante, como, por exemplo, uma apresentação audiovisual com referências de acontecimentos da época,

atendendo ainda um público estrangeiro; elaboração de textos interpretativos com linguagem adequada para todos os públicos e que contenha informações sobre o lugar; sinalização indicativa bem planejada e que chame a atenção do visitante para conhecer o museu; utilização de mapas interativos no museu, que valorize vários aspectos da cidade Diamantina e do seu entorno e, por fim, disponibilizar informações em outros idiomas e em Braile.

Considerando que nos monumentos religiosos foram recorrentes as reclamações que envolviam a sinalização indicativa e interpretativa, sugerimos a instalação de placas de sinalização interpretativa na parte externa, com informações sucintas para instigar o visitante a conhecer melhor o monumento.

A utilização de uma trilha sonora durante a visita às igrejas seria uma proposta interessante para oferecer ao visitante, uma visita marcante e inspiradora. Harmonizando o ambiente sagrado com as músicas sacras, adequados para o ambiente, e com horários estipulados para a entoação.

Caso não existam guias para se fazer uma visita ao interior do monumento e prestar as informações importantes sobre a edificação, pinturas, uma alternativa seria o uso de áudio-guia, contendo informações em outros idiomas sobre a construção da Igreja e o contexto histórico.

É importante que os monumentos contenham guias qualificados para prestar as informações e que utilizem ações que instiguem a curiosidade do turista, além de habilidades em despertar sensações neste turista e que será guardado como experiência memorável.

O planejamento adequado, aliado às técnicas de interpretação do patrimônio, poderia facilitar uma comunicação mais dinâmica entre o visitante e a cultura local, valorizando o patrimônio local e o respeito com o mesmo. Outro fator não menos importante é que a interpretação patrimonial e acessibilidade aos monumentos históricos podem influenciar no tempo de permanência dos turistas em Diamantina, considerando que se o monumento nada oferece em termos de informação, a visita é cada vez mais abreviada e sem cumprir seu propósito.

O envolvimento de todos os atores locais é de suma importância; o Poder Público, o Poder Privado, os moradores locais, especialistas de áreas distintas em conjunto poderão contribuir para que as ações sejam assertivas, gerando benefícios sociais, econômicos e culturais. Desta forma, a interpretação patrimonial, juntamente com o turismo, poderá cumprir seu papel intermediador entre o patrimônio e visitantes, permitindo maior consciência cultural e um melhor aproveitamento dos recursos patrimoniais pelo turismo.

Referências

- ALBANO, C.; MURTA, S. M. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: ed. da UFMG, 2002.
- ALVES, E. P. **Por uma caracterização do turismo em Diamantina**: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMFE9KBQF5/disserta__o_final.pdf?sequence=1. Acesso em: jan. 2019.
- ALVES, K. S.; SILVA, D. **As imagens e os imaginários na diáde espaço e identidade no turismo**. 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1611-1.pdf>. Acesso em: fev. 2019.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção Turismo).
- BAZÁN, H. G. **La interpretación del patrimonio geomorfológico en los Picos de Europa**: una propuesta para su aprovechamiento didáctico y geoturístico. 2014. Disponível em: <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/6513>. Acesso em: fev. 2019.
- BENHAMOU, F.; THESMAR, D. **Valoriser le patrimoine culturel de la France**. Direction de l'information légale et administrative. Paris, 2011.
- BRUSADIM, L. B.; SILVA, R. H. T. da. O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo** 6.1, p. 69-89, 2005. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao1/artigo_4.pdf Acesso em: dez. 2018.
- CASTRO, H. M. de; DEUS, J. A. S. de. Uma abordagem Geohistórica e Etnogeográfica do barroco mineiro aplicada aos estudos da paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 5, n. 3, p. 57-80, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/atelie/article/view/16627>. Acesso em: 2019.
- CARDOZO, P. F. de; MELO, A. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 133, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf>. Acesso em: jan. de 2019.
- CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. da UNESP, 2001.
- COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural**: Interpretação e qualificação. São Paulo: Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.
- CONCEIÇÃO, W. J.; FERNANDES, A. C. **La mezza notte**: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata, 1751-1895-1997. 2. ed. Diamantina: UFVJM, 2007.
- DELGADO, A. B.; PAZOS, A. S. Interpretação do patrimônio, turismo e gestão de áreas protegidas: algumas aproximações. **Turismo e Sociedade**, v. 6, n. 2. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38647908/3interpretacao_do_patrimonio__turismo_e_gestao_de_areas_protegidas_algumas_aproximacoes.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ5. Acesso em: 2018.
- DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa em turismo**: planejamento, métodos e técnicas. 9. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- GOODEY, B. A interpretação do Sítio Turístico: desenho e atividade. In: ALBANO, C.; MURTA, S. M. (org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.
- INSTITUTO DO Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1999. Proposta de inscrição de Diamantina na lista de patrimônio mundial. Anexo 9. Disponível em:

<http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Diamantina.pdf>. Acesso em: 2019.

KEMP, S. R. A.; SILVA, OV da. A evolução histórica do turismo: da antiguidade clássica a revolução industrial—século XVIII. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, ano V, p. 50-67, 2008. Disponível em: http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ICDQdUloe9pbXyB_2013-5-22-15-51-11.pdf.

MARTINS, M. L. A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: Surto Industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Diamantina. **Anais [...]**, Diamantina: Cedeplar/UFMG, V. 2, 2000. Disponível em: <http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MARTINS.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. **O hospício da Diamantina 1889-1906**. 2004. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: jan. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Destinos indutores**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html.

MIRANDA, Danilo. Cultura e desenvolvimento humano. **Cadernos Cenpec** | Nova série 5.7, 2010. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/64>. Acesso em: jan. 2019.

PUIZ PARRONDO, Antonio. Interpretación y difusión: dos formas diferentes de ver el patrimônio. **Arqueología y Territorio**, n. 7, p. 165-177, 2010. Disponível em: <https://www.ugr.es/~arqueologyterritorio/PDF7/Parrondo.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

TILDEN, Freeman. **Interpreting our heritage**. The University of North Carolina Press. Chapel Hill, NC. Sevilla, 1957.

Ouro Preto – patrimônio e turismo

Benedito Tadeu de Oliveira*

Resumo: Ouro Preto é uma das cidades mais importantes e simbólicas na história e cultura brasileiras. A cidade foi declarada Monumento Nacional em 1933; seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico foi tombado pelo IPHAN em 1938 e se tornou a primeira cidade brasileira inscrita na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1980. Atualmente, Ouro Preto passa por um processo de crescimento desordenado, com a ocupação de encostas, sítios arqueológicos, espaços públicos, áreas verdes e de risco, o que contribui para degradar seu entorno. Diante desse problema, discutiremos os desafios para o estabelecimento de uma política de patrimônio sustentável para a cidade. Assim, podem surgir as seguintes questões: Quais foram as ações que visaram a coordenar o crescimento urbano com a preservação desse patrimônio? Como as relações entre turismo e economia causam crescimento urbano desordenado no Brasil?

Palavras-chave: Patrimônio. Cultura. Conservação. História. Turismo.

Abstract: Ouro Preto is one of the most important and symbolic cities in Brazilian history and culture. The city was declared a National Monument in 1933; the architectural, urban and landscape ensemble was listed by the National Historic and Artistic Heritage Institute – IPHAN in 1938 and it became the first Brazilian city included in the World Heritage List by UNESCO in 1980. Nowadays Ouro Preto has been gone through a process of disorderly growth, with the occupation of slopes, archaeological sites, public spaces, green and risk areas, which has contributed to degrade its surroundings. Faced with this problem, we will discuss the challenges for establishing a sustainable heritage policy for the city. Thus the following questions may arise: What have been the actions aimed to coordinate the urban growth with the preservation of that heritage? How do relations between tourism and economy cause disorderly urban growth in Brazil?

Keywords: Heritage. Culture. Conservation. History. Tourism.

1 Introdução

Ouro Preto, situada no Estado de Minas Gerais, no Brasil, é uma das cidades mais importantes e emblemáticas para a história e a cultura brasileiras. Seu processo de formação, seu rico patrimônio cultural e os sucessivos esforços para sua preservação têm sido objeto de estudo e atenção por parte não somente de especialistas de diversas áreas, bem como de autoridades nacionais e internacionais. A cidade de Ouro Preto é um centro urbano que coaduna diferentes usos espaciais e interações sociais. O conflito de apropriação do território ouro-pretano se manifesta através de diferentes processos econômicos e sociais, mas no âmbito desta discussão interessa

* Arquiteto graduado pela Universidade de Brasília, UnB (1980). Doutor em restauração de monumentos pela Universidade de Roma, *La Sapienza* (1985). Em 1987 ingressou na Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, RJ, onde coordenou a restauração do Conjunto Arquitetônico Histórico de Manguinhos e participou da criação do Museu da Vida da Fiocruz. Foi diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Ouro Preto (2002-2009). Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Minas, Belo Horizonte, CEP 31.090-002, Brasil. *E-mail:* beneditoo@uaigiga.com.br

analisar o processo sob o olhar da valorização patrimonial do conjunto arquitetônico urbano e sua comercialização através do turismo.

Ouro Preto é reconhecida internacionalmente em razão do seu rico patrimônio barroco, que data do período do Brasil Colônia, mais precisamente do século XVIII. Desde então, a cidade passou por processos de reorganização espacial que alteraram em parte seu conjunto arquitetônico, mas essas metamorfoses não a impedem de atrair uma gama de visitantes todos os anos. A cidade é atualmente uma das principais destinações turísticas do Brasil, recebendo um número importante de turistas brasileiros e estrangeiros. O turismo de massa tem sido ponto de conflito entre, de um lado, aqueles que são partidários da proteção do patrimônio e, de outro lado, aqueles que defendem a prática do turismo racional em harmonia com os valores da proteção patrimonial, mas colocando igualmente em pauta a importância da comercialização do patrimônio cultural que, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), é a vertente que mais cresce no mundo nos últimos anos (OMT, 2015). Patrimônio de um lado, turismo de outro, o fato é que os dois usos territoriais coexistem na cidade e são igualmente importantes. O patrimônio histórico representa a transmissão de ideias, valores, instrumentos, técnicas e expertises às gerações futuras. No turismo repousa a responsabilidade da promoção do desenvolvimento social sustentável.

Tendo exposto a situação conflituosa representada pelo turismo como depredador do patrimônio na cidade de Ouro Preto, propomos a reflexão em torno das seguintes questões, que nos parecem essenciais: Como tem ocorrido a negociação espacial em Ouro Preto sob o prisma patrimonial e turístico? Como coadunar de forma harmônica os dois projetos espaciais? Para tentar responder a essas questões, analisamos documentos voltados para a proteção patrimonial na cidade, no intuito de inventariar as principais tentativas e verificar seus resultados. São importantes também entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da área de turismo e patrimônio na cidade, ligados tanto ao setor público quanto ao setor privado em Ouro Preto.

2 Bases históricas da proteção do patrimônio em Ouro Preto

Ouro Preto, assim como outras “vilas do ouro”¹ em Minas Gerais, tem uma formação territorial peculiar, que não obedece à organização urbana radial ou nuclear

¹ As “vilas do ouro” são centros urbanos que surgiram em Minas Gerais, no período colonial brasileiro, e têm, como característica essencial da paisagem urbana, um rico patrimônio barroco que data do século XVIII. O estilo barroco observável nessas cidades é nomeado “barroco mineiro”, uma variação da manifestação europeia adaptada às condições locais, bem como à disponibilidade de materiais e técnicas.

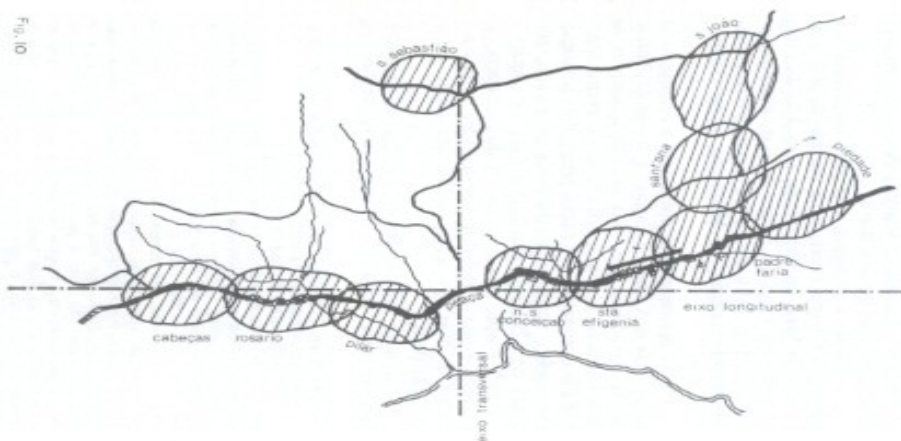
tradicional do Brasil Colônia. Sua configuração, orgânica e linear, antecipou o fenômeno urbano, hoje tratado pelas disciplinas que se interessam pela formação urbana como conurbação.² O agrupamento dos diversos arraiais surgidos em função da descoberta do ouro em 1698 deu origem, em 1711, à antiga Vila Rica de Albuquerque, que, em 1720, se tornou a capital da Capitania das Minas Gerais (VASCONCELOS, 1948).

Figura 1 – Mapa de Ouro Preto de 1888



Fonte: Arquivo Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Figura 2 – Os antigos arraiais e o processo de “conturbação”



Fonte: Sylvio de Vasconcellos (1977).

Contudo, somente no governo de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela (1735–1763), a presença da metrópole se torna enfaticamente confirmada, concretizando-se por meio de intervenções urbanas significativas, que vão desde a

² Fenômeno que acontece a partir da união de duas ou mais cidades/municípios, em consequência do crescimento urbano. Geralmente esse processo dá origem à formação de regiões metropolitanas.

construção das pontes e chafarizes e a abertura, definição e revestimento dos arruamentos, até, e sobretudo, a delimitação do centro administrativo realizada com a construção do Palácio-Fortaleza próximo à antiga Casa de Câmara, configurando assim a Praça Tiradentes, que, ao unificar as duas freguesias e refundir os dois arraiais originais, estabelece o núcleo principal da povoação. Tal ligação se consolidou a partir do segundo quartel do século XVIII, e deu origem ao novo núcleo que unificou dois dos seus mais importantes arraiais, Antônio Dias e Pilar, mas a Praça Tiradentes, como ressalta Sylvio de Vasconcellos, é uma consequência do povoamento já existente e não origem dele, correspondendo mais aos limites de duas povoações vizinhas do que centro de irradiação delas (VASCONCELLOS, 1977).

A então Vila Rica passa a ser o principal centro setecentista de extração do ouro, propiciando inovações na arquitetura, pintura e escultura, a exemplo do grande artista Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho.³ O Aleijadinho, estudado por Lúcio Costa, Rodrigo Mello Franco e Sylvio de Vasconcellos, será a figura-síntese, no plano artístico, do gênio da raça, a encarnação da nossa cultura artística, autônoma e fecunda. Em 1789, Vila Rica foi palco da Inconfidência Mineira,⁴ liderada por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, expressão máxima do heroísmo histórico. Tiradentes e Aleijadinho vão constituir o que Manuel Bandeira intitula de as duas grandes sombras de Ouro Preto (BANDEIRA, 1938). O primeiro declínio econômico e social da cidade ocorreu no final do século XVIII, com o esgotamento das minas de ouro e a crise de abastecimento alimentar, resultando na decadência econômica e no esvaziamento populacional da vila (VASCONCELOS, 1948).

No início do século XIX, a principal função da “Imperial Cidade de Ouro Preto”⁵, título recebido em 20 de março de 1823, foi a de ser a capital da Província de Minas Gerais. Nas décadas seguintes, a modernização de Ouro Preto foi progressiva, através da expansão urbana no Pilar em direção ao bairro hoje conhecido como Barra, da implantação da linha férrea, de infraestruturas de telefonia, telégrafo e iluminação, bem como da implantação de redes de água e esgoto. No decorrer do século XIX, alguns edifícios do período colonial foram reformados ou substituídos por edifícios de

³ O historiador de arte, curador e restaurador francês Germain René Michel Bazin definiu Aleijadinho como o “Michelangelo dos Trópicos”.

⁴ A Inconfidência Mineira, cujo maior representante é sem dúvida Tiradentes, foi um dos eventos da história do Brasil Colônia de maior repercussão e conhecimento popular. O acontecimento foi amplamente estudado por historiadores brasileiros sob diferentes prismas. Em um primeiro tempo, fala-se em um movimento que buscava a liberdade frente à metrópole. Em seguida, o evento toma contornos regionais como sendo reflexo do descontentamento da população de Minas Gerais frente às cobranças tributárias exacerbadas do governo português. Um terceiro grupo de pesquisadores se interessa pelos interesses particulares propulsores do movimento (ALMEIDA, s/d).

⁵ Título conferido por dom Pedro I Imperador do Brasil (12/10/1822 a 07/04/1831).

estilos neoclássico e eclético. A matriz do Pilar teve sua fachada totalmente reformada entre 1848–1852 e a Igreja de São Francisco de Paula foi construída (1804-1878) já sob a influência neoclássica. Nessa época, foram realizadas intervenções urbanas de arborização, implantação de bulevares de desenho clássico, surgiram chalés utilizando lambrequins,⁶ bem como edificações com fachadas neoclássicas e balcões em ferro (MENICONI, 1999).

Capital da Província e influente nos negócios do Império, Ouro Preto moderniza-se e implanta uma série de equipamentos urbanos como a Estação Ferroviária (1889). Com a criação da Escola de Minas (1786), patrocinada pelo Imperador D. Pedro II e implantada por Henri Gorceix,⁷ consolida-se uma nova vocação da cidade, que já sediava o Liceu Mineiro (1854) e a Escola de Farmácia (1839): a de centro de formação, ensino e estudo. A escola de engenharia, considerando a industrialização da província e do País, destinava-se a formar agentes de modernização, com sua extensa e consistente formação teórico-científica e seu caráter operativo. Essas instituições foram de grande importância econômica e social para o desenvolvimento de Ouro Preto, no século XIX.

Com a proclamação da República em 1889, a imagem da Imperial Cidade de Ouro Preto revelou-se inadequada para os ideais positivistas e de racionalidade científica republicana (MENICONI, 1999). A mudança da capital para Belo Horizonte, em 1897, produziu um êxodo de quase 50% da população e provocou deteriorações físicas e econômicas em Ouro Preto, caracterizando, assim, o segundo evento histórico de declínio da cidade. Como outros casos na história das cidades, a exemplo de Siena na Itália, Ouro Preto teve sua integridade física e formal preservada em função do seu afastamento do desenvolvimento, que no período estimulou renovações urbanas.

3 Ouro Preto na marcha da modernização: degradação da paisagem e instrumentos de proteção do patrimônio urbano

Nas três primeiras décadas do século XX, por ação de discursos públicos, a cidade passa a encarnar valores essenciais na construção da identidade nacional. Esses discursos, que têm sua origem ainda no século XIX, são retomados e consolidados por ocasião do bicentenário de Ouro Preto. A partir de artigo publicado em 1916 pelo professor e escritor Alceu de Amoroso Lima, a cidade será sucessivamente visitada por

⁶ Lambrequim é o nome de recortes e pendentes, feitos em tecido, madeira ou outro material, usados principalmente na decoração dos beirais das edificações.

⁷ Claude-Henri Gorceix foi um mineralogista francês que nasceu em 1842 em Saint-Denis-des-Murs. De 1862 até 1866, estudou na Escola Normal Superior de Paris e recebeu o título de Bacharel em Física e Matemática. Depois foi professor na Escola Francesa de Atenas. Henri Gorceix foi fundador e primeiro diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.

intelectuais e artistas (LIMA, 1916). O relato e a ação desses novos viajantes vão fazer com que os valores da cidade adquiram reconhecimento no plano nacional, suscitando a adoção de medidas concretas para sua tutela e salvaguarda.

No início do século XX, levantaram-se vozes na imprensa alertando sobre o abandono do patrimônio cultural mineiro, bem como sobre a necessidade de ações para sua preservação. A partir da década de 1920, tendo o Estado brasileiro interesse em inventariar espaços no país considerados como legítimas produções brasileiras, capazes assim de ancorar a “fabricação” de uma identidade nacional, Ouro Preto passara a receber visitas de intelectuais dos mais diversos domínios (MENICONI, 1999). Entre eles figuram os urbanistas e arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Poetas como Manoel Bandeira, Cecília Meirelles e Carlos Drummond de Andrade também se interessaram pela cidade, servindo esta de inspiração aos ideais modernistas que, encabeçados por Mário de Andrade, a identificaram como um dos berços da identidade nacional.

Figuras 3 e 4 – Bairro do Pilar na primeira metade do século XX e hoje



Fonte: Fotos respectivamente de Luiz Fontana (acervo IFAC/UFOP) e Benedito Tadeu de Oliveira (arquivo particular).

As primeiras ações efetivas de restauro em Ouro Preto foram patrocinadas pelo governo do Estado de Minas Gerais e supervisionadas por Gustavo Barroso,⁸ na época diretor do Museu Histórico Nacional. Ainda na década de 1920, foram elaborados diversos projetos de lei para a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro e, em 12 de julho de 1933, foi promulgado o Decreto n. 22.928, atribuindo a Ouro Preto

¹³ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso foi um advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista brasileiro. Foi um dos líderes nacionais da Ação Integralista Brasileira e um dos seus mais destacados ideólogos. Foi o criador e primeiro diretor do Museu Histórico Nacional (MHN). Foi também diretor do primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio no Brasil, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), criada em 1933 como uma entidade vinculada ao MHN.

o título de Monumento Nacional. Em 1935, Gustavo Barroso propôs um Plano de Restauração da cidade, contemplando monumentos públicos civis e religiosos (MENICONI, 1999). Em 1937, na gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que em 1938 promoveu o tombamento⁹ integral de Ouro Preto. O conjunto arquitetônico e urbanístico é constituído por 45 monumentos tombados isoladamente e aproximadamente mil edificações tombadas em conjunto. Nos anos sucessivos, conhecidos como “tempos heroicos”¹⁰ do SPHAN (1937-1967), as intervenções de restauração buscaram a unidade de estilo das edificações, utilizando critérios análogos aos empregados pelo engenheiro-arquiteto francês Eugène Viollet-Le-Duc (1814-1879). A visão idealizada de Ouro Preto como obra de arte acabada, notadamente quanto ao seu caráter paisagístico barroco, e a extensão dos critérios de intervenção arquitetônica em toda a urbe levaram os técnicos do SPHAN a investir contra a arquitetura eclética, promovendo ações corretivas de caráter “mimético” e até mesmo a proposição de demolições de edificações do século XIX (MENICONI, 1999).

A instalação em Ouro Preto de uma usina da Alcan Alumínio do Brasil em 1950 impulsionou as atividades de metalurgia e de mineração no município,¹¹ o que provocou o crescimento populacional e a demanda de novas moradias. Tais fatos levaram o SPHAN a elaborar as primeiras normas de aprovação de projetos, as quais passaram a recomendar os elementos arquitetônicos tradicionais do período colonial, dando origem, assim, a uma arquitetura popularmente conhecida na cidade como “estilo patrimônio” (MOTTA, 1987).

Na década de 1960, as rápidas transformações urbanas chamaram a atenção da opinião pública nacional e estimularam os órgãos públicos a desenvolverem planos para a proteção do patrimônio cultural de Ouro Preto. Na época, a reformulação dos conceitos de conservação, preconizados pela Carta de Veneza, elegeu o planejamento como principal instrumento de salvaguarda dos bens culturais. Dessa forma, o primeiro plano foi desenvolvido em 1968 pelo arquiteto português Viana de Lima,

⁹ Palavra de origem portuguesa que significa fazer um registro num órgão de Estado de um patrimônio de valor para uma comunidade, protegendo-o por meio de legislação específica. Segundo Sonia Rabello de Castro, o tombamento é um instrumento técnico-jurídico e a forma mais antiga e consolidada de preservação do patrimônio cultural no Brasil (CASTRO, 2010).

¹⁰ Foi convenicionado nomear as primeiras décadas de ação do Sphan como “fase heroica”. Ancorada na figura do primeiro diretor do Sphan e de intelectuais modernistas como Mario de Andrade e Lucio Costa, esse período se caracterizou pela proteção massiva do patrimônio barroco nacional (FONSECA, 2009).

¹¹ No Brasil, os municípios são as menores unidades administrativas da Federação. O município não é sinônimo de cidade ou de área urbana, dado que ele pode abarcar uma cidade e os espaços periféricos, notadamente rurais, que o circundam.

graças à aproximação de Rodrigo Melo Franco de Andrade (criador e primeiro diretor do IPHAN) com a UNESCO.

O plano elaborado por Viana de Lima consistia no zoneamento da cidade e do seu entorno, com a proposta de criação de áreas de expansão separadas do núcleo histórico, que seria protegido por um cinturão verde (MOTTA, 1987). Outra tentativa de planejamento foi o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana (1973–1975), executado pela Fundação João Pinheiro. Esse plano desestimulava o crescimento dos centros históricos de Ouro Preto e Mariana – cidades vizinhas –, bem como propunha áreas de expansão com tratamentos e ocupações diferenciadas, em função das proximidades dos referidos centros (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975).

De um lado, esses planos não foram implantados devido às dificuldades político-administrativas e ao seu distanciamento da realidade urbana da época. De outro, Aloísio Magalhães assumiu a direção do SPHAN em 1979, com a proposta de envolvimento das comunidades locais na preservação dos seus bens culturais. Sua primeira ação na cidade foi a realização de um seminário que deu origem a um documento denominado “Projeto Ouro Preto”, com propostas diversificadas e abrangentes para o enfrentamento dos problemas de preservação cultural e ambiental.

Em setembro de 1980, Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO e, nos anos seguintes, foram criadas no entorno do perímetro tombado três unidades estaduais de conservação: o Parque Estadual de Itacolomi, a Estação Ecológica do Tripuí e a área de Proteção Ambiental (APA) da Cachoeira das Andorinhas. No entanto, nas décadas sucessivas, a cidade continuou seu processo de adensamento e expansão, sem adotar instrumentos eficazes de planejamento urbano.

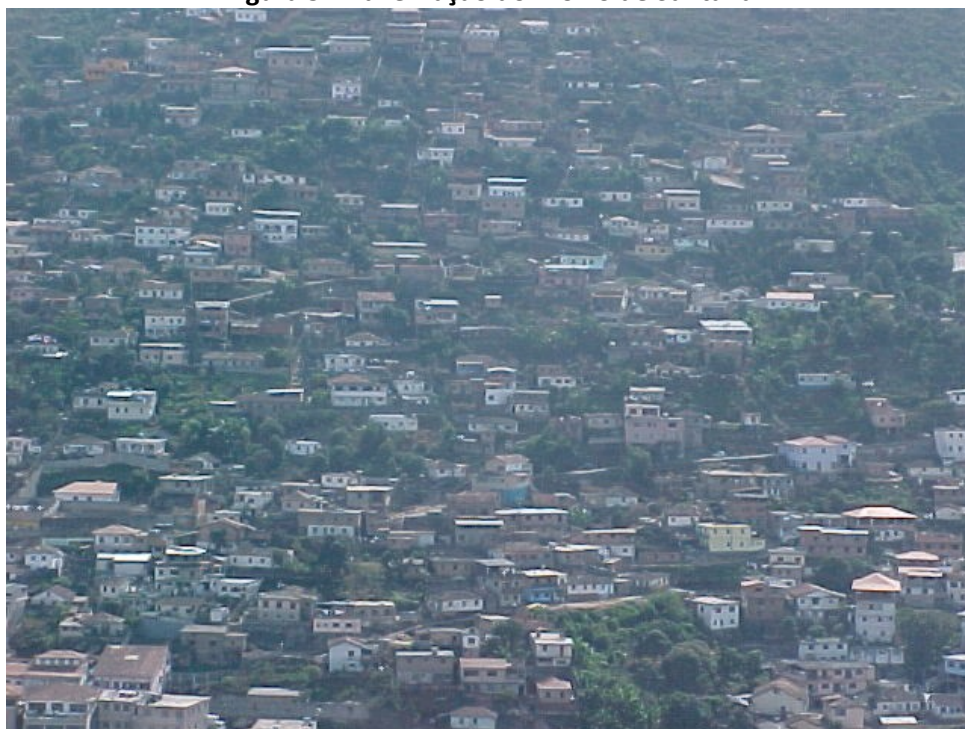
As últimas tentativas de conciliar o desenvolvimento urbano da cidade com a proteção de seu patrimônio cultural e ambiental foram iniciativas dos governos municipais de 1993-1996 e de 2003-2006. No Plano Diretor de 1993–1996, que não foi implantado pelo governo seguinte, foram criadas uma zona de Proteção Especial, três zonas de Proteção Paisagística e Ambiental, cinco zonas de Controle Paisagístico e Ambiental, três zonas de Adensamento, além de uma zona de Expansão. Nesse período, instituições como o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) trabalharam de forma integrada para a preservação da cidade. Coube ao IPHAN desenvolver as Diretrizes de Intervenções Urbanísticas e Arquitetônicas na Zona de Proteção Especial, que determinava a face de quadra como parâmetro de avaliação

das intervenções, e as características de unidade e de harmonia dos conjuntos urbanos sobrepujam-se às edificações individualizadas na definição tanto dos critérios como da análise e avaliação dos projetos. Já o Plano Diretor de 2003–2006, elaborado a partir de solicitação da UNESCO, enfrentou nos anos sucessivos dificuldades de ordem política e técnica e administrativas para ser implementado e consolidado.

Ouro Preto continua passando por um processo de crescimento desordenado, com a ocupação de encostas e áreas de risco, favelas nos morros, além da invasão de espaços públicos, áreas verdes e sítios arqueológicos. Com a descaracterização do entorno, que é parte do patrimônio tombado pelo IPHAN, pode-se considerar que Ouro Preto tem sofrido um processo sistemático e contínuo de destruição pelas bordas, caracterizando o seu terceiro ciclo de declínio físico (OLIVEIRA, 2003).

Embora a maioria dos imóveis tombados esteja em razoável estado de conservação e com usos compatíveis com suas estruturas, o trânsito de veículos, sem hierarquização do sistema viário e com carência de áreas para estacionamento, tem causado danos físicos às estruturas de pedra, adobe e pau-a-pique das edificações históricas.

Figura 5 – Favelização do Morro de Santana



Fonte: Arquivo particular de Benedito Tadeu de Oliveira.

Os principais problemas de conservação são decorrentes de adensamento, alteração dos espaços internos, grande número de fissuras, precariedade das

instalações elétricas e de gás, assim como substituição de materiais e sistemas construtivos originais. Existe na cidade uma grande demanda de acréscimos, sobrelevações e reformas, além de muitas obras irregulares. Aproximadamente 250 processos encontram-se nos Ministérios Públicos Estadual e Federal. Outro problema de difícil equacionamento diz respeito à questão fundiária, com a existência de posses e terras devolutas, assim como de lotes e loteamentos irregulares (OLIVEIRA, 2003).

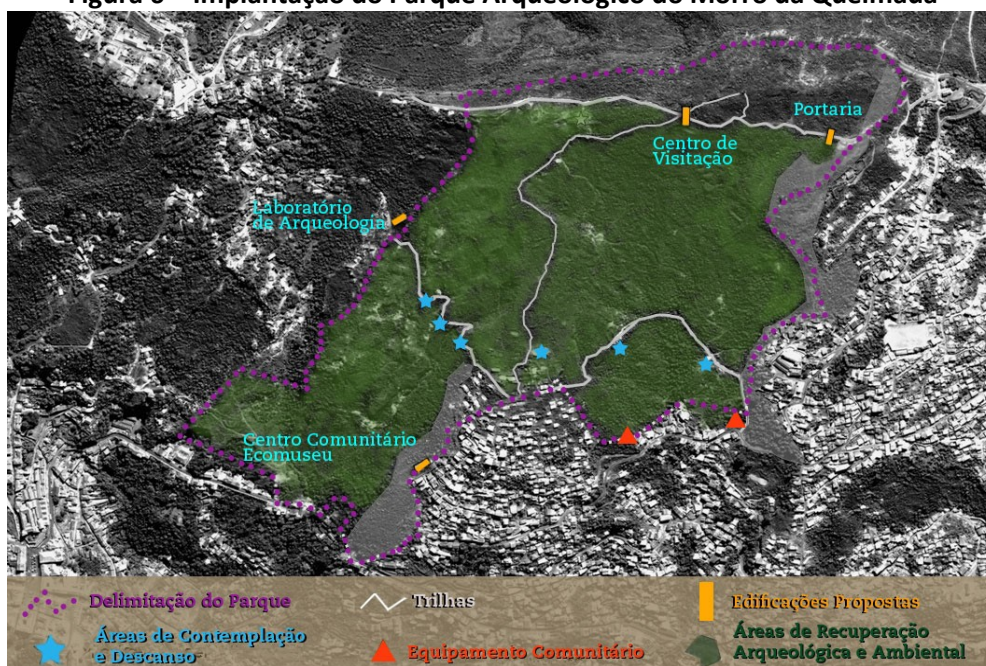
Para tentar conter o alarmante e acelerado processo de deterioração da paisagem histórica da cidade, algumas medidas poderiam contribuir para a diminuição dos efeitos da modernidade e das atividades turísticas sobre a paisagem histórica da cidade de Ouro Preto. Contudo, não existem respostas únicas ou fórmulas mágicas para resolver as interferências modernas na construção das cidades. Toda e qualquer medida adotada será forçosamente adaptada, repensada, reconstruída conforme as medidas sejam tomadas. Assim, é possível sugerir algumas medidas sempre e quando pensadas em termos de possibilidades, e não de soluções finais. Tais medidas a testar seriam: revisão do projeto de ordenação do tráfego desenvolvido pelo programa Monumenta¹²; adoção de um programa de preservação da cidade que leve em conta não só intervenções físicas pontuais, mas sobretudo ações de larga escala; implantação de um sistema eficiente de prevenção, detecção e combate a incêndios; atualização do Código de Posturas de 1980 e da Carta Geotécnica de 1982 para sua implementação; adoção de políticas tributárias de incentivo à preservação do patrimônio tombado; elaboração de diretrizes que orientem as intervenções urbanísticas e arquitetônicas nos distritos do Município; soerguimento e democratização do IPHAN, que foi progressivamente sucateado a partir de 1990, a fim de poder atuar com eficiência nas diversas frentes e ações de preservação; capacitação da estrutura da Administração Pública Municipal, para o cumprimento do dever constitucional de conservação do seu patrimônio cultural urbano; e implantação do projeto do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, que acreditamos teria grande potencial para a oferta de uma opção diferenciada de turismo fora do circuito tradicional da cidade.

Ouro Preto não utiliza todo o potencial do seu rico patrimônio cultural e ambiental para o desenvolvimento de uma atividade turística adequada e vigorosa. A herança cultural recebida tem um valor turístico imenso, contudo é pouco ou insuficientemente explorada; um exemplo disso é que grande parte dos turistas que visitam Ouro Preto não dorme na cidade. Uma das possibilidades de reverter essa

¹² O Programa Monumenta é federal e foi criado em 1995, executado pelo antigo Ministério da Cultura do Brasil, inicialmente patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a preservação do patrimônio cultural urbano e chegou a atender 26 cidades brasileiras. O Monumenta foi posteriormente transformado em Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Cultura.

situação é a implementação de um grande projeto que possa retê-los na cidade. O exemplo do Museu Guggenheim, implantado em 1997 em Bilbao, Espanha, é prova de que um grande empreendimento pode mudar totalmente a atividade turística de uma cidade ou região.

Figura 6 – Implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada



Fonte: Arquivo do Museu de Arte Sacra do Carmo. Desenho, Raphael F. Asthon e Mariana Pedrosa.

O projeto do Parque Arqueológico do Morro da Queimada tem potencial para reverter essa situação e contribuir para a permanência mais prolongada dos turistas em Ouro Preto, com o aumento, por exemplo, da demanda na rede hoteleira, o que contribuiria para criar postos de trabalho na cidade. O projeto do Parque Arqueológico é também um empreendimento cultural e, se implantado, vai promover a pesquisa, o ensino, o desenvolvimento científico, a informação e a comunicação. Sua implantação pode replicar no seu entorno ações de requalificação urbana capazes de garantir a geração de emprego e renda, acesso à moradia e saneamento dignos e, acima de tudo, maior justiça e bem-estar social.

4 A valorização turística da cidade de Ouro Preto: como conciliar o projeto turístico e o projeto patrimonial?

Trataremos a partir de agora de analisar de que maneira o patrimônio histórico-cultural, representado pela cidade de Ouro Preto, entra no circuito da circulação mundial de modelos turísticos. Tentaremos introduzir uma abordagem nova para a

análise do turismo na cidade, atividade intensamente estudada por pesquisadores dos mais diversos domínios acadêmicos.

Desde os primeiros passos para a proteção do patrimônio histórico da cidade de Ouro Preto pelo SPHAN em 1938, um projeto de incentivo ao turismo local já se encontrava associado à proposta. Assim, na cidade de Ouro Preto, turismo e patrimônio caminharam lado a lado desde o início do século XX.

A relação dialética entre uma vertente patrimonial e uma vertente turística tem chamado a atenção de pesquisadores. Nas últimas décadas, manifestações por parte de instituições supranacionais, como a UNESCO, OMT e o Conselho da Europa, evocam o patrimônio como um processo dinâmico. Nesse entendimento, seria possível e mesmo aconselhável conciliar a proteção patrimonial aos novos usos e funções atribuídas a esses objetos, notadamente, mas não exclusivamente, através do turismo. Profissionais de grande renome internacional têm sustentado que, em um contexto de mundialização, a constante e intensa circulação de pessoas, capitais, ideias, crenças, etc., promove certa prática de coprodução entre turismo e patrimônio (FAGNONI, 2003; GRAVARI-BARBAS, 2011; DJAMENT-TRAN, 2015). Tal premissa foi testada pelo projeto Patrimondi.¹³ No âmbito do projeto Patrimondi,¹⁴ – neologismo que faz referência ao processo de globalização do patrimônio – o turismo é claramente um vetor de produção patrimonial e patrimônio é o que se constrói no âmbito das circulações turísticas (PATRIMONDI, 2016). Em uma relação dialética, o patrimônio seria então, por sua vez, o grande propulsor do turismo, notadamente no que tange à vertente do turismo cultural, que se expande a olhos vistos nas últimas décadas (OMT, 2015).

Os diferentes conflitos que existem na cidade de Ouro Preto, no tocante ao uso turístico do patrimônio já foram tratados na literatura (DUTRA, 2012).

5 Conclusão

No tratamento da questão do turismo cultural em Ouro Preto, devem ser levados em consideração os diversos fatores sociais e políticos envolvidos nessa atividade, os aspectos de desenvolvimento econômico e urbano, além da preservação do seu rico patrimônio cultural e ambiental. O tratamento isolado dos diversos aspectos de impacto e gestão é insuficiente para abordar os problemas de

¹³ No âmbito do projeto Patrimondi, tal hipótese foi testada nas destinações de Ankor (Camboja), Marraquech (Marrocos), Buenos Aires (Argentina), acerca da valorização do tango, Tangin (China) e Vieux Québec (Canadá).

¹⁴ Para maiores informações sobre as ações realizadas durante a vigência do PATRIMONDI, consultar a página oficial do projeto <https://patrimondi.hypotheses.org/>.

desenvolvimento urbano e social, assim como o desenvolvimento do turismo cultural. Esse desafio deve ser enfrentado com a utilização dos princípios da gestão integrada¹⁵ para as atividades de planejamento urbano e desenvolvimento do turismo cultural.

Nas últimas décadas, foram formulados diversos planos para o desenvolvimento do turismo no Brasil, mas a maioria não chegou a ser efetivamente implementada, devido a obstáculos como mudanças no governo, gestão centralizada na capital do País, Brasília, e falta de orçamento ou propostas pouco relacionadas à realidade. As propostas que chegaram a ser implementadas não foram eficazes, provavelmente em função da priorização de investimentos em infraestrutura que geraram expectativas sobre um desenvolvimento turístico supostamente espontâneo e, às vezes, levaram ao desenvolvimento degradante em muitas localidades do território nacional. Outros problemas são a atuação incipiente dos órgãos estaduais no desenvolvimento do turismo, expectativa de benefícios de curto prazo, falta de profissionalismo, tanto no governo quanto no setor privado, e irresponsabilidade social e ambiental (SOLHA, 2004).

Um plano para a recuperação e conservação do patrimônio cultural e ambiental de Ouro Preto e de desenvolvimento do turismo cultural envolve iniciativas amplas e diversificadas, contemplando ainda ações nas áreas de pesquisa histórica e arqueológica, manutenção preventiva do patrimônio edificado e educação patrimonial e ambiental. Essa tarefa é gigantesca e deveria ser executada por meio da ação conjunta entre os governos municipal, estadual e federal, podendo gerar algumas centenas de postos de trabalho permanentes no município, contribuindo assim para o aumento do turismo e para a dinamização da economia regional.

Portanto, a grande questão que agora se apresenta, e permanece em aberto, é a de como operacionalizar e conciliar a conservação integrada da cidade com o desenvolvimento do turismo cultural e ambiental, envolvendo suas instituições, a comunidade, os profissionais e os técnicos, dotando-os, ao mesmo tempo, de todos os instrumentos e recursos necessários.

Referências

ALMEIDA, R. R. De. **A Inconfidência Mineira de 1789**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/ainconfidenciamineirade1789.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BANDEIRA, M. **Guia de Ouro Preto**. Ministério da Educação e Saúde – MES, Rio de Janeiro, 1988.

BAZIN, G. **O Aleijadinho e a Escultura Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

¹⁵ Proposta na Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico proclamada no Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu realizada em Amsterdam de 21 a 25 de Outubro de 1975.

- CASTRO, S. de C. Tombamento e Legislação Urbanística: competência e gestão. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (org.). **Revisitando o Instituto do Tombamento**. Belo Horizonte, MG, Fórum, 2010. p. 37-49.
- DUTRA, C. A. **O poder simbólico das representações sociais**: territorialidades conflitivas nas relações homem e natureza no distrito de Lavras Novas-MG. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, 2012.
- FONSECA, M. C. L. O. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC – IPHAN, 2009.
- FUNDAÇÃO JOÃO Pinheiro. Centro de Desenvolvimento Urbano. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, Belo Horizonte, 1975.
- LIMA, A. de A. Pelo passado nacional. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, set. 1916.
- MELLO, S. De. **Barroco mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MENICONI, R. O. de M. **A construção de uma cidade monumento**: o caso de Ouro Preto. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- MOTTA, L. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.
- OLIVEIRA, B. T, de. É urgente uma ação conjunta para reverter a deterioração de Ouro Preto. **Revista Projeto Design**, São Paulo, n. 279, p. 24-26, 2003.
- OLIVEIRA, B. T. de. Em defesa de Ouro Preto. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 113, p. 63-66, 2003.
- SOLHA, K.T. **Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.
- VASCONCELOS, D. de. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- VASCONCELLOS, S. de. **Vila Rica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

Patrimônio e turismo no caminho do ouro em Paraty (Rio de Janeiro, Brasil)

Fábia Trentin*
 Erly Maria de Carvalho e Silva**
 André Marcos da Cruz***
 Valeria Lima Guimarães#

Resumo: Paraty é uma cidade que se vincula ao período colonial brasileiro (1500 a 1822) com registros históricos que revelam, por meio do patrimônio, material e imaterial, tal relação. Dentre seu patrimônio destaca-se o Caminho do Ouro, construído para o escoamento do metal desde as minas até o porto de Paraty e do Rio de Janeiro de onde seguia para Portugal. Após mapeamento e recuperação de parte do Caminho do Ouro no território de Paraty, desenvolveram-se atrativos e serviços turísticos que proporcionam experiências turístico-culturais aos visitantes. Este trabalho investiga o Caminho do Ouro em Paraty, a fim de conhecer seus atrativos, os serviços, os produtos turísticos, a governança e os desafios para o desenvolvimento do turismo nesse trecho. O levantamento bibliográfico pertinente ao tema e os dados de campo coletados a partir de entrevistas face a face com os atores sociais, envolvidos com as atividades do Caminho do Ouro nos limites territoriais de Paraty (RJ), forneceram as bases para discussão. No momento em que a cidade de Paraty recebe o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, na categoria Sítio Misto, este estudo ganha maior relevância, podendo contribuir para a reflexão e gestão de um destino turístico com *status* de Patrimônio Mundial.

Palavras-chave: Caminho do Ouro. Patrimônio. Turismo. Paraty (RJ). UNESCO.

Abstract: Paraty is a Brazilian city binding to the Brazilian colonial period, which stands from 1500 to 1822, with historical records that reveal through its material and immaterial heritage such a relationship. Among its heritage stands the Golden Path, built to boat the precious metal from the mines to the port of Paraty and Rio de Janeiro to send to Portugal. After mapping and recovering part of the Golden Path in Paraty's territory, it has developed attractions and tourist services to provide cultural experiences to visitors. This paper investigates the Golden Path in Paraty to know its attractions, services, tourism products, governance, and challenges for touristic development. The bibliographical survey related to the theme and the field data collected from face-to-face interviews with the social actors, directly or indirectly involved with the Golden Path activities in the territorial, provided the basis for discussion. At the moment the city of Paraty receives the title of Cultural Heritage of Humanity, in the mixed category site, this study gains greater relevance, and can contribute to the reflection and management of a tourist destination with World Heritage status.

Keywords: Golden Path. Heritage. Tourism, Paraty (RJ). UNESCO.

1 Introdução

Paraty, cidade situada no Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1667, exerceu grande importância econômica no período colonial, graças aos engenhos de cana-de-

* Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* ftrentin@id.uff.br

** Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* erlymar@uol.com.br

*** Assistente Técnico no Centro Cultural Sesc Paraty. *E-mail:* andre_marcos@live.com

Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* valeriaguimaraes@id.uff.br

açúcar e ao seu porto que escoava a produção de minérios preciosos extraídos das minas do estado de Minas Gerais e enviados a Portugal.

A pujança desse período áureo refletiu-se na arquitetura do casario, na construção de igrejas, no traçado e calçamento de suas ruas, tudo isso emoldurado pela bela paisagem que circunda a cidade e se estende pela Mata Atlântica, em uma fusão ímpar de cultura e natureza.

Para escoar com mais rapidez a produção abundante das minas, índios, escravos e portugueses se empenharam no desbravamento de um caminho que ligasse os centros produtores ao porto de Paraty. Assim se materializou o chamado Caminho do Ouro, hoje testemunha da história e da cultura de uma época colonial que fundamentou a identidade de um povo, com seus costumes, seu idioma, seus valores cristãos, calcada ainda em um território de extensas terras, matas, com diversidade de fauna e flora.

O que Paraty possui de mais relevante é o seu patrimônio material e imaterial. Se o material permite ao visitante transportar-se pelo tempo e sentir-se em meio ao Brasil colonial em seu núcleo urbano ou caminhando pelo Caminho Velho, o imaterial, com suas festas religiosas, feiras e festivais, o põe em contato com formas de culturas tradicionais, herança portuguesa e africana. Se o visitante procura locais paradisíacos para descansar em ilhas e praias afastadas do burburinho dos grandes centros ou se quer entrar em contato íntimo com a natureza em meio às matas também as encontra em Paraty.

Essa combinação cultura, história e natureza fez nascer no paratiense o desejo de ver sua cidade reconhecida. O título de cidade criativa na gastronomia já lhe havia sido outorgado. Mas a vontade maior seria obter o *status* de patrimônio mundial da humanidade. Para isto, sociedade civil, Poder Público e instâncias sociais se uniram, elaboraram um projeto, apresentado e aceito pela UNESCO como candidata ao título. O resultado da candidatura foi anunciado no momento em que este artigo estava sendo finalizado.

A outorga desse título aumenta sua responsabilidade pela salvaguarda de seu patrimônio e vai exigir do Poder Público formas de gestão mais eficientes para sanar os problemas que têm sido detectados, especialmente no que se refere ao Caminho do Ouro, que, segundo os atores entrevistados neste estudo, está sofrendo com a ausência de ações que viabilizem a sua preservação e melhorem sua dinâmica de visitação, fornecendo a infraestrutura necessária. De qualquer forma, o atual estado do Caminho, no trecho do território de Paraty, clama por cuidados e não se pode permitir que esse patrimônio se deteriore e se perca.

Este trabalho tem, pois, como objetivo investigar o Caminho do Ouro em Paraty no sentido de conhecer os atrativos, os serviços e os produtos turísticos, a governança do Caminho do Ouro e as estratégias de desenvolvimento do turismo.

Os dados de campo foram coletados a partir de entrevistas face a face com os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a visitação do Caminho do Ouro nos limites territoriais de Paraty (RJ), além de levantamento de dados em estudos já realizados. No momento em que a cidade de Paraty acaba de receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, na categoria Sítio Misto (paisagem natural e cultural), este estudo ganha maior relevância, podendo contribuir para a reflexão e gestão de um destino turístico com *status* de Patrimônio Mundial.

A discussão a ser proposta neste trabalho pretende fornecer argumento para sinalizar a insatisfação de atores direta e indiretamente envolvidos com e no Caminho do Ouro e sugerir ações com a finalidade de superar os desafios relacionados à estruturação e articulação do Caminho como produto turístico de apelo nacional e até internacional, no sentido de viabilizar o desenvolvimento humano no seu entorno próximo, valorizando a natureza e a cultura local.

2 A Construção da Noção de Patrimônio no Brasil e a Patrimonialização da Cidade de Paraty: Novos Atores, Novas Abordagens

A noção de patrimônio no Brasil se institucionaliza na década de 1930, no governo do presidente Getúlio Vargas, que desenvolveu um projeto de nação, de viés autoritário, no qual a construção da identidade nacional era uma das principais bases. A formatação de uma ideia do que é o nacional e do que é ser brasileiro pautava-se pela construção e pelo fortalecimento de símbolos identitários que confeririam aos nacionais o sentimento de pertença e o orgulho pátrio, em um país ainda jovem, que até o século XIX estivera ligado politicamente a Portugal, mesmo após a sua independência oficial, ocorrida em 1822.

O patrimônio desempenharia um papel importante nesse projeto político e ideológico, tendo sido institucionalizado naquele momento, como política cultural, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937), que daria lugar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Predominava, nesses primeiros anos do SPHAN, um olhar estético, influenciado pelo modernismo brasileiro, que valorizava sobretudo as construções em estilo barroco, identificadas como “as origens” do nacional, com especial atenção à arquitetura religiosa cristã, de origem portuguesa. Essa fase inicial do órgão responsável pelas políticas de proteção do patrimônio brasileiro foi apelidada de “pedra e cal”, em alusão à política de

tombamentos, o instrumento legal de proteção do patrimônio, que significa inscrições nos Livros de Tombo (termo alusivo à Torre de Tombo, em Portugal). Embora houvesse quatro Livros de Tombo, nos quais os bens culturais brasileiros poderiam ser inscritos, o Livro de Tombo Histórico, o Livro do Tombo de Belas Artes, o Livro de Tombo das Artes Aplicadas e o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as ações do SPHAN e o seu olhar estético privilegiavam exemplares arquitetônicos, considerados bens de “excepcional valor” nacional (OLIVEIRA, 2008).

O Estado de Minas Gerais, com suas cidades históricas do período colonial, erguidas nos séculos XVII e XVIII, no apogeu da mineração, para as quais convergiam os Caminhos do Ouro brasileiros, foi privilegiado pelas políticas de tombamento do SPHAN, que reconhecia valor excepcional nas suas igrejas barrocas ornamentadas com grandes quantidades de ouro, no casario colonial, no traçado urbano, como elementos de grande “contraste” com o estilo moderno da época de criação daquele órgão estatal de proteção ao patrimônio.

Ouro Preto foi considerada uma cidade-monumento, dada a excepcionalidade do seu conjunto. Foi identificada como o berço da cultura nacional. O seu complexo arquitetônico e urbanístico foi tombado e inscrito no Livro de Tombo de Belas-Artes no ano de 1938. À patrimonialização seguiu-se a turistificação da cidade, que contou, inclusive, com a construção do Grande Hotel e a crescente veiculação de Ouro Preto como destino em jornais e revistas especializados em turismo, sob a alcunha de “cidade-monumento” (AGUIAR, 2013).

Em 1980, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), incluiu a cidade de Ouro Preto na lista dos Patrimônios Mundiais, considerando o valor excepcional da sua arquitetura, traçado urbano irregular e obras singulares de artistas, como o escultor Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e o pintor Manuel da Costa Athaíde.

Seguindo a mesma tendência de cidade-monumento, que seria representativa da história e da memória da nação, o SPHAN declarou em 1945 Paraty “Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro” e no ano de 1958, Paraty teve o seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo mesmo órgão, configurando o que Marcelo (2013) denominou de “um primeiro momento” das políticas de patrimonialização da cidade de Paraty.

O referido autor aponta o esforço do SPHAN em representar uma nação imaginária criada com base nas tradições luso-cristãs, o que justificaria o tombamento das igrejas paratienses no ano de 1962, entre outras medidas de proteção ao patrimônio da cidade. Nessa “segunda fase” da patrimonialização em Paraty, a cidade é também declarada Monumento Histórico Nacional, no ano de 1966, o que, ainda

segundo Marcelo (2013), representou a combinação da patrimonialização com projetos de turistificação da cidade, que viam na preservação do patrimônio um fator de incentivo para o turismo.

O próprio Decreto Federal n. 58.077, que convertia o município paratiense em Monumento Histórico Nacional dava outras providências na direção da turistificação da cidade e de seu patrimônio monumental, como é evidenciado no seguinte trecho:

Art. 7º. O Ministério da Indústria e Comércio, pela Divisão de Turismo e Certames, elaborará, em colaboração com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os órgãos competentes do Estado do Rio de Janeiro e do Município, um plano adequado para incrementar o turismo em benefício do monumento nacional de Parati (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1966, p. 2).

Essas ações contaram com o apoio do agora Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN, antigo SPHAN) e também da representação da UNESCO no Brasil (estabelecida no país desde 1964), e perduraram até o final da década de 1970.

Marcelo (2013) relata também que a ação combinada da UNESCO com o IPHAN tornou a cidade de Paraty mais conhecida no país e no exterior, especialmente com as visitas técnicas realizadas por renomados técnicos estrangeiros contratados pela UNESCO, que produziram relatórios tendo em comum o reconhecimento do papel do turismo no desenvolvimento econômico e cultural de Paraty e da Baía da Ilha Grande, sublinhando a importância da preservação do patrimônio cultural e natural.

Os fluxos turísticos em Paraty aumentam nessa época também em função das facilidades de acesso, com a abertura da Rodovia Rio-Santos, colocando Paraty no centro de uma delicada questão, que envolvia a proteção do patrimônio natural brasileiro, “negligenciado”, no dizer de Ribeiro (2007), pelo SPHAN em suas primeiras décadas e agora posto em discussão a partir e principalmente do caso da patrimonialização de Paraty, combinada ao turismo, a contar da década de 1960.

Essa questão se reflete na legislação referente aos tombamentos na cidade, como atesta o próprio Decreto Federal n. 58.077, referente à caracterização de Paraty como Monumento Histórico Nacional:

Art. 5º. O Ministério da Agricultura, pelo Departamento de Recursos Renováveis, empreenderá os estudos necessários para assegurar rigorosamente a proteção dos remanescentes do patrimônio florestal do município bem como para promover a recuperação das áreas de vegetação sacrificadas e o plantio das que forem julgadas convenientes, tendo em vista a criação da Reserva Florestal de Parati, de acordo com o Decreto nº 50.813, de 20 de junho 1961 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1966, p. 2).

Ribeiro (2007) argumenta que houve negligência com relação ao patrimônio natural. Embora estivesse previsto desde os primórdios do SPHAN, o tombamento de áreas naturais, só encontraria força no final da década de 1960, sendo a década de 1980 o momento em que tal pauta ganha relevância na agenda pública. O autor destaca a fala de um representante do IPHAN, Luiz Saia, no ano de 1967, por ocasião das comemorações de 30 anos do órgão, que aqui é reproduzida, considerando a centralidade de Paraty na questão da defesa do patrimônio natural e dos elementos de “excepcional valor” que conformam a paisagem. Essa noção já estava presente nos primórdios do tombamento (ainda que com o sentido da época), possuindo inclusive um Livro de Tombo próprio, mas também era desprestigiada. Saia assim se pronuncia:

Na verdade, a construção de uma rodovia litorânea ligando Santos ao Rio de Janeiro, isto é, atravessando uma área de fácil acesso para a população das cidades mais populosas do Brasil e que permitirá a ocupação turística de um litoral excepcionalmente aquinhoado pela natureza se esse empreendimento não for acompanhado de iniciativas destinadas a disciplinar essa ocupação e preservar as qualidades paisagísticas que a área oferece com uma generosidade sem par, certamente surgirão problemas de difícil solução, para o Governo e para os ocupantes desprevenidos. Não se trata de imobilizar a valorização econômica e humana do empreendimento; trata-se apenas de preservar, nessa faixa no entorno da estrada e à beiramar, justamente aqueles elementos que a qualificam como valor paisagístico e turístico, e de evitar que uma exploração indiscriminada destrua exatamente o que se afigura o motivo maior de sua ocupação. (SAIA, 2014, p. 192).

Salienta-se aqui, com base em Goldenstein (1982), a importância da paisagem como elemento constituinte do patrimônio, vista como síntese dos diferentes processos de interação com os componentes naturais e com diferentes graus de intervenções humanas, tratando-se de um bem cultural, que documenta a história do homem, distinto, portanto, da noção de quadro natural.

Outro elemento relevante e bastante recente a ser considerado na evolução da concepção do patrimônio e das políticas que instruem a sua proteção no Brasil – e que também se conecta ao processo de patrimonialização de Paraty – é o patrimônio de natureza imaterial, que passa a receber mais atenção do Estado brasileiro a partir da década de 1980, tendo como referência a Constituição Federal de 1988, elaborada após o fim do regime militar (1964-1985), que marcou a volta do país à democracia.

A Carta Constitucional, considerada bastante democrática e inclusiva, em seu art. 216 faz alusão à proteção e acesso à cultura, garantindo que o Estado proteja as “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988, p. 126). É no art. 216 que reside especial interesse, pois trouxe uma noção inovadora de patrimônio

cultural, incluindo de forma clara os bens de natureza imaterial, e encorajou o empoderamento das manifestações étnico-raciais populares, ainda consideradas minoritárias dentro das políticas de proteção do patrimônio, abrindo-lhes novas perspectivas no âmbito das políticas de preservação do patrimônio, na sua inserção no turismo e na sua visibilidade social:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§1º. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§3º. Lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988, p. 126).

A partir de então, o IPHAN passou a coordenar os trabalhos técnicos visando à criação das políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio imaterial. Como resultado, é editado no ano 2000 o Decreto n. 3551, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Até o presente momento, cerca de 50 bens imateriais foram registrados como patrimônios culturais brasileiros em um dos Livros de Registros existentes: Livro de Registro de Saberes, Livro de Registro das Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares e Livro de Registro das Celebrações, fazendo parte deste último a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, inscrita no referido Livro no ano de 2013.

Essa mudança na sociedade brasileira e na concepção de patrimônio deu visibilidade também ao Quilombo do Campinho da Independência, uma comunidade originada no século XIX, localizada no território paratiense e hoje aberto ao turismo, planejado e gerido pelos próprios moradores.

A concepção de patrimônio que orienta a recente candidatura e escolha de Paraty como Patrimônio Mundial incorpora os novos bens culturais e preocupações condizentes com a contemporaneidade, em um território singular, qualificado pela UNESCO como Patrimônio Mundial, na categoria Sítio Misto.

3 Paraty: patrimônio misto da UNESCO?

Como parte da região turística da Costa Verde, no Estado do Rio de Janeiro, Paraty está situada na microrregião fisiográfica da Baía da Ilha Grande e tem como relevo a Serra do Mar recoberta pela Mata Atlântica, denominada Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Sua população contabilizada pelo Censo de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 37.533 pessoas e, em 2018, o mesmo Instituto estimava em 42.630 o número de habitantes.

A data de fundação do município de Paraty não é ponto pacífico entre os historiadores. O que se tem como mais provável é o ano de 1667, quando houve a separação do município da Vila de Ilha Grande (posteriormente Angra dos Reis), como registra o historiador Mello (2009). Denominada a princípio como Vila Nossa Senhora dos Remédios de Paratii, o topônimo foi modificando sua grafia ao longo do século XVIII: Paratii, Paraty, Parathy, Pirati. Em 22 de março de 2009, uma Lei Municipal definiu o nome atual da cidade, grafado com y: Paraty (MELLO, 2009).

Em sua evolução histórica, a cidade floresceu graças aos muitos engenhos de cana-de-açúcar, produtores de aguardente de boa qualidade e principalmente pelo porto por onde escoavam o ouro e as pedras preciosas vindas de Minas Gerais em direção a Portugal.

Paraty se torna, então, importante entreposto comercial e sua posição estratégica, situada ao fundo da baía da Ilha Grande e com acesso terrestre aos Estados de São Paulo e Minas Gerais, garante-lhe o desenvolvimento econômico, que se reflete na riqueza de sua arquitetura colonial urbana.

Com o esgotamento das minas de ouro e de pedras preciosas, a cidade começa a se arrefecer economicamente, até que um novo ciclo, o do café, no século XIX, faz reviver temporariamente seus dias de glória. A abertura de um novo caminho, não mais uma trilha de burros cortando a Serra do Mar, mas ferroviário, ligando o Estado do Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba, em São Paulo, afetou de forma intensa a atividade econômica do município. Por sua vez, a Abolição da Escravatura em 1888 contribuiu para que Paraty perdesse sua importância comercial e visse sua população cair drasticamente devido ao êxodo de seus habitantes.

O isolamento provocado pela ausência de estradas ligando Paraty aos demais municípios e sendo acessado apenas pelo mar, no entanto, possibilitou a preservação de sua riqueza arquitetônica, dos costumes e usos, que lhe garantiriam, posteriormente, a vivência do turismo. Esse impulso para o turismo foi dado pela construção da Rodovia Rio-Santos (BR 101) que tornou possível a descoberta do potencial turístico do município, em seus aspectos paisagísticos, arquitetônicos, suas inúmeras ilhas e praias.

4 Caminho do Ouro – patrimônio cultural e natural

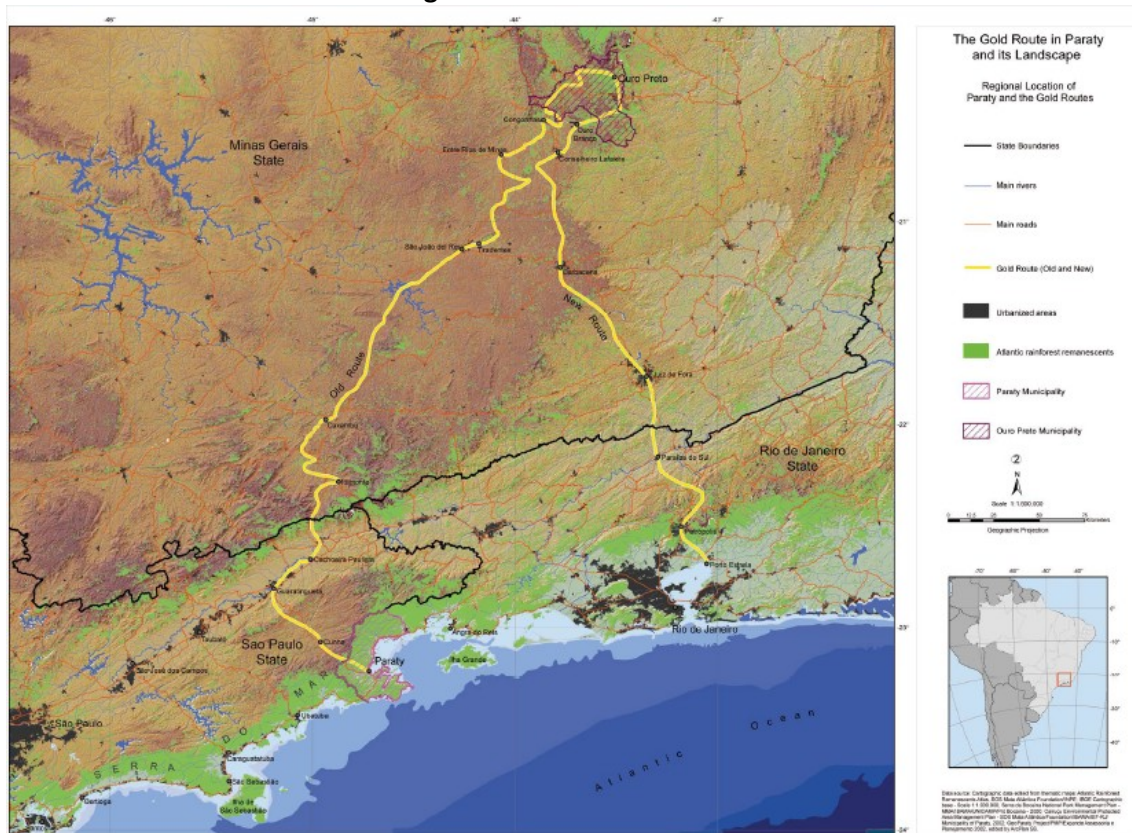
A estrada construída a partir das trilhas dos índios guaianazes, entre os séculos XVII e XIX, com emprego do trabalho escravo e da engenharia portuguesa, foi a primeira rota do ouro a ser reconhecida pela Coroa lusitana. Por ela circulavam mercadorias e pessoas e era a única via de acesso à região das minas de ouro e diamantes. Conhecida como Estrada Real, adentrava o interior dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, cruzando 177 cidades, em um percurso de 1400 km (O CAMINHO DO OURO, 2009).

Oficialmente, a Estrada Real compunha-se de três caminhos: o Velho, o Novo e a Rota dos Diamantes. O Caminho Velho, aberto no século XVII, ligava Ouro Preto, então denominada Vila Rica, ao porto de Paraty (Figura 1), passando por São Paulo. Seu percurso durava, em média, 60 dias. O Caminho Novo, construído no início do século XVIII, partindo de Ouro Preto em direção ao Rio de Janeiro, foi criado para atender à exigência da Coroa para o escoamento mais rápido do ouro e diamantes que seriam enviados a Lisboa. A Rota dos Diamantes, ligando Ouro Preto e Diamantina, data de 1729 e é considerada uma variante do Caminho Novo.

O Caminho do Sabarabuçu era uma rota alternativa entre Ouro Preto, no Caminho Velho e Barão de Cocais, na Rota dos Diamantes. Surgiu em decorrência de uma crença dos bandeirantes de encontrar ouro e pedras preciosas no Pico do Sabarabuçu, que, visto de longe, ostentava um brilho, graças aos raios solares que incidiam sobre o minério de ferro existente, que imaginavam ser o brilho de metais preciosos.

Grande parte da eficiência do Caminho do Ouro, como rota de circulação de riqueza, se deve à função de entreposto comercial exercida por Paraty. As condições de abrigo e segurança de seu porto garantiam o fluxo normal das saídas das ricas mercadorias, ao mesmo tempo que recebia os produtos vindos do Velho Continente para serem redistribuídos pelos senhores abastados da Colônia e, dessa forma, auxiliar na consolidação do domínio da cultura europeia sobre a nova sociedade.

Figura 1 – Caminho do Ouro



Fonte: IPHAN (2008).

Com o intuito de restringir os caminhos para o trajeto do ouro, o Conselho Ultramarino recomenda ao Rei de Portugal regulá-los, pois se há muitos caminhos, haverá muitos “descaminhos”. Assim, todo ouro será escoado pelo caminho dos paulistas, atingindo a costa por Paraty. Esse fato faz com que o porto de Paraty se torne um dos mais movimentados e importantes da Colônia. Para controlar esse fluxo do metal precioso, a ordem real era para que se instalasse a Casa do Registro do Ouro, cujos vestígios estão entre os atrativos.

A Casa do registro ou Casa dos Quintos instalada no Caminho, no alto da Serra do Fação, funcionava como alfândega, onde os viajantes tinham que pagar os impostos e apresentar passaporte para se deslocarem de uma província a outra. A mercadoria era examinada e verificavam-se as guias que traziam consigo. Os escravos também eram conferidos. O valor do imposto era de um quinto do ouro extraído. Cobrava-se ainda um pedágio para circulação das mercadorias em geral e escravos (RIBAS, 2003).

Ao longo do Caminho, localizam-se os vestígios das três casas de Registro que funcionaram em locais e períodos diferentes. São muitas as vocações dos Caminhos, diversificam-se os roteiros dos percursos, mas os aspectos que unem cultura, história, ecologia e paisagem estão sempre presentes (Figura 2).

Figura 2 – Os Caminhos da Estrada Real



Fonte: Vida sem paredes (2009).¹

Os atrativos dispostos ao longo dos caminhos compreendem mais de 500 cachoeiras, igrejas, museus, construções coloniais, museus, reservas ecológicas, trilhas, matas, vilarejos, espécies preservadas, sítios arqueológicos, comidas típicas, cachaças, pessoas e suas histórias.

A rota pode ser feita a pé, de carro, de bicicleta, de motocicleta e ao longo do caminho há destinos para todos os gostos e perfis de viajantes.

No território de Paraty, o Caminho Velho guarda forte relação com o centro histórico, onde se concentra parte significativa do patrimônio material protegido. A primeira proteção de Paraty compreendeu o conjunto arquitetônico e paisagístico em 1958. Em 1974, a proteção incluiu o entorno do conjunto arquitetônico e paisagístico do município. No ano de 1966, recebeu o título de Monumento Nacional. Destaca-se a excepcionalidade da beleza natural, a originalidade da área do município e a importância histórica e local de conexão entre as capitanias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais (IPHAN, 2019).

Os bens culturais materiais protegidos pelo IPHAN compreendem: o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e especialmente o prédio da Santa Casa; o Forte Defensor Perpétuo, a Igreja de Nossa Senhora das Dores, a Igreja de

¹ Disponível em: <https://vidasemparedes.com.br/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Igreja de Santa Rita, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios; o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty. Não apenas os bens patrimoniais culturais são protegidos pelo IPHAN, mas toda a área que compreende o município de Paraty, abarcando também o patrimônio natural.

O Caminho Velho possui 8.700m. É o maior trecho calçado e preservado. O calçamento é em pedra seca, alguns trechos no século XVIII, compostos por pedras mais brutas, mais arredondadas e menos resistentes. Em outro, no século XIX, as rochas possuíam formato mais retilíneo apresentando melhor uniformidade (IPHAN, 2008). O marco do início do Caminho Velho localiza-se no bairro da Penha (Figuras 3 e 4), próximo da área do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em meio à beleza cênica da Mata Atlântica, expressas em cachoeiras, na diversidade de flora e fauna e no relevo, integrando o patrimônio natural e cultural.

Figura 3 – Marco do Caminho do Ouro



Fonte: Arquivo particular (2013).

Figura 4 – Vista de Paraty a partir do Caminho do Ouro



Fonte: Arquivo particular (2013).

No entorno próximo ao Caminho do Ouro, há equipamentos que prestam serviços turísticos de hospedagem, alimentação, além de estabelecimentos que trabalham com artes. Os meios de hospedagem, restaurantes e cafés oferecem serviços de qualidade e os ateliês disponibilizam diversos produtos oriundos dos processos criativos e artísticos com material e técnicas diferenciados. Os atrativos naturais existentes nas proximidades do caminho são cachoeiras, cursos d'água e a Mata Atlântica com toda sua biodiversidade.

O Caminho Velho conecta o passado ao presente, o mar e o continente, conta a História do ciclo do ouro e do período colonial, possibilita a vivência do patrimônio imaterial, expresso na Festa do Divino, Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e pelas Cirandas, juntamente com os eventos culturais, como a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), a folia gastronômica e dos alambiques e a cultura tradicional caiçara, quilombola e indígena.

Para os paratienses, o Caminho do Ouro é um patrimônio dos caiçaras, antes mesmo de receber qualquer título ou reconhecimento. O trecho que passa pela cidade, mais especificamente dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina, destino do ouro que vinha das Minas Gerais, consagrou-se como um conjunto preservado, importante para a compreensão da história do Brasil; nem mesmo o tempo conseguiu desconfigurar toda a beleza e apagar os vestígios da história nele inscritos. Centro das atenções principalmente para estudiosos, o Caminho do Ouro traz consigo um legado de memória, história e de patrimônio brasileiro em toda a sua extensão, sobretudo quando unido ao conjunto que forma a cidade de Paraty, com sua história, manifestações culturais, religiosidade e biodiversidade, razão do reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Natural da Humanidade, somando-se aos 21 locais com o reconhecimento no país, entre sítios culturais e naturais.

O Espaço Cultural Paraty, entidade sem fins lucrativos, desenvolveu por décadas diversos projetos para valorizar e estudar o Caminho do Ouro, tendo realizado um projeto chamado “Escolas no Caminho do Ouro”, oportunizando às crianças e aos jovens estudantes, inclusive a um dos autores deste artigo, a participação em seus projetos de inclusão pelo turismo, que representaram para muitos a primeira oportunidade de visitar o local e se encantar com toda a história envolvida no pequeno trecho, recém-revitalizado.

Ao falar do Caminho do Ouro em Paraty, é impossível não referenciar o Sr. Marcos Ribas, que desde 1998 já idealizou diversos projetos para pesquisa e estudo na região. Segundo Ribas (2003) a trilha Caminho do Ouro já recebeu outros nomes, tais como, Trilha Goianá, Estrela da Serra do Facão, Estrada Geral da Serra do Mar, Caminho Velho, Caminho da Serra e Caminho Marítimo-Terrestre.

Para Ribas, em seu livro *A história do Caminho do Ouro em Paraty*, contar a história do Caminho em Paraty é contar a história da própria cidade e contar a história da cidade é registrar uma página importante da história do Brasil.

É exatamente com este sentimento de pertencimento que o imaginário paratiense, enxerga o Caminho, como importante bem cultural e histórico, marco na história do País e que precisa de valorização e de projetos que incentivem a exploração e a pesquisa nesse importante patrimônio da cidade. É um bem que dá a Paraty

destaque junto a importantes cidades que tiveram portos de grande valor histórico, tais como Rio de Janeiro e Salvador.

5 Candidaturas à Patrimônio Mundial da UNESCO

A primeira tentativa de Paraty à candidatura a patrimônio mundial não logrou êxito. Nessa inscrição visava-se a destacar sua importância como cidade histórica. Decidiu-se, então, mudar o foco. Desta vez a ênfase recairia sobre o Caminho do Ouro, uma união entre patrimônio cultural, histórico e natural. A proposta Caminho do Ouro e sua paisagem, apresentada à UNESCO, em 2008, também frustrou as expectativas. O caminho do Ouro, com sua riqueza e singularidade, não foi suficiente para merecer o *status* de patrimônio da humanidade.

A aspiração, no entanto, não desapareceu. Buscou-se novamente outro foco. Elaborado em parceria entre Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério do Meio Ambiente, o dossiê de candidatura apresenta Paraty como Sítio Misto, por seu excepcional valor cultural e natural. O sítio inclui o território de áreas protegidas federais, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Estação Ecológica de Tamoios e a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu; estaduais, como a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro e a Área de Proteção Ambiental de Tamoios; e municipal como a Área de Proteção Ambiental Municipal da Baía de Paraty, além do centro histórico de Paraty.

A candidatura intitulada “Paraty: Cultura e Biodiversidade” compreende as unidades de conservação federal, estadual e municipal nos municípios de Paraty e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro e em outros quatro municípios no Estado de São Paulo: Cunha, São José do Barreiro, Areias e Ubatuba (BRASIL, 2019).

A proposta enaltece a cultura das comunidades tradicionais como os quilombolas, indígenas e caiçaras que vivem na região e são historicamente excluídos, às vezes segregados, e enfrentam muitos conflitos fundiários há décadas não resolvidos.

A inscrição foi aceita pelo Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1º de março de 2018. A missão de avaliação de especialistas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão assessor da UNESCO, encerrou, em 16 de setembro de 2018, sua visita ao município de Paraty e de Ilha Grande, candidatas a Patrimônio Mundial Misto da Humanidade. A decisão foi anunciada no dia 5 de julho deste ano, quando os membros do Comitê se reuniram em Baku (Bangladesh) (MUNDO LUSÍADA, 2019).

6 Instrumentos organizativos da gestão pública local: espaço de ação dos atores sociais

Os instrumentos organizativos expressam a forma de organização do turismo, podendo ser representados por estruturas político-administrativas tradicionais, como o Ministério do Turismo ou as secretarias estaduais ou municipais de turismo ou equivalente com a finalidade de atuar, por meio da política pública para o desenvolvimento do turismo. As estruturas executivas são organizações que apresentam alguma dependência das estruturas tradicionais – orgânica, funcional ou financeira. São de caráter público e autônomo, semipúblico ou privado desde que reconhecidos pelo governo como o órgão competente e responsável por algum âmbito da política turística, cuja função seja apoiar as decisões da política por meio de instrumentos mais dinâmicos. Já as estruturas de cooperação podem ser subdivididas em organismos de cooperação e instituições de cooperação (VELASCO GONZÁLEZ, 2013). Os organismos de cooperação são integrados por agentes públicos, por exemplo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística (CIFaT) ou algum organismo de coordenação dos órgãos públicos de turismo. As instituições de cooperação congregam atores públicos e não públicos como os Conselhos Municipais de Turismo (TRENTIN, 2014).

Paraty possui uma estrutura político-administrativa municipal denominada Secretaria de Turismo e uma instituição de cooperação, que é o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Dentre os atores públicos que integram o COMTUR, oito são representantes do poder executivo, sendo seis municipais, um estadual e outro federal. Os representantes dos atores não públicos contemplam as transportadoras turísticas (2), os meios de hospedagem (2), agências e operadoras de turismo (1), empresas prestadoras de serviços de apoio ao turismo (2), bares e restaurantes (1), guias de turismo (1) turismólogos (1), associação de moradores (3) e instituições jurídicas sem fins lucrativos, com finalidades turísticas (3) em um total de 24 membros (LEI MUNICIPAL n. 2.083/2016).

O COMTUR, por ser participativo, é um espaço de acolhimento das demandas turísticas locais, uma vez que é um órgão consultivo e deliberativo da política pública de turismo. Como o trade turístico não é organizado em associações e entidades civis, a representatividade faz-se por meio de eleição em sessão do COMTUR, cuja participação ocorre por meio de chamada pública. Uma maneira democrática de preencher as vagas destinadas aos diversos segmentos turísticos, aquelas destinadas ao setor público serão preenchidas por meio de indicação do executivo. Paraty não possui organismo de coordenação, como proposto por Trentin (2014).

Considerando a existência de instrumentos organizativos em Paraty, que favorecem a interlocução entre atores públicos e não públicos, apresenta-se a seguir o resultado das entrevistas com os atores locais sobre o Caminho do Ouro – Caminho Velho, sua apropriação e gestão turística.

7 Caminho do Ouro na visão dos atores locais

A configuração de patrimônio natural e cultural de Paraty implica responsabilidades maiores para os atores que fazem o turismo acontecer, pois, ao mesmo tempo que requer cuidados com a herança arquitetônica urbana, de riqueza ímpar do ponto de vista histórico-cultural, com as manifestações da cultura não material com suas festas tradicionais e eventos nacionais e internacionais, ainda há toda a pujança da Mata Atlântica, abrigando um caminho paisagístico, com história singular, carente de cuidados de preservação.

Para conhecer a visão daqueles que direta ou indiretamente se relacionam com o dia a dia das visitas que ocorrem no Caminho Velho, no trecho sob a proteção de Paraty, foram realizadas sete entrevistas estruturadas, nos meses de março e maio de 2019.

Dentre os atores que indiretamente se relacionam ao Caminho do Ouro foram entrevistados: o presidente da Associação de Moradores da Região – Bairro da Ponte Branca – corredor que dá acesso ao Caminho do Ouro; morador do entorno, proprietário de estacionamento de veículos localizado na vizinhança do início do Caminho; Artista Plástico, proprietário de ateliê situado na estrada Paraty/Cunha, que dá acesso ao Caminho do Ouro.

As perguntas que compuseram a entrevista estruturada possibilitaram conhecer o posicionamento desses atores sobre:

A – Gestão do Caminho do Ouro

Os guias de turismo apresentam forte relação com o Caminho do Ouro (Velho), pois se uniram em uma iniciativa que desenterrou, literalmente, o caminho. Partes do Caminho Velho encontravam-se enterradas pelo abandono e não uso. Os guias de turismo se organizaram em mutirão e trabalharam para colocá-lo em condições de ser utilizado e comercializado como um produto turístico local, que valoriza parte da História do Brasil e de Paraty.

Ambos os entrevistados ressaltaram o abandono do Poder Público a respeito do Caminho do Ouro e o papel que exercem para a manutenção do roteiro e na luta para conservá-lo aberto à visita.

O poder público não prioriza o Caminho do Ouro, os prefeitos pouco fizeram para preservar e apoiar o projeto. O Caminho do Ouro se mantém ativo graças aos guias, que direcionam parte das arrecadações oriundas das visitas, para a manutenção do Caminho. Um senhor é pago com esse recurso, para manter o caminho limpo e aberto.

Os guias têm um papel fundamental na gestão, a prefeitura colabora com muito pouco. Há a intenção de organizar um projeto para retomar o centro de informações do Caminho do Ouro, que havia no passado e foi desmontado pela prefeitura para se fazer uma escola, que hoje é somente um prédio abandonado.

A fala dos guias é coerente e corrobora o trabalho de Trentin (2014), que também registrou conteúdo semelhante. Os atores sociais criticaram o Poder Público local por não priorizar o Caminho do Ouro entre as ações para desenvolver o turismo. Ressalta-se que não priorizar é, também, uma opção consciente de inação, pois um dos entendimentos sobre política pública considera que é tudo o que Poder Público decide fazer ou não (DYE, 1984).

Pode-se depreender da fala dos guias entrevistados a sensação de isolamento em relação ao Poder Público. Tal isolamento denota a desarticulação entre os atores locais, especialmente os guias, pois o Caminho do Ouro é um bem patrimonial de importância coletiva local, regional e nacional.

Outros atores com vinculação indireta na gestão do caminho também foram entrevistados. Como o representante da Associação de Moradores, destacando que esta não possui trabalho diretamente ligado ao Caminho, mas indiretamente, ela se envolve em reivindicações para a melhoria da estrada, sinalização e demais solicitações dos moradores e do comércio local, com o intuito de bem-atender os turistas.

A ausência do Poder Público e o papel fundamental desempenhado pelos guias são ressaltados pelo artista plástico, enquanto o morador da comunidade diz desconhecer os atores envolvidos.

Como se depreende das falas dos entrevistados, não se materializa para eles a figura de um gestor, seja ele pessoa ou órgão. Todos ressaltam o papel dos guias que “[...] se doam para manter o Caminho aberto, recebendo turistas” e “que a associação de guias tem um papel fundamental na manutenção do Caminho do Ouro, buscando no Poder Público a execução de melhorias”. No entanto, não há, segundo a visão desses entrevistados, uma governança estruturada que abarque o Caminho do Ouro como um todo.

A participação desses atores em instâncias como o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) é inexistente e as demandas específicas provenientes de suas atividades são tratadas diretamente com os órgãos responsáveis da administração pública municipal.

Reitera-se nas falas certa omissão, por parte do Poder Público, em relação à gestão do caminho. A pesquisa de Trentin (2014), com residentes de Paraty, destaca esse olhar de passividade e espera pela ação do Poder Público. No entanto, questiona-se: Os atores locais não teriam algum papel nesse processo? Ou o Caminho não é importante como indicaram, pois, a cooperação ocorre em pontos comuns como estrada, sinalização e elementos que interferem no comércio adjacente?

B – Atores que participam da gestão do Caminho do Ouro

Em relação aos atores participantes, um dos guias aponta a Associação de Guias de Turismo de Paraty, afirmando que quando o Caminho do Ouro foi reestruturado e passou a ser oferecido ao mercado turístico, atores locais, como os guias, tiveram um papel fundamental, além do idealizador do projeto de revitalização. Destaca ainda que a comunidade no entorno também foi envolvida no processo, bem como a secretaria de turismo.

Passado o tempo, esses atores foram deixando de se envolver, restando apenas o trabalho realizado pelos guias. Assim, para que os roteiros continuem existindo, é necessário o engajamento daqueles que dele usufruem, assim como o apoio e a parceria do Poder Público local. Pode-se afirmar ainda que os guias de turismo, pelo interesse e atuação, poderiam liderar movimentos de sensibilização da comunidade local e dos atores do COMTUR.

C – Caminho do Ouro: pontos positivos

Os entrevistados concordam que os principais pontos positivos do Caminho são a preservação da história, a consolidação como opção turística do segmento histórico-cultural, a divulgação de um patrimônio nacional e o desenvolvimento regional do trecho e suas adjacências.

A valorização da história e a importância de celebrar o passado, além do contato com a natureza, são aspectos enfatizados pelo Presidente da Associação, enquanto o artista plástico complementa, dizendo que,

além de ser um marco importante e um produto turístico muito procurado principalmente pelos turistas estrangeiros e brasileiros mais velhos, o Caminho do Ouro atraiu obras importantes para a região, como sinalização, asfaltamento e comércio com pousadas, restaurantes, alambiques de cachaça. É importante ressaltar que essa região é um complexo turístico, não há só o Caminho do Ouro, há lindas cachoeiras, Igreja Histórica e alambique de cachaça, além de lindas paisagens.

O morador da comunidade, por sua vez, também se refere à importância histórica, mas lembra a possibilidade de investimento a ser gerado pelo aprimoramento do produto turístico.

Na visão desses entrevistados, não se pode desconsiderar a importância histórica e a singularidade da paisagem do Caminho do Ouro, atributos que são caros aos turistas, mas também ressaltam os benefícios que esse roteiro pode trazer para todo o seu entorno e para a comunidade que se lhe avizinha.

Acrescenta-se ainda que essa importância se estende também aos restaurantes, às pousadas e aos demais tipos de comércio que se referenciam e atraem seus públicos, dando vida ao entorno e gerando divisas para todos os envolvidos.

A organização dos atores sociais poderia levar à integração local para pensar a otimização do uso e obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais.

D – Caminho do Ouro: pontos negativos

Os pontos negativos mencionados dizem respeito à falta de investimento público no local, a ausência de gestores que se mobilizem para efetivar ações, como, por exemplo, controlar o fluxo de pessoas, realizar a limpeza, cuidar da sinalização turística e efetivar um programa de divulgação do roteiro para atrair turistas.

Nas agências de receptivo local, o Caminho, quando comercializado, o é, em geral, no contexto do passeio denominado Jeep Tour. Os guias se ressentem, pois, do gerenciamento do Caminho e conseqüentemente da falta de investimentos, o que afeta toda a logística do roteiro, implica sua visibilidade e demanda.

Esse é um problema recorrente, quando a visitação turística ocorre em áreas como a do Caminho. Está em propriedade privada, parte no Parque Nacional de Serra da Bocaina, dificultando o ordenamento jurídico, pois o caminho atravessa várias propriedades.

A aplicação da lei de licenciamento para atrativos turísticos poderia ser uma forma viável de solucionar e ordenar a visitação. A educação e sensibilização do visitante sobre a importância da contratação dos serviços do guia podem ser trabalhadas em médio e longo prazos. O guia de turismo atua como um intérprete, agregando informações que se refletem no aprendizado, na compreensão e na valorização do local visitado, além de ser uma forma de segurança, uma vez que o passeio ocorre em meio à Mata Atlântica.

Em relação aos pontos negativos, a percepção dos entrevistados converge: não há recursos públicos direcionados ao Caminho e, conseqüentemente, ele não recebe os cuidados de que é merecedor por sua importância histórico-cultural e para o desenvolvimento da região.

Falta de investimentos públicos e até privados, visto que é interesse de todos que esse Caminho esteja funcionando.

Faltam investimentos, muitas pessoas chegam pedindo informações e não há ninguém, nem um posto para atender os turistas. Quem informa são os moradores.

Falta de sinalização e de políticas públicas para o Caminho do Ouro e região.

Pelas respostas dos entrevistados, confirma-se a ausência do Poder Público, apontada também pelos guias, o que acarreta prejuízo para toda a estrutura que envolve o turismo e os bens patrimoniais que lhe conferem legitimidade.

E – Caminho do Ouro: ações para melhoria

Sobre ações que poderiam ser efetivadas para que o Caminho pudesse reencontrar seus dias de glória, agora com o turismo voltado à sua história e preservação, os entrevistados se referem a aspectos como comunicação e divulgação – “Moro a poucos quilômetros do local e não sei praticamente nada sobre como está agora e não vejo nenhuma atividade que incentive a visita ao local” –; investimento em manutenção, bem como “controle do tráfego e um centro de informação para os visitantes”. Um dos entrevistados pontuou:

[necessidade de] políticas públicas e investimentos tanto no trecho do Caminho do Ouro, quanto na região que se tornou um complexo turístico, graças à abertura do Caminho do Ouro. É preciso criar um roteiro que visite o Caminho, passe nos alambiques, igreja histórica, ateliês da região e restaurantes, isso irá fomentar e beneficiar toda a região.

Esses atores, embora envolvidos indiretamente, possuem clareza do que se faz necessário para que esse complexo de atrativos possa oferecer ao turista toda sua potencialidade e que ao mesmo tempo beneficie a todos os inseridos em sua dinâmica.

O ex-secretário de turismo de Paraty, ao ser entrevistado, destacou que o Caminho do Ouro foi fator de desenvolvimento social e financeiro durante o ciclo do ouro, no entanto, sofreu o abandono por muitos anos. Ressaltou que Paraty possui um dos melhores e maiores trechos originais da estrada real e que este é realmente um importante atrativo para Paraty, ao lado do turismo histórico da cidade, vinculado ao ciclo do ouro, como testemunha a arquitetura colonial presente na cidade.

O ex-secretário relatou que, em sua gestão, havia um trabalho de preservação do Caminho, por parte da Secretaria, bem como pela atuação da Associação de Guias de Turismo de Paraty. Havia também um projeto de sinalização do Caminho e parceria com a COMTUR, no sentido de constituir um grupo de trabalho conjunto. Afirmou que,

atualmente, não se tem notícia da continuidade ou implantação desses serviços e ações.

Como pontos nevrálgicos do Caminho, o ex-secretário apontou a falta de estrutura e manutenção para promover maior número de visitação, com mais qualidade e conforto para os visitantes.

O conteúdo das entrevistas revela que o Caminho do Ouro é reconhecido como elemento histórico-cultural relevante, porém não foi devidamente apropriado e estruturado como produto turístico capaz de fortalecer o desenvolvimento do turismo não só em Paraty, mas na área em que se localiza.

Causa estranheza o fato de o Caminho do Ouro ter sido elemento central de uma das candidaturas de Paraty a Patrimônio Mundial da UNESCO, estar incluído na atual proposta de patrimônio misto, e não ter sido apropriado pelo e para o turismo, seja por meio da Secretaria de Turismo e/ou Secretaria de Cultura ou outro organismo. Essa situação reforça o olhar dos pesquisadores sobre a importância do patrimônio e da dinâmica no entorno do centro histórico. O que está fora fica perdido e deslocado do apoio e da articulação institucional do turismo.

Ressalta-se que o Caminho do Ouro, o Velho, que tem Paraty, como o principal porto do Ouro da época do Brasil Colonial, consta na proposta do projeto Estrada Real, mas não está efetivamente integrado a ela. Nenhum dos atores entrevistados se referiu ao projeto Estrada Real (ER), embora o marco inicial do Caminho em Paraty utilize a identidade visual da ER.

Nesse contexto, visualizam-se alguns desafios a serem superados e que se relacionam à:

(Des) Articulação dos atores locais e regionais:

- desarticulação e falta de coordenação entre os atores relacionados ao Caminho do Ouro com outros atores como associação de moradores, por exemplo;
- desarticulação e não integração com o projeto Estrada Real;
- falta de liderança por parte dos atores do entorno do Caminho do Ouro, para atuar no Poder Público local e ao COMTUR;
- desarticulação com projetos existentes, como o das Cidade Criativas na dimensão da gastronomia;
- ausência de um grupo gestor do Caminho do Ouro integrando Paraty e Cunha (SP) para articulação local/regional.

Política de turismo local

- extrapolar o olhar do turismo cultural para além do Centro Histórico;
- desenvolver a cadeia produtiva do turismo no entorno do Caminho do Ouro;
- estruturar a segmentação do turismo, a partir do Caminho do Ouro;
- estruturar roteiros incluindo o Caminho e seu entorno;
- estruturar o Caminho do Ouro para receber o Turismo Pedagógico;
- integrar o turismo a outras políticas locais de cultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico e agricultura familiar;
- vincular o Caminho do Ouro aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Por fim, o Caminho do Ouro pode se tornar mais um produto turístico capaz de promover a sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural, além de fortalecer e diversificar o fluxo turístico nacional e internacional.

8 Considerações finais

A maior visibilidade de Paraty, no âmbito nacional e internacional, se deu graças à ação combinada entre a UNESCO e o IPHAN, uma vez que técnicos enviados pela UNESCO passaram a emitir relatórios, destacando a riqueza patrimonial de sua cultura e de sua natureza, enfatizando a necessidade de preservação desse patrimônio, chamando a atenção do poder público para ações políticas de proteção patrimonial. Ações anteriores como tombamento e o título de cidade Monumento Histórico Nacional representaram os esforços de determinados órgãos para a patrimonialização da cidade como salvaguarda do processo de turistificação, vivenciado graças às facilidades de transportes por rodovias recém-abertas, trazendo visitantes de outros estados e estrangeiros, que, tendo como destino a capital do estado, o Rio de Janeiro, resolviam estender a viagem até o município paratiense.

Festivais internacionais, como o Literário (FLIP), evento do patrimônio cultural, projetaram e projetam a imagem peculiar da cidade para o mundo, uma vez que escritores internacionais o prestigiam, realizando lançamento de suas obras, conferências, palestras, debates com autores nacionais e interação com leitores.

Por outro lado, o patrimônio natural reforça a noção de bem cultural, tendo sua paisagem como constituinte desse patrimônio, elemento vivo que precisa ser cuidado, em simbiose com o elemento humano, com vantagens recíprocas.

Toda essa riqueza patrimonial, incluindo-se o Caminho do Ouro, de valor histórico-cultural inestimável necessita de políticas públicas e gestão eficientes. No entanto, particularmente sobre o Caminho do Ouro, recaem alguns desafios que se

voltam para a necessidade de trabalho sinérgico entre atores públicos e não públicos, com a finalidade torná-lo um atrativo referência e não apenas um coadjuvante do cenário turístico local e importante também no fomento ao desenvolvimento turístico sustentável de seu entorno.

A governança turística local precisa se apropriar de seu papel de estimular e orientar políticas de turismo. Desenvolver o turismo é pensar no território, é articular e formar rede de atores inseridas ou não no COMTUR, trabalhar as políticas locais em rede, com a finalidade de otimizar os recursos – humanos, técnicos, financeiros –, para promover o desenvolvimento por meio da coordenação e cooperação entre os executivos municipal, estadual, nacional e os atores do entorno do Caminho do Ouro, pois o turismo perpassa várias fronteiras dentro da setorização da gestão pública local. Essa é talvez, uma das limitações mais marcantes da gestão pública, porém, agir de maneira disruptiva e inovadora é fulcral para exercer o que está preconizado na Constituição Federal, em seu artigo 180 que estabelece que a União, os estados, os municípios e Distrito Federal deverão promover o turismo como forma de desenvolvimento econômico e social.

Pensar e agir para o desenvolvimento do turismo sustentável requer, em médio e longo prazo, elaborar e pôr em prática políticas para estimular e implantar postos de trabalho digno, que fortaleçam e promovam a cultura e produtos locais, integrando natureza, cultura e pessoa. Essa responsabilidade, certamente, será potencializada com a obtenção do título de Patrimônio Mundial da UNESCO, Sítio Misto, natural e cultural.

Em resumo, é necessária a criação de políticas públicas para a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, incluindo-se o Caminho do Ouro, justamente no momento em que um título tão importante é conquistado. É urgente fomentar o patrimônio, os povos tradicionais e originários e valorizar a memória de uma cidade, que se confunde com a do país e que possui um potencial riquíssimo em história, cultura, tradições, saberes e ecologia.

Agradecimentos

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo, à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense pelo apoio para a participação no evento III Conferência Internacional Turismo & História.

Referências

- AGUIAR, L. B. Cidade morta, cidade monumento, cidade turística: a construção de memórias sobre Ouro Preto. *In*: CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MONTENEGRO, A. M. **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Brasil pode ter seu primeiro Sítio Misto reconhecido pela UNESCO**. 2019. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/15107-paraty-e-angra-dos-reis-podem-virar-patrim%C3%B4nio-mundial.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- CÂMARA DOS Deputados. Decreto n. 58.077, de 24 de março de 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58077-24-marco-1966-398697-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall, 1984.
- GOLDENSTEIN, L. Subsídios para um plano sistematizador de proteção das paisagens do Estado de São Paulo. *Silvicultura em S.Paulo. Revista do Instituto Florestal*, São Paulo, v. 16A, parte 3, p.1530-1533. 1982.
- MARCELO, H. V. Uma história do turismo e do patrimônio na cidade de Paraty. *In*: CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MONTENEGRO, A. M. **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2007.
- IPHAN. Paraty (RJ). Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/381/>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- IPHAN. **O Caminho do Ouro e sua paisagem**. 2008. Disponível em: http://www.pagem.uerj.br/textos/172_2009/docs/C%F3digos%20e%20Leis%20-%20Paraty/IPHAN/proposta%20-%20paraty%20patrimonio.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.
- MELLO, D. **Paraty estudante**. 2. ed. rev. Instituto Histórico e Artístico de Paraty e Prefeitura Municipal de Paraty. Angra dos Reis/ RJ: Gráfica Freitas, 2009.
- MUNDO LUSÍADA. Brasil defende na UNESCO candidatura de Paraty como patrimônio mundial. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/cultura/brasil-defende-na-UNESCO-candidatura-de-paraty-como-patrimonio-mundial/>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- PARATY. Lei Municipal n. 2.083/2016. Altera a redação do art. 2.º da Lei n. 1.920, de 2013.
- RIBAS, M. C. **A história do Caminho do Ouro em Paraty**. 2. ed. rev. Paraty/ RJ: Contest Produções Culturais, 2003.
- SAIA, L. O papel da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na preservação de sítios e paisagens. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, n. 18-19, p. 190-195, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i18-19p190-195>.
- TRENTIN, F. Políticas de Turismo no Brasil – Tomada de Decisão e Análise das Estruturas de Governança nos Destinos Turísticos de Armação dos Búzios e de Paraty no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2014.
- VELASCO GONZÁLEZ, M. Gestión pública del turismo. La gobernanza. *In*: JUAN PULIDO FERNÁNDEZ, I.; LÓPEZ SÁNCHEZ, Y. (ed.). **Gestión estratégica sostenible de destinos turísticos**. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, Servicio de Publicaciones, 2013. p. 469-519.

Planejamento e gestão do turismo em Patrimônio Cultural da Humanidade: uma análise sobre São Cristóvão/SE, Brasil

Cristiane Alcântara de Jesus Santos^{*}

Antonio Carlos Campos^{**}

Larissa Prado Rodrigues^{***}

Resumo: Nas últimas décadas, alguns destinos turísticos têm aplicado instrumentos de planejamento e gestão que nem sempre apontam para um novo cenário que vise o desenvolvimento do turismo nos âmbitos socioeconômico, cultural e ambiental, conforme as discussões orientadas pela Organização Mundial do Turismo. Assim, torna-se importante discutir a relação entre a tríade cidade-cultura-turismo, a partir da lógica do planejamento e gestão da atividade turística. Neste contexto, esta pesquisa objetiva analisar o turismo da cidade de São Cristóvão (Sergipe, Brasil), levando-se em consideração os enfoques de planejamento e gestão do turismo. Esta cidade apresenta um conjunto arquitetônico construído pela Ordem Franciscana e irmandades da Colônia Portuguesa situado na Praça São Francisco que, em 2010, recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO). Como procedimentos metodológicos foram utilizados levantamento bibliográfico, trabalho de campo e a pesquisa documental que permitiu a análise de documentos normativos do turismo de Sergipe. Com isso, observamos as fragilidades no planejamento e na gestão do turismo de São Cristóvão, devido à inexistência de planos que norteiem a prática turística. De fato, com o planejamento responsável e integrado, pode-se promover transformações e intervenções espaciais fundamentais que possibilitarão a conservação e preservação do conjunto monumental fortalecendo o produto turístico local.

Palavras-chave: Planejamento turístico. Gestão. Patrimonialização. Uso turístico. Cidades históricas.

Abstract: In the last decades, some tourist destinations have applied planning and management tools which do not always point to a new scenario aimed at the development of tourism in the socio-economic, cultural and environmental spheres, in accordance with the discussions World Tourism Organization. Thus, it becomes important to discuss the relationship between the city – culture – tourism from the logic of planning and management of tourism. In this context, this study aims to analyze tourism in the city of São Cristóvão (Sergipe, Brazil), taking planning and management of tourism. This city presents a built by the Franciscan Order and brotherhoods of the Portuguese Colony located in the São Francisco Square that in 2010 received the title of Cultural Patrimony of the Humanity (UNESCO). As methodological procedures were used bibliographic survey, fieldwork and documentary research that allowed the analysis of normative documents of the tourism in Sergipe. With this, we note the weaknesses in the planning and management of São Cristóvão due to the inexistence of plans that guide to the tourist practice. In fact, with the responsible and integrated planning can promote spatial transformations and interventions conservation and preservation of the monumental the local tourist product.

Keywords: Tourism planning. Management. Patrimonialization. Tourist use. Historical cities.

* Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe, Brasil. *E-mail:* cristie09@uol.com.br

** Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe, Brasil. *E-mail:* antonio68@gmail.com

*** Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe, Brasil. *E-mail:* larissa4912@hotmail.com

1 Introdução

Atualmente, abordar o turismo em cidades históricas nos remete a uma temática extremamente complexa, pois se tratam de espaços cada vez mais reivindicados como símbolos culturais e patrimoniais que guardam as funções espaciais, sociais e históricas da sociedade que o habita, fato que, em muitos casos, entra em conflito com a dinâmica do consumo, através da inserção da atividade turística. No entanto, apesar das cidades históricas serem reconhecidas como os destinos turísticos mais antigos do mundo, o choque entre as velhas e as novas funções, onde se inclui a função turística, geram impactos profundos entre a comunidade permanente e os visitantes, em que se exige uma renovação contínua dos componentes de planejamento e gestão frente aos novos cenários, que se desenham com o desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, cabe ressaltar que as contribuições pautadas nos pressupostos técnico-científicos e metodológicos devem compreender o viés da inovação e da integração entre atividades que, no plano cotidiano, se complementam, a fim de dinamizar a percepção das práticas turísticas em determinados destinos. Ademais, se torna urgente a necessidade dos gestores locais em romper com modelos tradicionais de planejamento, que visam a, exclusivamente, absorver novos fluxos turísticos, sem considerar o ordenamento do território. A visão de planejamento integrador e baseada na capacidade local de gerar inovações, seja a partir da requalificação, seja mesmo a flexibilização do uso dos espaços históricos, deve estar contemplado no plano geral de ordenamento territorial ao qual pertence.

Santos (2017) ressalta que um dos principais obstáculos no processo de planejamento e gestão do turismo, sobretudo, em países em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, é a falta de complementariedade de serviços que são essenciais à prática turística, ou seja, o destino é entendido como parte primordial pela gestão, mas os serviços e equipamentos e infraestruturas urbanas, que são inerentes ao turismo, não são inseridos no cerne do processo de planejamento.

Assim, torna-se de fundamental importância discutir os modelos de planejamento e principalmente a gestão do turismo em cidades históricas, uma vez que estes espaços estão cada vez mais voltados a ampliar sua capacidade atrativa para a prática turística. Com o fenômeno do turismo de massa que despontou no século XX, este segmento do turismo tem se convertido em alternativa enquanto produto complementar direcionado a um mercado específico de consumidores que apresentam hábitos e costumes distintos, quando comparados ao perfil do turista que consome os produtos do segmento de sol e praia. Fortuna (2009, p. 48) afirma que nesse momento se destaca um segmento de turismo “que se desenrola em contextos urbanos, particularmente os que registram uma forte incidência de factores

arquitectónicos, histórico-arqueológicos e monumentais”. Dentro dessa mesma discussão e corroborando as ideias de MacCannell (1976, *apud* SANTOS, 2014a), o turismo de massa apresenta sinais de insuficiência da oferta, porque já não atende as expectativas de um perfil de turista mais eclético, em que a satisfação é atingida através de práticas genuínas e experiências autênticas.

Esse cenário que vem se acentuando no século XXI, em que o turista está buscando experiências culturais que permitam descobrir e conhecer a cultura do outro, também tem gerado problemas, sobretudo, no que diz respeito à saturação e à preservação do patrimônio edificado, como são os casos da cidade de Ouro Preto, localizada em Minas Gerais (Brasil), Santiago de Compostela (Espanha) e Chichen-Itza (México), resguardando as especificidades das localidades citadas, que têm buscado novas estratégias para o controle da visitação e a conseqüente qualificação dos destinos. Com isso, a concepção de turismo assume um novo contexto, devido à necessidade de implementar modelos de desenvolvimento que apontem para a compatibilidade de desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e culturais, buscando a equidade e a justiça social.

Partindo desse pressuposto, este estudo tem como objetivo analisar o turismo da cidade de São Cristóvão, Sergipe, Brasil, levando-se em consideração os enfoques de planejamento e gestão do turismo. A escolha do caso sergipano e brasileiro se deve a algumas peculiaridades inerentes a esta cidade, dentre elas destacamos:

- a) a dimensão do patrimônio histórico – cultural, configurando-se como o mais importante do estado;
- b) a proximidade com a capital do estado, a cidade de Aracaju, portão de entrada de turistas nacionais e internacionais;
- c) a carência generalizada de conhecimentos acerca de planejamento e gestão turística; e,
- d) a existência de um conjunto patrimonial reconhecido como Patrimônio da Humanidade.

Esta cidade apresenta um conjunto arquitetônico construído pela Ordem Franciscana e irmandades da Colônia Portuguesa situado na Praça São Francisco que, em 2010, recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO). Por se tratar de um patrimônio da humanidade relativamente recente, torna-se de fundamental importância analisar o seu (não) uso turístico, pois, conforme aponta Troitiño (2008), o uso turístico do patrimônio cultural é bastante desafiador, uma vez que engloba aspectos culturais, econômicos, sociais, ambientais e funcionais, o que requer distintas vertentes de planejamento, tanto no âmbito da interpretação do patrimônio como também da gestão.

Para atingir os objetivos propostos, foram adotados alguns procedimentos metodológicos que se iniciaram com o levantamento bibliográfico, a fim de buscar as pesquisas que são de interesse ao tema abordado já produzidas e publicadas em livros, artigos de periódicos, dissertações, teses (SEVERINO, 2002). Em um segundo momento, realizou-se a pesquisa documental que consiste na consulta a documentos para coletar informações úteis para análise do problema proposto (MICHEL, 2009). Assim, foram identificados alguns documentos que subsidiaram as análises presentes neste artigo, a dizer: leis municipais (Leis n. 353, de 10 de setembro de 2018 e n. 371, de 30 de novembro de 2018), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais (Sergipe) e os documentos de base para a candidatura da UNESCO acerca do título de Patrimônio da Humanidade da Praça São Francisco. Estes documentos foram fundamentais para a compreensão dos processos de planejamento e gestão do turismo municipal. Por fim, foi realizado o trabalho de campo que foi subdividido em duas fases distintas: a primeira foi constituída pela técnica de observação, na qual os pesquisadores vivenciaram os espaços do centro histórico da cidade, dialogaram informalmente com residentes e turistas e realizaram registros fotográficos; e, na segunda fase, foram realizadas entrevistas com gestores municipais. Tais procedimentos foram relevantes para as análises e considerações realizadas neste estudo.

2 O patrimônio cultural no contexto mundial e nacional: desafios e perspectivas no século XXI

A globalização econômica e política conjugada à mundialização cultural inaugurou um cenário de emergência de paradigmas e desafios para e nas relações e intersecções entre cultura, indivíduo e sociedade (ORTIZ, 1994). Neste ínterim, o patrimônio, enquanto um conjunto de bens materiais e não materiais nas suas dimensões e expressões política, econômica, simbólica, social e científica concatenadas diretamente ao campo cultural, não esteve isento dos mais variados impactos diante da conjuntura ascendida (DIAS, 2006).

Neste contexto, o universo simbólico adentra em novas esferas, ao ser situado nos processos de ligação cultural em nível mundial, momento em que se destaca também a problemática de homogeneização *versus* heterogeneização cultural e a dialética do global e local (glocal), podendo estar associado ainda à massificação danosa proposta pela indústria cultural, bem como aos processos de *gentrification*, fruto da mesma lógica.

Tamanhas relações inauguradas ganham notoriedade em se tratando especialmente do patrimônio cultural edificado, uma vez que engendram ressignificações, a partir da realocação da cultura e da (re) produção de lugares que tende a culminar na mercantilização deste com a exacerbação do seu valor de troca, da transfiguração do uso em mero consumo e, portanto, reduzindo o valor e significação cultural frente à hegemonização do valor econômico (LEITE, 2005). Por outro lado, é notória a existência, embora por diversas vezes em situação de desequilíbrio, da interdependência subsistente estabelecida entre valor cultural e valor mercantil, constituindo, portanto, face dupla aos bens culturais: de mercadoria e significações (BOURDIEU, 2007).

A perspectiva do planejamento, da gestão do patrimônio e da atividade turística instalada em núcleos urbanos, a partir da valorização simbólica dos bens culturais, a fim de convertê-los em oferta turística, deve auferir protagonismo, uma vez que são indispensáveis e imprescindíveis para estabelecer equilíbrio entre o universo simbólico e mercantil, que se apropria do primeiro. Logo tem-se em vista, sob essa perspectiva, dirimir a sobreposição do consumo – que pode ser acentuada pela inserção das práticas turísticas e a conseqüente turistificação dos bens patrimoniais –, ante a natureza e o viés cultural, funcional e de significações concernentes aos bens em suas respectivas localidades.

Desta forma, almeja-se utopicamente – visto que esta não tem sido ainda a tônica hegemônica da prática – que o turismo possa contribuir enquanto estratégia de desenvolvimento social, a partir da transformação do patrimônio em recurso e, simultaneamente, se constituir em um meio para a diversificação das práticas culturais, turísticas ou autóctones.

Além disso, a partir das oportunidades econômicas geradas pela atividade, a mesma pode ser convertida em via de conscientização mediante reconhecimento para a população local, governos e agentes privados quanto à importância de gerir o patrimônio balizado pela perspectiva da preservação mediante constantes revitalizações e manutenção dos bens edificados, coligados e sem perder de vista as singularidades multifuncionais, territoriais, ambientais e simbólicas locais frente aos processos de turistificação e *gentrification*.

Os desafios que se colocam no horizonte dos planejadores e gestores são incomensuráveis e significativos. Para além dos supracitados inicialmente, no que tange à relação entre a globalização e a esfera cultural e o universo simbólico, há de se destacar ainda os impasses que se refletem isoladamente sobre os bens históricos patrimoniais e seu conjunto no interior das cidades históricas. Isso se torna mais complexo em cidades históricas que já são ou que pretendem ser convertidas em

destinos turísticos, haja vista a crescente complexidade que se instaura no âmbito do planejamento e da gestão patrimonial e turística, quanto à concatenação do turismo, ademais da conseqüente comercialização de bens culturais e do cenário e demandas locais anteriores ou posteriores à atividade.

A partir do início deste século, o campo cultural enfrenta os desafios impostos pelos multiculturalismos que, em síntese, podem ser referenciados como a instauração da indiferença à diferença mediante a intensa relativização cultural com interesses implícitos (BAUMAN, 2013). Neste sentido, está subjugado aos impactos produzidos (in)diretamente e contraditoriamente pela conjuntura de globalização e por estes movimentos políticos multiculturalistas que, juntos, impõem fragmentações, registrados e evidenciados no aumento e incremento de manifestações xenófobas. Em casos mais extremos, reflete-se não somente no aspecto migratório, de guerras civis e na conseqüente destruição e dizimação de bens e artefatos (in)tangíveis patrimoniais, mas igualmente quando da inviabilização da prática turística, fator que fixa desafios a serem superados pelos planejadores e gestores turísticos e culturais.

Ademais, a insignificância respaldada pela lógica multiculturalista projetada a determinados elementos e bens histórico-culturais, bem como as fragmentações desses bens, especialmente os de não interesse ao capital, é ratificada pelo pragmatismo excludente da patrimonialização. Neste contexto, há de se ressaltar sob a perspectiva e função social do patrimônio, os (novos) elementos (des)(res)significados arbitrariamente dentro do processo político de patrimonialização que mantêm-se ativo e contínuo mundialmente, a partir dos diversos órgãos classificatórios sob influência de variados aspectos positivos e negativos, como o turismo globalizado que emerge no novo século e que pode exercer influência dúbia sobre os monumentos culturais. Neste último caso, é fatídica a potencialidade do turismo enquanto atividade que pode engendrar efeitos negativos para o patrimônio cultural, quando da influência exercida sobre o processo de patrimonialização, a partir da imposição de paradigmas globalizados de turistificação concatenados à lógica da indústria cultural.

Esta perspectiva associada aos processos políticos de patrimonialização, turistificação, massificação e *gentrification* podem incidir diretamente sobre a interpretação social quanto à importância do patrimônio e de bens não patrimonializados, sobretudo, sob o prisma da dimensão da reprodução histórica, científica, educativa e enquanto elemento para a coesão social. Por conseguinte, procede-se à banalização de determinados monumentos (não) patrimoniais que recai indubitavelmente sobre a precarização de sua reparação e manutenção e a perda de elementos que simbolizam, igualmente aos reconhecidos, a história de povos e nações.

Por outro lado, o turismo cultural pode cumprir um importante papel positivo, quando inserido de forma adequadamente planejada para além da rentabilidade econômica, ou seja, transcendente à perspectiva de segmentação. A partir desta tipologia, busca-se enfatizar o resgate e/ou a manutenção de narrativas de fatos históricos, bem como a (re)construção e (re)valorização de identidades locais, a partir da promoção da interação entre diferentes elementos culturais contra-hegemônicos, tornando o processo de patrimonialização mais inclusivo do que exclusivo.

As expectativas em torno da prática turística se fixam no que concerne ao impulso à preservação e conservação patrimonial mediante a obtenção de receitas e alcance do desenvolvimento econômico, partindo-se do aumento da visitação e do fluxo turístico no local, subsidiado por processos adequados de planejamento e gestão turísticos do patrimônio cultural. Ademais, a prática turística pode ser uma forte aliada, nos tempos contemporâneos de forte extremismo, contra a xenofobia emergente.

De fato, o turismo cultural corresponde a uma segmentação que tem atraído e engendrado significativos fluxos turísticos ao redor do mundo, considerando a emergência de novos comportamentos entre os consumidores-turistas que anseiam aperfeiçoar e agregar valor intelectual às suas experiências turísticas, a partir do “consumo” de elementos históricos e identitários singulares.

No entanto, apesar da expansão desta prática e tipologia de turismo que tende a mobilizar fluxos turísticos aos monumentos históricos e patrimônios culturais e, portanto, conduzir ao seu enaltecimento, há na contramão ainda uma significativa problemática residente na desassistência outorgada ao setor cultural e, conseqüentemente, ao patrimônio, evidente no descaso com a devida manutenção e preservação destes elementos. Este fator tem engendrado inúmeros aspectos negativos para a reparação dos elementos que significam e narram a História da humanidade, de modo que muitos destes bens repletos de simbolismos têm sido impactados, em diversos casos, de forma irreversível em decorrência da negligência com a sua devida salvaguarda.

Internacionalmente, para além dos casos de guerra civil causada por conflitos étnico-culturais,¹ o patrimônio cultural tem sido afetado pela negligência da sua gestão em numerosos exemplos, como no caso de Taj Mahal, na Índia, degradado e com risco de desaparecimento; e no recente incêndio da emblemática Catedral de Notre-Dame, em Paris. Ambos os monumentos têm em comum serem atrativos turísticos capazes

¹ Para mais informações acerca da destruição dos patrimônios culturais fruto da guerra civil na Síria, bem como advindos dos diversos ataques do Estado Islâmico, consultar: <https://nacoesunidas.org/imagens-de-satelite-revelam-destruicao-do-patrimonio-cultural-de-alepo-na-siria/>. Acesso em: 1 abr. 2019.

de atrair fluxos significativos todos os anos, isto é, possuem suas retóricas simbólicas valorizadas pela lógica mercantil do turismo.

Esse cenário ratifica a indispensabilidade da coesão entre a operacionalização do planejamento estratégico do patrimônio mediante políticas de conservação integral e do planejamento turístico adequado, balizado por estudos de capacidade de carga e a concatenação de funções, a fim de não comprometer nenhuma de suas formas de uso, seja mediante exacerbação da apropriação turística ou contribuição para a sua ausência.

No caso brasileiro, além das inúmeras dificuldades quanto ao direcionamento de investimentos e da elaboração de políticas públicas que, verdadeiramente, sejam aplicadas para a reparação contínua de monumentos históricos, há de se destacar ainda a extinção, no ano de 2019, do Ministério da Cultura, órgão circunscrito no âmbito do governo federal. Deste modo, se constata a tendência à negligência governamental quanto à importância da cultura para o desenvolvimento nacional e, principalmente, no que concerne às questões sociais e, no que tange à perspectiva econômica.

Neste sentido, a conjuntura ascendida no Brasil há de acentuar nacionalmente um dos aspectos mais problemáticos que circunda atualmente o patrimônio cultural ligado, especificamente, ao âmbito da ausência e carência de aplicabilidade de ferramentas de planejamento e gestão adequadas, quando da elaboração e aplicação de planos que visem à manutenção dos monumentos para uso de residentes e consumo turístico. A debilidade neste setor incide diretamente na atividade turística e a sustentabilidade desta em relação ao patrimônio em longo prazo, uma vez que antes da turistificação, faz-se mister a operacionalização de dispositivos próprios de gestão patrimonial, para que haja a devida preservação e compatibilização das suas funções primeiras junto à turística.

Conforme já citamos anteriormente, esta realidade é conferida a Ouro Preto, primeira cidade histórica tombada pela qual lhe foi outorgado o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Diante da ausência de políticas de planejamento urbano que visassem à preservação do seu rico acervo arquitetônico patrimonializado, a cidade sofreu drásticas intervenções físico-espaciais que comprometeram significativamente a qualidade da paisagem. De acordo com Cougo (2006, p. 1), “a ocupação desordenada do entorno do centro histórico da cidade de Ouro Preto somada ao crescimento demográfico desordenado acabou por gerar um espaço crítico que desfigura a paisagem e a imagem da cidade”. Consolidada enquanto destino de turismo cultural, a localidade vê o turismo ameaçado considerando a intensa descaracterização que prenuncia a perda do seu título obtido da UNESCO, o que impactará significativamente

não somente o fluxo turístico, mas, sobretudo, a acentuação da precarização da preservação patrimonial.

Desta forma, considerando as diversas questões que circundam o patrimônio cultural na atualidade é que recaem, neste estudo, as análises para a realidade da cidade de São Cristóvão, que lhe foi outorgado o título de Patrimônio Cultural da Humanidade à Praça São Francisco no ano de 2010. No caso desta cidade, há uma distinção substancial quando em comparação aos patrimônios culturais discutidos anteriormente, posto que não existe ainda um significativo fluxo turístico na cidade e na própria Praça São Francisco, apesar da chancela obtida na UNESCO que contribui para o apelo turístico. Todavia, a cidade histórica de Ouro Preto, especificamente, tem em comum com São Cristóvão a debilidade da proposição e execução de políticas de planejamento urbano que vislumbre a salvaguarda de seus patrimônios culturais, sobretudo, aqueles reconhecidos internacionalmente, comprometendo o desenvolvimento da atividade em ambos os casos.

3 Conhecendo a cidade de São Cristóvão...

A cidade de São Cristóvão se constitui no primeiro povoamento do Estado de Sergipe, fundado por Christovão de Barros em 1590, no contexto da Dinastia Filipina em Portugal (período de aliança das Coroas portuguesa e espanhola, entre 1580 e 1640, denominado de União Ibérica).

Antes de ocupar a posição geográfica atual, São Cristóvão ocupou duas outras posições, as quais por questões estratégicas foram abandonadas (PITTA, 1730). Essas mudanças de sítio ocorreram na busca de uma posição que assegurasse melhores condições de defesa contra invasões dos conquistadores (franceses e holandeses), muito comuns à época de sua instalação no final do século XVI e início do século XVII (GALVÃO JUNIOR, 2007). Segundo a tradição do Medievo Europeu, o colonizador português buscou implantar a povoação que se consolidou em definitivo encravado nas áreas de morros e colinas em formato de acrópole próximo a desembocadura do rio Paramopama, principal rio que cruza a cidade e afluente do rio Vaza Barris, que constitui uma das principais bacias hidrográficas do Estado de Sergipe.

A partir de sua estruturação como cidade e sede provincial, no ano de 1607, sua morfologia urbana foi dividida em duas partes: a cidade alta, onde foram estabelecidos os poderes civil e religioso, enquanto a cidade baixa abrigava o porto, o comércio e a população de baixa renda.

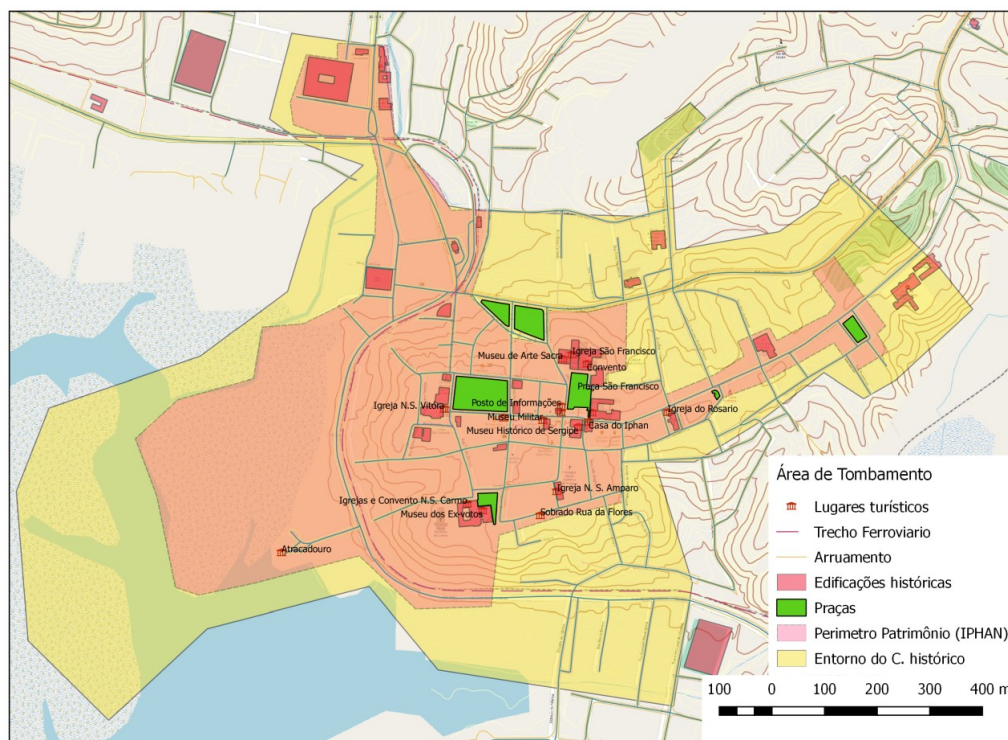
No primeiro quartel do século XVII, além da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, São Cristóvão já contava com a presença de importantes ordens religiosas, como as Jesuíticas, Beneditinas e Carmelitas. A ordem Franciscana só viria a se

estabelecer após a fase das guerras com a Holanda, em 1645. As edificações eclesiásticas, assim como aquelas voltadas para a administração da Capital, passam a comandar o desenho urbano. Estas convergiam os principais eixos urbanos, cujo traçado respeitava a topografia ao se adaptar às condições encontradas. A cidade composta de uma sociedade profundamente religiosa se assentou num casario modesto, expressando a importância da vida em comunidade.

De acordo com os princípios da Lei IX das Ordenações Filipinas (métodos de construção arquitetônica dos centros urbanos da Coroa ibérica), que introduziu as medidas mínimas de 60 X 90 metros na configuração de suas praças centrais e na manutenção dos estilos luso-hispânico das colônias conquistadas, são iniciadas as construções da Igreja de Nossa Senhora do Amparo (1690) e Igreja e Santa Casa de Misericórdia, a Igreja e Convento de Santa Cruz, também chamada Convento de São Francisco (1693). A construção da Igreja e Convento do Carmo (1699), cujo largo conectado ao da Igreja Matriz e à Praça São Francisco, definiram o tecido urbano do centro histórico.

Neste sentido, as praças e os eixos principais da cidade foram definidos por espaços amplos e abertos conectados por ruas de pequena extensão, fato que reproduz o espírito das composições europeias das cidades medievais (Figura 1).

Figura 1 – São Cristóvão – Perímetro urbano do centro histórico



Fonte: Elaboração Própria (2019).

Esses elementos significativos da composição urbana conservam-se claramente na paisagem, na medida em que a cidade se expande e seu núcleo histórico mantém a hierarquia nos espaços funcionais urbanos. No século XVIII, após o período das invasões e guerras contra o domínio holandês, a área urbana já reconstruída cresceu em relação à superfície urbanizada anterior, evidenciando o caráter religioso ibérico que marcou sua arquitetura.

Em 1746, os jesuítas iniciam a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que abriu um novo eixo de crescimento, a partir do eixo principal. Constrói-se também o Palácio Provincial, que até 1855 funcionou como sede do governo estadual. Neste ínterim, São Cristóvão é vista como um dos centros urbanos de importância significativa, destacando-se por suas funções econômicas, sociais e culturais, excepcional no contexto da Província.

A partir de 1855, com a mudança da capital para Aracaju, há um esvaziamento da cidade, pois muitos moradores foram transferidos para a nova cidade e muitos edifícios foram depredados pela ociosidade administrativa e ausência de moradores (GALVÃO JÚNIOR, 2007).

Figura 2 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória



Foto: Arquivo particular (2018).

Em 1938, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de São Cristóvão foi tombado pelo Governo do Estado de Sergipe através do Decreto Estadual n. 94. Dentre eles destacamos a Igreja de São Francisco e de Santa Cruz da Ordem Franciscana, a Igreja do Rosário e a Matriz de Nossa Senhora da Vitória (Figura 2). Em 1967, o conjunto arquitetônico foi tombado como patrimônio nacional pelo Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No entanto, é importante ressaltar que, nos dois tombamentos, não havia definição de limite. Somente com a ratificação do seu tombamento federal, no ano de 2010, ficaram definidos os limites de tombamento e do seu entorno.

As edificações históricas religiosas de matriz católica se constituem nos monumentos que mais se destacam na paisagem. Essa profusão de signos do barroco português traduz os traços marcantes de seu patrimônio cultural, que foi ratificado com a elevação, em 2010, da Praça São Francisco à categoria de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, quando o conjunto arquitetônico da Praça e do Convento de São Francisco foi reconhecido como um dos mais expressivos remanescentes dentre os que foram edificados pela Ordem Franciscana e pelas Irmandades consorciadas na Colônia portuguesa do Brasil (Figura 3).

Figura 3 – Praça São Francisco



Fonte: IPHAN (2015).

Através do programa Monumenta,² o IPHAN vem desde 2003 atuando em diversas frentes no sentido de restaurar, financiar e requalificar os edifícios na zona de tombamento do sítio histórico de São Cristóvão. O programa liberou recursos para os proprietários dos imóveis localizados no centro histórico, com o objetivo de garantir o reestabelecimento destas propriedades e promover a inclusão cultural, social e econômica da população local. Vale ressaltar que nem todos os proprietários aderiram ao programa e, devido a este fato, muitos edifícios ainda encontram-se deteriorados.

O município de São Cristóvão integra a Região da Grande Aracaju, onde se intensificam profundas transformações a partir de metas governamentais e de

² Programa elaborado e desenvolvido pelo Ministério da Cultura do Brasil com apoio técnico da UNESCO e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

iniciativas do capital privado associadas à industrialização, exploração de recursos minerais, ampliação e diversificação do setor imobiliário e investimentos em setores de atividades na área do turismo (SANTOS, 2017). No contexto da região metropolitana e do Estado de Sergipe, São Cristóvão se destaca como uma cidade histórica de grande importância. Porém, apesar dos incentivos e investimentos para o setor turístico, detectamos, através da técnica de observação, que as atuais condições de manutenção da infraestrutura básica e turística ou, até mesmo, a inexistência de serviços que favoreçam o desenvolvimento do turismo, está gerando a depreciação da imagem turística da cidade, dificultando sua inserção no circuito nacional de cidades históricas.

Apesar do contexto sinalizado acima, podemos afirmar também que a cidade de São Cristóvão apresenta aspectos que favorecem a prática do turismo cultural. São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do Brasil e, conforme já abordamos anteriormente, apresenta um centro histórico com importante acervo colonial e barroco marcados nas suas edificações, ademais de preservar suas tradições, como as manifestações folclóricas, peregrinações e festas religiosas (Figura 4).

Figura 4 – Casario do Centro Histórico de São Cristóvão



Foto: Arquivo particular (2019).

Por outro lado, através do patrimônio, cidades e turismo estão unidos; porém, o uso errôneo do legado patrimonial, ou seja, a falta de uma verdadeira política cultural pode desqualificar o produto turístico (HALL, 1997). Com isso, afirmamos que a existência de um valioso patrimônio em si mesmo não consolida um destino turístico. De fato, São Cristóvão precisa ser capaz de aproveitar as funcionalidades – cultural e turística –, através de ações e estratégias pautadas nos processos de planejamento e gestão, a fim de se converter em um destino turístico-cultural consolidado no cenário brasileiro.

4 Planejamento do turismo em cidades históricas: São Cristóvão em questão

A partir do século XVIII, as cidades se tornaram objetivo dos viajantes que buscavam explicações para as inquietações intelectuais. Apesar de este tipo de turismo retratado acima estar mais direcionado ao segmento de “sol e praia”, quando na Europa houve a consolidação do cinturão mediterrâneo (Espanha, França, Grécia, etc.) e no Brasil destacaram-se os litorais do Rio de Janeiro e São Paulo, as consequências econômicas e sociais se refletem na cidade como um todo. De fato, o turismo consome a cidade, a partir de todos os seus componentes e, concomitantemente, os efeitos ou impactos também se refletem na cidade e no urbano, porém de forma heterogênea. Essa relação complexa é inerente à cidade enquanto produto turístico, uma vez que, a partir do momento em que a cidade adota uma nova função – turística –, assume um risco para o equilíbrio funcional. Santos (2014b, p. 452) menciona que “o turismo e a cidade são duas âncoras, simultaneamente funcionais e simbólicas, que permitem recriar incessantemente imagens e representações, expressas em relações de atuação interescalar (do local ao global)”.

A partir do século XX, sobretudo no período pós-guerra, percebemos o crescimento e a consolidação do turismo de massa, o que faz com que se acentue a relação entre cidade e turismo. Bertoucello (2010) assinala que o turismo de massa apresenta características bem intrínsecas, como, por exemplo, a oferta de produtos estandardizados, destinos massificados, grande volume de turistas e baixo custo, a partir da economia de escala. Na atualidade, podemos observar que as mais distintas formas de turismo se materializam na cidade, uma vez que a maior expressão da prática turística se consolida no espaço urbano, como aponta Henriques (2003, p. 52), ao afirmar que “a cidade, devido à multiplicidade de dinâmicas em interação, compatibiliza-se com o avolumar de elementos de arte, de criação artística, de património e de vivências que contribuem para que o turismo de vertente cultural encontre nela [a cidade] um alvo privilegiado”.

De fato, o maior número de equipamentos culturais se concentra nas cidades, o que propicia a utilização destes equipamentos (museus, galerias, teatros, monumentos, etc.) para a prática da atividade turística. No entanto, devemos ressaltar que não é somente este fator que favorece o desenvolvimento da prática turística nas cidades. O turista enquanto um consumidor de bens e serviços favorece os processos de produção e consumo do espaço turístico, uma vez que dinamiza diversos setores de atividade, através da introdução de novas estratégias de consumo e uso do solo devido

à perspicácia, sofisticação e exigência em termos de autenticidade e qualidade de serviços (JOHNS; HOSEASON, 2004).

O turista contemporâneo já não busca somente as amenidades naturais “sol e mar”, mas sim destinos que possam oferecer um conjunto de atividades que favoreçam a viagem ou a experiência turística. Dentro destes novos produtos turísticos, podemos citar as cidades históricas, uma vez que os turistas atuais têm buscado se aprofundar na cultura do outro, conhecer o patrimônio a partir de vários aspectos, que se estendem desde a monumentalidade aos aspectos históricos. Assim, podemos afirmar que o turismo em cidades históricas tem apresentado uma afluência de visitantes em todo o mundo.

Ashworth (2005), ao analisar a relação entre turismo e cidades históricas, ressalta a importância de três agentes que atuam no processo de apropriação do espaço turístico, são eles: a indústria turística³ (iniciativa privada), os gestores culturais e o setor público (governos locais). Segundo o autor, estes agentes atuam de maneira distinta, porém tentam alcançar os mesmos objetivos. A iniciativa privada está sempre atenta às mudanças do mercado e aposta na criação de novos produtos; os gestores culturais, através do turismo, obtêm uma fonte complementar de renda e, finalmente, o setor público nas diferentes esferas busca a renovação física e funcional de algumas áreas específicas para a prática da atividade turística.

Partindo desse princípio, destacamos que é de fundamental importância que a vontade de estabelecer a relação entre cidade histórica e turismo seja simultânea entre os três agentes supracitados e que haja uma adequação da atividade turística com as necessidades dos turistas e da população local. No entanto, “a população, em sua maioria, desconhece o valor de seus bens e ainda não compreende as possibilidades que o turismo oferece” (SIMÃO, 2006, p. 68), o que reforça a necessidade de se pensar não somente na rentabilidade econômica, mas, sobretudo, no desenvolvimento social, visando a melhorias da comunidade local associadas ao bem-estar do turista.

A inexistência do planejamento turístico pode gerar diversos prejuízos para as localidades. Algumas consequências de desenvolvimento turístico não planejado são visíveis em várias destinações turísticas mais populares do mundo, como já mencionamos anteriormente, principalmente no que diz respeito aos impactos negativos gerados pela atividade. É certo que existem exemplos de destinos que se consolidaram sem o planejamento prévio, porém, atualmente, há uma exigência da própria competitividade do turismo, em que se faz necessária a integração, o planejamento e o desenvolvimento, com a finalidade de que os destinos turísticos se

³ Nomenclatura utilizada pelo autor.

tornem sustentáveis. De fato, muitos gestores públicos definem a atividade turística como estratégia ou vetor de desenvolvimento, mas não se preocupam com a elaboração do planejamento prévio.

Assim, o planejamento é uma ferramenta de suma importância para orientar o desenvolvimento da atividade turística local, a partir da perspectiva da elaboração de planos, a exemplo dos Planos Municipais de Turismo e dos Planos Estratégicos para destinações turísticas que possibilitarão o encaminhamento das ações e estratégias direcionadas ao desenvolvimento local. Segundo Santos, Santos e Campos (2012), os planos se configuram como instrumentos amplos que apresentam diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade, estabelecendo métodos, áreas e setores priorizados para a elaboração, execução e avaliação da política de turismo. Este instrumento se constitui numa ação prioritária para compreender alguns fatores que são inerentes ao turismo: a dotação de recursos existentes no destino; a existência e possibilidades de desenvolvimento de produtos atrativos e competitivos; a possibilidade de atuação da iniciativa privada; o papel dos agentes endógenos, entre outros.

O planejamento turístico em cidades históricas ainda é um processo mais complexo, tendo em vista que seus centros históricos são espaços que geralmente são apropriados para/pelo turismo, porém não podemos deixar de considerar que são espaços multifuncionais resultantes dos processos espaciais inerentes à produção do urbano. Assim sendo, encontramos nos centros históricos cenários e atividades simbólicas emblemáticas que configuram a economia, a cultura, a religiosidade e as heranças arquitetônicas e paisagísticas. Com isso, os ritmos sociais expressados no centro histórico são (re)produzidos ao mesmo tempo para o residente e para o turista (SANTOS, 2017).

Desta forma, ressaltamos que os centros históricos apresentam uma dinâmica urbana complexa e simbólica. Por isso, se a atividade turística se desenvolve desordenadamente, pode gerar transtornos para as comunidades receptoras, sobretudo, problemas culturais e sociais. De fato, os centros históricos devem ser analisados como parte importante da memória urbana. Portanto, deve-se perceber também que se trata de uma realidade viva que forma parte do sistema urbano (FERRER REGALES, 2002).

O patrimônio cultural se converte em recurso importante na configuração do espaço turístico, porque pode ser entendido como um forte aliado ao desenvolvimento econômico, na criação de empregos e na coesão social de uma localidade. No entanto, conforme as ideias de Troitiño (2004), o patrimônio como potencialidade e/ou atrativo turístico somente pode ser considerado como estratégia

de desenvolvimento turístico, a partir do momento em que a localidade apresenta adequados instrumentos de cooperação e gestão, que permitam resolver problemas inerentes ao processo de turistificação dos bens patrimoniais.

Partindo-se desse pressuposto, ressaltamos a importância de se pensar a prática turística da cidade de São Cristóvão, tendo em vista que seu patrimônio histórico e cultural tem despertado como alternativa e estratégia viável e capaz de articular novos segmentos para o turismo no Estado de Sergipe. No entanto, percebemos uma carência generalizada de conhecimento acerca do planejamento e da gestão turística, uma vez que os gestores locais pensam a atividade turística somente como fonte de captação de recursos, sem considerar o papel inerente ao gestor público, ou seja, a elaboração de estratégias e ações para o planejamento e gestão do território. A partir da entrevista⁴ com gestores do turismo de São Cristóvão, percebe-se a dificuldade em compatibilizar ações que possam ser pactuadas pelos distintos agentes promotores do turismo local, devido à inexistência, até o ano de 2018, de uma instância de governança que atuasse como um *locus* de discussão e de articulação, e também de um plano municipal de turismo para nortear as diretrizes da prática turística local. Ali *et al.* (2017) afirmam que através de uma instância de governança, torna-se possível desenvolver estratégias de desenvolvimento do turismo, que sejam definidas e alinhadas entre os agentes que compõem a atividade turística, tendo em vista que “todo planejamento implica mudança, desenvolvimento de novas perspectivas e atitudes, resultando em um processo gradativo de aprendizagem por parte dos envolvidos” (BRUSADIN, 2005, p. 91).

Torna-se importante ressaltar que, no ano de 2009, o município teve seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aprovado e, no capítulo III deste instrumento, encontram-se dispostas as normativas referentes à política municipal de turismo, que têm como objetivo “fomentar o desenvolvimento da atividade turística” (Lei n. 44/2009). Este documento, em seu art. 13, dispõe as diretrizes da Política Municipal de Turismo que, em seu item VIII, informa a necessidade de “elaborar o Plano de Turismo Sustentável de São Cristóvão, com ações específicas, com prazos e metas estabelecidos em Lei para o cumprimento das diretrizes da Política Municipal de Turismo” (Lei n. 44/2009).

Assim sendo, apesar de desde 2009 estar disposta no Plano Diretor a diretriz para a elaboração do Plano de Turismo Sustentável de São Cristóvão, apenas em 2018 esta ação foi realizada. Este cenário se modificou justamente no momento em que há uma reformulação no Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Este programa, implantando em meados da década de 1990, teve como finalidade “el

⁴ Entrevistas realizadas com gestores municipais em 2018 e primeiro semestre de 2019.

desarrollo de una infraestructura de apoyo al turismo, particularizando acciones que mantengan y expandan la actividad turística, así como estimulando la participación de la iniciativa privada, con la consiguiente generación de ocupación productiva y de renta” (SANTOS, 2017, p. 120). O programa se configura como um importante fomentador do desenvolvimento do turismo da Região Nordeste brasileira. Em Sergipe, o Prodetur/NE contemplou, em sua primeira fase, nove municípios com investimentos de aproximadamente US\$ 67 milhões de dólares (SANTOS, 2017). No caso da cidade de São Cristóvão, a partir dos recursos do Prodetur/NE, foi realizada a revitalização da antiga fábrica de tecidos localizada na cidade baixa e transformada em mercado de artesanato (que não mais existe com esse objetivo).

No ano de 2018, este programa passou por uma reformulação e foi intitulado Prodetur + Turismo, que tem como objetivo identificar e qualificar “as ações priorizadas, como indutoras do desenvolvimento do turismo nacional, estruturando destinos e fortalecendo produtos e equipamentos turísticos, sendo gerador de mais empregos, mais renda e mais inclusão social, de forma sustentável” (MTUR, 2019).⁵

Com a implantação dessa nova versão do Prodetur + Turismo, muitos destinos tiveram que instalar suas instâncias de governança e elaborar o Plano Municipal de Turismo, uma vez que somente poderão pleitear recursos nesse programa, os destinos turísticos que cumprem os seguintes pré-requisitos:

- a) compor o Mapa do Turismo brasileiro;⁶
- b) possuir um Conselho ou Fórum Municipal de Turismo;
- c) participar da Instância de Governança Regional da região turística da qual faz parte, caso já esteja instituída;
- d) possuir ou estar elaborando Plano de Desenvolvimento, Plano Diretor (com referências), estudo ou Planejamento Estratégico para o Setor Turismo;
- e) estar alinhado com os eixos de atuação e as propostas de ações do Programa.⁷

Dentro desse contexto, o cenário do planejamento e da gestão do turismo de São Cristóvão recebe novos direcionamentos, uma vez que o município já integra o mapa turístico brasileiro e, neste mesmo ano, a Prefeitura Municipal de São Cristóvão

⁵ Informação disponível em:

http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=304. Acesso em: 7 jun. 2019.

⁶ O Mapa do Turismo brasileiro é o instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. Os municípios inseridos neste mapa têm prioridade de ações no Ministério.

⁷ Informação disponível em:

http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=304. Acesso em: 7 jun. 2019.

promulgou leis para atender aos requisitos supracitados, a exemplo das Leis n. 353, de 10 de setembro de 2018, e n. 371, de 30 de novembro de 2018. A primeira lei citada dispõe sobre a política pública municipal, institui o fundo de turismo municipal e o conselho municipal de turismo, além de definir as atribuições do governo municipal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Já a segunda lei institui o plano municipal de turismo. Assim, o município de São Cristóvão passa a ser o primeiro município a receber o selo + Turismo, que garante prioridade na análise de projetos no programa Prodetur +Turismo.

Com isso, percebemos que o município de São Cristóvão, apesar de a sede municipal ser considerada a 4ª cidade mais antiga do Brasil e ter em seu espaço uma praça com o título de patrimônio mundial, ainda não possuía instrumentos normativos para o planejamento e a gestão do turismo. Associadas a esse contexto, detectamos fragilidades no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, instrumento que se encontra em fase de revisão, no que tange à orientação do planejamento municipal para a implantação de políticas de desenvolvimento e ordenamento territorial, tendo em vista que existe um direcionamento para o desenvolvimento do turismo cultural, mas não apresenta diretrizes que visem à apropriação do patrimônio pelo/para o turismo de forma responsável e sustentável. De fato, é fundamental garantir a articulação entre a gestão e as condições de integridade e autenticidade do patrimônio cultural, a fim de que sejam criadas formas de governabilidade convergentes à conservação dos bens patrimoniais e ao seu uso turístico.

Assim, é certo afirmar que, no contexto de São Cristóvão, há a necessidade de um planejamento e gestão do turismo de forma mais eficaz, considerando as possibilidades inovadoras e criativas que o patrimônio pode exercer, a partir de sua revalorização e articulação com a capacidade geradora de bens e serviços de sua população. O centro histórico da cidade acaba sendo somente um espaço receptor de turistas associado às demais funções que são inerentes a um centro urbano: residenciais, comerciais, educativas, culturais, administrativas, entre outras. De fato, o centro histórico apresenta uma multifuncionalidade que necessita de planejamento, para que não haja desequilíbrios, ou seja, que uma função não seja executada em detrimento de outra. Desta forma, torna-se necessária a operacionalização de um plano estratégico e de gestão do centro histórico, para que este seja capaz de compatibilizar suas próprias funções urbanas com a função turística.

Na atual conjuntura do turismo de São Cristóvão, mesmo após a existência de um documento formal, detectamos, através das entrevistas, uma desarticulação no âmbito da gestão do turismo municipal. A Praça São Francisco, principal atrativo da cidade, tem seu espaço sendo minimizado, no que diz respeito às suas singularidades

físicas, funcional e, sobretudo, simbólicas, no tocante à representatividade, considerando-se as suas especificidades enquanto um bem público universal. Assim sendo, o uso da Praça São Francisco, enquanto Patrimônio da Humanidade, precisa ser planejado e estruturado, a partir da importância da sua história e da cultura. Conforme abordamos no item 2 deste artigo, o patrimônio cultural enfrenta inúmeros desafios no contexto político-econômico dominante no século XXI, dentre eles destacamos que o turismo cultural pode atuar extrapolando a visão meramente econômica, mas sim no resgate ou na (re)construção e (re)valorização das identidades locais. Assim, a definição de estratégias qualitativas, pactuadas entre os agentes produtores do turismo de São Cristóvão, deve buscar o caminho da sustentabilidade cultural e também turística.

Diante do exposto, percebemos que os problemas detectados em São Cristóvão são resultantes de ações ou, até mesmo, da falta delas nos âmbitos político-técnicos, uma vez que ainda há necessidade de articulação dos instrumentos urbanísticos de planejamento vinculados à efetiva participação e controle da instância de governança local (conselho municipal de turismo) para garantir a eficácia da atividade.

5 E para não concluir ... Desafios para o planejamento turístico de São Cristóvão

Converter uma cidade histórica em um produto turístico requer uma sincronia entre os processos gerais de planejamento urbanístico, turístico e cultural e a prática de ferramentas de gestão que coadunem com os objetivos de superar o direcionamento meramente econômico, no sentido de ampliar e potencializar os diversos saberes locais, capitalizando social e culturalmente as conexões internas entre os residentes e os produtores culturais envolvidos nos processos de apropriação/gestão das demandas turísticas, que possam contribuir para a formação de uma rede de negócios baseados nas experiências histórico-culturais e ambientais.

Neste sentido, de acordo com os capítulos II e III do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de São Cristóvão (PDDU – Lei n. 44/2009), no que se refere às diretrizes estratégicas de desenvolvimento municipal, a valorização do patrimônio cultural e a política de turismo têm como objetivo orientar a vocação da cidade como destino central de turismo histórico e cultural do Polo Costa dos Coqueirais do Estado de Sergipe. Essa diretriz enseja, além das características históricas, aspectos naturais relacionados aos desafios de sua localização metropolitana, localizada a apenas 18 km da capital Aracaju, como fatores que precisam ser ponderados, tanto no que diz respeito aos processos de intensificação da oferta de meios de hospedagem e gastronomia no destino – escassos na localidade –,

quanto à fluidez das demandas dos turistas, que não ampliam a permanência na cidade.

Este entrave, à luz do planejamento e da gestão, nos remete a perspectivas básicas necessárias que devem ser adotadas pelos gestores municipais, no sentido de gerar informações que viabilizem a definição de ações e estratégias para promover o desenvolvimento da atividade turística local, como uma atividade agregadora e receptiva, tendo em vista a salvaguarda de seu patrimônio contido no centro histórico, seja como monumento nacional, seja como patrimônio mundial da humanidade, que por sua singularidade deve influenciar na decisão do turista de buscá-lo como destino turístico.

Consonante ao que já foi exposto neste artigo, complementamos a inexistência de pesquisas de demandas sazonais, assim como a falta de difusão e aplicabilidade do plano municipal de turismo como impedimentos para a ativação de processos de requalificação e revitalização tanto do espaço considerado histórico, monumental e paisagístico, como também na busca de promover a atuação dos demais agentes privados do turismo enquanto produtores e organizadores do espaço urbano e turístico, que se constituem nos elementos fundamentais na composição da oferta do destino.

Ademais, a inexistência de um plano de gestão da Praça São Francisco, enquanto patrimônio da humanidade, não garante a salvaguarda do patrimônio e sequer gera possibilidades de inserção de São Cristóvão no cenário turístico nacional e, até mesmo, internacional, uma vez que os destinos patrimoniais não sobrevivem e motivam os turistas potenciais apenas por disporem de um atrativo cultural ou de um conjunto patrimonial, mas por apresentarem efetivas ações que vão desde a promoção pública aos investimentos privados perpassando pela transmissão de seus conteúdos e signos para os visitantes, assim como para os residentes. Estes últimos, no caso da cidade de São Cristóvão, merecem atenção especial, pois são agentes produtores fundamentais e precisam despertar para as potencialidades turísticas da cidade e, sobretudo, acerca da importância do seu patrimônio.

Assim, esta pesquisa visou a sinalizar caminhos viáveis para o turismo de São Cristóvão, enfocando também a existência da Praça São Francisco, no sentido de evidenciar os desafios para a concretização de um planejamento turístico adequado que vislumbre, primordialmente, a preservação dos bens históricos e, especificamente, da própria praça referenciada, pois, apesar de disseminadas em diversos estudos, as técnicas de planejamento e gestão do bem patrimonial, quando associadas às expectativas das apropriações (socioeconômicas), através da atividade turística, têm sido amplamente negligenciadas pelo Poder Público local. Somente desta forma e

superada esta etapa inicial é que se torna possível pensar numa perspectiva criativa que venha requalificar e promover refuncionalizações que sejam capazes de ampliar o valor simbólico do patrimônio na cidade pela atividade turística.

Neste sentido, o município necessita oferecer infraestrutura para o desenvolvimento de atividades de cultura, turismo e entretenimento, como fontes geradoras de trabalho, renda e qualidade de vida para a comunidade, tendo em vista a articulação dos segmentos do turismo, como: histórico-cultural, religioso, rural, ecológico e de eventos. Esta articulação poderá se transformar numa nova realidade, a partir da criação de novos produtos turísticos, a exemplo de roteiros turísticos, que visem a integrar atrativos que se encontram dispersos na cidade. Assim sendo, esses roteiros podem atuar como um produto complementar à visita da Praça São Francisco.

Estas ações devem estar atreladas a uma política de capacitação e qualificação profissional permanente, que incentive o empreendedorismo, principalmente nos setores de A&B (Alimentos e Bebidas), meios de hospedagem, produção de artesanato e comércio, tendo em vista que estes são serviços essenciais à prática turística e merecem uma atenção especial no âmbito da cidade de São Cristóvão. Ressaltamos também a implantação de um plano de *marketing* específico e a cooperação com rede de agências e operadoras do turismo, tendo em vista que se configuram como as bases para o alcance de melhores níveis de satisfação da gestão cultural e do turismo.

Portanto, faz-se mister que sejam engendradas discussões pautadas e balizadas por métodos e técnicas que possam suprir as demandas antigas ainda não superadas e que os desafios que estão emergindo no horizonte aos planejadores e gestores públicos e privados sejam baseados na capacidade criativa e na interação entre elementos-chave do patrimônio e as complementariedades que garantam as condições de gerar retornos positivos para a comunidade local e que atendam às especificidades existentes na localidade, sobretudo, quando da inter-relação estabelecida entre os monumentos histórico-culturais com a atividade turística e os processos de turistificação de forma inclusiva e responsável.

Referências

ALI, F. *et al.* Stakeholders' perceptions & attitudes towards tourism development in a mature destination. **Tourism**, v. 65, n. 2, p. 173-186, 2017.

ASHWORTH, G. Managing the cultural tourist. *In*: ASWORTH, G.; DIETVORST, A. **Tourism and spatial transformations. Implications for Policy and Planning**. UK, Cab International, 2005.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BERTONCELLO, R. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. *In*: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. **S. Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-54.

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Hospitalidade**, n. 2, p. 87-111, 2005.
- COUGO, M. Paisagem e imagem urbana – a percepção local da degradação do entorno do centro histórico de Ouro Preto/MG. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL – SEMINTUR, 4., 2006, Ouro Preto. **Anais [...]**. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT04-7.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.
- DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERRER REGALES, A. La integración de los cascos antiguos en la ciudad y la región. *In*: **Actas del I Congreso de Centros Históricos de la Comunidad Valenciana: Historia, patrimonio y arte**. Archival. Valencia, 2002. p. 23-36.
- FORTUNA, C. Fluxos turísticos no Centro Histórico de Coimbra. **Relatório de Investigação**, Coimbra: CES, 2009.
- GALVÃO JÚNIOR, J. L. Análise da evolução morfológica do espaço urbano. *In*: **DOSSIÊ Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju, Secretaria do Estado da Infraestrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. p. 1-21, CD-ROM.
- HALL, C. The politics of heritage tourism: place, power and the representation of values in the urban context. *In*: MURPHY, P. **Quality management in urban tourism** John Wiley & Sons Publishers, 1997. p. 91-102.
- HENRIQUES, C. **Turismo, cidade e cultura**. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.
- JOHNS, N.; HOSEASON, J. Quais os caminhos para atrações de visitação a patrimônio?. *In*: DRUMMOND, S.; YEOMAN, I. **Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio**. São Paulo: Roca, 2004. p. 215-234.
- LEITE, R.P. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 79-89, 2005.
- MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MTUR. Ministério do Turismo. **O que é preciso para participar?**. Disponível em: http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=304. Acesso em: 7 jun. 2019.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PITTA, S.R. **Historia da América Portuguesa**. Oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, Lisboa Ocidental, 751. 1730.
- SANTOS, C. A. J. **El turismo como factor de desarrollo**: el caso de Sergipe. 2017. Tese (Doutorado em Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental) – Departamento de Geografía Humana, Universitat de Barcelona, 2017.
- SANTOS, L. L. G.; CAMPOS, A. C.; SANTOS, C. A. J. Regionalização do turismo no Brasil e a descentralização do turismo no estado de Sergipe: o caso do roteiro cidades históricas. *In*: **Actas del XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX**, Bogotá, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-L-Gomes.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

SANTOS, N. Turismo, gestão e território. **Caderno Virtual de Turismo**, Edição Especial, Hospitalidade e políticas públicas de turismo, Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, 66-86, 2014a.

SANTOS, N. Turismo e cidades: conhecer o turista para valorizar a oferta do turismo cultural urbano. *In*: CUNHA, L.; JACINTO, R. **Paisagens e dinâmicas territoriais em Portugal e no Brasil**: as novas geografias dos países de Língua Portuguesa. Lisboa: Âncora Editora, 2014b. p. 451-477.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TROITIÑO VINUESA, M. A. Centros históricos y turismo: desafíos de interpretación y estrategias de actuación. *In*: ÁLVAREZ ALONSO, A. **Turismo y territorio en la sociedad globalizada**. La Laguna, 2004.

TROITIÑO VINUESA, M. A. Turismo, patrimonio y recuperación urbana: retos de interpretación y gestión. *In*: TROITIÑO VINUESA, M. A. **Ciudades patrimonio de la humanidad**: patrimonio, turismo y recuperación urbana. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2008. p. 20-41.

O significado para a cidade do reconhecimento da tradição doceira e do conjunto histórico de Pelotas/RS como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Dalila Rosa Hallal*
Dalila Müller**

Resumo: Este artigo discute e reflete sobre o significado do reconhecimento da tradição doceira e do conjunto histórico de Pelotas/RS como Patrimônio Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a cidade de Pelotas, a partir da Secretaria Municipal de Cultura (Secult) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação (SDETI), e as consequentes intervenções destes órgãos decorrentes desse processo. Essa é a primeira vez que acontece o registro duplo por parte do Instituto. Esse reconhecimento foi amplamente celebrado pela mídia e tornou-se objeto de interesse público. Para esta discussão, realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas com os representantes das Secretarias e pesquisa documental em jornais e sites. A análise das narrativas destaca o reconhecimento como possibilidade de resgate de identidade da população, valorizando o turismo como fonte econômica, a busca pelo passado com os olhos no futuro. Segundo as narrativas, esse processo de patrimonialização, que é resultado de um trabalho conjunto de muitos anos, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação desses patrimônios, colocando o tema como uma agenda das políticas públicas, também contribui para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Palavras-chave: Gestão Pública. Patrimônio Cultural. Patrimonialização. Turismo. Pelotas.

Abstract: This article discusses and reflects on the importance of the recognition of Pelotas' confectionery tradition and history as National Heritage, by Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), from Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) and Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação (SDETI), and the consequent interventions of these organs as a result from this process. This is the first time that a double registration has taken place on IPHAN. This recognition was widely celebrated by the media and became an object of public interest. In order to initiate this discussion, a qualitative research was conducted through interviews with representatives of the organs and documentary research in newspapers and websites. The analysis of the narratives shows the recognition as a possibility to rescue the identity of the population, valuing tourism as an economic source, the search for the past with eyes on the future. According to the narratives, this process of patrimonialization, which is the result of a joint work of many years, while contributing to the preservation of these heritages, placing the theme as an agenda of public policies, also contributes to the development of tourism in the city.

Keywords: Public Administration. Cultural Heritage. Patrimonialization. Tourism. Pelotas.

* Universidade Federal de Pelotas. *E-mail:* dalilahallal@gmail.com

** Universidade Federal de Pelotas. *E-mail:* dalilam2011@gmail.com

1 Introdução

Com o presente estudo, pretendemos colaborar com a produção de conhecimento acerca do reconhecimento da tradição doceira e do conjunto histórico de Pelotas/RS como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e, em especial, contribuir para a reflexão sobre o significado e os desafios da atuação das Secretarias Municipais de Pelotas na preservação desses bens.

Assim, este artigo discute o significado desse reconhecimento para a cidade de Pelotas, a partir de gestores públicos da Secretaria Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação. Aborda, também, as consequentes ações desses órgãos decorrentes do processo de patrimonialização.

A cidade de Pelotas é conhecida por abrigar um dos maiores acervos de arquitetura eclética do País. Em estreita relação com esse patrimônio edificado, a “arte doceira” passou a identificar Pelotas como a “terra do doce”, já nas primeiras décadas do século XX. O reconhecimento formal dessa vinculação só se tornou possível com a ampliação da política de preservação, por meio da implantação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, no ano 2000 (DOSSIÊ DE REGISTRO DA ..., s/d).

Em 2005, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas (Secult) deram o primeiro passo no sentido de tal reconhecimento. Em tratativa com a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul sobre um possível registro da produção de “doces tradicionais pelotenses”, foi explicado à CDL e à Secult que o Registro de Bens de Natureza Imaterial demanda, necessariamente, a realização de estudo e documentação do bem cultural que se quer reconhecer.

A Secult obteve recursos do *Programa Monumenta*², por meio de Edital, e delegou à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), através da Fundação Simon Bolívar, a execução de um Inventário Cultural, utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvida e disponibilizada pelo IPHAN (DOSSIÊ DE REGISTRO DA..., s/d).

Em outubro de 2009, a Câmara de Dirigentes Lojistas encaminhou ao IPHAN um pedido formal de registro da “produção de doces tradicionais pelotenses”, como patrimônio imaterial brasileiro, almejando o reconhecimento e a valorização “dos saberes e modos de fazer” de doces “inseridos nas tradições dos doces finos e dos doces coloniais”, enquanto referência cultural “da região de Pelotas/RS” (DOSSIÊ DE REGISTRO DA..., s/d).

No dia 15 de maio de 2018, na sede do IPHAN, em Brasília, Pelotas foi reconhecida como Patrimônio Nacional: “Tradição doceira e conjunto histórico de Pelotas são reconhecidos como patrimônio nacional” (ZERO HORA, 15/5/2018).

Quatro praças, um parque, a Chácara da Baronesa e a Charqueada São João integram o Conjunto Histórico de Pelotas e têm significativo valor histórico, artístico e paisagístico. Pelotas está registrada nos seguintes livros: Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (por possuir sítios que remontam à construção da cidade e por ser formada pela miscigenação de diversas culturas); Livro de Tombo Histórico (sua memória relata uma história única no país); Livro de Tombo das Belas Artes (a arquitetura europeia e peculiar torna Pelotas berço das artes).

Quanto às Tradições Doceiras, Pelotas encontra-se no epicentro de uma região doceira que abarca uma multiplicidade de saberes e identidades sob a forma de duas tradições: a de doces finos e a de doces coloniais. O doce desempenha um papel peculiar na composição da sociedade regional, sendo um elemento cultural que amarra a diversidade de grupos étnicos e sociais que a compõem.

O reconhecimento da tradição doceira como patrimônio imaterial prevê um plano de salvaguarda do modo de produzir doces na região, com ações que visam à manutenção da preservação e à transmissão de conhecimento de uma geração a outra. Foi contemplada tanto a produção dos chamados doces finos, que fizeram a fama da cidade e estão ligados à área urbana e à tradição europeia, quanto os doces coloniais, desenvolvidos principalmente na zona rural e vinculados à história dos imigrantes europeus e dos negros trazidos como escravos à época do ciclo do charque. Com essa decisão, tem-se o segundo bem imaterial do Rio Grande do Sul reconhecido pelo IPHAN: a tradição doceira está registrada no Livro dos Saberes.

É a primeira vez na história do IPHAN que foi realizado, de forma simultânea, em um mesmo lugar, o reconhecimento de um patrimônio material (o conjunto arquitetônico) e o registro de um patrimônio imaterial (a tradição doceira) (ZERO HORA, 15/5/2018).

Após o reconhecimento, buscamos entender o significado da patrimonialização para os gestores públicos e, a partir disso, quais ações vêm sendo tomadas e/ou planejadas para a cidade. A análise é realizada a partir da narrativa de dois representantes, um da Secretaria Municipal de Cultura e o outro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação.

Este trabalho discute o processo de patrimonialização a partir da narrativa oficial. Tratar esse processo no campo da gestão pública é importante porque os órgãos públicos são os responsáveis pela proteção destes bens, dignos de preservação, sobre os quais incidiu a patrimonialização. São os órgãos públicos os responsáveis por

perceber a cultura como um bem coletivo e de observar a interferência das práticas culturais nas ações das mais diversas áreas governamentais.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, cujas informações foram coletadas no mês de março de 2018, por meio de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave, incluindo a narrativa de dois gestores, um da Secretaria Municipal de Cultura e outro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação, e pesquisa documental em jornais e *sites*.

As entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos participantes, sendo gravadas e transcritas na íntegra para, posteriormente, serem analisadas seguindo a orientação da análise temática. Optou-se pela entrevista semiestruturada por permitir flexibilidade na utilização de um roteiro orientador e por possibilitar, a partir da interação entre entrevistado e pesquisador, a emergência de novas questões que pudessem contribuir para melhor captar as múltiplas dimensões de fenômenos complexos (TRIVIÑOS, 1987).

A análise dos dados seguiu a operacionalização das três etapas da análise temática (MINAYO, 2008). A primeira etapa, ou de pré-análise, consistiu na leitura exaustiva das entrevistas realizadas (leitura flutuante), seguida da organização do material (constituição do *corpus*) e a formulação de hipóteses. A segunda etapa compreendeu a exploração do material, na qual foi realizada a codificação dos dados brutos. Por último, foi realizado o tratamento dos resultados e da interpretação, apresentando-os em unidades temáticas.

Durante o processo de coleta de dados, foi solicitado o consentimento dos participantes, mas, para garantir o sigilo da identidade, substituíram-se os nomes pelos pseudônimos do representante da SDETI e representante da SECULT.

3 Narrativas da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação (SDETI)

No Brasil, onde a diversidade interna é um dos traços mais fortes e mais nítidos da cultura, as estratégias de gestão pública necessitam ser pensadas tanto como diretrizes gerais nacionais, quanto em termos de ações locais. A discussão sobre o papel do Estado na cultura deve ser feita, em cada localidade, de forma diferente, uma vez que cada local tem sua própria história e práticas culturais peculiares.

Tratar a questão da cultura no campo da gestão pública requer atenção a alguns pressupostos, entre eles, destacam-se a necessidade de perceber a cultura na

qualidade de bem coletivo e de observar a interferência das práticas culturais enraizadas nas ações levadas a cabo pelas mais diversas áreas governamentais.

Neste trabalho, deter-nos-emos nas narrativas de duas secretarias municipais de Pelotas – SDETI e SECULT. Tais narrativas tornam-se relevantes na medida em que narrar é um processo dinâmico. As narrativas envolvem personagens, interlocutores de tempos e de espaços, arranjos que vão se encontrar no contexto da ação. São reveladoras a partir do momento em que falam destes (ou por) seus personagens e de suas ações, imbuídas de experiências vividas num tempo determinado. Apresentam também um caráter histórico, historiográfico, que permite ao leitor, e ao próprio narrador, uma revisão de discursos quando da possibilidade de agenciar diversas narrativas (ALEXANDRIA, 2011).

A escolha de apresentar narrativas sobre o reconhecimento de representantes dessas duas secretarias considera o fato de estes figurarem como referências importantes, personagens do desenrolar histórico que trabalham com questões que envolvem o patrimônio em Pelotas.

Para um dos gestores públicos, o reconhecimento significa uma valorização dos saberes e fazeres relacionados à construção histórico-social da cidade, a uma prática bastante antiga entre os pelotenses.

O reconhecimento da tradição doceira traz uma valorização, um saber fazer que perpassa mais de dois séculos e que faz parte de toda a formação da cidade, evolução da cidade. É uma tradição que está atrelada a uma situação econômica, à formação propriamente dita do núcleo urbano e à questão econômica com a queda do charque e a ascensão de outras atividades. E, então, isso revive uma história bastante importante para toda a população. (Representante da SECULT, 28/3/2019).

Claro está que a constituição do patrimônio não se dá fora do contexto sócio-histórico em que este se encontra e não é independente das conjunturas políticas das sociedades consideradas. O patrimônio de uma sociedade é uma escolha desta sociedade sobre aquilo que lhe é mais representativo. Por sua vez, essa escolha depende das relações sociais constituídas no interior da sociedade, o que significa relações de força e de hegemonia, compreendida esta como a capacidade que um determinado grupo tem de mobilizar a maior parte da sociedade, ou toda ela, em torno de seu projeto, pautado, sobretudo, no convencimento, não na força física (GRAMSCI, 2001).

Para a representante da SDETI, responsável pela atividade turística no município, esse reconhecimento significa a possibilidade de inserir Pelotas no cenário turístico:

Esse reconhecimento muda muito o cenário turístico da cidade a médio e longo prazo. Primeiro porque a gente pode atingir um patamar dos grandes Centros Históricos onde as

pessoas buscam esse turismo cultural que tem um público muito importante para visitar [...]. (Representante da SDETI, 27/3/2019).

O secretário de Cultura de Pelotas, Giorgio Ronna, corrobora essa ideia ao afirmar que “colocar Pelotas no roteiro das cidades históricas do país alavanca o turismo cultural, o que acaba impactando no desenvolvimento econômico do município” (DIÁRIO DA MANHÃ, 23/5/2019).

Choay (2001, p. 11) relaciona patrimônio histórico à atividade turística, destacando:

[...] A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...] Em nossa sociedade errante, [...] “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras chave de tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. Diante de tais considerações, as formas de uso do patrimônio pela atividade turística traduzem novas mentalidades acerca do seu significado, bem como das estratégias de valorização. Sendo o turismo uma atividade econômica do sistema capitalista, que estabelece uma relação de uso, ou de exploração de diferentes produtos e serviços, também se serve do patrimônio histórico e cultural. É possível se perceber que há uma correlação entre o desenvolvimento do turismo de alguns dos países que mais recebem turistas e os patrimônios históricos e culturais, a exemplo do que ocorre na Espanha, país com expressivo número de patrimônios da humanidade, que se destaca por sua boa colocação no ranking de recebimentos de turistas nos últimos anos (2011, p. 11).

Percebe-se que há uma estreita correlação entre o desenvolvimento do turismo de alguns dos países que mais recebem turistas e os seus patrimônios, mas o patrimônio não pode ser percebido prioritariamente como um produto, atrativo de demandas, resultante de diferentes estratégias criadas pela atividade turística.

A representante da Secult lembra a participação da Secretaria no processo de patrimonialização:

É uma história longa que começou em 2004/2005 quando houve um edital da UNESCO vinculada ainda ao programa Monumenta, quando foi sugerido que nós propuséssemos o inventário da tradição doceira. [...] Em parceria com a SECULT e que depois veio a ser contratada a Universidade Federal de Pelotas, com a equipe de pesquisadores para execução propriamente dita da pesquisa. Montamos o projeto, que foi selecionado em 2005, e em 2006 começou o trabalho, e a SECULT sempre atuou como gestão institucional, unindo a entidade privada proponente, os executores da pesquisa e fazendo essa articulação institucional, fazendo todos os contatos com o IPHAN, que foi o órgão que cedeu toda a metodologia e coordenou os trabalhos e, mais tarde, validou a pesquisa para que pudéssemos chegar no registro [...] então, toda essa articulação entre as entidades foi feita pela SECULT (Representante da SECULT, 28/3/2019).

Conforme a representante da Secult, o reconhecimento significa que a riqueza cultural de Pelotas é uma representação da expressão cultural do fazer social e que se deseja preservá-la. Ressalta que essa Secretaria já vem trabalhando há muito tempo na preservação do patrimônio da cidade e participou ativamente do processo de reconhecimento, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação, com a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) e com a Universidade Federal de Pelotas.

Ela destaca que a característica do município de valorizar seu patrimônio, principalmente a partir das legislações municipais que buscaram sua preservação, nos anos de 1982, 2000 e 2005, do Plano Diretor, que já prevê a delimitação do entorno poligonal e da inserção do Conjunto Histórico nas Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, facilitou a decisão do IPHAN.

Ainda, de acordo com a representante da Secretaria de Cultura, o reconhecimento de Pelotas como Patrimônio Nacional só foi possível pelo trabalho desempenhado pelos governos que passaram pela cidade e criaram políticas públicas para garantir a preservação do Conjunto Histórico pelotense. Visão compartilhada pela responsável pela elaboração dos pareceres de tombamento e de registro, que afirma que a cidade de Pelotas possui um dos sistemas municipais de preservação do patrimônio edificado mais completos dentre as cidades brasileiras que não são capitais (REVISTA MUSEU, 17/5/2018).

O secretário municipal de Cultura, Giorgio Ronna, também destaca que “O duplo reconhecimento pelo IPHAN do Patrimônio Cultural Material e Imaterial da cidade é resultado de décadas de políticas públicas de preservação. Veio em um momento de apropriação plena dos cidadãos pelotenses com suas riquezas históricas” (DIÁRIO DA MANHÃ, 23/5/2019).

Já a representante da SDETI destacou que não teve nenhuma participação no processo de reconhecimento; somente após esse registro a secretaria começou a realizar algumas ações. A SDETI coloca-se como articuladora nesse processo e destaca a Secult como gestora nesse reconhecimento.

Agora com o reconhecimento a gente entra num processo que se chama salvaguarda, isso ainda faz parte da metodologia do inventário lá do início. Após o registro nós temos que manter isso e após 10 anos do registro esse processo é revalidado, não que ele vai ser cancelado ou coisa parecida, mas ele vai ser avaliado para ver em que situação está, porque uma tradição que é registrada ela tem que se manter ao longo do tempo. Se ela foi registrada é porque se manteve até aqui, daqui pra frente ela tem que manter essas características. Nós vamos continuar trabalhando nessa salvaguarda, quer dizer que ações podemos ter na cidade tanto com a questão econômica, com a questão turística, com a divulgação [...] com vários aspectos que compõem esse assunto para que isso permaneça, se

perpetue e até melhore... avance... evolua... enfim, nós já estamos trabalhando nessa linha desde o final do ano passado [2018]. [...] mas estamos retomando reuniões multidisciplinares que abrange vigilância sanitária, outros órgãos e outras questões que perpassam pelo assunto (Representante da SDETI, 27/3/2019).

O tema da gestão do patrimônio cultural está na pauta de um amplo debate. No Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, alguns desafios elencados relacionavam a gestão do patrimônio cultural com o desenvolvimento socioeconômico e a geração de negócios envolvendo sítios urbanos preservados:

O distanciamento entre os órgãos e agentes de proteção e desenvolvimento não é um desafio novo. Novamente ele aparece nas falas e sugere estratégias de aproximação entre sujeito e objeto de proteção, inclusive como formas de redução do preconceito contra o tombamento e mostrar o patrimônio como valor e fator de desenvolvimento socioeconômico de fato. Na questão da gestão, inclusive a partir da preocupação com a mitigação dos impactos negativos citados acima, reforçou-se a necessidade de dar um caráter sustentável na geração de negócios envolvendo os sítios urbanos (I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2010, p. 82).

O Fórum define a gestão do patrimônio cultural direcionada para as políticas econômicas. Compartilhando dessa concepção, fica claro, também na narrativa da SDETI, que há uma acentuada articulação entre uma visão centrada na economia global para o campo do patrimônio cultural e a sua gestão voltada para o desenvolvimento socioeconômico. A preocupação da SDETI está focada em um entendimento de que a gestão do patrimônio cultural deve ser direcionada para as urgências de políticas econômicas e sociais.

Uma narrativa da representante da SDETI, que aparece com frequência, é a de que esse reconhecimento pode gerar um desenvolvimento através da valorização da cultura local. Para a representante da secretaria, “esse patrimônio ganha visibilidade, e esse reconhecimento traz incremento às alternativas turísticas”, possibilitando o desenvolvimento da cidade.

Esse aspecto é discutido por Fonseca:

A noção de patrimônio como recurso para o desenvolvimento é uma construção recente e está intimamente associada à especificidade que lhe permite fazer do espaço onde se localiza um lugar diferente de todos os outros, transformando-o numa atração turística que combina elementos tão diferenciados como a arquitetura, o artesanato, a gastronomia, as festas, as crenças, os modos de vida tradicionais e outros bens não materiais que lhe são associados, ensejando a experiência da descoberta, de exotismo, de auto-realização e de evasão do cotidiano (2003, p. 48).

Não se pode negar que, a partir do momento em que a atividade turística é inserida em núcleos urbanos de valor histórico relevante, os bens patrimoniais criam uma visibilidade maior, o que pode contribuir para a sua proteção, seja por meio de leis ou da própria população local, que cuida da manutenção desses bens.

O que vem ocorrendo é que as atividades nos diversos setores do patrimônio cultural estão voltadas para a prioridade econômica determinada por linhas políticas e ideológicas governamentais. Hoje, o patrimônio cultural está mais vinculado a preocupações e critérios econômicos muitas vezes em detrimento de um desenvolvimento integral. Não estamos defendendo o entendimento do patrimônio cultural considerado “um fim em si” em oposição à concepção de que deve ser um elemento acelerador do desenvolvimento econômico. Mas, estamos sublinhando que a compreensão do significado do patrimônio cultural passa pelo entendimento de que ele constitui um elemento fundamental da complexa vida social. Assim, entendemos que a gestão do patrimônio cultural deveria estar diretamente ligada a **uma política cultural que abrangesse uma gama imensa de áreas e não apenas a economia**. Dentre estas áreas, acreditamos que a educação seja o campo capaz de articular a diversidade de interesses na gestão do patrimônio cultural exatamente pela complexidade de significados que nossos bens representam para a sociedade (PESTANA, 2015, p. 5) [Grifos nossos].

A gestão do patrimônio cultural é, sem dúvida, uma questão que vem sendo amplamente debatida, e tem um lugar prioritário entre os diversos governos e as instituições do setor. O que chama a atenção é que não há uma linha política e ideológica governamental no município, em relação a esse reconhecimento. Entendemos que, em Pelotas, a gestão do patrimônio cultural deveria estar diretamente ligada a uma política cultural que incluísse a SDETI e a Secretaria Municipal de Educação e Desporto do município, a fim de articular a diversidade de interesses na gestão do patrimônio cultural, exatamente pela complexidade de significados que esses bens representam para Pelotas, o que parece estar em um processo bastante inicial.

Um aspecto destacado pela representante da Secult refere-se à falta de entendimento da comunidade local do que seja esse reconhecimento:

Eu acho que ainda é um reconhecimento que não está muito... as pessoas não tomaram muita ciência. Acho que teve mais repercussão a questão do conjunto histórico, é uma coisa mais palpável para as pessoas entenderem e as pessoas têm o costume de dizer “ah, os doces são tombados”, não, os doces não são tombados e inclusive não existe nenhum doce registrado, o que existe é a tradição de fazer que foi registrada como patrimônio. Então acho que ainda é um reconhecimento pela própria população que está aquém do esperado (Representante da SECULT, 28/3/2019).

Pelo fato de os representantes considerarem que a comunidade pelotense não entende propriamente o reconhecimento e seu significado para a cidade, nem mesmo o patrimônio de Pelotas, destacam a necessidade de sensibilização da população:

Pelotas tem que passar por um processo de sensibilização da própria população, porque hoje a nossa maior dificuldade em termos turísticos, sem dúvida é o pelotense se reconhecer. Então, esse título nos leva para um outro patamar, mas para nós chegarmos a esse patamar, de fato, nós precisamos passar por esse processo de sensibilização e estamos nos preparando com várias ações e projetos para podermos estar prontos para receber esses turistas que virão com toda certeza a Pelotas em busca deste turismo cultural. (Representante da SDETI, 27/3/2019)

A representante destaca ainda que

[...] a comunidade precisa ter essa sensibilidade do reconhecimento. Ela tem que se reconhecer. Hoje o pelotense que mora nos bairros, grande parte deles e principalmente as crianças, nem conhecem os casarões do Centro Histórico. Então a gente tem trabalhado já, há três anos, no projeto Saber Ambiental que a gente faz no Mercado Público que é justamente para trabalhar a Educação Ambiental junto com a Educação do Patrimônio, assim como no Dia do Patrimônio a SECULT abre os Casarões para todas as crianças virem visitar e tal. É assim que a gente vai fazer eles entenderem esse processo, acontece muitas vezes de crianças que vivem lá na Vila da Palha onde tem as Charqueadas, por exemplo, que temos lá um patrimônio tombado que é a Charqueada São João e que significado isso tem para eles? Então precisamos fazer com que a própria população se reconheça e isso é um trabalho de articulação que a gente tem que fazer. (Representante da SDETI, 27/3/2019)

Uma questão destacada por ambas as secretarias é a necessidade de ações que promovam o reconhecimento do patrimônio local pela própria população, ou seja, a necessidade de um trabalho amplo de educação patrimonial na cidade. A partir da educação patrimonial, é possível a manutenção da memória viva da cidade, estimulando nas crianças, desde cedo, o sentimento de pertencimento e valorização do local onde residem.

Pelotas, assim como acho que todos os municípios, os terceiros anos [do Ensino Fundamental] eles tem em seu currículo a questão do Patrimônio, então as escolas da cidade visitam esses patrimônios... E eu acho que cabe a nós fomentar nos pequenos o sentido de valorização, tivemos um *gap* (vácuo) de gerações onde não se olhava para isso (Representante da SDETI, 27/3/2019).

Contudo, conforme o *site* da prefeitura municipal esse trabalho já vem sendo realizado: “Uma das razões que fez Pelotas ser reconhecida são os anos dedicados à preservação do patrimônio. Parte disso é resultado do trabalho sério dos professores, que incluíram no currículo escolar a cidade e, assim, garantem que os alunos conheçam sua própria história” (Prefeitura Municipal de Pelotas, 29/9/2018).

O pouco reconhecimento do patrimônio local pela própria população pode se dar em função da falta de participação da comunidade no processo de reconhecimento, aspecto que foi destacado nas narrativas:

A participação da população foi muito restrita aos produtores e aos diretamente envolvidos no processo, não houve uma participação significativa assim... as pessoas talvez nem soubessem o que estava acontecendo. Como te disse que o tombamento do sítio histórico foi muito mais divulgado e, vamos dizer assim... aplaudido, do que o registro da tradição doceira por essa palpabilidade, por ser mais próximo das pessoas. Mas eu acho que a participação foi isso, bem no início do processo houve exposições na Feira do Livro, houve uma divulgação do projeto... então, a participação das pessoas fica mais naquela coisa assim “ah, na minha família tinha uma pessoa que fazia esse doce”; “na minha família tem um tacho desse tipo, um utensílio, um livro”, mais coisas desse tipo que surgiram na participação, não tanto de apropriação do processo. O saber, se envolver, foi com os diretamente envolvidos no processo, os produtores, as famílias de produtores (Representante da SECULT, 28/3/2019).

Encontrar o equilíbrio durante o processo de reconhecimento, preservação e manutenção de um determinado bem, considerando as suas diferentes significações, é uma prática complexa. Para Fonseca (2005), uma política de preservação vai muito além de um conjunto de atividades visando à proteção material de bens culturais.

O reconhecimento do patrimônio local pela comunidade constitui fator indispensável no processo de conservação ou preservação do patrimônio. Nesse sentido, podemos pensar a educação patrimonial como um instrumento capaz de fortalecer os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, bem como o próprio exercício da cidadania.

Compreendemos que a participação social pode ser a chave para a valorização do patrimônio cultural de Pelotas, ao descentralizar as discussões e decisões sobre o território. Dessa forma, possibilitando criar uma teia de preservação mais abrangente e participativa, garantindo a reapropriação do bem a partir da sua reutilização pela sociedade que o produziu.

Por esse motivo, há a necessidade de um trabalho que propicie espaços de diálogo entre as instituições que trabalham com o patrimônio e a comunidade, permeadas pela ideia de que o patrimônio é criado e mantido coletivamente e que o debate deve ser permanente. Ao assumir que o objeto patrimonializado é uma cocriação entre instituição e comunidade, é possível alcançar maior abrangência e efetividade na preservação em relação à atuação que desconsidera a dimensão simbólica do bem cultural.

Compreendemos que, ao se preservar o patrimônio cultural, preserva-se também o conhecimento que se pode ter a respeito de um grupo social. Gonçalves (2005) aponta que o entendimento dos patrimônios culturais se realizaria de forma

mais adequada se fossem situados como “elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc.” (GONÇALVES, 2005, p. 16). Portanto, percebemos o patrimônio cultural como uma complexa trama, continuamente construída e usufruída a partir de variadas perspectivas, na qual são impressos todos os aspectos sociais de um grupo.

Segundo Choay (2006, p. 11), o patrimônio cultural é algo que existe dentro de uma esfera social situada no tempo e no espaço, graças ao sentido que esta lhe confere. Portanto, deve estar associado a algum grupo social que lhe atribui sentido e, por meio dos seus suportes, reaviva as memórias através dos tempos.

O patrimônio cultural é uma expressão que

[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).

Para Fonseca

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco do bem – que em geral se impõe por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (2003, p. 112).

Essa compreensão permite alcançar o entendimento de que o conceito de referências culturais, utilizado no âmbito do patrimônio cultural como um todo, é de suma importância na identificação e articulação da valoração e proteção do patrimônio reconhecido, tanto da tradição doceira quanto do conjunto histórico de Pelotas. visto que, como afirma Gonçalves (2005), o patrimônio é uma categoria que reúne aspectos simbólicos e materiais indissociáveis:

Mas o que é importante considerar é que se trata de uma categoria ambígua e que na verdade transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. O material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria. A noção de patrimônio cultural desse modo, enquanto categoria do entendimento humano, na verdade rematerializa a

noção de “cultura” que, no século XX, em suas formulações antropológicas, foi desmaterializada em favor de noções mais abstratas, tais como estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc. (GONÇALVES, 2005, p. 21).

Conforme as narrativas, esse reconhecimento traz consequências para a cidade, sendo a principal delas o incremento do turismo no município.

A gente tem que olhar o turismo como uma cadeia produtiva dos serviços que envolve a gastronomia, a hotelaria e todos os setores envolvidos. Então esse segmento turístico, ele vai ter um incremento de geração de trabalho e renda no momento em que ocorrer a sensibilização [...] (Representante da SDETI, 27/3/2019).

Percebe-se que Pelotas vislumbra a importância do turismo para a sobrevivência desses patrimônios, principalmente os reconhecidos pelo IPHAN, destacando que o reconhecimento do conjunto histórico e da tradição doceira de Pelotas é uma importante contribuição para o turismo na cidade. Ambos abordam o aspecto econômico vinculado à divulgação dos patrimônios e à atração de turistas.

É o incremento da geração de trabalho e renda, porque quando a gente fala em turismo, a gente tem que falar em desenvolvimento econômico. Turismo é desenvolvimento. É um desenvolvimento porque se nós hoje temos esse produto que está aqui [Centro Histórico], nós temos que fazer que ele seja reconhecido e levar essa informação pra fora dos nossos limites, né? Isso que cabe a nós, isso que compete ao setor do turismo (Representante da SDETI, 27/3/2019).

Acho que principalmente como um aspecto econômico, é um chamariz e é um atrativo por si só. A própria Fenadoce é um atrativo para a cidade, então tu não tens como desvincular que o turista em Pelotas venha atrás do doce, e se esse doce tem agregado um valor de patrimônio cultural, melhor ainda para o turismo (Representante da SECULT, 28/3/2019).

Delgado (2005) afirma que a ação do IPHAN, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, buscava o aproveitamento turístico do patrimônio histórico, procurando a assessoria de técnicos especializados da UNESCO. Também afirma que essa questão toma maior fôlego nos anos de 1970, após a criação, pelo governo federal, em 1966, do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Ainda, sublinha que o estímulo ao turismo era um dos objetivos do “Programa das Cidades Históricas”, criado em 1973, pelo IPHAN.

Denotando ruptura com o campo discursivo elaborado na primeira fase da instituição, está em construção uma concepção de patrimônio interligada com categorias discursivas construídas na esfera da economia. O objeto da política estatal não é apenas o monumento isolado e/ou o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, mas compreende todo o núcleo urbano. Os objetivos do Patrimônio não são mais explicados apenas em

termos da preservação de bens excepcionais que materializam a nação, mas incluem a preocupação com o uso social que deve proporcionar a geração de renda nas cidades históricas (DELGADO, 2005, p. 126).

Alguns autores destacam que os lugares inscritos na Lista do Patrimônio Mundial possuem um potencial de atratividade turística significativo, diferenciando esses destinos dos demais. Para Peixoto (2000), os países que possuem mais bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial reconhecidos pela UNESCO estão, simultaneamente, entre os principais destinos do turismo internacional. Assim, reforça-se a ideia de que esse reconhecimento e a preservação do patrimônio tornaram-se uma distinção-simbólica para essas cidades e países.

Durante o 25º Fórum da Cultura, o secretário Giorgio Ronna abordou o tema *“Do sal ao açúcar: Patrimônio material e imaterial de Pelotas”*, lembrou a recente conquista junto ao IPHAN e destacou a importância do patrimônio para a cidade, das políticas públicas de preservação e como isso afeta o bem-estar da comunidade. “É muito rica essa relação entre a comunidade pelotense e o seu patrimônio. Eu gosto de imaginar que o patrimônio é uma espécie de espelho onde a gente se reconhece como cidadão dessa cidade, dessa região, com seus hábitos e práticas culturais” (FAMURS, 5/7/2018).

Os representantes das secretarias também destacaram algumas ações que vêm sendo realizadas após o reconhecimento pelo IPHAN:

Nós fizemos algumas ações de imediato quando tivemos o... quando nós recebemos o título em maio. Durante a FENADOCE do ano passado, como já sabíamos que isso aconteceria, porque teve todo o processo anterior no IPHAN, nós já iniciamos com o nosso estande da FENADOCE e o Museu da Baronesa identificado com o símbolo do tombamento, e todo o nosso material institucional, no mesmo momento, também já foi identificado com isso, porque a gente leva esse material para vários eventos fora da cidade. E as pessoas que visitam e buscam o material precisam saber que recebemos esse título, então, essa foi a primeira ação que a gente fez. Aí, para a Feira do Livro, nós fizemos o lançamento do aplicativo Turismo Virtual de Pelotas, que tem os Casarões do Centro Histórico em realidade aumentada, justamente para poder engrandecer esse título (Representante da SDETI, 27/3/2019).

A representante da SDETI também destacou as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura:

A Secult também fez algumas ações que tem hoje uma exposição permanente de Turismo Acessível dos Casarões em 3D, e tudo isso vai agregando. Nós começamos a trabalhar junto com o IPHAN e com algumas entidades e instituições do município com relação ao doce, porque nós temos o tombamento do patrimônio, que é o material, e o imaterial que é a Tradição Doceira. Com relação a isso, nós estamos trabalhando com a salvaguarda da tradição doceira que é muito mais delicado. A edificação, tu tem que ter recurso para

preservar, a salvaguarda da tradição doceira tu tem que ter é o repasse de informações através dos tempos, né? Então de receitas, do modo de fazer, que hoje em virtude de vigilância sanitária e tantas exigências que existem quem trabalha com o doce de uma forma mais artesanal, digamos assim, principalmente na região da Colônia, estão tendo uma dificuldade imensa na produção. Até porque as doceiras, elas já tem idade grande parte delas, então até que tu adeques isso é muito complicado. Porque, pra elas, por exemplo, o doce em pasta ele perde o sabor quando tu não seca ele ao sol. Então tem uma série de coisas que a gente tem que trabalhar, e nós iniciamos esse trabalho ano passado, fizemos dois encontros com o IPHAN junto com as doceiras e com o IPHAN junto com as entidades e as instituições (Representante da SDETI, 27/3/2019).

Uma das ações da Secretaria de Cultura, logo após o processo de tombamento, foi o concurso fotográfico “Pelotas na ponta dos dedos”, que selecionou fotos de 11 fachadas de prédios históricos ao redor da Praça Cel. Pedro Osório, as quais fizeram parte de uma exposição inclusiva.

A exposição contou com maquetes táteis das fachadas, legendagem em fonte ampliada (24) e braille, audiodescrição das fotos e informações históricas dos prédios, além de mediação especializada para escolas, conforme agendamento, a fim de proporcionar maior acessibilidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 21/5/2018).

Outra ação realizada foi o estabelecimento de parcerias. A SECULT vem trabalhando no projeto “Pelotas do sal ao açúcar”:

[...] onde a gente está trabalhando fortemente no roteiro do Centro Histórico e da Rota das Charqueadas para que eles sejam melhor valorizados. Então, agora nós vamos fazer um trabalho junto com os/as guias de turismo locais, com as agências de turismo receptivo local e também com as outras agências que trazem público para Pelotas. Pode não parecer, mas o número de excursões que visitam Pelotas e principalmente o Centro histórico é expressivo. Então tem muita coisa que estamos trabalhando, por exemplo, os empreendimentos mapeados, que são cinquenta e um, estamos visitando um por um. Porque hoje, por exemplo, durante o final de semana alguns Casarões não abrem as suas portas... “o que podemos fazer para que estes casarões estejam abertos aos finais de semana?”; “Para que as pessoas possam conhecer não só a fachada, mas a história dos Casarões?”. (Representante da SDETI, 27/3/2019)

Neste ano, a 27ª Fenadoce vai exaltar os patrimônios material e imaterial de Pelotas, com o tema “Patrimônio Nosso”, inspirado no reconhecimento pelo IPHAN, como Patrimônio Cultural Brasileiro material e imaterial.

Para a prefeita Paula Mascarenhas, “a Feira é uma vitrine de Pelotas para o Brasil e o mundo, mostra as potencialidades e riquezas do município, o que atrai os turistas e faz girar a roda da economia. A FENADOCE, conforme a chefe do Executivo, também apresenta o que a cidade tem de melhor em termos de indústria e comércio, abre novos mercados, gera emprego e renda” (KAPPENBERG, 24/5/2019).

A Secult manifesta uma preocupação em relação à preservação desses bens:

Desde maio, quando aconteceu, até antes quando foi anunciado que aconteceria a seção do conselho, isso já foi utilizado como grande mote turístico para a cidade. Mas isso vem acontecendo nesse processo de salvaguarda, então a gente precisa manter e melhorar... então a Secult está empenhada neste processo de salvaguarda, que é importante e é condição, na verdade, para um bem registrado imaterial – até porque eu não tenho como fazer a manutenção física da “coisa”, então, vamos dizer que a salvaguarda é a manutenção e é nisso que estamos nos envolvendo (Representante da SECULT, 28/3/2019).

É muito importante porque a cidade já é reconhecida como a cidade do doce, então vem a legitimar essa fama, esse nome, né... traz um peso para a cidade e a gente passa a ter mais responsabilidade com isso também, já que tu tens este patrimônio – tanto arquitetônico, paisagístico, urbano, enfim, e o patrimônio imaterial tu também tem que saber explorar isso... utilizar, manter, conservar é uma responsabilidade muito maior (Representante da SECULT, 28/3/2019).

Como já mencionado, os representantes destacam, como principais desafios para a gestão destes patrimônios, a necessidade de maior sensibilização da comunidade local (SDETI) e a preocupação com a preservação destes patrimônios (SECULT). Os entrevistados também mencionaram desafios e indicaram soluções para os problemas e fragilidades.

A sensibilização da população como um todo, que ainda não tem esse conhecimento pleno, porque antes de tu trazeres o turista, tu também tens que conhecer e valorizar... tu não tens como trazer um turista e ele te perguntar “tá, mas por que esse doce?” e tu responder “ah não sei, porque acho que é bom, que as pessoas gostam”. Então tem que ter esse desafio de trazer para nós mesmos esse conhecimento e tentar articular maneiras de crescimento em cima disso, como por exemplo, esse processo de salvaguarda nós estamos trabalhando com uma linha de desenvolvimento regional, porque tem questões relacionadas a ingredientes, a produção de agroindústria familiar que tem pequenos gargalos que a gente precisa alargar para conseguir realmente proporcionar um desenvolvimento a partir daí (Representante da SECULT, 28/3/2019).

Bom, com o patrimônio arquitetônico a gente já vem em um trabalho de longos anos com ações do dia a dia. A gente tem processos importantes como a isenção de IPTU que muda/mudou a cara do centro da cidade principalmente, então isso foi um voto a favor para que isso acontecesse, porque tu pode ter prédios maravilhosos e imponentes e o resto tá detonado e eu acho que conseguimos chegar num patamar mais ou menos aceitável. Bom eu tenho prédios monumentais, eu tenho o Grande Hotel, Prefeitura e Casarões, bom, mas eu também tenho outros menores privados que vão numa onda se contagiando... então tu tens que tentar manter e, cada vez mais, para a conscientização da população de que o prédio antigo, ele pode ter um valor agregado diferenciado, e não é só um prédio velho... isso é um trabalhinho de formiguinha do dia-a-dia. E dos doces também nessa mesma linha de tentar agregar valor num bem, trazer essa questão do patrimônio imaterial trazer para o bem que materializa isso que é o próprio doce, que é produto, que é comercializado, que traz retorno financeiro, qualificação das próprias produtoras e produtores e toda a linha de produção (Representante da SECULT, 28/3/2019).

Destacam parcerias que estão sendo estabelecidas para a gestão dos patrimônios:

Temos um fundo [patrimonial] na cidade que lentamente está se organizando para utilizar recursos, e agora estamos engrenando numa onda de recuperação pelo PAC – Cidades Históricas e hoje foi publicado o edital de recuperação do Teatro Sete de Abril e a obra da Praça Coronel Pedro Osório que é pelo PAC, então a gente sempre tem uma linha, seja governo Federal ou alguma outra linha de financiamento, que alavanca pra essa roda não parar de girar e, por enquanto, só públicos. E, para a questão dos doces, nós estamos fixando parcerias com esse grupo de trabalho dessa salvaguarda que envolve o IPHAN, a SECULT, a SDETI e a Prefeitura como um todo... a Universidade Federal de Pelotas, que executou a pesquisa, aí vem SEBRAE, vigilância sanitária, EMBRAPA, CDL... todas essas instituições envolvidas nessa questão de manter e fazer crescer (Representante da SECULT, 28/3/2019).

As iniciativas da Prefeitura de Pelotas informam a maneira como o poder local se posiciona em relação ao seu patrimônio, ressaltando a importância da ação municipal em um Estado onde as manifestações públicas relativas à valorização do patrimônio cultural local são poucas.

Contudo, um dos desafios refere-se à implementação de ações que viabilizem maneiras de atrelar a proteção do patrimônio a ações de apropriação simbólica, com vistas a viabilizar a preservação e o desenvolvimento local.

Para que essa função se cumpra, é necessário que a ação de “proteger” seja precedida pelas ações de “identificar” e “documentar” – bases para a seleção do que deve ser protegido – seguida pelas ações de “promover” e “difundir”, que viabilizar a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados (FONSECA, 2009, p. 67).

A narrativa da representante da Secretaria de Cultura aponta diretrizes para o desenvolvimento urbano e social atrelados à preservação do patrimônio cultural. Mostra-se importante definir as ações locais e compartilhadas para a preservação e inserção social deste patrimônio: “[...] Então o grande desafio depois de receber esse título é manter essa edificação para visitação plena, né? Porque as pessoas quando vêm conhecer elas precisam ter o encantamento, o turismo precisa disso. Então precisamos ter os prédios conservados” (Representante da SDETI, 27/3/2019). As representantes destacam a importância da manutenção do patrimônio:

Manutenção do Mercado Público (MP): o MP o recurso que é arrecadado com a permissão de uso daqueles espaços é aplicado no próprio Mercado, então, depois do restauro de 2012, nós já fizemos pintura no prédio, vários consertos no telhado, qualificação do entorno, e nos outros edifícios isso já está precisando ser feito. Claro, o Grande Hotel tá recebendo um recurso bacana, o Sete de Abril também... então tem um custo aí, eu sei que tem um fundo

patrimonial e que isso a SECULT pode falar com propriedade porque eu não tenho conhecimento da aplicabilidade desses recursos (Representante da SDETI, 27/3/2019).

Em vista disso, percebemos, nas narrativas, que há a priorização do conjunto histórico da cidade como o ponto focal do desenvolvimento econômico, associado à preservação do patrimônio cultural. Entende-se esse reconhecimento como elemento agregador de valor, capaz de viabilizar a preservação do patrimônio, bem como de tornar a cidade mais competitiva para o desenvolvimento do turismo.

Projetos como o Paisagismo da Praça Coronel Pedro Osório, a restauração do Theatro Sete de Abril, a instalação das redes subterrâneas e iluminação no entorno do Mercado Central, a revitalização dos becos das Frutas e Artes, e das salas de exposição do Casarão 2 poderão se tornar mais comuns. A honraria faz crescerem as chances de conseguir recursos junto à União, o que é o plano da Secretaria de Cultura (SECULT) para melhorias no Museu da Baronesa, por exemplo. [...] “Podemos observar uma intensificação tanto no restauro de prédios históricos através do estreitamento de nossas relações com o IPHAN, assim como um maior interesse da iniciativa privada com a preservação de nossas memórias”, avalia o Secretário Municipal de Cultura de Pelotas Giorgio Ronna (DIÁRIO DA MANHÃ, 23/5/2019).

Em Pelotas, o turismo cultural destaca-se por possuir como principal atrativo aspectos da cultura humana, tendo por finalidade a valorização da história, do cotidiano, dos saberes de uma comunidade, tanto por parte dos visitantes como por parte dos visitados (BARRETTO, 2000).

Essas ações estão em consonância com o Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. Esse documento foi elaborado pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Cidadania e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. O Ministro da Cidadania afirma que um conjunto de ações está sendo programado, o que permitirá a melhor estruturação dos destinos turísticos Patrimônio Mundial: “Essas ações vão impulsionar o turismo nessas cidades, movimentando a economia local, gerando emprego e renda, mas sem descuidar da preservação” (Ministério do Turismo, 2019, s/p).

4 Considerações finais

As discussões aqui levantadas sobre o significado do reconhecimento da tradição doceira e do conjunto histórico de Pelotas/RS, como Patrimônio Nacional, só podem ser pensadas se levamos em conta a política de patrimônio em Pelotas, que é uma

política consolidada e que tem como objetivo a preservação e conservação do conjunto do patrimônio pertencente à cidade como um todo. Sem essa ação preliminar, não haveria a possibilidade desse reconhecimento.

Essa política parte do pressuposto de que a constituição do patrimônio não se dá fora do contexto sócio-histórico em que se encontra, e não é independente das conjunturas políticas das sociedades consideradas. Por isso, nas narrativas e no próprio Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas, está presente uma história contada a partir dos pelotenses, das próprias doceiras. Em lugar dos grandes charqueadores, barões, de casarões e palacetes, também se privilegiam como patrimônio imaterial as representações, saberes, expressões, celebrações, crenças e lugares culturais, que são parte importante da construção das identidades dos pelotenses, que muitas vezes eram desconsiderados.

Dito isso, um primeiro aspecto a salientar é que existem diferentes entendimentos do significado do reconhecimento desse patrimônio. Para a SDETI, o reconhecimento significa uma possibilidade de desenvolvimento econômico a partir do turismo, e, para a SECULT, significa a possibilidade de os pelotenses reconhecerem-se enquanto cidadãos.

Com base nas narrativas, percebe-se que os gestores públicos das secretarias analisadas estão pouco “afinados” no que se refere ao significado desse reconhecimento para Pelotas: uma secretaria afirma que a cidade tem como norte o desenvolvimento do turismo, nesse caso, turismo cultural. Entretanto, na prática, o que se observa é a ausência de um planejamento eficaz que atenda à preservação desse patrimônio. A outra secretaria lembra que preservamos o nosso patrimônio cultural porque ainda tem um significado no contexto sociocultural, a sociedade estabelece vínculos vitais com seus bens culturais conservando aqueles elementos que cumprem uma função social. Não há um compartilhamento da gestão no significado desse processo para a cidade. Vê-se necessário atentarmos à concepção da importância social da preservação do patrimônio cultural.

Segundo as narrativas, esse processo de patrimonialização é resultado de um trabalho conjunto que vem sendo construído há muitos anos em Pelotas e, ao mesmo tempo, que contribui para a preservação desses patrimônios; colocando o tema como uma agenda das políticas públicas (SECULT), contribuiu para o desenvolvimento do turismo na cidade (SDETI).

A questão do Patrimônio Cultural é cada vez mais relevante para se pensar a construção da cidadania, pois, é por meio do conhecimento das práticas, fazeres e bens culturais de uma sociedade, que podemos melhor conhecê-la e propor soluções.

Pelotas é rica em tradições e tem um significativo patrimônio cultural criado durante séculos, que se expressa em uma série de bens culturais preservados. Com base nas potencialidades que o nosso patrimônio cultural representa, algumas ações vêm sendo realizadas no município, procurado elaborar objetivos e estratégias de desenvolvimento econômico, principalmente, por meio do turismo. Nesse processo, para alcançar uma nova meta, o patrimônio cultural pode converter-se em recurso de desenvolvimento da sociedade.

É importante destacar que também aparece sucessivamente nas narrativas o reconhecimento como uma possibilidade de preservação do patrimônio cultural. Assim, esse patrimônio deve ser valorizado por todos e a sua proteção deve ser pensada para e pelos sujeitos que detêm o conhecimento. No caso de Pelotas, os Planos de Salvaguarda devem apoiar a transmissão dos saberes e das habilidades relacionadas à tradição doceira, promovê-la e divulgá-la, e valorizar as doceiras. As ações devem ser no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência.

Esse reconhecimento pelo IPHAN tem um potencial de atratividade turística significativo, com um público interessado em conhecer esses lugares, saberes e fazeres. O próprio título de patrimônio nacional é entendido como um elemento indutor para a atividade turística. Deve-se ter o cuidado de não acabar reduzindo a política de patrimônio a ações que transformam esse patrimônio em mero produto de consumo. Outro aspecto importante a ressaltar refere-se aos recursos financeiros oriundos do turismo que se apropria do patrimônio cultural, que devem ser redistribuídos de forma coletiva.

Os gestores participantes da pesquisa foram unânimes em reconhecer a importância e grandeza do patrimônio existente na cidade, bem como a necessidade da sua consolidação. As entrevistas revelaram que Pelotas ainda se encontra no processo de sensibilização da importância de seu patrimônio.

A gestão pública municipal em Pelotas como um todo, ainda tem um caminho a percorrer, uma vez que deve entender que a gestão do patrimônio cultural está diretamente ligada a uma política cultural abrangente que extrapole uma secretaria e que passe pelo entendimento conjunto de que o patrimônio cultural constitui um elemento fundamental da complexa vida social. Construir novas formas de gestão na área, fundadas na participação, nas práticas cooperativas e interdisciplinares, em que todos os agentes atuem como sujeitos ativos, permanece como desafio.

Referências

- ALEXANDRIA, G. **Narrativas de patrimônio e percepções culturais sob a ótica da cultura visual**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais, 2011.
- BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; ed. da UNESP, 2001.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. da UNESP, 2006.
- DELGADO, A. F. Goiás: a invenção da cidade patrimônio da humanidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan./jun. 2005.
- FONSECA, M. C. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: IPHAN, 2005.
- FONSECA, M. L. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-68.
- GONÇALVES, J. R. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- I FÓRUM NACIONAL do Patrimônio Cultural. (2010). *Síntese preliminar das discussões*. Subsídios para a II CNC. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN/MinC. 2010.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo (SP): Abrasco, 2008.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Especial de Cultura. (2019). *Política Nacional de Gestão Turística dos Sítios Patrimônio Mundial é assinada, nesta quinta-feira (11), no Palácio do Planalto*. Disponível: <http://cultura.gov.br/politica-nacional-de-gestao-turistica-dos-sitios-patrimonio-mundial-e-assinada-nesta-quinta-feira-11-no-palacio-do-planalto/>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- PEIXOTO, P. A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 23-45, 2001.
- PESTANA, T. Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural. **Publicações IPHAN**, n. 150812, p. 1-19, 2015. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimonio_cultural__Til_Pestana__DAF.pdf. Acesso em: 28 dez. 2015.
- TRIVIÑOS A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

Documentos:

- DIÁRIO DA MANHÃ. Reconhecimento de Pelotas como Patrimônio Nacional completa um ano. 23.5.2019.
- DOSSIÊ DE Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS.

KAPPENBERG, K. Prefeitura Municipal de Pelotas. 27ª Fenadoce vai exaltar patrimônios material e imaterial de Pelotas. 24-05-2019. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/noticia/27a-fenadoce-vai-exaltar-patrimonios-material-e-imaterial-de-pelotas>. Acesso em: 28 maio 2019.

PELOTAS (RS) dá ao Brasil mais dois patrimônios culturais. **Revista Museus**, 17 maio 2018. Disponível em: www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/4738-17-05-2018-pelotas-rs-da-ao-brasil-mais-dois-patrimonios-culturais.html. Acesso em: 22 abr. 2019.

Ruína e Patrimônio Mundial no Brasil: identificação, gestão e conservação de bens culturais em estado de arruinamento, a partir de estudos de casos

Angela Rosch Rodrigues*

Resumo: A partir de casos selecionados dos sítios declarados como Patrimônio Mundial no Brasil, este trabalho tem como objetivo abordar o tema da ruína dos bens analisando a pauta da conservação no âmbito da gestão patrimonial e a intersecção dos contextos das políticas de preservação nacional (IPHAN) e internacional (UNESCO). Aqui, a designação de ruína engloba edificações em diferentes graus de destruição causada pela passagem do tempo; incúria; ou, catástrofes (naturais ou antrópicas). Assim, metodologicamente organizamos os casos em três grupos para a análise de questões pertinentes à identificação, gestão e conservação dos bens culturais acometidos por processos de arruinamento: ruínas do tempo (Missão Jesuítica de São Miguel, RS e Cais do Valongo, RJ); ruínas da incúria (centros históricos de Salvador, BA e São Luís, MA) e ruínas do incidente (Goiás Velho, GO). A declaração do Valor Universal Excepcional está embasada nos conceitos da integridade e autenticidade associados à problemática da degeneração dos bens culturais. Conclui-se pela relevância e complexidade em afrontar o tema da ruína nos processos de identificação dos Patrimônios Mundiais e sua gestão, que deve articular os interesses da comunidade local, os recursos financeiros, o uso e a conservação dos bens.

Palavras-chave: Ruína. Preservação patrimonial. Patrimônio da Humanidade. Brasil. UNESCO.

Abstract: Considering selected cases of the cultural sites declared World Heritage in Brazil, this chapter aims to address the issue of ruin analysing the conservation agenda in the area of patrimonial management from the intersection of the national context (IPHAN) and international preservation policies (UNESCO). Here, the designation of ruin includes buildings in varying degrees of destruction caused by the passage of time; negligence; or disasters (natural or anthropic). Thus, methodologically, we organized the cases into three groups for the analysis of issues related to the identification, management and conservation of cultural assets affected by ruination processes: ruins of time (Jesuit Mission of *São Miguel*, RS and *Valongo Wharf*, RJ); ruins of negligence (historical centres of Salvador, BA and São Luís, MA) and ruins of the incident (Old city of Goiás, GO). The declaration of the Outstanding Universal Value is based on the concepts of integrity and authenticity related to the subject of the degeneration of the cultural assets. We conclude with the relevance and complexity in facing the issue of ruin in the processes of identification of the World Heritage and their management which should articulate the interests of the local community, financial resources, use and conservation of the cultural goods.

Keywords: Ruin. Heritage conservation. World Heritage. Brazil. UNESCO.

1 Introdução

O desenvolvimento das discussões e práticas da preservação no Brasil teve início nas primeiras décadas do século XX. Com a promulgação do Decreto-Lei n. 25 de 1937

* Pós-doutoranda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Fau Usp) Brasil, em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. Doutora (2017) e Mestra (2011) pela Fau Usp, apoio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Arquiteta e urbanista pela Universidade Mackenzie (1998). *E-mail:* angelarr@usp.br

(MEC, 1980) foi instituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); em 1946 o órgão passou a ser designado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e em 1970 o Dphan foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tomaremos como referência prevalente de todas as fases desse órgão a nomenclatura IPHAN. Nas três primeiras décadas de atuação do IPHAN, a constituição do que é patrimônio nacional esteve associada essencialmente à constituição da ideia de nação, norteados por critérios de seleção, pareceres técnicos e demais produções teóricas dos agentes responsáveis que justificaram suas escolhas e práticas de atuação.

A partir da década de 1960, as políticas de preservação brasileira vêm passando por paulatinas mudanças; discussões no âmbito internacional incorporadas a alterações no cenário nacional englobaram outras abordagens e outros agentes. Temas como a valorização do patrimônio através do turismo e a identificação por outros segmentos da sociedade têm ampliado as possibilidades dos debates e a gestão patrimonial. Esse contexto está associado, em certa medida, à atuação e orientações da (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO).

Em 1972, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura estabeleceu a “Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”¹ que contribuiu para a mundialização dos valores e das referências ocidentais nas práticas patrimoniais (CHOAY, 2001). A partir de 1980 o Brasil passou a ter inscrições nesse seleto rol²: 1980 – Cidade histórica de Ouro Preto (Minas Gerais); 1982 – Centro histórico de Olinda (Pernambuco); 1983 – Ruínas da Missão Jesuítica de São Miguel (Rio Grande de Sul); 1985 – Centro histórico de Salvador (Bahia); 1985 – Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas do Campo (Minas Gerais); 1987 – Plano Piloto de Brasília (Distrito Federal); 1991 – Parque Nacional Serra da Capivara, São Raimundo Nonato (Piauí); 1997 – Centro histórico de São Luís (Maranhão); 1999 – Centro histórico de Diamantina (Minas Gerais); 2001 – Centro histórico de Goiás (Goiás); 2010 – Praça de São Francisco, São Cristóvão (Sergipe); 2012 – Cidade do Rio de Janeiro, paisagens cariocas (Rio de Janeiro); 2016 – Conjunto moderno da Pampulha, Belo Horizonte (Minas Gerais); 2017 – Sítio arqueológico Cais do Valongo, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).

Ao considerarmos esse conjunto dos sítios declarados como Patrimônio Mundial no Brasil, selecionamos alguns casos de estudo tendo como principal objetivo abordar aspectos relacionados à problemática da ruína dos bens culturais, a fim de destacar

¹ Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, na sua décima sétima sessão. Texto completo disponível em: <http://whc.UNESCO.org/en/conventiontext/> (consultado em: 21.09.2018).

² UNESCO, Site da UNESCO. Disponível em <https://whc.UNESCO.org/en/list/275>. Acesso em: 5 jun. 2018.

questões ligadas à sua conservação material no âmbito da gestão patrimonial, a partir de uma intersecção dos contextos nacional (IPHAN) e internacional (UNESCO).

Para a avaliação e Declaração do Valor Universal Excepcional (DVUE) que caracteriza os Patrimônios da Humanidade, há uma acurada pesquisa para a elaboração da candidatura que parte da esfera nacional. Nesse processo são considerados significados e valores embasados nos conceitos da autenticidade e da integridade (BRASIL, 2016). A autenticidade implica a credibilidade e veracidade da matéria que concede o suporte para a transmissão dos atributos e significados do bem; a integridade designa sobre a legibilidade do sítio, a partir de sua completude e estado de conservação; ambos os conceitos estão diretamente associados ao tema da ruína.

Para a análise aqui proposta, parte-se inicialmente do seguinte questionamento: O que pode ser considerado como “ruína”? Na Língua Portuguesa, a definição de ruína engloba o tema da degradação derivado de várias causas: “restos ou partes mais ou menos informe de um ou mais prédios desmoronados ou destruídos pelo tempo, explosão, incêndio etc.; [...] *fig* estado de destruição, de degradação; modificação para pior; [...] que não é mais como era” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2482). A identificação de uma ruína envolveria, portanto, fatores como: o grau de antiguidade da edificação, causa e grau de degeneração, antiguidade do processo de arruinamento e condição de uso (RODRIGUES, 2017). Na historiografia da preservação patrimonial Brandi, em sua “Teoria da Restauração” (1963), apresenta que “ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p. 65).

Tendo em vista a complexidade que envolve a designação “ruína”, consideramos aqui conjuntos edificados de diversas datações, em diferentes graus de destruição, promovidos por uma junção de fatores como: a mera passagem e ação incondicional do tempo; a perda da função original e a falta de um uso constante; a incúria ou, ainda, como consequência de catástrofes. Para tanto, os estudos de caso selecionados a partir dos bens listados como Patrimônio da Humanidade no Brasil foram organizados em três grupos: ruínas do tempo (Missão de São Miguel, RS e Cais do Valongo, RJ); ruínas da incúria (Salvador, BA e São Luís, MA) e ruínas do incidente (Goiás Velho, GO). Assim será possível abordar a importância do grau de degradação para os processos de identificação, gestão e conservação das políticas culturais nacionais, sob a orientação do IPHAN e da UNESCO.

2 Ruínas do tempo: o patrimônio arquitetônico e arqueológico e a identidade cultural

No âmbito dos bens declarados como Patrimônio da Humanidade no Brasil, selecionamos dois casos de estudo – a Missão Jesuítica de São Miguel e o Cais do Valongo – a partir dos quais é possível fazer algumas considerações sobre um grupo de ruínas que se caracteriza por bens degradados por anos de espoliações, intempéries e alterações num período que precede o reconhecimento de seu valor cultural denominadas aqui como “ruínas do tempo” (RODRIGUES, 2017, p. 87).

Do ponto de vista documental, esse grupo de remanescentes geralmente constitui a fonte física (em alguns casos a única) de informações sobre técnicas construtivas, materiais, partidos arquitetônicos, etc., e materializam a contraposição – e a coexistência – entre o que remanesce e o que perece. Do ponto de vista simbólico, na abordagem a esse grupo de ruínas, a noção da linearidade temporal reporta à vanidade das obras humanas, uma característica daquilo que é vão, fútil, infrutífero e impermanente diante do tempo – o elemento que tudo consome. Há também uma caracterização do remanescente de caráter arquitetônico e arqueológico, enquanto testemunho histórico que fundamenta um ideário de origem e a constituição de uma identidade cultural.

No Brasil, embora o valor arqueológico e etnográfico tenha sido mencionado na instituição do IPHAN e no Decreto-Lei n. 25, de 1937 (BRASIL, 1980), a regulação específica para a preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos foi efetivamente estabelecida na Lei n. 3.924, de 1961 (BASTOS, 2008). Basicamente, as referências arqueológicas pré-coloniais no território brasileiro não são constituídas por remanescentes de um legado arquitetônico associado a civilizações como aquelas encontradas em outros continentes e regiões da América. Essa situação é particularmente destacada por Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), que foi o diretor do IPHAN de 1937 a 1967, ao atestar sobre os primeiros anos da institucionalização da salvaguarda patrimonial no Brasil e sua exígua relação com o viés arqueológico:

O pensamento de proteger o acervo arqueológico do Brasil se teria manifestado talvez bem cedo entre nós, se os colonizadores portugueses encontrassem nesse país, como sucedeu aos castelhanos em outras regiões da América, restos monumentais de uma civilização materialmente mais evoluída (ANDRADE, 1952, p. 11).

Entre 1966 e 1967, por convite do IPHAN, Michel Parent (1916-2009) – técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França – esteve no Brasil com o objetivo de inserir alguns de nossos patrimônios no programa

de “Turismo Cultural” da UNESCO. Em seu relatório, Parent relaciona a problemática do patrimônio cultural brasileiro ao cotidiano das pessoas diferenciando-o de outros países da América Latina, como Peru e México, fortemente identificados internacionalmente por seus sítios arqueológicos:

Em relação a esses dois países [Peru e México], suas civilizações pré-colombianas prestigiosas exaltam a imaginação ocidental; seus sítios artísticos e arqueológicos eminentes conta-se entre os mais famosos do mundo e constituem um apelo para os homens, com toda a sugestão de seus mistérios (*apud* LEAL, 2008, p. 158).

Parent reitera, portanto, a leitura de que no Brasil não há ruínas antigas suficientemente relevantes associadas a uma civilização distante, já que aqui: “[...] há para admirar cidades (de arte) em atividade e não ruínas de monumentos enterrados” (*apud* LEAL, 2008, p. 160). Esse aspecto pode ser evidenciado pela natureza de vários dos sítios declarados como Patrimônio Mundial no Brasil, centros históricos de cidades de origem colonial inseridos na dinâmica do crescimento urbano do século XX, como Ouro Preto (Figura 1), Olinda, Salvador, São Luís, Diamantina e Goiás.

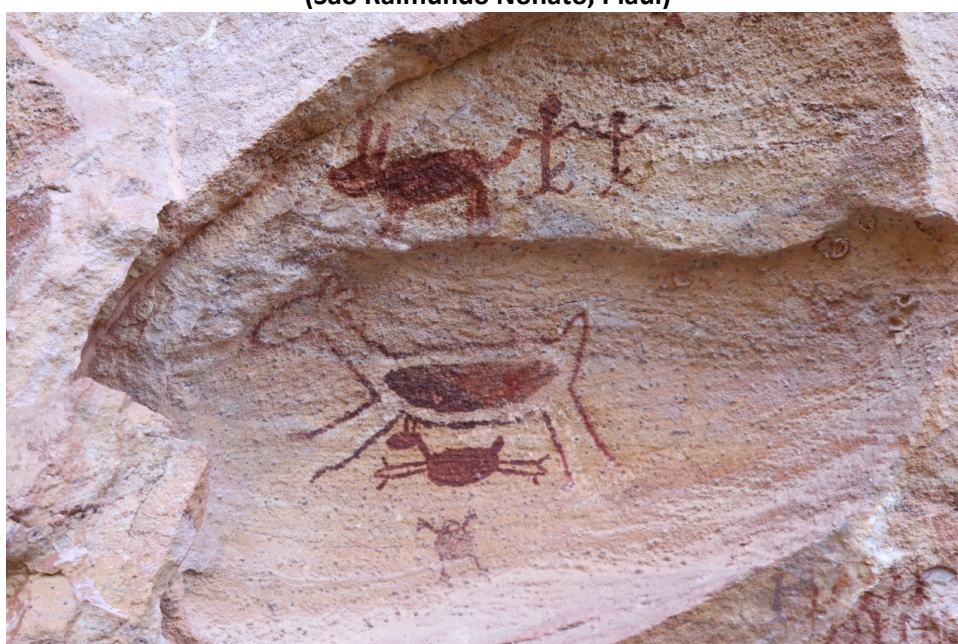
Figura 1 – Ouro Preto, Praça Tiradentes (Minas Gerais)



Fonte: Foto Angela Rosch Rodrigues (2017).

O legado paleoameríndio brasileiro se caracteriza essencialmente por outros tipos de evidências materiais, tais como: artefatos, geóglifos, pinturas rupestres, sambaquis, dentre outros (BASTOS, 2008), que não englobam edificações. Nesse sentido, é que se evidencia o valor cultural do Parque Nacional da Serra da Capivara (São Raimundo Nonato, Piauí), inscrito em 1991 na lista da UNESCO. Esse conjunto é constituído por abrigos rochosos naturais que são decorados com pinturas rupestres de aproximadamente 25 mil anos, testemunhado a antiguidade da ocupação humana na América Latina (Figura 2).

Figura 2 – Parque Nacional da Serra da Capivara, pinturas rupestres (São Raimundo Nonato, Piauí)



Fonte: Foto Letícia Basso (2018).

Considerando essa contextualização, aproximamo-nos dos dois casos de estudo representativos das ruínas do tempo. A Missão Jesuítica de São Miguel (RS) (Figuras 3 e 4) é um conjunto que foi inscrito como patrimônio nacional em 1938 pelo IPHAN e foi objeto de uma das primeiras intervenções desse instituto, no âmbito nacional quando o arquiteto Lucio Costa visitou a região realizando levantamentos e inventários. Em seu relatório sobre o povoado de São Miguel, Lucio Costa enfatizou o valor da arquitetura original que se deteriorou abordando o caráter estético da fachada da Igreja. Não há especiais menções à condição de arruinamento do local, embora haja uma referência à gravura do explorador francês Alfred Demersay (1815-1891), que fez incursões no Paraguai e Sul do Brasil em meados do século XIX, a fim de retratar a história natural, geografia e antropologia locais:

Naquela ocasião também estranhei de ver em construção de tanto “estilo”, uma fachada assim, no pórtico, como indica a gravura de Demersay, “redundância” jamais vista em composição de arquitetura. [...] O mais estranho, porém é que a sua arquitetura, tanto no conjunto como no detalhe, revela, da parte de quem o projetou e dos que o executaram, conhecimentos seguros de “modenatura” e proporção, senão um certo apuro (COSTA *apud* PESSOA, 1999, p. 26-27).

Figura 3 – Ruínas da Missão jesuítica de São Miguel (Rio Grande de Sul)



Fonte: Foto Mônica dos Santos Dolce Uzum (2014).

Figura 4 – Ruínas da Missão jesuítica de São Miguel (Rio Grande de Sul)



Fonte: Foto Mônica dos Santos Dolce Uzum (2014).

No escopo dos trabalhos a serem realizados, Costa dedicou especial atenção aos remanescentes da igreja para os quais defendeu exclusivamente obras de consolidação, partindo da percepção da impossibilidade de reconstrução: “Com efeito, não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar” (COSTA *apud* PESSOA, 1999, p. 25-26). Além disso, Costa projetou um pequeno museu no local, a fim de articular a leitura e percepção da espacialidade do conjunto e para acolher as peças consideradas significativas dos outros povos missionários.³

Em 1983, a Missão Jesuítica de São Miguel Arcanjo foi declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO, em conjunto com quatro outras missões jesuíticas na Argentina (San Ignacio Miní, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María la Mayor), tendo como base o critério iv: “ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade” (BRASIL, 2016, p. 40).

Várias ações têm sido implementadas junto com o IPHAN para a conservação do local e inserção em programas que incentivam o turismo na região, dentre elas o espetáculo de Som e Luz, que já tinha sido estabelecido desde 1978 pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, com a proposta de apresentar uma narrativa sobre o desenvolvimento da experiência Jesuítico-*Guarani*. Em 2009, foi estabelecido o Parque Histórico Nacional das Missões, a fim de promover a gestão patrimonial do complexo e dar suporte ao desenvolvimento econômico das comunidades locais.

O outro bem de caráter arqueológico e arquitetônico, na lista dos patrimônios da UNESCO do Brasil, é o Cais do Valongo (Rio de Janeiro). Esse conjunto se refere ao principal local de desembarque do comércio de escravos no Brasil e remonta a uma infraestrutura instalada em 1811. O cais foi enterrado devido a remoções no início do século XX para reformas na cidade do Rio de Janeiro. Em 2011 foram descobertos os remanescentes em função de escavações para as obras da operação urbana denominada “Porto Maravilha” na área portuária, da cidade do Rio de Janeiro, para os Jogos Olímpicos de 2016. A partir dessa descoberta, vários estudos foram realizados coordenados pelo IPHAN e pela Prefeitura Municipal e, em 2016, foi apresentado à UNESCO um dossiê completo⁴ com a proposição da candidatura desse sítio a Patrimônio da Humanidade.

³ A região das Missões, no Sul do Brasil, engloba sete povos: São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706/1707); o de São Miguel era o mais populoso e importante desde fins do século XVII.

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. 2016. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf. Acesso em: 8 jun. 2018.

Em julho de 2017, o sítio arqueológico do Cais do Valongo foi inscrito na lista da UNESCO, tendo como base o critério vi: “estar associado diretamente ou materialmente a acontecimentos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, ou a obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional [...]” (BRASIL, 2016, p. 40). Os remanescentes constituem o traço físico de maior evidência sobre o tráfico negreiro no Brasil, materializando a memória da dor e do sofrimento da escravidão e sendo a principal referência edificada das raízes africanas na América (Figura 5), como atesta Alberto da Costa e Silva, um dos membros do Conselho Consultivo para a elaboração da proposta de candidatura:

O Cais do Valongo merece ser considerado pela UNESCO Patrimônio da Humanidade porque é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece. Ele tem importância não apenas para a história brasileira e, portanto, para a nossa vida como nação, mas também para a história do mundo (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO..., 2016, p. 7).

Figura 5 – Ruínas do Cais do Valongo (Rio de Janeiro)



Fonte: Foto Fernando Atique (2017).

Pode-se constatar que, para esses casos de estudo, houve uma tendência pela conservação em seu *status quo*, parcialmente arruinado de modo a manter suas características intrínsecas, cumprindo um papel documental e simbólico ligado à constituição de um ideário da nação brasileira, que vem sendo reestruturado paulatinamente. O reconhecimento do Cais do Valongo enquanto patrimônio nacional

revela uma revisão historiográfica que recoloca o valor do escravo de origem africana para a composição da identidade brasileira; a inserção desses vestígios como Patrimônio da Humanidade amplia o reconhecimento para uma escala que engloba a composição identitária da América como um todo.

Esses dois casos ilustram que a preservação através da conservação do estado de ruína aos bens culturais de caráter arquitetônico e arqueológico se vinculada às seguintes premissas da Carta de Veneza (1964):⁵

Escavações: Art. 15º: [...] Devem ser assegurados o ordenamento das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz, sem jamais deturpar seu significado. Todo trabalho de reconstrução, [...], deve ser excluído a priori, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas” (1964 *apud* CURY, 2004, p. 95).

Essa opção pela conservação física respeitando o estado de arruinamento se relaciona aos preceitos da UNESCO para a manutenção dos bens culturais de modo a preservar da melhor forma possível sua autenticidade, um dos conceitos-chave para a Declaração do Valor Universal Excepcional. Conforme Choay (1995), o conceito da autenticidade tem se desdobrado em uma multiplicidade de interpretações; ao ser aplicado aos artefatos materiais, há que se considerar a condição da ação física na materialidade que se transforma segundo as condições externas (tempo, destruições, etc.). Ao ser transposto para o campo da preservação patrimonial, o conceito de autenticidade se estrutura a partir de um impasse: o autêntico se refere a uma condição “original” que fundamenta uma identidade – estipulada e definida segundo uma determinada construção historiográfica; ou a autenticidade se aplica à condição da materialidade física que se transforma pelo porvir do tempo e demais situações (destruições antrópicas ou naturais)?

Conforme o disposto na Carta de Veneza, um documento autêntico se vincula ao quanto se mantém da matéria remanescente. A convicção de que o máximo da preexistência deva ser preservado, enquanto uma referência fidedigna que remeta à

⁵ Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, definida no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

arquitetura anterior, é o embasamento para a atual conceituação de autenticidade, que foi amplamente discutida e delineada no Documento de Nara⁶ (1994):

9. A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. Nossa capacidade de aceitar esses valores depende, em parte, do grau de confiabilidade conferido ao trabalho de levantamento de fontes e informações a respeito desses bens. O conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens, assim como de suas transformações ao longo do tempo, tanto em termos de patrimônio cultural quanto de seu significado constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade (ICOMOS, 1994 *apud* CURY, 2004, p. 321).

Assim, a partir dos dois casos selecionados no conjunto dos bens declarados como Patrimônios da Humanidade, é possível constatar que, no Brasil, o valor cultural dedicado às ruínas de valor arquitetônico e arqueológico se associa, principalmente, a tipologias provenientes dos séculos XVI a meados do XIX, atrelando a identidade cultural brasileira à uma origem vinculada ao período colonial, que, nesses casos, está conservada através da autenticidade de seus remanescentes em estado de arruinamento.

3 Ruínas da incúria: projetos de salvaguarda e negligências nas políticas de preservação

Nessa segunda parte, selecionamos dois casos de estudo no âmbito dos bens declarados como Patrimônio da Humanidade no Brasil – os centros históricos de Salvador e São Luís – a partir dos quais é possível evidenciar os processos de arruinamento que acometem bens de reconhecido valor cultural, o que denominamos aqui como “ruínas da incúria” (RODRIGUES, 2017, p. 151). Essa noção de incúria se refere à ineficácia das ações de preservação. Geralmente, são processos que vão se acumulando através de delapidações, falta de manutenção e usos inadequados.

Sob a ótica documental, por se tratar de degenerações mais recentes, geralmente há referências e estudos da edificação em sua situação anterior e também há uma profusão de informações relatando o processo de arruinamento em tom de denúncia, que podem ser encontrados nos autos oficiais ou em outros meios de comunicação. Do ponto de vista simbólico, associa-se à ideia da negligência, da perda irreparável daquilo que poderia ter sido resguardado. A evocação do abandono incorre na nulidade das ações, no arrependimento, ou na constatação da inoperância,

⁶ Produto da “Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial” (UNESCO/ICCROM/ICOMOS), realizada em 1994 na cidade de Nara (Japão).

conforme atesta o filósofo Henri-Pierre Jeudy: “A ruína antiga já tem um *status* patrimonial. Quando é atual, em vias de se transformar sob nossos olhos, dá ideia de abandono, de degradação, é um testemunho da incapacidade de preservar” (JEUDY, 2005, p. 70).

Desde as primeiras décadas do século XX, o problema da progressiva degeneração de bens de valor cultural no Brasil tem sido uma pauta decisiva nos debates patrimoniais nacionais. A urgência de salvaguarda norteou a estruturação da política de salvaguarda, o que pode ser constatado através das seguintes colocações, do então diretor do IPHAN Rodrigo M. F. de Andrade, em O Jornal:

A iniciativa do chefe da Nação tem uma finalidade prática relevante, que é a de **dotar o Brasil de uma legislação adequada a impedir que se arruinem ou se dispersem os bens de notável valor artístico e histórico existente no país.** [...] O que o projeto governamental tem em vista é poupar à nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio (*apud* ANDRADE, 1987, p. 48, grifo nosso).

O Decreto-Lei n. 25, que instituiu o IPHAN em 1937, se refere aos efeitos do tombamento: “Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (BRASIL, 1980, p. 115). Sendo assim, a constatação de uma iminente perda de edificações potencialmente representativas do passado, que se pretendia valorizar, induziu a abertura de vários processos de tombamento com o propósito de salvaguardá-los, alguns foram efetivamente “salvos da ruína”; outros, porém, continuaram se degradando apesar do oficial reconhecimento de seu valor cultural.

O relatório de Michel Parent, elaborado em fins dos anos 1960, ressaltou a condição do estado de conservação de nosso patrimônio naquela ocasião. Ainda que a convite do IPHAN, o técnico da UNESCO escreveu: “Trata-se então, para nós, de recensear bem mais do que os destroços de um cenário que ainda permanece o mais fecundo e homogêneo do continente americano” (*apud* LEAL, 2008, p. 46) e alerta sobre um futuro “cujá ruína, brevemente será irreversível”. Parent reitera, portanto, a leitura de que, no Brasil, se interpunha a necessidade de salvar da ruína o nosso patrimônio através de uma gestão compatível.

No entanto, vários bens culturais no Brasil têm sido assolados por degenerações derivadas da falta de resultados concretos dos programas patrimoniais. Mesmo no conjunto dos bens declarados como Patrimônio da Humanidade, pode-se identificar situações pujantes em especial nos centros históricos de algumas cidades.

A cidade de Salvador foi a primeira capital do Brasil (entre 1549 e 1763) e se tornou em 1558 o primeiro mercado de escravos do Novo Mundo. Seu centro histórico foi tombado pelo IPHAN em 1959, como patrimônio nacional. A partir de 1978, o governo do Estado da Bahia passou a coordenar as ações preservacionistas através do *Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia* (Ipac), em conjunto com o IPHAN e, em 1983, foi estabelecido um plano em escala municipal para a área patrimonial. Essas ações proporcionaram a candidatura e a definitiva inscrição em 1985 como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, tendo como base os critérios iv e vi:

- iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade;
- vi. estar associados diretamente ou materialmente a acontecimentos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, ou a obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional [...] (BRASIL, 2016, p. 40).

A partir de 1993, o grave estado de degeneração do núcleo central de Salvador foi uma das motivações para o empreendimento de revitalização da área do Pelourinho (MARINS, 2012). Essa intervenção desapropriou e restaurou vários imóveis visivelmente degradados, tendo como principal objetivo a inserção da área em um programa de desenvolvimento turístico. No entanto, o incremento de atividades terciárias levou a um êxodo da população local, gerando o esvaziamento e a consequente degradação de muitas edificações lindeiras à área demarcada com maior interesse. O Plano Diretor Urbano de Salvador (BAHIA, 2008) e o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador (CONSELHO GESTOR, 2010) têm tido como objetivo reverter essa situação direcionando o desenvolvimento econômico e social de modo integrado. Ainda assim, é possível verificar diversos casarios arruinados nesse centro histórico (Figura 6).

Outra situação similar é em São Luís (Maranhão). Essa cidade no Norte do País foi fundada em 1612 pelos franceses, posteriormente foi ocupada por holandeses e, depois pelos portugueses. O centro histórico conta com um grande acervo de edificações provenientes dos séculos XVII ao XIX e preserva seu planejamento original, com ruas organizadas de maneira retangular. Em 1974, o IPHAN tombou o conjunto que em 1997 foi inscrito como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, tendo como base os critérios iii, iv e v:

- iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido;

- iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade;
- v. constituir um exemplo excepcional de habitat, ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura ou de culturas, ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis (BRASIL, 2016, p. 40).

Figura 6 – Salvador, centro histórico - cidade baixa (Bahia)



Fonte: Foto Angela Rosch Rodrigues (2013).

Desde então, planos para a gestão da cidade têm sido validados através de legislações e órgãos patrimoniais. Em 1998, foi criado o segmento municipal para a Coordenação do Patrimônio Cultural e, em 2003, foi estabelecido o Núcleo Gestor do Centro Histórico a fim de coadunar as expectativas das esferas municipal, estadual e federal organizando as demandas da sociedade civil e instituições privadas, a fim de propor ações para o desenvolvimento de um turismo sustentável no local e sua preservação de forma integrada às demandas da população local. Em 2005, foi criada a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH).

Ações para a promoção de iniciativas públicas e privadas que contenham o êxodo da população local e a degradação do patrimônio têm sido elaboradas, através da designação de programas como o de Revitalização do Centro Histórico de São Luís (Procidades), o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (Pac-Ch). O Pac-Ch é

uma ferramenta de gestão por meio da qual articulam-se diretrizes destinadas a fomentar ações integradas dentro dos órgãos governamentais pertinentes, em coordenação com a sociedade civil organizada. Esses programas estabeleceram um plano estratégico definido por medidas que procuram dotar as cidades históricas de meios para se adaptarem às necessidades da vida contemporânea e à preservação de sua herança cultural. A redução ou isenção do imposto predial para bens conservados é uma das medidas que têm sido estabelecidas, no entanto, o centro histórico de Maranhão ainda apresenta diversos bens em mau estado de conservação (Figura 7).

Figura 7 – São Luís, centro histórico (Maranhão)



Fonte: Foto Letícia Basso (2013).

A partir desses dois casos de estudo vinculados ao grupo definido aqui como ruínas da incúria, é possível destacar uma problemática de gestão ligada ao tema da manutenção. Ao considerarmos a acepção em que se baseia o restauro crítico conservativo, a restauração é definida como um campo disciplinar que fundamenta qualquer ação sobre os bens de reconhecido interesse cultural: manutenção, conservação e, inclusive, a “restauração preventiva” (BRANDI, 2004, p. 101) que é ainda mais imperativa, pois objetiva impedir as intervenções de extrema urgência.

Essas considerações sobre a necessidade da manutenção, como uma práxis que antecede a restauração, foi reafirmada na elaboração da Carta de Veneza (1964). Na conferência introdutória, Roberto Pane (1897-1987) mencionou que a manutenção é o

meio para evitar intervenções mais contundentes, no monumento cuja periodicidade torna menos necessárias as obras de restauro. As definições expressas no documento final apresentam de forma clara: “Art. 4º: A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.” (ICOMOS, 1964 *apud* CURY, 2004, p. 92); e que “Art. 9º: A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional” (ICOMOS, 1964 *apud* CURY, 2004, p. 93). Posteriormente, a Carta de Burra (1980)⁷ reitera a definição de que “[...] o termo ‘manutenção’ designará a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem” (ICOMOS, 1980 *apud* CURY, 2004, p. 242).

A UNESCO tem se preocupado em apresentar um corpo de orientações que associa o tema da conservação física à gestão dos bens culturais declarados como Patrimônio da Humanidade. Em 1993, foram elaboradas as “Diretrizes de gestão para os sítios do patrimônio mundial cultural” (1993) e, em 2012, em comemoração aos quarenta anos da Convenção de 1972, foi elaborado em conjunto com o Icomos (*International Council of Monuments and Sites* – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), o Iccrom (*International Center for the Preservation and Restoration of Cultural Property*) e o Iucn (*International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*) um manual de referência: “Gestão do Patrimônio Mundial cultural” (BRASIL, 2016).

Assim, os arruinamentos em edificações, ainda que em pontos isolados nos centros históricos de Salvador e São Luís, evidenciam essa problemática. A degeneração física compromete não só a materialidade dos bens, mas o fluxo de uso e vida da comunidade envolvida. A despeito da salvaguarda nas diversas escalas do âmbito nacional (municipal, estadual e federal) e, mesmo com a chancela de Patrimônio Mundial, as ações para a preservação do patrimônio material não alcançam uma efetiva conservação da escala urbana dos núcleos em questão.

4 O trágico e a prevenção de catástrofes: as ruínas do incidente

Nessa terceira parte, selecionamos um caso de estudo no âmbito dos bens declarados como Patrimônio da Humanidade no Brasil – o centro histórico de Goiás – a partir do qual é possível debater os bens arquitetônicos de reconhecido valor cultural, que passaram por situações catastróficas, derivadas de fatores antrópicos (incêndios, colisões, demolições criminosas, guerras, etc.) ou naturais (inundações, terremotos, etc.). A esse grupo denominamos aqui as “ruínas do incidente” (RODRIGUES, 2017, p. 213).

⁷ Documento produto da reunião do ICOMOS na Austrália, em 1980.

Do ponto de vista documental, esse tipo de arruinamento pode revelar valiosos detalhes arquitetônicos até então ocultos, como materiais de construção sob as superfícies de revestimento, composição das fundações, etc., informações-chave para aprofundar o conhecimento do bem e subsidiar futuras ações para sua preservação. Assim como nos grupos anteriores, essas ruínas documentam o episódio trágico que as acometeu. O caráter evocativo desse grupo de ruínas remete à perplexidade diante da tragédia e da destruição, um sentimento que pode ser sintetizado pelas seguintes asserções de Jean Starobinski: “[...] Para que uma ruína pareça bela é preciso que a destruição seja bastante longínqua [...] Ninguém sonha tranquilamente diante de ruínas recentes que fazem sentir o massacre: estas são logo desentulhadas para reconstruir (STAROBINSKI, 1994, p. 202).

As ruínas do incidente podem se tornar símbolos que asseguram o “sentido memorável atribuído a qualquer catástrofe” (JEUDY, 2005, p. 59). Porém, num contraponto à ideia de se tornar um memorial, as ruínas de uma destruição fulminante podem ensejar outra abordagem: a força da reconstrução, condensando a capacidade de resiliência de um grupo social. A negação da ruína se torna o meio para subverter o evento destrutivo em um momento de convergência e união aglutinando a força moral da sociedade civil.

No Brasil, geograficamente não há riscos para terremotos e, desde o início do século XX, não tem sido palco de eventos bélicos de grandes proporções. Contudo, há situações traumáticas que têm atingido bens ligados ao Patrimônio da Humanidade, dentre os quais se destaca o emblemático episódio da enchente de 2001/2002, que arruinou diversas edificações no centro histórico da cidade de Goiás (Goiás).

Esse núcleo urbano foi estabelecido às margens do rio Vermelho em 1726 e configura o único exemplar do processo de conquista do interior do Brasil (Região Centro Oeste) associado à extração de ouro. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Goiás foi declarado como Patrimônio Nacional pelo IPHAN em 1978, e passou a ser protegido pela esfera do Estado em 1980 e pelo município em 1996. Em 2001, a cidade foi inscrita como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO (OLIVEIRA, 2016) por testemunhar a ocupação das terras centrais do Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX e pela configuração do traçado urbano, que exemplifica o desenvolvimento orgânico de uma cidade mineradora, adaptada às condições geográficas da região. Uma associação aos critérios ii e iv da UNESCO foi apresentada para a avaliação e inscrição desse bem:

ii: ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo;

iv: ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade (BRASIL, 2016, p. 40).

Por estar ao lado do rio Vermelho, ao longo dos anos, a cidade de Goiás tem sofrido várias inundações. Porém, menos de um mês após ter sido declarada Patrimônio Mundial, houve uma grande enchente (21.12.2001 e 01.01.2002) que causou destruições de grandes proporções. Imediatamente, o IPHAN deslocou para lá um corpo técnico para orientar os trabalhos na cidade. O Icomos prestou uma orientação específica estimulando a execução de trabalhos de reparo de emergência e a subsequente reabilitação de estruturas danificadas pelo desastre. Uma das prioridades dos trabalhos foi a utilização de técnicas tradicionais de construção por construtores locais (Figuras 8, 9 e 10). Os esforços para a reabilitação urbana foram implementados com recursos orçamentários do IPHAN e do Programa Monumenta, que financiou obras na orla do rio Vermelho, como a restauração do Chafariz da Boa Morte, do Museu das Bandeiras e do Quartel, assim como obras de recuperação nas praças Dom Francisco, da Bandeira e da Liberdade.

Figura 8 – Goiás, centro histórico e Rio Vermelho



Fonte: Foto Carolina Fidalgo de Oliveira (2012).

Figura 9 – Goiás, centro histórico. Em primeiro plano Cruz do Anhanguera e ao fundo igreja do Rosário



Fonte: Foto Carolina Fidalgo de Oliveira (2012).

Figura 10 – Goiás, Chafariz de Cauda



Fonte: Foto Carolina Fidalgo de Oliveira (2013).

Os recursos financeiros do Programa Monumenta têm se estendido a propriedades privadas (são aproximadamente 148 propostas particulares executadas), que desempenham papel significativo no aprimoramento da estrutura urbana da cidade. O IPHAN forneceu uma contribuição técnica ao treinar pessoal qualificado em obras de restauração e reforma, contribuindo indiretamente para a criação de empregos na cidade por meio da contratação de projetos públicos. Iniciativas educacionais também têm sido patrocinadas com vistas a transformar a população local na principal guardiã do patrimônio cultural. Em 2003, o perímetro de proteção à cidade se expandiu incluindo mais propriedades rurais, de modo a formar um cinturão verde de proteção ao núcleo central. A partir do final de 2009, o Programa de Aceleração do Crescimento para Cidades Históricas (Pac-Ch) englobou a cidade de Goiás provendo-a de recursos financeiros para potencializar a gestão patrimonial.

A partir do caso da Cidade de Goiás, pode-se abordar uma das discussões mais prementes da gestão do patrimônio: a reconstrução como opção aos trágicos cenários de destruição. A metodologia e os critérios para a realização de tais trabalhos evidenciam indagações sobre o quanto da preexistência pode ser preservado como suporte à imagem da arquitetura perdida e qual é o limite para a interposição com o novo.

Após a Segunda Guerra Mundial, durante reunião da UNESCO em 1949, Roberto Pane (1950) destacou o apelo popular para a reconstrução de monumentos, uma operação que se não é totalmente justificada do ponto de vista do restauro crítico-conservativo, pretende responder aos imperiosos desejos de toda uma cidade.

As polêmicas sobre a reconstrução se articulam aos dois principais conceitos que embasam a noção de Patrimônio da Humanidade: a autenticidade e a integridade. A autenticidade, cuja complexidade já foi abordada em nosso texto, se vincula à ideia de pensar a obra como um organismo que nasce em um determinado tempo e depois enfrenta uma existência própria; a sua presença material é tangível a uma constância relativa, modificada em seu percurso histórico. Suas diversas fases são mais ou menos “autênticas” segundo as qualificações e as interpretações que os processos historiográficos lhes conferem. O conjunto de diretrizes promulgadas no recente Guia do Icomos, sobre as providências para a recuperação e reconstrução pós-destruições, reiteram a relevância da questão: “[...] qualquer consideração sobre intervenções deve priorizar a autenticidade dos atributos sobreviventes [...]” (CONSELHO, 2017).

No que diz respeito ao conceito da integridade, como aponta Loretto (2016) uma das acepções possíveis se relaciona à qualidade daquilo que não foi adulterado em relação a uma referência base, conferindo completude ao objeto inicial. No âmbito da preservação patrimonial a integridade física dos objetos é um conceito amplamente discutido e abordado por diversos teóricos, dentre os quais Brandi em sua teoria que

se refere à “unidade potencial” (BRANDI, 2004, p. 67) enquanto uma unidade qualitativa de um todo que se mantém no limiar para sua leitura espacial e imagética. Como a matéria é o principal meio para a epifania da imagem, o quanto mais íntegro estiver esse suporte, melhor será a transmissão. Nesse sentido, conforme Viñas, se deve avaliar em que medida um dano afeta a capacidade simbólica e comunicativa de um objeto, referindo-se à “deterioração simbólica ou [...] alteração significativa” (VIÑAS, 2003, p. 76).

Entretanto, é justamente na tentativa de resgatar e complementar o que foi danificado que emergem as controvérsias da opção pela reconstrução. Assim, Brandi se posiciona totalmente contrário ao “refazimento”, pois, ao fundir o velho e o novo, pode-se interferir na percepção temporal da obra:

O refazimento, [...], pretende replasmar a obra, intervir no processo criativo de maneira análoga ao modo como se desenrolou o processo criativo originário, refundir o velho e o novo de modo a não distingui-los e a abolir ou reduzir ao mínimo o intervalo de tempo que aparta os dois momentos (BRANDI, 2004, p. 73).

No entanto, apesar dos debates nas décadas de 1950 e 1960 (pós-Segunda Guerra Mundial) que antecederam a formulação da Carta de Veneza, as polêmicas seguem e, atualmente, há diversas justificativas para a opção do refazimento embasadas nas disposições da Carta de Cracóvia (2000)⁸ que apresenta a relevância de uma motivação social para a reconstrução mediante uma situação catastrófica: “4. [...] A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local” (UNESCO, 2000, p. 2).

O caso da cidade de Goiás remete à contemporaneidade do desafio de afrontar essas situações de súbitas destruições, que se renova constantemente já que diversos patrimônios mundiais são continuamente acometidos por toda ordem de incidentes catastróficos. Em função dos recentes desastres naturais (terremotos) no Nepal e na Itália e dos conflitos bélicos na Iugoslávia, Yemen, Iraque e Síria, a UNESCO, em conjunto com o *Icomos*, o *Iccrom* e o *Iucn*, tem elaborado guias, a fim de apresentar diretrizes para que os governos locais possam atuar em conjunto com as instituições internacionais, para mitigar danos e recuperar Patrimônios Mundiais que passam por situações traumáticas: *Managing disaster risks for World Heritage* (2010) e *Post Trauma recovery and reconstruction for World heritage cultural properties* (2017).

⁸ Produto da Conferência Internacional sobre Conservação (UNESCO) em Cracóvia (Polônia) 2000, na sua sessão plenária intitulada: “O patrimônio cultural como fundamento do desenvolvimento da civilização”.

O resgate da integridade do conjunto arruinado pela enchente de 2001/2002, embasado na autenticidade das informações, integra ações que visam ao desenvolvimento do local associado ao turismo. Após essa grande enchente, a cidade de Goiás registrou outras inundações do rio Vermelho (em especial a de janeiro de 2011), porém, o grau de destruição aos bens foi bem menor. Assim, nesse caso se faz necessário manter no programa de gestão patrimonial uma constante preparação, prevendo as situações potencialmente catastróficas derivadas de chuvas torrenciais de verão.

5 Considerações finais

Com base nos sítios culturais declarados como Patrimônio Mundial no Brasil, verificamos aqui o tema da ruína em algumas variações, identificando basicamente três grupos: ruínas do tempo, da incúria e do incidente. A UNESCO, ao estabelecer uma vistoria no Brasil na década de 1960 e inscrever os nossos Patrimônios da Humanidade, a partir dos anos 1980, teve como base as referências apresentadas pelo IPHAN, reiterando uma postura que primava por reafirmar a importância de determinados sítios de alto valor identitário para o Brasil que estavam fortemente embasados no legado de origem colonial.

Esse posicionamento se reflete na identificação, gestão e conservação em um dos mais notórios patrimônios arqueológicos e arquitetônicos do Brasil: a Missão Jesuítica de São Miguel (RS). Já o recente interesse pelo Cais do Valongo demonstra a importância das ruínas na contínua necessidade de revisão historiográfica embasada na emergência de vestígios que, por décadas, foram sumariamente olvidados na constituição da memória brasileira e que adquirem um valor que transcende a escala nacional, na medida em que envolvem o histórico da escravidão negra no Continente Americano.

No grupo das ruínas da incúria, pode-se constatar a partir dos casos de Salvador e São Luís que a contínua conservação dos sítios é um ponto crucial no âmbito da gestão cultural. A detecção dos problemas vinculados à vulnerabilidade do patrimônio se relaciona diretamente à sua condição física. Dentre os múltiplos fatores de risco, há a probabilidade de colapsos derivados da idade das edificações e de um programa de manutenção mais efetivo. A estrutura legal e institucional não é suficientemente eficaz para uma gestão integrada das edificações desses centros históricos, que deveria articular os interesses da comunidade local, os recursos financeiros, o uso e a conservação dos bens. Sendo assim, a degeneração física dos sítios compromete a leitura de seu intrínseco significado por aqueles que vivem ou que visitam o local; as

perdas físicas derivadas da falta de conservação afetam diretamente a composição de seu Valor Universal Excepcional.

No terceiro grupo de ruínas, foi possível constatar como os danos dos eventos traumáticos são componentes importantes da gestão patrimonial, na medida em que se articulam a instância técnica e os interesses da comunidade local afetada. O centro histórico de Goiás, por exemplo, tem um marcante significado para sua população, não apenas por seus valores urbanísticos e arquitetônicos, mas, principalmente, pela vida social e cultural. A opção pelos trabalhos de reconstrução nesse centro histórico está embasada em acuradas referências históricas e técnicas construtivas compatíveis que se alinham às orientações da UNESCO, voltadas às situações catastróficas, na medida em que se pretende resgatar o patrimônio material enquanto suporte para o desenvolvimento e a manutenção da identidade cultural local.

Como visto, durante a candidatura de um sítio cultural para Patrimônio Mundial, a legibilidade da situação material é crucial para a atribuição de significados embasados em critérios associados aos conceitos da integridade e autenticidade. A partir da efetiva Declaração do Valor Universal concedida pela UNESCO, para a adequada gestão dos bens, se interpõe a necessidade de conservar sua materialidade para manter os mesmos atributos pelos quais se depreende esse valor; nesse sentido, a preservação da integridade e a autenticidade é fundamental. Na interpolação dessas reflexões, conclui-se sobre a complexidade e a relevância do tema da ruína para a atribuição de um valor cultural e para as práticas de conservação material na intersecção das políticas de gestão patrimonial, tanto no nível nacional (IPHAN) quanto internacional (UNESCO).

Referências

- ANDRADE, R. M. F. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural, Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro, 1987.
- ANDRADE, R. M. F. **Brasil**: monumentos históricos e arqueológicos, Instituto Panamericano de Geografia e História, México D.F. 1952.
- BAHIA. Prefeitura Municipal de Salvador – Bahia. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador**. 2008. Disponível em: http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis_estruturas_organizacionais/documentos/Lei%207.400-08.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.
- BASTOS, R. L. **Normas e gerenciamento arqueológico**. 9ª Sr/IPHAN. São Paulo, 2008.
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Trad. de Beatriz M. Köhl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura (MEC). **Fundação Nacional Pró-Memória (1980)**. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória, MEC/SPHAN, Brasília, 2018.

- BRASIL. **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**, IPHAN, Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual%20de%20Referencia%20-%20Gestao%20do%20Patrimonio%20Mundial%20Cultural.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.
- CHOAY, F. Sept propositions sur le concept d'Authenticité et son usage dans le pratiques du patrimoine historique. **Nara Conference on Authenticity**, Paris, UNESCO, p. 101-120, 1995.
- CONSELHO GESTOR do Centro Antigo. Escritório de Referência do Centro Antigo. **Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Integrado e Participativo**. Salvador, 2010.
- CONSELHO Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). **Post Trauma recovery and reconstruction for World heritage cultural properties**. Paris. 2017. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/178-english-categories/news/8756-icomos-guidance-on-post-trauma-recovery-and-reconstruction-for-world-heritage-cultural-properties-document>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- INSTITUTO do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN). **Sítio Arqueológico Cais do Valongo Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial**. 2016. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_ versao_Portugues.pdf. Acesso em: 8 jun. 2018.
- JEUDY, H.-P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEAL, C. F. B. (org.). **As missões da UNESCO no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.
- LORETTO, R. P. **As (des)venturas da integridade no patrimônio mundial**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MARINS, P. C. G. **Da luz cultural ao monumenta**: sobre a opção pela escala monumental na preservação de uma área de São Paulo. São Paulo: Educ, 2012. p. 145-169.
- OLIVEIRA, C. F. de. **A cidade de Goiás como patrimônio mundial**: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação. 2016 Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- PESSOA, J. **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- RODRIGUES, A. R. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- STAROBINSKI, J. **A invenção da liberdade 1700-1789**. São Paulo: Unesp, 1994.
- UNESCO. **Carta de Cracóvia** – princípios para a conservação e restauração do patrimônio construído. Cracóvia, 2000. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- UNESCO, Iccrom, Icomos e Iuch (2010), **Managing disaster risks for World Heritage**. UNESCO World Heritage Centre, Paris. Disponível em: <http://whc.UNESCO.org/uploads/activities/documents/activity-630-1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- VIÑAS, Salvador M. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

Gestión territorial y turismo en las Ciudades Patrimonio Mundial: el caso del Centro Histórico de Morelia (México)

Carlos Alberto Hiriart Pardo*

Resumen: Actualmente, se plantean diversos cuestionamientos sobre la eficacia de la Convención del Patrimonio Mundial (UNESCO, 1972) para atender los impactos generados por la función turística en las ciudades históricas de la Lista de Patrimonio Mundial (LPM). Conceptos como “turismofobia”, “turistificación” o el “overturismo” sintetizan una variedad de problemas que agobian a los conjuntos urbanos patrimoniales; así como la desarticulación entre las políticas de planeación urbana del territorio patrimonial y su manejo como recurso turístico. En el contexto mexicano, las ciudades con la etiqueta de PM no son la excepción: en las diez ciudades de la LPM encontramos repercusiones negativas por el crecimiento exponencial del turismo, los cambios de las funciones tradicionales y la utilización del estatus de patrimonio mundial como etiqueta de *marketing* turístico principalmente. El objeto de estudio del presente trabajo es el Centro Histórico de Morelia dentro del Patrimonio Mundial (PM). Por ello, se analiza la gestión del patrimonio edificado para identificar y reflexionar sobre las relaciones disfuncionales que se generan entre las dinámicas urbanas, sociales, de conservación patrimonial y turística. Se realiza una investigación de tipo cualitativa con un enfoque descriptivo e interpretativo. Como herramientas, se utilizan indicadores de gestión para evaluar las políticas turísticas municipales (de conservaciones patrimoniales, turísticas y urbanas) impulsadas desde 1991. Se busca identificar los procesos, las presiones y como se pueden establecer oportunidades para el desarrollo de un turismo sostenible, más allá del estatus que, como elemento de *marketing*, otorga la distinción de patrimonio de la humanidad.

Palabras clave: Gestión turística y urbana. Centro Histórico de Morelia. Patrimonio mundial. *Marketing* turístico. Planeación integral.

Abstract: At the present, several questions are raised about the effectiveness of the World Heritage Convention (UNESCO, 1972) to address the effects generated by the tourism function in the historic cities of the World Heritage List (LPM). Concepts such as “tourismphobia”, “touristification” or “overturism” synthesize a variety of problems that overwhelm the urban heritage complexes: the disarticulation between the policies of urban planning of the patrimonial territory and its management as a tourist resource. In the Mexican context, cities with the PM label are no exception: in the ten cities of the LPM, we find negative repercussions due to the exponential growth of tourism, the changes of traditional functions and the use of world heritage status as a label of tourism marketing mainly. The object of the study of the present work is the Historical Center of Morelia within the World Heritage (PM). Therefore, the management of built heritage is analyzed to identify and reflect on the dysfunctional relationships that are generated among urban, social, patrimonial and tourist conservation dynamics. This investigation is conducted qualitatively with a descriptive and interpretative approach. As tools, management indicators are used to evaluate the municipal tourism policies (of heritage, tourism and urban conservation) promoted since 1991. The aim is to identify the processes, pressures and how to establish opportunities for the development of sustainable tourism, more beyond the status that, as a marketing element, grants the distinction of the heritage of humanity

Keywords: Tourism and urban management. Historic Center of Morelia. World heritage. Tourism marketing. Integral planning.

* División de estudios de Posgrado, de la Facultad de Arquitectura de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (México). Comité Científico de Turismo Cultural del ICOMOS Mexicano A.C. *Email:* charlyhiriart@hotmail.com

1 Introducción

Las discusiones sobre el turismo en las ciudades y enclaves históricos, en particular aquellas que ostentan la distinción de Patrimonio Mundial Cultural (PMC) otorgada por la UNESCO, implican el análisis de diversos fenómenos: ahondar sobre el debate del potencial que tiene el patrimonio urbano y arquitectónico utilizado como recurso turístico para mejorar las condiciones de vida de la población local y, a la vez, autogenerar recursos para su puesta en valor y conservación; reflexionar sobre el manejo de la “etiqueta” de PMC empleado como un elemento de mercantilización turística; y, la disociación entre las políticas turísticas, la conservación del patrimonio y la planeación urbana, situación que detona la mayor parte de los impactos negativos en los destinos de turismo urbano patrimonial.

En la actualidad, la administración pública de diversos centros históricos prioriza la difusión de su valor y significado cultural en una estrecha relación con el turismo, en lo que Pérez de Cuellar denominó “la industria del patrimonio” (1997, p. 125). En diversas naciones, la gran mayoría de los conjuntos monumentales, ciudades y centros históricos, así como los sitios arqueológicos y el patrimonio natural en LPM, conjuntamente con otros recursos (naturales, mixtos, infraestructura, inmateriales, etc.), se constituyen en recursos para configurar segmentos turísticos. El patrimonio como “capital de consumo”¹ (COELHO, 2000) permite a las naciones competir y buscar posicionarse dentro de los sitios mundiales con mayores llegadas internaciones de turistas.

Hasta junio de 2019, en América Latina y el Caribe, en 15 países, aproximadamente 33 sitios están listados en la categoría de ciudad, centro, distrito o barrio histórico; México ocupa el primer lugar con diez ciudades o centros históricos inscritos (UNESCO, 2019). En estos espacios urbanos patrimoniales, “la irrupción del turismo masivo en la vida cotidiana de los ciudadanos causa problemas” (BLANCHARD; PELLICER, 2017, p. 2): la expulsión de residentes de las áreas históricas, deterioro y pérdida de monumentos, saturación de espacios públicos, tercerización, gentrificación y turistificación, el incremento de la vivienda turística, invasión del espacio público por comercio informal, inseguridad, idealización de los destinos como marketing turístico y, en particular, la degradación y banalización de la identidad cultural local. Estos

¹ Para Coelho (2000), el “capital cultural” hace referencia al conjunto de elementos que motivan la apropiación simbólica de diversos bienes. Del lado de la producción y consumo, forma parte del capital cultural los productos o equipamientos necesarios para crear y ofertar ese bien simbólico; entre varios ejemplo destaca la actividad turística para el patrimonio. “De lo anterior [Coelho expone que] podemos deducir que el turismo es una estrategia de apropiación de los sitios, monumentos o expresiones; no existen recursos turísticos sino recursos naturales y/o culturales que el turismo como estrategia los visibiliza, los pone en valor” (98).

fenómenos se agudizan no obstante que la Convención del Patrimonio Mundial Cultural y Natural de la UNESCO de 1972, señaló prioridades y acciones para identificar, proteger, conservar y gestionar el patrimonio cultural y natural (UNESCO, 1972; UNESCO, 2008).

La “marca” o “etiqueta” de un Bien Patrimonio Mundial o Patrimonio de la Humanidad ha sido utilizada intensamente como estrategia para impulsar el turismo del patrimonio y de ocio cultural. Esto ha sido justificado reiteradamente por la capacidad de contribuir para mejorar la calidad de vida, revertir desigualdades sociales y generar recursos para la conservación y rehabilitación del patrimonio construido. En diversos sitios, ha quedado manifiesto que, dentro de una planificación y gestión holista, el turismo puede convertirse en un importante agente de desarrollo económico y social (RECIO, 2002).

En esta realidad, aparecen retos y amenazas que se manifiestan en una dicotomía en donde el pasado, simbolizado por la herencia monumental, debería convivir de manera racional con la industria turística del patrimonio, constituida como una vigorosa actividad económica del presente y del futuro. En la relación de turismo y bienes culturales, la planificación integral del espacio patrimonial es fundamental para mitigar los impactos generados por el turismo. Estos se desarrollan principalmente ante la ausencia de estrategias cruzadas eficientes que vinculen el ordenamiento territorial, la conservación del patrimonio urbano arquitectónico y las políticas turísticas. En esta correspondencia, es fundamental incorporar las interrelaciones que estos procesos tienen también con la seguridad de la población local, la cohesión social, y la mejora en el bienestar y la calidad de vida de los residentes locales (LÓPEZ-LAMIA, 2018, p. 1).

No es circunstancial que ocho de los diez principales países receptores de turismo, en el *ranking* de la Organización Mundial de Turismo (UNWTO, 2019, p. 2-3), sea también las ocho naciones que tienen la mayor cantidad de sitios (naturales, culturales o mixtos) reconocidos como PM (ver Tabla 1).

Actualmente, los debates se intensifican y aparecen controversias sobre la eficacia de la Convención del Patrimonio Mundial (CPM) para propiciar que “el patrimonio cultural urbano se constituya en un espacio de oportunidades para el desarrollo sostenible de la ciudad en su conjunto” (NAVARRETE; LARRAIN, 2017, p. 5). Se plantean cuestionamientos sobre: ¿cómo atender los impactos generados por el crecimiento urbano inmoderado? y ¿de qué manera se puede mitigar los impactos negativos de la función turística en las ciudades en la Lista de Patrimonio Mundial (LPM)?

Tabla 1 – Países con mayor cantidad de sitios inscritos en la LPM de UNESCO y su relación con el *ranking* mundial de la OMT de turismo Internacional

Países con mayor cantidad de sitios inscritos en la LPM de UNESCO (2018).			Ranking (RKG) mundial de la OMT de países receptores de turismo internacional.		
No.	País	Sitios inscritos	RKG	País	Millones de Turistas
1	Italia	51	1	Francia	89.9
2	China	50	2	España	76.9
3	España	45	3	Estados Unidos	81.8
4	Francia	42	4	China	60.7
5	Alemania	41	5	Italia	58.3
6	India	37	6	México	39.3
7	México	35	7	Reino Unido	37.7
8	Reino Unido	31	8	Turquía	37.6
9	Rusia	28	9	Alemania	37.5
10	Estados Unidos** e Irán	23	10	Tailandia	35.4

** Estados Unidos se retiró de la UNESCO en diciembre de 2018.

Fuente: Elaboración propia a partir de UNESCO (2019) y UNWTO (2019).

Parte de los problemas que agobian a los conjuntos urbanos patrimoniales (NAVARRETE; LARRAIN, 2017, p. 3) se puede entender en los conceptos como “turismofobia”, “turistización” (RUSSO, 2010, p. 73) o el “overturismo”, y en fenómenos como la “vivienda turística” (MILANO, 2018, p. 552) y la banalización del patrimonio, así como presiones derivadas por la desarticulación entre las políticas de planeación urbana del espacio patrimonial y su manejo como recurso turístico en la mayoría de los países adheridos a la CPM. Los bienes culturales PM de México no están ajenos a este escenario. En las diez ciudades mexicanas en la LPM, ya se identifican repercusiones y problemas recurrentes y emergentes, muchos de ellos derivados o vinculados con el crecimiento exponencial del uso y sobre explotación turística (LÓPEZ; VIDARGAS, 2016).

2 Metodología

A partir de los planteamientos antes señalados, el presente trabajo se incorpora a la reflexión y discusión sobre la gestión de las ciudades históricas PM y los entramados que surgen al constituirse como destinos turísticos. Además, se contextualiza en el espacio iberoamericano y se plantea como estudio de caso el Centro Histórico Morelia (CHM), en México; por ello, se analiza la gestión del patrimonio edificado en el marco de su estatus como PM. Se pretende identificar y

reflexionar sobre las relaciones disfuncionales que se generan entre las dinámicas urbanas, sociales, de conservación patrimonial y turística.

Metodológicamente, la investigación es de tipo cualitativo con un enfoque descriptivo e interpretativo. Relaciona y contrasta nociones teórico-conceptuales para interpretar fenómenos; refiere procesos de gestión urbana, desarrollo turístico y conservación patrimonial suscitados en el CHM a partir de reconocimiento como PM en 1991. Se emplean datos estadísticos e información objetiva recopilada de investigaciones que han abordado el objeto de estudio desde diversas perspectivas, informes y notas periodísticas, trabajo de campo, así como el levantamiento de imágenes (RICHARDS; MUNSTER, 2010, p. 5-6). Como herramienta de evaluación empírica, de fenómenos y procesos, se plantea una tabla con indicadores de gestión para evaluar y medir la atención de programas y acciones de conservación patrimonial, ordenamiento urbano y desarrollo social que, conjuntamente con las políticas turísticas, inciden en la gestión del CHM.

La investigación tiene como limitación principal la ausencia de información confiable y actualizada que, procedente del Ayuntamiento de Morelia, sirva como indicadores de los procesos de gestión del sitio patrimonio mundial. El instrumento de ordenamiento territorial del CHM aprobado por el cabildo municipal data del año 2001; el Plan de Manejo del CHM concluido en 2012 para atender los compromisos adquiridos ante UNESCO, a partir de la declaratoria PM, nunca fue sometido a la aprobación del Cabildo de Morelia. A partir de los indicadores simples propuestos en el trabajo, se pretende abrir una línea de investigación a corto mediano y largo plazo; para tener, desde una perspectiva académica e independiente, un seguimiento continuo que identifique fortalezas y sobre todo las debilidades en la conservación, gestión y puesta en valor turístico del patrimonio del CHM.

3 Marco de referencia

3.1 Turismo, patrimonio y combate a la pobreza

En 1964, la UNESCO ya atendía, dentro de otros intereses en materia de desarrollo económico: “llevar a cabo un estudio para determinar en qué medida la conservación del patrimonio monumental de un país contribuye al desarrollo del turismo y constituye, por lo tanto, uno de los factores del desarrollo económico de dicho país” (UNESCO, 1964, p. 60). En 1999, se acuña el término “turismo propobre (PPT)”, con el objetivo de apoyar el incremento de empleo y mejorar la calidad de vida de los grupos más pobres a partir del turismo (PUIG-CABRERA; FORONDA-ROBLES, 2018, p. 3).

Pasados casi sesenta años, se intensifica el debate y presenta una visión dual sobre el tema (ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2012, p. 84-85). Varios investigadores (SPENCELEY; MEYER, 2012), instituciones (UNWTO-UNESCO, 2015), la OECD (2009; 2017, p. 11-13), y el ICOMOS (1999) señalan los efectos positivos del turismo en el desarrollo socioeconómico de las comunidades anfitrionas. Otros objetan que ello no está suficientemente demostrado (HARRISON, 2008). Como se documenta en varios reportes, la afluencia del turismo cultural y del patrimonial en las ciudades de la LPM ha aumentado notablemente en los últimos años, gracias a la gran cantidad de festivales en todas las áreas culturales.

3.2 Fenómenos y conflictos emergentes en las ciudades patrimonio mundial constituidas como destinos turísticos

La segunda mitad del siglo XX marcó un crecimiento sostenido del turismo globalmente. En este proceso, la relación entre turismo y patrimonio cultural se fue estrechando y se manifestó en las ciudades históricas, configuradas como destinos patrimoniales y turísticos. El turismo cultural adquirió un protagonismo significativo en este mercado, que se amplió con la estrategia de las administraciones públicas por la recuperación del patrimonio cultural y su puesta en valor como recurso turístico (PULIDO; CALLE VAQUERO; VELASCO, 2013, p. 11).

Posteriormente, en 2011, el Comité Internacional de Ciudades y Poblaciones Históricas del ICOMOS elaboró el documento denominado *Principios de La Valeta para la salvaguarda y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas* (ICOMOS, 2011), que plantea nuevas metodologías para la conservación y gestión del patrimonio urbano. Se señalaron aspectos como preservar el entramado social y evitar la expulsión de la población residente; la importancia de conservar los usos tradicionales, el papel del espacio público como lugar de interacción social y la trascendencia de contar con instrumentos de planificación y salvaguarda integrales, aprobados y vigentes, para implementar estrategias de monitoreo permanentes (ICOMOS, 2011, p. 1-2). También se planteó como prioridad ineludible elaborar un sistema de gestión eficaz y participativo (identificado como plan de manejo o gestión) en el cual el turismo forme parte de las estrategias de salvaguarda patrimonial y planificación urbana y territorial. (ICOMOS, 2011, p. 11, 14).

En 2012, la UNESCO a través del Centro del Patrimonio Mundial implementaron el Plan de Acción 2013-2015 y Patrimonio Mundial y Turismo Sostenible identificado como *WH+ST Programme* (UNESCO, 2013), con el objetivo de establecer líneas de acción para la gestión integral del territorio patrimonial de los sitios en la LPM con vocación turística. En él, entre diversas metas, se insiste también en la trascendencia

de la planeación territorial como eje rector para enlazar las políticas turísticas, urbanísticas, de conservación y manejo sostenible del patrimonio. Esto se apoya en conceptos y métodos como el desarrollo turístico sustentable y la resiliencia turística y urbana.

En el 2015, *La Carta Mundial del Turismo Sostenible +20*, reafirmó la necesidad de que el turismo contribuya a conservar el patrimonio cultural, para reforzar el papel que tiene en la sociedad actual y consolidar la identidad y diversidad cultural como referencia clave para el desarrollo de muchos destinos: se destacó la relevancia de construir propuestas estratégicas y nuevas metodologías vinculando la ciencia y el turismo “[...] dado que la investigación científica resulta fundamental y permite mitigar las presiones y hacer frente a los nuevos retos del turismo en el marco del desarrollo sostenible” (TURISMO SOSTENIBLE, 2015, p. 20).

Como se puede leer en esta presentación histórica de algunos de los documentos que se han escrito para regular las políticas turísticas en los territorios incluidos en la LPM junto con las urbanísticas, de conservación y manejo sostenible del patrimonio, se considerara la planificación integral como estrategia de respuesta a los impactos negativos. En esta perspectiva, el plan de gestión es un instrumento que, afianzado desde la perspectiva del desarrollo turístico sustentable y la resiliencia urbana y social en los bienes PM, contribuye a combatir la pobreza y a la protección de la herencia cultural.

3.3 El estatus de Patrimonio Mundial como *marketing* turístico

Los países y las administraciones locales que tienen un conjunto urbano con el estatus de PM procuran, como una de sus expectativas principales, potenciar los esperados beneficios generados por el incremento de la atracción turística hacia el bien, considerando que implica también una fuente adicional de recursos. En este contexto, los valores universales que acreditan la inclusión de un sitio en la LPM se constituyen en elementos de promoción turística, que consideran su potencial para motivar desplazamiento de viajeros. Estos persiguen las experiencias culturales asociadas al estatus de PM vinculadas con las imágenes que traspasan fronteras globalmente.

Una ciudad histórica se globaliza al ser declarada PM (UNESCO, 2008), ya que, en un sentido abstracto, como bien cultural excepcional transita más allá de sus fronteras nacionales, para considerarse como perteneciente a la humanidad. En este reconocimiento y estatus internacional, la industria turística encuentra “la más eficaz imagen de marca que puede recibir un destino turístico” (GONZÁLEZ-VARAS, 2015, p.

70). Miossec (1977, p. 55) señala que dichas imágenes “corresponden a aspiraciones profundas que sobrepasan el comportamiento turístico regional”.

En la gran mayoría de enclaves urbanos históricos de Latino América, la marca Patrimonio Mundial influye en los diferentes niveles de administración gubernamental para impulsar intensas campañas de promoción y *marketing* turístico del patrimonio. En este contexto, se genera la “patrimonialización” de la ciudad histórica, en un proceso social con diversos actores (públicos e institucionales) que le asignan nuevos significados y valores (RAMOS, 2017, p. 2; DAVALLON, 2014, p. 53). Uno de sus efectos es su valorización también para la oferta turística, en el cual el consumo del patrimonio la vuelve muy apetecible para las políticas turísticas (HIRIART, 2018a, p. 102). En este proceso, se fortalece la imagen inducida turísticamente, la cual incide, en parte, en la especulación inmobiliaria que desplaza a los residentes tradicionales (CASTELLS, 2017). También es frecuente que la imagen inducida institucionalmente se pretenda afianzar con acciones y obras de renovación de plazas y espacios públicos, peatonalización de calles, iluminación escénica de inmuebles y programas “escenográficos” de mejoramiento de fachadas, buscando prioritariamente consolidar y propiciar nuevos hitos turísticos locales.

El *marketing* turístico, que utiliza el estatus de PM exclusivamente para comercializar una ciudad histórica a partir de imágenes y representaciones idílicas de los iconos patrimoniales, genera impactos duales, algunos adversos, como es la banalización del patrimonio; otros positivos (cuando se muestra objetivamente la realidad sin escenografías), como la exaltación de los valores universales del sitio y su difusión a los visitantes, un sentido de pertenencia en la población local y la mejora en la percepción de seguridad por parte de los visitantes (ANTÓN; GONZÁLEZ, 1987).

Antes estos retos y problemas emergentes coincidimos con Hernández Pezzi quien señala, refiriéndose al contexto español, que “el fenómeno turístico ha puesto de manifiesto el atraso de las políticas municipales para hacer frente a la acción impetuosa de las políticas turísticas” promovidas desde el sector público principalmente (HERNÁNDEZ, 2018, p. 25). Esta reflexión expresa una situación muy común en Latinoamérica y particularmente en México. En el caso de las ciudades mexicanas PM, consideramos que señala un problema vigente con diversas proporciones y aristas, según las características de cada sitio y el compromiso de los gobiernos municipales para atender las responsabilidades señaladas por la legislación mexicana en relación a la conservación y protección del patrimonio, así como los compromisos solidarios establecidos con la UNESCO a partir del nombramiento de patrimonio mundial cultural. Se requiere replantear las políticas urbanas y turísticas en los sitios patrimoniales, para converger en una estrategia conjunta que mitigue los

impactos negativos del turismo en las ciudades históricas y en el patrimonio monumental.

Por ello:

[...] el urbanismo de hoy es impensable sin la incorporación de la sostenibilidad y no se pueden hacer políticas dissociadas del turismo, cultura y urbanismo o de centro y periferia sin agrupar los problemas y las alternativas que se desprenden de cada sector a unas políticas integradas de ciudad (HERNÁNDEZ, 2018, p. 95).

En la actualidad, en la región de América Latina y el Caribe, se tiene como desafío vital el impulsar y concretar de manera eficiente procesos e instrumentos de gestión integral. También, fortalecer un marco jurídico eficiente, con una delimitación de responsabilidad clara que involucre a los diferentes niveles de gobierno y a la comunidad local. En la gestión urbana y turística de una ciudad PM, se hace necesario identificar permanentemente las tensiones y las diversas problemáticas, para instrumentar estrategias que permitan mitigar los problemas (HIRIART; PADILLA, 2019, p. 133). De la misma forma se requiere una reflexión objetiva sobre cómo la distinción de PM puede contribuir para mejorar la calidad de vida de la población local y reforzar su identidad patrimonial. La difusión permanente de los Valores Universales Excepcionales (VUE) de cada sitio y su reconocimiento como patrimonio nacional e internacional, fortalece la identidad cultural y el orgullo de las comunidades locales; también motiva el interés de los viajeros por conocer manifestaciones patrimoniales y formas de vida auténticas y diferencias de otras expresiones culturales (Figuras 1 y 2).

Figura 1 – Señalética para difundir el Valor Universal Excepcional del Centro Histórico de Querétaro como Patrimonio Mundial



Fuente: Coordinación de Ciudades Patrimonio de la Humanidad en el Municipio de Querétaro.

Figura 2 – Plaza de Los Mártires y Catedral de Morelia



Fuente: Fotografía de C. Hiriart (2017).

4 El centro histórico de Morelia como estudio de caso

4.1 Localización, historia y demografía

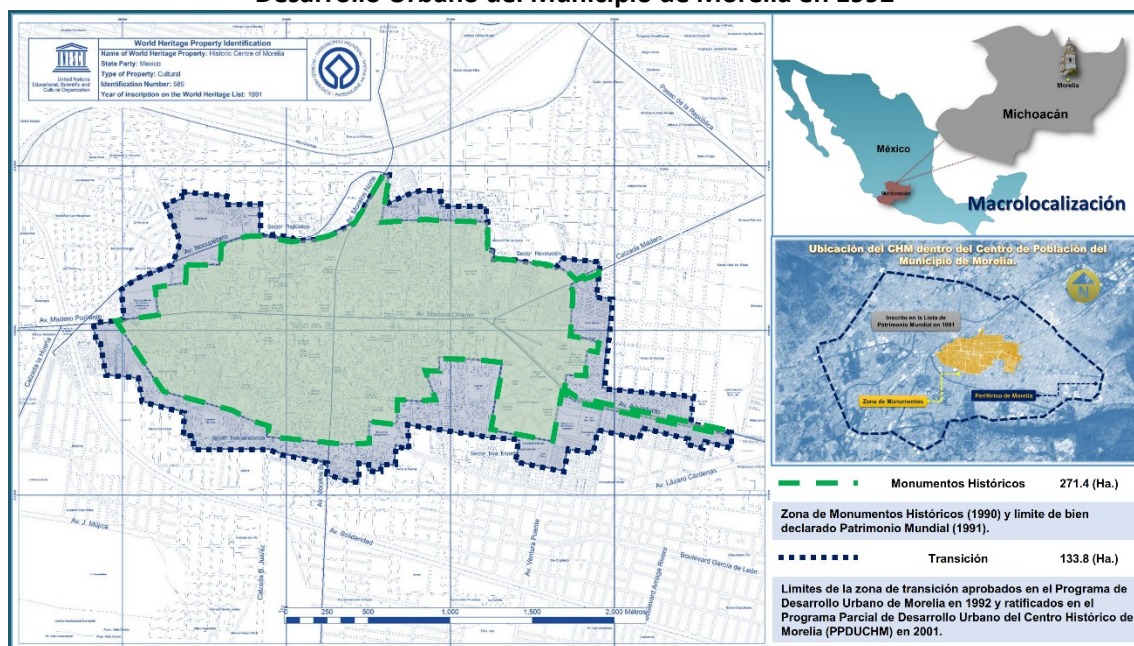
Ubicada en la parte centronorte de la República Mexicana, la ciudad de Morelia, capital del Estado de Michoacán, tiene una población de 605 500 habitantes (INEGI, 2015). Su economía se basa en los servicios financieros, turísticos e inmobiliarios, entre los más destacados. Fue fundada por el Virrey Don Antonio de Mendoza, el 18 de mayo de 1541, con el nombre original de “Nueva Ciudad de Michoacán”, misma que cambió a “Valladolid” en 1578. En 1828, cambia de nombre a “Morelia” en honor Don José María Morelos y Pavón, héroe de la Independencia de México nacido en la ciudad.

Valladolid-Morelia ejemplificó un modelo excepcional y particular de desarrollo urbano de las ciudades hispanoamericanas en el siglo XVI por su traza, remates visuales y ordenamiento espacial. Cuenta con un singular centro histórico, el cual, en el marco normativo de la legislación mexicana, se declaró como Zona de Monumentos Históricos en 1990. Dentro de sus límites, incorporó 1113 inmuebles de carácter civil, religiosos y múltiples espacios urbanos (DOF, 1990). La ciudad es el centro político y administrativo de Michoacán y se identifica como una metrópoli con influencia regional.

4.2 Los valores excepcionales y las controversias en la declaratoria del Centro Histórico de Morelia como patrimonio mundial

A partir del proceso que concretó el estatus del CHM como Zona Federal de Monumentos, se inició también la integración del expediente de candidatura del enclave patrimonial para su inclusión en la LPM de la UNESCO. Un comité interinstitucional tuvo la responsabilidad de realizar recorridos para establecer límites territoriales, ponderar y definir los valores excepcionales y criterios del sitio, así como elaborar diversos documentos técnicos y cartográficos para completar la documentación requerida. Este trabajo, definido por Martínez (2001, p. 11) como “un logro colectivo”, permitió que el 13 de diciembre de 1991 en la XV Sesión del Comité del Patrimonio Mundial en Cartago, Túnez, la zona de monumentos históricos (ver Figura 3) fuera admitida e incluida como parte del Patrimonio Mundial Cultural de la UNESCO.

Figura 3 – Macro y micro Localización – Límites del Centro Histórico de Morelia como Bien Patrimonio Mundial (1991) – Límites de la Zona de Transición aprobados en el Programa de Desarrollo Urbano del Municipio de Morelia en 1992



Fuente: Diseño y elaboración de Carlos Barrera (2019).

Es importante observar que durante la revisión del expediente para la evaluación de Morelia, el ICOMOS Internacional motivó un debate y presentó una moción en relación con la falta de autenticidad que prevalecía en el sitio propuesto (criterio de autenticidad). Se señaló particularmente la edificación de arquitectura del siglo XX dentro de la zona de monumentos históricos, la que reemplazó preexistencias de inmuebles patrimoniales al emplear un criterio de falsificación estilística, como en las fachadas de los nuevos inmuebles, para generar una imagen de “estilo colonial”. También observó el proceso de retiro de los recubrimientos en las fachadas de los inmuebles que la ciudad conservó hasta la década de los años cincuenta; esto motivó principalmente el recrear una imagen de “reciedumbre pétreo”, carácter que contribuyó para acuñar el distintivo de Morelia como “la ciudad de las canteras rosas”. Esto fue documentado de manera detallada por Salvador Díaz-Berrio Fernández (1991), representante de México en el Comité del Patrimonio Mundial, quien participó también en la redacción del *Informe final y la Relatoría de la Décima Quinta Sesión del Comité del Patrimonio Mundial de la UNESCO*.²

² Salvador Díaz-Berrio Fernández, en 1991 representó a México en el Comité del Patrimonio Mundial y fue miembro del Comité Relator del informe de la XV Sesión celebrada en Cartago, Túnez. Para el caso del CHM en el documento final se asentó “El Comité desea recibir, por parte de las autoridades mexicanas, seguridades sobre el respeto al criterio de autenticidad en relación con los monumentos de

Los criterios y atributos que justificaron ampliamente este reconocimiento fueron los que se presentan en la Tabla (2).

Tabla 2 – Criterios, valores y atributos que sustentan la Declaración de Valor Universal Excepcional de CHM como bien del Patrimonio Mundial

CRITERIO	VALORES Y ATRIBUTOS QUE LO SUSTENTAN
(ii). Ser manifestación de un intercambio considerable de valores humanos durante un determinado periodo o en un área cultural específica, en el desarrollo de la arquitectura, las artes monumentales, la planificación urbana o el diseño paisajístico	La zona de monumentos históricos constituye en América un modelo original de desarrollo urbano del siglo XVI, su trazo reticular conjuga las teorías urbanas de la España renacentista y la experiencia de Mesoamérica. El estilo barroco de sus numerosos monumentos se expresa aquí con un lenguaje particular, en la variante del denominado <i>barroco tablerado</i> presente en gran parte de sus edificaciones; su belleza está plasmada en la verticalidad y equilibrio de los inmuebles, en el volumen imponente de sus torres, en la armonía de los conjuntos arquitectónicos y en el uso racional de los elementos ornamentales.
(iv). Ser ejemplo sobresaliente de un tipo de edificio o de conjunto arquitectónico o tecnológico, o de paisaje que ilustre una etapa o etapas significativas de la historia de la humanidad.	La ciudad de Morelia posee ejemplos extraordinarios de diversos estilos; tiene conjuntos característicos de la segunda mitad del siglo XVI en donde el espíritu de fortaleza medioeval armoniza con los principios y los elementos del Renacimiento, con el barroco florido y el academicismo del neo-clásico, creando una armoniosa unidad del conjunto. Dentro de la traza reticular, las plazas de la ciudad están dispuestas de manera de evitar una posible rigidez. Forman sosiegos espaciales y constituyen fondos de perspectivas urbanas.
(vi). Estar asociados directamente o tangiblemente con acontecimientos o tradiciones vivas, con ideas o creencias, o con obras artísticas o literarias de significado universal excepcional.	Morelia vio nacer a varios personajes importantes del México independiente y ha jugado un papel crucial en la historia del país.

Fuente: Elaboración propia a partir de UNESCO (2008); Hiriart y Mercado (2010).

4.3 La gestión del CHM como PM: vicisitudes, retos y logros en los últimos años

Después 28 años de la incorporación del CHM a la LPM, se realizaron diversos trabajos de investigación (MERCADO, 2008; BARRIOS, 2012; BARRERA, 2017), artículos (CABRALES, 2002; HIRIART, 2018a; HIRIART; PADILLA, 2019) y particularmente el 2º Informe periódicos del estado de conservación de Morelia como parte de los bienes mexicanos patrimonio mundial (HIRIART, 2016, p. 122-130), elaborado en el marco El Plan de Acción 2004-2014 para América Latina y el Caribe y concluido en junio de 2012. Estos trabajos y diversas notas de prensa, como parte de la memoria cotidiana de la ciudad patrimonial, evidencian los logros obtenidos en los procesos de gestión y conservación de los valores universales. También muestran los retos, incidencias y amenazas pendientes de atender y otras que están apareciendo en la ciudad histórica.

En un análisis sucinto, identificamos cómo a partir de 1992 las políticas públicas de conservación y manejo del conjunto histórico inicialmente se dieron de manera desarticulada y sin contemplar objetivamente y de manera vinculada los factores sociales, económicos, de conservación y rehabilitación monumental; así como los políticos, turísticos y de seguridad que inciden en la administración y protección de un

la ciudad, de acuerdo a los principios de conservación expresados en la Carta de Venecia” (DÍAZ-BERRIO, 1991).

conjunto patrimonial con el estatus de patrimonio mundial. En los primeros años posteriores al reconocimiento de CHM por la UNESCO, no se configuró ni se dio un seguimiento institucional para atender las obligaciones y recomendaciones contraídas con la declaratoria. Entre los compromisos están: concretar un sistema eficiente de manejo y operación del territorio patrimonial y desarrollar acciones y normas para garantizar la autenticidad del sitio. Contrario a las recomendaciones nacionales e internacionales, el espacio público fue objeto de una paulatina invasión de comercio informal que, el paso de diez años, lo convirtió en una zona saturada por aproximadamente 1500 comercios ilegales y semifijos, que invadieron las principales calles, banquetas, plazas y jardines del corazón del CHM. Lo anterior denostaba la imagen patrimonial que conjuntamente con la distinción de PM se pretendió difundir turísticamente, sin obtener grandes resultados.

A mediados del 2001, un amplio esfuerzo institucional y de la sociedad civil organizada tuvo la capacidad de generar la concertación política para concretar un exitoso proceso de rescate del espacio urbano monumental; con ello, se logró la reubicación del comercio informal y el rescate del CHM. Este proceso se reconoció como un ejemplo paradigmático de recuperación de un enclave patrimonial en México. Entre los años 2001 y 2002, se concretaron diversas acciones para la protección del CHM que propiciaron un mejor estado de conservación física del patrimonio edificado (restauración de inmuebles emblemáticos, revaloración de plazas, fuentes, jardines, etc.), principalmente de propiedad pública, el cual fue revalorado también como recurso turístico cultural. También fue muy importante la aprobación por el Cabildo de Morelia del Programa Parcial de Desarrollo Urbano del Centro Histórico de Morelia, instrumento normativo que identificó diversos problemas y oportunidades e incluyó políticas urbanas, de conservación patrimonial, de gestión urbana y protección del bien declarado.

Sin embargo, como señaló Cabrales (2002, p. 341) “aún quedaban muchas asignaturas pendientes por atender” para impulsar un proceso de gestión y conservación holístico del sitio; entre ellas: la tercerización, el despoblamiento del centro histórico, el deterioro, abandono y pérdida de inmuebles patrimoniales privados y de uso habitacional, complementar un marco legal eficiente y vinculante con la normatividad que regula diferentes procesos y fenómenos que se desarrollan en el CHM (construcción, desarrollo urbano, cambios de uso del suelo, turismo, movilidad, etc.), y un incipiente proceso de turistificación (HIRIART, 2018b). En septiembre de 2008, ocurrió un atentado vinculado con el narcoterrorismo que contribuyó a la ocurrencia de factores de impacto que no se habían considerado antes, como la inseguridad local y los conflictos sociales; esto propició el desplome en la llegada de







turistas a Morelia y su competitividad frente a otros destinos nacionales, como son las ciudades mexicanas patrimonio mundial³ (Grafica 1).

Durante el proceso de elaboración del 2º Informe Periódico de estado de conservación del CHM, en 2012, se evidenciaron varios fenómenos que, desde 2001 y 2004, no fueron atendidos y documentados sistemáticamente por los organismos competentes de la administración municipal. Varios se habían intensificado de manera alarmante, entre los que destacan la falta de información objetiva y rigurosa sobre los porcentajes y tipologías de cambios de uso del suelo, las alteraciones y pérdida del patrimonio inmueble de propiedad privada y el continuo proceso de despoblamiento y deterioro de la vivienda en la zona patrimonial. Estos procesos conjuntamente con otros problemas identificados se constituyeron como indicadores claves que permitieron construir una matriz de evaluación para monitorear el proceso de gestión y el estado de conservación del CHM; con base en ello, se atendió la metodología diseñada para la elaboración de los Informes Periódicos diseñada por el Centro del Patrimonio Mundial de la UNESCO.

Para este trabajo, se actualizó la matriz elaborada en 2016 (HIRIART, 2016, p. 29). En ella, se han integrado y sintetizado varios temas e indicadores recientes que generan impactos positivos y negativos en el proceso de manejo, protección y conservación del CHM. En 2018 y 2019, se encuentran fenómenos emergentes que han aparecido de manera general en las ciudades mexicana PM: la vivienda turística (*Airbnb*), el uso de las azoteas para servicios de bar y restaurantes, aspectos de funcionalidad turística del patrimonio, vandalismo y *grafiti* en los monumentos, pérdida de la arquitectura habitacional y, recientemente, la presencia de nueva cuenta del comercio ambulante (REDACCIÓN NOVENTA GRADOS, 2018) en los espacios públicos patrimoniales (ver Figuras, 5, 6, 7 y 8). Esto impacta en la calidad de vida de los pocos residentes que aún quedan en el CHM, en la conservación y protección del patrimonio edificado y el desarrollo de un turismo sostenible dentro de la zona patrimonial. Este instrumento permite evaluar de manera empírica el nivel de atención y el cumplimiento de estrategias, políticas y metas de gestión (ver Tabla 3).

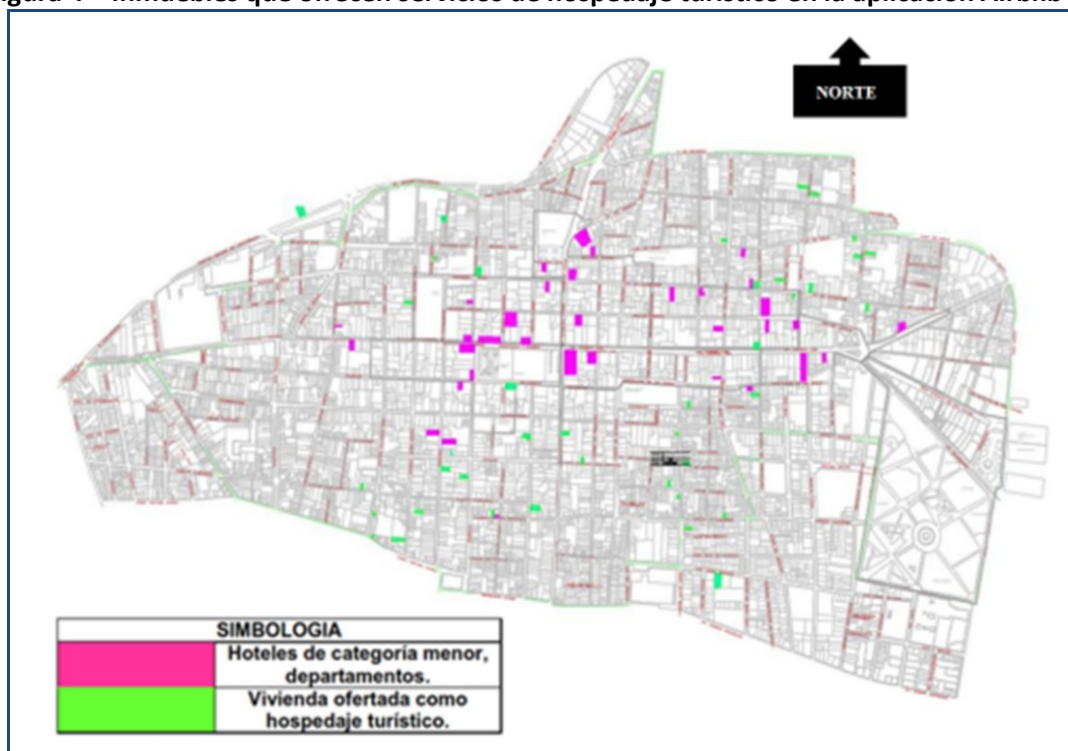
³ Las ciudades mexicanas patrimonio mundial son: Campeche (1999), Centro Histórico de la Ciudad de México y Xochimilco (1987), Guanajuato (1988), Morelia (1991), Oaxaca (1987), Puebla (1987), Querétaro (1996), San Miguel de Allende (2008), Tlacotalpan (1088) y Zacatecas (1993). Fuente: SECTUR-DATATUR (2019).

Tabla 3 –Temas e Indicadores de impacto en la gestión del Centro Historico de Morelia (2019)

Temas e indicadores de impactos (positivos y negativos) en el proceso de manejo, protección y conservación del CHM.	Impacto		Estado		Origen	
						
1. Facilidades para la interpretación y visita al sitio.	x		x	x	x	x
2. Efectos de la infraestructura y movilidad del transporte terrestre.		x	x	x	x	x
3. Servicios de infraestructura pública (aguas, etc.)		x	x		x	
4. Uso social y cultural del patrimonio.	x		x	x	x	x
5. Usos rituales y religiosos asociados al patrimonio.	x		x		x	
6. Valoración del patrimonio por la sociedad local.	x		x	x	x	x
7. Cambios en las formas tradicionales de vida.		x	x	x	x	x
8. Cambios en la población y comunidad local que afectan la identidad y cohesión social.		x	x	x	x	x
9. Impactos por actividades ilegales (comercio informal, prostitución, etc.)		x	x	x	x	
10. Impactos generados por la destrucción deliberada, abandono y falta de acciones de mantenimiento en el patrimonio edificado.		x	x	x	x	
11. Impactos por inseguridad y terrorismo.		x	x	x	x	x
12. Impactos por manifestaciones sociales.		x	x	x	x	x
13. Impactos derivados por riesgos naturales y/o entrópicos (incendios, sismos, vandalismo, etc.)		x		x	x	x
14. Implementación de la unidad de gestión para coordinar procesos administrativos transversales de gestión y conservación del bien.	x	x	x	x	x	
15. Instrumentos de protección: Marco normativo integral, planes de manejo, programas de ordenamiento urbano, planes de gestión turística, reglamento de conservación, etc.		x	x	x	x	x
16. Impactos por la función turística del sitio y actividades de ocio, recreación y puesta en valor del patrimonio.	x	x	x	x	x	x
17. Impactos por fenómenos emergentes vinculados con la función turística del sitio (banalización patrimonial, vivienda turística, especulación urbana, etc.)		x	x	x	x	x
18. Funcionalidad del patrimonio para el uso turístico.	x	x	x	x	x	
19. Integración de la documentación para justificar la zona de transición y solicitar la ampliación de límites de protección del CHM al Centro de Patrimonio Mundial.		x	x		x	x

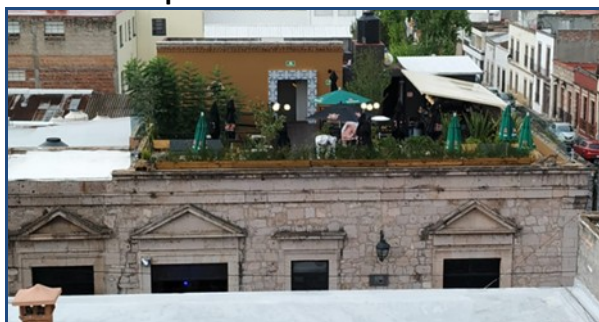
Fuente: Elaboración propia a partir de Hiriart (2016 y 2019).

Figura 4 – Inmuebles que ofrecen servicios de hospedaje turístico en la aplicación *Airbnb*



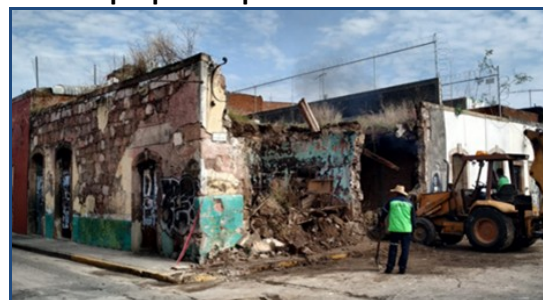
Fuente: Béjar y Hiriart (2018).

Figura 5 – Uso de las azoteas de inmuebles patrimoniales del CHM



Fuente: Fotografía de C. Barrera (2019).

Figura 6 – Pérdida del patrimonio de propiedad privada en el CHM



Fuente: Fotografía de C. Hiriart y C. Barrera (2019).

Figura 7 – Comercio informal en el CHM



Fuente: Imagen tomada de Periodico La Voz de Michocán (2017).

5 Reflexiones preliminares

Apoyados en la interpretación de resultados de la Tabla 3, se realizó y actualizó un diagnóstico general sobre los temas y proceso que impactan en la conservación y gestión turística del CHM. Se registraron 19 temas que se evaluaron y consideraron su impacto (positivo y negativo), para identificar el estado que guarda su atención y respuesta actualmente, para lo cual se utilizó una escala de tres valores simples (no atendido, en proceso y atendido), así como el origen de los fenómenos en relación con el CH (interno o externo). Al sistematizar la información se identifican diversas acciones que, hasta octubre del 2019, no habían sido atendidas. Estas están plenamente identificadas como desafíos regionales en *Plan de Acción 2014-2024 ALC*. Destacan para el CHM:

- implementar talleres para la gestión y mitigación de riesgos antrópicos (inseguridad, incendios, terrorismo, manifestaciones sociales, etc.) y desastre naturales;
- desarrollar indicadores claves -emanados del Plan de Acción 2014-2024 ALC – con objetivos, relevantes y medibles, para identificar de manera ética y preventiva los fenómenos y actividades que inciden en la conservación del CHM;
- actualización de un marco normativo transversal y eficaz: para implementar herramientas de planificación integrales que permitan hacer frente a las crecientes presiones urbanas, y adaptar también el patrimonio para funciones turísticas, de ocio y esparcimiento;
- carencia de instrumentos, incentivos y formas de financiamiento para la conservación y gestión sostenible del patrimonio edificado, en particular los inmuebles de propiedad privada;

- desarrollar estrategias y herramientas para garantizar la integración del turismo sostenible en la conservación y gestión del CHM como patrimonio mundial;
- consolidar la Coordinación del Centro Histórico de Morelia, como una unidad de gestión eficiente que, más allá de acciones fútiles, se constituya en la dependencia líder del ayuntamiento que coordine de forma integral las acciones para la protección de la zona monumental y su gestión urbana. Procurando atender los compromisos establecidos y los rezagos que se identifican actualmente en los Informes Periódicos del Estado de Conservación del CHM como PM.

6 La integración del turismo sostenible en la conservación y gestión del CHM

En el año 2016, la Dirección de Patrimonio Mundial del INAH inició los trabajos para implementar en México el Plan de Acción para el Patrimonio Mundial 2014-2024 en América Latina y el Caribe (*Plan de Acción 2014-2021 ALC*). En el caso de los sitios y ciudades mexicanas en la LPM, esta iniciativa permitió valorar las fortalezas actuales, recapitular sobre los rezagos pendientes y esbozar las estrategias y acciones para atender los objetivos y ejes de actuación prioritaria. Todos ellos fueron señalados en la *Declaración de Budapest sobre patrimonio mundial* (UNESCO, 2008, p. 163) y ratificados en el *Plan de Acción 2014-2024 ALC* (UNESCO, 2014, p. 1). Estos ejes definen una agenda de acción basada en cinco objetivos estratégicos (ver Tabla 4), también denominados como como “Las cinco C” (UNESCO, 2008, p. 8).

Tabla 4 – Las “Cinco C”: Objetivos estratégicos para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial de la UNESCO

No.	OBJETIVOS ESTRATEGICOS
1	Reforzar la <i>Credibilidad</i> de la Lista del Patrimonio Mundial.
2	Asegurar la <i>Conservación eficaz</i> de los bienes del PM.
3	Promover <i>Capacidades Técnicas</i> para la comprensión y aplicación de la Convención
4	Desarrollar la <i>Comunicación</i> para sensibilizar al público e incentivar su participación y apoyo al PM
5	Fortalecer el papel de las <i>Comunidades</i> en la aplicación de la Convención del PM.

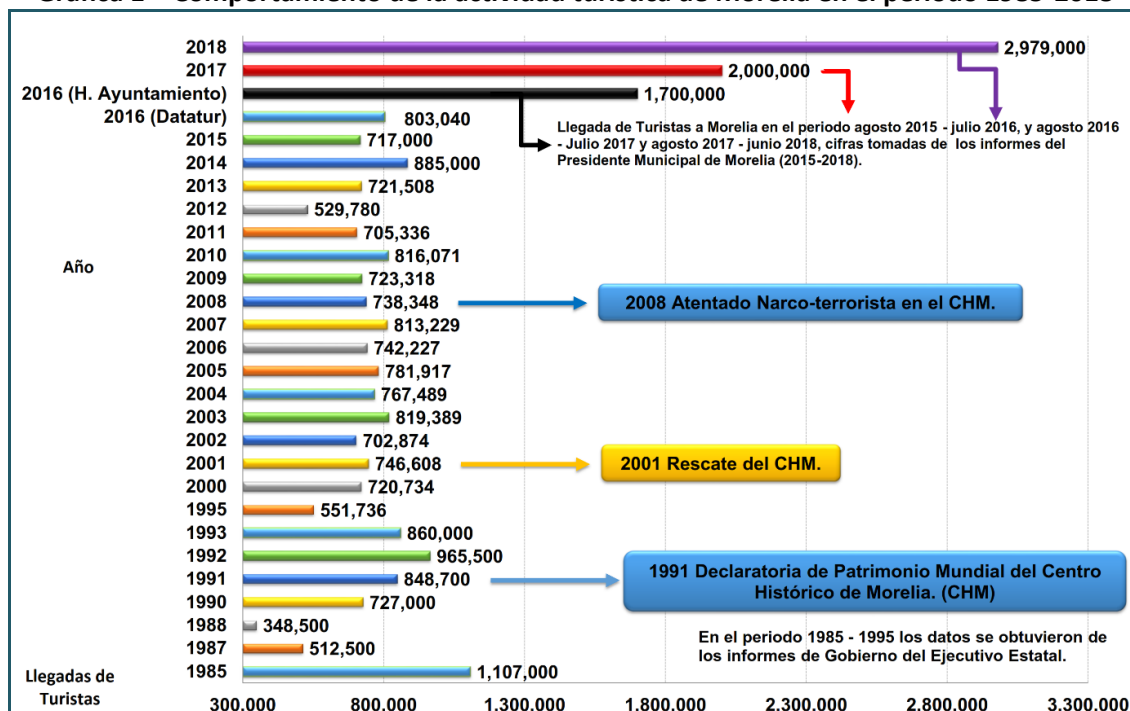
Fuente: Elaboración propia a partir de UNESCO (2008 y 2014).

El “Objetivo 2” se orienta para garantizar la “conservación eficaz de los bienes del PM”. En él, se considera al turismo sostenible “como una de las prioridades regionales de atención”, en virtud de que “es una oportunidad para el desarrollo y conservación del PM”; sin embargo, también se señala enfáticamente que:

[...] el contexto actual revela que el turismo creciente es una de las amenazas importantes para tener en cuenta en la gestión y la conservación de los bienes del Patrimonio Mundial. Un número importante de sitios reporta un crecimiento espectacular de los flujos de visitantes sin tener mecanismos y herramientas de planificación adecuados para hacer frente al aumento de las amenazas derivadas de los servicios de infraestructura y desarrollo para satisfacer las demandas turísticas. El aumento del turismo también ha llevado en algunos casos a la gentrificación y a otros impactos de orden social y, en muchos bienes del Patrimonio Mundial, los beneficios del turismo no han dado lugar a la mejora de las condiciones de vida de la población local o a la creación de medios de subsistencia sostenibles (UNESCO, 2014, p. 3).

A partir de la declaratoria de PM en 1991 y del rescate del CHM, Morelia ha buscado posicionarse como uno de los principales destinos de turismo cultural en México y a nivel internacional. El estatus de PM y recurso turístico se lo ha ganado por ser un relevante patrimonio cultural arquitectónico y religioso asociado a la identidad histórica local, a festivales y eventos de ocio cultural consolidados como referentes nacionales e internacionales, festividades inmateriales, una amplia oferta gastronómica y una sólida infraestructura de servicios turísticos localizados principalmente en la zona patrimonial, Esto ha motivado también amplias expectativas en el sector empresarial, en las autoridades federales, estatales, y principalmente municipales para impulsar campañas de promoción buscando crecer en la llegada de turistas a la ciudad.

Grafica 1 – Comportamiento de la actividad turística de Morelia en el periodo 1985-2018



Fuente: Elaboración propia a partir de datos estadísticos de SECTUR-DATATUR. Informes de Gobierno del Ejecutivo del Estado de Michoacán, datos proporcionados por el Centro Municipal de Información Pública de Morelia y la Secretaria de Turismo de Michoacán. Informes de Gobierno del Presidente Municipal de Morelia Alfonso Martínez (A tiempo.mx, 2016; H. Ayuntamiento de Morelia, 2018).

Los resultados de la actividad turística y del número de visitantes que llegan a la ciudad de Morelia, la información de las obras realizadas, las inversiones económicas y acciones emprendidas para potencial turísticamente a la ciudad se basan preponderantemente en las estadísticas y la información que proporciona el ayuntamiento de Morelia; en ellos, el soporte metodológico no es claro. Tal es el caso del comportamiento de la actividad turística y la llegada de visitantes a Morelia en los últimos tres años.

La estadística de llegadas de turistas a Morelia, según los tres informes de gobierno correspondientes a la gestión de presidencia municipal de Alfonso Martínez (2015-2018), enfatizó un crecimiento del 370% entre 2016 y julio de 2018 (ver Grafica 1). Este crecimiento extraordinario para un destino de turismo cultural en México no señala una metodología específica y rigurosa para la obtención de datos; se basa únicamente en información consignada del periodo mencionado. El alcalde de la ciudad justificó y validó esta información en la Secretaria de Turismo de Morelia (STM) y “a lo reportado por la Asociación de Hoteles de Morelia” (H. AYUNTAMIENTO DE MORELIA 2015-2018, 2018, p. 85). También, se hace énfasis en que la llegada anual de visitantes a la ciudad es producto de las estrategias e inversiones para la promoción

del destino patrimonial y las obras de rehabilitación urbana y peatonalización de los espacios públicos patrimoniales realizada. (ALFARO, 2017, p. 1; REDACCIÓN/QUADRATÍN, 2017; HIRIART; BARRERA, 2018).

Paradójicamente, la “Secretaría de Turismo de Michoacán registró un aumento de afluencia turística de un 3.5% por ciento durante el primer trimestre del 2018, en comparación con el mismo periodo del 2017” (NUESTRA VISIÓN NOTICIAS, 2018, p. 1). Estos datos proyectan un crecimiento promedio anual en 2018 de aproximadamente 18%, datos por debajo de las estadísticas oficiales del municipio; por el incremento del número de visitantes, dejó entrever un crecimiento del 69%, entre julio de 2017 y julio de 2018 (ver Grafica 1).

En la administración municipal 2015-2018, además de esta intensificación en la promoción turística, se buscó competir y posicionar el destino estadísticamente, en el mercado del consumo de las ciudades patrimonio. Pero, al igual que en 2014, los factores negativos fueron revisados en campo y se cartografiaron (ver Figura 8): se observa la permanencia de la gran mayoría de ellos, algunos reaparecen, como el comercio informal en la vía pública; otros se intensifican, como el uso incontrolado de las azoteas para servicios de bares y restaurantes; aparecen fenómenos emergentes, como la vivienda turística de “particular a particular” (Airbnb), que se está desarrollando intensamente (BÉJAR, 2019; HIRART; PADILLA, 2019).

Estos problemas no son exclusivos de Morelia, sino de muchas ciudades mexicanas Patrimonio Mundial (MACHAT; ZIESEMER, 2017, p. 53-58). Es común que en la mayoría de estos enclaves históricos predomine un contexto de gestión turística, en la cual “el patrimonio y el turismo son utilizados en beneficio de una amplia política local, como argumento principal de una operación urbana de transformación de un lugar que siempre tiene implicaciones sociales considerables” (LAZZAROTTI, 2011, p. 149). En el caso de las estrategias y acciones para fomentar desarrollo del turismo cultural, no se debe anteponer la cuestión económica por encima de la conservación y buenas prácticas en la protección y adaptación ética del patrimonio cultural. Es imprescindible llevar a cabo estudios que permitan conocer la situación, requerimientos y expectativas de los visitantes en relación con la operatividad del espacio turístico, patrimonial y de esparcimiento cultural que utilizan. Con base en lo anterior, se genera información para la elaboración de planes y estrategias de manejo holísticas a corto, mediano y largo plazo.

Figura 8 – Fenómenos que afectan la gestión de los enclaves turísticos del CHM



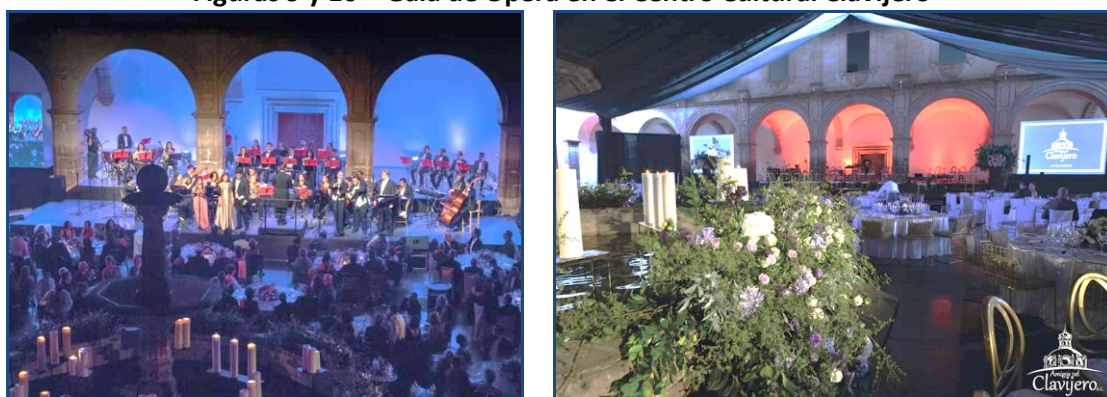
Fuente: Elaboración propia (2019).

Más allá del discurso oficial y de la percepción de que Morelia es un destino turístico bien posicionado y en constante crecimiento, la realidad encontrada en la investigación aplicada para medir la adaptación turística en diversos espacios urbanos y los principales iconos arquitectónicos es otra. Barrera (2017), presentó, como resultados registrados metodológicamente, las carencias en materia de adaptabilidad y gestión que prevalecen. Las deficiencias no solo afectan la visita turística, sino también el uso cotidiano del patrimonio por parte de la población local.

Por otro lado, los esfuerzos institucionales realizados por los tres niveles de gobierno y de la iniciativa privada, han fomentado: la restauración de inmuebles históricos de carácter público y privado; la rehabilitación y uso de espacios públicos que integre a turistas y población local; evitar la degradación o abandono de plazas y jardines; impulsar actividades sostenibles de ocio cultural para locales y visitantes. Como ejemplos de buenas prácticas encontramos la puesta en valor de la Plaza de los Mártires (antes Plaza de Armas); la incorporación de una oferta gastronómica en el Jardín de la Rosas y el de Capuchina. También el esfuerzo de patronatos de la sociedad civil y de empresarios han consolidado y proyectado los Festivales Internacionales de Cine y de Música de Morelia, el compromiso del ICOMOS Michoacán para promover la urgente revisión y actualización de todo el marco jurídico municipal que incide en la normatividad del CHM.

Cabe destacar, cómo la sociedad civil a través del Patronato Amigos del Clavijero, desde enero de 2018, se ha sumado con el gobierno de Michoacán para la difusión de actividades culturales, conservación y puesta en valor del Ex colegio Jesuita que alberga el “Centro Cultural Clavijero” desde 2018. El Patronato trabaja con diversas instituciones y la sociedad civil para promover actividades académicas y educativas; gestionar recurso económico a través de actividades culturales y sociales para la conservación preventiva, y el mantenimiento de usos y actividades que se desarrollan en el monumento histórico (ver Figuras 9 y 10).

Figuras 9 y 10 – Gala de Opera en el Centro Cultural Clavijero



Fuente: Hiriart (2019) y Patronato Amigos del Clavijero (2019).

7 Conclusiones

En las estrategias de promoción y difusión del Centro Histórico de Morelia como PM, la traza urbana y el patrimonio arquitectónico virreinal, fungen como principal recurso de atracción. El esfuerzo que realizó la administración municipal en los últimos años se orientó primordialmente a ofrecer y vender la imagen de la ciudad como estrategia de *marketing* turístico, sin atender las recomendaciones y propuestas de los organismos internacionales para la conservación e integración de patrimonio dentro de una estrategia de manejo integral. Localmente y de manera institucional, se priorizan la oferta y difusión del destino para competir y posicionarla en el mercado del consumo del patrimonio. No obstante, no se considera el dar solución a cuestiones básicas como la accesibilidad universal en el espacio patrimonial y a los iconos turísticos, implementar una señalética adecuada de interpretación cultural de los sitios y difusión del VUE, fortalecimiento y la creación de productos turísticos de calidad, limitar la tercerización y el comercio informal en calles, promover un imagen de seguridad en el destino y, el más importante, incentivar la recuperación de la función habitacional y mejorar la calidad de vida de los residentes del CHM.

Uno de los problemas detectados, y subsistentes hasta finales del 2019, es que las políticas turísticas de Morelia no se desarrollan en coordinación con las instancias del gobierno municipal que son responsables de las estrategias y programas de desarrollo urbano, obra pública y, particularmente, la gestión del centro histórico. Para atender esto, el gran reto de la actual administración municipal (2018-2021) será impulsar acciones estratégicas para promover el mantenimiento preventivo del patrimonio de propiedad privada, la conservación de los espacios públicos; instalar y operar eficientemente una ventanilla única para atender los trámites requeridos en la restauración de los inmuebles; impulsar programas para recuperar inmuebles de vivienda modesta, y la gestión de políticas públicas dinámicas para la conservación y manejo del CHM en relación directa con diversas dependencias del ayuntamiento de Morelia y los habitantes de la zona monumental.

Dar un seguimiento sistémico y ético para solucionar varios de los rezagos pendientes, documentados en los indicadores de gestión presentados en este trabajo, puede mejorar la gestión del Centro Histórico de Morelia. En este proceso el turismo debe verse como oportunidad y apoyo para la protección del patrimonio, buscando superar el simple discurso institucional y los beneficios que pueda traer consigo el marketing turístico que prevalece actualmente, para que contribuya a la calidad de vida de la población local.

Referencias

ARCHER, B.; COOPER, C.; RUHANEN, L. The positive and negative impacts of tourism. En Theobald, W. F. (Ed.), *Global tourism*. Routledge, 2012.

ALFARO, F. Invertirán 16 mdp para sustituir iluminación de la Catedral de Morelia. **Agencia de Noticias Quadratín**, 2017. Publicada: 30/10/2017. Disponible en: <https://www.quadratin.com.mx/principal/invertiran-16-mdp-sustituir-iluminacion-la-catedral-morelia/>

ANTÓN C., S.; GONZÁLEZ R. F. Opciones del turismo para el desarrollo sostenible de los espacios rurales, en M. Balenzuela Rubio (coord.). *Los turismos de interior: El retorno a la tradición viajera*. Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, p. 61-70, 1997.

ATIEMPO.MX. Mensaje íntegro de Alfonso Martínez en su Primer Informe de Gobierno. Morelia, 14 de agosto de 2016, 2016. Disponible en: <https://www.atiempo.mx/morelia/mensaje-integro-de-alfonso-martinez-en-su-primer-informe-de-gobierno/>

BARRERA, C. La Funcionalidad Turística del Patrimonio Cultural de Morelia. *Estrategias de Planificación y Gestión en Turismo Cultural*. **Tesis de Maestría en Arquitectura**, Investigación y Restauración de Sitios y Monumentos. Morelia, México: Facultad de Arquitectura. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2017.

BARRIOS, Y. El Centro Histórico de Morelia a veinte años de su reconocimiento como Patrimonio de la Humanidad. **Tesis de Maestría en Arquitectura**, Investigación y Restauración de Sitios y Monumentos. Morelia, México: Facultad de Arquitectura. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2012.

BÉJAR M., D.; HIRIART, C. Territorialidad del Turismo en el Centro Histórico de Morelia, Ponencia presentada en el XII Congreso Internacional de la AMIT “El turismo frente a los objetivos de desarrollo sustentable”, México, octubre del 2018.

BÉJAR M., D. Desarrollo y territorialidad de la vivienda turística de particular a particular (P2P) en el Centro Histórico de Morelia (2008 y 2019). **Tesis de Maestría en Arquitectura**, Investigación y Restauración de Sitios y Monumentos. Facultad de Arquitectura de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia, 2019.

BLANCHARD, C.; PELLICER L. Turismofobia: la cara menos amable de una industria millonaria. En **El País**. Publicado el 28 de mayo de 2017, 2017. Disponible en: https://elpais.com/economia/2017/05/27/actualidad/1495908161_850351.html.

CABRALES, L. El Centro Histórico de Morelia: gestión social y revaloración del patrimonio. En **Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid**, 22, 341, 2002.

CASTELLS, M. La ciudad prostituida. En: **La Vanguardia**. 22 de julio de 2017, 2017. Barcelona. Disponible en: <http://www.lavanguardia.com/opinion/20170722/424288434434/la-ciudad-prostituida.html>.

COELHO, T. **Diccionario crítico de política cultural: cultura e imaginario**, CONACULTA-ITESO-Secretaría de Cultura Gobierno de Jalisco, México, 2000, 502 p. 2000.

DAVALLON, J. (2014). El juego de la patrimonialización. En Roigé, X. y Frigolé, J. (eds.), *Construyendo el patrimonio cultural y natural*. Valencia, 2014. Disponible en: https://www.researchgate.net/profile/Joan_Frigole/publication/279804514_Construyendo_el_patrimonio_cultural_y_natural_Parques_museos_y_patrimonio_rural/links/559eab3008ae99dba5990ece/Construyendo-el-patrimonio-cultural-y-natural-Parques-museos-y-patrimonio-rural.pdf

DÍAZ-BERRIO F., S. Informe de Trabajo de la Relatoría de la Décima Quinta Sesión del Comité del Patrimonio Mundial de la UNESCO, UNESCO-Comité del Patrimonio Mundial, Cartago, Túnez, diciembre de 1991.

DOF. Decreto por el que se declara una Zona de Monumentos Históricos en la Ciudad de Morelia, Mich., Diario Oficial de la Federación. Publicado el 19 de diciembre de 1990, 1990. Disponible en: <https://sic.cultura.gob.mx/documentos/1811.pdf>.

GONZÁLEZ-VARAS, I. **Patrimonio cultural. Conceptos, debates y problemas**, Madrid: Editorial Cátedra, 2015.

H. AYUNTAMIENTO DE MORELIA 2015-2018. Tercer Informe de Gobierno de Alfonso Martínez Alcázar, Morelia, junio de 2018. Disponible en: http://morelos.morelia.gob.mx/ArchivosTranspMorelia/Art35/InfAnAct/FraccXXVIII/3er_informe_gob_alfonso_martinez_2018.pdf.

HARRISON, D. Pro-poor tourism: A critique. **Third World Quarterly**, 29(5), p. 851-868, 2008.

HIRIART, C.; PADILLA, T. Fenómenos emergentes en las ciudades mexicanas patrimonio mundial: la turistificación y vivienda turística en Morelia y Querétaro. En Goycoolea P., R. (ed.) y Niglio, O. (Scientific Director) **Conflictos turísticos: conceptos, casos, tendencias, Esempi di Architettura**, 6(2), 2019.

HERNANDEZ PEZZI, C. **Turismo: ¿Truco o trato?: Políticas públicas y urbanas para el turismo de masas**. Madrid: Catarata y Fundación Arquia, 2018.

HIRIART, C. La imagen turística del Centro Histórico de Morelia: Promoción y gestiones a partir de su inclusión en la Lista de Patrimonio Mundial (1991-2017). En Alvarado-Sizzo, I. y López, Á. (eds.), *Turismo, patrimonio y representaciones espaciales*, III PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultura, IV. Tenerife: Pasos, 2018a.

HIRIART, C. Estrategias de resiliencia y escenarios adversos para la recuperación turística y gestión del patrimonio del Centro Histórico de Morelia, Michoacán, México (2001-2017). *Intervención* (México DF), 9(17), p. 32-47, 2018b.

HIRIART, C.; BARRERA, C. Marketing Turístico: Influencia en la definición de enclaves turísticos en el centro histórico de Morelia. *Internacional Journal of Scientific Management and Tourism*, 4 (3), España, 2018. Disponible en: <http://www.jthr.es/index.php/journal/article/view/28>.

HIRIART, C. Los informes retrospectivos del Centro Histórico Morelia como Sitio del Patrimonio Mundial: Escenarios de gestión y desafíos para su conservación integral. En Jiménez, M. A. y Bernal, Y. (Editoras), *Morelia, 25 años de ser Patrimonio Mundial*. El Colegio de Michoacán, A. C., H. Ayuntamiento de Morelia, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Secretaría de Cultura de Michoacán, México, p. 103-142, 2016.

HIRIART, C.; MERCADO E. Déclaration Rétrospective de la Valeur Universelle Exceptionnelle (DRVUE): Centre Historique de Morelia. Processus d'inventaire rétrospectif des biens inscrits dans la Liste de Patrimoine Mondial de l'UNESCO. Municipalité de Morelia – IMDUM, 2010.

ICOMOS. **International Cultural Tourism Charter, Managing Tourism at Places of Heritage Significance**. 12th. General Assembly, 1999. Disponible en: https://www.icomos.org/charters/tourism_e.pdf.

ICOMOS. **Principios de La Valeta para la salvaguarda y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas**. ICOMOS-Comité Internacional de Ciudades y Poblaciones Históricas, 2011. Disponible en: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/civvih_principios_de_la_valeta.pdf.

INEGI. Censo de Población y Vivienda 2015, 2015. Disponible en: <http://cuentame.inegi.org.mx/monografias/informacion/mich/poblacion/default.aspx?tema=me&e=16>

LAZZAROTTI, O. **Patrimoine et Tourisme. Histoires, lieux, acteurs, enjeux**. Collection BellinSUP Tourisme, Éditions BELIN, France, 2011.

LA VOZ DE MICHOCÁN. Ambulantes dueños del Centro Histórico de Morelia en Periódico **La Voz de Michocán**, p. 18 A, Morelia: nota publicada el viernes 7 de julio de 2017, 2017.

LÓPEZ-LAMIA, A. Unir el patrimonio cultural y el desarrollo urbano. *El País* (18 de abril de 2018), 2018. Disponible en: https://elpais.com/elpais/2018/04/16/planeta_futuro/1523881874_050183.html.

LÓPEZ M., F.; VIDARGAS, F. (eds.). **Gestión y manejo del patrimonio mundial en México: Problemática, acciones y retos**. Secretaría de Cultura – Dirección de Patrimonio Mundial del INAH, México, 2016.

MACHAT, C.; ZIESEMER, J. **Heritage at Risk World Report 2014-2015 on monuments and sites in danger**. ICOMOS, Hendrik Bäßler-Verlag, Berlin, 2017.

MARTÍNEZ, M.T. Morelia, patrimonio cultural mundial: un logro colectivo. En Morelia 460, **Revista Conmemorativa H. Ayuntamiento de Morelia**, 1, p.11-20, 2011.

MILANO, C. Overtourism, malestar social y turismofobia. Un debate controvertido. En **Pasos**, v. 16, n. 3, 2018. Disponible en: http://www.pasosonline.org/Publicados/16318/PS318_01.pdf.

MIOSSEC, J. M. L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme. **Annales de géographie**, 86 (473): 55-70, 1977.

MERCADO, L., E. Políticas públicas en el Centro Histórico de Morelia: éxito turístico y efectos contradictorios en el patrimonio edificado. *Palapa*, 1, 23-citation_lastpage, 2008.

NAVARRETE, J.; LARRAIN, S. Patrimonio cultural: paradójicamente sostenible. Banco Interamericano de Desarrollo (BID) /División de Vivienda y Desarrollo Urbano/Ciudades sostenibles. Publicado el 25/04/2017, 2017. Disponible en: <https://blogs.iadb.org/ciudades-sostenibles/es/patrimonio-cultural-paradójicamente-sostenible/>.

NUESTRA VISIÓN NOTICIAS. Crece turismo en primer semestre de 2018. Publicado 2018 – 07 – 09. Disponible en: <https://nuestravision.com.mx/index.php/component/videoflow/play/81770-crece-turismo-en-primer-semestre-de-2018>.

OECD. Chapter 9: State of Michoacán, Mexico. OECD, *The Impact of Culture on Tourism*, Paris, p. 129-140, 2009. Disponible en: <https://www.oecd.org/cfe/tourism/theimpactofcultureontourism.htm>.

OECD. Estudio de la Política Turística de México Resumen Ejecutivo, Evaluación y Recomendaciones. Traducción para la edición en Español de la Secretaría de Turismo de México, 2017. Disponible en: https://www1.oecd.org/industry/tourism/MEXICO%20TOURISM%20POLICY%20REVIEW_EXEC%20SUMM%20ASSESSMENT%20AND%20RECOMMENDATIONS_ESP.pdf.

PUIG-CABRERA, M.; FORONDA-ROBLES, C. El Turismo y el alivio de la pobreza: un enfoque desde el prisma de los destinos emergentes en el marco de la Agenda 2030. *Investigaciones Turísticas*, (16), p. 1-22, 2018. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.14198/INTURI2018.16.01>.

JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J.; SALINAS, L. Gentrificación en España y América Latina: Un diálogo crítico. *Revista de Geografía Norte Grande*, (58), p. 7-40, 2014. Disponible en: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022014000200002>.

PULIDO J.; CALLE VAQUERO, M.; VELASCO, M. (coords.). *Turismo Cultural*. Síntesis: Madrid, 2013.

PÉREZ DE CUELLAR, J. (coord.) *Nuestra Diversidad Cultural*. Informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo. España: Ediciones UNESCO – Fundación Santa María, 1997.

RAMOS D. Sobre la construcción del patrimonio cultural y el proceso de patrimonialización. *Mito: Revista Cultural*, 40(16), 2017.

RECIO, D. M. El turismo como alternativa al desarrollo en las áreas deprimidas. En Marchante, J. S. G., & Holgado, M. D. C. P, *La función social del patrimonio histórico: el turismo cultural*, 56, p. 57-65. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla La Mancha, 2002.

REDACCIÓN / NOVENTA GRADOS. Exige Canaco Morelia a Raúl Morón frenar el ambulante en el Centro Histórico en Noventa Grados. Morelia: 10 de octubre de 2018, 2018. Disponible en: <http://www.noventagrados.com.mx/politica/exige-canaco-morelia-a-raul-moron-frenar-el-ambulante-en-el-centro-historico.htm>.

REDACCIÓN / QUADRATÍN. Peatonalización en Morelia, atractivo turístico que lucirá este verano, 2017. Disponible en: <https://www.quadratin.com.mx/municipios/morelia/peatonalizacion-en-morelia-atractivo-turistico-lucira-este-verano/>.

RICHARDS, G.; MUNSTER, W. *Developments and Perspectives in Cultural Tourism Research. Cultural Tourism Research Methods*. UK: CAB International, 2010.

RUIZ, A.; PULIDO, J. El impacto del Turismo en los Sitios Patrimonio de la Humanidad. Una revisión de las publicaciones científicas de la base de datos Scopus/The impact of tourism on the World Heritage Sites. A review of scientific publications Scopus database. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(5), p. 1247-1264, 2015.

RUSSO, A. P. Del patrimonio mundial y la turistización: malentendidos y buenas prácticas. En Simposio Internacional " Soluciones sostenibles para las Ciudades. Patrimonio Mundial": *Actas* (p. 71-92). Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2010.

SECTUR-DATATUR. Ciudades Mexicanas Patrimonio Mundial. Portal del Sistema Nacional de Información Estadística y Geográfica de Turismo – SNIETG, 2019. Disponible en: <http://www.datatur.sectur.gob.mx/SitePages/CiudadesPatrimonio.aspx>.

SPENCELEY, A.; MEYER, D. Tourism and poverty reduction: theory and practice in less economically developed countries. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(3), p. 297-317, 2012. Disponible en: DOI: 10.1080/09669582.2012.668909.

- TURISMO SOSTENIBLE, C. M. **Carta Mundial de Turismo Sostenible**, 2015. Disponible en: <http://www.cartamundialdeturismosostenible2015.com/wp-content/uploads/2016/03/CARTA-MUNDIAL-DE-TURISME-SOSTENIBLE-20.pdf>.
- UNESCO. Actas de la Conferencia General. 13ava Reunión. Resoluciones, Paris, 1964. Disponible en: https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000114581_spa.
- UNESCO. Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural, Conferencia General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 17a reunión, Paris, 1972. Disponible en: <https://www.whc.UNESCO.org/archive/convention-es.pdf>.
- UNESCO. World Heritage and Sustainable Tourism Programme, UNESCO World Heritage Centre, Paris, 2013. Disponible en: <https://www.whc.UNESCO.org/uploads/activities/documents/activity-669-6.pdf>.
- UNESCO. Liste du patrimoine mondial. Région Amérique latine et Caraïbes, 2019. Disponible en: <http://www.whc.UNESCO.org/fr/list/&order=region>.
- UNESCO. Budapest Declaration on World Heritage 2002, en Directrices Prácticas para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial, Comité intergubernamental del Patrimonio Mundial cultural y Natural. Budapest, junio 2002, 2008. Disponible en: <http://www.whc/UNESCO.org/en/budapestdeclaration>.
- UNESCO. Plan de Acción para el Patrimonio Mundial 2014-2024 en América Latina y el Caribe. Comité del Patrimonio Mundial (WHC-14/38.COM/10B), 2014. Disponible en: <http://www.whc.UNESCO.org/es/actividades/846/>.
- UNESCO. Centro del Patrimonio Mundial. 2008. Directrices Prácticas para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial. Disponible en: <http://www.whc.UNESCO.org/archive/opguide08-es.pdf>.
- UNWTO. Tourism Barometer. Statistical Annex, 17(2), 2019. Madrid, World Tourism Organization.
- UNWTO-UNESCO. Declaración de Siem Reap sobre turismo y cultura: Construyendo un nuevo modelo de cooperación. World Tourism Organization-UNESCO, 2015. Disponible en : http://openarchive.icomos.org/1695/2/UNWTO_UNESCO_Siem_Reap_Declaration_Final_14072015_Spanish-1.pdf, 2015. Fecha de consulta, 30 de enero 2016.
- WHC-UNESCO. Action Plan for World Heritage in Latin America 2004 – 2014. World Heritage Committee, seventh extraordinary session, Paris, 6 – 11 december, 2004.

Uma abordagem metodológica para a análise comparativa de comentários de viagens *on-line* de duas cidades património mundial da UNESCO – Coimbra (Portugal) e Salamanca (Espanha)

Filipa Perdigão Ribeiro^{*}

Nuno António^{**}

Marisol B. Correia^{***}

Resumo: Apresenta-se uma proposta metodológica para a análise comparativa de comentários de viagens *on-line* (CVO), ao nível do destino e da língua. Optou-se por uma abordagem exploratória das cidades universitárias e património mundial da UNESCO (Coimbra, Portugal; Salamanca, Espanha), assumindo como ponto de partida que a classificação da UNESCO e as universidades medievais são fatores (1) comparáveis e (2) fundamentais para a atração de turistas. Com base na recolha de 8.638 CVO publicados no TripAdvisor em português, espanhol e inglês (2017-2018) sobre dez locais de cada cidade, propõe-se uma metodologia mista de técnicas de análise quantitativa e qualitativa. Concluiu-se que a reputação UNESCO não parece ser relevante para os visitantes-comentadores; são, contudo, distintos os aspetos realçados, de acordo com a língua. Este estudo permite destacar as vantagens da aplicação de vários métodos de análise num estudo comparativo e demonstrar a riqueza informacional dos CVO como instrumento para (re)posicionar o destino.

Palavras-chave: Análise comparativa. eWOM. Património UNESCO. Processamento de linguagem natural. *Text mining*.

Abstract: This chapter presents a methodological approach for the comparative analysis of online travel reviews (OTR), by destination and by language. As a starting point we assume that the two cities of Salamanca (Spain) and Coimbra (Portugal), both with medieval universities and listed as UNESCO heritage, are comparable as tourist attractions. Based on the collection of 8,638 OTR published on TripAdvisor in Portuguese, Spanish and English (2017-2018) on ten sites in each city, this study applies a mixed-methods framework entailing quantitative and qualitative analysis techniques. Results show that the UNESCO's reputation does not seem to be relevant to visitors-commentators; however, the issues given emphasizes are different according to language. This study highlights the advantages of applying a mixed-method analytical approach to a comparative study and reveals the information value of OTRs as a tool to (re) position the destination.

Keywords: Comparative analysis. eWOM UNESCO heritage. Natural language processing. Text mining.

^{*} ESGHT- Universidade do Algarve & Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo – CiTUR, Portugal; *E-mail:* fperdig@ualg.pt

^{**} NOVA IMS, ISCTE-IUL & ESGHT - Universidade do Algarve; Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo – CiTUR, Portugal; *E-mail:* antonio.nuno@gmail.com

^{***} ESGHT - Universidade do Algarve & Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo – CiTUR & Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar - CinTurs, & CEG-IST, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal; *E-mail:* mcorreia@ualg.pt

1 Introdução

Instituição por onde passaram ilustres figuras da nossa História, sendo também uma das mais antigas universidades do mundo [...] Infelizmente notei muitos atendentes malcriados (seriam eles estudantes?), que parecem estar detestando o trabalho. Na porta da capela de São Miguel, por exemplo, fica um atendente atrás da porta que respondia atravessado a todas as pessoas. Coimbra passou uma péssima impressão em termos de cordialidade, passando a ser um destino totalmente dispensável... (mulher, Universidade de Coimbra, 2.03.2018, Avaliação: 4).¹

O Comentário de Viagem Online (CVO) que abre este capítulo comprova o crescimento e prevalência das plataformas Web 2.0, tais como redes sociais ou aplicações móveis, e encapsula as contradições inerentes a um sistema de avaliação da experiência de visita a um local que inclui uma apreciação quantitativa (avaliação) e uma apreciação textual. No caso deste comentário, verificamos que a avaliação foi de 4 (numa escala de 1 a 5, 4 situa-se no bom / muito bom), mas o texto indica que “Coimbra passou uma péssima impressão em termos de cordialidade”. Consequentemente, os decisores que se centrem nas avaliações quantitativas terão uma visão da realidade diferente da daqueles que tenham acesso à informação textual.

Com base na recolha e exploração de dados disponíveis na rede social TripAdvisor, o objetivo geral deste trabalho é analisar o que os visitantes querem e comentam, de forma a que os responsáveis pela gestão do património possam vir a tomar decisões informadas. Como objetivo específico, apresentamos uma metodologia mista exploratória para a análise comparativa de um *corpus* de CVO (em inglês, *on-line travel reviews* – OTR) publicados pelos visitantes das cidades património da UNESCO – Coimbra, Portugal e Salamanca, Espanha, em 2017 e 2018.

Estudos apontam para os impactos significativos nas empresas, nas organizações e nos *stakeholders* do turismo patrimonial e cultural da prevalência da internet participativa, interativa e dinâmica, centrada no consumidor (TSCHEU; BUHALIS, 2016). Do ponto de vista da procura, estas tecnologias permitem ao turista aceder a mais informação e mais conhecimento e ajudam-no a controlar muitos aspetos da sua viagem (NDOU, 2011; DE ASCANIIS; CANTONI, 2017). Como consequência, as plataformas participativas transformaram de forma radical a forma como o turista percebe e se envolve com o património (EUROPEANA, 2015). Um dos aspetos fundamentais deste envolvimento é o facto de os turistas utilizarem as novas tecnologias para partilhar de forma constante as suas experiências e impressões dos

¹ Todos os Comentários de Viagens Online (CVO) reproduzidos neste capítulo reproduzem *ipsis verbis* o texto original, incluindo gralhas na ortografia.

locais que visitam, competindo desta forma com os materiais promocionais e influenciando fortemente o processo de decisão (DU CROS; MCKERCHER, 2015; HAUSMANN; WEUSTER, 2018).

Na justaposição do turismo cultural e patrimonial e da Web 2.0, há ainda muita investigação teoricamente robusta por desenvolver (HAUSMANN; WEUSTER, 2018). De facto, há uma lacuna informativa entre o que os visitantes desejam e o que vêm a encontrar nos locais. Adicionalmente, da perspetiva da gestão e do marketing é necessário compreender quem são os turistas do Património Mundial da Humanidade da UNESCO, de forma a oferecer experiências positivas e simultaneamente apoiar a conservação dos lugares (ADIE; HALL, 2016). Assim, uma das questões de base na investigação turística sobre espaços históricos urbanos é perceber o que motiva os indivíduos e famílias a visitarem as cidades patrimoniais, a partir dos seus próprios testemunhos ou comentários de viagens *on-line* (CVO), investigação que, até à data, não parece ter sido conduzida, quer em Portugal, quer internacionalmente. Por outro lado, estudos comparativos, que vão para além de contextos locais circunscritos, são essenciais para confrontar e desvendar as semelhanças do que muitas vezes “se julga serem os particularismos histórico-culturais e a singularidade dos patrimónios locais” (FORTUNA; GOMES, 2014, p. 275). Assim, conforme anunciámos acima, o objetivo geral deste estudo é salientar a importância de se conhecer em profundidade quem são os visitantes e o que eles pretendem, para que os gestores do património possam optar pelas melhores decisões, com na recolha e exploração de dados disponíveis na rede social TripAdvisor. De salientar que, em 2009, a UNESCO e o TripAdvisor lançaram uma parceria com o objetivo de mobilizar o apoio dos visitantes para preservar locais naturais e culturais inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO (UNESCO, 2009).

Do ponto de vista das técnicas e dos métodos de pesquisa e de análise, tem havido interesse crescente em abordagens metodológicas mistas, que incentivam a interdisciplinaridade, nos estudos em geral (WALKER; BAXTER, 2019) e na área do Turismo e da Hotelaria (MOLINA; FONT, 2016). Contudo no que respeita à investigação com grandes quantidades de dados textuais coligidos, a partir das redes sociais e de outras formas de mediatização computadorizada, parece haver um efetivo domínio dos métodos quantitativos, o que implica menor riqueza informativa e a compreensão menos holística do fenómeno em análise (MASON, 2006). Deste modo, o objetivo específico deste capítulo é apresentar uma metodologia mista exploratória para a análise comparativa de um *corpus* de CVO, publicados pelos visitantes das cidades património da UNESCO – Coimbra, Portugal e Salamanca, Espanha, em 2017 e 2018, com recurso aos métodos de *text mining*, processamento de linguagem natural e

análise de sentimentos, que permitem a abordagem quantitativa e qualitativa dos textos.

O estudo foi orientado por três perguntas de investigação principais e três perguntas secundárias:

P1 – Que instrumentos e técnicas de investigação são apropriadas para explorar CVO de sítios urbanos classificados como património mundial UNESCO?

P2 – Será a classificação património UNESCO ou património da humanidade um fator de atração?

P3 – Quais são as perceções dos visitantes?

P3.1 Que tipo de apreciação fazem?

P3.2 O que leva as pessoas a visitar Coimbra e Salamanca?

P3.3 Os visitantes comparam as duas cidades?

As duas cidades apresentam características comuns – ambas são cidades universitárias desde a fundação dos Estudos Gerais nas duas cidades no século XIII, são centros políticos e religiosos fundamentais na história dos respetivos países, sendo que a sua atratividade turística depende fundamentalmente destes fatores (GOMES, 2012) e estão classificadas como cidades património da UNESCO: Salamanca desde 1998 e Coimbra desde 2013.

As cidades históricas e monumentais tornaram-se uma das principais atrações turísticas a partir dos anos 1980. Tanto pela importância da cultura visual, como pelo fator histórico, a sua arquitetura histórico-monumental converteu-se num elemento da identidade local e, também, no recurso que mais interesse suscita nos turistas (GOMES, 2012) e que pode ainda instigar a competição entre destinos, locais e cidades (PEIXOTO, 2001). Dada a posição geográfica de Salamanca e de Coimbra, que distam apenas 304 km (uma viagem de carro de pouco mais de três horas), e das características acima referidas, as cidades podem ser consideradas concorrentes diretas em termos de destino, uma vez que apresentam semelhanças entre os respetivos perfis e posições no mercado turístico internacional (GOMES, 2012). Assim, justifica-se a escolha destas duas cidades para desenvolver uma análise comparativa, tanto mais que alguns estudos apontam para fluxos turísticos entre as duas cidades (GOMES, 2012). Por outro lado, viagens a destinos múltiplos na Europa, embora não sendo um fenómeno novo – a *Grand tour* e o Inter-rail são exemplos deste conceito de viagem – são cada vez mais frequentes e acessíveis a segmentos significativos da população, não só europeia, mas também da Ásia e da América. Outras alterações no padrão de viagens incluem um maior índice de viagens individuais ou planeadas de forma independente – por oposição a grupos –, a imersão numa região específica e o

crescimento de viagens temáticas (LARSSON; REIBRING, 2018). Estas tendências são particularmente facilitadas pelas ferramentas de planeamento de viagem *on-line* e naturalmente pelos CVO.

Os CVO são indubitavelmente cruciais na tomada de decisão para a escolha de visita a um destino. Os consumidores, mais do que nunca, apoiam-se em estratégias de escolha através da internet e para o consumo turístico este meio é absolutamente essencial nas decisões de compra, de escolha dos destinos e de escolha do que visitar no próprio destino (DE ASCANIIS; CANTONI, 2017). Com efeito, estudos recentes da área do *marketing* têm-se dedicado a explorar a influência dos CVO nos futuros viajantes ou turistas, na perspetiva dos que viajarão e de que forma interpretam e assimilam esses comentários (SÁNCHEZ-JIMÉNEZ; CORREIA; MATOS, 2018). Menos frequentes são os estudos focados nos comentários em si. Na perspetiva do produto turístico e da mensuração, a maior parte das análises tem-se centrado nos CVO relativos a hotéis, publicados no Booking.com ou no TripAdvisor, mas não há muitos estudos dedicados aos comentários sobre os locais visitados.

Este capítulo segue a seguinte estrutura: a próxima secção é dedicada ao enquadramento do património listado da UNESCO e às duas cidades em análise. Em seguida, apresenta-se uma revisão breve sobre a Web 2.0, o eWOM (*Electronic Word of Mouth*), a rede social TripAdvisor e a sua importância para os turistas e viajantes contemporâneos. Na terceira secção apresenta-se a metodologia e os vários métodos propostos são ilustrados com alguns resultados. Por fim, apresentam-se as secções da discussão dos resultados e das conclusões.

2 Classificação de património mundial da humanidade UNESCO, Coimbra e Salamanca – Património UNESCO

O património urbano é o tipo de património mais frequente na Lista do Património Mundial, representando mais de 53% dos locais culturais inscritos somando 428 propriedades. Entre estas, 241 estão listadas como cidades históricas e 187 aparecem como propriedades em contexto urbano (UNESCO, 2016). Um dos objetivos da UNESCO é implementar experiências de visita únicas e simultaneamente criar benefícios sociais e económicos para os próprios lugares (UNESCO, 2016).

Vários estudos mostram que o património listado provoca aumento de fluxo turístico e, muitas vezes, mais apoio por parte dos governos nacionais e locais, para preservação e/ou manutenção (VANBLARCOM; KAYAHAN, 2011), embora estes apoios possam variar de acordo com os diferentes contextos nacionais. Contudo, há também outros impactos, tais como alterações no acesso aos locais ou utilizações distintas dos

espaços. Assim, torna-se necessária a avaliação sistemática dos impactos da patrimonialização UNESCO para gerir os locais, nomeadamente a construção de indicadores apropriados, uma vez que as candidaturas a Património Mundial da UNESCO, especialmente a partir dos anos 1990, tinham como objetivo principal o aumento de visitantes e de receitas do turismo (VANBLARCOM; KAYAHAN, 2011). Contudo, os estudos que medem quantitativamente os impactos económicos parecem ser inconclusivos (VANBLARCOM; KAYAHAN, 2011; KAYAHAN; VANBLARCOM, 2012). Em contraste, outros estudos salientam o papel limitado da classificação da UNESCO e defendem que o impacto de se ser membro da lista do património mundial depende de outros aspetos contextuais. Por exemplo, Prud'homme (2008) concluiu que há uma perceção exagerada dos impactos para o desenvolvimento local. Resultados do relatório da Research Consulting Ltd. & Trends Business Research Ltd. (2009) comprovam as conclusões de Prud'homme e indicam que 70% a 80% dos lugares parecem estar a fazer pouco ou nada com a designação para obterem impactos económicos significativos. Em Coimbra, notaram-se impactos imediatos no aumento das visitas à Universidade de Coimbra, mas os empresários locais não são unânimes nos benefícios auferidos (SOLDADO, 2015).

Entre os vários benefícios importantes que acompanham a classificação, destacam-se o prestígio associado à classificação, o apoio em termos financeiros e o acesso a conhecimento especializado para a preservação e conservação. Adicionalmente, o prestígio funciona como catalisador para aumentar a preocupação com a preservação do património por parte dos governos e dos cidadãos (UNESCO, 2000). O valor da marca Património Mundial da UNESCO parece ser relevante em certos países e comunidades. Em países como Portugal, por exemplo, os processos de candidatura e de posterior classificação são acompanhados de perto pelos media nacionais e revestem-se de importância significativa para a valorização da identidade cultural e nacional.

2.1 Coimbra e Salamanca

Coimbra, situada nas margens do rio Mondego e localizada na Região Centro de Portugal, tem cerca de 134.156 habitantes (PORDATA, 2018a). Números de 2017 indicam 430.076 de dormidas (PORDATA, 2018b). Os visitantes-tipo de Coimbra são maioritariamente de origem portuguesa (53,8%), seguidos de residentes em Espanha (13,6%) e em Itália (6,2%) (FORTUNA; GOMES, 2014). Em 2017, a universidade registou mais de 500.000 visitantes, dos quais 20% franceses, 10% brasileiros, seguidos dos espanhóis, italianos e portugueses (NOTÍCIAS DE COIMBRA, 2018, 4 janeiro).

Salamanca é uma cidade média, do interior peninsular e conta com 144.949 habitantes (INE, 2017a). A partir da sua integração em 1988 na lista de Património Mundial da UNESCO e da sua posterior designação como Cidade Europeia da Cultura (2002), cresceram as iniciativas para o desenvolvimento do turismo, com base no potencial turístico que se apoia no valor singular do urbanismo, da arquitetura, da história e da cultura, de heranças romana, medieval, renascentista e barroca, e do qual sobressaem a catedral, a Plaza Mayor e a Universidade (BERZOSA-PAREJA, 2018). Em 2017 as dormidas cifraram-se nos 1.103.176 (INE, 2017b).

2.2 Web 2.0 e Electronic Word of Mouth (eWOM)

A Web 2.0, assim “batizada” em 2004, refere-se à transição que ocorreu entre as páginas estáticas em HTML que surgiram com a Web 1.0, para as páginas web dinâmicas e interativas. A Web 2.0, também apelidada de Social Web ou Social Era, consiste numa internet participativa, interativa e dinâmica, centrada no consumidor, cujos conteúdos são gerados pelos utilizadores (CGU), ou seja, os utilizadores da informação são também os consumidores (O’REILLY, 2007). A participação dos consumidores, no papel de *prosumers*, isto é, como consumidores e produtores de informação ativos, está a resultar em CGU e que permitem explorar novas dimensões da comunicação. De realçar que os CGU são considerados mais confiáveis do que as fontes oficiais, porque são considerados genuínos e não voltados para os negócios (DE ASCANIIS; CANTONI, 2017).

Os comentários de viagens online ou CVO são uma forma de CGU que refletem as avaliações e os comentários sobre a experiência do próprio visitante, bem como sobre o destino propriamente dito. O CGU pode igualar o eWOM (*Electronic Word of Mouth*) e são cruciais na formação da imagem e na reputação dos destinos (DE ASCANIIS; CANTONI, 2017). Quando um destino excede as expectativas dos visitantes, é provável que estes se sintam motivados a partilhar a sua experiência positiva com outras pessoas. Por outro lado, os visitantes desapontados podem usar o eWOM negativo para espalhar as suas emoções negativas.

A influência interpessoal e a eWOM são classificadas como as fontes de informação mais relevantes quando o consumidor se encontra no processo de decisão para efetuar uma compra. Essa influência pode ser especialmente importante no setor do turismo e da hotelaria, já que os seus produtos intangíveis são difíceis de avaliar antes do seu consumo (DIAS; RIBEIRO; CORREIA, 2013). As plataformas colaborativas e interativas, *i.e.* plataformas 2.0, oferecem um meio acessível – onde as pessoas podem expressar as suas opiniões e propostas sobre qualquer assunto e onde podem tornar-se cocriadores – gerando um espaço de cocriação entre entidades e públicos

(IGLESIAS-SÁNCHEZ; CORREIA; JAMBRINO-MALDONADO, 2019). O marketing viral é especialmente persuasivo no setor turístico e hoteleiro, uma vez que os utilizadores das plataformas 2.0 estão mais dispostos a aceitar e a confiar nas informações de pessoas que são semelhantes a elas. Assim, o marketing viral permite aos CVO atingir um público mais amplo (SÁNCHEZ-JIMÉNEZ; CORREIA; MATOS, 2018).

Atualmente, a utilização generalizada das plataformas 2.0 está a provocar alterações radicais na promoção dos destinos turísticos, através da estratégia clara de incorporação de CGU. Consequentemente, os CVO representam uma fonte de informação muito valiosa para as agências de viagens e para os *Destination Management Organizations* (ou Organizações de Gestão dos Destinos). Através da análise dos comentários e avaliações dos visitantes, as Organizações de Gestão dos Destinos estão a ajustar-se, diferenciando a promoção dos destinos turísticos e adaptando-se aos atuais desafios colocados por este novo paradigma de interação e comunicação (ROQUE; FERNANDES; RAPOSO, 2012).

Com a Web 2.0 os turistas ou visitantes apresentam CVO cada vez mais documentados, verificando-se um processo *on-line* de *story-telling* que parece ajudá-los a melhorar as suas experiências. A título ilustrativo podemos referir os estudos desenvolvidos por Rahmani, Gnoth e Mather (2018) que utilizam a Linguística de Corpus (na área das TIC a designação utilizada para esta técnica está relacionada com o Processamento de Linguagem Natural e o *Text Mining*, ver abaixo) para extrair os significados “ocultos” nos CVO e identificar as suas características, aspetos explorados abaixo.

O TripAdvisor, apresentado em 2000 e sendo uma das plataformas 2.0 mais utilizadas atualmente, opera como guia de viagens *on-line* e oferece avaliações e comentários gerados pelos utilizadores sobre conteúdos relacionados com viagens. Em 2018, gerou aproximadamente 730 milhões de avaliações e opiniões de utilizadores, cobrindo mais de oito milhões de anúncios de restaurantes, hotéis, aluguer de férias e atrações; tem 490 milhões de visitantes únicos e envia aproximadamente 80 milhões de *e-mails* por semana (TRIPADVISOR, 2018a). Esta plataforma permite realizar pesquisas por hotéis, atividades, restaurantes, voos, cruzeiros, automóveis para alugar, entre outras categorias, sendo que as avaliações apresentam duas componentes, uma quantitativa (de 1 a 5) e ainda os comentários escritos pelos utilizadores. Neste estudo analisamos a categoria *atividades*, sendo dez relativas a Coimbra e dez a Salamanca. Na secção da metodologia, listamos os vários tipos de dados disponíveis na plataforma por utilizador.

O TripAdvisor, de entre os critérios para os avaliadores, menciona que as avaliações devem oferecer conselhos confiáveis de viajantes reais (TRIPADVISOR,

2019). Isto significa que os conteúdos criados pelos utilizadores devem ser experiências em “primeira mão” e dar uma contribuição substancial para a questão discutida.

3 Metodologia

3.1 Abordagem de métodos mistos

O recurso à pluralidade de métodos de diferentes áreas disciplinares (TIC, Turismo e Linguística) adapta-se bem a temas de investigação das ciências sociais que são subjetivos, complexos e multidimensionais, e que se encontram na fase exploratória inicial, como é o caso do presente estudo. Esta abordagem permite uma compreensão mais completa do fenómeno em análise, evidenciado várias perspetivas de análise e permitindo aceder à riqueza textual dos CVO de forma a retirar resultados diferentes, mas complementares (OLSEN, 2004). A complementaridade dos métodos utilizados também oferece um impacto mais prático e confirma a fiabilidade dos resultados (MOLINA; FONT, 2016). Embora haja diferentes definições de investigação com base em métodos mistos, todas concordam que esta abordagem implica a combinação de pelo menos um método quantitativo (cujo objetivo é recolher números) e um qualitativo (cujo objetivo é coligir, por exemplo, palavras) num único estudo (MOLINA; FONT, 2016). Nas secções seguintes apresentamos as várias técnicas aplicadas que têm como pressuposto o enfoque em estratégias para coligir e analisar dados quantitativos e qualitativos e os respetivos resultados.

3.2 Extração e descrição dos dados

Em função do objetivo do estudo e de modo a estabelecer comparações, decidimos selecionar para Coimbra e para Salamanca, respetivamente, os dez locais mais recomendados aos turistas por *sites* de informação turística ou por jornais digitais com secções dedicadas ao turismo.² Para efeitos de descrição e análise dos dados, utilizam-se os termos *visitante*, *turista* ou *utilizador* de forma indiferenciada.

O conjunto de dados analisados foi extraído do TripAdvisor em abril de 2019, através de um *web robot*, ou simplesmente *bot*, uma aplicação que executa tarefas de forma automática (DUNHAM; MELNICK, 2009). Com este *bot*, construído especificamente para o efeito na linguagem de programação C#, foram extraídos 8.638 CVO, relativos aos comentários publicados em 2017 e 2018. A frequência e distribuição

² Entre os vários portais consultados, apresentamos a título ilustrativo Duncan, F. (2012, 17 maio). “Salamanca, Spain: A Cultural guide”, *The Telegraph*. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/travel/destinations/europe/spain/castile-and-leon/articles/Salamanca-Spain-a-cultural-city-guide/> e *Go to Portugal*, <https://gotoportugal.eu/pt/sitios-a-visitar-coimbra/>.

dos CVO extraídos por cidade e idioma pode ser vista na Tabela 1, já a frequência de cada um dos dez locais por cidade e por idioma pode ser observado na Figura 4.

Tabela 1 – Frequência e distribuição de CVO por cidade e idioma

		Inglês	Espanhol	Português	TOTAL
Coimbra	Frequência	884	465	1.643	2.992
	Distribuição (em relação ao total)	10,2%	5,3%	19,0%	34,6%
	Distribuição (em relação à cidade)	29,6%	15,5%	54,9%	100,0%
Salamanca	Frequência	1.162	3.897	587	5.646
	Distribuição (em relação ao total)	13,5%	45,1%	6,8%	65,4%
	Distribuição (em relação à cidade)	20,6%	69,0%	10,4%	100,0%
TOTAL	Frequência	2.046	4.362	2.230	8.638
	Distribuição (em relação ao total)	23,7%	50,5%	25,8%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

O conjunto de dados extraído e colocado num ficheiro em formato Excel é composto pelos seguintes campos:

- *City*: nome da cidade (Coimbra ou Salamanca);
- *FullText*: classificação qualitativa atribuída pelo utilizador ao local;
- *GlobalRating*: classificação quantitativa que cada local tem no TripAdvisor à data da extração. A classificação vai de 1 a 5, representado um 3 um valor médio e 5 um excelente (TRIPADVISOR, 2018b);
- *Language*: idioma em que foi escrito o comentário;
- *Location*: local de residência do utilizador (registo no TripAdvisor);
- *Name*: nome do utilizador. Para poder publicar conteúdos e comentários os utilizadores têm que criar um perfil no TripAdvisor. A este perfil deve ficar associado um nome/pseudónimo;
- *PublishDate*: data em que foi publicado o comentário;
- *ReviewRating*: classificação quantitativa atribuída pelo utilizador ao local;
- *SiteDesignation*: nome do local.

3.3 Análise dos dados

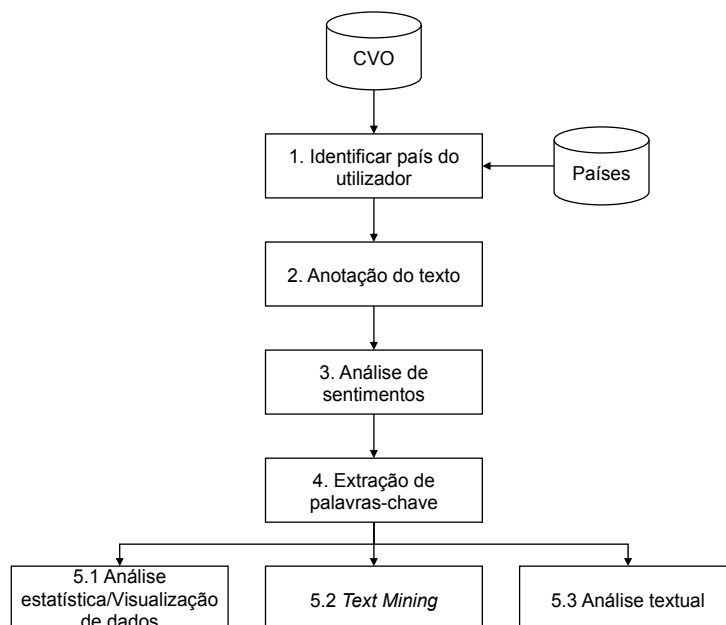
Apesar dos CVO terem duas componentes de avaliação, uma quantitativa e uma outra qualitativa (o texto escrito pelo utilizador) (EUROPEAN COMMISSION, 2014), a maioria da literatura sobre CVO incide apenas sobre a componente quantitativa. Mas, a verdade é que a componente qualitativa tem o potencial de fornecer uma visão mais rica dos CVO (DUAN; YU; CAO; LEVY, 2016). Por esse motivo, para se analisar os dados das duas componentes, decidiu-se recorrer a um conjunto diverso de métodos, oriundos de diversas áreas como o *Data Mining*, o Processamento de Linguagem

Natural, o *Text Mining* e a Análise Textual. Esta última técnica de análise é subsidiária das restantes e apoiou a interpretação dos dados.

Através da manipulação de bases de dados, aprendizagem automática, estatística e visualização de dados, entre outros métodos das ciências e tecnologias de informação, o *Data Mining* permite encontrar padrões em dados estruturados e extrair informação, transformando essa informação em conhecimento (ADEDYOIN-OLWE; GABER; STAHL, 2013; LIAO; CHU; HSIAO, 2012). Por sua vez, outros métodos como o Processamento de Linguagem Natural, o *Text Mining* e a Análise Textual permitem extrair informação e conhecimento de dados não estruturados, como é o caso da componente qualitativa dos CVO. Enquanto o *Text Mining* compreende um conjunto de técnicas que permitem caracterizar e transformar o texto, utilizando para isso as próprias palavras como unidade de análise (por exemplo, frequências, distribuição ou presença/ausência de palavras específicas), os algoritmos de Processamento de Linguagem Natural utilizam processamento sintático e/ou semântico, tendo como base regras ou métodos estatísticos para analisar, segmentar e extrair informação (FELDMAN; SANGER, 2007; MANNING; MANNING, 1999; NADKARNI; OHNO-MACHADO; CHAPMAN, 2011).

A análise dos dados englobou a realização de um conjunto de procedimentos sequencial, de modo a permitir a extração de informação. Este processo, representado na Figura 1, envolveu a aplicação de diversos métodos utilizando a aplicação R (R CORE TEAM, 2016).

Figura 1 – Diagrama do processamento e de análise de dados



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro procedimento realizado foi a criação de um campo com o país de residência do utilizador que publicou cada comentário (procedimento 1 na Figura 1, Apesar de o conjunto de dados de comentários possuir o campo *Location*, este é um campo de texto livre, pelo que nem todos os utilizadores o preenchem com a designação do seu país de residência. Alguns utilizadores apenas preenchem o nome da cidade, outros complementam o nome da cidade com o nome do estado (comum em utilizadores oriundos dos Estados Unidos da América e do Canadá). Para além disso, mesmo em utilizadores que indicam o país de residência, em função do idioma utilizado para escrever o comentário, o país pode aparecer com três formas (exemplo: Espanha, España ou Spain). Assim sendo, para identificar o país de residência, o primeiro procedimento envolveu a aplicação de técnicas de Processamento de Linguagem Natural, para dividir o texto do campo *Location* em palavras. Depois, utilizando-se um outro conjunto de dados com a lista ISO-3166 (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2017) com designações de países em Português, Espanhol e Inglês, identificou-se qual o país do utilizador. Essa identificação foi feita em primeiro lugar com base na designação do país e quando tal não foi possível, por comparação contra uma lista de cidades e estados criada manualmente. Tal permitiu identificar o país em 5.675 comentários (aproximadamente 69% do total).

O procedimento seguinte (procedimento 2 na Figura 1) envolveu um conjunto de tarefas de anotação do texto como contagem de frequência de palavras, cálculo de coocorrências, entre outras, de modo a facilitar a exploração da componente

qualitativa dos comentários. Com a aplicação do pacote R “udpipe” (WIJFFELS, 2018) foi possível efetuar quatro tarefas comuns em Processamento de Linguagem Natural (MANNING; MANNING, 1999): (1) “tokenização” (dividir o texto em unidades – palavras e pontuação); (2) marcação de “partes da fala” (*part of speech tagging* – identificar a forma gramatical das palavras baseada na definição da palavra e no contexto); (3) “Lematização” – redução da palavra ao seu lema (ou seja, a forma canônica ou a forma tendencialmente mais comum da palavra); (4) Análise de dependência – análise da estrutura gramatical das frases, identificando as palavras “principais” e as relações das outras palavras com as palavras “principais”.

O terceiro procedimento (número 3 na Figura 1), envolveu a aplicação de análise de sentimentos aos textos. A análise de sentimentos (ou análise de opinião como por vezes também é chamada), é o estudo computacional das opiniões sobre entidades, indivíduos, eventos, tópicos e seus atributos; permite a quantificação de opiniões, de acordo com a sua polaridade (positiva, negativa ou neutra) (LIU; ZHANG, 2012). Este conhecimento da opinião dos utilizadores sobre a utilização de hotéis, restaurantes e atrações turísticas é considerado essencial para a criação de estratégias de serviço ao cliente e daí a sua cada vez maior utilização em turismo (GE; VAZQUEZ; GRETZEL, 2018). A análise de sentimento foi efetuada com o pacote de extensão do R, “Sentiment Analysis” (FEURRIEGEL; PROELLOCHS, 2018). Para os comentários em inglês foi utilizado o dicionário base do pacote, para espanhol o dicionário ElhPolar (SARALEGI; SAN VINCENTE, 2013) e, para português, o dicionário SentiLex-PT 02 (SILVA; CARVALHO; SARMENTO, 2012). A análise de sentimentos foi realizada por frases (tirando proveito da anotação de texto do procedimento anterior), aplicando-se o método “ruleSentimentPolarity”, o qual atribui a cada comentário um valor entre -1 e 1, sendo -1, muito negativo e 1, muito positivo. A pontuação de cada comentário foi calculada com base na média dos valores das frases que o compunham.

O quarto procedimento (número 4 na Figura 1) envolveu a aplicação de uma outra técnica de Processamento de Linguagem Natural que é a extração de palavras-chave – sequência de uma ou mais palavras que fornecem uma representação compacta do conteúdo de um documento (ROSE; ENGEL; CRAMER; COWLEY, 2010). Para extração das palavras-chave foi utilizada a implementação do algoritmo RAKE (ROSE *et al.*, 2010) existente no pacote R “udpipe” (WIJFFELS, 2018). De modo simplificado, pode-se dizer que este algoritmo seleciona as palavras-chave a partir de três passos: (1) seleção de palavras não delimitadas por “stopwords” (palavras sem carga semântica que não acrescentam significado); (2) construção de uma matriz de coocorrência de palavras; (3) cálculo de uma pontuação, de acordo com a coocorrência.

Após estes quatro procedimentos, procedeu-se à análise propriamente dita, recorrendo-se então à estatística, visualização de dados, *text mining* e análise textual. Os resultados desta análise são apresentados na secção seguinte.

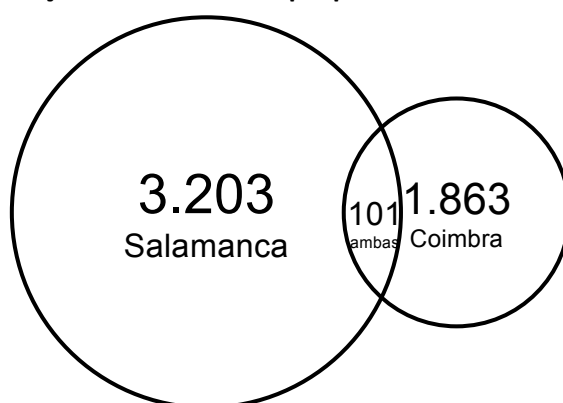
4 Resultados

4.1 Data Mining

Os 8.638 comentários foram escritos por 4.695 utilizadores, o que dá uma média de 1,7 comentários por utilizador, ou seja, houve utilizadores que publicaram mais do que um comentário. Efetivamente, apesar da mediana ser de um comentário por utilizador, o 3.º quartil é de dois comentários por utilizador, sendo que onze utilizadores publicaram dez ou mais comentários cada um. Houve mesmo um utilizador que publicou catorze comentários no período analisado, para os locais analisados. Este utilizador, residente em Espanha, registado como sendo alguém com entre 50 e 64 anos e que tinha visitado até ao momento 100 cidades, escreveu sempre em Espanhol, e tinha, à data da extração dos dados, um total de 471 comentários publicados no TripAdvisor. Dos catorze comentários que publicou sobre estas duas cidades, no período de extração, três comentários foram publicados sobre locais de Salamanca a 2/3/2018, um outro, também sobre Salamanca, foi publicado no dia 8 do mesmo mês. Depois, publicou um outro comentário sobre um local de Salamanca a 27/7/2018. Por fim, publicou nove comentários sobre locais de Coimbra nos dias 20 e 21/8/2018.

A análise dos dados por utilizador e cidade, como ilustrado na Figura 2, mostrou ainda que 101 utilizadores publicaram comentários sobre as duas cidades.

Figura 2 – Distribuição de utilizadores que publicaram comentários por cidade

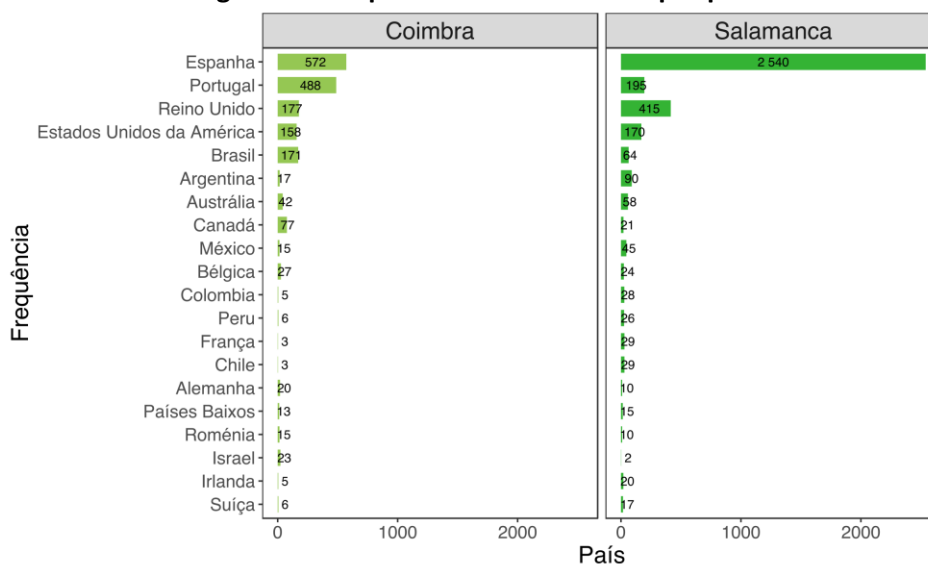


Fonte: Elaboração própria.

Tendo em conta o país de residência dos utilizadores (quando se conseguiu identificá-lo – como indicado anteriormente), é possível constatar, conforme ilustrado

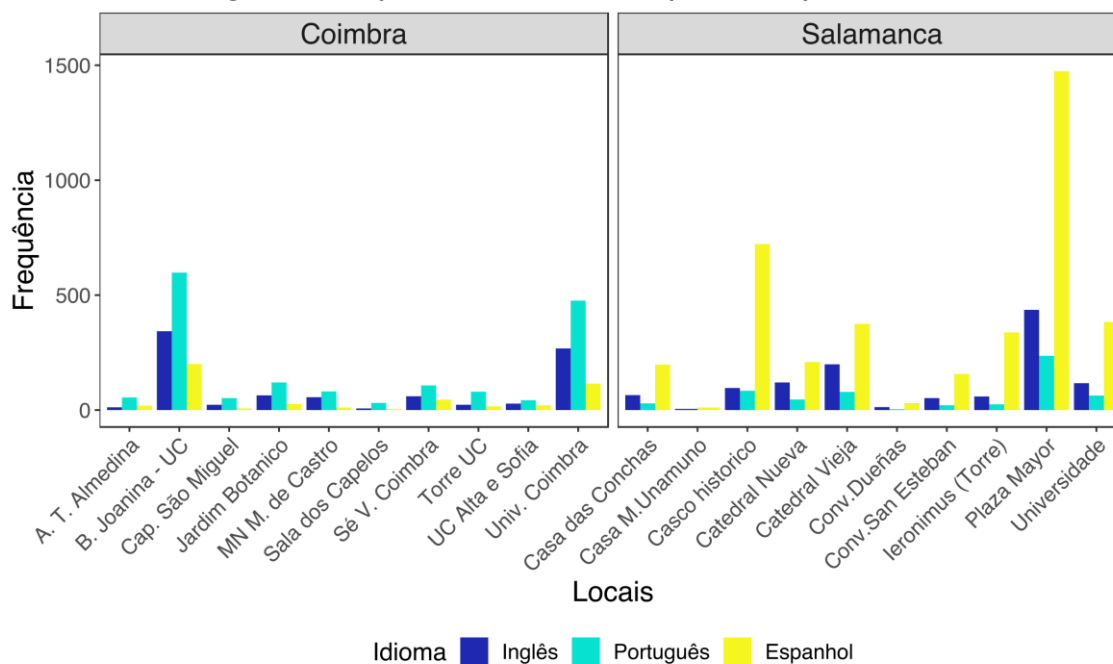
na Figura 3 (esta figura exhibe todos os países que possuíam mais do que 20 comentários), que, como expectável, a maioria dos comentários é feita por utilizadores de Portugal e de Espanha. No entanto, também pela Figura 3, é possível verificar que existe uma distribuição distinta nas duas cidades. Enquanto que em Coimbra o número de comentários de estrangeiros é superior ao número dos comentários dos portugueses, sendo até que há mais comentários de utilizadores com residência em Espanha do que de utilizadores com residência em Portugal, para Salamanca os comentários de utilizadores com residência em Espanha são claramente superiores aos comentários dos utilizadores com residência noutros países. A Tabela 1 e a Figura 4, mostram que o número de comentários em espanhol (4.362) é praticamente o dobro do número de comentários em inglês e em português, respetivamente 2.046 e 2.230. Por sua vez, como apresentado na Tabela 2, existe também uma amplitude elevada na frequência de comentários por local. Destaca-se o caso de Salamanca, onde há um local apenas com dezasseis comentários, mas o mais visitado tem 2.146. Em Coimbra, apenas dois locais, a Biblioteca Joanina e a Universidade, têm mais comentários do que a média da cidade de todos os locais (299,2), respetivamente, 1.141 e 859. Em Salamanca, também só três locais têm mais comentários do que a média da cidade (564,6); são eles: a Plaza Mayor (2.146), o Casco Histórico (902) e a Catedral Vieja (653).

Figura 3 – Frequência de comentários por país



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 – Frequência de comentários por local e por idioma



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Estatísticas de frequência de comentários por local

	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	Média	3.º Quartil	Máximo
Coimbra	43,0	87,5	133,5	299,2	211,5	1.141,0
Salamanca	16,0	245,5	398,5	564,6	630,5	2.146,0

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Processamento de linguagem natural e *text mining*

A aplicação de métodos de Processamento de Linguagem Natural e de *Text Mining*, na componente qualitativa dos comentários, permitiu também conhecer alguns resultados bastante interessantes. Por exemplo, a contagem de frequências revelou que, nos 2.992 comentários escritos sobre atrações de Coimbra, a palavra “Salamanca” foi mencionada quatro vezes. Por sua vez, nos 5.646 comentários escritos sobre atrações de Salamanca, a palavra “Coimbra” foi mencionada sete vezes. Abaixo, apresentam-se exemplos dessas referências, com indicação do sexo, cidade de residência e idade (quando disponíveis), local da visita e data do comentário:

Extrato 1

Una sorpresa esta universidad con toda la tradición intacta y una biblioteca espectacular [...] El lugar conserva todo el sabor de las universidades tradicionales. ¡No todo va a ser Oxford, Cambridge o Salamanca! No hay que perdérsela. (Homem, residente em Saragoça, Espanha, 50-64 anos, Universidade de Coimbra, 10.08.2017) [sublinhado nosso].

Extrato 2

Salamanca é uma cidade pequena e tão académica quanto a nossa cidade de Coimbra, em Portugal. Desde miúda que nutro uma paixão por esta cidade que, apesar de não tão monumental e turística, quando comparada com Madrid, é muito mais pacata, acolhedora e, de certo modo, sincera [...]. (Mulher, residente em Lisboa, Portugal, Plaza Mayor, 7.01.2018) [sublinhado nosso].

A análise de sentimentos, conforme resultados exibidos na Figura 5, mostra, tal como reconhecido em estudos anteriores sobre CVO, que existem diferenças nas componentes qualitativas dos CVO dependendo dos idiomas (tal como na componente quantitativa) (ANTONIO; ALMEIDA; NUNES; BATISTA; RIBEIRO, 2018b). Os utilizadores que escrevem comentários em português são os que, em média, produzem uma melhor avaliação quantitativa. No entanto, ao analisarmos o sentimento, reparamos que, por duas décimas, isso já não acontece em Salamanca. Aí, os utilizadores que escrevem em espanhol apresentam a melhor média. Em posição contrária, encontram-se os utilizadores que escrevem os comentários em inglês. Com exceção da avaliação quantitativa que fazem de Coimbra, os utilizadores que escrevem em inglês são os utilizadores que piores classificações médias atribuem. No entanto, estas médias devem ser analisadas com alguma prudência, pois, como mostrado por Antonio, Almeida, Nunes, Batista e Ribeiro (2018a), a análise de sentimentos permite identificar situações que mostram discrepâncias entre avaliação quantitativa e avaliação qualitativa. Vejam-se, por exemplo, dois comentários onde as duas avaliações apresentam resultados antagónicos:

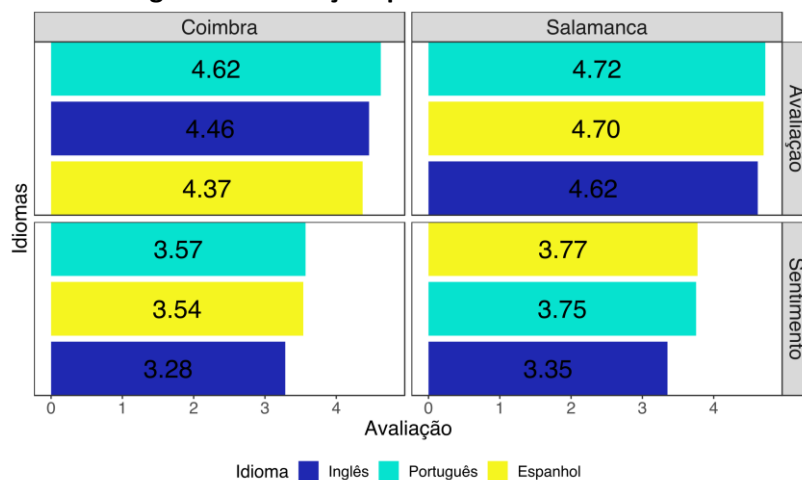
Extrato 3

Tenia muchas ganas de fotografiar por la noche el puente romano y la catedral, cuando acudí comenzaba la iluminacion nocturna, una mezcla de luz increíble (residente na Provincia de Ciudad Real, Espanha; Catedral Nueva, Salamanca, 15.05.2017. Avaliação: 1, Sentimento: 5).

Extrato 4

O trabalho da fachada da universidade é lindíssimo, mas você ficará parado ali procurando a rã (eu achei) e o astronauta (cansei de ficar de pé e procurar). É visita obrigatória (residente em Caxias do Sul, Brasil; Universidade, Salamanca. Avaliação: 5, Sentimento: 1).

Figura 5 – Avaliação quantitativa e sentimento



Fonte: Elaboração própria.

Nota: O sentimento foi normalizado de modo a estar na mesma escala da avaliação quantitativa (1 a 5).

Figura 6 para os comentários escritos em Português sobre os locais da cidade de Coimbra – permite identificar as correlações das palavras mais frequentes numa mesma frase (nomes e adjetivos), bem como o sentimento das frases onde ambas as palavras constam. No gráfico, a cor da barra junto a cada palavra indica qual a frequência da palavra no texto (clara – pouco frequente, escura – muito frequente). O gráfico representa as palavras com duas ou mais ocorrências nos comentários. Os arcos ligam as palavras que aparecem conjuntamente numa mesma frase, sendo que a largura dos arcos varia de acordo com a correlação das palavras (entra 0 e 100%, sendo que 100% significaria que as duas palavras sempre que são utilizadas aparecem na mesma frase). Neste caso, foi definido que só seriam exibidas palavras com uma correlação superior a 5%. A cor dos arcos indica o sentimento das frases onde ambas as palavras foram utilizadas (verde – sentimento positivo; azul – sentimento neutro; vermelho – sentimento negativo). Este gráfico permite alertar para relações não expectáveis e assim levar à exploração dos comentários onde essas relações aparecem. Os extratos abaixo ilustram essa correlação:

Extrato 5 “Estudantes” e “Turistas”:

[...] muito estudantes a vender souvenirs para pagarem as suas contas e muitos turistas (homem, Biblioteca Joanina, Coimbra, 11.08.2018).

Extrato 6 “Sala” e “Miguel”:

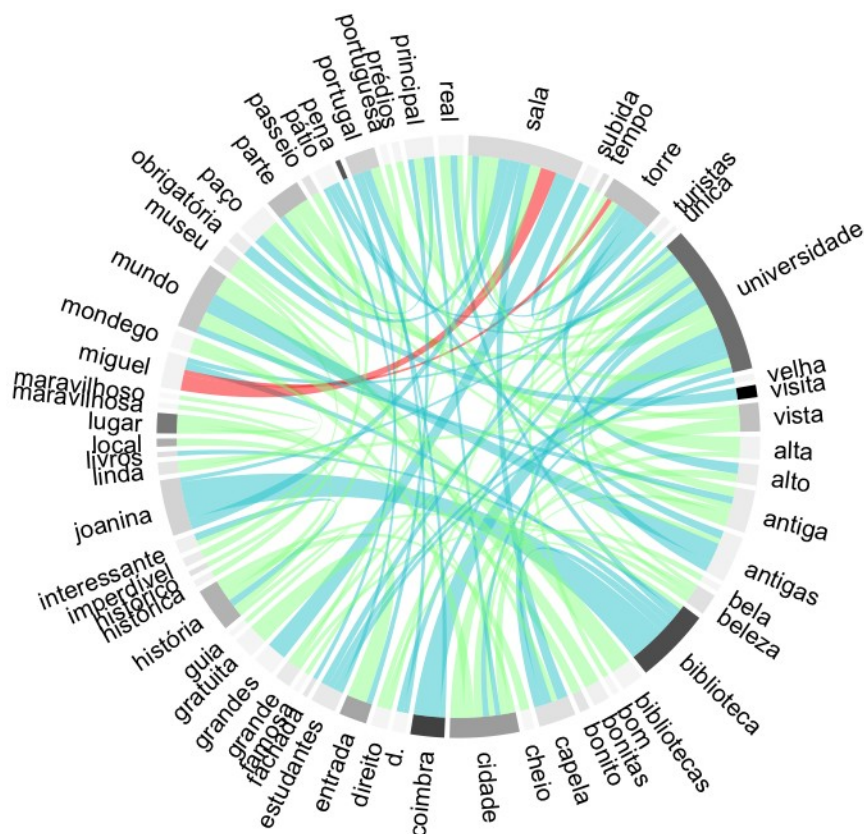
[...] achei um pouco caro, 12 euros (julho 2018) mas com ele poderá visitar as seguintes atracções: biblioteca Joanina (belíssima!), a capela de São Miguel (recentemente restaurada!), a prisão académica, a sala dos capelos, a via latina, a sala do exame privado e ainda o museu da ciência (no colégio

de Jesus). (homem, residente em Coimbra, Portugal; Universidade de Coimbra, 20.07.2018).

Extrato 7 “Pena” e “Fachada”:

[...] numa cidade como Coimbra, onde a sé velha é um dos espaços mais conhecidos e destacados é uma pena que as pessoas acabem por ficar pela fachada e pelo átrio de entrada... (mulher, Sé Velha de Coimbra, 09.05.2017).

Figura 6 – Diagrama de arcos de comentários em português sobre locais de Coimbra



Fonte: Elaboração própria.

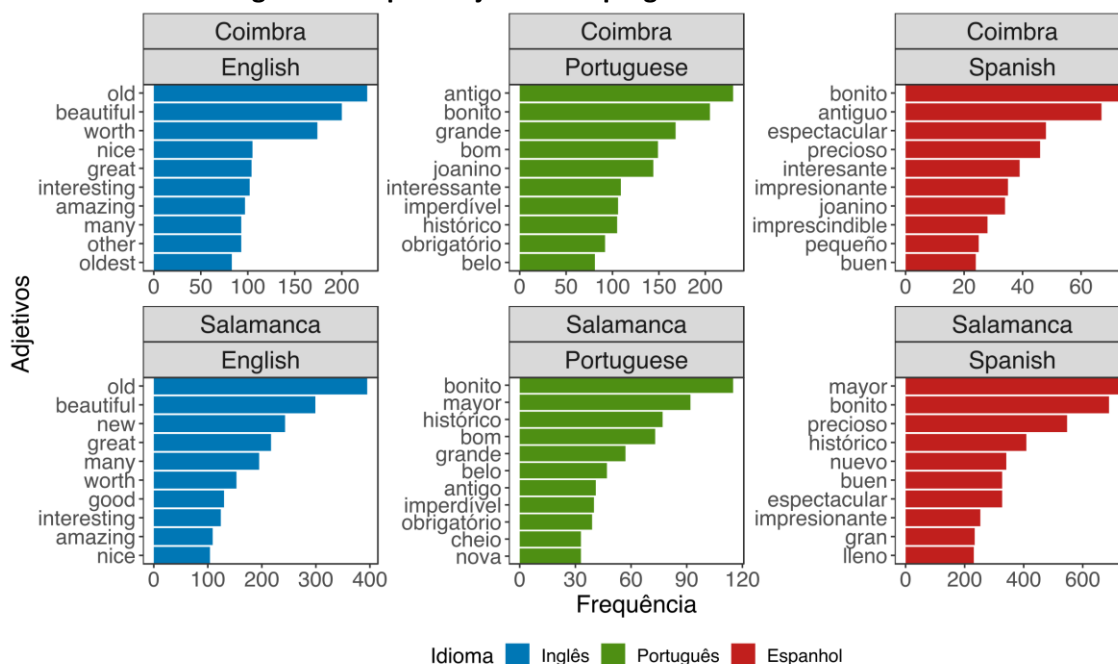
A pesquisa por palavras e termos relacionados com o facto das duas cidades serem património UNESCO, conforme resultados apresentados na Tabela 3, mostra que a palavra UNESCO é mais vezes mencionada em Coimbra do que em Salamanca, mas em ambos os casos, numa proporção muito baixa dos comentários. No entanto, palavras como “história” e “arquitetura” estão presentes em bastante mais comentários.

Tabela 3 – Frequência e distribuição de palavras e termos relacionados com património (por idioma)

Palavra/termo	Cidade	Português	Espanhol	Inglês
UNESCO	Coimbra	22 (1,3%)	1 (0,2%)	17 (1,9%)
	Salamanca	3 (0,5%)	5 (0,1%)	2 (0,2%)
património mundial, <i>patrimonio de la humanidad, world heritage</i>	Coimbra	10 (0,6%)	3 (0,6%)	10 (1,1%)
	Salamanca	2 (0,3%)	29 (0,7%)	1 (0,1%)
herança, <i>herencia, ancestry</i>	Coimbra	2 (0,1%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
	Salamanca	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
edificado	Coimbra	2 (0,1%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
	Salamanca	0 (0,0%)	1 (0,0%)	0 (0,0%)
cultura, <i>culture</i>	Coimbra	77 (4,7%)	5 (1,1%)	10 (1,1%)
	Salamanca	15 (2,6%)	53 (1,4%)	8 (0,7%)
arquitectura, <i>arquitectura, architecture</i>	Coimbra	100 (6,1%)	7 (1,5%)	53 (6,0%)
	Salamanca	78 (13,3%)	160 (4,1%)	143 (12,3%)
tradição, <i>tradición, tradition</i>	Coimbra	39 (2,4%)	2 (0,4%)	8 (0,9%)
	Salamanca	3 (0,5%)	10 (0,3%)	5 (0,4%)
legado, <i>legacy</i>	Coimbra	1 (0,1%)	0 (0,0%)	1 (0,1%)
	Salamanca	0 (0,0%)	2 (0,1%)	0 (0,0%)
história, <i>historia, history</i>	Coimbra	367 (22,3%)	37 (8,0%)	160 (18,1%)
	Salamanca	78 (13,3%)	404 (10,4%)	101 (8,7%)

Fonte: Elaboração própria.

Figura 7 – Top de adjetivos empregues nos comentários



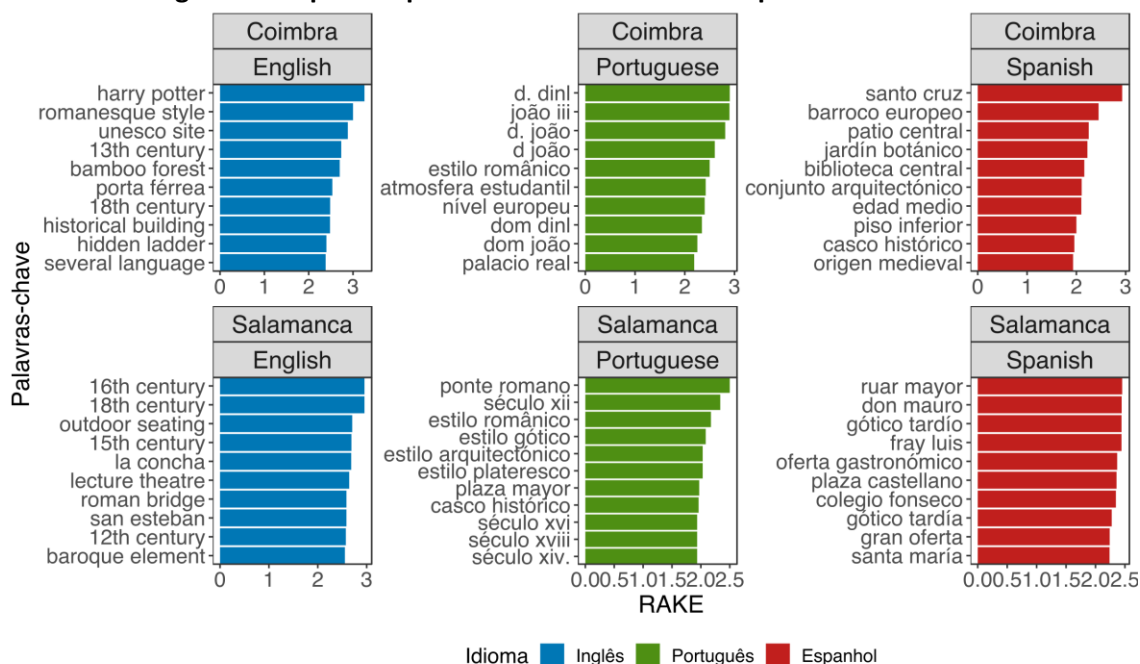
Fonte: Elaboração própria.

A extração de palavras-chave através do método RAKE também permitiu encontrar alguns resultados interessantes. Como pode ser visualizado na Figura 8, as palavras-chave diferem por idioma e por cidade. Também é possível constatar que são muitas as palavras-chave relacionadas com história e património, que vão desde várias referências a estilos arquitetónicos, nomes de reis, locais, até referências a séculos específicos.

No entanto, a maior curiosidade é o facto de a palavra-chave com maior índice RAKE, para Coimbra, em Inglês, ser “Harry Potter”. Com efeito, a posterior análise textual de alguns dos comentários parece mostrar que os utilizadores-visitantes observam a Biblioteca Joanina, as ruas de Coimbra ou o espaço da Universidade da perspetiva do universo “Harry Potter”, conforme os extratos 8 e 9 ilustram:³

³ Personagem principal ficcionada de série de sete romances infantojuvenis escritos em Língua Inglesa pela britânica J.K Rowling (1998-2007). Os romances foram também adaptados para cinema.

Figura 8 – Top 10 de palavras-chave identificadas pelo método RAKE



Fonte: Elaboração própria.

Extrato 8

Looks like part of the set of a Harry Potter movie with walls of books and small areas that you'd expect to see hidden doors and secret passageways (Biblioteca Joanina, Coimbra, 25.04.2017) [sublinhado nosso].

Extrato 9

Enjoyed our walk through the narrow streets of historical Coimbra to visit the university. Especially seeing the students in gowns (obligatory for students from the second year of studies) parading through the quadrangles and courtyards. An inspiration for J.K. Rowling and the Harry Potter novels. (residente Jerusalém, Israel; Jardim Botânico, Coimbra, 01.08.2017) [sublinhado nosso].

5 Discussão dos resultados

As análises efetuadas utilizando os métodos quantitativos e qualitativos permitiram concluir que dos dez locais escolhidos em cada cidade, alguns foram alvo de mais comentários do que outros. Por outro lado, constatou-se que em Coimbra o número de comentários dos estrangeiros é superior aos comentários dos portugueses, enquanto que em Salamanca os comentários de utilizadores com residência em Espanha são superiores aos outros utilizadores. Estes resultados parecem indicar que Coimbra proporcionalmente recebe mais estrangeiros do que Salamanca. Poder-se-á assim colocar duas hipóteses explicativas: ou Coimbra está a promover-se adequadamente no mercado estrangeiro, ou não se está a promover bem no mercado

nacional. As hipóteses também se podem colocar para Salamanca inversamente: esta cidade está a promover-se muito bem junto do público nacional ou está a promover-se mal junto do público internacional. Verificou-se ainda que, relativamente aos estrangeiros, a maioria são oriundos de países europeus ou da América Latina.

De salientar que foi detetada uma centena de utilizadores “comuns”, ou seja, que publicaram comentários sobre Coimbra e sobre Salamanca. Estes resultados poderiam ser utilizados pelas Organizações de Gestão de Destinos e pelas entidades responsáveis pela promoção do património UNESCO para fazerem *cross-marketing* e, desta forma, potenciarem o reconhecimento das duas cidades como destinos turísticos de excelência e reconhecidas como património UNESCO.

Relativamente à pergunta de investigação P2 se seria a classificação património UNESCO ou património da humanidade um fator de atração, foi possível apurar, utilizando o método RAKE, que a palavra *UNESCO* ou palavras equivalentes, como, por exemplo, “património mundial”, ocorreram com pouquíssima frequência nos comentários, tendo, no entanto, aparecido com mais frequência as palavras “arquitetura” e “história”. Estes resultados parecem indicar que, de entre as quatro categorias de Património Mundial UNESCO baseadas nas motivações para a candidatura indicadas pela *Research Consulting Ltd. & Trends Business Research Ltd.* (2009) – celebração; designação SOS; marca para marketing/logo e catalisador para construção de um espaço – claramente a categoria de marca não está a ser trabalhada nem em Coimbra nem em Salamanca e, com base no *corpus* coligido e analisado, poder-se-á especular que não parece ser um fator de atração para as visitas. Em conclusão, a reputação UNESCO parece não estar a ser bem trabalhada.

Como já foi referido, outro aspeto interessante que a análise revelou foi a transposição do universo de ficção Harry Potter para o espaço antigo de Coimbra ou, dito de outro modo, a evocação do universo de Harry Potter, a partir da imersão no espaço de Coimbra, pelo menos para os visitantes que escreveram comentários em Inglês. Este fenómeno, comum em algumas obras de ficção e em alguns leitores, poderia ser aproveitado pelas entidades responsáveis pela promoção da cidade de Coimbra para a promoverem junto dos turistas.

Conforme indicámos na introdução, o recurso a métodos mistos em estudos sobre o turismo está em crescimento, sendo que 6% dos artigos de turismo publicados entre 1994-2005 em doze revistas científicas fundamentais adotam esta metodologia (MOLINA; FONT, 2016). No caso do presente estudo, os métodos, embora trabalhosos, revelaram-se complementares e permitiram conhecer de forma mais completa quem são os visitantes-utilizadores das duas cidades.

6 Conclusões

Não é possível compreender o turismo patrimonial moderno, sem considerar as pessoas que se apropriam – ou consomem – o património (LIGHT; PRENTICE, 1994). Nessa perspetiva, este estudo explorou a forma como as pessoas consomem o património de duas cidades classificadas pela UNESCO, recorrendo a um *corpus* coligido a partir do que as próprias pessoas escrevem sobre esse mesmo “consumo”. Com base numa abordagem mista, testou-se um conjunto de métodos e técnicas de investigação que permitem a exploração quantitativa e qualitativa de CVO na perspetiva de melhor conhecer e compreender o que os visitantes apreciam e não apreciam, desejam e querem encontrar na sua experiência. Mostrou-se de que forma as várias técnicas se podem complementar e a capacidade de estabelecer informação padronizada sobre as expectativas, perceções e apreciações dos visitantes, que são simultaneamente utilizadores do TripAdvisor. Adicionalmente, procuraram-se destacar as vantagens da aplicação dos vários métodos de análise num estudo comparativo e demonstrar a riqueza informacional dos CVO como instrumento para (re)posicionar o destino.

Embora o nosso estudo apenas contemple duas cidades, seria útil replicá-lo em outras cidades com classificação UNESCO em diferentes regiões geográficas. O alargamento do estudo permitiria aprofundar o conhecimento sobre o que os turistas/utilizadores desejam e valorizam encontrar, informação particularmente relevante para promover as cidades e para alavancar o desenvolvimento económico, o desenvolvimento de uma identidade de lugar e de promover mudanças no lugar.

De acordo com o estudo de Adie e Hall (2016), aplicado a três sítios com a classificação Património Mundial UNESCO, os turistas do Património Mundial da UNESCO são homens e mulheres em igual número, têm escolaridade muito elevada, estão empregados e viajam em grupos pequenos de duas a cinco pessoas. Estas características demográficas, embora não tendo sido testadas na nossa análise, permitem provavelmente explicar a construção textual clara e relativamente sofisticada dos CVO coligidos e as frequentes analogias e referências culturais a outros locais, aspetos que serão explorados no futuro. Dada a natureza exploratória do estudo, a abordagem de métodos múltiplos, a recolha de CVO para as duas cidades e a riqueza informacional dos dados nos três idiomas, julgamos ter provado a pertinência do nosso estudo e o potencial de investigação futura, nomeadamente de orientação mais qualitativa no que respeita à exploração das diferenças nos padrões discursivos e retóricos dos CVO nos três idiomas – Português, Espanhol e Inglês – campo que tem sido pouco explorado, pese embora a importância crescente das questões interculturais na área da comunicação mediatizada por computadores (TIAN, 2013) e ainda a análise mais completa das diferenças das apreciações entre as duas cidades.

Referências

- ADEDOYIN-OLOWE, M.; GABER, M. M.; STAHL, F. A survey of data mining techniques for social media analysis. ArXiv Preprint ArXiv:1312.4617, 2013. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/1312.4617>. Acesso em: 1 maio 2019.
- ADIE, B.A.; HALL C. M. Who visits world heritage? A comparative analysis of three cultural sites, **Journal of Heritage Tourism**, 12(1), 67-80, 2016.
- ANTONIO, N.; ALMEIDA, A.; NUNES, L.; BATISTA, F.; RIBEIRO, R. Hotel online reviews: Creating a multi-source aggregated index, **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, 30(12), 3574-3591, 2018a.
- ANTONIO, N., ALMEIDA, A. DE, NUNES, L., BATISTA, F.; RIBEIRO, R. Hotel online reviews: different languages, different opinions, **Information Technology & Tourism**, 18(1-4), 157-185, 2018b.
- BERZOSA-PAREJA, R. Salamanca: planificación y gestión turística de un destino patrimonial, **Polígonos: Revista de Geografía**, 30, 171-194, 2018.
- DE ASCANIIS, S.; CANTONI L. Online visit opinions about attractions of the religious heritage: An argumentative approach, **Church, Communication and Culture**, 2(2), 179-202, 2017.
- DIAS, J. A.; RIBEIRO, F. P.; CORREIA, A. Online reviews of short-term visits: exploring sense of place, **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**, 7(4), 364-374, 2013.
- DUAN, W.; YU, Y.; CAO, Q.; LEVY, S. Exploring the impact of social media on hotel service performance: A sentimental analysis approach, **Cornell Hospitality Quarterly**, 57(3), 282-296, 2016.
- DUNHAM, K.; MELNICK, J. **Malicious Bots: An Inside Look into the Cyber-criminal Underground of the Internet**, Boca Raton, FL, USA: CRC Press, 2009.
- DU CROS, H.; MCKERCHER, B. **Cultural Tourism: The Partnership between Tourism and Cultural Heritage Management** (2nd ed.), New York, NY: Routledge, 2015.
- EUROPEAN COMMISSION (Ed.). Study on online consumer reviews in the hotel sector. Final report, 2014. Disponível em: http://rpaltd.co.uk/uploads/report_files/hotel-reviews.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.
- EUROPEANA. Moving targets: Engaging cultural tourists with collections and listings content online, 2015. Disponível em: http://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Publications/Moving%20Targets%20-%20Colour.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.
- FELDMAN, R.; SANGER, J. **The Text Mining Handbook: Advanced Approaches in Analyzing Unstructured Data**, New York, N.Y., USA: Cambridge University Press, 2007.
- FEURRIEGEL, S.; PROELLOCHS, N. Sentiment Analysis: Dictionary-based sentiment analysis (Version R Package version 1.3-2), 2018. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=SentimentAnalysis>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- FORTUNA, C.; GOMES, C. S. Turismo, cidade e universidade: o caso de Coimbra, in Cravidão, F. & Santos, N. (eds.), **Turismo e Cultura: Destinos e Competitividade**, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- GE, J.; VAZQUEZ, M.; GRETZEL, U. Sentiment analysis: a review, in M. Sigala & U. Gretzel (eds.). **Advances in Social Media for Travel, Tourism and Hospitality: New Perspectives, Practice and Cases** (pp. 243-261), New York, NY: Routledge, 2018.
- GOMES, C. S. Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas, **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 23, 37-49, 2012.

- HAUSMANN, A.; WEUSTER L. Possible marketing tools for heritage tourism: the potential of implementing information and communication technology, **Journal of Heritage Tourism**, 13(3), 273-284, 2018.
- IGLESIAS-SÁNCHEZ, P. P.; CORREIA, M. B.; JAMBRINO-MALDONADO, C. Challenges of open innovation in the tourism sector, **Tourism Planning & Development**, 16(1), 22-42, 2019.
- INE. Cifras oficiales de población de los municipios españoles, 2017a. Disponível em: <https://www.ine.es/jaxiT3/Datos.htm?t=2911>. Acesso em: 11 maio 2019.
- INE. Encuesta de Ocupación Hotelera. Número de viajeros por puntos turísticos, Salamanca (datos de 2010 a 2017), 2017b. Disponível em: <https://www.ine.es/jaxiT3/Tabla.htm?t=2078&L=0>. Acesso em: 11 maio 2019.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO country codes, 2017. Disponível em: <https://www.iso.org/obp/ui/#search>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- KAYAHAN, B.; VANBLARCOM, B. Cost benefit analysis of UNESCO world heritage site designation in Nova Scotia, **Review of Economic Analysis**, 4, 247-273, 2012.
- LARSSON, T.; REIBRING, A. Tracking Multi-Destination Travel in Europe from Long-Haul Source Markets – US, China, Japan and India, European Travel Commission Handbook, Market Intelligence Report, Brussels: ETC, 2018. Disponível em: http://www.etc-corporate.org/?page=report&report_id=122. Acesso em: 11 maio 2019.
- LIAO, S. H.; CHU, P. H.; HSIAO, P. Y. Data mining techniques and applications – A decade review from 2000 to 2011, **Expert Systems with Applications**, 39(12), 11303-11311, 2012.
- LIGHT, D.; PRENTICE, R. C. Who consumes the heritage product? Implications for European heritage tourism, in G. J. Ashworth & P. J. Larkham (eds.), *Building a New Heritage: Tourism, Culture and Identity in the New Europe*, p. 90-116, Routledge: London, 1994.
- LIU, B.; ZHANG, L. A survey of opinion mining and sentiment analysis. In C. C. Aggarwal & C. X. Zhai (eds.), **Mining Text Data**, p. 415-463, 2012.
- MANNING, C. D.; MANNING, H. S. **Foundations of Statistical Natural Language Processing** (2nd ed.), London, UK: The MIT Press, 1999.
- MASON, J. Mixing methods in a qualitative driven way, **Qualitative Research**, 6(1), 9-25, 2006.
- MOLINA, J.; FONT, X. Mixed methods in sustainable tourism research: an analysis of prevalence, designs and application in JOST (2005-2014), **Journal of Sustainable Tourism**, 24(4), 549-573, 2016.
- NADKARNI, P. M.; OHNO-MACHADO, L.; CHAPMAN, W. W. Natural language processing: an introduction, **Journal of the American Medical Informatics Association: JAMIA**, 18(5), 544-551, 2011.
- NDOU, V. New approaches for managing tourism complexity: Implications and insights, in *Digital Culture and e-Tourism: Technologies, Applications and Management Approaches* (p. 123-138), Hershey, NY: IGI Global, 2011.
- Notícias de Coimbra (2018, 4 janeiro). 500 mil pessoas visitaram a Universidade de Coimbra em 2017. Disponível em: <https://www.noticiasdecoimbra.pt/500-mil-pessoas-visitaram-universidade-coimbra-2017/>. Acesso em: 7 maio 2019.
- OLSEN, W. Triangulation in Social Research: Qualitative and Quantitative Methods can really be mixed. In: M. HOLBORN & HARALAMBOS. **Developments in Sociology**. Ormskirk: Causeway Press, 2004.
- O'REILLY, T. What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. **International Journal of Digital Economics**, 65, 17-37, 2007.

- PEIXOTO, P. As cidades e os processos de patrimonialização: a corrida ao estatuto de património mundial e a identidade simbólica das cidades. *In*: PINHEIRO, M. BAPTISTA, L. V. & VAZ, M.^a J. **Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades**, p. 171-179, Oeiras: Celta Editora, 2001.
- PORDATA. População residente, estimativas a 31/12, 2018a. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente++estimativas+a+31+de+Dezembro-120>. Acesso em: 6 maio 2019.
- PORDATA. Hóspedes nos alojamentos turísticos: total e por tipo de alojamento, 2018b. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/H%C3%B3spedes+nos+alojamentos+tur%C3%ADsticos+total+e+por+tipo+de+alojamento-750>. Acesso em: 8 maio 2019.
- PRUD'HOMME, R. The socio-economic impacts of inclusion of a site on the World Heritage list: Three studies, 2008. Disponível em: <http://www.prudhomme.com/resources/2008+Impact+Liste+Patrimoine.pdf>. Acesso em: 2 maio 2019.
- R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing, 2016. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- RAHMANI, K.; GNOTH, J.; MATHER, D. Tourists' Participation on Web 2.0: A Corpus Linguistic Analysis of Experiences, **Journal of Travel Research**, 57(8), 1108-1120, 2018.
- RESEARCH CONSULTING LTD. & TRENDS BUSINESS RESEARCH LTD. World Heritage Status: Is There Opportunity for Economic Gain?, 2009. Disponível em: <http://www.lakesWH.co.uk/documents/WHTheEconomicGainFinalReport.pdf>. Acesso em: 9 maio 2019.
- ROQUE, V.; FERNANDES, G.; RAPOSO, R. Identificação dos Media Sociais utilizados pelas organizações de gestão de destinos: o caso de estudo do destino turístico Serra da Estrela, **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 17/18, 225-234, 2012.
- ROSE, S.; ENGEL, D., CRAMER, N.; COWLEY, W. Automatic keyword extraction from individual documents. *In*: M. W. Berry & J. Kogan (eds.), **Text Mining**, p. 1-20, 2010.
- SÁNCHEZ-JIMÉNEZ, M. A., CORREIA, M. B.; MATOS, N. Análisis de las redes sociales como instrumento de comunicación en los destinos turísticos del Algarve, **Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias**, 8(3), 4476-4494, 2018.
- SARALEGI, X.; SAN VICENTE, I. Elhuyar at TASS 2013. *In*: A. D. Esteban, I. A. Loinaz & J. V. Román (eds.), Proceedings of XXIX Congreso de la Sociedad Española de Procesamiento de Lenguaje Natural, p. 143–150, Madrid, Spain: El Congreso Español de Informática, 2013.
- SILVA, M. J.; CARVALHO, P.; SARMENTO, L. Building a sentiment lexicon for social judgement mining. *In*: H. Caseli, A. Villavicencio, A. Teixeira & F. Perdigão (eds.), Computational processing of the Portuguese Language, p. 218–228, 2012.
- SOLDADO, C. Há um “efeito UNESCO” em Coimbra?, Público (2015, 22 junho). Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/06/22/p3/noticia/ha-um-efeito-UNESCO-em-coimbra-1823585>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- TIAN, Y. Engagement in online hotel reviews: A comparative study, **Discourse, Context and Media**, 2, 184-191, 2013.
- TRIPADVISOR. 35 Amazing TripAdvisor Statistics and Facts (2019) | By the Numbers. DMR – Business Statistics, 2018a. Disponível em: <https://expandedramblings.com/index.php/tripadvisor-statistics/>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- TRIPADVISOR. All about your TripAdvisor bubble rating, 2018b. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com/TripAdvisorInsights/w810>. Acesso em: 20 abr. 2019.

- TRIPADVISOR. About TripAdvisor, 2019. Disponível em: http://www.tripadvisor.com/pages/about_us.html. Acesso em: 17 abr. 2019.
- TSCHEU, F.; BUHALIS, D. Augmented reality at cultural heritage sites. In: A. Inversini & R. Schegg (eds.), *Information and Communication Technologies in Tourism* (p. 607-619), Cham, Switzerland: Springer International, 2016.
- UNESCO. World Heritage Information Kit: Benefits of Ratification, 2000. Disponível em: <http://www.UNESCO.org/whc/nwhc/pages/doc/main.htm>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- UNESCO. UNESCO and online travel giant TripAdvisor launch World Heritage partnership, 2009. Disponível em: <https://whc.UNESCO.org/en/news/561>. Acesso em: 3 maio 2019.
- UNESCO. Report on the World Heritage Thematic Programmes, WHC/16/40.COM/5D, 2016. Disponível em: <http://whc.UNESCO.org/archive/2016/whc16-40com-5D-en.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.
- VANBLARCOM; B.; KAYAHAN, C. Assessing the economic impact of a UNESCO World Heritage designation, **Journal of Heritage Tourism**, 6(2), 143-164, 2011.
- WALKER, C.; BAXTER, J. Method sequence and dominance in mixed methods research: a case study of the social acceptance of wind energy literature, **International Journal of Qualitative Methods**, 18, 1-14, 2019.
- WIJFFELS, J. “udpipe”: Tokenization, Parts of Speech Tagging, Lemmatization and Dependency Parsing with the “UDPipe” “NLP” Toolkit (Version R package version 0.8), 2018. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=udpipe>. Acesso em: 6 abr. 2019.

La protección fiscal del patrimonio histórico en España y Portugal

Maria del Carmen Pastor*

Maria de Lurdes Varela**

Resumen: El establecimiento de beneficios tributarios para el mantenimiento, la protección, difusión y el acrecentamiento de los bienes que integran los Patrimonios Históricos de los países es una práctica frecuente de los ordenamientos jurídicos dirigida a fomentar la riqueza cultural, compensando las cargas y deberes que los titulares de los bienes que los integran. El objetivo de este trabajo es mostrar la situación que existe en este ámbito en España y Portugal, para comprobar el grado de protección fiscal que en cada caso se otorga, a través de la comparativa de cargas y beneficios que deben soportar y/o que pueden disfrutar los titulares de los bienes culturales que los conforman, en sus distintas fases de adquisición, tenencia y transmisión. El análisis normativo vigente de cada país y el evolutivo en el tiempo, nos servirá para extraer las oportunas conclusiones, y confirmar o no la frecuente reclamación respecto a la escasa atención y la limitada protección que en general se otorga al respecto.

Palabras clave: Protección Fiscal. Beneficios Tributarios. Patrimonio Histórico. España y Portugal. Adquisición. Tenencia y Transmisión de Bienes Culturales.

Abstract: The establishment of tax benefits for the protection, dissemination and enhancement of the assets that make up the Historical Patrimonies of different countries is a frequent practice of legal systems aimed at promoting the cultural richness existing in them, compensating the burdens and duties that the holders of the assets that comprise them can suppose their maintenance. The objective of this paper is to show the situation that exists in Spain and Portugal, to verify the degree of fiscal protection that is granted in each case, through the comparison of charges and benefits that must be supported and/or that can be enjoy the holders of the cultural assets that make them up, in their different phases of acquisition, possession and transmission. The normative analysis of each country and the evolutionary one in time, will help us to draw the appropriate conclusions, and confirm or not the frequent claim regarding the scant attention and the limited protection that is generally granted in this regard.

Keywords: Tax Protection. Tax Benefits. Historical Heritage. Spain and Portugal. Acquisition. Possession. Transfer of Cultural Property.

1 El patrimonio histórico español y portugués como objeto de protección: su régimen jurídico

1.1 La protección del Patrimonio Histórico Español

El artículo 46 de la Constitución española de 1978 dispone que “Los poderes públicos garantizarán la conservación y promoverán el enriquecimiento del patrimonio histórico, cultural y artístico de los pueblos de España y de los bienes que lo integran,

* Universidad Politécnica de Cartagena, Facultad de Ciencias de la Empresa, Calle Real, 3, 30201, Cartagena, España. *E-mail:* carmen.pino@upct.es

** Universidade do Algarve, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Campus da Penha, Faro, 8000, Portugal. *E-mail:* mlvarela@ualg.pt

cualquiera que sea su régimen jurídico y su titularidad”.¹ El precepto, que se encuentra dentro de los llamados “principios rectores de la política social y económica”, recoge un mandato genérico no sujeto a plazo temporal para que los poderes públicos desarrollen actuaciones de protección (“conservación” y “promoción”), sin precisar acciones específicas, instrumentos para lograrlas, ni mecanismos de reacción en caso de incumplimiento de este mandato.

El objeto de protección es el “patrimonio histórico, cultural y artístico de los pueblos de España y de los bienes que lo integran”, “cualquiera que sea su régimen jurídico y su titularidad”. La mención hace así referencia genérica al conjunto de bienes que tienen en común poseer valor cultural objetivo, que pueden ser de titularidad pública o privada, naturaleza mueble o inmueble, cualquiera que sea además su régimen jurídico. El fundamento de esta tutela se encuentra en el interés general de posibilitar el acceso y la participación cultural de todos los ciudadanos.²

En materia competencial existe en España una concurrencia en este ámbito entre el Estado y las Comunidades Autónomas. De este modo, el primero asume las competencias sobre el patrimonio cultural común y sobre aquello que precise de tratamientos generales o que haga necesaria esa acción pública y no pudiera lograrse desde otras instancias, asumiendo las segundas las propias de su patrimonio cultural.³ En cualquier caso, y con independencia de una posible distribución competencial lo cierto es que los bienes culturales participan de una doble naturaleza, constituyendo elementos integrantes del patrimonio histórico de una Región o Comunidad Autónoma y, simultáneamente, de la noción genérica de Patrimonio Histórico Español.⁴

La normativa reguladora en materia de patrimonio cultural en España la conforman por lo tanto el conjunto de normas estatales y autonómicas en la materia. En el ámbito estatal integrada por la Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español (en adelante, LPHE), y el Real Decreto 111/1986, de 10 de enero, de desarrollo parcial de la Ley 16/1985. En el ámbito autonómico, por la normativa de cada Comunidad Autónoma sobre la materia, y las disposiciones que la desarrollan.⁵

¹ Este precepto junto al 44.1 de la CE que alude a la exigencia a los poderes públicos para promover y tutelar el acceso en general a la cultura, reflejan la preocupación general que la cultura en todas sus vertientes presenta como bien jurídico en la Constitución española. Interés que también recogen la mayoría de las Constituciones europeas: así por ejemplo el art. 9 de la Constitución italiana de 1947, o el art. 24 de la Constitución griega de 1975.

² “La función social de la propiedad viene recogida en el artículo 33.2 de la Constitución señalando que ésta se delimitará de acuerdo con las leyes” (RUS, G. 1995, 35-36); (CALVO, M. J. 2000).

³ Véanse Sentencias del Tribunal Constitucional 49/1984 y 109/1996.

⁴ LICERAS, J. M. A. (1999). *ob. cit.* Fernández, J. G. (1997).

⁵ Ley 14/2007, de 26 noviembre. Ley de Patrimonio Histórico de Andalucía. Ley 3/1999, de 10 marzo. Ley del Patrimonio Cultural de Aragón. Ley 1/2001, de 6 marzo del Patrimonio Cultural de Asturias. Ley 4/1999, de 15 marzo del Patrimonio Histórico de Canarias, modificada por Ley 11/2002, de 21

Según el artículo 1.2 de la LPHE, “integran el Patrimonio Histórico Español los inmuebles y los objetos muebles de interés artístico, histórico, paleontológico, arqueológico, etnográfico, científico o técnico. También forman parte del mismo el patrimonio documental y bibliográfico, los yacimientos y zonas arqueológicas, así como los sitios naturales, jardines y parques, que tengan valor artístico, histórico o antropológico”. Tras definir el Patrimonio Histórico Español (en adelante, PHE), la LPHE establece tres niveles de protección (artículo 1.3):

- los denominados Bienes de Interés Cultural (en adelante, BICS), a los que se otorga la máxima protección y tutela;⁶
- los bienes incluidos en el Inventario General;⁷
- y, por último, como tercer nivel de protección, todos los demás bienes enumerados en el artículo 1.2 de la LPHE, que no puedan integrarse en ninguna de las dos categorías mencionadas.

Las distintas categorías responden a diferentes niveles de protección, que se corresponden con diversos deberes a los titulares de los bienes culturales en relación con su conservación y difusión.⁸ Estos deberes y restricciones que se imponen a los titulares de los bienes conllevan importantes cargas, que pueden ser compensadas por las propias Administraciones en atención a la función social que desarrolla el patrimonio cultural y su necesaria conservación y promoción. Y es aquí donde la

noviembre. Ley 11/1998, de 13 octubre. Ley del Patrimonio Cultural de Cantabria. Ley 4/1990, de 30 mayo del Patrimonio Histórico de Castilla-La Mancha, modificada por Ley 4/2013, de 16 mayo. Ley 12/2002, de 11 julio del Patrimonio Cultural de Castilla y León. Ley 9/1993, de 30 septiembre de patrimonio cultural de Cataluña. Ley 2/1999, de 29 marzo. Ley del Patrimonio Histórico y Cultural de Extremadura. Ley 5/2016, de 4 de mayo de patrimonio cultural de Galicia. Ley 12/1998, de 21 diciembre del Patrimonio Histórico de Islas Baleares. Ley 7/2004, de 18 octubre del Patrimonio Cultural, Histórico y Artístico de La Rioja. Ley 10/1998, de 9 julio del Patrimonio Histórico de la Comunidad de Madrid. Ley 4/2007, de 16 marzo del Patrimonio Cultural de la Región de Murcia. Ley Foral 14/2007, de 4 abril de Patrimonio de Navarra. Ley 7/1990, de 3 julio del Patrimonio Cultural Vasco. Y Ley 4/1998, de 11 junio del patrimonio cultural valenciano.

⁶ El artículo 9 de la LPHE establece que la declaración de BIC se obtiene de forma individualizada. La propia LPHE ha declarado ciertos bienes como de interés cultural, otorgándoles la máxima protección (así, por ejemplo, los castillos de España, las cuevas, abrigos y lugares que contengan manifestaciones de arte rupestre, los emblemas, piedras heráldicas, rollos de justicia, cruces de término y demás piezas y monumentos de análoga índole cuya antigüedad sea de más de cien años, etc.). La declaración es competencia de las Comunidades Autónomas y no está unificada en todo el territorio nacional, lo que comporta dificultades prácticas.

⁷ El artículo 26.1 de la LPHE ordena a la Administración del Estado, en colaboración con las Comunidades Autónomas, la confección de un Inventario General en el que se incluirán aquellos bienes muebles del PHE no declarados BIC, pero que tengan una singular relevancia por su notable valor histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico o cultural.

⁸ Así, por ejemplo, como señala la LPHE: la prohibición de exportación (art. 5), el deber de permitir y facilitar las inspecciones por parte de los organismos competentes y la visita pública (art. 13.2), los deberes de conservación y custodia (art. 36), entre otros.

fiscalidad puede intervenir como instrumento de compensación y/o minoración de las cargas tributarias que deben soportar los titulares de tales bienes, o como simple instrumento de estímulo de actuaciones de fomento de su conservación. Antes de adentrarnos en el estudio concreto de las medidas previstas en el ordenamiento tributario español para lograr tales objetivos debemos revisar el tratamiento que el segundo de los países de estudio dispensa a su patrimonio cultural.

1.2 La protección del Patrimonio Histórico Portugués

O Direito não pode olvidar a Cultura, enquanto interconexão de saberes. Daí a crescente importância do Direito da Cultura e do Património Cultural (RAMOS; CLARO, 2019).

El artículo 9 de la Constitución portuguesa, del 2 de abril de 1976, establece como “Tarefas fundamentais do Estado”, entre otras, “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território”.⁹

En 1979, Portugal se adhirió a la Convención para la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural (Convención),¹⁰ como se indica en el Decreto-Ley 49/79, del 6 de Junio. La Convención establece qué bienes naturales y culturales pueden inscribirse en la Lista del Patrimonio Mundial, estableciendo las obligaciones de los Estados miembros con respecto a la identificación de estos bienes, así como su desempeño en la protección y conservación de los mismos. Al firmar la Convención, cada Estado se compromete no solo a garantizar la conservación de los bienes ubicados en su territorio, sino también a proteger su patrimonio cultural y natural. La característica más original de esta Convención es reunir en el mismo documento las nociones de proteger la naturaleza y preservar los bienes culturales. La Convención¹¹ además, establece que cada Estado parte debe presentar, en la mayor medida posible, al Comité del Patrimonio Mundial un inventario de los bienes del patrimonio cultural y natural ubicados en su territorio y que puedan incluirse en la lista. Dicho inventario, que no se considerará exhaustivo, debe incluir documentación sobre la ubicación de los productos en cuestión y sobre el interés que presentan. Sobre la base de los inventarios presentados por los Estados, el Comité deberá establecer, actualizar y

⁹ Constitución de la República Portuguesa Disponible en:

<https://www.parlamento.pt/Legislacao/paginas/constituicaoorepublicaportuguesa.aspx>.

¹⁰ Adoptada en la Conferencia General de las Naciones Unidas sobre Educación, Ciencia y Cultura en 1972. Hasta la fecha, más de 186 países se han adherido a esta Convención, convirtiéndola en uno de los instrumentos jurídicos internacionales más universales para la protección del patrimonio cultural y cultural.

¹¹ Art. 11 de la Convención *cf.* Decreto-Ley 49/79.

difundir, bajo el nombre de “lista del patrimonio mundial”, una lista de los bienes del patrimonio cultural y del patrimonio natural definidos en los artículos 1 y 2 de la Convención, que considera que tienen un valor universal excepcional en aplicación de los criterios que ha establecido. Una actualización de esa lista debe difundirse cada dos años.¹²

Portugal tiene 17 sitios en la lista, 16 Culturales [región vinícola del Alto Duero (2001); Área central de la ciudad de Angra do Heroísmo en las Azores (1983); Convento de Cristo en Tomar (1983); Paisaje cultural de Sintra (1995); Guarnición de la ciudad fronteriza de Elvas y sus fortificaciones (2012); Centro Histórico Évora (1986); Centro histórico de Guimarães (2001); Centro Histórico de Oporto, Puente Luiz I y Monasterio de la Serra do Pilar (1996); Paisaje de la cultura de la isla de Pico (2004); Monasterio de Alcobaça (1989); Monasterio de Batalha (1983); Monasterio de los Jerónimos y Torre de Belém en Lisboa (1983); Sitios de arte rupestre prehistórico en el Valle del Côa y Siega Verde (1998,2010) – compartido con España; Edificio Real de Mafra – Palacio, Basílica, Convento, Jardín Cerco y Parque de Caza (Tapada) (2019); Santuario de Bom Jesus do Monte en Braga (2019); Universidad de Coimbra – Alta y Sofía (2013)] y 1 Natural [Laurisilva de Madeira (1999)].

En 2001, se publicó la Ley 107/2001, de 8 de septiembre, que establece las bases de la política y el régimen para la protección y la mejora del patrimonio cultural (RPMPC) “como una realidad de la mayor relevancia para la comprensión, la permanencia y la construcción de identidad nacional y democratización de la cultura”.¹³ Este diploma establece en el art. 15 [n.s 1 a 8] como categorías de bienes, bienes inmuebles¹⁴ y bienes muebles.¹⁵ Los bienes muebles e inmuebles pueden clasificarse como “interés nacional”, “interés público” o “interés municipal”.¹⁶ Para

¹² En el caso de Portugal, las inscripciones más recientes fueron el Real Edificio de Mafra – Palacio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco y Tapada y el Santuario de Bom Jesus do Monte en Braga, el 7 de julio de 2019 durante la 43a sesión de la UNESCO en Bakú, Azerbaiyán. Disponible en: <http://whc.unesco.org/en/statesparties/pt/>.

¹³ Cf. n. 1 del art. 1 de la Lei n. 107/2001, de 8 de setembro, “Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural”, Assembleia da República. *Diário da República: Série I*, n. 209, 5808-5829 Disponible en: <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>.

¹⁴ Que pueden pertenecer a las categorías de “monumento”, “conjunto” o “sitio”, en los términos en que dichas categorías se definen en el derecho internacional (art. 15.1, Ley 107/2001, de 08/08).

¹⁵ e.g. Un cierto tipo de elementos que forman parte del patrimonio arqueológico, de archivo, audiovisual, bibliográfico, fonográfico o fotográfico o nuevos tipos de bienes culturales, a saber, aquellos que integran el patrimonio electrónico o industrial (cf. art. 72.2 y 3, Ley 107/2001, de 08/08).

¹⁶ Se consideran: i) “interés nacional” cuando la protección y mejora respectivas, en su totalidad o en parte, representan un valor cultural de importancia para la nación; ii) “interés público” cuando la protección y la mejora respectivas todavía representan un valor cultural de importancia nacional, pero para el cual el régimen de protección inherente a la clasificación como de interés nacional resulta desproporcionado; iii) “interés municipal” significa bienes cuya protección y mejora, en todo o en parte, representan un valor cultural de importancia predominante para un municipio determinado. La

bienes inmuebles clasificados como de interés nacional, ya sean monumentos, colecciones o sitios, se adoptará la designación “monumento nacional” y para los bienes muebles clasificados como de interés nacional se creará la designación “tesoro nacional”. Dicha Ley (en el art. 18), define por “clasificación” el acto final del procedimiento administrativo mediante el cual se determina que un determinado activo tiene un valor cultural inestimable. Según el mismo artículo (n.s 2 a 4), los bienes muebles pertenecientes a particulares solo pueden clasificarse como de interés nacional cuando su degradación o pérdida constituye una pérdida irreparable para el patrimonio cultural y solo aquellos que están clasificados como de interés público son que son altamente valorados y cuya exportación definitiva desde el territorio nacional puede constituir un daño grave al patrimonio cultural. La clasificación de bienes muebles de interés municipal solo es posible con el consentimiento de los respectivos propietarios.

Con respecto a la protección de bienes muebles e inmuebles (art. 31) todo lo bien clasificado como de interés nacional¹⁷ está sujeto a una supervisión especial del Estado, que, en las Regiones Autónomas,¹⁸ debe compartirse con los propios órganos rectores o, según el caso, con las organizaciones internacionales competentes, de conformidad con el derecho y las leyes internacionales. El mismo artículo también establece que el registro patrimonial de clasificación se abrirá a los propietarios, poseedores y otros titulares de derechos reales sobre los bienes culturales clasificados, acceso a esquemas de apoyo, incentivos, financiación y estipulación de acuerdos y otros contratos a los que se refiere el n. 1 del art. 60 de la Ley 107/2001, reforzada en proporción al mayor peso de las limitaciones. Los bienes clasificados como de interés nacional y municipal estarán sujetos, con las adaptaciones necesarias, a las limitaciones mencionadas en los párrafos 2 y 4 del art. 60,¹⁹ así como todas las demás

existencia de las categorías y designaciones a las que se hace referencia en este artículo no afecta la posible relevancia de otros, especialmente cuando está previsto en el derecho internacional (n.s 4 a 6 y 8, art. 15 Ley 107/2001 de 08/08).

¹⁷ La clasificación de un bien como de interés nacional consume cualquier clasificación que ya exista como interés público, de interés regional, de valor municipal o de interés municipal, y los registros respectivos deben cancelarse.

¹⁸ Azores y Madeira.

¹⁹ Los bienes clasificados como de interés público están sujetos a las siguientes restricciones y cargas: i) Obligación, por parte del titular, de comunicar la enajenación u otra forma de transferencia de propiedad u otro derecho real de disfrute, a los fines de actualizar el registro; ii) Sujeto a autorización previa para el desmembramiento o dispersión de los componentes del bien o colección; iii) Sujeto a autorización previa por parte del servicio competente de cualquier intervención dirigida a la alteración, conservación o restauración, que solo pueda ser realizada por técnicos especializados, de conformidad con los términos de la legislación de desarrollo; iv) Existencia de normas específicas sobre la transferencia o transferencia de especies de una institución a otra o entre servicios públicos; v) Someter la exportación a autorización previa o licencia; vi) Identificación de la propiedad a través de sus propios

condiciones y restricciones establecidas para ellos en esa ley y en la legislación de desarrollo.

En desarrollo de la Ley 107/2001, de 8 de septiembre, se creó el Fondo de Salvaguardia del Patrimonio Cultural mediante el Decreto-Ley 138/2009, de 15 de junio,²⁰ fondo público para bienes culturales creado por el Ministerio de Cultura. Este Fondo está destinado a financiar medidas de protección y mejora en relación con: i) edificios, complejos y sitios incluidos en la lista del patrimonio mundial; ii) bienes culturales clasificados, o en proceso de clasificación, como de interés nacional o público en riesgo de destrucción, pérdida o deterioro.²¹

Posteriormente, la Ley 42/2017, de 14 de junio, estableció el régimen para el reconocimiento y la protección de establecimientos y entidades de interés histórico, cultural o social local (RRPEEIHCSL). Este régimen se aplica a “tiendas con historia”,²² al “comercio tradicional”,²³ a “establecimientos de interés local, histórico, cultural o social”²⁴ y “Entidades de interés histórico y cultural o social local”.²⁵

signos, especialmente en el caso de bienes inmuebles; vii) Obligación de tener un documento para registros y notas en posesión del titular respectivo. [...] En cumplimiento de los principios generales aplicables, la ley también puede establecer, teniendo en cuenta la situación concreta del bien o tipo de bienes en cuestión, un régimen diferenciado de limitaciones, a saber, espacial (n.s 2 y 4 art. 60 Ley 107/2001).

²⁰ Decreto-Lei n. 138/2009, de 15 de junho Ministério da Cultura (2009). *Diário da República: Série I*, n. 113, 3646 – 3647. Disponible en: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/138/2009/06/15/p/dre/pt/html>. (actualizado por Decreto-Ley 35/18 de 18/05, Presidência do Conselho de Ministros, *Diário da República: Série I*, n. 96, 2206 – 2207. Disponible: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/35/2018/05/18/p/dre/pt/html>).

²¹ Este Fondo también está destinado a: i) ayudar a situaciones de emergencia o calamidad pública en relación con bienes culturales clasificados, o en proceso de clasificación, como de interés nacional o interés público; ii) Financiar operaciones de rehabilitación, conservación y restauración de propiedades clasificadas bajo el Programa de Gestión del Patrimonio Inmobiliario del Estado, aprobado por la Resolución del Consejo de Ministros nº 162/2008, de 24 de octubre; iii) Financiar la adquisición de bienes culturales clasificados, o en proceso de clasificación, es decir, mediante el ejercicio del derecho de preferencia por parte del Estado o la expropiación; iv) Brindar apoyo financiero a obras o intervenciones ordenadas por la Administración Pública en relación con bienes culturales clasificados, o en proceso de clasificación, como de interés nacional o interés público. El Fondo de Salvaguardia puede establecer mecanismos de articulación con otros fondos públicos o privados que tengan como objeto operaciones de rehabilitación, conservación y restauración de propiedades. Este mecanismo cubre propiedades, grupos y sitios clasificados, o en proceso de clasificación, así como propiedades ubicadas en las respectivas zonas de protección.

²² “Tiendas con historia”: establecimientos comerciales con un valor histórico especial cuya preservación debe ser cuidada cf. art. 2.a, Ley 42/2017, 14/06.

²³ “Comercio tradicional”: la actividad de comercio local que se lleva a cabo en pequeños establecimientos ubicados fuera de grandes áreas comerciales, especializados en la venta de un producto o en la prestación de un servicio, con la excepción de actividades no sedentarias, a saber, en puestos o ferias. *Ídem* art. 2.b.

²⁴ “Establecimientos de interés histórico, cultural o social local”: significa tiendas con una historia o establecimientos de comercio tradicional, restaurantes o bebidas, abiertos al público, que, debido a su

De conformidad con el RRPEEIHCSL (art. 7), los establecimientos o entidades de interés local histórico, cultural o social se benefician de las siguientes medidas de protección: i) protección prevista en el régimen legal de arrendamiento urbano; ii) protección prevista en el régimen legal para obras en edificios alquilados; iii) Acceso a programas municipales o nacionales para apoyar establecimientos y entidades de interés histórico, cultural o social local.

Los propietarios de bienes en los que se reconoce que un establecimiento o entidad tiene un interés histórico, cultural o social local pueden acceder a los beneficios o exenciones fiscales que otorgarán los municipios, de conformidad con la legislación vigente. Los arrendatarios de bienes en los que se encuentra un establecimiento o entidad reconocida por tener un interés histórico, cultural o social local, disfrutan del derecho de primer rechazo en la transferencia de bienes inmuebles o partes de bienes en los que están instalados, de conformidad con los términos de la legislación vigente. Los municipios disfrutan del derecho de primer rechazo a las onerosas transferencias de bienes inmuebles, o partes de bienes inmuebles, en los que se instala un establecimiento o entidad reconocida como de interés histórico, cultural o social local, según los términos de la legislación vigente. Los inquilinos de bienes en los que se encuentra un establecimiento o entidad reconocida como que tiene un interés histórico, cultural o social local pueden llevar a cabo los trabajos de conservación esenciales para la conservación y salvaguarda del arrendado, el establecimiento o la entidad cuando, después de que se les solicite, el arrendador no los activa en un tiempo razonable.

Motivado para atraer inversiones para el sector cultural, el régimen de Permiso de Residencia para Actividades de Inversión (ARI)²⁶ permite a los nacionales de Terceros Estados obtener un permiso de residencia temporal para actividades de inversión con la exención de una visa de residencia para entrar en el territorio nacional, que es competencia del Servicio de Extranjeros y Fronteras (SEF). Los ciudadanos extranjeros que realizan una actividad de inversión, ya sea en persona o a través de una empresa constituida en Portugal o en otro Estado de la Unión Europea y con un establecimiento permanente en Portugal, pueden solicitar autorización de

actividad y patrimonio material o inmaterial, constituyen una referencia viva en la actividad económica, cultural o social local. *Ibidem* art. 2.c.

²⁵ “Entidades de interés histórico, cultural o social local”: significa entidades con o sin fines de lucro, a saber, grupos culturales, recreativos y deportivos o asociaciones culturales que, debido a su actividad y patrimonio material o inmaterial, constituyen una referencia cultural o social relevante a nivel local. *Ibidem* art. 2.d.

²⁶ Ley 23/2007 de 4 julio, “Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional”, en la redacción de la Ley 102/2017, de 28/08. *Diário da República: Série I*, n. 165.

inversión cuando cumplan con el requisito cuantitativo y el requisito de tiempo previsto en la legislación aplicable.

El derecho de residencia a través de la inversión en el sector cultural implica la transferencia de capital por un monto igual o superior a 250 mil euros,²⁷ que se aplica en inversión o apoyo a la producción artística, recuperación o mantenimiento del patrimonio cultural nacional, a través de servicios administrativos institutos públicos centrales y periféricos directos, entidades que integran el sector empresarial público, fundaciones públicas, fundaciones privadas con servicio público, entidades intermunicipales, entidades que integran el sector empresarial local, entidades asociativas municipales y asociaciones culturales públicas, que realizan tareas en el área de producción artística, recuperación o mantenimiento del patrimonio cultural nacional.^{28,29}

2 Beneficios fiscales relativos al patrimonio histórico español y portugués

2.1 Beneficios fiscales y Patrimonio Histórico Español

El tratamiento tributario vinculado a la adquisición, tenencia y cesión de bienes integrantes del patrimonio cultural español está regulado de forma dispersa en su ordenamiento. En este sentido hay aspectos contenidos en la propia normativa general de patrimonio histórico (LPHE), y en su normativa de desarrollo, pero también en la normativa autonómica. Del mismo modo, hay aspectos fiscales contenidos en la legislación específica de cada tributo, pero también en normativas fiscales más generales como, por ejemplo, en la Ley 49/2002, de régimen fiscal de las entidades sin fines lucrativos y de los incentivos fiscales al mecenazgo (en adelante, Ley 49/2002).

La LPHE establece medidas de fomento del patrimonio cultural de carácter fiscal y financiero, como en este segundo caso, la preferencia de acceso al crédito oficial que se da a la financiación de obras de conservación, mantenimiento y rehabilitación de ese patrimonio (art. 67), o la necesaria consignación de un porcentaje del presupuesto de cada obra pública para la financiación de trabajos de conservación o enriquecimiento del patrimonio cultural (art. 68).³⁰ Junto a ellas, la norma establece ciertos beneficios fiscales para lograr “el fomento del cumplimiento de los deberes y

²⁷ Cf. art. 65.-A.1.f) del Decreto-Reglamentar 84/07 de 5/nov en la redacción del Decreto-Reglamentar 15-A/2015, 02/09.

²⁸ Cf. art. 3.1.d).vi) y 2, Ley 102/2017, “Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional” (realizando la quinta actualización de Ley 23/2007 de 04/07). *Diário da República: Série I*, n. 165.

²⁹ De antemano, la Oficina de Estrategia, Planificación y Evaluación Cultural (GEPAC) debe emitir una declaración que demuestre la inversión en el sector cultural.

³⁰ Lo que se conoce como el “uno por cien cultural”. Así, Guerrero, V. F. (2012), El patrimonio inmueble, *Revista PH*, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 82, 50-53.

en compensación a las cargas que en esta Ley se imponen a los titulares o poseedores de los bienes integrantes del Patrimonio Histórico Español”. No obstante, para disfrutar de tales beneficios se imponen ciertos condicionamientos. Y así, y como añade el art. 69.2, sólo podrán disfrutar de tales beneficios los bienes inscritos en el Registro General, o en el Inventario General, en el supuesto de bienes muebles, lo que supone la exclusión de la aplicación de los beneficios fiscales a los bienes de interés cultural que no estén inscritos, aun cuando a sus titulares se les imponen las cargas y obligaciones derivadas de su calificación como bienes del patrimonio histórico.³¹

Los titulares de los bienes inscritos en el Registro o en el Inventario General en los términos previstos en la LPHE disponen de una serie de beneficios fiscales, que se refieren a distintos tributos, estatales y municipales, y que veremos a continuación.³²

a) El Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas

La Ley 35/2006, de 28 de noviembre, del Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas (LIRPF), recoge en su art. 14.2.j, una regla especial de imputación temporal de las ayudas públicas otorgadas por las administraciones competentes a los titulares de bienes de interés cultural inscritos en el Registro General, que deberían tributar en este impuesto, cuando dichas ayudas están destinadas a su conservación y rehabilitación, previendo que dichas ayudas puedan imputarse por cuartas partes en el periodo impositivo en que se obtengan y en los tres siguientes, siempre y cuando cumplan las exigencias establecidas en la norma. Ello supone un beneficio para el sujeto titular de los bienes y perceptor de la ayuda, al poder paliar con este fraccionamiento la progresividad del impuesto.

La LIRPF contempla además en su art. 68.5 tres deducciones en la cuota del impuesto.³³

³¹ Señala el precepto que: “Para disfrutar de tales beneficios, salvo el establecido en el artículo 72.1, los bienes afectados deberán ser inscritos previamente en el Registro General que establece el artículo 12, en el caso de Bienes de Interés Cultural, y en el Inventario General a que se refieren los artículos 26 y 53, en el caso de bienes muebles. En el caso de Conjuntos Históricos, Sitios Históricos o Zonas Arqueológicas, sólo se considerarán inscritos los inmuebles comprendidos en ellos que reúnan las condiciones que reglamentariamente se establezcan”.

³² La revisión que se efectúa es la de los beneficios establecidos por el Estado en el ámbito de tributos estatales y municipales, sin perjuicio de que las Comunidades Autónomas tengan en esta materia cierta capacidad regulatoria en el ámbito de los tributos estatales cedidos, y por supuesto en la de los tributos propios que les pudieran afectar. *Vide*, con detalle Castillo, J. L. M.; Herrero, M. V.; García, A. V. (2004). *Beneficios fiscales al patrimonio histórico español*. León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales, p. 12. La referencia normativa del propio beneficio es la contemplada en la propia regulación fiscal.

³³ El art. 70.1 de la LPHE contempla una deducción similar a la referida para los contribuyentes del Impuesto, “equivalente al 20 por 100 de las inversiones que realicen en la adquisición, conservación, reparación, restauración, difusión y exposición de bienes declarados de interés cultural, en las

- del 15 por ciento del importe de las inversiones o gastos que se realicen para “adquisición de bienes del Patrimonio Histórico Español, fuera del territorio español para su introducción dentro de dicho territorio, siempre que los bienes sean declarados bienes de interés cultural o incluidos en el Inventario general de bienes muebles en el plazo de un año desde su introducción y permanezcan en territorio español y dentro del patrimonio del titular durante al menos cuatro años”;
- del 15 por ciento del importe de las inversiones o gastos que realicen para: “conservación, reparación, restauración, difusión y exposición de los bienes de su propiedad que estén declarados de interés cultural conforme a la normativa del patrimonio histórico del Estado y de las Comunidades Autónomas, siempre y cuando se cumplan las exigencias establecidas en dicha normativa, en particular respecto de los deberes de visita y exposición pública de dichos bienes (art. 68.5 b);
- del 15 por ciento del importe de las inversiones o gastos que realicen para “rehabilitación de edificios, el mantenimiento y reparación de sus tejados y fachadas, así como la mejora de infraestructuras de su propiedad situados en el entorno que sea objeto de protección de las ciudades españolas o de los conjuntos arquitectónicos, arqueológicos, naturales o paisajísticos y de los bienes declarados Patrimonio Mundial por la UNESCO situados en España” (art. 68.5 c).³⁴

La Ley también contempla medidas de beneficio fiscal dirigidas a quienes en general pudieran contribuir económicamente a la protección del PHE. Así, según el art. 68.3 de la LIRPF y 19 y 20 de la Ley 49/2002, quienes realizaran aportaciones a favor de las entidades consideradas beneficiarias del mecenazgo según el artículo 16 de la citada Ley, entre las que se encuentran las fundaciones y asociaciones que persigan fines de conservación, protección y difusión del Patrimonio Cultural,³⁵ tendrán también derecho a aplicarse una deducción en la cuota íntegra del impuesto. En este caso, la base de la deducción correspondiente al conjunto de donativos, será determinada según lo dispuesto en el artículo 18 de la Ley 49/2002, aplicándose el 75 por ciento de deducción sobre los primeros 150 euros de la base de la deducción y el 30 por ciento

condiciones que por vía reglamentaria se señalen”, sin que – añade – pueda exceder del 30 por 100 de la base imponible. La deducción aplicable es la prevista en la LIRPF.

³⁴ Un problema que surge con estas deducciones es que como se indica en el art. 69.1 de la LIRPF, la base de deducción no puede exceder del 10 por ciento de la base liquidable del contribuyente, sin que pueda trasladarse a ejercicios posteriores, lo que dificulta el acceso a la deducción a contribuyentes con rentas no demasiado elevadas o cuando se trate de obras de conservación de gran envergadura. Así, en el “Informe sobre el Estatuto jurídico tributario del coleccionista en España y posibles medidas que contribuyan a su promoción” (FUNDACIÓN ARTE Y MECENAZGO, 2014, p. 17).

³⁵ Y también las Administraciones públicas (Estado, Comunidades Autónomas y Entes Locales, incluidos sus organismos o entidades autónomos); las Universidades públicas y colegios mayores adscritos a ellas; y otras entidades (Iglesia Católica y otras iglesias, confesiones y comunidades religiosas).

sobre el resto de la base. Este último porcentaje aumenta al 35 por ciento cuando en los dos períodos impositivos inmediatos anteriores se hubieran realizado donativos, donaciones o aportaciones con derecho a deducción en favor de una misma entidad por importe igual o superior, en cada uno de ellos, al del ejercicio anterior.³⁶

Finalmente, el art. 97.3 de la LIRPF prevé la posibilidad de pagar la deuda tributaria correspondiente a este impuesto mediante la entrega de bienes integrantes del patrimonio cultural inscritos en el Registro General o en el Inventario General de Bienes Muebles, quedando exentas las posibles ganancias patrimoniales derivadas de esta dación.³⁷

b) El Impuesto sobre Sociedades

Las entidades y demás personas jurídicas contribuyentes que realicen aportaciones para financiar actuaciones de conservación, reparación, restauración, difusión y exposición de bienes del PHE tienen derecho a la aplicación de una deducción sobre la cuota íntegra. Así, conforme al art. 18 de la Ley 49/2012, se podrán deducir el 35 por 100 de la base de la deducción determinada según lo dispuesto en el propio artículo. Dicho porcentaje podrá ser del 40 por ciento si en los dos períodos impositivos inmediatos anteriores se hubieran realizado donativos, donaciones o aportaciones con derecho a deducción en favor de una misma entidad por importe igual o superior, en cada uno de ellos, al del período impositivo anterior.³⁸

La Ley 27/2014, de 27 de noviembre, del Impuesto sobre Sociedades también prevé en su art. 125.2, la posibilidad de pago de la deuda tributaria mediante la entrega de bienes integrantes del PHE en los términos ya vistos.

c) El Impuesto sobre el Patrimonio

La Ley 19/1991, de 6 de junio, reguladora de este Impuesto (LIP),³⁹ prevé beneficios fiscales aplicables a la titularidad de ciertos bienes integrantes del PHE. Así, el artículo 4.1) establece una exención para los bienes inscritos en el Registro General de Bienes de Interés Cultural o en el Inventario General de Bienes Muebles. Y también

³⁶ La base de esta deducción también se computará a efectos del límite del 10 por ciento de la base liquidable del contribuyente contemplado en el artículo 69.1 de la LIRPF.

³⁷ Las Administraciones recaudadoras, normalmente más interesadas en los pagos dinerarios, son muy reticentes a la aceptación de esta fórmula en casos en los que se presenta como una necesidad para el contribuyente. Así, Fundación Arte y Mecenazgo (2014), *ob. cit.*, 25.

³⁸ La base de esta deducción también está sometida al límite del 10 por 100 de la base imponible del período impositivo, si bien en este caso las cantidades que excedan se podrán aplicar en los períodos impositivos que concluyan en los diez años inmediatos y sucesivos.

³⁹ Este impuesto cedido totalmente a las Comunidades Autónomas es prácticamente mantenido en todas, salvo en alguna de ellas como Madrid que mantiene su decisión de la bonificación del 100 por 100 de la cuota.

a los bienes comprendidos en la disposición adicional segunda de la LPHE, siempre que hayan sido calificados como bienes de interés cultural por el Ministerio de Cultura e inscritos en el Registro correspondiente.⁴⁰ El art. 4.2 de la LIP exenciona de gravamen a los bienes culturales de conjunto, en el supuesto de Zonas Arqueológicas y Sitios o Conjuntos Históricos, pero sólo respecto a los bienes inmuebles ubicados dentro del perímetro de delimitación que reúnan una serie de condiciones.⁴¹ También a los bienes integrantes del Patrimonio Histórico de las Comunidades Autónomas, que hayan sido calificados e inscritos de acuerdo con lo establecido en sus normas reguladoras. El artículo 4.3 de la LIP declara exentos los objetos de arte y antigüedades que no sean objeto de una especial protección, esto es, no inscritos en los correspondientes registros cuando sean de escaso valor económico.⁴² Y también los objetos de arte y antigüedad comprendidos en el artículo 19 de la LIP, cuando hayan sido cedidos por sus propietarios en depósito permanente por un período no inferior a tres años a Museos o Instituciones Culturales sin fin de lucro para su exhibición pública, mientras se encuentren depositados. Finalmente exenciona la obra propia de los artistas mientras permanezca en el patrimonio del autor.

El art. 36.2 de la LIP también contempla la posibilidad de pagar la cuota de este impuesto mediante la entrega de bienes de interés cultural en las condiciones ya referidas.

d) El Impuesto sobre Sucesiones y Donaciones

El artículo 20.2.c) de la Ley 29/1987, de 18 de diciembre, del Impuesto sobre Sucesiones y Donaciones, (LISD) establece una reducción para los supuestos de adquisiciones *mortis causa* de bienes del PHE, del 95 por ciento de su valor y sujeta al cumplimiento de unos requisitos: el adquirente ha de ser el cónyuge, un descendiente o un adoptado de la persona fallecida; ha de tratarse de bienes integrantes del PHE o del PC de las Comunidades Autónomas, en la medida en que gocen de exención del IP; y, el bien ha de permanecer en el patrimonio del adquirente durante los 10 años

⁴⁰ La mencionada disposición adicional comprende a los castillos de España; los escudos, emblemas, piedras heráldicas, rollos de justicia, cruces de término y demás piezas y monumentos de análoga índole cuya antigüedad sea superior a los cien años y, finalmente, los hórreos y “cabazos” de no menos de cien años de antigüedad existentes en Galicia y Asturias.

⁴¹ Así, en las Zonas Arqueológicas, los bienes inmuebles incluidos como objeto de especial protección en el instrumento de planeamiento urbanístico a que se refiere el artículo 20 de la LPHE. Y en Sitios o Conjuntos Históricos, los que cuenten con una antigüedad igual o superior a 50 años y estén incluidos en el Catálogo previsto en el artículo 86 del Reglamento de Planeamiento Urbanístico como objeto de protección integral en los términos previstos en el artículo 21 de la LPHE.

⁴² El problema que plantea este supuesto es que los umbrales económicos determinantes de la exención fueron establecidos en el año 1986 y no han sido objeto de actualización desde entonces, con lo que debido a la depreciación monetaria, muchos bienes están saliendo de su ámbito objetivo.

siguientes al fallecimiento del causante, salvo que el mismo fallezca. Para las donaciones de estos bienes el artículo 20.7 de la LISD contiene el mismo beneficio, exigiendo los requisitos referidos y además, de forma adicional, que el donante sea una persona mayor de 65 años o con incapacidad permanente absoluta o gran invalidez.

Por su parte, cabe recordar, que la Ley 49/2002 prevé dos tipos de beneficios fiscales, aplicables en el IRPF o en el IS según la naturaleza jurídica del aportante, para los supuestos de donativos o donaciones irrevocables puras y simples de bienes del PHE a favor de las entidades calificadas como beneficiarias del mecenazgo (arts. 17 a 20), consistiendo en la deducción de una parte del valor del bien donado de la cuota íntegra del IRPF o del IS. Como un beneficio fiscal complementario se establece una exención total de las ganancias patrimoniales puestas de manifiesto con ocasión de estas donaciones en el IRPF, en el IS, o en el Impuesto sobre la Renta de los No Residentes (IRNR) conforme el art. 23.1 de la Ley 49/2002.

También se puede pagar la cuota de este impuesto mediante la entrega de bienes de interés cultural en las condiciones previstas (art. 36.3).

e) El Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales y Actos Jurídicos Documentados

El Real Decreto Legislativo 1/1993, de 24 de septiembre, por el que se aprueba el Texto Refundido de la Ley del Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales y Actos Jurídicos Documentados sólo bonifica la transmisión onerosa de bienes integrantes del patrimonio cultural cuando su destino sea el desarrollo de los acontecimientos de excepcional interés público referidos en el mismo (Disposiciones Transitorias Segunda y Tercera). Las restantes transmisiones de estos bienes no quedan exentas de este impuesto salvo que el sujeto pasivo sea una entidad sin fin lucrativo (art. 45 I A b).

f) El Impuesto sobre el Valor Añadido

La Ley 37/1992, de 28 de diciembre, reguladora del impuesto (LIVA) exonera de gravamen a las importaciones temporales de obras de arte (régimen aduanero suspensivo previstos en el art. 24 LIVA, como el de la importación temporal).⁴³ En caso de incumplimiento de los plazos de la importación temporal o de la normativa que configura el régimen aduanero especial, sí que procedería la liquidación. La importación temporal con opción de venta de los bienes también se beneficiaría de la

⁴³ Arts. 17 y 18.2 de la LIVA. Las importaciones temporales son aquellas que tienen un período de duración determinado y limitado en el tiempo. La importación temporal es la otra cara de la moneda del régimen de exportación temporal previsto en el artículo 31 de la LPHE. Desde el punto de vista fiscal en el ámbito de las obras de arte no hay derechos de arancel, esto es, no hay que satisfacer derechos de aduanas, pues todas son libres. *Vide* Martínez, A. G. (2015). “La protección del patrimonio histórico español a través de la normativa fiscal”, AFDUAM 19, 298-302.

exención en virtud de lo dispuesto en el mismo artículo, dado que le resulta aplicable el régimen suspensivo aduanero de la importación temporal.

El artículo 54 de la LIVA establece una exención para la importación de objetos de colección o de arte de carácter educativo, científico o cultural, no destinados a la venta e importados por museos, galerías y otros establecimientos autorizados para recibir esos objetos con exención. La exención está condicionada a que los objetos se importen a título gratuito o, si lo son a título oneroso, que sean entregados por una persona o entidad que no actúe como empresario o profesional. Además, y conforme al art. 17 del Reglamento del IVA, esta exención está condicionada a su autorización por la Administración tributaria, por lo que tiene que ser previamente solicitada por el interesado.⁴⁴

En el caso de importaciones definitivas de bienes con vocación de permanencia, siempre que se haya sido realizada legalmente y esté debidamente documentada, y una vez que el interesado hubiese solicitado a la Comunidad Autónoma competente la inclusión en el Inventario General de Bienes Muebles o que sean declarados Bienes de Interés Cultural, su titular puede disfrutar de los correspondientes beneficios fiscales, condicionados a que dichos bienes permanezcan en el territorio español y dentro de su patrimonio al menos durante cuatro años. Así, y como se ha visto, en el ámbito del IRPF, las personas físicas que adquieran bienes del PHE en el extranjero para introducirlos dentro del territorio español, cuando se den las condiciones referidas, gozarán de la deducción prevista. Por lo demás, a las importaciones definitivas de bienes muebles del PHE se les aplica el tipo reducido del 10 por ciento, en virtud de lo dispuesto en el artículo 91.4) para las importaciones y 91.5) para las adquisiciones intracomunitarias. Además, a la reventa de este tipo de bienes le resultará aplicable el régimen especial previsto en el artículo 136 de la LIVA para los bienes usados, objetos de arte, antigüedades y objetos de colección.⁴⁵

g) El Impuesto sobre Bienes Inmuebles

El art. 62.2.b) del Real Decreto Legislativo 2/2004, de 5 de marzo, por el que se aprueba el Texto Refundido de la Ley Reguladora de las Haciendas Locales (TRLRHL), establece una exención total, permanente, y rogada para determinados tipos de bienes inmuebles del PHE, y para otros que estén en explotación económica y sean de

⁴⁴ Lógicamente, esta exención opera fundamentalmente en las importaciones definitivas, ya que las temporales, como hemos visto, no estarán sujetas al constituir ese régimen aduanero suspensivo especial.

⁴⁵ Dispone el art. 72. 2 de la LPHE que “quedan exentas de todo tributo las importaciones de bienes muebles que sean incluidos en el Inventario o declarados de interés cultural conforme a los artículos 26.3 y 32.3, respectivamente. La solicitud presentada a tal efecto por sus propietarios, en el momento de la importación, tendrá efectos suspensivos de la deuda tributaria”.

titularidad de determinados sujetos.⁴⁶ De no cumplirse esta condición, tales bienes no gozarán de exención, pudiendo los municipios establecer una bonificación sobre la cuota íntegra del IBI, limitada como máximo al 95 por ciento de la misma.

Los inmuebles que quedarán exentos son los declarados monumento o jardín histórico de interés cultural, en la forma establecida por el art. 9 de la LPHE y inscritos en el Registro General como integrantes del PHE.⁴⁷ También los comprendidos en las disposiciones adicionales primera, segunda y quinta de la LPHE, es decir: los inmuebles que con anterioridad a dicha ley hubieran sido declarados histórico-artísticos o incluidos en el Inventario del Patrimonio Artístico y Arqueológico de España; los inmuebles a que se refieren los Decretos de 22 de abril de 1949, 571/1963 y 499/1973;⁴⁸ y aquellos que formen parte del Patrimonio Nacional y puedan incluirse en el ámbito del Patrimonio Histórico Español, sin perjuicio de su afectación y régimen jurídico propio. Por lo demás, esta exención no alcanzará a cualesquiera clases de bienes urbanos ubicados dentro del perímetro de las zonas arqueológicas y sitios y conjuntos históricos, globalmente integrados en ellos, sino, exclusivamente: los incluidos como objeto de especial protección en el instrumento de planeamiento urbanístico a que se refiere el art. 20 de la LPHE; y finalmente a aquellos ubicados en sitios o conjuntos históricos que cuenten con una antigüedad igual o superior a cincuenta años y estén incluidos en el catálogo previsto en el Reglamento de Planeamiento, como objeto de protección integral en los términos previstos en el art. 21 de la LPHE.

Por lo demás, y respecto a los bienes integrantes del PHE que cumplan los requisitos para estar exentos pero que estén afectos a explotaciones económicas, quedan excluidos desde 2013 de la exención, salvo que sean contribuyentes determinados sujetos: Estado, Comunidades Autónomas y Corporaciones locales, así como los organismos autónomos del Estado y las entidades de derecho público de análogo carácter de estos dos últimos. También se exceptiona a los inmuebles a los

⁴⁶ El 69.3 de LPHE dispone al respecto que: “en los términos que establezcan las Ordenanzas Municipales, los bienes inmuebles declarados de interés cultural quedarán exentos del pago de los restantes impuestos locales que graven la propiedad o se exijan por su disfrute o transmisión, cuando sus propietarios o titulares de derechos reales hayan emprendido o realizado a su cargo obras de conservación, mejora o rehabilitación en dichos inmuebles”.

⁴⁷ La declaración de los inmuebles como bienes de interés cultural y a su inscripción en el Registro general de tales bienes, previsto en la normativa estatal del Patrimonio Histórico Español, no se refiere a la declaración e inscripción como bien de interés cultural que haya sido realizada por una Comunidad Autónoma. Si el bien inmueble se encontrase inscrito únicamente en el Registro de la Comunidad Autónoma, se plantearía el problema de que no se podría reconocer en principio la exención del mismo en el IBI al no constar inscrito en el Registro estatal.

⁴⁸ Castillos de España, determinados monumentos de antigüedad superior a cien años (escudos, emblemas, piedras heráldicas, rollos de justicia, cruces de término y demás piezas y monumentos de análoga índole), y hórreos y cabazos de no menos de cien años de antigüedad de Galicia y Asturias.

que les resulte de aplicación alguno de los supuestos de exención de la Ley 49/2002. El legislador prevé para estos bienes excluidos de la exención un nuevo beneficio fiscal, consistente en una bonificación potestativa de hasta el 95 por ciento de la cuota íntegra del impuesto (art. 74.2 ter) del TRLRHL).

h) El Impuesto sobre Incremento del Valor de los Terrenos de Naturaleza Urbana

Conforme a lo dispuesto en el art. 105.1.b) del TRLRHL están exentos los incrementos de valor que se pongan de manifiesto como consecuencia de las transmisiones de bienes que se encuentren dentro del perímetro delimitado como Conjunto Histórico-Artístico, o hayan sido declarados individualmente de interés cultural, según lo establecido en la LPHE, cuando sus propietarios o titulares de derechos reales acrediten que han realizado a su cargo obras de conservación, mejora o rehabilitación en dichos inmuebles. A estos efectos, el precepto se remite a la correspondiente ordenanza fiscal para el establecimiento de los aspectos sustantivos y formales de la exención

i) El Impuesto sobre Construcciones, Instalaciones y Obras

El TRLHL permite finalmente en el art. 103.2 que las ordenanzas fiscales municipales puedan establecer una bonificación de hasta el 95 por ciento de la cuota a favor de las construcciones, instalaciones u obras que sean declaradas de especial interés o utilidad municipal por concurrir circunstancias sociales, culturales, histórico artísticas o de fomento del empleo que justifiquen tal declaración. Corresponderá dicha declaración al Pleno de la Corporación y se acordará, previa solicitud del sujeto pasivo, por voto favorable de la mayoría simple de sus miembros.

2.2 Beneficios fiscales y Patrimonio Histórico Portugués

Num momento em que o direito dos impostos vem sendo crescentemente utilizado pelos demais ramos do direito como instrumento de prossecução dos mais variados objetivos, não surpreende que também o direito dos bens culturais faça o mesmo, socorrendo-se do direito fiscal para prosseguir as políticas de proteção e valorização do património cultural (NABAIS, 2010, p. 80).

El tratamiento tributario vinculado a la adquisición, tenencia y cesión de bienes integrantes del patrimonio cultural portugués está regulado de forma dispersa en su ordenamiento no existe normativa tributaria específica aplicable al patrimonio histórico. Encontramos, sí, aspectos fiscales contenidos en la legislación específica de cada tributo, pero también en normativas fiscales más generales como, por ejemplo, o

régimen fiscal de las entidades sin fines lucrativos de los incentivos fiscales al mecenazgo y de la rehabilitación urbana.

Los titulares de los bienes inscritos en el registro o en el inventario general en los términos previstos en la Ley 107/2001 disponen de una serie de beneficios fiscales, que se refieren a distintos tributos estatales y municipales, y que veremos a continuación.

a) El Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas (IRS)

El artículo 152 del Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas (CIRS)⁴⁹ establece la posibilidad de que los contribuyentes asignen el 0.5% de su IRS a entidades culturales que están registradas para este propósito.⁵⁰ Con esta medida, los contribuyentes pueden asignar parte de sus impuestos a la institución de su elección. Esta medida es absolutamente gratuita para los contribuyentes y, además, constituye un mecanismo de apoyo financiero para las entidades que pueden beneficiarse de ella, tiene la intención de estimular y optimizar la participación y la proximidad de los ciudadanos con la cultura (GEPAC, 2017).

Asimismo, los contribuyentes pueden renunciar a la deducción de la recaudación correspondiente al 15% del IVA⁵¹ a cargo del hogar respectivo, con el límite global de € 250, que consiste en facturas que certifican la prestación de servicios⁵² comunicados a la Autoridad Tributaria y Aduanera, valor que se atribuirá a la misma persona colectiva de utilidad pública que realiza actividades de naturaleza e interés cultural, elegidas por el contribuyente para recibir la asignación de cuota del IRS prevista en el artículo 152 del CIRS. Esta disposición prevista en el art. 78-A.2.c) ya incluye un costo para el contribuyente ya que generará más impuestos a pagar.

⁴⁹ “Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares” aprobado por Decreto-Ley 442-A/88, de 30/11, actualizado por la Ley 119/2019, de 18/09.

⁵⁰ Son elegibles las entidades con estado de utilidad pública y que realizan predominantemente actividades de naturaleza cultural y que requieren su inclusión en la lista de entidades beneficiarias. Todas las entidades culturales que cumplan estos dos requisitos y que tengan la intención de beneficiarse de este incentivo deben registrarse en la Oficina de Planificación y Estrategia de Evaluación Cultural, solicitando la atribución del beneficio y adjuntando una copia de los respectivos estatutos y el informe de actividad del año anterior, dirigido al Director General de la Oficina de Estrategia, Planificación y Evaluación Cultural (GEPAC).

⁵¹ Impuesto sobre el Valor en Añadido.

⁵² Siguiendo sectores de actividad: mantenimiento y reparación de vehículos automotores, motocicletas, sus partes y accesorios; alojamiento, restauración y similares; salones de peluquería y salones de belleza; actividades veterinarias.

b) El Impuesto sobre las Personas Colectivas⁵³

Las entidades y demás personas jurídicas contribuyentes que realizaran donación bajo la ley del mecenazgo cultural tienen derecho a la aplicación de una deducción sobre la cuota del IRC. Así, conforme a los arts. 62 y 62-B de lo Decreto-Ley 215/89 de 1 julio (EBF),⁵⁴ se podrán deducir el 30 por 100 de la base de la deducción determinada según lo dispuesto en el propio artículo. Dicho porcentaje podrá ser del 40 por ciento si bajo contratos plurianuales que establecen objetivos a ser alcanzados por las entidades beneficiarias y los montos a ser asignados por los sujetos pasivos.

Entre las entidades beneficiarias incluidas en el EBF, destacamos: i) el Estado, las Regiones Autónomas y las autoridades locales y cualquiera de sus servicios, establecimientos y organismos; ii) asociaciones de municipios y parroquias; iii) fundaciones en las que el Estado, las Regiones Autónomas o las autoridades locales participan en el patrimonio inicial. iv) cooperativas culturales, institutos, fundaciones y asociaciones que realizan actividades de naturaleza o interés cultural, a saber, la defensa del patrimonio histórico-cultural material e inmaterial; v) entidades que poseen o son responsables de museos, bibliotecas y archivos históricos y documentales.

c) El Impuesto del Sello

El Impuesto del Sello (art. 6) contempla la exención a las siguientes entidades: i) el Estado, las Regiones Autónomas, las autoridades locales y sus asociaciones y federaciones de derecho público y cualquiera de sus servicios, establecimientos y organismos, incluidos los institutos públicos, que no son de naturaleza empresarial; ii) instituciones de seguridad social; iii) personas jurídicas de utilidad pública administrativa y de mera utilidad pública; iv) instituciones privadas de solidaridad social y entidades legalmente equivalentes a ellas. Esto resulta en una exención para las transacciones realizadas en propiedades en las que intervienen bajo este impuesto.

d) El Impuesto Municipal sobre Transmisiones Onerosas de los Inmuebles (IMT)

Según el CIMT, art. 6.g) están exentas las adquisiciones de edificios clasificados como de Interés Nacional, Interés Público o Interés Municipal, según los términos de la Ley 107/2001,⁵⁵ de 8 de septiembre.

Según el EBF, art. 45 están exentos de IMT las adquisiciones de edificios urbanos destinados a rehabilitación urbana, siempre que, dentro de los tres años a partir de la

⁵³ "Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas" (no original) "IRC".

⁵⁴ Estatuto de Beneficios Fiscales con redacción de la Ley 82-B/2014, de 31/12.

⁵⁵ Vide punto 1.3 de este artículo.

fecha de adquisición, el comprador comience las obras respectivas. Las adquisiciones de un edificio urbano o una fracción autónoma de un edificio urbano destinado exclusivamente a vivienda propia y permanente también están exentas de IMT (art. 71 EBF), en la primera transferencia onerosa del edificio rehabilitado, cuando se encuentra en un Área de Rehabilitación Urbana (ARU).⁵⁶ Esta exención depende de la decisión de la Asamblea Municipal del municipio respectivo donde se inserta el edificio urbano.

La ARU definida por cada municipio comprende principalmente áreas dentro de sus centros históricos o circundantes, con énfasis en las clasificadas por la UNESCO, como ejemplo: la ARU de *São Sebastião* en Angra do Heroísmo, que tiene como objetivo la rehabilitación del Patrimonio Histórico de la Villa; la ARU de *Tomar* cuyo proyecto global es la conservación y restauración del Centro Histórico; la ARU de *Elvas*; la ARU de *Évora*; la ARU del Centro Histórico de Oporto y la ARU de *Guimarães*, entre otros.

e) El Impuesto sobre el Valor Añadido (IVA)

Aunque no específicamente destinada a propiedades clasificadas como patrimonio cultural, la reducción de la tasa de IVA del 23% al 6% en las siguientes obras beneficia a las obras allí realizadas:

- Contratos inmobiliarios en los que las autoridades locales, las empresas municipales cuyo objeto consiste en la rehabilitación y gestión urbana de propiedad total de organismos públicos, asociaciones de municipios, empresas públicas responsables de la red pública de escuelas o asociaciones secundarias y los bomberos son los propietarios de la obra, siempre que, en cualquier caso, los trabajos referidos se contraten directamente con el contratista (CIVA Lista I verba 2.19);
- Las obras de rehabilitación urbana, tal como se definen en un diploma específico, realizadas en edificios o en espacios públicos ubicados en áreas de rehabilitación urbana (áreas críticas para la recuperación y conversión urbana, áreas de intervención de sociedades de rehabilitación urbana y otras) delimitadas en términos legales o dentro del alcance de las operaciones de recalificación y rehabilitación de interés público nacional reconocido (CIVA Lista I presupuesto 2.23);
- Contratos de rehabilitación de bienes inmuebles que, independientemente de su ubicación, son contratados directamente al Fondo Nacional para la Rehabilitación de Edificios por su compañía administradora, o por el Instituto de Vivienda y Rehabilitación Urbana, IP (IHRU, IP), así como

⁵⁶ Las acciones de rehabilitación deben haber comenzado después del 1 de enero de 2008 y completarse antes del 31 de diciembre de 2020. Los edificios urbanos deben estar ubicados en áreas de rehabilitación urbana o deben ser edificios alquilados que puedan actualizarse en etapas según los términos de los artículos 27 y siguientes de lo NRAU.

aquellos que se llevará a cabo bajo esquemas especiales de apoyo financiero o fiscal para la rehabilitación de edificios o bajo programas apoyados financieramente por IHRU, I. P (CIVA Lista I presupuesto 2.24).

f) El Impuesto Municipal sobre Bienes Inmuebles (IMI)

Este impuesto incluye exenciones para los propietarios imposables y para las propiedades. La exención otorgada por el CIMI (art. 11) al Estado, las Regiones Autónomas y las autoridades locales, con respecto a las propiedades de su propiedad, aunque no cubre específicamente las propiedades clasificadas en conformidad con la Ley 107/2001, termina cubriéndolas.

También están exentos de IMI (art. 44 del EBF): i) asociaciones, organizaciones de cualquier religión o culto a las que se reconozca la personalidad jurídica, en lo que respecta a templos o edificios destinados exclusivamente al culto o para la realización de fines no económicos directamente relacionadas con él; ii) personas colectivas de utilidad pública administrativa y aquellas de mera utilidad pública, en lo que respecta a los edificios o parte de edificios destinados directamente a la realización de sus fines; iii) instituciones privadas de solidaridad social y otros servicios públicos reconocidos.

Según el EBF, art. 44.1.n.g) están expresamente exentos del IMI: i) edificios clasificados como Monumentos Nacionales y edificios clasificados individualmente como de interés público, o de interés municipal, según los términos de la legislación aplicable;⁵⁷ ii) los edificios o parte de edificios relacionados con tiendas con historia,⁵⁸ reconocidos por el municipio como establecimientos de interés histórico, cultural o social local y que integran el inventario nacional de establecimientos y entidades de interés histórico, cultural o social local, en los términos previstos en Ley 42/2017,⁵⁹ de 14 de junio.

Todavía, se acuerdo con los artículos 45 y 71 del EBF, los edificios urbanos sujetos a rehabilitación urbana están parcialmente exentos, para este propósito, los edificios urbanos deben ubicarse en áreas de rehabilitación urbana. Esta exención depende de la decisión de la Asamblea Municipal del municipio respectivo donde se encuentra el edificio.

g) Otros incentivos para la rehabilitación urbana

Además de las disposiciones contenidas en los diversos impuestos, el EBF incluye un conjunto de incentivos para la recalificación urbana, en áreas definidas por los

⁵⁷ Vide punto 1.3 de este artículo.

⁵⁸ "Tiendas con historia": establecimientos comerciales con un valor histórico especial cuya conservación debe ser atendida. Cf. Ley 42/2017 art. 2.1.a).

⁵⁹ Vide punto 1.3 de este artículo.

municipios en gran medida destinadas a áreas históricas. Ejemplos de estos son los siguientes: i) los ingresos relacionados con las unidades en fondos de inversión inmobiliaria, pagados o puestos a disposición de los respectivos titulares, sea por distribución o por medio de una operación de reembolso, están sujetos a retención de impuestos por el IRS o IRC, a tasa solo de 10% (EBF, art.71.2 2); ii) el saldo positivo entre las ganancias y pérdidas de capital resultantes de la venta de unidades de inversión en los fondos de inversión inmobiliaria se grava a una tasa del 10% cuando los tenedores son entidades no residentes⁶⁰ (EBF, art.71.3); iii) son deducibles a la cuota del impuesto 30 por ciento de los cargos a cargo del propietario, hasta al límite de € 500, relacionados con la rehabilitación de propiedades ubicadas en un Área de Rehabilitación Urbana y recuperadas bajo los términos de las estrategias de rehabilitación respectivas o propiedades arrendadas sujetas a actualización gradual bajo los términos de los artículos 27 y siguientes de la NRAU (EBF, art.71.4); iv) las ganancias de capital obtenidas por los contribuyentes del IRS que residen en territorio portugués se gravan con una tasa autónoma del 5%, sin perjuicio de la opción de inclusión, cuando se deban enteramente a la venta de propiedades ubicadas en un Área de Rehabilitación Urbana, recuperadas bajo los términos respectivas estrategias de rehabilitación (EBF art.71.5); v) los ingresos de la propiedad ganados por los contribuyentes del IRS que residen en territorio portugués, se gravan con una tasa del 5%, sin perjuicio de la opción de inclusión, cuando se derivan completamente del arrendamiento de propiedades ubicadas en un Área de Rehabilitación Urbana, recuperadas bajo los términos de las respectivas estrategias de rehabilitación o propiedades arrendadas que están sujetas a la actualización gradual de los alquileres según los términos de los artículos 27 y siguientes de la NRAU (EBF, art.71.6).

3 Conclusiones

Una vez analizada la legislación vigente, podemos decir que ambos ordenamientos jurídicos, el español y el portugués, incluyen regímenes de protección de su patrimonio histórico nacional y local que incorporan criterios reconocidos por la UNESCO. Sin embargo, no están regulados en un conjunto normativo homogéneo y directo. En este sentido, las medidas de beneficio fiscal articuladas en los distintos tributos y de sus ordenamientos apenas contribuyen a paliar las importantes cargas económicas que conlleva para sus titulares la adquisición o la conservación y mantenimiento de los bienes que lo integran, resultando con carácter general insuficientes.

⁶⁰ A las que no se aplica la exención prevista en el artículo 27 del Estatuto de Beneficios Fiscales o contribuyentes del IRS que residen en territorio portugués que obtienen ingresos fuera del alcance de una actividad comercial, industrial o agrícola y no optan por su inclusión.

En ambos los países, los bienes integrantes del patrimonio nacional y local que gravan su mera titularidad gozan de exenciones, si bien condicionadas a su inclusión dentro de las categorías específicas previstas y al cumplimiento de los requisitos referidos, lo que en ocasiones conllevan la imposibilidad de aplicación para sus titulares. La conservación, mantenimiento y difusión de estos bienes también es objeto de una cierta compensación fiscal, tanto si se realiza por los propios titulares de los bienes como por terceros, si bien limitada en sus efectos. La adquisición de bienes en el exterior se intenta estimular fiscalmente, pero nuevamente condicionada al cumplimiento de una serie de requisitos de categorización y permanencia, y con limitados efectos por la escasa cuantía de deducción. La adquisición por sucesión o donación es también objeto de reducción siempre que se cumplan requisitos de categorización, titularidad del adquirente y permanencia. Con respecto a la transmisión de bienes, las normativas de ambos países prevén ciertas deducciones para los supuestos de donaciones irrevocables puras y simples de bienes del patrimonio histórico nacional o local a favor de determinadas entidades, estableciendo como beneficio complementario una exención total de las ganancias patrimoniales con ocasión de estas donaciones. El ordenamiento jurídico español prevé la posibilidad en algunos tributos de dación de bienes del PHE como pago del gravamen tributario la cual resulta de igual modo limitada en sus efectos por las preferencias liquidatarias de pago ordinario de la Administración.

En definitiva, en España y Portugal hay un sistema disperso y limitado de incentivos en su montante y con múltiples restricciones que imposibilitan su aplicación generalizada. La protección fiscal en materia de adquisición y tenencia de tales bienes es sin duda susceptible de mejora, pudiendo adoptarse medidas más sostenibles y menos dispersas.

Referencias

CALVO, M. J. La función social de la propiedad y su proyección en el sistema de compensación urbanística. Ediciones Universidad de Salamanca, 2000. Disponible en: <https://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/55582/1/978-84-7800-904-6.pdf>.

CASTILLO, J. L. M.; HERRERO, M. V.; GARCÍA, A. V. **Beneficios fiscales al patrimonio histórico español**. León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales, 2004.

DECRETO n. 49/79, de 6 de junho. Adesão à Convenção para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção-Geral dos Negócios Políticos. **Diário da República: Série I**, n. 130, 1979. Disponible en: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/383404/details/maximized?q=valor%2Fen>.

DECRETO-Lei n. 138/2009, de 15 de junho. Ministério da Cultura. **Diário da República: Série I**, n. 113, p. 3646-3647, 2009. Disponible en: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/138/2009/06/15/p/dre/pt/html>.

DECRETO-Lei n. 35/2018, de 18 de maio. Alteração do fundo de Salvaguarda, da Presidência do Conselho de Ministros. **Diário da República: Série I**, n. 96, p. 2206-2207, 2018. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/35/2018/05/18/p/dre/pt/html>.

DIREÇÃO GERAL do Património Cultural. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial. Disponível em: <http://whc.UNESCO.org/en/guidelines>.

FERNÁNDEZ, J. G. La protección jurídica del Patrimonio Cultural. Nuevas cuestiones y nuevos sujetos a los diez años de la Ley del Patrimonio Histórico Español. **Revista Patrimonio Cultural y Derecho**, n. 1, p. 67-69, 1997.

FUNDACIÓN ARTE Y MECENAZGO. Informe sobre el estatuto jurídico tributario del coleccionista en España y posibles medidas que contribuyan a su promoción. Barcelona, 2014.

GEPAC. 2017. Disponível em: <http://www.gepac.gov.pt/incentivos/consignacao-de-05-de-irs-para-a-cultura.aspx>.

GUERRERO, V. F. El patrimonio inmueble. **Revista PH**, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 82, 50-53, 2012.

Lei n. 102/2017 de 28 de agosto, “Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional”, da Assembleia da República. **Diário da República: Série I**, n. 165, 2017. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/102/2017/08/28/p/dre/pt/html>.

Lei n. 107/2001, de 8 de setembro. “Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural”, Assembleia da República. **Diário da República: Série I-A**, n. 209, p. 5808-5829, 2001. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>.

LICERAS, J. M. A. (1999). La distribución de competencias entre el Estado y las Comunidades Autónomas en materia de Patrimonio Cultural Histórico-Artístico: soluciones doctrinales, *Revista Española de Derecho Constitucional*, 55.1-52. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/79635.pdf>.

MARTÍNEZ, A. G. La protección del patrimonio histórico español a través de la normativa fiscal. **AFDUAM**, n. 19, p. 298-302, 2015.

NABAIS, J. C. Noção e âmbito do Direito do Património Cultural. **RevCEDOUA**, ano 3, n. 6, p. 11-38, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/5721>.

NABAIS, J. C.; SILVA, S. T. **Direito do Património Cultural: legislação**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

NABAIS; J. C. **Introdução ao Direito do Património Cultural**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Comité Intergovernamental para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, (2018). **Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial**, Centro do Património Mundial. 17/01, edição em português/versão 2017, Lisboa, julho de 2018.

PORTARIA n. 22/2017, de 12 de janeiro, Finanças e Cultura. **Diário da República: Série I**, n. 9. 407. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/105750647/details/maximized>.

RAMOS, J. L. B.; CLARO, J. M. **Novos Estudos de Direito do Património Cultural**. Lisboa: Petrony, 2019.

RUS, G. Puntos de partida de la protección penal del patrimonio histórico, cultural y artístico. **Anuario de derecho penal y ciencias penales**, n. 48, p. 35-36, 1995.

SILVA F. S. **As Isenções de IMI e de IMT nos Conjuntos de Prédios Classificados como Monumentos Nacionais, de Interesse Público e de Interesse Municipal – Uma questão de in(co)erência**. 2017. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <http://www.porto.ucp.pt/en/node/15107>.

Turismo e património mundial Rio de Janeiro-Lisboa: regularidades urbanas num império comercial

Virgílio M. Machado*
Cláudia Helena Henriques**

Resumo: O enquadramento teórico da investigação assume que a produção de um espaço urbano é social, fruto de práticas, comunicações e trocas que pressupõem, reproduzindo, relações de poder. A exploração crescente de minas de ouro no Brasil, ao longo do século XVIII, aportou processos incrementados de partilha e interação entre cidades como Rio de Janeiro, enquanto capital de uma colónia e Lisboa, enquanto capital de um Império, integradas e unificadas em circuitos económicos, comerciais e financeiros. A relevância de padrões uniformes e regulares, comuns na produção do espaço urbano, na localização estratégica de edifícios e na toponímia de ruas nesse espaço político comum na época, questiona a validade de um urbanismo comparativo atual entre as duas cidades. Com recurso a uma metodologia histórica e comparativa na evolução urbana das duas cidades, incluindo seu planeamento, conclui-se pela existência de uma leitura luso-brasileira na produção do espaço urbano de cidades comerciais, aportando novos contributos à compreensão da importância integrada destas duas cidades como Património Cultural da Humanidade de valor universal excecional.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. Lisboa. Cidades. Turismo. Património da Humanidade.

Abstract: The theoretical framework of the research considers that the production of an urban space is social and results in practices, communications and exchanges that presuppose and reproduce relations of power. During the eighteenth century, the exploitation of gold mines in Brazil enhanced sharing and interaction processes between cities like Rio de Janeiro, as a capital of a colony, and Lisbon, as the capital of the Empire, integrated and unified in economic, commercial and financial circuits. The relevance of similar patterns in the production of urban space, the strategic location of buildings and the toponymy of streets in this common political space, at the time, puts in discussion the validity of a current comparative urbanism between the two cities. A historical and comparative methodology was applied in order to determine the urban evolution of both cities, including their planning. It is concluded that there is a Portuguese-Brazilian reading in the production of the urban space of commercial cities approving new contributions to the understanding of the integrated importance of these two cities as World Cultural Heritage of exceptional universal value.

Keywords: Lisbon. Rio de Janeiro. Cities. Tourism. Word Cultural Heritage.

1 Introdução

No início do século XVIII, o império colonial português ganhou um novo alento com a descoberta acrescida e conseqüente exploração intensificada de jazidas de minas de ouro no Brasil, que proporcionaram novos recursos e abriram novos circuitos de extração, transformação e comercialização deste metal precioso.

* Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve-Portugal, Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs). *E-mail:* vrmachado@ualg.pt

** Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve-Portugal, Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs). *E-mail:* chenri@ualg.pt

Os desafios fundamentais nesta investigação são analisar e compreender se a partilha de um tempo histórico e espaço colonial comum entre as cidades do Rio de Janeiro (Brasil) e Lisboa (Portugal) proporciona condições para um estudo atual de urbanismo comparativo, bem como do respetivo património classificado pela UNESCO, que potencie a sua valorização turística.

Sob o pressuposto da importância da cultura como elemento fundamental para desenvolvimento sustentável, inicia-se uma reflexão sobre a(s) interconexão(ões) entre o património e o turismo, e com mais detalhe entre o património classificado pela UNESCO e o turismo cultural.

Sequentemente, apresenta-se a metodologia de análise enquadrada pelos estudos de urbanismo comparativo, na procura de causalidades (PICKVANCE, 1986) ou de políticas comuns de desenvolvimento urbano (KANTOR; SAVITCH, 2005). Estas têm constituído espaço para uma nova teorização na concepção de cidades numa perspetiva global (BRENNER, 2001; McFALARNE, 2010; ROBINSON, 2016), incluindo, num passado histórico colonial comum, com recurso a estudos de caso (MAMDANI, 1996; AMBE, 2009), de qualquer forma, reforçando evoluções significativas no estudo da metodologia comparativa, com importância relevante para áreas do saber tão diversas, como a geografia urbana (NIJMAN, 2007; JACOBS, 2012), filosofia e epistemologia (DELEUZE, 1994; BRENNER; SCHMID, 2015) ou ciência da administração (BORRAZ; GALÉS, 2010).

Segue-se o estudo de caso apoiado na análise das regularidades da expansão urbana entre as duas cidades, na transformação do espaço público e monumental, na toponímia das ruas ao longo do século XVIII e até inícios do século XIX, no que alguns autores (OLIVEIRA, 2015; TEIXEIRA, 2015) designam como “morfologia urbana”, consequência de políticas públicas orientadas para uma finalidade comum. Será dada relevância a um momento-chave: o destruidor terramoto de Lisboa que teve lugar em 1755, para em seguida se problematizar em que medida o processo histórico de reedificação da cidade de Lisboa teve ligações, antecedentes e consequentes urbanísticos na cidade do Rio de Janeiro.

Termina-se com as conclusões finais.

2 Património Humanidade e turismo: interconectividades

A cultura é atualmente reconhecida como elemento fundamental para desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2013; UN, 2014; UNESCO, 2017).

No âmbito deste reconhecimento distingue-se, em 1972, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), a qual visa a

identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural associado ao que designa por Valor Universal Excecional (VUE). De realçar que o artº 1º na sua definição de património cultural define os conjuntos como “grupos de construções que, em virtude da sua arquitectura ou integração na paisagem têm valor universal excecional do ponto de vista da história ou da ciência”, assim o fazendo também para os locais de interesse como “obras conjugadas do homem e da natureza”, estabelecendo pontes entre o património cultural e natural.

Na atual década, distinguem-se igualmente documentos relevantes, tais como UNESCO’s *The Power of Culture for Development* (2010); *UNESCO’s first Global Report monitoring 2005 convention* (2015); e *The second Global Report on the 2005 convention* (2018), entre outros.

O Relatório Global (2018) (*Global Report on the 2005 convention*) (UNESCO, 2017), ao analisar os progressos na implementação da Convenção Mundial de 2005, estabelece um conjunto de quatro metas em concordância com os 17 objectivos (SDGs) da Agenda 2030, com vista a promover um desenvolvimento sustentável, onde a cultura detém um papel relevante. As quatro metas são: 1) apoiar sistemas sustentáveis de governança para a cultura (SDGs 8, 16, 17) ; 2) atingir um fluxo equilibrado de bens e serviços culturais e o aumento da mobilidade de artistas e profissionais da cultura (SDGs 8 e 10); 3) integrar a cultura em contextos de desenvolvimento sustentável (SDGs 4, 8 e 17); 4) promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais (SDGs 5 e 16) (UNESCO; 2017, p. 13).

De acordo com os documentos referidos, a integração nas Listas de Património Mundial pressupõe o reconhecimento de que todas as pessoas (ou seja, toda a humanidade) são possuidoras e responsáveis por esse elemento “único, especial e globalmente importante” (RCTB, 2009, p. 30), num enquadramento de sustentabilidade.

Segundo Frey *et al.* (2011), as Listas de Património Mundial constituem-se como o mais efetivo instrumento legal internacional para promover a protecção do património cultural e natural mundial. Constituem-se como “símbolo de qualidade” (ADIE, 2017), “branding” (TIMOTHY, 2011), “labelling” (YANG *et al.*, 2010), “coveted brand and seal of approval” (RYAN; SILVANTO, 2011, p. 306). O pressuposto é de que a “utilização” do *status* de Património Mundial como “catalisador” de “mudança”, através do investimento “nos recursos, atividades e processos para se atingirem os impactos desejados” (RCTB, 2009, p. 1), requer uma relação sinérgica entre cultura e economia.

Como assinalam Wang *et al.* (2015, p. 21; 2017, p. 22), a inscrição de um património assenta numa relação entre três vetores: “proteção do património”, mas igualmente “desenvolvimento social” e “experiência do visitante”. Esse facto, colocará sempre, por um lado, a ênfase no estabelecimento de um equilíbrio sustentável entre a necessidade de salvaguarda e proteção do património, e por outro lado, o apelo dinâmico à sua “revitalização”, “a qual pode conduzir à sua indevida exploração económica” (CAUST; VECCO, 2017, p. 1). O património pode em última instância ver a sua integridade física ser ameaçada causada por um uso intensivo ou impróprio, tornando-se uma *entertainment machine* priorizando o atrativo turístico em detrimento de outros valores como de memórias, afetando o reconhecimento social, a transmissão e o seu significado cultural e histórico (FERILLI, 2017, p. 10).

Dada a importância do valor do elemento/sítio inscrito como Património Mundial é expectável o sequente acréscimo de turismo (BREAKEY, 2012; LANDORF, 2009; YANG; LIN; HAN, 2010). O facto apela ao envolvimento de todos os *stakeholders* na potencialização dos vários benefícios sócio económicos perspetivados, tais como “nova identidade/imagem do destino; *media value*; cultura e criatividade; educação; orgulho cívico/qualidade de vida; nova interpretação; regeneração; preservação do património; coordenação do investimento através da estratégia: novos e melhores serviços; negócios; qualidade das infraestruturas” (RCTB, 2009, p. 3).

O turismo cultural e criativo embora tenda a implicar a transformação das culturas locais e estilos de vida em *commodities* (mercadorias) para vender a visitantes ou audiências estrangeiras, no sentido de satisfazer as suas necessidades (SANTA CRUZ, 2017, p. 112), deve fundamentalmente reconhecer a importância de uma gestão sustentável dos destinos para prevenir que afete negativamente a cultura local (ABUAMOUD; LIBBIN; GREEN; ALROUSAN, 2014), a experiência autêntica e a genuinidade dos lugares (TIMOTHY; BOYD, 2006).

Esta preocupação com a gestão sustentável do turismo, apoiada na sua “interconexão” com a cultura, torna-se então veiculada por várias entidades internacionais, patente, entre outros, na Carta Internacional do Turismo Cultural (*Managing Tourism at Places of Heritage Significance*) (ICOMOS, 1999), *UNESCO World Heritage and Sustainable Tourism Programme*, a nova Declaração de Quioto¹ na sequência das três Declarações sobre Cultura e Turismo, tais como a 2015 *Siem Reap Declaration – UNWTO/UNESCO World Conference on Tourism and Culture, Building and Partnership* (recomenda parcerias entre *stakeholders* da cultura e turismo); 2017 *Muscat Declaration* (encoraja a contribuição do turismo e cultura nas estratégias

¹ Vide <https://www.unwto.org/4th-unwtounesco-world-conference-tourism-and-culture-investing-future-generations>.

nacionais para se alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável); e a 2018 *Istanbul Declaration* promotora do desenvolvimento do turismo como uma ferramenta para a salvaguarda da cultura. Também a Declaração de Barcelona (NESCTouR, ETC, ECTN, EHA, 2018, p. 3-5) é relevante por sublinhar que os destinos turísticos com vista a alcançar a sustentabilidade do património cultural devem ter preocupações de gestão.

Modelos de gestão como os de Florida (2012, 2017), Porter (1989) e Sem (1999) põem em destaque elementos como o talento, a competitividade e *capacity building*. Também o *System Wide Cultural District* (SACCO *et al.*, 2013; SACO; CROCIATA, 2014) teve em conta os elementos referidos enquadrados num *networking* no âmbito do desenvolvimento sócio-económico dinamizado pela cultura. Destacam-se igualmente modelos integrados que estudam a atratividade do turismo cultural, tais como o de Ritchie e Crouch (1993, 2000; *apud* DWYER; KIM, 2010), Dwyer e Kim (2010, p. 378) e Greffe (2011). A ênfase é na “gestão do destino” e “interdependência” entre as atividades culturais e o desenvolvimento sustentável do turismo reforçado pela “permanência” ou “continuidade” das atividades culturais, Greffe (2001 *apud* GREFFE, 2011).

No que se reporta especificamente ao Património Mundial, a UNESCO desenvolveu “Guias de Gestão” que igualmente enfatizam a necessidade de contemplar todo o enquadramento económico, jurídico-legal, social, apoiado no entendimento do património enquanto engenho de inovação social e mudança.

3 Metodologia

Sendo a finalidade da investigação um estudo comparado entre duas cidades, com recurso a uma época histórica comum e à luz de um comparativo baseado na declaração/indicação como Património Cultural da Humanidade de Valor Universal Excepcional, são seguidas as recomendações de Sweigert e Kotz (1977), no sentido de se fazer, primeiro, uma apresentação de cada cidade, como estudo de caso, com suas características próprias, enquadradas naquela declaração e contexto sistemático; segundo, com o processo de comparação propriamente dito, com a procura de regularidades, homologias, semelhanças e diferenças no processo genético e evolução urbana de duas cidades; terceiro, com um sistema de comparação abrangente que possa integrar os dados recolhidos, justapô-los e apresentar conclusões.

Pensar as cidades, através de outros lugares (ROBINSON, 2016) para constatar processos distintivos ou partilhados, os chamados “comparadores” (ex: interações produção-consumo; exportação-importação; regras alfandegárias comuns, divisões internacionais de trabalho e comércio; regras públicas urbanísticas) que afectaram

historicamente diferentes lugares de forma homogénea (ex.: ocupação humana, formas viárias, localização de edifícios públicos ou coletivos que formaram um determinado desenho urbano) providenciam os investigadores com uma variedade de “experimentos naturais”, que funcionam como motores comparativos das ciências sociais (DIAMOND; ROBINSON, 2011).

Nesses “experimentos”, enquanto pulsares, motores, órgãos de um sistema, constam a toponímia, o destino e a localização de edificações e monumentos, o traçado de ruas, praças e espaços públicos, mapas, enquanto atos de planeamento e direção políticas, símbolos claros de coesão social ou reflexo do poder de grupos dominantes sobre grupos dominados, em suma, de sistemas de poder baseados na utilização de um espaço legitimado por suporte legislativo ou administrativo a favor de grupos sociais, para impor seus valores e interesses (WILSON, 1988 *apud* HALL, 1994).

A investigação irá observar manifestações destes atos e sistemas de poder em duas cidades em diferentes continentes-Rio de Janeiro na América do Sul e Lisboa, na Europa – num tempo histórico (inícios do século XVIII até inícios do século XIX), marcado por fatores genéticos comparativos (impulsos acrescidos com a descoberta de ouro no Brasil e intensificação de movimentos, transações e circuitos), que impulsionam interconexões, especificidades, repetições, em suma, novas formas de comparação que são extraordinariamente importantes no entendimento de cidades globais (FRIEDMANN; WOLFF, 1982; KING, 1990; TAYLOR, 2004).

A ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e Lisboa por contextos políticos, socioeconómicos e históricos comuns (ex: império colonial, circuitos de produção e consumo, transações monetárias, receitas fiscais) visa a deteção de regularidades, homologias, semelhanças nos processos de evolução urbana que possam conduzir a uma generalização do discurso (GABARDO, 2003), assim se confirmando a opção estruturalista seguida na investigação.

A observação histórica compara a evolução urbana entre as duas cidades. O princípio básico metodológico do método comparativo é o da funcionalidade, pelo qual se defende que o que é comparável é o que preenche a mesma função (SWEITGERT; KOTZ, 1977). Verificaremos, afinal, se as duas cidades são aptas para terem uma legibilidade comum, enquanto cidades Património da Humanidade de Valor Cultural Excepcional, aportando reforços, melhorias do conceito e sua compreensão renovada à luz de novos contributos da ciência.

O recurso a fontes históricas documentais de narrativas urbanas (toponímias, traçados, edificações monumentais) serão os instrumentos privilegiados na investigação, nelas se destacando o papel de leis, posturas e regulamentos urbanos, enquanto atos de poder e direção pública, no planeamento e ordenamento

urbanístico, mas também mapas, planos urbanísticos e cartas topográficas. Os mapas, como diz Brotton (2012), estão intimamente conectados com sistemas prevalentes de poder e autoridade. Especial relevância será dada ao conjunto de leis e regulamentos resultantes da reedificação da cidade de Lisboa, após o catalítico terramoto de 1755.

4 Rio de Janeiro e Lisboa: a paisagem urbana e sua classificação pela UNESCO

4.1 Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro, em 2012, foi a primeira área urbana do mundo a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem, sendo declarada Património Mundial da UNESCO – “Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar”. Anteriormente, os sítios reconhecidos nessa tipologia relacionavam-se com áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico.²

A declaração pela UNESCO deste valor universal refere:

“A paisagem urbana do Rio de Janeiro foi reconhecida como Património Cultural Mundial por ser um conjunto urbano excepcional composto por elementos naturais que foram fundamentais para moldurar e inspirar o desenvolvimento da cidade: os locais destacados são o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a Praia de Copacabana e a entrada da Baía de Guanabara. Além disso, foram incluídos o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo” (UNESCO, 2014, p. 118).

Esta classificação associa-se aos critérios V e VI de classificação de património cultural de Valor Universal Excepcional pela UNESCO. Destacando-se:

Critério V: “O desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro foi moldado por uma criativa fusão entre natureza e cultura. Esse intercâmbio não é resultado de processos tradicionais persistentes, mas reflete um intercâmbio baseado em ideias científicas, ambientais e de *design* que levaram a inovadoras criações de paisagem em grande escala no coração da cidade durante pouco mais de um século [...]”.

Critério VI: “A paisagem dramática do Rio de Janeiro inspirou muitas formas de arte, literatura, poesia e música. Imagens do Rio, que mostram a baía, o Pão de Açúcar e a estátua do Cristo Redentor, tiveram um grande reconhecimento mundial desde meados do século XIX. Esses fatores de alto reconhecimento podem ser positivos ou

² Na candidatura colaboraram o Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, a Associação de Empreendedores Amigos da UNESCO, além dos governos estaduais e municipais do Rio de Janeiro e parceiros privados e públicos, que criaram Comitês Institucional e Técnico para a elaboração do *dossier* de candidatura.

negativos: no caso do Rio, a imagem que foi projetada e ainda é projetada é uma das localizações incrivelmente bonitas de uma das maiores cidades do mundo”.

A paisagem urbana do Rio de Janeiro implica uma atenção especial ao planeamento e gestão do espaço urbano. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro (Fevereiro de 2011) inicia a representação da paisagem do Rio de Janeiro e representa o ativo mais valioso da cidade. O Plano apoia-se em preocupações de desenvolvimento e gestão da cidade sustentáveis, bem como de condicionamento da ocupação urbana à preservação da identidade e das paisagens culturais da cidade. Simultaneamente, pressupõe o uso e a ocupação da terra regulados por limitações de densidade, de atividades económicas, do direito de desfrutar da paisagem natural da cidade e da qualidade do ambiente urbano. As alturas dos edifícios devem ser definidas pela preservação e conservação da integridade da paisagem natural.

Um Comité de Gestão para coordenar a gestão dos sítios seriados foi estabelecido pelo Decreto n. 464, de 29/12/2011, para desenvolver e entregar um Plano de Gestão geral para a propriedade. O Comité, presidido pelo IPHAN, reúne os principais *stakeholders* a nível federal, estadual e municipal, que estão envolvidos na gestão das diferentes áreas abrangidas. Ao Comité cabe estruturar a gestão conjunta e desenvolvimento do plano de gestão conjunto para os locais protegidos e suas zonas de amortecimento.³ Ao Comité cabe igualmente assegurar a adoção de possíveis medidas adicionais de proteção para os locais, reforçadas por meio de estruturas de preservação aprimoradas.

Mais recentemente, o RJ viu ser aceite o Sítio Arqueológico Cais do Valongo (2017)⁴ como bem inscrito na Lista de Património Mundial, para além de já contar com o “Samba de Roda no Recôncavo Baiano” classificado como Património Imaterial da Humanidade (2008).

O facto de o RJ ser oficialmente reconhecido pela UNESCO como Capital Mundial da Arquitetura para 2020 associado a um tema de interesse global – *All the worlds. Just one world*, poderá contribuir para a valorização dos seus patrimónios. “Nosso

³ Amortecimento ou tampão, a qual visa a garantir a proteção de visualizações e a ampla configuração das zonas de protecção, bem como a sua interacção com zonas envolventes. As áreas da zona tampão são designadas como Áreas de Protecção do Ambiente Cultural (APACs), requerentes de planos de gestão para APACs individuais desenvolvidos, de acordo com a necessidade de esclarecimento adicional sobre o que deve ser gerenciado dentro da zona tampão.

⁴ O Cais do Valongo foi o mais importante porto de entrada de escravos africanos no Brasil – cerca de 900 mil africanos chegaram à América do Sul através dele. As ruínas do Cais são os únicos resquícios da chegada de escravos no Brasil e lançam luz na história da escravidão no país, sendo reconhecidas pela UNESCO como local de memória de eventos traumáticos e de sobrevivência, correspondendo ao critério VI (UNESCO, 2019).

compromisso é o de transformar o ano de 2020 em um marco na história cultural da cidade. Além da visibilidade internacional, teremos a oportunidade de ampliar a relação de pertencimento dos moradores da nossa cidade com o seu patrimônio histórico e arquitetônico, difundindo e preservando esse acervo. O Rio de Janeiro possui uma arquitetura que reflete a riqueza de culturas que formam a sociedade brasileira, por ter sido porto e capital do Brasil por mais de dois séculos”, defende o prefeito Marcelo Crivella” (UNESCO, 2019).

A cidade contempla exemplares do período colonial, como o Mosteiro de São Bento e os Arcos da Lapa, do século XX, como o Cristo Redentor e o Museu de Arte Contemporânea (MAC), assinado pelo mestre Oscar Niemeyer, e da arquitetura contemporânea, como o Museu do Amanhã, ícone da revitalização da zona portuária da cidade.

As cidades que sediarem o Congresso Mundial da UIA (União Internacional de Arquitetos) serão também designadas pela UNESCO como Capital Mundial da Arquitetura. Com esse título, as cidades se responsabilizam em promover uma série de eventos relacionados às questões urbanas, durante todo o ano em que se realizará o Congresso. Tais eventos contribuem para o cumprimento de duas importantes agendas de desenvolvimento das Nações Unidas: a principal delas, a Agenda 2030, sobretudo em seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), que tem como foco as cidades e os assentamentos humanos, além da Nova Agenda Urbana (UNESCO, 2019).

4.2 Lisboa: Classificação e candidatura a valor universal excepcional

Durante a década de 80 do século passado, a UNESCO classificou como Patrimônio Mundial alguns monumentos da cidade de Lisboa, como o Mosteiro dos Jerónimos / Mosteiro de Santa Maria de Belém (1983) e a Torre de Belém (1983) como expoentes de uma arquitetura, arte e história ligada aos Descobrimentos Marítimos Portugueses dos séculos XV e XVI. O Aqueduto das Águas Livres (1748) na lista indicativa do Patrimônio Mundial da UNESCO (2016) e a classificação do Fado como Patrimônio imaterial da Humanidade (2011), também se distinguem devido à relevância internacional da sua classificação.

Como conjunto urbano, a cidade de Lisboa tinha uma candidatura denominada “Lisboa Pombalina”, que integrava a lista indicativa de Portugal desde 2004, ligada à reconstrução da cidade após o destruidor terremoto de 1755, então designada “Baixa Pombalina”, a qual veio sequentemente a ser reformatada e incluída na nova lista indicativa (CML, 2017).

O Comité do Património Mundial da UNESCO validou então a candidatura “Lisboa Histórica, Cidade Global” à Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial na 41ª reunião que decorreu na Polónia, na cidade de Cracóvia em 2017.

No sítio da internet da Câmara Municipal de Lisboa,⁵ encontram-se os fundamentos da candidatura que se passam a transcrever:

“A candidatura identifica o palimpsesto da cidade, reconhecível nas diferentes camadas territoriais e culturais de uma urbe em permanente transformação. Desta evolução, em constante adaptação a um relevo complexo e afeiçoando-se à pré-existência, resulta a Lisboa Histórica, singular entrelaçado de tecidos urbanos, testemunho de uma história milenar de intercâmbio de culturas, povos e religiões. Realça dois momentos da cidade que constituíram marcos decisivos na sua evolução – os descobrimentos, no século XV, e o terramoto de 1755 – momentos em que a cidade se atualizou adotando as correntes do pensamento inovador da Europa. A cidade medieval cresceu até ao rio e transformou-se na Cidade Global que mais tarde se reconstruiu como iluminista” (CML, 2019).⁶

A justificação do valor universal excecional interessa transcrever, como registo do atual “estado da arte” da narrativa sobre a importância histórica, cultural e patrimonial do conjunto urbano de Lisboa. Assim:

“A Lisboa Histórica é o testemunho material e imaterial das influências dos diferentes povos e culturas que nela se cruzaram, excelente exemplo de intercâmbio e de diálogo de civilizações. O seu valor universal excecional fundamenta-se nas seguintes razões:

– “Papel inigualável na globalização gerada pelos Descobrimentos, a partir do século XV;”

– “Importância e protagonismo duradouro do porto no comércio internacional ao longo de mais de dois milénios, culminando com a exploração marítima dos séculos XV e XVI e como local de trocas comerciais das rotas de navegação que se

⁵ Vide <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/candidaturas-a-unesco>.

⁶ “Abrange o território envolvido pela Cerca Fernandina, e ainda Santa Clara, São Vicente e Mouraria, [...] o Bairro Alto e o Mocambo, criados na sequência dos Descobrimentos, e a frente ribeirinha, de forte dinâmica, entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia. Inclui ainda os principais miradouros da cidade, que permitem uma sucessão de pontos de vista de elevada qualidade cénica.” “É uma candidatura abrangente e integrada, construída segundo a abordagem Paisagem Urbana Histórica, que se estende além da noção convencional de centro histórico e valoriza o contínuo histórico e espacial”. Entre outros aspetos pressupõe contemplar aspetos “económicos e as dimensões intangíveis do património relacionado com a diversidade e identidade.” Candidatura aprovada, em 2016, segundo proposta subscrita pelos vereadores da CML, pelos presidentes da comissão de cultura e da comissão de urbanismo e, posteriormente, foi aprovada pela comissão nacional da UNESCO, no âmbito da atualização da lista indicativa de Portugal, em maio de 2016. A área proposta corresponde ao plano de reconstrução da cidade, aprovado em 1758, incluindo a Baixa Pombalina entre o antigo Terreiro do Paço (hoje Praça do Comércio), a colina do Chiado e a área adjacente ao rio (CML, 2019).

consolidaram nos séculos seguintes, responsáveis pela circulação de novos bens entre os diversos continentes;”

– “Singular interligação dos tecidos urbanos e reapropriação de valores de diferentes épocas, cada uma com diferentes traçados urbanos, tipologias arquitetónicas e distintas adaptações a um território de morfologia complexa” [...];

– “Primeira cidade moderna do Ocidente, devido à reconstrução de feição iluminista realizada após o sismo de 1755. Com o Plano Pombalino, que privilegia a uniformidade, ordem, sobriedade e padronização, o centro de Lisboa renova-se segundo um modelo racional e inovador”:

– “Paisagem urbana singular da qual sobressaem edifícios de carácter monumental e miradouros [...];”

– “Lisboa contribuiu para o intercâmbio de ideias e conhecimentos, como local de encontro de diferentes povos e culturas, em especial a partir da época dos Descobrimentos, quando desempenhou um papel de relevo na evolução dos conhecimentos de navegação, estratégia e logística, inerentes às expedições. Influenciou conceções urbanísticas e arquitetónicas nos diferentes continentes em que os portugueses se estabeleceram, nomeadamente através da aplicação dos modelos da Frente Ribeirinha e da Baixa Pombalina”. (CML, 2017, p. 3).

Na candidatura, assume-se que o conjunto urbano da cidade de Lisboa responde a vários critérios dos enunciados pela UNESCO como relevantes para a classificação de valor universal excecional. Defende-se que o bem proposto responde aos critérios i), ii), iii), iv) e vi):

Critério (ii) – [...] Lisboa é um testemunho excecional de intercâmbio de valores humanos ao longo de quase três mil anos, num local de grande importância estratégica, onde as tradições culturais europeias e da bacia do Mediterrâneo se uniram para criar uma vigorosa comunidade mercantil-marítima, que se expandiu e influenciou o Atlântico Sul e o Índico, a partir do século XV. [...] A influência que Lisboa exerceu sobre o desenvolvimento do urbanismo, da arquitetura, das técnicas construtivas, das artes decorativas e dos sistemas defensivos e portuários é considerável, em especial nos entrepostos comerciais e nas cidades fundadas pelos portugueses nos diversos continentes (CML, 2017, p. 4-6).⁷

⁷ Relativamente ao período de expansão marítima, o bem proposto reflete o papel importante que Lisboa desempenhou no processo de globalização. [...]. Embora algumas construções relevantes, erigidas para dar resposta à necessidade premente de estruturas utilitárias de apoio à expansão, nomeadamente ligadas à atividade marítima e comercial, bem como edifícios representativos do poder, como o Paço Real, tenham sido destruídas pelo sismo de 1755, permanecem no território marcas deste processo de expansão urbana. A frente ribeirinha, onde sucessivos aterros e embarcadouros, iniciados ainda no século XV, transformaram a linha de contacto com o rio, alterações registadas na Carta Topográfica de Lisboa, de 1871, apresenta ainda estruturas ligadas à exploração marítima,

No documento “Formulário para submissão à lista indicativa” consta um item designado por “Comparação com bens similares”. No referente à América do Sul distingue-se o Rio de Janeiro, passando-se a transcrever:

“Rio de Janeiro: [...] Fundada pelos portugueses na segunda metade do século XVI, à semelhança de Lisboa e de outras cidades coloniais portuguesas, a ocupação do território do Rio de Janeiro adaptou-se às condições morfológicas e o núcleo urbano estava implantado em boas condições de defesa junto a um porto natural [...]. A paisagem urbana do Rio de Janeiro tem sido continuamente divulgada através de músicas, poemas e pinturas, o que contribuiu para o seu reconhecimento mundial. Também Lisboa, ao longo da sua história, serviu de inspiração para a criação de obras artísticas e literárias” (CML, 2017).⁸

Para além destes patrimónios que dão à cidade uma vocação internacional, eventos como “Lisboa Cidade Europeia da Cultura” (1994) e a “Expo 98”, contribuíram sobremaneira para a sua afirmação internacional. O reconhecimento da importância do turismo, como setor estratégico da cidade [vide documentos “Lisboa: Economia e Inovação e “Lisboa como uma das cidades mais competitivas, inovadoras e criativas da Europa – Transformar numa das cidades mais competitivas (DMEI, 2017)], contribuiu igualmente para a aposta na valorização do património.⁹

5 O urbanismo comparativo luso-brasileiro no império comercial português

Como diz Lefebvre (1974), as cidades não são um mero conjunto físico de ruas e edifícios. Antes são produtos sociais, fruto de comunicações, práticas e trocas. Envolvem sentidos, perceções de espaços, pessoais e em interação com o contexto e o ambiente envolventes. Descrevendo a cidade do Renascimento, como fruto da imersão do capitalismo comercial, diz o autor que: “O Estado erige-se acima das cidades históricas; ele fará explodir a estrutura e o código. Um tal código é uma superestrutura, não a própria cidade e o espaço e a relação “cidade-campo” nesse

nomeadamente tercenas, chafarizes e estruturas de construção e reparação de embarcações, também identificadas em estudos como A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (séculos XV a XVIII), de Carlos Caetano, e como se tornou evidente em recentes intervenções no espaço público, como na Ribeira das Naus e na Praça D. Luís, que resgataram um importante património arqueológico.[...]. Quanto à Baixa Pombalina, o seu plano urbanístico foi posto em prática a partir da sua conclusão em 1758.[...]. Atualmente a estrutura viária e configuração dos quarteirões, bem como o desenho e a forma das fachadas e o ritmo dos vãos de um número significativo de edifícios, mantêm-se inalterados, verificando-se que as modificações pontuais não interferem com a leitura e integridade do conjunto. [...] Dos diversos estudos sobre a Baixa Pombalina, destacam-se as obras incontornáveis de José Augusto França e a publicação “Lisboa, o Plano da Baixa hoje”, [...] (CML, 2017, p. 7-9).

⁸ Vide http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/UNESCO/2_Lisboa_Hist%C3%B3rica.

⁹ Vide <http://www.cm-lisboa.pt/investir/setores-estrategicos>.

espaço. Com esse código fixaram-se o alfabeto e a língua da cidade, os signos elementares, seu paradigma e suas ligações sintagmáticas. Em termos menos abstratos, as fachadas se conciliam para determinar as perspectivas; as entradas e saídas, portas, janelas, subordinam-se às fachadas, às perspectivas; ruas e praças ordenam-se em torno de edifícios, palácios de chefes políticos e de instituições (1974, p. 46).

É ao longo dos séculos XIV e XV que se assiste à progressiva constituição da “Ribeira” (futuro “Terreiro do Paço nos séculos XVI e XVII) de Lisboa, a qual vai progressivamente “agregando um conjunto de atividades marítimas e comerciais que vão dotando a zona com características de centralidade nas vivências de uma cidade que, pelas suas qualidades, se afirmava como importante porto comercial” (CARITA, 2012, p. 13).

Para Carita (2012, p. 34) a “Ribeira” pode ser tida como “elemento gerador de um Modelo Urbano de cidade” original no contexto do urbanismo europeu da época moderna. Ele aglutina “num único e grande núcleo urbano” “palácio e terreiro com outros equipamentos como alfândega, almazéns, teracenas, cais, casa da moeda, fundições, ferrarias, cordoarias e estaleiros navais”, acentuando-se “uma urbanidade aquática” feita de percursos e fainas marítimas.

Simbolicamente com a armada de Vasco da Gama a partir de Lisboa, e a sequente abertura de vias marítimas de comércio, para a Índia em 1498 e mais tarde para o Brasil no século XVI, estabelecem-se cidades-porto, em que o “núcleo urbano assume uma estrutura aberta sobre o porto, que se desenvolve a partir da Ribeira”, como centro administrativo e comercial da cidade”¹⁰ (CARITA, 2012, p. 35).

De notar que Portugal “graças à sua posição atlântica e à riqueza de recursos coloniais transportados por via marítima, permitiram que os portos do Reino desempenhassem um papel fundamental no complexo político-económico” (SERRÃO, 1980, p. 398). Entre eles, o do Rio de Janeiro.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada em 1570. Contudo, com o fim de controlo das costas da região central e sul da colónia portuguesa no Brasil, teve uma evolução urbana pouco significativa até quase finais do século XVII.

As razões da grande expansão da cidade no final do século XVII e princípios do século XVIII encontram-se no aumento da importância estratégica do Rio de Janeiro após a fundação, em 1680, da colónia de Sacramento e, fundamentalmente, na descoberta do ouro de Minas Gerais, de que o Rio de Janeiro se tornou o principal porto de escoamento para a metrópole (ANTONIL, 2001, p. 267). Foi em 1699 que

¹⁰ Vide Goa, Cochim, Diu, Cananor, São Tomé de Meliapor, Colombo, Macau (CARITA, 2012, p. 35).

chegou a Lisboa o primeiro carregamento do ouro. Teriam sido aí descarregados 500 kg¹¹ (SARAIVA, 1978).

A exploração das minas era realizada por particulares autorizados e para o Estado revertia apenas o imposto arrecadado. Esse imposto foi, inicialmente, fixado na quinta parte do metal extraído – daí a expressão “quintos do Brasil”, muito embora coexistissem problemas de arrecadação, cobrança, tráego, desvios, entre outros.¹²

Nos primeiros anos do século XVIII, é aberta uma nova estrada que unia a cidade à região mineira. A importância comercial e económica crescente é acompanhada de uma preocupação de defesa militar, de que as fortificações planeadas e executadas por Jean de Massé, engenheiro francês de grande prestígio na Corte do rei D. João V, em Portugal, são exemplo.

A evolução urbana da cidade, à semelhança de cidades insulares marítimas portuguesas em expansão, como as cidades do Funchal, na Madeira e Angra do Heroísmo nos Açores, assiste a uma evolução da lógica de povoamento e desenvolvimento longitudinal paralelo à costa para uma ordem urbana, de malha ortogonal, com regularidade de traçado, que passou a ter, como direção fundamental, um sentido perpendicular ao Litoral, suportando o crescimento da cidade para o interior (TEIXEIRA; VALLA, 1999).

Este alinhamento regular, em oposição a formas de povoamento linear ao longo da costa e de aproveitamento topográfico em declive de colinas e morros, no que alguns autores, designam como urbanismo de colina, como tradição luso – brasileira (LOBO; JÚNIOR, 2012) foi bastante intensificado no Rio de Janeiro.

A reflexão sobre as causas deste alinhamento regular para o interior, remete-nos para os trabalhos de Flexor (2004) e Fonseca (2004) na obra coletiva intitulada *A construção da cidade brasileira*. A afirmação, no século XVIII, da vila regular, como forma de afirmação da autoridade régia e do poder local, aliados num processo de controlo de extração do ouro, é um eixo central na equação fundamental e principal do desenvolvimento da morfologia urbana do Rio de Janeiro. Como o veremos, também o será posteriormente, na capital do império, Lisboa, no século XVIII.

A escolha dos sítios das implantações urbanas era determinada por critérios de ordem funcional, afastando-se de encostas íngremes dos morros ou margens inundáveis dos cursos de água auríferos. Por outro lado, a proximidade entre os

¹¹ A quantidade foi subindo nos anos seguintes e em 1720 atingiu-se a marca mais alta: 25.000 kg. Os cálculos eram incipientes, atendendo à falta de registos e estatísticas credíveis, admitindo-se que o total do ouro descarregado no período entre 1700-1750 variaria entre as 1000 e as 2000 toneladas (SARAIVA, 1978).

¹² A arrecadação era difícil, devido à tentação de utilização do metal precioso para fins de enriquecimento pessoal. Foram sendo testadas outras formas de cobrança (SARAIVA, 1978).

serviços de extração mineira e os estabelecimentos humanos era também preferida pelos funcionários régios, de forma a controlar de perto a extração do ouro, a cobrança dos “quintos” da Coroa e o apaziguamento de conflitos entre mineiros (FLEXOR, 2004; FONSECA, 2004).

No processo de afirmação das autoridades e elites locais, questões de salubridade, conforto e melhoria das condições de transporte – de pessoas, ouro e mercadorias – eram vitais na construção do espaço urbano. Enxurradas violentas na época das chuvas aconselhavam implantação dos caminhos e edificação de casas em locais planos e regulares, com melhoramentos nos logradouros públicos (terreiros e praças) para conveniências em feiras e mercados de comércio. Estes espaços mais amplos deveriam, por sua vez, localizar-se junto a sítios institucionais de referência, como pelourinhos, câmaras municipais ou igrejas (FLEXOR, 2004; FONSECA, 2004).

Assim, os autores citados identificam a propriedade da terra e o controlo da forma urbana nas cidades brasileiras ligadas ao circuito de extração, transformação e comercialização do ouro, como forma de afirmação da autoridade régia, implementada por editais, regulamentos e ordens de polícia das autoridades municipais locais no arruamento, na reedificação das casas e fachadas e no controle do desenvolvimento dos espaços públicos para observar uma boa ordem na situação da cidade.

Toda esta visão uniformizada, padronizada e diretora não poderia deixar de ser replicada, também, para o principal porto de escoamento do ouro, a cidade do Rio de Janeiro, que se viria tornar capital do Brasil, por razões de natureza institucional, estratégica e simbólica. A capital da principal colónia portuguesa não poderia deixar de ter uma influência recíproca com a capital do império, Lisboa.

Os locais dominantes deixaram de ser sítios elevados ou estratégicos por questões de segurança. As praças, nas cidades marítimas, passariam a assumir um papel central na organização da cidade, seja por constituírem um ponto de confluência, a meio de uma via longitudinal ao mar e uma via principal de acesso ao interior, seja porque nela se implantavam progressivamente funções comerciais e edifícios importantes ou ainda por implantação de algum edifício institucional de referência (TEIXEIRA, 2015).

José Custódio de Sá e Faria, Francisco João Rossio e Jacques Funk foram engenheiros militares que, sob o governo de sucessivos vice-reis, impulsionaram o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, durante o século XVIII. Em 1751, seria edificado o Convento da Ordem das Carmelitas Descalças, um dos mais importantes projetos de arquitetura no Brasil no século XVIII, sob a égide do governador Gomes

Freire de Andrade, que impulsionou também a reconstrução no novo aqueduto da Carioca no Morro de Santa Teresa.

Segundo Teixeira e Valla (1999), é bem visível a evolução da cidade do Rio de Janeiro de meados do século XVII a meados do século XVIII,¹³ de consolidação da importância da cidade por via da nova função de porto de escoamento do ouro para a metrópole. No século XVII, verificam-se apenas três ruas transversais ao Litoral e 23 edifícios referenciados. A parte da cidade-litoral mais aberta ao mar denominava-se Terreiro do Carmo (assinale-se a semelhança com Terreiro do Paço, em Lisboa) e tinha como edifícios de referência o Convento do Carmo e a cadeia (Vide Figura 1).

Figura 1 – Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações (1714)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.¹⁴

No início do século XVIII, já se constata uma malha ortogonal densa de onze ruas transversais ao Litoral, com 36 edifícios referenciados (planta 61). A Casa do Governador, a Alfândega e o Passo de Ver o Peso são três edifícios juntos na estrutura da cidade longitudinal ao mar, sendo o Terreiro do Carmo ocupado com novos edifícios, como a Casa da Moeda e os Armazéns do Rei.

A ligação entre funções económicas e comerciais de moeda, alfândega e comércio e presença política (casa do governador e armazéns do rei) é notória, tal como patenteia a Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações (Figura 1). Com o decorrer do século, onde as transformações são marcantes, já se registam 45 edifícios com funções institucionais e os maiores edifícios

¹³ Vide plantas 60, 61 e 62 (p. 242-247).

¹⁴ Vide <http://ahu.dglab.gov.pt/>.

que se implantam junto ao mar são a referida Casa dos Governadores com a Casa da Câmara (cadeia) juntos e também a Alfândega que absorveu a antiga Casa do Governador e o Passo de Ver o Peso (planta 62). Na Figura 2, que assinala a carta topográfica de André Vaz Figueira (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1750), é notório o traçado ortogonal, as malhas regulares do edificado urbano e a presença de uma praça aberta sensivelmente a meio da estrutura longitudinal litoral.

Figura 2 – Rio de Janeiro (Carta topográfica, André Vaz Figueira, 1750)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

O referido terreiro transforma-se em Largo do Carmo. É nesse largo que, em 1743, o já referido governador Gomes Freire de Andrade manda construir a nova residência dos Governadores, onde anteriormente se situavam os Armazéns do Rei e a Casa da Moeda. Ao mesmo tempo que a cidade do Rio de Janeiro se expandia para o interior ao longo do século XVIII, a zona mais antiga, ribeirinha, consolidava-se cada vez mais como centro da cidade, tendo como fulcro o Largo do Carmo.

Em 1750, ergue-se também no centro do Largo do Carmo um chafariz, projeto do arquiteto Carlos Mardel. Quer institucionalmente, quer formalmente, o Largo do Carmo consolidava-se assim como centro da cidade e gradualmente adotava a forma de praça regular, monumental, aberta ao mar, que renunciava a forma e a função que a Praça do Comércio viria a assumir alguns anos depois em Lisboa.

Não é difícil descortinar na realização de todas estas obras públicas na cidade do Rio de Janeiro, um projeto de “representação” (MARQUES; SIQUEIRA, 1989), de afirmação do Poder Público, no período colonial, na vida da cidade, nelas estando “cravado o princípio da autoridade, seu desejo de fazer história” (MARQUES; SIQUEIRA, 1989, p. 29), como um sentido monumental.

Este processo evidencia semelhanças com as obras públicas realizadas em Portugal, no reinado de D. João V (1706-1750), considerado o período de maior apogeu do império colonial associado às riquezas auríferas do Brasil (SARAIVA, 1978), nomeadamente, com a construção do convento de Mafra (1717-1750) e com a conclusão da construção do Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa (1748). Tudo realça a pertinência das questões de investigação, quanto ao urbanismo comparativo entre as cidades de Lisboa e Rio de Janeiro.

O terramoto de 1755 em Lisboa, já sob o reinado de D. José I (1750-1777), criou oportunidades para a afirmação plena desta visão de urbanismo comercial e político. Ruiriam cerca de dez mil edifícios, entre eles, muitas igrejas. As destruições do sismo e do fogo, que se seguiram feriram, sobretudo, o centro da cidade. Colocava-se a questão premente da reconstrução da capital.

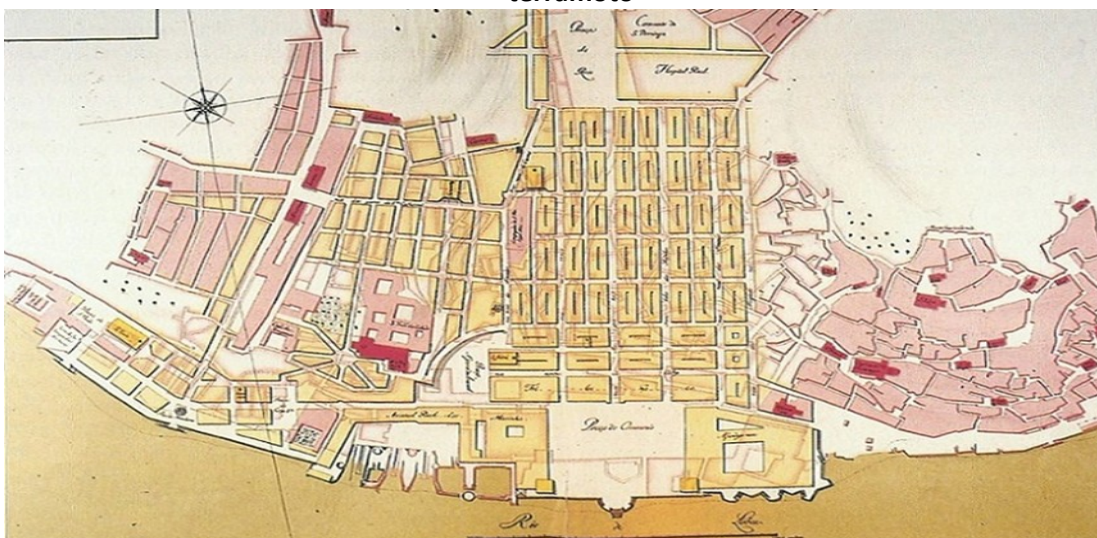
A análise da legislação portuguesa da altura (MONTEIRO, 2010) bem evidencia, enquanto análise política do Direito (MACHADO, 2010), a utilização deste como instrumento de poder e de redistribuição de poder entre as ordens e classes do reino e como a monarquia portuguesa privilegiou umas, em detrimento de outras, no processo de reconstrução urbanística da capital.

Os proprietários das casas queriam reconstruí-las. Mas logo um edital de 30/12/1755 proibiu-os de fazer obras, enquanto não fosse publicado um plano geral. O Decreto de 2/1/1756¹⁵ aceitaria o “donativo” de quatro por cento sobre as importações feito pelos homens de negócio da praça de Lisboa, destinado à reedificação da Alfândega e da Bolsa dos Comerciantes, estas a localizarem-se junto à praça principal do plano, denominada Praça do Comércio. Ficava bem clara a questão a quem o Estado se socorreria para financiar a reconstrução da cidade: ao comércio e aos mercadores.

O Alvará de Lei de 12/5/1758 estabeleceria os direitos públicos e particulares na reedificação da cidade de Lisboa. Segundo França (1987) esta lei é a peça básica de todo o processo de reconstrução, ao assegurar a disponibilidade dos terrenos necessários à formação dos espaços públicos (ruas, praças e jardins) e a adjudicação dos lotes de terreno para a reedificação privada, conforme o plano que aprovou o projeto da cidade nova. A Figura 3 patenteia este plano, sendo notória uma continuidade histórica urbana na concepção da cidade em comparação (Figura 2) com a implantação da cidade do Rio de Janeiro em 1750.

¹⁵ O teor do decreto, consultado em Monteiro (2010, p. 329) assim estipula: “[...]sendo hum dos primeiros objectos da Minha Paternal Providência o do restabelecimento das Alfândegas, houvesse por bem aplicar o referido Donativo a huma tão útil, e necessária obra, de sorte que não só a Alfândega do Terreiro do Paço se reedificasse, e ampliasse com todos os competentes Armazéns, que faltavam na que havia padecido ruina, mas também que o Commercio tivesse huma Praça digna da capital destes Reinos, e comodidade necessária para nella residirem os Comerciantes, sem sujeição às injurias do tempo [...]”.

Figura 3 – Plano de Eugénio dos Santos (1758, Lisboa) sobreposto à disposição anterior ao terramoto



Fonte: João Pedro Ribeiro (1947; Câmara Municipal de Lisboa/EGEAC, 2016).¹⁶

Este plano foi desenhado e dirigido por arquitetos portugueses, como Eugénio dos Santos, Manuel da Maia e Carlos Mardel. Servia, segundo Monteiro (2010), os interesses de uma burguesia mercantil emergente e o já referido “donativo” de quatro por cento seria um dos instrumentos (por via financeira) de que o poder real se serviria para enfrentar os interesses da alta nobreza e principais ordens e instituições religiosas.

O teor do alvará (MONTEIRO, 2010, p. 335) assim dispunha “[...] XIII. Contemplando especialmente ao mesmo tempo sobre as grandes despesas a que hão-de obrigados os Proprietários dos Terrenos, e Casas, que fizerem as sobreditas edificações, ou reedificações, em benefício da utilidade pública, e do decoro da capital dos Meus Reinos, o muito que importa favorecer quanto possível for o Commercio, as manufacturas, e as Pessoas que nelle, e nellas se empregam: sou servido de eximir absoluta e perpetuamente de aposentadoria activa, e passiva as Praças, e Ruas que tenho destinado para Bolsa do Commercio, e para habitação dos Homens de Negócio, Mercadores, e Traficantes, que nelle se empregam [...]. Aliás, no dizer de Costigan (*apud* PIMENTEL, 2012, p. 87) Pombal idealizara o novo recinto [Praça do Comercio (antigo Terreiro)] “como se fosse o grande teatro do comércio em Portugal [...] assim como aquele onde todas as caizas da justiça civil e criminal deveriam ser julgadas em ultima instancia”.

¹⁶ Vide <http://www.museudelisboa.pt/pecas/detalhe/news/planta-topografica-da-cidade-de-lisboa-arruinada-tambem-segundo-o-novo-alinhamento-dos-architectos-eugenio-dos-santos-carvalho-e-carlos-mardel.html>.

Sebastião José de Carvalho e Mello, secretário-geral do governo na época, mais tarde conhecido por Marquês de Pombal, teria intervenção decisiva na execução do plano. A história reconheceria seu legado, denominando como “Baixa Pombalina” todo o edificado resultante do plano no antigo centro da cidade.

A cidade nova refletia a imagem que o estadista tinha do Estado: planta geométrica e retilínea, alçados iguais para todos os edifícios, ausência de palácios ou de qualquer sinal exterior que pudesse sugerir a nobreza do proprietário. Nenhuma porta diferente. A preocupação de uniformidade foi ao ponto de se decretar a proibição de alegretes ou cravos com vasos às janelas. As principais igrejas foram obrigadas a alinhar pela altura dos demais prédios e também o desenho delas foi feito pelos arquitetos do Estado (SARAIVA, 1978).

O plano revelou uma grande preocupação com a forma exterior dos edifícios (desenho dos alçados, prospetos dos edifícios), como na própria definição legal de parâmetros urbanísticos e construtivos. O alvará de Lei de 15/6/1759, de disposições adicionais à já referida Lei de 12/5/1758, define parâmetros de salubridade, segurança e estética, com necessidade de paredes-mestras entre edifícios e proibição que se construam cavalariças, cocheiros e palheiros nos edifícios da Baixa ou ainda que se edifiquem “casas com altura maior” (parágrafos 2, 3 e 8 consultados em Monteiro (2010, p. 354-355).

Na praça principal desta nova cidade, reunir-se-iam as forças que, segundo o Marquês de Pombal, deveriam formar o país: nos andares nobres, as secretarias de Estado, por baixo delas, a servir-lhes de suporte, as lojas do comércio (SARAIVA, 1978). Ao centro, a estátua do rei, D. José I. Do antigo paço real não ficou vestígio. O próprio nome do lugar – Terreiro do Paço – foi corrigido para Praça do Comércio. Uma das principais ruas de acesso a essa praça para o lado Poente, do Atlântico e do Brasil denomina-se precisamente Rua do Ouro.

Como diz Galbraith (2007), o aparecimento do capitalismo comercial implicava que os mercadores estivessem em associação urbana relativamente próxima, invocando o poder do Estado para os proteger da concorrência de origem estrangeira e dos poderes das corporações de ofícios medievais, no controlo de preços e na qualidade dos bens. A organização do Estado cresceria simetricamente em poder juntamente com a propriedade burguesa.

O simbolismo do Império Comercial Português na primeira metade do século XVIII ficaria registado no centro da sua capital, Lisboa. A sede do Ministério das Finanças, enquanto órgão superior da Autoridade Tributária e Aduaneira do país ainda aí se situa. A Praça do Comércio é um símbolo turístico da cidade de Lisboa e do país.

Verifica-se então, como refere Trentman (2017), a afirmação do espaço público/colonial, através da edificação monumental e sua separação, quando não submissão, do espaço privado com sujeição a regras administrativas estaduais, por oposição a laços orgânicos ou informais e onde as atividades de fornecimento, transporte, comércio e até o consumo devem servir um propósito não ostentatório, mas funcional, económico e político. Todos estes processos marcarão uma nova agenda para as cidades particularmente ligadas a um fluxo importante de riqueza entre colónia e metrópole.

Mas também e ainda no século XIX até praticamente ao fim do Império Colonial Português, a reprodução do modelo de legislação e administração urbanística da Lisboa Pombalina no Rio de Janeiro é estudada por Monteiro (2010). Decisões de viceréis, como o Marquês do Lavradio (1769-1779), de mandar “calçar as ruas do Rio de Janeiro à imitação das ruas da nova cidade de Lisboa” ou do Conde de Resende (1790-1801), que proibiu a “construção de rótulas e geilosas nas janelas das casas do centro da cidade”, fundamentando-se em idêntica proibição estabelecida em Lisboa pelo Alvará de Lei, de 15 de Junho de 1759 (art. 7º).

Com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, em virtude das Invasões Francesas na Europa, houve necessidade de construção e expansão de casas nobres. Assim, invocando o planeamento e interesse público, um Edital de 11 de Julho de 1808, do magistrado Paulo Fernandes proibiu a “construção de casas térreas no Rio de Janeiro, porque as mesmas, além do prejuízo que causavam à estética urbana, constituíam também um problema de saúde pública, pela estreiteza das ruas antigas, humidade do solo e ardência do clima” (MONTEIRO, 2010).

O Decreto, de 26 de Abril de 1811, estabeleceu as regras que deveriam presidir à expansão urbana do Rio de Janeiro. A construção de prédios nobres, ao contrário de outros (os térreos) ficaria isenta de aposentadoria, à semelhança do que aconteceu em Lisboa no pós-terramoto de 1755, sujeitando a edificação à definição de prévios alinhamentos e divisões de ruas aprovadas; por outro lado, tinham isenção de impostos por dez anos, com regras sobre a construção de portas e janelas. Em todo caso, estas regras evidenciam um processo de planeamento e direção urbanística, muito semelhante ao de Lisboa atrás referido.

O legado deste processo denomina-se Centro Histórico do Rio de Janeiro, com a Praça 15 de Novembro e seus edifícios adjacentes, o Paço Imperial, o Arco do Teles e Chafariz da Pirâmide, assim como igrejas históricas, como a Igreja do Carmo. De realçar ainda a rua Primeiro de Março, antiga Rua Direita, uma das mais comerciais da cidade e a Rua do Mercado, com a Casa França Brasil, antiga Bolsa de mercadores. Não muito distante, o Passeio Público e os Arcos da Lapa, ou Aqueduto da Carioca continuam

testemunhos vivos de uma época ligada a um passado colonial de planeamento e obras públicas, como exemplos de um urbanismo comparativo com Lisboa e de notável interesse cultural e turístico.

6 Conclusões

O presente artigo configura um estudo de urbanismo comparativo.

Estes estudos são relevantes para a melhor compreensão da génese das cidades e seu(s) património(s), entre ele(s) o classificado pela UNESCO.

Por sua vez, tal compreensão têm indubitáveis valias turísticas, no contexto da ascensão do turismo cultural.

Neste estudo, utilizou-se uma metodologia comparativa aplicada a cidades que partilharam e partilham história, visões comuns e estratégias de desenvolvimento para os seus territórios, como são os casos de Rio de Janeiro e Lisboa.

Os patrimónios classificados pela UNESCO nestas cidades, em que se destaca “Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar” (presente na lista definitiva) e “Lisboa Histórica, Cidade Global” (lista indicativa), estão marcados pelo passado colonial do império comercial português, e a processos genéticos de criação das respetivas frentes ribeirinhas e sequente expansão ordenada para o interior.

Assim, pode entender-se que o património cultural de valor universal pode patentear um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, em áreas como o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens.

O caso do Rio de Janeiro, com o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, apresenta a Lisboa caminhos reforçados para a gestão futura sustentável de sua cidade e reforço da sua candidatura com critérios de classificação acrescidos, à semelhança do Rio de Janeiro (critério V da UNESCO), enquanto paisagem urbana, com várias culturas, de beleza excepcional, associada ao rio e ao mar.

O caso de Lisboa apresenta, entre outros, o critério II para sua candidatura a património universal de valor excepcional, tem fatores genéticos de criação e expansão da cidade associados à frente ribeirinha, com valioso testemunho urbanístico de diferentes épocas, culturas, singularidades que ajudam a compreender o todo da cidade, a sua paisagem urbana e a sua relação com outras cidades.

Os dois casos comparativamente estudados pelo urbanismo descortinam uma síntese refundida de um período da história económica e política do império colonial português, tendo como ponto de partida e expedição a cidade do Rio de Janeiro e, como ponto de chegada, a cidade de Lisboa, enquanto capital do Império, arrecadação

de receita tributária e reexportação, no âmbito de um circuito económico, comercial e financeiro mundial impulsionado pelo mercado do ouro.

As necessidades de aprovisionamento do ouro, arrecadação de receita real, controlo dos câmbios e da atividade das companhias de navegação e do alto comércio por onde passavam circuitos de mercadorias, capitais e passageiros, estarão na origem de modelos de afirmação pública do planeamento e desenvolvimento das cidades ligados a uma visão económica, cultural e política imperial.

Tais circuitos acrescentaram simbolismo, propósito, sentido ao espaço público, para além do simples comércio de outras mercadorias (tais como tabaco, pau-brasil, açúcar ou o comércio de escravos) referidos na visão comparativa Rio de Janeiro-Lisboa apresentada na candidatura de Lisboa a Património Cultural da Humanidade, sugerindo-se futuros estudos histórico-sociais e económicos relacionados com a importância dos circuitos do ouro, tendo em vista o desenvolvimento de rotas turismo cultural inter-atlântico Brasil-Portugal.

Um espaço urbano centrado na hierarquização de um centro com funções políticas e comerciais, simbolicamente representado pela importância institucional, para a Coroa portuguesa, das riquezas acrescidas proporcionadas pela exploração de ouro no Brasil, é o ponto de ligação institucional entre as cidades do Rio de Janeiro e Lisboa no século XVIII e praticamente até ao fim do Império no século XIX.

Visões partilhadas no Rio de Janeiro e em Lisboa e suas funcionalidades erigiram-se no desenho urbano de ruas e praças, na edificação de monumentos e obras simbólicas associados ao comércio e ao Poder Público, na construção de Terreiros, como, por exemplo, o Terreiro do Paço em Lisboa e Terreiro (Largo) do Carmo no Rio de Janeiro, sendo comuns obras públicas como Alfândegas, Casas da Moeda e outras com funções coletivas, tais como armazéns, cais, aquedutos, chafarizes e nome de ruas (toponímia). Rio de Janeiro e Lisboa são história viva de um urbanismo partilhado e fonte de aprendizagem comum para a sua cultura, património e turismo.

Agradecimentos

This research was funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology under the project UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE.

Referências

ABUAMOU, I. N.; LIBBIN, J.; GREEN, J.; ALROUSAN, R. Factors affecting the willingness of tourists to visit cultural heritage sites in Jordan. **Journal of Heritage Tourism**, v. 9, n. 2, p. 148-165, 2014.

ADIE, B. Franchising our heritage: The UNESCO World Heritage Brand. **Tourism Management Perspectives** 24 (2017) 48-53, 2017.

- AMBE J. N. Urban planning as a tool of power and social control in colonial Africa, **Planning Perspectives**, 24:3, 301-317, DOI: 10.1080/02665430902933960.
- ANTONIL, A. Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas, André Mansuy Dinis Silva (ed.), Lisboa, CNCDP, 2001.
- BORRAZ, O.; Le GALÉS, P. Urban governance in Europe: The governance of what? **Pôle Sud** 32: 137-151, 2010.
- BREAKEY, N.M. Study in of World Heritage Visitors: The case of the remote Riversleigh Fossil Site. **Visitor Studies**, 15(1), 82-97, 2012.
- BRENNER, N. World city theory, globalization and the comparative-historical method: Reflections on Janet Abu-Lughod's interpretation of contemporary urban restructuring. **Urban Affairs Review** (September): 124-147, 2011.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? **City** 19(2-3): 151-182, 2015.
- BROTTON, J. **A history of the world in twelve maps**. London: Penguin Books, 2012.
- BOTALLO, M. **Patrimônio da humanidade no Brasil: suas riquezas culturais e naturais heritage of humanity in Brazil: its cultural and natural riches**, 1. ed. – Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura: UNESCO Brasil, 2014. ISBN 978-85-63186-26-3.
- CALAES G., FERREIRA, G. (ed.). A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa, Programa RUMYS – Projeto Estrada Real, 2009.
- CARITA, H. Da “Ribeira” ao Terreiro do Paço: gênese e formação de um modelo urbano, In Figueira de Faria (coord.) (2012). Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um Espaço Urbano, UAL, INCM, p. 13-36, 2012.
- CAUST J.; VECCO, M. Is UNESCO World Heritage recognition a blessing or burden? Evidence from developing Asian Countries. **Journal of Cultural Heritage** 27 (2017) 1-9.
- CML [Câmara Municipal de Lisboa]. Património Mundial, 2019. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/visitar/museus-patrimonio/monumentos/patrimonio-mundial>.
- CML. Formulário para submissão à Lista Indicativa, 2017. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/Ciul/news/news14/Lisboa_Global_PT_10_FEV_2017.pdf.
- CNE [Comissao Nacional da UNESCO]. Lista Indicativa, 2019. Disponível em: <https://www.UNESCOportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>.
- DELEUZE, G. **Difference and Repetition**. New York: Columbia University Press, 1994.
- DIAMOND, J.; ROBINSON, J. **Natural Experiments of History**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- DMEI [Direção Municipal de Economia e Inovação]. Lisboa Economia & Inovação – Visão, Estratégia, Motores de Crescimento, 2017. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/INVESTIR/LISBOA_ECONOMIA_E_INOVA%C3%87%C3%83O_2017_VERS%C3%83O_PROV_27.10.2017_mobile_light.pdf.
- DI GIOVINI, M. **The heritage scape. UNESCO, World Heritage, and Tourism**. New York: Lexington Book, 2009.
- DURKHEIM, E. **La división del trabajo social**. Akal: Madrid, 1987.
- DWYER L.; Kim Ch. Destination Competitiveness: Determinants and Indicators, **Current Issues in Tourism**, 6:5, 369-414, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13683500308667962>.

FERILLI, G.; GUSTAFSSON, C.; SACCO, P. Cognitive Keynesianism: Heritage conservation as a platform for structural anti cyclic policy. The case of the Halland Region, Sweden. **Journal of Cultural Heritage** 27, p. 10-19 2017.

FIGUEIRA de Faria (coord.). **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um Espaço Urbano**, UAL, INCM, 2012.

FLEXOR, M.. A rede urbana brasileira setecentista. A afirmação da vila regular, 2004. In: Teixeira (coord.). **A construção da cidade brasileira**. Livros Horizonte: Lisboa, 2004, p. 203-240.

FONSECA, C. Autoridade régia e poder local: o controle e a regularização da forma urbana nas Minas Gerais setecentistas, 2004. In Teixeira (coord.). **A construção da cidade brasileira**. Livros Horizonte, Lisboa, 2014, p. 241-257.

FLORIDA, R. **The new urban crisis: How our cities are increasing inequality, deepening segregation, and failing the middle class—And what we can do about it**. Basic Books, 2017.

FLORIDA, R. **The Rise of the creative class**, Basic Books, New York, 2012.

FRANÇA, J.A. **A reconstrução da cidade de Lisboa e a arquitectura pombalina**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.

FREY, B.; PAMINI, P.; STEINER, L. Explaining the World Heritage List: an empirical study. Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2013 Int Rev Econ DOI 10.1007/s12232-013-0174-4.

FRIEDMANN, J.; WOLFF, W. World city formation: An agenda for research and action. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 6, p. 309-344, 1982.

GABARDO, E. **Eficiência e Legitimidade do Estado, Uma Análise das Estruturas Simbólicas do Direito Político**. Tamboré: Editora Manole, Ltda, 2003.

GALBRAITH, J.K. **A Anatomia do Poder**: Lisboa, Edições 70, 2007.

GREFFE, X. **L'économie Politique du Patrimoine Culturel de la médaille au rhizome**, ICOMOS – Paris 2011, p. 928-936

HALL, C. M. **Tourism and Politics – Policy, Power and Place**. Chichester: John Wiley and Sons, 1994.

HOLTORF, C. The Heritage of Heritage, **Herit. Soc.** 5 (2012), 153-174, 2012.

KANTOR, P.; SAVITCH, H.V. How to study comparative urban development politics: A research note. **International Journal of Urban and Regional Research** 29(1): 135–151, 2005.

KING, A. D. **Global Cities: Post-Imperialism and the Internationalization of London**. London: Routledge, 1990.

JACOBS, J. Commentary: Comparing comparative urbanisms. **Urban Geography**, v. 33, n. 6, p. 904-914, 2012.

LANDORF, C. Managing for sustainable tourism: Review of six cultural world heritage sites. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 17, n. 1, p. 53-70, 2009.

LONG, P. **Perspectives on partnership organizations as an approach to local tourism development**. Tourism-The state of the art, Chichester, Wiley, 472-480, 1994.

LEFEBVRE, H. **La Production de l' Espace**, Paris: Éditions Anthropos, 1974.

RCTB [Rebanks Consulting Ltd and Trends Business Research Ltd]. World Heritage Status. Is there opportunity for economic gain? Research and analysis of the socio-economic impact potential of UNESCO World Heritage Site status Rebanks Consulting Ltd and Trends Business Research Ltd on behalf of the Lake District World Heritage Project, 2009. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/2009/WHSTheEconomicGainFinalReport.pdf>.

- LOBO, M.; JÚNIOR, J. **Introdução in o Urbanismo de Colina-Uma tradição luso-brasileira**. São Paulo; Lisboa: Editora IST Press, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.
- OLIVEIRA, V. *Introdução in o Estudo da Forma Urbana em Portugal*, Vitor Oliveira, Teresa Marat-Mendes e Paulo Pinho (org.). Porto: Universidade do Porto, 2015.
- MACHADO, V. **Direito e Turismo como instrumentos de Poder – os Territórios Turísticos**. Santo Tirso: Editorial Novembro, 2010.
- MCFARLANE, C. The comparative city: Knowledge, learning, urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research** 34(4): 725-742, 2010.
- MAMDANI, M. **Citizen and subject: contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.
- MARQUES, M.; SIQUEIRA, V. **O Rio de Janeiro setecentista: a história da construção da capital**. Rio de Janeiro: Gávea, 1989.
- NESCTouR; ETC; ECTN; EHA. **Declaração de Barcelona**, 2018.
- MONTEIRO, C. **Escrever Direito por linhas tortas**. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2010.
- NIJMAN, J. Introduction: Comparative urbanism. **Urban Geography** 28: 1-6, 2007.
- PICKVANCE, C. Comparative urban analysis and assumptions about causality. **International Journal of Urban and Regional Research** 10(2): 162–184, 1986.
- PIMENTEL, A. F. D. João V e a imagem do poder: o terreiro ao revés. In Figueira de Faria (coord.) (2012). *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um Espaço Urbano*, UAL, INCM, p. 73-92, 2012.
- PORTER M. E. **The competitive advantage of nations**. The Free Press, New Yourk, 1989.
- ROBINSON, J. Thinking cities through elsewhere: comparative tactics for a more global urban studies. **Progress in Human Geography**, vol. 40(1), 3-29, 2016.
- RYAN, J.; Silvanto, S. *A brand for all the nations The development of the World Heritage Branding emerging markets*, 2011.
- SACCO, P.L.; FERILLI, G.; TAVANO BLESSI, G.; NUCCIO, M. Culture as an engine of local development process: Sysem-Wide Cultural Districts. **Theory, Growth Change** 44 (2013) 555-570, 2013.
- SACCO, P. L.; CROCIATA, A. A conceptual regulatory framework for the design and evaluation of complex, participative cultural planning strategies. **International Journal of Urban Reg. Res.**, n. 37, p. 1688-1706, 2014.
- SANTA CRUZ, G.; LÓPEZ GUZMÁN, T. Culture, Tourism and World Heritage Sites. **Tourism Management Perspectives**, v. 24, p. 111-116, 2017.
- SARAIVA, J.H. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.
- SEM, A. K. **Development as Freedom**, Knopf, New York, 1999.
- SERRÃO, J. *História de Portugal, Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*. 2. ed., Revista, Editorial Verbo, 1980.
- SWEITGERT, K; KOTZ, H. **An Introduction to Comparative Law**. Oxford: North Holland Publishing Company, 1977.
- TAYLOR, P. **World City Network: A Global Urban Analysis**. London: Routledge, 2004.
- TEIXEIRA, M. *As formas da cidade portuguesa in o Estudo da Forma Urbana em Portugal*, Vítor Oliveira, TERESA Marat-Mendes e Paulo Pinho (org.). Porto: Universidade do Porto, 2015.

- TEIXEIRA, M.; Valla, M. **O Urbanismo Português – Séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- TRENTMAN, F. **Empire of Things**. Londres: Penguin Books, 2017.
- TIMOTHY, D. J. **Cultural heritage and Tourism: An introduction**. Bristol: Channel View Publications, 2011.
- TIMOTHY D. J.; BOYD, S. W. Heritage tourism in the 21th century: Valued traditions and new perspectives. **Journal of Heritage Tourism**, 1(1), 1-16, 2006.
- UN [United Nations]. **Agenda 2030**. UN, 2014.
- UNESCO. **Candidatura Rio de Janeiro**. UNESCO, 2014.
- UNESCO. The second Global Report on the 2005 convention – 2018. Re|shaping cultural policies: advancing creativity for development -2018. Advancing creativity for development. The second report on the 2005 Convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions, 2017. Disponível em: <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0026/002605/260592e.pdf>. Acesso em: 3 dezembro 2017.
- UNESCO. Heritage Brazil. Disponível em: <http://www.UNESCO.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/valongo-wharf-archaeological-site/>. Acesso em: 15 julho 2019.
- UNESCO. Brasilia, UNESCO, 2019. Disponível em: http://www.UNESCO.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/rio_is_the_first_world_capital_of_architecture/.
- UNWTO; UNESCO. **Declaração Mucate**. UNWTO & UNESCO, 2017.
- WANG, Z.; YANG, Z.; WALL, G. ; XU, X. ; HAN, F. ; DU, X. ; LIU, Q. Is it better for a tourist destination to be a World Heritage Site? Visitors' perspectives on the inscription of Kanas on the World Heritage List in China, 2015.
- XU, F.; TIAN, F.; BUHALIS, D.; WEBER, J.; ZHANG, H. Tourists as mobile gamers: gamification for tourism marketing, **J. Trav. Tour Mark** 33 (2016) 1124-1142, 2016.

O património cultural: qual o seu significado e importância para os jovens do século XXI?

Mara Vanessa Barros*

António Azevedo**

Resumo: Nos dias presentes, é na juventude que arriscamos mais na procura de novas experiências, é uma fase em que se ganha autonomia, responsabilidades e maturidade. Os jovens, cada vez mais, vão ganhando um papel mais importante na sociedade, sendo eles os grandes antecipadores de alterações na maneira de pensar, raciocinar, nas normas e nos valores atuais. Segundo Solé (2016), a Educação Patrimonial tem vindo a afirmar-se como área de investigação autónoma, mas que congrega de forma interdisciplinar outras áreas do saber, como a história, arqueologia, a antropologia, a história de arte, etc. A Educação Patrimonial é também vista como uma disciplina que “utiliza os elementos patrimoniais e outros fenómenos relacionados com o património como recursos para desenvolver nos jovens a compreensão da História e suas conexões com o presente” (EPSTEIN, 2018, p. 325). Partindo da definição de conceitos como competência cívica dos jovens (HOSKINS; SAISANA; VILLALBA, 2015) e educação para a cidadania, este estudo teórico aborda a importância da educação patrimonial para o desenvolvimento nos jovens de sentimentos de responsabilidade em relação à conservação e divulgação do património histórico (OCAL, 2016; PINTO, 2015, 2016; SOARES; OOSTERBEEK, 2018). Na sequência do levantamento das iniciativas vocacionadas para os jovens, levadas a cabo por diversos municípios e instituições nacionais (ver Apêndice A), foi possível concluir que foram feitas, por exemplo várias visitas guiadas ao Convento de Cristo ou ao Mosteiro da Batalha, fichas pedagógicas ou ainda visitas especiais como “Gualdim Pais” e o “Castelo dos Templários”, destinada a grupos em visita de estudo de alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos. Também foram feitas várias publicações para o público-alvo infantil e juvenil, como o “Baú Mágico da História” para a pré-escolar e 1º Ciclo (1º e 2º anos), “Brincar com a História” para o 1º e 2º Ciclos e o “Gualdim Pais” e o “Castelo dos Templários” para o 3º Ciclo e Secundário. Os jogos tradicionais foram igualmente importantes para criar maior ânimo na promoção do Património por parte dos jovens. A Câmara Municipal de Elvas foi uma das que tomou a iniciativa de desenvolver a prática de jogos tradicionais no centro Histórico como a “Caça ao Tesouro... no Forte de Santa Luzia” e para além disto divulgou o património em contexto de sala de aula, como, por exemplo, o projeto “O que é o Património Mundial?”. Vários outros projetos foram desenvolvidos nas escolas como Projeto Educativo do Património de Évora PEPE, lançado para um público-alvo alargado, abrangendo não só a comunidade educativa, desde o Ensino Básico ao Superior, mas também toda a população do conselho. Quanto a exposições, salienta-se a Exposição “O meu Porto é Património Mundial” feitas pelos jovens dos diversos Ciclos com desenhos daquilo que estes consideram como sendo património.

Palavras-chave: Património Cultural. Cultura. Educação Patrimonial. Cidadania. Competência Cívica dos Jovens. Consciencialização dos Jovens.

Abstract: Nowadays, it is in youth that people risk more by engaging in new experiences, it is a phase in which we gain autonomy, responsibilities and maturity. Young people, increasingly, are gaining a more important role in society, being great anticipators of changes in the way of thinking, reasoning, norms and current values. According to Solé (2016), Cultural Heritage Education has been asserting itself as an area of autonomous research, but which brings together in an interdisciplinary way other areas of

* Mestranda em Património Cultural, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus Gualtar, Braga, 4710-057, Portugal. *E-mail:* mara.vnessa@hotmail.com

** Professor Auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Campus Gualtar, Braga, 4710-057, Portugal. *E-mail:* antonioa@eeg.uminho.pt

knowledge, such as history, archeology, anthropology, art history, etc. Heritage Education is also seen as a discipline that “uses patrimonial elements and other phenomena related to the patrimony as resources to develop in young people the understanding of History and its connections with the present” (EPSTEIN, 2018, p. 325). Based on the definition of concepts such as civic competence of young people (HOSKINS; SAISANA; VILLALBA, 2015) and education for citizenship, this study addresses the importance of heritage education for the development of young people, thus promoting more responsibility regarding heritage conservation and dissemination historical (OCAL, 2016; PINTO, 2015, 2016; SOARES; OOSTERBEEK, 2018). Following the survey of youth-oriented initiatives carried out by various municipalities and national institutions (see Appendix A), it was concluded that for example, various guided tours were made, such as the Convent of Christ or the Batalha Monastery, or special visits such as “Gualdim Pais” and “Templar Castle”, targeted for groups of students of the 1st, 2nd and 3rd education cycles. Several publications were also made for children and adolescents target audiences, such as the “Magic Chest of History” for preschool and 1st Cycle (1st and 2nd years), “Playing with History” for 1st and 2nd Cycle “ Gualdim Pais “and the” Templar Castle “for the 3rd and Secondary Cycles. Traditional games were equally important in raising the mood for young people to promote Heritage. Elvas City Council was one of those who took the initiative to develop the practice of traditional games in the historic center, such as the “Treasure Hunt... at Santa Luzia Fort” and, in addition, disseminate the heritage in the classroom context, such as for example, the project “What is World Heritage?”. Several other projects were developed in schools such as the Évora PEPE Heritage Educational Project, launched for a wide target audience, covering not only the educational community, from primary to higher education, but also the entire population of the municipality. As for exhibitions, one of the most important was the “My Port is a World Heritage” Exhibition made by the young people of the various school grades with drawings of what they consider to be heritage.

Keywords: Cultural Heritage. Culture. Heritage Education. Citizenship. Civic Competence. Youth Heritage Awareness.

1 Introdução

Partindo da definição de conceitos de cultura, património, competência cívica dos jovens (HOSKINS; SAISANA; VILLALBA, 2015) e educação para a cidadania, este artigo teórico aborda a importância da educação patrimonial para o desenvolvimento nos jovens de sentimentos de responsabilidade em relação à conservação e divulgação do património histórico (OCAL, 2016; PINTO, 2015, 2016; SOARES; OOSTERBEEK, 2018).

Com base nos elementos recolhidos por Barros (2019), foi possível compilar um conjunto de iniciativas organizadas pelos municípios que são sede de elementos patrimoniais classificados pela UNESCO como Património Mundial. Estas iniciativas demonstram a preocupação com a educação patrimonial por parte das várias entidades a nível nacional e local e que tiveram seu expoente máximo, durante o Ano Europeu do Património Cultural em 2018.

Os autores, durante esta investigação, confrontaram-se com uma falta de informação, nomeadamente ao nível de estatísticas especificamente orientadas para o segmento jovem, que monitorizem a participação nos eventos e o consumo de bens e serviços relacionados com o património cultural. Na literatura existe também uma

lacuna em termos de estudos recentes que avaliem a percepção e a atitude dos jovens face ao património cultural material e imaterial. Portanto, o estudo desenvolvido por Barros (2019), aqui resumido, vem preencher essa necessidade de informação, procurando dar voz à opinião dos jovens sobre seu grau de conhecimento e a eficácia das iniciativas de educação patrimonial e, sobretudo, propor medidas para aumentar a consciência cívica para a valorização e conservação do património cultural.

2 Cultura e património

A cultura tem vindo a ser cada vez mais discutida e estudada, na medida em que tem havido maior contacto entre os povos e as nações. As preocupações crescentes com a cultura resultam da possibilidade da perda e do desaparecimento de características originais em virtude daqueles contactos. O conceito de cultura não tem uma definição clara e concisa. Por vezes surge associada a manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura. Ela está também muito associada com a educação, o estudo e a formação escolar. Ao falar da cultura nos tempos atuais, por exemplo, estamos a incluir o papel dos meios de comunicação em massa, sendo eles o rádio, o cinema e televisão. No sentido mais tradicional, temos a cultura ligada às festas e cerimónias tradicionais, às lendas ou crenças de um povo, à maneira de vestir, ao idioma ou à sua comida.

Para Cazeneuve e Victoroff (1982), a cultura consiste num todo complexo que inclui conhecimentos, crenças religiosas ou outras, a moral, o direito e os costumes, bem como os hábitos e outras habilidades que um indivíduo adquire em sociedade, ou seja, aglutina o desenvolvimento mental e organizacional das sociedades. Cada pessoa acaba por construir um exclusivo conjunto de crenças, valores e emoções através do que lhe é transmitido ao longo do tempo, resultando essencialmente do seu período de crescimento. Esses conhecimentos que ganham são proporcionados e condicionados pelos distintos ambientes sociais que envolvem o indivíduo: a família, os vizinhos, a escola, os grupos de amigos, o local de trabalho e a comunidade (SANTOS; REIS, 2004).

Podemos dividir a conceção de cultura em duas vertentes. Uma delas remete para os aspetos de uma realidade social, enquanto o outro refere-se mais especialmente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo. A primeira conceção diz respeito a tudo aquilo que diferencia, representa a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade. Exemplos disto são a cultura francesa, a cultura Xavante, a cultura camponesa ou, ainda, a cultura dos antigos astecas. Cultura pode então ser definida como “em cada caso dar conta das características dos agrupamentos a que se refere, preocupando-se com a totalidade

dessas características, em relação às maneiras de conceber e organizar a vida social ou aos seus aspetos materiais” (SANTOS, 1983, p. 21). Esta definição de cultura pode ser usada de modo genérico, mas também é usual a sua utilização quando se trata de povos e de realidades sociais diferentes da nossa, nomeadamente quando possuem poucas características comuns na sua organização da sociedade, na maneira como veem o mundo ou até na forma como produzem e geram o básico para a sua sobrevivência.

Na segunda conceção de cultura podemos nos referir mais especificamente ao conhecimento, às crenças, ideias e maneiras como elas existem na vida social (SANTOS, 1983). Mesmo aqui, temos que falar nas características de uma sociedade social para podermos falar do conhecimento, de ideias, crenças referentes, pois elas são sempre referentes a uma sociedade. Neste conceito, a cultura reflete-se como um domínio da vida social. Um exemplo disto seria fazer referência à sociedade francesa através da sua língua materna, o francês, ou referindo a sua literatura, os seus filósofos, os descobrimentos científicos ou artísticos acontecidos no território, etc. (SANTOS, 1983). São muitas as dificuldades para definir cultura, elas derivam inclusive do conceito em que cultura servia para diferenciar as populações humanas entre si e para distinguir o humano de outras formas animais. É uma ideia ampla e bastante genérica, em que cultura estava ligada à distinção entre o humano e o animal, em que tudo o que é cultural é humano e tudo o que é humano é cultural (SANTOS, 1983).

Numa conceção mais geral, podemos afirmar que cultura é uma dimensão do processo social e da vida de uma sociedade. Cultura diz respeito a todos os aspetos da vida social, não é algo natural, não é decorrente de leis físicas e biológicas, é sim um produto da vida humana aplicando-se ao conteúdo de cada cultura individualmente, produto da história de cada sociedade (SANTOS, 1983). Esta definição não é a mesma em todas as sociedades, tudo isto varia bastante, tendo em conta que as sociedades têm características diferentes, o conteúdo de cultura é diferente tal como a sua dinâmica e importância.

O património cultural é o suporte sobre o qual se ergue qualquer sociedade contemporânea ou não. A necessidade de conhecer o património cultural provém da nossa busca de conhecimentos acerca de onde vivemos, quem somos, para onde vamos e também se trata de perceber os nossos valores e o mundo em que vivemos. O nosso interesse no património cultural não patenteia apenas a história das artes e da cultura em geral, mas também se justifica pela necessidade de nos entendermos melhor a nós mesmos e ao nosso tempo. O Património Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade, é o composto de todas as expressões materiais e espirituais que a constituem, incluindo o meio ambiente natural conforme resulta da Declaração de

Caracas (ICOM, 1992).¹ Dentro deste contexto percebemos que o património é um combinado de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, da sua gastronomia característica, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem, superstições, rituais, festa, como defendem Massonetto *et al.* (2012).

Outro conceito relevante é a relação entre o património e a herança, pois sempre estiveram interligados. Originalmente, o património era aquilo que se herdava, implicando a ideia de herança. Nós humanos compartilhamos com os animais a herança genética, por exemplo, mas sendo a cultural o nosso ponto focal, podemos dizer que o homem, acima de tudo e antes de tudo, é um herdeiro, somos todos herdeiros e o património cultural é a nossa herança cultural (MENDES, 2012).

O património cultural cria uma solidariedade entre os membros de um corpo social, uma ligação, uma união que se traduz no sentimento de pertença a uma mesma comunidade. Isto tudo porque o património cultural revela-se como a perseverança desse agregado humano, ao longo do tempo, permitindo-lhe que seja o mesmo apesar das mudanças. Além de único também opera como núcleo da identidade coletiva, possibilitando o nosso reconhecimento, mas também que sejamos reconhecidos, é ele que diferencia e distingue a fisionomia física e moral de um lugar, uma cidade, uma região, um país. Sem o património cultural ficamos sem a nossa personalidade e individualidade autónoma. O património cultural é para a sociedade o que a memória pessoal é para o indivíduo (MENDES, 2012).

Quando falamos nos diferentes tipos de património temos de ter em conta que o Património Mundial é classificado pela UNESCO² em três tipos: cultural, natural e o misto, que engloba ambos. Para além desta classificação geral, há uma outra que é atribuída caso algum elemento se encontre em situação de ameaça ou degradação total, integrando assim a lista do “património em risco”. O conceito de património começa a mudar a partir do séc. XX, em que apenas se regia o património material, uma visão tradicionalista que considerava apenas os bens monumentais e artísticos herdados do passado, tais como esculturas de arte e pictóricas ou obras arquitetónicas. Com a convenção de 2003 da UNESCO pretendeu-se cobrir uma lacuna no sistema legal de proteção internacional cultural, onde não era considerado o património cultural imaterial, sendo este não salvaguardado através dos instrumentos legais internacionais presentes na altura.

¹ Vide <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>.

² Vide <http://www.UNESCO.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future>.

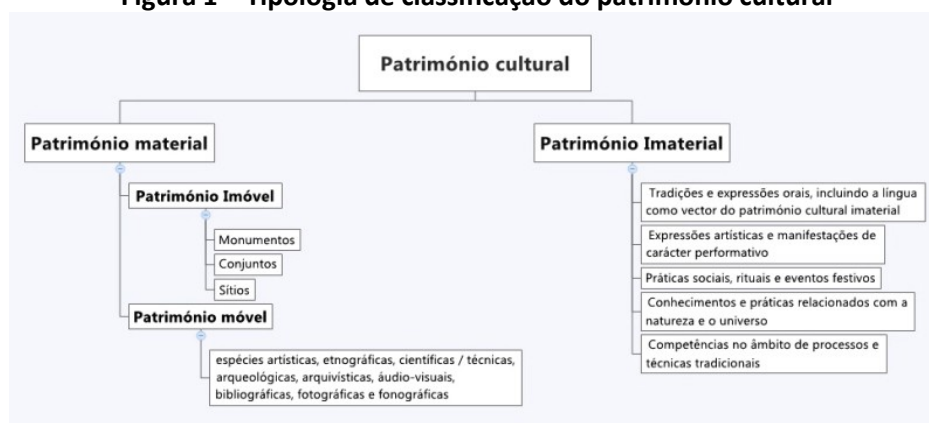
A UNESCO define Património Imaterial como sendo “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – juntamente com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural” (Direção-Geral da Educação).³

Com tudo isto, o património cultural imaterial, através da Convenção de 2003 da UNESCO, passa a ser salvaguardado com medidas como inventários regionais do património. Ainda, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural, é dividido o universo do património cultural em três grandes grupos: património imaterial, património móvel e património imóvel (ver Figura 1). Dentro do Património Material, temos então uma subdivisão em Património Imóvel, monumentos, conjuntos e sítios; e o Património móvel, espécies artísticas, etnográficas, científicas/técnicas, arqueológicas, arquivistas, audiovisuais, bibliográficas, fotográficas e fonográficas.

3 A UNESCO e o Património Mundial da Humanidade

Durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a devastação causada por conflitos armados levou a uma perda significativa de património cultural e natural. Para além da ameaça da guerra, outros fatores, incluindo os desastres naturais, a crescente urbanização, a pobreza, a poluição, o turismo de massas e a simples incúria continuam a ameaçar o património mundial. Parte do trabalho da UNESCO consiste em incentivar os países a cooperarem na conservação do património (Macau Património Mundial).⁴

Figura 1 – Tipologia de classificação do património cultural



Fonte: Direção Geral do Património do Norte. <https://www.culturante.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>.

³ Vide <https://www.dge.mec.pt/kit-de-recolha-de-patrimonio-imaterial>.

⁴ Vide <http://edocs.icm.gov.mo/Heritage/MWHP2.pdf>.

Entre várias cartas e convenções relacionadas com o Património Cultural, uma das mais importantes seria a “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural”, mais conhecida por “Convenção do Património Mundial”, adotada na 17ª Assembleia geral da UNESCO, sendo ela uma resposta à crescente preocupação acerca da conservação do património cultural e natural mundial. Só após a Revolução de 25 de abril de 1974, em setembro, Portugal adere à UNESCO, sendo criadas em 1975 e 1979 a Missão Permanente de Portugal - UNESCO e a Comissão Nacional da UNESCO, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portugal ratifica, em 1980, a Convenção do Património Mundial, que entrou em vigor no país em 1981 e em 1983 Portugal inscreve os primeiros bens na Lista, depois de tanto tempo isolado devido à política ditatorial (PEREIRA, 2012).

Até a atualidade, esta convenção tornou-se num dos instrumentos legais internacionais para a proteção do património cultural e natural, contando com mais de 186 países aderentes. Portugal aderiu a esta Convenção em 1979, e, como Estado-membro responde pelo desenvolvimento de uma ética de conservação do património, seguindo as orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial. Segundo a direção-geral do Património Cultural, dos 962 bens inscritos como Património Mundial pela UNESCO, 745 estão classificados como culturais, 188 naturais e 29 mistos, sendo que 15 destes bens estão localizados em território nacional.

Atualmente, a mensagem da UNESCO reveste-se de uma importância acrescida. “Juntos temos que implementar políticas mais bem integradas, capazes de abordar as dimensões sociais, ambientais e económicas do desenvolvimento sustentável” (Comissão Nacional da UNESCO).⁵

Em Portugal atualmente existem uma lista Indicativa que, em adição aos sítios inscritos na Lista de Património Mundial, os Estados-membros devem ter uma lista de sítios que desejem nomear para a Lista de Património Mundial, sendo exclusivamente recebidas candidaturas de locais que já constarem desta lista. As listas indicativas consistem num pré-requisito indispensável para a candidatura de Bens a Património Mundial. Em 2018, Portugal tinha 21 locais na sua Lista indicativa, mas, atualmente, apenas conta com 19 bens na lista indicativa, sendo eles os seguintes:⁶

1. Aqueduto das Águas Livres
2. Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela
3. Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros (extensão)
4. Complexo Industrial Romano de Salga e Conserva de Peixe em Tróia
5. Conjunto de Obras Arquitetónicas de Alvaro Siza em Portugal

⁵ Vide <https://www.UNESCOportugal.mne.pt/pt/a-UNESCO/sobre-a-UNESCO>.

⁶ Vide <https://www.UNESCOportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>.

6. Costa Sudoeste
7. Deserto das Carmelitas Descalças e Conjunto Edificado do Palace-Hotel no Bussaco
8. Dorsal Médio-Atlântica
9. Edifício-sede e Parque da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa
10. Fortalezas Abaluartadas da Raia
11. Ilhas Selvagens
12. Levadas da Madeira
13. Lisboa Pombalina
14. Lisboa Histórica, Cidade Global
15. Lugares de Globalização
16. Mértola
17. Montado, Paisagem Cultural
18. Rota de Magalhães. Primeira à volta do Mundo
19. Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista

O Ano Europeu do Património Cultural em 2018 (APEC, 2018) veio promover os valores e a história europeia de modo a fortalecer realidades abertas à diversidade de culturas. Estes valores propõem maior sensibilização para a memória viva, como sítios, monumentos, tradições, através da construção, por exemplo, de museus, bibliotecas e arquivos.

Por iniciativa da União Europeia, foi celebrado o Ano Europeu do Património Cultural, com grandes objetivos de promoção da diversidade e do diálogo interculturais e da coesão social. Outro objetivo foi “chamar a atenção para o papel da cultura e do património no desenvolvimento social e económico na Europa e nas suas relações externas, e motivar os cidadãos para os valores comuns europeus” (Direção-Geral do Património Cultural).⁷ Foi uma grande oportunidade para a realização de iniciativas que envolveram as comunidades e os cidadãos, mas também várias organizações e entidades públicas e privadas, maior visibilidade da cultura e do património, tal como o reconhecimento da sua grande relevância e do seu carácter transversal, foram alguns dos principais objetivos esperados por alcançar com este AEPC 2018.

Com o AEPC 2018 promovendo o conhecimento, o debate e a reflexão acerca da atualidade e do futuro do património, contribui-se assim para a construção de um futuro melhor para todos, isto, dado o seu peso relevante na ajuda nas comunidades e nas pessoas ao nível do seu desenvolvimento social e económico. O AEPC 2018 chega num momento em que devemos não apenas chamar a atenção para a valor do

⁷ Vide <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/ano-europeu-do-patrimonio-cultural/>.

património cultural, mas também para questões e desafios que hoje em dia nos são colocados, como a globalização, o desenvolvimento das tecnologias e das comunicações, as alterações climáticas e seus conflitos, as crises de valores e identidade e também as contradições provocadas pela, cada vez maior, mobilidade das pessoas na Terra.⁸

Em síntese, os objetivos gerais do APEC 2018 são: “contribuir para a promoção do papel do património cultural europeu enquanto elemento central da diversidade e do diálogo interculturais; potenciar o contributo do património cultural europeu para a economia e para a sociedade, através do seu potencial direto e indireto; contribuir para a promoção do património cultural como um elemento importante da dimensão internacional da União Europeia” (Direção-Geral do Património Cultural, 2017).⁹

4 O papel da educação patrimonial

Segundo Solé (2016), a Educação Patrimonial tem vindo a afirmar-se como área de investigação autónoma, mas que congrega de forma interdisciplinar outras áreas do saber, como a história, arqueologia, a antropologia, a história de arte, etc. A Educação Patrimonial é também definida por Epstein (2018, p. 325) como uma disciplina que “utiliza os elementos patrimoniais e outros fenómenos relacionados com o património como recursos para desenvolver nos jovens a compreensão da História e as suas conexões com o presente”. Porém, segundo Pérez, López e Listán (2010) ou Lobovikov-Katz *et al.* (2016), esta visão monometalista e unidirecional não favorece o espírito crítico (SEIXAS, 2016), a multidisciplinariedade com a abertura a outros atores, como, por exemplo, os gestores de património ou a comunidade em geral (ALMEIDA, 2018).

É importante a educação patrimonial para o desenvolvimento nos jovens de sentimentos de responsabilidade, em relação à conservação e divulgação do património histórico (OCAL, 2016; PINTO, 2015, 2016; SOARES; OOSTERBEEK, 2018). A educação patrimonial é ainda vista como um processo de alfabetização cultural (HORTA *et al.*, 1989), o que nos leva a compreender que atualmente existem diferentes tipos de metodologias na perceção do que verdadeiramente pode ser apontado como património.

A Educação patrimonial consiste em um processo metódico e constante de trabalho educacional centralizado no Património Cultural. Este torna-se a fonte primária do enriquecimento coletivo e também pessoal. É um processo ativo de

⁸ Vide <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/comunicados/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/>.

⁹ Vide <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/comunicados/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/>.

conhecimento, apropriação e valorização por parte de crianças ou adultos da sua herança cultural, a partir de experiências e do contacto direto com as manifestações de cultura. Habilitar as pessoas para um melhor uso destes bens, contribuindo para a criação e produção de novos conhecimentos em um procedimento sistemático de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

A preservação sustentável de bens é essencial e com o conhecimento crítico e a apropriação continua pelas comunidades do seu património são fatores necessários para isso. Também a cidadania e a identidade são importantes no processo de preservação. A educação patrimonial torna-se, assim, um instrumento que proporciona ao indivíduo conseguir fazer uma leitura do mundo a sua volta, guiando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que pertence. Este processo educacional é guiado pelo permanente diálogo que facilita e estimula a comunicação e a interação entre as diferentes comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais. A valorização dos bens é assim possibilitada com a troca dos conhecimentos e a proteção formada por parcerias.

“[...] A qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente” pode ser aplicada à metodologia específica da Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

A incitativa educacional sobre o património é fundamental para que sejam mais facilmente compreendidos os processos de valorização e de apropriação simbólica do património pelas pessoas, interligando a teórica e a prática, tal como Calaf *et al.* (2018) defendiam. Apesar disto, é possível haver inúmeras abordagens que ao património se pode dirigir, sendo ele uma realidade multifacetada. Os materiais educativos e a sua produção para a interpretação do património pode ser feita de modo técnico ou baseado numa investigação, por exemplo, no entanto, e dada a grande diversidade de abordagens ao património, é fundamental descobrir que conceções de património se enquadram melhor a cada grupo de alunos, tal como a sua abordagem e o uso dessas mesmas fontes patrimoniais no ensino, mas também é importante ter em atenção as ideias que os seus alunos vão tendo, ao passo que interpretam essas fontes.

Uma das conceções mais usadas por parte dos professores para a exploração do património seria a realização de atividades de contacto direto com o património, por

exemplo em uma aula prática, no exterior em um local com de vestígios arqueológicos, objetos de museus, de edifícios ou de um sítio histórico próximo da escola, ou, ainda, a narrativa de histórias oral, em contexto, com tarefas metodologicamente adequadas, como um “guião-questionário”. Experiências educativas de contacto com o património possibilitam o sentimento de pertença, suscitando maior ligação dos jovens na edificação do seu próprio saber e da sua ação presente e futura. Entretanto, os educadores possuem um comprometimento especial que ajuda a contribuir para o processo de construção dos jovens e de identidades mais abertas (Kit Património nas mãos dos jovens) UNESCO, 2002).¹⁰

As instituições escolares encontram-se atualmente com programas já muito sobrecarregados e as solicitações aos professores são cada vez mais frequentes; entretanto, a sensibilização aos jovens quanto à importância da conservação do Património, é usada uma metodologia pedagógica integrada. Esta metodologia multidisciplinar permite aos professores, das diversas matérias, História, Geografia, Ciências ou Línguas, fazer uma abordagem mais subtil introduzindo nas suas aulas constituintes pedagógicos sobre o Património. A educação para o Património incentiva os professores das distintas disciplinas a desenvolver um trabalho de equipa que irá suscitar nos alunos a vontade de aprender, conhecer e valorizar o Património de forma a atuar em favor da sua conservação.

Alguns métodos de aprendizagem são apresentados no *Kit Património nas mãos dos jovens*, da UNESCO (2002); têm por objetivo principal gerar e reforçar o empenho dos jovens na preservação do nosso património e articulam-se em torno de seis linhas de ação:

- Debate
- Pesquisa
- Exercícios
- Sessões visuais
- Visitas aos bens do Património Mundial

O debate permite que os alunos tenham a oportunidade de refletir e discutir o significado e o valor do património, tal como as técnicas que podem ser usadas na conservação e gestão do mesmo, as suas vantagens e os perigos que enfrentam com o turismo em massa, entre outros. Esta linha de ação possibilita a aquisição de conhecimentos e ações que os alunos podem pôr em prática para a conservação do Património.

¹⁰ Vide

http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Download/Kit/KIT%20Recolha%20Patrim%C3%B3nio%20material_Integral.pdf.

A pesquisa, na atualidade, é fruto dos progressos científicos que permitem cada vez mais, em mais estabelecimentos de ensino, o acesso a bancos de informações e dados, descobertas científicas e análises estatísticas. A Educação Patrimonial possibilita aos alunos transmitir as noções para investigação, ensinamentos, procura e análises de informação, de modo a tirarem suas próprias conclusões e elaborarem planos de ação para a preservação do património.

Os exercícios são normalmente usados de modo a apelar à criatividade e à imaginação dos alunos, mas também à sua capacidade de resolver problemas, às suas qualidades artísticas e aos talentos para interpretar jogos de papéis. A educação patrimonial salienta a importância na aprendizagem pela ação e interesse em proporcionar trabalhos práticos aos alunos.

As sessões visuais são encorajadas pela educação patrimonial, na medida em que os alunos com acesso a internet são incentivados a descobrir as maravilhas dos bens patrimoniais presentes na lista do Património Mundial. Visitas aos bens naturais e culturais do Património Mundial proporciona melhor compreensão das suas características e valores, bem como a sua conservação. As informações e fotografias são pretendidas como incentivo aos alunos a imaginarem explorações ou viagens a sítios de bens patrimoniais suscitados.

Um dos aspetos mais importantes na educação patrimonial é que este permite aos alunos a possibilidade de saírem da escola e visitarem bens e museus da sua comunidade, do seu país ou até de países estrangeiros. Segundo o *Kit Património nas mãos dos jovens*, da UNESCO (2002), já referido anteriormente, é necessário para um máximo impacto o planeamento cuidadoso da visita incluindo:

- a escolha do património a ser visitado e o número de professores;
- os questionários a serem preenchidos antes e depois da visita, para assim testar a evolução dos conhecimentos dos alunos;
- a preparação dos alunos para certos tipos de atividades, tal como as reconstituições históricas, narrações de contos e lendas ou, ainda, desenhos do património;
- a preparação de trabalhos a serem desenvolvidos pelos alunos, após a visita de reconhecimento.

Existem muitos mais estudos na área da Educação Patrimonial, entre os quais se destacam: no ensino da História (ALMEIDA; SOLÉ, 2016; EPSTEIN, 2018; NUNES; SOLÉ, 2017; PINTO, 2015; SOLÉ, 2016); na heterogeneidade no conceito de património (GIMÉNEZ; RUIZ; LISTÁN, 2008); na avaliação dos programas de ensino (MERILLAS *et al.*, 2019); na utilização de tecnologias de informação e comunicação – TIC (OTT; POZZI, 2011; OVIDIA, 2012); na adoção de novas metodologias pedagógicas como o drama

(SIMŞEK; KESICI, 2012) e ainda o estudo da influência das características psicológicas dos jovens no interesse na participação em programas (MADARIAGA-ORBEA *et al.*, 2018).

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define *cidadania*, do ponto de vista jurídico, como “condição da pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política”, uma definição que é complementada por uma outra referente à situação de cidadão em que se mencionam os direitos e os deveres de um cidadão, sendo este “membro de um Estado, usufrui de direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo Estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos”.

A cidadania e o seu exercício são, principalmente, “um comportamento, uma atitude e uma certa forma de ser, de estar e de fazer”, sendo que questões da sociedade são tratadas com prioridade, mas também é altamente participativo na vida coletiva, sempre atento aos direitos dos outros e ao respeito pela diversidade e pelas diferenças que diferenciam a sociedade multicultural da atualidade. As atitudes e os comportamentos dos cidadãos refletem o efeito da educação e da formação obtidas ao longo da sua vida, tanto do ambiente familiar, desde criança, até à idade adulta com família constituída, sendo que a escola e a família são elementos de maior influência na formação das crianças e dos adolescentes (GRILO, 2009).

São os pais e a família os responsáveis pela educação dos seus filhos que, primeiro, transmitem os valores que estão na base das atitudes e dos comportamentos que se encaixam no exercício da cidadania. Outra estrutura organizacional da sociedade para a criança e o adolescente é a escola em que se educa, se forma e onde se pode encontrar e conviver com os outros. A educação e a formação recebidas são imprescindíveis, por um lado com a organização e o funcionamento da instituição familiar e, por outro lado, com o modo como a escola se organiza, como aplica seu papel e missão enquanto administra conhecimentos, valores, práticas e promove posturas que apoiam e favorecem o exercício da cidadania (GRILO, 2008).

Relativamente à educação para a cidadania e, segundo os conselhos patenteados em III Parte – relatório do Fórum Educação para a Cidadania de 2008, produzido para estudar e analisar esta área de formação, podem-se aclarar os seguintes objetivos estratégicos para os programas de trabalho e para os planos de atividades das escolas:

1. promover a inclusão da cidadania global como dimensão transversal e área específica na oferta formativa pública e privada, no quadro da formação ao longo da vida;
2. promover uma cultura de responsabilidade individual e social;
3. oferecer a todos os alunos e alunas uma base comum de conhecimentos, atitudes e competências que, numa perspetiva de educação para a cidadania

global, nomeadamente através de uma adequada educação para os direitos e as responsabilidades:

- a. promovam o seu desenvolvimento pessoal e social com base em experiências de vida democrática;
 - b. os(as) habilitem a ser agentes ativos(as) da eliminação dos mecanismos sociais que constroem a desigualdade e a discriminação e valorizem a diversidade como fonte de enriquecimento humano;
 - c. proponham-lhes uma progressiva tomada de consciência da sua responsabilidade enquanto membros da sociedade, fomentando a participação, a corresponsabilidade e o compromisso na construção de um mundo mais justo, equitativo e solidário.
4. criar condições para que a escola se assuma como um espaço privilegiado de exercício da cidadania e, assim, mais, conseqüentemente, de educação na e para a cidadania global;
 5. garantir a formação inicial e contínua de docentes e outros(as) grupos de profissionais e agentes educativos, direcionada para a aquisição de competências para trabalhar a Educação para a cidadania global na escola.

A escola e os professores, se devidamente motivados e incentivados, poderão encontrar formas e métodos de atuação boas e favoráveis a uma melhor educação cívica dos jovens e naturalmente à promoção de uma sociedade onde os cidadãos se incluem na sociedade com espontaneidade, adotando seus direitos e seus deveres e apresentando, através das suas ações e trabalho, uma resolução forte em colaborar para o desenvolvimento e para o bem comum (GRILO, 2009).

Relativamente às iniciativas, existe um leque extenso e diversificado de atividades, na programação nacional, assegurada pela DGPC, contou com várias iniciativas de âmbito internacional e europeu, designadamente Encontros e Congressos, bem como com muitas iniciativas dirigidas aos jovens e às escolas, demonstrando, no seu conjunto, o elevado interesse por parte de muitas entidades públicas e privadas, associações, grupos e comunidades, pelas questões que hoje se colocam no domínio do património cultural e pela sua importância na sociedade.

A celebração do Ano Europeu do Património Cultural 2018 (AEPC, 2018), em Portugal, registou uma das maiores participações a nível europeu. Contabilizadas cerca de 1.500 iniciativas inscritas no programa nacional, com o envolvimento de mais de 150 municípios e a estimativa de cerca de 420.000 participantes nas atividades promovidas, o AEPC mobilizou centenas de organizações, públicas e privadas, de áreas muito distintas, em ações de sensibilização e de reflexão sobre o património cultural. Do vasto conjunto de iniciativas realizadas destacam-se cerca de 440 visitas e rotas patrimoniais, 345 Encontros e Congressos, 270 exposições, 167 ateliês e 169 espetáculos. Destacam-se também cerca de 150 iniciativas promovidas pelos

diferentes organismos do Ministério da Cultura e 25 iniciativas promovidas pela direção-geral do Património Cultural, ao longo do ano, contando-se, entre estas, as Jornadas Europeias do Património, que tiveram lugar em setembro, com larga adesão em todo o território nacional.

Para os municípios, em particular aqueles com património cultural classificados pela UNESCO, foi uma consulta *on-line*. Na Tabela 1 do Apêndice A, apresenta-se uma lista de outras iniciativas que foram realizadas em Portugal.

5 Conclusão

Da análise da Tabela 1 conclui-se que: a) há uma diversificação do tipo de atividades organizadas pelos municípios portugueses e outras instituições nacionais, nomeadamente conferência, concursos, visitas guiadas, publicações, jogos tradicionais, projetos educativos nas escolas e exposições; b) a maioria das iniciativas direcionadas aos jovens assenta em visitas guiadas, publicações, projetos educativos nas escolas e jogos tradicionais; c) os jovens com maior incidência destas iniciativas são alunos do 1º, 2º e 3º Ciclo.

Não há estatísticas nem registos que possam aferir o índice de participação dos jovens nestas atividades. Por isso os autores, para completar esta lacuna, no âmbito da dissertação de mestrado de Património Cultural (BARROS, 2019), realizaram um estudo para avaliar as atitudes e comportamentos dos jovens face ao património cultural. Para completar a análise teórica deste artigo, apresenta-se um sumário das principais conclusões de Barros (2019). Através de um questionário *on-line* feito junto de uma amostra de 99 jovens portugueses, pode-se concluir que estes têm algum interesse pelo Património Cultural, apesar disso, os jovens, no seu dia a dia, não põem em prática o conhecimento que têm para a salvaguarda e proteção do Património Cultural. Os jovens, mesmo conhecendo a importância de o proteger, e mesmo nutrindo alguma consideração pelo Património, diariamente não se preocupam tanto pela sua salvaguarda. Exemplo disso é facto de que não existe um grande envolvimento dos jovens com atividades culturais. As três grandes causas apuradas, e que estão na base das barreiras que impedem os jovens de visitar e frequentar bens classificados como património cultural, são: a falta de tempo, a falta de informação e o preço dos bilhetes. Qualquer medida que possa ser tomada para contornar esses três fatores será um enorme contributo para o aumento do consumo de bens culturais pelos jovens.

Referências

- ALMEIDA, E.; SOLÉ, G. Aprender história através da exploração do património local como recurso didático: uma experiência em educação patrimonial com alunos do 5.º ano de escolaridade. *In*: FACAL, Ramón López (ed.). **Livro de actas del VII Simpósio Internacional de Ciencias Sociales, educación y futuro. Investigaciones en Didáctica e las Ciencias Sociales**. Santiago de Compostela: Red 14-Universidade de Santiago de Compostela, 2016, p. 534-551.
- ALMEIDA, N. H. O. **Educação Patrimonial & criatividade: território, empatia e aprendizagem nos ecomuseus e museus comunitários**. 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018.
- AMENDOEIRA, A. O património de Portugal na Lista da UNESCO. *In*: CUSTÓDIO, J. (coord.). **100 anos de Património. Memória e Identidade**. 2. ed. Lisboa: IGESPAR, 2011.
- BARROS, M. **O Património Cultural: Qual o seu significado e Importância para os jovens do século XXI?** 2019. Projeto de Mestrado em Património cultural. Universidade do Minho, 2019.
- CALAF, R.; FONTAL, O.; JIMÉNEZ, J.; LÓPEZ, J.; CALBÓ, M. Miradas al patrimonio. (2018). Disponível em: <http://repositorio.cultura.gob.cl/handle/123456789/2415>.
- CÂMARA MUNICIPAL de Guimarães. Site. Disponível em: https://www.cm-guimaraes.pt/pages/1464?news_id=3678. Acesso em: 2 abr. 2019.
- CÂMARA MUNICIPAL de Guimarães. Site. Disponível em: https://www.cm-guimaraes.pt/pages/1456?event_id=2752. Acesso em: 2 abr. 2019.
- CÂMARA MUNICIPAL de Guimarães. Site. Disponível em: https://www.cm-guimaraes.pt/pages/1433?news_id=3155&related_news_list_23_page=8. Acesso em: 19 mar. 2019.
- CARDOSO, M. D. V. **O Património Mundial da Humanidade no Espaço Rural Português: a sua Pertinência Formativa e Educativa**. 2014. Dissertação do 2º Ciclo de Estudos do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.
- CAZENEUVE, J.; VICTOROFF, D. **Dicionário de sociologia**. Lisboa: Verbo, 1982.
- CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Site CITCEM. Disponível em: <http://www.citcem.org/evento/175>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- Comissão Nacional da UNESCO Portugal. Sobre a UNESCO. Disponível em: <https://www.UNESCOportugal.mne.pt/pt/a-UNESCO/sobre-a-UNESCO>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- COMISSÃO NACIONAL da UNESCO Portugal. **Kit pedagógico “Património Mundial nas mãos dos jovens”**. Lisboa, 2012. p. 12-14.
- CONVENTO DE Cristo. Site. Disponível em: <http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=174>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CONVENTO DE Cristo. Site. Disponível em: <http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=noticias¬icia=39>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CONVENTO DE Cristo. Site. Disponível em: http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=175&identificador=ct31_pt. Acesso em: 20 mar. 2019.
- COSTA, P. F. D. **Kit de Recolha de Património Imaterial**. 2011. Disponível em: http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Download/Kit/KIT%20Recolha%20Patrim%C3%B3nio%20material_Integral.pdf. Acesso em: 2 abr. 2019.

- DIREÇÃO GERAL de Cultura do Norte. **Notícias** (s.d.). Disponível em: <http://culturanorte.gov.pt/pt/noticias/passatempo-num-instante-o-patrimonio/>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- DIREÇÃO GERAL de Cultura do Norte. **Património Cultural**. (s.d.). Disponível em: <http://culturanorte.gov.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- DIREÇÃO-GERAL do Património Cultural. **Atividades**.(s.d.). Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2017/01/19/SE_formato_final_OFFSET_FINAL_OVER.pdf. Acesso em: 2 abr. 2019.
- DIREÇÃO-GERAL do Património Cultural. **Centro Histórico do Porto**. (s.d.). Disponível em: <https://www.UNESCOportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- DIREÇÃO-GERAL do Património Cultural. **Património Mundial em Portugal**. (s.d.). Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimoniomundial/portugal/>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- DIREÇÃO-GERAL do Património Cultural. **Património Mundial em Portugal**. (s.d.). Disponível em: <https://www.UNESCOportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- DIREÇÃO-GERAL do Património Cultural. **Património Mundial em Portugal**. (s.d.). Disponível em: <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/ano-europeu-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- DIREÇÃO-GERAL do Património Cultural. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/iniciativas/o-ano-europeu-do-patrimonio-cultural-em-portugal/>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- EPSTEIN, T. Constructing and questioning connections between history education and heritage education. **Theory & Research in Social Education**, 46(2), 325-329, 2018.
- GIMÉNEZ, J. E.; RUIZ, R. M. Á.; LISTÁN, M. F. Primary and secondary teachers' conceptions about heritage and heritage education: A comparative analysis. **Teaching and Teacher Education**, v. 24, n. 8, p. 2095-2107, 2008.
- GRILO, M. **Educar para a cidadania**. 2008. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000042001-000043000/000042092.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- HORTA, M.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. **Guia básico de educação patrimonial**. 1999. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.
- HOSKINS, B.; SAISANA, M.; VILLALBA, C. M. Civic competence of youth in Europe: Measuring cross national variation through the creation of a composite indicator. **Social Indicators Research**, v. 123, n. 2, p. 431-457, 2015.
- ICOM. Declaração de Caracas. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 1992. ISSN 1646-3714. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>. Acesso em: 8 nov. 2019.
- LOBOVIKOV-KATZ, A.; BENITO, G. B.; SÁNCHEZ, V. M.; MARTINS, J.; SOJREF, D. Training schools for conservation of cultural heritage: between expertise, management and education. **Euro-Mediterranean Conference**, Springer, Cham., 2016, October. p. 880-890.
- LOPES, M. T. **Perspetivas sobre o património e educação patrimonial no início do período democrático (1974-1985)**, 2017, (Doctoral dissertation).

- MACAU PATRIMÓNIO MUNDIAL. Site, (s.a.). Disponível em: <http://edocs.icm.gov.mo/Heritage/MWHP2.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- MADARIAGA-ORBEA, J. M.; GILLATE, I.; IBAÑEZ-ETXEBERRIA, A.; MOLERO, B. Heritage education in informal contexts. Motivation and self-concept/Educación patrimonial en contextos informales. Motivación y autoconcepto. **Cultura y Educación**, v. 30, n. 3, p. 584-599, 2018.
- MASSONETTO, B.; ESTEVES, E.; FERREIRA, E.; ANDRADE, E.; CHRISTOFOLETTI, R. Uma mudança do olhar em favor do património. **UNISANTA Humanitas**, p. 78-92, 2012.
- MENDES, A. **O que é o Património Cultural?** Olhão: Gente Singular Editora, 2012.
- MERILLAS, O. F.; CEBALLOS, S. G.; ARIAS, B.; ARIAS, V. B. Assessing the quality of heritage education programs: Construction and calibration of the Q-Edutage scale. **Revista de Psicodidáctica** (English ed.), v. 24, n. 1, p. 31-38, 2019.
- MOSTEIRO DA Batalha. Site. Disponível em: <http://www.mosteirobatalha.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=211>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- NUNES, G.; SOLÉ, M. G. P. S. Diálogos entre Educação Histórica e educação patrimonial e outras áreas do saber: o exemplo da exploração do património azulejar bracarense por alunos do 1º ciclo do ensino básico. In: **Epistemologias e Ensino da História (XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)**. Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM). 2017. p. 654-674.
- OCAL, T. Necessity of cultural historical heritage education in social studies teaching. **Creative Education**, v. 7, n. 3, p. 396, 2016.
- OTT, M.; POZZI, F. Towards a new era for Cultural Heritage Education: Discussing the role of ICT. **Computers in Human Behavior**, v. 27, n. 4, p. 1365-1371, 2011.
- OVÍDIA, S. M. Heritage conservation in secondary education curriculum a didactic proposal based on the application of ICT. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, n. 51, p. 782-786, 2012.
- PATRIMONIAL EN contextos informales. Motivación y autoconcepto. **Cultura y Educación**, v. 30, n. 3, p. 584-599.
- PENEDO, A. **O envolvimento dos jovens residentes na valorização do Património Cultural: as marchas populares**, 2017, Dissertação (Mestre em Gestão de Turismo e Hotelaria) – Universidade Europeia, 2017.
- PEREIRA, M. M. R. **O impacto da atribuição pela UNESCO do galardão de Património Mundial ao Vale do Côa, na perceção dos residentes**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto politécnico de Bragança, Portugal), 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/18509/1/pauta-relatorio-11.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- PEREIRA, P. **100 anos de Património. Memória e Identidade**. 2. ed. IGESPAR, 2012.
- PÉREZ, R. J.; LÓPEZ, J. M. C.; LISTÁN, D. M. F. Heritage education: Exploring the conceptions of teachers and administrators from the perspective of experimental and social science teaching. **Teaching and teacher education**, v. 26, n. 6, p. 1319-1331, 2010.
- PINTO, H. Os Cen tros Históricos como laboratórios de Educação Histórica e Patrimonial. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 49-75, 2016.
- PINTO, H. Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. **Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305538472010>. Acesso em: 20 abr. 2019.

- PORTAL DIPLOMÁTICO, Comissão Nacional da UNESCO. Portal. Disponível em: <https://www.UNESCOportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/elvas-e-suas-fortificacoes>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- PORTAL DO Governo dos Açores. Portal. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srapre-drae/noticias/Governo+dos+A%C3%A7ores+promove+curso+multim%C3%A9dia+para+estudantes+do+ensino+secund%C3%A1rio+e+profissional.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- PPORTODOSMUSEUS. Site. Disponível em: <http://www.pportodosmuseus.pt/2019/01/10/conferencia-patrimonio-de-influencia-portuguesa-uma-rede-para-o-futuro/>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- RÁDIO NOVA Antena. Disponível em: <https://radionovaantena.com/2019/03/22/evora-presente-no-ii-encontro-jovens-embaixadores-do-patrimonio-mundial/>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- SANTOS, J. **O que é a cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- SANTOS, F.; REIS, E. **Juventude, consumo e globalização: uma análise comparativa**. 2004. Dissertação (Doutorado) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2004. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/540/1/Doutoramento.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- SEIXAS, P. Are Heritage Education and Critical Historical Thinking Compatible?. **Sensitive Pasts: Questioning Heritage in Education**, n. 27, p. 21, 2016.
- SEMANÁRIO REGISTO. Site. Disponível em: <http://www.registo.com.pt/regional/projeto-educativo-do-patrimonio-de-evora-ja-esta-em-plena-atividade/>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SIMŞEK, G.; KESICI, A. E. Heritage education for primary school children through drama: The case of Aydın, Turkey. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, n. 46, p. 3817-3824, 2012.
- SOARES, A. L. R.; OOSTERBEEK, L. M. **Educação patrimonial: um exemplo de teoria e prática na gestão do patrimônio cultural brasileiro**, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma02>.
- SOLÉ, G. (org.). **Educação Patrimonial: novos desafios pedagógicos**. Braga: Cied, Universidade do Minho, 2014.
- SOLÉ, G. (org.). **Educação Patrimonial: contributos para a construção de uma consciência histórica**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEEd), Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2015.
- SOLÉ, M. G. P. S. **O ensino de história a crianças: perspectivas de formação e investigação em educação histórica na Universidade do Minho (Portugal)**, 2016.
- VALENTIM, N. Conferência Marques da Silva 2018. **Arquitetura e Património: sem redoma de vidro por Nuno Valentim**. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2018. Disponível em: https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=48042. Acesso em: 2 abr. 2019.

Apêndice A

Tabela 1 – Iniciativas de promoção do Património Cultural junto dos jovens. Elaboração própria. Recolha *on-line*

Iniciativas	
Concursos	“Património cultural e natural” (Angra do Heroísmo)
	4º concurso de fotografia das Cidades Património Mundial, promovido pela Secretaria Regional da Europa do Sul e Mediterrâneo da OCPM (Organização das Cidades Património Mundial)
	• 10ª Edição – 2017 – EFIM Portugal Num Instante... o Património! – Novo Passatempo Instagram
Visitas Guiadas	Visitas ao Convento de Cristo.
	Fichas pedagógicas, O Mosteiro da Batalha oferece um conjunto de visitas guiadas e programas de animação que são adaptados consoante o público escolar a que se destinam. O percurso corresponde ao circuito geral e os conteúdos poderão ser adaptados às solicitações expressas pelas escolas
	“Gualdim Pais e o Castelo dos Templários”, destinada a grupos em visita de estudo – Alunos do 1.º, 2.º e 3º Ciclos
Publicações	Baú Mágico da História – Pré-escolar e 1º Ciclo (1º e 2º anos)
	Brincar com a História – 1º e 2º Ciclos
	Gualdim Pais e o Castelo dos Templários – 3º Ciclo e Secundário
	“O impacto da atribuição pela UNESCO do galardão de Património Mundial ao Vale do Côa, na perceção dos residentes” de Maria Pereira
Jogos tradicionais	A Câmara Municipal de Elvas tem desenvolvido um conjunto de ações destinadas ao público infantojuvenil, com o objetivo de promover e divulgar os valores patrimoniais do Concelho e permitir o contacto direto entre as crianças e os elementos patrimoniais de uma forma lúdico-pedagógica. É possível destacar a “Caça ao Tesouro... no Forte de Santa Luzia”, a prática de jogos tradicionais no Centro Histórico, por ocasião do Dia Nacional dos Centros Históricos, assim como as ações de divulgação do património em contexto de sala de aula, como, por exemplo, o projeto “O que é o Património Mundial?”
Projetos educativos nas escolas	Projeto Educativo do Património de Évora PEPE, lançado no ano em que Évora comemorou os 25 anos da classificação do seu Centro Histórico como Património Mundial, este projeto tem um público-alvo alargado, abrangendo não só a comunidade educativa, desde o Ensino Básico ao Superior, mas também toda a população do concelho.
Exposições	Exposição “O meu Porto é Património Mundial”. <ul style="list-style-type: none"> • Casa Tait, Porto • 24 de maio de 2018 – 16 de setembro
	Exposição “Guimarães. Património. Registo”. <ul style="list-style-type: none"> • Palacete de Santiago • 1 de junho de 2018 – 30 de junho de 2018
	Exposição “Pergunta ao Tempo”. <ul style="list-style-type: none"> • Casa da Memória de Guimarães • 14 de junho de 2018
Conferências	Conferência “Património de influência portuguesa. Uma rede para o futuro “. <ul style="list-style-type: none"> • Lisboa • 18 de janeiro de 2019
	Conferência Marques da Silva 2018, “Arquitetura e Património: sem redoma de vidro” por Nuno Valentim <ul style="list-style-type: none"> • Porto, Auditório Fernando Távora – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto • 25 de outubro de 2018
	WORKSHOP Douro e Pico: paisagens culturais património mundial: valorização e sustentabilidade. <ul style="list-style-type: none"> • CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, Porto • 4 de outubro de 2018
	Évora presente no II Encontro de Jovens Embaixadores do Património Mundial <ul style="list-style-type: none"> • Ibiza • 20, 21 e 22 de março

Fonte: Elaboração própria.

Las declaratorias de sitios patrimoniales y su impacto en el turismo: el caso de América Latina y Caribe¹

Viviana S. Leonardi*
Silvina Renee Elias**

Resumen: El objetivo de este capítulo es analizar el impacto que tiene para un país la nominación de sitios para ser incluidos a la Lista de Patrimonio Mundial de la UNESCO. Para ello se trabajará con 32 países de América Latina y el Caribe siguiendo la clasificación de la UNESCO. Se estimará la correlación entre la llegada de turistas internacionales a estos países y la cantidad de sitios patrimoniales UNESCO que poseen para el período 1995-2016. Los resultados muestran que los procesos de declaratorias patrimoniales actúan como legitimadores de atracción fortaleciendo el arribo de turistas en los sitios en los que se difunden.

Palabras clave: Patrimonio mundial. Turismo. Impacto. América Latina.

Abstract: This chapter aims to explore the impact that the nomination of sites to be included to the UNESCO World Heritage list has in a country. To do this, we work with 32 countries in Latin America and the Caribbean following the classification of the UNESCO. We estimate the correlation between the arrival of international tourists to these countries and the number of heritage sites UNESCO of each of the countries for the period 1995-2016. The results show that the processes of patrimonial declarations act as attraction forces strengthening the arrival of tourists in these places.

Keywords: World Heritage. Tourism impact. Latin America.

1 Introducción

La relación entre el turismo y la inscripción de un lugar como Patrimonio de la Humanidad se está convirtiendo en un aspecto más para analizar en la literatura de turismo cultural. Adie y Hall (2016) denomina a esta tipología de visitantes como turismo de Patrimonio de la Humanidad. Desde el año 1972, la UNESCO incorpora en su lista de Patrimonio, áreas geográficas que por sus características culturales y/o naturales deben ser objeto de cuidado y preservación. En el año 2003, se aprueba la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial y la comunidad internacional comienza a reconocer la necesidad de prestar apoyo a un nuevo tipo de

¹ Este trabajo ha sido realizado en el marco del proyecto “Análisis económico de la cultura y el turismo cultural” y cuenta con financiación de la Secretaría General de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Argentina.

* Profesora Adjunta, Departamento de Economía, Universidad Nacional del Sur, Investigadora del Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales del Sur (UNS-CONICET), Argentina. Email: Viviana.leonardi@uns.edu.ar

** Profesora Asociada, Departamento de Economía, Universidad Nacional del Sur, Investigadora del Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales del Sur (UNS-CONICET), Argentina. Email: selias@uns.edu.ar

manifestaciones y expresiones culturales. Si bien el objetivo de estas inscripciones es preservar y conservar estos lugares, en muchos casos, su inclusión en dichos listados significa al mismo tiempo un incremento significativo de los visitantes sobre todo internacionales, creándose una fuerte relación entre los Sitios Patrimonio Mundial (SPM) y el turismo (BREAKEY, 2012; TUCKER; EMGE, 2010; TUCKER; CARNEGIE, 2014).

Para Schenkel y Pinassi (2015) los elementos patrimoniales dan cuenta del crecimiento de la actividad turística a nivel mundial, con nuevos perfiles de visitantes que buscan lo autóctono y la experiencia asociada a la vivencia cultural y el contacto con la naturaleza. Así, la temática patrimonial – en general – y el Patrimonio de la Humanidad – en particular – generan no solo el interés por preservar los componentes asociados a la cultura, sino también como elementos tendientes a la captación de beneficios económicos y sociales. Estos autores sostienen que los recursos que son patrimonios de la humanidad ocupan un lugar clave a partir de los cuales surgen y se consolidan destinos. Estos se apoyan en elementos naturales y culturales singulares, que se convierten en los principales atractivos turísticos tendientes a atraer a los visitantes internacionales. En América, los ministros y autoridades de turismo de las Américas y jefes de delegaciones de los estados miembros de la Organización Mundial de Turismo (OMT) presentaron la Declaración de Santo Domingo (2014) que reafirma el compromiso de trabajar en procura de la sostenibilidad y desarrollo de los destinos turísticos en áreas patrimoniales, en beneficio del mejoramiento de la calidad de vida de los pueblos.

Los SPM son algunas de las principales atracciones del turismo que hoy en día reciben un número cada vez mayor de visitas. Son sitios culturales y paisajes naturales excepcionales que comprenden todo tipo de ecosistemas. La conservación de esos sitios exige acciones y medidas adecuadas que garanticen una gestión ambiental idónea y que al mismo tiempo permitan a las comunidades locales beneficiarse de la existencia del sitio.

A la fecha (noviembre 2018), se encuentran inscritos en la lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO un total de 1.073 bienes (832 culturales, 206 naturales y 35 mixtos) en 167 estados partes. Adicionalmente, 1.629 bienes están intentando formar parte de esta lista, muchas veces motivados, además de la conservación, por la posibilidad del incremento de flujos turísticos capaces de generar una serie de impactos positivos en el territorio; siendo éste uno de los principales motivos que inspiraron la creación de la Convención del Patrimonio Mundial en 1972. La misma establece que ciertos lugares de la tierra con un “valor universal excepcional” pertenecen al patrimonio común de la humanidad. Actualmente, 190 países han ratificado esta convención y forman parte de una comunidad internacional unida en la

misión conjunta de identificar y proteger el patrimonio natural y cultural más importante del planeta (UNESCO, 2018a).

Por otro lado, en el año 2003, la UNESCO en la Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial lo define como “todo aquel patrimonio que debe salvaguardarse y consiste en el reconocimiento de los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas transmitidos de generación en generación y que infunden a las comunidades y a los grupos un sentimiento de identidad y continuidad, contribuyendo así a promover el respeto a la diversidad cultural y la creatividad humana” (UNESCO, 2003). Incluye prácticas y expresiones vivas heredadas de los antepasados y transmitidas a los descendientes, como tradiciones orales, artes escénicas, usos sociales, rituales, actos festivos, conocimientos y prácticas relativos a la naturaleza y el universo, y saberes y técnicas vinculados a la artesanía tradicional.

Existen dos tipos de listas de patrimonio cultural inmaterial: la lista de patrimonio cultural inmaterial que requiere medidas urgentes de salvaguardia y la lista representativa del patrimonio cultural inmaterial de la humanidad. Actualmente son 470 los elementos inscritos en ambas listas.

La excepcionalidad de los SPM puede deberse a uno o más de los diez criterios determinados por la UNESCO, cuyo precepto es protegerlos, mantenerlos, entenderlos y ponerlos en valor cultural. Los visitantes generan una serie de conflictos, tensiones y oportunidades, siendo frecuentes en todas las tipologías de destinos (ASHWORTH; VAN DER A, 2002). Si bien el turismo puede por un lado contribuir a los esfuerzos de protección y restauración, resulta difícil alcanzar un justo equilibrio entre el beneficio económico y los efectos indeseables sobre el patrimonio. Generalmente, la conservación de un destino turístico exige su renovación periódica y, en particular, en el caso de los SPM, existe la obligación internacional de conservar y restaurar los valores originales del sitio. Así, en el año 1976, en la carta de turismo cultural, el ICOMOS debido a algunos impactos negativos que se observaban en el patrimonio, invitó a realizar la actividad turística de forma sostenible.

Leonardi, Elías y Tortul (2018) plantean que cada uno de los destinos muestra realidades diversas, pudiendo distinguirse claramente entre los territorios consolidados turísticamente y los lugares emergentes. Es así que en los sitios que turísticamente ya atraen a miles de visitantes desde antes de ser SPM como la Catedral de Notre-dame en París, la Sagrada Familia en Barcelona (PALAU *et al.*, 2013), las Montañas Azules de Australia (HARDIMAN; BURGIN, 2013), el reconocimiento de la UNESCO está dirigido principalmente hacia la protección patrimonial. Por tanto, no existe un consenso acerca de la efectividad en un sentido turístico de este reconocimiento por parte de la UNESCO y la literatura muestra que en algunos casos,

la inscripción de un sitio en la Lista del Patrimonio Mundial no coincide siempre con un aumento de las tasas de visita (BUCKLEY, 2004; PATUELLI, 2013).

Desde una perspectiva turística, los SPM se ven mayormente beneficiados cuando la visita está motivada, por cierto interés por la cultura, la naturaleza y el patrimonio. Esto asegura la consolidación de estos sitios como destinos de turismo cultural (OKECH, 2010), logrando la fidelidad de los turistas hacia el patrimonio (RYAN; SILVANATO, 2009; SHEN *et al.*, 2014) y fomentando en ellos una mayor conciencia patrimonial (HAZEN, 2009; PORIA *et al.*, 2013), aún cuando las actividades que realicen no sean necesariamente culturales (BRUMANN, 2014).

El último número del Barómetro del Turismo Mundial de la Organización Mundial del Turismo (2018), muestra que en el 2017, la región de América, al igual que durante los años previos, siguió registrando resultados positivos en la llegada de turistas en la mayoría de los destinos encabezados por América del Sur (+7%) y seguidas por Centroamérica y Caribe (+4%). Según las previsiones de este organismo, el incremento de las llegadas de visitantes internacionales continuará hasta el año 2030 con un notable impacto en la zona. En el marco de este creciente interés, es fundamental el análisis de la relación entre el turismo y los SPM, el estudio de la demanda turística y la investigación de los productos turísticos que buscan suministrar una experiencia única y un determinado estilo de vida de los visitantes, con el fin de articular el patrimonio como un elemento clave en el desarrollo turístico (GRAHAM, 2002; LOURENÇO GOMES *et al.*, 2014). Si bien se verifica un incremento significativo en el número de turistas que visitan los países de la región, todavía existe poca investigación académica sobre relación entre el turismo y los SPM en el área. Entre la literatura existente para América se pueden mencionar los trabajos de Porto, Rucci y Ciaschi (2016, 2017) donde utilizan modelos gravitacionales basadas en datos de panel para estimar la demanda turística en función de la accesibilidad y la dotación de SPM de los países.

En este contexto, el objetivo de este artículo es profundizar en el impacto que tiene para un país la nominación de sitios para ser incluidos a la Lista de Patrimonio Mundial de la UNESCO. Para ello se trabajará con 32 países de América Latina y el Caribe siguiendo la clasificación de la UNESCO. Se estimará la correlación entre la llegada de turistas internacionales a estos países y la cantidad de sitios patrimoniales UNESCO de cada uno de los países para el período 1995-2016.

En primer lugar se realizará un análisis teórico comenzando con una breve conceptualización de los sitios patrimonio mundial tanto material como inmaterial, la forma de selección para acceder a la lista UNESCO, y la revisión de la literatura sobre el impacto que conlleva para un territorio el ingreso a esta lista.

Seguidamente se realizará un segundo empírico con los SPM de América del Sur y el Caribe diferenciados según sean patrimonio material e inmaterial, identificando su evolución en cuanto a los años de ingreso a la lista. Se relevarán también los sitios que han sido presentados para formar parte de la lista de SPM pero que aún no han ingresado a la misma. Estos datos se contrastarán con la información de llegada de turistas internacionales a cada uno de los países durante el período 1995-2016 para encontrar relaciones y tendencias. Los datos se obtienen de la base de datos del Banco Mundial. Los países también se agrupan según su nivel de ingreso siguiendo la clasificación del mismo organismo.

2 Sitios Patrimonio UNESCO

2.1 El proceso de selección

La aplicación de la Convención de Patrimonio Mundial es competencia del Comité Intergubernamental del Patrimonio Mundial el cual está compuesto por representantes de 21 Estados Partes elegidos por un mandato de seis años por la Asamblea General de los Estados Partes. El Comité también se encarga de determinar los bienes que se inscribirán en la Lista del Patrimonio Mundial sobre la base de las recomendaciones del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (ICOMOS) para los sitios culturales, y de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN) para los naturales.

La Convención protege cientos de sitios de “valor universal excepcional”, que comprenden sitios culturales, naturales y mixtos. Para ser inscrito en la Lista del patrimonio mundial, un bien debe cumplir uno o más de los criterios naturales o culturales específicos y las condiciones de autenticidad y/o integridad. La Convención establece cuatro criterios para los sitios naturales y seis para los bienes culturales que permiten determinar las cualidades por las cuales un bien puede ser designado sitio del Patrimonio Mundial. La propuesta de inscripción de un sitio en la Lista del patrimonio mundial debe emanar del Estado Parte y comprende una explicación pormenorizada sobre la manera en que el sitio está administrado y protegido, una descripción de los valores del sitio como parte del patrimonio mundial y una justificación para su inscripción en la Lista. El Comité del Patrimonio Mundial decide incluir un sitio en la Lista tras examinar las evaluaciones efectuadas por el ICOMOS y/o la UICN.

Los SPM pueden ser inscritos en la Lista del patrimonio mundial en peligro cuando el Comité considere que están amenazados por peligros comprobados o potenciales, como el deterioro debido a una urbanización galopante o a la explotación no sostenible de los recursos naturales. El Comité puede ser alertado acerca de posibles amenazas que pesan sobre un sitio del Patrimonio Mundial y en consecuencia

decidir, en consulta con el Estado Parte, la inscripción del sitio en la Lista del patrimonio mundial en peligro. La inscripción de un sitio en la Lista del patrimonio mundial en peligro puede ser un medio de garantizar su conservación al facilitar el acceso de los países a la asistencia financiera. Una vez que se selecciona un sitio para ingresar en la lista el Comité del patrimonio mundial examina los sitios cada seis años para asegurar la preservación sostenible y tal vez ayudar financieramente aquellos países que lo necesitan. Para la obtención de fondos, la UNESCO se vale del Fondo del Patrimonio Mundial, una reserva financiera compuesta por aportes obligatorios de todos los Estados Partes de la Convención de Patrimonio Mundial y por otros aportes voluntarios. La UNESCO considera que los beneficios de incluirse dentro del listado de Patrimonio de la Humanidad son altos, y que ningún país está dispuesto a perderlos. Es por ello que este organismo, obliga a legislar específicamente para proteger y conservar el patrimonio seleccionado, de modo que se mantengan criterios estables de vigilancia y restauración.

Según la convención es obligatorio para un sitio satisfacer al menos uno de los siguientes diez criterios para entrar en el la lista:

1. representar una obra maestra del genio creativo humano;
2. testimoniar un importante intercambio de valores humanos a lo largo de un periodo de tiempo o dentro de un área cultural del mundo, en el desarrollo de la arquitectura, tecnología, artes monumentales, urbanismo o diseño paisajístico;
3. aportar un testimonio único o al menos excepcional de una tradición cultural o de una civilización existente o ya desaparecida;
4. ser uno de los ejemplos eminentes de procesos ecológicos y biológicos en el curso de la evolución de los ecosistemas;
5. ofrecer un ejemplo eminente de un tipo de edificio, conjunto arquitectónico, tecnológico o paisaje, que ilustre una etapa significativa de la historia humana;
6. ser un ejemplo eminente de una tradición de asentamiento humano, utilización del mar o de la tierra, que sea representativa de una cultura (o culturas), o de la interacción humana con el medio ambiente;
7. estar directa o tangiblemente asociado con eventos, tradiciones vivas, ideas, creencias o trabajos artísticos y literarios de destacada significación universal;
8. contener fenómenos naturales superlativos o áreas de excepcional belleza natural e importancia estética;
9. ser uno de los ejemplos representativos de importantes etapas de la historia de la tierra, incluyendo testimonios de la vida, procesos geológicos creadores de formas geológicas o características geomórficas o fisiográficas significativas;

10. Contener los hábitats naturales más representativos y más importantes para la conservación de la biodiversidad, incluyendo aquellos que contienen especies amenazadas de destacado valor universal desde el punto de vista de la ciencia y el conservacionismo.

A estos requisitos se viene exigiendo desde los últimos años la existencia de un sistema de gestión que garantice la conservación y mejora del bien mediante instrumentos de conservación y protección, responsabilidades de las autoridades y gestores, presencia de órganos de participación y planes de seguimiento o monitorización, permanente en el tiempo, del bien.

Por su parte, según la Convención, el patrimonio cultural inmaterial, se manifiesta particularmente en los siguientes ámbitos:

Las tradiciones y expresiones orales, incluido el idioma como vehículo del patrimonio cultural inmaterial.

Las artes del espectáculo.

Los usos sociales, rituales y actos festivos.

Los conocimientos y usos relacionados con la naturaleza y el universo.

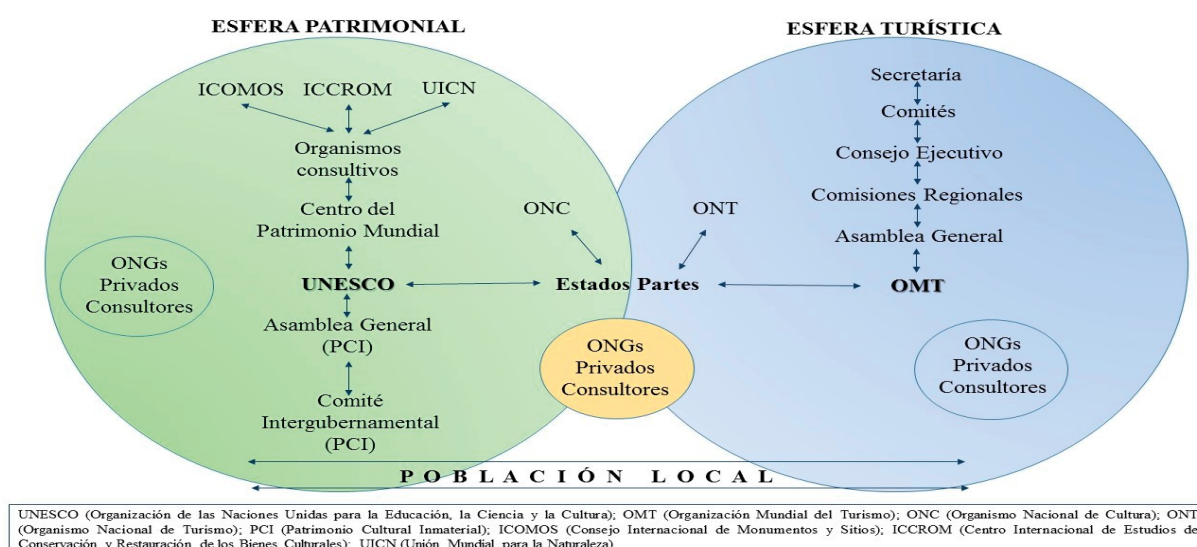
Las técnicas ancestrales tradicionales.

La Convención incluye también los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que son inherentes a las prácticas y expresiones culturales.

Existen dos tipos de listas de patrimonio cultural inmaterial. Por un lado, la lista de patrimonio cultural inmaterial que requiere medidas urgentes de salvaguardia y se compone de elementos del patrimonio cultural inmaterial que las comunidades y los estados partes consideran que necesitan medidas de salvaguardia urgentes para asegurar su transmisión. Las inscripciones en esta lista contribuyen a movilizar la cooperación y la asistencia internacionales para que los actores interesados puedan tomar medidas de salvaguardia adecuadas. Por otro lado, la lista representativa del patrimonio cultural inmaterial de la humanidad conformada con las expresiones que ilustran la diversidad del patrimonio inmaterial y contribuyen a una mayor conciencia de su importancia.

En América Latina, los estados partes constituyen participantes clave en el mapa de actores que estructuran la trama de relaciones como promotores de la dinámica del sistema, al presentar las diferentes postulaciones a Patrimonio de la Humanidad a partir de sus dependencias específicas (Figura 1). Este sistema es de aspecto claramente endógeno con escasa participación social, centrado en las acciones de los estados nacionales y supranacionales a partir de los organismos creados a tal fin. Este conjunto de organismos y vínculos puede agruparse en dos esferas interceptadas por objetivos y elementos comunes: una esfera patrimonial y una turística.

Figura 1 – Postulaciones a Patrimonio de la Humanidad a partir de sus dependencias específicas



Fuente: Schenke; Pinassi (2015, p. 23).

La mayoría de los países latinoamericanos ocupan una posición subalterna en el contexto internacional en estos procesos de declaratoria, especialmente en lo que refiere a legitimaciones culturales. Para Schenkel y Pinassi (2015) cierta visión eurocentrista, sobre todo en cuestiones monumentales, sumado a la falta de recursos económicos, instrumentos de gestión y capacitación tiende a sobrevalorar las manifestaciones culturales emergentes del Europa en detrimento de aquellas enclavadas en otras latitudes.

2.2 Los impactos de ingresar a la Lista de Patrimonio

Tal como se mencionara previamente, el proceso de solicitud para ingresar a la lista de patrimonio no es sencillo. Sin embargo, los países ganan reconocimiento, estatus y acceso a fondos para la protección de su patrimonio de parte de la UNESCO (SHACKLEY, 1998) pues cuando un bien patrimonio de la humanidad ingresa a la lista de la UNESCO, se convierte en un punto de atracción turística del mundo. El creciente número de visitantes y la mayor permanencia en los destinos que albergan a estos sitios (CROS, 2008) tienen un impacto favorable en la economía del país surgiendo nuevas oportunidades de empleo y mejoras en la calidad urbana y la vida social. A su vez, esta afluencia de turistas y el reconocimiento que obtienen los sitios patrimonio les facilita el proceso de conseguir patrocinadores para su mantenimiento y conservación.

La interacción entre los recursos o valores del patrimonio y el turismo es dinámica y está en continuo cambio, generando para ambos oportunidades y desafíos así como potenciales situaciones conflictivas. Los proyectos turísticos, sus actividades y su desarrollo deben tender a conseguir resultados positivos y minimizar los impactos negativos para el patrimonio y para los modos de vida de las comunidades anfitrionas, al mismo tiempo que satisfacen las necesidades y expectativas de los visitantes.

En la literatura hay numerosos estudios que han tratado de estimar tanto el impacto económico real de la inscripción en el listado de Patrimonio de la Humanidad como el crecimiento de turistas. Las primeras investigaciones al respecto apoyan estas expectativas (ASHWORTH; TURNBRIDGE, 1990; DROST, 1996; POCOCK, 1997; SHACKLEY, 1998; LIGHT, 2000; HERBERT, 2001). Galvin (1997) plantea que la visita a los parques patrimonio en Estados Unidos fueron 5,2% superior que las visitas al resto de los parques nacionales sin el título de patrimonio UNESCO durante el período 1990-1995.

Los estudios empíricos realizados a partir del 2000 han arrojado resultados diversos. Algunos autores plantean que el nexo entre el listado de SPM y la cantidad de visitantes es débil, más allá de las tendencias de turismo, especialmente para los sitios que fueron importantes puntos de interés antes de la lista del patrimonio. Sitios que son conocidos a nivel mundial como las pirámides de Egipto, el Taj Mahal, etc., parecen beneficiarse menos de la marca patrimonio mundial en relación con los sitios con un perfil global más bajo. En otros SPM, no tan conocidos a nivel mundial, como Safranbolu, en Turquía, Turker (2013) plantea que la sociedad receptora ha observado en un período de cinco años un cambio importante, traducido en mejor empleo, oportunidades de negocio y desarrollo comunitario.

En países como Italia, Patuelli, Mussoni y Candela (2013) encontraron que el reconocimiento de la UNESCO no influye en las llegadas de los visitantes, pero sí podría tener un efecto en la competencia mundial, ya que estos sitios tienen la potencia suficiente para motivar el desplazamiento y disfrute de los mismos. Sin embargo, sí se destaca en la literatura que la situación de ser SPM conduce a un aumento en el número de visitantes internacionales, quienes tienden a permanecer más tiempo y a gastar más que los visitantes nacionales (VAN DER AA, 2010; TUCKER; EMGE, 2010; SU; LIN, 2014).

También hay estudios que discuten el alcance real de esta relación y la asocian con factores que caracterizan a los diferentes contextos y a la ausencia o insuficiencia de datos en la investigación (BUCKLEY, 2004; TISDELL; WILSON, 2001).

Otros autores también plantean la dualidad entre los beneficios y los costos de los SPM. La consultora Pricewaterhouse Coopers (2007) realiza un amplio análisis para

los SPM del Reino Unido. El informe plantea que, pese a que los beneficios son más que tangibles, especialmente en visibilidad, posicionamiento y número de turistas, hay múltiples costos, como la promoción, los estudios técnicos, la gestión del monumento recién designado, costos de oportunidad (desarrollos urbanísticos posteriores) o, quizá, una masificación del turismo en la zona. Por su parte, Kayahan y Vanblarcom (2012) comparan dos monumentos canadienses y concluyen que, si bien el crecimiento de turistas y de ingresos es positivo en ambos, sólo en el más grande de los dos los beneficios superan ampliamente a los costos.

Para Nguyen y Cheung (2014), la inscripción por parte de la UNESCO como Patrimonio de la Humanidad, en cualquiera de las modalidades que existen, supone en la mayoría de los casos un incremento significativo del número de visitantes a esa zona geográfica, y por tanto un aumento de los ingresos económicos derivados del turismo.

Porto, Rucci y Ciaschi (2016, 2017) realizan trabajos empíricos para 17 países de América Latina donde utilizan modelos gravitacionales basadas en datos de panel para estimar la demanda turística en función de la accesibilidad y la dotación de SPM de los países. Encuentran que la declaración de atractivos turísticos como sitios patrimoniales por la UNESCO, así como el componente de accesibilidad, incrementan la demanda turística internacional.

Leonardi, Elías y Tortul (2018) profundizan en el impacto que tiene para un país la nominación de sitios para ser incluidos a la Lista de Patrimonio Mundial de la UNESCO y trabajan con un panel de datos con 32 países de América Latina y el Caribe, considerando como variable dependiente y proxy de la demanda turística la llegada de turistas internacionales a estos países e incorporando dentro de las variables explicativas habituales de la demanda turística la cantidad de sitios UNESCO (tanto material como inmaterial) de cada uno de los países para el período 1995-2016. Agrupan los países en función de su nivel de ingreso encontrando que en los países de menores ingresos de la región analizada el efecto marginal de incorporar un nuevo sitio a la lista es bastante menor que en las economías más desarrolladas.

De esta breve revisión se puede concluir que la literatura no es concluyente respecto al impacto positivo que tiene para un país la inclusión de su patrimonio en la lista de la UNESCO por lo que este trabajo intenta hacer un aporte en ese sentido para la región de América Latina y el Caribe contemplando las diferencias en los niveles de ingreso de los países.

3 Métodos y análisis empírico

3.1 Los sitios Patrimonio de la Humanidad en América Latina y el Caribe

El Cuadro 1 presenta los países de América Latina y el Caribe jerarquizados en función de la cantidad de SPM que tienen al año 2016. De los 40 países que la UNESCO

considera dentro de esta región se trabaja con 32 en función de la disponibilidad de datos. Se observa que México es el país que posee mayor cantidad de sitios Patrimonio de la Humanidad, con un total de 42, siendo 34 materiales y 8 inmateriales. En orden de importancia continúa Brasil con 26 sitios, Perú con 22 y Colombia con 17. Argentina se ubica en el 5to lugar con un total de 12 sitios Patrimonio de la Humanidad, siendo 10 materiales y 2 inmateriales. Se destaca que en el grupo de países bajo análisis existen cinco estados miembro que no poseen ninguna declaratoria de Patrimonio de la Humanidad, ellos son: Guyana, Trinidad y Tobago, Bahamas, Granada y San Vicente y las Granadinas.

En relación a la categoría de sitios, del total de declaratorias patrimoniales existentes en el año 2016 (198), el 68% corresponde a la categoría Material, mientras que el resto son declaratorias que pertenecen a la Inmaterial (32%). Por otro lado, dentro de la categoría material son los sitios culturales los que tienen una mayor presencia.

En el Cuadro 1, la columna que presenta los SPMM incluye también a aquellos inscriptos en la lista del patrimonio mundial en peligro. Esta lista contiene sitios que el Comité considera que están amenazados por peligros comprobados o potenciales. Los países de América Latina y el Caribe que poseen sitios patrimoniales materiales en peligro son: Perú, desde el año 1986 (Zona arqueológica de Chan Chan), Chile (Oficinas salitreras de Humberstone y Santa Laura desde el año 2005), Venezuela (Coro y su puerto, año 2005), Honduras (Reserva de la Biosfera de Río Plátano, 1996, 2007 y 2011) y Panamá (Fortificaciones de la costa caribeña de Panamá: Portobelo y San Lorenzo, 2012).

Asimismo, la columna que presenta los SPMI incluye tanto a aquellos sitios inscriptos en la Lista de Patrimonio Cultural Inmaterial como a aquellos que requieren medidas urgentes de salvaguardia.

Cuadro 1 – Cantidad de sitios Patrimonio de la Humanidad en América Latina y el Caribe por categoría patrimonial. Año 2016

PAIS	Patrimonio Material (SPMM)				Patrimonio Inmaterial (SPMI)	Cantidad total de sitios (SP)	% de cada país sobre el total
	Natural	Cultural	Mixto	Total			
México	6	27	1	34	8	42	21%
Brasil	7	13	-	20	6	26	13%
Perú	2	8	2	12	10	22	11%
Colombia	2	6	-	8	9	17	9%
Argentina	4	6	-	10	2	12	6%
Bolivia	1	6	-	7	4	11	6%
Venezuela, RB	1	2	-	3	5	8	4%
Ecuador	2	3	-	5	3	8	4%
Chile	-	6	-	6	1	7	4%
Guatemala	-	2	1	3	3	6	3%
Panamá	3	2	-	5	-	5	3%
Costa Rica	3	1	-	4	1	5	3%
Uruguay	-	2	-	2	2	4	2%
República Dominicana	-	1	-	1	3	4	2%
Nicaragua	-	2	-	2	2	4	2%
Honduras	1	1	-	2	1	3	2%
Belice	1	-	-	1	1	2	1%
Suriname	1	1	-	2	-	2	1%
Jamaica	-	-	1	1	1	2	1%
Dominica	1	-	-	1	-	1	1%
El Salvador	-	1	-	1	-	1	1%
Saint Kitts y Nevis	-	1	-	1	-	1	1%
Haití	-	1	-	1	-	1	1%
Paraguay	-	1	-	1	-	1	1%
Barbados	-	1	-	1	-	1	1%
Santa Lucía	1	-	-	1	-	1	1%
Antigua y Barbuda	-	1	-	1	-	1	1%
Guyana	-	-	-	-	-	-	
Trinidad y Tobago	-	-	-	-	-	-	
Bahamas	-	-	-	-	-	-	
Granada	-	-	-	-	-	-	
San Vicente y las Granadinas	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	36	95	5	136	62	198	

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de UNESCO (2018a, 2018b).

Como ya se mencionó la inscripción en esta última lista se produce cuando comunidades y los Estados Partes consideran que necesitan medidas de salvaguardia urgentes para asegurar su transmisión. Los países de América Latina y el Caribe que

poseen SPMI incorporados en la misma son Colombia con El Vallenato, música tradicional de la región del Magdalena Grande (inscripto en el año 2015), Venezuela con La tradición oral mapoyo y sus referentes simbólicos en el territorio ancestral (2014), Guatemala con la Ceremonia de los Nan Pa'ch (2013), Brasil con El Yaokwa, ritual del pueblo enawene nawe para el mantenimiento del orden social y cósmico y Perú con Eshuva, (oraciones cantadas de la gente Huachipaire de Perú) ambos en el año 2011. Además de la Lista de Patrimonio Mundial en peligro para los SPMM y la Lista de Patrimonio Cultural Inmaterial que requiere medidas urgentes de salvaguardia, existe el registro de buenas prácticas de salvaguardia. Este registro se compone de programas, proyectos y actividades que mejor reflejen los principios y objetivos de la Convención y tiene por objetivo desarrollar medidas de salvaguardia para garantizar la viabilidad de las expresiones orales, la música y los saberes vinculados al arte textil y las tecnologías agrícolas. Cinco son los países de la región analizada que poseen registro de buenas prácticas. México con Xtaxkgakget Makgkaxtlawana: el Centro de las Artes Indígenas y su contribución a la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial del pueblo totonaca de Veracruz (año 2012), Brasil quien posee dos registros (el concurso de proyectos del Programa Nacional de Patrimonio Inmaterial y el museo vivo del Fandango, ambos registrados en el año 2011) y un proyecto subregional que incluye a Bolivia, Chile y Perú. También se destaca que existe una Lista Indicativa. La misma es la lista de bienes que aspiran a adquirir la condición de Patrimonio de la Humanidad (Cuadro 2).

Cuadro 2 – Sitios Patrimonio Mundial en Peligro y Lista Indicativa

Países	Sitios Patrimonio Mundial en peligro y Registro de Buenas Prácticas (RBP) Hasta el año 2016		Cantidad de sitios en Lista Indicativa
México	1	Xtaxkgakget Makgkaxtlawana: el Centro de las Artes Indígenas y su contribución a la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial del pueblo totonaca de Veracruz (RBP)	21
Brasil	2	Museo Vivo del Fandango (RBP) Concurso de proyectos del Programa Nacional de Patrimonio Inmaterial (RBP)	23
	1	El Yaokwa, ritual del pueblo enawene nawe para el mantenimiento del orden social y cósmico (SPMI)	
Perú	1	Zona arqueológica de Chan Chan (SPMM)	8
	1	Eshuva, oraciones cantadas de la gente Huachipaire de Perú (SPMI)	
	1	Salvaguarda del patrimonio cultural intangible de las comunidades de Aymara en Bolivia, Chile y Perú (RBP)	
Colombia	2	El Vallenato (SPMI) Cantos de trabajo de Los Llanos de Colombia y Venezuela (SPMI)	17
Bolivia	1	La ciudad de Potosí (SPMM)	5
	1	Salvaguarda del patrimonio cultural intangible de las comunidades de Aymara en Bolivia, Chile y Perú (RBP)	
Argentina			10

Venezuela	1	Coro y su puerto (SPMM)	3
	2	La tradición oral mapoyo y sus referentes simbólicos en el territorio ancestral (SPMI) Cantos de trabajo de Los Llanos de Colombia y Venezuela (SPMI)	
Ecuador			5
Chile	1	Oficinas salitreras de Humberstone y Santa Laura (SPMM)	17
	1	Salvuarda del patrimonio cultural intangible de las comunidades de Aymara en Bolivia, Chile y Perú (RBP)	
Guatemala	1	Ceremonia de los Nan Pa'ch (SPMI)	21
Panamá	1	Fortificaciones de la costa caribeña de Panamá: Portobelo y San Lorenzo (SPMM)	2
Uruguay			7
Costa Rica			1
República Dominicana			-
Honduras	1	La Reserva de la biósfera del Río Plátano (SPMM)	
Nicaragua			5
Belice			1
Suriname			1
Jamaica			2
Dominica			3
El Salvador			6
Saint Kitts y Nevis			2
Haití			1
Paraguay			6
Barbados			2
Santa Lucía			-
Antigua y Barbuda			-
Guyana			5
Trinidad y Tobago			3
Bahamas			2
Granada			3
San Vicente y las Granadinas			3

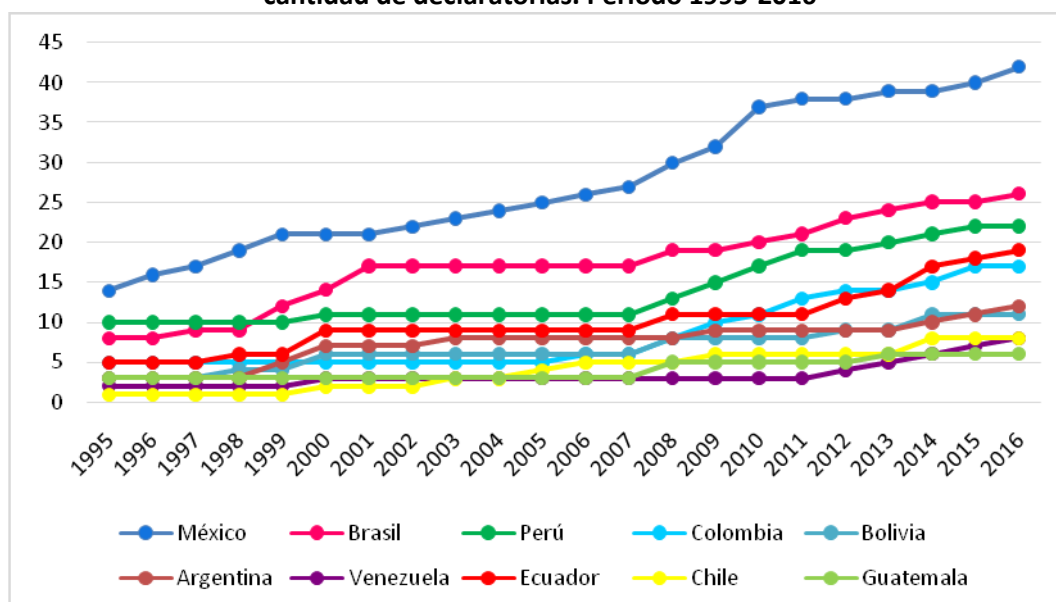
Fuente: Elaboración propia.

En el año 1978 comienzan los primeros reconocimientos patrimoniales, es Ecuador quien concentra las primeras y únicas declaratorias, siendo la Ciudad de Quito incorporada en la lista de patrimonio cultural y las Islas Galápagos de patrimonio

natural. Luego Guatemala logra el reconocimiento de la Ciudad de Antigua como patrimonio cultural quien se incorpora en la lista en el año 1979.

En relación a la evolución de la cantidad de sitios en función de los años de ingreso a la lista de los diez países de América del Sur y el Caribe que presentan mayor cantidad de declaratorias en el período 1995-2016, el Gráfico 1 permite observar que es México quien supera al resto de las economías en cantidad de sitios desde el año 1995. Sin embargo, Chile, Argentina y Venezuela presentan la mayor tasa de crecimiento punta a punta, pasando de 1 a 7 sitios en el caso de Chile, de 3 a 12 en el caso de Argentina y de 2 a 8 para Venezuela.

Gráfico 1 – Evolución en la cantidad total de sitios patrimoniales de diez países con mayor cantidad de declaratorias. Período 1995-2016



Fuente: Leonardi, Elías y Tortul (2018).

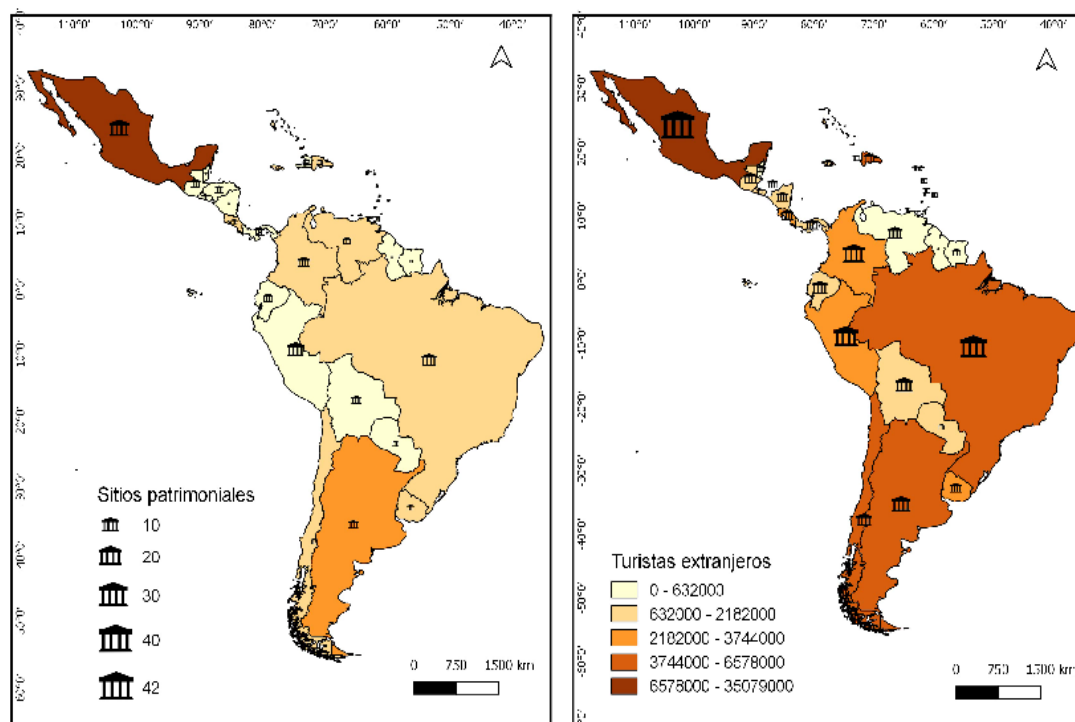
3.2 Sitios patrimoniales y arribo de turistas internacionales

La Figura 2 muestra la llegada de turistas internacionales y la cantidad de sitios patrimoniales de cada uno de los países en el momento inicial del análisis, año 1995, y al finalizar el período, año 2016. Respecto al arribo de turistas se observa, en función del tamaño de los monumentos y de los colores, el incremento experimentado tanto en la cantidad de SPM como en el número de turistas internacionales recibido por cada uno de los países de la muestra.

Figura 2 – Arribo de turistas y cantidad de SPM

1995

2016



Fuente: Leonardi, Elías y Tortul (2018).

Del total de economías de la región México es el país que presenta mayor cantidad de declaratorias patrimoniales y mayor arribo de turistas. En el período analizado se observa que para la mayoría de los países se ha incrementado tanto el número de sitios como la llegada de turistas. Asimismo, los gráficos 2 y 3 permiten observar la evolución en la cantidad de arribo de turistas internacionales en los diez países que presentan mayor cantidad de declaratorias. El turismo receptivo, medido en cantidad de turistas internacionales, es mayor en México en todo el período analizado y presenta una tendencia creciente a partir del 2013. Sigue en orden de importancia Brasil, Argentina y Chile.

Gráfico 2 – Evolución en el turismo receptivo de los diez países con mayor cantidad de declaratorias en el año 2016.

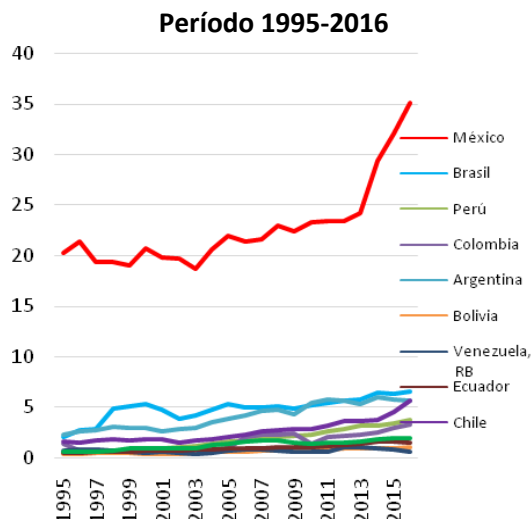
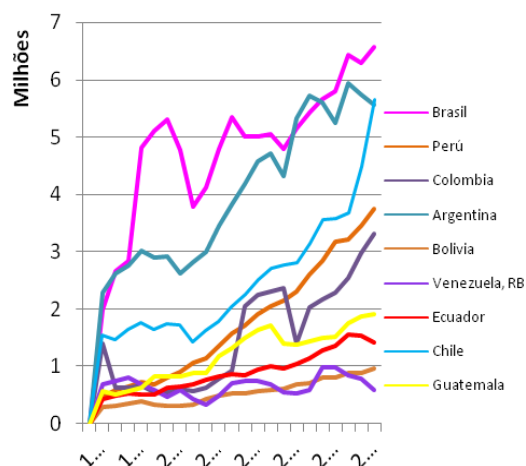


Gráfico 3 – Evolución en el turismo receptivo de los diez países con mayor cantidad de declaratorias en el año 2016 excepto México. Período 1995-2016



Fuente: Elaboración propia.

Luego, a los fines de observar la relación existente entre la cantidad de sitios y el arribo de turistas para cada país, se estimó un coeficiente de correlación de Pearson, el cual puede considerarse como un índice que puede utilizarse para medir el grado de relación de dos variables siempre que ambas sean cuantitativas y continuas. Así, a través de éste coeficiente se analiza: (a) la relación entre el arribo de turistas internacionales y la cantidad total de sitios patrimoniales (C1) y (b) la relación entre la tasa de visitación (número de visitantes internacionales/población) y la cantidad total de sitios patrimoniales presentes en cada país (C2).

El Cuadro 5 presenta los resultados de las estimaciones de ambos coeficientes. Los coeficientes se estimaron para aquellos países que poseen declaratorias y que presentan variaciones en el número de las mismas en el período analizado. Por este motivo no fue posible obtener los coeficientes para El Salvador, Haití, Paraguay, Saint Kitts, Antigua y Barbuda, Granada, Guyana, San Vicente y las Granadinas, Trinidad y Tobago. Los países se muestran agrupados según su nivel de ingreso siguiendo la clasificación del Banco Mundial. En el caso de Barbados y Honduras no fue posibles estimar los coeficientes ya que los datos no estaban completos para todo el período analizado.

Las estimaciones muestran que existe una correlación positiva entre ambas variables tanto para C1 como para C2, excepto para Venezuela (el turismo receptivo en Venezuela ha decrecido en los últimos años debido a su situación política y social). Sin

embargo, el valor de C2 es menor en la mayor parte de las estimaciones aunque su valor sigue siendo elevado y mayor a 0,60, excepto México y Belice. Si bien el coeficiente de correlación no indica causalidad sí se observa entre las variables analizadas una correlación positiva. Este resultado estaría indicando que los procesos de declaratorias patrimoniales actúan como legitimadores de atracción fortaleciendo el arribo de turistas en los sitios en los que se difunden.

Cuadro 5 – Incremento en la llegada de turistas con la incorporación de SPM

Países de ingresos Altos y Medio Alto	Coef. de Correlación		Países de ingresos Bajos y Medio Bajo	Coef. de Correlación	
	C1	C2		C1	C2
México	0,78	0,43	Nicaragua	0,95	0,94
Brasil	0,83	0,68	Guatemala	0,77	0,62
Perú	0,94	0,93	Bolivia	0,93	0,89
Colombia	0,84	0,80			
Argentina	0,81	0,78			
Venezuela, RB	0,25	0,11			
Ecuador	0,94	0,90			
Chile	0,87	0,89			
Panamá	0,78	0,80			
Uruguay	0,82	0,78			
Costa Rica	0,90	0,89			
Rca. Dominicana	0,60	0,63			
Belice	0,74	0,51			
Suriname	0,84	0,85			
Jamaica	0,88	0,87			
Dominica	0,60	0,63			
Saint Kitts y Nevis	0,84	0,73			

Fuente: Elaboración propia.

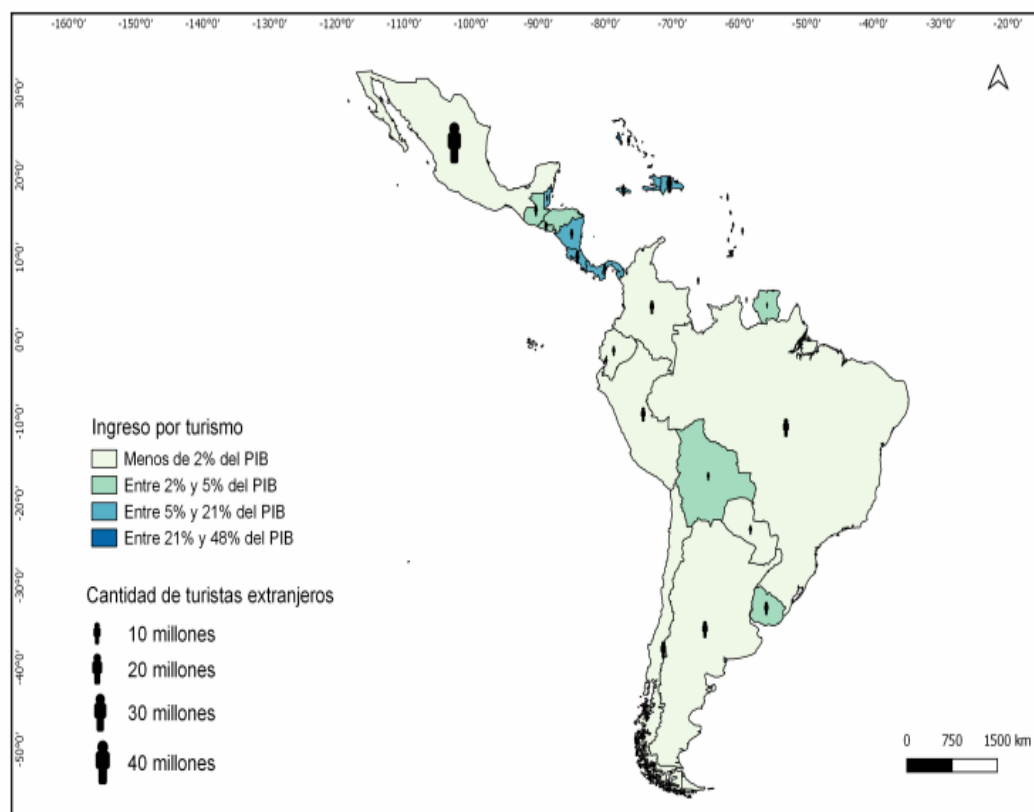
3.3 El aporte del turismo internacional a la economía local

Tal como se mencionara previamente, el proceso de solicitud para ingresar a la lista de patrimonio no es sencillo. Sin embargo, los países ganan reconocimiento, estatus y acceso a fondos para la protección de su patrimonio de parte de la UNESCO (SHACKLEY, 2000) pues cuando un bien patrimonio de la humanidad ingresa a la lista de la UNESCO, se convierte en un punto de atracción turística del mundo. El creciente número de visitantes y la mayor permanencia en los destinos que albergan a estos sitios (CROS, 2007) tienen un impacto favorable en la economía del país surgiendo nuevas oportunidades de empleo y mejoras en la calidad urbana y la vida social. A su vez, esta afluencia de turistas y el reconocimiento que obtienen los sitios patrimonio

les facilita el proceso de conseguir patrocinadores para su mantenimiento y conservación.

En relación al aporte del turismo internacional a la economía local, en la figura 3 se observa el ingreso generado por el turismo internacional para cada país como porcentaje del PIB. El mayor aporte del turismo internacional al PIB (entre 21% y 48%) se produce en las islas de Antigua y Barbuda, Bahamas, Dominica, Santa Lucía, Saint Kitts y Nevis, Granada y San Vicente y las Granadinas lo cual puede explicarse por la pequeña dimensión económica de estas economías. Para la mayoría de los países de la región el ingreso por turismo internacional es menor al 2% del PIB.

Figura 3 – Arribo de turistas y participación de los ingresos por turismo en el producto – año 2016



Fuente: Leonardi, Elías y Tortul (2018).

4 Reflexiones finales

En este trabajo se analizó la relación existente entre la cantidad de sitios y el arribo de turistas para cada país, estimándose un coeficiente de correlación de Pearson. El estudio se realizó tanto a nivel teórico como empírico. Para ello, se trabajó con 32 países de América Latina y el Caribe en el período 1995-2016.

La estimación del coeficiente de correlación de Pearson señala que existe una correlación positiva entre la cantidad de sitios patrimoniales y la llegada de turistas. Esto podría indicar que la inclusión de un nuevo sitio, tanto material como inmaterial, en la lista UNESCO de Patrimonio de la Humanidad podría conducir a un incremento en el número de visitantes. Esta proposición ha sido verificada en la literatura precedente (PORTO; RUCCI; CIASCHI, 2016; PORTO; RUCCI; CIASCHI, 2017; SU; LIN, 2014; ROH; BAK; MING, 2015; LEONARDI; ELÍAS; TORTUL, 2018) y nos permite afirmar que tanto los SPMM como los SPMI tienen un efecto positivo en la llegada de turistas internacionales a un país. La información presentada en este artículo se suma a la literatura precedente para el caso particular de América Latina y el Caribe.

Coincidimos con Schenkel y Pinassi (2015) quienes afirman que “los procesos de declaratoria patrimonial actúan como legitimadores de atracción convirtiendo a estos elementos, naturales o culturales, tangibles o intangibles, en recursos públicos de alto potencial turístico y fortaleciendo los arribos en los sitios en los que se difunden” Schenkel y Pinassi (2015, p. 50).

La protección y conservación a largo plazo de las culturas vivas, de los sitios con patrimonio, de sus variados objetos, de su integridad física y ecológica y de su contexto medioambiental, deberían ser un componente esencial en el desarrollo de las políticas sociales, económicas, políticas, culturales y turísticas. Así, y dado que el turismo receptivo constituye un instrumento de los gobiernos para obtener divisas internacionales, reactivar el flujo de ingresos y el empleo, este trabajo confirma que es válido el esfuerzo y el tiempo que conlleva para un país lograr la inclusión de su patrimonio en la lista UNESCO.

Referências

ADIE B.; HALL, C. Who visits World Heritage?. A comparative analysis of three cultural sites. **Journal of Heritage Tourism**. En línea. 2016DOI: 10.1080/1743873X.2016.111429.

ASHWORTH, G.; TURNBRIDGE, J. *The Tourist Historic City*. London: Belhaven, 1990.

ASHWORTH, G.; VAN DER AA, B. “Bamyan: Whose heritage was it and what should we do about it?” **Current issues in tourism** 5(5): 447-457, 2002.

BARÓMETRO OMT DEL TURISMO MUNDIAL Versión española. Volumen 16, enero 2018.

- BREAKEY, N. Study in of World Heritage visitors: The case of the remote Riversleigh Fossil Site. **Visitor Studies**, 15 (1), 82-97, 2012.
- BUCKLEY, R. The effects of World Heritage listing on tourism to Australian national parks. **Journal of Sustainable Tourism**, 12(1), 70-84, 2004.
- CROS, H. D. Too much of a good thing? Visitor congestion management issues for popular world heritage tourist attractions. **Journal of Heritage Tourism**, 2(3), 225-238, 2008.
- DROST, A. Developing sustainable tourism for world heritage sites. **Annals of tourism research**, 23(2), 479-484, 1996.
- GALVIN, D. Testimony on H.R. 901, The American Land Sovereignty Protection Act, US 105th Congress House of Representatives Committee on Resources. Washington DC, 1997.
- GRAHAM, B. Heritage as knowledge: capital or culture? , **Urban Studies**, vol. 39, no. 5-6, p. 1003-1017, 2002.
- HARDIMAN, N.; BURGIN, S. World Heritage Area listing of the Greater Blue Mountains Did it make a difference to visitation? . **Tourism Management Perspectives**, 6, p. 63-64, 2013.
- HERBERT, D. Literary places, tourism and the heritage experience. **Annals of tourism research**, 28(2), 312-333, 2001.
- KAYAHAN, B.; VANBLARCOM, B. Cost benefit analysis of UNESCO World Heritage site designation in Nova Scotia. **Review of Economic Analysis**, 4(2), 247-273, 2012.
- LEONARDI, V.; ELÍAS, S.; TORTUL Sitios Patrimonio de la Humanidad y Turismo: Una aproximación a su impacto en América Latina y Caribe. **Anales de la Asociación Argentina de Economía Política**, La Plata, noviembre 2018.
- LIGHT, D. Gazing on communism: heritage tourism and post-communist identities in Germany, Hungary and Romania. **Tourism Geographies**, 2(2), 157-176, 2000.
- LOURENÇO-GOMES, L., PINTO, L., REBELO, J. Visitors' preferences for preserving the attributes of a world heritage site. **Journal of Cultural Heritage**. 15, 64–67, 2014.
- NGUYEN, T.; CHEUNG, C. The classification of heritage tourists: A case of Hue city, Vietnam. **Journal of Heritage Tourism**, 9(1), 35-50, 2014.
- OKECH, R. N. Socio-cultural impacts of tourism on World Heritage sites: communities' perspective of Lamu (Kenya) and Zanzibar Islands. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, 15(3), 339-351, 2010.
- OMT (Organización Mundial del Turismo). **Declaración de Santo Domingo**. Santo Domingo (República Dominicana), 2014.
- PALAU-SAUMELL, R.; FORGAS-COLL, S.; SÁNCHEZ-GARCÍA, J.; PRATS-PLANAGUMÀ, L. Tourist behavior intentions and the moderator effect of knowledge of UNESCO World Heritage Sites: The case of La Sagrada Família. **Journal of Travel Research**, 52(3), 364-376, 2013.
- PATUELLI, R.; MUSSONI, M.; CANDELA, G. The effects of World Heritage Sites on domestic tourism: a spatial interaction model for Italy. **Journal of Geographical Systems**, 15(3), 369-402, 2013.
- POCOCK, D. Some Reflections on World Heritage, **Area** 29(3), 260–268, 1997.
- PORTO, N., RUCCI, A. C. & CIASCHI, M. Especialización turística y accesibilidad en sitios patrimoniales del Mercosur. **TRANSITARE**, 3(1), 2017.
- PORTO, N.; RUCCI, A. C.; CIASCHI, M. Turismo y accesibilidad en sitios patrimoniales de América Latina. **Anales Asociación Argentina de Economía Política**. LI Reunión Anual. 2016, ISSN 1852-0022.

PRICEWATERHOUSECOOPERS LTD. The Costs and Benefits of UK World Heritage Status: A literature review for the Department for Culture, Media and Sport. 2007. Disponible en: http://www.culture.gov.uk/images/publications/PwC_casestudies.pdf.

ROH, T. S.; BAK, S.; MING, C. H. Do UNESCO Heritages attract more tourists?, *World Journal of Management*, 6(1), 193-200, 2015.

RYAN, J.; SILVANTO, S. The World Heritage List The making and management of a brand, *Place Branding and Public Diplomacy*, 5 4, p. 290-300, 2009.

SHACKLEY, M. **Visitor Management: Case Studies from World Heritage Sites**, Oxford: Butterworth-Heinemann, 1998.

SCHENKEL, E.; PINASSI, A. Patrimonios de la Humanidad: estrategia de la política turística en la Argentina. *Revista Universitaria de Geografía*, 24(2), 41-67, 2015.

SHEN, S; GUO, J.; WU, Y. Investigating the Structural Relationships among Authenticity, Loyalty, Involvement, and Attitude toward World Cultural Heritage Sites. An Empirical Study of Nanjing Xiaoling Tomb, China. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 19 1, pp. 103-121, 2014.

SU, Y.; LIN, H. Analysis of international tourist arrivals worldwide: The role of world heritage sites. *Tourism management*, 40, 46-58, 2014.

TISDELL, C.; WILSON, C. *World Heritage listing of Australian natural sites: tourism stimulus and its economic value* (No. 60), 2001.

TUCKER, H.; CARNEGIE, E. World heritage and the contradictions of 'universal value'. *Annals of Tourism Research*, 47, 63-76, 2014.

TUCKER, H.; EMGE, A. Managing a World Heritage Site: The Case of Cappadocia, Anatolia, *An International Journal of Tourism and Hospitality Research*, 21(1), 41-54, 2010.

TURKER, N. Host community Perceptions of Tourism Impacts: A case Study on the World Heritage Site of Safranbolu, Turkey, *Revista de Cercetare și Intervenție Socială*, 43, 115-141, 2013.

UNESCO. Convention for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, adopted 1972. The General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) meeting, Paris, 17th October to 21st November 1972, 17th session, 1972.

UNESCO. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, adopted 17th October 2003. Paris: France. The General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) meeting, Paris, 29 September to 17th October 2003, 32nd session, 2003.

UNESCO UNESCO World Heritage Centre. Official Site, United Nations, Patrimonio Mundial Inmaterial Listas. 2018a. Disponible en: <https://ich.UNESCO.org/es/listas>.

UNESCO UNESCO World Heritage Centre. Official Site, United Nations. World Heritage List. 2018b. Disponible en: <http://whc.UNESCO.org/es/list/>.

UNESCO. whc.UNESCO.org/es/list/. Datos de Patrimonio Inmaterial: páginas varia. Disponible en: <https://ich.UNESCO.org/es/estado/honduras-HN>, <https://ich.UNESCO.org/es/estado/nicaragua-NI>.

VAN DER A, B. Preserving the heritage of humanity? Obtaining World Heritage Status and the impacts of listing, PhD Dissertation, University of Groningen. 2010. Disponible en: <http://irs.uibn.rug.nl/ppn/27585387X>.

Anexo

Clasificación de los países según su nivel de ingreso

Antigua and Barbuda	Alto
Argentina	Mediano Alto
Bahamas	Alto
Barbados	Alto
Belice	Mediano Alto
Bolivia	Mediano Bajo
Brasil	Mediano Alto
Chile	Alto
Colombia	Mediano Alto
Costa Rica	Mediano Alto
Dominica	Mediano Alto
República Dominicana	Mediano Alto
Ecuador	Mediano Alto
El Salvador	Mediano Bajo
Granada	Mediano Alto
Guatemala	Mediano Bajo
Guyana	Mediano Alto
Haiti	Bajo
Honduras	Mediano Bajo
Jamaica	Mediano Alto
Méjico	Mediano Alto
Nicaragua	Mediano Bajo
Panamá	Mediano Alto
Paraguay	Mediano Alto
Perú	Mediano Alto
San Kitts y Nevis	Alto
Sta. Lucía	Mediano Alto
San Vicente y las Granadines	Mediano Alto
Suriname	Alto
Trinidad y Tobago	Alto
Uruguay	Alto
Venezuela	Median Alto

Fuente: Elaboración propia en base al Banco Mundial.

Cister em Alcobaça: marca territorial

Cister in Alcobaça: territorial brand

Alberto Guerreiro^{*}
António Maduro^{**}
Eduardo Gonçalves^{***}

Resumo: A presente comunicação tem como tema de análise os níveis de relação potenciais entre a herança alcobacense, fortemente suportada no legado cisterciense do Mosteiro de Alcobaça, Património da Humanidade, e a necessidade de planeamento e gestão patrimonial indutora do turismo cultural. A investigação parte da premissa de que o turismo constitui um mecanismo potenciador do desenvolvimento sustentável do território desde que forme um enlace estratégico sob o denominador comum da cultura. Partindo deste pressuposto analítico, a comunicação tem como tema central uma reflexão em torno dos considerandos teóricos que agenciam a construção de um modelo de turismo cultural diferenciador e viável para a região. Estes objetivos da investigação estão focados no estudo interdisciplinar sobre a valorização do património em articulação com o turismo cultural; mas também nas ligações deste com o desenvolvimento sustentável dos lugares e na sua interação com as outras atividades económicas. A metodologia de análise baseia-se nos indicadores turísticos e culturais apontados para a região nos últimos anos e, neste sentido, a investigação realiza uma abordagem sobre o património cultural enquanto “produto turístico” incidindo em áreas de estudo como o *Heritage*

* Antropólogo e museólogo. Doutorando em História da Universidade de Évora. Investigador do CIDHEUS, do IHC e do CEDTUR/CETRAD – ISMAI. As suas áreas de especialização são a programação e a gestão patrimonial e cultural. Desenvolve investigação sobre as políticas de desenvolvimento cultural e turístico do património alcobacense. *E-mail:* alberto.guerreiro@gmail.com

** Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra. Professor do ISMAI, investigador integrado no CETRAD (SOC-4011/FCT). Colaborador do CHSC/FLUC. Editor da *PASOS. Journal of Tourism and Cultural Heritage* (presente na *Web of Science*). Temáticas de investigação: História Rural, Cister, Enoturismo, Património Industrial e Cultural. *E-mail:* avmaduro@gmail.com

*** Doutor em História Contemporânea pela Universidade do Porto e doutorando em Turismo na Universidad de Rovira i Virgili (Espanha). Professor do ISMAI. Coordenador do RG1 – Tourism, Identities and Cultural Heritage – CETRAD (SOC-4011/FCT). *Co-Editor-in-chief* da *PASOS. Journal of Tourism and Cultural Heritage* (presente na *Web of Science*). *E-mail:* egoncalves@ismai.pt

Tourism e as denominadas *Heritage Attractions*. Conclui que a região acarreta em si um aparato cultural materializado na consolidação de uma “marca” territorial que deve assumir um sentido estratégico essencial potenciando, a partir de um modelo turístico consistente e diferenciador, políticas de otimização do planeamento e da gestão do património.

Palavras chave: Turismo. História. Património. Gestão. Cister. Alcobaça.

Abstract: This paper analyzes the levels of potential relationship between Alcobaça inheritance, strongly supported by the Cistercian legacy of the Monastery of Alcobaça, World Heritage Site, and the need for planning and patrimonial management that drives cultural tourism. The research is based on the premise that tourism constitutes a mechanism for the sustainable development of the territory provided that it forms a strategic link under the common denominator of culture. Starting from this analytical presupposition, the main theme of the communication is a reflection on the theoretical considerations that guide the construction of a differentiating and viable cultural tourism model for the region. These research objectives are focused on the interdisciplinary study on the valuation of heritage in articulation with cultural tourism; but also in its links with the sustainable development of places and their interaction with other economic activities. The methodology of analysis is based on the tourist and cultural indicators pointed to the region in the last years and, in this sense, the research takes an approach on the cultural heritage as a “tourism product” focusing on areas of study such as “Heritage Tourism” and the so-called “Heritage Attractions. It concludes that the region itself entails a cultural apparatus materialized in the consolidation of a territorial “brand” that must assume an essential strategic sense, promoting, from a consistent and differentiating tourism model, policies of optimization of the planning and management of the patrimony.

Keywords: Tourism. History. Heritage. Management. Cister. Alcobaça.

1 O Mosteiro cisterciense de Alcobaça como alavanca do prototurismo em Portugal: a génese da marca territorial

Alcobaça possui uma matriz histórica que a torna singular no todo nacional. O projeto de afirmação do Estado português, no contexto sociopolítico da Europa medieval, tem como ato relevante a doação das terras de Alcobaça à Ordem cisterciense. Esta concessão de âmbito senhorial confirma, por um lado, a expansão internacional de Cister e do seu ideário religioso e, por outro, o interesse da monarquia em cair nas boas graças de Bernardo de Claraval e da sua rede de influência na Cristandade e no Papado. Tratava-se, na realidade, de urdir os passos para o reconhecimento do reino face à instituição religiosa, o que abria portas para uma nova centralidade geopolítica. A generosa doação de um domínio com 440 Km² é então legitimada por fundamentos de natureza política e de ordem diplomática que associam esta benevolência régia à assunção europeia do Estado português (1179).

A ação esclarecida dos monges de Alcobaça, ao nível do povoamento, da arte agrícola, do ordenamento, gestão e administração do território levam, a que Leite de Vasconcelos (1980, p. 500), considere Alcobaça um caso de estudo particular, destacando-a como unidade territorial no corpo da Estremadura Cistagana. Mas esta perspectiva de especificidade e de singularidade do território e de um mosteiro já

encarado como monumento arquitetónico e artístico já tinha sido visitada e defendida pelos viajantes ilustrados que animam as rotas do *Grand Tour*, peregrinações que estruturam o denominado prototurismo. Precise-se que a viagem aristocrática setecentista estava inicialmente confinada às capitais da renascença, mas que acaba por alastrar à Península Ibérica, área considerada periférica, decadente e até exótica pelos usos e costumes dos seus povos e governantes, pelas estruturas sociopolíticas marcadas pelo absolutismo, pela inquisição e por isso contrárias aos ventos da mudança liberal. Mas, independentemente dos juízos de valor que as narrativas de viagem demonstram, a juventude de privilégio acompanhada por preceptores e até comitivas mais extensas estende à Ibéria a sua preparação para as coisas do mundo e daí o caráter iniciático e propedêutico da viagem. Mas nem só os jovens demandam a busca pela ilustração e curiosidade, diplomatas, homens de letras e de ciências, como naturalistas, ou simplesmente homens de fortuna ou de negócio de espírito mundano e cosmopolita assumem a viagem como um objetivo prioritário de vida, crucial para a consolidação de um estatuto social e intelectual.

Mas qual era a motivação da visita, que força centrípeta conduz estas elites a destinos como Alcobaça. Sabemos que os mosteiros, sem qualquer dúvida, constituem projetos nacionais, produzidos pelo Poder Político e Religioso, que se tornaram com o devir temporal monumentos e âncoras identitárias. No caso de Alcobaça, esta dimensão é reforçada pelo poder material, espiritual e simbólico da abadia. Destaca-se por ser o maior e mais rico senhorio monástico de Portugal, por ser cabeça da Congregação Independente de Portugal (1569), usufruir da qualidade de panteão régio, entre outros atributos.

James Murphy salienta a relação umbilical do mosteiro/território com a monarquia portuguesa, pela monumentalidade representativa do projeto Bernardino e pela nova arquitetura que batiza de “moderno gótico normando” (1998, p. 86-87). Nas memórias das elites do *Grand Tour* que estanciam em Alcobaça, como Pitt em 1760, Gorani em 1765-67, Twiss em 1773, Beckford em 1794, etc., multiplicam-se as referências ao mapeamento cultural da paisagem, à majestosa adega monástica, o que se insere nos primórdios do enoturismo (HALL *et al.*, 2000, p. 2), a notas de pendor etnográfico, à monumentalidade artística, arquitetónica e escultórica, nomeadamente à majestade da igreja gótica e ao projeto barroco que merece opiniões contraditórias, às emblemáticas arcas historiadas de Pedro e Inês, tema particular que prende todo o rol de viajantes que, para além da capital e dos seus subúrbios, prolongam temporalmente a digressão, encantando-se com as visitas a mosteiros e conventos em Alcobaça, Batalha e Tomar (RASQUILHO; MADURO, 2015).

O prototurismo desenvolvido no contexto do *Grand Tour*, jornada que primava pela natureza enciclopédica, acaba por constituir uma predeterminação das rotas de viagem, implicando uma reprodução dos campos de visita que dão lugar na centúria seguinte a roteiros e guias constantemente e meticulosamente aperfeiçoados.

Nem a extinção das Ordens Religiosas em Portugal (1834) diminuíram o apelo monumental do mosteiro pela materialidade e pelo símbolo malgrado o edifício fosse agora considerado um emblema do ócio caraterístico do Antigo Regime e da sociedade de dignidades. Os visitantes oitocentistas continuaram, contudo, a afluir e, numa sequência rotineira, a fazer o descritivo do espaço, reabilitando muitas ideias feitas da elite ilustrada, que os tinha precedido, não obstante as ambiências culturais definissem outras centralidades e prismas analíticos, é o que podemos constatar nos relatos de viagem de Lichinowsky – 1842, Raczynski – 1846, Bégin – 1852, Rattazi – 1879, Vigneron – 1882, Bergman – 1889, Lavigne – 1890, Madame Adam – 1896, Galois – 1898. O mosteiro, ao longo do século XIX, continuou naturalmente a conquistar um interesse superior dos estrangeiros, ocupando na lista dos monumentos considerados relevantes para o ato da visita o segundo lugar, sendo apenas precedido pelo convento da Batalha (SANTOS, 2019).

Mas a experiência e o enriquecimento pessoal passam, cada vez mais, a ser o farol dos viajantes e dos novos turistas românticos presos a novos imaginários e pressupostos ideológicos sobre o passado distante.

Começa, entretanto, a destacar-se um movimento de cidadania por parte dos intelectuais da monarquia constitucional, que visa salvaguardar o património monumental e artístico reconhecidamente representativo da Nação, ou seja aquele que aufere indiscutivelmente atributos universais/civilizacionais e, ao mesmo tempo, é agraciado pela vinculação histórica. Este movimento tem em Alexandre Herculano a *alma mater*, é o historiador que melhor compreende que o património edificado de carácter monumental cimenta e alavanca a herança cultural de um povo (CUSTÓDIO, 1993, p. 34-71; SANTOS, 2019).

O Mosteiro continua então não só a exercer o seu fascínio, como a constituir o determinante do lugar, impondo-se agora pela monumentalidade histórica e pela celebração virtuosa do passado. A afirmação emblemática do Estado-Nação arranca e plasma o sentimento da coletividade pátria, esta emanação da consciência romântica e historicista ancorada numa recriação ou reinterpretação dos tempos idos valida a história de vida do edificado e projeta os valores da comunidade (CUSTÓDIO, 2011, p. 79-81).

Mas é com a República que se elabora o inventário do património classificado, assim como se promulga legislação com a finalidade de proteger os bens imóveis da

incúria e abandono. Com o advento da Ditadura Militar e do Estado Novo, verifica-se uma política centralista de que o património fica também refém. Com a constituição da DGEMN, o Estado ideológico e intervencionista passa a exercer em pleno uma revisão historiográfica que se materializa na atuação política dos restauros. A ideologia nacionalista ou de exaltação pátria apropria-se dos monumentos instrumentalizando-os, mas esta vinculação não deixa de os propagandear e publicitar aproximando a população de um patamar de maior reconhecimento e identidade.

A cambiante ideológica e cultural sob o enfoque conjuntural traduz-se nas intervenções realizadas desde o período da monarquia constitucional às primeiras décadas do Estado Novo. O restauro atualiza a imagem do Mosteiro (expurgando-o do ornamento barroco de forma a recuperar a pureza gótica, ou seja, a pressuposta autenticidade inicial numa leitura claramente datada) e acaba por contribuir para uma reconfiguração do olhar, mas, independentemente destas diretrizes, assiste-se a um reforço do monumento e do seu significado. Defendida a identidade e a pertença, embora sob o signo um ressurgimento nacionalista assente num paradigma de celebração e do memorialismo, o monumento fica, todavia, congelado no tempo. Na realidade o monumento encarado ou reduzido a símbolo reduz-se ao edificado, desligando-se do espaço de pertença e sentido. A unidade territorial que tinha o mosteiro como referente é particularmente esquecida amputando-se assim uma visão integradora que facultasse maior inteligibilidade do passado. O património rústico do instituto monástico sofre, aliás, a ação pesada do tempo, emagrecendo significativamente os elos de ligação que poderiam não só enriquecer o discurso, como balizar a atuação do mosteiro no espaço. Só a partir do 25 de Abril é que o património começa a ser agarrado localmente, papel que as associações de defesa do património, melhor ou pior, conseguiram integrar na agenda política. A consciencialização local fortalece-se, mas este ímpeto não é suficiente para alavancar a região em torno deste monumento matricial. Não obstante a abertura democrática propiciada com a revolução dos cravos tenha tido impacto a nível cultural com a adesão a propostas como a ecomuseologia e a relações inteligentes do património em dinâmicas de rede, a capacidade de fazer vingar projetos localmente esbarrava no centralismo político e na manutenção de um paradigma que encarava o património desvinculado da economia, da empregabilidade e do desenvolvimento (SILVA, 2015).

2 Território cisterciense: da patrimonialização à turistificação cultural em Alcobaça

A salvaguarda do património alcobacense passa hoje, em boa medida, por ações conciliatórias da herança histórico-cultural com as forças vivas locais (poder local e a sociedade civil), através da integração de valores identitários e qualificadores do

território. Esta perspectiva torna-se efetiva a partir do momento em que é dado protagonismo a políticas de regeneração territorial envolvendo o património monumental, os museus, os centros históricos, conciliando neste ato a memória com o devir dinâmico da sociedade. Uma intervenção desta natureza obriga à assimilação de valores, conceitos e práticas de ação que exigem conhecimento de terreno, cujos objetivos devem ser favoráveis a uma avaliação conciliadora das próprias aspirações das populações e dos promotores. Neste ponto, a interação entre os agentes, atores e a comunidade, revela-se elementar. Torna-se necessário um mecanismo dinâmico, de funções gestoras e reguladoras da realidade cultural da região, um recurso a potenciar e a disponibilizar convenientemente e que não será mais que o próprio território. Requer ainda uma avaliação atenta e atualizada dos níveis de impacto, pondo em evidência os fluxos positivos e alertando para os negativos. Importa por isso descortinar o modo como estas lógicas se organizam e funcionam, muitas vezes com dificuldade em se articularem na mesma esfera de ação quando se cruzam.

Na sua incidência contemporânea, parece ter uma particular incidência as condicionantes geradas pelos fluxos turísticos e culturais (de índole global) no seio do espaço identitário local. Neste caso, a competitividade assume um papel determinante para a sustentabilidade futura dos territórios, sendo que esta se alterou, ao longo dos últimos anos, em quatro vertentes fundamentais (ARAGONEZ; ALVES, 2012, p. 316-329):

Figura 1 – Ciclos Competitivos do Território



Fonte: Elaboração própria.

Estes novos desafios apontados às políticas regionais e locais, enunciados por Aragonez e Alves, implicam a tomada de medidas para que as instituições e organizações públicas e privadas possam potenciar e contribuir para a competitividade e produtividade, ao mesmo tempo que preservam o seu património. Neste sentido, o envolvimento de todos os agentes torna-se benéfico à construção de uma rede promovendo a base criativa e participativa da região. A estratégia a seguir assenta sobretudo no incremento de modelos participativos que visem a promoção do bem-estar e do desenvolvimento sustentável. Uma transformação gradual do território, sustentada a partir de uma política de desenvolvimento cultural, prevendo uma extensa rede incorpórea da herança “viva” da região, é algo que se apresenta como uma alternativa justificável e saudável e que se perfila coincidente com as próprias características da geografia local, possuidora de uma vasta fonte de recursos de interesse histórico, etnográfico, arqueológico ou ambiental, só para mencionar os mais evidentes no caso de Alcobaça.

É conhecida a força iconoclasta que o Mosteiro de Alcobaça exerce, uma tentação demasiado aglutinadora que obriga a que quase tudo gire em redor da sua órbita de influência. Quer pela escala, quer pelo valor histórico, quer pela excelência arquitetónica, o monumento confere uma opção política óbvia e de difícil resistência em função dos imediatos dividendos públicos. Neste campo, os fundos e o fluxo turístico correspondem a um valor acrescentado que obriga necessariamente a uma política que advogue uma posição descentralizadora do investimento a aplicar na valorização, salvaguarda e divulgação do património cultural da região. Não esqueçamos que esta ação parte de um princípio fundador, tendo o Mosteiro de Alcobaça (Património da Humanidade) como a primeira referência patrimonial cisterciense. A sua escala monumental, perspectiva-o como “âncora estratégica” promovida por um modelo de programação e de gestão que seja capaz de reunir e potenciar uma oferta, que já é por si diferenciadora (GUERREIRO; MADURO; GONÇALVES, 2016, p. 16-38).

A promoção do território foi sempre um dos principais objetivos da organização social e política, principalmente pela forte influência que exerce nos modos de vida, bem como pelo impacto que imprime na noção de crescimento e desenvolvimento local, dado que explica que, recentemente, os municípios (como o de Alcobaça) tenham investido em políticas orientadas para o mercado territorial. Contudo, esta linha de ação não será de fácil concretização de forma continuada ou planeada a médio e longo prazo, dado que a maioria dos municípios delinea as suas estratégias mediante os ciclos políticos e mudanças de executivo. Esta noção, perspectiva a herança a partir de planos estratégicos mais abrangentes, no que toca ao

desenvolvimento económico e social do território, posicionando o património cultural como um fator permanente de implementação, por exemplo, de projetos comerciais e das atividades associadas ao turismo ou, ainda, de potenciação do mercado de negócio e de serviços da indústria cultural. Esta assunção confere à herança um papel preponderante enquanto instrumento de difusão de uma certa imagem que se quer propagar para o Exterior.

Consequentemente, o sentido estratégico da herança demonstra a renovação do arquétipo de público como sujeito consumidor de cultura. Esta renovação do arquétipo ultrapassa a centralidade dada à tradicional função do património e reposiciona, como alvo das políticas públicas, novas categorias de públicos-alvo no seio dos seus programas culturais. Estas políticas públicas estão, progressivamente, a dar lugar a uma nova noção de território, associada a um sentido de comunidade alargada (“território da cidadania”), que se caracteriza por novos grupos sociais inscritos numa perspetiva mais transversal e heterónima, logo menos associada aos atributos tradicionais e à harmonização das atividades socioeconómicas e culturais. A região de Alcobaça reclama uma nova perspetiva integradora, que obriga à assunção definitiva de um projecto de desenvolvimento sociocultural e económico.

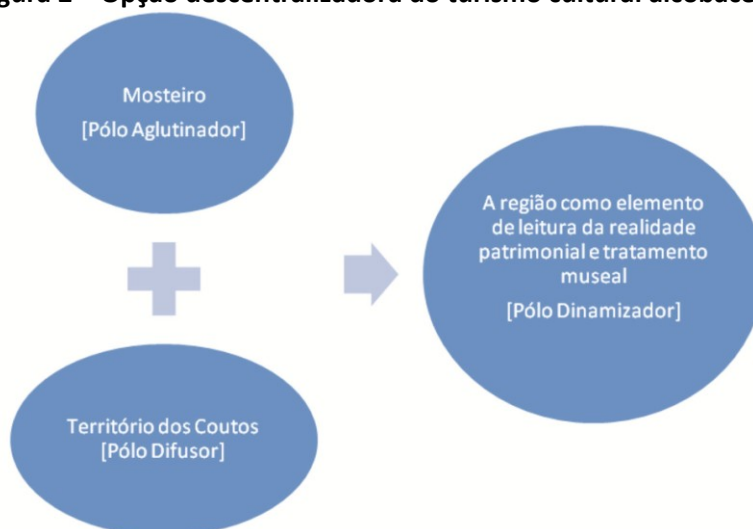
O mundo contemporâneo assume hoje claramente uma dicotomia funcional entre Estado e mercado, que não exclui o desenvolvimento de modelos alternativos, mas antes implica o fomento de parcerias entre o estatal e o público, por um lado, e entre o comercial e o privado, por outro. Na sua base está o próprio modelo de democratização cultural que, imediatamente, agrega tipologias de política pública que incorporam a promoção de espaços de participação e de expressão sociocultural (GUERREIRO; MADURO; GONÇALVES, 2016, p. 16-38). O desafio reside numa coexistência de equilíbrio instável no reunir num mesmo universo bens simbólicos de naturezas distintas que se podem revelar antitéticas, podendo originar dois modos de produção e de circulação através de lógicas de programação inversas: *i.e.*, a lógica cultural do património antitética com a lógica económica do turismo (ESPERANÇA, 1997). Torna-se por isto, importante descortinar o modo como estas duas lógicas se organizam e funcionam, muitas vezes com dificuldade em se articularem na mesma esfera de ação, quando se cruzam. Esta mercantilização progressiva da cultura, fortemente encabeçada por políticas agressivas de *marketing* territorial, não deixa de evocar medidas preventivas sobre o património, sobretudo quando as mesmas têm como o centro das suas atenções a potenciação do turismo cultural.

No caso de Alcobaça, no que toca ao investimento, o património cultural assume um peso significativo, obrigando ao exercício de políticas integradas, fortalecendo não só a relação com o território, como associando uma oferta turístico-cultural diversificada, assente em redes de infraestruturas, eventos culturais regulares e

projetos de itinerância. A relação entre turismo cultural e território, que não se cinge à relação do turismo cultural com o lugar. A identidade territorial, a herança patrimonial e os fluxos turísticos entram em linha de conta, quando se pretende estabelecer uma definição desta relação. É, assim, fundamental uma avaliação atenta e atualizada dos níveis de impacto, pondo em evidência os fluxos positivos e alertando para os negativos. Um dos principais riscos é a constituição de medidas que acabam por fazer desaparecer os valores constituídos importantes para a memória dos lugares, como as atividades tradicionais ou a livre-circulação de pessoas e bens nos centros históricos, essenciais à preservação da sua vitalidade original.

Alcobaça inscreve-se ainda numa região turística do tipo potencial (MORAZZONI, 2003) e, por isso, necessita de associar as potencialidades naturais e culturais dentro de uma lógica de dinâmica operativa, para que as mesmas se tornem funcionais e contribuam para a consolidação do sector turístico e cultural: t.c. associando a oferta de qualidade e diversificada com tarifas competitivas cuja lógica só é realizável através de uma boa gestão de recursos derivados e do aperfeiçoamento de serviços complementares (bens e serviços organizados em rede), melhorando com isso a qualidade de vida da população autóctone e potencializando a oferta existente em relação à procura externa, sob a base de uma ética institucional e profissional na busca de soluções de viabilização dos recursos, de acordo com uma estratégia de hierarquização dos atrativos. O território de Alcobaça necessita associar as suas potencialidades naturais e culturais dentro de uma lógica dinâmica operativa, para que as mesmas se tornem funcionais e contribuam para a consolidação do sector económico-cultural do(s) lugar(s) (GUERREIRO, 2019).

Figura 2 – Opção descentralizadora do turismo cultural alcobacense



Fonte: Elaboração própria.

O turismo assumiu, de modo crescente, a importância de uma das principais e mais promissoras atividades económicas ao nível mundial. Em Portugal, o turismo tornou-se um dos principais sectores da economia nacional, tendo o seu peso na economia vindo a crescer nos últimos anos (11% do PIB). Ao mesmo tempo, a evolução recente do comportamento dos turistas indica também o crescimento das preocupações com o património e a valorização da paisagem, segundo uma perspetiva de maior participação, envolvimento e exigência. Como refere Carvalho (2012, p. 14): “Depois de uma fase dominada por preocupações essencialmente produtivistas e economicistas, com medidas destinadas sobretudo aos agricultores e às suas organizações, assumem destaque as perspetivas territorialistas e ambientalistas, centradas na sociedade rural, que enfatizam a dimensão multifuncional da agricultura e do mundo rural, valorizam a especificidade e o potencial dos seus recursos (designadamente culturais e ecológicos) e assumem como prioritários os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria”. A conceção territorialista associa ao espaço um sentido de pertença que permite uma análise regional com base em “regiões socioculturais” (CABUGUEIRA, 2000) onde a “identidade cultural” representa uma importante componente para o desenvolvimento regional.

Na verdade, o turismo está relacionado com a fruição de pessoas e essa fruição possui custos que movimentam a economia. Esta relação liga o património às práticas económicas tornando-se vital para regiões economicamente “subdesenvolvidas” e que produzem ou possam produzir algum interesse turístico. Desse modo, pensar em desenvolvimento local é pensar em modificar a situação atual de um lugar, aperfeiçoando-o, melhorando-o, aprimorando-o. Para tanto, é preciso compreender o ponto de partida, ou seja, a situação atual do lugar e traçar objetivos de desenvolvimento, determinando quais melhorias devem ser realizadas, o que deve ser potenciado e que estado de desenvolvimento se pretende alcançar. Estamos perante a bitola do modelo de sustentabilidade cultural, inscrito na via estratégica consolidada na necessidade de procurar soluções de âmbito local através das potencialidades das culturas específicas, levando em consideração a identidade cultural e o modo de vida local, bem como a participação da população nos processos de decisão e na formulação de planos de desenvolvimento turístico.

O território acarreta em si um aparato cultural e, sendo assim, a consolidação de uma “marca” territorial deve assumir esse aparato cultural e possuir um sentido estratégico essencial potenciando, a partir de um modelo consistente e diferenciador, políticas de otimização do desenvolvimento e planeamento sustentado (GUERREIRO; MADURO; GONÇALVES, 2016). Na sua essência, este modelo deverá promover um ciclo de compromisso virtuoso entre a economia local e a herança histórica e

patrimonial da região, revigorando os vínculos da consciência identitária e de uma cidadania responsável. Neste ponto, dado o seu lastro histórico e proeminência e consistência patrimonial no território, a marca definidora e de sustentação do modelo é, indiscutivelmente, a de Cister.

Referências

- ARAGONEZ, T.; ALVES, G. C. Marketing territorial: o futuro das cidades sustentáveis e de sucesso, *In Book of Proceedings – Tourism and Management Studies International Conference Algarve 2012*, Vol. 1, Faro, ESGHT – UA, 316-329, 2012.
- ARAÚJO, R. M.; LOPES, A. O. B.; TINÔCO, D. S. Turismo como vetor de desenvolvimento local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer, *Revista Turismo em Análise*, Vol. 23, n. 1, p. 104-127, 2012.
- CABUGEIRA, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. *Gestão e Desenvolvimento*, n. 9, p. 103-136, 2000.
- CARVALHO, P. Prefácio, Turismo e Desenvolvimento: estudos de caso no Centro de Portugal (13-17), (Coord. Paulo de Carvalho), Málaga, EUMED (Universidade de Málaga), 2012.
- CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**, Alfragide, McGraw-Hill Portugal, 1997.
- CUSTÓDIO, J. Renascença Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a I República – fundamentos e Antecedentes. *Caleidoscópico*, 2011.
- COSTA, C. **Towards the Improvement of the Efficiency and Effectiveness of Tourism Planning and Development at the Regional Level: Planning, Organisations and Networks, The Case of Portugal**, Ph.D. Thesis University of Surrey, England, 1996.
- ESPERANÇA, E. J. **Património e Comunicação**: políticas e práticas culturais, Lisboa, Veja, 1997.
- GOUVEIA, M., ARAGONEZ, T., SAUR-AMARAL, I. A Imagem da Região Centro de Portugal: a Perspetiva dos Seus Residentes, in *Tourism & Management Studies*, 11 (2), 93-102, 2015
- GUERREIRO, A. Museologia alcobacense (I): antecedentes, pioneirismo e anomia, *Cadernos de Estudos Leirienses*, Leiria, Textiverso, n. 4, p. 105-120, 2015.
- GUERREIRO, A., MADURO, A., GONÇALVES, E. Chapter I: The Alternative Path of Strategic Tourism for Alcobaça: Legacy and Sustainability, in Henriques, C. H., Moreira M., Bittencourt, P.A. (Ed.) **Tourism and History: World Heritage – Case Studies of Ibero-American Space**, ESGHT/Universidade do Algarve, Universidade do Minho, Universidade de Caxias do Sul, p. 16-38, 2016.
- GUERREIRO, A. **Cister: a marca indelével cultural e turística de Alcobaça**. Da herança ao modelo de desenvolvimento, Mosteiros Cistercienses (Coord. J.A. Carreiras, A.V. Maduro, R. Rasquilho), Tomo III, Leiria, Hora de Ler, 231-250, 2019.
- HALL, M., et al. **Wine Tourism around the World**. Development, management and markets, Elsevier Butterworth-Heinemann, 2002.
- JAFARI, J. Research and scholarship. The basis of education, *Journal of Tourism Studies*, 1, 33-41, 1990.
- JUANCHICH, L. **Culture, Tourisme et Territoire**: Les Apports du Tourisme Culturel au Développement Local, Lyon, Université Lyon 2, 2007.
- MADURO, A. **Cister em Alcobaça**. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX). Maia: Ed. ISMAI e CEDTUR, 2011. (Série: Tempos e Lugares 2).

- MADURO, A. Viajar e beber. Os vinhos cistercienses de Alcobaça (Portugal) na literatura de viagens, ROTUR, **Revista de Ocio y Turismo**, 5, Universidade da Corunã, p. 149-160, 2012.
- MADURO, A., GUERREIRO, A., OLIVEIRA, A. O turismo industrial como potenciador do desenvolvimento local – estudo de caso do Museu do Vinho de Alcobaça em Portugal. Pasos – **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 13 (5), 1129-1143, 2015.
- MADURO, A., MASCARENHAS, J., JORGE, V. Water planning in Alcobaça cistercian lands, **Riparia**, 3, p. 95-126, 2017.
- MASON, M. C.; PAGGIARO, A. Investigating the role of festivalscape in culinary tourism: The case of food and wine events. **Tourism Management**, n. 33, p. 1329-1336, 2012.
- MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**. Essex, Longman Publishing Group, 1982.
- MORAZZONI, M. **Turismo, Território e Cultura**, Milan, Editions de Agostini, 2003.
- RASQUILHO R.; MADURO, A. Olhares no Espaço Cisterciense: Visitadores, Reis e Viajantes no Mosteiro de Alcobaça, **Cadernos de Estudos Leirienses**, 6, 137-151, 2015.
- RICHARDS, G. (ed.). **Cultural Tourism: Global and local perspectives**, New York, Haworth Press, 2007.
- SANTANA-TALAVERA, A. Patrimonio cultural: ¿entre diferenciación y cohesión identitaria?. **Tourismes, Patrimoines, Identités, Territoires** (p. 23-33). Perpignan, Presses Universitaires de Perpignan, 2010.
- SANTANA-TALAVERA, A. El turismo cultural: ¿un negocio responsable?. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, 17 (3), 279-294, 2008.
- SANTANA-TALAVERA, A. Patrimonios culturales y turistas: unos leen lo que otros miran. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 1 (1): 1-12, 2003.
- SANTOS, M. O Mosteiro de Alcobaça no Contexto do Turismo Romântico em Portugal. In Carreiras, J.; Maduro, A.; Rasquilho, R. (coord.) – Cister. III Espiritualidade, Agricultura e Indústria e Turismo Cultural. Leiria: Hora de Ler, 2019.
- TAINHA, M. , MOREIRA, C. A., GOUVEIA, A. **Plano Geral de Urbanização da Vila de Alcobaça**. Alcobaça, 1979.
- TIMOTHY, D. **Cultural heritage and tourism: an introduction**. Bristol: Channel View Publication, 2011.
- VASCONCELOS, J. **Etnografia Portuguesa**, J., vol.II, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, v. II.

O recurso e o uso turístico do património cultural mundial: o caso do Convento de Cristo de Tomar

Eunice R. Lopes*
Amélia Casanova**

Resumo: Neste artigo aborda-se o património cultural mundial classificado pela UNESCO, particularmente o Convento de Cristo de Tomar, destacando a sua atividade turística e, neste sentido, o seu contributo para o desenvolvimento local sustentado enquanto conjunto monumental complexo, sede das Ordens Militares do Templo e de Cristo, integra vários edifícios dentro da envolvente paisagística da Mata dos 7 Montes. No ponto mais elevado, ergue-se o Castelo Templário e a Fortaleza, do século XII, as dependências monásticas e os paços do Infante D. Henrique, o Navegador; a igreja cuja capela-mor com deambulatório é a antiga rotunda templária, dotada de obras de arte excecionais (início do século XVI), a janela da sala do capítulo símbolo dos Descobrimentos portugueses e da abertura de Portugal ao mundo; os claustros renascentistas, o claustro principal de influência italiana, o dormitório grande, a capela do Cruzeiro. Reflexo do poder régio e das ordens militares de um dos monumentos mais importantes do imaginário coletivo português e da Humanidade, classificado pela UNESCO, em 1983.

Palavras-chave: Património Cultural. Turismo. Templários. Ordem Militar de Cristo. Convento de Cristo.

Abstract: This article addresses the world cultural heritage classified by UNESCO, particularly the Convent of Christ of Tomar, highlighting its tourism activity and, in this sense, its contribution to sustained local development as a complex monumental complex, home to the Military Orders of the Temple and Christ, integrates several buildings within the surrounding landscape of the Mata dos 7 Montes. At the highest point stands the Templar Castle and Fortress of the XII century, the monastic premises and the courts of the Infante D. Henrique, the Navigator; the church whose main chapel with ambulatory is the old Templar roundabout, endowed with exceptional works of art (beginning of the 16th century), the window of the chapter hall symbol of the Portuguese discoveries and the opening of Portugal to the world; the Renaissance cloisters, the main cloister of Italian influence, the large dormitory, the Cruzeiro chapel. Reflection of the royal power and military orders of one of the most important monuments of the Portuguese collective imagination and Humanity, classified by UNESCO in 1983.

Keywords: Cultural heritage. Tourism. Templars. Military Order of Christ. Convent of Christ.

1 Introdução

Portugal encontra-se referenciado como um destino estratégico para a competitividade da economia portuguesa, mas também para o desenvolvimento do turismo cultural, valorização do património cultural e dos territórios. Destaque-se, neste contexto, a diversidade cultural e o papel que o património desempenha na intensificação do carácter único da oferta turística, cujo carácter único põe em evidência as especificidades locais, através da criação de experiências de valor, tanto

* Instituto Politécnico de Tomar, Unidade Departamental de Ciências Sociais, TECHN&ART-IPT, Portugal.

Email: eunicelopes@ipt.pt

** Convento de Cristo de Tomar, Portugal. *Email:* acasanova@cristo.dgpc.pt

para as comunidades como para quem visita espaços com referências identitárias. A interpretação do património encontra espaço no segmento do turismo cultural, considerando que, através de informações sobre a história do local aos visitantes, torna o património não apenas um recurso de contemplação, mas um meio de conhecer a cultura e a identidade, a partir da percepção do local visitado. Neste sentido, a percepção é um processo interpretativo originado dos sentidos, e o ato de perceber consiste, fundamentalmente, numa aproximação entre o indivíduo e o recurso (PENNA, 1968, p. 74).

As cidades como principais criadoras de ofertas culturais, precisam gerir o seu património como um sustentáculo de desenvolvimento, encontrando na promoção turística, ancorada na cultura, uma estratégia para sustentar os custos elevados de recuperação e manutenção desses lugares e de suas expressões culturais. As exigências da procura turística, cada vez mais interessada em conhecer os contextos culturais do local visitado, fazem com que os projetos turísticos se voltem para a vertente cultural na formação de seus produtos, permitindo ao território captar e atrair um crescente segmento do turismo cultural. O Ministério da Cultura do Governo de Portugal tutela a estrutura orgânica da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), entidade que tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e o restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do país, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional (Decreto-Lei n. 126-A/2011), que inclui os monumentos classificados como Património da Humanidade, Palácios e Museus Nacionais no território continental.

O Convento de Cristo é um dos maiores conjuntos monumentais europeus edificados ao longo de séculos, sede da Ordem Militar do Templo, depois Ordem de Cristo, referência dos valores culturais, da arte e da cultura portuguesas. A excepcional qualidade, autenticidade e o significado histórico desta obra-prima justificaram a sua candidatura a Património da Humanidade, cuja inscrição nesta lista da UNESCO, com o n. 265, em dezembro de 1983, foi recomendada pelo ICOMOS de acordo com os seguintes critérios: Critério I – Representar uma realização artística única, que se aplica conjuntamente ao antigo monumento primitivo dos templários e às construções da Renascença. Critério VI – Ser direta e materialmente associado a acontecimentos ou ideias ou crenças que tenham um significado histórico universal. Com efeito, o Convento de Tomar, concebido originalmente como um monumento simbólico da “Reconquista”, torna-se, desde a época manuelina, o símbolo da abertura de Portugal a outras civilizações. A recomendação da UNESCO de 2006, para ser aplicada até 2008, considera que este conjunto monumental integra a Capela de Nossa Senhora da

Conceição, o Aqueduto do Convento de Cristo (Pegões) e a Cerca Conventual, redefinindo a tutela uma Zona Especial de Proteção (ZEP) mais alargada.

2 Património cultural mundial classificado pela UNESCO – contextualização histórica

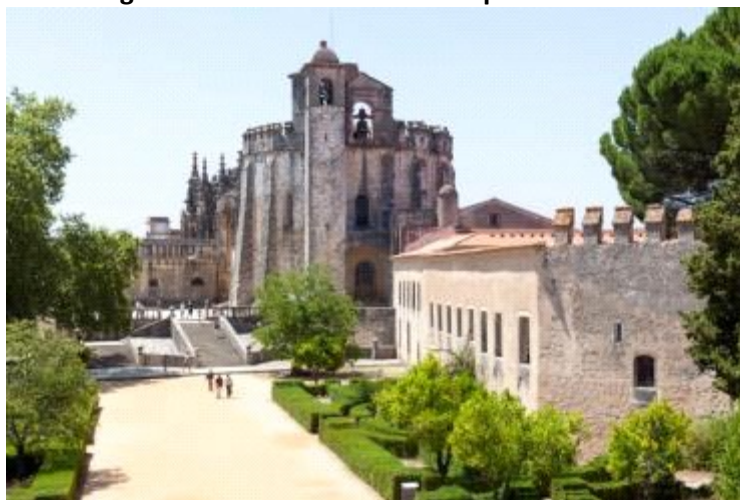
O primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, doou um vasto território à Ordem Militar do Templo, sendo o seu mestre Gualdim Pais, herói de Ascalon, regressado da Terra Santa em 1157. Uma inscrição na torre de menagem do castelo refere que, no dia 1.º de março de 1160, se iniciou a construção da fortaleza templária de Tomar. Esta obra excecional da arquitetura militar foi construída num local muito elevado, na margem direita do Rio Grande Tomar, atual Nabão, seguindo o modelo de uma fortificação do Sul, com alcáçova e almedina, tendo como referência a cidadela de Jerusalém (OLIVEIRA, 2012, p. 192-194).

O polo militar do Castelo, a alcáçova, situada a nascente, era o último reduto defensivo da população; os templários construíram aqui a primeira torre de menagem elevada em Portugal, autónoma dos muros. As influências trazidas do Oriente são evidentes no alambor, estrutura rampeada rodeando todo o exterior da muralha, para impedir a aproximação das torres de assalto e os trabalhos de sapa e mina.

A poente, na cota mais alta do terreiro do castelo, os cavaleiros edificaram uma torre defensiva de grandes dimensões, um oratório fortaleza, imagem do *Templum Domini* de Jerusalém, a Cúpula do Rochedo, que, no Exterior é poligonal, tal como a rotunda tomarense, um polígono com dezasseis lados, e oitavada no interior, obedecendo a um plano central, com uma nave circular (deambulatório), seguindo o modelo da Igreja do Santo Sepulcro.

A almedina, situada a uma cota mais baixa que o terreiro, era uma povoação dentro da muralha que deu origem a Tomar. A alcáçova e a almedina encontravam-se ligadas entre si pelo terreiro central onde se situa um terceiro pano de muralha. Entre estas, existia a Igreja de Santa Maria do Castelo, local de culto dos habitantes da vila intramuros e do arrabalde de S. Martinho, aglomerado populacional que nasceu da necessidade de mão de obra para a construção do castelo, da torre oratório e da Igreja de Santa Maria do Olival, situado a poente, encostado à muralha da almedina, cuja porta era mais utilizada pelos cavaleiros, seguindo o caminho de Riba Fria, e não a Porta do Sol, serventia dos habitantes do morro do castelo.

Figura 1 – Vista da Porta do Sol para a charola



Fonte: © Gonçalo Figueiredo.

Os povoados do monte do castelo foram o polo gerador da Vila de Baixo, onde foi surgindo um pequeno aglomerado no sopé do morro castrejo, correspondente às atuais ruas do Pé da Costa de Cima e do Pé da Costa de Baixo da cidade de Tomar, na margem direita do Nabão. A rua da Corredoura, antiga via axial da urbe romana, era um local inóspito que passou a ser usado para treino militar dos cavaleiros (corrida de lanças), sendo apenas repovoada numa data próxima do 2º foral da vila (1174), integrando-se num traçado regular executado com método (ROSA, 1981, p. 46-47). Na margem esquerda do Nabão, junto dos vestígios da antiga *Sellium*, foi construída a Igreja de Santa Maria do Olival, cabeça da prelatura territorial da Ordem do Templo – *abbatia nullius (diocesis)* – que dependia diretamente do papa e que foi, também, o panteão dos mestres templários.

Em Portugal, tal como nos restantes reinos peninsulares, os templários não sofreram as perseguições que conduziram à extinção da ordem em vários países da Europa, porque, graças a uma inteligente gestão do problema político-religioso, os reis conseguiram manter, sob o seu controlo, seus avultados bens. Tal como na restante Europa, em Portugal a Ordem foi extinta em 1312, porém, a maioria dos freires templários, bem como as suas terras e bens transitaram para a nova Ordem de Cristo, aprovada pelo Papa em 14 de Março de 1319, uma ordem militar portuguesa, idealizada e criada pelo rei D. Dinis, que manteve sempre com uma grande ligação à coroa que a utilizou como instrumento de fortalecimento do poder régio. A sua sede foi transferida para Castro Marim, mas regressou a Tomar trinta e oito anos depois (SILVA, 2012, p. 193-198).

Esta política de intervenção do poder régio é continuada nos séculos seguintes, a começar com D. João I, educado em Tomar pelo mestre da Ordem, ao nomear o filho,

D. Henrique, o Navegador, seu regedor e administrador (1420-1460), tendo este Infante um papel ativo na sua reorganização e na ampliação do espaço construído, que confiou a Fernão Gonçalves. Desta campanha de obras fazem parte a construção dos dois claustros góticos da Lavagem e do Cemitério, com as respetivas dependências monásticas para os freires, os paços, onde passou a residir, e a sacristia da igreja que, na época filipina, foi substituída pela atual, obra maneirista de Filipe Terzi. Graças à ação inicial de D. Henrique, a Ordem Militar de Cristo ficará sempre ligada às viagens dos Descobrimentos e à expansão marítima de Portugal, porque os seus vastos recursos económicos financiaram a descoberta de novas terras além do Cabo Bojador, razão pela qual os barcos portugueses levavam a Cruz da Ordem de Cristo nas suas velas.

O Infante teve, também, um papel decisivo no desenho e no desenvolvimento do novo aglomerado urbano, base da Tomar atual, a Vila de Baixo, mandando regularizar o leito do rio, organizando a assistência aos doentes, estimulando boas relações com a comunidade judaica, favorecendo o seu estabelecimento, criando polos de atividade económica como as saboarias e as boticas, local de comércio e das feiras, fundando uma feira franca, no ano de 1443, mandando edificar hospedarias, os Estaus, para acolher mercadores e forasteiros (BENTO, 2014, p. 27-30).

3 A charola, o convento e a cidade

O rei D. Manuel I, tal como o Infante D. Henrique, seu tio-avô, como regedor e administrador da Ordem Militar de Cristo, teve um papel decisivo numa nova reorganização, necessária pela perda de sentido do seu carácter militar, continuando a utilizar os seus enormes recursos na empresa da expansão marítima em que estava profundamente empenhado, abrindo caminhos para o acesso às riquezas do comércio oriental e o domínio de vastos territórios no Novo Mundo.

A sua marca também está bem visível nas grandes obras conventuais e no desenvolvimento urbano. A partir do ano de 1492 ordena que a cerca do castelo fique reservada, apenas, aos freires e em 1499, procede à compra das casas e quintais da cerca da vila, sendo os moradores da almedina obrigados a ir para a Vila de Baixo, que desempenhava um papel subsidiário, pois que os aspetos administrativos se concentravam na Vila de Cima, onde o renovado pátio se tornou uma entrada de aparato, o Terreiro do Recebimento (DIAS, 2017, p. 154). Foi no começo do século XVI que iniciou grandes obras no Convento, encarregando o seu mestre-de-obras, Diogo de Arruda (1510-1513), da ampliação da Igreja, com plano orientado (nascente, poente), juntamente com o Coro Alto e a Sala do Capítulo; mas é João de Castilho que irá concluir a abóbada da igreja, o portal sul (1515) e empreenderá a arrojada abertura

do arco de ligação entre a antiga rotunda templária (charola) e o novo corpo da igreja. Na documentação do século XVI, a rotunda dos templários passou a ser denominada charola, espaço que obriga a andar em círculo.

Figura 2 – Vista do Terreiro do Recebimento



Fonte: ©Amélia Casanova.

Grandes mestres portugueses e estrangeiros foram chamados a ornamentar a austera rotunda adaptando-a a capela-mor, com deambulatório, do novo edifício religioso. Várias obras de arte excepcionais foram realizadas entre 1510-1520, como a pintura de cavalete de grandes dimensões (c. 1510-1515), atribuída ao pintor régio Jorge Afonso, que compreende o retábulo da *Vida de Jesus*, hoje incompleto, onde é visível a influência da pintura flamenga. Foi, também, esculpida importante escultura de vulto dos Profetas Menores, no tambor exterior, dos Doutores da Igreja e de um Calvário, no tambor central (c. 1511-1514), produzida talha dourada do gótico flamejante, colocado o destruído cadeiral do Coro executados por Olivier de Gant e Fernão Múnoz, e feitas obras de pintura mural no tambor central atribuída a Fernão Anes, representando os *Os instrumentos da Paixão* (c. 1511-1519), a pintura mural no deambulatório representando episódios das *Sete Dores de Nossa Senhora* (c. 1510-1515), de autor desconhecido e na abóbada com motivos da arquitetura manuelina fingida relevada pelo uso das técnicas da *grisaille* e do *trompe l'oeil*, como mísulas e capitéis perspetivados, cordas entrelaçadas, heráldica régia, figuras humanas e de animais simbólicos, aplicados os estuques relevados e policromados, os vitrais, já destruídos e guadamecis.

Este programa artístico, integrando uma complexa iconografia cristã, mariana, cristológica e salvífica, foi meticulosamente desenhado de acordo com a vontade do rei, identificando-se com o seu gosto, os valores estéticos do início do século XVI,

resultando na imagem duma nova idade de ouro, deslumbrante e paradisíaca ao serviço dos seus propósitos messiânicos. A ornamentação exuberante e colorida da charola contrasta com a obra elegante e mais despojada da nave da igreja, com abóbada de nervuras de três tramos, que se liga com o coro alto (1510-1513, 1525), assentes sobre mísulas e rematada por fechos com elementos vegetalistas, figurativos e heráldicos.

O sucessor do rei D. Manuel I, D. João III, mandou colocar altares no deambulatório da charola e encarregou o pintor régio, Gregório Lopes (1536-1539), de executar quatro quadros onde realizou uma pintura cenográfica, para ser vista num espaço circular. Destas quatro tábuas, apenas a de *Santo António Pregando aos Peixes* se encontra na charola, estando duas no Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa e outra desaparecida (CASANOVA, 2002, p. 34). No final do século XVI, na época filipina, Domingos Vieira Serrão e Simão de Abreu, pintor do Convento, pintaram o padrão geométrico em ponta de diamante que deu um aspeto orientalizante à charola. O primeiro, artista régio, natural de Tomar, executou (1598), ainda, no janelão nascente, a *Contemplação Silenciosa* e a *Humildade* e no arco triunfal a *Ressurreição*, de inspiração romanista, e os *quatro evangelistas*, assim como um púlpito em *trompe l'oeil*. Todas estas obras, que constituem um conjunto integrado único de uma excepcional qualidade, autenticidade e significado histórico, foram sujeitas a trabalhos de restauro, que terminou em 2013, e que permitiu reencontrar muito do seu primitivo brilho e esplendor.

Figura 3 – Portal Sul



Fonte: © João Pedro Tavares.

O exterior desta obra manuelina, que assenta numa plataforma, vencendo o declive, está, em parte, oculto pela construção do claustro maior, podendo, mesmo assim, avaliar-se a imponência do edificado. Aí se destaca o portal sul, onde se encontra a assinatura de João de Castilho e a data da sua construção, 1515, protegido sob um sobrecéu, aproveitando a espessura do muro, povoado por um notável conjunto escultórico, apresentando, no eixo central, a imagem de Nossa Senhora com o Menino e, lateralmente, os Profetas, Doutores da Igreja e S. João Evangelista. A cruz de Cristo e a esfera armilar rematam os pináculos. Na fachada poente sobressai a janela da Sala do Capítulo, símbolo dos Descobrimentos portugueses e da abertura ao mundo e novas culturas, enquadrada por dois robustos botaréis, carregados de simbologia: o do lado direito, assente sobre raízes inteiras, com os arautos de armas e o cinto da ordem da Jarreteira, representa o lado terreno; o do lado esquerdo – assente em raízes cortadas – com os anjos tenentes, o colar do rei D. Manuel, semelhante ao usado noutras imagens representando o rei, significa o lado espiritual. Quanto à janela da Sala do Capítulo ostenta uma moldura com ornamentação exuberante e de motivos variados, cujo significado muitos se esforçam por desvendar, ora tirados da natureza, como o carvalho, os corais, as ondas, alcachofras, algas, ora representando artefactos, como cordas, cadeias, correntes, guizos, boias e peças de ourivesaria, ora encontrados na heráldica, como a cruz de Cristo, a esfera armilar, o escudo de Portugal. Na base da janela, o busto dum homem barbado em que alguns veem a representação de Jessé, personagem bíblico, pai do rei David que, segundo a sua *legenda*, sonhou com a árvore genealógica do Messias, cujas raízes partiam de si, simbolizada nesta janela, com ressonâncias relativas às pretensões messiânicas de D. Manuel (PEREIRA, 2003, p. 44-63).

Figura 4 – Janela da Sala do Capítulo



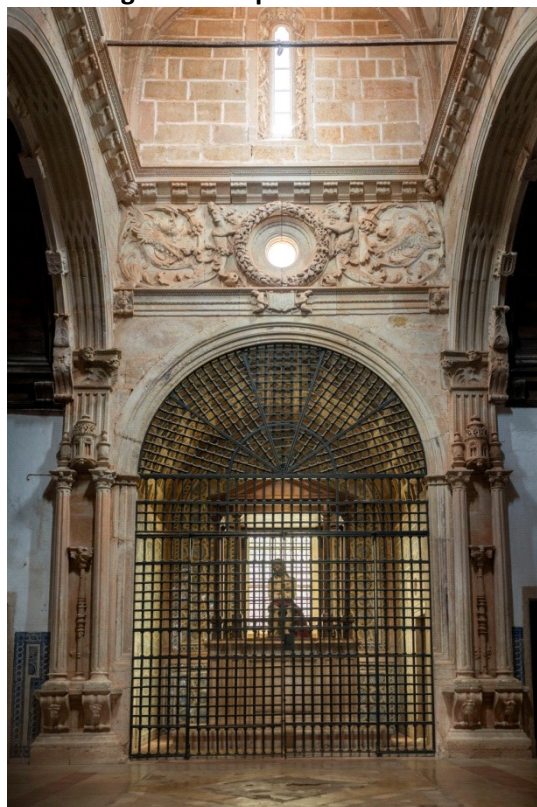
Fonte: © João Pedro Tavares.

Na praça de S. João, o monarca edificou a Capela Real – a igreja de S. João Batista – c. 1490-1497/1511, e o paço ducal em 1493, depois Casa do Concelho, em 1495, criando uma nova centralidade urbana, onde se ergueu um pelourinho, aquando da concessão do foral novo, em 1510. Criou, ainda, a Santa Casa da Misericórdia, reconstruiu a antiga ponte romana e dinamizou as atividades produtivas, localizadas na área ribeirinha onde, na levada, foi erguido um muro de contenção, no lado urbanizado, aumentando o caudal para instalar o lagar d’El-Rei, e criando condições para a abertura de ruas novas (DIAS, 2017, p. 148-151).

No reinado de D. João III realizou-se uma nova e mais profunda reforma religiosa, na Ordem de Cristo, a partir de 1529, sob o governo de Frei António Lisboa, que a transformou numa ordem de clausura, o que exigiu a adaptação dos edifícios conventuais à vida comunitária, necessitando de dormitórios, cozinha, refeitório, claustros. É esta intervenção do rei que vai alterar profundamente o edificado, ampliando-o grandemente, ao seu gosto, segundo uma nova estética, ao modo romano, que se manifesta logo nos primeiros claustros edificados por João de Castilho, que, embora vindo duma prática gótica, tenta adaptar-se ao novo gosto, ensaiando uma solução entre o gótico e o “modo de Roma”, como se pode ver no claustro de Santa Bárbara (1531-1532) e no primitivo claustro Principal, cujas obras pararam em 1533, e do qual se conservam alguns vestígios. Só em 1540, o mestre de obras d’El-Rei executou a cidade de Mazagão,¹ planeada por Benedetto de Ravena, arquiteto militar italiano, com quem aprendeu a construir “ao modo de Itália” como prova a utilização do Tratado de arquitetura de Diego Sagredo (1526) no claustro da Hospedaria (1541-1543). Dora em diante, a sua prática arquitetónica evidencia o gosto classicizante, mesmo sem nunca ter estado em Itália. É assim no dormitório grande, terminado em 1544, um espaço de um classicismo marcante, iluminado por janelões nos topos de cada braço da planta de cruz latina, cujo cruzeiro é coroado por um lanternim albergando uma capela traçada sob a influência dos tratados de Sagredo e Cesariano (CASANOVA, 2002, p. 6-33).

¹ Atualmente El Jadida, situada em Marrocos e inscrita na lista do Património Mundial, no ano de 2004.

Figura 5 – Capela do Cruzeiro



Fonte: © Beatriz Cotrim.

A organização dos claustros do Convento relaciona-se arquitetonicamente com o dormitório grande, dispondo-se, para nascente, o pequeno claustro de Santa Bárbara na direção da Igreja, o claustro Principal a sul e o claustro da Hospedaria a norte e, para poente, os claustros dos Corvos a Sul e o da Micha a Norte. O claustro de Santa Bárbara (1531-1532) serve de ligação entre o claustro da Hospedaria (1541-1542), onde ficavam hospedados os visitantes e os peregrinos, o claustro dos Corvos (1537-1543), destinado ao ensino, onde os frades tinham salas de aula e de estudo e uma livraria, o claustro da Micha (1543-1550), único com ligação ao exterior, com forno do pão, onde se situa a Procuradoria, local para receber as rendas e fazer pagamentos, e onde se dava assistência alimentar aos pobres.

De João de Castilho é, ainda, a traça das três salas do noviciado e da Capela de Nossa Senhora da Conceição, a meio da encosta, sobre a cidade, obras de inspiração clássica, intimamente relacionadas entre si. No noviciado é visível a autonomia plena das colunas e a experiência da adaptação de um novo modelo, em madeira, depois transposto para a pedra, na capela.

Figura 6 – Claustro Principal



Fonte: © Beatriz Cotrim.

O claustro principal foi o último a ser construído, a partir de 1558, por iniciativa da rainha, esposa de D. João III. Destinava-se a procissões, festas solenes e foi edificado por Diogo Torralva, cuja estadia em Itália e o conhecimento dos tratados de arquitetura de Serlio e Palladio, se refletem nesta belíssima obra classicista do Alto Renascimento. O artista conjuga duas ordens arquitetónicas, a dórica no piso térreo e a jónica no 1º piso. No piso térreo coloca um arco ladeado com duplas pilastras e, no piso superior, aplicou uma serliana sobre o vão do piso inferior. O tom dourado da pedra, brilhando ao sol, contrasta com os painéis de mármore preto do 1º piso.

A Capela de Nossa Senhora da Conceição (1562-?) é uma joia do mais puro Renascimento, inspirada na tratadística de Alberti, edificada por Diogo Torralva e terminada por Filipe Terzi. O exterior é de grande simplicidade, com um frontão triangular e meio óculo, assentando sobre pilastras jónicas colocadas à face da parede da fachada principal, onde se abrem duas janelas de ombreiras perspectivadas, ladeando a porta central, tipologia de janelas que se repetem nas fachadas laterais onde sobressai o transepto, ligeiramente saliente, com frontão triangular e pilastras, encimado por uma cúpula.

O interior mostra-nos uma estrutura basilical de três naves, separadas por colunas de fustes lisos e capitéis coríntios. A nave central, de abóbada de berço, usa motivos geométricos em relevo, alternando com espaços lisos. Abobadada é, também, a capela-mor, rematando em abside coberta por semicúpula de meia laranja concheada. No transepto, o cruzeiro é coroado por cúpula em barrete de clérigo, assentando em mascarões, talvez representando os quatro ventos. Pensa-se que esta bela joia renascentista foi pensada, por D. João III, para sua sepultura, espaço bem ao

seu gosto, entre a Cidade de Deus – o Convento – e a vila de Tomar, hipótese baseada na existência duma pequena cripta e de elementos decorativos, cuja simbologia remete para a imortalidade, como a fénix renascida; porém só foi terminada após sua morte.

Figura 7 – Entrada do Aqueduto no Convento de Cristo



Fonte: © João Pedro Tavares.

A cerca dos Sete Montes é uma vasta envolvente paisagística, cuja função de retiro contemplativo se relaciona com a transformação da ordem de Cristo em ordem claustral. Além do sistema hidráulico, que recolhia em tanques a água vinda do aqueduto dos Pegões – obra imponente filipina, do arquiteto italiano Filipe Terzi (1595-1617) que abastecia o Convento de água captada ao longo de 6km – é importante referir a denominada charolinha, um pequeno *tempietto*, rodeado de água, com planta circular e pilastras jónicas, obra de João de Castilho, que sugere um lugar de repouso e meditação, à semelhança das casas de fresco renascentistas.

No reinado de D. João III a vila aumentou a sua área de implantação urbana. Na margem esquerda do rio, surgem as primeiras casas além da ponte, onde já existia o Convento de Sta. Iria, provavelmente desde a época visigótica, que foi remodelado em 1536. A família Vale, que tinha aí uma belíssima capela com retábulo esculpido de João de Ruão, mandou construir o seu palácio nesta rua, onde, em frente ao Convento feminino, também já tinha edificado os seus paços Frei António de Lisboa, que irá desempenhar papel importante na reconstrução da Vila de Baixo após a destruição provocada pelas cheias de 1550, recuperando casas, moinhos e lagares, limpando e aprofundando o leito do rio e da levada. Na época de D. João III, o núcleo urbano da Vila de Cima é encerrado, com a construção do convento para o lado poente. Os moradores foram obrigados a sair do arrabalde de S. Martinho, pois este foi demolido, Tomar passou a ser definitivamente a Vila de Baixo.

Mas a imponente construção conventual continua, ainda hoje, a dominar a cidade que se estende a seus pés, agora sem os habitantes que lhe deram a razão de existir, desde a extinção das ordens religiosas em 1834. Mas, em meados do século XVI, o Convento tinha entre freires religiosos, noviços, conversos, criados (procuradores, compradores, oficiais, almocreves), cerca de 200 a 250 pessoas, número que subiu, em meados do século XVII, para 400 a 500 pessoas, aumentando, ainda, até ao séc. XVIII.

A regra, que regia a Ordem, estabelecia as normas da vida em clausura, o tempo de oração comunitária e individual, o ofício divino, a *lectio divina*, o tempo de estudo nomeadamente da Sagrada Escritura. A recitação do ofício pontuava as horas do dia; a leitura acompanhava a comunidade não só na liturgia, mas também durante as refeições. O belo refeitório do convento (1535-1536) tem, para o efeito, dois púlpitos situados a meio da sala. Além do serviço divino e da leitura, os freires e noviços tinham outras tarefas relacionadas com a vida comunitária como o tratar dos enfermos e dos hóspedes, atender à portaria, administrar o convento, seu território e seus bens, sendo que a subsistência estava assegurada pelos privilégios régios que permitiam o abastecimento de peixe, fruta, mantas, queijo, gado, vinho, especiarias e drogas para a botica. Das quintas da Cardiga e da Anunciada-a-Velha vinham, ainda, vegetais e carne. A Quinta da Granja destinava-se, também, ao descanso dos freires mais velhos.

Na enfermaria e na botica, com comunicação com o exterior, cuidavam-se os doentes e forneciam-se remédios a quem os pedia. Nesse local, veio a ser edificado, em 1690, o hospital da Ordem de Cristo, que dispunha de médicos, cirurgiões e enfermeiros, e que funcionou até 1834, data da extinção das ordens religiosas.

4 Património e uso turístico: o turismo cultural como valorização territorial

O interesse social pelo património cultural, tem despertado a curiosidade de milhares de potenciais turistas que em número crescente decidem conhecer novos recursos culturais. As memórias invocadas pelos espaços patrimoniais, numa encruzilhada histórica temporal, podem reposicionar o indivíduo, o visitante perante o território. Este reposicionamento, passa pelo entendimento de que os territórios são entidades vivas, tendo identidade própria, com realidades singulares e parte-se da ideia que não existem dois territórios iguais. Por esse motivo, as representações do passado apresentadas de várias formas, mas aqui neste contexto, evocadas através do património mundial classificado, são sem dúvida, um recurso singular e genuíno capaz de marcar a diferença dos locais. A atribuição de significados ao que fruímos, é uma nova tendência de “consumo turístico-cultural” na perspetiva de um turismo mais motivado para a experimentação e emoções, para os sentimentos e “valorização da

autenticidade” (LOPES, 2012, p. 74). A herança apresenta-se, por esse motivo, como o recurso básico que dá origem à atração turística e à criação continuada de novos produtos culturais (COSTA; LOPES, 2017).

Os referentes identitários, os recursos endógenos e a sua reconversão e interpretação para uso turístico tem um papel fundamental na atractividade dos territórios. No processo contemporâneo de globalização, a heterogeneidade de visitantes representa para a atividade de conservação e valorização do património desafios face a uma procura de destinos turísticos, onde a presença de testemunhos e herança própria das comunidades locais incentivam a sua “apropriação autêntica” (LOPES, 2015). Preservar o património através do turismo cultural é um garante de compromisso social para com o território, numa dinâmica que se pretende de reforço do sentimento de pertença que um indivíduo tem com a sua comunidade, e a sua cidade (VINUESA, 2002).

Neste sentido, o turismo cultural evidencia os referentes culturais, históricos e patrimoniais dos territórios. Privilegia a aprendizagem e a oportunidade de vivenciar novas e diferentes experiências turísticas e culturais. Contribui para a salvaguarda dos recursos patrimoniais e ao mesmo tempo enaltece a interpretação e o conhecimento existente sobre as singularidades territoriais, diferenciando-os de outros locais (LOPES; ALMEIDA *et al.*, 2018, p. 27).

A dimensão cultural da experiência turística e o contributo do turismo para a visibilidade da cultura local depende muito de como as manifestações culturais são apreendidas pelos turistas. O espaço, a economia e a cultura são aspetos que formam a identidade do lugar e o diferenciam na economia global, sendo a criatividade um elemento que na atualidade é absolutamente transversal a todos os setores da atividade humana (LOPES, 2017, p. 347).

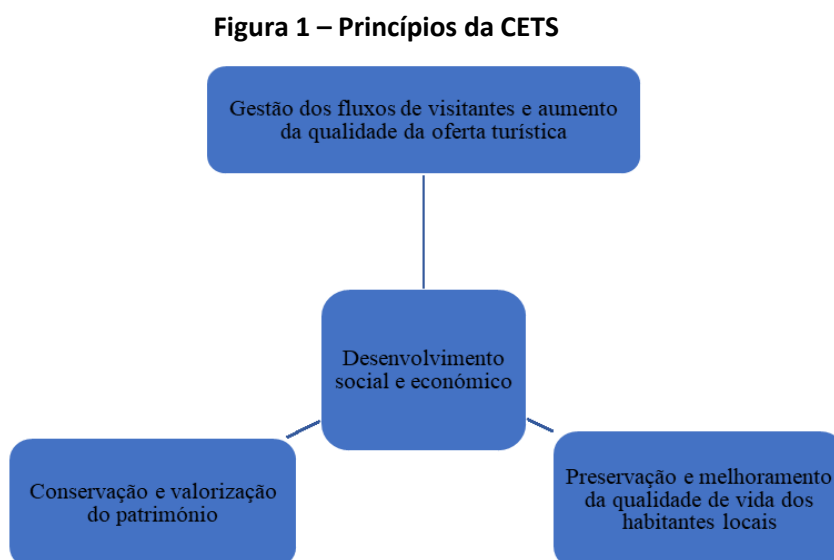
Nesta linha de pensamento, podemos depreender que a atividade turística adquire importante significado na promoção do lugar, apresentando-se como uma aposta estratégica, por garantir a longo prazo a manutenção e a preservação das comunidades, dos seus valores, do seu património e da sua identidade (LOPES; REGO, 2017, p. 343).

Acolher formas de turismo, que utilizem como atrativos elementos como a informação, a cultura e os bens culturais, torna-se um fator primordial para que produtos e destinos turísticos permaneçam em consonância com as novas tendências mundiais de desenvolvimento social e económico numa dinâmica de desenvolvimento sustentável. Nesta perspetiva, o turismo deve ser planeado de forma a contemplar atividades culturais e turísticas alinhadas à preservação, valorização de experiências criativas e únicas associadas também à educação patrimonial turística e à

sustentabilidade dos territórios. É neste contexto que também se integra o planeamento e a gestão das atividades turísticas. Elas geram mecanismos de sustentabilidade e espaços propícios às expressões culturais, permitindo a criação continuada de novos produtos turístico-culturais.

O turismo cultural representa a possibilidade da revitalização do património, de preservação das tradições, e da (res)significação da cultura. Refira-se a existência da Rede Internacional da Organização Mundial do Turismo (OMT) de Observatórios de Turismo Sustentável. Trata-se de uma Rede de Observatórios de Turismo com plataforma *on line*, com o objetivo de fazer o acompanhamento do impacto económico, ambiental e social do turismo nos vários destinos turísticos existentes. Esta Rede de Observatórios tem por base o compromisso da Organização Mundial do Turismo com o crescimento sustentável do setor turístico. Do ponto de vista da gestão do turismo e do próprio ordenamento do território, é uma ferramenta importante já que permite em rede, e a nível institucional, adaptar e aplicar estratégias e planos de boas práticas de gestão do turismo sustentável.

A Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS), baseada no princípio de parceria entre os *stakeholders* do território, também se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, numa dinâmica de resposta às necessidades económicas, sociais e ambientais, assentes em quatro objetivos principais (Figura 1).



Fonte: Lopes (2018), adaptado da CETS.

O turismo cultural no contexto dos diversos segmentos da atividade turística, destaca-se pelo carácter atrativo da cultura humana e pelo contributo na valorização da história, dos saberes de uma comunidade por parte dos visitantes (BARRETO, 2000). O turismo como uma prática social pode fomentar o valor simbólico do património, servindo como elemento motivador para a manutenção da identidade local e trazendo benefícios para o próprio território. As políticas e as estratégias de turismo cultural devem estar enquadradas na perspetiva de uma utilização sustentável do património. Significa que os princípios da sustentabilidade devem garantir formas de desenvolvimento que mantenham não só a coesão social e económica das comunidades, como também mantenham a preservação do património cultural e natural (material e imaterial).

Retomando o caso de estudo que neste artigo se pretende evidenciar, fazendo-se uma análise ao caso específico do Convento de Cristo e apesar de registar uma ligeira quebra no número de visitantes em 2018, com cerca de 348.510 visitantes, menos 6.253 do que em 2017, continua a ser o quinto monumento mais procurado, à escala nacional, dentro da gestão da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). Verifica-se que de 2012 a 2017 o número de visitantes ao recurso patrimonial Convento de Cristo quase que duplicou (Tabela 1). Em 2012 o Convento de Cristo de Tomar apresenta um número de 183.027 visitantes aumentando esse número em 2017 para 354.763, representando um aumento de 93,8%. Em relação ao ano anterior (2016), o número de visitantes ao Convento de Cristo aumentou 20%.

Tabela 1 – Evolução do nº total de visitantes por equipamento cultural da DGPC

Evolução do n. total de visitantes por equipamento cultural da DGPC (2012 – 2018)									
CONVENTO DE CRISTO									
2012 Total de visitantes	2013 Total de visitantes	2014 Total de visitantes	2015 Total de visitantes	2016 Total de visitantes	2017 Total de visitantes	2012-2016 Variação positiva/negativa	2012-2017 Taxa de crescimento/ decrécimo	2017 % nº entradas por EC no nº total por tipo de EC.	2018 Total de visitantes
183.027	191.278	209.294	254.313	295.808	354.763	19,9%	93,8%	11,8%	348.510

Fonte: Elaboração própria, adaptado da DGPC.

Diante deste quadro, é necessário definir estratégias de intervenção que permitam estabelecer um planeamento comum entre as políticas de proteção, salvaguarda e investigação do património e a sua valorização como recurso turístico.

5 Conclusão

O Convento de Cristo, património de Portugal e da Humanidade é um complexo monumental, símbolo da identidade e memória nacional, dependente de um organismo estatal cuja missão fundamental é assegurar a sua gestão e salvaguarda, assim como proteger, conservar, restaurar, estudar, divulgar e valorizar o património para o transmitir às gerações futuras. O monumento, que desempenha a sua função patrimonial de forma sustentável, dinamizadora e proativa, contribuindo para o desenvolvimento do território e da comunidade, é um dos destinos turísticos mais procurados, por isso e pela sua relação com os descobrimentos portugueses tem uma vocação para ser um lugar privilegiado de encontro de culturas, civilizações, crenças e das comunidades lusófonas, oferecendo excelentes condições para a realização de exposições, e a organização de espetáculos de cariz cultural, eventos levados a efeito através de parcerias artísticas e culturais.

Nesse sentido, faz parte de redes de património nacional e internacional da UNESCO, e integra rotas de turismo cultural, artístico e militar. Como apoio à divulgação tem um serviço educativo dedicado aos mais jovens, com a finalidade de promover a educação para a defesa e a salvaguarda do património cultural, objetivos que se estendem à comunidade local através da organização de percursos temáticos históricos, artísticos, arquitetónicos, dentro e fora do recinto amuralhado (*e.g.* Aqueduto, Capela de Nossa Senhora da Conceição). As parcerias com várias Universidades, Institutos Politécnicos e laboratórios científicos fazem do Convento de Cristo uma referência na investigação e aprendizagem de múltiplas áreas do saber e inovação, como a história, a história da arte, a arquitetura, a arqueologia, a conservação e restauro, o paisagismo, entre outras. Integrando uma região densa do ponto de vista cultural e artístico, o Convento de Cristo de Tomar procura solidificar laços com a comunidade local e regional, e os organismos aí sediados: os museus, os monumentos e as autarquias da região.

Na esfera do turismo cultural, o Convento de Cristo integra um valioso conjunto de bens patrimoniais materiais e imateriais da cidade de Tomar sendo os mais importantes as Igrejas de Santa Maria do Olival e de S. João Batista, a Sinagoga, e a festa dos Tabuleiros, realizada a cada quatro anos, em honra do Espírito Santo, vestígio da espiritualidade herdada dos franciscanos e das Ordens Militares do Templo e de Cristo. As obras de conservação e melhoramento no edifício, previstas para 2020-2021, têm como finalidade tornar o monumento mais inclusivo através da acessibilidade melhorada, mais eficiente no apoio ao visitante com uma nova loja e entrada, bilheteira automática e outros serviços e comodidades. Visitar o Convento de Cristo e percorrer as ruas estreitas da velha cidade é um encontro com o passado ainda vivo

nas memórias evocadas e nos achados surpreendentes como o de uma das mais belas sinagogas medievais ainda em pé; passado e presente irmanados entre o monte do convento e a cidade, a mata e o rio, um sítio marcado pela vontade de homens a olhar para o futuro. Uma viagem agradável será conhecer o vasto território dessas Ordens Militares, através da Rota Turística das Ordens do Templo e Cristo. Estes são elementos patrimoniais de um território conferem-lhe autenticidade e singularidade. No mercado de turismo cultural, isso poderá significar uma grande vantagem competitiva em relação a outros destinos. O Convento de Cristo de Tomar contribui para a atratividade do destino Tomar, que será potenciado, se à ativação turística deste património forem associadas outras singularidades que distinguem Tomar das outras regiões. Esses recursos necessitam de ser integrados em estratégias sustentadas de desenvolvimento para o uso e prática turística sustentável. O Convento de Cristo de Tomar, classificado pela UNESCO é um recurso preponderante para a valorização do património cultural (material e imaterial), na dinâmica sustentável da fruição turístico-cultural.

Referências

BENTO, M. Convento de Cristo – 1420/1521 – mais do que um século. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014.

CASANOVA, M. A. A pintura de Gregório Lopes em Tomar sob o mecenato de Fr. António Lisboa, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

CONDE, M. **Tomar Medieval**. O espaço e os homens, Patrimonia Historica, Série Dissertações, Cascais, 1996.

DIAS, J. **A Evolução Urbana de Tomar de Sellium a Carlos Ramos**, FAUP Publicações, Porto, 2017.

DGPC. Site. Disponível em:

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/estatisticas1/ev2017pdf. Acesso em: 13 de jun. 2018.

LOPES, E. R; ALMEIDA, R. Cultural Tourism and Sustainable Development. **Journal of Tourism Research**, (19), 26-35, 2018.

LOPES, E. R. The museum of sacred art and ethnology as a tourist attraction (Fátima, Portugal), **Revista Turismo & Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 295-309 (ISSN:1983-5442), 2012.

LOPES, E. R. **Objetos etnográficos, diversidade criativa e turismo**. Processos de musealização – um seminário de investigação internacional: atas do seminário. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISBN: 978-989-8648-47-1, pp. 75-89, 2015 Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13477.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

OLIVEIRA, N. **Inter Hierusalem et Thomar** Reflexões sobre arquitetura e exegese na espiritualidade templária do séc XII em Portugal, in A Extinção da Ordem do Templo, Instituto Politécnico de Tomar, 159-197, 2012.

PEREIRA, P. De Aurea Aetate, O coro do Convento de Cristo em Tomar e a Simbólica Manuelina, Instituto Português do Património Cultural, 2003.

ROSA, J. Nascimento e evolução urbana de Tomar até ao infante D. Henrique, in **Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar**, n. 2, p.31-51, 1981.

SILVA, I. A fundação da Ordem de Cristo, *in* I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo, Actas, Instituto Politécnico de Tomar, p. 193-207, 2012.

TURISMO DE PORTUGAL. Plano Estratégico Nacional do Turismo, 2008. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/>. Acesso em: 1 out. 2015.

UNESCO. Carta internacional do turismo cultural, 1999. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/>. Acesso em: 13 out. 2015.

UNESCO. Doc 163152. Disponível em: <http://whc.UNESCO.org/document/163152>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Foz Côa megalítica nos processos de turistificação

José Manuel Figueiredo Santos*

Isabel Cristina Tavares Gonçalves Teotónio**

Resumo: Este artigo aborda a relação entre património e turismo pelo viés das representações propiciadas pela arqueologia pré-histórica que, em Portugal, fez emergir as megalíticas gravuras rupestres do município de Vila Nova de Foz Côa, erigidas à condição de Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO, em 1998. Assenta num estudo de caso problematizador das potencialidades daquela instância na sua apropriação cultural pelo turismo, interlocução com tanto mais fundamento quanto o seu valor cultural intrínseco parece ter sofrido uma inflexão compaginável com a crítica de especialistas relativa à ausência de políticas de investigação, valorização, fruição e proteção deste património que, assim, parece condenado ao insucesso enquanto recurso municipal endógeno. Assim, preconizamos aferir se os conhecimentos daquele espaço fazem jus a esse pessimismo cultural ou se, pelo contrário, este património contém uma potencialidade turística que o contraria. Os resultados apresentados deduzem-se de um conjunto de inquirições feitas a estudantes do Ensino Superior, que tiveram como principal objetivo aferir a performatividade deste património para o turismo cultural, e apontam para a inscrição das gravuras rupestres numa torrente de difuso amorfismo turístico.

Palavras-chave: Cultura. Processos turistificadores. Património. Turismo.

Abstract: This article discusses the relationship between heritage and tourism by the bias of the representations provided by prehistoric archaeology that, in Portugal, brought out the megalithic rock carvings of the municipality of Vila Nova de Foz Côa, erected as a World Heritage Site by UNESCO in 1998. It is based on a case study problematizing the potentialities of that instance in its cultural appropriation by tourism, interlocution with all the more foundation as its intrinsic cultural value seems to have suffered a complacency with the criticism of experts regarding the absence of policies of investigation, valorization, enjoyment and protection of this heritage, which thus seems doomed to failure as an endogenous municipal resource. Thus, we recommend assessing whether the knowledge of that space lives up to this cultural pessimism or whether, on the contrary, this heritage contains a tourist potential that contradicts it. The results presented are deducted from a set of inquiries made to students of higher education, whose main objective was to measure the performance of this heritage for cultural tourism, and point to the inscription of rock carvings in a torrent of diffuse tourist amorphism.

Keywords: Culture. Turistic processes. Heritage. Tourism.

1 Introdução

Tentar entender o significado das representações das figuras megalíticas do Foz Côa, como uma componente específica do património, supõe trazer à agenda cultural

* Doutor em Sociologia da Cultura, pela Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Investigador convidado do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Professor coordenador na Escola de Gestão, Hotelaria e Turismo – Universidade do Algarve, Faro, Portugal. *E-mail:* jfsantos@ualg.pt

** Mestre em Probabilidade e Estatística pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Assistente Convidada do Núcleo de Métodos Quantitativos da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, Faro, Portugal. *E-mail:* iteotonio@ualg.pt

a porosidade de fronteiras do seu uso com fins de consumo. É nesse contexto que exploramos a relação entre aquele espaço e o turismo, tentando entender quais os contornos do derrame turístico das práticas patrimonializadoras operadas nesse espaço museológico.

Tratando-se de uma rara concentração de arte rupestre composta por gravuras em pedra datadas do Paleolítico Superior (22.000-10.000 a.C.), que constituem o mais antigo registo de atividade humana de gravação existente no mundo, a interlocução com este espaço, que esteve para ser submerso pela construção de uma barragem, seria tanto mais instigadora quanto a decepção de Maria Magalhães Ramalho (presidente do Conselho de Administração do ICOMOS-Portugal) e de José Morais Arnaud (presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses),¹ marcada por um artigo que evidencia desalento, presente na argumentação de que do qual se pode depreender uma crise com contornos evidentes.

Assim, nunca foi definida uma orientação estratégica para o Parque e Museu do Côa, nem implementado um necessário plano de gestão em que se incluíssem as funções de salvaguarda, investigação, promoção e necessária articulação com a zona arqueológica localizada em território espanhol, tal como obriga a legislação internacional quando se trata de um património de valor mundial.²

Ficaria, assim, delineado o leito seminal da nossa interlocução com aquela realidade, para o que importaria encontrar e conceptualizar a eficácia dos sistemas de significação implícitos nas práticas de patrimonialização daquele espaço.

Com efeito, seria espectável que, depois da suspensão dos trabalhos de construção da barragem de Foz Côa, em 1996, em que ganhava força mediática o *slogan* adotado por milhares de estudantes de que *as gravuras não sabem nadar*, por tratar-se de um empreendimento que iria submergir o maior núcleo de arte rupestre paleolítica de ar livre conhecido até então, fosse intentado um futuro turístico-cultural promissor para aquele lugar.

Neste contexto, propusemo-nos recortar a dinâmica dos modos como os investimentos patrimonializadores produzem conexões ajustadas às possibilidades e aos limites do derrame turístico, enquanto formas de investimento e gestão do capital simbólico naquele património que prometia ser um dos mais importantes espaços

¹ Artigo no Jornal Público de 21/4/2016. Disponível em: <http://www.icomos.pt/index.php/a-nossa-accao/publicacoes/67-vale-do-coa-que-futuro-para-este-patrimonio-da-humanidad>. Acesso em: 19 mar. 2019.

² Artigo no Jornal Público de 21/4/2016. Disponível em: <http://www.icomos.pt/index.php/a-nossa-accao/publicacoes/67-vale-do-coa-que-futuro-para-este-patrimonio-da-humanidad>. Acesso em: 19 mar. 2019.

arqueológicos mundiais da história da vida megalítica. Decorreu desta premissa procurar saber a que nível este recurso cultural se constitui como potencial oferta atrativa, possibilitando a formatação, pelos agentes económicos turísticos, de uma experiência de turismo cultural viável, ajustada às aspirações e exigências crescentes do turista que procura estes lugares.

2 Metodologia

Nesta moldura, a pesquisa empírica deslocou-se para a receptividade dos estudantes da área do Turismo da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, da Universidade do Algarve, designadamente para o modo como os estudantes de graduação têm do Vale do Côa uma visão geral e como o relacionam com o turismo, numa abordagem mais particular, aferindo *as possibilidades e os limites da performance turística dessas práticas patrimonializadoras aí implementadas*, à luz do conhecimento daquele património por parte dos referidos alunos.

Optámos por este grupo principalmente pela sua relação com a área do Turismo.

Assim, o método do questionário, nesta pesquisa exploratória, foi aplicado na Universidade do Algarve, através da recolha de uma amostra não probabilística por conveniência, tendo sido integrados na mesma os alunos que se disponibilizaram para responder ao questionário.

Aquele instrumento é composto por 19 questões, fechadas e abertas, cujo objetivo é conhecer as opiniões dos alunos sobre este património, com particular incidência nos processos de subjetivação (cognitiva e afetiva), de objetivação, de discursivização (nos domínios simbólico, instrumental e do imaginário), isto é, os que no seu conjunto contribuem para o delineamento dos processos de turistificação (SANTOS, 2002).

Os questionários foram recolhidos presencialmente e *on-line* entre os dias 20/2/2019 e 8/3/2019, nos campus da Penha e de Portimão.

Tratando-se de uma amostra não probabilística não é possível a utilização de técnicas inferenciais, pelo que apenas foram utilizadas técnicas descritivas para a análise dos dados recolhidos.

Os principais resultados das relações propostas apontam para a existência de um centro de gravitação do espaço (Artigo no Jornal Público de 21/4/2016. Disponível em <http://www.icomos.pt/index.php/a-nossa-accao/publicacoes/67-vale-do-coa-que-futuro-para-este-patrimonio-da-humanidad>. Acesso em: 19 mar. 2019.) numa certa torrente de amorfismo turístico que o assola, mas com possibilidades de superação.

3 Turismo, património e cultura

Falar do turismo relacionando-o com a cultura coloca suspeições diversas, bastando, para isso, que pensemos no anátema da *apoteose do falso* em Boorstin (CRIK, 1989, p. 308). Em todo o caso, é inevitável estabelecer essa articulação, para lá da crítica, quando se fala da busca de um desenvolvimento limpo e sustentável dos territórios, da preocupação com museus atrativos e dinâmicos, da restauração e preservação de obras de arte, de achados arqueológicos, de novas ruralidades, adaptações de calendários festivos, ou do desenho e da conservação de espaços públicos.

Por seu turno, os esforços de implementação de novas estilizações turísticas não param de se confrontar com uma articulação ponderadora dos valores dos bens de carácter patrimonial e de carácter cultural, *lato sensu*.

Desde as investigações de MacCannell (1973), às de Urry (2000), que, quer a centralidade do turismo como fenómeno global, quer uma compreensão mais profunda da sociedade pós-industrial, surgem com um vínculo irremediável, na medida em que os comportamentos espaciais e a imagem da geografia humana estão emparelhadas com o turismo. Vale dizer que não é mais possível recusar a ideia de que o estudo do turismo permite responder ao modo como a sociedade e a cultura são produzidas e reproduzidas através da intenção e da ação humanas. Daí, a acuidade da indagação das facetas da relação circular entre cultura e turismo, mantendo, aqui, o seu nexos, com a interlocução da performatividade turística do Vale do Côa.

E é nessa lógica de sentido que admitimos, como o faz Teresa Cruz, que “os mecanismos económicos e sociais de produção e do consumo industriais participam de um dispositivo onde os afetos e os impulsos, a voluptuosidade e o prazer entram como variáveis determinantes na fixação do valor e das trocas, mediante essa fabricação eficiente de fantasmas” (CRUZ, 2002, p. 44), pelo que não se vê como dissociar o turismo dessa “mobilização erótica”, produtora de uma “espécie de economia geral, responsável por um certo espírito geral do espaço e do tempo” (McCANNELL, 1973; URRY, 2000).

É mesmo no seio dessa mobilização que o património histórico tem vindo a aumentar, progressivamente, a sua abrangência, atraindo o interesse de milhões de pessoas que viajam pelo mundo para testemunhar, nas suas ancoragens turísticas, as heranças de outros povos. É neste nexos que o património e a cultura surgem como as expressões mais marcantes da abrangência numérica desta experiência nas sociedades mais avançadas.

No seio do vasto conjunto de saberes tão ricos e abrangentes quanto os que tratam dos estudos de turismo, parece, assim, oportuno aflorar a sua interlocução com a problemática da apropriação turística da cultura.

Se, a propósito dessa experiência marcadamente signíca, tem acuidade falar do modo como a cultura é apropriada pela intermediação turística; se o turismo se imiscui nos pressupostos e modos da cultura, é instigador que nesta discussão ganhem relevo os processos de patrimonialização, na medida em que constituem a chave interpretativa para a compreensão da importância que a esfera lúdico-cultural assume na modernidade, ao motivar a produção de inúmeras mercadorias e valores, como: comidas, músicas, danças, artes, turismo e culturas. Não será por acidente que o património acaba por se constituir um fetiche socialmente mobilizador da descoberta do passado, da busca identitária dos indivíduos, constituindo o núcleo central dos trabalhos de criação de sentidos culturais evocativos de pertenças e de reposicionamentos no âmbito das relações sociais.

É nessa conjunção que o turismo contemporâneo se torna uma experiência tão mágica quanto controversa, despertando pequenas comunidades esquecidas pela história que subitamente se acham detentoras de capitais lúdicos, ao passo que também sobre elas passam a impender os impactos negativos, refletidos nas diversas correntes da crítica da cultura.

Ao mesmo tempo que, na era da reinvenção dos espaços locais, cresce a procura turística, afirma-se a preocupação com a preservação dos bens culturais e naturais ameaçados. E é diante da suspeita de que a questão do preservacionismo não constitui apenas uma agenda de afirmação cultural em torno da memória dos povos, mas também um investimento no propósito da atribuição de um cunho particular ao significado da experiência turística, que emerge o desafio do exercício de um pensamento reabilitador de alguns fundamentos que ponham a nu a lógica social do seu sentido.

3.1 Transformações do sistema de produção de bens simbólicos

Hoje, parece pacífico que, para se entender as chaves seletivas das matrizes do turismo, importa ir ao encontro do colo seminal da construção da sua noção unificadora. E, aí, constitui um imperativo investir numa digressão ao modo como se processam as transformações operadas nas formas de regulação espaciotemporal dos indivíduos, conferindo um enfoque aos processos discursivos, enquanto molas propulsoras da natureza simbólica da experiência e do controlo do imaginário turístico.

O modo como se edificam os processos de turistificação não se dissocia, deste ponto de vista, da natureza dos enunciados que ganharam centralidade com Foucault,³ documentando o modo como os discursos implicam historicidade e controlo, modelam o corpo e a mente dos atores sociais com base nas suas convenções.

Ainda que sugestiva de que tal experiência possa roçar o plano da encenação comunicacional, advogada por Erik Cohen,⁴ é importante anotar a argumentação de Conceição, de que,

na génese de divulgação de um local como destino turístico, estará um processo cultural, mediante o qual as atrações naturais ou culturais existentes são transformadas em algo que as transcende e que só pode ser entendido por referência ao grupo social ao qual se dirige. A atração turística é apresentada, neste sentido, sob a forma de um mito, um sistema coerente de imagens manipuladas pela linguagem mediática, ou na abordagem de Roland Barthes, uma meta-linguagem, representação simbólica do real cuja verdade é meramente referencial, dependendo da coerção do próprio código (CONCEIÇÃO, 1998, p. 69).

Se estas considerações são válidas, estes argumentos convergem na suspeição de que, no campo turístico, a cultura impõe-se como metáfora intermediária de uma disputa estética que não a perfilha como um meio, mas como um guia instrumental das suas práticas. Trata-se, assim, de pensar uma determinada representação estética da cultura implicada em estratégias de mobilização da imaginação geográfica.

Numa definição funcional de turismo cultural, inscrita num quadro semiótico específico de atrações, Tighe considera: “The term cultural tourism encompasses historical sites, arts and craft fairs and festivals, museums of all kinds, the performing arts and the visual arts and other heritage sites which tourists visit in pursuit of cultural experiences” (TIGHE, 1986, p. 2).

Também MacCannell alude à expressão “experiências culturais” para inserir o turismo numa “subclasse de experiências”, referindo que

os elementos das experiências culturais são, de certo modo, modelos ficcionalizados, idealizados, exagerados da vida social, que se encontram no domínio público, no filme, na retórica política, nas pequenas conversas, nos strips cómicos, nas exposições, etiqueta e espetáculos (MACCANNELL, 1976, p. 23).

É certo que, quando se fala de turismo cultural, isso tem a ver com objetos, atividades ou conhecimentos associados a um património transformado em objeto de

³ Ver Michel Foucault, *A ordem do discurso*, <http://alpha2.ubi.pt/~edcord/ordem.html>.

⁴ Ver Erik Cohen, Traditions in the qualitative sociology of tourism, in *Annals of Tourism Research*, v. 15, n. 1 (special issue: methodological issues in tourism research), p. 29-46.

ação, de lazer e de espetáculo. Todavia, nesta perspectiva, não importa tanto uma indagação essencialista dos mesmos, quanto as formas ou processos da sua objetivação. Isso indica que, se o processo de formação do valor de um objeto, como Simmel o demonstrou na *Filosofia do Dinheiro*, se produz como valor económico, tal não deslustra a complexidade que o remete para uma profunda analogia com a formação do valor estético, não se separando o fenómeno de toda uma arquitetura do gosto, que torna imprópria a divisão entre a produção e a receção turísticas.

Ao nível da produção, ainda que aos indivíduos as paisagens surjam como fontes de absorção de qualidades, elas são inseparáveis dos ativismos de produtores animados de uma intenção de elevação dos objetos ao “*estatuto de paisagem*” (BOURDIEU, 1979, p. 57), como forma de imposição dos seus próprios fins. São, assim, inerentes ao aparecimento correlativo de uma população de indivíduos capazes de verem nessas paisagens as representações requeridas como turístico-culturais.

Se observamos uma instabilização da procura turística que, a partir da segunda metade do século XX, ganha um sentido mais culturizador, isto é, de uma apropriação mais considerável de objetos culturais, como parte integrante da referida experiência, será pertinente equacionar os processos que a subjazem.

Se estas práticas ganham um significado profundo quando são apreendidas como processos da interculturalidade e conexos, então impõe-se o recurso aos debates atuais mais expressivos sobre a centralidade do papel dos processos de turistificação na performance dos territórios que se pretendem sujeitar à arena turística.

Na abertura de diálogo relativo à apropriação balsâmica da cultura pelo turismo, alinha-se pelo raciocínio de Halbwachs, observando que a cultura tanto pode exprimir a memória de um grupo que já não existe, como a memória de um grupo virtual, ou a de um grupo ainda vivo (HALBWACHS, 1997).

No primeiro caso, tendo em mente os povos megalíticos do Foz Côa, que aqui ocupam a nossa reflexão, o eixo de consumo visual orienta-se para o conservacionismo de um passado outro.

Mas, muitas das culturas situam-se no segundo patamar, uma vez que configuram, apenas superficialmente, a memória de herdeiros atuais de habitantes e exprimem mais uma “identidade” local, ou seja, a memória do grupo virtual (e por vezes atualizada) e as narrativas que a acompanham dos portadores desta identidade. Em tese, este modo de expressão cultural permite pensar um território “extradeterminado”, inscrito num processo de mundialização da cultura, em que esta se constitui como capital e permite a apropriação da memória de um grupo

desaparecido muito específico, porque se apresenta aos visitantes como cristalização estética simbolizadora de uma experiência comum.

Já o registo relativo à apropriação da memória de um grupo virtual (e por vezes atualizada) dos portadores desta identidade remete para uma cultura prenhe de ativismos orientados para uma ativação da memória com recurso a celebrações e a rituais induzidos. É neste segundo nível que se tem presente um processo bem mais adverso de resignificação do património, nomeadamente quanto ao seu carácter evocativo da cultura local, não raras vezes alvo de um amplo “consenso antiturístico”.⁵

Se, por um lado, a cultura é problematizada em espaços turísticos emergentes, como os que ainda se encontram nas mãos de especialistas confiados na sua pureza preservacionista e interpretativa, como é o caso dos que têm sido alvo de uma clássica pilotagem técnica, a que o Vale do Côa não se subtrai; por outro, põe-se o problema do *just milieu*, ou seja, de fazer entrar o espaço numa estrutura de relações alicerçada nas posições dos grupos colocados em situação de concorrência turística, isto é, dos promotores turísticos com a bandeira do “turismo alternativo”, como forma de tornar o espaço viável, do ponto de vista das relações mercantis de troca. Fica a convicção de que muito desse património, supostamente objeto de alguma paixão identitária, estará irremediavelmente esquecido, acabando a ausência de dinâmica turística por ser tão frustrante quanto a que conduziu à sua condição de monumentos-fórmula nos grandes centros urbanos.

Numa circunstância ou outra ficam patentes as necessidades de empreendimento de processos de turistificação dos espaços, que colocam questões como as da construção de místicas relativas à natureza e ao património, enquanto ecos das transformações da cultura e das sensibilidades.

Daí que um projeto dirigido a uma análise da performatividade turística das gravuras do Côa, passe pela ilustração das diferenças entre a definição física de um território e outra mais fundamentada na construção da sua espacialidade social.

4 Os processos de turistificação

Se é correta a formulação de que os espaços turísticos são modos de conversão dos lugares a cenários que os invadem ao nível simbólico e instrumental, por efeito de

⁵ Consultar autores como J. Ash, L. Turner, G. Cazes, Jean-Didier Urbain, entre outros, para quem a progressão numérica dos fluxos turísticos é sempre representada de forma negativa: da explosão ao metafórico “incêndio” de G. Cazes, passando pela dimensão guerreira da invasão, à dimensão eruptiva ou somática do surto, à vaga ou maré como tributo à submersão ou inundaçã, são imensas as evocações antiturísticas que a assolam.

linguagens específicas; se as “heterotopias e heterocronias” sob as quais se montam diferentes estilizações da experiência turística, podem submeter-se a uma análise valiosa, se estruturada segundo “três eixos dominantes”, quais sejam as que resultam do nível do agir, que vai das formas de criação do sujeito às estruturas mais ínfimas da subjetividade; da discursividade, que vai da dimensão teórica ao discurso mais banal, até ao nível das práticas, indo das instituições aos processos de normatização mais ou menos micrológicos que as suportam, então parecerá apropriada a ilustração do seu debate.

4.1 Formas de subjetivação

Explorando um jogo que relaciona “o trabalho do/sobre o sujeito no conjunto da experiência” (MIRANDA, 1994, p. 49), que se manifesta a dois níveis: “o do apriori e o do priori transcendental (abstracto)” (p. 45), começa-se por observar, em síntese, a dimensão subjetivadora da experiência.

As *formas de subjetivação* respondem pelo trabalho do sujeito no conjunto da experiência, enquanto ator que participa na vida social e que dela tem representações, pouco importa se em termos do senso comum ou do conhecimento por vezes inacessível das disciplinas académicas.

As práticas sociais têm o significado do acontecimento protagonizado pelos indivíduos, no seio de uma crise que paradoxalmente “coloca limites a todas as nossas ações, mas também as leva ao limite, à própria possibilidade de fundar a liberdade”. Uma vez que a ação humana deixa de ter “critérios seguros para julgar, decidir, agir” (p. 69), o sujeito passa a ter de criar e escolher esses critérios de ação, de forma a não cair na resignação, na passividade e na anomia, impostos pela pontualidade, pela calculabilidade, pela exatidão do agir racional, ou seja, por todo um conjunto coercivo de elementos que refletem um fenómeno mais amplo e complexo, que Odo Marquard designa de “tribunalização”⁶ (ODO, 1989, p. 49) da experiência moderna.

No seio da crise de representação do sujeito moderno, encontramos uma sucessão de “eus” turísticos possíveis que se justapõem em condições específicas de tempo e espaço, investindo noutras “territorialidades”, como oposição às formas de regulação da vida social moderna. Os efeitos de tais formas, que não constituem condição de ser turista, mas de estar turista, somados ao fervilhar da fascinação

⁶ Tribunalização, como sede de jogos antiestruturais particularmente intensos na oposição às formas de regulação social da vida moderna, e que na sua significação primeira traduz os efeitos do absolutismo da teodiceia moderna, a que Odo Marquard alude: “Tribunalização» é o nome que atribuo à ascensão e direcção na qual esta total legitimação/compulsão emerge para toda a gente, por volta de 1750, através da radicalização da teodiceia, no seio da filosofia da história. Odo, Marquard, *Farewell to Matters of Principle*, p. 49. Cf ainda com um trabalho do mesmo autor, intitulado “*L’homme accusé et l’homme disculpé dans la philosophie du XVIIe siècle*”, *Critique*, n. 413, out. 1981.

multimitológica do mundo, no seio da qual a fantasia se incorpora à realidade como um dado da própria realidade, florescem a coberto das narrativas de viagens.

Ainda que um sentido objetivo de espaço se imponha às percepções quotidianas dos indivíduos, ele está profundamente sobrecarregado de impressões, por vezes inconscientes, que provocam sobreposições constantes entre as representações dos espaços (percebidos) e espaços de representação ou (imaginados). Tais figuras não se separam de formas de apresentação e representação do mundo, a que se associam encenações de transvase das limitações do real, dimanadas de outras sociabilidades que se vão apropriando de espaços que acabam por simbolizar. E aqui, poder-se-iam até transportar para o turismo as reflexões de Schiller sobre as expectativas dos indivíduos relativamente ao campo estético: “É certo que cada pessoa espera que as artes da imaginação lhe proporcionem uma certa libertação das limitações do real; quer deleitar-se com o possível e dar campo à sua fantasia” (SCHILLER, s/d, p. 234).

Boa parte das questões que relacionam a proeminência dos valores racionais e/ou sensitivos, que animam os regimes e discursos sobre os modos de circulação no espaço, é captada em Simmel, na “Metrópole e a vida do espírito”, onde decorrem reflexões sobre os aspetos especificamente modernos da vida contemporânea e das ordens de relações sob as quais se constrói a “individualidade metropolitana”, isto é, “a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos” (SIMMEL, 1994, p. 31). Trata-se, porém, de estímulos relacionados com o predomínio da objetividade sobre a subjetividade, a que não é alheia a circunstância dela ter sido “incorporada pelos objetos e pelo conhecimento, pelas instituições e pelo bem-estar material” diferenciados, de que resulta, “a muitos títulos, uma regressão da cultura dos indivíduos, por referência à espiritualidade, à delicadeza e ao individualismo” (SIMMEL, 1994, p. 41).

A percepção do espaço, simultaneamente natural (note-se que “interiormente o corpo, ele próprio, espacialmente considerado, com os seus sucessivos níveis constituídos pelos sentidos [...] prefigura as camadas de espaço social e as suas interconexões” (SOJA, 1996, p. 51) e cultural, é determinada por processos de subjetivação que passam pela sua administração e ritualização. Na verdade, como argumenta Simmel, “o espaço é uma forma que em si mesmo não produz efeito algum” (SIMMEL, 1986, p. 645). Não são as formas de proximidade ou distância que determinam fenómenos de vizinhança ou de estranheza, mas sim os “fatores espirituais” fluidos que se desenvolvem no espaço, e a que não se subtraem, para além da dimensão racional da ação, os elementos ditos “irracionais”, como sejam os sentimentos, as emoções e os afetos dos indivíduos. Não obstante, Simmel (p. 41) salvaguarda que “não deixa de ser muito justificada a importância que se dá ao espaço

para determinar coisas e acontecimentos”, entre outros aspetos, dado que o espaço ganha plenitude significativa no “entre”, isto é, na reciprocidade relacional entre os indivíduos ou, indo mais além, nas condições da sua socialização. Mas é, sobretudo, pela possibilidade de nele se inscreverem qualidades, processos sociais de conversão, que o espaço ganha em intensidade de relações sociológicas.

Assim, um olhar atento a esses processos de subjetivação que se sucedem e se transformam, desde que se desistiu da ficção de um sujeito já dado, substancial, muito poderá revelar a respeito dos percursos espaciais e os contornos da experiência turística.

A importância dos espaços nas relações sociológicas com os objetos, assim como as implicações sociais da sua marcação social não escapam a Baudrillard enquanto processos signícos, através dos quais se opera a sua conversão, mas também por serem escassos, acabando por se submeter às relações mercantis de troca. Na verdade, “a influência do meio urbano e industrial faz aparecer novas raridades: o espaço e o tempo, o ar puro, a verdade, a água, o silêncio [...]. Determinados bens, outrora gratuitos e disponíveis em profusão, tornam-se bens de luxo acessíveis apenas aos privilegiados, ao passo que os bens manufaturados ou os serviços são oferecidos em massa” (BAUDRILLARD, 1992, p. 61).

Trata-se de uma oferta marcada, na modernidade, pela questão essencial da racionalidade, e é dela que se retiram enunciados, discursos, práticas e acontecimentos fundamentais das relações do sujeito com o mundo, suscetíveis de elucidação das práticas de circulação socioespaciais. Dir-se-ia que o ritual turístico não se dissocia do processo moderno que, no seu conjunto, corresponde a uma dominação simbólica subtil, quer ela se produza através de discursos terapêuticos, estéticos, religiosos, quer por políticos ou outros, que determinam que os indivíduos assumam esses códigos.

Se esta formulação é válida, então os estilos comportamentais dos indivíduos, as suas memórias e expectativas, autenticidades/inautenticidades, simulações/dissimulações, as relações sociais de proximidade e distância poderão esclarecer insuficiências relativamente a imaginários indiferenciados pela democratização das condições sociais de vida. Tais imaginários, assentes em valores simbólicos de consumo acessível e maciço de imagens, valores e bens não materiais da cultura e da sociedade são, assim, dados a ver, para efeitos desta análise, sob o ângulo de um “cosmopolitismo estético” (LASH; URRY, 1994, p. 256) dos lugares, apoiado na cultura que se mostra disponível à interação e à reflexão sobre essa interação, disponibilizando as diferenças que acabam por emoldurar o quotidiano turístico. A fim de as ilustrar, toma-se o espaço como palco de formas de retórica, as relações pelo

carácter dramaturgico do palco, onde as personagens, cujas narrativas mais formais umas, menos formais outras, alimentam a vida real, e a plateia que, assistindo ou participando do espetáculo, condiciona os modos de representação por conta de este ser um espaço de apresentação,⁷ e os bastidores como espaços imaginários de fronteira, nos quais o Outro se isola e protege de forma intimista, e onde se forjam como tratam de se apresentar e relacionar com outros.

4.2 Formas de retórica

Aqui, o eixo da discussão aponta para uma experiência que floresce sob um manto de discursos sobrevividos ao sujeito, que nem sempre indaga neles o mobile das ações para a compreensão dos seus efeitos.

Na análise da produção relativa à demarcação dos espaços é inevitável o confronto com a dificuldade de definição dos limites a partir dos quais é pacífico afirmar onde começa e acaba um espaço turístico, ou não fossem esses limites o resultado de uma época e do nível operatório de uma cultura. Observar como os discursos traçam fronteiras imaginárias entre espaços e atribuindo-lhes significados que encerram qualidades mágicas, é dar atenção à forma como certos materiais se revelam em textos e imagens, desarticuladores do real. Estes processos supõem o uso de linguagens específicas de conversão instrumental e simbólica dos espaços, através de várias formas de efabulação, sejam elas éticas, estéticas, poéticas, eróticas, paródicas, etc. Na verdade, os espaços turísticos são modos de conversão dos lugares a cenários que os invadem ao nível simbólico, assemelhando-se a um campo que preenche, em desordem, os lugares vazios de um sentido e de uma comunidade fora da história, tendo, paradoxalmente, a sua estória. A edificação deste campo não se dissocia de uma transposição do mundo, através da qual se pretende fundar espaços de reposição da ordem dos signos.

Para que melhor se compreenda a conversão de certas unidades de espaço-tempo em turísticos, importa não dissociar tais práticas dos discursos impressionistas com que se montam as geografias da alma. Assim, é fundamental problematizar essa parte integrante das “paisagens”⁸ recorrentes, que incorporam as estratégias de ação

⁷ Respeitante à dramaturgia como modelo visionador dos modos de apresentação e representação dos indivíduos, de si e do Outro, face à experiência turística. Para aprofundamento deste quadro de referência, consulte-se Erving Goffman, *Frame analysis, an essay on the organization of experience*, Northeastern University Press, Boston, 1974.

⁸ Entenda-se aqui a noção de paisagem como construção sociocultural sobre o ambiente na sua dimensão mais lata, isto é, como representação simbólica de territórios alinhados pelo crivo da sociedade e da cultura, em que sob a autoridade de vários centros de poder se legitimam os mais diversos interesses económicos, sociais, políticos, etc.

dos intermediários culturais, nomeadamente as que engrenam num jogo de reciprocidades entre real, imaginário e simbólico, que visa controlar ou submeter o imaginário dos indivíduos a signos mobilizadores de um *continuum* racionalizador.

Esses jogos instigam a ultrapassagem das análises dualistas sujeito/objeto, remetendo para a proposta Lacaniana de distinção entre o “real”, o “imaginário” e o “simbólico”, nomeadamente para o exame da produção/recepção da cultura contemporânea.

Para melhor se ajuizar esta problemática, importa reter algumas questões relativas à constituição da subjetividade humana, presentes nos trabalhos de Freud sobre o inconsciente e, sobretudo, nos de Lacan, resultantes de uma complexa e densa análise da constituição da subjetividade humana, partindo de uma subtil reformulação de Freud, ao pensar a construção social e subjetiva do *Eu* mediada pela linguagem.

Lacan parte da teoria psicanalítica de Freud, reformulando-a na passagem do nível biológico para o nível simbólico do sujeito. Para o autor, a sociedade é o elemento decisivo na constituição dos indivíduos como sujeitos, que se tornam sociais pela apropriação da linguagem. Não há qualquer dicotomia entre o indivíduo e a sociedade. Acede-se ao conhecimento do mundo, ao *Eu* e aos outros, através da linguagem, condição prévia para o ato da autoconsciência como uma estrutura distinta. É na dialética *Eu-Tu*, que se acende a chama da oposição mútua entre sujeitos, que se forma a subjetividade. Mas a linguagem é também o veículo de um determinado social, de uma cultura, que traz envoltas as suas leis e proibições.

Na estruturação da vida psíquica, como se manifestam e coexistem o real, o imaginário e o simbólico?

O real é, para Lacan, tudo aquilo que não se encontra simbolizado, isto é, o mundo associado a um *ego* por estruturar. O real, ou o que se pode discernir como tal, é o mundo da mais absoluta incapacidade de simbolização. Manifesta-se como antecâmara da ultrapassagem do discurso, ou seja, como porta de acesso à realidade, condição de desenvolvimento do *ego*. Se no que se diz se passa qualquer coisa, então o simbólico é a medida dessa qualquer coisa que é preciso identificar. Daí a identificação do simbólico com a linguagem.

Por imaginário entenda-se a autoexperiência do sujeito, dominada pela identificação e pela dualidade, precedendo a ordem simbólica que o introduz na linguagem e na relação triangular edipiana, continuando posteriormente a sua coexistência. A emergência da formação do *imaginário*, ou *estádio do espelho*, não é apenas um momento do desenvolvimento. Uma vez que “tem também uma função exemplar porque revela algumas relações do sujeito com a sua imagem enquanto *Urbild do eu*” (LACAN, 1986, p. 107), prefigura toda a dialética entre a alienação e a

subjetividade, todo o desequilíbrio existencial do indivíduo com a sua natureza biológica, ou seja, uma relação problemática com a sua própria imagem, que o leva a retocar o seu corpo de muitas formas, inaugurando a constituição do que Lacan designa de “armadura de uma identidade alienante que marcará com a sua estrutura rígida todo o desenvolvimento mental do sujeito” (p. 4).

Não raro, imaginação e razão revelam-se antagônicas. O imaginário, “esse conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens” (DURAND, 1989, p. 14), esfera de confluência das criações do pensamento humano, poder constituinte do real, é obscurecido pelo racional, que visa controlá-lo ou mesmo suprimi-lo através das representações intelectuais. E se a vontade tem como função orientar o desejo para fins tidos como racionais, é na tensão do esforço da razão e da vontade em imporem domínio absoluto sobre as paixões que, segundo Espinosa, os estoicos se viram forçados a desenvolver uma teoria do costume, enquanto substituto do poder racional ou mediador entre razão e imaginação.

O imaginário, esse espaço interior que acede ao sujeito enquanto portal da constituição da sua autoexperiência, potenciado pela memória e pela consciência, na ausência de qualquer coisa material e empírica é, antes de tudo, um espaço mediador do conhecimento, indissociável da relação envolvente dos próprios atos.

Na gênese e constituição do imaginário social radicam esvaecimentos ou suspensões de resistências sobrevindas ao sujeito que, segundo Elias, mobilizam consensos, através de um modo de organização a que preside “um fundo social global de conhecimento como condição para eles [os indivíduos] poderem orientar-se no seu mundo e manter a sua existência entre as outras existências” (ELIAS, 1994, p. 76).

Suspensas as resistências pela fantasia, fica aberto o caminho à disposição para a ação. Se fantasia e irreabilidade significam a mesma coisa, a questão que se coloca é a de saber quais as fronteiras entre realidade e irreabilidade (ELIAS, 1994, p. 158). “Fantasia” e “realidade” são apenas traços culturais que visam delimitar “diferenças de valor ocultas no sentido das palavras”, diferenças que Elias exemplifica ao referir-se a fantasias cristalizadas pela padronização da comunicação, como uma peça de teatro ou uma pintura. Diz o autor que “pode hesitar-se em considerar pinturas, peças de teatro e filmes como ‘reais’ enquanto estes se agruparem teoricamente sob o título de ‘atividades de lazer’; pode considerar-se mais fácil aceitá-las como ‘reais’ se elas forem em teoria agrupadas sob o título de ‘cultura’” (p. 159).

Porque as disposições para a ação estão cobertas de determinações simbólicas carregadas de hibridez “entre a fantasia e a congruência com a realidade” (p. 75), importa indagar a constituição do imaginário num debate tenso de contrários, em que ambos possuem um elevado valor de sobrevivência.

O imaginário torna-se, assim, um portal de convergência das insondáveis imagens emotivas, dos atos, das práticas e do sentido tátil, como extensão significativa da mente, em síntese, de toda a aparelhagem própria das linguagens verbal, corporal e social. Caso seja tomada como arbitrária e sem fundamentos, esta convergência é indevidamente pensada como espúria de mitos e ritos, enquanto forças agenciadoras da sua constituição, descurando-se, assim, novas formas de totemização que agenciam a interioridade individual nos processos de institucionalização.

Na verdade, os objetos interagem com os indivíduos enquanto portadores de mensagens e de uma complexidade relacional. À parte da linguagem verbal e corporal, para comunicarem entre si, os indivíduos utilizam uma linguagem social estruturada por signos e símbolos, que se reiteram nos objetos.

Aludindo à força magmática da conversão simbólica que constitui a nossa experiência do real, Nogueira sugere que “nada existe mais real que aquilo que nos permite ser realistas, quer dizer, o imaginário. Os homens sempre têm lutado, amado e entregue à morte mediante estratégias (Lacan) nas quais se colocam em jogo os registos imaginários: máscaras, segunda pele, enfeites, pinturas sedução, em suma” (NOGUEIRA, 1997, p. 21) e, referindo-se ao imaginário tardo-moderno, acrescenta:

Isso não mudou, mas os próprios objetos, e, especialmente o espaço onde se encontram, surgem dispostos, com sua aura pós-moderna [... envolvidos na] indistinção – e suas contínuas metamorfoses – entre o real e o imaginário. E o modelo definitivo que supõe um clímax entre o jogo realidade/representação é a realidade virtual entendida como espaço infográfico, o espaço labiríntico pejado a tal ponto de intensidades realistas que ameaçam transformar a realidade em algo fantástico, o imaginário no sentido convencional do termo (1997, p. 21).

O turismo está imerso em discursos, quais fios condutores dos modos de o visar, pelo que as formas enunciadoras dos modos como se manifestam esses outros mundos reais-imaginários, cobertos de significados, são discursivas e pragmáticas, apresentando-se sob a forma de imagens mentais, verbais ou pictóricas. É nos níveis em que essas sínteses se operam, que a noção de turismo se eleva à condição de denominador comum de transposição dos padrões de assimilação do mundo.

Os discursos produzidos em torno do turismo, confirmam-no os estudos de Nash⁹ ou Graburn,¹⁰ são redutos de interpretações, de formas positivas de ver o

⁹ Nash, Dennison. O turismo como forma de imperialismo. In: Smith, Valene L. (comp.), *Anfitriões e Invitados*. Trad. Jesús Pardo. Turismo Y Sociedad, Ediciones Endymion, Madrid, 1989.

¹⁰ Graburn, Nelson H. H. Turismo: a viagem sagrada. In: Smith, Valene L. (comp.). *Anfitriões e Invitados*. Trad. Jesús Pardo. Turismo Y Sociedad. Ediciones Endymion, Madrid, 1989.

mundo, de definições, máximas e instituições que envolvem combinações induzidas de imagens. São códigos de receitas, regras, procedimentos normalizadores, orientados por uma linguagem de controlo social que funciona como grelha mental dos turistas, como filtro das suas perceções e expectativas. O princípio geral por que os códigos se regem é o de excitar o seu significado na imaginação de novos sentidos ou possibilidades de interpretação por detentores de padrões culturais, de estilos de vida que com elas se identifiquem.

Nesta medida, o ato turístico já resulta de uma síntese entre um vetor de significados inscritos pelos sujeitos nos objetos materiais e a experiência efetiva da fruição como turistas. Logo, não é possível tratar o turismo, enquanto prática social, descurando o conjunto das ações comunicativas ligadas a convenções que regulam e instituem o seu próprio domínio.

A ênfase em determinados objetos materiais ou imateriais supõe jogos embrenhados em estratégias simbolizadoras que se montam sobre o real, ou seja, que funcionam como um poder de ordenamento e atribuição de significados, fazendo eco dos gostos que o consumidor decide (com algum grau de liberdade) qual ou quais atualizar.

Os discursos podem, aparentemente, ser *paroles*, mas imbricam-se no desejo e no poder. A observação de Foucault, a esse respeito, é esclarecedora ao referir-se à abertura do discurso a formas

de uma encenação fantasmática, elemento de simbolização, forma do proibido, instrumento de satisfação derivada (essa possibilidade de estar relacionado com o desejo) não é apenas o facto do exercício poético, romanesco ou imaginário do discurso: os discursos sobre a riqueza, a linguagem, a natureza, a loucura, a vida e a morte, e muitos outros, talvez que são muito mais abstratos, podem ocupar, em relação ao desejo, relações bem determinadas (FOUCAULT, 1972, p. 84).

Os discursos não são recalamentos de desejos, nem os desejos são elementos imperturbados dos discursos na condição de se oferecerem como reflexibilidades cognitivas. Mais do que isso, são um invólucro de um conjunto que, na sua unidade, sem sobreposição, carrega, de forma intrínseca, as emoções.

Dir-se-ia, convocando Lacan, que “o problema é então de mostrar como é que estas emoções se encarnam, se projetam, se disciplinam, se simbolizam, enfim. Ora os símbolos destas emoções supostas não têm evidentemente nenhuma relação com elas” (LACAN, 1986, p. 299).

E aqui, a questão é saber se os símbolos traduzem apenas ângulos de deslocamento. Poderia ser assim, se a emoção fosse o real e o símbolo um suporte onde ela encontra a sua expressão de forma deslocada. Porém, a ordem simbólica é o

reino do pensamento humano consciente, “em que a estrutura real e a estrutura simbólica entram numa relação ambígua que se faz no sentido vertical, cada um dos dois universos corresponde ao outro, com esta pequena diferença que a noção de universo não estando lá, não há nenhum meio de introduzir a de correspondência”. (LACAN, 1997, p. 300)

Esta questão é instigadora, por colocar a questão de se saber como têm lugar as posições possíveis do desejo face ao discurso, de modo a encobrir o que ele é em si mesmo, como condição de se relacionar a esse desejo.

Não sendo nosso propósito escarpelizar cognição e emoção, tal não subtrai valor a uma análise que veja na retorização do real, dispositivos equivalentes a grades, a formas de captura dos indivíduos. A promoção turística integra conjuntos de ações e instrumentos favorecedores de estímulos à produção de artefactos mentais, engajadores dos indivíduos nas instruções de uso fornecidas pelos produtores de imagens. Tais produções visam objetivos instrumentais de exploração económica, através dos quais se ativa a reprodução das instituições como um fim em si mesmo. Esses fenómenos são uma evidência comum em serviços de informação públicos ou privados de carácter permanente, ou noutros de carácter mais efémero, como feiras e *stands* de exposições, literatura, publicitação nos média, etc. Mas para que se compreenda o modo como os potenciais turistas incorporam esse processo, é preciso determinar, em relação a essa experiência específica, que informações textuais e contextuais estão efetivamente presentes nas suas experiências de receção cultural.

Desta teia de persuasores, com vista à redução dos constrangimentos culturais do turista à viagem, não se subtrai todo um trabalho metucioso de organização de conferências de imprensa, receções, *cocktails*, seminários, congressos ou convenções, onde se joga com a difusão intencional direta ou indireta de imagens de cujos efeitos esperados, imediatos ou mediatos, o *marketing* turístico se socorre pelo aprofundamento das ambivalências dos sujeitos a quem a outorga da racionalidade não esvazia a emotividade que faz carregar consigo a ansiedade.

Como observa Vasconcelos, a propósito da tendência culturista pós-moderna,

todos estes empreendimentos – diversos na sua natureza e nas motivações dos agentes que os promovem – têm tido por efeito lateral a transformação de certos aspetos da cultural local em património e em potencial fonte de capital simbólico ou económico de povoações onde rareiam, no contexto socioeconómico atual, outros recursos capitalizáveis (VASCONCELOS, 1997, p. 227-228).

Campo sem objeto material próprio, que vive de apropriações locais das culturas objetivadas, o turismo pode ser definido como uma experiência que resulta de uma

operação de transformação dos espaços, dos tempos e dos outros em ícones de si, na sua mais completa idilização estética. Essa operação de transmutação idilista, tomada como recurso para a produção de sentido de artefactos mentais, demanda não só entradas como saídas, aberturas e fechamentos, que demarcam cânones do gosto e, com eles, modos de diferenciação entre indivíduos e sociedades.

Nesta perspectiva, a compreensão do turismo passa pelos modos como certos atos ou práticas, bens ou valores, espaço ou tempo, se transfiguram em relação ao quotidiano, ganhando uma aura que se autonomiza da vida social ordinária, através da sua transformação em lugares de comunicação, de dispositivos, pelos quais se codificam e descodificam mensagens.

É desse trabalho que ressalta a hipótese de que a experiência turística, enquanto “apropriação simbólica de um mundo reduzido ao estatuto da paisagem” (BOURDIEU, 1979, p. 58), não se edifica apenas no consumo do mundo em objetos, mas como sistema de significados que ele inaugura, no seio da ficcionalização mais geral da experiência.

Assim, o turismo é, sobretudo, uma das metáforas pelas quais toma forma uma experiência cultural do “mundo” que, para se apresentar como estímulo, apresenta o que há de mais quotidiano num quadro transcendental, de recolocação ficcionista das relações entre povos e culturas, que se repercute quer no acontecer desse mundo, quer nas ideias, modelos, estilos e modos de vida que se lhe associam.

Porque o *travelling* radica na indução de um desejo, porque os lugares turísticos não são turísticos em si, importa que a comunicação faça crer na ficcional turisticidade dos lugares, como uma obrigação de se ver o que deve ser visto. Nessa conversão, implicam-se as narrativas que balizam as representações sociais dos espaços reais e imaginados dos indivíduos, forjando-se numa encruzilhada de discursos, instituições e corporeidade, natureza e cultura, indivíduo e coletividade, internalidade e exterioridade, privado e público, real e irreal, com o objetivo de fazerem pulsar o desejo dos indivíduos.

Na verdade, as práticas institucionalizadoras dos agentes turísticos estariam facilitadas se as dinâmicas da viagem fossem subsumíveis numa mera racionalidade instrumental. Mas, como Lefèbvre, argumenta em *La production de l'espace*, “o vivido, o percebido e o imaginado” sugerem práticas recobertas de usos ideológicos, ideográficos, de construção inventiva de possibilidades doadoras de sentido. Assim, não será por acidente que o turismo constitui um tónico da vida emotiva, produzido num tubo de ensaio das fulgurações do espaço do tempo e do *Outro*.

4.3 Formas de institucionalização

Estas, são montagens que agem sobre o sujeito num quadro normativizador e que, como processos de controlo, nunca estão garantidas de uma vez por todas. São recobertas por um vasto véu de mediações simbólicas das aparelhagens institucionais modernas que despontam com o objetivo de incorporarem e conformarem o imaginário dos indivíduos às lógicas de racionalidade que desenvolvem.

Porque a turistificação dos espaços não constitui um ato único, a partir do qual tudo se reduz a uma estática, os agentes obrigam-se a uma atualização constante das suas capacidades de confiscação de memórias, a uma utilização de meios tecnicamente disponíveis para a sua tradução, à produção de afetos reguladores da poética dos espaços, a protagonismos que fantasmagorizam o real, enfim, a toda uma cadeia de instrumentos de produção cultural de que dispõem. Toda esta logística visa operações de modelação plástica do mundo, ou seja, a montagem de processos de simbolização que marcam a conversão do conteúdo do pensamento em representação. Nesta instalação de redes sobre o espaço da experiência é variável a capacidade dos despertadores simbólicos, produtores de imagens fantásticas do real, sintomáticas de toda a ignorância da realidade que se desconhece como tal.

No caso em apreço, respondem perante o trabalho feito sobre o sujeito no conjunto dos jogos sobre o espaço, o tempo, a experiência vivida e o conjunto das experiências possíveis, as instituições que favorecem a difusão do turismo e respetivos sistemas profissionais de regulação, para o que exaltam “os sinais a troco da recusa das coisas e do real” (BAUDRILLARD, 1992, p. 118). É nessa exaltação, como forma própria de dar a ver, de mostrar, de encenar numa representação própria os objetos materiais e simbólicos, que se visa a adesão de um público. Conseguida a imposição de uma lógica disciplinar ao público – o que significa poder canalizar institucionalmente o lazer e as viagens, monetarizar os fluxos e converter a adesão massiva em sinal e fonte de catarse equivalente a um bálsamo –, a relação que pauta a comunicação entre turistas e agentes turísticos torna-se assimétrica e funcional para os interesses instrumentais dos primeiros.

E, a este respeito, valeria questionar se é do ponto de visto estético que se cria o objeto turístico, ou se serão as propriedades intrínsecas a determinadas paisagens culturais que suscitam um interesse estético. Nesta dicotomia, a questão parece não ter sentido. Se, por um lado, é possível definir paisagens dotadas de propriedades intrínsecas à experiência turística, por outro, elas não se dissociam dos atributos de que o observador é portador, como condição das mesmas satisfazerem as suas exigências esteticamente apreendidas, pelo que a questão não se dissocia de toda uma arquitetura do gosto.

O traçado de fronteiras, entre as coisas turísticas e as que as não são, não reside noutra coisa que não seja numa instituição que confere aos indivíduos o estatuto de candidatos à apreciação estética das paisagens. É a capacidade de cumprir um tal ato instituinte, isto é, de impor o reconhecimento estabilizado das paisagens como tais, que torna imprópria a divisão entre a produção e a receção turísticas.

Ainda que aos indivíduos as paisagens surjam como dons ou fontes de absorção de qualidades, elas constituem o fundo de formas e funções inseparáveis da emergência de produtores animados de uma intenção de elevação dos objetos ao estatuto de paisagem, como condição de imposição dos seus próprios fins. São, assim, inseparáveis do aparecimento correlativo de um conjunto de indivíduos capazes de aplicarem a essas paisagens as representações requeridas como turísticas. Tais representações, porém, surgem associadas a competências estéticas particulares e, como observa Bourdieu, devem-se “sobretudo à *skholè* como tempo livre, com a distância perante as imposições e as urgências da necessidade [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 327).

Na verdade, os processos de institucionalização supõem uma operação de transformação com base na seletividade externa de conceitos e imagens que, uma vez combinadas e reproduzidas, propõem a criação de um novo óculo iconográfico indissociável da produção de crenças por parte dos atores sociais.

Como advogou Krippendorf (1989), o objeto turístico não tem a natureza de produto de consumo tangível. Ele traduz-se numa *prática simbiótica* onde confluem os interstícios da publicitação, que se condensam numa série de objetos que, na base dessa metáfora, são promovidos ao consumo. Significa dizer que a entidade turística de um objeto é constituída através de um conjunto específico de convenções que regulam a ação comunicativa estética. Daí que se fale em turistificação como uma questão processual.

O que se toma pelo turismo não tem lugar sem recurso a lógicas de formalização, à montagem de mecanismos formais e sociais, bem como à construção de dispositivos devotados à mobilização emocional dos indivíduos, vocacionados para a intensificação aturada do prazer, seja ele visual, auditivo, evocativo, poético ou corporal.

A constituição do “mundo de significados” é inaugurada por instituições do Estado, operadores turísticos, agências de viagens, transportadoras, organizações internacionais de turismo, ou seja, por toda uma rede de organizações do campo, que tentam fechar a experiência em torno de si: sejam eles normativos, cognitivos, afetivos, constelações de significados, isto é, produções culturais de sentido que inventam um espaço outro, e seu processo de institucionalização ganha visibilidade em manifestações externas de forma cristalizada. É a ela que preside o conjunto que vai

dos marcos normativos mais micrológicos às regulações do sistema legal que afetam o campo.

É a partir de uma produção simbólica, em que o tempo e o espaço se constituem em ícones de si próprios, rendidos à condição de cenários, que se organiza uma ação e se estabelece a relação contratual entre ambos, pelo que parece desarrazoado pensar o turismo como fenómeno dotado de um estatuto ontológico desligado das mediações que o produzem.

5 A performance turística das gravuras do Côa

Com base na reflexão encimada pelos três eixos essenciais observados e considerando a hipótese explicitada na nossa trajetória analítica, relativamente ao recorte da dinâmica do modo como os investimentos patrimonializadores produzem conexões ajustadas às possibilidades e aos limites do derrame turístico, enquanto formas de investimento e gestão do capital simbólico, chegamos a uma pesquisa de campo qualitativa, fornecedora de um quadro de referência para buscar, compreender e interpretar a performance turística do Vale do Côa.

A amostra recolhida é constituída por estudantes do Curso Técnico Superior Profissional (TeSP) em Gestão de Animação Turística (7,1%), da Licenciatura em Turismo (85,8%) e do Mestrado em Turismo (7,1%). Revela uma idade média global de aproximadamente 22 anos, sendo a idade mais frequente de 19 anos, tendo metade dos inquiridos uma idade inferior a 20 anos. Os estudantes inquiridos são maioritariamente do sexo feminino (73,7%) e têm, na sua maioria, nacionalidade portuguesa (83,5%), num total de 224 inquiridos.

Quando questionados sobre: *Já ouviu falar das gravuras rupestres do Vale de Foz Côa?*, seria de esperar, uma vez que se trata de estudantes da área do Turismo e este é um património classificado pela UNESCO, que o número de respostas positivas fosse elevado. Todavia, a nossa amostra revela precisamente uma cartografia cognitiva muito baixa, dando a observar que 65,2% dos inquiridos nunca tinham ouvido falar deste património. Assim, para esse conjunto significativo de indivíduos, parece evidente a fraqueza dos dispositivos comunicacionais de promoção existentes até ao momento, integrados em manifestações que ritmem a região. Na verdade, transportando-nos para o registo promocional do turismo, este desconhecimento não poderá deixar de fazer-nos refletir sobre os limites da mediação da informação como um elemento-chave da comunicação turística deste território, enquanto ausência de aproveitamento, ou aproveitamento em falha, das potencialidades que animam os sentidos escondidos nos fenómenos imagéticos da cultura, designadamente a

construção de *corpus* de imagens vitalizadoras desse triângulo de que fazem parte representações, práticas sociais e imaginários.

A perplexidade relativa à falta de inteligibilidade desta paisagem, porém, também não se alheia da circunstância de que este resultado pode ficar a dever-se, em parte, à angulação geracional dos inquiridos, dado serem, na sua maioria, jovens, o que significa que, em 1995, na emergência da “polémica”, construção da barragem *versus* a preservação das gravuras, a maioria ainda não seria nascida ou seriam crianças. Porém, a circunstância de o desconhecimento ser transversal às diferentes nacionalidades inquiridas, aos diferentes níveis de ensino e à idade dos inquiridos, não pode deixar de apontar para indícios menos otimistas.

Dos inquiridos que têm conhecimento deste património (78 inquiridos) apenas 8 indivíduos (10,3%) já visitaram o local e 28 (35,9%) pensam fazer uma visita proximamente.

Relativamente às mediações que presidem ao conhecimento deste bem cultural, elas proveem maioritariamente da televisão (61,5%), seguidas das páginas na internet (34,6%) e do que lhes foi propiciado pela vida académica, quer no secundário, quer na universidade (29,5%).

Todas as análises posteriores baseiam-se apenas nos resultados obtidos para os inquiridos que já ouviram falar deste património, sem que, todavia, na sua maioria, o tenham visitado ainda.

Para metade dos inquiridos o património é desprovido de qualquer significado, valendo com isso dizer que ele não se encontra minimamente simbolizado, incapaz de instaurar um imaginário turístico passível de ser objeto de trabalho imediato dos agentes atratores. Para os que lhe atribuem uma lógica de sentido, este detém, maioritariamente, uma moldura histórico/cultural.

Quando questionados sobre o valor predominante deste espaço, os resultados distribuíram-se de forma muito fragmentada, de acordo com as opções colocadas: histórico (93,4%); de antiguidade (57,9%); artístico (42,1%); documental (30,3%); turístico (26,3%); estético (7,9%), revelando que este património, não sendo detentor de privilegiada importância, enquanto objeto de prazer visual em alto grau, revela características interessantes a outros níveis, nomeadamente a nível histórico, evidenciando uma certa espessura, ainda que difusa, das memórias que se lhe associam.

Quanto à sua acessibilidade geomorfológica, ele é considerado, pela maioria (66,7%), como polimórfica, nem fácil nem difícil. Já o espaço envolvente é adornado com atributos de ordem estética por (59,1%), tipificado como turístico por (39,4%) e

tido por (27,3%). como aprazível, ou seja, possibilitador da evasão e de esbatimento dos constrangimentos do quotidiano, como é visível na Figura 1.

Figura 1 – Envoltivo ao Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa, Vale do Côa



Fonte: Fundação Côa Parque. Arquivo de José Paulo Ruas.

Do ponto de vista turístico, propriamente dito, o Vale do Côa é perspectivado pela maioria (76,1%) como um lugar atrativo, observando, contudo, um elevado número de inquiridos (45,8%), que as pessoas têm uma relação de indiferença com este bem cultural.

Da análise dos processos de subjetivação (nas dimensões cognitiva e afetiva), 55,9% considera que o espaço envolvente das gravuras rupestres constitui um lugar tranquilo e relaxante, 42,6% entende que é um lugar agradável e 26,5% que é um prazer para os sentidos. No entanto, existe ainda uma percentagem considerável que considera que o mesmo é detentor de uma atmosfera pouco familiar (14,7%) ou uma atmosfera estranha (13,2%), ou ainda uma atmosfera necrológica, pouco fascinante, fazendo com que (10,3%) se sinta no mundo dos mortos, pouco propício à voluptuosidade lúdica.

É interessante verificar, no que respeita à objetivação do lugar, que o mesmo é perspectivado como uma reserva instituída num domínio pedagógico, como possibilidade de expansão pessoal do conhecimento por 88,9% dos inquiridos, enquanto que para 38,9%, contém um atributo de espaço para a aventura.

No que toca ao domínio simbólico do lugar, ele é considerado pela maioria (65,7%) como um espaço apoteótico que glorifica o passado comum e, por 41,4% dos respondentes, como um lugar que reflete as origens e que faz parte da memória coletiva, em ambos os casos, desenhando-se aqui a possibilidade de uma inferência num domínio mais identitário.

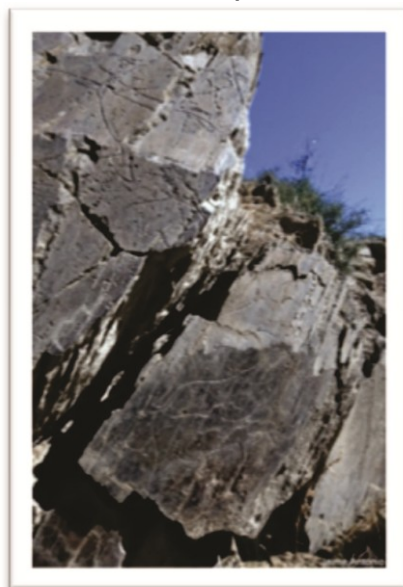
Já na esfera instrumental, a maioria dos inquiridos (60,3%) revela que compensa fazer a experiência, ou seja, vale a pena visitar este património pela relação custo/benefício. Este resultado pode explicar-se pelo facto de o questionário ter sido aplicado no Algarve, denotando a distância de percurso direcionada a este património.

Quanto ao domínio do imaginário, como seria de esperar uma vez que o Vale do Côa é considerado “o mais importante sítio com arte rupestre paleolítica de ar livre”,¹¹ ele é apreciado por 61,8% dos inquiridos como forma de estilização museológica, uma espécie de museu a céu aberto. A par desta avaliação, uma percentagem relevante de respostas remete-nos para o carácter sagrado, místico e de eternidade do lugar (48,5%, 30,9% e 27,9% respetivamente), significando com isso, que o espaço é incorporado como um lugar de mistério ou de devoção, um lugar de projeção de intimidade no imaginário contemporâneo destes inquiridos.

Embora este espaço esteja classificado como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, 93,4% pensam que o mesmo deveria ser também classificado como de interesse histórico, o que poderá remeter para um registo algo identitário, como referencial de passado ou, simplesmente, como uma moda eivada de restitutionismo de índole meramente patrimonialista.

A última questão colocada sugeria aos inquiridos que identificassem, de um conjunto de quatro imagens, qual ou quais faz(em) parte das gravuras de rupestres de Foz Côa, Figura 2, tendo 85,5% dos inquiridos conseguido identificá-la corretamente.

Figura 2 – Rocha 5, Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa, Vale do Côa



Fonte: Fundação Côa Parque. Arquivo de Jaime António.

¹¹ Disponível em: <http://www.centerofportugal.com/pt/vale-do-coa/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

6 Considerações finais

Dir-se-ia, em jeito de conclusão, depois de uma visão de conjunto da pesquisa e de acordo com os resultados obtidos que, para esta amostra, ficam indícios inferidos de que o património em estudo revela uma performance turística discrepante relativamente aos investimentos patrimonializadores que, supostamente, deveriam produzir conexões mais ajustadas a esse fim, principalmente devido ao número de inquiridos que revelam nunca ter ouvido falar dele. No entanto, importa referir que, para os restantes inquiridos, este património apresenta um potencial turístico direcionado para o conhecimento e como local permeado pela metáfora automobilística presente no turismo, alusiva ao “recarregar baterias”. Fica, assim, margem para pensarmos que este espaço não se encontra fossilizado ou coagulado, podendo uma prossecução de esforços, com vista ao desenvolvimento integrado de jogos de atração favorecedores de uma estratégia de vitalização do turismo cultural local, vir a conhecer algum êxito. Tal compreenderia uma política que assumisse a possibilidade de investir numa história mais intrometida no progresso turístico daquele espaço.

Fica, por outro lado, a convicção de uma elementar necessidade de abordagem de trabalhos futuros, porventura com meios mais expandidos, impulsionadores de investigações mais ousadas, que cavem mais fundo uma tomada de consideração dos agenciamentos subjetivadores, objetivadores e retorizadores na construção deste processo global, constitutivos de um olhar integrado que torne evidente a animação da experiência turística pelo imperativo da cultura.

Referências

- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**, (trad. de Artur Morão), Edições 70, Lisboa, 1992.
- BOURDIEU, P. *La Distinction, Critique Sociale du jugement*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1979.
- BOURDIEU, P. **As Regras da Arte, Génese e Estrutura do Campo Literário**, (trad. Miguel Serras Pereira), Editorial Presença, Lisboa, 1996.
- COHEN, E. Traditions in the qualitative sociology of tourism, in **Annals of Tourism Research**, vol. 15, n. 1 (special issue: methodological issues in tourism research), p. 29-46.
- CRUK, M. Representations of International Tourism in the Social Science: Sun, Sex, Sights, Savings and Servility. **Annual Review of Anthropology**, 18: 307-44, 1989.
- CRUZ, M. T. Técnica e Afecção, in *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, (Org. José. A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz), Tropismos, Lisboa, 2002.
- DURAND, G. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário, Introdução à Arquetipologia Geral**, (tradução de Helder Godinho), 1ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1989.
- ELIAS, N. **Teoria Simbólica**, Celta Editora, Lisboa, 1994.

- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**, Editora Vozes Ltda., Rio de Janeiro, 1972.
- GOFFMAN, E. **Frame Analysis, An Essay on the Organization of Experience**, Northeastern University Press, Boston, 1974.
- HALBWACHS, M. **La mémoire collective**, Albin Michel, Paris, 1997.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo, Para uma nova compreensão do Lazer e das Viagens**, Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1989.
- LACAN, J. **Os Escritos Técnicos de Freud**, (trad. de Maria Belo a partir da edição francesa), Publicações Dom Quixote, 1ª edição, Lisboa, 1986.
- LASH, S.; URRY, J. **Economies of Signs and Space**, Sage, London, 1994.
- MACCANNELL, D. Staged authenticity: arrangement of social pace in tourist settings. **American Journal of Sociology**, 79(3): 589-603, 1973.
- MACCANNELL, D., **The Tourist, A new theory of the leisure class**, Schocken Books, New York, 1976.
- MIRANDA, J. A. B. **Analítica da Actualidade**, Veja, Lisboa, 1994.
- NOGUEIRA, L. C. **La risa del espacio, El imaginário espacio-temporal en la cultura contemporânea: una reflexión sociológica**, Editorial Tecnos, S.A., Madrid, 1997.
- ODO, M. L'homme accusé et l'homme disculpé dans la philosophie du XVIIIe siècle, **Critique**, n. 413, 1989.
- PALMA, C. Promoção Turística e (Re)Construção Social da Realidade, in **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 28, Celta Editora, Oeiras, 1998.
- RAMALHO, M. M.; MORAIS, A. Arte Rupestre do Vale do Côa: que futuro para este Património da Humanidade? **Jornal Público** de 21/04/2016, 2016. Disponível em: <http://www.icomos.pt/index.php/a-nossa-accao/publicacoes/67-vale-do-coa-que-futuro-para-este-patrimonio-da-humanidade>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- SANTOS, J. M. F. **Turismo – Mosaico de Sonhos**, Edições Colibri, Lisboa, 2002.
- SCHILLER, F. **Textos Sobre O Belo, O Sublime e O Trágico** (trad. de Teresa Rodrigues Cadete), Imprensa Nacional Casa da Moeda, Estudos Gerais Série Universitária, Clássicos da Filosofia, Lisboa, 1997.
- SIMMEL, G. **Sociologia 2 Estudios sobre las formas de Socialización**, Ed. Cast.: Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1986.
- SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida do Espírito. In: Carlos Fortuna (org.), **Cidade Cultura e Globalização**, p. 31, 1994.
- SOJA, E. W. **Thirdspace, Journeys to Los Angeles and other Real-and-Imagined Places**. Massachusetts: Blackwell Publishers Inc., 1996.
- TIGHE, A. J. The arts/tourism partnership. **Journal of Travel Research**, n. 24, p. 2-5, 1986.
- URRY, J. **The Touriste Gaze**. Leisure and Travel in Contemporary Societies. Sage, London, 2000.
- VASCONCELOS, J. Tempos Remotos: a Presença do Passado na Objectivação da Cultura Local, in Etnográfica, **Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)**, Lisboa, v. 1, n. 2, 1997.

Machu Picchu: Patrimonio de la Humanidad, Turismo e Inclusión social

Jessica Ruth Figueroa Pinedo*

Resumen: El complejo arqueológico de Machu Picchu es el principal destino turístico internacional, ubicado en el Departamento de Cuzco, en el sur de los Andes peruanos. Desde 1983, ha sido reconocido Patrimonio Mundial de la UNESCO. Además, en 2007, su reconocimiento como una de las Maravillas del Mundo Moderno incentivó aún más su fama mundial. El crecimiento del turismo de masas ha significado todo un desafío en la gestión de Machu Picchu provocando problemas sociales y conflictos de intereses que amenazan su conservación. El objetivo de este artículo es discutir la relación entre turismo y la gestión de los lugares Patrimonio de la Humanidad de la UNESCO a partir del caso de Machu Picchu bajo el enfoque de exclusión/inclusión en un contexto de reducción de la pobreza. El análisis concluye que la gestión de Machu Picchu no toma en cuenta el papel fundamental de las comunidades locales en la conservación del patrimonio, excluyéndolas de su propio patrimonio.

Palabras clave: Turismo. Inclusión/exclusión social. Pobreza. Patrimonio de la humanidad. Gestión. Machu Picchu.

Abstract: The Historic Sanctuary of Machu Picchu is a major international tourist destination, located in Cuzco region, in the Southern Peruvian Andes. Since 1983, has been considered World Heritage by UNESCO. In addition, in 2007, its recognition as one of the Wonders of the Modern World further encouraged its fame. The growth of mass tourism has meant a challenge in the management of Machu Picchu causing social problems and conflicts of interest that threaten its conservation. The objective of this article is to discuss the relationship between tourism and the management of UNESCO World Heritage sites from the case of Machu Picchu based on the exclusion / inclusion approach in a context of poverty reduction. The analysis concludes that the management of Machu Picchu does not take into account the fundamental role of the local communities in heritage conservation, excluding them from their own heritage.

Keywords: Tourism. Social inclusion/exclusion. Poverty. World heritage site. Management. Machu Picchu.

1 Introducción

El Perú posee un enorme patrimonio histórico-cultural que se evidencia en imponentes monumentos arquitectónicos y en la riqueza de sus tradiciones culturales. La variedad de sus paisajes los comparte con países vecinos, como por ejemplo, la Amazonía. Y la historia la vivió con muchas de las poblaciones andinas desde hace varios milenios. La experiencia inca le permitió ocupar un territorio excepcional tanto del punto de vista físico como cultural.

* Investigadora en Turismo. Laboratori Multidisciplinar de Recerca en Turisme – Universitat de Girona. *E-mail:* jessicafigueroapinedo@gmail.com

En ese contexto, el Perú es para la “mirada turística” un espacio esencialmente cultural. Pues los turistas internacionales que visitan el Perú lo hacen principalmente atraídos por la oferta mayormente cultural y de naturaleza-aventura. Según el Perfil del Turista Extranjero (PromPerú, 2017) las actividades culturales con más demanda por los turistas fue visitar sitios arqueológicos (88%), seguido de museos e inmuebles históricos.

Debido al enorme peso del patrimonio arqueológico, el Estado asumió la responsabilidad de su conservación y la planificación de la actividad cultural en el Perú a inicios de la década de 1960. También las políticas públicas de alguna manera aceptaron que los desarrollos turísticos se orienten en esa dirección. Sin embargo, esta gran riqueza patrimonial plantea muchos retos en la gestión y conservación así como en la planificación y organización de todas las prácticas turísticas.

Por lo tanto, referirnos al Perú en términos de turismo internacional es hablar del complejo arqueológico de Machu Picchu, ubicado en el Departamento de Cuzco, considerado el más importante patrimonio material legado por la Civilización Inca que atrae a miles de visitantes interesados en experimentar el turismo y la cultura de los Andes.

Machu Picchu se encuentra en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO desde 1983 bajo la denominación de Santuario Histórico de Machu Picchu en la categoría de “bienes mixtos” que representa valores tanto naturales como culturales excepcionales. En 2007 fue elegido una de las “maravillas del mundo moderno” lo cual incentivó aún más su fama internacional y el auge de un turismo de masas. El total de turistas que recibe anualmente Machu Picchu, según las estadísticas oficiales del Ministerio de Comercio Exterior y Turismo (MINCETUR) es alrededor de un millón y medio. De los cuales 1 millón 200 mil son turistas extranjeros.

El propósito de la Convención de Patrimonio Mundial de 1972 adoptado por la UNESCO es garantizar la identificación, protección, conservación, presentación y transmisión a las futuras generaciones el patrimonio cultural y natural de valor universal excepcional (LEASK, 2006). Sin embargo, hay que reconocerlo, Machu Picchu es uno de los sitios Patrimonio de la Humanidad más controversiales debido a la problemática de su gestión, la planificación inadecuada y al crecimiento desordenado de la infraestructura turística que ponen en riesgo la fragilidad natural y cultural del destino. Varios especialistas llaman la atención sobre la situación crítica y preocupante de Machu Picchu. Por ejemplo, el análisis de Hawkins et al (2009) clasifica a Machu Picchu como uno de los sitios de Patrimonio Mundial en declive debido principalmente a la falta de participación de la comunidad local en la planificación y la atracción de un mayor número de visitantes sin un plan para mitigar sus impactos en el destino. De

igual manera, Martorell (2000; 2016) critica la carencia de un sistema de planificación hasta 1998 y la deficiente gestión y desinterés por parte del Estado basado en intereses políticos y económicos que ponen en peligro la conservación del santuario. Por otro lado, Giraud *et al.* (2005) llama la atención hacia los problemas socio-ambientales que amenazan la biodiversidad del santuario. Ante esta situación, la UNESCO ha alertado al Gobierno peruano sobre la situación vulnerable de Machu Picchu y la posibilidad de integrar la Lista de Patrimonio Mundial en Peligro.

No hay que olvidar que la región de Cuzco, donde se encuentra ubicado Machu Picchu tiene aún altos niveles de pobreza principalmente concentrados en el ámbito rural. Los campesinos quechuas que viven en las altas montañas sufren una larga tradición de pobreza y marginación. Además la región enfrenta serios problemas de desarrollo en temas de salud y educación. No se trata de un caso excepcional en el mundo del turismo sino, más bien, una situación que se repite en países en desarrollo principalmente en América Latina.

El objetivo de este artículo es discutir la relación entre turismo y la gestión de los lugares que llevan el sello de la UNESCO como Patrimonio de la Humanidad a partir del caso de Machu Picchu. Se analiza su gestión y los conflictos y problemas sociales que genera el desarrollo turístico bajo un enfoque de inclusión social y reducción de la pobreza teniendo en cuenta que el boom del turismo genera millones de ingresos para la región. En primer lugar, analizamos la noción de pobreza en el binario de la exclusión e inclusión social. Se analiza el turismo como una práctica social que busca el bienestar y la inclusión de las comunidades locales. Luego presentaremos el caso de Machu Picchu. Se analiza la gestión y modelo de desarrollo turístico y sus consecuencias sociales. Finalmente presentamos las conclusiones.

2 La pobreza en el binario exclusión/inclusión social

La lucha contra la pobreza se ha convertido en uno de los principales retos del siglo XXI a nivel internacional principalmente en América Latina, una región donde se manifiestan los más altos índices de desigualdad social, es decir donde el gap entre las clases altas y populares es el más marcado. En el Perú, como en la mayoría de países latinoamericanos, se caracteriza por la vulnerabilidad sustancial de la población que también afecta a la creciente clase media (BID, 2015).

Actualmente la pobreza es analizada como un fenómeno multidimensional y ya no únicamente basada en un enfoque puramente económico sino que incluyen aspectos sociales vinculados al desarrollo humano (Ver ALKIRE, 2010). Según Vásquez *et al.* (2004) una de las dimensiones para entender el fenómeno de la pobreza es a través del concepto de *exclusión social*, que la definen como “una ruptura” del

individuo con la sociedad. De manera similar, Valdivia *et al.* (2007, p. 604) definen la exclusión social como “un conjunto de mecanismos estructurales que impiden a ciertos grupos sociales participar plenamente en las esferas económica, social, política y cultural de la sociedad”. Sen (2007) también considera el concepto de exclusión social muy útil y versátil porque nos podemos interesar al mismo tiempo tanto por la exclusión política y civil como por las económicas y sociales. Sin embargo, Sen (2007) advierte que la noción de exclusión no está libre de coste y muchas situaciones relacionadas con las privaciones son el resultado de una inclusión en condiciones de desigualdad: “Esto es especialmente cierto en el caso de la noción marxista de “explotación”, en la cual el problema consiste en que al trabajador se le “incluye” de manera tajante en una relación de producción en la cual recibe menos de lo que le corresponde” (SEN, 2007, p. 28).

Ahora bien, en el Perú como en muchos países latinoamericanos hay una larga tradición de desigualdad, racismo y exclusión de la población indígena y afrodescendiente (BUVINIC, 2004; VALDIVIA, 2007) que, según De Ferranti *et al.* (2004, p. 1) tiene sus raíces en el pasado colonial que aun predominan en las instituciones contemporáneas y, “que han sobrevivido a los diferentes regímenes políticos y económicos, desde estrategias intervencionistas y de sustitución de las importaciones hasta políticas más orientadas a los mercados”.

En el Perú, la exclusión social tienen características particulares, tal como lo señalan las investigaciones realizadas por Roca Rey y Rojas (2002) y Valdivia *et al.* (2007). Por ejemplo, Roca Rey y Rojas concluyen que los grupos que presentan altos índices de exclusión a nivel nacional son las personas que viven en la sierra y las personas con lengua materna diferente al castellano (quechua, aymara y otras lenguas nativas). Esta exclusión se da principalmente en el consumo de servicios básicos de educación y salud. Asimismo, la exclusión está asociada también a la desigual presencia del Estado en el territorio nacional. Por lo tanto, los más ricos siguen siendo los únicos que aprovechan las oportunidades para seguir obteniendo mayores beneficios. Esta situación va a influir en los ingresos futuros y en los índices de pobreza.

Efectivamente, tal como afirma Cotler (2014, p. 18) el Perú es uno de los países más desiguales de América Latina no sólo en términos económicos, sino también en términos sociales, étnico-culturales y regionales. Ello ha ocasionado constantes enfrentamientos políticos que provocan la inestabilidad institucional del país. Como señala Ocampo (2004, p. 37) “los conceptos de exclusión e inclusión ponen énfasis en cómo distribuir más equitativamente los beneficios del desarrollo” En ese sentido, De Althaus, (2007) señala el papel excluyente del Estado: el Estado no ha cumplido su

papel de fomentar la inclusión social en el Perú. Por el contrario, ha sido ineficaz en la distribución de la riqueza y en otros aspectos como la legislación laboral que impide, por su elevado costo para las empresas, que un mayor número de empresas y trabajadores sin derechos puedan formalizarse.

Ante esta situación, durante las dos últimas décadas los gobiernos han demostrado un mayor interés en plantear políticas de inclusión social y atender las demandas sociales. Teniendo en cuenta el crecimiento de la economía peruana entre 2004 y 2016 que permitió reducir la pobreza drásticamente de 56% en 2005 a 21% en 2016. Sin embargo, la pobreza se concentra principalmente en el ámbito rural con niveles inaceptablemente elevados en comparación con la pobreza urbana (TRIVELLI; URRUTIA, 2018).

Por consiguiente, la inclusión social se presenta como un instrumento para abordar los problemas sociales acuciantes y desigualdades históricas en América Latina que los paradigmas del desarrollo no han logrado solucionar (BAUVINIC, 2004). En el Perú, durante el gobierno de Ollanta Humala (2011-2016) se promovió la inclusión social en todos los niveles de gobierno, para ello se crearon políticas y programas sociales con la finalidad de lograr que el crecimiento económico incremente la calidad de vida de las personas que sufren pobreza, es decir la inclusión de los pobres en los diferentes aspectos de la vida económica y social.

En este contexto, la industria turística ha sido considerada como un sector económico con enormes posibilidades para el progreso socioeconómico, capaz de contribuir a la inclusión social, reducción de la pobreza y generar empleo debido al rápido crecimiento del turismo internacional en los últimos años (STEEL, 2008). Este discurso ha sido proclamado por los organismos internacionales como la Organización Mundial de Turismo. Generalmente, la hipótesis que preside a ese razonamiento es la de la alta demanda mundial de espacios turísticos. Esa demanda ejerce una gran presión sobre cierto tipo de espacios donde la naturaleza es muchas veces privilegiada.

Ahora bien, los espacios naturales se encuentran en muchas regiones donde no se ha dado un desarrollo industrial muy elevado o simplemente donde no han existido condiciones de desarrollo socioeconómico capaces de haberlas transformado. Por lo tanto, como lo indican Ashley *et al.* (2000), el turismo tiene múltiples ventajas para las zonas pobres, debido a que representa una oportunidad importante para las economías locales donde el consumidor llega al destino proporcionando la opción de vender bienes y servicios adicionales. Además las áreas remotas atraen a los turistas debido a su alto valor cultural, naturaleza y paisajes (ASHLEY *et al.*, 2000, p. 1, traducción propia).

Durante el gobierno de Alejandro Toledo (2001-2006) se sentaron las bases del Plan Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR), uno de los planes más importantes realizados en el Perú sobre el desarrollo regional y ordenamiento turístico bajo la supervisión del MINCETUR.¹ Además, representa la voluntad política de reconocer el turismo como una actividad prioritaria para el desarrollo del país. Su principal objetivo es dirigir y promover el desarrollo competitivo de la actividad turística del Perú, con políticas orientadas hacia el desarrollo sostenible, la lucha contra la pobreza y la inclusión social: “Las modalidades, productos turísticos y formas de gestión del turismo que promuevan la incorporación económica, social, política y cultural de los grupos sociales excluidos y vulnerables son considerados prioritarios” (MINCETUR, 2008, p. 12). De esta manera, el Estado promueve la actividad turística como medio para alcanzar el desarrollo socioeconómico con la participación e inclusión de la comunidad local.

3 El caso de Machu Picchu

3.1 Machu Picchu: Patrimonio Mundial

Machu Picchu es considerada la joya arquitectónica de los incas y uno de los lugares más espectaculares de América del Sur. Su construcción se le atribuye a la época del Inca Pachacuti probablemente a mediados o hacia fines del siglo XV pero no en fechas muy lejanas a la llegada de los españoles a la ciudad de Cuzco. El nombre del Inca Pachacuti va siempre asociado con el desarrollo y expansión de la presencia incaica en todos los Andes. Como señala Valcárcel (2009, p. 79) Pachacuti “fue el gran Inca restaurador de la metrópoli, el rey de las construcciones, él mismo un gran arquitecto, quien seguramente proyectó toda la edificación que debía realizarse en el valle de Tambo, que se lo había adjudicado, pasando a formar parte de su recámara”.

Machu Picchu fue “descubierto científicamente” por el explorador norteamericano Hiram Bingham en 1911 aunque este lugar ya era conocido por los pobladores de la zona, pues fue Melchor Arteaga, un campesino de la zona que condujo a Bingham hasta las ruinas de Machu Picchu. Bingham era profesor de Historia Latinoamericana de la Universidad de Yale y cree haber descubierto la mítica Vilcabamba, considerado “el último refugio de los incas rebeldes” donde se presumía se habían refugiado en 1537. Y lanza la hipótesis de la “ciudad perdida de los incas”, la cual obtuvo repercusión internacional, consiguiendo que tanto la Universidad de Yale

¹ El MINCETUR convocó a los principales actores del sector público y privado, el ámbito académico y científico que desempeñan un rol importante en la actividad turística nacional para establecer de manera coordinada las bases del Plan, además contó con el apoyo de la consultora Ecogoals Consulting Management y el apoyo financiero del Banco Interamericano de Desarrollo.

como la *National Geographic Society* se interesaran de inmediato por sus hallazgos (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2018).

Sin embargo, las investigaciones del historiador Edmundo Guillen en la década de 1970 permitieron descartar las afirmaciones de Bingham. Durante el asedio español lo que quedaba de la clase dirigente incaica vivió y ocupó una zona más adentro y más profunda, conocida hoy día con el nombre de Espíritu Pampa donde vivían junto con los frailes agustinos, quienes heredaron los terrenos de la zona de Machu Picchu en el siglo XVI y que conocían estos paisajes y construcciones (URBANO, 2005). Los nuevos hallazgos apuntan a que Machu Picchu fue una de las haciendas reales del Inca Pachacuti, donde pasaba el tiempo libre que sus continuas batallas le permitían (National Geographic, 2018). Valcárcel considera que Machu Picchu fue un centro dedicado a la meditación y contemplación religiosa y concede a Bingham el mérito de haber difundido su existencia hasta convertirse en símbolo mundial de la capacidad humana para crear obras excepcionales (FLORES OCHOA, 2009, p. 21).

Machu Picchu está enclavado en un majestuoso escenario natural de incomparable belleza entre las montañas andinas y la selva amazónica que le sirve de marco natural. Machu Picchu se ubica en la provincia de Urubamba, distrito de Machu Picchu, a una altitud de 2.350 m. sobre el nivel del mar. La ciudadela inca alberga casi 200 sitios arqueológicos, un conjunto arquitectónico armónico y cuidado que incluye andenes, centros ceremoniales, senderos, canales muy bien adaptados al espacio y al entorno. Las construcciones han sido levantadas sobre la superficie angosta y desnivelada de una colina bordeada por los precipicios del imponente cañón del río Urubamba. Sus murallas y rampas gigantescas dan la impresión de haber sido esculpidas en las escarpaduras de la roca.

El Santuario Histórico de Machu Picchu es un área protegida por el Gobierno peruano creada en 1981, que abarca una superficie de 32,592 hectáreas. El objetivo no es sólo proteger la ciudadela incaica de Machu Picchu y un conjunto de grupos arqueológicos enlazados por el Camino Inca, sino también, conservar el espectacular entorno paisajístico en medio de un bosque tropical de montaña de gran valor ecológico, agrícola y cultural. Este espacio es hábitat natural de importantes especies de flora y fauna. Los bosques de Machu Picchu albergan a centenares de especies de aves como el gallito de las rocas, considerada el ave nacional del Perú. El oso andino, en peligro de extinción por la destrucción de su habitat. Una variedad de especies florales en las que destaca más de 250 variedades de orquídeas que hacen del Santuario de Machu Picchu un enorme jardín botánico (WUST, 2003). Estos valores culturales y naturales fueron reconocidos oficialmente por la UNESCO como Patrimonio Mundial de la Humanidad como testimonio único de la civilización inca y

un ejemplo sobresaliente de la interacción del hombre con su ambiente natural (UNESCO, 1999). Por lo tanto, Machu Picchu pertenece no sólo a los peruanos sino a la humanidad, y eso nos hace responsables de su conservación y protección.

3.2 Machu Picchu icono turístico, místico y sagrado

La designación de Machu Picchu como Patrimonio Mundial de UNESCO ha favorecido el desarrollo del turismo internacional y se impuso como icono turístico e imagen del Perú a nivel internacional.

No olvidemos que la presencia de Cuzco y Machu Picchu en el mapa del turismo receptivo posee un siglo de publicidad por el interés que despertaron sus ruinas a inicios del siglo XX. Aunque, luego de su descubrimiento tardó mucho en atraer la atención del público en general y del extranjero en particular. Pero coincidió esa proyección con la construcción de la vía férrea que simultáneamente conectaba al sur andino con la gran expansión del puerto de Buenos Aires. La vía férrea facilitó el acceso al Cuzco y a sus bienes patrimoniales. En otras palabras, el gran desarrollo capitalista e industrial de Estados Unidos recibía la noticia de un imperio perdido en Machu Picchu y el puerto del Atlántico de América del Sur más importante, Buenos Aires, acogía por vía férrea los productos agrícolas de La Convención y Lares (Cuzco) y las fantasías históricas de los intelectuales cuzqueños y rioplatenses sobre los incas y otros pueblos andinos prehispánicos. Lo quieran o no, este es el primer acto de *marketing* de Cuzco y de Machu Picchu en los mercados capitalistas de la época, Estados Unidos y Argentina. Todo ello acaeció en los primeros decenios del siglo XX. Y fue tal el impacto de esos hechos que definieron lo que sería durante todo el siglo hasta hoy la principal ruta turística del Perú. Los símbolos inventados en ese entonces se perpetúan en reediciones de folletos, de libros de inicios del siglo pasado y en la palabra viva de los guías turísticos de Cuzco y Machu Picchu. Esos hechos transformaron completamente el paisaje turístico de Cuzco (FIGUEROA, 2018).

En efecto, Cuzco ha hecho un gran esfuerzo para llamar la atención de la mirada turística para sus riquezas patrimoniales. La Semana del Cuzco, cuyos comienzos se celebraron en los años 1940, con un claro objetivo de atracción turística, sigue aún, hoy en día atrayendo miles de turistas nacionales e internacionales. Hoy día es notorio que el punto focal de las prácticas turísticas en Cuzco lleven el sello de Machu Picchu.

Sin embargo, fueron los años 1960 que sirvieron de punto de partida para la expansión de Machu Picchu como lugar emblemático y símbolo de la identidad peruana. La inversión destinada a impulsar la actividad turística en el Perú por parte del Estado se realizó a través del Plan COPESCO durante la década de 1960 y 1970 con el apoyo técnico y financiero de la UNESCO, el BID, el Programa de las Naciones Unidas

para el Desarrollo (PNUD) y el Banco Interamericano de Reconstrucción y Fomento (BIRF), en la zona sur andina, específicamente en las regiones de Cuzco y Puno con el objetivo de implementar un plan de desarrollo turístico en una zona que alberga la mayor herencia inca y colonial. Esta inversión benefició a la región pues se logró restaurar y poner en valor los monumentos arquitectónicos así como su acondicionamiento para la visita turística. También se invirtió en infraestructura básica de agua, electrificación y carreteras. Por lo tanto, la ciudad del Cuzco, capital del Departamento del mismo nombre, se convirtió en el centro de operaciones y organización de toda la actividad turística de la región, pues allí se concentran los principales servicios e infraestructura turística (hoteles, restaurantes, agencias de viajes, etc.) y constituye el punto de entrada y salida del destino.

No obstante, el boom del turismo en el Perú comienza en la década de 1990 durante el gobierno de Alberto Fujimori quien estableció un modelo neoliberal basado en una mayor libertad y apertura económica, y la privatización de la mayor parte de las empresas estatales con el objetivo de atraer inversiones de capital extranjero y estabilizar la economía nacional, luego de años de recesión económica (DE ALTHAUS, 2007; GONZÁLEZ VELARDE, 2019). En el caso del sector turismo, la llegada de visitantes extranjeros se empezó a recuperar a partir de 1994 y la política del gobierno se centró en la promoción del turismo internacional dejando la inversión de la infraestructura turística a cargo del sector privado, una estrategia que se mantiene hasta hoy. Sin embargo, tal como sugiere Desforges (2001) el modelo turístico planteado por el Estado plantea serias dudas sobre su real efectividad.

Evidentemente, la llegada de turistas extranjeros a la región de Cuzco se incrementó notablemente en los últimos dos décadas. Luego de un periodo difícil durante la década de 1980, cuando el Perú estaba sumergido en una crisis económica y social causada por la violencia terrorista que afectaba principalmente la zona sur andina. En efecto, según datos de BADATUR, el Santuario Histórico de Machu Picchu durante el régimen de Fujimori pasó de recibir 72.867 turistas extranjeros en 1990 a 294.437 en 2001. Actualmente, según MINCETUR, Machu Picchu soporta una presión turística total de 1,492.32 visitantes (datos de 2018).

Todo ello contribuyó a la rápida transformación de Cuzco y la región en un destino turístico mundialmente conocido. El crecimiento de la infraestructura turística, los hoteles de lujo, restaurantes de comida internacional y al reconocimiento del valle del Cuzco (Valle Sagrado) como eje entre la ciudad del Cuzco y Machu Picchu, donde en los últimos años, se desarrollaron numerosos proyectos hoteleros, que albergan una población muy dinámica y activa en lo que se refiere a la agricultura y en la última década a las actividades turísticas y artesanales.

El desplazamiento de la mirada turística de Cuzco hacia Machu Picchu generó todo un nuevo discurso sobre el sitio arqueológico, basado en falsedades históricas, donde proliferan las más extrañas y ridículas opiniones tanto para explicar la existencia del lugar como de su uso por los incas. Tal como señala Flores Ochoa (2009, p. 20) “Machu Picchu no ha estado ajeno a una variedad de interpretaciones desde las más serias y meditadas y producto de prolongados estudios, hasta las que lindan con la fantasía y la imaginación, que confunden a visitantes no bien informados”. Debido a la escasa información o testimonio sobre su origen y al aura persistente de “misterio” hace de Machu Picchu una insignia ideal para presentarlo como un producto turístico que encaja dentro de lo mágico y místico (SHULLENBERGER, 2008).

3.3 La gestión en Machu Picchu y su problemática social

Actualmente Machu Picchu enfrenta preocupantes problemas de gestión que ponen en riesgo su conservación y que impiden ser considerado como un modelo de desarrollo turístico. Sin duda, la presión turística que soporta anualmente y su sobreexposición mediática desde hace un siglo como icono turístico mundial amenaza su entorno físico y autenticidad cultural.

Gestión institucional

Uno de los principales desafíos de la gestión de Machu Picchu es el manejo del turismo de masas. Por lo tanto, el debate y la controversia gira en torno a la capacidad de carga del lugar, la gestión de visitantes, es decir, de buscar el equilibrio entre el número de visitantes y la conservación sostenible del monumento. Desde 1998 (cuando se realizó el primer plan maestro) se han realizado estudios y advertencias sobre la capacidad de carga de Machu Picchu. De hecho, el Plan Maestro reformulado en 2005 colocaba cifras máximas de admisión de visitantes bajo supuestos poco rigurosos. En efecto, se establece como capacidad de carga el ingreso máximo de 2.500 personas por día a la ciudadela de Machu Picchu y en el Camino Inca 500 personas. Sin embargo, estas medidas no se han cumplido en la realidad. En primer lugar, porque el mismo Estado a través de PromPerú continuaba con campañas agresivas de promoción turística de Machu Picchu a nivel internacional. Segundo, a la falta de un control efectivo en el ingreso de visitantes, principalmente en temporada alta (abril a octubre) y por último a la presión de los empresarios turísticos y turoperadores que dominan el mercado turístico. Incluso, el representante de los empresarios y presidente de la Cámara de Turismo de Cuzco, Roger Valencia, manifestó que era absolutamente factible duplicar el límite de visitas diarias de 2.500 a 5.000 para generar mayores ingresos económicos (El Comercio, 4 de julio 2014). Ante

esta situación, la Dirección Regional de Cultura de Cuzco incrementó la capacidad de visitas a 3,330 al día como medida temporal. Estas medidas generaron reacciones en contra de muchos expertos en gestión cultural por atentar contra el patrimonio (CONTRALORÍA GENERAL..., 2012).

Ahora bien, la gestión de Machu Picchu es caótica porque intervienen múltiples organismos desde locales hasta internacionales que tienen intereses muy diferentes desde la conservación hasta su utilización y la comercialización de la cultura inca (Larson y Poudyal, 2012). Un reflejo de esta situación es la creación de la Unidad de Gestión de Machu Picchu (UGM), una de las iniciativas del Plan Maestro de 1998, con el objetivo de lograr una gestión integral del santuario y aplicar las estrategias de los planes de gestión. La UGM lo integran varios representantes de instituciones del Estado: el Ministerio de Cultura, Ministerio del Ambiente, Ministerio de Comercio Exterior y Turismo (MINCETUR), el Gobierno Regional de Cuzco y la Municipalidad distrital de Machu Picchu. Sin embargo, la participación de diversos ministerios y diferentes niveles de gobierno sigue siendo una tarea compleja justamente por los intereses en la repartición de los ingresos provenientes del turismo. Para tener una idea, en el 2013 la actividad turística en Machu Picchu generó alrededor de US\$ 500 millones, de los cuales, unos US\$ 37 millones corresponden al Boleto Turístico para acceder a la ciudadela (El Comercio, 4 de julio 2014). La entidad encargada de administrar los ingresos a Machu Picchu es la Dirección Regional Desconcentrada de Cultura Cusco (del Ministerio de Cultura) en su condición de administrador del Patrimonio Cultural de la Nación y utiliza estos fondos para el cumplimiento de sus funciones a nivel nacional. Según la Ley n. 28.100. *Ley que Establece la Distribución del Derecho por Ingreso al Parque Arqueológico de Machu Picchu*, solo el 10% de la recaudación es destinado a la Municipalidad Distrital de Machu Picchu con el propósito de cuidar las zonas arqueológicas y mejorar las instalaciones de acogida a los visitantes.

Por lo tanto, el problema de gestión de Machu Picchu es consecuencia de la falta de planificación y débil gestión por parte de los organismo del Estado. Por ejemplo, El primer Plan Maestro del Santuario de Machu Picchu de 1998 fue elaborado durante el Gobierno del Presidente Alberto Fujimori justamente porque la UNESCO comenzó a alertar de los riesgos y peligros al que estaba expuesto Machu Picchu. Este documento se centró más en el desarrollo turístico que en la conservación del patrimonio. Tal como afirma Martorell (2004) este documento presenta muchos vacíos y contradicciones y en vez de ser un instrumento eficaz de gestión fue realizado principalmente por cumplir una formalidad y exigencia de la UNESCO. Posteriormente

hubo una reformulación de este plan para el 2005 que busca corregir y rectificar las graves descoordinaciones y vacíos en cuanto a la gestión del Santuario:

El sustento del Plan Maestro era la conservación del Santuario, aunque dio un mayor impulso al incremento del uso turístico y su gestión privada. Sus columnas vertebrales eran el mayor uso turístico (ampliación del hotel, iluminación nocturna, visitas las 24 horas, etc.). El incremento de facilidades de acceso (teleférico, etc.); y la administración privada de equipamientos incluida la concesión de Caminos del Inca y el ferrocarril se pretendía transformar el SHMP en un lugar de atracción global para el turismo mundial con acceso sobresaturado, lo que ha ido afectando irremediablemente su carácter de lugar sagrado e icono de identidad socio cultural, regional y nacional (INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA, 2005, p. 3).

El nuevo Plan Maestro de Machu Picchu 2016-2020 plantea una nueva visión de gestión basada en la declaratoria de Patrimonio Mundial destacando su significancia como obra notable de la humanidad, su autenticidad e integridad. Este nuevo plan propone algunas cuestiones interesantes en relación al ordenamiento de la actividad turística: se ha fijado una nueva capacidad de carga de la ciudadela inca en 5,940 turistas al día que podrán ingresar a la ciudadela en tres turnos. Regular el acceso de la zona oeste (amazónico) por el kilómetro 122 de la vía férrea que une la ciudad del Cuzco con Machu Picchu. La gestión participativa, inclusiva y activa de las poblaciones locales de Machu Picchu para reducir los conflictos sociales y la propuesta de la construcción de un centro de interpretación e información para visitantes que permitirá ordenar el flujo turístico que ingresa a Machu Picchu hacia el 2021 (MINISTERIO DE CULTURA, 2016).

Crecimiento urbano caótico

Uno de los graves problemas que enfrenta Machu Picchu es la carencia de planificación urbana que se manifiesta en el crecimiento desordenado y caótico de Aguas Calientes, reconocido oficialmente como Machu Picchu Pueblo con el nivel de una municipalidad distrital (creado el 1 de octubre de 1941). Ubicado a los pies de la ciudadela de Machu Picchu en el kilómetro 110 de la vía férrea Cuzco-Quillabamba.

Se trata de una zona muy peligrosa porque invade el cauce del río Urubamba y es zona de aludes y huaycos durante la temporada de lluvias. En este lugar hay varios servicios destinados a atender a los visitantes: tiendas, restaurantes y alojamientos. Muchas de las construcciones son precarias y algunos edificios de varios pisos sin ningún criterio paisajístico y ambiental. Varios estudios y organismos advirtieron este problema. Según comenta Edgar Miranda, alcalde de Machu Picchu (2007-2010) en una entrevista en el Diario El Comercio: “El Programa Machu Picchu y el INRENA en el

2000 recomendaron reubicar parte del pueblo y detener el crecimiento poblacional, que entonces era de 3.500 habitantes. Hoy 5.000 personas viven allí, reubicarlas es imposible” (EL COMERCIO, 31 de enero 2010).

La población que vive en Aguas Calientes procede de distintas zonas de la sierra andina y viven directa o indirectamente del flujo turístico que visita Machu Picchu diariamente. Hoy en día este pueblo ha desarrollado una infraestructura hotelera en todos los niveles.

Machu Picchu Pueblo cuenta con energía eléctrica, agua entubada, red telefónica, alcantarillado y limpieza pública. Sin embargo, la expansión urbana desordenada y a la falta de una política de ordenamiento territorial inciden negativamente en la gestión de dichos servicios (GIRAUD *et al.*, 2005).

Contaminación y entorno frágil

Como se mencionó anteriormente el espacio que ocupa El Santuario Histórico de Machu Picchu es sumamente frágil y de gran valor ecológico y cultural. Según el Ministerio de Cultura los riesgos y amenazas del SHMP son los siguientes:

Agentes naturales: 1. Machu Picchu se ubica en el piso ecológico de ceja de selva, las constantes lluvias de la zona hacen que la vegetación crezca con mucha rapidez, y al ser cortados crecen o retoñan más fuertes. 2. Para preservar limpio el monumento, el personal del sitio arqueológico tiene que eliminar constantemente la vegetación en los diferentes sectores y con mayor incidencia en las áreas abiertas y los andenes. Dicho trabajo se efectúa al menos tres veces al año.

3. Las continuas lluvias deterioran las cubiertas de los muros, infiltrándose por el mortero y debilitando el aglutinante para filtrarse en la estructura misma de los muros, lo que ocasiona el colapso de los mismos, ya sea en el paramento interior, en el exterior o en la estructura de los muros en general.

Agentes humanos: La presencia de turistas en exceso, sobrepasando la capacidad de carga del monumento, y la falta de señalización adecuada para el desplazamiento de los visitantes, origina que muchos recintos aún no intervenidos por arqueólogos y conservadores, corran el riesgo de deteriorarse.

Añádase, a todos los riesgos y amenazas que hemos señalado, el problema de la contaminación de los ríos y residuos sólidos generada por el aumento del turismo. Según el informe de la Contraloría General de la República del 2012, en los últimos siete años, el distrito de Machu Picchu descarga las aguas residuales sin un tratamiento adecuado al cauce del río Vilcanota y Aguas Calientes. Según Martorell (2004) No existe un sistema de coordinación entre las autoridades involucradas, en especial las jurisdicciones locales (municipalidades distritales), intermedias

(municipalidades provinciales) y otras autoridades (Direcciones regionales) para un plan conjunto de prevención de la contaminación.

Recientemente se están implementando un sistema de reciclaje a través de una planta de tratamiento de residuos orgánicos que permitirá procesar las toneladas de desechos diarios producidos por el turismo. Sin embargo, Ernesto Escalante, jefe del Santuario Histórico de Machu Picchu, reconoce que la gestión no es una tarea fácil, pues “el pueblo está en un lugar donde las condiciones no son las óptimas para tener toda la infraestructura que se requiere” (EL COMERCIO, 7 de julio 2017).

Turismo e inclusión social

Si bien, actualmente una de las prioridades del Estado peruano es incluir a las poblaciones locales en los programas de planificación de la actividad turística aún su real participación es mínima. El desarrollo turístico en Machu Picchu ha generado una serie de conflictos sociales entre la población rural pobre del distrito de Machu Picchu y la generación de riqueza de la actividad turística concentrada en una élite empresarial que domina el mercado. Pues, en el sector rural del distrito de Machu Picchu viven unas 250 familias distribuidas en decenas de centros poblados que experimentan profundas privaciones. A diferencia del sector urbano (Machu Picchu Pueblo), el sector rural no se beneficia de servicios básicos como agua, desagüe y electricidad. Mientras que, en el área urbana el turismo es la principal actividad económica, en la zona rural, la agricultura es la principal fuente de subsistencia (GIRAUD *et al.*, 2005).

Estos conflictos se generan principalmente por el monopolio de la empresa ferroviaria PeruRail propiedad de la empresa británica *Orient Express Hotels* que mantiene el monopolio del transporte en todo el Valle Sagrado y que transporta a los turistas desde la ciudad de Cuzco a Machu Picchu. Se puede apreciar que el grupo Orient-Express tiene un peso económico importante en la región Cuzco. De hecho, es también propietario del *Santuary Lodge*, el único hotel que se ubica a la entrada de la Ciudadela de Machu Picchu y del Hotel Monasterio en Cuzco, ambos hoteles de cinco estrellas. Ello genera críticas y conflictos por parte de la población local, de los portadores y de las agencias de viajes que denuncian el abuso de su dominio monopólico (GIRAUD *et al.*, 2005). Asimismo, la investigación de Arellano (2011) pone en evidencia la situación en la que trabajan los portadores del Camino Inca, generalmente campesinos quechuas que trabajan en condiciones de informalidad y explotados por la industria turística. Larson y Poudyal (2012) resaltan el efecto devastador de las fugas de los ingresos generados por el turismo en muchos destinos de los Andes; en muchos casos, más del 90% de los ingresos brutos del turismo nunca

llegan a la comunidad local. Aunque los operadores turísticos promuevan un turismo sostenible y la mejora y bienestar de la población local, rara vez, es su objetivo principal.

4 Conclusión

Machu Picchu abarca un espacio emblemático que a nivel nacional e internacional se impuso como símbolo para todas las prácticas turísticas peruanas. Machu Picchu debe su abertura internacional a la *National Geographic* y a Hiram Bingham que difundió en esas páginas sus investigaciones en la zona de Machu Picchu a inicios del siglo XX. En una palabra, el lenguaje o discurso que sirvió a Hiram Bingham para hablar de la *Ciudad perdida de los incas* es lo que indirectamente articuló un discurso acerca de ese espacio o eje geográfico y cultural que cubre con su sombrero hasta nuestros días, las actividades turísticas en Cuzco y en el Valle Sagrado. Bingham así como viajeros y exploradores fueron creando un discurso fantasioso sobre ese espacio. Pero, lo cierto es que de ahí derivaron los grandes símbolos turísticos del eje Cuzco-Machu Picchu. El arqueólogo Julio C. Tello diseñó con exactitud el popular Camino Inca, recorrido cada año por miles de turistas.

La inscripción de Machu Picchu en la lista del Patrimonio Mundial ha significado una mayor fama y popularidad para el sitio logrando el incremento espectacular del número de visitantes nacionales e internacionales. Por un lado, el turismo constituye una oportunidad en términos de atraer recursos económicos para su mantenimiento y disfrute de los visitantes y locales y por otro lado representa una amenaza para la conservación de un entorno de suma fragilidad.

El boom turístico en Machu Picchu genera conflictos sociales y tensiones entre los visitantes y locales debido a la sobreexplotación y mercantilización de la cultura y el patrimonio. Todo ello sumados a la pobreza y profundas privaciones que experimentan las poblaciones locales.

Existe un conflicto de intereses y criterios entre las autoridades e instituciones responsables de la gestión de Machu Picchu entre quienes defienden la conservación del patrimonio y aquello que priorizan maximizar los ingresos económicos. Esto se refleja en la falta de un estudio serio de la capacidad de carga que puede soportar el lugar.

Los planes maestros y de uso no han logrado solucionar los conflictos sociales básicamente porque no se ha tomado en cuenta el papel fundamental de la comunidad local en la conservación del patrimonio. Pues es el poblador local quien deberían ser el principal beneficiario de la “utilización” del patrimonio. Por lo tanto, el

complejo arqueológico de Machu Picchu no pertenece a los locales ni tampoco a las poblaciones del sur andino. En todo caso Machu Picchu es el Patrimonio Mundial de una élite empresarial, quienes se encargan de su comercialización como objeto de contemplación para el turismo internacional apropiándose del patrimonio sin asumir la responsabilidad del bienestar general de su región o comunidad.

Referências

- ALKIRE, S. **Human Development Research Paper 2010/0**. United Nations Development Programme. 2010. Disponible en: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdrp_2010_11.pdf. Acceso em: 3 dez. 2018.
- Arellano, A. Tourism in poor regions and social inclusion: the porters of the Inca Trail to Machu Picchu. **World Leisure Journal**, v. 53, n. 2, p. 104-118, 2011.
- ASHLEY, C.; BOYD, C.; GOODWIN, H. Pro-Poor Tourism: Putting Poverty at the Heart of the Tourism Agenda”, **Natural Resource Perspectives**, n. 51, p. 1-6, 2000.
- BID-Banco Interamericano de Desarrollo. Pobreza, vulnerabilidad y la clase media en América Latina. **Documento de Trabajo**, BID, n. 591, 2015.
- BUVINIC', M. Introduction: Social inclusion in Latin America. In: BUVINIC', M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (ed.). **Social inclusion and economic development in Latin America**. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2004.
- CONTRALORÍA GENERAL de la República. Machu Picchu. No todo es maravilloso. **Control, Boletín Institucional**, año 4, n. 21, nov. 2012.
- COTLER, J. Las desigualdades en el Perú. Introducción. In: COTLER, J.; CUENCA, R. (ed.) **Las desigualdades en el Perú. Balances críticos**, Lima, IEP, 2004.
- DE ALTHAUS, J. **La revolución capitalista en el Perú**. Lima: Fondo de Cultura, Económica, 2007.
- DE FERRANTI, G. *et al.* **Desigualdad en América Latina y el Caribe: ¿ruptura con la historia?** Washington DC: World Bank, 2004.
- DESFORGES, L. State Tourism Institutions and Neo-liberal Development: A Case Study of Peru. **Tourism Geographies**, v. 2, n. 2, p. 177-192, 2000.
- DIRECCIÓN Desconcentrada de Cultura Cusco. **Visión estratégica para la nueva gestión de Machupicchu**. Documento de trabajo, Cusco: Ministerio de Cultura, 2016.
- EL COMERCIO (31 de enero 2010). Cusco en crisis: Machu Picchu requiere una decisión política para evitar desastre. **El Comercio**. Disponible en: <http://elcomercio.pe/peru/407843/noticia-cusco-crisis-machu-picchuirequieredecisionpolitica-prevenir-desastre>.
- EL COMERCIO (4 de julio 2014). Turismo en Machu Picchu generó cerca de US\$500 millones en 2013. **El Comercio**. Disponible en: <https://elcomercio.pe/economia/peru/turismo-machu-picchu-genero-cerca-us-500-millones-2013-173104-noticia/?ref=ecr>.
- EL COMERCIO (7 de julio 2017). Machu Picchu: retos y amenazas a 10 años de ser elegida una de las 7 nuevas maravillas. **El Comercio**. Disponible en: <https://elcomercio.pe/peru/cusco/machu-picchu-celebracion-planes-10-anos-elegido-7-maravillas-mundo-440374-noticia/?ref=ecr>.
- FIGUEROA PINEDO, J. R. Gestión turística y desarrollo sostenible en sitios Patrimonio de la Humanidad. Una mirada al caso de Machu Picchu (Cuzco-Perú). **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 4, n. 2, p. 265-283, 2018.

- FLORES OCHOA, J.A. Prólogo. En L. E. Válcárcel. **Machu Picchu, el más famoso monumento arqueológico del Perú**. Segunda edición. Lima: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- GIRAUD, C. *et al.* **Manejo de conflictos y recursos naturales en un área protegida: el ejemplo del SHM**. Centro Bartolomé de las Casas, Cusco, 2005.
- GONZÁLEZ VELARDE, F. **Desarrollo turístico neoliberal en territorios costeros frágiles: el caso de Máncora**. Perú, Colección Pasos edita, 24, Tenerife: PASOS, 2019.
- HAWKINS, D.; CHANG, B. Y WARNES, K. A comparison of the National Geographic Stewardship Scorecard Ratings by experts and stakeholders for selected World Heritage destinations. **Journal of Sustainable Tourism**, 17:1, 71-90, 2009.
- INC. Instituto Nacional de Cultura. **Plan Maestro del Santuario Histórico de Machu Picchu 2005-2015**. Cuzco: INC, INRENA, 2005.
- LARSON, L.R.; POUDYAL, N. Developing sustainable tourism through adaptive resource management: a case study of Machu Picchu, Peru. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 20, n. 7, p. 917-938, 2012.
- LEASK, A. World Heritage Site Designation. In: LEASK, A.; FYALL, A. **Managing World Heritage Site**. Burlington: Elsevier, 2006.
- MARTORELL CARREÑO, A. **Machu Picchu: Patrimonio cultural en peligro**. Lima: Editorial Malze, 2000.
- MARTORELL CARREÑO, A. **Análisis crítico del Plan Maestro de Machu Picchu (1998). Propuestas para una Planificación Proactiva en un Bien del Patrimonio Mundial Cultural y Natural**. Madrid, UAM, ICOMOS – Perú, 2004.
- MARTORELL CARREÑO, A. La Convención del Patrimonio Mundial en el mundo Globalizado. **Turismo y Patrimonio**, v. 10, p. 41-54, 2016.
- MINCETUR-Ministerio de Comercio Exterior y Turismo. Estadística. https://centrodeinformacion.mincetur.gob.pe/cinforeg/datos_turismo.htm. Acceso em: 2019.
- MINCETUR-Ministerio de Comercio Exterior y Turismo. **Plan Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR) 2008-2018**. Lima: MINCETUR, 2008.
- NATIONAL GEOGRAPHIC. Machu Picchu, colección Arqueología, Barcelona, National Geographic, 2018.
- OBSERVATORIO Turístico del Perú. **BADATUR estadísticas en línea**. Disponible en: <http://www.observatorioturisticodelperu.com>. Acceso em: abr. 2019.
- OCAMPO, J.A. Economic development and social inclusion. In: BUVINIC', M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (ed.). **Social inclusion and economic development in Latin America**. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2004.
- PROMPERÚ. **El vacacionista Extranjero en el Perú 2017**. Lima: PromPerú, 2017.
- ROCA REY, I.; ROJAS, B. Pobreza y exclusión social: una aproximación al caso peruano. **Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines. Pobreza y desigualdad en el área andina**, v. 31, n. 3, p. 699-724, 2002.
- SEN, A. K.; KLIKSBERG, B. **Primero la gente. Una mirada desde la ética del desarrollo a los principales problemas del mundo globalizado**. Barcelona: Ediciones Deusto, 2007.
- STEEL, G. **Vulnerable Careers, Tourism and livelihood dynamics among street vendors**. Cusco, Peru, Amsterdam: Rozenburg Publishers, 2008.
- SHULLENBERGER, G. That obscure object of desire: Machu Picchu as myth and commodity **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 17, n. 3, p. 317-333, 2008.

TRIVELLI, C.; URRURIA, C. Crecimiento y reducción de la pobreza. **Desigualdad y pobreza en un contexto de crecimiento económico**, Lima, IEP, 2008.

UNESCO. Report on the Mission to the Historic Sanctuary of Machu Picchu (Peru), *from 18-25 October 1989*. 1999. Disponible en: file:///C:/Users/usuario/Downloads/whc-99-conf208-inf7f.pdf. Acceso em: 10 mai. 2019.

URBANO, H. **Todo Machu Picchu**. Lima: Tierra Firme, 2005.

VALCÁRCEL, L.E. **Machu Picchu. El más famoso monumento arqueológico del Perú**. Lima, Fondo de Cultura Económica, 2009.

VALDIVIA, N.; BENAVIDES, M.; TORERO, M. Exclusión, identidad étnica y políticas de inclusión social en el Perú: el caso de la población indígena y la población afrodescendiente. **Investigación, políticas y desarrollo en el Perú**, Lima: GRADE, p. 603-655, 2007.

VÁSQUEZ HUAMÁN, E. *et al.* **Los desafíos de la lucha contra la pobreza extrema en el Perú**. Lima: Universidad del Pacífico, 2004.

WUST, W. **Machu Picchu y el esplendor de las selvas de montaña**. Lima: Ediciones Peisa, 2003. (Colección Santuarios Naturales del Perú).

Itinerários literário-culturais pela paisagem do Alto Douro Vinhateiro

Isilda Leitão*

Resumo: O Alto Douro Vinhateiro foi considerado *paisagem cultural de valor universal* pela Unesco em 2001. Este lugar tem sido fonte inspiradora para a Literatura e as Artes. Com este estudo, tomando por companhia alguns dos nossos mais importantes intelectuais contemporâneos, pretendemos viajar através desse espaço ficcional, a que não foram alheios muitos *viajantes cultos* que o cruzaram, contribuindo muitos deles para elevar esta região a património mundial. O presente artigo, baseado nestes distintos testemunhos, pretende fornecer conteúdos para a realização de itinerários turísticos, literário-culturais, de forma a dinamizar o turismo externo e interno. Em termos metodológicos, a investigação adoptará a metodologia qualitativa, nomeadamente a pesquisa documental (História, Literatura, Artes), que podem ser reexaminados com vista à descoberta de novos ou complementares sentidos e interpretações. Tomando como guia o rio Douro, iniciaremos este percurso com uma breve apresentação da região do Alto Douro Vinhateiro e razões da sua candidatura a património mundial. Seguidamente, teceremos algumas reflexões sobre a relação entre *paisagem*, Literatura, Artes e Turismo. Sumarizando algumas das iniciativas de promoção literária levadas a cabo desde o ano de atribuição desta classificação, apresentaremos alguns dos intelectuais dos séculos XIX a XXI, nacionais e estrangeiros, que nos poderão motivar, através das suas obras, a partir em demanda destas terras. Terminaremos com algumas considerações finais sobre a grande potencialidade de exploração turístico-cultural desta região. Acreditamos que os itinerários, focados em experiências literário-culturais, podem ser uma oportunidade para o desenvolvimento de uma região de turismo.

Palavras-chave: Alto Douro Vinhateiro. Itinerários. Paisagem. Turismo. Literatura. Artes.

Abstract: The Alto Douro Vinhateiro was considered a cultural landscape of universal value by UNESCO in 2001. This place has been an inspiring source for literature and the arts. With this study, taking company some of our most important contemporary intellectuals, we intend to travel through this fictional space, to which were not unrelated many cultured travelers who crossed it, contributing many of them to elevate this region to world heritage.

* Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril – Portugal; IELT – Universidade Nova de Lisboa. E-mail: isilda.leitão@eshte.pt

A autora do artigo não escreve de acordo com o novo acordo ortográfico português.

This article, based on these different testimonies, aims to provide content for the realization of tourist, literary and cultural itineraries, in order to boost external and internal tourism. In methodological terms, research will adopt the qualitative methodology, namely documentary research (History, Literature, Arts), which can be re-examined with a view to discovering new or complementary meanings and interpretations.

Taking as a guide the Douro River, we will start this route with a brief presentation of the Region of Alto Douro Vinhateiro and reasons for its application for world heritage. Next, we will make some reflections on the relationship between landscape, Literature, Arts and Tourism. Summarizing some of the literary promotion initiatives carried out since the year of attribution of this classification, we will present some of the intellectuals of the nineteenth to twenty one centuries, national and foreign, who can motivate us, through their works, to start in demand of these lands. We will end with some final considerations about the great potential of tourist-cultural exploration of this region. We believe that itineraries, focused on literary-cultural experiences, can be an opportunity for the development of a tourism region.

Keywords: Alto Douro Vinhateiro, Itineraries, Landscape, Tourism, Literature, Arts.

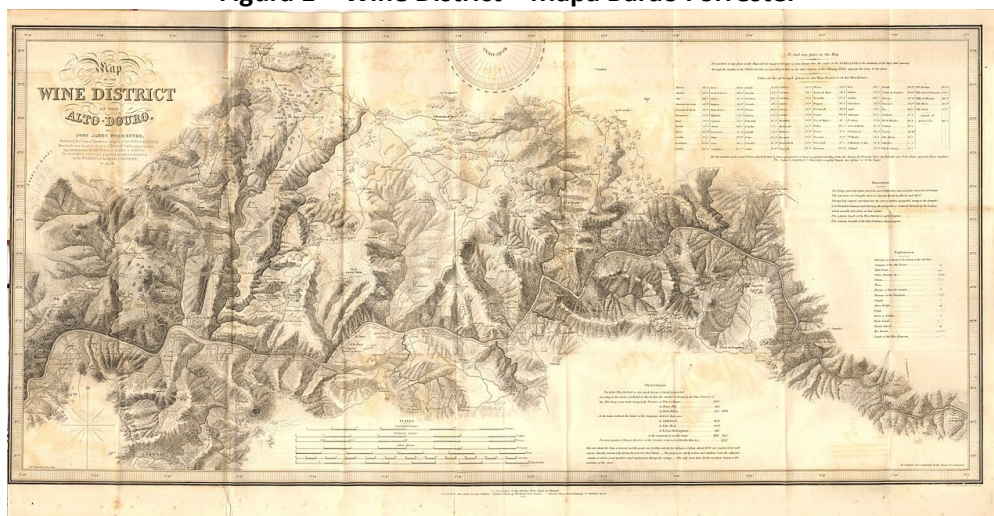
1 Introdução

Tal como os guias de viagem influenciam práticas espaciais específicas (de turismo), os planos de desenvolvimento turístico e subsequentes desenvolvimentos privilegiam certas práticas espaciais que resultam em formas específicas de ver a paisagem. (SARMENTO, 2004, p. 340)

Para a paisagem do Alto Douro Vinhateiro ser considerada património cultural e natural mundial, em 2001, parece evidente que terá obedecido aos critérios definidos pela UNESCO para tal, seja na constituição ecológica e biológica que lhe confere a sua beleza natural, seja na componente estética dos seus vinhedos,¹ enquadrados pela Demarcação Pombalina, *o primeiro modelo institucional mundial de organização e controlo de uma região vitícola* (BIANCHI DE AGUIAR, 2002), ou seja, é a mais antiga região vitícola regulamentada do mundo.

¹ A vinha foi cultivada no período da ocupação romana e, posteriormente, já no século XII, no período da Reconquista, pelos monges de Cister. A partir da segunda metade do século XVII, começa a produzir-se e a exportar-se para Inglaterra o famoso Vinho do Porto, exportação reforçada pelo tratado de Methuen, em 1703, celebrado entre Portugal e a Inglaterra, e pela Feitoria que os ingleses vão criar na cidade do Porto (zona da Foz do Douro) (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2009, *Roteiros Turísticos*, 2012).

Figura 1 – Wine District – Mapa Barão Forrester



Fonte: https://www.academia.edu/1925929/_Oporto_Wine_In_Maps_1843-1860_A_Cartografia_inglesa_do_Douro.

As primeiras demarcações ocorrem ainda no tempo do Marquês de Pombal (entre 1757 e 1761), seguidas, entre outras de carácter expansionista, pelas “demarcações marianas”, pela demarcação no reinado de D. Carlos (1907) e pela classificação de parcelas com vinha produzida por Álvaro Moreira da Fonseca (1932-1980), já no período do Estado Novo. A região classificada pela Unesco compreende treze concelhos: Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Alijó, Sabrosa, Murça, Carraceda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Lamego, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa.

Para além da antiguidade da demarcação da região vitícola, como elementos de distinção patrimonial, destacam-se igualmente os “terraços/socalcos” (muros tradicionalmente de xisto, mas actualmente com novas formas de armação de vinhas) e o “cruzamento de culturas” milenares, que vêm da Pré-História aos nossos dias. Como ressaltava já Orlando Ribeiro, na primeira edição (1968) de *Mediterrâneo, ambiente e tradição*:

O campo é então uma autêntica obra de engenharia rural, executada com os meios mais rudimentares, pois nas íngremes ladeiras nenhuma máquina pode manobrar e apenas o homem consegue remover e transportar pedras, cavar a terra a braço, fazer e acarretar a colheita. A mais impressionante destas construções é a vinha do Alto Douro, que produz um dos mais afamados vinhos do mundo; encostas cobertas de matagais, entressachadas de raras e pequenas povoações [...] onde apenas se fazia, em torno delas, uma pobre agricultura de subsistência, sofreram, a partir do século XVII, porventura a mais profunda transformação da paisagem agrária portuguesa [...] Numa área de xisto, que acompanha o curso do rio e a cujo solo as qualidades do vinho parecem confinadas, foram-se erguendo, à custa de

muito esforço, os murinhos destinados a sustentar os renques de vinha, que na região se chamam *geios*. No interior deles esmagou-se, com o alvião, a mesma rocha dos paredões, misturando os fragmentos com nateiros do rio e estrume trazido às costas pelos trabalhadores. Esta gigantesca socalcagem determinou um apelo de mão-de-obra sensível até além das fronteiras do país, pois galegos vieram adubar com o seu suor a terra da mais nobre das bebidas. Até 300 ou 400 metros, como num mapa escolar do relevo, a ondulação do solo está materializada por estas curvas de nível artificiais. Aí se criam as uvas com que se prepara, com os maiores cuidados e minúcias, o *vinho do Porto* (RIBEIRO, 2011, p. 63-64).

Bianchi de Aguiar (2002, p. 146-147) sintetiza outras justificações apresentadas para a candidatura que, fruto de um trabalho multidisciplinar, permitiram pôr em evidência o “carácter excepcional do Alto Douro Vinhateiro, no contexto de toda a bacia hidrográfica do Douro”². Salientam-se os seguintes aspectos:

Carácter único da relação do Homem com a Natureza, numa situação de escassez e adversidade dos elementos naturais – a água, o solo e as encostas íngremes; carácter sábio desta relação, resultado de um conhecimento profundo das culturas mediterrâneas e da sua adaptação à escassez e diversidade dos elementos naturais onde a vinha é a cultura por excelência em associação com a oliveira e a amendoeira. Exemplo significativo de uma paisagem ilustrativa de diversos períodos de história humana [...] modos de organização da vinha de diferentes épocas históricas que evoluíram em função do surgimento de novas tecnologias, mas mantendo uma forte identidade e reflectindo saberes, técnicas, costumes, rituais e crenças tradicionais das populações locais [...] (BIANCHI DE AGUIAR, 2002, p. 146).

Ressaltamos as diferentes dimensões que foram consideradas na justificação desta candidatura, pois também elas se encontram presentes nas obras literárias e artísticas que retrataram e retratam o Rio Douro, no geral, e esta região duriense, em particular,³ e que fazem deste um espaço associado a eventos relevantes da história e da cultura europeia e mundial.

² A área proposta compreende 24.600 hectares (representando dez por cento da região demarcada do Alto Douro, que engloba na totalidade 36.000 hectares de encosta íngreme e é considerada a mancha mais significativa da Europa, no que respeita a regiões vitícolas e de encosta, estendendo-se “ao longo das encostas do rio Douro e dos seus afluentes, em especial dos rios Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão” (BIANCHI DE AGUIAR, 2002, p. 146).

³ Vide o estudo de Pinto da Costa (1977), a propósito da comunidade local do Alto Douro, nas três primeiras décadas do século XX, que refere: as suas tradições usos e costumes; a sua religião oficial (católica) e marginal (comungando outras crenças, mitos e ritos da área do profano); o trabalho vitivinícola (que compreende o trabalho vitícola, de “natureza agrícola”, que se realizava integralmente no Alto Douro, e o trabalho “vinícola”, já “industrial”, que tem a sua “derradeira e decisiva fase nos armazéns de Vila Nova de Gaia”, já fora da região demarcada. Outro dos estudos importantes, para o conhecimento desta região turística é o de Sousa e Pereira (1988) em que este assinala as principais festividades religiosas.

2 O Douro, a história e a literatura

Na relação entre a História e a Literatura nesta região, evocamos, no século XIX, breve e especialmente o período das invasões francesas (em 1807, 1809 – em que a região a Norte do Douro foi particularmente fustigada por confrontos bélicos contra o invasor francês – e 1810); o subsequente período de lutas civis entre liberais, apoiantes de D. Pedro, e absolutistas/miguelistas (1832-1834); entre *cartistas* e *setembristas* (1836-1851). Recordamos, a este propósito, algumas das alusões bélicas descritas pelo escritor Joaquim Gomes Monteiro (1893-1950), em terras do Douro e do Alto Douro Vinhateiro (Porto, Moncorvo, Lamego, Vila Nova de Foz Côa), na sua obra *Feras no povoado, memórias dum guerrilheiro cabralista* (1947). A obra refere o período das invasões francesas, a revolta da “Maria da Fonte” e da “Patuleia” (1846-1847), guerra que foi ilustrada posteriormente pelo pintor e inventor da banda desenhada em Portugal, Stuart de Carvalhais (1887-1961). Nessa resistência popular ao Liberalismo (1834-1844), ouçamos o escritor:

Ao seu conhecimento (de António Marçal) chegara a notícia de que, nas terras de Moncorvo, a guerrilha miguelista, capitaneada pelo padre Sabino e reforçada pelos fozcoenses que o Marçal enxotara após sangrenta refrega, andava espalhando o terror entre as famílias liberais [...] Foi então que o Loriga manifestou vontade de agir por si, constituindo uma guerrilha sua [...] Segundo o critério do Loriga, todos aqueles que mais se salientavam na caça aos *pedreiros-livres* deviam ser caçados com o mesmo rigor, pois que só assim ficaria cumprido o juramento sagrado que fizera sobre o cadáver ensanguentado de seu pai (MONTEIRO, 1947, p. 120-121).

Ou seja, este é também um local rico não apenas em imagens literárias e artísticas, que se prendem com o trabalho associado à actividade vinícola e vitícola da região, mas também encontramos sobre ele abundantes evocações histórico-literárias, que poderão povoar o imaginário de quem o visita.

3 A paisagem, a literatura, as artes e os lugares de turismo

Presentemente estas [...] regiões [...] têm muito poucas parecenças, em termos físicos, sociais, económicos ou políticos, com aquilo que eram há séculos, ou mesmo há uma ou duas décadas atrás [...]. As paisagens [...] são de facto paisagens humanas e culturais, trabalhadas e vividas (SARMENTO, 2004, p. 259-260).

Antes de nos debruçarmos sobre a paisagem do Alto Douro Vinhateiro, vista pelos intelectuais que a descreveram, gostaríamos de tecer algumas considerações que poderão ajudar a compreender o quão importante podem ser a Literatura e as

Artes na construção dos lugares de turismo. A primeira, lembrando que o termo e o conceito de *paisagem*, que inicialmente surge no século XVI (BUESCU, 1990), se afirma e consolida a partir do século XVIII e ao longo do XIX, “como lugar privilegiado para colocar a questão da “representação” e do “mundo”, bem como o modo como determinada “personagem” se relaciona com a “natureza/paisagem” (BUESCU, 1990, p. 18-19). Os nacionalismos do século XIX, emergentes e convergentes com o movimento romântico, consolidam os estados-nação europeus, menos ou mais “artificiais” (como é o caso da Itália e da Alemanha). Estes espaços políticos virão a circunscrever e a fazer consolidar relevantes espaços culturais.

Seja na Literatura, que o Naturalismo/Realismo elegerá como arte científica (HOBSBAWAM, 1988, p. 392), seja na Arte, o modo como o autor/criador representa o *mundo* e se relaciona com determinada *paisagem*, não mais deixará de estar presente. Na paisagem literária, através da descrição literária, na paisagem artística, através da descrição pictórica, fotográfica e, mais tarde, cinematográfica.

A segunda consideração diz respeito à relação entre Literatura e Turismo, destacando o papel daquela na “promoção turística”. No tempo em que não havia fotografias, máquinas de filmar ou telemóveis, recordamos aqui o seu importante papel como potenciadora de destinos turísticos. Como recorda Florence Deprest, é o poema *Die Alpen* de Hallier, publicado, traduzido e amplamente difundido a partir da sua primeira publicação em 1732, e que conhece “pelo menos dez edições entre 1749 e 1772” (ROGER *apud* DEPREST, 2004, p. 95), que põe os Alpes na moda, antes mesmo da publicação de *La Nouvelle Héloïse* de Jean-Jacques Rousseau, em 1760. Menciona ainda a autora que é o século das Luzes, o século dos *philosophes*, que vai propiciar igualmente “todo um contexto social, ideológico e estético que favorece a invenção da montanha alpina” (DEPREST, 2004, p. 94-95).

A paisagem é, deste modo, uma *inventio*, um *construto* fundamental da cultura, pois essas e outras montanhas, na Europa e no resto do globo, atravessadas normalmente por comerciantes, eram lugares inóspitos, onde viviam populações rurais, maioritariamente analfabetas, que se dedicavam à agricultura ou à pastorícia. É, deste modo, graças aos filósofos, escritores e artistas dos séculos XVIII e XIX, que a cultura ocidental procede à “sagração estética da natureza”, o que nos permite compreender, com o actual retorno da Estética, “a possível fundação de uma nova filosofia da natureza, capaz de integrar a dimensão estética ou de unir superiormente a visão científica com a visão estética da natureza [...] para uma nova relação do homem com a natureza, em que o estético não seja considerado como um luxo, mas como um elemento essencial de uma vida boa [...]” (SANTOS, 2001, p. 173-174).

Por outro lado, não esqueçamos que, simultânea e paradoxalmente, a Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, vai provocar “a prática sistemática da paisagem como lugar-no-mundo, como hipótese de uma imanência [...que] nasce do confronto e da consciência que também a paisagem se perde [...] Tal consciência do carácter precário da natureza, da sua historicidade (afinal humana) faz parte da noção de paisagem e acompanha, de uma forma ou de outra, as suas variadíssimas manifestações” (BUESCU, 2012, p. 11). Muitos destes pressupostos filosóficos, mais ou menos dissimulados, talvez tenham transitado para as actuais preocupações com o Turismo sustentável.

Em relação aos autores que evocamos, cuja obra literária ou artística pode vir a sugerir itinerários turísticos, as suas descrições reflectem, igualmente, tudo o que nesta paisagem há de mais humano e real, nomeadamente o viver humilde das populações. Dizendo de outro modo, a *paisagem literária* “constitui uma das mais interessantes manifestações da natureza histórica do lugar, bem assim como este reflecte e configura as relações do humano com o que imagina enquanto transcende. A paisagem é uma forma de evidência do lugar que está bem longe de se confinar a uma visão idílica dos seus componentes [...] a sua fundamentação estética (e por isso histórico-cultural), enquanto conceito, faz parte da sua mesma natureza [...] Uma paisagem nunca se limita a ‘estar aí’. Ela constitui-se como um *acontecimento* que o sujeito constrói na história” (BUESCU, 1990, p. 9).

Em *Aprender a sair*, refere ainda Deprest, a propósito do papel dos intelectuais, “das elites progressistas” e da sua participação didáctica (ao fazer “propostas” e ao dar “conselhos aos poderes públicos”) na difusão do turismo que “não foi tanto a instauração da legislação sobre as férias pagas, mas sim o trabalho secular das elites culturais para difundir modelos de práticas de espaço que não pertencem ao quotidiano, que permitiu o desenvolvimento do turismo. Esta fase de aprendizagem permite explicar a diferença entre a legislação (em 1936, para a França) e o verdadeiro arranque do fenómeno turístico nos anos de 1950 e 1960, além do facto de a Segunda Guerra Mundial se intercalar nesse período” (DEPREST, 2004, p. 18-19).

Embora não estejamos totalmente de acordo com a autora, porque valorizamos igualmente o papel do quadro político (Estado social), do “patronato paternalista” e do sindicalismo operário na promoção e favorecimento da cultura e da aprendizagem da deslocação turística, como aliás ela própria sugere – afirmando que para “estar operacional” a partir do momento em que a “Libertação” da França (que havia sido ocupada pelos nazis) fosse possível, foi criada a “associação” “Turismo e Trabalho [...] Organizada pelo Conselho Nacional da Resistência [...] que obtém o apoio dos grandes sindicatos”, como a “CGT, CFDT (sendo) patrocinada por importantes personalidades

políticas e outras”, como o arquitecto “Le Corbusier” (DEPREST, 2004, p. 18-19) – não quisemos deixar de citar o breve apontamento para enfatizar o papel dos intelectuais na difusão desses *modelos de práticas de espaço que não pertenciam ao quotidiano*, como foi o caso da sua colaboração na didáctica do lazer no século XX. Este aspecto didáctico não está longe do que os parentes ou os preceptores da alta nobreza e da alta burguesia faziam, quando preparavam os seus “alunos” para o *Grand Tour* nos séculos XVII e XVIII, ou para as estâncias termais do século XIX.

Deste modo, para que o “turismo popular” (“festas populares”, “actividades culturais”) e “formas de alojamento acessíveis para os rendimentos modestos” fosse possível para todos, o “Touring Club de França [...] lança em 1948, a aldeia das tendas” e é inventada a expressão termo “aldeia de férias” sem fins lucrativos (DEPREST, 2004, p. 19). Também podemos vislumbrar, como refere a autora, como aquela “educação” desejada pela elite progressista fez a cama ao futuro mercado turístico ‘industrial’, como é o caso do ‘Club Méditerranée’, que “nasce em 1950” e que, de “turismo social” (até 1958), passa a “sociedade comercial” (logo, com fins lucrativos) “anónima” (1962), já não sendo actualmente “o símbolo do turismo social, mas do turismo de massa” (DEPREST, 2004, p. 19).

Por outro lado, no momento em que parece, na actualidade, ser tão criticado o *turismo de massa* (e a “carga turística”) por certos intelectuais e por elites económicas que, sob a máscara da defesa de um “turismo sustentável”, se tornam defensores de um turismo cada vez mais elitista, o chamado turismo de “nicho”, aproveitando-se desse facto, precisamente, para retirar cada vez mais alguns dos privilégios adquiridos pela dita classe que trabalha, recordamos como a indústria turística não se realiza apenas com alguns eleitos (como aconteceu durante séculos), mas que vivem dessa indústria os profissionais de Agências de Viagens, os Guias Turísticos, os Gestores Hoteleiros, os profissionais de Cozinha... Ou seja, importa não esquecer que o autor de *La nouvelle Héloïse* é também o autor do *Contrato social*, base fundamental da democracia europeia e mundial.

Ainda a propósito de Rousseau e do bucolismo rural de *La nouvelle Héloïse*, gostaríamos por último de salientar que o termo *paisagem* remeterá posteriormente à famosa dicotomia cidade-campo, “tema do fascínio de um imaginário europeu que se cristalizou no conceito de civilização” (MACHADO, 2001, p. 34), que impregnará a Literatura e as Artes europeias nas últimas décadas do século XIX, e terá em Portugal a *Geração de 70* em Eça de Queirós o maior precursor. Na sua obra *A Cidade e as Serras*, cujo cenário campestre se desenrola precisamente em Santa Cruz do Douro (a famosa Tormes, no imaginário queirosiano), Eça expressa já as suas dúvidas sobre o conceito de *civilização*, em analogia com outros autores, e “exprime a cada passo uma funda

desilusão e um infinito tédio perante a grande civilização das grandes metrópoles, sobretudo relativamente a Paris” (MACHADO, 2001, p. 38-39). Actualmente, muitos dos empreendimentos hoteleiros que se dedicam ao Turismo Rural resultam da recuperação de casas rurais dessa antiga *fidalgua*, como é o caso da própria *Quinta de Tormes*, impulsionada pela Fundação Eça de Queirós.

Interessa-nos a cidade, pois embora nos dediquemos à paisagem duriense das encostas vinhateiras, neste artigo, ainda que muito brevemente, referiremos a paisagem do Douro no local onde este se confunde com o Atlântico: a cidade do Porto (e a sua Foz) também património da humanidade, que são amplamente referidos por artistas e poetas. A título de exemplo, lembremos aqui a Antologia *Ao Porto, Colectânea de Poesia sobre o Porto* (2001).

4 Alguns projectos realizados na promoção do turismo literário, no Norte de Portugal e na região do Alto Douro Vinhateiro

Embora o interesse pelas Casas-Museu de escritores (ou outros intelectuais), cemitérios onde estão sepultados, *lugares* e *sítios* literários, sempre tenha sido objecto de curiosidade e culto, sabemos da importância que, a partir do século XVII, tem vindo a adquirir o fenómeno turístico relacionado com a Literatura, sobretudo a partir de finais da década de oitenta do século passado (WATSON, 2006; ROBINSON, 2007; LEITÃO, 2016).

Apesar de alguns projectos pioneiros (como é o caso da Casa-Museu de Guerra Junqueiro, no Porto, ou da Casa de José Régio, em Portalegre), esse interesse pelo Turismo Literário chega a Portugal a partir do início do século XXI, altura em que, quer a Direcção Regional de Cultura do Centro quer a Direcção Geral de Cultura do Norte, começam a desenvolver projectos relacionados com o Turismo Literário. No caso desta última, nomeadamente o projecto *Viajar Com...* que estabelecia itinerários dedicados a escritores como Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, José Régio, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes, Trindade Coelho ou Ferreira de Castro. Os livros publicados nesta *Maleta Literária* funcionavam quase como roteiros, para quem não conhecia a obra dos autores, pois referiam os “lugares de inspiração” e a “tipografia literária” dos mesmos, além de fornecerem informações gastronómicas associadas às obras e às regiões referidas. Nestes últimos ainda encontrávamos mapas das cidades e regiões, indicações sobre postos de turismo, etc. (LEITÃO, 2016, 2018).

Mais recentemente (2013), a Direcção Regional de Cultura do Norte relançou o *Projecto Viajar Com... Os Caminhos da Literatura*, reeditando alguns livros de autores já mencionados, nomeadamente Eça de Queirós e Aquilino Ribeiro, mas retirando-lhes as informações turísticas que acima referimos, o que, quanto a nós, não beneficia o

Turismo Literário. Contudo, reforça o papel dos *Escritores a Norte*, incluindo nesta iniciativa a Fundação Cupertino Miranda e escritores-pintores como Cruzeiro Seixas e Mário Cesariny (LEITÃO, 2016).

Entre as iniciativas dessa Direcção Regional, para promover o Turismo Literário na região duriense, encontra-se “O Douro nos Caminhos da Literatura”. A Direcção anuncia no seu *site* que, no referido projecto, que engloba escritores do século XIX e XX, foram contemplados os seguintes escritores: Miguel Torga, João de Araújo Correia, Aquilino Ribeiro, Guerra Junqueiro, Trindade Coelho, Pina de Moraes e Domingos Monteiro [...] a partir do material fotográfico, iconográfico e documental recolhido produziram-se igualmente 7 exposições bibliográficas alusivas a cada um dos painéis [...] As exposições são compostas por 147 painéis [...]⁴.

Pela informação prestada, percebemos igualmente que este circulou por Bibliotecas Municipais nortenhas, como a de S. João da Pesqueira, bem como pelos “Monumentos do Douro”, como o Mosteiro de Tibães. O projecto contemplou igualmente escritores não durienses, mas que escreveram sobre o Douro, como Alves Redol. Citamos estas iniciativas como forma de enaltecer o envolvimento de instituições culturais e autarquias, que se desenrola a Norte de Portugal, o que nem sempre acontece no Centro e Sul do país (com excepção do recente Festival FOLIO, iniciado em 2015, na Vila de Óbidos) na afirmação do Turismo Literário, nomeadamente na região do Alto Douro. Por outro lado, dão a conhecer alguns dos mais ilustres escritores portugueses do século XIX e XX, ligados ou não à região nortenha, como é o caso, em Penafiel, do festival literário *Escritaria*, que tem lugar desde 2008 (LEITÃO, 2016).

Apesar de a Literatura associar o real e o imaginário, é curioso ressaltar que, para se poder entender como viviam as populações junto das belas margens do rio, durante as várias décadas do século XX, há investigadores que têm recorrido não aos registos de técnicos agrícolas ou de etnógrafos, mas sim às páginas ficcionais, onde se encontram descrições sobre a faina penosa e desumana associada à agricultura e ao transporte da uva e de outros produtos, através dos barcos rabelos, que abrangia a vida quotidiana de homens, mulheres e crianças desta região. Pinto da Costa, no seu estudo antropológico, refere ter tido necessidade de consultar obras de escritores como “Campos Monteiro, Pina de Moraes, Miguel Torga, Araújo Correia, Alves Redol, Domingos Monteiro, Guedes de Amorim e José Aguilar” (PINTO DA COSTA, 1997, p. 19), para poder estudar o modo de vida de então. A exploração do trabalho masculino, mas também feminino e infantil, foi um dos *leit motive* de escritores e artistas

⁴ Vide <http://www.portodosmuseus.pt/redirect-teste/direccao-regional-de-cultura-do-norte/>.

envolvidos, de forma temporária ou não, com o movimento do Neo-Realismo, até ao 25 de Abril de 1974.

5 A literatura

5.1 A visão de alguns escritores nacionais

Relativamente à selecção de textos literários, que pudessem ilustrar algumas das características e belezas deste património, dadas as contingências editoriais e o facto de tecermos, sobretudo no ponto 4, inúmeras alusões a escritores dos séculos XIX e XX que o consagraram (embora não sejam nomeadas as respectivas obras), escolhemos apenas alguns autores do século XX. Já no que toca às Artes, serão mencionados pintores dos séculos XIX e XX, dado que é uma área normalmente menos abordada, em Portugal, na promoção turística dos lugares.

Entre as obras que referem esta região ou a ela são dedicadas, escritas em meados do século passado por escritores nacionais, gostaríamos de salientar uma, que a descreve de forma bastante poética. Trata-se da obra *Portugal*, publicada pela primeira vez em 1950, que pode servir igualmente de itinerário literário para percorrer o país de Norte a Sul. Nela, o transmuntano Adolfo Coelho da Rocha (1907-1995), natural de S. Martinho de Anta (concelho de Sabrosa, um dos que está abrangido pela UNESCO), médico que adoptou o pseudónimo de **Miguel Torga**,⁵ conhecedor da importância do rio, pilar de toda esta região, afirma, a propósito do “Doiro”:

Começa em Miranda (do Douro) e acaba na Foz (do Porto), este calvário [...]. No Portugal telúrico e fluvial não conheço outro drama assim, feito de carne e sangue. Drama cruciante e ciclópico, que é o embate de duas forças brutas no primeiro acto, um corpo-a-corpo de vida ou de morte no segundo, e uma espécie de triunfo da fatalidade no terceiro, com o pano do mar a cair [...] Doiro, região e rio, é certamente a realidade mais séria que temos. Nenhum outro caudal nosso corre em leito mais duro, encontra obstáculos mais encarniçados, peleja mais arduamente em todo o caminho [...]. No verão, um calor de forja caldeia o xisto e transforma a corrente numa alucinação de lava a mover-se. No inverno, até os olhos das videiras choram de frio. Beleza não falta em qualquer tempo [...]. Mas a própria beleza deve ser entendida [...]. Não é descer de Sabrosa para o Pinhão e estacar em S. Cristóvão, e abrir a boca de espanto [...]. É compreender toda a significação da tragédia, desde a tentação do cenário, à condenação de Prometeu, ao clamor do coro [...]. Ser nesse chão árido e hostil um novo criador de vida [...] transformar cada ravina em parapeito de esperança e cada bagada de suor em gota de doçura eis o que o Titã ensinou aos homens, e o que Zeus

⁵ Torga dedicou à região do Alto Douro algumas das páginas do seu vasto *Diário* (16 volumes) e, nos *Contos da montanha*, dedica-lhe um, “A Vindima”, onde afirma: “O sol, depois de empassar as uvas, queria empassar a terra. Invulnerável, porém, o raio da rapariga [...] mal o Doiro apareceu lá em baixo, ao fundo, como uma veia aberta do corpo ciclópico dos montes, atirou logo: *Foi no Pinhão.../ Ia a vindimar um cacho, / vindimei-te o coração*” (TORGA, 1987, p. 175).

não lhe perdoou [...] e enquanto a águia do destino continua a devorar o gigante, de croças e tesouras na mão, ou arregaçados nos lagares, ou de vindimeiro às costas, os discípulos do grande revoltado vão-no vingando, seguindo-lhe a lição [...] (TORGA, 1993, p. 45-47).

Esta obra foi precedida do primeiro romance do autor, publicado em 1945, *Vindima*, uma homenagem à paisagem e às gentes durienses, que viviam uma vida atribulada e de miséria, no seio de uma sociedade injusta, descrição que contrasta com os cenários e paisagens idílicas que o turismo de hoje nos transmite. Torga dá-nos igualmente uma ideia da terra e das vinhas, antes e após a vindima. Ouçamo-lo:

Anoitecia. Mas pelas encostas íngremes e amarelecidas de todo o Douro, nos socalcos amparados por muros sucessivos e paralelos, as vindimas continuavam. Ranchos de mulheres, aqui e além [...] E bichas de homens transportavam dos altos píncaros para os fundos lagares as uvas que só aos ombros podem ser conduzidas. Nas paredes dos geios, lages salientes de lousa fazem de degraus de escada. E os acarretadores, de saco de estopa na cabeça, para os proteger do sumo que escorre, um gancho de pau ou um sacho na mão para segurar o cesto sôbre a trouxa, desciam por ali abaixo dobrados de suor e de pêso [...]. No retalho da encosta vindimada, o luar avolumava a tristeza das videiras sem uvas. As vides erguiam para o céu as varas vazias, desfolhadas, como num protesto⁶ (TORGA, 1945, p. 191).

Torga também nos presenteia com magníficas imagens sobre a diversidade das castas do vinho do Porto e sobre as exaustivas horas da pisa da uva no lagar tradicional:

Arregaçados, os homens iam esmagando os cachos [...] Doiradas, negras roxas, amarelas, azuis [...] com a continuação (o mosto) ia tomando a côr do penaguiote, do moscatel, do bastardo, da tinta carvalha, conforme a casta. As primeiras passadas tiravam apenas a cada cacho alguns bagos, deixando

⁶ Para além dos usos e costumes da vindima e do trabalho dos vindimadores, em “S. Martinho da Anta” (p. 13) ou em “Penaguião” (p. 39), Torga refere ainda o Barão Joseph James Forrester (Inglaterra, 1809 – Portugal, 1861), que ficou conhecido por ter iniciado uma reforma no comércio dos vinhos, que até à mesma eram adulterados. O Barão desenhará mapas minuciosos do Rio Douro. Morre no Cachão da Valeira (S. João da Pesqueira), pela circunstância que será descrita pelo narrador. D. Antónia Adelaide Ferreira (Godim, Peso da Régua, 1811 – Godim, Peso da Régua, 1896), grande empresária vitícola conhecida como a *Ferreirinha* (nome da marca de vinho do Porto a ela associada, que ainda se conserva no actual mercado português), acompanhava o Barão de Forrester e não morre, segundo a *estória*, dada a circunstância descrita: “Interessou (ao Dr. Bruno) mais a conquista do Douro pelo capital. À voz do senhor Ângelo a falar do Forrester, em D. Antónia Ferreira e outros pioneiros dessa luta [...] E assistiu com certa emoção à morte do inglês no Cachão da Valeira, ao vestido de balão da companheira a flutuar nas águas e achou verosímil que fosse o cinturão de libras que o de sua majestade levava à cinta o causador da desgraça” (TORGA, 1945, p. 48-49). Este e outros locais perigosos do rio, cujas águas são actualmente dominadas por barragens a montante do mesmo, são agora lugares de turismo. Como exemplo, o Miradouro mais próximo para admirar Cachão da Valeira é o de “São Salvador do Mundo”, em São João da Pesqueira, na margem esquerda do Douro.

o resto depenado [...] Com o andar das horas, porém, os pés iam calcando os destroços flutuantes, e o mosto ganhava corpo, perfume, e cobria-se de uma espuma leve (TORGA, 1945, p. 95-96).

A pisa da uva na actualidade é uma actividade, que se transformou num produto turístico. Efectivamente, muitos dos turistas que visitam certas Quintas do Douro, que se abriram ao turismo (como a Quinta do Vallado – edifício dos mais antigos, situado nas margens do Rio Corgo, afluente do Douro, localizado em Vilarinho dos Freires, perto de Peso da Régua, fundado em 1716, que pertenceu, como outras trinta quintas, a D. Antónia Ferreira, a *Ferreirinha* – a Quinta do Crasto ou a Quinta do Vale de D. Maria, que fazem parte do grupo “Douro Boys”), não só observam esta prática, como lhes é facultada a oportunidade de experienciar essas sensações, junto com os vindimadores.

Mais no final do século, outros escritores centram a sua atenção nesta região, como **José Saramago** (1922-2010) que, noutra “itinerário literário”, que parece “desenhado” para o nosso país, a *Viagem a Portugal* (1ª edição, 1981), começa precisamente o seu périplo no Douro internacional⁷ que corre, no Nordeste transmontano, em Miranda do Douro. Recorda o Padre António Vieira para, seguidamente, não se afastando dessa espinha dorsal que é o Douro (e seus afluentes), tecer considerações sobre o património paisagístico, sobre quem há séculos o trabalha, sobre o património edificado que distingue esta região, como é o caso dos antigos solares do século XVIII:

Já não é só a complicada história do que falta a uns sobeja a outros, é, para este caso de agora, o grave delito de não se trazer a esta estrada todos os portugueses de aquém e de além, para que nos seus olhos ficasse a formidável impressão destas encostas cultivadas em socalcos, cobertas de vinhas de cima a baixo, a grafia dos muros de suporte que vão acompanhando o fluir do monte (....) Por isso mesmo quereria ver nesta estrada um desfile ininterrupto de compatriotas, sempre por aí abaixo até Peso da Régua, para dar uma ajuda aos vindimadores [...] aceitando ou pedindo um cacho de uvas, cheirando o mosto dos lagares, metendo nele os braços e tirando-os tintos de sangue [...] na encosta de lá vêem-se melhor as casas, até elas condizem com a paisagem. Não são ermos estes lugares. Tempos houve, antiquíssimos, em que estas montanhas de xisto teriam sido assustadoras e eriçadas massas, recozendo ao sol ou varridas de cataratas de água nos grandes temporais [...] Depois veio o homem e pôs-se a fabricar terra [...] fez com que se esfarelasse as pedras entre as palmas grossas das mãos, usou o malho e o alvião, empilhou, fez os muros, quilómetros de muros [...] Aqui, entre Vila Real e Peso da Régua, a arte do socalco atinge a suma perfeição e é um trabalho que nunca está concluído, é preciso escorar, dar atenção à terra que aluiu, à laje que deslizou, à raiz que fez de alavanca

⁷ Actualmente há uma *Rota do Douro Ibérico do Património Mundial*, que reúne dez sítios Património Mundial, que se situam na região Norte de Portugal e na região fronteiriça de Castilla-Léon.

e ameaça precipitar o muro no fundo do vale. Vistos de longe estes homens e estas mulheres parecem anões naturais no reino de Lilipute, e afinal desafiam em força as montanhas e mantêm-nas domesticadas. São gigantes pessoas [...] mais acima, entre as quintas vendo do alto os socalcos, o rio ao fundo [...] diante dos pequenos e recolhidos solares rústicos, netos de Nasoni, arquitecto santíssimo que a estas terras veio [...] o viajante [...] acorda por altura de Lobjigos: uma vez mais pasmado diante dos vinhedos, sem dúvida é esta a oitava maravilha do mundo (SARAMAGO, 1995, p. 46-47).

Agustina Bessa-Luís (pseudónimo de Maria Agustina Ferreira Teixeira Bessa), nascida em 1922 em Vila Meã, concelho de Amarante (município limitado a leste por Vila Real e por Santa Marta de Penaguião, banhado pelo rio Tâmega,⁸ um dos principais afluentes da margem direita do rio Douro em território português), vive a infância e a adolescência na região de Entre-Douro e Minho, fixando residência no Porto, em 1950. Muitas das suas obras relacionam-se com essas primeiras memórias e, posteriormente, com a capital nortenha, como no romance *Fanny Owen*, onde, num cenário oitocentista, o escritor Camilo Castelo Branco (Lisboa, 1825-S. Miguel de Seide, 1890) aparece como uma das suas personagens.

No romance *Vale Abraão* (1991), a autora situa a *estória* da “Bovarinha” (a flaubertiana Ema) na região do Douro, entre Lamego e a Régua, na margem Sul do rio, em lugares ficcionais como o “Romesal”, o “Vesúvio” (quinta situada no Douro Superior, em Vila Nova de Foz Côa, onde viveu a “Senhora”, ou seja, a sua proprietária original, D. Antónia Adelaide Ferreira, mencionada igualmente no episódio descrito por Torga),⁹ a senhorial “Casa das Jacas” e o “Vale Abraão”.

Entre a narrativa romanesca e a memória histórica, relacionada “com algo de cruel, aliado ao banditismo pós liberal e às incursões dos comuneiros foragidos de Toledo” (BESSA-LUÍS, 2014, p. 25), Agustina descreve, assim, a margem sul do Douro:

⁸ Apesar de nos termos centrado apenas nalguns escritores portugueses do século XX, a propósito do rio que banha a cidade de Amarante (que embora não faça parte dos abrangidos pela unesco, está ligado a nomes ilustres como o de Teixeira de Pascoaes e de Amadeo de Souza-Cardoso), lembramos o humorístico episódio do nascimento “bíblico” da “criança do mano Teodósio” que, tal como Moisés, aparece num “berço”, no rio Tâmega. Esta “marosca”, encenada pelo “mano doutor” e por “Francisco Bragadas”, caseiro dos “fidalgos de Santa Eulália” (onde estes “costumavam passar o estio para se banharem” no rio) é deste modo descrita por Camilo Castelo Branco, em *Maria Moisés*: “Quando o caseiro, a deitar os bofes pela boca, apareceu a dar a notícia do achado da criança no Tâmega, estavam as senhoras e mais o cônego e o irmão a jogar sueca [...] O cônego ergueu os óculos de tartaruga para a testa, e exclamou: Parece um caso bíblico!” (BRANCO, s.d., p. 49). Camilo criou também narrativas relacionadas com cidades como Vila Real (onde viveu), Lamego ou Porto (onde esteve preso), como é exemplo a sua obra *Amor de Perdição*.

⁹ Actualmente a Quinta do Vesúvio, cuja proprietária original era D. Antónia Ferreira, já não pertence à família desta lendária produtora de Vinho do Porto. A marca de vinho apresenta-se ainda no mercado com o seu nome.

A margem esquerda dos rios não apetece tanto, seja porque o sol a procura em horas mais solitárias, seja porque a povoa gente mais tristonha e descendente de homiziados e descontentes do mundo e das suas leis. A região demarcada do Douro, que ocupa quase na sua totalidade a margem direita, prova pelo menos que o reflexo solar tem efeitos no negócio dos homens e lhes determina a morada.

Porém, há na curva que apascenta o rio pelo chão areento, ao sair da Régua, um vale ribeiro de produção ainda de vinhos de cheiro e que se estende, rumo à cidade de Lamego, comarca a que pertence, até às águas medicinais de Cambres. É o Vale Abraão, com suas quintas e lugares de sombra que parecem acentuar a memória dum trânsito mourisco que de Granada trazia as mercadorias do oriente e, porventura, os gostos de pomares de citrinos e os vergéis de puro remanso. Almançor teve residência em Lamego e escreveu aí a história da campanha com os seus aliados, os condes moçárabes (Bessa-Luís, 2014, p. 5).

As quintas produtoras de Vinho do Porto e os solares da região do Douro, que fazem também parte da sua paisagem, são deste modo referidos por escritores como Torga, Saramago ou Agustina.

5.2 A visão de alguns escritores estrangeiros

De entre os escritores estrangeiros que referiram o rio Douro e exaltaram a sua paisagem, na primeira metade do século XX, destacamos **Miguel de Unamuno** (1864-1936), intelectual basco que se destaca, a nível nacional e internacional, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Foi reitor da Universidade de Salamanca e é um dos primeiros autores espanhóis não só a interessar-se por Portugal (como Juan Valera ou Menéndez Pelayo) e ler e/ou manter relação com alguns dos seus escritores (como é o caso de Eugénio de Castro, Teixeira de Pascoaes, Manuel Laranjeira ou Miguel Torga), mas também a viajar no nosso país e a difundir, na imprensa espanhola e através da sua obra, as viagens que aqui fazia, em trabalho ou acompanhado pela família, para passar férias.

É na sua primeira vinda a Portugal, em 1906, que visita o Porto. Entre outros, nessa cidade escreverá um dos seus poemas dedicados a Portugal intitulado: “En una ciudad extranjera” (UNAMUNO *apud* MARCOS DE DIÓS, 1985, p. 77-82). Em 1910, ao dirigir-se à mesma cidade, escreve: *A bordo del “Romney rumbo a Oporto”* (UNAMUNO, 1985, p. 85-90). Entre 1928 e 1930, faz três redacções do poema “Durium-Duero-Douro”, onde refere localidades do Douro internacional e nacional. Da primeira versão deste poema transcrevemos as seguintes estrófes:

[...] de peregrino recuerdo / Lígrimos, lánguidos, íntimos / espejando limpios
cielos, / abrevando pardos campos, / sussurrando romanceros [...] / Barca
d’Alva del abrazo / del Águeda con el Duero, / Douro que bordando viñas /
vas a la mar prisionero. / En la Foz de Oporto sueña / con el Urbión

altanero; / Soria en la sobremeseta, / con la mar, toda sendeiro. / Arbol de fuertes raíces / aterrado al santo suelo / la eternidade del ensueño, / sueñan tus hojas las aguas. (UNAMUNO *apud* MARCOS DE DIÓS, 1985, p. 93).

Em 1949 é publicada, em Inglaterra, *The Selective Traveller in Portugal*, obra que foi editada não só em Inglaterra mas também nos EUA. Recentemente, foi traduzida em português com o título *Duas Inglesas em Portugal* (2008). As inglesas são as escritoras **Ann Bridge** e **Susan Lowndes**, que deram a volta ao país no Verão de 1947, num carro que alugaram com motorista (VICENTE, 2008, p. 8-9). O livro obteve imenso sucesso na época e destinava-se a ser um guia do nosso país, na sua componente continental e insular. Ann chegada a Lisboa em 1939, partiu de imediato à descoberta de Portugal. Em carta a Susan relata a sua *experience* turística no Alto Douro:

Regressei de uma semana maravilhosa no rio Douro, vendo como se faz todo o processo da vindima. Eu própria pisei uvas, com um fato de banho vestido, para sentir como era. Também encontrei [...] uma aldeia lindíssima chamada Carvalho, com uma casa antiga pertencente à família de Pombal (BRIDGE *apud* VICENTE, 2008, p. 5).

Muitas destas entusiásticas impressões nem sempre transparecem desta forma no *Selective Traveller*, cuja redacção é mais contida, embora não se aproxime da linguagem meramente denotativa, típica dos guias actuais. As autoras tecem observações mais (caso do património construído como igrejas, solares) ou menos elogiosas (caso do alojamento da época), sobre a região. Conquanto não descurem totalmente a paisagem, centram a sua atenção na vindima (expondo a dureza e solidão individual a que este trabalho está votado), no transporte (“por comboio ou nos grandes barcos rabelos [...] pelo meio dos rápidos e das correntes selvagens do grande rio”) e na elaboração do Vinho do Porto, afirmando a este propósito que: “O vinho do Porto é produzido recorrendo a métodos mais complicados e elaborados do que qualquer vinho do mundo [...] o País do Vinho começa acima da Régua, no Douro, na zona onde começa o xisto”. Sobre o método com que se fazia a “pisa das uvas”, da qual fazem detalhadíssimas descrições, que vão do sincronismo dos movimentos dos trabalhadores, “numa rotação regular” para se obter a “lágrima”, ao tipo de vestuário garrido e acompanhamento com canções folclóricas (os “viras”), afirmam: “É uma verdadeira iluminura da Bíblia!” As duas inglesas explicam igualmente o motivo pelo qual os ingleses bebem este vinho:

A história do comércio e exportação do vinho no Norte, desenvolvida sobretudo pelos Ingleses em resposta à necessidade de vitaminas no mar para a sua marinha de guerra e mercante, e depois expandido e adaptado para corresponder ao gosto dos burgueses e da aristocracia ingleses, de um vinho forte e doce para beber após o jantar e com o qual pudessem repelir o

frio e a humidade do seu clima nativo (BRIDGE; LOWNDES, 2008, p. 220-222).

Já a “veteran travel journalist with more of 25 year of experience” (como é anunciada na contracapa da obra) **Patricia Schultz** publica, nos U.S.A, em 2011, a obra *1,000 Thousands Places to See Before you Die (The World Revisited*, como declara no Índice), uma obra que beneficiou, além da visão da autora, da de uma equipa que compreendeu uma extensa lista de colaboradores, que Schultz apelida de “team of road worriors [...] a remarkable [...] bright, knowledgeable, cultured and fun”, “kindred adventureres”, que com ela viajaram nesta autêntica *volta ao mundo* (SCHULTZ, 2011, p. VI).

Na sua *Storied history on the golden river of wine*, afirma sobre o “Porto and the Douro Valley” e sobre os Cruzeiros turísticos que se realizam na cidade, embora actualmente outros haja, luxuosíssimos, que sobem o leito do rio até ao Pinhão, para que os turistas possam desfrutar da paisagem:

There’s magic in the air – on – the rocks – in the upper Douro River Valley, were vintners conjure wine from the stony riverbanks. The vineyards that cling to towering cliffs above the golden river that snacks along a deep gorge are tended by hand because tractor can’t negotiate the steep incline. Yet out of this unlikely landscape comes one of the world’s sweetest and richest wines – port [...] The port wine grown in the upper Douro comes downriver to Porto, the country’s second largest city, to mature. The port lodges – where the wines are blended, fortified, stored, and aged – have lined the banks of Vila Nova de Gaia, just across the river Porto, since the 1700’s. Today, Cruzeiros [...] offers river tours with panoramic views of the Douro bridge – designed by Gustav Eiffel in 1887 – and the old houses with red-tiled roofs rising like terraced vineyards up the city slopes (SCHULTZ, 2011, p. 244).

6 As artes

Toda a paisagem que acompanha o rio Douro, da nascente à Foz, tem suscitado a inspiração de múltiplos autores e apelado a diferentes manifestações literária e artísticas, dada a beleza, mais ou menos agreste, que acompanha o curso do rio e seus afluentes. Afinal, o Douro existe desde o início dos tempos... Contudo, nem sempre a Pintura captou estas paisagens e as formas de vida que melhor a definem, o que a fotografia fez com tanto êxito, a partir de meados do século XIX, o que posteriormente também ocorreu, com a Literatura ou o Cinema. Tal como expusemos, no que respeita aos Alpes no século XVII, estas razões continuam a prender-se com a mudança de mentalidades e as condições de vida, sendo que os próprios meios de transporte,

como o comboio¹⁰ ou o automóvel, vieram revolucionar práticas ancestrais e facilitar o acesso às localidades.

6.1 A pintura

e as cores, como há-de o viajante em prosa de correr dizer o que são estas cores, [...] é um quadro que ninguém poderá pintar, é uma sinfonia, uma ópera, é o inexprimível (SARAMAGO, 1995, p. 47).

Se o *vijante* Saramago sentiu, na sua *Viagem*, dificuldade para expressar, através da escrita, as cores do Alto Douro, a paisagem a elas associada, tarefa não menos fácil será por certo a da pintura, e o interesse que a actividade vinícola e vitícola poderá despertar nos artistas plásticos.

No *corpus* que escolhemos para esta pesquisa pictórica, envolvemos alguns dos mais destacados pintores paisagistas portugueses (de costumes; de serras e de campos, cultivados ou não, com ou sem gado; de locais à beira-rio ou à beira-mar, com barcos e pescadores; praias com banhistas), que se dedicaram não só à pintura de paisagens, mas também à pintura de encomenda (como as de factos históricos, retratos, etc.) de meados de século XIX até às primeiras décadas do XX, pintores que viveram o período do “Grupo do Leão” e do Naturalismo,¹¹ alguns com laivos impressionistas, bem como os que atravessaram o final do século XIX para o XX, o período do decadentismo – simbolismo. No que respeita ao século XX, consultámos ainda obras¹² referentes a alguns pintores que atravessaram uma fase neo-realista, que se inicia formalmente na década de trinta.

Sem querer desmerecer nenhum artista plástico, falamos de António Carvalho da Silva/Silva Porto,¹³ João Marques de Oliveira,¹⁴ António Ramalho,¹⁵ Henrique Pousão

¹⁰ A estação da Régua, que serve a histórica cidade do Vinho do Porto, foi construída cerca de 1879 (*Caminhos-de-Ferro Portugueses*, 2006, p. 31). Para além do comboio regional, que parte da Estação de S. Bento (Porto) e circula na região considerada pela Unesco, o *Comboio Histórico a Vapor da Linha do Douro*, parte da Régua (onde foram construídos os armazéns da Real Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada em 1756 pelo Marquês de Pombal), passa pelas estações de Tua e Pinhão, terminando o seu percurso turístico no Pocinho. Nesta área, considerada pela Unesco, realizam-se também cruzeiros.

¹¹ Vide, a este propósito, “O Grupo do Leão” e “A primeira Geração Naturalista” (FRANÇA, 1990, p. 23-67).

¹² As referências, biográficas e artísticas, dos distintos pintores que se seguem, incluídas no texto ou nas notas de rodapé, estão incluídas Bibliografia final, em que constam Catálogos de Exposições e outras obras relacionadas com os mesmos.

¹³ Nasce em 1850, no Porto, falece em Lisboa, em 1893. Estudou na Academia Portuense de Belas-Artes. Foi convidado a ensinar na Academia de Lisboa, como mestre de Paisagem. Faz parte do *Grupo do Leão*, com José Malhoa, António Ramalho, João Vaz, Cesário Verde, Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro (FRANÇA, 1990).

(pintor, escultor),¹⁶ Aurélia de Sousa,¹⁷ António Carneiro,¹⁸ Joaquim Lopes¹⁹ ou Dominguez Alvarez,²⁰ (ainda ligado ao Naturalismo português/galego e espanhol). Escolhemos, assim, os artistas que estiveram relacionados com o Porto ou com regiões perto desta urbe, seja por nascença, período de vida, estudo ou trabalho. Verificámos que todos tiveram experiências internacionais, em França, Itália ou Espanha. Alguns tiveram uma origem humilde, como António Ramalho (que nasce precisamente num dos concelhos abrangidos pela UNESCO, ou seja, Mesão Frio) ou António Carneiro, o que não os impediu de prosseguirem com os seus sonhos, com a sua carreira. Inclusive Aurélia de Sousa que, embora sem problemas económicos, se deparou com algumas das dificuldades inerentes a uma época ainda não habituada a mulheres intelectuais.

Em comum, dentro da investigação que fizemos (ver Bibliografia), parece no entanto que nenhum se deixou surpreender pelas paisagens e trabalho ligados à faina vinícola e vitícola do Alto Douro, embora não deixassem, de acordo com o Naturalismo-Realismo e o Simbolismo finissecular, de representar a cidade do Porto e arredores, como **Henrique Pousão** – “Casa Rústica em Campanhã” (1880), ou “Paisagem do Porto (1880), esta última ilustrada com um carro de bois, que transporta uvas; o rio Douro; como **António Carneiro**, “Porto Manso – O Rio Douro em Ancede”

¹⁴ Nasce no Porto, em 1853, e falece nessa cidade, em 1927. Estudou na Academia Portuense (FRANÇA, 1990).

¹⁵ Nasce em 1859, no lugar de Vale Moreira, freguesia de Barqueiros, no concelho de Mesão Frio, “o pai era dono de um barco rabelo, actividade maioritária nesta região, economicamente dominada pela produção vinícola” e, como a maioria dos habitantes, vive na pobreza (MARKL, 2004, p. 11); no Porto é marçano na Rua Formosa; foge para Lisboa; em 1874-1875 entra na Escola de Belas-Artes de Lisboa; entre 1905-1909 pinta a escadaria Nobre do Palácio da Bolsa, Porto; em 1916, morre na Figueira da Foz. *Pinta dois universos, os que trabalham e os que passeiam* (MARKL, 2004, p. 47).

¹⁶ Nasce em 1859, em Vila Viçosa, filho de um magistrado; em 1872, matricula-se na Academia de Belas – Artes do Porto; em 1880, com outros artistas, cria o Centro Artístico Portuense; em 1884 morre em Vila Viçosa.

¹⁷ Nasce em Valparaíso, em 1866; filha de pai portuense emigrado para o Chile e de mãe chilena, chega ao Porto com três anos; a partir de 1869, a numerosa família habita a Quinta da China, na margem direita do Douro, junto à cidade do Porto; em 1893-1896, frequenta a Academia de Belas-Artes do Porto; morre na Quinta da China, em 1922.

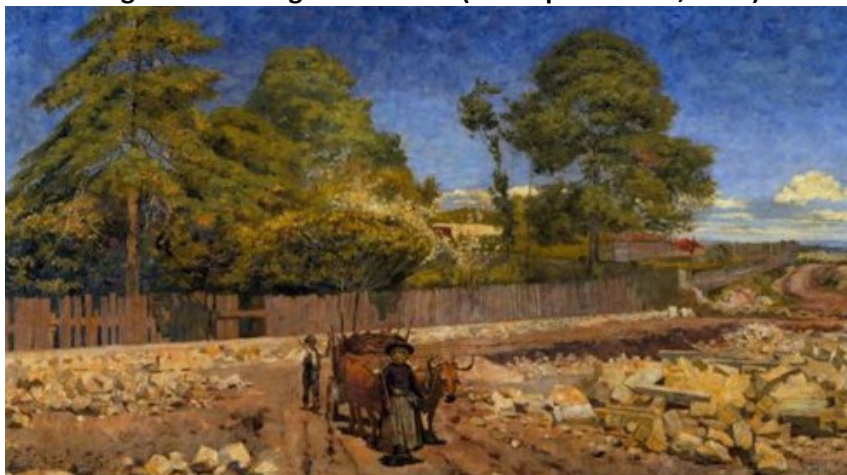
¹⁸ Nasce em Amarante, em 1872, cidade banhada pelo rio Tâmega, afluente do rio Douro; é originário de uma família pobre; em 1879 fica órfão e é internado num Asilo; em 1884 é aluno da Academia de Belas-Artes do Porto; em 1918 é professor de nomeação definitiva na Academia de Belas-Artes do Porto; em 1925 tem um *atelier* na Rua Barros Lima (actual Rua António Carneiro), no Porto; em 1930, morre nessa cidade.

¹⁹ Nasce em Vilar do Paraíso (Vila Nova de Gaia), em 1883 e falece no Porto, em 1956. Foi aluno de Teixeira Lopes, José de Brito e Marques de Oliveira. Pintor, desenhador e aquarelista, pintou desde paisagens ao retrato. Foi professor na Escola de Belas-Artes do Porto. Tal como os outros pintores, tem obra em diversos museus nacionais (Soares dos Reis, do Douro, Grão Vasco) (SILVA, 2012).

²⁰ Nasce em 1906, no Porto, filho de um empregado comercial e de mãe galega; em 1926 é aluno da Escola de Belas-Artes do Porto; em 1942 é professor interino na Escola Industrial Infante D. Henrique do Porto; em 1942, morre na casa paterna, no n. 770 da Rua da Vigorosa, Porto.

(1927); ou retratando-o com paisagens mais tranquilas e de pendor impressionistas, como é o caso de **Aurélia de Sousa** – “Na Varanda” (s.d.), “Vista do Douro” (s.d.), “Paisagem, Margens do Douro” (1905), “Paisagem” e “Rio Douro” (s.d.) (Figuras 2, 3 e 4).

Figura 2 – Paisagem do Porto (Henrique Pousão, 1880)



Fonte: IMC/MC.

Figura 3 – Porto Manso, O Rio Douro em Ancede (António Carneiro, 1927)



Fonte: <http://aarteemportugal./antonio-carneiro.html>.

Figura 4 – Paisagem, Margens do Douro (Aurélia de Sousa, 1905)



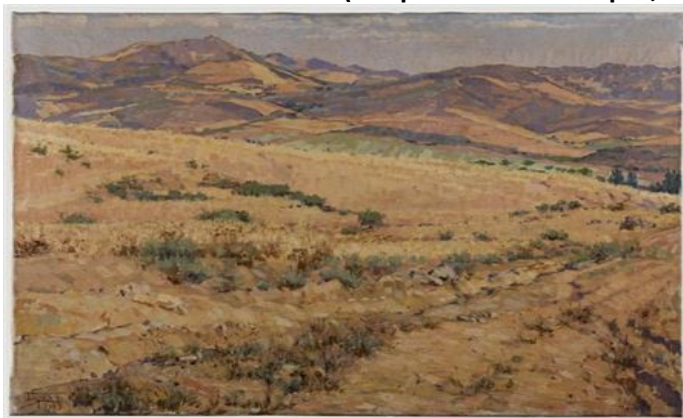
Fonte: Fundação da Casa de Bragança / Paço Ducal de Vila Viçosa.

Em relação à ausência de paisagens, ligadas à actividade vinícola e vitícola, talvez ela se prenda com o que Andrade refere, no seu artigo “Por este Douro abaixo”: “Descobrimos, então, que o Douro das terras altas (por exemplo Sebadelhe, em Vila Nova de Foz Côa) fora, até meados do século passado, terra de searas e ceifeiros [...] antes de ter sido colonizado pela cultura da vinha. E apercebemo-nos de troços do rio com uma geografia bastante diferente daquela que foi depois redesenhada com a instalação das barragens” (ANDRADE, 2009, p. 7).

Reforçando um pouco este parecer, encontramos, em 1935, Almeida Moreira que, a propósito da paisagem de searas e de relevo montanhoso do quadro “Terras de Sebadelhe” (1923) (terras pertencentes ao referido Concelho de Foz Côa), pintadas por **Joaquim Lopes**, escreve ao pintor o seguinte: “Passei em Sebadelhe [...] Agora ainda admiro mais o seu quadro, depois de ter percorrido aquela paisagem toda do Pinhão a São João da Pesqueira e desta a Vila Nova de Foz Côa, tendo passado por Sebadelhe! É admirável o seu quadro, que eu aliás já admirava muito, mesmo sem ter percorrido aquelas montanhas todas” (MOREIRA, *apud* SILVA, 2012, p. 65).

Ora, a confirmar-se esta mudança na paisagem agrícola (que passa da exploração cerealífera para a vinhateira), que reflecte as diferentes mutações que os lugares vão sofrendo, fruto da acção do homem sobre a paisagem, longe de retirar interesse turístico à obra de arte ou à própria paisagem, paradoxalmente poderá servir para incentivar um tipo de turismo mais criativo, em que o turista, devidamente informado, poderá imaginar outra paisagem distinta da que contempla.

Figura 5 – Terras de Sebadelhe (Joaquim Francisco Lopes, 1923)



Fonte: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=208721>.

Dominguez Alvarez pinta, de forma inquietante, a cidade do Porto, com as suas ruas e tabernas – “Porta de Casa” (s.d.), “Santo Ildefonso”, (s.d.) ,”Adega do Galo” (1930), “Taberna” (s.d.), “Taverna Russa” (1929), “Vista dos Clérigos” (1932) – e também paisagens fluviais – “Paisagem com Rio e Rochas” (s. d.) – e agrícolas, estas

últimas sem rio ou gentes ali a trabalhar. Relacionada com a temática vinhateira, o pintor de costumes e tradições, pioneiro, com **Silva Porto**, do Naturalismo em Portugal, **José Malhoa**²¹ – autor de “Fado” e de “A Caminho da Romaria” – pinta, no final do século XIX, “As Vindimas”.

Outro dos pintores que, como Malhoa, não nasceu no Porto, mas que “promove” a região duriense, é **Falcão Trigoso** (Lisboa, 1879 – Lisboa, 1956), com a obra “A Senhora do Salto”, pintada no Rio Sousa, um afluente da margem direita do rio Douro. Neste local existe uma Capela, dedicada à Senhora do Salto, sobre a qual se conta uma lenda relacionada com o milagre que a Senhora do Salto teria realizado. Encontramos, nas gerações seguintes, **Lima de Freitas**²² que, na sua fase neo-realista, ilustra a capa da obra *Vindima de sangue* (1949), o terceiro volume do *Ciclo Port-Wine* de Alves Redol (1911-1996), que compreendia, além desse livro, outros dois: *Horizonte cerrado* (1949) e *Os homens e as sombras* (1953).²³

No que respeita a **Júlio Pomar**,²⁴ revisitámos catálogos referentes a três exposições retrospectivas sobre o pintor, dado que nos interessava encontrar obras do período em que este esteve associado ao neo-realismo dos anos 40 e 50, nomeadamente: *Pomar, autobiografia* (2004), *Júlio Pomar e a experiência neo-realista* (2008), *Júlio Pomar, obras da Coleção do Milenium bcp* (2015). Nos dois últimos, encontrámos referências às pinturas murais do Cinema Batalha, realizadas entre 1946-1947. No Catálogo de 2008, no seu “Estudo para fresco do Cinema Batalha” (1ª versão, 1946), são nítidas as referências às vindimas do Douro, onde aparecem os vindimadores com seus cestos. O mural foi destruído, dada a sua temática, pelas autoridades da Ditadura (1926/1933-1968/1974), em 1948.

Mais recentemente, **Nuno Castelo**, pintor, escritor, ilustrador, é o criador de uma autêntica revolução pictórico - plástica e de uma nova estética de representação do Alto Douro Vinhateiro, e, em especial, do Homem Duriense. É o criador do “Homem

²¹ José Vital Branco Malhoa nasce nas Caldas da Rainha em 1855 e falece em 1933, em Figueiró dos Vinhos. Estuda na Real Academia de Belas-Artes de Lisboa.

²² José Lima de Freitas nasce em Setúbal, em 1927, e veio a morrer em 1998, em Lisboa. Foi ilustrador e optou, numa primeira fase, pelo neo-realismo e, posteriormente, pelo surrealismo.

²³ Na nossa pesquisa sobre a vindima nesta região, ainda revisitámos, sem sucesso, o catálogo da retrospectiva do Museu do Chiado (2000) do grande pintor paisagista, natural de Lisboa, **João Cristino da Silva** (1829-1877), que esteve no Porto em 1865, aquando da *Exposição Internacional* do Palácio de Cristal.

²⁴ Júlio Pomar, Lisboa, 1926 – 2018. Em 1947, o Cinema Batalha, no Porto, é inaugurado, encontrando-se o fresco maior de um mural, que compreendia mais de 100 metros quadrados, e que havia sido encomendado ao artista, inacabado, visto que o pintor encontrava-se preso. As restantes pinturas murais, após uma campanha hostil, foram eliminadas. Em 1946, Pomar já tinha sido destituído da Escola de Belas-Artes do Porto, por ter participado em actividades estudantis contra a Ditadura de Salazar (*Catálogo*, 2014, p. 84-86).

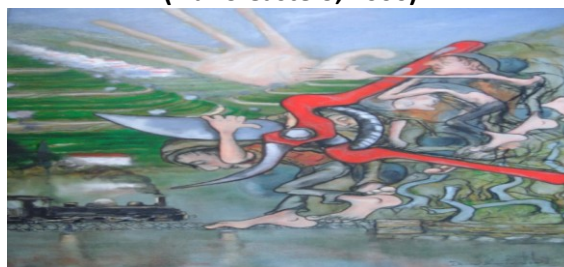
Garrafa” em 1993.²⁵ No verão de 2008, cria um estilo de arte com ligações à filosofia que considera novo a nível mundial e que apelida de Inconvencionalismo Angular (Figuras 6, 7, 8, 9 10, 11).

Figura 6 – Azulejo Monocromático, Douro (Nuno Castelo, 2003)



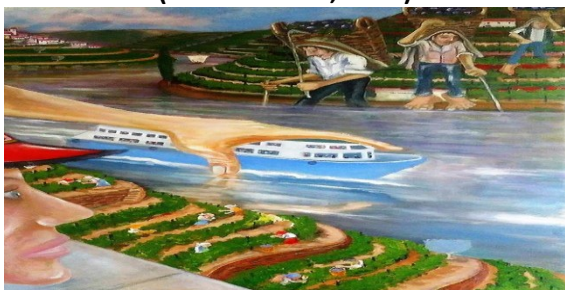
Fonte: Crédito fotográfico cedido por Nuno Castelo.

Figura 7 - Douro Dramático (Nuno Castelo, 2006)



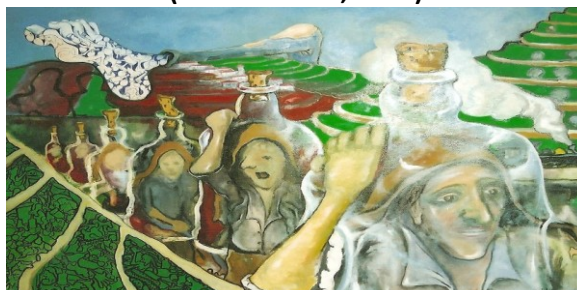
Fonte: Crédito fotográfico cedido por Nuno Castelo.

Figura 8 – Douro Turístico (Nuno Castelo, 2006)



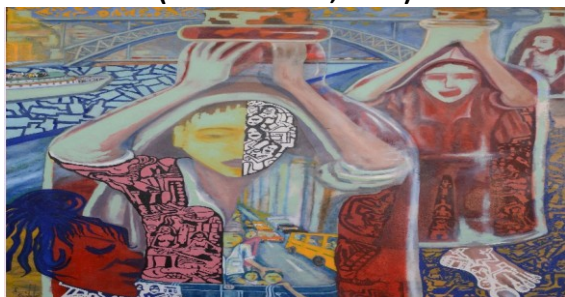
Fonte: Crédito fotográfico cedido por Nuno Castelo.

Figura 9 – Homens Vinho (Nuno Castelo, 2009)



Fonte: Crédito fotográfico cedido por Nuno Castelo.

Figura 10 – Homens Garrafa (Nuno Castelo, 2020)



Fonte: Crédito fotográfico cedido por Nuno Castelo.

Figura 11 – Esperando o Rabelo (Nuno Castelo, 2020)



Fonte: Crédito fotográfico cedido por Nuno Castelo.

²⁵ Em Literatura tem várias obras publicadas, destacando-se o romance “Homens Garrafa” – publicado em 2019 – e o livro infantil “ O homem de papelão” que se encontra no Plano Nacional de Leitura – PNL.

6.2 A fotografia

A fotografia foi, talvez, um dos maiores contributos para projectar a região do Douro. Deixamos aqui apenas breve apontamento sobre o fotógrafo da *Caza Real*, **Emílio Biel** (Amberg, Reino da Saxónia, 1838 – Porto, 1915), que monta a Casa Fritz/Casa Biel, dedicada à fotografia, na Rua do Almada, no Porto, onde viria a falecer. Biel é igualmente um comerciante e um industrial que, entre outras actividades, monta, no século XIX, a primeira central hidroeléctrica de Portugal, instalada no Rio Corgo, um afluente do rio Douro, introduzindo na cidade do Porto o uso da electricidade (1883). Segue-se-lhe, na arte fotográfica, o seu discípulo Domingos Alvão (Porto, 1872 – Porto, 1946).

Numa das suas obras mais emblemáticas, *A arte e a natureza, em Portugal*, “a primeira obra que, de forma consequente, se esboça uma recolha do património e a sua divulgação numa escala significativa, clara tradução da consciência da necessidade de um levantamento do património português” (BAPTISTA, 2010, p. 157), Biel pretende atingir vastos públicos, desde “uma limitada elite (nacional)” aos “touristes” e aos “emigrantes” (nessa altura, os portugueses no Brasil). Esta obra cobre o país de norte a sul, a temática das suas fototipias e dos textos que a acompanham centram-se no património, nas suas várias dimensões, na paisagem e na etnografia de Portugal. No que respeita ao Douro, as suas fototipias mais relevantes encontram-se em obras como *O Douro, principais Quintas, Navegação, Culturas e Costumes*, nos álbuns dos Caminhos-de-Ferro do Douro ou, ainda, nas publicações sobre esta região na revista *O Occidente* (BAPTISTA, 2010, p. 157, 163, rodapé 18).

Mais recentemente, outro grande fotógrafo, **Georges Dassaud** (BROU, CHARTRES, 1934-) dedicou, a partir de 1980, largos anos da sua vasta carreira a fotografar Portugal, com especial ênfase o Norte (Porto, região do Douro e Trás-Os-Montes) e Centro (Lisboa) do país. No que respeita ao Norte, destacam-se as fotos que dizem respeito ao Alto Douro, dado que o seu primeiro trabalho é consagrado às vindimas. A paisagem e o trabalho humano nela realizado surgem em especial destaque, neste último caso a vindima ou a pisa da uva, realizada tradicionalmente por homens, no lagar. Entre os livros publicados (em 1993, um deles dedicado apenas às vindimas) e exposições realizadas, destacamos, em 2007, a exposição itinerante “Crónicas portuguesas”, no Centro Português de Fotografia do Porto, que correspondem a 27 anos de viagens em Portugal e foi vista em cinco cidades portuguesas, entre 2008 e 2009, e entre 2010 e 2012 em Centros Culturais Portugueses, em França. No que respeita a exposição itinerante “Douro, de Georges Dassaud” ela ficou patente, entre 2012 e 2013, no Museu de Lamego e no Museu do Douro, em Peso da Régua e em 2018 no Museu de Arqueologia e Numismática de Vila

Real, bem como em 2015 no Instituto Camões, no Luxemburgo. Em Bragança, no Edifício Paulo Quintela, está sediado, desde 2015, o “Centro de Fotografia de Georges Dassaud”.

6.3 O cinema de Manoel de Oliveira

O cinema de **Manoel de Oliveira** (1908-2015), com toda a sua projecção, a nível nacional e internacional, levou imagens do seu Porto natal e da paisagem do rio Douro a diversas partes do mundo americano ou europeu.

Deste modo, o documentário sobre o Douro, *Faina fluvial* (1931), é o primeiro filme português de cariz etnográfico, “com música a acompanhar a mudez da fita” do seu “Douro natal”,²⁶ o “Porto da beira-rio [...] nisso criando um corpo dinâmico de imagens inovadoras na cultura do tempo português” (AUGUSTO-FRANÇA, *Jornal de Letras*, 2008, p. 8). Um filme em que a “força telúrica do Douro se confunde com a força dos membros que homens, mulheres e crianças exibem na dura faina fluvial. E o domínio da transcendência emerge através de uma estética do grito que atravessa o expressionismo e o neo-realismo do filme” (LIMA, *Jornal de Notícias*, 2008, p. 7). À infância pobre da Ribeira do Porto e de Gaia voltará em *Aniki-Bobó* (1942), inspirado num conto poético de Rodrigues de Freitas, “Meninos milionários”.

Posteriormente, afastando-se da sua primeira fase neo-realista, mas não do rio da sua infância filma, em 1993, *Vale Abraão*, baseado no romance homónimo de Agustina Bessa-Luís²⁷ intitulado *Vale Abraão* (1991). Rodado na Quinta da Pacheca, nas encostas vinhateiras durienses, a pintora Graça Morais afirma, a propósito do filme: “Maravilhei-me com as paisagens do Douro. Um filme que é a exaltação da vida e da morte.” (*Jornal de Notícias*, 2008, p. 7). Já o escritor Amadeu Baptista dedica, ao realizador e ao filme, o poema “Manoel de Oliveira. Sobre uma sequência de *Vale Abraão*” (2001, p. 215). Este filme foi projectado no Festival FOLIO (2015), em Óbidos.

²⁶ A cidade do Porto será ainda o cenário principal de “O pintor e a cidade” (1956), um documentário que realizou (às suas custas) em colaboração com o aguarelista/pintor António Cruz, um “filme de arte, pioneiro da introdução da cor em Portugal” (Valdemar Cruz) e “Porto da minha infância” (2001), altura em que o Porto foi Capital Europeia da Cultura (SANTOS, 2008, p. 13).

²⁷ Como refere Almeida: “Das 32 longas-metragens que compõem a sua obra, metade tem origem em obras literárias. Todavia, com nenhum outro escritor cultivou a proximidade que estabeleceu com Agustina Bessa-Luís. Ao todo, a romancista deixou marca em sete filmes de Oliveira, entre os quais *Francisca* (1981), *Vale Abraão* e *O Convento* (1995).” (JN ALMEIDA, 2008, p. 12) Como exemplo dessa transposição para o cinema de obras literárias que Oliveira realizou de outros escritores, encontramos, entre outros, *Amor de perdição* (1979), de Camilo C. Branco, dados os espaços relacionados com o Douro, onde decorre a acção.

7 Reflexões finais

O que me consola é que todas as nações se vão desnacionalizando e que tudo tende a uma unidade comum [...] Dentro em pouco, há-de haver um só tipo de homens, em toda a Europa, com o mesmo feitio moral, as mesmas frases [...]

(Eça de Queirós, *Correspondência*, cit. Machado, 2001, p. 39).

Nos anos 40 do século XX, a propósito da comunicação externa na região e do papel do comboio, recorda Alves Redol: “Ao Douro chegou outra vida. Viajaram comerciantes, prostitutas, ladrões, técnicos e turistas, uma humanidade toda diferente. Os que lá viviam sentiram-se oprimidos, como se lhes tivessem invadido o lar e os quisessem expulsar [...] Vieram todos os vícios [...] Chegaram a Sociedade por Acções e o Banco. Vieram a Usura e a Letra. Desembarcaram o Papel Selado e o Fisco” (REDOL *apud* PINTO DA COSTA, 1997, p. 47). Todavia, quase imutável no seu leito, apesar de barragens e diques, apesar de alterações climáticas, o Douro continua a fazer parte daqueles fenómenos de *longa duração* de que nos falava Braudel, resistindo ao mutável de gostos e modas humanas.

No entanto, e é esta a nossa proposta, nada impede que se possa dinamizar turisticamente esta região, tomando como ponto de partida os textos literários e aludindo aos artísticos, nomeadamente aos pictóricos. Estes poderão despertar o motivo de interesse para visitas a outros equipamentos turísticos, como os museológicos, nomeadamente o Museu de Soares dos Reis, no Porto, ou o Museu do Douro, em Peso da Régua. Assim, autocarros de turismo podem desenvolver itinerários turístico-literários em que não só se apresente a região do ponto de vista das suas potencialidades vitícolas e vinícolas, mas onde sejam lidos (em português ou em traduções estrangeiras) aos turistas, extractos de autores e obras, como por exemplo as que nos referimos, que façam ressaltar a sua beleza paisagística e o trabalho humano que a ela também se foram associando ao longo de séculos. Os guias intérpretes nacionais, especializados em Informação Turística, que acompanham muitas vezes os *bus* e *minibus* de excursionistas, terão de aprender a desenvolver essas competências, bem como a saber relacionar os textos literário, pictórico e fílmico, que fazem parte do património cultural de um país, com o espaço envolvente, neste ou noutros contextos geográficos. Nos cruzeiros também poderá ser sugerida, através de um guia, esta forma de olhar a realidade.

Como é sabido, já se desenvolvem, nalgumas zonas urbanas de Portugal (Lisboa, Leiria) alguns circuitos e itinerários literários e artísticos, abrangendo Casas-Museus de escritores e lugares que têm a ver com a sua vida ou que fazem alusão nas suas obras. Tal como temos vindo há alguns anos a frisar (LEITÃO, 2016, 2019), é essencial

dinamizar esses sítios literários (e artísticos), oferecendo, deste modo, uma forma diferente de turismo cultural, que não poderá ficar alheio à importância dada à Literatura, por exemplo, pela Unesco, que em 2004 cria a Rede das Cidades Criativas da Literatura. Ao fim de tantos anos, em que faltou uma estratégia na promoção do Turismo Literário em Portugal, a nível nacional e internacional, será que se vislumbra agora uma luz ao fundo do túnel? Será que O Turismo de Portugal vai mesmo vender Portugal através da Literatura, será que “Pessoa e Saramago vão vender o país lá fora”? (LARANJEIRO; PINHEIRO, “Dinheiro Vivo”, *Diário de Notícias*, 13 de Abril de 2019).

É na salvaguarda do nosso património e do património mundial que reside o valor da diferença, a luta contra a homogeneização crescente, anunciada por Eça, a que chamamos globalização do hambúrguer. A crescente atenção dada à História e ao Património, material e imaterial, como elementos de valorização da experiência turística assim o atesta, desde a valorização de moinhos de água ou vento à valorização de centros históricos (como, neste último caso, Henriques, 2003, chama a atenção), da gastronomia minhota e mediterrânica ao fado e ao cante alentejano. Também a Paisagem, a Natureza, tem vindo a ser cada vez mais valorizada, na tentativa da sua preservação, apesar da luta que trava contra os riscos ambientais e humanos, que podem levar à sua desagregação.

Sem dúvida que esta região, bem como outras áreas e localidades circundantes, dada a sua riqueza paisagística, apresentam grande potencialidade de exploração turística, o que se pode confirmar não só por iniciativas de âmbito diverso já realizadas, algumas delas apresentadas ao longo deste artigo, como de outras, associadas às Artes (cujo *ex-libris* se espelha na milenar arte rupestre de Foz Côa), todas elas potenciadoras de itinerários artísticos e literários. Estes indicam-nos igualmente itinerários gastronómicos (podemos seguir muitas vezes “*menus*” que nos são descritos/sugeridos nas próprias obras dos escritores), religiosos (que as obras dos autores acima referidos, como Torga, também aponta, e que podemos amplificar com guias, como o do *Douro Religioso*, de 2011), ou do património edificado e imaterial (largamente descrito/registado em muitas obras destes escritores e pintores). Como o turismo não se deveria pretender molecular, são todos estes contributos que poderão, em conjunto, continuar a desenvolver a região do Alto Douro Vinhateiro e o Norte de Portugal.

Referências

ALMEIDA, S. Cineasta livresco. Literatura é influência obrigatória na obra do realizador. **Jornal de Notícias**, Suplemento 100 Anos Manoel Oliveira, 11 Dezembro de 2008, 2008.

- ANDRADE, S. C. Por este rio Douro abaixo. **Público**, P2, 17 Dezembro de 2009.
- BAPTISTA, A. Manoel de Oliveira. Sobre uma sequência de Vale Abraão. Ao Porto, **Colectânea de Poesia sobre o Porto**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001.
- BAPTISTA, A. R. **A Casa Biel e as Suas Edições Fotográficas no Portugal de Oitocentos**. Lisboa, Colibri, 2010.
- BESSA-LUÍS, A. **Vale Abraão**. Lisboa, Babel, 6ª ed, 2014.
- BIANCHI DE AGUIAR, F. O Alto Douro Vinhateiro, Uma Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva. **Douro – Estudos e Documentos**, v. VII (13), 143-152, 2002.
- BRANCO, C. C. **Maria Moisés e Outras Novelas**. Lisboa, Ed. Verbo, Livros RTP, (s.d).
- BRANCO, C.C. **Amor de Perdição**. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1980.
- BRIDGE, A.; LOWNDES, S. **Duas Inglesas em Portugal**, Uma Viagem pelo País nos Anos 40. Lisboa, Ed. QUIDNOVI, 2008.
- BUESCU, H.C. **Incidências do Olhar: Percepção e Representação**. Lisboa, Ed. Caminho, 1990.
- BUESCU, H.C. Paisagem Literária. Imanência e Transcendência, **Colóquio-Letras**, número 179, Janeiro/Abril. Lisboa, Fundação Calouste-Gulbenkian: 9-17, 2012.
- CASTRO, L. **António Carneiro**. Lisboa, Edições INAPA, 2004.
- CATÁLOGO. **Pomar, Autobiografia**. Odivelas, Assírio & Alvim e Sintra Museu de Arte Moderna, Coleção Berardo, 2004.
- CATÁLOGO. **Dominguez Alvarez**, 770, Rua da Vigorosa, Porto. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- CATÁLOGO. **Júlio Pomar e a experiência Neo-Realista**. Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Museu do Neo-Realismo, 2008.
- CATÁLOGO. **Júlio Pomar**, Obras da Coleção Millenium bcp. Gráfica Maiadouro, Ed. Fundação Millenium BCP, 2014.
- DEPREST, F. Inquérito Sobre o Turismo de Massas, **A Ecologia Face ao Território**. Lisboa, Ed. Piaget, 2004.
- DUARTE, A. **Aurélia de Sousa**. Lisboa, QUIDNOVI, 2010.
- FALCÃO TRIGOSO, S.P. de F. **Falcão Trigoso**. Lisboa, Ed. INAPA, 2004.
- FRANÇA, J.A. **A Arte em Portugal no Século XIX**. Venda Nova, Bertrand Editora, 3ª ed., 1990.
- FRANÇA, J.A. Manoel de Oliveira. O Cineasta e a Cultura Portuguesa. Cem Anos de Manoel de Oliveira, **Jornal de Letras**. Nº 996, 3-16 Dezembro de 2008, 2008.
- GOMES, R. M.; GOMES, G. (coord. científica). **Os Caminhos-de-Ferro Portugueses, 1856-2006**. Tipografia Peres, Ed. CP, Comboios de Portugal, 2006.
- HENRIQUES, C. **Turismo, Cidade e Cultura, Planeamento e Gestão Sustentável**. Lisboa, Ed. Sílabo, 2003.
- HOBBSWAM, E.J. **A Era do Capital**. Lisboa, Ed. Presença, 1988.
- LARANJEIRO, P. Dinheiro Vivo. **Diário de Notícias**, 13 de Abril de 2019, 2019.
- LEITÃO, I. Reflections on Writer House Museums and Foundations and Literary Tourism, in Some European Countries and in Portugal. New Challenges Strategies and Trends in Tourism and Managements. **TMS Algarve 2016 Conference, Chapter XII, Book 1, 2nd** Ed. Faro, Universidade do Algarve/ESGHT, p. 221-240, 2016.

- LEITÃO, I. Literary Sites and Literary Tourism in Some European Countries and in Portugal: Some Reflections. In V. Marinov, M. Vodenska, M. Assenovsa & E. Dogramadjieva (Ed.). Traditions and Inovations in Contemporary Tourism. Chapter Eight, Newcastle Upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, p. 305-320, 2018.
- LIMA, I. P.. Filmografia, Douro, Praia Fluvial. **Jornal de Notícias**, Suplemento 100 Anos Manoel Oliveira, 11 de Dezembro de 2008, 2008.
- MACHADO, A. M. Eça e a Mitologia da Cidade, A Cidade. VII Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2001.
- MARCOS DE DIÓS, A. **Escritos de Unamuno sobre Portugal**. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, (Estudio, Recopilación y Notas). Centro Cultural Português, 1985.
- MARKL, A. R. G.. **António Ramalho**. Lisboa, Edições INAPA, 2004.
- MONTEIRO, G. **Feras no Povoado, Memórias dum Guerrilheiro Cabralista**. Lisboa, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1947.
- MORAIS, G. Filmografia, Vale Abraão. **Jornal de Notícias**, Suplemento 100 Anos Manoel Oliveira, 11 de Dezembro de 2008, 2008.
- OLIVEIRA, M. Tributos deixam-me comovido. **Jornal de Notícias**, Suplemento 100 Anos Manoel Oliveira, 11 Dezembro de 2008, 2008.
- PEREIRA, V. da C. (coord.) Douro Religioso, Guia. Braga, TUREL, 2011.
- PINTO DA COSTA, A. L. **Alto Douro, Terra de Vinho e de Gente**. Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- Portugal, Ida e Volta, Por terra de Sabores, a bordo do comboio regional, Guias de Lazer, (s.d.). Lifecooler, Comboios de Portugal.
- RAMOS, A. **António Carneiro**. Lisboa, QUIDNOVI, 2010.
- RAMOS, R. (coord.); Vasconcelos e Sousa, B.; Monteiro. **História de Portugal**. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.
- RIBEIRO, O. **Mediterrâneo, Ambiente e Tradição**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª Ed, 2011.
- ROBINSON, M. **Narrativas de Estar Noutro Sítio: Turismo e Literatura Turística**, Compêndio de Turismo, Lisboa, Instituto Piaget, 2007
- ROCHA, I. **Roteiro da Literatura Portuguesa**. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.
- Rodrigues, A. **Henrique Pousão**. Lisboa, Edições INAPA, 2004.
- Roteiros Turísticos do Património Mundial no Norte de Portugal. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Turismo de Portugal, 2012.
- SANTOS, A. Cidade natal como fonte estética e criativa. **Jornal de Notícias**, Suplemento 100 Anos Manoel Oliveira, 11 Dezembro de 2008, 2008.
- SANTOS, L. R. Kant e o Regresso à Natureza Como Paradigma Estético. Natureza e Ambiente, Representações na Cultura Portuguesa. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, p. 169-193, 2001.
- SARAMAGO, J. **Viagem a Portugal**. Lisboa, Editorial Caminho, 11ª Ed, 1995.
- SARMENTO, J. C. V. **Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Para a Ciência e Tecnologia, 2004.

- SCHULTZ, P. **1.000 Thousands Places to See Before you Die**. New York, Workman Publishing Company, second edition, 2011.
- SILVA, A. **Joaquim Lopes (1886-1956)**. Coleções do Museu de Grão-Vasco (Proj. Investigação). Viseu, EXPOVIS, 2012.
- SILVA, R. H. **Aurélia de Sousa**. Lisboa, Ed. INAPA, 2004
- SILVEIRA, M. de A. **João Cristino da Silva (1829-1877)**. Lisboa, Museu do Chiado, 2000.
- SILVEIRA, C. **Henrique Pousão**. Lisboa, QUIDNOVI, 2010
- SOUSA, F.; PEREIRA, G.M. **Alto Douro, Douro Superior**. Lisboa, Ed. Presença, 1988.
- TOMÁS DO COUTO, M. (coord.) **Museu de José Malhoa, Roteiro**. Caldas da Rainha, Museu José Malhoa, 2005.
- TORGA, M. **Vindima. Coimbra**, Coimbra Editora, Lda, 1ª Ed., numerada e rubricada pelo autor., ex. n. 4292, 1945.
- TORGA, M. **Contos da Montanha**. Coimbra, Ed. do Autor, 7ª Ed., 1987.
- TORGA, M. Portugal. Coimbra, Ed. do Autor, 6ª Ed., 1993.
- TORGA, A. P.; FERREIRA, M. T. (coord.) **Ao Porto, Colectânea de Poesia sobre o Porto**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001.
- UNAMUNO, M. **Escritos de Unamuno sobre Portugal**. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1985.
- VICENTE, A. Introdução à edição portuguesa e notas biográficas sobre as autoras, **Duas Inglesas em Portugal, Uma Viagem pelo País nos Anos 40**. Lisboa, Ed. QUIDNOVI, 2008.
- WATSON, N.J. **The Literary Tourist. Readers and Places in Romantic and Victorian Britain**. London, Palgrave MacMillan, 2006.

A construção da paisagem carioca e o turismo: dos relatos dos viajantes do oitocentos aos títulos de Patrimônio Mundial (em 2012) e de Capital Mundial da Arquitetura (em 2019)

Isabella Vicente Perrotta*
Valeria Lima Guimarães**

Resumo: Partindo da ideia de que a paisagem é uma construção social que começa a ser concebida com o Romantismo e é ancorada em múltiplos referenciais, incluindo aspectos sociais, culturais e estéticos, o artigo inicia apresentando, em linhas gerais, o processo histórico dessa construção; analisa o processo de elaboração da cidade do Rio de Janeiro enquanto referência de paisagem idílica, e a influência dessa paisagem na construção da imagem turística da cidade. O recorte temporal inicia com o movimento de viajantes europeus para a cidade, no século XIX (que resultou numa grande produção e circulação de imagens da cidade no exterior), perpassa as reformas urbanísticas dos primórdios do século XX, concomitantes com o início da construção do Rio como destino turístico), e se ancora no tempo presente, com o reconhecimento pela UNESCO, em 2016, da cidade carioca como Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural (a primeira do mundo a receber o título). Nesta perspectiva, comparam-se os discursos, as narrativas e iconografias do primeiro momento e do atual, utilizando-se de pesquisas bibliográfica e documental. Como resultado, verifica-se que as imagens e os imaginários construídos (“paraíso tropical”, “cidade cosmopolita”, “singularidade dos modos de viver numa cidade com uma topografia bastante distinta”) influenciaram na modelagem da cidade enquanto destino turístico, por meio da qual ainda hoje é reconhecida.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. Paisagem. Turismo. Patrimônio Mundial.

Abstract: Starting from the idea that the landscape is a social construction that begins to be conceived with Romanticism and is anchored in multiple references, including historical and aesthetic aspects, the work analyzes the process of construction of the city of Rio de Janeiro as a place of paradisiacal nature and its influence on the construction of the city's tourist image. The temporal cut begins with the movement of European travelers to the city, still in the nineteenth century, which resulted in a large production and circulation of images of the city abroad; passes through the urbanistic reforms of the early twentieth century, concomitant with the beginning of the construction of Rio as a tourist destination; and until the present time, with the recognition by UNESCO, in 2016, of the city of Rio de Janeiro as World Heritage in the Cultural Landscape category (the first in the world to receive the title). In this perspective, the discourses, narratives and iconographies of these three moments and movements are analyzed, using bibliographical and documentary research. As a result, the images and imagery constructed (“tropical paradise”, “cosmopolitan city”, “uniqueness of the ways of living in a city

* Doutora em História pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-Rio. Mestra em Design pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio. Coordenadora-adjunta do Mestrado em Gestão da Economia Criativa da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-Rio. Temas investigados: Representação, História e Turismo do Rio de Janeiro; História e Memória do Design Brasileiro e das disciplinas do setor de Economia Criativa. (Escola Superior de Propaganda e Marketing. *Email:* iperrotta.espm@gmail.com

** Doutora em História Comparada. Mestra em História. Bacharela em História e em Turismo. Professora na Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense. Áreas de interesse: Turismo, História e Educação. Temas investigados: relações entre Turismo e História; turismo, patrimônio cultural, cultura popular e educação (Universidade Federal Fluminense). *Email:* valeriaguimaraes@id.uff.br

with a very different topography”) have influenced the modeling of the Rio landscape, through which the city would be recognized touristic.

Keywords: Rio de Janeiro. Landscape. Tourism. World Heritage.

1 Introdução

O vocábulo “paisagem” é usado com duas acepções: uma relacionada à natureza e à geografia (espaço territorial passível de ser visto num lance de visão), outra relacionada à representação e à arte (pintura, desenho, gravura, fotografia de espaços naturais ou urbanos). No turismo, é a representação que direciona o olhar (e a viagem) ao espaço territorial. Também é a interferência do homem sobre a natureza (a cultura local e diferente) que estimula o turismo.

Logo que o homem apareceu e começou a contemplar a natureza, esta passou a viver em função do homem. Até a atividade biológica se desenvolveu – o homem conseguiu melhorar a natureza. Isto vem desde Cícero, que disse que há uma primeira natureza e uma segunda, já transformada pelo homem, mantendo evidentemente as qualidades e os sistemas da natureza original (TELLES *apud* RAMALHETE; SILVA, 2003, s/p).

Assim, a paisagem é o primeiro e mais básico patrimônio de uma região, defende Gonçalo Ribeiro Telles – paisagista e arquiteto português com atuação política ligada ao meio ambiente –, para quem, ela “é uma construção humana e que permitiu o desenvolvimento” (TELLES *apud* RAMALHETE; SILVA, 2003), defendendo que não existe uma vertente natural e outra construída em relação ao patrimônio. Para ele, “tudo é construído”, pois não existe mais natureza no sentido absoluto do termo.

Referindo-se a Portugal, Telles diz que os planos diretores municipais têm sido agentes de destruição do patrimônio. E, fazendo relação entre paisagem e turismo, para o arquiteto, a paisagem tem que estar ligada à ocupação e à produção:

Se não houver paisagem não há turismo. Mas não há uma paisagem para o turismo. A paisagem do turismo [...] é aquela que resolve os problemas do equilíbrio e da proteção ecológica, que valoriza em termos biológicos toda a paisagem, é o efeito de orla, a circulação da água, as galerias ripícolas. Esta é que é a paisagem que o turismo vem ver. É a população instalada. Ninguém faz turismo numa área que não tenha população. É a paisagem da produção [...] (TELLES *apud* RAMALHETE; SILVA, 2003, s/p).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, foi aprovado, na Câmara Municipal, em fevereiro de 2011, um ano antes de a cidade receber o título de Patrimônio da Humanidade na categoria Paisagem Cultural Urbana. O documento destaca que “a paisagem da cidade – encravada entre o mar e a

montanha – é o seu maior bem e deve ser protegida”; dessa forma, a ocupação urbana deveria ficar “condicionada à preservação de morros, florestas, orla marítima e margens de rios e lagoas”. Com base no texto do documento, Pires do Rio e Name discutem o reconhecimento de que

as paisagens e os espaços protegidos (ou a proteger) não constituem dados estanques e permanentes na vida de qualquer região ou cidade. A natureza não é intocável e assim nos aproximamos da ideia de que o que se elege como patrimônio é algo que se protege em decorrência de constantes e variáveis usos e apropriações de uma mesma sociedade (PIRES DO RIO; NAME, s/d).

Os autores ressaltam que existe de um lado os “especialistas que detêm o saber/poder para atribuir valor e designar aquilo que deve ser protegido” e, de outro, um emaranhado de “extratos sociais que participam da sua construção e que se apropriam objetiva ou simbolicamente de sua integralidade ou dos diversos componentes” que instituem o bem a ser preservado, especialmente se este bem é uma paisagem.

Assim se tem intrincado campo de discursos e disputas: a paisagem que hoje se quer proteger é necessariamente resultado das mudanças e alterações de diferentes ordens (sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas) e em escalas temporais igualmente diferenciadas (PIRES DO RIO; NAME, s/d).

A paisagem normalmente é entendida como objeto de estudo da geografia, que trata de identificar os diferentes aspectos físicos da superfície da terra. Esse artigo, porém, considera que a valorização da natureza, como fonte de deleite e da paisagem como fruição, se deu como parte de uma construção social, cultural e estética que se coloca, de fato, com o Romantismo. No artigo será apresentado o processo histórico dessa construção e será discutida a sua influência na formatação da imagem turística do Rio de Janeiro.

Como ponto de partida para essa discussão, são analisadas as narrativas e representações visuais dos viajantes europeus que passaram pela cidade no século XIX, as reformas urbanísticas que conformaram o espírito da época, visando à transformação da urbe carioca e sua inserção na modernidade, e chegando ao século XXI com a escolha pela UNESCO do Rio de Janeiro como a primeira cidade considerada Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural, no ano de 2012, e de Capital Mundial da Arquitetura, em 2019, título também concedido de forma pioneira pela agência das Nações Unidas para a promoção da cultura à cidade do Rio de Janeiro.

Para a sua realização, foram efetuadas pesquisas bibliográfica e documental. A primeira é resultante de uma revisão da literatura que compõe os referenciais teóricos

sobre os temas: Paisagem, Rio de Janeiro oitocentista e Turismo, incluindo-se publicações raras do século XIX e início do século XX e, muito especialmente, aquelas que trazem a iconografia do Rio de Janeiro produzida pelos ditos “artistas viajantes”. A pesquisa documental analisou o dossiê de candidatura da cidade ao título de Patrimônio Mundial e matérias jornalísticas sobre a chancela de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural outorgada ao Rio de Janeiro, pela UNESCO, e mais recentemente, em 2019, o título de Capital Mundial da Arquitetura, chancelado também da UNESCO.

2 A paisagem

O interesse pela paisagem, antes de o conceito e a palavra terem sido criados, no Renascimento, foi se dando a partir do momento em que o homem se tornou capaz de grandes deslocamentos e as viagens foram acontecendo, descortinando novas realidades. Embora a vegetação, os animais silvestres e os rios tenham sido condições de sobrevivência humana, a valorização da natureza já foi bastante relativizada. O mar e a floresta já foram vistos como fontes de perigos desconhecidos e abrigos de prováveis seres medonhos. Antes do conceito de praia existir, por exemplo, o Litoral era receptáculo de excrementos. O mar, misterioso, era produto do dilúvio bíblico, além de fonte de doenças. Só na segunda metade do século XVIII começaram a ser descobertos os prazeres e benefícios do mar (CORBIN, 1989). Entre 1690 e 1730, o movimento conhecido como Teologia Natural ou Físico-Teologia – baseada na razão e na experiência – explicava os deuses como parte do mundo físico, sem revelações especiais. Lançava um novo olhar de apreciação da natureza, enaltecendo a observação empírica. A partir de então, encontrar-se-ia, o “prazer, até então desconhecido, de usufruir de um ambiente, convertido em espetáculo” (CORBIN, 1989, p. 35).

Com as longas viagens marítimas veio o contato com as populações litorâneas, os pescadores, há muito fruidores do mar e do ar livre, e assim o início da flexibilização dos dogmas da burguesia europeia, para quem o mar era depósito de excrementos da cidade e fontes de doenças. Depois, vieram sucessivas revoluções nos meios de transporte, iniciadas pela ferrovia e, assim, as viagens “catalisaram o processo de invenção da paisagem”, impulsionando o paisagismo, em diversas áreas do conhecimento, “com efeitos nas representações dos lugares e dos territórios, com efeitos no uso do tempo e nas economias” (GASPAR, 2001, p. 85).

Cauquelin (2007, p. 8), para quem “a [representação da] paisagem é fruto de um longo e paciente aprendizado, complexo”, analisa o desenvolvimento deste tema e, de acordo com sua visão historicista, ela só ganha importância no Renascimento, com o

desenvolvimento da perspectiva. Embora, ainda assim, inicialmente funcionando como fundo para um primeiro plano ocupado pela figura. Com a perspectiva, a cena ganha “uma construção espacial em profundidade”, e com a sucessão de planos utilizados para completar a composição, “a natureza passa a cenário, onde são representados eventos ou fatos” (GASTAL, 2008, p. 4-5). Esta autora lembra que a paisagem aparecia nos textos gregos, embora não lhe fosse dada muita importância.

Já os poetas romanos do século I a.C. foram citados na *Brevíssima história da paisagem*, de Sugimoto (2005), como tendo sido os primeiros a celebrar a beleza do campo e a fornecer modelos para futuras pinturas de paisagem que seriam “ilusionistas”, “como que emolduradas por uma janela”, “sacro-idílicas, com ninfas, arvoredos e templos”, tais como as paisagens descritas por Vitruvius (SUGIMOTO, 2005, p. 12). Os romanos também davam importância aos jardins, o que já pode ser visto como um caminho para a futura valorização da paisagem.

Na Idade Média, apesar da existência de jardins em forma de labirintos adornando castelos, eles foram, em maioria, marcados pela simplicidade. Eram, em geral, cultivados nos mosteiros em espaços planos e fechados com cercas revestidas por trepadeiras ou espécies arbustivas, onde cultivavam-se plantas úteis para a alimentação, tratamentos medicinais e ornamentação de altares.

No renascimento (séculos XV ao XVIII), os jardins europeus são suntuosos e elaborados, decorados com estatuária e fontes. Paralelamente ao aparecimento do Romantismo (século XVIII), surge o jardim inglês naturalista ou paisagista que busca a volta à natureza. Diferentes dos franceses e italianos (concebidos por arquitetos), eram entremeados de relvas – buscando reproduzir cenários de paisagens – e, frequentemente, concebidos por pintores. Também os romances “exóticos” do século XVIII colocam em cena uma natureza não somente pitoresca, mas também autenticada por nomes de espécies de vegetais e animais emprestados dos naturalistas (PASSOS, 1998).

No Rio de Janeiro, esse estilo paisagístico é exemplificado pelo projeto do engenheiro, botânico e paisagista francês Auguste François Marie Glaziou para o Campo de Santana (1873), embora o Passeio Público seja anterior (sua primeira etapa foi concluída em 1786, com projeto do arquiteto e escultor Mestre Valentim). O mesmo Glaziou já havia projetado os jardins da Quinta da Boa Vista, em 1868 – sendo suas obras iniciadas em 1872 –, mas esse de inspiração francesa, embora com uso maciço de vegetação arbórea nos seus contornos de forma a produzir um afastamento visual da cidade, gerando uma sensação mais agradável – o que, segundo Trindade (2014), era uma tendência da época.

Segundo Gombrich (1999), foi o pintor francês Claude Lorrain (1600-1682) o primeiro a consolidar-se como paisagista, tornando-se sinônimo da estética “pitoresca” (aquela que é digna de ser pintada). Mas o termo *paisagem*, como um gênero independente da pintura, surge nas últimas décadas do século XVIII, ganhando imagética própria e artistas dedicados a ela. Assim como os jardins, a valorização desse estilo de pintura se deve ao Romantismo, caracterizado por uma visão de mundo contrária ao racionalismo do Neoclassicismo, e à objetividade do Iluminismo. Até então, a rígida Academia de Artes francesa, que era o paradigma estético europeu, muito valorizava a pintura histórica, enquanto considerava a paisagem um gênero menor.

O Romantismo valoriza a natureza como um todo – os passeios ao ar livre, as narrativas sobre ela e a sua representação paisagística. Sua filosofia é nacionalista – posto que mostra o “lugar a que se pertence” e “o suposto da diferença” (SCHWARCZ, 2008, p. 119). O próprio caráter do Grand Tour se modificou com o Romantismo – enquanto o Grand Tour clássico privilegiava a vivência da arte, da história e da cultura erudita, a partir de observações e registros neutros, o “Grand Tour Romântico” privilegiava a paisagem, a vivência do sublime e as experiências individuais (URRY, 2001).

Ainda sob a influência romântica e pastoril, a paisagem carioca vista pelos viajantes do século XIX será frequentemente adornada com animais, escravos, carros de boi e personagens campestres. Algumas vezes, o próprio artista será um elemento discreto, em um canto da composição, representado com seu bloco de anotações ou cavalete.

Considerando que a paisagem é um pedaço da natureza “esteticamente processada”, “uma forma de ver mediada por elementos históricos, culturais, sociais” (SCHWARCZ, 2008, p. 125), é neste contexto que a paisagem do Rio de Janeiro foi eleita, recortada, processada e estetizada pelo olhar estrangeiro. Ela foi construída a partir do olhar de seus pintores, mas também é o produto “do quadro de referências que, previamente ele[s] possuí[am] e que passa a estar presente nesta tarefa imaginária de reconstrução do mundo” (PESAVENTO, 2004, p. 2). O que é corroborado por Lima (2008), que conclui que os trabalhos dos artistas viajantes “Materializam imagens mentais (impregnadas de sentidos simbólicos), associadas com elementos da realidade local, gerando interpretações/sentidos (também imagens se assim quisermos nomear) relacionadas ao contexto e à história local” (LIMA, 2008, s/p).

A produção iconográfica oitocentista do Rio de Janeiro pode ser vista como a primeira forma de propaganda turística do Rio de Janeiro (PERROTTA, 2011), posto que o turista parte da representação para a vivência do real. É a representação que inspira

o desejo de viagem para o lugar desconhecido. Para Urry (2001), o processo de construção do olhar do turista se dá por imagens e narrativas que ensinavam novos modos de ver, antes da consumação da viagem. Logo, a viagem é o “testemunho ocular” de algo que se aprendeu antes da experiência.

3 O Rio de Janeiro dos viajantes europeus do século XIX

O desenho do Pão de Açúcar já era usado como uma importante referência geográfica nas cartas náuticas do século XVI, contudo, no período colonial muito pouco se viu do Rio de Janeiro, devido ao cerceamento imposto pela Coroa à presença de estrangeiros no Brasil. Ao contrário, depois da instalação da Corte Portuguesa, o Rio de Janeiro passa a despertar a curiosidade da Europa, sendo incrivelmente volumosa a produção iconográfica sobre a cidade no século XIX.

O conjunto de obras genericamente conhecido como “iconografia de viagem” e indiscriminadamente reconhecido como registro documental é, na verdade, extenso e heterogêneo. Conforme a intenção do autor, ou a demanda de quem encomendava o trabalho, estas imagens eram por vezes fantasiosas, enquanto outras eram registro de caráter científico. Ora destinavam-se a ilustrar textos de relatos de viagem, ora guardavam sua autonomia enquanto imagens artísticas. Ao almirantado importava descrever, com precisão, perfis e marcos litorâneos para torná-los reconhecíveis por navegadores; aos naturalistas, o mapeamento de espécies botânicas desconhecidas. Aos artistas interessava as novas composições paisagísticas que incluíam também a paisagem construída, a etnografia, os hábitos e costumes sociais, a construção do exótico.

Comumente, a escolha dos elementos da composição de uma imagem poderia priorizar objetivos estéticos em detrimento de uma fidelidade absoluta. Aos olhos de hoje, percebe-se que as narrativas e as representações que os viajantes divulgavam em seus territórios, sobre as novas terras que conheciam, não podem ser entendidas de forma isenta, estando claro que as suas intenções ultrapassavam a preocupação documental (LIMA, 2008). Além de um claro fascínio pelo exótico, que era exacerbado, somava-se o fato de todo artista viajante levar consigo suas “tradições artísticas locais” (BELLUZZO, 1994, p. 18). Estas obras, então, também seriam definidas pelos preceitos ideológicos, culturais, religiosos e imperialistas vigentes. Assim, a questão que se colocava para eles não era simples: “Como admirar e compreender uma natureza tão diversa da europeia, a partir de que lentes?” (MARTINS, 2001, p. 40).

Na iconografia produzida por esses artistas, é clara a valorização daquilo que não era comum no seu lugar de origem e que parecia estranho aos seus olhares. É claro também que essa estranheza gerava muita curiosidade e despertava a atenção. Assim,

muitas vezes as imagens e narrativas eram produzidas com maior preocupação de atender à demanda de suas audiências do que em produzir informação fidedigna. Além disso, havia uma distância geográfica e técnica entre ver/registrar e reproduzir. “O rápido registro realizado no local e muitas vezes reproduzido e interpretado na Europa por gravadores ou desenhistas que nunca tinham conhecido esses lugares, tornou-se imagem quase onírica desse país chamado Brasil” (CHIAVARI, 2000, p. 68).

A pouca preocupação de a imagem reproduzir fielmente a realidade dizia respeito – entre outros possíveis motivos – ao fato de muito pouco dos receptores dessas imagens terem acesso a essa realidade. De qualquer forma, o olhar seletivo e as construções destes artistas seriam “efetivamente o sedimento para aquilo que irão se considerar atrativos” do Rio de Janeiro. Atrativos que estarão ligados à natureza e a seus aspectos de exotismo e pitoresco, pois o conceito clássico de civilização, desses viajantes, não lhes permitiria ver nada de interessante na vida social, cultural ou urbana do Brasil (CAMARGO, 2007, p. 17).

Assim, construiu-se a imagem do Rio de Janeiro que seria vastamente divulgada no exterior por meio de crônicas de jornais, literatura de viagem, pinturas, gravuras, álbuns de estampas, fotografias e cartões postais: um paraíso tropical. A baía da cidade, suas ilhas então verdejantes e os contornos de morros como Pão de Açúcar, Corcovado e Pedra da Gávea foram reproduzidos sob todos os ângulos, e a intensidade da luz exacerbou suas cores originais. Nas composições não faltavam algum exemplar de planta tropical (não raro a bananeira) em primeiro plano – ainda que “plantada” naquela composição –, assim como tipos “pastoris” (negros e índios) ao fundo da cena (PERROTTA, 2011).

As imagens do Rio de Janeiro oitocentista, inicialmente produzidas na Europa, passaram também a ser editadas na cidade, atendendo a um mercado interno – formado por um grande número de viajantes estrangeiros, mas também residentes – que passa a se interessar pelas informações e imagens da própria cidade e do país. Algumas empresas que iniciaram o negócio de estampas no Brasil eram filiais de empresas estrangeiras. Isso permitia a entrada no mercado europeu, potencialmente muito maior, das gravuras aqui produzidas, disseminando ainda mais a imagem idílica que aqui também se produzia da cidade.

Assim como os artistas pintores e gravadores, muitos dos primeiros fotógrafos estrangeiros da cidade também estiveram vinculados a expedições científicas. Importante destacar, entre os fotógrafos, Marc Ferrez (filho brasileiro do escultor francês Zéphérin Ferrez, membro da Missão Artística Francesa) por ter exposto em grandes eventos internacionais, como as exposições de 1878 em Paris, 1885 na

Antuérpia (Bélgica) e 1889 novamente em Paris, assim incrementando a divulgação da imagem no Brasil no Exterior.

Em 1867, na citada exposição de Paris, uma série de imagens de um catálogo de vistas do Rio de Janeiro, editado por George Leuzinger, recebeu medalha de prata “conquistando a primeira distinção do gênero obtida pelo Brasil no cenário internacional” (VASQUEZ, 2002, p. 19). Mas foi a Exposição Universal de 1889, também em Paris, aquela cuja participação do Brasil causou maior impacto. Ao pé da Torre Eiffel estava a área destinada ao Brasil. Decerto não houve por parte dos organizadores nenhuma intenção de privilegiar a monarquia tropical. Mas, como o Brasil demorou a responder ao convite oficial dos organizadores, a ele foi destinado o espaço que restava livre, previsto anteriormente para ser ocupado com jardins e restaurantes (BARBUY, 1996, p. 213).

Embora nessa época (desde 1873, especificamente) já tivessem sido publicados alguns guias do Rio de Janeiro tentando mostrá-lo, ao estrangeiro, como uma cidade civilizada (PERROTTA, 2015), a imagem que se mostrou em Paris foi de um país agrário e exótico. Em torno do pavilhão brasileiro foi criado um jardim de plantas tropicais, destacando um par de esculturas de jacarés, um lago de vitórias-régias e ainda um quiosque para degustação de café, mate, cachaça e licores de frutas. Além disso, o Brasil participou da Exposição Retrospectiva da Habitação Humana com uma mostra sobre os índios da Amazônia, organizada pelo diretor do Museu Nacional. Para o evento, o Brasil produziu duas publicações: um catálogo oficial – *L’Empire du Brésil*, do qual fazia parte o *Album de Vues du Brésil*, e um guia voltado para atrair imigrantes – *Guide de l’émigrant au Brésil* (PERROTTA, 2015).

As grandes exposições universais ocorridas na Europa, muito visitadas, foram espaços onde as imagens do Rio circularam, aumentando a repercussão das belezas da paisagem da cidade. Além delas, os panoramas circulares também foram veículos de grande difusão internacional da paisagem do Rio de Janeiro. O invento ilusionista tornou-se um grande fenômeno de público no século XIX, pois, combinando uma pintura circular de grandes proporções com elementos cenográficos, fazia o expectador parecer estar num belvedere admirando uma vista panorâmica. Para enfatizar a simulação, havia um balcão, no alto (onde o visitante se apoiava) e um toldo (na parte superior), que o impedia de ver o limite do painel pintado, transformando-o em horizonte.

Santos (2008) descreve a repercussão entre os franceses do primeiro panorama circular da cidade do Rio de Janeiro, exposto em rotunda localizada no *boulevard Montmartre*, em Paris, em 1824 – uma pintura do francês Guilherme Frederico Ronmy, de vista tomada do morro do Castelo, com base em desenhos de Félix Émile Taunay.

Mais efeito que quantas descrições andam nos livros, tem produzido o Panorama do Rio de Janeiro que acaba de ser aberto à curiosidade pública; a sua majestosa entrada e magnífico porto têm causado maravilha; em verdade nada podia vir mais a propósito do que se apresentar a Capital do Império Brasileiro, tal qual, no centro de Paris: tenho tirado o partido que posso da feliz sensação produzida geralmente. Ela seria sempre boa em qualquer país, porém, neste, sobe de ponto atendido o caráter nacional, que mais que nenhum outro se leva do maravilhoso. (Relato de Borges de Barros ao ministro Carvalho e Melo, em 1º de junho de 1824, *apud* SANTOS, 2008, p. 63).

Para a exibição desse panorama foi editada a *Notice historique et explicative du panorama de Rio de Janeiro* que era distribuída aos visitantes. Por causa da existência de um outro panfleto impresso para distribuição a visitantes, sabe-se que houve um panorama do Rio de Janeiro, pintado por Robert Burford, exposto em Londres em 1827.

E, pelo menos, mais dois panoramas do Rio de Janeiro circularam pela Europa. Um deles do pintor catarinense Victor Meirelles. Seu panorama – uma vista circular tomada a partir do alto do morro de Santo Antônio – foi originalmente idealizado como parte integrante do pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Bruxelas em 1888. Em 1889, foi levado à Exposição Universal de Paris (a mesma da Torre Eiffel) e depois ao Rio de Janeiro, onde esteve disponível para visita pública em uma rotunda instalada pelo próprio pintor na Praça XV.

Certamente, a produção oitocentista sobre o Rio – que soma mais de 2.500 edições de livros (BERGER, 1980) e mais de 4.500 obras, assinadas por mais de 450 artistas (FERREZ, 2000) – contribuiu, ou mesmo foi responsável, para definir o caráter da cidade enquanto destino turístico. O segundo principal delineador da cidade, enquanto um destino turístico, foram as reformas urbanísticas do início do século XX que, inspiradas nas matrizes estrangeiras, traduziram o sentido de moderno e valorizaram as áreas à beira-mar.

4 Reformas urbanísticas e o turismo do início do século XX

A virada do século XIX para o século XX no Rio de Janeiro, então capital da República, testemunhou os esforços brasileiros para a inclusão de sua mais importante cidade, àquela altura o Rio de Janeiro, na era da modernidade. Conforme o espírito da época, a modernidade traduziu-se por uma mentalidade que se exprime pela construção de um projeto de futuro baseado na fé do ser humano na racionalidade técnica, na crença do progresso pela ciência e nos ideais de liberdade do indivíduo, proporcionados pelo avanço do capitalismo nas cidades. Tais mudanças mentais e no

comportamento das pessoas que viviam nas cidades acompanharam a rápida transformação do espaço urbano, com melhoramentos públicos e reformas urbanísticas que traduziam o sentido do que é ser moderno (GUIMARÃES, 2012).

A Reforma Passos, como ficou conhecido um grande projeto de urbanização na cidade do Rio de Janeiro no início do século, teve como objetivo dotar o centro da cidade de ares modernos, expulsando da região a população recém-liberta da escravidão, que vivia em habitações inóspitas, chamadas de “cortiços” ou “cabeças de porco” promovendo a abertura de largas avenidas, proporcionando passeios públicos, a construção de modernos edifícios, palacetes, praças, chafarizes, o Teatro Municipal, inspirado na Ópera de Paris, e outros ornamentos visando ao ordenamento e embelezamento urbano. O Rio de Janeiro vivia a sua *Belle époque*, almejando ser a Paris dos Trópicos.

Machado (2008) indica que a Exposição Internacional de 1908, em comemoração ao centenário da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil e da Abertura dos Portos às nações amigas, foi um dos primeiros eventos a atrair turistas nacionais e estrangeiros à cidade, tendo como pretexto apresentar aos ilustres visitantes os resultados das reformas urbanas que buscaram imprimir à cidade do Rio de Janeiro padrões cosmopolitas. Segundo o autor, a construção de um espaço turístico na cidade foi um elemento importante no projeto da Reforma Passos, preparando a cidade para ela própria estar em exposição. A preocupação com o turismo receptivo internacional influenciou as ideias de embelezamento da urbe e a construção de uma infraestrutura adequada para receber os visitantes de elevado padrão social.

Conforme Guimarães, no Centro do Rio de Janeiro,

o coração da *Belle Époque* carioca, foram construídos novos equipamentos hoteleiros, favorecidos pelos incentivos fiscais concedidos pela municipalidade, como o imponente Hotel Avenida, inaugurado no final da primeira década do século XX. O mais novo e moderno hotel da capital possuía luz elétrica, serviço de telefonia e ali funcionava uma moderna estação circular de bondes, a luxuosa e afamada Galeria Cruzeiro, com seus cafés, bares e restaurantes, oferecendo comodidades aos hóspedes, aos passantes e aos ilustres usuários que desembarcavam dos bondes procedentes da Zona Sul da cidade (GUIMARÃES, 2013, p. 224).

O Rio de Janeiro, ainda visto no Exterior como insalubre e inóspito, agora seria apresentado aos forasteiros como a mais bonita e moderna cidade da América Latina, como se vê no “sonho” do Prefeito Pereira Passos, cuja gestão foi responsável pelo grande projeto de intervenção urbanística na cidade, no início do século:

O meu sonho seria afeiçoar à nossa cidade os meus patrícios. Até aqui o brasileiro, assim que adquire alguma fortuna, apressa-se em gozar na

Europa. Até certo ponto, tem razão. A nossa cidade não oferece o conforto e os prazeres que deveria ter, como em Buenos Aires tem. Ora, o meu desejo seria fazer do Rio de Janeiro uma cidade confortável e alegre. Mas para isso é necessário que todos contribuam. (*Gazeta de Notícias*, 4/6/1903, *apud* MACHADO, 2008).

Uma cidade moderna, higiênica, urbanizada e dotada de grande beleza cênica formava um discurso que circulou nas exposições e também nas célebres fotografias e cartões postais oficiais. Percebido como uma atividade estratégica, o turismo era desejado pelas elites dirigentes e pelas suas instituições, não só por ser visto à época como uma “indústria” das mais rentáveis, como também, no caso do receptivo internacional, pela importância do turista estrangeiro procedente de países desenvolvidos, para atestar o grau de modernização e progresso de uma jovem nação periférica disposta a “marcar seu lugar no século XX” (MOTTA, 1992, p. 6).

O principal portão de entrada na cidade era o Porto do Rio de Janeiro. Este começou a receber os primeiros pacotes ingleses em 1851, mas é das décadas de 1920 e 1930 a era dos luxuosos “Palácios flutuantes”, divulgados através de cartazes e prospectos bem ilustrados, que transmitiam modernidade através dos elementos gráficos *art nouveau*, *art-déco* e cubista, além dos cartões postais distribuídos a bordo, que os passageiros enviavam para amigos e familiares.

Além de diversas companhias europeias (britânicas, francesas, alemãs italianas, espanholas, holandesas polonesas e portuguesas), passaram pela Praça Mauá, navios turísticos com as bandeiras japonesa, argentina e americana. Entre as companhias brasileiras: Lloyd Brasileiro, fundado em 1890 e Companhia Nacional de Navegação Costeira, fundada em 1891, operando até a década de 1960.

As exposições internacionais de 1908 e 1922, alusivas ao centenário da Independência do Brasil, trouxeram ao porto do Rio de Janeiro milhares de turistas, chefes de Estado e autoridades em missão oficial. A cidade esforçava-se para impressionar os visitantes superando o estigma do “atraso”, representado pelo seu passado histórico colonial e escravista. Dois dos resultados da grande exposição internacional de 1922 foram a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, depois chamada de Touring Club do Brasil e a inauguração dos luxuosos hotéis Copacabana Palace e Hotel Glória, construídos para abrigarem as autoridades vindas especialmente para a ocasião, embora o Copacabana Palace não tivesse ficado pronto a tempo, sendo inaugurado apenas no ano seguinte.

Nos jornais e revistas brasileiros e na nascente imprensa turística, notícias, editoriais e artigos de opinião, ao mesmo tempo em que se envergonhavam da pouca atenção dada à atividade turística, demarcavam a esperança de que o turismo projetaria a imagem de um moderno e civilizado Rio de Janeiro no mundo,

proporcionando não só um grande afluxo de pessoas e capitais, mas principalmente uma reputação positiva e uma posição de liderança na América do Sul.

5 Marcos contemporâneos da paisagem carioca

Depois de a estátua do Cristo Redentor, um dos principais símbolos da cidade e ser eleito, em 2007, uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno (em eleição internacional de caráter não oficial), em 2012 o Rio de Janeiro foi a primeira cidade do mundo a receber o título de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural – título outorgado pela UNESCO, que considerou o *Cristo Redentor* como parte da paisagem do Rio de Janeiro incluída na lista de Patrimônios da Humanidade. Mais recentemente, em janeiro de 2019, o Rio de Janeiro também foi a primeira cidade do mundo a receber o título de Capital da Arquitetura, conferido igualmente pela UNESCO.

A candidatura da cidade como patrimônio mundial na categoria de paisagem cultural é assim justificada no dossiê que instrui o processo:

Após mais de quatro séculos de intensa ação humana, essa vegetação foi bastante alterada, mas a cidade desenvolveu uma forma especial de lidar com a natureza trabalhada pelo homem. Seja através do processo de reflorestamento de seus maciços, seja pelo redesenho e tratamento paisagístico de sua orla e pelo uso das praias, a natureza tem um lugar especial na cidade. Nesse sentido, a relação homem-natureza no Rio de Janeiro é única e constitui a alma da cidade (DOSSIÊ, s/d, p. 24).

O sítio Rio Paisagem Cultural abrange uma extensa área, dividida em três setores, onde são destacados o Pão de Açúcar, a Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Morro do Corcovado, encimado pela Estátua do Cristo Redentor e os morros ao redor da Baía de Guanabara, que “incluem as amplas paisagens desenhadas ao longo da Praia de Copacabana” (UNESCO, Brasil).

Conforme lembrou Ribeiro (2007), a proposta de transformar a cidade do Rio de Janeiro em paisagem cultural reconhecida pela UNESCO provocou muitas discussões, tanto em função do olhar exclusivo sobre a Floresta da Tijuca, como havia sido pensado inicialmente e alterado em face das recomendações da consultoria da UNESCO, quanto pela concepção seguinte, que incluía parte da cidade, ornamentada pelo mar e a montanha, com vivas interações entre a natureza e o homem, mas que não contemplava as favelas presentes no eixo destacado.

De fato, examinando-se o dossiê da candidatura da cidade à paisagem cultural, o termo “favela” é mencionado somente no item “Fatores que afetam o sítio”, onde é explicitado que as favelas que se localizam na região do sítio provocaram sérios

problemas, com a ocupação desordenada e o desmatamento trazendo graves consequências ambientais sobre os cursos d'água e contribuindo para a erosão. Não há referência à histórica capacidade humana de habitar as áreas favelizadas e suas formas de resistência, interagindo com o meio natural e estabelecendo redes de cooperação entre si, nem aos saberes e fazeres produzidos na favela, ou às interações entre a favela e a cidade; também não é mencionado que esta é um elemento marcante da paisagem cultural carioca, na cidade com o maior número de favelas do país. A ideia da “singularidade dos modos de viver numa cidade com uma topografia bastante distinta”, que conforma a noção de paisagem cultural da cidade agora patrimonializada, não alcança a população que vive nas favelas, mesmo sendo estas um dos fatores de maior curiosidade dos turistas contemporâneos que, desde a década de 1990, sobem os morros da cidade em busca de conhecer o jeito de ser e de viver do morador da favela e a contemplação da cidade vista do alto de seus mirantes.

Em contrapartida, o dossiê ressalta a “qualidade ambiental e social da cidade” proporcionada pelo “equilíbrio entre elementos naturais e construídos”, sugerindo uma harmonia entre o homem e a natureza:

O Rio de Janeiro, metrópole tropical que cresceu entre o mar, a montanha e a floresta, concentra aspectos da natureza que conferem característica única à sua paisagem, revelando o seu valor universal excepcional. A forte presença de elementos da natureza no meio urbano define o Rio como exemplo de cidade onde o equilíbrio entre elementos naturais e construídos confere qualidade ambiental e social, possibilitando ao homem moderno usufruir de diversas formas de lazer ligadas a sua natureza marcante (DOSSIÊ, s/d, p. 9).

Muito recentemente, em janeiro de 2019, a UNESCO outorgou um novo título à cidade: o de Capital Mundial da Arquitetura. O título, recém-criado pela agência em parceria com a União Internacional dos Arquitetos (UIA), mirou a cidade-sede do próximo Congresso Mundial da UIA, a ser realizado em julho de 2020. A partir desse modelo, todas as próximas cidades-sedes do congresso serão consideradas Capital Mundial da Arquitetura, conforme a UNESCO, comprometendo-se a realizar eventos que estimulem a discussão sobre o futuro das cidades e medidas sustentáveis que cumpram os compromissos estabelecidos na Agenda 2030. Para o evento, estão sendo esperados 25.000 participantes, vindos de todas as partes do mundo.

6 Considerações finais

Este trabalho procurou posicionar, em perspectiva histórica, a construção da paisagem carioca, conectando-a aos movimentos turísticos na cidade, partindo do

século XIX, adentrando a modernidade da *Belle époque* carioca, no início do século XX, até a outorga dos títulos de paisagem cultural e capital da arquitetura à cidade do Rio de Janeiro, já no século XXI.

Colocando-se em perspectiva comparada esses diferentes tempos e olhares sobre o Rio de Janeiro, vê-se que a construção desse novo título para a cidade, “Paisagem Cultural”, guarda fortes semelhanças com a visão oitocentista do Rio de Janeiro, ao propor a existência de uma harmonia homem-natureza, mas ignorando algumas relações contemporâneas fundamentais do carioca com seu território, como a relação da cidade com a favela. Percebe-se que a construção onírica do século XIX, em parte idealizada, em parte exacerbada, sedimentou aquilo que o próprio carioca e as vozes oficiais da cidade ainda consideram como atrativos do Rio de Janeiro.

Quanto ao segundo título, o de “Capital Mundial da Arquitetura”, também concedido de forma pioneira ao Rio de Janeiro, é, sem dúvida, um marco importante nos âmbitos nacional e internacional, considerando-se a visibilidade da cidade e de sua arquitetura (e também o seu potencial de atratividade turística), as metas estabelecidas na Agenda da ONU, visando à requalificação das cidades para um futuro mais sustentável e, por que não dizer também, o questionamento sobre o atual estado de conservação dos bens arquitetônicos da primeira Capital Mundial da Arquitetura.

Há que se questionar, contudo, se, sob o teto de defesa do patrimônio (natural), não se hão-de perpetuar – ainda que de forma não explícita, ou não totalmente consciente – padrões de segregação sociais e urbanos. E, também se, de alguma forma, tais segregações interessam ao negócio turístico. Até porque a nossa paisagem já não é mais, há muito, natural. É cultural. E agora oficialmente.

Referências

BERGER, P. **Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros 1531-1900**. Rio de Janeiro: Sec, 1980.

CAMARGO, H. L. **Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)**. São Paulo: Aleph, 2007.

CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHIAVARI, M. P. Os ícones na paisagem do Rio de Janeiro: um encontro com a própria identidade. *In*: MARTINS, C. (org.). **A paisagem carioca**. Rio de Janeiro: Prefeitura/Museu de Arte Moderna, 2000.

CORBIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

DOSSIÊ SÍTIO RIO PATRIMÔNIO MUNDIAL. Disponível em:
<http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20portugu%C3%AAs%2028%20mar%C3%A7o%202011%20RJ.pdf0>.

GASTAL, S. Da paisagem natural à paisagem cultural, um percurso de presença-ausência da natureza. 2008. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. INTERCOM/SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008. **Anais [...]**, 2008.

- GOMBRICHT, E. H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- GRAHAM, M. **Diário de uma viagem ao Brasil e uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1824], 1956.
- LIMA, V. A. E. Iconografia de viagem à luz da história da arte. *In*: COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE ARTE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX, 1., Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 25 a 29 de fevereiro, 2008.
- GUIMARÃES, V. L. **O turismo levado a sério: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2012.
- MACHADO, M. de B. T. **A modernidade no Rio de Janeiro: construção de um cenário para o turismo**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.
- MARTINS, L. de L. **O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.
- MOREIRA, R. da L. **Interpretações do Brasil através da fotografia: o Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. Mimeografado.
- PASSOS, Messias M. dos. **Biogeografia e paisagem**. Maringá: UEM, 1998.
- PERROTTA, I. **Desenhando um paraíso tropical: a construção do Rio de Janeiro como um Destino Turístico**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2011.
- PERROTTA, I. **Promenades do Rio: a turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939**. Rio de Janeiro: Hybris Design / Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015.
- PIRES DO RIO, Gisela Aquino; NAME, Leo. **O Novo Plano Diretor do Rio de Janeiro e a Reivindicação da Paisagem como Patrimônio**. Disponível em: https://www.academia.edu/5164889/O_novo_plano_diretor_do_Rio_de_Janeiro_e_a_reinven%C3%A7%C3%A3o_da_paisagem_como_patrim%C3%B4nio.
- RAMALHETE, F.; SILVA, F. Que planejamento urbano temos em Portugal? – uma entrevista com Gonçalo Ribeiro Telles. 2003. *In*: Al-madan – Arqueologia – Patrimônio – História Local, dezembro. Partícula Elementar. Disponível em: <https://patriculaelementar.wordpress.com/2018/12/15/o-patrimonio-nao-e-para-o-turismo-goncalo-ribeiro-telles-em-2003/>.
- SANTOS, R. **A imagem gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- SCHWARCZ, L. M. **O sol do Brasil**. Nicolas Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- TRINDADE, J. A. da. Os jardins de Glaziou para a Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro / RJ. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 156, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/23782/12973>.

Amazónia como património cultural: viagens pelo Paraíso

Cláudia Helena Henriques*

Resumo: O presente capítulo, ao apoiar-se numa abordagem integrada entre património natural e cultural, visa refletir sobre a importância de um conjunto de textos associados a viagens à Amazónia – enquanto paraíso terrestre – avançando com conteúdos interpretativos compatíveis com o desenvolvimento de diferentes tipologias de turismo – nomeadamente turismo cultural/criativo e científico. Em termos metodológicos, apoia-se na análise de conteúdo de um conjunto de 18 textos, desde o século XVI à atualidade, evidenciando que a oferta turística da Amazónia deve não só contemplar os seus valores naturais como também os culturais, privilegiando “olhar(es)” sobre a “natureza” amazonense registados por descobridores, exploradores, cientistas, missionários, escritores, aventureiros, entre outros.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Património da Humanidade. Património Cultural e Natural. Turismo Cultural e Criativo. Turismo Científico. Amazónia. Complexo de Conservação da Amazónia Central.

Abstract: The present chapter, based on an integrated approach between natural and cultural heritage, aims at analysing the importance of a set of texts associated with travels to the Amazon Forest – as an earthly paradise. Simultaneously, it intends to enhance interpretive content compatible with the development of different types of tourism – namely cultural/creative and scientific tourism. In methodological terms, it is based on the content analysis of a set of 18 texts, from the 16th century to the present, showing that the tourist offer of the Amazon Forest should not only consider its natural values but also the cultural ones, privileging “look(es) on Amazonian nature” recorded by discoverers, explorers, scientists, missionaries, writers, adventurers, among others.

Keywords: Sustainable Development. World Heritage. Cultural and Natural Heritage. Cultural and Creative Tourism. Scientific Tourism. Amazónia. Central Amazon Conservation Complex.

1 Introdução

O jardim de delícias – paraíso, foi desde a expansão marítima dos séculos XV e XVI, frequentemente associado à “descoberta” da América pelos europeus.

A Amazónia foi uma dessas novas terras “descobertas” que captou, desde o primeiro momento, um conjunto de viagens de descobridores, exploradores, cientistas, entre outros. Para além do seu valor natural patente no reconhecimento, na atualidade, do Complexo de Conservação da Amazónia Central, classificado enquanto Património Natural da Humanidade, a Amazónia detém relevantes valores culturais que deverão ser valorizados no contexto do desenvolvimento sustentável do turismo cultural e criativo ou, ainda, em conexão com a ascensão do turismo científico.

Assim sendo, o presente capítulo pretende destacar as interligações entre os patrimónios natural e cultural, potencializadores da construção de conteúdos

* Doutorada em Economia. Universidade do Algarve, Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar – CinTurs. *Email:* chenri@ualg.pt

interpretativos ou narrativas que fomentem o desenvolvimento do turismo cultural e criativo bem como o científico, assentes nos relatos históricos de viagens pela Amazónia percecionada (num primeiro contacto) como um “paraíso”.

Assim, após uma reflexão sobre o reconhecimento crescente do estreitar da relação entre património natural e cultural, e da apresentação da metodologia qualitativa de análise de conteúdo de textos associados à “descoberta” e/ou “exploração” da Amazónia, segue a discussão dos resultados e respetiva conclusão.

2 Turismo e património(s): interconexão entre património cultural e natural

Património natural tem tradicionalmente sido dissociado de património cultural e/ou de valores culturais captando, frequentemente, um papel secundário (em prol do património construído) nas discussões sobre a sua preservação e conservação, assente em características fundadoras da ontologia ocidental (HARMON 2007 *apud* MALLARACH; VERSCHUUREN, 2019, p. 1).

No entanto, a publicação intitulada *Cultural and spiritual values of biodiversity* (POSEY, 1999), ao defender a indissociabilidade entre “natureza” e “cultura”, conduz ao estabelecimento de um marco de inflexão na política de conservação do património natural. Assim, assiste-se ao crescente reconhecimento de que património natural, enquanto categoria, assenta em conceitos ou valores culturais (quer associados a “património” quer a “natural” ou “natureza”) potenciadores da compreensão do seu valor patrimonial (HOWARD; PAPAYANNIS, 2007) e de que as fronteiras entre património natural e cultural (tangível e intangível) são permeáveis, compatíveis com a adoção de uma “abordagem integrada”, onde “natureza” não deverá ser apartada de “cultura”. Valoriza-se então a “simbiose” ou “casamento” entre ambas, assente numa conceção identitária e holística do património (EU, 2019, p. 1, 6). Esta conceção apela por seu turno à responsabilização individual e colectiva da sua conservação e preservação manifesta em políticas de planeamento e gestão ou governança.

Neste contexto, tem-se vindo a assistir a um processo de mutação na conceptualização e valores relativamente à conservação/preservação do património natural. Mallarach e Verschuuren (2019, p. 1) destacam:

1) de avaliações exclusivamente naturais a abordagens mais holísticas e natural-culturais;¹

¹ Surgimento de uma série de novos conceitos e terminologias, como paisagens culturais (BRIDGEWATER; BRIDGEWATER, 1999), diversidade biocultural (LOH; HARMON, 2005; MAFFI; WOODLEY, 2010) e resiliência socioecológica (BERKES; FOLKE, 1998 *in* MALLARACH; VERSCHUUREN, 2019).

2) da gestão à inclusão da governança do património natural (DEARDEN; BENNETT; JOHNSTON, 2005);²

3) da avaliação de especialistas científicos à avaliação por povos indígenas, líderes espirituais e comunidades locais associados ao reconhecimento de valores tradicionais, religiosos, culturais e espirituais do património natural (PRETTY *et al.*, 2009; BELTRÁN, 2000);³

4) do património tangível ao intangível, incluindo valores religiosos e espirituais (BERKES, 1999; DUDLEY; HIGGINS-ZOGIB; MANSOURIAN, 2005; MALLARACH; PAPAYANNIS, 2007; MALLARACH, 2008; PAPAYANNIS; MALLARACH, 2010).

5) aplicação crescente de estruturas legais e regulamentares “top-down” até abordagens de “bottom-up” baseadas em direitos, incluindo leis, deveres e responsabilidades tradicionais.⁴

Neste enquadramento, o papel de entidades, tais como a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN)⁵ e UNESCO, patente em vários documentos, tem vindo a contemplar uma crescente interconexão entre natureza e cultura com referência explícita a valores culturais e espirituais associados à natureza.⁶

² O facto conduziu à criação da matriz de gestão e governança da IUCN (2008), onde categorias de áreas protegidas são cruzadas com quatro tipos amplos de governança: governança governamental, governança compartilhada, governança privada e governança por povos indígenas e comunidades locais (*in* MALLARACH; VERSCHUUREN, 2019).

³ Em consequência verifica-se maior interesse em valores compartilhados entre as abordagens científicas ocidentais e as ciências tradicionais e visões de mundo na interpretação, gestão e governança do património natural (LOCKWOOD; WORBOYS; KOTHARI, 2006 *in* MALLARACH; VERSCHUUREN, 2019).

⁴ A abordagem “bottom up”, possibilita que as populações indígenas, comunidades locais e outros atores continuem a desenvolver as suas práticas e modos de vida tradicionais que conviveram com a natureza durante gerações (CAMPESE *et al.* 2007; *in* MALLARACH; VERSCHUUREN, 2019).

⁵ Entre os documentos avançados pela IUCN e a World Commission on Protected Areas (WCPA), Mallarach e Verschuuren (2019: 3) destacam (na última década) os seguintes: *Supporting Custodian Protocols and Customary Laws of Sacred Natural Sites* (2012); *Respecting, Recognizing and Supporting Community Conserved Areas* (2012); *Respecting, Recognizing and Supporting Indigenous Peoples’ and Community Conserved Territories* (2012); *Encouraging Collaboration with Faith Organizations* (2012); *The Promise of Sydney* (2014); *Recognizing Cultural and Spiritual Significance of Nature in Protected and Conserved Areas* (2016); *Strengthening Cross-Sector Partnerships to Recognize the Contributions of Nature to Health, Well-Being and Quality of Life* (2016).

⁶ Considerando os documentos publicados pela IUCN que evidenciam uma “elevada” integração de valores culturais e espirituais, Mallarach e Verschuuren (2019) destacam: *Indigenous and Local Communities and Protected Areas: Towards Equity and Enhanced Conservation* (2004); *Forests and Protected Areas: Guidance on the Use of the IUCN Protected Area Management Categories* (2006); *Sacred Natural Sites: Guide for Managers of Protected Areas* (2007); *Ecological Restoration for Protected Areas: Principles, Guidelines and Best Practices* (2012); *Guidelines for Applying the IUCN Protected Area Management Categories to Marine Protected Areas* (2012); *Governance of Protected Areas: From Understanding to Action* (2013); *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories Including Best Practice Guidance on Recognizing Protected Areas and Assigning Management Categories and Governance Types* (2013); *Wilderness Protected Areas: Management Guidelines for IUCN Category 1b Protected Areas* (2016).

A IUCN (2019), no documento “Como dar mais força ao Património Mundial no post 2020” fomenta: 1) “Galvanizar a mudança comportamental”; 2) “sustentabilidade da biodiversidade em sítios cruciais” (fortalecer a proteção e gestão do património mundial); 3) “No-go Commitment”; 4) “Soluções com base na natureza”; 5) “Ligações entre a cultura e natureza”. Esta última pressupõe a promoção de conexões entre pessoas, cultura e natureza no âmbito do desenvolvimento sustentável. Esse facto enquadra-se no âmbito do respeito pela Agenda 2030 (e os seus 17 objetivos de desenvolvimento sustentável) e, ao nível do turismo (mais associado aos objectivos 8, 12 e 17), para documentos, tais como “Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030 – Highlights” (UNWTO, 2017) e o “Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies” (UNWTO, 2019), os quais fomentam a aplicação de modelos sustentáveis de produção e consumo.

No respeitante à UNESCO, desde os anos 70, tem revelado preocupações de integração dos valores culturais e naturais nos seus documentos de política. De acordo com Artigo 5(a), da Convenção do Património Mundial, cada Estado-parte que assinou a Convenção deve adotar “uma política geral que vise dar ao património cultural e natural uma função na vida da comunidade e integrar a proteção desse património a programas de planeamento abrangentes” (*in UNESCO et al.*, 2016, p. 32). De notar também o programa UNESCO *Man and Biosphere* (MAB) (1971) o qual coloca o foco na criação de sítios de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável contemplando a integração e a diversidade cultural e biológica, bem como o papel do conhecimento tradicional na gestão dos ecossistemas. Atualmente, a MAB Strategy 2015–25 (UNESCO, 2015) e a Declaração de Lima continuam a apostar numa abordagem integrativa dos valores naturais e culturais.

Destaca-se igualmente a Convenção para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972) como um dos mais antigos Acordos Multilaterais Ambientais Internacionais (AMAs) associado ao Património Natural.⁷ Ao bem natural integrante da Lista do Património Mundial é-lhe reconhecido um Valor Universal Excepcional (VUE),⁸ o qual pressupõe que respeite um conjunto de “critérios”⁹ bem

⁷ Património natural considera: i) monumentos naturais (formações físicas e biológicas ou conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico); ii) formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, que sejam de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; e iii) sítios naturais estritamente delimitados, detentores de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972).

⁸ Segundo a UNESCO (2006, p. 21) o VUE está descrito nas Diretrizes Operacionais como detendo: “significado cultural e/ou natural que é excepcional a ponto de transcender as fronteiras nacionais e ser importante para as gerações presentes e futuras de toda a humanidade” (Parágrafo 49).

como obrigações de planeamento e gestão de acordo com os mais altos padrões, consentâneos com a preservação e conservação da sua “integridade” (UNESCO *et al.*, 2016, p. 9).

A Convenção de 2005 – Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005), e o sequente “Relatório Global da Convenção de 2005” datado de 2018, estabelece um conjunto de quatro metas em concordância com os 17 ODS da Agenda 2030, onde a cultura se assume como *driver* e *enabler* de desenvolvimento (UNESCO, 2018, p. 13).

Também o “Guia do Património Natural” da UNESCO (UNESCO *et al.*, 2016) reconhece os desafios no planeamento e gestão do património, quer natural quer cultural. A UNESCO *et al.* (2016, p. 67), entre outros aspetos, chama a atenção para os “Programas de educação e interpretação para o Património Mundial” (UNESCO *et al.*, 2016, p. 67), salientando a importância dos gestores, para além de informações de fontes científicas, considerarem “os conhecimentos locais – também designados como conhecimentos tradicionais, indígenas, comunitários, rotineiros ou práticos –, tradições e práticas relacionadas aos valores do sítio. [...]. Conhecimentos locais podem ser expressos por meio de histórias, lendas, folclore, rituais, canções, artes performáticas e visuais e até mesmo leis e/ou campanhas de marketing”. Na mesma linha, a EU (2019, p. 53), aquando das recomendações para uma abordagem mais integrada entre património cultural e natural, sublinha a importância do “aumento do conhecimento sobre o recurso” bem como em se promover o “envolvimento e conhecimento da sociedade civil na conservação do património”. Simultaneamente chama a atenção para a importância em incluir valores culturais, tais como “beleza”, “silêncio” e “tranquilidade”, no desenvolvimento de novas estratégias para a conservação do património natural.¹⁰

Neste contexto, a tradicional divisão entre património natural e cultural, com reflexo na delimitação de políticas distintas para a conservação destes dois tipos de património (incluindo diferentes administrações que aplicam diferentes legislações, métodos, idiomas, disciplinas científicas e práticas), tem vindo a dar lugar ao estabelecimento de pontes que fomentem novas abordagens integradas entre a natureza e a cultura na conservação do património natural (MAFFI; WOODLEY, 2010;

⁹ Os Sítios de Património Mundial são nomeados tendo em conta seis critérios culturais (avaliados pelo ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*), e quatro critérios naturais (avaliados pela IUCN). Mais recentemente, tem-se assistido a uma aproximação entre IUCN e ICOMOS procurando ligar os valores naturais e culturais bem como os tangíveis e intangíveis.

¹⁰ Por exemplo, na Europa verifica-se que os organismos responsáveis pela conservação do património cultural incorporaram estes valores patentes em iniciativas, tais como: “Áreas de Tranquilidade” (*Tranquility Areas*) (em Inglaterra); “Áreas de Excepcional Beleza” (*Areas of Outstanding Beauty*) (Escócia, Inglaterra e País de Gales); “Áreas de Silêncio” (*Silence Areas*) (Holanda) (EU, 2019).

VERSCHUUREN *et al.*, 2010; APGAR; ATARIA; ALLEN, 2011; PUNGETTI; OVIEDO; HOOKE, 2012 *apud* MALLARACH; VERSCHUUREN, 2019, p. 4). No âmbito destas novas abordagens, a tendência não se circunscreve apenas a uma dicotomia abstrata entre valores utilitários ou económicos e valores culturais e espirituais intangíveis, mas ao reconhecimento das relações conflituantes entre as sociedades e seus ambientes, visões do mundo e sistemas de conhecimento. “Essas relações podem ser caracterizadas como algo entre saudável e harmonioso, patológico e destrutivo para a conservação do património natural” (MALLARACH *et al.*, 2019, p. 4).

“Olhar” o “natural” como “património da espécie humana” (PAPAYANNIS, 2007 *apud* SILVA, 2018) pressupõe o reconhecimento dos impactos que as atividades humanas causaram no ambiente natural. E mais, “olhar” o “natural” depende do sujeito desse “olhar” e do enquadramento “teórico-conceitual” com que se propõe compreender o objeto do seu “olhar” (PAPAYANNIS, 2007 *apud* SILVA, 2018). “Olhar” o “natural” através de outros “olhares”, subentende uma estrutura identitária associada ao seu *genius loci* (PETZET, 2008) suportada pela multiplicidade de “olhares” entrecruzados no tempo e espaço, que assentam em estratos (ou níveis) de “conhecimento” e “sentimento(s)” (HENRIQUES, 2008, p. 33) associados ao ambiente ou património “natural”.

Kok (2011 *apud* KARPINSKI, 2018, p. 315) enfatiza que a “natureza” como património pode ser perspectivada no contexto de outros patrimónios, tais “artístico, cultural e ambiental”, constituindo-se como uma viagem pela memória coletiva dos sentimentos, dos mitos, dos rituais que presentificam valores ancestrais ainda pouco tidos em destaque no “olhar” sobre os territórios naturais. Património configura-se então como “construção social” (PRATS, 1997, p. 19), na medida em que é uma idealização construída: Ser ou não património dependerá daquilo que para um coletivo humano e num dado período de tempo, se considera socialmente merecedor de ser legado para gerações futuras.

Assim, associado ao património natural, emergem outros valores que devem ser perspectivados na sua interligação. Mallarach, Comas e Armas (2012, p. 31) reportando-se a valores do património intangível associados a áreas protegidas (na Espanha) põem em evidência valores tais como o “artístico, estético, social, governança, histórico, linguístico, religioso, espiritual”. A consideração desta multiplicidade de valores possibilita a estruturação de narrativas que contribuem para a valorização do turismo cultural e criativo (RICHARDS; WILSON, 2006) bem como do científico (nomeadamente

no seu nicho “cultura”).¹¹ Por exemplo, associando um património “natural” à sua dimensão histórica, ele é inscrito “numa reconstrução, ou construção imaginativa, construída a partir da nossa atitude, em relação a uma massa ativa de reações ou experiências do passado organizadas, que trazemos ao presente na forma de imagens ou na forma da linguagem”. E ainda “história e memória são, assim, atributos da cultura dos povos que conferem identidade aos lugares e, portanto, imprimem múltiplos significados culturais. Mas como produtos de interpretações e da própria dinâmica social, são também atributos possíveis de “releituras” e alterações, ou seja, de novas narrativas”. As sociedades “constroem” então a identidade dos lugares e definem a sua pertença, recorrendo à memória (colectiva) do passado, remetendo para a sua dimensão histórica (FIGUEIREDO, 2017, p. 14). Esta “memória” histórica assenta privilegiadamente em monumentos e documentos, práticas tradicionais, entre outros.

Adicionalmente caberá salientar que o conhecimento sobre o “natural” pode possibilitar a inter-relação entre turismo e ciência, potencializadora de aumento de conhecimento através da oferta de “produtos turístico-científicos” (BOURLON, 2012; BOURLON; TORRES, 2016), associados à “terra e dinâmica dos oceanos”, “fauna e dinâmicas populacionais”, “flora e ecologia” e “*human settlements*, história e cultura”. Este último avança com a dimensão “história da colonização” reconhecendo que conhecimento relevante sobre património natural e cultural “construído” no decurso da evolução histórica (por uma multiplicidade de factos e relatos históricos) pode contribuir para a compreensão do lugar/território. Embora o conceito de turismo científico possa ser ainda ambivalente, ele tem o mérito de colocar em destaque a relação histórica entre ciência, viagem e turismo. Pode também possibilitar a associação com ecoturismo, turismo de voluntariado, turismo de aventura, turismo de natureza ou, ainda, com o conceito de educação e aprendizagem.¹²

3 Metodologia

O presente capítulo, ao visar refletir sobre as interconexões entre os patrimónios natural e cultural potencializadoras da construção de conteúdos interpretativos ou narrativas que fomentem o desenvolvimento do turismo cultural e criativo, bem como científico, após uma breve reflexão sobre a abordagem integrativa entre natureza e cultura, assenta num estudo de caso – a Amazónia.

¹¹ Para Bourlon e Torres (2016) este tipo de turismo está associado a quatro dimensões: “expedições e aventura”, “investigação científica”, “educação e aprendizagem” ou “cultura e interpretação”, as quais podem ser combinadas numa multiplicidade de formas, com vista a oferecer atividades distintas.

¹² Vide Cushner (2004 *apud* BOURLON; TORRES, 2016) no texto *Teacher as traveler/Travel as teacher*.

Após a caracterização da Amazónia e do seu Valor Universal Excepcional associado ao Complexo de Conservação da Amazónia Central, o capítulo avança para uma pesquisa exploratória apoiada na análise de conteúdo (BARDIN, 2015) de um conjunto de 18 textos de viagens à Amazónia, destacando um valor cultural, ou seja, a Amazónia enquanto “paraíso” associado a “categorias” de análise que contemplam elementos associados a “beleza”, “liberdade”, “riqueza(s)”, “força da natureza” e a “sentimento(s)”, tal como avançados previamente em Matos (2012), Legrain (2010), Godim (1994) e Delumeau (1992).

Adopta-se uma abordagem integrada do património (natural/cultural) apoiada numa perspetiva transtemporal da Amazónia (enquanto paraíso), desde a sua descoberta pelos europeus até à atualidade. Simultaneamente, desenvolve-se a análise de conteúdo de um conjunto de textos escritos, eles próprios de importância cultural (histórica, literária, intelectual, científica ...) assinalável e constituindo em si manifestações do património cultural amazonense, publicados quer como livros, relatos, relações, cartas, entre outros documentos, dando nota de viagens de descobridores, exploradores, cientistas, artistas, escritores, religiosos, entre outros. Os textos considerados constam da Tabela 1.

Tabela 1 – Textos selecionados sobre Viagens pela Amazónia (por autor e título)

Autor (século)	Título da obra
Américo Vesputio (XVI)	Cartas Mundus Novus (1503[?]) (dirigida a Lorenzo de Medici)
Diego Nunes (XVI)	Carta dirigida ao rei D. João III de Portugal (1538/1895)
Gaspar de Carvajal (XVI)	Nuevo Descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió [...] Orden de Santo Domingo de Guzmán, Descubrimiento do rio de Orellana (1541-42)
Walter Raleigh (XVI)	Discovery of Empire of Guiana (1595)
Christobál de Acuña (XVII)	Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1638-1639)
Alonso Rojas (XVII)	Relacion del descubrimiento de las Amazonas y sus dilatadas provincias y relación del río de las Amazonas, hoy San Francisco de Quito (1640)
Willem Pies e Georg Marcgrave (XVII)	Historia Naturalis Brasiliae (1648)
Charles-Marie de La Condamine (XVIII)	Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas (1745)
Alexandre Rodrigues Ferreira (XVIII)	Diário do Naturalista - Viagem Filosófica pelas capitâncias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)
Alexander Von Humbolt (XVIII-XIX)	Voyage aux Régions Équinoxiales au Nouveau Continent, fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804
Carl Friedrich Martius e Johann Baptist von Spix (XIX)	Reise in Brasilien (Viagem pelo Brasil) (organizada por von Martius e Spix) (1823-1831); Flora Brasiliensis (1840-1906)
Alfred Wallace (XIX)	Viagens pelo Amazonas e Rio Negro (1889)
William Bates (XIX)	No coração da Amazónia

Georg Heinrich von Langsdorff (XIX)	Os Diários de Langsdorff ([1826] 1997-1998)
Percy Fawcett (XX)	Exploration Fawcett: Journey to the Lost City of Z (1953)
Levi Strauss (XX)	Tristes trópicos (1955/2001)
Euclides da Cunha (XX)	Ensaio à Margem da História ¹³
Google (XXI)	Projeto Street View

Fonte: Elaboração própria.

Os textos referidos, associados a uma multiplicidade de formas de linguagem (literária, científica, burocrática, académica, diários, etc.), constituem uma realidade em palavras. Esta realidade pode, através do exterior ou elementos exteriores (por exemplo, de ordem “natural”), convergir para um maior “sentimento” deste património que (re)vive e se (re)interpreta num “olhar” e “sentir” de dimensão histórica, construindo memórias. O pressuposto é de que esta partilha de memórias no tempo contribui para a “construção” ou “invenção” da Amazônia enquanto espaço natural-cultural simbiótico, com vista a valorizar a experiência turística memorável (PINE; GUILMORE, 1998), em que as memórias refletidas nos textos constroem memórias fora deles, entrecruzando dimensões temporais. Ser turista, na Amazônia de hoje, pode enquadrar-se numa viagem “ancorada” em várias viagens ao longo de séculos que se conjugam num (re)descobrir deste território. Reconhecendo que “linguagem turística” e “linguagem documental/literária” não se equivalem, considera-se que a última pode fomentar alicerces para a construção da primeira, potenciando a valorização da experiência turística.

4 Viagens pela Amazônia: interconexões entre património natural e cultural

4.1 Amazônia enquanto Património Natural da Humanidade

A Amazônia inclui o “Complexo de Conservação da Amazônia Central” (CCAC) – AM, inscrito em 2000 e com extensão em 2003, como Património Natural da Humanidade.

O Complexo de Conservação da Amazônia Central é composto pela “maior área protegida da Bacia Amazónica (com mais de 6 milhões de hectares) e é reconhecido como uma das regiões mais ricas do planeta em termos de biodiversidade” (UNESCO, 2000). Segundo a UNESCO (2019), a “área localizada no Estado do Amazonas é composta pelo Parque Nacional do Jaú¹⁴ (1980), a área de demonstração da Reserva

¹³ Vide adicionalmente: Cunha, Euclides da. *Amazônia: um paraíso perdido*. Manaus: Valer, EDUA, Governo do Estado do Amazonas, 2003.

¹⁴ Atualmente sua administração está a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Jaú é a quarta maior reserva florestal do Brasil e o terceiro maior parque do mundo em floresta tropical húmida intacta. Criado através do Decreto Nº 85.200, emitido pela Presidência da República em 24 de setembro de 1980. Sua conservação tem em consideração o Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú / Fundação Vitória Amazônica. — Manaus: FVA/IBAMA, 1998. XVIII.

de Desenvolvimento Sustentável Mamairauá, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã e a Estação Ecológica Anavilhanas/Parque Nacional Anavilhanas (inscrito em 2003), todos no Estado do Amazonas. Além disso, também inclui importantes exemplos de ecossistemas de várzea, florestas de igapós, lagos e canais – os quais formam um mosaico aquático em constante mudança. O sítio protege algumas espécies-chave ameaçadas, incluindo o pirarucu, o peixe-boi amazônico, o jacaré-açu e duas espécies de botos”.

O seu Valor Universal Excepcional apoia-se no reconhecimento de que preenche os critérios (ix) e (x). O IPHAN (2019) destaca que o Complexo de Conservação da Amazônia Central se associa: “A cobertura florestal é composta de florestas extensas e contínuas na planície central amazônica. Ela engloba uma paisagem, que é característica do baixo rio Negro e foi tipificada como sendo: floresta tropical densa, localizada principalmente em terra firme, assim, livre de inundação na época da cheia; floresta tropical aberta, aparentemente associada com a fisionomia das florestas tropicais e áreas de tensão ecológica, com transições climáticas entre duas zonas botanicamente distintas; e campinarana, um mosaico de vegetação restrita à Bacia do Rio Negro”. Adicionalmente põe em relevo que a área protege uma amostra impressionante de fauna, com muitas espécies de rios” (IPHAN, 2019).

Preocupações com a sua conservação e preservação são uma constante patente nos instrumentos de planejamento e gestão. Neste contexto, como assinala Duringan,¹⁵ há “vários projetos acontecendo ao mesmo tempo, entre eles, o Corredor Ecológico da Amazônia Central, envolvendo cerca de 30 milhões de hectares, dos quais fazem parte as Unidades de Conservação”.

No respeitante ao reconhecimento da importância cultural da Amazônia, a sua declaração (Declaração da Amazônia) como “Monumento da Natureza” (“Primeiro Monumento Nacional da Natureza”), em 2007, pelo ICOMOS, contempla a floresta tropical da região amazônica em seus limites naturais e em sua integridade. Simultaneamente, constitui um poderoso símbolo de comprometimento das redes profissionais e científicas envolvidas na conservação e proteção da herança cultural, a fim de estimular a cooperação internacional e multidisciplinar (ICOMOS, 2007).

4.2 Amazônia como “construção” do Paraíso

As religiões do Livro – como judaísmo, cristianismo, islamismo – ensinam que, na origem do mundo, vivíamos num jardim de delícias, designado de “paraíso terrestre”,

¹⁵ De acordo com Carlos Durián, secretário executivo da Fundação Vitória Amazônica (FVA), o projeto encontra-se agora em fase de licitação para a elaboração de um “Plano de Co-gestão” e de implementação de um “Plano de Fiscalização”, do qual o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) é o coordenador no Estado (IPAAM, 2019).

cujo termo provém do persa *pairi daiza*, “jardim fechado (*cloture*)”, *paradiso* ou *paradeiso* em persa antigo (LEGRAIN, 2010, p. 15). “Paraíso é o lugar da felicidade prometida, perdida, esperada a encontrar ou a reencontrar no final da errância” (LEGRAIN, 2010, p. 50). Na mesma linha, Delumeau (1992, p. 13) define “paraíso” como o “jardim das delícias” unido a “felicidade” ou “sonho de felicidade”. “No interior de um perímetro abençoado, a natureza encontra-se associada à água, aos eflúvios perfumados, à igualdade primaveril do clima, à ausência de sofrimento, à paz entre os homens e os animais (LEGRAIN, 1992, p. 13).

As primeiras viagens à América, ao Novo Mundo (*Mundus Novus*), ao “Novo Continente” ou *Quarta Pars Mundi*, bem como os primeiros avistamentos da Amazônia são frequentemente associados ao (re)encontro com o “paraíso”, como se o seu *genius loci* permitisse reconstruir e reviver a “essência” e o “sentido”, independentemente da motivação na sua origem – descoberta de territórios desconhecidos, conquista, aventura, riqueza, religião ou conhecimento.

Num dos primeiros avistamentos da Amazônia (1499 e 1501[?]), Américo Vespúcio primordialmente motivado em “ver parte do mundo e suas maravilhas”, revela o seu fascínio face às “novas” terras encontradas: “e certamente se o paraíso terrestre em alguma parte existir, não longe daquelas regiões estará distando estimo” (VESPUCIO, Cartas, [1503] (2003)).

E nesse paraíso a variedade e a quantidade de animais é tão grande que salienta: “creio que com dificuldade tantas espécies entrariam na Arca de Noé” (VESPUCIO, Cartas, [1503](2003).

A Amazônia como lugar recém-descoberto era o paraíso, onde o Amazonas, segundo Pinelo, seria “comprovadamente” um dos “quatro rios que saíam do paraíso terrestre” (*apud* DELUMEAU, 1992). A Amazônia seria então a representação de “fauna e flora extraordinárias, de lugares sagrados associados a histórias bíblicas, da fonte da eterna juventude, mas também da abundância de ouro e pedras preciosas” (GONDIM, 1994, p. 34).

Este paraíso de riquezas, onde o “ouro” é uma referência incontornável, motivará muitas expedições, tal como a de Vicente Pinzón protagonista da “descoberta” oficial da Amazônia (1500), nomeadamente da Fóz do grande rio Amazonas (batizado à época de *Río Grande de Santa María de la Mar Dulce*). No relato da expedição está manifesta a dualidade do encontro de Pinzón e seu grupo armado (espanhol) e os índios, que se de início amigável – “os marinheiros ofereceram-lhes um ‘cascabel’ (guizo) e os nativos um ‘canuto dorado’ (bastão de ouro), termina em perigo para os visitantes a serem atacados pelos índios (ALBERT, 2010, p. 38). Na costa amazónica, o contacto espanhóis-índios terá sido mais pacífico, com muitos índios

pintados que subiram aos navios com “tanto amor como se os tivessem conhecido por toda a sua vida” (2010, p. 38).

Diego Nunes, na sequência de uma expedição pelos territórios dos índios Chupacho e Iscaicinga (Província de Machifaro), dirige uma carta ao rei D. João III de Portugal (em 1538), descrevendo as terras descobertas, os povos que as habitam e as riquezas que possuíam, destacando a existência de “ouro”. Salienta: “Nesta província de Machifaro que eu vi se podem povoar cinco ou seis vilas mui ricas, porque sem dúvida há nela muito ouro [...]. Esta terra está entre o rio Prata e o Brasil pela terra adentro [...]” (NUNES, 1538/1895).¹⁶

Aliás, evocar a riqueza amazonense estará presente no processo de descoberta e conquista deste território. A “obsessão pela busca do reino do El Dorado,¹⁷ além da crescente preocupação em determinar sua localização exata”, será transversal a muitos exploradores, uma vez que se acreditava que este “possibilitaria a realização de todos os desejos e poderes – se encontrava vinculado à ideia de paraíso, um éden de fertilidade, beleza e prazer, sinônimo de felicidade plena, sendo que nestas narrativas, este mito foi entrecruzado com o das amazonas” (MATOS, 2012, p. 191).

Paralelamente, surgem novos mitos tais como a existência de reinos fabulosos de riquezas incontáveis perdidos no coração da floresta, tais como lago Parime, o país das esmeraldas, a terra da canela, a cidade de Manoa, o Paititi, e muitos mais. A existência de um paraíso terrestre, como sublinhou Matos (2012, p. 190), embora já fizesse “parte do imaginário das culturas mediterrâneas [constitui-se como] um elemento de atração, [e] muitos se deslocaram para o Novo Mundo, sonhando encontrar profusão de ouro e pedras preciosas”.

Em 1541, a expedição de Gonzallo Pizarro e Francisco de Orellana é associada à procura secreta do mítico El Dorado, bem como outras riquezas supostamente existentes no país da canela. A viagem que se seguiu, protagonizada por Orellana ao comando e frei Gaspar de Carvajal como relator, constituiu-se como a primeira expedição europeia a navegar todo o rio Amazonas, desde os Andes (nascentes) até à sua foz. No diário de viagem de Carvajal (1541-42), relatando este “novo e nunca visto descobrimento” revela-se “receoso, mas envolto em deslumbramento” e “descrevia/criava/recrava o paraíso terrestre no território das Amazonas. Falava de suas riquezas, cercado de pequenos édens com frutos, caça e pesca abundantes, apresentava ainda campos cultivados por uma população produtiva” (MATOS, 2012, p. 193).

¹⁶ Geogr. Madrid (37:197-120), 1895.

¹⁷ Para aprofundamento sobre o “El Dorado” vide Fernandes, L. e Gomes, W. Crônicas de El Dorado: Uma análise dos relatos dos cronistas espanhóis sobre uma terra de riquezas fabulosas na América do Sul, (1536-1542). Mosaico, v. 7, n. 10, p. 77-95, 2016.

A terra é tão boa, fértil e tão ao natural como a da nossa Espanha, [...]. É terra temperada, onde se colherá muito trigo, e se darão todas as árvores frutíferas. [...] está aparelhada para criar todo o gado [...] e há muita caça de toda a espécie” (CARVAJAL, [1541-42] 1941, p. 62-63).

“[...] Vinham com as suas joias e arrecadas de ouro, e nunca o capitão consentiu que se tomasse coisa alguma, nem mesmo que as mirássemos, para que os índios não entendessem que lhe dávamos aprêço. E quanto mais nisso nos descuidávamos, mais ouro punham em cima de si. Aquí nos deram notícia das amazonas e das riquezas que há abaixo, e quem o fez foi um índio chamado Apária, velho que dizia ter estado naquela terra, e também nos deu notícia de outro senhor que estava apartado do rio, metido terra a dentro, e que ele dizia possuir enorme riqueza de ouro (CARVAJAL, [1541-42] 1942, p. 120).

Este “éden tropical” tem, na aceção de Godim (1994, p. 84), as amazonas como guardiãs: “É uma terra primaveril, edénica, rica em caça, pesca e frutos, esconde tesouros indescritíveis muito bem guardados pela sociedade de castas dominada por Cohori, a matriarca das mulheres lendárias”. Assim, esta expedição representa o primeiro contacto e observação de rios e seus afluentes, fauna e flora, povos indígenas (seus costumes, linguagem, artes bélicas), bem como situações insólitas de índios gigantes, índios pigmeus, índios com pés virados ao contrário, mulheres guerreiras, entre outras (CARVAJAL, [1541-42] 1986).

A busca do lendário reino de ouro e reforço da lenda no mito do El Dorado associada a propostas de estratégias geopolíticas para o controle territorial do Novo Mundo, está igualmente patente em Walter Raleigh. Sobre a cidade de ouro, Raleigh escreveu que mesmo não a tendo visto, pelo excesso de informações, acreditava em cidades esplendorosas no caminho de El Dorado, onde o “imperador vive construindo templos e palácios com paredes revestidas de ouro e teto cravejado de rubis, safiras e diamantes” (RALEIGH, [1595]1893 *apud* CAMILO, 2011, p. 3). E acrescenta:

A Guiana [era] o mais rico império inca. Seus desbravadores europeus voltarão com navios mais pesados [de ouro] do que os de Hernán Cortez ao sair do México ou os de Pizarro do Peru. O dourado das montanhas reluzirá para sempre nos confortos que proverá a seus filhos e oportunidades que criará a seu povo. Tudo isso só será possível, como já foi dito, pelo esforço abnegado dos que me acompanharem nesta primeira viagem de descoberta. A Inglaterra só conseguira ofuscar a opulência da Espanha quando tomar o caminho do Eldorado (RALEIGH, [1545] 1893, p. 201).

A expedição de Pedro Teixeira (1637-1639) de ida e volta entre Gurupá/Cameta (Belém/Grão Pará) e Quito (atual Equador/ex Reino do Peru) – resultou, entre outros aspetos, na 1ª Navegação do rio Amazonas contra a corrente (da foz à “nascente”) e reforço da Amazônia Portuguesa com colocação do Marco Limite no Alto Amazonas. No relato “Novo Descobrimento do grande rio das Amazonas” de Cristovão de Acuña,

para além da sugestão de aproveitamento de produtos regionais, considerações geopolíticas de penetração e posse da região, descrição da organização tribal de povos indígenas, seus ritos fúnebres, guerras, armas, utensílios de pesca, religião, artesanato, festas, bebidas, alimentos, etc., as riquezas eram testemunhadas tornando-a uma região que todos queriam alcançar. A conquista do “paraíso” na Amazônia representaria riquezas e expansão do cristianismo, em nome do Rei e de Deus. Segundo Acuña (1638-39):

[...] se o lago Dourado tem o ouro que a opinião geral lhe atribui, se as Amazonas habitam, como testemunham muitos, entre as maiores riquezas do planeta; se os Tocantins são tão afamados pelos franceses pelas pedras preciosas e abundância de ouro; [...], neste Grande Rio está tudo encerrado: o lago Dourado, as Amazonas, os Tocantins e os ricos Omáguas [...]. Nele, está depositado o imenso tesouro que a majestade de Deus tem guardado para enriquecer, com ele, a de nosso grande rei e senhor Felipe Quarto” (ACUÑA, [1639] 1994, p. 103).

[...] o rio das Amazonas banha reinos mais extensos, fertiliza mais planícies, sustenta mais homens e aumenta com suas águas oceanos mais caudalosos. Para vencê-los em felicidades, só lhe falta ter sua origem no Paraíso, como daqueles outros afirmam grandes escritores. [...]. As províncias vizinhas ao rio das Amazonas não necessitam de bens raros, porque há abundância de peixes em suas águas, de caça em suas montanhas, de pássaros em seus ares, de frutos em suas árvores, de colheita em seus campos, de minas em seu solo, e os nativos que ali habitam possuem muitas habilidades e aguda inteligência para tudo o que lhes importa (ACUÑA, [1639] 1994, p. 68-70).

No contexto da expedição referenciada, Rojas, na *Relación del Descubrimiento del Rio de las Amazonas y sus dilatadas Províncias*, escreve:

Este es el famoso río de las Amazonas que corre y baña las más fértiles y pobladas tierras que tiene el imperio del Perú, [...] [que] [...] arenas de oro tiene, tierras riega que atesoran innumerables riquezas [...]. Del río afirman los que le han descubierto, que sus campos parecen paraísos y sus islas jardines” (ROJAS, 1640, *apud* CARVAJAL; ALMESTO; ROJAS, 1986, p. 229).

As riquezas de ouro, prata, pedras preciosas e aprisionamento de indígenas para mão de obra escrava, levaram à existência de bandeiras e entradas. Destaca-se a Bandeira dos Limites, chefiada por António Raposo Tavares (1648-1651), com duração de mais de três anos, de ida e volta de São Paulo a Belém do Pará, a qual oficialmente buscava metais preciosos (prata) na Amazônia mas que, secretamente, visava conhecer melhor a região para identificar os interesses de Portugal na região, de forma a reforçar a sua posição de potência colonizadora.

Para além das riquezas terrenas associadas à Amazônia, como parte do Novo Mundo, ela era território a conquistar espiritualmente com vista a instaurar o Reino de

Deus. Missionários de várias ordens partiram para esses territórios percebendo os indígenas como bons, dóceis e convertíveis e por isso terreno próspero para a catequização do “selvagem convertível” e “naturalmente bom”. Nomes como Luiz Figueira,¹⁸ Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux, Cristóvão de Lisboa, António Vieira, Samuel Fritz (1686-1715) destacam-se na preocupação em preservar os indígenas, “homem sem malícia”. Aliás, prenúncio da valorização, por Rousseau, do estado “primitivo da espécie humana” (ROUSSEAU, 1832, p. 97). Simultaneamente, muitos missionários contribuíram sobremaneira para o avanço de conhecimento sobre os designados “reinos da natureza” e populações indígenas (línguas, rituais, ...) (vide Figuras 1 e 2).

Figuras 1 e 2 – História dos animais e árvores do Maranhão, de Frei Cristóvão de Lisboa [primeira história natural amazonense (elaborada entre 1624 e 1627) – desenhos]



Fonte: <http://www.in-libris.com>.

A Amazônia é também percebida como o paraíso de naturalistas, cientistas, viajantes filosóficos. Contudo, cabe assinalar que grande parte das vezes, a exploração científica do Novo Mundo, no decurso do século XVII, e fundamentalmente no século XVIII, assenta na forte articulação entre “ciência e império”, falando-se de “Imperialismo Verde” onde se reforça a ligação entre a história natural e a economia. “O saber assume outro estatuto: quem o detivesse deteria o poder. Assim a história natural não evolui numa esfera autónoma do saber científico fechado em si próprio, mas em relações heterogêneas entre política, economia e natureza” (HENRIQUES, 2012).

Tal está patente na expedição de Willem Pies e Georg Marcgrave enquadrada no período de governação de Maurício de Nassau (Holanda). A obra *Historia Naturalis Brasiliae* (1648) evidencia, entre outros aspetos, o aumento de conhecimento sobre novas espécies, bem como sobre doenças e formas de as tratar. Nela estão descritas

¹⁸ Vide Figueira, Pe. Luis. A Relação do Maranhão, 1608, (*Revista do Instituto do Ceará*, 1887, tomo I, p. 97-138. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/>).

22.767 espécies de plantas, das quais 5.689 eram novas para a ciência. Ela incluiu o primeiro mapa fitogeográfico do Brasil, cuja divisão florística permanece ainda nos dias de hoje (PISO; MARCGRAVE, [1648] 1948) (Figura 3).

Figura 3 – Historia Naturalis Brasiliae (1648), de Pies Willem e Georg MarcGrave



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_Piso#/media/e
<http://www.illustratedgarden.org/mobot/rarebooks/browse.asp>¹⁹

No século XVIII, várias expedições e seus relatos evidenciam os seus autores como viajantes filosóficos e viajantes científicos que procuram o conhecimento. Charles-Henri de La Condamine²⁰ ([1745]/2000), na “Viagem na América meridional descendo o Rio das Amazonas”, distingue-se como viajante filosófico, evidenciando como principal preocupação “o levantamento da carta de curso de um rio que atravessa vastas regiões, quase desconhecidas” (CONDAMINE, [1745], 2000, p. 32). Também Alexandre Rodrigues Ferreira²¹ – 1783-1792, durante um largo conjunto de anos, foi protagonista de uma viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio

¹⁹ Vide Piso, Willem. Publisher: Lugdun. Batavorum : apud Franciscum Hackium et Amstelodami: apud Lud. Elzevirium, 1648.

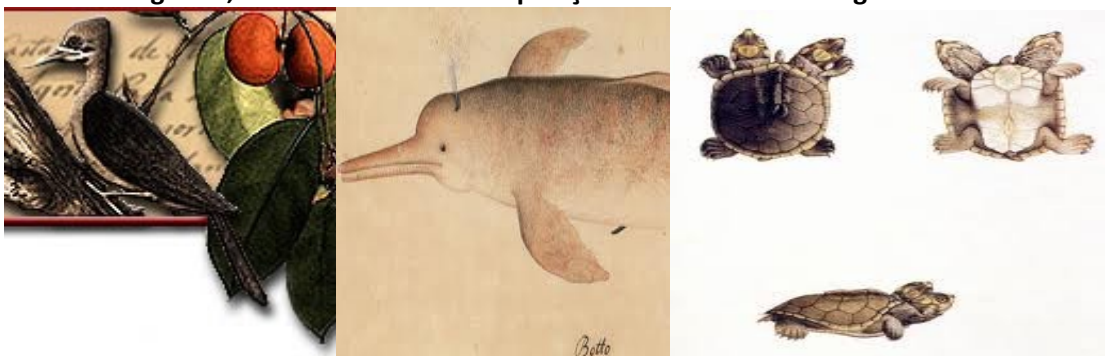
²⁰ Expedição técnica (1735-1744) de sábios da Academia de Ciências de Paris, sob auspícios do rei Luis XV com o objetivo de medir o diâmetro do Equador para determinar a forma da Terra.

²¹ Expedição chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) com o objetivo de compor uma grande fauna e flora do reino e seus domínios. Composição: Alexandre Rodrigues Ferreira (naturalista) Agostinho Joaquim do cabo (jardineiro-botânico), José Joaquim Freire (desenhador), Joaquim José Cadina (riscador), entre outros (soldados, remadores, carregadores, caçadores, cozinheiros, serventes).

Negro, Mato Grosso e Cuiabá, afirma o seu objetivo de “averiguar inscrições, costumes, literaturas, comércios, agriculturas, além do peso enorme das produções dos *três reinos da natureza*” (reinos da natureza mineral, animal e vegetal), da Amazônia Brasileira e parte da Bacia do Rio Paraguai (Figuras 4, 5 e 6). Aquando da sua chegada à Amazônia e numa primeira impressão refere:

“A terra em si ... é um paraíso; aqui mesmo são tantas as produções que eu não sei a que lado me volte” (FERREIRA, [1783] 2003, p. 20).²²

Figura 4, 5 e 6 – Desenhos da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira



Fonte: Biblioteca Nacional. <http://www.catalogos.bn.br/Alexandre/historico.htm>.

Alexander Von Humbolt, já no advento do século XIX, considerava-se “um viajante científico” e não um explorador. Na sua expedição à América do Sul, destaca o propósito de determinar a interação das forças da natureza e as influências que o ambiente geográfico exerce sobre a vida vegetal e animal. O saber está ligado ao ser, o ser está ligado ao meio ambiente, e esse complexo campo pode ser um lugar de transcendência.²³ À saída de Coronha, onde embarca (com Bonpland) para a Venezuela, escreve: “Que felicidade ... minha cabeça gira de alegria ... Que tesouro de observações eu vou poder realizar para enriquecer meu trabalho sobre a construção da terra ...” (HUMBOLT, 1800).²⁴

A floresta amazônica, na sua magnificência, grandeza e poder é fonte de felicidade:

Nós estamos aqui, enfim, no país mais divino e maravilhoso. Plantas extraordinárias, enguias elétricas, tigres, tatus, macacos, papagaios e numerosos, muito numerosos índios puros – semisselvagens, uma raça muito bonita e muito interessante de homens... Desde a nossa chegada,

²² Primeiras cartas de Ferreira a Mello e Castro, chegado ao Pará.

²³ Vide <http://institut-geopoetique.org/pt/cadernos-de-geopoetica/143-as-peregrinacoes-geopoeticas-de-humboldt>.

²⁴ Vide <http://institut-geopoetique.org/pt/cadernos-de-geopoetica/143-as-peregrinacoes-geopoeticas-de-humboldt>.

corremos por toda a parte como loucos ... Sinto que serei feliz aqui (HUMBOLDT, 1819).²⁵

Tudo demonstra a grandeza do poder, a ternura da Natureza, desde a boa constrictor, capaz de engolir um cavalo, até o colibri, capaz de balouçar-se no cálice de uma flor (HUMBOLDT, 1819).

– É como o paraíso – disse o patrão da lancha, velho índio das missões (HUMBOLDT, 1819).

A palavra “paraíso” associada a “felicidade” está igualmente presente em Johann Spix e Martius, aquando da Missão Científica de História Natural, conhecida como a Missão Austríaca (Figuras 7 e 8).²⁶ Durante o percurso, a visão do paraíso é idealizada em vários momentos. Spix (*apud* BOLLE; PINTO, s.d.) salienta: “há momentos em que do confronto com a natureza intocada surge a imagem do ‘tempo da criação’, do ‘gênesis’ e do ‘paraíso’”. Quanto a Martius,²⁷ no seu diário sublinha o prazer que sente associado ao usufruto da natureza; diz: “Como me sinto feliz aqui!”

Figuras 7 e 8 – Litografias aquareladas do livro *Simiarum et Vespertilionum Brasiliensium species novae*, de Johann Baptiste von Spix



Fonte: Biblioteca do IEB – USP. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/017354-12#page/5/mode/1up>.

E Langsdorff ([1826]1998, p. 173), entre outros aspectos, assinala as riquezas.²⁸ Referindo-se à Vila de Diamantino salienta que lhe ofereceu a possibilidade de “formar uma boa coleção de cristais de diamantes maravilhosos”.

A visão do paraíso manifesta-se noutros exploradores, igualmente contextualizada num cenário de abundância e progresso. No século XIX, Alfred

²⁵ Em Cumana (julho de 1799), península de Araya, Humboldt.

²⁶ A expedição acompanhava e compunha o séquito da arquiduquesa de Áustria, Maria Leopoldina, futura esposa do Imperador D. Pedro I de Portugal, Brasil e Algarves.

²⁷ Na Flora Brasiliensis (vol.XXI), em 1858, Martius incluiu o primeiro mapa fitogeográfico do Brasil, contemplando cinco regiões florísticas: 1.Nayades (flora amazônica); 2.Hamadryades (flora nordestina); 3.Oreades (flora centro-oeste); 4.Dryades (flora da costa atlântica); 5.Napeias (flora subtropical).

²⁸ Por exemplo, vide o “índice das cristalizações coletadas em Diamantino para o Museu Imperial” in LANGSDORFF ([1826]1998, p. 173).

Wallace²⁹ e William Bates,³⁰ dois naturalistas ingleses, empreendem expedições pela Amazônia, visando reunir factos para dar resposta para ao “problema da origem das espécies”, sob o pressuposto de que apenas a exuberância de vida das zonas tórridas lhes permitiria reunir coleções de história natural. Em 1848, iniciando juntos os seus estudos e pesquisas, a visão do paraíso surge de forma recorrente num cenário de sublime, grandeza da floresta virgem, abundância e progresso (Figuras 9, 10 e 11). Wallace salienta:

Aqui, ninguém que tenha o sentimento do sublime poderá sentir-se decepcionado, a sombria obscuridade apenas iluminada por um único raio de sol tropical, o enorme tamanho e altitude das árvores [...]” (WALLACE, 1905, p. 270-71).

[...] fico pensando no quanto é fácil transformar esta floresta virgem em verdejantes campinas e produtivas plantações, exigindo-se para tanto uma concentração mínima de trabalhos e esforços [...]. Juntos, mostraríamos à gente do país como seria possível criar aqui um verdadeiro paraíso terrestre a curto prazo, [...] (WALLACE, [1889]/2004, p. 135).

[...] Não existe região do mundo onde, [...] possa o povo cultivar e colher tantos produtos de primeira e de segunda necessidade! Milho, arroz, mandioca, cana de açúcar, café, algodão, bovinos, aves, suínos, banana, laranja e mais uma infinidade de outras frutas e legumes, tudo se produz e reproduz sem necessidade de muitos cuidados (WALLACE, [1889] 2004, p. 60, 208).

Figuras 9 e 10 – Desenhos de palmeiras na Amazônia, Expedição de Wallace



Fonte: Wallace (1853). Palm Trees on the Amazon. And their uses. London: John Van Voorst and Paternoster Row. <https://www.biodiversitylibrary.org/item/42833#page/49/mode/1up>.

Também Bates reporta-se à Amazônia (bacia amazónica), por ele denominada “o paraíso dos naturalistas”, num país de “perpétuo verão”. E em confronto com a Europa (e Inglaterra, seu país de origem) refere:

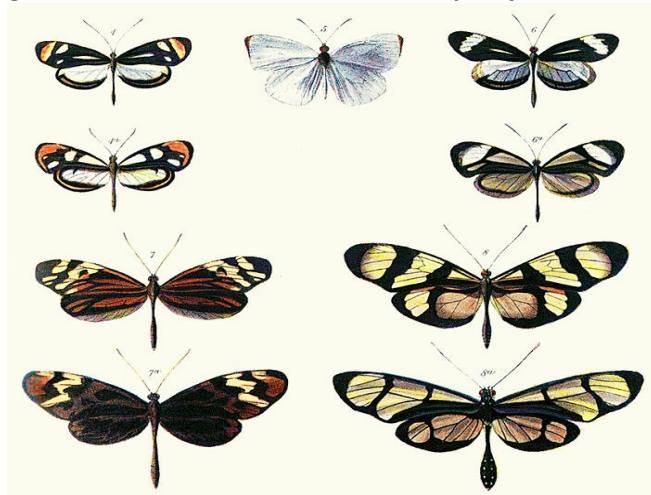
[...], a superioridade do desolador norte sobre as regiões tropicais existe apenas no aspeto social, pois na minha opinião, embora a humanidade

²⁹ Wallace, mais preocupado em colher fatos que contribuíssem para o estudo e evolução dos seres vivos, concentra a sua exploração na zona compreendida entre o Rio Negro e o Alto Orenoco (até 1852).

³⁰ Entre 1849 e 1859, Bates percorre cerca 3,219 km pela Amazônia recolhendo mais de 15.000 espécimes, maioritariamente insetos, e grande parte desconhecida da ciência.

possa atingir um estado avançado de cultura debatendo-se apenas com as inclemências da natureza nas altas latitudes, é sob o equador que a raça perfeita do futuro atingirá uma completa fruição da herança do homem na terra (BATES, 2007, p. 133).

Figura 11 – Desenho de Borboletas, Expedição de Bates³¹



Fonte: <http://www.nhm.ac.uk/nature-online>

No século XX, a visão do paraíso permanece no imaginário de muitos aventureiros, materializada na promessa utópica de cidades perdidas. Percy Harrison Fawcett é um desses aventureiros que empreende várias expedições na procura da “cidade Z”,³² cuja hipotética descoberta seria, na sua concepção, a “grande descoberta do século”. Fawcett acreditava que “[A Amazônia possuía] os maiores segredos do passado ainda preservados em nosso mundo de hoje” (FAWCETT, [1953]/2010, p. 173).

Também Euclides da Cunha, nos *Ensaio à margem da história*, associa a Amazônia a uma natureza “portentosa, o clima é dotado de uma ‘função superior’, ao mesmo tempo que extravasa o seu próprio território”. Euclides (*apud* BOLLE, 2005, p. 145) refere: E o topo da terra ignota (p. 80-84) encontra seu eco na constatação de que a Amazônia, “é de toda a América”, apesar de ser “a paragem mais perlustrada dos sábios”, “a paragem [...] menos conhecida” (p. 27). Também referindo-se ao rio Purus (afluente do Amazonas) (p. 161) concebe a região “numa escala planetária (“três dos maiores vales da terra”) – a rede hidrográfica da Amazônia inteira.

Levi Strauss sobre a floresta amazônica refere que apesar de vista “de fora” (ou “do exterior”) se assemelhe a “massa confusa” onde um “problema patológico

³¹ Como legenda consta: “Plate from Bates illustrating Batesian mimicry between Dismorphia species (top row, third column) and various Ithomiini (Nymphalidae) (second column, bottom row)”.

³² Localizada algures na região do rio Culuene e o rio das Mortes na Serra do Roncador, no Estado de Mato Grosso, Barra do Garças (Brasil).

uniformemente afetou a paisagem fluvial”, vista “de dentro” (ou do “interior”), dá-se a transformação: “Vista do seu interior, esta massa confusa torna-se um universo monumental. [...] um novo mundo planetário” (STRAUSS, [1955]/2001, p. 408).

A visão da Amazônia como um “paraíso virtual” consolida-se no século XXI associada à possibilidade da viagem virtual. A viagem que se torna divertida, segura, confortável... em suma sem surpresas, sem contrariedades, controlada domesticável e por isso uma espécie de paraíso?

O projeto *Street View para Amazônia*, com início em 2009, traduz a disseminação da viagem virtual patente na preocupação em “capturar a visão do rio e da floresta, de maneira semelhante a que o Google havia coletado no Street View. À escala global, todos os usuários (utilizadores) podem aceder às vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical acedendo visualmente a partes de algumas regiões do mundo ao nível do chão/solo” (Figura 12). No site³³ temos:

Faça um passeio virtual de barco pela parte principal do Rio Negro e navegue pelos afluentes menores, onde a floresta fica alagada. Passeie pelos caminhos de Tumbira, a maior comunidade da Reserva, ou visite algumas das outras comunidades que nos convidaram para compartilhar suas vidas e culturas. Divirta-se com uma caminhada por uma trilha na floresta Amazônica e veja de onde vêm as castanhas-do-pará. Você pode até avistar uma criatura da floresta, se procurar bem (GOOGLE, 2017).

Figura 12 – Amazon Street View, passeio virtual



Fonte: <https://www.tudocelular.com/google/noticias/n50639/google-street-view-segunda-fase-amazonia.html>.

³³ Vide <https://www.google.pt/intl/pt-PT/streetview/>.

5 Considerações finais

Património natural e cultural não devem ser considerados de forma independente. As relações que estabelecem com os homens e ambiente justifica uma abordagem integrada com reflexos no seu planeamento e gestão sustentáveis.

Os relatos de viagens pela Amazónia, associada a classificações de “Património Natural da Humanidade” (Conservação da Amazónia Central) e “Monumento Natureza”, têm uma dimensão cultural fortemente apoiada na relação que o homem estabelece com o território (natural) que o envolve. Em consequência, o atual visitante ou turista poderá, através de relatos destas viagens “olhar” e “compreender” a Amazónia através da sua dimensão “histórico-cultural-natural”, onde se justapõe tempo passado e tempo presente, na compreensão mais totalizante da “memória” deste território. Adicionalmente, e como sublinha a UNESCO no seu Guia de Gestão do Património, preocupações com a educação patrimonial não podem ser esquecidas, tendo em conta a tónica no conhecimento como factor de conservação e preservação.

A consideração da Amazónia enquanto “construção” do “paraíso” conduz a ter presente categorias de análise que contemplam elementos associados à “beleza”, “liberdade”, “riqueza(s)”, “força da natureza” e a “sentimento(s)”.

O valor cultural intangível da Amazónia enquanto território natural pode ser associado à sua assumpção como “paraíso” de descobridores, exploradores, naturalistas, cientistas, aventureiros, entre outros. É paraíso pela sua “beleza” de “jardins”, “rios”, “indígenas” (“homem sem malícia”/“naturalmente bom”), fauna e flora, ... É também paraíso de riquezas infinitas, onde a natureza no seu esplendor se identifica como fonte de riquezas inesgotáveis. A fertilidade da terra, a temperança do clima, a abundância de espécies... são consequentemente geradores de sentimentos de felicidade, de prazer/fruição, do sublime, do indizível e inexplorado que potencia colocar o homem de volta à “origem”, ou seja à sua “essência”. Será que o paraíso é onde o Homem se reencontra e retorna a si próprio, sendo esse processo transformador possível, através do contacto com a natureza, ou seja, a natureza assumindo-se como “força” transformadora do homem.

Neste enquadramento, os textos apresentados evidenciam a riqueza de conteúdos culturais e científicos que podem constituir um contributo para o maior conhecimento e “sentimento(s)” sobre a Amazónia e, consequentemente, valorizar seus valores, não só naturais como culturais, percecionados na sua interconexão.

Agradecimentos

This research was funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology under the project UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE.

Referências

- ACUÑA, Cristobal de. [1639](1994). **Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas**. Rio de Janeiro : AGIR, 1994. p. 158-160. Edição, tradução e introdução: Antônio R. Esteves. Edição bilíngue. Coedição: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil. Asesoría Linguística. Oltaver S.A. Buenos Libros Activos. Uruguay. 1994. Disponível em: <https://www.pinterest.cl/pin/373235887840963647/>.
- ALBERT, S. **La aventura de lo imposible**: expediciones marítimas españolas. Madrid e Barcelona: Ed. Coleccion Ciencia Y Mar, Lunweg Editores, 2010.
- BATES, W. **No coração da Amazônia**. Coisas de Ler, Edições, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BOLLE, W. O Mediterrâneo da América Latina: A Amazônia na visão de Euclides da Cunha. **Revista USP**, São Paulo, n. 6, p. 140-155, jun./ago. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13442/15260>.
- BOLLE, W.; PINTO, R. **O fascínio pela Amazônia**: de Martius a Nimuendajú. Relações Brasileiras e Alemãs. Projeto Editorial Editora Brasileira de Arte e Cultura – Cinco séculos de Relações Brasileiras e Alemãs, (sd). Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/capitulo/19sec/O-fascinio-pela-Amazonia.php>.
- BOURLON, F.; TORRES, R. **Scientific tourism, a tool for tourism development in Patagonia**. 2016. Disponível em: <https://labexitem.hypotheses.org/177>.
- CAMILO, J. **Em busca do País das Amazonas**: o mito, o mapa, a fronteira. 1º Simposio Brasileiro – Cartografia Histórica. 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CAMILO_JANAINA.pdf.
- CARVAJAL, G. de. [1541-42]. Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, Fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que Descubrio por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echo a su ventura por el dicho rio, y por el nombre del capitan que le descubrio se llamo el Rio de Orellana. CARVAJAL, Alместo; ROJAS, A de. **La aventura del Amazonas**. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986 (Crónicas de América 19).
- CONDAMINE, Ch. – M. de La [1745]. **Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas**. Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale(1745). 2000. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros, Senado Federal, Brasília). Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/viagem_na_america_meridional_descen.
- CUNHA, Euclides da. Primeira Parte. À Margem da História. In: PEREIRA, P. R. (org.). **Obra Completa de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- DELUMEAU, J. **Une histoire du paradis**: le jardin des délices. Paris: Fayard. 1992.
- EU [European Union]. **Natural and Cultural Heritage in Europe**: Working together within the Natura, 2000 network, 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/management/pdf/Natural_and_Cultural_Heritage_report_2019_WEB.pdf.
- FAWCETT, P. [1953]. **Exploration Fawcett**. The Overlook Press, Peter Mayer Publishers, Inc, New York, US, 2010.
- FERREIRA, A. R. [1783]. **Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro com a informação do estado presente [1756-1815]**. Viagem ao Brasil: a expedição filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. São Paulo: Academia das Ciências de Lisboa, 2003.
- FIGUEIREDO, J.M. **Patrimônio e turismo**: o poder da narrativa. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

- GODIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GOOGLE (2007). **Street View**. Disponível em: <https://www.google.pt/intl/pt-PT/streetview/>.
- HENRIQUES, C. Patrimônio cultural e turismo: uma relação simbiótica. Análise de dois percursos turístico-culturais: James Joyce e Fernando Pessoa. **Revista Turismo & Desenvolvimento, RT&D**, n. 10, p. 25-39, 2008.
- HENRIQUES, C. Turismo sustentável e valorização patrimonial: a (re)construção da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira – o primeiro naturalista português. **Revista Turismo & Desenvolvimento, RT&D**, n. 17/18, v. 2, p. 1081-1091, 2012.
- HOWARD, P.; PAPAYANNIS, T. (ed.). **Natural heritage: at the interface of natural and culture**. London: Routledge, 2007.
- HUMBOLDT, Alexandre de. **Voyage aux Régions équinoxiales du Nouveau Continent fait en 1799, 1800, 1801, 1803 et 1804**. Paris: Maze, Libraire, 1819. t. 2.
- ICOMOS [Conselho Internacional para Monumentos e Sítios]. **ICOMOS Declara a Amazônia Monumento da Natureza**: comunicado para a imprensa. 2007. Disponível em: https://www.icomos.org/risk/world_report/2006-2007/pdf/H@R_2006-2007_11_National_Report_Brazil.pdf BRAZIL. Amazonia, Monument of Nature. Icomos 2007. Heritage at Risk 2006/2007.
- IPAHN. **Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio Mundial**, 2009. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/>.
- IUCN. **Global Biodiversity Framework/World Heritage and the Post-2020 Global Biodiversity Framework**: Recommendations for the Post-2020. 2019. Disponível em: https://www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/2019/post2020_statement_iucn_UNESCO_iccom_icomos_icimod.pdf.
- KARPINSKI, C. Patrimônio natural, documentação e pesquisa. **Transinformação**, v.30, n. 3, p. 314-323, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v30n3/0103-3786-tinf-30-03-00314.pdf>.
- LANGSDORFF; SILVA, DGB. (org.); KOMISSAROV, BN., *et al.* (ed.). **Os Diários de Langsdorff** [online]. Translation Márcia Lyra Nascimento Egg and others. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 400 p. v. 3. ISBN 85-86515-04-3. SciELO Books.
- LEGRAIN, M. **Guide du Paradis**. Paris: Armand Colin, 2010.
- LÉVI-SRAUSS, C. **Tristes tropiques, terre humaine / Poche**. Civilisations et Sociétés, Librairie Plon, 1955.
- MALLARACH, J_M.; VERSCHUUREN, B. **Changing concepts and values in natural heritage conservation: a view through IUCN and UNESCO Policies**, 2019. Disponível em: <https://www.getty.edu/publications/heritagemanagement/part-two/10/>.
- MALLARACH, J-M.; MÚGICA, M.; ARMAS, A.; COMAS, E. **Developing Guidelines for Integrating Cultural and Spiritual Values into the Protected Areas of Spain**. Cultural and Spiritual Significance of Nature: Implications for the Governance and Management of Protected and Conserved Areas, edited by Bas Verschuuren and Steve Brown, 194–207. London: Routledge, 2019.
- MATOS, I. Viagens pelo Rio das Amazonas, Journey through the Amazon River. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 38, supl., p. S189-S198, nov. 2012.
- NUNES, D. (1538/1895). **Carta ao Rei D. João III de Portugal**.
- PAPAYANNIS, T.; MALLARACH, J-M. (ed.). **The sacred dimension of protected areas**: proceedings of the second workshop of the Delos initiative, Ouranopolis 2007. Gland, Switzerland: IUCN; Athens: Med-INA, 2010.

PETZET, Michael. **Genius Loci: The Spirit of monuments and sites**. In: 16th ICOMOS General Assembly and International Symposium: 'Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible', 29 sept – 4 oct 2008, Quebec, Canada, 2008.

POSEY, D. **Cultural and spiritual values of biodiversity**. London: Intermediate Technology, 1999.

PINE, J.; GUILMORE, J. **Welcome to the experience economy**. Harvard Business Review, 1998.
Disponível em: <https://hbr.org/1998/07/welcome-to-the-experience-economy>

PRATS, L. **Antropologia e Patrimônio**. Barcelona. Editorial Ariel, SA, 1997.

PRATT, M. **Ojos Imperiales: literatura de viajes y transculturación**. Trad. De Ofélia Castillo. México: FCE, 2010.

RALEIGH, Sir W. [1595]. **The discovery of Guiana, and the Journal of the second voyage thereto**. New York: Mershon Co, 1893.

RICHARDS, G.; WILSON, J. Developing Creativity in tourist experiences: a solution to the serial reproduction of culture? **Tourism Management**, v. 27, n. 6, p. 1209, 2006.

ROJAS, A. de. [1640]. Relación del Descubrimiento del río de las Amazonas y sus dilatadas Provincias y Relación del Descubrimiento del río de las Amazonas, hoy San Francisco de Quito, y declaración del mapa onde está pintado (1640). In: CARVAJAL, Almesto; ROJAS, A de. **La aventura del Amazonas**. Madrid: Ed. de Rafael Díaz. História 16, 1986 (Crônicas de América 19).

ROUSSEAU, J-J. Collection complete des oeuvres de J.J. Rousseau "Discours sur l'origine". Oeuvres complètes. **Nouvelle édition**. Paris: Pourrat, 25 Bände, 1832.

SILVA, G. **Patrimônios históricos na Amazônia: história, memória, turismo e preservação**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre Sociedade Cultura na Amazônia, 2018.

UNESCO. **Convention Concerning the Protection of World Cultural and Natural Heritage**. Adopted by the General Conference at its Seventeenth Session Paris, 16 November 1972. Paris: UNESCO, 1972.
Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

UNESCO. **International coordinating council of the MAB programme: third session**; Washington, DC, 17–29 September 1974. Basis for a Plan to Implement MAB Project 8. Paris: UNESCO, 1974.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000107/010720eb.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

UNESCO. **Representação da UNESCO no Brasil. Complexo de Conservação da Amazônia Central** UNESCO, 2000. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/central-amazon-conservation-complex/>.

UNESCO. **The 2005 Convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions**. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em:
<http://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/passeport-convention2005-web2.pdf>.

UNESCO. MAB Strategy 2015-2025, UNESCO, 2015. Disponível em:
http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/MAB_Strategy_2015-2025_final_text.pdf.

UNESCO. International Union for Conservation of Nature, International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property & International Council on Monuments and Sites. **Guia do patrimônio natural**, 2016. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244902>.

UNESCO. A new roadmap for the man and the biosphere (MAB) programme and its world network of biosphere reserves, 2017. Paris: UNESCO. Disponível em:
<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0024/002474/247418E.pdf>.

UNESCO. United Nations Education, Scientific, and Cultural Organization. **Re|shaping cultural policies: advancing creativity for development; 2005 Convention global report, 2018: summary, 2018.** Disponível em: <https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000260678>.

UNWTO. **Tourism and the sustainable development goals – Journey to 2030 – Highlights.** UNESCO, 2017. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419340>.

UNWTO. **Baseline report on the integration of sustainable consumption and production patterns into Tourism policies,** 2019. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284420605>.

VERSCHUUREN, B.; BROWN, S. (ed.). **Cultural and spiritual significance of nature in protected areas: Governance, Management, and Policy.** Abingdon, UK: Routledge, 2019.

VESPUCIO, A. [1545]. **Cartas Mundos Novos Novo Mundo as Cartas Que Batizaram a América** [Américo Vespúcio/Eduardo Bueno, 2003]. Editora Planeta, 2003.

WALLACE, A. [1889]. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro.** Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. v. 17. Disponível em:
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1092/706863.pdf?sequence=4>.

WILLEM, P. (Piso, Guilherme); GEORG MARCGRAVE, G. [1648]. **Historia naturalis brasiliae.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 153-230, 1948. Disponível em:
http://biblio.wdfiles.com/local--files/marcgrave-1648-historia/marcgrave_1648_historia.pdf.

A importância da *animação sociocultural* como meio de preservação e promoção do património cultural

Marcelino de Sousa Lopes*

Patrícia Cordeiro**

Resumo: Neste artigo procuramos refletir sobre a importância da animação sociocultural na promoção de um turismo ativo ancorado naquilo que no nosso entender designamos por animação turística assente nos princípios norteadores da animação sociocultural. Temos por objeto de estudo o caso dos Caretos de Podence – Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade – visando evidenciar a sua associação a uma participação comprometida com o desenvolvimento social, cultural e educativo.

Palavras-chave: Animação sociocultural. Animação turística. Animador sociocultural. Desenvolvimento comunitário. Ócio. Tempo livre. Educação Património.

Abstract: The present chapter aims at analyzing the importance of socio-cultural animation in promoting active tourism associated with the Caretos de Podence as Intangible Cultural Heritage of Humanity. The main objective is to show how this intangible heritage is associated with a community participation committed to social, cultural and educational development.

Keywords: Sociocultural animation. Tourist animation. Sociocultural animator. Community development. Idleness. Leisure. Heritage Education.

1 Introdução

Neste artigo procuramos trazer à colação a importância da *animação sociocultural* na promoção de um turismo ativo ancorado naquilo que no nosso

* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Membro Integrado do CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas. *Email:* mlopes@utad.pt

** Socióloga, licenciada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Consultora na área do Património Cultural no Município de Macedo de Cavaleiros. *Email:* cordeiopatricia83@gmail.com

entender designamos por animação turística e que é uma intervenção potenciadora de ânimo, sentido, alento que visa dar sentido à pedagogia da vivência, convivência e da descoberta. E esta ação mobilizadora e envolvente visa também a valorização e promoção do património material e imaterial. Realçamos ainda que os diversos âmbitos da Animação Sociocultural: animação turística, Animação patrimonial, animação cultural, animação gastronómica...provocam uma intervenção plural sustentada nas diversas práticas de uma participação valorizadora das dimensões sociais, culturais e educativas que conferem ao ser Humano mais Humanismo.

Na senda destas pluralidades existentes, é nosso desejo projectar uma *animação turística* ligada aos princípios norteadores da *animação sociocultural*, assente num quadro de referências promotoras de uma acção e de uma intervenção ajustadas num conjunto de técnicas orientadas para potenciar e promover uma actuação que estimule as pessoas a participarem de forma crítica, autónoma, consciente, integradora e impulsionadora de uma pedagogia da vivência com convivência.

Olhamos finalmente para o caso dos Caretos de Podence como um “caso de estudo”, porque aqui existe participação comprometida com o desenvolvimento social, cultural e educativo. Constitui um paradigma de animação turística, porque se trata de uma festividade que atrai milhares de visitantes durante o “Entrudo Chocalheiro”, onde as pessoas não vão apenas ver, mas envolverem-se com a cultura local (tradição, história, gastronomia, paisagem). É uma manifestação comunitária porque ela deriva de um território com comum unidade (comunidade) de onde brotam saberes comunitários partilhados, a partir de uma dimensão intergeracional que propicia o desenvolvimento local.

2 A animação sociocultural e animação turística

O nosso entendimento de animação turística passa por considerá-la como um âmbito da animação sociocultural e, neste propósito, é para nós uma metodologia de intervenção que visa promover a participação comprometida, a interacção, a integração e o desenvolvimento social, cultural e educativo das pessoas, em torno de projectos que passam por transformar seres passivos e resignados em ativos. Não entendemos a *animação turística* dentro de um quadro difuso, descontextualizado e em acções meramente recreacionistas, muito identificadas com a noção da cristalização do tempo, vulgo *ocupação do tempo livre*, porque, na perspectiva da animação turística, o tempo livre (liberto ou também designado como tempo de ócio) não é para ser ocupado mas sim para ser animado.

Esta nossa perspectiva de conceber a animação turística num quadro de ligação ao denominado código genético da animação sociocultural implica uma acção assente

na tríade do social, do cultural e do educativo, em que o turismo seja povoado de sentidos, emoções, aprendizagens culturais, multiculturais, interculturais, partilhas de saberes, vivências com convivências, interações, para tornar o ser humano protagonista do seu próprio desenvolvimento rumo a uma autonomia plena, própria de seres humanos humanizados e não meros números estatísticos.

Num programa de animação turística, assim entendida, não existe espaço para a inércia, para a passividade, para o fazer pelo fazer, para o matar o tempo, normalmente designado como passatempo, nem há lugar para o consumismo acrítico, manipulador. Exige-se um turismo que transforme o ver em envolver, o ser actor em lugar do espectador passivo, o homem como um ser de relação, comprometido e solidário com o outro, em lugar do ser individualista e desligado do meio que o rodeia.

Estas visões da importância da animação sociocultural encontram eco em diversos autores que atestam a importância da animação sociocultural no turismo e, neste contexto, importa realçar a perspectiva de Cavaco (2005) que enfatiza as inovadoras dinâmicas que a animação pode trazer para o campo do turismo, dentro de um quadro associado a um desenvolvimento local sustentado pelo interagir comunitário.

Falar de turismo, sem apostar nas actividades de animação a jusante do sector, constituiria sem dúvida um contra-senso. O papel que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm vindo a desempenhar inclui todas as vertentes do que se poderia designar de suporte à animação turística em sentido mais lato: articulação entre entidades e promotores, identificação de novos nichos de mercado, apoio à estruturação da oferta, qualificação dos agentes e promotores, apoio à criação de novas actividades... (CAVACO, 2005).

Neste contexto, entendemos a animação turística dentro de um quadro de procura junto da Infância, Jovens, Adultos e Terceira Idade, com a promoção de um conjunto de acções ligadas ao social, cultural e educativo, que visam os seguintes pressupostos:

- uma participação activa comprometida com o desenvolvimento social, cultural, educativo, económico e político, com a pessoa rumo à autonomia e consequentemente ao auto-desenvolvimento;
- a envolvimento num programa de animação turística entre anfitriões e forasteiros. Não basta as pessoas verem, torna-se necessário envolverem-se;
- a animação turística como âmbito de animação sociocultural não é neutra, assume compromissos com o progresso, a liberdade, a criatividade, a comunicação recíproca, o vencer de medos, temores, inibições, constrangimentos e a valorização do comum em detrimento do individual.

Projetamos ainda os princípios norteadores desta pedagogia da vivência e da Convivência e que de acordo com Lopes (2006, p. 316), a animação deve apresentar as seguintes características e finalidades:

- criatividade – promovida, sobretudo, a partir do envolvimento em áreas expressivas, que considerem formas inovadoras e processos de aprendizagens, a improvisação e a espontaneidade;
- ludicidade – traduzida no deleite causado pela participação na acção, onde esta seja o reflexo da alegria, de um clima de confiança e pelo prazer de uma vivência assente num permanente estado de convívio;
- socialização – resultante da envolvimento com os outros e da participação em programas promotores de processos criativos;
- liberdade – como consequência de uma acção sem constrangimentos, castrações e repressões;
- participação – mediante a qual se procura o protagonismo e a aprendizagem da participação como processo de uma tomada de consciência, já que participar é aprender a ser cidadão com plena cidadania.

Refere ainda este autor que um programa de animação turística, na ótica da animação sociocultural, tem de se ligar a um tempo de ócios criativos, culturais e simultaneamente educativos, que devem contemplar os seguintes aspectos:

- o tempo livre liberto ou o ócio pessoal deve ser utilizado como um meio de reflexão e consciencialização, sobre a importância de uma animação turística, assente na animação do tempo livre liberto de forma salutar;
- promover o agir e o interagir e o sentido crítico, de forma a rejeitar o consumismo e os programas concebidos por empresas vocacionadas apenas para a gestão do tempo de ócio na sociedade de mercado, que oferecem programas cultural e socialmente descontextualizados e desprovidos do sentido crítico de uma animação turística como âmbito da animação sociocultural;
- impulsionar uma animação turística onde o viver corresponde um *viver com*, isto é, *conviver com sentido*, porque ninguém convive sozinho, esta perspectiva de vivência partilhada gera forçosamente relações interpessoais e de cultura participada à volta de técnicas, acções e manifestações teatrais, musicais e de dança, etc.
- estimular o aparecimento de um turismo na vertente da animação turística e não o turismo meramente consumista, desligado da dimensão criativa, participativa. O nosso tempo no contexto dos adultos requer uma animação turística assente em acções dinâmicas, solidárias, participativas, criativas que

promovam, no ser humano, a autonomia e o desenvolvimento social e pessoal.

Estes fundamentos de animação turística ligam-se aos três clássicos de Dumazedier (1973) que projectam uma acção assente na *diversão, descanso, desenvolvimento*, onde um turismo ancorado a estes princípios deve contemplar:

- ócio formação – esta dimensão liga-se à utilização do tempo destinado a actividades culturais, à educação permanente e à contemplação artística;
- ócio entretenimento – trata-se de um tempo de ócio que se liga a passatempos levados a cabo de forma espontânea e normalmente entendida como uma actividade de recreação;
- ócio descanso – aqui entendido não como um tempo estéril mas sim com o objectivo de recuperar forças físicas e psíquicas.

A animação não deve servir para matar o tempo, mas sim para animar o tempo. E estende-se ao desejo de tornar o ser humano mais expressivo, comunicativo, atuante, participativo, solidário e autónomo.

3 O animador sociocultural / animador turístico

É imperioso para o século XXI a assunção de um agente de desenvolvimento denominado *Animador Sociocultural Turístico*, que traga para o turismo dinâmicas assentes na interacção e numa pedagogia da participação e da convivência. Todavia, exige-se deste profissional os seguintes requisitos:

- formação dentro de um perfil técnico que exige uma aprendizagem multifacetada, que passa por um cruzamento de funções e tarefas muito distintas, nomeadamente em campos tão diferenciados como: o social, o cultural, o educativo, o ambiental, o patrimonial, os eventos, etc. Acresce ainda uma formação permanente que englobe essencialmente os âmbitos etários e espaciais da animação turística, a investigação, a criatividade, as relações interpessoais e intergeracionais;
- trabalho na perspectiva do processo e não do produto. Isto é, qualquer intervenção no campo da animação turística deve ter como finalidade a continuidade e não apenas o momento de uma acção esporádica;
- deve ser portador da convicção e da confiança de que as pessoas, a partir da pedagogia da convivência, muito própria da animação turística, se podem libertar, projectar as suas potencialidades e aprender a ser cidadãos com cidadania plena;

- possuir maturidade humana, que significa desfrutar de equilíbrio emocional, ser sensível aos problemas que afectam as pessoas, ser confidente e cooperante;
- ser portador de alento e tenacidade para enfrentar as dificuldades e possuir capacidade para as superar a partir do colectivo.

Importa precisar que para ser animador turístico é requerido um conjunto de características identificadoras de um perfil que segundo Ander-Egg (2000, p. 395-396), passa pelo seguinte:

- não pode animar quem não está animado;
- não pode animar quem for incapaz de infundir a animação;
- não pode animar os não solidários, os fastidiosos da vida, os desiludidos, os que matam o tempo e não vivem o tempo;
- não pode animar quem não acredita que os outros se podem animar;
- não pode animar quem for incapaz de estabelecer relações interpessoais produtivas, gratificantes, amistosas, empáticas...
- não podem ser animadores os oportunistas, os trapaceiros, os aspirantes ao aplauso fácil e os bajuladores do poder.

4 A animação sociocultural e o património cultural: o caso dos Caretos de Podence

É com este propósito que registamos um acontecimento muito enraizado numa animação sociocultural e turística de dimensão comunitária, como é o caso dos *Caretos de Podence*, personagens mascaradas protagonistas do carnaval de Podence (também denominado *Entrudo Chocalheiro*), no concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança.

O ritual festivo dos caretos no período carnavalesco, ou seja, toda a dinâmica festiva de que a aldeia de Podence é palco durante três dias, foi inscrito no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (anúncio n. 13/2017, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n. 33, de 15 de fevereiro de 2017); em dezembro de 2019 a UNESCO dará um parecer sobre a sua candidatura à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.

A ser integrada nas Listas do Património da Humanidade, esta será a oitava manifestação cultural portuguesa a conseguir o reconhecimento da UNESCO, depois do Fado, o Cante, a Arte Chocalheira, o Figurado de Estremoz, o Barro Preto de Bisalhães, a Dieta Mediterrânica e a Falcoaria (estas últimas duas, propostas multinacionais). Constitui-se, assim, como a primeira manifestação cultural portuguesa, no âmbito da tipologia das festas cíclicas, ainda que de carácter profano, a (possivelmente) ser reconhecida como património da humanidade. Um dado que, em

parêntesis, não deixa de ser curioso, uma vez que o território nacional é amplamente preenchido por um calendário litúrgico de festas e romarias populares de longa tradição e muito vincadas na cultura portuguesa. Ainda assim, e ainda em parêntesis, uma tal escolha só pode estar ancorada na importância etnográfica deste ritual dos caretos que reporta a um período histórico longínquo, pré-cristão, agropastoril e que encontra paralelo em muitas outras manifestações de mascarados numa linha geográfica que une Portugal, Espanha, França, Itália, Áustria, Suíça, Bulgária, Hungria, Eslováquia, ou a Bélgica.¹

A secundar essa “representatividade portuguesa” num fenómeno que é efectivamente de uma determinada Europa rural,² mas também universal (como o comprovam os rituais tribais com máscaras em países da África e da América, os rituais carnavalescos transversais ao mundo ocidental, e os rituais performativos em países asiáticos) – está também a importância fundadora do tema das máscaras para a etnografia portuguesa, sendo até hoje uma temática recorrente em teses de disciplinas diversas, da arqueologia à sociologia. Em suma, é também a colecção de “máscaras portuguesas” uma das primeiras a integrar as colecções do Museu Nacional de Etnologia (1965).

Ainda no âmbito da contextualização do “caso” em análise, uma explicação resumida do que é e do que trata a Festa de Carnaval dos Caretos de Podence:

Trata-se de uma festa comunitária cujo papel principal são os caretos, e o seu comportamento ritual. Quando saem pelas ruas de Podence, nos três dias de Carnaval, os caretos percorrem a aldeia tendo como missão primária chocalhar as mulheres.

Este ritual festivo que é também caracterizado pelo convívio entre vizinhos, amigos e familiares, foi num contexto passado, de que dá conta a memória dos residentes mais velhos na aldeia, protagonizado essencialmente pelos rapazes e homens solteiros, cujo alvo eram as jovens raparigas e mulheres solteiras, tendo portanto uma função propiciatória, de passagem e de comportamento erótico-sexual.

Fruto da alteração profunda do contexto socioeconómico dos meios rurais o perfil sóciodemográfico dos caretos de Podence sofreu adaptações que facilitaram a sobrevivência e a manutenção da festa. Os fatos de careto são

¹ Por exemplo, os “Narro” na (Alemanha), os “Roller” e os “Scheller” do carnaval de Imst e os “Flinslerl” mascarados do carnaval de Bad Aussee (Áustria), os “Buso” de Mohacs (Hungria), os “Mamutones” da Sardenha (Itália), os “Klauze” de Appenzell (Suíça), os “Kukeri” da Bulgária, os “ursos” e “cabras” da Roménia e da Polónia, ou os homens de palha da Eslováquia, os “Xinzo” de Limia ou os “Cigarrons” de Verín (Galiza), e do carnaval de “Vijanera de Silió” (Cantábria).

² Num eventual período histórico adaptado ao desenvolvimento de rituais supersticiosos, profanos, e que serviam para atribuir compreensão aos ciclos da natureza e ao papel dos homens nas comunidades rurais agrícolas (inúmeros autores situam estes rituais dos mascarados no contexto das sociedades agrárias e dos seus ritos de fertilidade. No caso português são de referir: Ernesto Veiga de Oliveira, Jorge Dias, Benjamim Pereira, José Machado Pais).

hoje vestidos por homens e rapazes de várias idades, independentemente do seu estado civil. Hoje também as crianças participam no ritual, mascaradas de “facanitos” que assumem o papel de aprendizes dos caretos, e, em função do “empoderamento” da mulher na sociedade portuguesa, há uma cada vez mais consentida participação das raparigas.

Os protagonistas da festa, por imperativos demográficos, são também maioritariamente emigrantes e migrantes, sendo este um momento do ano que promove a reunião familiar e vicinal, gerando sentimentos de pertença cultural e territorial. A festa é neste sentido promotora de um diálogo intergeracional, que tem permitido a sua transmissão e fortalecido a sua continuidade. (*In* Anexol – Pedido de Inventariação da “Festa de Carnaval dos Caretos de Podence” no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial).³

Confrontada com a realidade da emigração massiva dos jovens rapazes, a partir dos anos 60, a festa de carnaval dos *Caretos de Podence* corria, então, risco de desaparecer, tal como bem o documentou Noémia Delgado no filme “Máscaras” (1973). Mas, já na pós-ditadura, e num momento de alento, com o propósito de preservar a manifestação e garantir a sua continuidade, forma-se, em meados dos anos 80, um grupo de *Caretos de Podence*.

Desde então e até hoje este grupo é habitualmente convidado a apresentar-se, várias vezes durante o ano, noutros contextos festivos ou em eventos de natureza muito diversificada, como festas populares, cortejos, ou performances de palco, dentro e fora do país. Estas saídas do “hábitat natural” de atuação dos caretos são uma forma de divulgação e promoção que têm o propósito de antecipar a festa que acontece em Podence, no carnaval, e de, como dizem eles próprios, “levar a cultura tradicional mais longe”. E o “mais longe” não é, de facto, em sentido figurado. O grupo tem um longo registo de “presenças” em eventos e lugares dentro e fora do país que cobre já há mais de 30 anos de história dos Caretos de Podence.

Ao longo desses anos e num processo que tem sido também de aprendizagem, o grupo assume-se, muitas vezes literalmente, como grupo de “animação (sócio) cultural”, adaptando a sua performance às características de cada um dos eventos. Efetivamente, entre a primeira viagem para participar nas primeiras Jornadas de Cultura Popular organizadas pelo GEFAC em Coimbra, em 1986; o Aniversário da EuroDisney Paris, em 1997, e a participação na Parada Latina em Macau, em 2015, estão muitas outras viagens, que se constituíram num longo currículo de apresentações que ao longo do tempo foram contribuindo para uma identificação cada vez maior da festa de carnaval dos Caretos de Podence como um símbolo da “cultura tradicional portuguesa” e produziu, ao longo das últimas três décadas, uma mediatização crescente da manifestação.

³ Disponível em: <http://www.matrizpci.dgpc.pt>.

É este contexto, de actuação dos caretos “fora de casa” que chama a atenção do antropólogo Paulo Raposo, que, em *Por detrás da máscara: ensaio de antropologia da performance sobre os Caretos de Podence* (2010) dá novas perspectivas sobre o caso particular dos Caretos de Podence e a sobrevivência de uma tradição ritual rural, no mundo contemporâneo e num contexto de hábitos de vida e culturais, cada vez mais uniformes e urbanos (mesmo no espaço rural).

Diz o antropólogo que “as soluções utilizadas nas mascaradas são sempre soluções culturalmente enquadradas. E, portanto, a transformação dos seus contextos evoca necessariamente mudanças no contexto da festa. Novas condições económicas, sistema de valores em transformação, impõem contemporaneamente festas sujeitas a processos de folclorização, readaptações contextuais, refuncionalizações simbólicas e reinvenções culturais. E esse é, obviamente, o espectro que contextualiza também o carnaval de Podence” (2006, p. 84).

Não existindo, portanto, aquele contexto arcaico e comunitário do mundo rural, a festa transforma-se num evento cultural, que chama e atrai audiências – já não só locais. “Este novo enquadramento da festa decorre afinal de uma recontextualização da ruralidade e da interioridade arcaizante com que a comunidade se pensa agora e com que se revê no passado” diz Raposo (2006, p. 84). “Aos poucos a consciência de que esta nova autorrepresentação da identidade local, pensada através da festa, se poderia traduzir num ganho efetivo para a comunidade, tem levado, ironicamente, à cristalização da tradição numa espécie de produto de arte étnica. [...] a ironia é que a tradição preserva-se sobretudo enquanto comercializada e mercantilizada. O papel dos *media*, das instituições de turismo regional e local operam inclusive uma mudança na representação social que a aldeia faz de si própria e das suas ‘tradições’ – agora positivadas, porque arcaicas e seculares, e não já fruto de um atraso civilizacional” (2006, p. 86-87) diz ainda Paulo Raposo, “transmitindo-nos a ideia de que a ‘tradição’ ou o ‘património’ são assim a memória de um passado que se repensa e ‘reimagina’ no presente – e ‘reimaginar’ reforça a ideia de que as identidades e as culturas não são imaginadas de uma vez por todas, mas que são constantemente recriadas” (2006, p. 90).

Como consequência, a partir do final dos anos 90 e sobretudo a partir da inauguração da Casa do Careto em 2004, dá-se uma abertura deste ritual festivo comunitário, a um conjunto de novas audiências: vizinhos das aldeias e cidades próximas, amigos e familiares, curiosos e turistas nacionais de todo o país e um crescente número de visitantes internacionais passam hoje pela aldeia para participar do carnaval dos Caretos de Podence.

E é a essa “abertura” do ritual comunitário, a estas novas audiências que faz com que hoje ao longo dos três dias de celebração do carnaval de Podence decorra um programa de atividades paralelas, que surgem com o propósito de criar momentos de interacção, e de envolvimento, de dinâmica, de partilha de conhecimentos e de efectiva animação turística e sociocultural.

Desde exposições de pintura, fotografia e escultura, à feira de produtos regionais, a concertos de música tradicional, a percursos pedestres voltados quer para a comunidade, quer para a recepção dos turistas e visitantes, o programa de actividades paralelas ao ritual festivo tem vindo a crescer e a desenvolver-se de acordo com aquilo que vão sendo as expectativas dos turistas e visitantes, e da dimensão que o “evento cultural” foi ganhando.

É de notar, nos últimos anos, um aumento da procura por parte dos turistas pelas actividades do âmbito das “experiências” e da “criatividade” relacionadas sobretudo com os saberes associados aos caretos e particularmente ao traje. Em 2018 tiveram início as “oficinas da lã”, com a pretensão de oferecer uma actividade pedagógica, familiar e criativa aos visitantes da Casa do Careto durante o ano. As “oficinas da lã” são um ponto de partida para a divulgação da arte da tecelagem, ensinando a produção artesanal de franjas em tear, mas também o ciclo da lã natural, um recurso actualmente desvalorizado, ainda que fundamental para a confecção dos trajes tradicionais dos caretos. Num plano mais alargado, as oficinas têm como objectivo contribuir para a revalorização e recuperação da confecção tradicional das mantas transmontanas (actualmente confeccionadas apenas em Miranda do Douro), no concelho de Macedo de Cavaleiros. Ainda durante o último Entrudo Chocalheiro, decorreu pela primeira vez a iniciativa “Pinta a tua máscara”. Esta actividade foi criada propositadamente para animar um grupo excursionista que habitualmente participa numa caminhada pelo “Trilho dos Caretos” (um percurso pedestre entre a Albufeira do Azibo e Podence) e que possibilitou a participação numa “experiência” na terra dos caretos. A iniciativa acabou por se realizar também nos restantes dias do Entrudo Chocalheiro. Ambas as iniciativas foram desenvolvidas com artesãos locais como formadores.

Estas actividades de animação turística em que o visitante é ativo, participativo, criador, estão alinhadas com uma valorização significativa dos conhecimentos associados aos saberes e práticas tradicionais ligados ao carnaval de Podence, por forma a alimentar um turismo sustentável, respeitador, promotor da salvaguarda do património cultural imaterial, que parece estar mais alinhada com a preservação de uma qualidade de vida no meio rural e dos seus capitais culturais.

5 Conclusão

Em termos de notas finais queremos afirmar que não vemos a Animação Sociocultural e a Animação Turística como uma área do saber e das ciências humanas sociais com soluções para todos os males e maleitas do mundo. Contudo, transportamos a crença de que as pessoas, ao envolverem-se em projetos comunitários de Animação Turística, tornam-se mais participativas, mais implicadas, mais comprometidas e mais felizes já que à animação turística, para lá das muitas dimensões ligadas à autonomia, à participação, à coesão social, ao desenvolvimento comunitário, também transportam a aspiração de dar vida ao viver comum ancorado no facto de as pessoas não viverem isoladamente, na medida em que *vivem com*, isto é, convivem, sendo *também* por isto que, no nosso entendimento, a Animação Turística para os tempos vindouros tem de se assumir sob o *signo do afecto* e de uma sentida *pedagogia da Vivência e da Convivência*.

Neste contexto importa referir que o turista que participa no ritual do entrudo de Podence é um participante ativo porque aqui existe o reino da participação e não da contemplação. O ritual dos Caretos de Podence é marcado pelo desenvolvimento de atividades que procuram cada vez mais colocar o turista em contacto com os conhecimentos e saberes práticos dos locais sobre práticas associadas não só ao carnaval, mas associadas também à vida rural tradicional levam a uma valorização cada vez maior desses patrimónios, à sua compreensão não só intelectual mas também prática e técnica, e ao contacto com as experiências e as vivências dos locais. Se por um lado, o turista ou visitante deixa assim de ser um mero “espectador”, passa por outro a “fazer parte” ainda que temporariamente da comunidade, a estar envolvido, e a tomar parte ativa na preservação do património cultural imaterial.

Tornar a pessoa protagonista da ação é o propósito central da Animação Turística e da Animação Sociocultural, protagonismo ancorado a um compromisso com o desenvolvimento social-cultural, educativo e patrimonial.

Referências

- ANDER-EGG, E. **Metodología y Práctica de la Animación Sociocultural**. Madrid: Editorial CCS, 2000.
- ARÉVALO, J. M. Los carnavales como bienes culturales intangibles. Espacio y tiempo para el ritual. **Gazeta de Antropología**, n. 25 (2), art. 49, 2009.
- BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**. 4. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2003.
- BOTE, V. **Turismo En Espacio Rural Rehabilitación del Patrimonio Sociocultural y de la Economía Social**. 2001.
- BRITO, J. P. de (org.). **Tradições**. Lisboa: Ed. Pomo, 1993.
- CARO, B. J. **Él carnaval: análisis histórico-cultural**. Madrid: Taurus Ediciones, 1983.

- CAVACO, C. Animação Turística. Pessoas e Lugares. **Jornal de Animação da Rede Portuguesa**, Leader, n. 30, 2005.
- CORBIN, A. **História dos Tempos Livres**. Santa Maria da Feira: Teorema, 1995.
- CORDEIRO, P. **Rituais com Máscaras Vol V: Macedo de Cavaleiros**. Lisboa: Progestur/Inatel, 2016
- CUBERO, M. V. **La Animación Sociocultural: una alternativa para la tercera edad**. Madrid: España Editores, 1991.
- DIAS, J. R-O. **Comunitarismo Agro-Pastoril**. Lisboa: Ed. Presença, 1981.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer Cultura Popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- FERREIRA, H.; PERDIGÃO, T. **Máscaras em Portugal**. Lisboa: Mediatexto, 2003.
- FROMER, B.; VIEIRA, D. **Turismo e Terceira Idade**. 2. ed. São Paulo: Editora ALEPH, 2004.
- GODINHO, P. (coord.). **Máscaras, mistérios e segredos**, IELT – Inst. Est. Literatura Tradicional da FCSH-UNL, Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- GARCIA, O.; PORTAS, N. Animação turística. **Cadernos Municipais, Revista de Acção Regional e Local**, Fundação Antero Quental, Lisboa, 1988.
- HAZEBROUCQ, J.-M. **Management dos Projectos de Turismo e de Lazer**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- HOLM, J.; BOWKER, J. (coord.). **Ritos de Passagem**. Mem Martins: Pub. Europa América, 1995.
- LOPES, M. S. **Animação Sociocultural em Portugal**. 2. ed. Amarante: Intervenção, 2008.
- MACIEL, M. J. Da festa indo-europeia à festa transmontana: o uso da máscara na comemoração do solstício de inverno. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa: Edições Colibri, n. 16, p. 83-208, 2005.
- OLIVEIRA, E. V. **Festividades Cíclicas em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.
- PEREIRA, B. **Máscaras Portuguesas**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1973.
- PEREIRA, B. (coord.). **Rituais de inverno com Máscaras**. Bragança: Instituto Português dos Museus, 2006.
- PESSANHA, D. S. **Mascarados e Máscaras Populares de Trás-os-Montes**. Lisboa: Livraria Ferrin, 1960.
- QUINTANA, J.-M. **Los Ámbitos Profesionales de la Animación**. Madrid: Narcea, 1993.
- RAPOSO, P. **Por Detrás da máscara**: ensaio de antropologia da performance sobre os Caretos de Podence. Lisboa: IMC 2010.
- RAPOSO, P. Festividades cíclicas em tempo de pós-ruralidade. Performance, Património e Turismo. *In: Caminhos e diálogos na antropologia portuguesa: homenagem a Benjamim Pereira*, ed. CM Viana do Castelo, Lisboa: CRIA, p. 105-110, 2014.
- TORRES, Z. B. **Animação turística**. 3. ed. São Paulo: Editora Roca, 2004.
- VVAA. Máscaras Portuguesas: autenticidade e reinvenção. *In: COSTA, Paulo Ferreira da (Ed.). Museus e património imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009, p. 33-100.

Gestão do Património Mundial e Turismo – oportunidades e desafios dos modelos de governança do Património Cultural Imaterial: o estudo de caso da Dieta Mediterrânica no destino Algarve

Alexandra Rodrigues Gonçalves*

Resumo: Estabelecer modelos conjuntos de gestão e planeamento do património cultural entre os agentes do património e os agentes do turismo é uma ambição de longa data. As formas de envolvimento da comunidade local neste processo é também assunto de investigação nas abordagens que procuram um desenvolvimento sustentado e participado do turismo, e se baseiam numa utilização responsável dos recursos endógenos do território. As preocupações com a gestão do património cultural mundial têm-se centrado em geral na redução dos impactos negativos, na conservação e preservação desse património, na geração de receitas para a sua salvaguarda, na comunicação com os vários atores e no envolvimento e participação da comunidade local nestes processos. O objetivo deste artigo é verificar através da análise do estudo de caso da Dieta Mediterrânica, no Algarve, os desafios e as oportunidades que a gestão em rede e cooperativa do património cultural imaterial (da humanidade), coloca comparativamente ao restante Património Mundial. A partir da análise documental, mas também de questionários aos agentes locais e regionais apresentam-se conclusões sobre a intensidade e o tipo de cooperação existente no Algarve, na gestão e planeamento da Dieta Mediterrânica como Património Cultural da Humanidade.

Palavras-chave: Modelo de governança. Turismo. Património mundial material e imaterial. Cooperação. Redes.

Abstract: Establishing joint models for management and planning of cultural heritage between heritage and tourism stakeholders is a long-standing ambition. The ways in which the local community is involved in this process is also a subject of research in approaches that seek sustainable and participatory tourism development, and that desire a responsible use of the region's endogenous resources. Concerns about global cultural heritage management have generally been focused on reducing negative impacts, conserving and preserving heritage, generating revenue for safeguarding, communicating with the various actors, and engaging and involving the community in these processes. The main objective of this article is to verify through the analysis of the case study of the Mediterranean Diet, in the Algarve, the challenges and the opportunities that the network and cooperation based management of the immaterial cultural heritage (of Humanity), brings comparatively to the rest World Heritage. Based on documentation analysis, but also at the results of questionnaires to local and regional agents, conclusions are drawn on the intensity and type of cooperation in the Algarve, on the management and planning of the Mediterranean Diet as Cultural Heritage of Humanity.

Keywords: Model of governance. Tourism. Intangible and tangible world heritage. Cooperation. Networks.

* Universidade do Algarve/ESGHT. Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar – CinTurs. *E-mail:* marodrig@ualg.pt

1 Introdução

A Dieta Mediterrânica é Património Cultural Imaterial da Humanidade desde 2010, tendo sido reconhecida a comunidade representativa de Tavira, em 2013.

Na investigação associada à Dieta Mediterrânica (DM) como Património Cultural Imaterial e ao Turismo, consideraram-se três áreas principais na revisão de literatura: a da saúde e alimentação, a do património cultural imaterial e a do turismo. Acresce que esta pesquisa assume como objetivo principal – analisar as dinâmicas da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica e os benefícios associados à sua integração pelos agentes que a compõem – pelo que, também as questões de gestão e análise de redes integram o seu enquadramento conceptual.

A investigação sobre as redes e os modelos de governança mais cooperativos tem mais de 15 anos, todavia, carece ainda de maior conhecimento sobre o seu funcionamento e sobre os resultados efetivos produzidos (VANNESTE; VAND DER ZEE, 2015), em particular na área do turismo e do potencial de desenvolvimento na relação com a cultura.

Por sua vez, Kuutma reconhece que os estudos de cultura têm estado preocupados com a discussão, a celebração e a desconstrução das premissas epistemológicas e ontológicas do património cultural: “se o património cultural é feito e construído, primeiro tem de ser imaginado. O património cultural torna-se real quando alguém o identifica como tal, o que denota um processo de produção de conhecimento que envolve investigação académica” (KUUTMA, 2009, p. 7).

Por outro lado, o turismo representa um dos principais setores económicos mundiais (*vide* UNWTO, 2016) e o Algarve assume-se como o principal destino turístico nacional, com registos impressionantes nos últimos anos nas chegadas internacionais de turistas.

O Algarve é a principal região turística de Portugal, e aquela que observou um dos maiores crescimentos entre 2001 e 2011 (+ 14,1%). Em 2016, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a região do Algarve tinha quase um terço da capacidade de alojamento do país em estabelecimentos de alojamento turístico (32,5%). Com 17.936 pessoas empregadas no setor (30% do total nacional), durante esse ano, a região contava 19.005.838 noites em estabelecimentos de alojamento turístico (32% do desempenho nacional), um aumento em relação aos anos anteriores. Com 47.911 quartos (28,8%), 623 estabelecimentos hoteleiros (13%), a região tinha uma receita total de €1 882.079, e cerca de 4 milhões de visitantes (mais 900.000 do que em 2013) (INE, 2017).

O comportamento cooperativo é fundamental para um planeamento sustentável da atividade turística (AAS; LADKIN; FLETCHER, 2005), em particular, em propostas de

turismo que assentam na comunidade e em recursos locais. Esta cooperação torna-se ainda mais peculiar, se lhe associarmos a área da cultura que, naturalmente, possui outros objetivos.

Nem todos os atores num destino turístico possuem o mesmo grau de influência e poder de decisão. Um estudo publicado em 2017 revela que são fundamentalmente de quatro tipos os poderes detidos pelos atores dos destinos: coercivo, legítimo, induzido e de competência. O primeiro tipo de poder encontra-se fundamentalmente nos agentes governamentais e no setor público. As estruturas de gestão do destino e as grandes empresas privadas são detentoras do poder legítimo. O poder induzido resulta das entidades regionais e das entidades locais e, por sua vez, as instituições de ensino, educação e consultadoria tendem a possuir o poder associado às competências (SAITO; RUHANEN, 2017). Procuraremos determinar as relações que se estabelecem neste momento em relação à Dieta Mediterrânica, no conjunto dos agentes que promovem a valorização e salvaguarda da mesma na região.

Os destinos turísticos, como é o caso do Algarve, caracterizam-se por serem sistemas em rede complexos, pela quantidade e diversidade de agentes envolvidos na sua gestão e no desenvolvimento, o que torna esta abordagem cruzada com o património cultural imaterial, um desafio ainda maior.

2 Enquadramento conceptual

As preocupações com a gestão do património cultural mundial têm-se centrado em geral na redução dos impactos negativos, na conservação e preservação desse património, na geração de receitas para a sua salvaguarda, na comunicação com os vários atores e no envolvimento e na participação da comunidade local nestes processos. Foi com o Decreto-Lei n. 139/2009, de 15 de junho, que se implementou em Portugal o sistema de proteção legal do património cultural imaterial, consubstanciado na criação de uma base de dados, em linha de acesso público, que suporta a realização do procedimento de inventariação do património cultural imaterial de forma integralmente desmaterializada.

A gestão do sistema é, desde 2011, garantida com base numa plataforma *on-line* do “Inventário Nacional do Património Cultural, Diário da República, 1.ª série – n. 150 – 4 de agosto de 2015 Imaterial”, sendo responsável pela coordenação das diversas iniciativas no âmbito da salvaguarda do património imaterial. Por sua vez, o Decreto-Lei n. 149/2015 – Diário da República n. 150/2015, Série I, de 2015-08-04, vem proceder à primeira alteração ao Decreto-Lei n. 139/2009, de 15 de junho, do Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, introduzindo a obrigatoriedade de inscrição de uma manifestação de PCI no “Inventário Nacional do

Património Cultural Imaterial” previamente à sua eventual candidatura à “Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade” ou à “Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente”. O “Matriz PCI” é o sistema de gestão do “Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial”, que se constitui como fonte de recursos para difusão de boas práticas e valorização do Património Cultural Imaterial em Língua Portuguesa (www.matrizpci.dgpc.pt/).

Compete a cada Estado “adotar as medidas necessárias para a salvaguarda do património cultural imaterial existente no seu território” (UNESCO, 2003), pelo que, hoje é cada vez mais premente estabelecer modelos conjuntos de gestão e planeamento do património cultural entre os agentes do património e os agentes do turismo.

A UNESCO, na Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, define como “salvaguarda” as medidas que visam assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspetos desse património (UNESCO, 2003).

A questão da sustentabilidade económica destes patrimónios mundiais tem vindo a ganhar intensidade nos documentos internacionais, mas de facto o património cultural imaterial é uma categoria introduzida pela UNESCO, recentemente, e a sua relação com o turismo é identificada quer como oportunidade, quer como ameaça, fazendo depender o resultado da sua gestão (ASCANIIS; GRAVANI-BARBAS; CANTONI, 2018).

2.1 A dieta mediterrânica, Património Cultural Imaterial da Humanidade

Como referido, a inscrição da Dieta Mediterrânica como Património Cultural Imaterial da Humanidade, na lista da UNESCO, data de novembro 2010 e inclui nesse momento Espanha, Itália, Grécia e Marrocos, datando de 2014 a extensão da inscrição da Dieta Mediterrânica que integrou Portugal, mas também Chipre e Croácia. Uma vez, que a Convenção requeria a apresentação de uma nova candidatura que reunisse todos os países, Portugal coordenou o processo e determinou Tavira, no Algarve, como a comunidade representativa da “Dieta Mediterrânica” no nível nacional.

Em Portugal, a candidatura foi preparada por um Grupo de Trabalho que envolveu representantes de entidades públicas e privadas, nomeadamente, da Comissão Nacional da UNESCO, do Ministério da Agricultura e do Mar, da Câmara Municipal de Tavira, do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), do Gabinete de Planeamento e Políticas, da Direção Geral de Saúde, do

Turismo de Portugal, da então Secretaria de Estado da Cultura, da CCDR-Algarve, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, da Fundação Portuguesa de Cardiologia, da Ordem dos Nutricionistas, da Universidade do Algarve, do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT), e do Movimento Mulheres de Vermelho.

Aquele Grupo de Trabalho desenvolveu, ao nível nacional, várias atividades de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, tais como: ações promocionais em embaixadas dos países envolvidos, a criação de um logótipo da Dieta Mediterrânica, a produção de brochuras informativas, a realização da exposição “Dieta Mediterrânica, património cultural milenar”, no Museu Municipal de Tavira, a realização de uma outra exposição itinerante também sobre a Dieta Mediterrânica, que tem percorrido várias instituições e cidades, a organização de um ciclo de seminários dedicados ao tema “Dieta Mediterrânica” na Universidade do Algarve, bem como uma sessão de apresentação da candidatura da Dieta Mediterrânica no salão nobre da Assembleia da República, e ainda tem regulamente apoiado a realização anual da Feira da Dieta Mediterrânica em Tavira.

No ano seguinte ao alargamento da nomeação de Portugal no âmbito da classificação da Dieta Mediterrânica (DM), como Património Cultural Imaterial da Humanidade, em março, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) constituiu uma Comissão Regional da Dieta Mediterrânica que é composta por diversos parceiros regionais, públicos e privados, incluindo as seguintes entidades: Universidade do Algarve, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Município de Tavira, Direção Regional de Cultura do Algarve, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Região de Turismo do Algarve, Turismo de Portugal (Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve e Escola de Hotelaria e Turismo de Vila Real de Santo António), Associação *in loco*, Associação dos Industriais, Hoteleiros e Similares do Algarve, Confraria dos Gastrónomos do Algarve, Confraria dos Enófilos e Gastronómica do Algarve, Tertúlia Algarvia e Fundação Portuguesa de Cardiologia – Algarve (total de 13 entidades, das quais sete pertencem ao setor público-regional e local, administração e ensino, e as demais pertencem ao setor associativo, sendo que há uma fundação).

A Comissão Regional foi constituída com o objetivo principal de acompanhar os projetos “Dieta Mediterrânica – Algarve”, que têm vindo a ser aprovados no âmbito dos Programas Operacionais Regionais, assegurando a articulação entre as ações e atividades de forma a otimizar as ligações e sinergias entre os parceiros, reconhecendo que uma atuação concertada ao nível regional pode dar melhor resposta à concretização do Plano de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica (*vide* Plano de Atividades 2018-2021: salvaguarda da Dieta Mediterrânica, 2018).

A DM envolve um conjunto de saberes-fazer, conhecimentos, rituais, símbolos e tradições sobre técnicas agrícolas, pesca, criação de gado, conservação, processamento, preparação e, especialmente, a partilha e o consumo de alimentos.

A convivialidade à mesa é um elemento vital da identidade cultural e da continuidade das comunidades em toda a bacia do mediterrâneo, sendo um momento de troca social e de comunicação, de afirmação e renovação da identidade da família, do grupo ou da própria comunidade. A DM enfatiza e promove valores da hospitalidade, vizinhança, diálogo intercultural e criatividade, desempenhando um papel vital em espaços culturais, festivais e celebrações e outros rituais e expressões artísticas, reunindo pessoas de forma intergeracional e promovendo a coesão e integração social.

O padrão alimentar associado à DM é de elevada diversidade e qualidade, pelo que, reconhecido também pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A DM enquanto herança cultural e civilizacional, num contexto de crescente globalização tem assumido interesse e importância crescentes, enquanto estilo de vida saudável que contribui para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento sustentável, através da promoção do potencial endógeno como instrumento de valorização do território, dos seus recursos e produtos.

A DM é um modo de vida⁴ que integra técnicas e conhecimentos, rituais, símbolos e tradições, em que a produção de alimentos característicos do Mediterrâneo tem um papel central, através da agropecuária e da pesca, bem como as suas formas de conservação, de processamento e de confeção culinária, constituem-se como prática sustentável. A paisagem cultural que engloba culturas e práticas agropecuárias, a arquitetura, os objetos e utensílios do quotidiano refletem os valores da DM que são a hospitalidade, a vizinhança, o diálogo intercultural, a criatividade e um estilo de vida guiado pelo respeito e promoção da diversidade.⁵

O elevado valor nutricional, a associação a estilos de vida saudáveis, a promoção da biodiversidade, mas também o facto do padrão alimentar da DM possuir um baixo impacto ambiental e fortes valores socioculturais, justifica a importância que tem assumido como modelo de vida sustentável com elevado contributo para o desenvolvimento das economias locais (FAO, 2012; CIHEAM/FAO, 2015; MEDURI; CAMPOLO; LORÈ, 2016; DERNINI *et al.*, 2017).⁶ A DM tem na base um consumo de alimentos de origem vegetal, em correspondência total com as recomendações

⁴ O termo dieta tem origem na palavra grega *díaita* que quer dizer modo ou estilo de vida.

⁵ Vide http://www.dietamediterranea.net/sites/default/files/CRDM_PA_2018_2021_Algarve_v1.pdf, para o Plano de Atividades 2018-2021 – Salvaguarda da Dieta Mediterrânica.

⁶ Vide CIHEAM/FAO, 2015; DERNINI *et al.*, 2017; FAO, 2012; MEDURI; CAMPOLO; LORÈ, 2016.

nutricionais de promoção da saúde e com muita relevância para o desenvolvimento sustentável.

A aculturação associada à globalização e a reprodução de modelos de produção intensivos que são nocivos para o Planeta e para a humanidade, estiveram também na fundamentação de suporte da UNESCO para o reconhecimento da DM como Património Cultural Imaterial da Humanidade (PCIH) por proposta de quatro países (Espanha, Grécia, Itália e Marrocos). O alargamento desse reconhecimento deu-se em 2013, com a candidatura conjunta de sete países e suas correspondentes comunidades representativas: Espanha/Soria, Itália/Cilento, Grécia/Koroni, Croácia/Hvar e Brac, Chipre/Agros, Marrocos/Chefchaouen; e no caso de Portugal/Tavira.⁷

Estes reconhecimentos conduziram ao interesse crescente pela DM e pelos benefícios diretos do consumo dos seus produtos, mas também pelas culturas e pelos modos de vida dos povos dos países do Mediterrâneo, com impacto direto na economia, nomeadamente no turismo cultural e de experiências, que urge aproveitar e consolidar através de uma resposta articulada das comunidades e das suas instituições.

O impacto do reconhecimento da DM como PCIH, no conjunto dos sete países, tem-se revelado com múltiplas iniciativas e o desenvolvimento de experiências que contribuem para a sua salvaguarda e valorização. Um sistema de monitorização que possibilite melhor avaliar as várias dimensões dos impactos gerados, sobretudo, junto das comunidades representativas ou das regiões, encontra-se entre as atividades previstas no âmbito do Plano de Atividades 2018-2021, mas também será equacionado noutras estruturas em desenvolvimento.

Já em maio de 2019 foi criada a Rede de Instituições de Ensino Superior (REDE IES) para a Salvaguarda da DM, que tem como objetivo promover a coordenação e articulação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) para a partilha de boas práticas no âmbito da salvaguarda da Dieta Mediterrânica e para a criação de uma estratégia para a investigação, inovação e intervenção ao nível regional, nacional e internacional, contribuindo para a afirmação de Portugal como uma referência neste âmbito. Está em curso a análise e discussão, no âmbito da rede, dos seus objetivos e modo de funcionamento. Será ainda apresentada uma estratégia para a investigação, inovação e intervenção ao nível regional, nacional e internacional.

A DM requer uma abordagem multidisciplinar, que contribua para a sua salvaguarda, potenciando o desenvolvimento sustentável regional, nacional e internacional, pelo que a necessidade de capacitar, articular e potenciar a atividade

⁷ Vide <https://ich.unesco.org/en/RI/mediterranean-diet-00884>.

das Instituições de Ensino Superior, para a investigação e valorização do conhecimento em conjunto é determinante.

Uma das ações já identificadas prende-se com o desenvolvimento de uma plataforma digital de partilha do conhecimento produzido no âmbito da Dieta Mediterrânica, com vista à sua transferência para a comunidade e maior valorização. Esta ação surge da necessidade de promover a cooperação entre as entidades responsáveis pela produção de conhecimento associado à DM e as empresas e os empreendedores. Desta forma, espera-se que a partilha e articulação das competências existentes, ao nível da produção de conhecimento, seja uma das formas de promover também a valorização do conhecimento, a inovação e o crescimento económico sustentável.

Finalmente, é importante afirmar que maior articulação e otimização de relações e sinergias entre os parceiros das diferentes instituições, com responsabilidade na salvaguarda da DM nas suas várias dimensões – produção e valorização dos produtos da DM; educação para a saúde; preservação de técnicas, festividades e paisagens –, irá contribuir para maior alinhamento da intervenção em curso com a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3).

A salvaguarda da DM representa um enorme potencial estratégico para o desenvolvimento inteligente e sustentável da região do Algarve, pelo que o trabalho em curso merece alguma reflexão em termos regionais.

2.2 O Património Cultural Imaterial, a DM e o turismo

Nem sempre o crescimento da “indústria” do património associada ao turismo foi encarado de forma positiva, tendo alguns autores desacreditado da emergência de uma procura crescente de experiências associadas ao património cultural ou até do movimento generalizado de preservação e valorização do mesmo (HEWISON, 1987; LI, 2003). Ashworth e Tunbridge, com o trabalho publicado *Dissonant Heritage: The Management of the Past as a Resource in Conflict* (1996) procuram explicar estes conflitos alertando para as suas consequências, e salientando a importância que a gestão pode ter neste contexto. Estes autores referem que num nível superior a UNESCO, o ICOMOS, o Conselho da Europa e a União Europeia (em conjunto) têm a responsabilidade de negociar a reconciliação entre estas realidades. Apontam como principais limitações à sua atuação a falta de uma visão internacional conjunta e a dificuldade de reforçar os padrões dos procedimentos internacionalmente.

O consumo cultural associado ao turismo nem sempre é encarado de forma positiva pelos agentes da cultura. A visão dos recursos culturais, como produto turístico, tem tido várias posições mais e menos favoráveis ao longo dos tempos

(ASHWORTH; TUNBRIDGE, 1996; McKERCHER, 2001; PRENTICE, 1994; RICHARDS, 2007; SILBERBERG, 1995; SWARBROOKE, 2002).

Nesta relação que se estabelece entre a cultura e o turismo, para que se verifiquem benefícios mútuos, tem que existir um esforço de trabalho conjunto e de cooperação intersectorial, pois o turismo e o património cultural possuem um enfoque disciplinar distinto, possuem uma função social diferenciada, respondem perante outros organismos e responsáveis políticos, e interferem com grupos de agentes variados.

No passado, a cultura foi conceptualizada como um processo de enriquecimento pessoal, mas, com o passar do tempo, desenvolveram-se novos significados, contribuindo para a produção e o consumo das atrações culturais como produtos e, mais recentemente, como experiências.

O *International Council of Monuments and Sites* em 1976 determinava a importância de associar benefícios para as comunidades resultantes do desenvolvimento do turismo cultural e promoveu a redação da “Carta Internacional do Turismo Cultural” (*International Cultural Tourism Charter – ICOMOS*). O desenvolvimento sustentado da atividade turística relacionada com a cultura e o património está diretamente associado à cooperação entre os diferentes agentes e atores da comunidade (ver princípios definidos no documento (available at: http://www.icomos.org/tourism/tourism_charter.html, consulted on 13.06.2016). De facto, o património cultural e o turismo têm vindo a transformar o seu inter-relacionamento:

A indústria do património colabora com o turismo: o património converte locais e expressões culturais em destinos, enquanto a indústria do turismo transforma locais, objetos, repertórios e formas de vida que já não são autosustentáveis em representações economicamente viáveis de si mesmos (*vide Kirshenblatt-Gimblett 1995; 1998*). A construção do património depende não apenas da valorização conceptual, mas do valor que é adicionado tanto aos recursos simbólicos como aos recursos materiais⁸ (KUUTMA, 2009, p. 7; KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998).

Subscrevemos a visão de Kuutma (2009) que evidencia que o património cultural é mais reconhecido pelo lugar, pelos elementos materiais, pelo tangível, tendo dominado durante largas décadas na Europa a visão das práticas de conservação e preservação do património arqueológico e arquitetónico, sobretudo monumental e de valor universal.

⁸ Todas as traduções de textos originais em inglês são traduções livres nossas.

O património imaterial ou intangível, associado sobretudo a práticas artísticas e expressões culturais, emerge como preocupação deste século. Tal como Kuutma afirma, “o património é uma construção social”, que se torna de facto real quando há um processo de reconhecimento e de investigação associado, o que envolve sistemas especializados de análise de significados: “o património cultural resulta de um processo de seleção e de identificação que está subtilmente relacionado com interesses académicos, mas entra em vigor por iniciativas do governo, que estabelece regulamentos e intervenções oficiais” (KUUTMA, 2009, p. 8).

O desafio deste PCI é que os seus elementos principais são imateriais, e ainda que sejam fundamentais para o enriquecimento da experiência turística, não são facilmente “comercializáveis”, requerendo uma gestão com esforços do lado do turismo e da cultura: “muitas vezes, o setor de gestão do património cultural é responsável por fornecer e gerir os ativos, enquanto o setor do turismo é responsável pelo marketing. Esta organização, no entanto, cria problemas e conflitos” (HO; McKERCHER, 2004, p. 57).

Também será importante afirmar que o indivíduo – turista ou não –, quando consome um produto ou uma experiência cultural procurará mais do que as suas características físicas, os benefícios associados às emoções e às ligações, que aqueles elementos patrimoniais proporcionam. A essência estará assim na capacidade de transformar o recurso cultural para dar resposta às necessidades dos turistas culturais, havendo que conhecer a força do seu apelo junto do mercado e o seu nível de robustez. Entre os fatores-chave apontados para que o produto de turismo cultural seja desenvolvido com sucesso estão: os objetivos e valores dos *stakeholders*; as características morfológicas dos recursos culturais e patrimoniais; a acessibilidade e a funcionalidade; e a integração com outras atividades e elementos de suporte. No insucesso do turismo cultural identificam quatro fatores: falta de compreensão da procura; falta de objetivos e prioridades claramente definidas; produto desenvolvido de forma isolada, em vez de integrado em termos de gestão, na mesma entidade que faz o controlo e acompanhamento (HO; McKERCHER, 2004).

O sistema de atrações turísticas responde a características específicas que transcendem o *marketing* do lugar e pressupõem a compreensão da forma como os bens culturais podem transformar-se em elementos centrais do destino e dos produtos turísticos.

Em 2010, o Jornal de Saúde Pública italiano reconhecia que a designação “dieta mediterrânica” tinha sido atribuída pelos americanos, no início dos anos 60 do século passado, a um modelo clássico de alimentação associado à bacia do Mediterrâneo, que incluía os seguintes padrões alimentares: elevada ingestão de legumes, leguminosas,

frutas e cereais; médio-elevada ingestão de peixe; baixo consumo de carne e de gorduras saturadas; elevado consumo de gorduras não saturadas (em particular de azeite); baixa-média ingestão de laticínios (sobretudo iogurtes e queijo); e moderação no consumo de vinho (SAULLE; LA TORRE, 2010, p. 414).

O reconhecimento da UNESCO do valor associado a este padrão alimentar resulta de práticas culinárias universalmente reconhecidas, pela sua qualidade, pela simplicidade, pela relação com os recursos endógenos do lugar, com os ciclos de produção normais, com o reconhecimento dos benefícios associados para a saúde e para a prevenção de doenças, sobretudo cardiovasculares, e como estando associada a práticas respeitadoras da biodiversidade.

3 As redes e o modelo de governança do PCI

Os modelos de gestão têm vindo a ser reequacionados, numa sociedade que se deseja proactiva e dinâmica, e crescentemente próxima dos cidadãos. No turismo como noutras áreas – modelo mais rígidos e burocratizados, assim como outros de carácter mais liberal têm sido abandonados (COSTA, 1996).

A investigação sobre redes está ainda em fase de desenvolvimento, mas tem revelado uma grande diversidade em termos de estrutura (dimensão) e geografia. A distância geográfica chega mesmo a ser equiparada à distância relacional e apresenta-se como um grande desafio à gestão e planeamento (BAGGIO; FUCHS, 2018).

Por exemplo, o modelo de análise territorial de Solima e Minguzzi (2014) propõe três eixos principais para avaliar o contributo da cultura e da criatividade para o desenvolvimento local e competitividade do território, com base nos seguintes elementos que consideramos de interesse que pudessem agrupar-se em rede: 1) atrações tangíveis e intangíveis em nível local; 2) estruturas e infraestruturas que suportam o turismo; 3) indústrias culturais e criativas que promovam o desenvolvimento inovador no território (a que se associa o turismo criativo) (SOLIMA; MINGUZZI, 2014).

Todavia, temos que reconhecer que, “devido à complexidade do produto turístico a maioria das empresas de serviços num destino turístico estão dependentes umas das outras para proporcionar um produto holístico ao consumidor [...] Existe por isso um crescente interesse nas redes e nas parcerias em muitas áreas e indústrias, e também na indústria do turismo (ZEHRER; RAICH, 2010, p. 1683-1684).

Quando falamos da Dieta Mediterrânica – património cultural imaterial –, num destino turístico maduro, como é o Algarve, temos que considerar os diferentes

atores⁹ intervenientes no processo de planeamento e a natureza fragmentada do turismo, bem como a necessidade de construção de um processo de decisão coordenado e participado que inclua o património cultural (AAS *et al.*, 2005).

Sobre a forma como essa participação e cooperação se tem estruturado tem havido alguma diversidade: “O turismo mais do que a maioria dos sectores económicos envolve o desenvolvimento de colaboração formal e informal, parcerias e redes, para a entrega do produto. [...] Existe significativa literatura em turismo sobre a discussão de parcerias e colaboração (BRAMWELL; LANE, 2000; HALL, 1999; SELLIN; CHAVEZ, 1955) e de redes (COOP; IVY, 2001; HALME, 2001; TINSLEY; LYNCH, 2001; TYLER; DIVAN, 2001) (BAGGIO; COOPER, 2010, p. 1758).

Zehrer e Raich (2010) propõem três formas predominantes para caracterizar os tipos de cooperação em turismo: horizontal quando se trata de empresas do mesmo nível de produção; vertical quando consistem em empresas de turismo e a cooperação se estabelece entre diferentes níveis de produção; e diagonal, quando a cooperação inclui várias atividades, que se diferenciam na sua natureza. Podemos dizer que a cultura e o turismo se inserem neste tipo de cooperação, pois não só o modelo de negócio é diferente, como a génese da sua natureza.

É sobretudo ao nível do conhecimento que esta necessidade mais se sente, e acontece: “A difusão do conhecimento num destino turístico pode ser considerada como um processo de ‘infeção’ no qual indivíduos conhecedores (no nosso caso, os *stakeholders* do destino) transferem os seus conhecimentos para os outros membros do grupo social com os quais têm contacto. Espera-se que a configuração da rede e a natureza das partes interessadas influenciem a eficiência desse processo e, conseqüentemente, a capacidade do destino para inovar e ser competitivo” (BAGGIO; COOPER, 2010, p. 1763, tradução nossa).

Os resultados do estudo de caso, que Baggio e Cooper (2010) apresentam para a rede existente em Elba (Itália), revelaram que a difusão de conhecimento era mais rápida e forte numa rede estruturada. Apontam igualmente a comunicação entre os vários polos que compõem a rede e as relações que entre eles estabelecem como fundamentais, até para a competitividade do destino turístico. Por outro lado, concluem que o apoio do setor público pode facilitar o funcionamento da rede, assim como proporcionar um suporte contínuo, mas que terão de ser os *stakeholders* do destino a operar a rede, logo uma análise dos diferentes atores, com base na sua natureza, mas também a classificação da sua participação na rede poderá fornecer

⁹ Atores significam indivíduos, empresas, associações, entidades públicas ou privadas, que têm uma atividade relacionada com o turismo e a cultura.

elementos de análise das atividades desenvolvidas e sobre o desempenho do sistema em si.

Sobre as redes culturais, têm sido levadas a cabo algumas reflexões ao nível nacional¹⁰ e identificam um conjunto de fatores fundamentais para a sua constituição, incluindo: a existência de uma liderança forte no grupo; o grau de confiança entre os parceiros da rede, a ponto de permitir a partilha de competências, a afinidade entre os elementos do grupo; a dimensão do grupo por forma a possuir efetiva massa crítica; a existência de critérios de seleção claros para a integração dos membros; o processo formal de adesão; a definição de objetivos claros, que podem ter associadas metas quantificáveis; capacidade financeira, infraestruturas e uma proposta de modelo de gestão da rede; a vontade explícita de querer promover processos de mudança e programas de melhoria contínua (SILVA, 2004). Zehrer e Raich (2010) propõem como fatores de sucesso para as redes em turismo elementos muito semelhantes: estrutura e liderança; cultura de confiança; recursos; grau de envolvimento; aprendizagem interorganizacional; objetivos definidos; sustentabilidade; e fase do ciclo de vida. Beritelli (2011) reconhece também que as redes de sucesso na área do turismo pressupõem um trabalho conjunto entre as empresas da área do turismo, considerando que, mesmo num ambiente de competição podem ser encontrados equilíbrios, sustentado à sua inter-relação em laços de confiança e reciprocidade. Todos estes fatores assumem em nosso entender igual importância para outras redes.

Na interrelação das redes em turismo cultural, merece referência o trabalho aplicado a Sintra, por Carvalho, Batista e Costa (2010) que, a partir de um conjunto de entrevistas semiestruturadas com entidades da cultura e do turismo, avaliam a criação de uma rede de negócios para a viabilização de um itinerário turístico-cultural em torno da obra queirosiana, *Os Maias*. O estudo exploratório revelou algum grau de desconhecimento de algumas entidades na relação com o conteúdo do roteiro, mas a conclusão a destacar na relação com esta investigação diz respeito à tendência das entidades em estabelecer predominantemente relações com outras da mesma natureza. Os entrevistados veem como “positiva e desejável” a associação entre o turismo e a cultura, mas são os do turismo que apresentaram maior abertura. Do lado da cultura identificaram sobretudo obstáculos à adaptação do roteiro a produto turístico e cultural (CARVALHO *et al.*, 2010).

¹⁰ Vide projeto de âmbito mais alargado GAMA, M. (2018). Redes de cooperação cultural no espaço lusófono. In: M. Oliveira e S. L. Évora (Ed.). *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom: cibercultura, regulação mediática e cooperação* (p. 106-116). Braga: CECS; Resumo: é um projeto de investigação de pós-doutoramento que está a ser desenvolvido em Portugal, Espanha e Brasil, com o objetivo de fomentar a prática qualificada de trabalho em rede de profissionais e de organizações do setor cultural português (GAMA, 2018, p. 106).

A área da cultura, como sector predominantemente público e associativo, apresenta especificidades e regularidades, que resultam de maior necessidade de investimento público, excetuando o caso das indústrias culturais:

A existência de redes de equipamentos públicos e de programação em diversos domínios culturais constitui uma linha transversal a vários setores [...] integrando atividades desenvolvidas por teatros, museus, bibliotecas e arquivos. Independentemente de revestirem diferentes graus de formalização, as redes têm assumido no contexto português, desde a segunda metade dos anos 80, uma progressiva afirmação e intensificação. Tal como, ocorre nos sistemas de cooperação configurados em rede, a constituição de redes de espaços culturais e tem visado o potenciar das suas virtualidades, isto é o aproveitamento do seu papel enquanto instrumento de qualificação, ordenação, coesão, concertação, difusão e formação. Além destas importantes funções, descortinam-se variadas iniciativas de redes de equipamentos algumas características intrínsecas a estes sistemas: abertura – admitindo-se a incorporação de novos elementos e, logo, de novos pontos de ligação e concertação; multacentralidade – o funcionamento das redes assenta numa lógica de diversos centros e não na dicotomia centro/periferia, sem que tal signifique desregulação; reciprocidade – vincase a ideia de redes como estruturas de relação, de intercâmbio de comunicação” (GOMES; MARTINHO, 2009, p. 163-164).

Identificam-se na literatura associada à criação de redes dois pressupostos fundamentais “as relações, mais ou menos formalizadas, mais ou menos intensas e de tipologia variada estabelecidas entre os diferentes integrantes são mais duradouras que meros episódios de interação entre os mesmos” (CARNEIRO *et al.*, 2007, p. 14); e de que, pelo menos teoricamente, “dentro de determinada rede, os fluxos não têm distância ou têm a mesma distância entre os nós” (CASTELLS, 2005, p. 606).

Não existindo uma rede formal criada mas uma comissão regional da Dieta Mediterrânica, a investigação em curso assume-se como uma reflexão das vantagens e desvantagens associadas a um modelo de gestão e governança em vigor, mas também fornece evidência empírica para o desenvolvimento futuro.

4 Metodologia e processo de investigação

Conforme explicitado na introdução, o objetivo principal deste trabalho traduz-se em analisar as dinâmicas da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica e os benefícios associados à sua associação em rede, formalizando uma estrutura de governança que integrasse os agentes que a compõem.

O campo de estudo da presente investigação centra-se numa abordagem pela oferta, mais do que no lado da procura e nos benefícios que a DM pode trazer às

comunidades, e nas formas de organização regional e local da gestão deste património cultural imaterial, na sua relação como turismo e o desenvolvimento regional e local.

Da mesma forma, merecem a nossa análise, os impactos esperados com o trabalho em rede e os obstáculos identificados para o seu funcionamento por parte das diferentes entidades.

Assim, a DM assume um potencial principal enquanto património cultural imaterial reconhecido pela UNESCO, incluindo recursos naturais, recursos associados à paisagem humana, ao habitat e ao estilo de vida. A própria arte culinária e o artesanato local fazem parte destas atrações, mas as questões da saúde emergem como elemento privilegiado na defesa deste património cultural imaterial (SAULLE; LA TORRE, 2010).

A técnica de investigação determinada para a recolha de dados primários foi a do inquérito por questionário, porque apresenta algumas vantagens em relação a outras técnicas de recolha de dados. O desenvolvimento de um questionário autónomo estabeleceu-se como fundamental – ainda que integrando questões já testadas noutros trabalhos de investigação sobre redes, parcerias e património cultural e turismo – tendo efetuado um pré-teste do referido questionário aos elementos do grupo de trabalho interno da Dieta Mediterrânica da Universidade do Algarve (recolhemos quatro questionários preenchidos no total da equipa, tendo as restantes três apenas dado informação positiva sobre o questionário). Do pré-teste resultou a simplificação e redução de opções em algumas questões.

O pré-teste do questionário é fundamental para aferir diferentes tipos de aspetos, entre os quais tomada de consciência em relação à sensibilidade dos indivíduos face às questões específicas, avaliar a boa compreensão das questões colocadas; testar a ordem das questões e a sua forma de apresentação; avaliar a familiarização dos inquiridos com as questões; perceber a taxa de resposta e de adesão ao preenchimento do questionário; estimar o tempo médio de entrevista; avaliar as condições de aplicabilidade propostas para o questionário, e testar os procedimentos analíticos (VEAL, 1997).

Os dados utilizados no inquérito são predominantemente numéricos e de escalas de medida sobretudo nominais e ordinais. As técnicas estatísticas utilizadas são essencialmente univariadas e bivariadas. A pesquisa documental permitiu a recolha e a análise de dados relativos às dinâmicas de rede e cooperação entre turismo, cultura e património, assim como o acesso a estudos de suporte à investigação em estudo. A pesquisa documental foi também um instrumento principal para: perceber o estado da arte sobre redes de cooperação entre património cultural e turismo e, em particular, na dimensão do património cultural imaterial.

O questionário final está a decorrer e foi remetido de forma computadorizada a todos os elementos que integram a Comissão Regional da Dieta Mediterrânica. Privilegiou-se a utilização de questões fechadas para facilitar a sua codificação, todavia, sempre que se previu a existência de outras opções não conhecidas, foi colocada a possibilidade aberta de fazer outras propostas.

Como os resultados do questionário ainda estão a ser recolhidos, esta investigação será objeto de atualização em nova publicação.

5 Análise empírica: modelo e questões de gestão que se colocam à valorização do Património Cultural Imaterial da Dieta Mediterrânica como recurso turístico

A Comissão Regional é composta por 13 entidades de carácter eminentemente público e associativo e apenas uma Fundação, o que faz com que a perceção de expectativa dos resultados possa traduzir-se num posicionamento mais político e estratégico na dimensão da salvaguarda da Dieta Mediterrânica do que numa visão empresarial; todavia há questões de avaliação das dinâmicas empresariais e económicas colocadas associadas aos modelos de gestão e governança em estudo aplicados à DM.

A partir da revisão de literatura, da observação participante e do estudo de caso em desenvolvimento, equacionam-se como objetivos para a criação de uma rede regional da DM: Definição de estratégia conjunta de colaboração, sistémica e integrada; intensificação do diálogo interterritorial e intraterritorial em torno do património comum da DM; estabelecimento de parcerias extra rede com vista ao fortalecimento e dinâmica de redes; garantia da monitorização e a avaliação das ações desenvolvidas; criação de uma plataforma de aprofundamento e investigação sobre o Turismo Cultural associado à DM; promoção e desenvolvimento de ações e projetos para a valorização do património comum da DM, mas também da identidade local.

Na Tabela 1 apresentam-se os principais benefícios apontados para a criação de redes, resultantes da revisão de literatura e que se são avaliados, no âmbito do questionário desenvolvido junto das entidades que compõem a comissão regional.

Vanneste e Van der Tee (2015) desenvolveram um excelente estado da arte sobre redes em turismo, identificando os principais estudos, seus autores, diferentes tipos de redes e benefícios apontados para a constituição de redes. A partir de uma análise bibliométrica revelam informação pertinente sobre os fundadores do conceito, e as várias abordagens desenvolvidas.

Tabela 1 – Benefícios associados à criação de uma Rede

Aprendizagem e partilha	Transferência de conhecimento Processo de educação junto dos agentes do turismo Melhorias de comunicação Desenvolvimento de novos valores culturais (reforço da identidade local) Aceleração da velocidade da implementação de ações Facilitação do desenvolvimento de iniciativa empresarial e acesso ao mercado
Atividade empresarial	Cooperação de atividades e do processo produtivo Ganhos de escala nas pequenas e médias empresas Aumento da procura e permanência turística fora de época alta Oportunidades de negócio/emprego/fixação de população Aumento da qualidade e valor da oferta Aumento da capacidade de financiamento pela união
Comunidade	Focus em objectivos comuns Aumento do sentido de pertença e orgulho próprio Maior envolvimento na preservação, salvaguarda e transmissão dos valores culturais Mais receitas geradas localmente

Fonte: Elaboração própria.

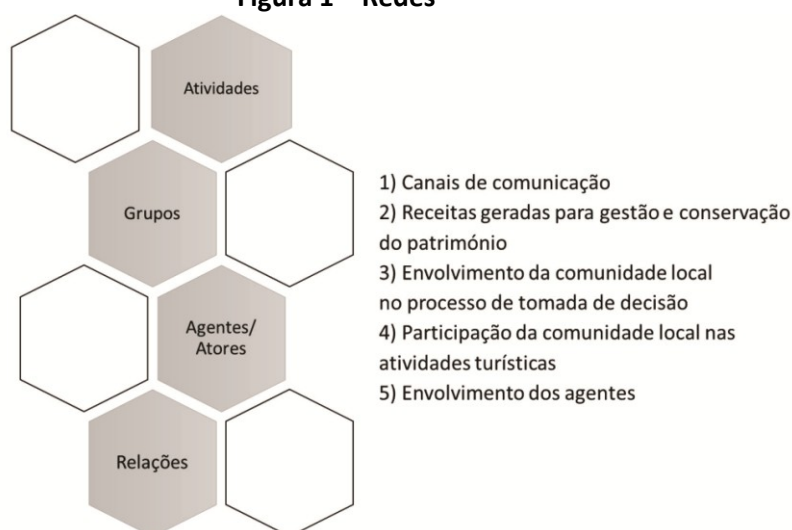
O conceito de rede, a discussão sobre técnicas qualitativas e quantitativas utilizadas para sua análise, a dificuldade persistente de aproximação e colaboração entre setor público e privado, os resultados esperados e alcançados a partir da organização em rede, os processos de coordenação nas redes e as consequências de adoção de alguns modelos de governança, o papel de determinados atores nas redes estão entre a investigação já identificada por Volgger e Pechlaner sobre as redes em turismo (2015). Os dois autores concluem que o elemento humano é essencial na análise de redes e que haverá vantagens em introduzir análises mais qualitativas, mesmo que combinadas com abordagens mais técnicas e formais, na medida em que as relações de poder, as atitudes e o comportamento são condicionantes principais dos resultados (VOLGGER; PECHLANER, 2015).

Para a análise exploratória em curso, consideraram-se os seguintes elementos que compõem a rede a partir da concetualização de Aas, Ladkin e Fletcher (2005) e estabeleceu-se a proposta esquemática da Figura 1.

Um estilo de governação em rede pressupõe a construção de consensos e uma atuação centrada no bem-estar público e na criação de benefícios mútuos. Conforme já mencionado, acresce que estamos perante um património com uma elevada dimensão de imaterialidade:¹¹

¹¹ Veja-se definição incluída no artigo sobre Dieta Mediterrânica.

Figura 1 – Redes



Fonte: A partir de Aas, Ladkin e Fletcher (2005).

A significância cultural de um lugar pode ser social, educacional, histórica, científica, estética ou uma combinação de várias ou de todas estas perceções. A significância cultural de um lugar para uma comunidade é evocada pelos seus valores culturais tangíveis e intangíveis. Um lugar patrimonial sobre pressão de uma elevada visitação turística, com pouca atenção sobre a gestão da conservação sofrerá danos físicos sobre os seus valores culturais tangíveis. Todavia, um planeamento pobre também comprometerá todos os valores culturais intangíveis (DUCROS, 2001, p. 167, tradução nossa).

DuCros (2001) defende mesmo que deve existir um planeamento integrado da gestão do património cultural e do desenvolvimento turístico, o que de facto está já a acontecer na região do Algarve, com a proposta de Plano de Atividades que foi concertado sob a coordenação da Universidade do Algarve para o período de 2018-2021, e que foi inclusive objeto de consulta pública.

O património cultural para ser reconhecido ao longo do tempo pressupõe a manutenção do interesse da comunidade (individual e coletiva). A atribuição de significados pelos diferentes agentes das comunidades pode resultar de processos de salvaguarda e valorização celebrativos que nem sempre têm o suporte dos agentes patrimoniais, mas que contribuem para a manutenção da dimensão deste património e até para a criatividade associada ao mesmo.

Há mesmo quem afirme que a operação metacultural relacionada com o processo de nomeação do património da UNESCO instiga a seleção exclusiva do património certo, no qual atores da política e da academia operam para melhorar a situação socioeconómica da região, por meio do consumo e do turismo (KUUTMA, 2009, p. 1, tradução nossa).

Assim, a narrativa apresentada da Dieta Mediterrânica para o turismo, em particular, deve integrar um olhar presente do passado. Sabemos que a representação dos estilos de vida passados que introduza saberes tradicionais, nem sempre é fácil e requer investimentos em conservação e restauro para os quais os intervenientes do lado do turismo nem sempre estão disponíveis para fazer.

A continuidade da representação desse património dependerá muito das formas encontradas para a sua promoção com regularidade e atratividade.

Uma questão evidente neste trabalho prende-se com as implicações do desenvolvimento em rede de um modelo de governança para este património cultural imaterial, em que participam agentes de grande diversidade em natureza e âmbito de atuação (da cultura, do turismo, da agricultura, do desenvolvimento regional, da saúde, da administração local e regional, entre outros).

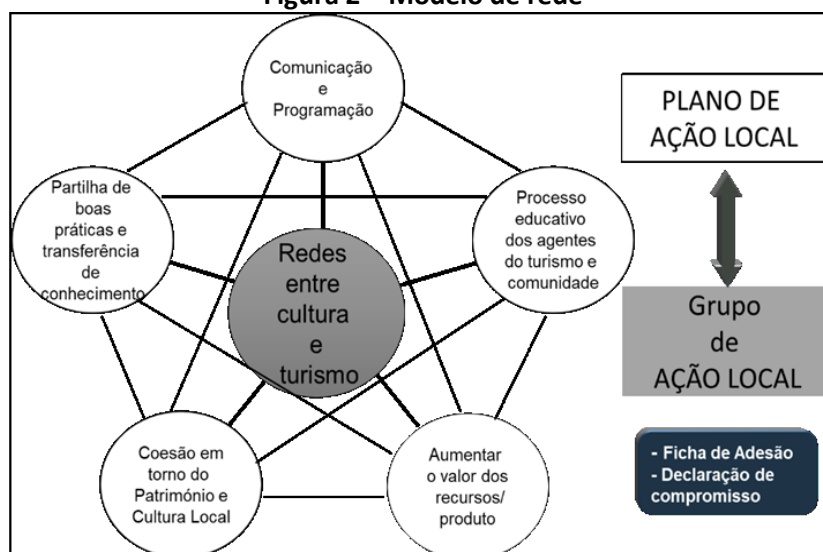
Uma análise detalhada das conexões e das relações entre grupos diferenciados de *stakeholders* – nomeadamente entre o sector do turismo, as autoridades locais e a comunidade anfitriã – dá-nos o grau de relacionamento entre estes atores. Essa análise detalhada permitirá verificar onde está colocada a centralidade das decisões no desenvolvimento do turismo cultural, se nas atrações culturais, se, por exemplo, no grupo das autoridades.

No caso da DM, a Comissão Regional tem a sua base na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que é um serviço periférico da administração direta do Estado e possui autonomia administrativa e financeira estando sob a tutela do Ministro do Planeamento, mas em coordenação com os Ministros Adjunto e do Ambiente, na relação com as autarquias locais, e nas matérias do ambiente e ordenamento do território.

Sendo o organismo que na área geográfica do Algarve assume a execução das políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, de desenvolvimento regional e de incentivos à comunicação social, assim como presta apoio técnico às autarquias locais e às suas associações, que teve o papel precursor de criação da comissão regional existente, tem assumido em nosso entender pouca liderança na criação de novas dinâmicas regionais da DM.

A Comissão Regional tem reunido com pouca regularidade estabelecendo-se sobretudo como uma equipa de carácter político e estratégico, não possuindo por isso associada uma abordagem de negócio ou de produção de resultados ao nível da economia regional, para além das atividades previstas no Plano de Salvaguarda em curso até 2021.

Figura 2 – Modelo de rede



Fonte: Elaboração própria.

No plano do conhecimento científico e do novo conhecimento a Rede de Instituições do Ensino Superior, para a Salvaguarda da Dieta Mediterrânica (RIESDM), tem já uma equipa coordenadora eleita liderada pela Universidade do Algarve e assinou um conjunto de protocolos de nível nacional e está a estabelecer um plano de atividades nacional em torno da Dieta Mediterrânica, que conduzirá a um alinhamento estratégico da investigação para esta área.

Na estrutura da rede os que tiverem o papel mais central serão aqueles que mais facilmente conseguirão colocar novas ideias a circular e tomar decisões de ação coletiva.

Sobre o trabalho de investigação em curso surge também como preocupação determinante encontrar o equilíbrio entre a conservação e o uso do património cultural, no decurso quer da revisão de literatura, quer do próprio estudo empírico em curso. Outras preocupações (Figura 2) resultam de conseguir estabelecer canais de comunicação abertos e diretos entre o turismo e o património, e definir uma direção estratégica, bem como determinar o responsável pela sua implementação e acompanhamento, sendo que neste momento como referido, a Comissão Regional funciona no seio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Do conjunto de várias reuniões e encontros resulta como necessidade o estudo de novas formas de angariação de receitas e um plano de intervenções prioritárias na relação com a conservação e salvaguarda, mas também de atividades de valorização, com o imperativo das decisões serem assumidas de forma mais peremptória de nível regional e local.

Do estudo exploratório desenvolvido conclui-se que o envolvimento da comunidade local nem sempre é perspetivado no processo de decisão, quer pela dificuldade de materialização dessa oportunidade, quer pela opinião que o grau de conhecimento dessa comunidade é pouco especializado para o efeito. A sua participação traduz-se na adesão às atividades de valorização propostas e nalgumas dinâmicas mais de âmbito local, sobretudo desenvolvidas pelo Município de Tavira.

As organizações que participam na Comissão Regional não têm uma participação equilibrada e sempre ativa no grupo, em regra partilham quando solicitado as suas atividades individuais, que são sistematizadas e assumem um corpo de maior coerência com a sua integração nos eixos e objetivos estratégicos propostos para o Plano de Atividades. A exceção acontece com a Feira da Dieta Mediterrânica em Tavira, que é coordenada pelo Município de Tavira e que mantém um conjunto de reuniões regulares da Comissão Organizadora, que agrega um vasto conjunto de entidades e associações regionais e locais.

A análise exploratória em curso permite concluir que há potencial de estreitamento e desenvolvimento de redes na região em torno da DM, mas que há algumas resistências a uma maior formalização destas dinâmicas.

6 Conclusão

Sobre o estudo de caso apresentado – a Dieta Mediterrânica no Algarve – e retomando os fatores de sucesso apontados para o funcionamento das redes por Zehrer e Raich (2010): estrutura e liderança; cultura de confiança; recursos; grau de envolvimento; aprendizagem interorganizacional; objetivos definidos; sustentabilidade; e fase do ciclo de vida; podemos afirmar que a rede em curso está ainda em fase de implementação.

Das principais dificuldades que ficam evidenciadas da análise empírica desenvolvida até ao momento surgem questões associadas à liderança, a afetação de recursos, ao grau de envolvimento e à sustentabilidade do seu funcionamento, como os pontos mais críticos (*vide* em especial Zehrer *et al.*, 2014, onde é denunciada a necessidade de mais investigação e de novos estudos comparativos que permitam perceber o desenvolvimento de redes de liderança profissionais e avaliar os resultados produzidos nas comunidades de destinos turísticos). A Universidade do Algarve e o Município de Tavira têm sido as principais forças motrizes na criação de grupos de trabalho, na liderança de outras redes, na proposta de atividades e no desenvolvimento de investigação.

Os ciclos políticos e de gestão têm condicionado um funcionamento mais regular, devido à alternância de representantes do sector público, mas também o facto

da região se encontrar condicionada no acesso aos Fundos Comunitários com a uma percentagem de financiamento regional na administração pública muito limitadora para introdução de novas dinâmicas e propostas mais ambiciosas.

Os processos de comunicação e os canais de informação também carecem de melhor definição.

É amplamente reconhecido que as redes e a cooperação são essenciais para a competitividade dos destinos turísticos e também no caso concreto apresentam claros benefícios para uma maior afirmação e competitividade regional dos produtos e serviços associados ao património cultural imaterial da Dieta Mediterrânica. Contudo, a implementação de redes carece de estudo mais aprofundado, sobretudo nesta relação entre património cultural e turismo. Só com uma demonstração clara dos benefícios a ser alcançados pela integração em rede se conseguirá uma maior participação e desenvolvimento.

Uma outra questão que se pode colocar nesta abordagem de rede intersectorial, em que se esperam trocas mútuas de benefícios é: Será que o turismo dá o contributo devido de retorno aqueles setores e produtos que o suportam em termos de atratividade do destino?

Sabemos que é mais exigente o trabalho que tem por base Património Cultural Imaterial da Humanidade, que é um património vivo que se renova a cada momento e a cada dia, mas que há que promover a sua relação com a identidade e valores locais, sob pena de ser colocada em causa a sua preservação e salvaguarda.

Referências

- AAS, C.; LADKIN, A.; FLETCHER, J. Stakeholder collaboration and heritage management. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 1, p. 28-48, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2004.04.005>.
- ASCANIIS, S., GRAVARI-BARBAS, H.; CANTONI, L.(ed.) **Tourism Management at UNESCO World Heritage Sites**. Università della Svizzera Italiana, 2018. 100 p.
- ASHWORTH, G.J.; TUNBRIDGE, J.E. **Dissonant Heritage. The Management of the Past as a Resource in Conflict**. Chichester: John Wiley & Sons, 1996.
- BAGGIO, R.; COOPER, C. Knowledge transfer in a tourism destination: the effects of a network structure. **The Service Industries Journal**, v. 30, n. 10, p. 1757-1771, 2010. DOI: 10.1080/02642060903580649.
- BAGGIO, R.; FUCHS, M. Network science and e-tourism. **Information Technology & Tourism**, n. 20, p. 97-102, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/540558-018-0125-8>.
- BERITELLI, P. Cooperation among prominent actors in a tourism destination. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 2, p. 607-629, 2011. DOI:10.1016/j.annals.2010.11.015.
- CARVALHO, I.; BAPTISTA, M.; COSTA C. As redes em turismo cultural: um olhar sobre a relação entre turismo e cultura. **Revista de Turismo e Desenvolvimento**, n. 13/14, p. 243-252, 2010.
- CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. A Sociedade em Rede, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

CIHEAM/FAO. **Mediterranean food consumption patterns**: diet, environment, society, economy and health. A White Paper Priority 5 of Feeding Knowledge Programme, Expo Milan 2015. Rome: CIHEAM-IAMB, Bari/FAO, 2015.

COMISSÃO REGIONAL da Dieta Mediterrânica (2018). **Plano de Atividades 2018-2021: Salvaguarda da Dieta Mediterrânica**. Disponível em: http://www.dietamediterranea.net/sites/default/files/CRDM_PA_2018_2021_Algarve_v1.pdf. Acesso em: 5 mar. 2019.

COSTA, C. **Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level**. Planning, organisations and networking: the case of Portugal. 1996. Tese (Doutorado) – University of Surrey, Guildford, 1996.

DECRETO-EI n. 139/2009, de 15 de junho. Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

DECRETO-LEI n. 149/2015, DE 4 de agosto. Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

DERNINI, S.; BERRY, E.M.; SERRA-MAJEM, L. *et al.* Med Diet 4.0: the Mediterranean diet with four sustainable benefits. **Public Health Nutr.**, v. 20, n. 7, p. 1322-1330, 2017. DOI: 10.1017/S1368980016003177.

DGPI. Matriz PCI. Disponível em: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/>. Acesso em: 14 jul. 2017.

DOUGALL. **Fixing food**: The Mediterranean Region – Building sustainable food systems through capacity-building and co-operation. Parma – Italy: The Economist Intelligence Unit – Barilla Center for Food & Nutrition, 2017.

DuCROS, H. A new model to assist in planning for sustainable cultural heritage tourism. **International Journal of Tourism Research**, n. 3, p. 165-170, 2001. DOI:10.1002/jtr.297.

FAO. Sustainable Diets and Biodiversity – Directions and Solutions for Policy, Research and Action. B. Burlingame, & S. Dernini (ed.), Proceedings of the International Scientific Symposium Biodiversity and Sustainable Diets Against Hunger, 3–5 November 2010, FAO Headquarters, Rome (p. 307). Rome, Italy: FAO, Nutrition and Consumer Protection Division, 2012.

FAO; IFAD; UNICEF; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2017**. Building resilience for peace and food security. Rome: FAO, 2017.

GAMA, M. Redes de cooperação cultural no espaço lusófono. In: OLIVEIRA, M.; ÉVORA, S.L. (ed.). **Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação**, 106-116, Braga: CECS, 2018.

GOMES, R.T.; MARTINHO, T. **Trabalho e qualificação nas atividades culturais**: um panorama em vários domínios. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2009.

HEWISON, R. **The Heritage Industry**. British in a Climate of Decline. Londres: Methuen, 1987.

HO, P.; MCKERCHER, B. Managing heritage resources as tourism products. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 9, n. 3, p. 255-266, 2004. DOI: 10.1080/1094166042000290655.

ICOMOS. **Charter of Cultural Tourism, International Council of Monuments and Sites**. 1976. Disponível em: http://www.icomos.org/tourism/tourism_charter.html. Acesso em: 13 jun. 2006.

INE. **Estatísticas do Turismo 2016**, Instituto Nacional de Estatística, 2017.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. **Destination culture**: tourism, museums, and heritage. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1998.

KUUTMA, K. Cultural Heritage: An introduction to entanglements of knowledge, Politics and Property. **Journal of Ethnology and Folkloristics**, v. 3, n. 2, p. 5-1, 2009. ISSN 1736-6518, Estonian National Museum, University of Tartu.

- LI, Yiping. Heritage Tourism: The contradictions between conservation and change. **Tourism and Hospitality Research**, v. 4, n. 3, p. 241-261, 2003.
- MEDURI, T.; CAMPOLO, D.; LORÈ, I. **The UNESCO Intangible heritage as input for the development of rural areas: A Theoretical Model for the Valorization of the Mediterranean Diet**. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 223, 647-654, 2016.
- PAMELA, S.Y.; HO; MCKERCHER, B. Managing Heritage resources as tourism products. **Asia pacific Journal of Tourism Research**, v. 9, n. 3, p. 255-266, 2004. DOI: 10.1080/1094166042000290655.
- PRENTICE, R. Heritage: a key sector of the *new tourism*. In: LOCKWOOD, A.; COOPER, C.P. (ed.). **Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management**. 5, Chichester: John Wiley & Sons, Chichester, 1994. p. 309-324.
- RICHARDS, G. Introduction: Global Trends in Cultural Tourism. In: RICHARDS, G. (ed.). **Cultural tourism: global and local perspectives**. Nova Iorque: Haworth, 2007. p. 1-24.
- SAITO, H.; RUHANEN, L. Power in Tourism Stakeholder Collaborations: power types and power holders. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, n. 31, p. 189-196, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2017.01.001>.
- SAULLE, R.; LA TORRE, G. The Mediterranean Diet, recognized by UNESCO as a cultural heritage of humanity. **Italian Journal of Public Health**, v. 4, n. 7, p. 414-415, 2010.
- SILVA, A. S. As redes culturais: Balanço e perspectivas da experiência portuguesa. In: GOMES, R. (coord.). **Os Públicos da cultura**. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2004. p. 241-283.
- SILBERBERG, T. Cultural Tourism and Business Opportunities for Museums and Heritage Sites. **Tourism Management**, v. 16, n. 5, p. 361-365, 1995.
- SOLIMA, L.; MINGUZZI, A. Territorial development through cultural tourism and creative activities. **Mondes du Tourisme**, n. 10, p. 6-18, 2014.
- SWARBROOKE, J. *The Development and Management of Visitor Attractions*. 2. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2002.
- TUNBRIDGE, J. E.; GREGORY J. A. **Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict**. Chichester, New York: J. Wiley, 1996.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO) (2016). UNWTO Tourist Highlights. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145>. Acesso em: 7 maio 2018.
- UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO (MISC/2003/CLT/CH/14), 2003.
- VANNESTE, D.; VAN DER ZEE, E. Tourism Networks Unravelled; a review of the literature on networks in tourism management studies. **Tourism Management Perspectives**, n. 15, p. 46-56, 2015.
- VEAL, A.J. **Research Methods for Leisure and Tourism – a Practical Guide**. Londres: Pitman Publishing, 1997.
- VOLGGER, M.; PECHLANER, H. Governing networks in tourism: what have we achieved, what is still to be done and learned? **Tourism Review**, v. 70, n. 4, p. 298-312, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/TR-04-2015-0013>.
- ZEHRER, A.; RAICH, F. Applying a lifecycle perspective to explain tourism network development. **The Services Industries Journal**, v. 30, n. 10, p. 1683-1705, 2010. DOI: 10.1080/02642060903580698.
- ZEHRER, A.; RAICH, F.; SILLER, H.; TSCHIDERER, F. Leadership networks in destinations. **Tourism Review**, v. 69, n. 1, p. 59-73, 2014.

La fiesta de los patios de Córdoba: un recurso turístico de promoción de la ciudad

Maria Genoveva Millán Vásquez de la Torre*

Maria Genoveva Dancausa Millán**

Resumen: Los patios indican una forma de vida de la sociedad cordobesa, su estructura ha ido evolucionando desde la época de los romanos, adaptándose su arquitectura a los distintos periodos históricos de la ciudad, no usaban los mismos elementos arquitectónicos en la época árabe que en la actualidad, siendo el objetivo arquitectónico del patio desde sus comienzos dar luz a las habitaciones de la vivienda y mitigar el calor en las épocas de verano, a través de plantas que generan un clima más fresco en el hogar, convirtiéndose en un pequeño vergel con diferentes combinaciones de ornamentaciones florales que hacen del patio cordobés un atractivo único. Desde el siglo pasado los patios participan en concurso siendo este Festival de Patios declarado Patrimonio Inmaterial por la UNESCO en el 2012, donde el turista que los visita puede apreciar a través de ellos un signo cultural de las tradiciones y costumbres del pueblo cordobés, convirtiéndose el patio en un atractivo turístico de la ciudad, generando un ingreso por turismo de más de 8 millones de euros. En esta investigación se analiza las ventajas e inconvenientes que esta oferta turística representa para la ciudad de Córdoba.

Palabras clave: Patrimonio Inmaterial. Patios. Córdoba. Turismo.

Abstract: The patios point out a cordovan society way of life, their structure has been evolving since the time of the Romans, adapting their architecture to the different historical periods of the city. They didn't use the same architectural elements in the Arab era than today, being the architectural objective of the patio from its beginnings to give light to the house rooms and mitigate the heat in summer times, through plants that generate a cooler climate in the home, becoming a small garden with different floral ornamentation combinations that make the cordovan patio a unique attraction.

Since the last century, the patios have participated in a contest, being this Festival of Patios declared Intangible Heritage by UNESCO in 2012, where the tourist who visits them can see through them a cultural sign of the traditions and customs of the cordovan people, becoming the patio in a tourist city attraction, generating more than 8 million euros income from tourism. This research analyzes the advantages and disadvantages that this touristic offer represents for the city of Córdoba.

Keywords: Intangible Heritage. Patios. Córdoba. Tourism.

1 Introducción

El patio como parte material de la vivienda y zona social de expansión en determinadas casas ha ido evolucionando desde la época romana hasta la actualidad, convirtiéndose en un elemento de atracción turística. En el caso de la ciudad de Córdoba (España) las casas con patio se concentran principalmente en el casco histórico, donde existen algo más de 14000 viviendas de las que en su mayoría son viviendas pequeñas de 150 a 200 m², de las cuales más de 2200 son casas

* Universidad Loyola Andalucía. *E-mail:* gmillan@uloyola.es

** Universidad de Córdoba. *E-mail:* z62damim@uco.es

unifamiliares (ocupadas por una sola familia) y el resto plurifamiliares (con una media de 5 viviendas por edificio) (AYUNTAMIENTO DE CÓRDOBA, 2019).

El origen de este elemento arquitectónico (patio) es dar ventilación al resto de las dependencias de la vivienda, su situación o forma del mismo depende de la arquitectura y época histórica, la civilización romana, que heredó de la griega el arte de desarrollar el jardín en la época grecolatina, se trataba de estancias abiertas al aire libre con peristilo rodeadas por un pórtico de columnas en donde se desarrollaba la vida cotidiana y se recibían a las visitas, sobre los jardines de las villas de Hispania como las domus (casas) de las clases dirigentes romanas se caracterizaron por contar con una serie de amplios espacios vacíos, más que con una sucesión de salas cerradas. El patio cubierto, claustro o pórtico o el jardín con juegos de agua son la fuente principal de iluminación y aireación de la vivienda. La vida en las domus acontece en los vacíos centrales, mientras las habitaciones son pequeñas y apenas se utilizan para dormir o leer.

El peristilo (galería alrededor de un edificio o de un patio interior que forma esta serie de columnas con la cubierta que soporta) de origen griego, tiene un papel esencial no sólo en la composición arquitectónica sino en la organización general de la casa. Su incorporación al programa edificatorio de las domus romanas, que ya contaban con atrium y hortus, supone además incorporar el espacio abierto, hasta entonces sólo presente en el espacio público, como espacio de representación de poder.

Efectivamente, contar con este “espacio inútil” dentro de la vivienda es un lujo que muy pocos pueden permitirse, entre otras razones porque está regulado de forma muy estricta: sólo ciudadanos nobles pueden contar con estos “regios” elementos. Lo que sí parecen tener en común todas las clases sociales romanas es el gusto por la naturaleza. Hay constancia, de la existencia de viridaria comunitarios en viviendas desarrolladas en altura (insulae), del mismo modo que los habitantes de las plantas superiores pudieron disfrutar de pequeñas plantas cultivadas en macetas que pudieron colocarse en los balcones de estos edificios según consta en las crónicas La villa romana de “El Ruedo” en Almedinilla (Córdoba) es considerado un ejemplo paradigmático de la importancia que llegó a tener el jardín-peristilo en la domus romana como lugar de representación, en particular para la celebración del convivium. Un jardín que estaba conformado esencialmente por elementos de agua, esculturas y plantas vivas, e incluso por pinturas de tema vegetal (COLMENAREJO, 2015).

En una época posterior, la de los árabes, se introdujeron numerosas innovaciones a las viviendas, la ornamentación se orientó hacia el interior, por lo que se simplificaron las fachadas ya que el aspecto exterior carecía de relevancia pues se

constituía con un simple muro ciego, y se embellecieron los patios con azulejos, celosías y suelos de ladrillo o empedrado, en ellos destacaba la importancia del agua, así proliferaron fuentes, surtidores y acequias que permitieron el desarrollo de flores y árboles frutales, tratando de imitar la imagen de paraíso musulmán, es desde esta época cuando el patio empieza a tener una importante función social, transformándose en un lugar socializador, donde el patio representa la libertad de poder hablar con los familiares y vecinos al aire libre, y donde disfrutar de la naturaleza sin necesidad de salir a la calle. Tras la conquista cristiana de la ciudad por Fernando III (1236), se produjeron pocos cambios formales en la distribución de las viviendas, el estilo mudéjar permaneció hasta el siglo XVI, época en la que se incorporaron detalles decorativos platerescos y renacentistas en los adornos de los huecos al patio, se realizaron las fachadas y se crearon patios de planta cuadrada con pórticos en la planta baja, mientras que en la superior se construyeron galerías cegadas con balcones, Hernández (1999) ha demostrado que a fines de la Edad Media las “casas de vecinos” constituyen una tipología de vivienda muy extendida en Córdoba. Las también denominadas “casas de vecindad”, “casas de partido” o “patios de vecindad”, son el resultado del aprovechamiento de otras edificaciones – en especial conventos y casas señoriales – que, al compartimentarse, pudieron albergar a distintas familias en alojamientos y viviendas reducidas, donde se compartían elementos comunes como la cocina los aseos y el cuarto para lavar. En el siglo XIX las casas abandonaron el tradicional empedrado por solerías de piedra o mármol, mientras que en las casas más modestas se usaron baldosas hidráulicas, los patios pasaron a ser más austeros y las flores abandonaron los arriates para recogerse en macetas, siendo la decoración una mezcla de elementos arqueológicos y, con el romanticismo, el uso de cancelas que sustituyeron a los antiguos portones de madera barrocos, se trató de un siglo en el que se fusionó lo clásico con lo oriental, dando lugar a una arquitectura ecléctica muy característica de Córdoba, pero este tipo de arquitectura perduró durante el siglo XX.

Con el tiempo este modo de vida fue desapareciendo por la construcción de bloques de pisos en los barrios periféricos, aunque aún pervive gracias a que sobreviven algunas de estas viviendas, que representan una forma de vida muy singular, siendo la base de una de las fiestas más populares de esta ciudad, junto con la Cruces y la Feria de la Salud, en el mes de mayo. La inclusión de la “Fiesta de los patios de Córdoba” (FPC) en la Lista Representativa de Patrimonio Inmaterial de la Humanidad (LRPI), promovida por UNESCO en el año 2012, ha supuesto un hito en la celebración de una fiesta popular condicionada tanto por el hábitat que la acoge, las casas patio ubicadas en el centro histórico de Córdoba, como por la forma de vida de quienes generan dicha fiesta, los habitantes de estas casas patio.

2 El patio como patrimonio

Las ciudades Patrimonio, son espacios urbanos que concentran parte del patrimonio urbanístico y arquitectónico monumental, siendo este paisaje y este patrimonio cultural un importante recurso turístico cuya gestión debe ser la adecuada planteando nuevos retos ya que se trata de un bien no renovable.

Córdoba es una ciudad patrimonial situada en el sur de España, cuenta con cuatro reconocimientos por parte de la UNESCO como patrimonio de la Humanidad, de los cuales tres se refieren al patrimonio material (La “Mezquita” reconocida en 1984, (UNESCO, 1984), el “Centro Histórico de la Ciudad” (UNESCO, 1994), el “Yacimiento arqueológico de Medina Azahara” (2018) y una que es patrimonio inmaterial “la Fiesta de los Patios” (2012)). Con esta rica herencia cultural esta ciudad es un potencial destino turístico, del segmento de turismo cultural.

Podemos definir al patrimonio cultural como el conjunto de bienes, materiales e inmateriales que son identificados por una sociedad concreta como portadores de valores culturales propios de la comunidad. Son bienes tangibles e intangibles que tienen un alto contenido simbólico lo que les hace merecedores de una especial protección no solo relacionada con su conservación sino también con el uso que se pueda hacer de ellos siendo uno de ellos el turístico, el cual puede ser un fenómeno beneficioso para el patrimonio o un grave problema para el mismo, para evitar que sea negativo se necesita una gestión turística adecuada, es decir que se apliquen los conocimientos específicos para la conversión de bienes de patrimonio cultural en recursos turísticos, los cuales puedan ser aprovechados desde un punto de vista eficaz y sostenible por todos los agentes implicados.

Los bienes patrimoniales como el caso de la Mezquita-Catedral de Córdoba o la Fiesta de los Patios son demandados cada vez con mayor intensidad por un número creciente de turistas, siendo las motivaciones y los perfiles de estos turistas diferentes y distinta a la esperada por los gestores del patrimonio, existiendo divergencias entre ellos, así el turismo se desarrolla en un escenario protagonizado básicamente por el sector privado, cuyo fin principal es la obtención de beneficios económicos, mientras que el patrimonio cultural, por el contrario se desarrolla en un escenario cuyo principal protagonista es el sector público cuyo fin es obtener beneficios sociales.

El desarrollo del turismo se puede interpretar por la teoría del ciclo de vida de los destinos turísticos, donde se utiliza como indicador el número de turistas, consta esta teoría de cuatro fases la primera hay un lento despegue del turismo, en la segunda el crecimiento turístico es elevado en la tercera el turismo se estaca y en la cuarta entra en declive. Es en la segunda fase donde el crecimiento es masivo cuando los destinos turísticos deben de analizar los costes y beneficios generados por el turismo o la tasa

de vulnerabilidad del patrimonio y analizar la capacidad de carga turística, especialmente en ciudades patrimonio como Córdoba ya que los recursos patrimoniales son muy frágiles y no renovables.

El recibir muchos turistas una ciudad no es garantía de éxito, puede ser un efecto contrario. La sostenibilidad del turismo está relacionada con la capacidad de acogida de las ciudades que está en función de la estructura urbana, equipamientos de acogida y como se gestionan los flujos turísticos. El reto de las ciudades del siglo XXI, es adecuar estas ciudades conservando sus valores y singulares patrimoniales y medioambientales, donde la función turística se integre armoniosamente en la vida de la ciudad y se convierta en algo positivo para los residentes, para el sector turístico y para los visitantes. Como indica Troitiño (1998) hay que lograr equilibrios entre las estructuras sociales funcionales y físicas. En consecuencia el liderazgo en ambos sistemas es ejercido por distintos actores que persiguen fines diferentes. Para el turismo los bienes patrimonio tienen un valor de uso como indica Velasco (2009) son valiosos por completar el interés de un destino, mientras que para patrimonio tienen un valor simbólico pues representan lo que la comunidad concreta ha aportado al conjunto de la cultura, siendo para el turismo el consumo del bien el interés central y para el sector del patrimonio su objetivo principal es su existencia y por tanto su conservación, siendo necesarios muchos fondos económicos para conservar y garantizar la supervivencia del bien que en la mayoría de los casos son cubiertos por las administraciones públicas, debiendo ser planteadas otras opciones como que el sector privado que obtiene beneficios revierta parte de ellos en la conservación del bien, ya que no solo se trata de conservar una herencia para transmitir, sino una vez garantizado esto integrar el patrimonio en los procesos de desarrollo social y económico de la comunidad a la que pertenece.

Al abordar la revisión bibliográfica de los trabajos de investigación referente a las Fiestas de los patios, podemos hacer varios subgrupos, los que tratan de analizar el patio como elemento arquitectónico, destacando los trabajos de Linares (1982); Higgins y Coen (2000); Makowski *et. al.*, 2005; Gonzalez y Sal (2008), estudios sobre el “patio” en Córdoba, o bien el espacio ya sea doméstico o urbano, como fuente de inspiración poética (SALCEDO, 1992); su aparición en la narrativa española (OCAÑA, 1992); o bien su uso como recurso escénico (CRUZ, 1992). También se abordaron el derecho y la regulación jurídica del uso del patio, en sí y de los elementos comunitarios que éste acoge, en las casas de vecinos (PALACIOS, 1992), así como el patio analizado desde su contenido botánico como “ornamentación vegetal” desde una perspectiva arquitectónica (ESCRIBANO, 1956; O'GORMAN, 2012), el “patio” a partir de la “ontología del jardín” (COLMENAREJO, 2010), o desde la perspectiva de género

(BENÍTEZ *et al.*, 2012). Otros estudios abordan el patio desde la óptica del recuerdo (FREIRE, 2016).

No existe sin embargo mucha literatura científica que analice el patio como recurso turístico (MILLÁN, 2012; RODRÍGUEZ, 2017; MANJAVACAS, 2018) o la comparativa entre los patios de distintos lugares (MOREIRA; GALINDO, 2015) y son los autores (MILLÁN *et al.*, 2018; SANTA CRUZ; LOPEZ-GUZMAN, 2018) los que analizan la Fiesta de los Patios, desde el punto de vista de la demanda analizando el perfil de los turistas y sus motivaciones, pero son escasas las investigaciones que analizan la oferta del turismo de patios, desde la óptica del propietario o gestor del patio (COLMENAREJO, 2015), siendo esta investigación su objetivo principal analizar la sostenibilidad de dicha Fiesta desde el punto de vista como elemento de promoción turística de la ciudad de Córdoba.

3 Festival de los Patios

En el caso de la Fiesta de los Patios de Córdoba, que se comercializa como producto turístico, donde, los usos costumbres y formas de vida de otras épocas son un reclamo turístico que ha experimentado un boom creciente a partir del reconocimiento en el año 2012 de la Fiesta de los Patios como Patrimonio Inmaterial de la Humanidad, convirtiéndose el patio en un entorno inigualable para la interacción social dentro de los barrios y un espacio donde los residentes encuentran todo lo que necesitan para lograr un alto grado de desarrollo personal y bienestar. que necesita ser expuesto para que sea conocido por el visitante

Esta fiesta que se celebra cada año a primeros de mayo con una duración de 12 a 14 días, es un ejemplo de lo que puedo ocurrir sino existe una planificación turística adecuada, ahora mismo se encuentra el ciclo de vida como producto turístico en la etapa de expansión, llegando en algunos momentos a superar la capacidad de carga turística, generando inconvenientes para los residentes, como el ruido producido por oleadas de turistas, incremento del tráfico, aumento de lugares de ocio para dar respuesta a las necesidades del turista, olvidándose del residente, haciendo percibir a este último, que el turista es algo nocivo que perjudica su ritmo de vida normal, que él ha de soportarlo, pero no se beneficia de los ingresos que genera.

En mayo del 2019 en el Festival de Patios participaron 50 patios en concurso en 6 rutas que transcurren por el casco histórico de la ciudad (Tabla I), sufriendo algunas rutas unas pérdidas del 11% o del 12% en cuanto al número de patios que participan en el concurso respecto al año anterior (Zona Regina – Realejo y Santiago-San Pedro, respectivamente), parte de los patios que se perdieron correspondían a rutas más alejadas del entorno de la mezquita, y donde la principal razón de no concursar es la

falta de ayudas públicas para el mantenimiento del patio, ya que los patios son los verdaderos protagonistas de la fiesta, los que reciben a oleadas de turistas pero económicamente no se ven recompensados su trabajo ni su esfuerzo. Como indica Millán *et al.* (2018), la principal razón que mueve a los propietarios y gerentes a participar en el Festival, en su mayoría (56.5%) deciden mostrar el patio por tradición y porque lo consideran un valor intangible (15.2%), también indican que esta fiesta (FPC) debe tener una relación simbiótica entre su valor económico (principalmente por el turismo que atrae) unido a su valor patrimonial de sentimiento colectivo de pertenencia en la comunidad local que lo recrea.

No obstante, se debe de gestionar correctamente la Fiesta de los Patios para evitar la desnaturalización de la forma de vida que ha generado una dinámica cultural que ha llegado a ser uno de los motores económicos de la ciudad, para ello se debería de contar con un Patronato Fundación donde participaran de forma activa los propietarios/gestores de los Patios.

Los propietarios y gerentes de los patios se sienten muy implicados siendo el pilar fundamental que sostiene la fiesta, pero está este colectivo un poco descuidado por parte de las Administraciones Públicas, al no existir un efecto retorno del dinero y tiempo invertido en el cuidado y mantenimiento del patio, pues la subvención que reciben por participar el patio en la fiesta es escasa, siendo los hoteles, restaurantes y tiendas de comercio cercanos a los patios los grandes beneficiados puede o Fundación donde participaran de forma activa los propietarios/gestores de los Patios.

En la Tabla 1 se puede observar las distintas rutas así como el número de patios que participan en ella destacando que sólo el 38 % de los patios que entran a concurso tienen acceso para poder ser visitados por discapacitados frente al 66.6% de los que están fuera de concurso, siendo la accesibilidad todavía un problema a solucionar en esta fiesta turística, aunque se ha mejorado sustancialmente con respecto al año anterior, convirtiéndose esta fiesta en un producto turística cada vez más accesible para las personas discapacitadas.

Tabla 1 – Ruta de los Patios comparativa año 2018-2019

Patios en concurso				
Ruta	Nº de patios		Patios con acceso a discapacitados	
	2018	2019		
Regina-Realejo	8	8	2 (25.0%)	3(37.5%)
Santa Marina-San Agustín	10	9	2 (20.0%)	1(11.1%)
San Lorenzo	9	10	1 (11.1%)	4(40.0%)
Santiago – San Pedro	7	7	4 (57.1%)	4 (57.1%)
Juderia – San Francisco	8	7	0 (0.0%)	1(14.3%)

Alcazar Viejo	8	9	7 (87.5%)	6(66.6%)
Total Patios Concurso	50	50	16(32.0%)	19(38.0%)
Patios Fuera de concurso				
Sin ruta especifica	13	12	5 (38.46%)	8(66.6%)
TOTAL PATIOS	63	62	21(33.3%)	27(43.54)

Fuente: Elaboración propia a partir de información del Ayuntamiento de Córdoba.

*Los valores en % representan la proporción de patios con acceso para discapacitados sobre el valor total de cada ruta.

El festival de patios tiene su origen en el primer cuarto del siglo XX, pero no es hasta 1988 cuando se precisaron las bases del concurso, siendo 3 elementos esenciales que deben de formar parte del patio (Figura 1), *las plantas y flores, el agua, y los enseres*, estos aspectos ornamentales son los que debían de valorar el jurado (variedad floral, cuidado de macetas y arriates e iluminación natural), además para que un patio pudiera presentarse a concurso, debería tener una *superficie mínima* de 19 m², pertenecer a una *casa que esté habitada*, las plantas y *ornamentaciones tienen que ser del tiempo*, y la casa estar situada en el *casco histórico* de la ciudad, con las premisas anteriores el patio se podía presentar al concurso en la única categoría existente. En los años 90 se contemplaron diferentes categorías de premios, distinguiéndose entre patios de arquitectura “antigua” y “moderna”, otorgándose galardones que responden a aspectos específicos como la conservación arquitectónica, la decoración natural, el esfuerzo vecinal o el uso artístico del agua.

Figura 1 – Elemento fundamentales y requisitos de un patio cordobés



Fuente: Elaboración propia.

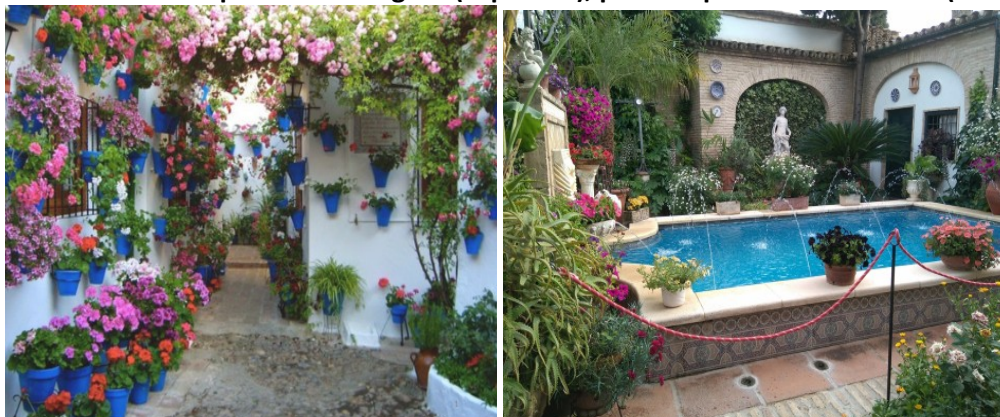
Cada patio presenta una arquitectura singular, fruto de una evolución histórica distinta, de modo que resulta una ardua tarea establecer una tipología. Sin embargo, a grandes rasgos los patios se clasifican en dos grupos básicos:

Patios monumentales y señoriales: aquellos relativos a antiguos palacios de la aristocracia local o a señalados edificios religiosos, como el Patio de los Naranjos, el de

la sinagoga o el santuario de la Fuensanta, normalmente fuera de concurso. Por su parte, entre los señoriales, sobresale el Palacio de Viana que integra doce patios en su interior de diferente estilo arquitectónico.

Patios de concurso: todos los que han participado en el concurso municipal desde su inicio en 1921 hasta la actualidad. Se distinguen a su vez dos tipos de clases que se corresponden con las modalidades del certamen: *patios de arquitectura antigua* y patios de *arquitectura moderna* o renovada. Los primeros son aquellos que han sido construidos hasta la década de los sesenta y que conservan sus principales características estructurales. En cambio, los patios de arquitectura moderna son aquellos que pertenecen a una nueva vivienda edificada tras la demolición de una anterior o que han sufrido tal nivel de intervención que han perdido sus elementos más significativos.

Figura 2 – Patio de arquitectura antiguas (izquierda), patio arquitectura moderna (derecha)



Fuente: Archivo particular.

En este trabajo nos centraremos en la Fiesta de los Patios y su sostenibilidad desde el punto de vista de la Oferta, encuestando a los gestores y propietarios de los mismos.

4 Metodología

La Fiesta de los Patios de Córdoba, en la última edición (mayo de 2019) ha recibido más de medio millón de visitas unas 150.000 personas diferentes, es decir, cada persona ha visitado de media tres patios y medio, incrementando con respecto al año anterior, este aumento de visitantes ha repercutido positivamente en la economía local desde la declaración de la Fiesta de los Patios por parte de la UNESCO, según el estudio de Martín (2013) los ingresos derivados por la Fiesta de los Patios en el año 2013 fue de 4.055 millones de euros lo que ha supuesto un incremento del 50.91% con

respecto al año 2012, no existen estudios más recientes sobre el impacto económico de la Fiesta de los Patios en la ciudad.

Para conocer la implicación, así como la opinión de la oferta turista, que en este caso está formada por los patios que forman parte del concurso y los que están fuera de concurso se ha utilizado la metodología stakeholders la cual está ampliamente aceptada como válida para su aplicación en la gestión turística y cultural.

Siguiendo con la teoría de los stakeholders, la muestra analizada para el trabajo de campo ha estado formada por los gerentes o propietarios de 45 patios de los 50 (90%) que participaron en el concurso en la edición del 2019 y 4 patios fuera de concurso de los 12 (33.33%), dichas entrevistas se realizaron durante los meses de enero-abril de 2018 a través de un cuestionario formado por 24 preguntas agrupadas en 4 bloques (bloque A: Capacidad de carga del patio y continuidad de la Fiesta de los Patios (número de turistas, opinión sobre la continuidad del patio, relevo generacional en el cuidado del patio, etc.) , bloque B: preguntas sobre una certificación en sostenibilidad y precio (precio por visitar el patio, conveniencia de estar el patio certificado como sostenible, centro de interpretación de los patios, etc.) bloque C: preguntas sobre la situación actual de los patios y sostenibilidad (opinión sobre cobrar una cuota a asociaciones de hostelería, opinión sobre mantener el patio abierto fuera del concurso, valoración sobre la gestión de los patios) bloque D: preguntas sobre los turistas que visitan los patios, bloque E: preguntas sobre la comercialización de los patios. Los cuestionarios estaban formados por 4 tipos de preguntas: preguntas abiertas donde el entrevistado podía dar su opinión, preguntas tabuladas en escala de Likert, preguntas numéricas, y preguntas binarias de si/no. Con el objetivo de conocer las opiniones e inquietudes de los gestores o propietarios de los patios, personas clave para el buen desarrollo de la Fiesta de los Patios de Córdoba, pues sin ellos serían imposible dicha fiesta.

5 Resultados

Los principales resultados obtenidos demuestran que los propietarios de los patios son los agentes más implicados en la Fiesta de los Patios y sin ellos serían imposible. Más del 70% opina que la continuidad de enseñar el patio y su conservación debe recaer en ellos y no ser asumido por profesionales pues se perdería la esencia del patio. Un 20% de los encuestados está pensando en no participar en ediciones siguientes si sigue incrementado el número de turistas, pues al superar la capacidad de carga el patio, se deteriora el mismo. Más del 80 % de los encuestados considera positivo tener un certificado que indique que su patio es sostenible, aunque el 20% restante considera que no es necesario pues piensa que el turista lo que quiere

conocer es la forma de vida tradicional del patio y su mantenimiento, así como que el residente le explique su forma de vida.

Un 40% de los encuestados opina que habría que cobrar entrada por ver el patio, para que se aprecie el trabajo que hay detrás de cada patio. Más del 92% de los gestores o propietarios de los patios valora como muy mala la gestión de las administraciones públicas en cuanto a la sostenibilidad de los patios, y sólo el 20% de los propietarios participa de forma activa en la toma de decisiones y planificación territorial de los patios, cabe destacar que el 98% de los gestores de los patios considera que hay que cambiar el sistema de subvención para participar en el concurso de patios, teniendo este valor que hacer reflexionar a las autoridades locales (Ayuntamiento), pues sin estos propietarios se acabaría la Fiesta de los Patios y perderíamos un reconocimiento inmaterial de la Humanidad.

Con el objetivo de profundizar en el análisis entre las distintas variables, se realizó un análisis bivalente (Tabla 2). Existe una fuerte relación entre la edad del cuidador del patio y su valoración respecto al Festival de los patios ($\chi^2 = 34.3$, $p=0.00$). A medida que el cuidador o gestor de los patios es más joven valora más negativamente el festival ($r=0.92$), pues consideran que las ayudas son insuficientes, y el festival les aporta más perjuicios, (robos de algunos enseres, destrozos de plantas, etc.. por parte del turista), mientras que las personas mayores como es una tradición heredada no analizan tanto el aspecto económico. También influye la edad a la hora de pagar por visitar el patio ($\chi^2 = 28.5$, $p=0.00$), los cuidadores/ propietarios de patios más jóvenes son más partidarios de poner un precio por la entrada, pues consideran que deben verse beneficiados económicamente con el Festival, y no estar sujetos a una subvención del Ayuntamiento de Córdoba que la consideran escasa (en algunos casos no cubre ni el agua que gastan en regar el patio), y que llega tarde, mientras que los de más edad o no son partidarios o el precio sea meramente simbólico y que les rebajen en impuestos como puede ser la contribución de bien urbano que es un impuesto municipal, o rebajas en el consumo del agua que es también una empresa dependiente del Ayuntamiento de Córdoba.

A medida que los patios son más pequeños valoran más negativamente el Festival ($r=0.95$), pues consideran que determinados días del Festival especialmente los fines de semana, la capacidad de carga de su patio se ve sobrepasada, habiendo algunos altercados a la entrada de su patio, pues los turistas se cansan de hacer colas de 60 ó 90 minutos para ver un patio en tan sólo 5 minutos no pudiendo apreciar la belleza ni la labor que hay en ese patio debido a la cantidad de personas.

También estos cuidadores mayores opinan que se debería de dejar algunos días o horas para que el patio lo visite el residente de Córdoba, pues se está observando

una pérdida de visitante local frente a un aumento del turista, perdiéndose en parte el principio inicial del Festival que es conocer las costumbres locales respecto a la vida de los patios y que sea conocido por la comunidad local. También se observa que existe relación entre la variable si el turista ha visitado otros lugares de turismo oscuro y el grado de satisfacción, así las personas que no han visitado otros lugares de turismo oscuro están más satisfechas que las que han visto otros lugares, pues hacen comparativa y aunque el producto de turismo cordobés es bueno, su juventud y la falta de descoordinación hacen que no estén a la altura de otros sitios ($\chi^2 = 32.3$, $p=0.00$).

Tabla 2 – Resultados del análisis bivariante Oferta Festival de Patios

Variables asociadas	χ^2	P-value	Coefficiente correlación Pearson (r)
Edad del cuidador del patio /valoración festival de patios	35.2	0.00060	0.92
Edad de propietario/cuidador del patio/ precio por la visita	28.5	0.00001	
Tamaño del patio/ valoración del festival	36.4	0.00391	0.95
Nivel académico del turista /Grado de satisfacción con el festival de patios	27,2	0.00014	

Fuente: Elaboración propia.

χ^2 Estadístico Chi-cuadrado. Variables relacionadas para $\alpha= 0.05$

También el tipo de patio (arquitectura antigua o arquitectura moderna) está relacionado con el grado de satisfacción con el festival. Los cuidadores de patios de arquitectura antigua están más satisfechos con el festival que los de arquitectura moderna, pues estos últimos son casas unifamiliares individuales y consideran que tienen el patio abierto al público demasiadas horas para que sea visitado, entorpeciendo su labor diaria, mientras que los patios antiguos, suelen pertenecer a viviendas plurifamiliares y en ellas existan algunos negocios, de tipo artístico, platería, pintura, cerámica, que suelen vender al turista, obteniendo esos días un pequeño beneficio económico directo del Festival de patios, por la venta directa de sus producto al turista que los visita. El grado de satisfacción con el nivel académico están relacionados, a medida que el turista tiene mayor nivel académico su grado de satisfacción es algo menor, bien porque las explicaciones históricas de los sitios con leyenda no son muy exactas o porque creen que faltan más medios audiovisuales ($\chi^2 = 27.2$, $p=0.00$).

De las encuesta analizadas podemos obtener las siguientes ventajas e Inconvenientes del Festival de Patios

A. Ventajas

Económicas:

Para los organismos públicos, incremento de ingresos vía recaudación, por iva de la restauración, hoteles y tiendas de comercio.

Para las empresas privadas: aumento de ventas, por el comercio, o por las pernoctaciones.

Promoción:

Para los organismos públicos, se promociona la ciudad en el panorama nacional e internacional, se considera a Córdoba como destino turístico.

Para las empresas privadas: El festival de patios es un escaparate para la venta de sus productos (artesanía) o de gastronomía local (restauración)

Sociales:

El Festival de Patios constituye un elemento para interrelacionar cuidadores/propietarios con turistas.

Es un vehículo de preservación de la forma de vida tradicional de la ciudad de Córdoba

Para las empresas privadas: El festival de patios es un escaparate para la venta de sus productos (artesanía) o de gastronomía local (restauración)

B. Inconvenientes

Población Local: Ruidos, suciedad y problemas de convivencia, al tener que soportar algunas discusiones entre turistas, calles cortadas por colas a la espera de entrada a un patio, y el no poder por exceso de turistas conocer su historia local.

Propietarios/cuidadores de patios: Deterioro del patio por sobrepasar la carga turística del mismo, elevado coste personal y económico al mostrar el patio que no se ve recompensado con suficientes ayudas o ingresos.

Mientras las ventajas afecten a colectivos que no están implicados en el cuidado del patio, sino que son meros recibidores de ingresos, hoteles, restaurantes, etc. Esta fiesta estará abocada al fracaso. No pueden los gestores/cuidadores/propietarios de los patios, llevar toda la carga pesada del festival y no verse beneficiados, bien con un aumento de la subvención o ayuda por participar en el festival por parte de los organismo públicos, o por cobrar una entrada al patio, o porque el resto de entidades privadas que se ven beneficiadas aporten una ayuda económica a estos propietarios, pues sin ellos la Fiesta estaría abocada al fracaso.

6 Conclusiones e Implicaciones

La Fiesta de los Patios (FPC) se ha convertido en un atractivo turístico para la ciudad de Córdoba, incrementándose cada año el número de turistas, que no se ha visto reflejado en los ingresos (vías subvenciones que reciben los promotores o gestores de los patios para su conservación y mantenimiento).

En consonancia con los estudios de Millán et al, (2018) y González y Lopez-Guzman, (2016), los principales actores de los patios deciden mostrar el patio por tradición y por qué lo consideran un valor intangible, que indican que esta fiesta (FPC) debe tener una relación simbiótica entre su valor económico (principalmente por el turismo que atrae) unido a su valor patrimonial de sentimiento colectivo de pertenencia en la comunidad local que lo recrea.

Los gestores de los Patios consideran que esta fiesta puede llegar a no ser sostenible si incrementa el número de visitas, pues algunos patios son pequeños y la capacidad de carga es escasa para el número de visitas que reciben durante los días del festival, no deseando en próximas ediciones participar.

Actualmente, la Fiesta se ve sometida a dos tensiones: la intensa actividad turística que se genera durante los días de su celebración en mayo, y las medidas de salvaguarda y protección que pretenden conservar y mantener el recurso patrimonial para no agotar, precisamente, su interés turístico. La coordinación de estas dos fuerzas, aparentemente opuestas, debería ser el objetivo de quienes pretenden asumir el papel de promotor de un plan de gestión de la FPC, pues es, justamente, la capacidad del sitio para desarrollar un buen instrumento de gestión el aspecto en el que UNESCO pone mayor énfasis para mantener la inclusión del bien en la LRPI (Lista Representativa del Patrimonio Inmaterial).

La Fiesta de los Patios en Córdoba está en peligro por los problemas entre propietarios/gestores de patios y ayuntamiento y organizaciones comerciales que se benefician vía ingresos de la Fiesta de los patios, siendo los grandes perjudicados los propietarios, si el sistema de subvenciones no cambia y estos no reciben más ayuda puede que en un futuro la Fiesta de los Patios sea un leve recuerdo de Mención de Patrimonio Inmaterial de la Humanidad que se perdió por descoordinación y falta de protección del verdadero protagonista el dueño o gestor del patio.

El Festival de Patios de ser un turismo sostenible, con una estrategia necesaria que de equilibrio funcional a la ciudad Patrimonio de la Humanidad como Córdoba, sus múltiples implicaciones económicas culturales, sociales, ambientales, etc. Plantean el reto de la integración de esta poderosa actividad en concreto la del Festival de los Patios en la vida de la ciudad. Esta integración debe realizarse a través de una inserción en una realidad urbana viva y multifuncional teniendo en cuenta las voces de todos los agentes implicados porque si los problemas anteriores no se solucionan la Fiesta de los Patios se convertirá en un ejemplo de un Turismo No Sostenible, donde el principal actor el propietario del patio ha quedado fuera del círculo económico, y de visibilidad que el turismo genera, pudiendo poner en crisis la existencia de dicha Fiesta

Por tanto debe de existir una planificación turística que vaya de acuerdo a las directrices del desarrollo sostenible del turismo, pues aunque el turismo patrimonial crea empleo y es una fuente de rentas, ayuda además, a que mejoren las inversiones en infraestructuras turísticas siendo un motor de prosperidad en ciudades del interior como Córdoba, ya que tiene un efecto multiplicador porque potencia diversas ramas de actividad que cubren las necesidades del turista (comercio, restauración, hostelería, ocio y recreo, etc.), pero este desarrollo turístico implica costes, no solamente exige inversiones sino también el exceso de flujos turísticos puede producir contaminación, congestión del tráfico, aumento de la delincuencia o banalización social, económica y cultural de la comunidad de acogida, además muchas veces, la mayor parte de los beneficios que el turismo genera, no repercuten en la comunidad local, especialmente en las ciudades donde en lugar de turistas hay excursionistas como Córdoba, pues los turoperadores tienen su sede fuera de esta ciudad, y si descendemos al plano del Festival de Patios los gestores no reciben nada, no siendo un turismo sostenible que puede hacer peligrar este Festival único a nivel internacional.

Referências

- AYUNTAMIENTO DE Córdoba. **Boletín turístico**. Córdoba: Ayuntamiento de Córdoba, 2019.
- BENÍTEZ, B.; DOMINÍ CUADRA, M. E.; PINO SUÁREZ, M. L. A.; HERNÁNDEZ, L.; YONG CHON, A.; MEDINA GARCÍA, L. R.; DUEÑAS HURTADO, F. Investigación participativa con enfoque de género. Logros de las mujeres de la Provincia Mayabeque en el desarrollo local de sus patios y fincas. **Cultivos Tropicales**, v. 33, n. 1, p. 57-64, 2012.
- COLMENAREJO, R. Aproximación a una ontología del patio. Paisajes cotidianos para comprender el siglo XXI. Alfa, **Revista de La Asociación Andaluza de Filosofía**, ano XIII, n. 26-27, p. 359-369, 2010.
- COLMENAREJO, R. **Fundamentos para una gestión turística sostenible de la fiesta de los patios en Córdoba**. Universidad de Córdoba, 2015.
- CRUZ, A. El patio como espacio escénico. **Boletín de La Real Academia de Córdoba**, n. 121, p. 319-327, 1992.
- ESCRIBANO, V. **Ornamentación vegetal de los patios cordobeses**. Presented at the II curso de Jardinería y Paisaje. Madrid: Escuela Técnica Superior de Arquitectura, 1956.
- FREIRE, H. Patios vivos para crecer y aprender. **Cuadernos de pedagogía**, n. 46, p. 18-22, 2016.
- GONZALEZ, F.; LÓPEZ-GUZMÁN, T. El desarrollo turístico en la ciudad de Córdoba a partir del Patrimonio Cultural Inmaterial. **Ge-conservación**, p. 97-106, 2016.
- GONZÁLEZ-GARCÍA, A.; SAL, A. G. Private urban greenspaces or “patios” as a key element in the urban ecology of tropical central America. **Human Ecology**, v. 36, n. 2, p. 291, 2008.
- HIGGINS, M. J.; COEN, T. L. **Streets, bedrooms, and patios: The ordinariness of diversity in urban Oaxaca**. University of Texas Press, 2000.
- LINARES, F. Q. Patios, corrales y ciudades. Ería: **Revista cuatrimestral de geografía**, n. 3, p. 3-34, 1982.

- MAKOWSKI, K.; CÓRDOVA, M. F.; HABETLER, P.; LIZÁRRAGA, M. La plaza y la fiesta: reflexiones acerca de la función de los patios en la arquitectura pública prehispánica de los períodos tardíos. **Boletín de Arqueología PUCP**, n. 9, p. 297-333, 2005.
- MANJAVACAS, J. M. Patrimonio cultural y actividades turísticas: aproximación crítica a propósito de la Fiesta de los Patios de Córdoba. **Revista Andaluza de Antropología**, 15, 127-155, 2018.
- MARTIN, F.J. **Estudio sobre la repercusión económica en la ciudad de Córdoba, de la Fiesta de los Patios**, mayo 2013. Ayuntamiento de Córdoba.
- MILLÁN VÁZQUEZ DE LA TORRE, M. G. Las fiestas que potencian el turismo cultural en la ciudad de Córdoba durante el mes de mayo: los patios, las cruces, la batalla de las flores y la feria de la Salud. **Kalpana**, n. 8, p. 30-41, 2012.
- MILLÁN, M.G.; PÉREZ, L. M. El turismo religioso en distintas zonas geográficas de España: características de los turistas. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, (75), 29-54, 2017.
- MILLÁN, M.G.; PÉREZ, L. M.; HERNÁNDEZ, R. The Fiesta of the Patios: A Heritage Tourism Resource in the City of Cordoba, Spain. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 9, n. 4, p. 201-214, 2018.
- MOREIRA, P. E.; GALINDO, N. Perfil del turista cultural en ciudades patrimoniales: los casos de San Cristóbal de La Laguna y Córdoba (España). **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 1, n. 2, p. 217-229, 2015.
- OCAÑA, J. M. El patio cordobés en la narrativa española. **Boletín de La Real Academia de Córdoba**, v. 121, p. 297-300, 1992.
- O'GORMAN, P. W. Patios and gardens of Mexico. **Architectural Book Publishing**, 2012.
- PALACIOS, D. Los patios y el derecho. **Boletín de La Real Academia de Córdoba**, n. 121, p. 287-290, 1992.
- RDRIGUEZ, M. E. La Fiesta de los Patios de Córdoba: promoción online de una tradición patrimonio cultural inmaterial de la Humanidad. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 3, n. 2, p. 191-218, 2017.
- SALCEDO, M. El patio en la poesía. **Boletín de La Real Academia de Córdoba**, n. 121, p. 279-285, 1992.
- SANTA, F. G.; LÓPEZ-GUZMÁN, T. El patrimonio cultural como factor de desarrollo turístico: estudio de caso en la ciudad de Córdoba. **Arbor**, v. 193, n. 786, p. 421, 2018.
- TROITIÑO, M. A. Turismo y desarrollo sostenible en las ciudades históricas con patrimonio arquitectónico-monumental. **Estudios turísticos**, n. 137, p. 5-53, 1998.
- UNESCO. **Inscription on the world heritage list: the mosque of Cordoba (Spain)** (Original Decision Document No. 08COM IX.A). Buenos Aires: UNESCO, 1984.
- UNESCO. **Extension and change of name of the inscription on the world heritage list: the historic centre of Cordoba (extension of the Mosque of Cordoba) (Spain)** (Original Decision Document No. 18COM XI). Phuket: UNESCO, 1994.

